



## COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Companhia Aberta - CVM nº 3824

CNPJ/MF nº 33.050.196/0001-88

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, km 2,5 - parte, Campinas - SP

# R\$ 175.000.000,00

ISIN BRPALFDBS068

Classificação de Risco Standard & Poor's: "brAA"

Distribuição pública de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, ("Oferta" ou "Emissão" e "CPFL Paulista" ou "Companhia", respectivamente), todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, com garantia fidejussória da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Garantidora"), com valor nominal unitário, na data de emissão, qual seja 01 de julho de 2009, de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e no SND - Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA ("DDA") e no Sistema BOVESPAFIX (ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A Emissão foi aprovada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em (a) 29 de maio de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), sob o nº 195.274/09-0, em 04 de junho de 2009, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009, e (ii) jornal Correio Popular de Campinas em 01 de junho de 2009; e (b) 14 de julho de 2009, que ratificou a Remuneração das Debêntures, cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada nos jornais (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2009, e (ii) jornal Correio Popular de Campinas em 16 de julho de 2009.

A Oferta foi registrada perante a CVM sob o nº CVM/SRE/DEB/2009/011, em 23 de Julho de 2009.

**"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas."**

**"Os investidores devem ler a Seção "Fatores de Risco", nas páginas 49 a 59, a seguir."**

**O presente prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Companhia, de seus ativos e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures.**



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

### COORDENADORES



O Coordenador Líder da Oferta é a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

A data deste Prospecto Definitivo é 20 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

### 1. INTRODUÇÃO

• Definições.....	9
• Resumo das Características da Oferta .....	15
• Sumário da Companhia.....	19
• Informações Acerca do Futuro da Companhia .....	20

### 2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

• Companhia .....	23
• Coordenadores .....	23
• Banco Mandatário e Instituição Depositária.....	23
• Agente Fiduciário .....	24
• Consultores Legais .....	24
• Auditores.....	24

### 3. INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

• Coordenador Líder .....	27
• Coordenador .....	27

### 4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

• Características da Oferta .....	31
• Composição do Capital Social da Companhia.....	31
• Autorizações Societárias .....	31
• Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão.....	31
• Número de Séries .....	31
• Conversibilidade, Tipo e Forma .....	31
• Espécie .....	32
• Prazo e Data de Vencimento .....	32
• Colocação e Negociação .....	32
• Prazo e Forma de Subscrição e Integralização.....	32
• Preço de Subscrição.....	32
• Certificados de Debêntures .....	32
• Destinação dos Recursos .....	32
• Remuneração das Debêntures .....	32
• Período de Capitalização .....	34
• Atualização das Debêntures .....	34
• Amortização.....	34
• Pagamento da Remuneração.....	34
• Aquisição Facultativa.....	34
• Resgate Antecipado .....	34
• Repactuação.....	35
• Encargos Moratórios.....	35
• Atraso no Recebimento dos Pagamentos.....	35
• Vencimento Antecipado .....	35
• Prorrogação dos Prazos .....	37
• Garantia Fidejussória.....	38
• Local de Pagamento.....	38
• Imunidade de Debenturistas.....	38
• Limite da Emissão.....	39
• Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação .....	39
• Publicidade .....	40
• Classificação de Risco.....	40
• Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas.....	40
• Informações Complementares .....	40
• Público Alvo da Oferta .....	40
• Declaração de Inadequação de Investimento .....	41
• Plano de Distribuição.....	41

• Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários .....	42
• Cronograma de Etapas da Oferta .....	42
• Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores .....	42
• Regime de Distribuição.....	43
• Remuneração.....	43
• Demonstrativo do Custo da Distribuição.....	43
• Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço.....	44
• Relacionamento da Companhia com os Coordenadores .....	44
• Declaração da Companhia e do Coordenador Líder .....	45
• Destinação dos Recursos.....	46

## 5. FATORES DE RISCO

• Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos .....	49
• Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro .....	51
• Riscos Relacionados à Companhia .....	54
• Riscos Relacionados à Oferta.....	58
• Riscos Relacionados à Garantidora .....	59

## 6. SITUAÇÃO FINANCEIRA

• Apresentação das Informações Financeiras.....	63
• Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade.....	63
• Outras Informações .....	64
• Capitalização.....	65
• Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da Companhia.....	66
• Outras Informações Financeiras.....	71
• Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Informações Trimestrais Relativas ao Período Encerrado em 31 de março de 2009 .....	71
• Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais .....	72
• Introdução.....	72
• Ambiente Econômico Brasileiro .....	72
• Principais Práticas Contábeis .....	73
• Principais Linhas de Resultado .....	75
• Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07.....	76
• Reclassificações Requeridas pela ANEEL.....	78
• Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado .....	79
• Eventos subsequentes a 31 de março de 2009 .....	79
• Análise da Demonstração de Resultados da Companhia.....	80
• Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA Ajustado .....	96
• Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia .....	97
• Liquidez e Recursos Financeiros.....	110
• Fluxo de Caixa .....	111
• Endividamento .....	114
• Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros .....	115
• Operações não Registradas nas Demonstrações Contábeis.....	115

## 7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

• Características Gerais .....	119
• Principais Entidades Regulatórias .....	119
• Concessões.....	120
• Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica .....	127
• Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica.....	127
• Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica.....	127
• Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico.....	128
• Encargos Tarifários .....	129
• Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos.....	130
• Desverticalização .....	131
• Meio Ambiente .....	131



## 8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA

• Histórico da Companhia .....	135
• Atividades da Companhia .....	138
• Introdução.....	138
• Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais .....	138
• Estratégia.....	140
• Clientes.....	140
• Consumidores Livres .....	142
• Fornecedores .....	143
• Qualidade dos Serviços Prestados .....	145
• Investimentos e Desinvestimentos Realizados .....	147
• Tarifas .....	148
• Concorrência.....	150
• Gerenciamento de Perdas de Energia Perdas de Energia.....	151
• Cobrança e Inadimplência.....	151
• Tecnologia e Informática .....	153
• Meio Ambiente .....	154
• Responsabilidade Social .....	156
• Recursos Humanos .....	156
• Contratos Relevantes .....	160
• Seguros .....	164
• Propriedade Intelectual.....	164
• <i>Marketing</i> e Publicidade.....	165
• Transações com Partes Relacionadas.....	166
• Logística.....	168
• Sazonalidade.....	168
• Estrutura Organizacional do Grupo CPFL.....	169
• Reestruturações Societárias Ocorridas nos Últimos Três Exercícios Sociais.....	169
• Reestruturações Societárias do Grupo CPFL .....	169
• Propriedades, Plantas e Equipamentos.....	172
• Composição do Capital Social.....	173
• Capital Social .....	173
• Ações em Tesouraria.....	173
• Dividendos.....	173
• Principal Acionista.....	174
• Acordo de Acionistas .....	174
• Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais.....	175
• Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos .....	176
• Debêntures da Primeira Emissão .....	176
• Debêntures da Segunda Emissão .....	176
• Debêntures da Terceira Emissão .....	176
• Notas Promissórias da Primeira Emissão.....	177
• Práticas de Governança Corporativa.....	178
• Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante.....	178
• Código de Ética .....	179
• Regras do Novo Mercado.....	179
• Práticas de Governança Corporativa do Grupo CPFL.....	180
• Política de Dividendos .....	182
• Administração .....	183
• Conselho de Administração .....	183
• Diretoria.....	183
• Conselho Fiscal.....	186
• Relação Familiar .....	186
• Ações detidas pelos Administradores .....	186
• Política de Divulgação de Informações .....	187
• Remuneração.....	187
• Plano de Opção de Compra de Ações.....	188
• Diretor de Relação com os Investidores .....	188
• Condenações Judiciais e Administrativas .....	188
• Contratos ou Outras Obrigações Relevantes .....	188

• Pendências Judiciais e Administrativas .....	189
• Legislação do Setor – Diversos Objetos .....	189
• Majoração Tarifária .....	189
• Processos Tributários .....	189
• Processos Trabalhistas .....	190
• Processos Cíveis .....	191
• Processos Ambientais .....	193

## 9. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GARANTIDORA

• Histórico da Garantidora .....	197
• Introdução.....	197
• Histórico.....	197
• Atividades da Garantidora .....	199
• Visão Geral .....	199
• Principais Atividades Desenvolvidas.....	199
• Localização das Usinas e Áreas de Concessão .....	203
• Efeitos de Sazonalidade na Receita.....	203
• Impacto da Crise Econômica sobre o Setor de Energia .....	203
• Estratégia.....	204
• Concorrência.....	205
• Inadimplência .....	205
• Seguro .....	206
• Propriedade Intelectual.....	206
• Estrutura Organizacional do Grupo CPFL .....	206
• Recursos Humanos .....	206
• Contratos Relevantes .....	207
• Transações com Partes Relacionadas.....	218
• Responsabilidade Social.....	223
• Organização Societária .....	228
• Capital Social .....	228
• Ações em Tesouraria.....	228
• Breve Descrição dos Principais Acionistas .....	228
• Alteração Recente de Participação Relevante no Capital Social da Garantidora .....	230
• Acordo de Acionistas .....	230
• Política de Dividendos .....	230
• Aquisições Recentes.....	231
• Propriedades, Plantas e Equipamentos .....	233
• Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora .....	235
• Ações .....	235
• Notas Promissórias .....	235
• Debêntures.....	235
• Práticas de Governança Corporativa.....	236
• Administração .....	237
• Conselho de Administração .....	237
• Diretoria.....	237
• Conselho Fiscal.....	238
• Relação Familiar .....	243
• Ações detidas pelos Administradores .....	243
• Contratos ou obrigações relevantes existentes entre os Administradores e a CPFL Energia .....	243
• Condenações Judiciais e Administrativas .....	243
• Remuneração.....	243
• Plano de Opção de Compra de Ações.....	243
• Diretor de Relações com Investidores .....	243
• Pendências Judiciais e Administrativas .....	244
• Processos Trabalhistas .....	244
• Processos Cíveis .....	244
• Processos Tributários .....	244
• Processos Administrativos .....	244
• Processos Ambientais .....	244
• Provisões para Contingências .....	245
• Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora .....	246
• Outras Informações Financeiras.....	250
• Reclassificações.....	250
• Reclassificações Requeridas pela ANEEL.....	250
• Breves Discussões das Informações Financeiras Seleccionadas.....	251
• CPFL Energia em números (R\$ milhares) .....	256

## **10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

---

• Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes .....	259
• Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes .....	341
• Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes .....	417
• Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial.....	507
• Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial.....	563
• Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes .....	615
• Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes .....	745
• Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes .....	875
• Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial.....	991
• Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial .....	1083

## **11. ANEXOS**

---

• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009.....	1169
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009 .....	1177
• Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009.....	1181
• Estatuto Social.....	1187
• Escritura de Emissão das Debêntures.....	1203
• 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures .....	1245
• 2º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures .....	1253
• Súmula de <i>Rating</i> .....	1263
• Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	1269
• Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 .....	1273

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **1. INTRODUÇÃO**

---

- Definições
- Resumo das Características da Oferta
- Sumário da Companhia
- Informações Acerca do Futuro da Companhia

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos abaixo terão, respectivamente, os seguintes significados:

521 Participações	521 Participações S.A.
ABRADEE	Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica
ACL	Ambiente de Contratação Livre
ACR	Ambiente de Contratação Regulada
Agente Fiduciário	Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
Assembleia	Assembleia Geral da Companhia
BACEN ou Banco Central	Banco Central do Brasil
BAESA	Energética Barra Grande S.A.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.
Banco UBS Pactual	Banco UBS Pactual S.A.
Bandeirante	Bandeirante Energia S.A.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BISC	<i>Benchmarking</i> em Investimento Social Corporativo
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
Bonaire	Bonaire Participações S.A.
BOVESPAFIX	Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA
Bradespar	Bradespar S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil
Camargo Corrêa Energia	Camargo Corrêa Energia S.A.
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CERAN	Companhia Energética do Rio das Antas
CETIP	CETIP S.A – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CGCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica
CGSE	Câmara de Gestão do Setor Elétrico
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada
Código de Processo Civil	Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
Comercializadoras	CPFL Brasil, Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., Sul Geradora e CPFL Cone Sul

Comunitas	Associação civil sem fins lucrativos ou econômicos que tem por finalidade promover, apoiar, monitorar e avaliar ações em parceria e programas inovadores de desenvolvimento social, inclusive os de responsabilidade social no meio empresarial
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia
Consumidores Livres	Consumidores que nos termos da legislação aplicável, podem optar por contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com produtor independente de energia elétrica ou com qualquer agente concessionário, permissionário ou autorizado do mesmo sistema interligado de energia elétrica
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 014/97 celebrado pela Companhia com a União em 20 de novembro de 1997 (conforme posteriormente aditado), para a outorga de poderes de concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures da 4ª Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz, celebrado entre a Companhia e os Coordenadores em 18 de junho de 2009
Contratos Iniciais	Contratos de fornecimento de energia elétrica com preços e volumes aprovados pela ANEEL, celebrados entre as geradoras e as distribuidoras de energia elétrica, nos termos da Lei do Setor Elétrico
Coordenador Líder	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Coordenadores	Coordenador Líder e Banco UBS Pactual
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPFL Brasil	CPFL Comercialização Brasil S.A.
CPFL Centrais Elétricas	CPFL Centrais Elétricas S.A.
CPFL Cone Sul	CPFL Comercialização Cone Sul S.A.
CPFL Energia ou Garantidora	CPFL Energia S.A.
CPFL Geração	CPFL Geração de Energia S.A.
CPFL Jaguari	Companhia Jaguari de Energia Elétrica
CPFL Jaguariúna	CPFL Jaguariúna S.A.
CPFL Leste Paulista	Companhia Leste Paulista de Energia
CPFL Missões	CPFL Missões Ltda.
CPFL Mococa	Companhia Luz e Força Mococa
CPFL Paulista ou Companhia	Companhia Paulista de Força e Luz
CPFL Piratininga	Companhia Piratininga de Força e Luz.
CPFL Santa Cruz	Companhia Luz e Força Santa Cruz
CPFL Serra	CPFL Serra Ltda.
CPFL Serviços	CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.
CPFL Sul Centrais Elétricas	CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.
CPFL Sul Paulista	Companhia Sul Paulista de Energia Elétrica
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CUSD	Contrato de Uso de Sistema de Distribuição
CVA	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A", criada pela Medida Provisória n.º 2.227/01 e instituída pela Portaria Interministerial n.º 25/02, a qual registra a variação entre os reajustes tarifários anuais de parte dos itens de custo das distribuidoras.



CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DDA	Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	As 175.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia
Debêntures em Circulação	Todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Companhia e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Companhia (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou de titularidade de administradores da Companhia, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.
Decreto n.º 5.163	Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004
Distribuidoras	Companhia, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz, RGE, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa
DOC 4	DOC 4 Participações S.A.
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais
Dólar	Moeda corrente dos Estados Unidos da América
Draft I	Draft I Participações S.A.
Draft II	Draft II Participações S.A., antiga denominação da CPFL Energia
DUKE	Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A.
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A., antiga denominação da Bandeirante Energia S.A.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização, e de item extraordinário, e entidade de previdência privada e de equivalência patrimonial, quando aplicável. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.
EER	Encargo de Energia de Reserva
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Emissão	A presente oferta pública de Debêntures da 4ª Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz
ENERCAN	Campos Novos Energia S.A.

Energia Assegurada	Média da energia que o aproveitamento hidrelétrico poderia gerar, levando-se em consideração a série de vazões, a produtividade média, a indisponibilidade total e a potência instalada
Energias do Brasil	Energias do Brasil S.A.
Escritura de Emissão	Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, da Companhia Paulista de Força e Luz, celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, com a interveniência da CPFL Energia, em 18 de junho de 2009
Ethos	Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Foz do Chapecó	Foz do Chapecó Energia S.A.
FUMIN	Fundo Multilateral de Investimentos
Fundo RGR	Fundo Reserva Global de Reversão, constituído com contribuições das companhias prestadoras de serviços públicos de eletricidade
FURNAS	FURNAS Centrais Elétricas S.A.
G ou Giga	Múltiplo equivalente a um bilhão de unidades
Grupo CPFL	Grupo econômico formado por todas as empresas controladas pela CPFL Energia S.A.
HSBC	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IFRS	<i>International Financial Reporting Standard</i> , conforme publicado e revisado pelo <i>International Accounting Standard Board</i>
IGP-DI	Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, apurado e divulgado pela FGV
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, apurado e divulgado pela FGV
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial
Instrução CVM 155	Instrução CVM n.º 155, de 7 de agosto de 1991, conforme alterada
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada
Instrução CVM 409	Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, apurado e divulgado pelo IBGE
IPÊ Energia	IPÊ Energia S.A.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
Itaipu	Itaipu Binacional
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
JCP	Juros sobre Capital Próprio
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
K ou Kilo	Múltiplo equivalente a mil unidades
Lâmina	Informações resumidas sobre a emissão de Notas Promissórias da 1ª Emissão da Companhia, elaborada nos termos do Anexo I da Instrução CVM 155
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada

Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica	Lei n.º 9.074, de 26 de dezembro de 1996, conforme alterada
Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, conforme alterada
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada
<i>Libor</i>	<i>London Interbank Offered Rate</i>
M ou Mega	Múltiplo equivalente a um milhão de unidades
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica
MME	Ministério das Minas e Energia
MRE	Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo que tem o objetivo de promover o compartilhamento do risco hidrológico pelas geradoras hidrelétricas no âmbito do SIN
Notas Promissórias da 1ª Emissão	Notas promissórias de 1ª emissão da Companhia
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Pequena Central Hidrelétrica, empreendimentos hidrelétricos com potência superior a 1MW e igual ou inferior a 3MW, com área total de reservatório igual ou inferior a 3 km <sup>2</sup>
PDEE	Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica
PIE	Produtor Independente de Energia, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
PIS	Programa de Integração Social
PLD	Preço de Liquidação de Diferenças, significa o preço, publicado pela CCEE para cada período de apuração em cada submercado do SIN, para a contabilização de posições contratuais no âmbito do CCEE
Poder Concedente	União Federal
PPT	Programa Prioritário de Termoelectricidade
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
Prospecto	O presente prospecto da Emissão
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com voltagem igual ou superior a 230 kV, ou instalações em voltagem inferior quando definidas pela ANEEL
Rede Primária	Rede com tensão de Tensão 15 KV
Rede Secundária	Rede de baixa tensão
RGE	Rio Grande Energia S.A.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos da CETIP
SEMESA	SEMESA S.A.
Serra da Mesa	Serra da Mesa Energia S.A.
SIN	Sistema Interligado Nacional, instalações responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país eletricamente interligadas
SND	Módulo Nacional de Debêntures da CETIP
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
Sul Geradora	Sul Geradora Participações S.A.
Taxa DI	Taxa média diária do DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, "over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP

TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
Tractebel	Tractebel Energia S.A.
TUSD	Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição
TUST	Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão
UHE	Usina Hidrelétrica
Unibanco	União de Bancos Brasileiros S.A., sucedido por Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.
U.S. GAAP	Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos
UTE	Usina Termelétrica
V ou Volt	Unidade básica de tensão de energia elétrica
VA ou Volt-ampère	Unidades básica de potência aparente de um circuito
VBC Energia	VBC Energia S.A.
VBC Participações	VBC Participações S.A.
Votorantim	Votorantim Participações S.A.
Votorantim Energia	Votorantim Energia Ltda.
W ou Watt	Unidade básica de potência de energia elétrica
Wh ou Watt-hora	Unidade equivalente a um W de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora

## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

<b>Companhia:</b>	CPFL Paulista
<b>Valor Mobiliário:</b>	Debêntures
<b>Data de Emissão:</b>	01 de julho de 2009.
<b>Agente Fiduciário:</b>	Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
<b>Banco Mandatário:</b>	Banco Bradesco S.A.
<b>Coordenador Líder:</b>	HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
<b>Coordenadores:</b>	Coordenador Líder e Banco UBS Pactual S.A.
<b>Valor Total da Oferta:</b>	R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).
<b>Número da Emissão:</b>	4ª Emissão de Debêntures da Companhia.
<b>Número de Séries:</b>	As Debêntures serão emitidas em série única.
<b>Quantidade de Debêntures:</b>	Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures.
<b>Valor Nominal Unitário das Debêntures:</b>	O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais).
<b>Espécie:</b>	Subordinada.
<b>Forma e Conversibilidade:</b>	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações.
<b>Garantia:</b>	As Debêntures contarão com garantia fidejussória da CPFL Energia.
<b>Prazo e Data de Vencimento:</b>	As Debêntures terão prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo-se em 01 de julho de 2011 ("Data de Vencimento").
<b>Preço de Subscrição:</b>	As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.
<b>Remuneração das Debêntures:</b>	As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a qual foi definida em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> realizado em 14 de julho de 2009, no qual observou-se a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa <i>pro rata temporis</i> , por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização.
<b>Procedimento de <i>Bookbuilding</i>:</b>	Procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, realizado em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400.

<b>Pagamento da Remuneração:</b>	O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento ("Pagamento da Remuneração").
<b>Forma de Integralização:</b>	A integralização das Debêntures será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
<b>Local de Pagamento:</b>	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou na Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.
<b>Amortização:</b>	As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 01 de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em Circulação à época.
<b>Colocação e Procedimento:</b>	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, com a intermediação dos Coordenadores de acordo com o plano de distribuição das Debêntures descrito na Seção "Características da Oferta – Plano de Distribuição" na página 41 deste Prospecto, sendo que as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) no SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta.
<b>Negociação:</b>	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) no SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.
<b>Repactuação:</b>	Não haverá repactuação das Debêntures.
<b>Limite da Emissão:</b>	Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

<b>Público Alvo:</b>	O público alvo da Oferta será composto por fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos da Instrução da CVM 409.
<b>Inadequação do Investimento:</b>	A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.
<b>Destinação dos Recursos:</b>	Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para resgate das Notas Promissórias da 1ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos favor ver Seção "Destinação dos Recursos" na página 46 deste Prospecto.
<b>Informações Adicionais:</b>	<p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Emissão poderão ser obtidos com a Companhia, com os Coordenadores e com a CVM, nos seguintes endereços:</p> <p>Para a Companhia:  Companhia Paulista de Força e Luz  Rodovia Campinas Mogi-Mirim, n.º 1.755, Km 2,5, parte  Jardim Santana  CEP: 13088-900  Campinas – São Paulo  At.: José Antonio de Almeida Filippo  Tel.: (19) 3756-8704  Fax.: (19) 3756-8777  E-mail: jfilippo@cpfl.com.br  Website: www.cpfl.com.br/ri</p> <p>Coordenador Líder:  HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.  Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.064, 2º andar  01451-000 – São Paulo – SP  At.: Antonio Marques de Oliveira Neto  Tel.: (11) 3847-5078  Fax: (11) 3847-5021  E-mail: Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br  Website: <a href="http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes">http://www.hsbc.com.br/1/2/portal/pt/para-sua-empresa/investimento/operacoes-especiais/operacoes-especiais-mais-informacoes</a></p>

	<p>Coordenador:  Banco UBS Pactual S.A.  Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3729 – 9º andar.  04538-133 - São Paulo - SP  At.: Bruno Carvalho  Tel.: (11)3383-2000  Fax: (11) 3383-2014  E-mail: bruno.carvalho@ubs.com  Website:  <a href="http://www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica/capital_markets.html">http://www.ubs.com/1/p/ubslatinamerica/capital_markets.html</a></p> <p>Comissão de Valores Mobiliários – CVM  Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar  Rio de Janeiro – RJ</p> <p>Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares  São Paulo – SP  <a href="http://www.cvm.gov.br">www.cvm.gov.br</a></p>
<b>Quoruns de Deliberação:</b>	<p>Nas deliberações das Assembléias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto a seguir, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação. Não estão incluídos neste quorum: (i) os quoruns expressamente previstos na Escritura de Emissão; e (ii) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação; (a) da Remuneração; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; e (c) da espécie das Debêntures. As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.</p>



## SUMÁRIO DA COMPANHIA

*A presente Seção contém um resumo das informações apresentadas em outras partes deste Prospecto acerca dos negócios da Companhia e de suas informações financeiras.*

A Companhia atua na distribuição de energia elétrica no interior do Estado de São Paulo. A área de concessão da Companhia abrange 234 municípios e compreende aproximadamente 37,0% do território do Estado de São Paulo, em uma área de aproximadamente 90.440 mil km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 9,8 milhões de habitantes e densidade demográfica de 108 habitantes/km<sup>2</sup>.

A Companhia foi criada em 16 de novembro de 1912, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. Em seus primeiros anos de existência, a CPFL estendeu suas atividades pelo interior do Estado de São Paulo, incorporando empresas prestadoras de serviços de energia elétrica nas cidades de Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Pirajuí e São José do Rio Preto, entre outras. Atualmente, a Companhia é controlada pela CPFL Energia e é sociedade por ações de capital aberto que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Para mais informações sobre o histórico da Companhia, vide Seção “Informações Relativas à Companhia - Histórico da Companhia” na página 135 deste Prospecto.

Em 2008, a Companhia cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo à demanda de seu mercado consumidor com qualidade e eficiência operacional. As vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 19.544 GWh em 2008, com crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período em 2007. Destaca-se o crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a Companhia atua, registraram crescimento de 7,3% e 4,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período em 2007. Ainda foram faturados 5.743 GWh por meio da TUSD em 2008, com crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período em 2007.

Os investimentos totalizaram R\$ 279 milhões em 2008, os quais foram aplicados, principalmente, no atendimento ao crescimento do mercado e na melhoria da confiabilidade e da flexibilidade operacional do sistema elétrico, assim como na modernização dos sistemas e da infraestrutura de suporte às operações.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía aproximadamente 3,5 milhões clientes. A economia da região interiorana do Estado de São Paulo em que a Companhia atua é baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária.

A estratégia da Companhia está baseada no aumento da eficiência das suas operações, buscando focar na melhoria da prestação do serviço e na manutenção dos baixos custos operacionais, por meio do investimento em novos sistemas que monitorem seus ativos de forma mais eficiente.

## **INFORMAÇÕES ACERCA DO FUTURO DA COMPANHIA**

Este Prospecto pode conter informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que refletem as opiniões desta em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora os administradores da Companhia acreditem que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não pode haver garantia de que o desempenho futuro seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta Seção e em outras seções deste Prospecto. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Companhia e não tomar decisões de investimento unicamente baseada em previsões futuras ou expectativas. A Companhia não assume nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas de seu futuro, exceto pelo que dispõe a regulamentação aplicável.

## **2. INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES**

---

- Companhia
- Coordenadores
- Banco Mandatário e Instituição Depositária
- Agente Fiduciário
- Consultores Legais
- Auditores

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **INFORMAÇÕES SOBRE OS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES**

### **Companhia**

Quaisquer outras informações sobre a Companhia, a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto à Companhia, no seguinte endereço:

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, N.º 1.755, km 2,5 - parte  
Campinas – SP - Brasil  
At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo  
Diretor de Relações com Investidores  
Telefone: (19) 3756-8704  
Fac-símile: (19) 3756-8777  
Correio Eletrônico: jfilippo@cpfl.com.br

### **Coordenadores**

Quaisquer outras informações sobre a Oferta e este Prospecto poderão ser obtidas junto aos Coordenadores, nos seguintes endereços:

#### *Coordenador Líder*

#### **HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 4º andar  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Antonio Marques de Oliveira Neto  
Telefone: (11) 3847-5078  
Fac-símile: (11) 3847-5021  
Correio Eletrônico: antonio.m.oliveira@hsbc.com.br

#### *Coordenador*

#### **Banco UBS Pactual S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar  
São Paulo – SP  
At.: Sr. Bruno Licarião  
Telefone: (21) 3383-2000  
Fac-símile: (21) 3383-2000  
Correio Eletrônico: bruno.licario@ubs.com

#### **Banco Mandatário e Instituição Depositária**

O Banco Mandatário das Debêntures pode ser contatado no seguinte endereço:

#### **Banco Bradesco S.A.**

Núcleo administrativo “Cidade de Deus”, s/nº, Prédio Amarelo Velho, 2º andar  
Osasco - SP  
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira  
Telefone: (11) 3684-3749  
Fac-símile: (11) 3684-2714  
Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

## **Agente Fiduciário**

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

### **Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

Avenida Getúlio Vargas, n.º 1.300, 18º andar  
Belo Horizonte – MG  
At.: Sr. Fernando Resende  
Telefone: (31) 3269-8100  
Fac-símile: (31) 3269-8100  
Correio Eletrônico: fernandoresende@aportebhdtvm.com.br

## **Consultores Legais**

Os consultores legais da Companhia e dos Coordenadores podem ser contatados no seguinte endereço:

### **Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447  
São Paulo – SP  
At.: Sra. Marina Anselmo Schneider  
Telefone: (11) 3147-7600  
Fac-símile: (11) 3147-7770  
Correio Eletrônico: manselmo@mattosfilho.com.br

### **Souza, Cescon Avedissian, Barriau e Flesh Advogados**

Rua Funchal, n.º 418, 11º andar  
São Paulo, SP  
At.: Sr. Joaquim José Aceturi de Oliveira  
Telefone: (11) 3089-6508  
Fac-símile: (11) 3089-6565  
Correio Eletrônico: joliveira@scbf.com.br

## **Auditores**

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2008 e 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, enquanto as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os auditores responsáveis por auditar as demonstrações financeiras e realizar a revisão especial das informações financeiras trimestrais da Companhia podem ser contatados no seguinte endereço:

### **KPMG Auditores Independentes**

Avenida Barão de Itapura, n.º 950, 6º andar  
Campinas - SP  
At.: Sr. Jarib Fogaça  
Telefone: (19) 2129-8700  
Fac-símile: (19) 2129-8728  
Correio Eletrônico: jfogaça@kpmg.com.br

### **Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes**

Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, no. 150, 5º. Andar, sala 502  
Campinas - SP  
At.: Sr. Walbert Antonio dos Santos  
Telefone: (191) 3707-3000  
Fac-símile: (19) 3707-3001  
Correio Eletrônico: wsantos@deloitte.com

### **3. INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES**

---

- Coordenador Líder
- Coordenador

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



## INFORMAÇÕES SOBRE OS COORDENADORES

### **Coordenador Líder**

*HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.*

A HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é subsidiária indireta do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, parte do grupo HSBC, corporação internacional sediada em Londres, na Inglaterra, presente em 83 países e territórios, atende mais de 128 milhões de clientes. Constituído no Brasil em 1997, o HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo apresentava em 31 de dezembro de 2008, ativos consolidados de R\$112,1 bilhões e lucro líquido consolidado de R\$1,3 bilhão.

No Brasil o HSBC conta com uma carteira composta por aproximadamente 2,9 milhões clientes pessoa física e 312 mil clientes pessoa jurídica, e possui mais de 2,3 mil agências e postos de atendimento bancários e eletrônicos em 565 municípios. O HSBC possui uma infra-estrutura de 5,6 mil caixas automáticos e 2 mil ambientes de auto-atendimento e canais de conveniência, tais como o Internet Banking e o Phone Centre do HSBC - Serviços Bancários.

### **Coordenador**

*Banco UBS Pactual S.A.*

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G. ("UBS"), instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. O UBS Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, wealth management, asset management e sales & trading (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre e em Recife. Em 31 de março de 2009 o Banco UBS Pactual possuía um patrimônio líquido de aproximadamente R\$ 3.976.089 mil.

Na área de investment banking, o Banco UBS Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, hedge funds, patrocinadores financeiros, empresas de private equity, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais.

O Banco UBS Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (research) na América Latina tem obtido o primeiro lugar nos últimos sete anos (Institutional Investor 2002 - 2008).

Com R\$39,41 bilhões de ativos em gestão (Ranking de Gestão ANBID de Janeiro de 2009), o UBS Pactual é um dos maiores gestores do Brasil. As estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.

O Banco UBS Pactual participa ativamente das atividades de coordenação e distribuição de emissões de dívidas e ações para empresas brasileiras nos mercados de capitais. A força da área de distribuição provém do amplo acesso e da prestação de serviços aos vários grupos de investidores locais e externos, de renda fixa ou dedicados a renda variável. A área de mercado de capitais do Banco UBS Pactual assessora diversos clientes na captação de recursos no mercado local, por meio de operações de debêntures e notas promissórias, entre as principais, destacam-se as seguintes: emissão de debêntures da Telemar Norte Leste, em 2006, no valor de aproximadamente R\$2,2 bilhões, emissão de debêntures do BNDESPAR, em 2007, no valor de R\$1,35 bilhões, e emissão de Notas Promissórias da Concessionária do Rodoanel Oeste, em 2008, no valor de R\$650 milhões.

Além disso, o Banco UBS Pactual e o Banco Pactual S.A., instituição financeira a que ele sucedeu, coordenaram as emissões da Vale, no valor de R\$5,0 bilhões e da Braskem S.A., no valor de R\$ 300 milhões. Ainda, o Banco UBS Pactual atuou como coordenador líder das emissões; da Companhia Siderúrgica Nacional, no valor total de R\$600 milhões; das Lojas Americanas S.A., no valor de R\$200 milhões; da Lupatech S.A., no valor de R\$ 227 milhões; da Camargo Corrêa Cimentos S.A., no valor de R\$360 milhões; e da Vicunha Siderurgia S.A., no valor de R\$1,2 bilhão.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

#### **4. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA**

---

- Características da Oferta
- Destinação dos Recursos

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

*Esta Seção contém um resumo das características da Oferta, conforme estabelecidas na Escritura de Emissão, mas não substitui a leitura completa da Escritura de Emissão.*

### Composição do Capital Social da Companhia

O capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R\$72.650.095,88, dividido em 72.650.095 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 26.950.934 ações ordinárias e 45.699.161 ações preferenciais sem direito de voto, divididas em 2.263.123 ações preferenciais classe "A", 17.134.453 ações preferenciais classe "B" e 26.301.585 ações preferenciais classe "C".

O quadro abaixo indica a composição acionária da Companhia na data deste Prospecto:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CPFL Energia	26.950.931	99,9	45.699.160	99,9	72.650.091	99,9
Membros do Conselho	3	-	-	-	3	-
Ações em Tesouraria	-	-	1	-	1	-
<b>Total</b>	26.950.934	100,0	45.699.161	100,0	72.650.095	100,0

### Autorizações Societárias

A Emissão foi aprovada pelas Reuniões do Conselho de Administração da Companhia realizadas em (a) 29 de maio de 2009, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCESP, sob o n.º 195.274/09-0, em 04 de junho de 2009, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009, e (ii) jornal Correio Popular de Campinas em 01 de junho de 2009; e (b) 14 de julho de 2009, que ratificou a Remuneração das Debêntures, cuja ata será devidamente arquivada na JUCESP e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo em 16 de julho de 2009 e (ii) jornal Correio Popular de Campinas em 16 de julho de 2009.

### Número de Debêntures, Valor Nominal Unitário, Valor Total da Emissão e Data de Emissão

Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), perfazendo o montante total de R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) ("Valor Total da Emissão") na data de emissão, qual seja, 01 de julho de 2009 ("Data de Emissão").

### Número de Séries

A Emissão será realizada em série única.

### Conversibilidade, Tipo e Forma

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautela e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.

## **Espécie**

As Debêntures serão da espécie subordinada e contarão com garantia fidejussória da CPFL Energia.

## **Prazo e Data de Vencimento**

As Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de julho de 2011 ("Data de Vencimento").

## **Colocação e Negociação**

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) no SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA e do BOVESPAFIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

## **Prazo e Forma de Subscrição e Integralização**

As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

## **Preço de Subscrição**

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, por dias úteis, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização ("Valor de Integralização").

## **Certificados de Debêntures**

A Companhia não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriitador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

## **Destinação dos Recursos**

Os recursos obtidos por meio da Emissão serão utilizados para resgate das Notas Promissórias da 1ª Emissão. Para mais informações sobre a destinação dos recursos, vide Seção "Destinação dos Recursos" na página 46 deste Prospecto.

## **Remuneração das Debêntures**

A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a qual foi definida em Procedimento de *Bookbuilding* realizado em 14 de julho de 2009, no qual observou-se a remuneração máxima correspondente a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme abaixo definido, obedecida a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

*Ve* - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator DI* - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$$

onde:

*k* – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*;

*n* - Número total de Taxas DI, sendo “*n*” um número inteiro.

*P* – percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

*TDI<sub>k</sub>* - Taxa DI de ordem *k*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

*DI<sub>k</sub>* - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Escritura de Emissão e descritos na Seção “Características da Oferta – Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação” na página 39 deste Prospecto), para a deliberação, de comum acordo com a Companhia, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Companhia e os Debenturistas representando no mínimo 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

A Remuneração foi definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores em 14 de julho de 2009, durante o qual verificou-se, junto aos investidores, a demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,0% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de Bookbuilding").

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Companhia cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (b) Correio Popular de Campinas; (ii) objeto de aditamento da Escritura de Emissão; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

### **Período de Capitalização**

Período de capitalização ("Período de Capitalização") significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

### **Atualização das Debêntures**

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.

### **Amortização**

As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 01 de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em Circulação à época.

### **Pagamento da Remuneração**

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento ("Pagamento da Remuneração").

### **Aquisição Facultativa**

A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

### **Resgate Antecipado**

Não haverá resgate antecipado das Debêntures.



## **Repactuação**

Não haverá repactuação das Debêntures.

## **Encargos Moratórios**

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1,0% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2,0% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

## **Atraso no Recebimento dos Pagamentos**

Sem prejuízo do disposto no item “Encargos Moratórios” acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

## **Vencimento Antecipado**

São consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e, observados os parágrafos e subitens abaixo, de imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados pro rata temporis, a partir da Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses (“Vencimento Antecipado”):

- (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Companhia que: (a) o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) o(s) protesto(s) foi/foram cancelado(s), ou ainda, (c) foi/foram prestadas garantias em juízo;
- (b) pedido por parte da Companhia e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Companhia e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;
- (c) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa Energia ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia e da Companhia;
- (d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora;
- (e) não pagamento, pela Companhia ou pela Garantidora das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

- (f) deliberação de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;
- (h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;
- (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Companhia e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (l) transformação da Companhia em sociedade limitada;
- (m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;
- (n) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista nas respectivas Escrituras de Emissão não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; ou
- (o) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não consolidadas da Companhia dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:

(i) relação entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 (três) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Companhia. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Companhia o lucro da Companhia antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e

(ii) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Companhia, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto a entidade de previdência privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Companhia, mas apenas registro contábil.

Os valores mencionados nas alíneas (a), (j) e (k) do item acima não serão reajustados ou corrigidos.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, por qualquer dos titulares das Debêntures à Companhia. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k), (n) e (o) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que os titulares das Debêntures tomarem conhecimento do evento, assembleia especial de debenturistas, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A referida assembleia especial de debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Na assembleia mencionada no parágrafo acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos neste Prospecto, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese (i) de não instalação da assembleia de debenturistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista acima por titulares que representem, no mínimo, 75,0% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, os debenturistas deverão declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados do Vencimento Antecipado, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Companhia por meio de carta protocolizada no endereço constante neste Prospecto, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item "Encargos Moratórios" na página 35 deste Prospecto.

### **Prorrogação dos Prazos**

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

## **Garantia Fidejussória**

Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos na Escritura de Emissão.

A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos do Código Civil e artigo 595, do Código de Processo Civil.

A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item.

A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata foi arquivada na JUCESP sob n.º 195.548/09-7 em 05 de junho de 2009 e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo em 30 de maio de 2009 e Valor Econômico em 01 de junho de 2009.

A presente fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

A garantia fidejussória concedida à Emissão foi feita com base nas informações financeiras da Companhia e da Garantidora contempladas neste Prospecto e divulgadas ao mercado.

## **Local de Pagamento**

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP e/ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

## **Imunidade de Debenturistas**

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

## **Limite da Emissão**

Por serem as Debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está sujeita aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

## **Assembleia Geral de Debenturistas e Quoruns para Deliberação**

### *Convocação*

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação.

A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Companhia deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura de Emissão.

As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

### *Quorum de Instalação*

A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

### *Quorum de Deliberação*

Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

Não estão incluídos no quorum a que se refere o parágrafo acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras cláusulas da Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (a) da Remuneração; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos na Escritura de Emissão; e (c) da espécie das Debêntures.

As alterações dos quoruns estabelecidos na Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas na Escritura de Emissão deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

## **Publicidade**

Os atos societários da Companhia serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Companhia, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e (ii) Correio Popular de Campinas. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissão ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, (ii) Correio Popular de Campinas e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – internet (<http://www.cpfl.com.br>). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Companhia na internet, no endereço acima referido.

## **Classificação de Risco**

A Companhia contratou a Standard & Poor's Ratings Services para a elaboração de súmula de classificação de risco para esta Emissão. A súmula encontra-se anexa na página 1263 deste Prospecto.

## **Locais onde as Debêntures Podem ser Adquiridas**

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores da Distribuição Pública em quaisquer dos endereços abaixo indicados:

### Coordenador Líder

#### **HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.064, 2º andar

01451-000 – São Paulo – SP

At.: Antonio Marques de Oliveira Neto

Tel.: (11) 3847-5078

Fax: (11) 3847-5021

E-mail: [Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br](mailto:Antonio.m.oliveira@hsbc.com.br)

### Coordenador

#### **BANCO UBS PACTUAL S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729. 9º andar

São Paulo – SP

At.: Sr. Bruno Licarião

Telefone: (21) 3383-2000

Fac-símile: (21) 3383-2000

Correio Eletrônico: [bruno.licario@ubs.com](mailto:bruno.licario@ubs.com)

## **Informações Complementares**

Quaisquer informações complementares sobre a Companhia e a Emissão poderão ser obtidas na CVM ou na sede dos Coordenadores, nos endereços constantes acima.

## **Público Alvo da Oferta**

O público alvo da Oferta será composto por fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos da Instrução da CVM 409.

## **Declaração de Inadequação de Investimento**

A presente Oferta não é adequada aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

## **Plano de Distribuição**

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores iniciarão a colocação das Debêntures após a concessão do registro da Oferta pela CVM, a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores e a publicação do anúncio de início de que trata o artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, bem como com o plano de distribuição elaborado de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme descrito abaixo.

Anteriormente à concessão do registro da Oferta pela CVM, os Coordenadores poderão realizar Procedimento de *Bookbuilding*, disponibilizando ao público o Prospecto Preliminar de Distribuição, precedido da publicação do aviso de que trata o artigo 53 da Instrução CVM 400, não havendo, contudo, recebimento pelos Coordenadores de reservas de subscrição de Debêntures.

A colocação será pública, não existindo lotes mínimos ou máximos, privilegiando, independentemente de ordem cronológica, as propostas dos investidores que desejarem subscrever as Debêntures e que apresentarem as melhores propostas durante o Procedimento de *Bookbuilding*, devendo ser consideradas como melhores as propostas que apresentem as menores taxas de remuneração para o investidor com a intenção de alcançar a maior pulverização das Debêntures, para que haja maior liquidez no mercado secundário.

Não será (i) constituído fundo de sustentação de liquidez ou (ii) firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures.

Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir Debêntures.

Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável e a prestação de informações à Companhia, quando por ela solicitado, os Coordenadores deverão realizar a distribuição pública das Debêntures, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo, (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos seus clientes, e (iii) que os seus representantes de venda recebam previamente o exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada para tal.

Os Coordenadores e as demais instituições financeiras que eventualmente aderirem ao Contrato de Distribuição na qualidade de instituições intermediárias, poderão revender, até a data de publicação do anúncio de encerramento, as Debêntures adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação pelo Valor Nominal Unitário, devidamente atualizado, se for o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da subscrição e integralização. A revenda das Debêntures pelos Coordenadores, após a publicação do anúncio de encerramento, poderá ser feita pelo preço a ser apurado de acordo com as condições de mercado verificadas a época. A revenda das Debêntures, conforme aqui mencionada, deverá ser efetuada respeitada a regulamentação aplicável.

## **Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários**

Nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Companhia contratou os Coordenadores para realizar a colocação das Debêntures junto ao público.

A cópia do Contrato de Distribuição pode ser obtida no endereço da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, conforme indicados na Seção “Informações Sobre os Administradores, Consultores e Auditores” na página 23 deste Prospecto.

## **Cronograma de Etapas da Oferta**

As datas indicadas na tabela abaixo são baseadas nas expectativas da Companhia e dos Coordenadores e, portanto, estão sujeitas a alterações.

### **Eventos**

Protocolo do Prospecto Preliminar na ANBID  
Disponibilização do Prospecto Preliminar  
Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID  
Publicação do Aviso ao Mercado  
Início das apresentações para potenciais investidores  
Encerramento das apresentações para potenciais investidores  
Procedimento de Bookbuilding  
Fixação da taxa de Remuneração pelo Conselho de Administração da Emissora, conforme definida em Procedimento de Bookbuilding  
Disponibilização do Prospecto Definitivo  
Obtenção do Registro da Oferta na CVM  
Publicação do Anúncio de Início  
Liquidação Financeira da Oferta  
Publicação do Anúncio de Encerramento

### **Datas Previstas\***

08 de junho de 2009  
08 de junho de 2009  
09 de junho de 2009  
25 de junho de 2009  
26 de junho de 2009  
1º de julho de 2009  
14 de julho de 2009  
  
15 de julho de 2009  
15 de julho de 2009  
27 de julho de 2009  
28 de julho de 2009  
29 de julho de 2009  
31 de julho de 2009

\*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e atrasos.

## **Modificação, Suspensão e Revogação da Oferta e Restituição de Valores**

Nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, na hipótese de modificação das condições da Oferta, esta será divulgada nos jornais (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, (ii) Correio Popular de Campinas e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Companhia na rede internacional de computadores – internet (<http://www.cpfl.com.br>), meios iguais aos utilizados para a divulgação do Anúncio de Início de Distribuição e os Coordenadores, ao receberem aceitações da Oferta, deverão obter manifestação escrita de que o potencial investidor está ciente de que os termos da Oferta original foram alterados e de que tem conhecimento das novas condições.

Na hipótese mencionada no parágrafo acima, os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

Na hipótese de ocorrência de qualquer fato ou irregularidade, inclusive após a obtenção do registro da Oferta, que seja relevante o suficiente para justificar a suspensão ou o cancelamento do registro da Oferta, o Coordenador Líder deverá suspender ou cancelar a Oferta e comunicar imediatamente a ocorrência do ato ou irregularidade à Companhia e à CVM, que verificará se a ocorrência do fato ou da irregularidade são sanáveis, nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de (i) revogação da Oferta ou (ii) revogação, pelos investidores, de sua aceitação da Oferta, em caso de modificação das condições da Oferta, nos termos dos artigos 25 e 26 da Instrução CVM 400, os montantes eventualmente utilizados por investidores na integralização de Debêntures durante o Prazo de Colocação serão integralmente restituídos pela Companhia aos Coordenadores e aos respectivos investidores, conforme o caso, no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, nos termos do artigo 26 da Instrução CVM 400, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração. Neste caso, os investidores deverão fornecer recibo de quitação à Companhia referente aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição referentes às Debêntures já integralizadas.



## Regime de Distribuição

Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures sob regime de garantia firme de colocação, sem qualquer solidariedade entre os Coordenadores, sendo atribuída, para fins do regime de garantia firme, a cada Coordenador a quantidade de Debêntures correspondente ao montante a seguir, na Data de Emissão:

Instituição	Montante de Garantia Firme	% da Garantia Firme da Emissão
HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	R\$ 87.500.000,00	50,0%
Banco UBS Pactual S.A.	R\$ 87.500.000,00	50,0%

A garantia firme prestada pelos Coordenadores é válida até o dia 24 de agosto de 2009.

## Remuneração

A título de remuneração pelos serviços previstos no Contrato de Distribuição, a Companhia pagará aos Coordenadores a remuneração descrita a seguir:

- (a) Comissão de Estruturação e Coordenação: equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, a ser dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um;
- (b) Comissão de Colocação: equivalente a 0,12% (doze centésimos por cento) incidente sobre o número total de Debêntures efetivamente subscritas multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, das Debêntures efetivamente subscritas, a ser dividida entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um; e
- (c) Prêmio de Garantia Firme: equivalente a 0,19% (dezenove centésimos por cento) incidente sobre o número de Debêntures objeto da garantia firme multiplicado pelo seu Preço de Subscrição, a ser dividido entre os Coordenadores na proporção da garantia firme prestada por cada um.

Os Coordenadores não receberão nenhuma remuneração adicional pelos serviços previstos nos termos do Contrato de Distribuição além das previstas acima.

## Demonstrativo do Custo da Distribuição

Custos para a Companhia	Montante * (R\$)	% sobre o total da Oferta *
Comissão de Estruturação e Coordenação	210.000,00	0,120
Comissão de Colocação	210.000,00	0,120
Prêmio de Prestação de Garantia Firme	332.500,00	0,190
Taxa para registro na CVM	82.870,00	0,047
Taxa ANBID	15.000,00	0,009
Assessores Legais	81.000,00	0,046
Auditores Externos	172.000,00	0,098
Agência de Classificação de Risco	21.000,00	0,012
Agências de Publicidade	196.000,00	0,112
Banco Mandatário	28.500,00	0,016
Outros Custos**	10.000,00	0,006
Total dos custos	1.358.870,00	0,776
Montante Líquido para a Companhia	173.641.130,00	99,224

\* Valores arredondados.

\*\* Inclui custos com viagens, hospedagem e refeições.

<b>Preço por Debênture (R\$)</b>	<b>Custo por Debênture (R\$)</b>	<b>Custo por Debênture (%)</b>	<b>Montante Líquido por Debênture (R\$)</b>
1.000,00	7,76	0,776	992,24

### **Contrato de Garantia de Liquidez e Contrato de Estabilização de Preço**

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

### **Relacionamento da Companhia com os Coordenadores**

#### **Coordenador Líder:**

Além do relacionamento no âmbito da Emissão, o Coordenador Líder, por meio de seu acionista controlador indireto (HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo), possui relacionamento comercial com a Companhia, com a Garantidora e com suas empresas controladas, por meio da prestação de serviços bancários, tais como: conta corrente, arrecadação de contas de energia elétrica, fiança, financiamento de capital de giro, *swaps*, entre outros. Na data deste Prospecto, a exposição total do HSBC ao Grupo CPFL era de R\$ 60,5 milhões, substancialmente representados por: (i) R\$ 21,8 milhões em 2.175 debêntures simples da 2ª emissão da RGE, com vencimento em 01 abril de 2011, sujeita a atualização monetária pela variação do IGPM e juros correspondente a 9,60% ao ano, pagos anualmente; (ii) contrato de financiamento de capital de giro com a CPFL Santa Cruz e aval da CPFL Energia, com saldo devedor de R\$ 38,5 milhões, prazo original de 3 anos, vencimento em junho de 2011 e custo correspondente a Taxa DI acrescida de *spread* de 1,10% ao ano; e (iii) R\$ 0,3 milhões por contrato de fiança com a RGE, com vencimento em junho de 2009 e custo de 0,60% ao ano. Em 31 de março de 2009, o HSBC subscreveu integralmente a 2ª emissão de notas promissórias comerciais da RGE, no montante de R\$ 160,0 milhões, remuneração correspondente a 118% da Taxa DI e aval da CPFL Energia, vencidas e resgatadas em 30 de abril de 2009. O HSBC também atuou como coordenador líder da 1ª emissão de notas promissórias comerciais de emissão da Companhia, distribuídas em regime de garantia firme de colocação. O HSBC não teve outros contratos de financiamento com empresas do Grupo CPFL nos últimos doze meses.

O HSBC também está atuando como coordenador líder nas ofertas públicas de debêntures da 4ª emissão da RGE, no montante de R\$ 185,0 milhões, e da 2ª emissão da CPFL Geração no montante de R\$ 315,0 milhões. Ambas as debêntures têm prazo de vencimento de dois anos, contam com fiança da CPFL Energia e serão distribuídas em regime de garantia firme de colocação.

O HSBC não tem nenhuma operação de crédito vinculada à presente Oferta.

A Companhia poderá contratar no futuro o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la na realização de investimentos, operações no mercado de capitais ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

#### *Operações Vinculadas à Oferta*

Não há qualquer operação celebrada entre a Companhia e o Coordenador Líder que esteja vinculada à presente Oferta.

**Coordenador:**

A Companhia, Garantidora e/ou suas subsidiárias, além do relacionamento relativo à Oferta, mantém relacionamento comercial com o Banco UBS Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico em que são assessoradas na realização de investimentos, aquisições estratégicas, financiamento e/ou em quaisquer outras operações típicas de banco de investimento e que são necessárias para o exercício de suas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

UBS AG London Branch e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Debêntures como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Debêntures, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total *return swap*). UBS AG London Branch e/ou suas afiliadas poderão adquirir as Debêntures como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Debêntures, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

O Banco UBS Pactual atua como formador de mercado para as ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, que são listadas para negociação na BM&FBOVESPA.

Especificamente em relação à Companhia, o Banco UBS Pactual atuou como coordenador da 1ª Emissão de Notas Promissórias.

*Operações Vinculadas à Oferta*

Não há qualquer operação celebrada entre a Companhia e o Coordenador que esteja vinculada à presente Oferta.

**Declaração da Companhia e do Coordenador Líder**

Declaração nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

A Companhia declara que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. José Antonio de Almeida Filippo, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Wilson P. Ferreira Júnior, Diretor Presidente.

O Coordenador Líder declara (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, assim como durante o prazo de distribuição pública das Debêntures, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto da Oferta (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, conforme declaração anexa a este Prospecto, assinada pelos Srs. Vieri Ermanno Bracco, Diretor Executivo e Sylvio Bittencourt Rocha Pinto Jr., Diretor Executivo.

## **DESTINAÇÃO DOS RECURSOS**

Os recursos obtidos com a presente Emissão serão destinados integralmente ao resgate das Notas Promissórias da 1ª Emissão.

O valor total da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia foi de R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), divididas em 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, emitidas em série única, que foram totalmente subscritas e integralizadas em 29 de abril de 2009. As Notas Promissórias são garantidas por aval de CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI. As notas promissórias da 1ª emissão da Companhia vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009

Nos termos das respectivas cartulas, as Notas Promissórias deverão ser resgatadas a partir do 80º (octogésimo) dia contado da data de emissão: (i) obrigatoriamente, na hipótese da Companhia realizar qualquer forma de captação de recursos no mercado de capitais, no Brasil ou no exterior, com o propósito de refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissórias; ou (ii) a exclusivo critério da Companhia, de acordo com determinados procedimentos a serem observados.

Os recursos obtidos com as Notas Promissórias da 1ª Emissão foram utilizados para reforçar o capital de giro da Companhia.

Na data deste Prospecto, o saldo devedor das Notas Promissórias da 1ª Emissão era de R\$ 176.670.901,04. A diferença entre o saldo devedor e a Emissão será pago com recursos provenientes do caixa da Companhia.

Para mais informações sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão favor ver Seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” na página 176 deste Prospecto.

Para informações sobre os impactos da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Companhia, vide Seção “Capitalização” na página 65 deste Prospecto.

## **5. FATORES DE RISCO**

---

- Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos
- Riscos Relacionados ao Setor Elétrico Brasileiro
- Riscos Relacionados à Companhia
- Riscos Relacionados à Oferta
- Riscos Relacionados à Garantidora

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de suas próprias situações financeiras e objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir. Caso algum destes riscos venha a se concretizar, as condições financeiras, os negócios e os resultados das operações da Companhia poderão ser afetados de forma negativa.*

### RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS

*O Governo Federal e outras entidades da administração pública têm exercido influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil podem influenciar adversamente as atividades da Companhia.*

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente implementa mudanças significativas na política e regulamentação econômica. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e dar efeito a outras políticas incluem controle sobre preços e salários, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital e limites nas importações, entre outras medidas. Os negócios, condições financeiras e os resultados das operações da Companhia poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas públicas, sejam elas implementadas em âmbito federal, estadual ou municipal, referentes às tarifas públicas e controles sobre o câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variação cambial;
- inflação;
- taxas de juros;
- liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- política fiscal; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

A futura evolução da economia brasileira, assim como das políticas do Governo Federal poderá afetar adversamente os negócios da Companhia e os seus resultados.

*A inflação e certas medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia.*

O Brasil apresenta um histórico de altos índices de inflação. Recentemente, os índices de inflação foram de 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008 de acordo com o IPCA. Medidas do Governo Federal para combatê-la, combinadas com a especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, podem contribuir para incertezas na economia brasileira e para aumentar a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Ações futuras do Governo Federal, incluindo definição das taxas de juros ou intervenções no mercado de câmbio para ajustar ou recuperar o valor do Real, poderão ter efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia. Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, talvez a Companhia não seja capaz de reajustar os preços dos seus contratos de compra e venda de energia elétrica para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos operacionais e/ou financeiros. Pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de se antecipar a políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos seus negócios.

*Oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar e de outras moedas podem afetar negativamente a capacidade de pagamento da Companhia.*

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini-desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou 15,7% e 34,3% frente ao Dólar, em 2001 e 2002, respectivamente, e valorizou 22,3%, 8,8%, 13,4%, 9,5% e 20,7% frente ao Dólar, em 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. Em 2008, o Real sofreu uma desvalorização de, aproximadamente, 24,2% em relação ao Dólar. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou uma valorização em relação ao Dólar novamente. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$2,34 por US\$1,00.

A desvalorização acentuada do Real em relação ao Dólar poderá gerar inflação e medidas governamentais para combater eventuais surtos inflacionários, entre os quais a elevação da taxa básica de juros. Tais medidas podem gerar efeitos relevantes e adversos na economia brasileira e/ou nos negócios da Companhia.

*A deterioração das condições políticas, econômicas e de mercado em outros países pode afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia.*

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido, em diferentes intensidades, impactadas pelas condições políticas, econômicas e de mercado de outros países bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições.

Mesmo que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

Não há como garantir que acontecimentos em outros países, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países não afetarão a oferta de crédito no mercado local e internacional de modo adverso causando efeitos negativos na economia brasileira e nos resultados da Companhia.

Considerando que a Companhia atua em setor que exige investimentos significativos, caso o seu acesso ao mercado de capitais e de crédito seja limitado, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para cumprir seu plano de investimentos e manter sua parcela de mercado, afetando de forma negativa seus resultados e sua condição financeira.

*A variação das taxas de juros poderá ter um efeito prejudicial sobre as atividades e resultados operacionais da Companhia.*

A elevação das taxas básicas de juros estabelecidas pelo Banco Central poderá ter impacto negativo no resultado da Companhia, na medida em que podem inibir o crescimento econômico e, consequentemente, a demanda por energia, e também porque suas atividades exigem intensos investimentos de capital. Tais investimentos são, em sua maioria, financiados com recursos de terceiros e remunerados com taxas de juros pós-fixadas. Diante desse cenário, não há garantia de que serão concedidos financiamentos à Companhia e nem de que os custos de eventual financiamento serão satisfatórios. Na hipótese de elevação das taxas de juros, poderá haver aumento nos custos do serviço da dívida da Companhia e das despesas financeiras deles originadas, o que poderá causar a redução na demanda pelos serviços da Companhia ou ter um impacto negativo nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos resultados de suas operações.



*Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.*

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal, que afetam os participantes do mercado de energia, a Companhia e as Distribuidoras. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária da Companhia, que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade e afetar adversamente os preços de sua energia vendida e seu resultado financeiro. Não há garantias de que a Companhia será capaz de manter seus preços, o fluxo de caixa projetado ou a sua lucratividade se ocorrerem alterações significativas nos tributos aplicáveis às suas operações e ao mercado de energia elétrica.

#### **RISCOS RELACIONADOS AO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

*Eventuais alterações na regulamentação do setor elétrico podem afetar de maneira adversa as empresas do setor de energia elétrica, inclusive os negócios e os resultados da Companhia.*

A atividade da Companhia é regulamentada e supervisionada pela ANEEL e pelo MME. A ANEEL, o MME e outros órgãos fiscalizadores têm, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os negócios da Companhia, incluindo a influência sobre as modalidades e os termos e condições dos contratos de venda de energia que esta está autorizada a celebrar. Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor de energia. Por exemplo, em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

A constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi contestada perante o Supremo Tribunal Federal, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Em 11 de outubro de 2006, o Supremo Tribunal Federal indeferiu as medidas cautelares das ações diretas de inconstitucionalidade, por 7 votos a 4, declarando que, em princípio, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não viola a Constituição Federal. O mérito das ações diretas de inconstitucionalidade ainda não foi julgado, sendo que, em 6 de janeiro de 2009, a Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pela improcedência do pedido. Caso a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico seja declarada inconstitucional, os agentes do setor elétrico, incluindo a Companhia, poderão ser adversamente afetados.

O efeito integral das reformas introduzidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sua continuidade, o resultado final da ação perante o Supremo Tribunal Federal e reformas futuras na regulamentação do setor elétrico são difíceis de prever, sendo que as mesmas poderão ter um impacto negativo sobre os negócios da Companhia e seus resultados operacionais.

As principais atividades comerciais, a implementação da estratégia de crescimento e a condução das atividades da Companhia podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais: (a) alteração na legislação aplicável aos negócios da Companhia; (b) descontinuidade e/ou mudanças nos programas de concessão federal e estaduais; (c) imposição de critérios mais rigorosos para a qualificação em licitações futuras; e (d) atraso na implementação de reajustes anuais de tarifas.

A Companhia não pode assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal no futuro e em que medida tais ações poderão afetar os resultados operacionais da Companhia. Caso a Companhia seja obrigada a proceder de maneira substancialmente diferente daquela estabelecida em seu plano de negócio, os resultados financeiros e operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

*Eventuais alterações na regulamentação das agências reguladoras podem ter um efeito prejudicial no setor de energia elétrica, inclusive nos negócios e nos resultados da Companhia.*

Há projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, que dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras. Esse projeto de lei visa alterar a estrutura de tais agências, mediante, dentre outros pontos, a criação (i) de contratos de gestão, que deverão ser firmados entre as Agências e os Ministérios a que estiverem vinculadas, e, também, (ii) de ouvidoria nas Agências, com o objetivo de zelar pela qualidade dos serviços prestados e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Agência, seja contra entes regulados, sendo que o ouvidor, responsável pela respectiva ouvidoria, será indicado pelo Presidente da República.

Caso a mencionada lei entre em vigor, as medidas dela decorrentes poderão reduzir as atribuições da ANEEL, passando o Poder Concedente, por outro lado, sobretudo o MME – ao qual a ANEEL é vinculada –, a ter maior atuação e influência no setor elétrico brasileiro. Não há como garantir que as alterações a serem aprovadas não afetarão negativamente as empresas distribuidoras de energia elétrica, incluindo a Companhia.

*A concentração da matriz energética do setor elétrico brasileiro, o impacto de uma potencial falta de eletricidade e o consequente racionamento de energia elétrica poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.*

O setor elétrico brasileiro, cuja matriz energética é muito concentrada na geração hidrelétrica de energia, representando atualmente 88,6% da capacidade disponível no SIN, enfrenta uma restrição natural à sua capacidade de geração. As UHEs não podem gerar energia além da capacidade possibilitada pelos recursos hídricos do País. O controle do nível dos reservatórios efetuado pelo ONS busca otimizar o nível de água disponível para geração hidrelétrica em cada uma das usinas associadas aos respectivos reservatórios, além de manter certa quantidade de água em reserva, para situações de emergência.

O setor elétrico brasileiro é, portanto, vulnerável a fatores naturais, como enchentes e escassez de chuvas, que afetam a capacidade geradora de energia, e às restrições do sistema interligado de transmissão de energia no País, que impedem o maior aproveitamento do potencial de geração de energia brasileiro.

A baixa média pluviométrica nos anos imediatamente anteriores a 2001, aliada à falta de expansão da capacidade instalada do SIN (em particular devido a entraves legais e regulatórios verificados no programa de expansão da capacidade termelétrica), não compatíveis com os aumentos na demanda que se verificavam, resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do País. Diante dessa condição adversa, em 15 de maio de 2001, o Governo Federal implantou um programa de redução do consumo de energia, que ficou conhecido como Programa de Racionamento. O Programa de Racionamento estabeleceu índices de redução de consumo de energia para Consumidores Livres, comerciais e residenciais, que variavam de 15,0% a 25,0%, e durou de junho de 2001 a fevereiro de 2002.

A Companhia não pode assegurar que períodos com médias pluviométricas baixas ou extremamente baixas não afetarão adversamente seu resultado operacional no futuro.

Caso o Brasil passe por mais um período de potencial ou efetiva escassez de energia elétrica, o Governo Federal poderá implementar políticas e medidas que poderão ter efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

*Regulamentação tarifária do setor elétrico e política tarifária.*

A ANEEL dispõe de ampla discricionariedade para determinar as tarifas pelo fornecimento de energia elétrica.

As tarifas praticadas pela Companhia são determinadas de acordo com Contratos de Concessão celebrados com o Poder Concedente e em conformidade com as competências da ANEEL.

Os Contratos de Concessão da Companhia estabelecem um mecanismo de fixação de tarifas que admite três tipos de reajustes tarifários: (a) o reajuste anual; (b) a revisão periódica e (c) a revisão extraordinária.

A Companhia pode requerer o reajuste anual, que é destinado a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e repassar aos consumidores certos encargos, incluindo encargos do uso da rede de transmissão e distribuição; e certas alterações de custos cujo controle não é gerenciado pela Companhia, tais como o custo da energia elétrica de determinadas fontes. Ademais, a ANEEL realiza a revisão periódica a cada quatro ou cinco anos, a qual tem por finalidade identificar a variação dos custos incorridos pelas concessionárias, bem como determinar um fator de redução do IGP-M a ser aplicado nos reajustes anuais subsequentes, de modo que as concessionárias compartilhem ganhos de produtividade com seus consumidores. A Companhia pode, ainda, requerer uma revisão extraordinária de suas tarifas, caso custos imprevisíveis venham a alterar de maneira significativa sua estrutura de custos.

Não é possível garantir que a ANEEL irá estabelecer tarifas que beneficiem a Companhia.

Ademais, à medida que quaisquer desses reajustes não sejam concedidos pela ANEEL em tempo hábil, a situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações poderão ser adversamente afetados, afetando também os seus resultados. Para maiores informações sobre a ANEEL, vide Seção "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro", na página 119 deste Prospecto.

*Alterações nas leis e regulamentos ambientais podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive a Companhia.*

As empresas do setor elétrico estão sujeitas a uma rigorosa legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. Tais empresas necessitam de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, as empresas podem sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estarem sujeitas a sanções criminais (inclusive seus administradores). O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou desde logo promover ação civil pública visando o ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar as empresas do setor de energia elétrica, incluindo a Companhia, a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios de empresas do setor elétrico, inclusive da Companhia, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos e gerando, consequentemente, efeitos adversos nos negócios e resultados da Companhia. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

*A ocorrência de danos ambientais envolvendo as atividades da Companhia pode sujeitá-la ao pagamento de substanciais custos de recuperação ambiental e indenizações, que podem afetar negativamente os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.*

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. A legislação federal também prevê a desconsideração da personalidade jurídica da empresa poluidora, bem como responsabilidade pessoal dos administradores, para viabilizar o ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente. Como consequência, os sócios e administradores da empresa poluidora poderão ser obrigados a arcar com o custo da reparação ambiental. O pagamento de substanciais custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais pode obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia.

## **RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA**

*A Companhia pode não conseguir executar integralmente sua estratégia de negócio, podendo gerar prejuízos em seus negócios e resultados operacionais.*

A capacidade da Companhia de implementar a sua estratégia de negócios depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de:

- crescimento com disciplina financeira;
- maximização da eficiência da carteira de clientes; e
- eficiência operacional.

A Companhia não pode garantir que quaisquer desses objetivos serão integralmente realizados. Um elemento crítico da estratégia da Companhia é a capacidade de expandir o parque gerador em termos e condições rentáveis para ela por meio de novos projetos, quer por meio da aquisição de concessões já outorgadas, quer por meio da apresentação de propostas bem sucedidas para novas concessões. Além disso, uma vez obtidas novas concessões, a Companhia tem ainda que buscar novos financiamentos para a construção de barragens ou para o seu aprimoramento. Caso a Companhia não seja bem sucedida em suas propostas, seja pelo fato de as mesmas implicarem custos de construção ou aprimoramento muito altos se comparados aos retornos subsequentes, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

*A perda da concessão da Companhia pode gerar prejuízos em seus resultados.*

Nos termos da Lei de Concessões, uma concessão está sujeita à extinção antecipada em determinadas circunstâncias, quais sejam: encampação, caducidade, rescisão amigável ou judicial, anulação do Contrato de Concessão, falência ou extinção da concessionária, existindo ainda a previsão de indenização e intervenção em determinadas situações descritas no Contrato de Concessão. Em quaisquer dos casos descritos, os ativos vinculados à concessão serão revertidos ao Poder Concedente. O Contrato de Concessão prevê o direito a indenização da concessionária. No caso de extinção da concessão da Companhia, não é possível assegurar, na data deste Prospecto, que o valor de eventual indenização será suficiente para compensar a perda de lucro futuro relativo aos ativos ainda não totalmente amortizados ou depreciados.

A extinção antecipada do Contrato de Concessão, assim como a imposição de penalidades à Companhia associadas a tal extinção, poderão gerar significativos impactos nos resultados da Companhia e afetar sua capacidade de pagamento e cumprimento de obrigações financeiras.

Para mais informações sobre a extinção antecipada das concessões, vide Seção “Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Concessões” na página 120 deste Prospecto.

*A Companhia é responsável por quaisquer perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas no seu sistema de distribuição quando de interrupções ou distúrbios que não possam ser identificadas e atribuídas a um agente específico do setor elétrico. Nessas situações, os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir estas perdas e danos.*

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia, na qualidade de prestadora de serviços públicos, tem responsabilidade objetiva por quaisquer prejuízos diretos e indiretos resultantes da inadequada prestação de serviços, tais como (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na operação de suas usinas, que acarretem indisponibilidade forçada, interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a nenhum agente identificado do setor elétrico.

O valor das indenizações no caso do item (ii) acima e o critério de identificação do agente causador é realizado em conformidade com o disposto nos procedimentos de rede estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e homologados pela ANEEL. Dependendo da avaliação final do Operador Nacional do Sistema Elétrico, tal fato poderá acarretar efeito substancial e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia.

*A ANEEL pode impor penalidades à Companhia ou intervir na concessão ou autorizações outorgadas à Companhia por descumprimento de obrigações previstas no Contrato de Concessão, nas autorizações e nas leis e regulamentos setoriais.*

A ANEEL pode impor penalidades à Companhia por descumprimento de qualquer disposição do Contrato de Concessão e autorizações da Companhia. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir:

- advertências;
- multas, por infração, de até 2,0% da receita da Companhia no ano encerrado imediatamente antes da data da respectiva violação;
- embargos à construção de novas instalações ou equipamentos;
- restrições à operação das instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária da participação em processos de licitação para novas concessões; e/ou
- caducidade da concessão.

Qualquer das penalidades descritas acima, bem como a intervenção da ANEEL na concessão ou autorizações outorgadas à Companhia, poderia ter um efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na condição financeira da Companhia, bem como no valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

*A Companhia gera parte de suas receitas operacionais a partir de Consumidores Livres, que podem procurar fornecedores alternativos de energia elétrica.*

Dentro de sua área de concessão, a Companhia não enfrenta concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com a Companhia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores potencialmente livres. De forma geral, são considerados livres os consumidores com demanda de pelo menos 3 MW, atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 74 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 6,2% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 7,7% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no ano de 2008.

Adicionalmente, também são considerados consumidores potencialmente livres os que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc). Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 718 consumidores com essas características. Esses consumidores representaram aproximadamente 13,6% da energia elétrica vendida e 11,5% da receita líquida da Companhia no mesmo período.

A decisão dos consumidores potencialmente livres da Companhia de se tornarem Consumidores Livres e comprarem energia elétrica de outros fornecedores pode afetar negativamente a participação de mercado da Companhia, impactando seus resultados operacionais.

Para maiores informações, vide Seção “Atividades da Companhia – Consumidores Livres” na página 142 deste Prospecto.

*A instabilidade das taxas de juros pode afetar adversamente os negócios da Companhia.*

As dívidas da Companhia estão sujeitas a taxas de juros variáveis, tais como TJLP, LIBOR e Taxa DI. Em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 66,5% do endividamento total da Companhia era denominado em reais e atrelado às taxas do mercado financeiro brasileiro ou a índices de inflação, ou, ainda, estavam sujeitos a taxas flutuantes de juros. A elevação das taxas de juros tem como resultado o aumento dos custos e pagamentos do serviço da dívida da Companhia. Neste caso, os negócios da Companhia, suas condições financeiras e o resultado de suas operações poderão ser afetados negativamente em decorrência de maiores despesas financeiras.

*Impactos de eventuais oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar e outras moedas em decorrência da capitalização da Companhia em moeda estrangeira poderão ter um efeito adverso no desenvolvimento dos negócios da Companhia.*

Em 31 de dezembro de 2008, 33,5% do endividamento total da Companhia era denominado em dólares e sujeito, em grande parte, a *swap* de moeda que o convertia em reais. Adicionalmente, alguns dos custos da Companhia, associados principalmente à aquisição de parte dos equipamentos e tecnologia relacionados ao seu Parque Gerador, estão vinculados à moeda estrangeira.

A diminuição do valor do Real em relação ao Dólar aumentará o serviço de dívida da Companhia e encarecerá os custos de parte da importação da tecnologia e dos bens necessários para a operação de seus negócios aumentarão, com um consequente efeito adverso sobre seus resultados e sua condição financeira.

*Poderá não ser possível efetuar a penhora de uma parcela significativa dos ativos da Companhia para garantir o cumprimento de suas obrigações.*

De acordo com a legislação em vigor e com o Contrato de Concessão, os bens da Companhia essenciais para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que devem ser revertidos para o Poder Concedente ao final do prazo do Contrato de Concessão ou no caso de sua extinção antecipada, não estando sujeitos à penhora ou à execução judicial. Excepcionalmente, e com a devida anuência da ANEEL, poder-se-á penhorar determinados ativos da Companhia com vistas a honrar suas obrigações, desde que esta garantia não comprometa a operacionalização e a continuidade dos serviços relativos à distribuição de energia elétrica. Não obstante, na hipótese de inadimplemento pela Companhia das obrigações de pagamento das Debêntures, parte dos bens que compõem o ativo da Companhia não poderá ser objeto de execução.

Com relação aos ativos da Garantidora, estes são constituídos, principalmente, pelas participações acionárias que estas detêm em concessionárias de geração e distribuição de energia elétrica, cuja penhorabilidade e alienabilidade são limitadas por lei.

*As restrições contratuais à capacidade de endividamento da Companhia e o vencimento antecipado das dívidas existentes podem afetar adversamente sua capacidade de pagar suas dívidas e obter novos financiamentos.*

Em virtude de contratos celebrados para a captação de recursos, a Companhia está sujeita a cláusulas e condições que restringem sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos. A existência de limitações ao endividamento da Companhia poderá afetar sua capacidade de captar novos recursos necessários ao financiamento de suas atividades e de suas obrigações vincendas, o que poderá afetar a capacidade da Companhia de honrar seus compromissos financeiros. Adicionalmente, na hipótese de descumprimento de qualquer disposição dos referidos contratos, poderão tornar-se exigíveis os valores vincendos (principal, juros e multa) objeto dos referidos contratos, bem como poderá haver vencimento antecipado de todos os demais contratos firmados com empresas do grupo ou com o mesmo credor. O vencimento antecipado das obrigações da Companhia impactará sua situação financeira de forma significativa. Para mais informações sobre esse contratos, vide Seção "Atividades da Companhia – Contratos Relevantes Financeiros" na página 160 deste Prospecto.

*As distribuidoras devem adquirir energia no ambiente de contratação regulada, podendo desencadear um aumento de suas despesas, inclusive as da Companhia.*

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, um distribuidor de energia elétrica deverá contratar antecipadamente, por meio de licitações públicas, 100,0% de suas necessidades previstas de energia elétrica para suas respectivas áreas de concessão. Caso a previsão de demanda da Companhia se mostre incorreta e Companhia comprar energia elétrica em volume menor ou maior do que suas necessidades, a Companhia pode não ser capaz de realizar o repasse integral dos custos de suas compras de energia. Por exemplo, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece, entre outras limitações, que se as projeções da Companhia ficarem significativamente abaixo da demanda verificada, a Companhia pode ser forçada a adquirir este saldo por meio de contratos de compra e venda de energia de prazo mais curto. Caso o preço dessas aquisições de energia nos leilões públicos fique acima do Valor Anual de Referência estabelecido pelo Governo Federal, a Companhia pode não ser capaz de realizar o repasse integral do custo dessas aquisições de energia. As projeções de demanda de energia elétrica da Companhia poderão mostrar-se imprecisas, inclusive como resultado da mudança entre os diferentes mercados pelos consumidores (regulado e livre). Caso ocorram variações significativas entre a demanda de energia elétrica da Companhia e o volume de energia elétrica efetivamente adquirida, o resultado de suas operações poderá ser adversamente afetado.

*As condições financeiras da Companhia e resultados reportados podem ser afetadas adversamente pelas mudanças nos princípios contábeis brasileiros.*

Os princípios contábeis brasileiros estão sendo rapidamente alterados em razão de legislação adotada no fim de 2007 fazendo com que os parâmetros dos princípios contábeis brasileiros convirjam com o IFRS, que se tornará obrigatório em 2010. Mudanças que entraram em vigor em 2008 foram refletidas nos exercícios de 2007 e 2008 nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e estão descritas na Nota 2.1 de suas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas.

Diversos novos pronunciamentos contábeis foram adotados e estão vigentes. Outros são esperados para o futuro próximo. Ainda não se pode prever os efeitos que a entrada em vigor dessas mudanças terá sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Esses efeitos podem incluir a redução de receitas, lucro líquido ou lucro operacional reportados ou afetar adversamente o balanço patrimonial da Companhia. Essas mudanças podem afetar adversamente o cumprimento para com índices financeiros relativos a contratos de financiamento.

Dois aspectos do IFRS que poderiam causar um impacto material à Companhia, se adotados no Brasil, dizem respeito ao reconhecimento de ativos regulatórios e à contabilização de suas concessões. Sob os Princípios Contábeis Brasileiros e sob o U.S. GAAP, a Companhia reconhece como ativos e passivos certas quantias que são legalmente obrigados a recolher, ou obrigados a pagar, no futuro conforme a regulamentação aplicável às distribuidoras de energia elétrica. A contabilização de ativos e passivos regulatórios dessa forma causa grande efeito material nas demonstrações financeiras da Companhia. Atualmente existem interpretações do IFRS que a Companhia acredita limitar sua habilidade de reconhecer esses ativos e passivos, assim como a forma de contabilização de sua concessão. A Companhia e outras empresas similares situadas no Brasil estão discutindo esses pontos com doutrinadores e reguladores, porém não se pode prever o resultado dessas discussões ou a forma final que o IFRS ou os princípios contábeis brasileiros baseados no IFRS se aplicarão à Companhia.

*Decisões judiciais contrárias à terceirização de algumas atividades da Companhia atualmente desempenhadas por prestadores de serviços poderão causar um efeito adverso relevante em seu modelo de gestão operacional, seus resultados e/ou na sua condição financeira.*

A Companhia mantém contratos com empresas de prestação de serviços para a condução de parte dos serviços afetos ao Contrato de Concessão. Na hipótese de uma ou mais das referidas empresas não cumprirem com quaisquer de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e/ou fiscais, a Companhia pode vir a ser condenada subsidiariamente a arcar com tais obrigações. Além disso, em virtude de ações judiciais os profissionais terceirizados que prestam serviços à Companhia podem ser considerados como empregados da Companhia para fins da legislação trabalhista aplicável. Adicionalmente, os Tribunais podem decidir pela impossibilidade de terceirização de algumas atividades no setor elétrico, o que poderia acarretar para a Companhia, a impossibilidade de utilização de serviços terceirizados em tais atividades, bem como a caracterização de vínculo empregatício entre os terceirizados e a Companhia ou a necessidade de utilização de pessoal próprio para realização de alguns dos serviços até então terceirizados. Caso isto ocorra, o modelo de gestão, os resultados e/ou a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de forma adversa.

### *Influência das alterações na legislação trabalhista do Brasil.*

O Governo Federal regularmente implementa mudanças na legislação brasileira, sendo possível a ocorrência de alteração em regulamentação trabalhista. Algumas dessas mudanças poderão resultar em aumento dos custos com mão-de-obra da Companhia, bem como restrição em sua liberdade de contratação e alocação de pessoal.

*Decisões adversas em um ou mais processos judiciais em que a Companhia é parte podem afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.*

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos relativos a diversas questões legais, incluindo processos relativos à responsabilidade civil, responsabilidade fiscal, obrigações trabalhistas, regulatórias e outras questões. Para determinados processos, a estimativa das obrigações potenciais é considerada inestimável e/ou os valores efetivos das contingências podem ser superiores aos valores provisionados pela Companhia. A Companhia não pode assegurar que uma decisão adversa referente a qualquer processo judicial existente ou a ser iniciado futuramente não terá um efeito adverso significativo sobre os resultados de suas operações ou condição financeira.

Para informações adicionais sobre os processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia era parte, em 31 de março de 2009, vide Seção “Pendência Judiciais e Administrativas” na página 189 deste Prospecto.

*Caso a Companhia não consiga controlar com sucesso as perdas de energia em seu negócio de distribuição, os resultados de suas operações e sua situação financeira poderão ser adversamente afetados.*

A Companhia sofre dois tipos de perdas de energia: técnicas e comerciais. Perdas técnicas são aquelas que ocorrem no curso regular de distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam de ligações ilegais, furto, erros de medição e de faturamento. A Companhia não pode assegurar que as estratégias a serem implementadas para combater perdas de energia elétrica serão eficazes. Uma parcela de suas perdas de energia elétrica não poderá ser repassada por meio de aumento das tarifas, e não é possível assegurar que as medidas do governo em resposta a uma possível escassez de energia no futuro, bem como um aumento nas perdas de energia, não venham a afetar adversamente a situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Para informações adicionais sobre o gerenciamento de perdas de energia pela Companhia, vide Seção “Atividades da Companhia – Gerenciamento de Perdas de Energia” na página 151 deste Prospecto.

### **RISCOS RELACIONADOS À OFERTA**

*A percepção de riscos em outros países, especialmente em outros países de economia emergente, poderá afetar o valor de mercado de títulos e de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Debêntures.*

Investir em títulos de mercados emergentes, tais como o Brasil, envolve um risco maior do que investir em títulos de emissores de países mais desenvolvidos, e tais investimentos são tidos como sendo de natureza especulativa. Os investimentos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros:

- mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; e
- restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido. Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.



*A baixa liquidez do mercado secundário de debêntures brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Debêntures.*

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta histórico de baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita a seus subscritores sua posterior alienação, caso venham a decidir vendê-las. Dessa forma, os titulares das Debêntures podem ter dificuldade em realizar sua venda no mercado secundário.

*Eventual rebaixamento na classificação de risco da Emissão poderá acarretar uma redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.*

A classificação de risco atribuída à presente emissão baseou-se na atual condição da Companhia e nas informações presentes neste Prospecto. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

*Eventual questionamento sobre a validade da estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP pode afetar adversamente os detentores das Debêntures.*

A Súmula n.º 176 editada pelo Superior Tribunal de Justiça enuncia que é “nula a cláusula contratual que sujeita o devedor à taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP”. As Debêntures serão remuneradas com referência à Taxa DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar da referida súmula não vincular as decisões do poder judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada.

*As obrigações da Companhia, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de Vencimento Antecipado.*

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia, tais como pedido de recuperação judicial ou falência por parte da Companhia ou da Garantidora, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão, extinção de concessões e vencimento antecipado de outras dívidas, bem como caso os Debenturistas não cheguem a um acordo em relação a uma nova taxa de remuneração para as Debêntures, caso a Taxa DI deixe de ser divulgada. Não há garantias de que a Companhia terá recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de vencimento antecipado de suas obrigações. Ademais, o vencimento antecipado poderá causar um impacto negativo relevante nos resultados e atividades da Companhia. Para maiores informações sobre as hipóteses de Vencimento Antecipado das Debêntures, vide Seção “Características da Oferta – Vencimento Antecipado” na página 35 deste Prospecto.

*Subordinação das Debêntures em relação às demais obrigações da Companhia.*

As Debêntures são da espécie subordinada. Portanto, os demais credores da Companhia têm preferência em relação às obrigações assumidas pela Companhia. Caso ocorra algum evento de insolvência o cumprimento das obrigações relacionadas às Debêntures poderá ser prejudicado.

#### **RISCOS RELACIONADOS À GARANTIDORA**

*A Garantidora é uma holding e sua capacidade de honrar suas obrigações financeiras depende do recebimento de dividendos distribuídos pelas suas subsidiárias.*

As Debêntures contam com garantia da CPFL Energia, controladora direta da Companhia. A CPFL Energia é uma sociedade de participações (*holding*), sem geração de receitas operacionais, dependente, portanto, dos recursos oriundos da distribuição de lucros de suas subsidiárias na forma de dividendos, juros sobre capital próprio e outras formas permitidas pela regulamentação vigente.

Adicionalmente, as distribuições de lucros pelas subsidiárias da Garantidora podem sofrer limitações impostas pela ANEEL, por outras determinações legais sobre a matéria, bem como por eventuais contratos celebrados pelas subsidiárias da Garantidora, afetando adversamente sua capacidade de pagamento.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **6. SITUAÇÃO FINANCEIRA**

---

- Apresentação das Informações Financeiras
- Capitalização
- Informações Financeiras e Operacionais Seleccionadas da Companhia
- Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras deste Prospecto foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Estão incluídas neste Prospecto os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008. As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais de 2008 e 2007, bem como o período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008, foram objeto de auditoria e revisão especial, respectivamente, pela KPMG Auditores Independentes, enquanto as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Os dados financeiros selecionados e apresentados neste Prospecto não são necessariamente indicativos dos resultados de operações futuras e devem ser lidos conjuntamente com a Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais” na página 72 deste Prospecto e as demonstrações financeiras auditadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas.

### **Alinhamento com Normas Internacionais de Contabilidade**

Em dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, a qual modifica as disposições da Lei das Sociedades por Ações, estabelecendo diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), atribuindo à CVM amplo poder normativo para regular a matéria para as companhias abertas.

Em dezembro de 2008, foi editada a MP n.º 449/08, com força de lei, que instituiu o RTT – Regime Tributário Transitório de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n.º 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações.

Para elaborar as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2007 comparável com as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e a Garantidora reapresentaram suas Demonstrações Financeiras já publicadas em 31 de dezembro de 2007 para adequá-las às alterações nas políticas contábeis introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e pela MP n.º 449/08. Para informações adicionais a respeito destas alterações e seus efeitos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, consulte referidas demonstrações anexas a este Prospecto e vide seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alteração na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07”, na página 76 deste Prospecto.

### *Demonstrações Financeiras da Companhia*

As informações financeiras apresentadas neste Prospecto referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia anexas ao presente Prospecto.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, anexas a este Prospecto, foram reapresentadas de forma a serem adequadas às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Os pareceres de auditoria da Companhia sobre as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 foram emitidos sem ressalvas contendo parágrafos de ênfases referentes à reapresentação das demonstrações contábeis ajustadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano de 2008.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006, anexas a este Prospecto, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluíam as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, o parecer de auditoria foi emitido sem ressalva, e encontra-se, também, anexo a este Prospecto.

### **Outras Informações**

As informações contidas neste Prospecto em relação ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo BACEN, pelos órgãos públicos e por outras fontes independentes, tais como ANBID, FGV e IBGE. Tais informações não foram submetidas a qualquer verificação independente, razão pela qual a Companhia e o Coordenador Líder não assumem qualquer responsabilidade por sua precisão ou suficiência. Determinados valores e percentuais incluídos neste Prospecto foram submetidos a arredondamento e, assim sendo, os totais apresentados em certas tabelas podem não ser precisos.

## CAPITALIZAÇÃO

Os impactos na situação patrimonial e financeira da Companhia, considerada a utilização dos recursos mencionada na Seção “Destinação de Recursos” na página 46 deste Prospecto, após a captação decorrente da Oferta pode ser avaliada através da tabela abaixo, que exhibe o endividamento da Companhia e sua capitalização total (i) nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006; (ii) nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008; e (iii) no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ajustado para refletir a captação de recursos objeto da Emissão, considerando-se o valor máximo de R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de		
				Ajustado*		
	2008	2007	2006	2009	2009	2008
	(em milhares de reais)					
Empréstimos e Financiamentos – Curto Prazo	113.352	246.218	359.095	120.066	120.066	160.969
Encargos de Dívidas	13.492	3.113	7.339	15.172	15.172	3.572
Debêntures – Curto Prazo	290.279	-	-	288.765	288.765	-
Encargos de Debêntures – Curto Prazo	24.119	19.805	21.789	42.810	42.810	37.369
Empréstimos e Financiamentos – Longo Prazo	988.333	739.023	594.111	958.569	958.569	761.607
Encargos de Dívidas	5.993	7.421	2.305	7.072	7.072	3.554
Debêntures – Longo Prazo	640.000	914.897	903.830	815.000	640.000	918.670
<b>Empréstimos e Financiamentos – Total</b>	<b>1.121.170</b>	<b>995.775</b>	<b>962.850</b>	<b>1.100.879</b>	<b>1.100.879</b>	<b>929.702</b>
<b>Debêntures - Total</b>	<b>954.398</b>	<b>934.702</b>	<b>925.619</b>	<b>1.146.575</b>	<b>971.575</b>	<b>956.039</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>497.388</b>	<b>495.511</b>	<b>1.456.044</b>	<b>582.667</b>	<b>582.667</b>	<b>669.450</b>
<b>Capitalização total</b>	<b>2.572.956</b>	<b>2.425.988</b>	<b>3.344.513</b>	<b>2.830.121</b>	<b>2.655.121</b>	<b>2.555.191</b>

\* Ajustado para refletir a captação de recursos objeto da Emissão

A captação de recursos por meio da presente Oferta não tem impacto direto nos resultados da Companhia.

## **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS DA COMPANHIA**

O quadro a seguir exhibe as informações financeiras selecionadas da Companhia. Exceto por certas reclassificações requeridas pela ANEEL efetuadas nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito na Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Reclassificações Requeridas pela ANEEL” na página 78 deste Prospecto, as informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras auditadas não consolidadas da Companhia para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e das Informações Financeiras objeto de revisão especial para os períodos de três meses encerrados em 31 de março dos anos de 2009 e 2008, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil. O parecer dos auditores independentes menciona que em decorrência da segunda revisão tarifária periódica prevista no Contrato de Concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, através da Resolução Homologatória 636, de 17 de abril de 2008, o reposicionamento tarifário da Companhia em 4,77% a ser aplicado a partir de 19 de abril de 2008. Os possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em exercícios subsequentes. O parecer dos auditores independentes também contém um parágrafo de ênfase informando que, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As informações financeiras da Companhia, referente ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e revisadas pela KPMG Auditores Independentes de acordo com as normas especificadas e estabelecidas pelo IBRACON, conforme relatório de revisão limitada anexo a este Prospecto. A KPMG Auditores Independentes menciona em seu relatório que esta revisão limitada não representou um exame de auditoria de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e que, portanto, não está em condição de emitir, e não emitiu, uma opinião sobre estas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações financeiras referentes ao período aqui mencionado devem ser lidas e interpretadas neste contexto. O relatório de revisão limitada dos auditores independentes também contém um parágrafo de ênfase informando que em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, durante 2008, as informações contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reapresentadas.

As demonstrações financeiras não consolidadas da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e o parecer com relação à auditoria destas demonstrações financeiras foi emitido sem ressalvas.

As presentes informações deverão ser analisadas no contexto das Demonstrações Financeiras da Companhia, que são parte integrante deste Prospecto.

Ressalta-se que as informações financeiras selecionadas exibidas abaixo foram extraídas dos números exclusivamente referentes à Companhia (não consolidados), conforme indicado nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

O potencial investidor deverá ler essas informações financeiras selecionadas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas, incluídas como anexo a este Prospecto, bem como na Seção “Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações” na página 72 deste Prospecto.



	Exercício Encerrado em 31 de dezembro de		
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>(em milhares de reais)</b>			
<b>Receita Operacional</b>	<b>6.677.068</b>	<b>6.868.418</b>	<b>6.298.146</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	6.084.014	6.318.283	5.900.082
Suprimento de Energia Elétrica	46.178	6.572	18.059
Outras Receitas Operacionais	546.876	543.563	380.005
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(2.330.954)</b>	<b>(2.407.722)</b>	<b>(2.277.060)</b>
ICMS	(1.185.107)	(1.256.476)	(1.136.132)
PIS	(113.248)	(120.103)	(105.400)
COFINS	(521.723)	(552.705)	(484.670)
ISS	(153)	(163)	(153)
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.828)	(19.732)	(19.679)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(246.035)	(202.769)	(297.461)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(206.208)	(205.333)	(187.385)
Programa P&D e Eficiência Energética	(45.653)	(50.422)	(44.567)
Encargos Emergenciais (ECE/EAAE)	1	(19)	(1.613)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>4.346.114</b>	<b>4.460.696</b>	<b>4.021.086</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(3.160.836)</b>	<b>(2.768.128)</b>	<b>(2.722.442)</b>
<i>Custo com Energia Elétrica</i>	<i>(2.834.360)</i>	<i>(2.421.859)</i>	<i>(2.348.156)</i>
Energia Comprada para Revenda	(2.423.002)	(2.125.508)	(1.953.451)
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(411.358)	(296.351)	(394.705)
<i>Custo de Operação</i>	<i>(322.356)</i>	<i>(342.995)</i>	<i>(360.774)</i>
Pessoal	(176.025)	(154.493)	(155.101)
Entidade de Previdência Privada	66.318	36.023	5.744
Material	(25.561)	(25.369)	(21.806)
Serviços de Terceiros	(43.173)	(42.008)	(40.426)
Depreciação e Amortização	(139.697)	(154.763)	(148.184)
Outros Custos de Operação	(4.218)	(2.385)	(1.001)
<i>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</i>	<i>(4.120)</i>	<i>(3.274)</i>	<i>(13.512)</i>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>1.185.278</b>	<b>1.692.568</b>	<b>1.298.644</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(258.602)</b>	<b>(397.820)</b>	<b>(275.866)</b>
Despesas com vendas	(102.603)	(239.279)	(130.879)
Despesas Gerais e Administrativas	(147.405)	(136.863)	(135.427)
Outras Despesas Operacionais	(8.594)	(21.678)	(9.560)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>926.676</b>	<b>1.294.748</b>	<b>1.022.778</b>
<b>Resultado de Participações Societárias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>97.069</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(75.111)</b>	<b>(119.035)</b>	<b>(169.156)</b>
Receitas Financeiras	254.990	203.201	336.378
Despesas Financeiras	(299.016)	(279.671)	(381.604)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	(31.085)	(42.565)	(123.930)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>851.565</b>	<b>1.175.713</b>	<b>950.691</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.755</b>
Receitas	-	-	7.995
Despesas	-	-	(2.240)
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>851.565</b>	<b>1.175.713</b>	<b>956.446</b>
Contribuição Social	(75.907)	(92.253)	(52.418)
Contribuição Social Diferida	(2.976)	(14.914)	(27.134)
Imposto de Renda	(206.796)	(255.972)	(135.918)
Imposto de Renda Diferido	(6.655)	(37.172)	(86.882)
<b>Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos Trib.</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.677)</b>
<b>Lucro Antes da Reversão do JCP</b>	<b>559.231</b>	<b>775.402</b>	<b>643.417</b>
<b>Reversão dos juros sobre capital próprio</b>	<b>31.085</b>	<b>42.565</b>	<b>123.930</b>
<b>Lucro do exercício</b>	<b>590.316</b>	<b>817.967</b>	<b>767.347</b>
<b>Lucro por ação</b>	<b>16,25</b>	<b>817,97</b>	<b>0,0227</b>

<b>Balço Patrimonial Ativo</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>Exrcio Encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.529.577</b>	<b>1.856.882</b>	<b>1.856.616</b>
Disponibilidades	66.351	340.796	245.240
Consumidores, Concession. e Permissionárias	771.717	872.893	1.182.606
Dividendos e Juros sobre Capital Prprio	408	408	87.059
Tributos a Compensar	41.552	40.386	31.577
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.363)	(41.106)	(47.203)
Despesas Pagas Antecipadamente	66.179	112.608	96.422
Créditos Fiscais Diferidos	81.059	62.803	92.705
Estoques	4.588	4.214	4.552
Diferimento de Custos Tarifários	470.634	400.271	101.948
Outros Créditos	54.452	63.609	61.710
<b>Ativo No Circulante</b>	<b>3.082.451</b>	<b>2.881.336</b>	<b>3.708.555</b>
<b>Ativo Realizável de Longo Prazo</b>	<b>1.523.390</b>	<b>1.394.633</b>	<b>1.268.246</b>
Consumidores, Concession. e Permissionárias	170.361	114.888	88.097
Depósitos Judiciais	491.082	427.585	43.678
Tributos a Compensar	53.552	52.861	48.449
Despesas Pagas Antecipadamente	35.560	21.018	14.445
Créditos Fiscais Diferidos	466.333	496.072	534.761
Diferimento de Custos Tarifários	81.103	178.206	441.250
Derivativos	161.604	-	-
Outros Créditos	63.795	104.003	97.566
<b>Ativo Permanente</b>	<b>1.559.061</b>	<b>1.486.703</b>	<b>2.440.309</b>
Investimentos	1.144	1.143	1.052.493
Imobilizado	1.395.269	1.339.302	1.379.024
Intangível	162.648	146.258	-
Diferido	-	-	8.792
<b>Ativo Total</b>	<b>4.612.028</b>	<b>4.738.218</b>	<b>5.565.171</b>

<b>Balço Patrimonial Passivo</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>Exrcio Encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.893.335</b>	<b>1.863.542</b>	<b>1.841.767</b>
Fornecedores	446.851	382.394	420.500
Encargos de Dívidas	13.492	3.113	7.339
Encargos de Debêntures	24.119	19.805	21.789
Empréstimos e Financiamentos	113.352	246.218	359.095
Debêntures	290.279	-	-
Entidade de Previdência Privada	31.956	45.034	59.070
Taxas Regulamentares	45.094	33.328	56.517
Tributos e Contribuições Sociais	210.950	325.078	221.368
Dividendos e Juros sobre Capital Prprio	289.653	422.092	442.824
Obrigações Estimadas	21.533	18.474	19.033
Diferimento de Ganhos Tarifários	115.337	138.312	98.558
Derivativos	53.075	-	-
Outras Contas a Pagar	237.644	229.694	135.674
<b>Passivo No Circulante</b>	<b>2.221.305</b>	<b>2.379.165</b>	<b>2.267.360</b>
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.221.305	2.379.165	2.267.360
Fornecedores	64.208	-	-
Encargos de Dívidas	5.993	7.421	2.305
Empréstimos e Financiamentos	988.333	739.023	594.111
Debêntures	640.000	914.897	903.830
Entidade de Previdência Privada	394.234	496.970	585.354
Tributos e Contribuições Sociais	3.359	3.853	22.386
Provisões para Contingências	10.120	37.536	46.497
Diferimento de Ganhos Tarifários	31.336	39.223	45.188
Derivativos	-	73.637	8.475
Outras Contas a Pagar	83.722	66.605	59.214
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>497.388</b>	<b>495.511</b>	<b>1.456.044</b>
Capital Social	36.324	1.000	920.747
Reservas de Capital	453.798	489.122	519.144
Reservas de Lucro	7.266	7.266	16.153
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(1.877)	-
<b>Passivo Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>4.612.028</b>	<b>4.738.218</b>	<b>5.565.171</b>

	Período de três meses encerrado em 31 de março de	
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>(em milhares de reais)</b>		
<b>Receita Operacional</b>	<b>1.574.918</b>	<b>1.796.055</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.449.750	1.668.346
Suprimento de Energia Elétrica	10.042	17.749
Outras Receitas Operacionais	115.126	109.960
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(553.900)</b>	<b>(629.041)</b>
ICMS	(280.385)	(325.869)
PIS	(26.076)	(31.506)
COFINS	(120.103)	(145.121)
ISS	(35)	(43)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.505)	(3.076)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(60.479)	(62.002)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(52.487)	(49.056)
Programa P&D e Eficiência Energética	(10.831)	(12.367)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	(1)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.021.018</b>	<b>1.167.014</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(813.705)</b>	<b>(841.483)</b>
<i>Custo com Energia Elétrica</i>	<i>(717.288)</i>	<i>(759.074)</i>
Energia Comprada para Revenda	(622.043)	(670.139)
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(95.245)	(88.935)
<i>Custo de Operação</i>	<i>(95.680)</i>	<i>(81.488)</i>
Pessoal	(45.045)	(39.000)
Entidade de Previdência Privada	(19)	16.580
Material	(5.517)	(6.090)
Serviços de Terceiros	(9.936)	(12.947)
Depreciação e Amortização	(33.913)	(38.803)
Outros Custos de Operação	(1.250)	(1.228)
<i>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</i>	<i>(737)</i>	<i>(921)</i>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>207.313</b>	<b>325.531</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(70.206)</b>	<b>(58.639)</b>
Despesas com vendas	(27.317)	(20.625)
Despesas Gerais e Administrativas	(39.991)	(36.581)
Outras Despesas Operacionais	(2.898)	(1.433)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>137.107</b>	<b>266.892</b>
<b>Resultado de Participações Societárias</b>	-	-
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(7.201)</b>	<b>(10.508)</b>
Receitas Financeiras	47.679	55.635
Despesas Financeiras	(54.880)	(66.143)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	-
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>129.906</b>	<b>256.384</b>
Contribuição Social	(9.626)	(32.197)
Contribuição Social Diferida	(2.418)	8.623
Imposto de Renda	(25.866)	(88.479)
Imposto de Renda Diferido	(6.717)	24.302
<b>Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos Trib.</b>	-	-
<b>Lucro Antes da Reversão do JCP</b>	-	-
<b>Reversão dos Juros sobre Capital Próprio</b>	-	-
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>85.279</b>	<b>168.633</b>
<b>Lucro por Ação</b>	<b>1,17</b>	<b>168,63</b>

<b>Balanco Patrimonial Ativo</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>Em 31 de março de</b> <b>2009</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b> <b>2008</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.701.711</b>	<b>1.529.577</b>
Disponibilidades	115.831	66.351
Consumidores, Concession. e Permissionárias	803.530	771.717
Dividendos	408	408
Tributos a Compensar	41.256	41.552
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.895)	(27.363)
Despesas Pagas Antecipadamente	83.408	66.179
Créditos Fiscais Diferidos	78.287	81.059
Estoques	4.785	4.588
Diferimento de Custos Tarifários	543.100	470.634
Outros Créditos	61.001	54.452
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.955.661</b>	<b>3.082.451</b>
<b>Ativo Realizável de Longo Prazo</b>	<b>1.382.148</b>	<b>1.523.390</b>
Consumidores, Concession. e Permissionárias	152.783	170.361
Depósitos Judiciais	504.368	491.082
Tributos a Compensar	53.427	53.552
Despesas Pagas Antecipadamente	22.250	35.560
Créditos Fiscais Diferidos	457.179	466.333
Diferimento de Custos Tarifários	39.676	81.103
Derivativos	116.832	161.604
Outros Créditos	35.633	63.795
<b>Ativo Permanente</b>	<b>1.573.513</b>	<b>1.559.061</b>
Investimentos	1.144	1.144
Imobilizado	1.409.715	1.395.269
Intangível	162.654	162.648
<b>Ativo Total</b>	<b>4.657.372</b>	<b>4.612.028</b>
<b>Balanco Patrimonial Passivo</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>Em 31 de março de</b> <b>2009</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b> <b>2008</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.937.616</b>	<b>1.893.335</b>
Fornecedores	476.760	446.851
Encargos de Dívidas	15.172	13.492
Encargos de Debêntures	42.810	24.119
Empréstimos e Financiamentos	120.066	113.352
Debêntures	288.765	290.279
Entidade de Previdência Privada	37.231	31.956
Taxas Regulamentares	36.988	45.094
Tributos e Contribuições Sociais	191.518	210.950
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	289.653
Obrigações Estimadas	24.368	21.533
Diferimento de Ganhos Tarifários	134.590	115.337
Derivativos	53.999	53.075
Outras Contas a Pagar	225.696	237.644
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.137.089</b>	<b>2.221.305</b>
Passivo Exigível a Longo Prazo	2.137.089	2.221.305
Fornecedores	56.181	64.208
Encargos de Dívidas	7.072	5.993
Empréstimos e Financiamentos	958.569	988.333
Debêntures	640.000	640.000
Entidade de Previdência Privada	371.457	394.234
Tributos e Contribuições Sociais	1.197	3.359
Provisões para Contingências	8.375	10.120
Diferimento de Ganhos Tarifários	11.272	31.336
Derivativos	-	-
Outras Contas a Pagar	82.966	83.722
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>582.667</b>	<b>497.388</b>
Capital Social	72.650	36.324
Reservas de Capital	417.472	453.798
Reservas de Lucro	7.266	7.266
Lucro do Período	85.279	-
<b>Passivo Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>4.657.372</b>	<b>4.612.028</b>

## Outras informações financeiras

Conciliação do EBITDA Ajustado	Em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
<i>(em milhares de reais)</i>					
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>590.316</b>	<b>817.967</b>	<b>767.347</b>	<b>85.279</b>	<b>168.633</b>
Entidade de Previdência Privada	(66.318)	(36.023)	(5.744)	19	(16.580)
Depreciação e Amortização	149.694	160.414	156.601	36.564	41.193
Resultado Financeiro	75.111	119.035	169.156	7.201	10.508
Equivalência Patrimonial	-	-	(97.069)	-	-
Contribuição Social	78.883	107.167	79.552	12.044	23.574
Imposto de Renda	213.451	293.144	222.800	32.583	64.177
Item Extraordinário	-	-	10.677	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	(31.085)	(42.565)	(123.930)	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.010.052</b>	<b>1.419.139</b>	<b>1.179.390</b>	<b>173.690</b>	<b>291.505</b>

*Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada, e de item extraordinário, e de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.*

## Eventos Relevantes Posteriores à Divulgação das Informações Trimestrais Relativas ao Período Encerrado em 31 de março de 2009

A Companhia, com o propósito de reforçar seu capital de giro, captou R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), por meio da distribuição pública de 175 (cento e setenta e cinco) Notas Promissórias de sua 1ª Emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), remunerados à variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. As Notas Promissórias da 1ª Emissão vencerão em 360 dias contados de 29 de abril de 2009, podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS**

### **Introdução**

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado das operações a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre as informações financeiras e os resultados operacionais. As demonstrações financeiras constantes do presente Prospecto foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações estão também em consonância com a legislação específica aplicável às empresas concessionárias de energia elétrica.

Ressalta-se que para a presente análise e discussão foram utilizados apenas os números exclusivamente referentes à Companhia, ou seja, não-consolidados (controladora) conforme indicado nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social, entre outros, a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela ANEEL, vinculada ao MME.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, compreendendo aproximadamente 9,8 milhões de habitantes e 37,0% do território dessa estado, em uma área de aproximadamente 90.440 mil km<sup>2</sup>. Entre os principais municípios da área de concessão da Companhia estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica nessa área, por prazo determinado de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo ser prorrogado por no máximo igual período.

Em 2008, a Companhia cumpriu todos os pontos de sua agenda estratégica, atendendo plenamente as demandas de seu mercado consumidor com padrões reconhecidos de qualidade e eficiência operacional. As vendas de energia para o mercado cativo alcançaram 19.544 GWh em 2008, com crescimento de 3,6% em relação ao mesmo período em 2007. Destaca-se o crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a Companhia atua, registraram crescimento de 7,3% e 4,7%, respectivamente, em relação ao mesmo período em 2007. Ainda foram faturados 5.743 GWh por meio da TUSD em 2008, com crescimento de 3,1% em relação ao mesmo período em 2007.

Os investimentos totalizaram R\$278.805 mil em 2008, os quais foram aplicados, principalmente, no atendimento ao crescimento do mercado e na melhoria da confiabilidade e da flexibilidade operacional do sistema elétrico, assim como na modernização dos sistemas e da infraestrutura de suporte às operações.

Em 31 de março de 2009, a Companhia distribuiu 4.886 GWh de energia elétrica para 3,5 milhões de consumidores.

### **Ambiente Econômico Brasileiro**

O desempenho da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta as receitas, os custos e as margens da Companhia. O ambiente econômico brasileiro caracteriza-se por flutuações significativas das taxas de crescimento.

Entre 2006 e 2008, o PIB brasileiro apresentou crescimento médio de 15,4% em termos reais (4,0% em 2006; 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008) e, como um de seus reflexos, observou-se a redução do nível de desemprego nas principais regiões metropolitanas do país no período. Segundo o IBGE, a taxa de desemprego diminuiu de 10,0% em 2006 para 7,9% em 2008. No entanto, como reflexo da crise econômica mundial deflagrada principalmente a partir da segunda metade de 2008, no início de 2009 se nota um pequeno aumento do desemprego. Segundo o IBGE, em março a taxa de desemprego foi de 9,0%, 0,5 ponto percentual maior que a de fevereiro (8,5%) do mesmo ano.

Por outro lado, o índice de inflação (IPCA) tem se mantido dentro da banda da meta estipulada pelas autoridades monetárias entre 2006 e 2008: 3,1% em 2006, 4,5% em 2007 e 5,9% em 2008. Diante da atual crise econômica global e brasileira, o Banco Central tem procurado, por meio da política monetária, estimular a economia doméstica, buscando reduzir os impactos da crise econômica global no País, contudo sem abrir mão de rígido controle inflacionário.

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores econômicos brasileiros para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre encerrado em 31 de março de	
	2006 <sup>(1)</sup>	2007 <sup>(1)</sup>	2008 <sup>(1)</sup>	2008 <sup>(1)</sup>	2009 <sup>(1)</sup>
Crescimento do PIB	3,8%	5,4%	5,1%	(0,5)%	n.d.
Crescimento das vendas reais no varejo	6,17%	9,68%	9,12%	1,06%	(3,85)%
Inflação (IGP-M) <sup>(2)</sup>	3,85%	7,75%	9,81%	2,38%	(0,92)%
Inflação (IPCA) <sup>(3)</sup>	3,14%	4,46%	5,90%	1,52%	1,23%
SELIC <sup>(4)</sup>	13,25%	11,25%	13,75%	11,25%	11,78%
TJLP <sup>(5)</sup>	6,85%	6,37%	6,25%	6,25%	6,25%
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	8,70%	17,20%	(31,90%)	14,7%	(32,4%)
Taxa de câmbio no final do período (R\$ por US\$1,00)	\$2,138	\$1,771	\$2,337	R\$1,749	R\$2,315
Taxa média de câmbio (R\$ por US\$1,00) <sup>(7)</sup>	\$2,177	\$1,948	\$1,837	R\$1,737	R\$2,311
Saldo da Balança Comercial (bilhões de US\$)	\$46,5	\$40,0	\$24,8	\$2,8	\$3,0

Fontes: BNDES, Banco Central, IBGE, Funcex e Fundação Getúlio Vargas.

<sup>(1)</sup> O PIB informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

<sup>(2)</sup> A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

<sup>(3)</sup> A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados nos últimos 12 meses de cada período.

<sup>(4)</sup> Taxa fixada pelo COPOM (final do período).

<sup>(5)</sup> Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período).

<sup>(6)</sup> Média das taxas de câmbio de compra e venda do último dia do período.

<sup>(7)</sup> Média das taxas de câmbio de compra e venda diárias.

## Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas e instruções da CVM.

Abaixo segue um sumário das principais práticas contábeis aplicáveis à Companhia:

- a) Disponibilidades - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras, que estão registradas aos respectivos valores de mercado.

- b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar, a consumidores finais, a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE e saldos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
- c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, objetivando a formação de um julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas efetivas.
- d) Imobilizado – Registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo, quando aplicáveis, juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Os ativos imobilizados foram corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e estão deduzidos da depreciação calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens conforme definição do órgão regulador.
- e) Intangível – Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os ágios, fundos de comércio, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. Os ativos intangíveis somente são amortizados caso sua vida útil possa ser razoavelmente determinada.
- f) Redução ao Valor Recuperável - Os ativos imobilizados e intangíveis têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.
- g) Atualizações de Direitos e Obrigações – Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelos efeitos da inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até as datas dos balanços e ajustados a valor presente, quando aplicável, em situações em que as referidas taxas contratuais forem inferiores às condições de mercado.
- h) Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social em período não superior a 10 anos. Registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágio incorporado, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos projetados para o período remanescente do contrato de concessão.

Em conformidade com as disposições previstas no artigo 15 da Medida Provisória n.º 449/08, que institui o Regime Tributário de Transição – RTT de apuração do Lucro Real, a Companhia optou por adotar o Regime de Transição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, sendo que esta opção aplicar-se-á ao biênio 2008 – 2009, de forma irrevogável, através do envio da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica 2009.

- i) Planos de Aposentadoria e Pensão – Incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM n.º 371/00.
- j) Provisão para Contingências - As provisões para contingências conhecidas nas datas dos balanços, são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. São apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências líquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.



- k) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidos dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.
- l) Derivativos - São classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais de determinados passivos. Os referidos contratos são contabilizados a valores de mercado, e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos no resultado financeiro.
- m) Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos, nas respectivas contas de custos e despesas.
- n) Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em julgamento para a determinação e o registro de certas estimativas que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

### **Principais Linhas de Resultado**

Apresentamos a seguir uma discussão sobre o que consideramos como principais linhas de resultado da Companhia incluindo algumas de suas variáveis, premissas e a sensibilidade à que estas estimativas estão sujeitas.

- a) Receita Operacional – representa as receitas decorrentes da venda de energia aos clientes e de serviços a eles prestados, tais como fornecimento aos consumidores cativos, suprimento de energia a outras concessionárias e permissionárias, receita pela disponibilidade da rede elétrica (TUSD) e ativos regulatórios.
- b) Deduções da Receita Operacional – as deduções da receita bruta da Companhia representam, principalmente, aquelas decorrentes da tributação aplicável (tal como ICMS, COFINS, ISS e PIS) e outros dedutíveis em razão de a Companhia ser uma prestadora de serviço público de eletricidade (tais como Fundo RGR, Conta de Desenvolvimento Energético, entre outros).
- c) Receita Operacional Líquida – representa a diferença entre Receita Operacional e Deduções da Receita Operacional.
- d) Custo do Serviço de Energia Elétrica – o custo de bens e/ou serviços vendidos da Companhia representa o custo de aquisição da energia comprada para revenda, encargos pelo uso do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica, custos com pessoal, custos com entidade de previdência privada, custos de materiais, depreciação e amortização, serviços de terceiros, entre outros.

- e) Lucro Operacional Bruto – representa a diferença entre Receita Operacional Líquida e Custo do Serviço de Energia Elétrica.
- f) Despesas Operacionais – representam as despesas com vendas, gerais e administrativas da Companhia.
- g) Resultado do Serviço – representa a diferença entre Lucro Operacional Bruto e Despesas Operacionais.
- h) Resultado Financeiro – representa a somatória de receitas e despesas com aplicações financeiras, multas moratórias, atualização de créditos fiscais, despesas bancárias, entre outros.
- i) Resultado Antes de Tributação/Participações – representa a soma do Resultado Operacional e do Resultado Não Operacional.
- j) Provisão para IR e Contribuição Social – representa os valores provisionados pela Companhia para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social.
- k) Lucro/Prejuízo do Exercício – é o resultado da dedução de Provisão para IR e Contribuição Social, IR Diferido, Participações/Contribuições Estatutárias e Reversão dos Juros sobre Capital Próprio da rubrica Lucro Antes dos Tributos.
- l) Lucro por Ação – representa o lucro líquido do período dividido pela quantidade total de ações nas datas dos balanços.

#### **Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07**

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei n.º 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. Em termos gerais, a nova Lei requer a harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com determinados padrões contábeis internacionais derivados das normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2008. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória n.º 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, dentre outras providências.

Entre as principais alterações decorrentes da Lei n.º 11.638/07, destacam-se:

- substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;
- inclusão da demonstração do valor adicionado, aplicável para companhias de capital aberto, que demonstra o valor adicionado pela Companhia, bem como a composição da origem e alocação de tais valores;
- possibilidade de manter separadamente a escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis;
- criação de novo subgrupo de contas, intangível, que inclui ágio, para fins de apresentação no balanço patrimonial. Essa conta registrará os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido;

- obrigatoriedade do registro no ativo Imobilizado dos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à Companhia os benefícios, os riscos e o controle dos bens (como, por exemplo, *leasing* financeiro);
- modificação do conceito para valores registrados no diferido. Somente as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional;
- obrigatoriedade de a Companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo Imobilizado, intangível e diferido, com o objetivo de assegurar que: (i) a perda por não-recuperação desses ativos é registrada como resultado de decisões para descontinuar as atividades relativas a referidos ativos ou quando há evidência de que os resultados das operações não serão suficientes para assegurar a realização de referidos ativos; e (ii) o critério utilizado para determinar a estimativa de vida útil remanescente de tais ativos com o objetivo de registrar a depreciação, amortização e exaustão é revisado e ajustado;
- requerimentos de que as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, sejam registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda; e (ii) pelo valor de custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior;
- criação de um novo subgrupo de contas, ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros; o registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); e os ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas que estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle;
- introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo;
- revogação da possibilidade de registrar: (i) prêmio recebido na emissão de Debêntures; e (ii) doações e subvenções para investimento (incluindo incentivos fiscais) diretamente como reservas de capital em conta de Patrimônio Líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções poderá ser destinado, após transitar pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais;
- eliminação da reserva de reavaliação. Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até sua efetiva realização ou estornados até o fim do exercício social em que a Lei entrar em vigor;
- requerimento de que os ativos e passivos da Companhia a ser incorporada, decorrentes de transações que envolvam incorporação, fusão ou cisão entre partes independentes e vinculadas à efetiva transferência de controle, sejam contabilizados pelo seu valor de mercado;

- eliminação do parâmetro de relevância para ajuste do investimento em coligadas e controladas pelo método de equivalência patrimonial (abrangência do critério de avaliação por equivalência) e substituição do parâmetro de 20% do capital social da investida para 20% do capital votante da investida.

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei n.º 11.638/07 e pela Medida Provisória n.º 449/08. Em conformidade com a Deliberação CVM n.º 565/08 que aprovou o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei n.º 11.638/07 e da Medida Provisória n.º 449/08, a Companhia optou por registrar as alterações previstas de forma retroativa conforme previsto na Deliberação CVM nº 506/06. Desta forma, as demonstrações financeiras apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram modificadas de modo a contemplar os ajustes retroativos das mudanças de práticas.

As principais modificações previstas na lei, que refletem ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia com vigência a partir de 2008, estão descritas a seguir:

- modificações na prática contábil para registro de instrumentos financeiros, incluindo derivativos tendo como destaque o registro ao respectivo valor justo quando atendidas determinadas condições, conforme previsto pelo CPC 14 Instrumentos Financeiros (nota explicativa n.º 29 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008);
- introdução do conceito de arrendamento mercantil financeiro e operacional, normatizado pelo pronunciamento técnico CPC 06 Arrendamento Mercantil, incorporando também ao ativo imobilizado os bens corpóreos cujos benefícios, riscos e controle tenham sido transferidos à Companhia;
- a Medida Provisória n.º 449/08 extinguiu o grupo de contas de ativo diferido, permitindo que os saldos capitalizados até 31 de dezembro de 2008 fossem baixados, reclassificados ou mantidos até a sua total amortização. A partir de 2009 o diferimento de custos está proibido;
- introduziu um novo grupo de contas “Intangível” que contempla os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive ágios, fundos de comércio e direito de exploração de concessões. O CPC 04 Intangível normatizou o assunto (nota explicativa n.º 12 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008);
- a Lei n.º 11.638/07 eliminou a possibilidade de reavaliação espontânea de bens, facultando as companhias a manutenção dos saldos até a sua efetiva realização ou a realização do estorno a partir de 01 de janeiro de 2008. A Companhia efetuou o estorno da reavaliação.
- a Lei substituiu a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e criou a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). As normatizações para estas peças foram estabelecidas pelos CPC 03 Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, respectivamente; e
- a Lei também criou a obrigatoriedade da análise periódica quanto à redução do valor recuperável dos ativos. A Companhia realizou os procedimentos conforme previsto pelo CPC 01 Recuperação dos Ativos que normatizou o assunto (nota explicativa n.º 11 referente às demonstrações financeiras do exercício de 2008).

### **Reclassificações Requeridas pela ANEEL**

A Companhia efetuou reclassificações requeridas pela ANEEL por meio do Despacho n.º 3.073/06 nas demonstrações do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para deixá-las em base comparativa. As informações financeiras da “Conta de Consumo de Combustível – CCC”, da “Conta de Desenvolvimento Energético – CDE” e do “Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética” tiveram suas respectivas linhas alteradas de “Custo de Operação” e “Despesas Operacionais” para “Deduções da Receita Operacional”.

## **Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos do Mercado**

Os principais fatores macroeconômicos e riscos de mercado que podem influenciar o negócio da Companhia podem ser assim descritos:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de *swap*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo a variação da Taxa DI. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Companhia têm como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Companhia tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

**Risco de Crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à Escassez de Energia:** A energia vendida pela Companhia basicamente é gerada por UHEs. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

**Risco de Aceleração de Dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

## **Eventos subsequentes a 31 de março de 2009**

A Companhia, com o propósito de reforçar seu capital de giro, captou R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), por meio da distribuição pública de 175 (cento e setenta e cinco) Notas Promissórias de sua 1ª Emissão, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), remunerados à variação acumulada de 118% da Taxa DI. As Notas Promissórias da 1ª Emissão vencerão em 29 de abril de 2010, podendo ser resgatadas antecipadamente pela Companhia.

## Análise das Demonstrações de Resultado da Companhia

**PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE TRÊS MESES ENCERRADO EM 31 DE MARÇO DE 2008**

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações do resultado nos períodos indicados e as variações entre os referidos períodos em relação à receita operacional líquida:

Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	Período de três meses encerrado em 31 de março de				
	2009	% do Total	2008	% do Total	% Variação 2009/2008
<b>Receita Operacional</b>	<b>1.574.918</b>	<b>100,0</b>	<b>1.796.055</b>	<b>100,0</b>	<b>(12,3)</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.449.750	92,1	1.668.346	92,9	(13,1)
Suprimento de Energia Elétrica	10.042	0,6	17.749	1,0	(43,4)
Outras Receitas Operacionais	115.126	7,3	109.960	6,1	4,7
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(553.900)</b>	<b>(35,2)</b>	<b>(629.041)</b>	<b>(35,0)</b>	<b>(11,9)</b>
ICMS	(280.385)	(17,8)	(325.869)	(18,1)	(14,0)
PIS	(26.076)	(1,7)	(31.506)	(1,8)	(17,2)
COFINS	(120.103)	(7,6)	(145.121)	(8,1)	(18,2)
ISS	(35)	0,0	(43)	0,0	(18,6)
Reserva Global de Reversão - RGR	(3.505)	(0,2)	(3.076)	(0,2)	13,9
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(60.479)	(3,8)	(62.002)	(3,5)	(2,5)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(52.487)	(3,3)	(49.056)	(2,7)	7,0
Programa P&D e Eficiência Energética	(10.831)	(0,7)	(12.367)	(0,7)	(12,4)
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	0,0	(1)	0,0	(200,)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.021.018</b>	<b>64,8</b>	<b>1.167.014</b>	<b>65,0</b>	<b>(12,5)</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(813.705)</b>	<b>(51,7)</b>	<b>(841.483)</b>	<b>(46,9)</b>	<b>(3,3)</b>
<i>Custo com Energia Elétrica</i>	<i>(717.288)</i>	<i>(45,5)</i>	<i>(759.074)</i>	<i>(42,3)</i>	<i>(5,5)</i>
Energia Comprada para Revenda	(622.043)	(39,5)	(670.139)	(37,3)	(7,2)
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e Distrib.	(95.245)	(6,0)	(88.935)	(5,0)	(7,1)
<i>Custo de Operação</i>	<i>(95.680)</i>	<i>(6,1)</i>	<i>(81.488)</i>	<i>(4,5)</i>	<i>17</i>
Pessoal	(45.045)	(2,9)	(39.000)	(2,2)	15,5
Entidade de Previdência Privada	(19)	0,0	16.580	0,9	(100,1)
Material	(5.517)	(0,4)	(6.090)	(0,3)	(9,4)
Serviços de Terceiros	(9.936)	(0,6)	(12.947)	(0,7)	( 23,3)
Depreciação e Amortização	(33.913)	(2,2)	(38.803)	(2,2)	(12,6)
Outros Custos de Operação	(1.250)	-0,1	(1.228)	(0,1)	1,8
<i>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</i>	<i>(737)</i>	<i>0,0</i>	<i>(921)</i>	<i>(0,1)</i>	<i>(20)</i>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>207.313</b>	<b>13,2</b>	<b>325.531</b>	<b>18,1</b>	<b>(36,3)</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(70.206)</b>	<b>(4,5)</b>	<b>(58.639)</b>	<b>(3,3)</b>	<b>19,7</b>
Despesas com vendas	(27.317)	(1,7)	(20.625)	(1,1)	32,4
Despesas Gerais e Administrativas	(39.991)	(2,5)	(36.581)	(2,0)	9,3
Outras Despesas Operacionais	(2.898)	(0,2)	(1.433)	(0,1)	102,2
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>137.107</b>	<b>8,7</b>	<b>266.892</b>	<b>14,9</b>	<b>(48,6)</b>
<b>Resultado de Participações Societárias</b>	-	-	-	-	-
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(7.201)</b>	<b>(0,5)</b>	<b>(10.508)</b>	<b>(0,6)</b>	<b>(31,5)</b>
Receitas Financeiras	47.679	3,0	55.635	3,1	(14,3)
Despesas Financeiras	(54.880)	(3,5)	(66.143)	(3,7)	(17,0)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-
<b>Lucro Antes dos Tributos</b>	<b>129.906</b>	<b>8,2</b>	<b>256.384</b>	<b>14,3</b>	<b>(49,3)</b>
Contribuição Social	(9.626)	(0,6)	(32.197)	(1,8)	(70,1)
Contribuição Social Diferida	(2.418)	(0,2)	8.623	0,5	(128,0)
Imposto de Renda	(25.866)	(1,6)	(88.479)	(4,9)	(70,8)
Imposto de Renda Diferido	(6.717)	(0,4)	24.302	1,4	(127,6)
<b>Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos Trib.</b>	-	-	-	-	-
<b>Lucro Antes da Reversão do JCP</b>	-	-	-	-	-
<b>Reversão dos Juros sobre Capital Próprio</b>	-	-	-	-	-
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>85.279</b>	<b>5,4</b>	<b>168.633</b>	<b>9,4</b>	<b>(49,4)</b>
<b>Lucro por Ação</b>	<b>1,17</b>		<b>168,63</b>		<b>(100,0)</b>

### Receita Operacional

A Receita Operacional da Companhia é composta por Fornecimento de Energia Elétrica, Suprimento de Energia Elétrica e Outras Receitas Operacionais.

A Receita Operacional da Companhia acumulada até 31 de março de 2009 foi de R\$1.574.918 mil, representando redução de 12,3% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior. O principal fator que contribuiu para a variação ocorrida na receita foi a redução de 13,1% no fornecimento de energia elétrica, que é resultado principalmente da queda de 14,6% registrada no fornecimento faturado, conforme demonstrado no quadro abaixo. Apesar do aumento do volume de energia fornecida, a receita caiu devido aos efeitos da revisão tarifária em abril de 2008. Com isso, o fornecimento de energia elétrica passou a representar 92,1% da Receita Operacional até 31 de março de 2009, comparado a 92,9% no mesmo período do ano anterior.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volume de vendas e receita para os períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

Receita de Operações com Energia Elétrica	Consumidores		GWh		R\$ (milhares)		Variação % 2009/2008
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	
<b>Classe de consumidores</b>							
Residencial	3.105.140	3.022.961	1.745	1.602	611.283	690.335	(11,5)
Industrial	42.105	42.290	1.261	1.335	346.825	430.690	(19,5)
Comercial	275.556	271.649	1.066	1.006	325.202	372.302	(12,7)
Rural	65.989	70.903	188	206	31.130	45.645	(31,8)
Poderes Públicos	22.567	21.275	145	138	42.348	49.345	(14,2)
Iluminação Pública	5.371	3.434	198	190	33.621	39.999	(15,9)
Serviço Público	3.682	3.565	269	262	61.379	71.960	(14,7)
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>3.520.410</b>	<b>3.436.077</b>	<b>4.872</b>	<b>4.739</b>	<b>1.451.788</b>	<b>1.700.276</b>	<b>(14,6)</b>
Consumo Próprio	417	429	5	5	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)					19.051	(6.061)	(414,3)
<b>Ativos e Passivos Regulatórios</b>					<b>(21.088)</b>	<b>(25.870)</b>	<b>(18,5)</b>
Perdas na Realização de Recompensação Tarifária Extraordinária							
Encargos Emergenciais ECE/EAE					(1)	1	(200,0)
<b>Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>3.520.827</b>	<b>3.436.506</b>	<b>4.877</b>	<b>4.744</b>	<b>1.449.750</b>	<b>1.668.346</b>	<b>(13,1)</b>
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>			<b>19</b>	<b>-</b>	<b>10.042</b>	<b>17.749</b>	<b>(43,4)</b>
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica					92.907	96.091	(3,3)
Subvenção de Baixa Renda					6.382	(416)	(1634,1)
Outras Receitas e Rendas					15.387	14.285	10,9
<b>Total</b>					<b>1.574.918</b>	<b>1.796.055</b>	<b>(12,3)</b>

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia faturou um total de 4.872 GWh de energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, quantidade 2,8% superior àquela verificada no mesmo período em 2008. Esta variação deveu-se principalmente ao desempenho das classes residencial e comercial, que apresentaram crescimento de 8,9% e 6,0% respectivamente, basicamente em função (i) das temperaturas mais elevadas registradas no período, (ii) do crescimento do volume de vendas no comércio varejista e (iii) da migração de clientes da classe rural para a residencial ao longo de 2008. A classe industrial apresentou redução de 5,6%, impactada pelos efeitos da crise internacional.

O crescimento do consumo na área de concessão, ou seja, considerando também a energia transportada aos clientes livres foi de 1,1%.

### Deduções da Receita Operacional

A rubrica Deduções da Receita Operacional no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R\$553.900 mil, apresentando uma redução de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta redução acompanhou a variação da Receita Bruta. Com isso, as deduções passaram a representar 35,2% da Receita Operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ou seja, com uma leve variação sobre o mesmo período do ano anterior, quando as Deduções da Receita Operacional representavam 35,0%.

### Receita Operacional Líquida

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Operacional Líquida no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R\$1.021.018 mil, apresentando uma redução de 12,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais, a Receita Operacional Líquida passou a representar 64,8% da Receita Operacional ao final do período, leve queda quando comparado aos 65,0% do mesmo período do ano anterior.

### Custo do Serviço de Energia Elétrica

A rubrica Custo do Serviço de Energia Elétrica no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R\$813.705 mil, apresentando uma redução de 3,3% (R\$ 27.778 mil) em relação ao trimestre do período anterior.

Apesar dos efeitos do reajuste dos preços dos geradores e do aumento de 4,3% na quantidade de energia comprada, o custo com energia elétrica teve os impactos dos ajustes negativos de sobrecontratação de energia (R\$ 14.263 mil) e de CVA (R\$ 24.118 mil) no reajuste tarifário de 2009. Adicionalmente, no 1º trimestre de 2008, foi registrado um aumento de custo de R\$ 86.825 mil referente a sobrecontratação.

Com uma redução menor do que a registrada pelo fornecimento de energia elétrica, o Custo do Serviço de Energia Elétrica passou a representar 51,7% da Receita Operacional ao final do período de três meses encerrados em 31 de março de 2009, comparado a 46,9% no período anterior.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos do Serviço de Energia Elétrica nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

	GWh		R\$ (milhares)		% Variação 2009/2008
	2009	2008	2009	2008	
<b>Energia Comprada para Revenda</b>					
Itaipu Binacional	1.419	1.454	176.565	121.527	45,3
Furnas Centrais Elétricas S.A.	314	234	26.951	17.615	53,0
CESP - Cia. Energética de São Paulo	186	125	17.489	9.856	77,4
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema S.A.	18	36	1.467	2.594	(43,4)
Tractebel Energia S.A.	366	491	49.102	60.317	(18,6)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	263	239	29.340	27.384	7,1
CHESF	249	226	20.486	17.194	19,1
CEMIG	201	138	23.311	14.698	58,6
TermoRio	89	91	21.396	17.554	21,9
Enguia Gen	-	42	1.415	16.241	(91,3)
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	397	320	12.902	70.796	(81,8)
CPFL Geração de Energia S.A.	289	127	46.564	20.708	124,9
CERAN	109	106	15.406	12.986	18,6
BAESA	4	139	550	17.960	(96,9)
Campos Novos Energia	258	261	28.181	28.174	0,0
CPFL Comercialização Brasil S.A.	545	1.087	57.607	112.508	(48,8)
CPFL Lajeado	-	-	34	29	17,2
Outros	999	355	139.938	46.673	199,8
<b>Subtotal energia elétrica comprada para revenda</b>	<b>5.706</b>	<b>5.471</b>	<b>668.704</b>	<b>614.814</b>	<b>8,8</b>
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA					
Sobras e Faltas de Energia					
PIS e COFINS – Repasse Geradores					
<b>Ativos e Passivos Regulatórios</b>			<b>17.085</b>	<b>113.929</b>	<b>(85,0)</b>
Crédito PIS e COFINS			(63.746)	(58.604)	8,8
<b>Total energia elétrica comprada para revenda</b>			<b>622.043</b>	<b>670.139</b>	<b>(7,2)</b>
<b>Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</b>					
Encargos da Rede Básica			99.949	79.572	25,6
Encargos de Transporte de Itaipu			10.201	9.184	11,1
Encargos de Conexão			2.668	1.384	92,8
Encargos de Serviços do Sistema – ESS			35.548	423	8303,8
<b>Subtotal dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>			<b>148.366</b>	<b>90.563</b>	<b>63,8</b>
Ativos e Passivos Regulatórios			(43.471)	7.423	(685,6)
Crédito PIS e COFINS			(9.650)	(9.051)	6,6
<b>Total dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>			<b>95.245</b>	<b>88.935</b>	<b>7,1</b>
<b>Total</b>			<b>717.288</b>	<b>759.074</b>	<b>(5,5)</b>



### *Lucro Operacional Bruto*

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e o Custo do Serviço de Energia Elétrica e das variações descritas acima, o Lucro Operacional Bruto no período de três meses encerrados em 31 de março de 2009 totalizou R\$207.313 mil, apresentando uma redução de 36,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais, o Lucro Operacional Bruto passou a representar 13,2% da Receita Operacional ao final do período, leve queda quando comparado aos 18,1% do mesmo período do ano anterior.

### *Despesas Operacionais*

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados.

<b>Despesas Operacionais (em milhares de reais)</b>	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>		<b>% Variação 2009/2008</b>
	<b>2009</b>	<b>2008</b>	
<b>Despesas com Vendas</b>			
Pessoal	4.610	5.147	(10,4)
Material	101	166	(39,2)
Serviços de Terceiros	9.517	6.720	41,6
Provisão para Devedores Duvidosos	6.615	1.744	279,3
Depreciação e Amortização	212	228	(7,0)
Taxas de Arrecadação	6.157	6.638	(7,2)
Outros	105	(18)	(683,3)
<b>Subtotal Despesas com Vendas</b>	<b>27.317</b>	<b>20.625</b>	<b>32,4</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>			
Pessoal	12.330	12.365	(0,3)
Material	549	626	(12,3)
Serviços de Terceiros	18.428	15.280	20,6
Arrendamento e Aluguéis	197	202	(2,5)
Depreciação e Amortização	2.440	2.161	12,9
Publicidade e Propaganda	134	(118)	(213,6)
Legais, Judiciais e Indenizações	2.264	2.044	10,8
Doações, Contribuições e Subvenção.	681	666	2,3
PERCEE			
Outros	2.968	3.355	(11,5)
<b>Subtotal Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>39.991</b>	<b>36.581</b>	<b>9,3</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>			
Taxa de Fiscalização	2.881	2.720	5,9
	17	(1.287)	(101,3)
<b>Subtotal Outras Despesas Operacionais</b>	<b>2.898</b>	<b>1.433</b>	<b>102,2</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>70.206</b>	<b>58.639</b>	<b>19,7</b>

As Despesas Operacionais para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 totalizaram R\$70.206 mil, apresentando um acréscimo de 19,7% em comparação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) aumento de 32,4% nas Despesas com Vendas, que foi causado principalmente pelo aumento de 279,3% na Provisão para Devedores Duvidosos e pelo aumento de 41,6% na contratação de Serviços de Terceiros; (ii) aumento de 9,3% nas Despesas Gerais e Administrativas, que deveu-se principalmente ao aumento de 20,6% na contratação de Serviços de Terceiros.

Com isso, as despesas operacionais passaram a representar 4,5% da Receita Operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, ou seja, com uma alta variação sobre o mesmo período do ano anterior quando as Despesas Operacionais representavam 3,3%.

### *Resultado do Serviço*

O Resultado do Serviço acumulado da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi de R\$137.107 mil e apresentou uma redução de R\$129.785 mil, ou 48,6%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente das variações acima descritas para o Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais. Com isso, o Resultado de Serviço passou representar 8,7% da Receita Operacional no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, resultado inferior ao do mesmo período do ano anterior quando a rubrica representava 14,9%.

### *Resultado Financeiro*

O Resultado Financeiro apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi de R\$7.201 mil negativos, ou 31,5% inferior em relação ao mesmo trimestre do período anterior. Esse resultado é explicado por redução das Receitas Financeiras em R\$ 7.956 mil, principalmente em rendas de aplicação financeira devido à queda das disponibilidades; e redução das Despesas Financeiras de R\$ 11.263 mil, principalmente em atualização monetária cambiais referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, ao valor de mercado (R\$ 6.169 mil) e com a variação negativa do IGP-M no período.

Em percentual da Receita Operacional, o Resultado Financeiro passou a representar 0,5% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, contra 0,6% no mesmo período do ano anterior.

### *Lucro Antes dos Tributos*

O Lucro Antes dos Tributos apurado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 foi de R\$129.906 mil, 49,3% menor do que o resultado apresentado no mesmo período do ano anterior. Esta variação decorre principalmente do menor Resultado do Serviço, conforme explicado anteriormente.

Em percentual da Receita Operacional, o Lucro Antes dos Tributos passou a representar 8,2% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, bem abaixo dos 14,3% no mesmo período do ano anterior.

### *Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício*

Como consequência dos fatores expostos acima, a Companhia apresentou Lucro Líquido acumulado de R\$85.279 mil no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, uma redução de 49,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais da Receita Operacional, o Lucro Líquido do Exercício passou a representar 5,4% no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, bem abaixo dos 9,4% no mesmo período do ano anterior.

### *EBITDA Ajustado*

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R\$173.690 mil para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, uma redução de 40,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da redução da receita de fornecimento de energia que não foi proporcionalmente acompanhada pela redução do Custo com Energia Elétrica.

## Análise das Demonstrações de Resultado da Companhia

A tabela abaixo apresenta um resumo das Demonstrações de Resultado para os exercícios sociais indicados:

Demonstração do Resultado (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de							
	2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
Receita Operacional	6.677.068	100	6.868.418	100	6.298.146	100	(2,8)	9,1
Fornecimento de Energia Elétrica	6.084.014	91,1	6.318.283	92,0	5.900.082	93,7	(3,7)	7,1
Suprimento de Energia Elétrica	46.178	0,7	6.572	0,1	18.059	0,3	602,6	(63,6)
Outras Receitas Operacionais	546.876	8,2	543.563	7,9	380.005	6,0	0,6	43,0
Deduções da Receita Operacional	(2.330.954)	(34,9)	(2.407.722)	(35,1)	(2.277.060)	(36,2)	(3,2)	5,7
ICMS	(1.185.107)	(17,7)	(1.256.476)	(18,3)	(1.136.132)	(18,0)	(5,7)	10,6
PIS	(113.248)	(1,7)	(120.103)	(1,7)	(105.400)	(1,7)	(5,7)	13,9
COFINS	(521.723)	(7,8)	(552.705)	(8,0)	(484.670)	(7,7)	(5,6)	14,0
ISS	(153)	0,0	(163)	0,0	(153)	0,0	(6,1)	6,5
Reserva Global de Reversão - RGR	(12.828)	(0,2)	(19.732)	(0,3)	(19.679)	(0,3)	(35,0)	0,3
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(246.035)	(3,7)	(202.769)	(3,0)	(297.461)	(4,7)	21,3	(31,8)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(206.208)	(3,1)	(205.333)	(3,0)	(187.385)	(3,0)	0,4	9,6
Programa P&D e Eficiência Energética	(45.653)	(0,7)	(50.422)	(0,7)	(44.567)	(0,7)	(9,5)	13,1
Encargos Emergenciais (ECE/EAEE)	1	0,0	(19)	0,0	(1.613)	0,0	(105,3)	(98,8)
Receita Operacional Líquida	4.346.114	65,1	4.460.696	64,9	4.021.086	63,8	(2,6)	10,9
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(3.160.836)	(47,3)	(2.768.128)	(40,3)	(2.722.442)	(43,2)	14,2	1,7
<i>Custo com Energia Elétrica</i>	(2.834.360)	(42,4)	(2.421.859)	(35,3)	(2.348.156)	(37,3)	17,0	3,1
Energia Comprada para Revenda	(2.423.002)	(36,3)	(2.125.508)	(30,9)	(1.953.451)	(31,0)	14,0	8,8
Enc. de Uso do Sistema de Transm. e								
Distrib.	(411.358)	(6,2)	(296.351)	(4,3)	(394.705)	(6,3)	38,8	(24,9)
<i>Custo de Operação</i>	(322.356)	(4,8)	(342.995)	(5,0)	(360.774)	(5,7)	(6,0)	(4,9)
Pessoal	(176.025)	(2,6)	(154.493)	(2,2)	(155.101)	(2,5)	13,9	(0,4)
Entidade de Previdência Privada	66.318	1,0	36.023	0,5	5.744	0,1	84,1	527,1
Material	(25.561)	(0,4)	(25.369)	(0,4)	(21.806)	(0,3)	0,8	16,3
Serviços de Terceiros	(43.173)	(0,6)	(42.008)	(0,6)	(40.426)	(0,6)	2,8	3,9
Depreciação e Amortização	(139.697)	(2,1)	(154.763)	(2,3)	(148.184)	(2,4)	(9,7)	4,4
Outros Custos de Operação	(4.218)	(0,1)	(2.385)	0,0	(1.001)	0,0	76,9	138,3
<i>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</i>	(4.120)	(0,1)	(3.274)	0,0	(13.512)	(0,2)	25,8	(75,8)
Lucro Operacional Bruto	1.185.278	17,8	1.692.568	24,6	1.298.644	20,6	(30,0)	30,3
Despesas Operacionais	(258.602)	(3,9)	(397.820)	(5,8)	(275.866)	(4,4)	(35,0)	44,2
Despesas com vendas	(102.603)	(1,5)	(239.279)	(3,5)	(130.879)	(2,1)	(57,1)	82,8
Despesas Gerais e Administrativas	(147.405)	(2,2)	(136.863)	(2,0)	(135.427)	(2,2)	7,7	1,1
Outras Despesas Operacionais	(8.594)	(0,1)	(21.678)	(0,3)	(9.560)	(0,2)	(60,4)	126,8
Resultado do Serviço	926.676	13,9	1.294.748	18,9	1.022.778	16,2	(28,4)	26,6
Resultado de Participações Societárias	-	-	-	-	97.069	1,5	-	-
Resultado Financeiro	(75.111)	(1,1)	(119.035)	(1,7)	(169.156)	(2,7)	(36,9)	(29,6)
Receitas Financeiras	254.990	3,8	203.201	3,0	336.378	5,3	25,5	(39,6)
Despesas Financeiras	(299.016)	(4,5)	(279.671)	(4,1)	(381.604)	(6,1)	6,9	(26,7)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	(31.085)	(0,5)	(42.565)	(0,6)	(123.930)	(2,0)	(27,0)	(65,7)
Resultado Operacional	851.565	12,8	1.175.713	17,1	950.691	15,1	(27,6)	23,7
Resultado Não Operacional	0		0		5.755	0,1		
Receitas	0		0		7.995	0,1		
Despesas	0		0		(2.240)	0,0		
Lucro Antes dos Tributos	851.565	12,8	1.175.713	17,1	956.446	15,2	(27,6)	22,9
Contribuição Social	(75.907)	(1,1)	(92.253)	(1,3)	(52.418)	(0,8)	(17,7)	76,0
Contribuição Social Diferida	(2.976)	0,0	(14.914)	(0,2)	(27.134)	(0,4)	(80,0)	(45,0)
Imposto de Renda	(206.796)	(3,1)	(255.972)	(3,7)	(135.918)	(2,2)	(19,2)	88,3
Imposto de Renda Diferido	(6.655)	(0,1)	(37.172)	(0,5)	(86.882)	(1,4)	(82,1)	(57,2)
Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos								
Trib.	-	-	-	-	(10.677)	(0,2)	-	-
Lucro Antes da Reversão do JCP	559.231	8,4	775.402	11,3	643.417	10,2	(27,9)	20,5
Reversão dos juros sobre capital próprio	31.085	0,5	42.565	0,6	123.930	2,0	(27,0)	(65,7)
<b>Lucro do exercício</b>	<b>590.316</b>	<b>8,8</b>	<b>817.967</b>	<b>11,9</b>	<b>767.347</b>	<b>12,2</b>	<b>(27,8)</b>	<b>6,6</b>
<b>Lucro por ação</b>	<b>16,25</b>		<b>817,97</b>		<b>0,0227</b>			

**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

*Receita Operacional*

A Receita Operacional da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$6.677.068 mil, representando redução de 2,8% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$6.868.418 mil). O principal fator que contribuiu para a variação ocorrida na receita foi a redução de 3,7% no fornecimento de energia elétrica, que é resultado principalmente da queda de 6,7% registrada no fornecimento faturado, conforme demonstrado no quadro abaixo. Apesar do aumento do volume de energia fornecida, a receita caiu devido aos efeitos da revisão tarifária. Com isso, o fornecimento de energia elétrica passou a representar 91,1% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a 92,0% no mesmo período do ano anterior.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

Receita de Operações com Energia Elétrica	Consumidores		GWh		R\$ (milhares)		Variação % 2008/2007
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	
Classe de consumidores							
Residencial	3.087.113	2.981.348	6.558	6.111	2.457.169	2.590.912	(5,2)
Industrial	42.225	42.366	5.661	5.557	1.677.884	1.786.585	(6,1)
Comercial	275.550	270.999	3.943	3.767	1.311.596	1.403.010	(6,5)
Rural	64.662	91.855	929	1.061	166.265	222.987	(25,4)
Poderes Públicos	21.996	21.138	592	567	186.960	202.572	(7,7)
Iluminação Pública	4.833	3.377	768	735	141.142	153.611	(8,1)
Serviço Público	3.662	3.539	1.057	1.050	263.732	291.958	(9,7)
Fornecimento faturado	3.500.001	3.414.622	19.508	18.848	6.204.748	6.651.635	(6,7)
Consumo Próprio	418	424	21	20	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)					(73.306)	(11.619)	530,9
Ativos e Passivos Regulatórios					(47.427)	(321.752)	(85,3)
Perdas na Realização de Recompensação Tarifária Extraordinária							
Encargos Emergenciais ECE/EAAE					(1)	19	(105,3)
Fornecimento de Energia Elétrica	3.500.419	3.415.046	19.529	18.868	6.084.014	6.318.283	(3,4)
Suprimento de Energia Elétrica			298	737	46.178	6.572	602,6
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica					458.264	366.902	24,9
Ativos e Passivos Regulatórios - Baixa Renda					27.361	(11.104)	(346,4)
Outras Receitas e Rendas					61.251	187.765	(67,4)
Outras Receitas Operacionais					546.876	543.563	0,6
Total					6.677.068	6.868.418	(2,8)

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia faturou um total de 19.508 GWh de energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, quantidade 3,5% superior àquela verificada no mesmo período em 2007 (18.848 GWh). Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a Companhia atua, registraram crescimento de 7,3% e 4,7%.

Em abril de 2008 a ANEEL estabeleceu o resultado provisório da segunda revisão tarifária periódica para a CPFL Paulista. As tarifas foram reajustadas em -13,61%, sendo -13,69% relativos ao reposicionamento tarifário e +0,08% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica, com vigência a partir de 8 de abril de 2008.

O desempenho da classe comercial foi favorecido pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados. Tais efeitos, combinados com a redução dos preços de eletroeletrônicos, permitiram a expansão do consumo da classe residencial. O cadastramento de clientes da classe rural para a classe residencial também contribuiu para o crescimento do consumo dessa classe.

A classe industrial expandiu-se 1,9% em relação a 2007, devido à forte expansão do consumo do mercado doméstico, compensada pela migração de clientes cativos para o mercado livre (destaca-se a migração dos chamados “clientes especiais”, que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs). A partir de novembro, essa variação foi também afetada pela crise financeira internacional.

#### *Deduções da Receita Operacional*

A rubrica Deduções da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$2.330.954 mil, apresentando uma redução de 3,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$2.407.722 mil). Esta redução acompanhou a variação da Receita Bruta. Com isso, as deduções passaram a representar 34,9% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, ou seja, com uma leve variação sobre o mesmo período do ano anterior quando as deduções representavam 35,1%.

#### *Receita Operacional Líquida*

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$4.346.114 mil, apresentando uma redução de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em termos percentuais, a Receita Operacional Líquida passou a representar 65,1% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, leve alta quando comparado aos 64,9% do mesmo período do ano anterior.

#### *Custo do Serviço de Energia Elétrica*

A rubrica Custo do Serviço de Energia Elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$3.160.836 mil, apresentando um aumento de 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$2.768.128 mil).

Essa variação decorre principalmente de: (i) reajuste dos geradores; (ii) do ajuste de sobrecontratação (R\$ 69.076 mil), (iii) amortização da Parcela A (R\$ 215.882 mil); e (iv) aumento de 38,8% nos encargos do uso do sistema de distribuição, causado pelo aumento de 35,0% nos encargos da rede básica e de 2.273,3% nos encargos de serviços de sistema devido ao registro do valor a ser repassado para a CTEEP (R\$ 71.271 mil).

Com resultado do decréscimo do fornecimento de energia elétrica e do aumento acima do Custo do Serviço de Energia Elétrica, este último passou a representar 47,3% da Receita Operacional ao final do no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, comparado a 40,3% no exercício anterior.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2008:

<b>Energia Comprada para Revenda</b>	<b>GWh</b>		<b>R\$ (milhares)</b>		<b>% Variação 2008/2007</b>
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	
Itaipu Binacional	5.869	5.652	517.091	505.500	2,3
Furnas Centrais Elétricas S.A.	955	908	74.421	66.854	11,3
CESP - Cia. Energética de São Paulo	500	359	40.630	26.437	53,7
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema S.A.	155	957	11.487	94.806	(87,9)
Tractebel Energia S.A.	1.882	2.463	247.110	298.895	(17,3)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130	127.125	128.701	(1,2)
CHESF	922	552	72.737	36.957	96,8
CEMIG	527	225	55.870	17.154	225,7
TermoRio	270	-	54.728	-	-
Enguia Gen	62	-	34.356	-	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	690	309	96.394	69.642	38,4
CPFL Geração de Energia S.A.	965	565	156.305	91.302	71,2
CERAN	439	244	58.202	31.276	86,1
BAESA	184	540	24.295	69.228	(64,9)
Campos Novos Energia	1.048	901	114.257	97.049	17,7
CPFL Comercialização Brasil S.A.	5.247	6.843	618.327	720.305	(14,2)
CPFL Lajeado	1	-	129	-	-
Outros	1.655	870	196.513	89.776	118,9
<b>Subtotal energia elétrica comprada para revenda</b>	<b>22.501</b>	<b>22.518</b>	<b>2.499.977</b>	<b>2.343.882</b>	<b>6,7</b>
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA					
Sobras e Faltas de Energia					
PIS e COFINS – Repasse Geradores					
Ativos e Passivos Regulatórios			165.138	(1.723)	(9684,3)
Crédito PIS e COFINS			(242.113)	(216.651)	11,8
<b>Total energia elétrica comprada para revenda</b>			<b>2.423.002</b>	<b>2.125.508</b>	<b>14,0</b>
<b>Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</b>					-
Encargos da Rede Básica			405.989	300.723	35,0
Encargos de Transporte de Itaipu			39.142	33.397	17,2
Encargos de Conexão			9.051	6.398	41,5
Encargos de Serviços do Sistema – ESS			78.603	3.312	2273,3
<b>Subtotal dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>			<b>532.785</b>	<b>343.830</b>	<b>55,0</b>
Ativos e Passivos Regulatórios			(79.423)	(17.273)	359,8
Crédito PIS e COFINS			(42.004)	(30.206)	39,1
<b>Total dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>			<b>411.358</b>	<b>296.351</b>	<b>38,8</b>
<b>Total</b>			<b>2.834.360</b>	<b>2.421.859</b>	<b>17,0</b>

#### *Lucro Operacional Bruto*

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e o Custo do Serviço de Energia Elétrica e das variações descritas acima, o Lucro Operacional Bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizou R\$1.185.278 mil, apresentando uma redução de 30,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$1.692.568 mil). Em termos percentuais, o Lucro Operacional Bruto passou a representar 17,8% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou uma queda quando comparado aos 24,6% do mesmo período do ano anterior.

### *Despesas Operacionais*

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados.

<b>Despesas Operacionais (em milhares de reais)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		<b>% Variação 2008/2007</b>
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	
<b>Despesas com Vendas</b>			
Pessoal	18.631	15.016	24,1
Material	645	629	2,5
Serviços de terceiros	39.540	35.395	11,7
Provisão para devedores duvidosos	15.042	22.813	(34,1)
Depreciação e amortização	931	727	28,1
Taxas de arrecadação	29.006	29.154	(0,5)
Outros	(1.192)	135.545	(100,9)
<b>Subtotal despesas com vendas</b>	<b>102.603</b>	<b>239.279</b>	<b>(57,1)</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>			
Pessoal	51.745	42.302	22,3
Material	3.438	3.070	12,0
Serviços de terceiros	68.656	67.817	1,2
Arrendamento e aluguéis	959	716	33,9
Depreciação e amortização	9.065	4.926	84,0
Publicidade e propaganda	1.635	3.881	(57,9)
Legais, judiciais e indenizações	6.275	6.816	(7,9)
Doações, contribuições e subvenção.	2.488	2.887	(13,8)
PERCEE			
Outros	3.144	4.448	(29,3)
<b>Subtotal despesas gerais e administrativas</b>	<b>147.405</b>	<b>136.863</b>	<b>7,7</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>			
Taxa de fiscalização	11.159	10.105	10,4
Outros	(2.565)	11.573	(122,2)
<b>Subtotal outras despesas operacionais</b>	<b>8.594</b>	<b>21.678</b>	<b>(60,4)</b>
<b>Total despesas operacionais</b>	<b>258.602</b>	<b>397.820</b>	<b>(35,0)</b>

As Despesas Operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R\$258.602 mil, apresentando uma redução de 35,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior (R\$397.820 mil). Esta redução deve-se principalmente aos seguintes fatores: (i) redução de 57,1% nas Despesas com Vendas, que foi causado principalmente pela redução de 100,9% na rubrica "Outros", devido ao registro da baixa de "Energia Livre" de R\$135.545 mil em 2007; (ii) redução de 34,1% na Provisão para Devedores Duvidosos.

Com isso, as despesas operacionais passaram a representar 3,9% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 ou seja, um redução sobre o mesmo período do ano anterior quando as Despesas Operacionais representavam 5,8%.

### *Resultado do Serviço*

O Resultado do Serviço da Companhia totalizou R\$926.676 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e apresentou uma redução de R\$368.072 mil, ou 28,4%, em relação ao exercício anterior. Esta variação decorre principalmente das variações acima descritas para o Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais. Com isso, o resultado de serviço passou representar 13,9% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, resultado inferior ao do mesmo período do ano anterior quando a rubrica representava 18,9%.

### *Resultado Financeiro*

O Resultado Financeiro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$75.111 mil negativos. No exercício social anterior o Resultado Financeiro apurado foi de R\$119.035 mil negativos. O aumento do resultado em R\$43.924 mil, ou 36,9%, em relação ao ano anterior decorre principalmente (i) de um aumento da Receita Financeira de 25,5%, devido principalmente ao aumento de atualizações monetárias e cambiais e de depósitos judiciais; e (ii) Despesas de Juros sobre Capital Próprio 27,0% menores.

Em percentual da Receita Operacional, o Resultado Financeiro passou a representar 1,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, contra 1,7% no mesmo período do ano anterior.

### *Lucro Antes dos Tributos*

O Lucro Antes dos Tributos apurado exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$851.565 mil e apresentou uma redução no montante de R\$324.148 mil, ou 27,6%, em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre do menor Resultado do Serviço, conforme explicado anteriormente.

Em percentual da Receita Operacional, o Lucro Antes dos Tributos passou a representar 12,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, abaixo dos 17,1% no mesmo período do ano anterior.

### *Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio*

O Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio da Companhia totalizou R\$559.231 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de R\$216.171 mil, ou 27,9%, em relação ao exercício social anterior (R\$775.402 mil). Essa variação decorre principalmente da variação dos itens discutidos acima.

### *Reversão dos Juros sobre Capital Próprio*

A rubrica Reversão dos Juros sobre Capital Próprio apresentou uma redução de R\$11.480 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 quando comparado com o mesmo período do ano anterior e totalizou R\$31.085 mil. Essa redução de 27,0% decorre principalmente da variação dos itens discutidos acima.

### *Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício*

Em 2008, a CPFL Paulista apurou Lucro Líquido de R\$590.316 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, o que representou uma redução de 27,8% (R\$227.651 mil) em relação ao ano anterior (R\$817.967 mil). Essa variação reflete, principalmente, a redução de 28,8% no EBITDA Ajustado.

Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução de 42,4% nas Despesas Financeiras Líquidas e pelos efeitos positivos nos itens Entidade de Previdência Privada e Imposto sobre a Renda e Contribuição Social.

Em termos percentuais da Receita Operacional, o Lucro Líquido do Exercício passou a representar 8,8% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, bem abaixo dos 11,9% no mesmo período do ano anterior.

### *EBITDA Ajustado*

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, foi de R\$1.010.052 mil para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma redução de 28,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é decorrente principalmente da redução de 2,6% na Receita Líquida (R\$114.582 mil) e do aumento de 17,0% no custo com energia elétrica (R\$412.501 mil), que ocorreu basicamente em função: (i) do reajuste dos geradores, (ii) do ajuste de sobrecontratação, (iii) da amortização da Parcela A, e (iv) do registro do valor a ser repassado para a CTEEP.

Esse resultado foi parcialmente compensado pela redução de 19,0% nos Custos e Despesas Operacionais, dos quais excluem-se os gastos com Entidade de Previdência Privada, Depreciação e Amortização, principalmente devido ao registro da baixa de Energia Livre (R\$135.545 mil) em 2007.



**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

*Receita Operacional*

A Receita Operacional da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$6.868.418 mil, representando crescimento de 9,1% quando comparado ao mesmo período do exercício anterior (R\$6.298.146 mil). Os principais fatores que contribuíram para a variação ocorrida na receita foram os efeitos do reajuste tarifário anual (IRT), de 7,06%, ocorrido em abril de 2007, o aumento das vendas de energia para as classes residencial e comercial e o crescimento de 12,9% na receita pelo uso do sistema de distribuição (TUSD) e o registro da baixa do passivo de energia livre de R\$ 135.545 mil.

A tabela abaixo mostra a quantidade e a composição de consumidores de energia elétrica da Companhia, bem como os respectivos volumes de vendas e receita para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007.

Receita de Operações com Energia Elétrica	Consumidores		GWh		R\$ (milhares)		Variação % 2007/2006
	2007	2006	2007	2006	2007	2006	
<b>Classe de consumidores</b>							
Residencial	2.981.348	2.902.669	6.111	5.711	2.590.912	2.339.772	10,7
Industrial	42.366	42.355	5.557	5.737	1.786.585	1.694.979	5,4
Comercial	270.999	267.928	3.767	3.528	1.403.010	1.268.549	10,6
Rural	91.855	92.620	1.060	1.026	222.987	207.098	7,7
Poderes Públicos	21.138	20.878	566	531	202.572	183.315	10,5
Iluminação Pública	3.377	1.756	735	712	153.611	144.834	6,1
Serviço Público	3.539	3.467	1.050	1.031	291.958	265.979	9,8
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>3.414.622</b>	<b>3.331.673</b>	<b>18.846</b>	<b>18.276</b>	<b>6.651.635</b>	<b>6.104.526</b>	<b>9,0</b>
Consumo Próprio	424	425	20	19	-	-	-
Fornecimento não Faturado (Líquido)					(11.619)	16.443	(170,7)
Encargos Emergenciais ECE/EAAE					19	1.613	(98,8)
Realização de Recomposição Tarifária Extraordinária					(212.297)	(190.574)	11,4
Realização da Energia Livre					(70.911)	(66.297)	7,0
Realização da Revisão Tarifária – Base Remuneração					-	16.307	-
Revisão Tarifária - Depreciação					6.310	10.402	(39,3)
Realização da Revisão Tarifária - Depreciação					(36.324)	-	-
Reajuste Tarifário – Compra de Energia Itaipu					-	15.152	-
Realização Reajuste Tarifário – Compra de Energia Itaipu					(13.052)	(35.615)	(63,4)
Reajuste Tarifário Outros					15.570	20.236	(23,1)
Realização do Reajuste Tarifário - Outros					(27.842)	(1.363)	1942,7
PIS e COFINS – Repasse Geradores					(8.661)	(32.869)	(73,6)
Realização de PIS e COFINS – Repasse Geradores					7.095	19.013	(62,7)
Desconto TUSD e Irrigação					41.361	30.999	33,4
Realização Desconto TUSD e Irrigação					(22.881)	(7.891)	190,0
<b>Fornecimento de Energia Elétrica</b>	<b>3.415.046</b>	<b>3.332.098</b>	<b>18.868</b>	<b>18.295</b>	<b>6.318.283</b>	<b>5.900.082</b>	<b>7,1</b>
<b>Suprimento de Energia Elétrica</b>			<b>737</b>	<b>499</b>	<b>6.572</b>	<b>18.059</b>	<b>(63,6)</b>
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica					366.902	325.116	12,9
Subvenção de Baixa Renda					(11.104)	2.818	(494,0)
Outras Receitas e Rendas					187.765	<b>52.071</b>	260,6
<b>Outras Receitas Operacionais</b>			-	-	<b>543.563</b>	<b>380.005</b>	43,0
<b>Total</b>			<b>19.605</b>	<b>18.794</b>	<b>6.868.418</b>	<b>6.298.146</b>	9,1

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Companhia faturou um total de 18.868 GWh de energia elétrica fornecida para seus consumidores finais, quantidade 3,1% superior àquela verificada no mesmo período em 2006 (18.295 GWh). Esta variação deveu-se principalmente ao crescimento das vendas para as classes residencial e comercial que, demonstrando o potencial do mercado em que a CPFL Paulista atua, registraram crescimento de 7,0% e 6,8%, respectivamente.

O crescimento das vendas de energia para os segmentos residencial e comercial refletiu, principalmente, a aceleração da atividade econômica no País e o aumento real de rendimentos da massa salarial, estimulado pela baixa da inflação, pela elevação do salário mínimo e pela aceleração da venda de eletrodomésticos, em função do aumento do volume de crédito ao consumidor.

#### *Deduções da Receita Operacional*

A rubrica Deduções da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$2.407.722 mil, apresentando um aumento de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$2.277.060 mil). Este aumento acompanhou a variação da Receita Operacional. Com isso, as deduções passaram a representar 35,1% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, ou seja, com uma baixa variação sobre o mesmo período do ano anterior quando as Deduções da Receita Operacional representavam 36,2%.

#### *Receita Operacional Líquida*

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e as Deduções da Receita Operacional, a Receita Operacional Líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$4.460.696 mil, apresentando um aumento de 10,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$4.021.086 mil). Em termos percentuais, a Receita Operacional Líquida passou a representar 64,9% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o que representou uma pequena variação quando comparado aos 63,8% do mesmo período do ano anterior.

#### *Custo do Serviço de Energia Elétrica*

A rubrica Custo do Serviço de Energia Elétrica no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$2.768.128 mil, apresentando um aumento de 1,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$2.722.442 mil). Essa variação decorre principalmente do reajuste dos geradores e aumento da quantidade em 3,9% de energia comparada.

Com resultado do aumento do fornecimento de energia elétrica superior ao aumento acima do Custo do Serviço de Energia Elétrica, este último passou a representar ao final do no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, 40,3% da Receita Operacional, comparado a 43,2% no mesmo período do ano anterior.

A tabela abaixo demonstra a composição dos Custos do Serviço de Energia Elétrica nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007:

<b>Energia Comprada para Revenda</b>	<b>GWh</b>		<b>R\$ (milhares)</b>		<b>% Variação 2007/2006</b>
	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	
Itaipu Binacional	5.652	5.637	505.500	464.253	8,9
Furnas Centrais Elétricas S.A.	908	769	66.854	54.456	22,8
CESP - Cia. Energética de São Paulo	359	315	26.437	22.314	18,5
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema S.A.	957	905	94.806	86.977	9,0
Tractebel Energia S.A.	2.463	2.076	298.895	244.318	22,3
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130	128.701	130.756	(1,6)
EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia	20	17	1.422	1.149	23,8
Companhia Estadual Energia Elétrica - CEEE	77	63	5.572	4.207	32,4
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	309	86	69.642	9.578	627,1
CPFL Geração	565	559	91.302	87.533	4,3
CERAN	244	151	31.276	18.714	67,1
BAESA – Energética Barra Grande	540	518	69.228	64.369	7,5
Campos Novos Energia S.A.	901	-	97.049	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	6.843	8.388	720.305	839.632	(14,2)
Outros	1.550	1.059	136.893	86.899	57,5
<b>Subtotal energia elétrica comprada para revenda</b>	<b>22.576</b>	<b>21.673</b>	<b>2.343.882</b>	<b>2.115.115</b>	<b>10,8</b>
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA			25.440	56.856	(55,3)
Sobras e Faltas de Energia			(53.376)	13.422	(497,7)
evolução ao Consumidor – Recálculo IRT			26.213	-	-
PIS e COFINS – Repasse Geradores			-	(32.869)	-
Ativos e Passivos Regulatórios			(216.651)	(199.113)	8,8
<b>Total energia elétrica comprada para revenda</b>			<b>2.125.508</b>	<b>1.953.451</b>	<b>8,8</b>
<b>Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição</b>					
Encargos da Rede Básica			300.723	284.121	5,8
Encargos de Transporte de Itaipu			33.397	32.543	2,6
Encargos de Conexão			6.398	8.536	(25,0)
Encargos de Serviços do Sistema – ESS			3.312	12.175	(72,8)
<b>Subtotal dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>			<b>343.830</b>	<b>337.375</b>	<b>1,9</b>
Efeitos líquidos da amortização e diferimento da CVA			(17.273)	97.562	(117,7)
Crédito PIS e COFINS			(30.206)	(40.232)	(24,9)
<b>Total dos encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>			<b>296.351</b>	<b>394.705</b>	<b>(24,9)</b>
<b>Total</b>	<b>22.518</b>	<b>21.673</b>	<b>2.421.859</b>	<b>2.348.156</b>	<b>3,1</b>

#### *Lucro Operacional Bruto*

Como resultado da diferença entre a Receita Operacional Líquida e o Custo do Serviço de Energia Elétrica e das variações descritas acima, o Lucro Operacional Bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$1.692.568 mil, apresentando um aumento de 30,3% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$1.298.644 mil). Em termos percentuais, o Lucro Operacional Bruto passou a representar 24,6% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o que representou um aumento quando comparado aos 20,6% do exercício do ano anterior.

### *Despesas Operacionais*

A tabela abaixo mostra a composição das Despesas Operacionais da Companhia nos períodos indicados.

<b>Despesas Operacionais (em milhares de reais)</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		<b>% Variação 2007/2006</b>
	<b>2007</b>	<b>2006</b>	
<b>Despesas com Vendas</b>			
Pessoal	15.016	12.887	16,5
Material	629	6.053	(89,6)
Serviços de Terceiros	35.395	18.767	88,6
Provisão para Devedores Duvidosos	22.813	60.626	(62,4)
Depreciação e Amortização	727	650	11,8
Taxas de Arrecadação	29.154	31.778	(8,3)
Outros	135.545	118	
<b>Subtotal Despesas com Vendas</b>	<b>239.279</b>	<b>130.879</b>	<b>82,8</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>			
Pessoal	42.302	41.728	1,4
Material	3.070	3.159	(2,8)
Serviços de Terceiros	67.817	68.864	(1,5)
Arrendamento e Aluguéis	716	744	(3,8)
Depreciação e Amortização	4.926	7.768	(36,6)
Publicidade e Propaganda	3.881	3.476	11,7
Legais, Judiciais e Indenizações	6.816	4.034	69,0
Doações, Contribuições e Subvenção.	2.887	3.003	(3,9)
PERCEE			
Outros	4.448	2.651	67,8
<b>Subtotal Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>136.863</b>	<b>135.427</b>	<b>1,1</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>			
Taxa de Fiscalização	10.105	9.560	5,7
Pesquisa Eficiência Energética	11.573		
<b>Subtotal Outras Despesas Operacionais</b>	<b>21.678</b>	<b>9.560</b>	<b>126,8</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>397.820</b>	<b>275.866</b>	<b>44,2</b>

As Despesas Operacionais para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$397.820 mil, apresentando um acréscimo de 44,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior (R\$275.866 mil). Este crescimento deve-se principalmente ao aumento de 82,8% nas Despesas com Vendas, que foi causado principalmente pela redução de R\$135.427 mil na rubrica "Outros", devido ao registro da baixa do ativo de "Energia Livre" de R\$ 135.545 mil; e (ii) pelo aumento de 88,6% nas despesas com serviços de terceiros.

Com isso, as Despesas Operacionais passaram a representar 5,8% da Receita Operacional ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 ou seja, um aumento sobre o do exercício do ano anterior quando as Despesas Operacionais representavam 4,4%.

### *Resultado do Serviço*

O Resultado do Serviço da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$1.294.748 mil e apresentou um aumento no montante de R\$271.970 mil, ou 26,6%, em relação ao exercício anterior (R\$1.022.778 mil). Esta variação decorre principalmente das variações acima descritas para a Receita Operacional, o Custo do Serviço de Energia Elétrica e Despesas Operacionais. Com isso, o Resultado do Serviço passou representar 18,9% da Receita Operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, resultado superior ao do exercício do ano anterior quando a rubrica representava 16,2%.

### *Resultado de Participações Societárias*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não apresentou Resultado de Participações Societárias, enquanto no exercício social anterior tal rubrica totalizou R\$97.069 mil. Essa redução resulta da transferência do investimento da RGE para a CPFL Energia, no início do exercício de 2007.

### *Resultado Financeiro*

O Resultado Financeiro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$119.035 mil negativos. No exercício social anterior o Resultado Financeiro da Companhia foi negativo em R\$169.156 mil. Essa redução de 29,6%, em relação ao ano anterior decorre principalmente das Despesas de Juros sobre Capital Próprio 65,7% menores.

Em percentual da Receita Operacional, o Resultado Financeiro passou a representar 1,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, contra 2,7% do exercício do ano anterior.

### *Lucro Antes dos Tributos*

O Lucro Antes dos Tributos apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi de R\$1.175.713 mil e apresentou um aumento no montante de R\$219.267 mil, ou 22,9%, em relação ao exercício anterior (R\$956.446 mil). Essa variação decorre do melhor resultado do serviço e Resultado Financeiro, conforme explicado anteriormente.

Em percentual da Receita Operacional, o Lucro Antes dos Tributos passou a representar 17,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, acima dos 15,2% do exercício do ano anterior.

### *Itens Extraordinários Líquidos dos Efeitos Tributários*

No exercício social anterior a Companhia apresentou resultado negativo de R\$10.677 mil. Esse item extraordinário registrado em 2006, refere-se ao déficit do plano de previdência privada apurado em 31 de dezembro de 2001, quando da adoção da CVM n.º 371, o qual foi diferido e amortizado nos anos subsequentes, sendo que sua amortização foi finalizada em 31 de dezembro de 2006. Portanto, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 o resultado deste item foi equivalente a zero.

### *Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio*

O Lucro Antes da Reversão do Juro sobre Capital Próprio da Companhia totalizou R\$775.402 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, um aumento de R\$131.985 mil, ou 20,5%, em relação ao exercício social anterior (R\$643.417 mil).

### *Reversão dos Juros sobre Capital Próprio*

A rubrica Reversão dos Juros sobre Capital Próprio apresentou uma redução de R\$81.365 mil, ou 65,7%, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 quando comparado com o exercício anterior e totalizou R\$42.565 mil. Essa variação decorre principalmente da variação dos itens discutidos acima.

### *Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício*

A Companhia apresentou Lucro Líquido de R\$817.967 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, um crescimento de 6,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao aumento de 20,3% no EBITDA Ajustado e ao efeito positivo no item Entidade de Previdência Privada, que registrou aumento de receita de R\$30.279 mil. Esse resultado foi parcialmente compensado pela não ocorrência, em 2007, de Resultado de Equivalência Patrimonial ocorrido em 2006 (R\$97.069 mil), em função da transferência do investimento da RGE para a CPFL Energia, no início do exercício de 2007.

Em termos percentuais da Receita Operacional, o Lucro Líquido do Exercício passou a representar 11,9% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, um pouco abaixo dos 12,2% do exercício anterior.

### EBITDA Ajustado

A geração operacional de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA Ajustado, alcançou R\$ 1.419.139 mil, com crescimento de 20,3%, refletindo, principalmente, o aumento de 10,9% na Receita Operacional Líquida. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 23,9% no Custo/Despesa Operacional (R\$119.365 mil), do qual excluem-se os gastos com Entidade de Previdência Privada e Depreciação e Amortização, e aumento de 3,1% no Custo com Energia Elétrica (R\$73.703 mil).

### Reconciliação do Lucro Líquido com o EBITDA

Apresentamos a seguir, a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA para os exercícios e períodos indicados.

	Em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
Conciliação do EBITDA Ajustado	2008	2007	2006	2009	2008
	(em milhares de reais)				
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>590.316</b>	<b>817.967</b>	<b>767.347</b>	<b>85.279</b>	<b>168.633</b>
Entidade de Previdência Privada	(66.318)	(36.023)	(5.744)	19	(16.580)
Depreciação e Amortização	149.694	160.414	156.601	36.564	41.193
Resultado Financeiro	75.111	119.035	169.156	7.201	10.508
Equivalência Patrimonial	-	-	(97.069)	-	-
Contribuição Social	78.883	107.167	79.552	12.044	23.574
Imposto de Renda	213.451	293.144	222.800	32.583	64.177
Item Extraordinário	-	-	10.677	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	(31.085)	(42.565)	(123.930)	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>1.010.052</b>	<b>1.419.139</b>	<b>1.179.390</b>	<b>173.690</b>	<b>291.505</b>

*Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada, e de item extraordinário, e de equivalência patrimonial. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.*

## Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia

<b>Balanco Patrimonial Ativo</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>Em 31 de março</b> <b>de 2009</b>	<b>%</b> <b>do Total</b>	<b>Em 31 de dezembro</b> <b>de 2008</b>	<b>%</b> <b>do Total</b>	<b>% Variação</b> <b>2009/2008</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.701.711</b>	<b>36,5</b>	<b>1.529.577</b>	<b>33,2</b>	<b>11,3</b>
Disponibilidades	115.831	2,5	66.351	1,4	74,6
Consumidores, Concession. e Permissionárias	803.530	17,3	771.717	16,7	4,1
Dividendos	408	0,0	408	0,0	0,0
Tributos a Compensar	41.256	0,9	41.552	0,9	(0,7)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(29.895)	(0,6)	(27.363)	(0,6)	9,3
Despesas Pagas Antecipadamente	83.408	1,8	66.179	1,4	26,0
Créditos Fiscais Diferidos	78.287	1,7	81.059	1,8	(3,4)
Estoques	4.785	0,1	4.588	0,1	4,3
Diferimento de Custos Tarifários	543.100	11,7	470.634	10,2	15,4
Outros Créditos	61.001	1,3	54.452	1,2	12,0
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.955.661</b>	<b>63,5</b>	<b>3.082.451</b>	<b>66,8</b>	<b>(4,1)</b>
<b>Ativo Realizável de Longo Prazo</b>	<b>1.382.148</b>	<b>29,7</b>	<b>1.523.390</b>	<b>33,0</b>	<b>(9,3)</b>
Consumidores, Concession. e Permissionárias	152.783	3,3	170.361	3,7	(10,3)
Depósitos Judiciais	504.368	10,8	491.082	10,6	2,7
Tributos a Compensar	53.427	1,1	53.552	1,2	(0,2)
Despesas Pagas Antecipadamente	22.250	0,5	35.560	0,8	(37,4)
Créditos Fiscais Diferidos	457.179	9,8	466.333	10,1	(2,0)
Diferimento de Custos Tarifários	39.676	0,9	81.103	1,8	(51,1)
Derivativos	116.832	2,5	161.604	3,5	(27,7)
Outros Créditos	35.633	0,8	63.795	1,4	(44,1)
<b>Ativo Permanente</b>	<b>1.573.513</b>	<b>33,8</b>	<b>1.559.061</b>	<b>33,8</b>	<b>0,9</b>
Investimentos	1.144	0,0	1.144	0,0	0,0
Imobilizado	1.409.715	30,3	1.395.269	30,3	1,0
Intangível	162.654	3,5	162.648	3,5	0,0
<b>Ativo Total</b>	<b>4.657.372</b>	<b>100,0</b>	<b>4.612.028</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>

<b>Balanco Patrimonial Passivo</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>Em 31 de março</b> <b>de 2009</b>	<b>%</b> <b>do Total</b>	<b>Em 31 de dezembro</b> <b>de 2008</b>	<b>%</b> <b>do Total</b>	<b>% Variação</b> <b>2009/2008</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.937.616</b>	<b>41,6</b>	<b>1.893.335</b>	<b>41,1</b>	<b>2,3</b>
Fornecedores	476.760	10,2	446.851	9,7	6,7
Encargos de Dívidas	15.172	0,3	13.492	0,3	12,5
Encargos de Debêntures	42.810	0,9	24.119	0,5	77,5
Empréstimos e Financiamentos	120.066	2,6	113.352	2,5	5,9
Debêntures	288.765	6,2	290.279	6,3	(0,5)
Entidade de Previdência Privada	37.231	0,8	31.956	0,7	16,5
Taxas Regulamentares	36.988	0,8	45.094	1,0	(18,0)
Tributos e Contribuições Sociais	191.518	4,1	210.950	4,6	(9,2)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	6,2	289.653	6,3	0,0
Obrigações Estimadas	24.368	0,5	21.533	0,5	13,2
Diferimento de Ganhos Tarifários	134.590	2,9	115.337	2,5	16,7
Derivativos	53.999	1,2	53.075	1,2	1,7
Outras Contas a Pagar	225.696	4,8	237.644	5,2	(5,0)
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.137.089</b>	<b>45,9</b>	<b>2.221.305</b>	<b>48,2</b>	<b>(3,8)</b>
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.137.089</b>	<b>45,9</b>	<b>2.221.305</b>	<b>48,2</b>	<b>(3,8)</b>
Fornecedores	56.181	1,2	64.208	1,4	(12,5)
Encargos de Dívidas	7.072	0,2	5.993	0,1	18,0
Empréstimos e Financiamentos	958.569	20,6	988.333	21,4	(3,0)
Debêntures	640.000	13,7	640.000	13,9	0,0
Entidade de Previdência Privada	371.457	8,0	394.234	8,5	(5,8)
Tributos e Contribuições Sociais	1.197	0,0	3.359	0,1	(64,4)
Provisões para Contingências	8.375	0,2	10.120	0,2	(17,2)
Diferimento de Ganhos Tarifários	11.272	0,2	31.336	0,7	(64,0)
Derivativos		0,0	-		
Outras Contas a Pagar	82.966	1,8	83.722	1,8	(0,9)
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>582.667</b>	<b>12,5</b>	<b>497.388</b>	<b>10,8</b>	<b>17,1</b>
Capital Social	72.650	1,6	36.324	0,8	100,0
Reservas de Capital	417.472	9,0	453.798	9,8	(8,0)
Reservas de Lucro	7.266	0,2	7.266	0,2	0,0
Lucro do Período	85.279	1,8	-		
<b>Passivo Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>4.657.372</b>	<b>100,0</b>	<b>4.612.028</b>	<b>100,0</b>	<b>1,0</b>



## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

### *Ativo Circulante*

Em 31 de março de 2009, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$1.701.711 mil, 11,3% maior do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$1.529.577 mil). Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 36,5% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 33,2% em 31 de dezembro de 2008. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

#### Disponibilidades

As Disponibilidades totalizaram R\$115.831 mil em 31 de março de 2009, representando um aumento de R\$49.480 mil ou 74,6% em relação a 31 de dezembro de 2008 (R\$66.351 mil). Essa variação é consequência principalmente da geração operacional do caixa. Com isso, as disponibilidades passaram a representar 2,5% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 1,4% em 31 de dezembro de 2008.

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de março de 2009 totalizaram R\$803.530 mil em 31 de março de 2009, representando um aumento de R\$31.813 mil ou 4,1% em relação a 31 de dezembro de 2008 (R\$771.717 mil).

Essa variação é consequência principalmente do aumento do faturamento da Companhia. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 17,3% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 16,7% em 31 de dezembro de 2008.

#### Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de março de 2009, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R\$543.100 mil, representando um aumento de R\$72.466 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R\$470.634 mil). A variação de 15,4% é resultado do maior volume de diferimento da CVA e da transferência do longo prazo, em função do prazo para sua realização. Com isso, a conta diferimento de custos tarifários passou a representar 11,7% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 10,2% em 31 de dezembro de 2008.

### *Ativo Realizável a Longo Prazo*

Em 31 de março de 2009, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R\$1.382.148 mil, 9,3% a menos do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$1.523.390 mil). Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 29,7% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 33,0% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de março de 2009 totalizaram R\$152.783 mil em 31 de março de 2009, representando uma redução de R\$17.578 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R\$170.361 mil).

Essa variação é consequência principalmente da redução do parcelamento de débito de consumidores e da realização dos valores a receber da AES Tietê a título de Uso do Sistema de Distribuição a ser repassado para a CTEEP. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias de longo prazo passou a representar 3,3% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 3,7% em 31 de dezembro de 2008.

### Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R\$504.368 mil em 31 de março de 2009, enquanto em 31 de dezembro de 2008 esse montante era de R\$491.082 mil. A variação de 2,7% resulta da correção monetária de tais depósitos. Com isso, a conta Depósitos Judiciais passou a representar 10,8% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 10,6% em 31 de dezembro de 2008.

### Derivativos

A Companhia possuía R\$116.832 mil a receber a longo prazo, em 31 de março de 2009, decorrente de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$161.604 mil. A redução de 27,7% decorre de ajustes positivos no período. Com isso, a conta Derivativos de longo prazo passou a representar 2,5% do Ativo Total em 31 de março de 2009, contra 3,5% em 31 de dezembro de 2008.

### *Ativo Permanente*

Em 31 de março de 2009, o Ativo Permanente da Companhia somava R\$1.573.513 mil, 0,9% a mais do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$1.559.061 mil). O Ativo Permanente continuou a representar em 31 de março de 2009 os mesmos 33,8% de 31 de dezembro de 2008.

### *Passivo Circulante*

Em 31 de março de 2009, o Passivo Circulante da Companhia era de R\$1.937.616 mil, R\$44.281 mil, ou 2,3%, a mais do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$1.893.335 mil). Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 41,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 41,1% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

### Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R\$476.760 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de março de 2009, em comparação ao montante de R\$446.851 mil em 31 de dezembro de 2008. Essa variação de 6,7% decorre principalmente de contas a pagar de suprimento de energia e encargos do sistema de distribuição. Com isso, a conta Fornecedores de curto prazo passou a representar 10,2% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 9,7% em 31 de dezembro de 2008.

### Encargos de Debêntures

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R\$42.810 mil referentes a encargos de debêntures emitidas. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$24.119 mil. Essa variação de 77,5% decorre da atualização dos encargos do período ainda não liquidados. Com isso, a conta de Encargos de Debêntures passou a representar 0,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 0,5% em 31 de dezembro de 2008.

### Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R\$191.518 mil referentes a tributos e contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$ 210.950 mil. Essa variação negativa de 9,2% decorre do pagamento de tais tributos durante o período. Com isso, a conta tributos e contribuições sociais de curto prazo passou a representar 4,1% do passivo total em 31 de março de 2009, contra 4,6% em 31 de dezembro de 2008.

### Diferimento de Ganhos Tarifários

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R\$134.590 mil referentes a diferimento de ganhos tarifários. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$115.337 mil. Esse aumento de 16,7% decorre da transferência do longo prazo, em função do prazo para sua realização. Com isso, a conta Diferimento de Ganhos Tarifários de curto prazo passou a representar 2,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 2,5% em 31 de dezembro de 2008.

### *Passivo Exigível a Longo Prazo*

Em 31 de março de 2009, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R\$2.137.089 mil, 3,8% menor do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$2.221.305 mil). Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 45,9% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 48,2% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão das variações nas linhas abaixo:

### Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$958.569 mil em 31 de março de 2009, uma redução de R\$29.764 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R\$988.333 mil). Essa variação é resultado da liquidação, atualização monetária dos empréstimos e da liberação de R\$ 34.809 mil que corresponde a uma parte de financiamento do BNDES. Com isso, a conta Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo passou a representar 20,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 21,4% em 31 de dezembro de 2008.

### Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a entidades de previdência privada, de R\$371.457 mil em 31 de março de 2009. Em 31 de dezembro de 2008, esse montante era de R\$394.234 mil. Essa redução de 5,8% decorre do pagamento de parte de parcela dessas obrigações pela Companhia. Com esta redução, a conta Entidade de Previdência Privada de longo prazo passou a representar 8,0% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 8,5% em 31 de dezembro de 2008.

### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de março de 2009, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$582.667 mil, 17,1% maior do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$497.388 mil). Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 12,5% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 10,8% em 31 de dezembro de 2008. A variação é justificada principalmente em razão da variação das linhas abaixo:

### Capital Social

Em 31 de março de 2009, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R\$72.650 mil, representando um aumento de R\$36.326 mil em relação a 31 de dezembro de 2008 (R\$36.324 mil), em razão do aumento de capital realizado pela Companhia utilizando parte das reservas de capital. Com isso, o Capital Social passou a representar 1,6% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 0,8% em 31 de dezembro de 2008.

### Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R\$417.472 mil em 31 de março de 2009, R\$36.326 mil a menos do que em 31 de dezembro de 2008 (R\$453.798 mil), em consequência do aumento do capital social acima descrito. Com isso, a conta Reservas de Capital passou a representar 9,0% do Passivo Total em 31 de março de 2009, contra 9,8% em 31 de dezembro de 2008. O efeito desta redução foi neutralizada pelo aumento do Capital Social.

## Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia

Balanco Patrimonial Ativo (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de							
	2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.529.577</b>	<b>33,2</b>	<b>1.856.882</b>	<b>39,2</b>	<b>1.856.616</b>	<b>33,4</b>	<b>(17,6)</b>	<b>0,0</b>
Disponibilidades	66.351	1,4	340.796	7,2	245.240	4,4	(80,5)	39,0
Consumidores, Concession. e Permissionárias	771.717	16,7	872.893	18,4	1.182.606	21,3	(11,6)	(26,2)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	408	0,0	408	0,0	87.059	1,6	0,0	(99,5)
Tributos a Compensar	41.552	0,9	40.386	0,9	31.577	0,6	2,9	27,9
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(27.363)	(0,6)	(41.106)	(0,9)	(47.203)	(0,8)	(33,4)	(12,9)
Despesas Pagas Antecipadamente	66.179	1,4	112.608	2,4	96.422	1,7	(41,2)	16,8
Créditos Fiscais Diferidos	81.059	1,8	62.803	1,3	92.705	1,7	29,1	-32,3
Estoques	4.588	0,1	4.214	0,1	4.552	0,1	8,9	(7,4)
Diferimento de Custos Tarifários	470.634	10,2	400.271	8,4	101.948	1,8	17,6	292,6
Outros Créditos	54.452	1,2	63.609	1,3	61.710	1,1	(14,4)	3,1
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.082.451</b>	<b>66,8</b>	<b>2.881.336</b>	<b>60,8</b>	<b>3.708.555</b>	<b>66,6</b>	<b>7,0</b>	<b>(22,3)</b>
<b>Ativo Realizável de Longo Prazo</b>	<b>1.523.390</b>	<b>33,0</b>	<b>1.394.633</b>	<b>29,4</b>	<b>1.268.246</b>	<b>22,8</b>	<b>9,2</b>	<b>10,0</b>
Consumidores, Concession. e Permissionárias	170.361	3,7	114.888	2,4	88.097	1,6	48,3	30,4
Depósitos Judiciais	491.082	10,6	427.585	9,0	43.678	0,8	14,9	878,9
Tributos a Compensar	53.552	1,2	52.861	1,1	48.449	0,9	1,3	9,1
Despesas Pagas Antecipadamente	35.560	0,8	21.018	0,4	14.445	0,3	69,2	45,5
Créditos Fiscais Diferidos	466.333	10,1	496.072	10,5	534.761	9,6	(6,0)	(7,2)
Diferimento de Custos Tarifários	81.103	1,8	178.206	3,8	441.250	7,9	(54,5)	(59,6)
Derivativos	161.604	3,5	-	-	-	-	-	-
Outros Créditos	63.795	1,4	104.003	2,2	97.566	1,8	(38,7)	6,6
<b>Ativo Permanente</b>	<b>1.559.061</b>	<b>33,8</b>	<b>1.486.703</b>	<b>31,4</b>	<b>2.440.309</b>	<b>43,8</b>	<b>4,9</b>	<b>(39,1)</b>
Investimentos	1.144	0,0	1.143	0,0	1.052.493	18,9	0,1	(99,9)
Imobilizado	1.395.269	30,3	1.339.302	28,3	1.379.024	24,8	4,2	(2,9)
Intangível	162.648	3,5	146.258	3,1	-	-	11,2	-
Diferido		0,0	-	0,0	8.792	0,2	-	(100,0)
<b>Ativo Total</b>	<b>4.612.028</b>	<b>100,0</b>	<b>4.738.218</b>	<b>100,0</b>	<b>5.565.171</b>	<b>100,0</b>	<b>(2,7)</b>	<b>(14,9)</b>

Balanco Patrimonial Passivo (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de							
	2008	% do Total	2007	% do Total	2006	% do Total	% Variação 2008/2007	% Variação 2007/2006
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.893.335</b>	<b>41,1</b>	<b>1.863.542</b>	<b>39,3</b>	<b>1.841.767</b>	<b>33,1</b>	1,6	1,2
Fornecedores	446.851	9,7	382.394	8,1	420.500	7,6	16,9	(9,1)
Encargos de Dívidas	13.492	0,3	3.113	0,1	7.339	0,1	333,4	(57,6)
Encargos de Debêntures	24.119	0,5	19.805	0,4	21.789	0,4	21,8	(9,1)
Empréstimos e Financiamentos	113.352	2,5	246.218	5,2	359.095	6,5	(54,0)	(31,4)
Debêntures	290.279	6,3	-	-	-	-	-	-
Entidade de Previdência Privada	31.956	0,7	45.034	1,0	59.070	1,1	(29,0)	(23,8)
Taxas Regulamentares	45.094	1,0	33.328	0,7	56.517	1,0	35,3	(41,0)
Tributos e Contribuições Sociais	210.950	4,6	325.078	6,9	221.368	4,0	(35,1)	46,8
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	289.653	6,3	422.092	8,9	442.824	8,0	(31,4)	(4,7)
Obrigações Estimadas	21.533	0,5	18.474	0,4	19.033	0,3	16,6	(2,9)
Diferimento de Ganhos Tarifários	115.337	2,5	138.312	2,9	98.558	1,8	(16,6)	40,3
Derivativos	53.075	1,2	-	-	-	-	-	-
Outras Contas a Pagar	237.644	5,2	229.694	4,8	135.674	2,4	3,5	69,3
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2.221.305</b>	<b>48,2</b>	<b>2.379.165</b>	<b>50,2</b>	<b>2.267.360</b>	<b>40,7</b>	(6,6)	<b>4,9</b>
<b>Passivo Exigível de Longo Prazo</b>	<b>2.221.305</b>	<b>48,2</b>	<b>2.379.165</b>	<b>50,2</b>	<b>2.267.360</b>	<b>40,7</b>	(6,6)	4,9
Fornecedores	64.208	1,4	-	-	-	-	-	-
Encargos de Dívidas	5.993	0,1	7.421	0,2	2.305	0,0	(19,2)	222,0
Empréstimos e Financiamentos	988.333	21,4	739.023	15,6	594.111	10,7	33,7	24,4
Debêntures	640.000	13,9	914.897	19,3	903.830	16,2	(30,0)	1,2
Entidade de Previdência Privada	394.234	8,5	496.970	10,5	585.354	10,5	(20,7)	(15,1)
Tributos e Contribuições Sociais	3.359	0,1	3.853	0,1	22.386	0,4	(12,8)	(82,8)
Provisões para Contingências	10.120	0,2	37.536	0,8	46.497	0,8	(73,0)	(19,3)
Diferimento de Ganhos Tarifários	31.336	0,7	39.223	0,8	45.188	0,8	(20,1)	(13,2)
Derivativos	-	-	73.637	1,6	8.475	0,2	-	768,9
Outras Contas a Pagar	83.722	1,8	66.605	1,4	59.214	1,1	25,7	12,5
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>497.388</b>	<b>10,8</b>	<b>495.511</b>	<b>10,5</b>	<b>1.456.044</b>	<b>26,2</b>	0,4	(66,0)
Capital Social	36.324	0,8	1.000	0,0	920.747	16,5	3.532,4	(99,9)
Reservas de Capital	453.798	9,8	489.122	10,3	519.144	9,3	(7,2)	(5,8)
Reservas de Lucro	7.266	0,2	7.266	0,2	16.153	0,3	0,0	(55,0)
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	-	(1.877)	-	-	-	-	-
<b>Passivo Total e Patrimônio Líquido</b>	<b>4.612.028</b>	<b>100,0</b>	<b>4.738.218</b>	<b>100,0</b>	<b>5.565.171</b>	<b>100,0</b>	<b>(2,7)</b>	<b>(14,9)</b>

## **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

### *Ativo Circulante*

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$1.529.577 mil, 17,6% a menos do que em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.856.882 mil). Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 33,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 39,2% do que em 31 de dezembro de 2007. Essa variação é consequência principalmente das variações das contas abaixo listadas:

#### Disponibilidades

As disponibilidades totalizaram R\$66.351 mil em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de R\$274.445 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$340.796 mil). Essa variação é consequência principalmente do uso do caixa para pagamento de dividendos e encargos de debêntures. Com isso, as Disponibilidades passaram a representar 1,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 7,2% em 31 de dezembro de 2007.

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R\$771.717 mil em 31 de dezembro de 2008, representando uma redução de R\$101.176 mil ou 11,6% em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$872.893 mil).

Essa variação é consequência principalmente da queda 2,8% na Receita Operacional no período. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 16,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 18,4% em 31 de dezembro de 2007.

#### Despesas Pagas Antecipadamente

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia tinha R\$66.179 mil em despesas pagas antecipadamente, representando uma redução de R\$46.429 mil, ou 41,2%, em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$112.608 mil). Essa variação é resultado da realização dos ativos regulatórios. Com isso, a conta despesas pagas antecipadamente passou a representar 1,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 2,4% em 31 de dezembro de 2007.

### *Ativo Realizável a Longo Prazo*

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R\$1.523.390 mil, 9,2% a mais do que em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.394.633 mil). Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 33,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 29,4% do que em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de longo prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2008 totalizaram R\$170.361 mil em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$55.473 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$114.888 mil).

Essa variação é consequência principalmente do aumento do saldo a receber de concessionárias e permissionárias. Com isso, a conta consumidores, concessionário e permissionárias de longo prazo passou a representar 3,7% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 2,4% em 31 de dezembro de 2007.

#### Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R\$491.082 mil em 31 de dezembro de 2008, enquanto em 31 de dezembro de 2007 esse montante era de R\$427.585 mil. A variação de 14,9% resulta da correção monetária de tais depósitos. Com isso, a conta Depósitos Judiciais de longo prazo passou a representar 10,6% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 9,0% em 31 de dezembro de 2007.

### Derivativos

A Companhia possuía R\$161.604 mil a receber a longo prazo, em 31 de dezembro de 2008, decorrente de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não tinha nenhum montante de longo prazo a receber relativo a derivativos. Tal variação decorre de ajustes positivos nas posições no período. Com isso, a conta Derivativos de longo prazo passou a representar 3,5% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008.

### *Ativo Permanente*

Em 31 de dezembro de 2008, o Ativo Permanente da Companhia era de R\$1.559.061 mil, 4,9% a mais do que em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.486.703 mil). Com isso, o Ativo Permanente passou a representar 33,8% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 31,4% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2008, o imobilizado da Companhia era de R\$1.395.269 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$1.339.302 mil. A diferença de R\$55.967 mil ou 4,2% resulta de investimentos realizados na rede durante o período. Com isso, a conta Imobilizado passou a representar 30,3% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 28,3% em 31 de dezembro de 2007.

### Intangível

Na rubrica Intangível do Ativo Circulante da Companhia são incluídos *softwares*, de vida útil definida e cuja amortização é de 20,0% ao ano, e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Em 31 de dezembro de 2008, tal rubrica totalizava R\$162.648 mil, representando aumento de R\$16.390 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$146.258 mil), como consequência do investimento em novos *softwares* no montante de R\$38.278 mil. Com isso, o intangível passou a representar 3,5% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 3,1% em 31 de dezembro de 2007.

### *Passivo Circulante*

Em 31 de dezembro de 2008, o Passivo Circulante da Companhia era de R\$1.893.335 mil, ou 1,6%, a mais do que em 31 de dezembro de 2007 (R\$1.863.542 mil). Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 41,1% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 39,3% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada em razão principalmente das alterações nas linhas abaixo:

### Fornecedores

A Companhia possuía um débito total de R\$446.851 mil junto a seus fornecedores de energia elétrica em 31 de dezembro de 2008, em comparação ao montante de R\$382.394 mil na mesma data do ano anterior. Essa variação deve-se principalmente ao registro dos valores a repassar para a CTEEP a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira. Com isso, a conta Fornecedores de curto prazo passou a representar 9,7% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 8,1% em 31 de dezembro de 2007.

### Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de curto prazo da Companhia totalizavam R\$113.352 mil em 31 de dezembro de 2008, uma diminuição de R\$132.866 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$246.218 mil). Essa variação é resultado do pagamento e refinanciamento de longo prazo de tais empréstimos. Com isso, os empréstimos e financiamentos de curto prazo passaram a representar 2,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 5,2% em 31 de dezembro de 2007. Este item contribuiu negativamente para o aumento do Passivo Circulante, mas seu efeito foi neutralizado pela variação no item seguinte.

### Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no curto prazo referente às debêntures emitidas pela Companhia totalizava R\$290.279 mil. Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia não tinha saldo de debêntures a pagar no curto prazo. Essa variação decorre principalmente da transferência para o curto prazo de parte das debêntures que vencerão em menos de um ano. Com isso, a conta Debêntures de curto prazo passou a representar 6,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 0,0% em 31 de dezembro de 2007, principal item que contribuiu para o aumento do Passivo Circulante.

### Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R\$210.950 mil referentes a tributos e contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R\$325.078 mil. Essa variação de 35,1% decorre do pagamento de saldo IR e CSLL durante o período. Com isso, os tributos e contribuições sociais de curto prazo passaram a representar 4,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 6,9% em 31 de dezembro de 2007. A variação deste item contribuiu negativamente para o aumento do Passivo Circulante.

### Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía o montante R\$289.653 mil a título de dividendos a pagar no curto prazo, uma redução de R\$132.439 mil em comparação a 31 de dezembro de 2007 (R\$422.092 mil). Essa variação é resultado do pagamento de dividendos e o menor lucro apurado no período. Com isso, a conta Dividendos e Juros sobre Capital Próprio passou a representar 6,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 8,9% em 31 de dezembro de 2007.

### *Passivo Exigível a Longo Prazo*

Em 31 de dezembro de 2008, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R\$2.221.305 mil, 6,6% a menos do que em 31 de dezembro de 2007 (R\$2.379.165 mil). Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo passou a representar 48,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 50,2% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada principalmente em razão das variações abaixo:

### Fornecedores

Fornecedores de longo prazo da Companhia totalizavam R\$ 64.208 mil em 31 de dezembro de 2008, e zero em 31 de dezembro de 2007. Este montante registrado em 2008 refere-se valores de longo prazo a repassar para a CTEEP a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira. Com isso, a rubrica Fornecedores de longo prazo passaram a representar 1,4% do passivo total em 31 de dezembro de 2008.

### Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo da Companhia totalizavam R\$988.333 mil em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$249.310 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$739.023 mil). Essa variação é resultado do refinanciamento de dívidas de curto prazo. Com isso, os Empréstimos e Financiamentos de longo prazo passaram a representar 21,4% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 15,6% em 31 de dezembro de 2007.

### Debêntures

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar no longo prazo referente às debêntures emitidas pela Companhia totalizava R\$640.000 mil, uma diminuição de R\$274.897 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$914.897 mil). Essa variação decorre principalmente da transferência para o curto prazo de parte das debêntures que vencerão em menos de um ano. Com isso, o saldo da conta debêntures de longo prazo passou a representar 13,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 19,3% em 31 de dezembro de 2007. Esta variação negativa contribuiu significativamente para a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo.

### Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a entidades de previdência privada, de R\$394.234 mil em 31 de dezembro de 2008. Em 31 de dezembro de 2007, esse montante era de R\$496.970 mil. Essa variação de 20,7% decorre do pagamento de parte de parcela dessas obrigações pela Companhia. Com isso, o saldo da conta Entidade de Previdência Privada de longo prazo passou a representar 8,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,5% em 31 de dezembro de 2007. Esta variação negativa também contribuiu para a redução do Passivo Exigível a Longo Prazo.



### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2008, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$497.388 mil, 0,4% maior do que em 31 de dezembro de 2007 (R\$495.511 mil). Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 10,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,5% em 31 de dezembro de 2007. A variação é justificada em razão das variações abaixo:

#### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R\$36.324 mil, representando um aumento de R\$35.324 mil em relação a 31 de dezembro de 2007 (R\$1.000 mil), em razão do aumento de capital realizado pela Companhia utilizando parte das reservas de capital. Com isso, o Capital Social passou a representar 0,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 0,02% em 31 de dezembro de 2007.

#### Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R\$453.798 mil em 31 de dezembro de 2008, R\$35.324 mil a menos do que na mesma data do ano anterior, em consequência do aumento do capital social acima descrito. Com isso, a Reserva de Capital passou a representar 9,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2008, contra 10,3% em 31 de dezembro de 2007.

### **COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS DA COMPANHIA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006**

#### *Ativo Circulante*

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Circulante da Companhia era de R\$1.856.882 mil, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$1.856.616 mil). Com isso, o Ativo Circulante passou a representar 39,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 33,4% do que em 31 de dezembro de 2006. As variações mais relevantes ocorreram nas seguintes contas:

#### Disponibilidades

As Disponibilidades totalizaram R\$340.796 mil em 31 de dezembro de 2007, representando um aumento de R\$95.556 mil, ou 39%, em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$245.240 mil). Essa variação é consequência principalmente da geração operacional do caixa. Com isso, as Disponibilidades passaram a representar 7,2% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 4,4% em 31 de dezembro de 2006.

#### Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os recebíveis de curto prazo da Companhia decorrentes de vendas para Consumidores, Concessionárias e Permissionárias em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$872.893 mil, representando uma redução de R\$309.713 mil, ou de 26,2%, em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$1.182.606 mil).

Essa variação é consequência principalmente da realização de R\$ 278.523 mil no montante a receber de ativos regulatórios. Com isso, a conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias passou a representar 18,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 21,3% em 31 de dezembro de 2006.

#### Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía R\$408 mil de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio em seu Ativo Circulante, em comparação a R\$87.059 mil em 31 de dezembro de 2006. A variação deve-se ao recebimento da antiga controlada RGE. Com isso, os Dividendos e Juros sobre Capital Próprio passaram a representar 0,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,6% em 31 de dezembro de 2006.

#### Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R\$400.271 mil, representando um aumento de R\$298.323 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$101.948 mil). A variação de 292,6% é resultado da classificação no curto prazo da parcela de longo prazo que vencerá em até um ano. Com isso, os custos tarifários diferidos da Companhia passaram a representar 8,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,8% em 31 de dezembro de 2006.

#### *Ativo Realizável a Longo Prazo*

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Realizável a Longo Prazo da Companhia era de R\$1.394.633 mil, 10,0% a mais do que em 31 de dezembro de 2006 (R\$1.268.246 mil). Com isso, o Ativo Realizável a Longo Prazo passou a representar 29,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 22,8% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

#### Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais da Companhia totalizavam R\$427.585 mil em 31 de dezembro de 2007, enquanto em 31 de dezembro de 2006 esse montante era de R\$43.678 mil. A variação de 878,9% resulta de um depósito relacionado à discussão da dedutibilidade para fins de imposto de renda, de despesa reconhecida no exercício de 1997 referente a déficit previdenciário do plano de pensão dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP. Com isso, os Depósitos Judiciais de longo prazo passaram a representar 9,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 0,8% em 31 de dezembro de 2006. Este item contribuiu significativamente para o aumento do ativo realizável a longo.

#### Diferimento de Custos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, os custos tarifários diferidos da Companhia totalizavam R\$178.206 mil, representando uma redução de R\$263.044 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$441.250 mil). A variação de 59,6% é resultado de transferência para o curto prazo do saldo a receber de prazo inferior a um ano. Com isso, a conta Diferimento de Custos Tarifários de longo prazo passou a representar 3,8% do ativo total em 31 de dezembro de 2007, contra 7,9% do que em 31 de dezembro de 2006.

#### *Ativo Permanente*

Em 31 de dezembro de 2007, o Ativo Permanente da Companhia era de R\$1.486.703 mil, 39,1% a menos do que em 31 de dezembro de 2006 (R\$2.440.309 mil). Com isso, o Ativo Permanente passou a representar 31,4% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 43,8% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

#### Investimentos

Os Investimentos do Ativo Permanente da Companhia totalizavam R\$1.143 mil em 31 de dezembro de 2007, uma redução de R\$1.051.350 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$1.052.493 mil). Essa variação é resultado da transferência da participação da RGE para a CPFL Energia. Com isso, os investimentos do Ativo Permanente passaram a representar 0,0% do Ativo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 18,9% em 31 de dezembro de 2006.

#### Intangível

Na rubrica "Intangível" do Ativo Circulante da Companhia são incluídos *softwares*, de vida útil definida e cuja amortização é de 20% ao ano, e por direito de servidão de passagem, cuja vida útil é indefinida e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos.

Em 31 de dezembro de 2007, tal rubrica totalizava R\$146.258 mil, sendo que em 31 de dezembro de 2006 a Companhia registrava os Intangíveis na rubrica Imobilizado.

### *Passivo Circulante*

Em 31 de dezembro de 2007, o Passivo Circulante da Companhia era de R\$1.863.542 mil, ou 1,2%, a mais do que em 31 de dezembro de 2006 (R\$1.841.767 mil). Com isso, o Passivo Circulante passou a representar 39,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 33,1% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações nas linhas abaixo:

#### Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Os Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo da Companhia totalizavam R\$246.218 mil em 31 de dezembro de 2007, uma diminuição de R\$112.877 mil ou 31,4% em relação a 31 de dezembro de 2006. Essa variação é resultado de alongamento e pagamento de parte da dívida vincenda. Com isso, a rubrica Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo passou a representar 5,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 6,5% em 31 de dezembro de 2006.

#### Tributos e Contribuições Sociais

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tinha a pagar, no curto prazo, R\$325.078 mil referentes a tributos e contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R\$221.368 mil. Essa variação de 46,8% decorre basicamente do aumento da base tributável. Com isso, a rubrica Tributos e Contribuições Sociais de curto prazo passou a representar 6,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 4,0% em 31 de dezembro de 2006.

#### Diferimento de Ganhos Tarifários

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tinha, no curto prazo, R\$138.312 mil referentes a Diferimentos de Ganhos Tarifários. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R\$98.558 mil. Essa variação de 40,3% decorre do maior montante de diferimento da CVA e transferência para o curto prazo do montante a ser realizado no prazo de 12 meses. Com isso, a rubrica Diferimentos de Ganho Tarifários passou a representar 2,9% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 1,8% em 31 de dezembro de 2006.

#### Outras Contas a Pagar

Nessa rubrica estão incluídos basicamente: passivos regulatórios, programa de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e obrigações com consumidores. A Companhia tinha, em 31 de dezembro de 2007, R\$229.694 mil contabilizados em seu Passivo Circulante a título de Outras Contas a Pagar. Em 31 de dezembro de 2006 esse número era de R\$135.674 mil. O aumento de 69,3% decorre principalmente dos passivos regulatórios. Com isso, a rubrica Outras Contas a Pagar de curto prazo passou a representar 4,8% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 2,4% em 31 de dezembro de 2006.

### *Passivo Exigível a Longo Prazo*

Em 31 de dezembro de 2007, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia era de R\$2.379.165 mil, 4,9% a mais do que em 31 de dezembro de 2006 (R\$2.267.360 mil). Com isso, o Passivo Exigível a Longo Prazo da Companhia passou a representar 50,2% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 40,7% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada principalmente em razão das alterações das linhas abaixo:

#### Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Os Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo da Companhia totalizavam R\$739.023 mil em 31 de dezembro de 2007, um aumento de R\$144.912 mil ou 24,4% em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$594.111 mil). Essa variação é resultado de novas captações de longo prazo para refinarciar as dívidas de curto prazo. Com isso, a rubrica Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo da Companhia passou a representar 15,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 10,7% em 31 de dezembro de 2006.

### Entidade de Previdência Privada

A Companhia possuía saldo a pagar, no longo prazo, a entidades de previdência privada, de R\$496.970 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, esse montante era de R\$585.354 mil. Essa variação de 15,1% decorre de amortizações realizadas pela Companhia no período. Devido a redução do Passivo Total em 14,9%, a rubrica Entidade de Previdência Privada no longo prazo da Companhia continuou a representar 10,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007.

### Derivativos

As obrigações de longo prazo da Companhia decorrentes de operações com derivativos somavam R\$73.637 mil em 31 de dezembro de 2007. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía R\$8.475 mil contabilizados em seu Passivo Exigível a Longo Prazo. Essa variação de R\$65.162 mil, ou 768,9%, é resultado de ajustes negativos nas posições de derivativos da Companhia. Com isso, obrigações de longo prazo da CPFL Paulista decorrentes de operações com derivativos passaram a representar 1,6% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 0,2% em 31 de dezembro de 2006.

### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2007, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R\$495.511 mil, 66,0% menor do que em 31 de dezembro de 2006 (R\$1.456.044 mil). Com isso, o Patrimônio Líquido passou a representar 10,5% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 26,2% em 31 de dezembro de 2006. A variação é justificada em razão das variações abaixo:

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2007, o Capital Social Realizado da Companhia totalizava R\$1.000 mil, representando uma diminuição de R\$919.747 mil em relação a 31 de dezembro de 2006 (R\$920.747 mil), em razão da redução de capital referente à transferência da RGE para a CPFL Energia. Com isso, o capital social passou a representar menos de 0,1% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 16,5% em 31 de dezembro de 2006.

### Reservas de Capital

As Reservas de Capital da Companhia somavam R\$489.122 mil em 31 de dezembro de 2007, R\$30.022 mil a menos do que na mesma data do ano anterior (R\$519.144 mil), em função da capitalização do benefício fiscal do ágio. Com isso, a rubrica Reservas de Capital passou a representar 10,3% do Passivo Total em 31 de dezembro de 2007, contra 9,3% em 31 de dezembro de 2006.

### **Liquidez e Recursos Financeiros**

As principais necessidades de liquidez e de recursos financeiros da Companhia são:

- obrigações de serviço de dívida referentes ao seu endividamento;
- investimentos para manter e modernizar sua rede de distribuição;
- impostos pagos aos órgãos federais, estaduais e municipais; e
- pagamentos de dividendos e demais distribuições aos acionistas.

As principais fontes de liquidez e recursos financeiros da Companhia são:

- recursos gerados pelas suas operações; e
- Receita Financeira advinda da aplicação de seu caixa e disponibilidades.

A Companhia acredita dispor de fontes de liquidez e de recursos financeiros suficientes para atender as previsões de suas necessidades de serviço da dívida, de dispêndio de capital e demais necessidades nos próximos anos, embora não seja possível oferecer garantias a esse respeito.

## Comparação do Fluxo de Caixa nos Períodos Indicados

O resumo de nossos fluxos de caixa consolidados, das atividades operacionais, de investimento e das atividades de financiamento nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 e nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 estão apresentados nas tabelas a seguir.

	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009	Período de três meses encerrado em 31 de março de 2008
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (em milhares de reais)</b>		
<b>Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ</b>	<b>129.907</b>	<b>256.384</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores		
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e Amortização	36.571	41.192
Provisão para Contingências	(1.815)	(768)
Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	42.039	46.865
Perdas (Ganhos) com Plano de Pensão	19	(16.580)
Perdas (Ganhos) na Baixa de Ativo não Circulante	289	(1.287)
Pis e Cofins Diferidos	627	(9.963)
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(11.702)	(12.867)
Tributos a Compensar	421	722
Diferimento de Custos Tarifários	(31.039)	(21.187)
Depósitos Judiciais	(1.172)	(4.294)
Outros Ativos Regulatórios-Sobrecontratação de Energia	5.813	73.057
Outros Ativos Operacionais	(2.533)	35.031
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	21.882	(15.721)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.656)	(144.979)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	3.195	7.001
Diferimento de Ganhos Tarifários	(811)	54.020
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(17.521)	(12.730)
Encargos de Dívidas Pagos	(17.635)	(26.461)
Taxas Regulamentares	(8.106)	1.758
Outros Passivos Regulatórios-Sobrecontratação de Energia	(11.011)	41.618
Outros Passivos Operacionais	(1.454)	(11.028)
<b>CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>81.308</b>	<b>279.783</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de Imobilizado	(56.303)	(56.058)
Títulos e Valores Mobiliários	7.099	(16.100)
Contratos de Pré-Compra de Energia	6.233	2.663
Acréscimos de Obrigações Especiais	5.865	5.355
Adições de Intangível	(5.664)	(5.628)
Venda de Ativo não Circulante	1.327	2.903
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(41.443)</b>	<b>(66.865)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de Empréstimos e Debêntures	35.309	-
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures Líquido de Derivativos	(25.694)	(129.787)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(9)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>9.615</b>	<b>(129.796)</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>49.480</b>	<b>83.122</b>
<b>SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>66.351</b>	<b>340.796</b>
<b>SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>115.831</b>	<b>423.918</b>

	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007</b>
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (em milhares de reais)</b>		
<b>Lucro Líquido Incluindo CSLL e IRPJ</b>	<b>882.650</b>	<b>1.218.278</b>
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e Amortização	149.694	160.416
Provisão para Contingências	(27.725)	(8.961)
Encargos de Dívidas, Atualizações Monetárias e Cambiais	197.326	190.628
Ganhos com Plano de Pensão	(66.318)	(36.023)
Ganhos na Baixa de Ativo não Circulante	(3.064)	(60)
Pis e Cofins Diferidos	(5.797)	(2.782)
Outros	-	2.169
<b>REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS</b>		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	31.959	276.825
Dividendos Recebidos	-	86.651
Tributos a Compensar	(1.857)	(13.221)
Diferimento de Custos Tarifários	26.740	(35.279)
Depósitos Judiciais	(16.414)	(368.266)
Outros Ativos Operacionais	49.458	(6.279)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
Fornecedores	128.665	(38.106)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(354.252)	(250.926)
Outros Tributos e Contribuições Sociais	(27.180)	11.322
Diferimento de Ganhos Tarifários	(30.863)	33.789
Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	(49.496)	(66.397)
Encargos de Dívidas Pagos	(158.163)	(179.408)
Taxas Regulamentares	11.766	(23.189)
Outros Passivos Operacionais	16.343	109.566
<b>CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>753.472</b>	<b>1.060.747</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de Imobilizado	(240.527)	(265.407)
Títulos e Valores Mobiliários	34.824	(31.831)
Contratos de Pré-Compra de Energia	18.559	(3.901)
Acréscimos de Obrigações Especiais	34.566	35.060
Adições de Intangível	(38.278)	(45.100)
Venda de Ativo não Circulante	12.343	7.309
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(178.513)</b>	<b>(303.870)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Captação de Empréstimos e Debêntures	131.789	489.873
Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	(264.978)	(409.712)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(716.215)	(741.482)
<b>UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(849.404)</b>	<b>(661.321)</b>
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(274.445)</b>	<b>95.556</b>
<b>SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>340.796</b>	<b>245.240</b>
<b>SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>66.351</b>	<b>340.796</b>

**Exercício social  
encerrado em 31 de  
dezembro de 2006**

**FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (em milhares de reais)**

Lucro Líquido do Exercício 767.347

**AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS  
ATIVIDADES OPERACIONAIS**

- Remuneração de Ativos Regulatórios do Racionamento (88.282)  
- Provisão para Perdas nos Ativos Regulatórios do Racionamento -  
- Revisão Tarifária 2003 (30.152)  
- Reajuste Tarifário 5.583  
- Outros Ativos Regulatórios (11.271)  
- Subvenção - Baixa Renda (2.818)  
- Depreciação e Amortização 185.835  
- Provisão para Contingências (95.040)  
- Juros e Variações Monetárias e Cambiais 24.671  
- Instrumentos Derivativos (26.631)  
- Receita (Despesa) com Plano de Pensão 8.510  
- Equivalência Patrimonial (97.069)  
- (Ganhos) Perdas na Baixa de Ativo Imobilizado e Investimento 459  
- Realização de Ativos e Passivos Fiscais Diferidos 115.826  
- Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética 8.153  
- Outros (923)

**REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS**

- Consumidores, Concessionárias e Permissionárias 217.874  
- Dividendos Recebidos 140.387  
- Tributos a Compensar (10.900)  
- Aplicações Financeiras 104.862  
- Estoques (52)  
- Diferimento de Custos Tarifários 161.377  
- Depósitos Judiciais (12.273)  
- Diferido 466  
- Coligadas, Controladas e Controladoras 455  
- Outros Ativos Operacionais 37.422

**AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS**

- Fornecedores (69.206)  
- Tributos e Contribuições Sociais (14.908)  
- Diferimento de Ganhos Tarifários (17.752)  
- Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada (78.534)  
- Encargos de Dívidas - Apropriados e Pagos (62.243)  
- Encargos de Dívidas - Juros Incorporados ao Principal 52.713  
- Taxas Regulamentares 39.736  
- Outros Passivos Operacionais (341)

**1.253.281**

**CAIXA ORIUNDO DE ATIVIDADES OPERACIONAIS**

**ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

- Aquisições de Imobilizado (244.967)  
- Títulos e Valores Mobiliários (11.522)  
- Resgate de Títulos e Valores Mobiliários 1.238  
- Contratos de Pré-Compra de Energia (5.013)  
- Acréscimos de Obrigações Especiais 24.662  
- Diferido 3.303  
- Venda de Ativos Permanentes 5.099  
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -

**(227.200)**

**UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

**ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

- Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures 906.392  
- Amortização de Principal Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (1.361.605)  
- Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos (665.901)

**(1.121.114)**

**UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO**

**(REDUÇÃO) AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES**

**(95.033)**

**SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES**

**306.286**

**SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES**

**211.253**

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

- Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos 152.737  
- Juros Pagos 260.428

**DISPONIBILIDADES**

**2006**

**Saldo Legislação Societária**

**245.240**

- Reclassificação - FAS 95 <sup>(1)</sup>

**(33.987)**

**Saldo Ajustado**

**211.253**

(1) Ajuste realizado ao disponível de modo a adequar a Demonstração do Fluxo de Caixa aos critérios estabelecidos pelo FAS 95 – Statements of Cash Flow. De acordo com este critério estão sujeitas a reclassificações à linha de "Aplicações Financeiras", aquelas aplicações que embora de liquidez imediata, possuam vencimento superiores a 90 dias com resgate antecipado sujeito ao seu valor de mercado.

#### *Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais*

Em 2006, tivemos um caixa gerado das atividades operacionais de R\$1.253.281 mil, basicamente devido ao lucro líquido do exercício (R\$ 767.347 mil) e das variações dos ativos operacionais, principalmente em consumidores, dividendos recebidos e diferimentos de custos tarifários (R\$ 519.638 mil).

Em 2007, tivemos um caixa gerado das atividades operacionais de R\$1.060.747 mil em virtude do lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R\$ 1.378.694 mil), compensado parcialmente pelas variações dos passivos operacionais referente aos itens de tributos e encargos pagos (R\$ 430.334 mil).

Em 2008, tivemos um caixa gerado nas atividades operacionais de R\$753.472 mil, resultado principalmente do lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R\$ 1.032.344 mil), compensado parcialmente pelas variações dos passivos operacionais referente aos itens de tributos e encargos pagos (R\$ 512.415 mil).

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2008, tivemos um caixa líquido gerado das atividades operacionais de R\$279.783 mil, devido principalmente ao lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R\$ 297.576 mil).

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, tivemos um caixa líquido gerado das atividades operacionais de R\$81.308 mil, devido principalmente ao lucro líquido incluindo CSLL e IRPJ ajustado pela depreciação e amortização (R\$ 166.478 mil), compensado parcialmente pelas variações dos passivos operacionais referente aos itens de tributos e encargos pagos (R\$ 72.291 mil).

#### *Fluxo de Caixa Gerado para as Atividades de Investimento*

O caixa utilizado nas atividades de investimento em 2006 foi R\$227.200 mil, em 2007 e 2008, respectivamente totalizaram R\$303.870 mil e R\$178.513 mil. Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, totalizaram, respectivamente, R\$66.865 mil e R\$41.443 mil. Para todos os períodos, o caixa foi utilizado principalmente na aquisição de ativo imobilizado.

#### *Fluxo de Caixa Gerado para as Atividades de Financiamento*

Em 2006, tivemos um caixa utilizado nas atividades de financiamento de R\$1.121.114 mil, em 2007 e 2008, respectivamente, totalizaram R\$661.321 mil e R\$849.404 mil.

Nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, totalizaram, respectivamente, R\$129.796 mil e R\$9.615 mil. Para todos os períodos, o caixa foi utilizado na amortização de empréstimos e debêntures e para pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

### **Endividamento**

O endividamento da Companhia aumentou de R\$ 42.582 mil, ou 2,2%, em 31 de março de 2009, quando comparado a 31 de dezembro de 2008, atingindo R\$ 2.009.621 mil (considerando os efeitos da Lei n.º 11.638/07). A súmula de *rating* elaborada pela Standard & Poor's, anexa a este Prospecto, contém uma análise da capacidade de pagamento da Companhia em relação aos seus pares na mesma categoria de *rating*.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento dos empréstimos existentes na data deste Prospecto, incluindo o valor principal e juros incorridos:

(em R\$ mil)	<b>Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>Debêntures</b>	<b>Total</b>
<b>2009</b>	88.086	288.765	376.851
<b>2010</b>	132.891	-	132.891
<b>2011</b>	183.433	213.333	396.766
<b>2012</b>	546.774	213.333	760.107
<b>2013</b>	66.116	213.333	279.449
<b>2014</b>	32.124	-	32.124
<b>Após 2014</b>	50.493	-	50.493
<b>Total</b>	<b>1.099.917</b>	<b>928.765</b>	<b>2.028.682</b>



### **Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros**

Por meio de uma análise dos números de nosso ativo circulante e do nosso passivo circulante, a Companhia acredita possuir um capital de giro que permite ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos planejados, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso entenda necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e aquisições, a Companhia acredita que terá capacidade para contratá-los.

### **Operações não Registradas nas Demonstrações Contábeis**

Atualmente a Companhia não tem quaisquer operações não registradas nas demonstrações contábeis para financiar operações. A Companhia não possui quaisquer controladas que não estejam incluídas nas demonstrações contábeis, nem possui quaisquer coligadas ou participações em, ou relacionamentos com, quaisquer sociedades que não estejam refletidos nas demonstrações contábeis.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **7. VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

---

- Características Gerais
- Principais Entidades Regulatórias
- Concessões
- Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica
- Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica
- Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica
- Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico
- Encargos Tarifários
- Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos
- Desverticalização
- Meio Ambiente

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **VISÃO GERAL DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO**

### **Características Gerais**

Em 2008, o MME aprovou um Plano Decenal de Expansão, segundo o qual a capacidade de geração instalada do País deverá aumentar para 144,8 GW até 2016, dos quais 115,0 GW (79,4%) corresponderão à geração hidrelétrica, 29,8 GW (20,6%) à geração termelétrica e 8,6 GW (6,6%) à importação de energia elétrica por meio do SIN.

Em 2008, a Eletrobrás detinha 39,0% dos ativos de geração brasileiros. Por intermédio de suas subsidiárias, a Eletrobrás é também responsável por 56,0% da capacidade instalada de transmissão acima de 230 kV no Brasil. Além disso, detém participação em algumas empresas controladas por estados brasileiros que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo, entre outras, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF e FURNAS.

Empresas privadas detinham 38,0% e 68,0% do mercado de geração e distribuição, respectivamente, em termos de capacidade total e demanda, e 26,0% do mercado de transmissão em termos de receita.

### **Principais Autoridades Reguladoras**

#### *Ministério de Minas e Energia - MME*

O MME é o regulador primário do governo brasileiro do setor elétrico. Após a aprovação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o governo brasileiro, agindo primariamente por meio do MME, assumiu determinadas obrigações que anteriormente constituíam responsabilidade da ANEEL, inclusive a redação das diretrizes que regem a outorga de concessões e a emissão de instruções para o processo de licitação em concessões relacionadas a serviços e ativos públicos.

#### *Conselho Nacional de Política Energética - CNPE*

Em agosto de 1997, foi criado o CNPE para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia otimizando a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurando o fornecimento de energia elétrica ao País. O Ministro de Minas e Energia é o presidente do CNPE, sendo seis de seus membros ministros do Governo Federal e três de seus membros escolhidos pelo Presidente da República.

#### *Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL*

A ANEEL é uma autarquia federal autônoma cuja principal responsabilidade é regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e responder a questões a ela delegadas pelo Governo Federal e pelo MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, entre outras, (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica, (ii) promulgação de regulamentos para o setor elétrico, (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, inclusive da utilização de energia hidrelétrica, (iv) promoção do processo licitatório para novas concessões, (v) solução de litígios administrativos entre entidades geradoras e compradores de energia elétrica, e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de transmissão.

### *Operador Nacional do Sistema - ONS*

O ONS é uma organização sem fins lucrativos que coordena e controla empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores, exportadores e Consumidores Livres. O principal papel do ONS é supervisionar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS são: (i) o planejamento da operação da geração e transmissão, (ii) a organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais, (iii) a garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor, (iv) o fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico, (v) a apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica e (vi) a proposição de normas para operação do sistema de transmissão para aprovação pela ANEEL.

### *Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE*

A CCEE é uma organização sem fins lucrativos sujeita à autorização, fiscalização e regulamentação da ANEEL. O CCEE substituiu o MAE.

A CCEE é responsável (1) pelo registro de todos os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ou CCEAR, dos contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no ACL; e (2) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições. A CCEE é integrada pelos concessionários, permissionários, autorizados de serviços de energia elétrica, pelos Consumidores Livres e especiais, e o seu conselho de administração é composto de cinco membros, sendo quatro indicados pelos referidos agentes e um pelo MME, que é o seu presidente.

### *Empresa de Pesquisa Energética – EPE*

Em 16 de agosto de 2004, o governo brasileiro criou a Empresa de Pesquisa Energética, ou EPE, uma empresa pública federal responsável pela condução de estudos e pesquisas estratégicos no setor elétrico, incluindo as indústrias de energia elétrica, petróleo, gás natural, carvão mineral e fontes energéticas renováveis. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação da política energética pelo MME.

### *Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE*

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico criou o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, ou CMSE, que atua sob a orientação do MME. O CMSE é responsável pelo monitoramento das condições de abastecimento do sistema e pela indicação das medidas a serem tomadas para correção dos problemas existentes.

As principais atribuições do CMSE são: (i) acompanhar as atividades do setor energético, (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando à manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético.

## **Concessões**

A Constituição Brasileira prevê que o desenvolvimento, uso e venda de energia elétrica podem ser efetuados diretamente, pelo Governo Federal, ou indiretamente, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações. Historicamente, o setor brasileiro de energia elétrica é dominado por concessionárias de geração, transmissão e distribuição controladas pelo Governo Federal ou governos estaduais.

As companhias ou consórcios que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, permissão ou autorização, conforme o caso, ao MME ou à ANEEL, na posição de representantes do Governo Federal. As concessões conferem direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um período determinado, ao contrário das permissões e autorizações, que podem ser revogadas a qualquer tempo a critério do MME, após consulta com a ANEEL. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. Uma concessão existente pode ser renovada discricionariamente pelo Poder Concedente.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida abaixo:

**Serviço Adequado:** A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e acesso ao serviço.

**Servidões:** A concessionária poderá utilizar bens públicos ou solicitar ao Poder Concedente a desapropriação dos bens privados necessários em benefício da concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

**Responsabilidade Objetiva:** A concessionária é responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de culpa.

**Mudanças no Controle Societário:** O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.

**Intervenção do Poder Concedente:** O Poder Concedente poderá intervir na concessão, por meio de um decreto presidencial, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias após a data do decreto, um representante do Poder Concedente deverá iniciar um procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária direito de contestar a intervenção. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa-se a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária, caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tiver expirado.

**Extinção da Concessão:** A extinção do Contrato de Concessão poderá ser antecipada por meio de encampação e/ou caducidade. Encampação é a rescisão da concessão, por razões relativas ao interesse público que deverão ser expressamente declaradas por lei autorizadora específica. A caducidade deverá ser declarada pelo Poder Concedente após a ANEEL ou o MME terem expedido um ato normativo indicando a falha da concessionária na (1) prestação adequada dos serviços ou cumprimento da legislação ou regulamentação aplicável; (2) manutenção da capacidade técnica, financeira ou econômica necessárias para que o serviço seja prestado de forma adequada; ou (3) no cumprimento das penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente, entre outras coisas. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados, descontando-se o valor das multas contratuais e dos danos por ela causados.

Vencimento: Quando do vencimento do prazo de concessão, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica serão revertidos ao Governo Federal. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.

Penalidades: A regulamentação da ANEEL rege a imposição de sanções aos participantes do setor elétrico e classifica as pertinentes penalidades com base na natureza e gravidade da violação (inclusive advertências, multas e caducidade). Para cada violação, as multas podem ser de até dois por cento da receita (líquida de imposto sobre valor agregado e imposto sobre serviços) das concessionárias verificada no período de 12 meses que anteceder qualquer auto de infração. Algumas infrações que podem resultar em multas referem-se à omissão do operador em solicitar aprovação da ANEEL no caso de: (1) celebração de contratos com partes relacionadas conforme previsto na regulamentação; (2) venda ou cessão dos bens necessários à prestação do serviço público bem como imposição de quaisquer ônus sobre eles (inclusive qualquer garantia real, fidejussória, penhor e hipoteca) ou sobre outros ativos relacionados à concessão ou à receita dos serviços de energia elétrica; e (3) alterações no controle do detentor da autorização ou concessão. No caso de contratos celebrados entre partes relacionadas que sejam submetidos para aprovação da ANEEL, a ANEEL poderá buscar impor restrições aos termos e condições desses contratos e, em circunstâncias extremas, determinar a rescisão do contrato.

#### *Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

Desde 1995, o Governo Federal adotou inúmeras medidas para reformar o setor energético-elétrico brasileiro. Estas culminaram, em 15 de março de 2004, na promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que reestruturou a indústria de energia com a meta, em última análise, de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico foi implementada pelo Decreto n.º 5.163, promulgado em 30 de julho de 2004.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico regula, entre outras disposições, normas relativas (i) a procedimentos de leilão, (ii) a forma de contratos de compra e venda de energia elétrica e (iii) o método de repasse de custos aos consumidores finais.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil, com tarifas adequadas, por meio de processos licitatórios competitivos. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- criação de dois ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica, sendo (1) o mercado regulado destinado aos consumidores cativos, distribuidoras de energia elétrica, mercado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica, o ACR; e (2) um mercado especificamente destinado a Consumidores Livres e agentes comercializadores, que permita um certo grau de competição, denominado ACL;
- restrições a determinadas atividades de distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a consumidores cativos;
- eliminação do direito à chamada auto-contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas; e
- respeito aos contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.



A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico também excluiu a Eletrobrás e suas subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização, programa originalmente criado pelo Governo Federal em 1990 com o objetivo de promover o processo de privatização de empresas estatais.

Ainda, segundo as diretrizes do novo modelo, todos os agentes compradores de energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. Já os agentes vendedores de energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico da energia alocada a ser vendida a instalações de geração existentes ou planejadas. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL.

A partir de 2005, todos os agentes geradores, distribuidores e comercializadores de energia, produtores independentes de energia ou Consumidores Livres e especiais deverão notificar o MME, até 1º de agosto de cada ano, a respeito de sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos 5 (cinco) anos subsequentes. Adicionalmente, cada agente de distribuição deverá notificar o MME, até 60 (sessenta) dias antes de cada leilão de energia, a respeito dos montantes de energia que deverá contratar nos leilões. Baseado nessa informação, o MME deve estabelecer a quantidade total de energia a ser contratada no ACR e a lista dos projetos de geração que poderão participar dos leilões. As distribuidoras também deverão especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a consumidores potencialmente livres.

#### *Ambiente Paralelo para Comercialização de Energia Elétrica*

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica são realizadas em dois diferentes segmentos de mercado: (1) o ACR, que prevê a compra pelas distribuidoras, por meio de leilões, de toda a energia elétrica que for necessária para fornecimento aos seus consumidores e (2) o ACL, que compreende a compra de energia elétrica por agentes não-regulados (como Consumidores Livres e comercializadores de energia elétrica).

Distribuidoras de energia elétrica cumprem suas obrigações de atender à totalidade de seu mercado principalmente por meio de leilões públicos. Além desses leilões, as distribuidoras poderão comprar energia elétrica sem a necessidade de processo licitatório, proveniente: (1) de geradoras conectadas diretamente a tal distribuidora, com exceção de geradoras hidrelétricas com capacidade superior a 30 MW e certas geradoras termelétricas, (2) de projetos de geração de energia elétrica participantes da primeira etapa do PROINFA, programa destinado a diversificar as fontes de energia do Brasil e (3) da usina de Itaipu. A energia elétrica gerada por Itaipu continua a ser vendida pela Eletrobrás às concessionárias de distribuição que operam no SIN Sul/Sudeste/Centro-Oeste, embora nenhum contrato específico tenha sido firmado por tais concessionárias. O preço pelo qual a energia elétrica gerada em Itaipu é comercializada é denominado em dólar e estabelecido de acordo com tratado celebrado entre o Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da taxa de câmbio entre o Real e o dólar. As alterações no preço de venda da energia elétrica gerada em Itaipu estão sujeitas, no entanto, ao mecanismo de recuperação dos custos da Parcela A.

#### *Ambiente de Contratação Regulada - ACR*

No ACR, as distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus consumidores cativos de geradoras por meio de leilões públicos, coordenados pela ANEEL, direta ou indiretamente, no último caso, por intermédio da CCEE.

As compras de energia elétrica são realizadas por meio de dois tipos de contratos bilaterais: (1) Contratos de Quantidade de Energia, e (2) Contratos de Disponibilidade de Energia. Nos termos dos Contratos de Quantidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assume o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper o fornecimento de energia elétrica, caso em que a unidade geradora ficará obrigada a comprar a energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos Contratos de Disponibilidade de Energia, a unidade geradora compromete-se a disponibilizar certa capacidade ao ACR. Neste caso, a receita da unidade geradora está garantida e as distribuidoras em conjunto enfrentam o risco hidrológico. Em conjunto, esses contratos constituem os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, ou CCEARs.

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras de energia elétrica terão direito de repassar a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida por meio de leilões públicos, bem como quaisquer impostos e encargos do setor.

Com relação à outorga de novas concessões, os regulamentos recém promulgados exigem que as licitações para novas instalações de geração hidrelétricas incluam, entre outras coisas, a porcentagem mínima de energia elétrica a ser fornecida ao ACR.

#### *Ambiente de Contratação Livre - ACL*

O ACL engloba as operações entre concessionárias geradoras, Produtores Independentes de Energia, ou PIEs, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia elétrica, Consumidores Livres e consumidores chamados de “consumidores especiais”. Os PIEs são empresas de geração que vendem a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, concessionárias de distribuição e agentes de comercialização, entre outros. O ACL também incluirá contratos bilaterais existentes entre geradoras e distribuidoras até a respectiva expiração. Quando de sua expiração, tais contratos deverão ser celebrados nos termos das diretrizes da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

O consumidor que puder escolher seu fornecedor (consumidor livre em potencial) somente poderá rescindir seu contrato com a distribuidora local e tornar-se um Consumidor Livre por meio de notificação a tal distribuidora com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data limite para a declaração feita pela distribuidora de suas necessidades de energia para o leilão seguinte. Além disso, tal consumidor somente poderá começar a adquirir energia elétrica de um outro fornecedor no ano seguinte àquele em que a distribuidora local tiver sido notificada. Caso o consumidor livre em potencial opte pelo ACL, somente poderá voltar ao sistema regulado uma vez que tenha entregado à distribuidora de sua região aviso com 5 (cinco) anos de antecedência, ficando estipulado que a distribuidora poderá reduzir esse prazo a seu critério. O prazo de aviso tem por finalidade assegurar que, caso necessário, a distribuidora poderá comprar a energia adicional no Ambiente Regulado sem imposição de custos extras ao mercado cativo.

Além dos Consumidores Livres, determinados consumidores com capacidade igual ou superior a 500 KW podem optar por adquirir energia no mercado livre, sujeitos a determinados termos e condições. Esses consumidores são chamados de “consumidores especiais”. Consumidores especiais somente podem adquirir energia de (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 KW, (ii) geradores com capacidade limitada a 1.000 KW, (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade inferior a 30.000 KW inserida no sistema. Um Consumidor especial deve cancelar seu contrato com o distribuidor local mediante notificação com 180 dias de antecedência para contratos com prazo indefinido. Para contratos de prazo definido, o consumidor deverá cumprir o contrato, ou, no caso de contratos de longo prazo, o consumidor deverá cancelar seu contrato mediante notificação com 36 meses de antecedência. O Consumidor especial pode retornar ao sistema regulado mediante notificação com 180 dias de antecedência ao distribuidor relativo à sua região.

As geradoras estatais poderão vender energia elétrica aos Consumidores Livres, contudo, ao contrário das geradoras privadas, estas unidades deverão fazê-lo por meio de processos de leilão.

#### *Leilões no Ambiente de Contratação Regulada – ACR*

Os leilões de compra de energia elétrica para novos projetos de geração em andamento são realizados (1) cinco anos antes da data de início da entrega da energia (denominados leilões “A-5”), e (2) três anos antes da data de início da entrega (denominados leilões “A-3”). Leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes ocorrem (1) no ano anterior ao de início da entrega da energia (denominados leilões “A-1”) e (2) aproximadamente quatro meses antes da data de entrega (denominados “ajustes de mercado”). Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, notadamente a utilização do critério de menor tarifa no julgamento do vencedor do leilão.

Cada empresa de geração participante de um leilão firma um contrato para compra e venda de energia elétrica com cada distribuidora, em proporção à respectiva estimativa de necessidade das distribuidoras. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste de mercado, em que os contratos são específicos entre agente vendedor e agente de distribuição. Os CCEARs provenientes tanto dos leilões "A-5" como "A-3" têm prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEARs provenientes dos leilões "A-1" têm prazo de 5 a 15 anos. Os contratos provenientes do leilão de ajuste de mercado têm o prazo máximo de dois anos. A quantidade total de energia contratada em tais leilões de ajuste de mercado não pode exceder 1,0% da quantidade total de energia contratada por cada distribuidor, exceto para leilões ocorridos em 2008 e 2009, em que a quantidade total de energia contratada não pode exceder 5,0%.

Em relação aos CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos de geração existentes, há três possibilidades de redução permanente das quantidades contratadas, quais sejam (1) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR, (2) redução, a critério da distribuidora, de até 4,0% ao ano do montante anual contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra e (3) adaptação aos montantes de energia estipulados nos contratos de aquisição de energia firmados anteriormente a 17 de março de 2004.

Desde 2005, a CCEE realizou sete leilões para novos projetos de geração, sete leilões relativos usinas geradoras de energia existentes, um leilão para projetos de geração de energia alternativa e um leilão para um empreendimento de geração que utilize a biomassa como fonte, que é classificada como energia reserva. No mais tardar em 1º de agosto de cada ano, as geradoras e distribuidoras apresentam suas demandas de geração ou demandas de energia elétrica estimadas para os cinco anos subsequentes. Com base nessas informações, o MME estabelece o valor total de energia elétrica a ser comercializado no leilão e define as empresas de geração que participarão do leilão. O leilão é realizado em duas fases, por meio de um sistema eletrônico. Como regra geral, os contratos celebrados no âmbito do leilão tem os seguintes prazos (i) de 15 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de novos projetos de geração, (ii) de 5 a 15 anos contados a partir do ano subsequente ao do leilão em caso de usinas geradoras de energia existentes e (iii) de 10 a 30 anos contados a partir do início do fornecimento em caso de projetos de geração de energia alternativa.

Após a conclusão do leilão, geradoras e distribuidoras firmam o CCEAR, no qual as partes estabelecem o preço e a quantidade de energia contratados no leilão. O CCEAR estabelece que o preço será corrigido anualmente pela variação do IPCA. As distribuidoras oferecem garantias financeiras para as geradoras (principalmente valores a receber do serviço de distribuição) para garantir suas obrigações de pagamento nos termos do CCEAR.

#### *O Valor Anual de Referência*

A regulamentação estabeleceu, ademais, um mecanismo, o Valor Anual de Referência, que limita os montantes de custos que podem ser repassados aos consumidores finais. O Valor Anual de Referência corresponde à média ponderada dos preços de energia elétrica nos leilões "A-5" e "A-3", calculada para o conjunto de todas as distribuidoras.

O Valor Anual de Referência cria um incentivo para que as distribuidoras contratem suas necessidades de energia elétrica previstas pelo preço mais baixo nos leilões "A-5" e "A-3". As distribuidoras que comprarem energia elétrica por preço inferior ao Valor Anual de Referência nesses leilões poderão repassar integralmente o Valor Anual de Referência aos consumidores durante três anos. O Valor de Referência Anual também é aplicado nos primeiros três anos dos contratos de compra de energia dos novos projetos de geração de energia. Após o quarto ano, os custos de aquisição de energia elétrica desses projetos podem ser inteiramente repassados. O regulamento estabelece os seguintes limites à capacidade das distribuidoras de repassar custos aos consumidores: (1) nenhum repasse de custos para as compras de energia elétrica que excedam 103,0% da demanda real; (2) repasse limitado de custos para compras de energia elétrica efetuadas em um leilão "A-3", se o volume de energia elétrica adquirido exceder 2,0% da demanda de energia elétrica adquirida nos leilões "A-5";

(3) repasse limitado dos custos de aquisição de energia elétrica dos novos projetos de geração de energia elétrica, se o volume contratado nos termos dos novos contratos relacionados às instalações de geração existentes for inferior a 96,0% do volume de energia elétrica previsto no contrato por vencer; (4) total repasse dos custos relativos às compras de energia elétrica das instalações existentes no leilão "A-1" estarão limitadas a 1,0% da carga verificada no ano anterior à notificação do distribuidor relativa à estimativa de demanda de eletricidade para o MME. Se a energia elétrica adquirida o leilão "A-1" exceder a carga de 1,0%, o repasse de custos relativos à quantidade de carga excedente aos consumidores finais estará limitado a 70,0% do valor médio de tais custos de aquisição de energia elétrica gerada pelas instalações de geração existentes para entrega iniciada em 2007 e com término em 2009. O MME estabelece o preço máximo de aquisição para a energia elétrica gerada pelos projetos existentes que participam dos leilões para venda de energia elétrica a distribuidoras e, se as distribuidoras não cumprirem a obrigação de contratar integralmente sua demanda, o repasse dos custos de energia adquirida no mercado de curto-prazo será o menor entre o Preço de Liquidação de Diferenças, ou PLD e o Valor de Referência Anual.

#### *Convenção de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE*

As Resoluções da ANEEL n.º 109, de 2004 e n.º 210, de 2006, conduziram à criação da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. Tal convenção regulamenta a organização e administração da CCEE, assim como as condições para a comercialização de energia elétrica. Também define, entre outros, (1) os direitos e obrigações dos participantes da CCEE, (2) as penalidades a serem impostas a participantes inadimplentes, (3) a estrutura para a resolução de controvérsias, (4) as regras de comercialização tanto no ACR como no ACL e (5) a contabilização e processo de compensação para operações de curto-prazo.

#### *Restrição de Atividades das Distribuidoras*

As distribuidoras integrantes do SIN não poderão (i) conduzir negócios relacionados à geração ou transmissão de energia elétrica, (ii) vender energia elétrica aos Consumidores Livres, com exceção dos situados em sua área de concessão e segundo as mesmas condições e tarifas relativas a consumidores cativos, (iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra empresa, sociedade anônima ou limitada ou (iv) conduzir negócios que não tenham relação com suas respectivas concessões, com exceção das permitidas por lei ou no contrato de concessão pertinente. As geradoras não poderão deter participações superiores a 10,0% em distribuidoras.

#### *Eliminação do Direito à Autocontratação*

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a consumidores cativos é efetuada no ACR, a chamada autocontratação (autorização para as distribuidoras atenderem a até 30,0% de suas necessidades de energia elétrica contratando energia elétrica proveniente de autoprodução ou adquirida de partes relacionadas) não será mais permitida, exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

#### *Questionamentos sobre a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico*

Os partidos políticos estão atualmente contestando a constitucionalidade da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico perante o Supremo Tribunal Federal. Em outubro de 2007, foi proferida uma decisão do Supremo Tribunal Federal relativo a agravos apresentados no âmbito da ação foi publicada, negando referidos agravos por maioria de votos. Até o momento, não existe ainda uma decisão final sobre este mérito e não se sabe quando será proferida. Neste ínterim, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico continua em vigor. Independentemente da decisão final do Supremo Tribunal Federal, espera-se que certas disposições da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico relacionadas à proibição às distribuidoras que se dediquem a atividades não relacionadas à distribuição de energia elétrica pelas distribuidoras, incluindo vendas de energia elétrica para Consumidores Livres, e a eliminação do direito à autocontratação, continuem em vigor.

Se toda ou parte da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico for considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o esquema regulatório introduzido pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico pode perder sua validade, o que gerará incerteza quanto à forma como o governo brasileiro conseguirá reformar o setor de energia elétrica.

## **Limitações à Concentração no Mercado de Energia Elétrica**

A ANEEL estabeleceu limites à concentração de determinados serviços e atividades dentro do setor elétrico, que recentemente foram eliminados. A minuta de uma nova regulamentação pela ANEEL, relativa a novas limitações, foi submetida à audiência pública.

## **Tarifas de Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica**

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas referentes a tais sistemas. As tarifas são (i) tarifa cobrada pelo uso da rede local de distribuição exclusiva de cada distribuidora (TUSD) e (ii) tarifa cobrada pelo uso da Rede Básica e demais instalações de transmissão (TUST).

### *TUSD*

A TUSD é paga por geradoras e Consumidores Livres e especiais pelo uso do sistema de distribuição da concessionária na qual as geradoras e Consumidores Livres e especiais relevantes estejam conectados. O valor a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação da quantidade de energia elétrica contratada junto à concessionária de distribuição, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW. A TUSD tem dois componentes: (i) a remuneração da concessionária pelo uso da rede local exclusiva, denominada TUSD-Serviço, que varia conforme a quantidade de demanda utilizada por cliente, e (ii) os custos regulatórios aplicáveis ao uso da rede local, denominados TUSD-Encargos, estabelecidos pelas autoridades regulatórias, estando relacionados à quantidade de energia consumida por consumidor.

### *TUST*

A TUST é paga por distribuidoras, geradoras e Consumidores Livres e especiais pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com (i) a inflação; e (ii) as receitas anuais das empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede, inclusive geradoras, distribuidoras e Consumidores Livres e especiais, assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de certas tarifas. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da Rede Básica, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

## **Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica**

As tarifas de fornecimento de energia elétrica (inclusive a TUSD) estão sujeitas à revisão pela ANEEL, que tem poderes para reajustar e revisar tarifas em resposta a alterações de custos de compra de energia elétrica e condições de mercado. Ao reajustar ou revisar as tarifas de fornecimento de energia elétrica, a ANEEL divide os custos das distribuidoras entre (i) custos não-gerenciáveis pela distribuidora, os custos da Parcela A, e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora, os custos da Parcela B. O reajuste de tarifas baseia-se em uma fórmula que leva em consideração a divisão de custos entre as duas categorias.

Os custos da Parcela A incluem, entre outros, os seguintes fatores:

- custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu;
- custos de aquisição de energia elétrica conforme contratos bilaterais negociados livremente entre as partes;
- custos de energia elétrica adquirida por meio de CCEARs;
- custos referentes aos encargos de conexão aos sistemas de transmissão e distribuição;
- custos de encargos tarifários; e
- custos associados à pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética.

Os custos da Parcela B são determinados pela subtração de todos os custos da Parcela A das receitas da sociedade distribuidora, excluído o ICMS e a PIS/COFINS, tributos estadual e federal, respectivamente, incidentes sobre vendas.

Cada contrato de concessão de cada distribuidora prevê um reajuste anual de tarifa. Em geral, os custos da Parcela A são totalmente repassados aos consumidores. Contudo, os custos da Parcela B são em sua maior parte corrigidos monetariamente em conformidade com o IGP-M.

As concessionárias distribuidoras de energia elétrica também têm direito a revisões tarifárias periódicas de suas tarifas a cada quatro ou cinco anos. Essas revisões visam (1) assegurar que as receitas são suficientes para cobrir os custos operacionais da Parcela B e a remuneração adequada com relação a investimentos considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada distribuidora e (2) determinar o fator X, que é baseado em três componentes: (a) ganhos previstos de produtividade proveniente de aumento de escala, (b) custos de mão-de-obra e (c) investimentos. O fator X calculado na revisão da tarifa será recalculado no próximo ciclo tarifário somente pela mudança da soma de investimentos realizados, que são os investimentos feitos em ativos relativos a serviços permanentes. Se a soma de investimentos é menor no próximo ciclo tarifário, o fator X recalculado será comparado ao anterior e a diferença entre eles será multiplicada de forma a refletir os custos dos recursos alocados na tarifa e não usados pela concessionária. O fator X é utilizado para ajustar a proporção da mudança no índice IGP-M, que é empregado nos reajustes anuais. Por conseguinte, quando da conclusão de cada revisão periódica, a aplicação do fator X faz com que as distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Ademais, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica têm direito a revisão tarifária extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar seu equilíbrio financeiro e a compensá-las por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Com a introdução da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o MME reconheceu que os custos variáveis associados à compra de energia elétrica podem ser compensados por meio da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ou CVA, criada para reconhecer alguns de nossos custos quando do reajuste das tarifas de nossas subsidiárias de distribuição pela ANEEL.

Em outubro de 2006, a ANEEL estabeleceu a metodologia e procedimentos aplicáveis às revisões periódicas de 2007 a 2010 para as concessionárias de distribuição, baseada nas práticas desenvolvidas durante uma rodada anterior de revisão periódica de tarifas. Atualmente, a nova regulamentação da ANEEL que visa melhorar o processo de revisão está em audiência pública.

### **Incentivos Governamentais ao Setor Elétrico**

Em 2000, um decreto federal criou o Programa Prioritário de Termoeletricidade, ou PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das UHEs. Os incentivos conferidos às UTEs nos termos do PPT incluem (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, de acordo com regulamentação do MME, (ii) garantia do repasse dos custos referentes à aquisição da energia elétrica produzida por UTEs até o limite do valor normativo de acordo com a regulamentação da ANEEL, e (iii) acesso garantido a programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico.

Em 2002, o Governo Federal estabeleceu o PROINFA. Nos termos do PROINFA, a Eletrobrás comprará a energia gerada por essas fontes de energia alternativa durante o período de até 20 anos, enquanto essa energia é adquirida por empresas de distribuição para entrega aos consumidores finais. Em sua fase inicial, o PROINFA está limitado a uma capacidade contratada total de 3.300 MW. O objetivo dessa iniciativa é atingir uma capacidade contratada de até 10,0% do consumo anual total de eletricidade do Brasil dentro de 20 anos. A energia para comercialização no Programa não será produzida por concessionárias de geração, como nossa Companhia, nem por PIEs. Por outro lado, essa energia somente poderá ser produzida por produtor independente autônomo que não poderá ser controlado ou afiliado da concessionária de geração ou PIE, tampouco poderá ser afiliado às suas controladoras.

Visando criar incentivos para geradores de energia alternativa, o Governo Federal estabeleceu uma redução não inferior a 50,0% na TUSD devida por (i) pequenos geradores hidroelétricos com capacidade entre 1.000 KW e 30.000 KW, (ii) geradores com capacidade de 1.000 KW e (iii) geradores de energia alternativa (empreendimentos solares, eólicos ou de biomassa) com capacidade de 30.000 KW. A redução é aplicável à TUSD devida pela fonte de geração e também por seu consumidor. O valor da redução da TUSD será incluído como "componentes financeiros" na tarifa de reajuste ou na revisão tarifária.

## **Encargos Tarifários**

### *EER*

O EER é uma taxa regulatória criada para arrecadar fundos para reservas de energia contratadas pela CCEE. Essas reservas de energia serão utilizadas para aumentar a segurança do suprimento de energia no SIN. O EER será arrecadado dos consumidores finais do SIN em março de 2009 e mensalmente a partir de 2009.

### *Fundo RGR e UBP*

Em certas circunstâncias, empresas de energia elétrica são indenizadas com relação a certos ativos usados em função de uma concessão, em caso de revogação ou encampação da concessão. Em 1971, o Congresso brasileiro criou um fundo de reserva destinado a prover fundos para tal indenização, denominado Fundo de Reserva Global de Reversão ("Fundo RGR"). Em fevereiro de 1999, a ANEEL revisou a metodologia de cálculo da taxa que todas as distribuidoras e certas geradoras que operem em regimes de serviço público são obrigadas a efetuar a título de contribuição mensal ao Fundo RGR, a uma alíquota anual igual a 2,5% dos ativos fixos da empresa em operações, sem exceder, contudo, 3,0% das receitas operacionais totais em qualquer exercício. Nos últimos anos, nenhuma concessão foi revogada ou deixou de ser renovada, tendo a RGR sido utilizada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição. A RGR deverá ser extinta até 2010 e a ANEEL deverá revisar as tarifas de energia elétrica aplicáveis de maneira tal que o consumidor receba algum benefício em função da extinção da RGR.

O Governo Federal impôs uma taxa sobre os Produtores Independentes de Energia Elétrica similar à taxa cobrada de empresas de serviço público com relação à RGR. Os Produtores Independentes de Energia Elétrica são obrigados a efetuar pagamentos ao Fundo de Uso de Bem Público ("UBP"), de acordo com as regras do correspondente processo licitatório para outorga de concessões. A Eletrobrás recebeu pagamentos referentes ao Fundo UBP até 31 de dezembro de 2002. Todos os pagamentos ao Fundo UBP realizados desde 31 de dezembro de 2002 têm sido efetuados diretamente ao Governo Federal.

### *CCC*

As distribuidoras (e também algumas empresas de transmissão que atendem Consumidores Livres) devem contribuir para a Conta de Consumo de Combustível ("CCC"). A CCC foi criada em 1973 com a finalidade de gerar reservas financeiras para cobrir os custos de combustíveis fósseis em UTEs, na hipótese de estiagem, o que tornaria necessário o aumento do uso de UETs. A CCC atualmente subsidia os sistemas de distribuição em áreas isoladas onde os custos de distribuição são maiores do que no SIN. As contribuições anuais à CCC são calculadas com base em estimativas do custo do combustível que as UTEs precisarão no ano seguinte. A CCC é gerida pela Eletrobrás. A CCC, por sua vez, reembolsa as empresas de energia elétrica por parcela significativa dos custos de combustível de suas UTEs.

Em fevereiro de 1998, o Governo Federal dispôs sobre a extinção da CCC. Os subsídios provenientes da CCC foram extintos no decorrer do período de três anos, de 2003 a 2006, em relação a UTEs construídas anteriormente a fevereiro de 1998 e atualmente pertencentes ao SIN. As UTEs construídas posteriormente a essa data não têm direitos aos subsídios da CCC. Em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da CCC continuariam a ser pagos às UTEs localizadas em sistemas isolados durante um período de 20 anos.

## *CDE*

Em 2002, o Governo Federal instituiu a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), que é suprida por meio de pagamentos anuais efetuados por concessionárias a título de uso de bem público, multas e sanções impostas pela ANEEL e taxas anuais pagas por agentes que fornecem energia elétrica a consumidores finais, por meio de encargo a ser acrescido às tarifas relativas ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Essas taxas são ajustadas anualmente. A CDE foi criada para dar suporte (i) ao desenvolvimento da produção de energia elétrica por todo o país, (ii) à produção de energia elétrica por meio de fontes alternativas de energia e (iii) à universalização do serviço público de energia elétrica em todo o Brasil. A CDE terá duração de 25 anos e será regulamentada pelo Poder Executivo e administrada pela Eletrobrás.

## *ESS*

A Resolução n.º 173 de 28 de novembro de 2005 estabeleceu uma disposição para a Cobrança do Serviço do Sistema, o Encargo de Serviço do Sistema ("ESS") que, desde janeiro de 2006, tem sido incluído nas correções de preço e taxas para concessionárias de distribuição que fazem parte do SIN. Este encargo é baseado nas estimativas anuais feitas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") em 31 de outubro de cada ano.

## **Taxa pelo Uso de Recursos Hídricos**

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico exige que os detentores de uma concessão e autorização de uso de recursos hídricos paguem uma taxa de 6,7% do valor da energia que geram pela utilização de tais instalações. Esse encargo deve ser pago ao distrito federal, estados e municípios nos quais a usina ou seu reservatório esteja localizado.

## *Taxa de Inspeção da ANEEL (TFSEE)*

A Taxa de Inspeção ANEEL é uma taxa anual devida pelos detentores de concessões, licenças ou autorizações na proporção de seu porte e atividades. Atualmente, a Taxa de Inspeção da ANEEL é deduzida do Fundo RGR.

## *Inadimplimento no Pagamento de Encargos Regulatórios*

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu que a falha no pagamento das contribuições ao Fundo RGR, ao PROINFA, à CDE, à CCC, ou a não realização de outros pagamentos, tais como os devidos em função da compra de energia elétrica no ACR ou de Itaipu impedirá que a parte inadimplente proceder com reajustes ou revisões de tarifa (exceto por revisões extraordinárias) e que receba recursos oriundos do Fundo RGR, da CDE ou da CCC.

## *Mecanismo de Realocação de Energia - MRE*

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidrelétrica determinando que geradoras hidrelétricas compartilhem os riscos hidrológicos do SIN. De acordo com a legislação brasileira, a cada UHE é atribuída uma "Energia Assegurada", determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina. O MRE transfere a energia excedente daqueles que geraram além de suas Energias Asseguradas para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da Energia Assegurada, é precificada por uma tarifa denominada "Tarifa de Energia de Otimização" - TEO, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será contabilizada mensalmente para cada gerador.



## **Desverticalização**

O artigo 4º da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, alterado pelo artigo 8º da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, estabelece a obrigatoriedade da segregação das atividades de distribuição e de geração de energia elétrica relativas às pessoas jurídicas concessionárias, permissionárias e autorizadas.

A obrigação de separação das atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão deveria ser cumprida até 16 de setembro de 2005, prazo esse prorrogado para 16 de março de 2007. As distribuidoras que detinham geração distribuída tinham a obrigação de realizar contratos de compra e venda de energia elétrica de suas respectivas unidades geradoras pelo prazo até o final do período de concessão.

De acordo com as regras de desverticalização, as concessionárias distribuidoras, no âmbito do SIN, também não poderiam ter participação em outras sociedades, de forma direta ou indireta, ou ainda manter atividades não compatíveis com o objeto de sua concessão de distribuição de energia elétrica.

## **Meio Ambiente**

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os administradores, que podem até ser presos, como nossa própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas, como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou em triplo, em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção em nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira, a partir da edição da Lei 6.938/81, que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como à implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. No caso das medidas compensatórias, a legislação ambiental impõe ao empreendedor ainda, para os casos dos empreendimentos de significativos impactos ambientais, a obrigação de destinar um percentual dos investimentos necessários à implementação de 0 a 0,5%, a ser fixado pelo órgão ambiental competente.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, para os casos exigidos, independentemente da atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R\$10 milhões (aplicáveis em dobro ou em triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos seus empreendimentos. Há que se ressaltar, que a legislação brasileira, para os casos de inércia por parte do órgão licenciador no atendimento à solicitação de pedido de renovação da licença, garantiu ao empreendedor a continuidade de sua atividade desde que esse proceda ao pedido com antecedência de 120 dias à data de esgotamento final de sua vigência.

## **8. INFORMAÇÕES RELATIVAS À COMPANHIA**

---

- Histórico da Companhia
- Atividades da Companhia
- Estrutura Organizacional do Grupo CPFL
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Composição do Capital Social
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
- Pendências Judiciais e Administrativas

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Companhia Paulista de Força e Luz é uma sociedade por ações de capital aberto, registrada na CVM em 19 de agosto de 1969, sob o n.º 3824, que tem sua sede localizada na Campinas Mogi-Mirim, n.º 1.755, km 2,5 – parte, no município de Campinas (SP) e objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades.

A Companhia foi constituída em 16 de novembro de 1912, com prazo de duração indeterminado, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. Em seus primeiros anos de existência, a Companhia estendeu suas atividades pelo interior do Estado de São Paulo, incorporando empresas prestadoras de serviços de energia elétrica nas cidades de Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba, Pirajuí e São José do Rio Preto, entre outras.

Em 19 de outubro de 1927, a American & Foreign Power Company adquiriu o controle acionário da Companhia por meio da Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras, subsidiária constituída em setembro de 1927 com a finalidade de dar início às suas operações no Brasil. Sob o controle da American & Foreign Power Company, a Companhia continuou sua expansão pelo interior do Estado de São Paulo, tendo adquirido diversas concessionárias até 1930, quando, em razão da crise de 1929, teve de interromper sua expansão.

Ao final da década de 1950 e início da década de 1960, eclodiram pelo País manifestações nacionalistas contrárias aos interesses norte-americanos, que resultaram na nacionalização das companhias pertencentes ao grupo da American & Foreign Power Company. Assim, no dia 14 de outubro de 1964, por meio da Lei n.º 4.428, a Companhia passou a pertencer à União, que adquiriu seu controle por meio da Eletrobrás. Em 16 de junho de 1975, o controle acionário da Companhia passou para o Estado de São Paulo, por meio da CESP, ficando sob o controle desta até a desestatização da Companhia, em 1997.

Em 05 de novembro de 1997 foi realizado na BM&FBOVESPA o leilão de desestatização da Companhia. O processo de desestatização deu-se por meio da alienação, em lote único, de 57,6% das ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 41,7% do capital social total. O grupo vencedor do leilão, formado pela VBC, pela 521 Participações e pela Bonaire, passou a exercer o controle da CPFL por meio da DOC4.

Em setembro de 1998, o Governo do Estado de São Paulo, por meio de leilão público de privatização, transferiu o 74,9% do capital votante da EBE, para os consórcios Enerpaulo (41,9% do capital votante) e Draft I (32,9% do capital votante).

Em 1999, foram realizadas, simultaneamente, por meio de leilão na BM&FBOVESPA, oferta pública de venda, pela CESP, de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia de sua titularidade e oferta pública de compra, pela DOC4, de ações da Companhia de titularidade de acionistas minoritários. Tal operação resultou na aquisição, pela DOC 4, de 25,3% das ações ordinárias e 79,8% das ações preferenciais da Companhia, passando a deter 91,9% de seu capital votante e 90,4% de seu capital total.

Subsequentemente, em 15 de dezembro de 1999, a Companhia aprovou a incorporação de sua controladora DOC4, com a consequente extinção desta última. A partir da referida incorporação, os acionistas da DOC4 passaram a participar diretamente do capital social da Companhia.

Em setembro de 2000, em atendimento ao Contrato de Concessão, os acionistas da Companhia deliberaram a separação de suas atividades de geração e distribuição de energia elétrica, que passaram a ser desenvolvidas por sociedades distintas. Assim, o objeto social da Companhia passou a ser primordialmente a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica. A parcela cindida, correspondente à atividade de geração de energia elétrica, foi incorporada pela CPFL Geração, cujas ações foram distribuídas aos acionistas da Companhia, na proporção de suas participações na mesma.

Em novembro de 2000, a Companhia elevou sua participação indireta no capital social da Bandeirante, por meio de sua subsidiária Draft I, aumentando para 43,0% das ações ordinárias e 41,7% das ações preferenciais sua participação acionária, correspondente a 42,2% do capital social total da Bandeirante.

Em julho de 2001, a Companhia adquiriu o controle acionário da RGE, detendo 67,0% do seu capital total ao final daquele ano.

Em outubro de 2001, foi efetuada a cisão parcial da Bandeirante. A parcela cindida da Bandeirante foi incorporada à CPFL Piratininga, sendo que a Companhia passou a deter indiretamente, por meio de sua controladora Draft I, 96,5% do capital total da CPFL Piratininga. Após a efetivação da cisão, os controladores da antiga Bandeirante (Draft I e Enerpaulo) permutaram a totalidade de suas ações, restando à Draft I participação apenas no capital social da CPFL Piratininga.

Em agosto de 2002 ocorreu a conclusão da reestruturação do Grupo CPFL. Praticamente todos os ativos que os acionistas controladores detinham na Companhia e na CPFL Geração foram, por meio de aumento do capital, incorporados à Draft II, que passou a ser denominada CPFL Energia S.A. Dessa forma, o controle acionário da Companhia e da CPFL Geração passaram para a CPFL Energia.

Em 2004, o principal evento societário foi a incorporação, pela controlada CPFL Piratininga, de sua sociedade controladora Draft I. Com a incorporação em questão, a Draft I foi extinta e a Companhia passou a deter o controle direto da CPFL Piratininga (97,4%).

A CPFL Energia realizou em 23 de novembro de 2005, Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi deliberada e aprovada a proposta de reorganização societária em duas etapas distintas e consecutivas, contemplando, em um primeiro momento, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Piratininga pela Companhia e, posteriormente, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da Companhia pela CPFL Energia.

Esta reorganização societária acarretou a transferência da totalidade das ações ordinárias e preferenciais dos acionistas não controladores da Companhia.

Assim, os acionistas não controladores da Companhia receberam por cada lote de 68,965079615 ações ordinárias ou preferenciais das classes "A", "B" ou "C" de emissão da Companhia 1 (uma) ação ordinária de emissão da CPFL Energia. Como resultado a Companhia passou a ser uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 13 de abril de 2006 a Assembléia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia aprovou a implementação da primeira etapa de processo de reorganização visando à segregação das participações societárias mantidas pela Companhia em atendimento ao disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, na Resolução Autorizativa ANEEL n.º 305/05, de 05 de setembro de 2005 e em conformidade com o Despacho ANEEL n.º 454, de 08 de março de 2006.

Esta primeira etapa da reorganização societária consistiu em redução de capital da Companhia, que foi implementada mediante a restituição à CPFL Energia de participações societárias detidas na CPFL Piratininga, COMGAS e Energias do Brasil no valor total de R\$ 413.288.437,23.

Na redução de capital acima referida, as ações de emissão da CPFL Piratininga que foram transferidas a CPFL Energia representavam 100,0% de seu capital social, assim, como resultado da operação de redução de capital a Companhia e a CPFL Piratininga passou a ser uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 14 de março de 2007 a Assembléia Geral da Companhia aprovou a redução de seu capital social mediante a restituição à CPFL Energia (sua única acionista) da participação então detida na RGE.

Em dezembro de 2007, em decorrência de uma ampla reorganização societária do Grupo CPFL, que incluiu a incorporação de ações de acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, a RGE se tornou uma subsidiária integral da CPFL Energia.

Não há, na data deste Prospecto, qualquer investimento ou desinvestimento de capital em andamento.

A Companhia ou terceiros não realizaram ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Por fim, a Companhia, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, realizou distribuições públicas de títulos e valores mobiliários. Para maiores informações sobre os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia, vide Seção “Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos” na página 176 deste Prospecto.

## ATIVIDADES DA COMPANHIA

### Introdução

A Companhia é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista e abrangendo 234 municípios, numa área geográfica superior a 90.440 mil km<sup>2</sup>, correspondente a aproximadamente 37,0% do território do Estado de São Paulo. A Companhia atende a uma população superior a 9,8 milhões de habitantes, totalizando, em 31 de março de 2009, aproximadamente 3,5 milhões de clientes. O mercado de atuação da Companhia no interior do Estado de São Paulo, abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária.



Hoje a Companhia fornece aproximadamente 23,0% de toda a energia elétrica consumida no Estado de São Paulo e 6,0% de toda a eletricidade utilizada no Brasil, tendo fornecido 19.544 GWh no ano de 2008 e 4.886 GWh no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

Para maiores informações acerca da regulamentação governamental e das principais autoridades reguladoras às quais a Companhia está sujeita, vide Seção “Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Principais Autoridades Reguladoras” na página 119 deste Prospecto e Seção “Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – Concessões” na página 120 deste Prospecto.

### Distribuição de Energia Elétrica e Instalações Operacionais

O setor de energia elétrica pode ser segmentado em quatro funções: geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A distribuição de energia elétrica é a transferência de eletricidade de um sistema de transmissão para o consumidor final.

A função de geração compreende todas as instalações de geração hidrelétrica, térmica e nuclear e as suas linhas de transmissão e subestações de uso exclusivo necessárias para conexão com o sistema elétrico de potência.

A função transmissão compreende as instalações pertencentes à Rede Básica que são as linhas de transmissão e subestações nas tensões maiores ou iguais a 230 kV e os “transformadores de fronteira”, que são os equipamentos que conectam a função distribuição à Rede Básica.

A função de distribuição compreende as linhas de transmissão e subestações nas tensões menores que 230 kV, Rede Primária e Rede Secundária.



A área de concessão da Companhia inclui importantes cidades do Estado de São Paulo, tais como Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto. A concessão se encerra em 2027 e poderá ser prorrogada por 30 anos adicionais.

A Companhia distribui energia a consumidores, que são subdivididos em várias classes de tensão e de consumo. Assim, a eletricidade é fornecida a consumidores industriais e comerciais de grande porte em alta tensão (69/138 kV) e aos demais consumidores em média (15 kV) ou baixa (127/220 V) tensão.

A rede de subtransmissão de energia da Companhia possuía, em 31 de março de 2009, 3.735 km de linhas de transmissão com tensão de 138 kV, 2.329 km na tensão igual ou inferior a 69 kV, 244 subestações próprias com capacidade instalada total de 6.819 MVA e 47.503 km de redes de distribuição primária.

O quadro a seguir registra a evolução da rede e principais equipamentos de distribuição da Companhia nos últimos três anos e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009.

Denominação	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de	
	2006	2007	2008	2008	2009
			(Km)		
Rede de Média Tensão (15 kV)	44.391	46.248	47.361	46.667	47.503
Rede de Baixa Tensão (127/220V)	33.207	34.391	35.443	34.579	35.642
			(Quantidade)		
Transformadores (Distribuição)	102.070	108.530	113.348	110.528	114.040
			(MVA)		
Potência Instalada (MVA)	4.853	5.149	5.413	5.235	5.463

Em 2008, a Companhia adquiriu em média 91% da energia necessária para atendimento de sua demanda de energia elétrica por meio de pontos de interligação com as empresas de transmissão. Esse suprimento é efetuado em tensão de 138 kV e, por meio de linhas de transmissão e subestações de seccionamento de propriedade da Companhia, são atendidas as subestações de distribuição, que transformam a tensão de 138 kV para a classe de tensão da Rede Primária. De tais subestações derivam alimentadores que suprem os transformadores instalados nos postes das redes urbana e rural, que reduzem a tensão para o nível da Rede Secundária, onde está ligada a maior parte dos clientes da Companhia. Para maiores informações acerca de nossos ativos, vide seção "Propriedades, Plantas e Equipamentos" na página 233 deste Prospecto.

A operação do sistema de distribuição de energia elétrica está estruturada em três áreas do Estado de São Paulo – Nordeste, Noroeste e Sudeste – que controlam à distância os principais equipamentos do referido sistema com o auxílio de Unidades Terminais Remotas (UTRs) instaladas em subestações e Postos de Telecontrole de Rede (PTRs) instalados na rede de distribuição primária.

Toda a coordenação da operação do sistema de transmissão da Companhia é efetuada pelo Centro de Operação do Sistema, localizado em Campinas, que também é responsável pelas tratativas junto ao ONS, nos casos que envolvam o Sistema Interligado Nacional.

A energia elétrica vendida é quantificada por meio da instalação de medidores com leituras mensais, cujas informações são processadas e, com base nas mesmas, são emitidas faturas com a aplicação de tarifas, encargos e tributos estabelecidos pelas leis vigentes.

## Estratégia

A estratégia da Companhia é aumentar a eficiência das suas operações, buscando a melhoria da prestação do serviço e a manutenção de baixos custos operacionais por meio de investimentos em novos sistemas que monitorem os ativos de forma mais eficiente. A Companhia acredita que tal estratégia auxiliará a minimizar ainda mais as suas perdas comerciais de energia elétrica e manter baixo o índice de suas perdas técnicas.

## Clientes

O mercado de atuação da Companhia abrange uma área de aproximadamente 90.440 mil km<sup>2</sup>, com uma população de aproximadamente 9,8 milhões de habitantes e densidade demográfica de aproximadamente 108 habitantes/km<sup>2</sup>. Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía aproximadamente 3,5 milhões de clientes. A economia da região interiorana do Estado de São Paulo em que a Companhia atua é baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária.

A ANEEL estabelece a seguinte classificação dos consumidores de energia elétrica: (i) residenciais, (ii) industriais, (iii) comerciais, (iv) rurais, (v) poder público, sendo considerados como tais as pessoas jurídicas de direito público que assumam as responsabilidades inerentes à condição de consumidor, independentemente da atividade desenvolvida na unidade consumidora, com exceção das atividades classificáveis como serviço público de irrigação cultural, escola agrotécnica, iluminação pública e serviço público, (vi) iluminação pública, (vii) serviço público, que abrange exclusivamente o consumo de energia elétrica para motores, máquinas e cargas essenciais à operação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração elétrica urbana e/ou ferroviária e (viii) consumo próprio.

Em 31 de março de 2009, a venda de energia da Companhia por classe de consumidores encontrava-se distribuída da seguinte forma:

Período de três meses encerrado em 31 de março de 2009			
Tipo	No Mês (GWh)	Acumulado (GWh)	Percentual do Acumulado (GWh) sobre o Total
Residencial	607	1745	35,7%
Industrial	457	1261	25,8%
Comercial	377	1066	21,8%
Rural	66	188	3,8%
Poderes Públicos	56	145	3,0%
Iluminação Pública	67	198	4,1%
Serviço Público	93	269	5,5%
Consumo Próprio	2	5	0,1%
<b>Total</b>	<b>1725</b>	<b>4877</b>	<b>99,8%</b>
Supridas/Permissionárias	3	8	0,2%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1729</b>	<b>4885</b>	<b>100%</b>

A maior parte dos 3,5 milhões consumidores da Companhia é residencial, sendo essa classe responsável por 42,1% da receita de fornecimento faturado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 8,9% e 6,0% respectivamente, quando comparada com mesmo período de 2008, basicamente em função das temperaturas mais elevadas registradas no período, crescimento do volume de vendas no comércio varejista e pela migração de clientes da classe rural para a residencial ao longo de 2008.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a classe residencial teve crescimento de 7,3%, favorecida pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Tais efeitos, combinados com a redução dos preços de eletroeletrônicos, permitiram a expansão do consumo dessa classe. As temperaturas registradas no exercício e o recadastramento de clientes da classe rural para a classe residencial também contribuíram para o crescimento dessa classe.

A classe comercial é a segunda maior em termos de número de clientes, com mais de 275,5 mil consumidores. É a terceira maior em volume de energia faturada e receita de fornecimento faturado, com aproximadamente 21,8% do total da quantidade de energia faturada e 22,4% do total da receita de fornecimento faturado no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, o consumo de energia da classe comercial cresceu 4,7%, favorecida pela manutenção da massa salarial e da oferta de crédito em patamares elevados, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Os clientes industriais, por sua vez, foram responsáveis por 23,9% da receita de fornecimento faturado da Companhia no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, destacando-se entre esta categoria de consumidores os ramos de alimentos, têxtil, metalurgia, material plástico, químico e mecânico. No entanto, no mesmo período, a classe industrial apresentou redução de 5,5% no consumo de energia, impactada pelos efeitos da crise internacional, comparado a 31 de março de 2008.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a classe industrial apresentou um crescimento da ordem de 1,9% no consumo de energia, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007. Esse resultado foi influenciado pela migração de clientes cativos para o mercado livre (destaca-se a migração dos chamados "clientes especiais", que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs). A partir de novembro de 2008, essa variação foi também afetada pela crise financeira internacional que impactou a atividade da indústria.

A tabela abaixo indica o número de clientes ativos da Companhia nos anos de 2008, 2007, 2006 e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2009 e 2008:

Classe de Consumidores	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de			Períodos de três meses encerrados em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
Número de Consumidores Residenciais	3.087.113	2.981.348	2.902.669	3.105.140	3.022.961
Número de Consumidores Industriais	42.225	42.366	42.355	42.105	42.290
Número de Consumidores Comerciais	275.550	270.999	267.928	275.556	271.649
Número de Consumidores Rurais	64.622	91.855	92.620	65.989	70.903
Número de Consumidores Poder Público	21.996	21.138	20.878	22.567	21.275
Número de Consumidores Iluminação Pública	4.833	3.377	1.756	5.371	3.434
Número de Consumidores Serviço Público	3.662	3.539	3.467	3.682	3.565
Número de Consumidores Consumo Próprio	418	424	425	417	429
<b>Total</b>	<b>3.500.419</b>	<b>3.415.046</b>	<b>3.332.098</b>	<b>3.520.827</b>	<b>3.436.506</b>

A Companhia celebra com seus clientes industriais contratos para o fornecimento de energia elétrica com prazos variados. Nos contratos celebrados pela Companhia, é especificada a tensão de fornecimento para a unidade consumidora contratante, sendo aplicada a tarifa cabível, conforme as determinações da ANEEL.

Com o objetivo de estreitar a relação com o cliente, a Companhia mantém canais de atendimento que possibilitam a comunicação direta, tais como agências de atendimento, *call center*, internet, meios de comunicação escrita, ouvidoria, *contact center*, gerentes de negócios de grandes clientes e gerente de contas do Poder Público.

O autoatendimento, por meio do site [www.cpf.com.br](http://www.cpf.com.br), contempla 32% dos atendimentos e por meio deste sistema nossos clientes conseguem obter informações, imprimir 2<sup>as</sup> vias de contas, solicitar ligações e outros serviços, é o denominado atendimento WEB. O atendimento presencial, por sua vez, é utilizado por 8% dos clientes e acontece por meio de 36 postos de atendimento próprios e 760 agentes credenciados. Além disso, a CPFL Paulista disponibiliza um canal de relacionamento direto com os órgãos de defesa do consumidor, com a ouvidoria, pioneira no setor elétrico, e com o Conselho de Consumidores, por sua vez, composto por representantes da comunidade em todas as classes de consumo.

As informações geradas e os serviços solicitados nos canais de atendimento são realizados de forma *online* e armazenados em um banco de dados que permite reunir todas as informações necessárias para o atendimento, formatação e análise de estatísticas de forma permanente, visando assim à melhoria constante nos processos e no relacionamento com os nossos clientes.

Em 2008, os canais de atendimento disponibilizados pela CPFL Paulista atenderam 11 milhões de solicitações provenientes de toda área de concessão da Companhia.

### **Consumidores Livres**

De forma geral, são considerados livres os consumidores com demanda de pelo menos 3 MW atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 74 consumidores potencialmente livres que podem adquirir energia de qualquer fonte. Esses consumidores representaram aproximadamente 6,2% da receita operacional líquida da Companhia e aproximadamente 7,7% da quantidade total de energia elétrica vendida pela Companhia no ano de 2008.

Adicionalmente, também são considerados potenciais Consumidores Livres os que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc). Em 2008, a Companhia forneceu energia elétrica a 718 consumidores com essas características. Esses consumidores representaram aproximadamente 13,6% da energia elétrica vendida e 11,5% da receita líquida da Companhia no ano de 2008.

Dos 792 potenciais Consumidores Livres existentes em 2008, considerando os que podem optar por qualquer fornecedor e os que têm o direito de adquirir energia de fontes incentivadas, 13 optaram pela migração do mercado regulado ao mercado livre.

A opção em migrar para o mercado livre é prerrogativa exclusiva dos consumidores. No entanto, ao exercerem esta opção, os clientes ficam obrigados por lei a celebrar contrato de conexão e de uso do sistema de distribuição como pagamento da TUSD para a Companhia.

O cliente que migra ao mercado livre só pode retornar à condição de regulado novamente depois de transcorridos cinco anos da data de sua opção no caso de consumidores de pelo menos 3 MW atendidos em tensão maior ou igual a 69 KV e novos consumidores com demanda igual ou superior a 3 MW atendidos em qualquer tensão com início de fornecimento a partir de 1995. No caso de consumidores que possuem demanda igual ou superior a 500 kW atendidos em qualquer tensão, desde que optem pelo consumo de energia a partir de fontes incentivadas (PCHs, biomassa, eólica, etc) tem seis meses da data de sua opção para retornar do mercado livre para o mercado regulado. O retorno ao mercado regulado em prazo inferior a este período somente pode ocorrer caso a Companhia autorize expressamente.

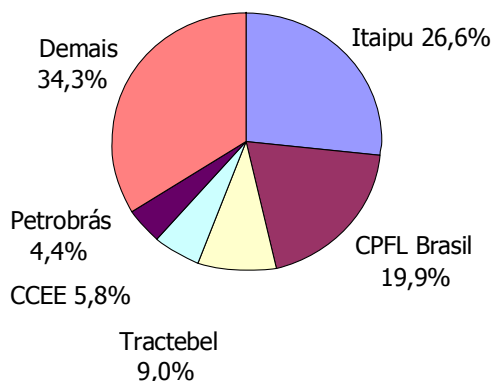
Para mais informações sobre a concorrência enfrentada pela Companhia na distribuição de energia aos Consumidores Livres, vide Seção “ – Concorrência” na página 150 deste Prospecto.

## Fornecedores

A energia adquirida pela Companhia em 2008 foi suprida por contratos de compra e venda de energia, agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu, Contratos Iniciais (CESP, AES TIETE, DUKE, FURNAS, CPFL CENTRAIS ELÉTRICAS), CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil, a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

A figura abaixo indica a participação de cada um dos fornecedores da Companhia no total da energia adquirida no ano de 2008:

**Principais fornecedores em 2008 (GWh)**



Durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a energia adquirida pela Companhia foi suprida por contratos de compra e venda de energia, agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu, CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil, a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

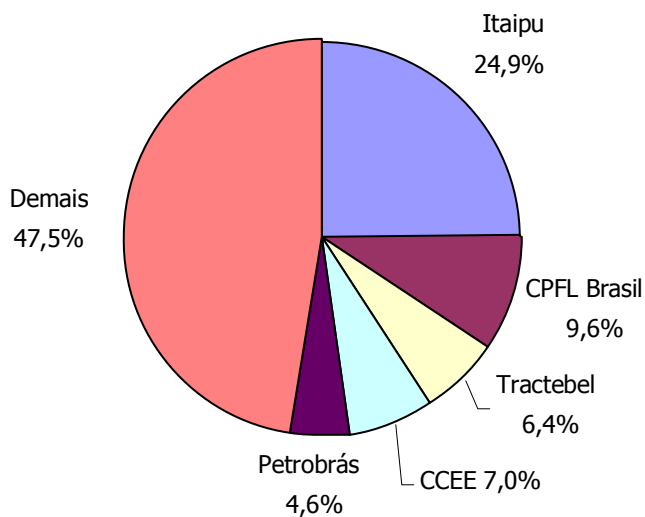
Em relação à energia adquirida por meio dos CCEARs, seus preços são definidos por meio de leilão público com regras pré-determinadas pelo MME, só os preços dos contratos bilaterais são individualmente autorizados pela ANEEL por meio da homologação dos referidos contratos. Os CCEARs e a grande maioria dos contratos bilaterais têm vencimento em três parcelas iguais, pagáveis no prazo de 15, 25 e 35 dias a partir de término do mês de suprimento.

Os CCEARs são reajustados anualmente pelo IPCA e os contratos bilaterais são reajustados anualmente pelo IGP-M ambos na data de reajuste da tarifa da Companhia a seus consumidores finais.

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, o volume financeiro de energia comprada pela Companhia foi equivalente a R\$668.704 mil, sendo pago o preço médio de R\$117,19/GWh.

A figura abaixo indica a participação dos principais fornecedores da Companhia no total de energia adquirida durante o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009:

**Principais fornecedores em 31 de março de 2009 (GWh)**



Os quadros a seguir mostram o volume de energia adquirido pela Companhia nos períodos indicados:

	<b>Período de três meses encerrado em 31 de março de</b>	
	<b>2009</b>	<b>2008</b>
Itaipu Binacional	1.419	1.454
Furnas Centrais Elétricas S.A.	314	234
CESP - Cia Energética de São Paulo	186	125
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema S.A.	18	36
Tractebel Energia S.A.	366	491
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	263	239
CHESF - Cia Hidroelétrica do São Francisco	249	226
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	201	138
TermoRio S.A.	89	91
Enguia Gen	-	42
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	397	320
CPFL Geração de Energia S.A.	289	127
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	109	106
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	4	139
Campos Novos Energia S.A.	258	261
CPFL Comercialização Brasil S.A.	545	1.087
Outros	999	355
<b>TOTAL</b>	<b>5.706</b>	<b>5.471</b>

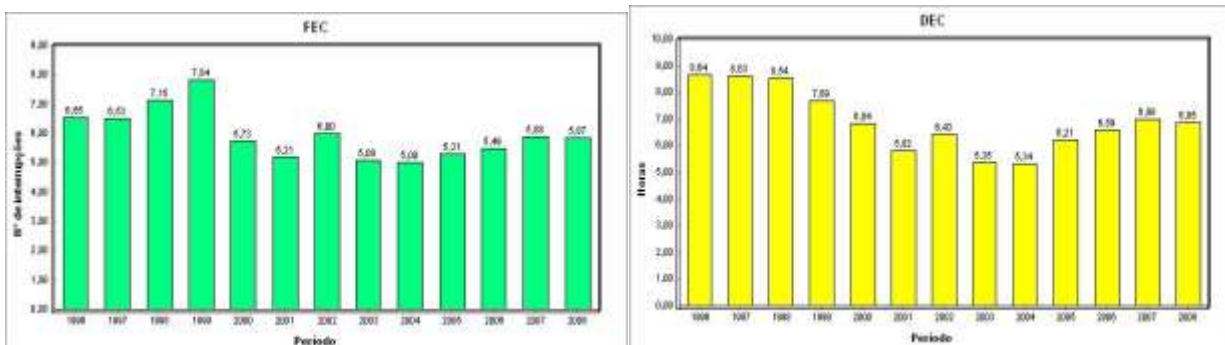
<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Itaipu Binacional	5.869	5.652
Furnas Centrais Elétricas S.A.	955	908
CESP - Cia Energética de São Paulo	500	359
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema S.A.	155	957
Tractebel Energia S.A.	1.882	2.463
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130
CHESF - Cia Hidroelétrica do São Francisco	922	552
CEMIG - Cia Energética de Minas Gerais	527	225
TermoRio S.A.	270	-
Enguia Gen	62	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	690	309
CPFL Geração de Energia S.A.	965	565
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	439	244
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	184	540
Campos Novos Energia S.A.	1.048	901
CPFL Comercialização Brasil S.A.	5.247	6.843
CPFL Lajeado	1	-
Outros	1.655	870
<b>TOTAL</b>	<b>22.501</b>	<b>22.518</b>

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2007</b>	<b>2006</b>
Itaipu Binacional	5.652	5.637
Furnas Centrais Elétricas S.A.	908	769
CESP - Cia Energética de São Paulo	359	315
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema S.A.	957	905
Tractebel Energia S.A.	2.463	2.076
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás	1.130	1.130
EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia	20	17
Cia. Estadual Energia Elétrica - CEEE	77	63
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	309	86
CPFL Geração de Energia S.A.	565	559
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	244	151
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	540	518
Campos Novos Energia S.A.	901	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	6.843	8.388
Outros	1.550	1.059
<b>TOTAL</b>	<b>22.518</b>	<b>21.673</b>

### **Qualidade dos Serviços Prestados**

A ANEEL utiliza-se de dois índices principais para a verificação de qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica, quais sejam: (i) DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor e (ii) FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Companhia, desde 2003, em relação aos dois principais índices utilizados pela ANEEL:



Em 31 de março de 2009, o FEC da Companhia foi de 5,6, enquanto o DEC atingiu 6,5, excluindo-se os eventos atípicos, provocados pelas empresas supridoras, tornados e ERAC (Esquema Regional de Alívio de Cargas). Historicamente, as interrupções no serviço de eletricidade são oriundas de condições ambientais – chuvas, descargas atmosféricas, vendavais e queimadas. A média nacional do DEC, em 2008, foi 15,2, enquanto a média nacional do FEC foi 10,5.

Visando a reduzir ainda mais os índices DEC e FEC, a Companhia vem adotando as seguintes medidas: (i) manutenção preventiva na rede elétrica, a fim de evitar a ocorrência de falhas nas redes, (ii) investimentos em automação de subestações e circuitos de rede primária, (iii) instalação de equipamentos visando dotar a rede elétrica de maior flexibilidade operativa e (iv) adoção de padrões de redes mais robustas, como a rede compacta, que tem condutores protegidos.

A Companhia busca atuar de acordo com os melhores paradigmas de excelência. Para isso, implantou o Sistema de Gestão Integrado-SGI, que envolve todas as suas atividades, e submete sistematicamente suas práticas de gestão a auditorias internas e externas e a análises críticas. Seus processos de trabalho são certificados de acordo com normas internacionalmente aceitas.

A auditoria do BVQI-Bureau Veritas Quality International, realizada em abril de 2006 na Companhia confirmou a manutenção de todas as certificações já conquistadas anteriormente:

- na Gestão da Qualidade, com a ISO 9001:00 para os escopos "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica" e "Coleta de Informações, Processamento e Apuração dos Indicadores Técnicos e Comerciais da Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica";
- na Gestão Ambiental, com a ISO 14001:04 para o escopo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente";
- na Gestão da Saúde e Segurança, com a OHSAS 18001:99: para o escopo "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica"; e
- na Gestão de Responsabilidade Social, com a SA 8000:01 para o escopo "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica".

A Companhia destaca-se pelo diferencial na gestão de seus processos e pela consolidação de um SGI certificado nos quatro padrões normativos internacionais: ISO 9001 e ISO 14001, OHSAS 18001 e SA 8000.



A modernização da Companhia constituiu foco de atuação constante, destacando-se ações que proporcionaram resultados significativos, como a renovação da frota de veículos e a modernização de sua gestão, com o estabelecimento de medidas que propiciaram agilidade, confiabilidade e otimização dos processos administrativos e redução de despesas com abastecimento e manutenção dos veículos.

Em 2005, a Fundação Nacional da Qualidade premiou a Companhia com o Prêmio Nacional de Qualidade® - PNQ. O prêmio é destinado a empresas que se destacam na excelência em todos os aspectos de gestão empresarial. Trata-se de um dos principais prêmios mundiais, tendo reconhecido apenas 28 organizações brasileiras, sendo a Companhia a primeira empresa do setor elétrico a receber tal distinção.

Durante ano de 2006, a Companhia conquistou o prêmio de melhor distribuidora do Brasil, concedido pela ABRADEE. O prêmio qualificou a Companhia como a melhor nos seguintes quesitos: (i) a responsabilidade social, (ii) a qualidade da gestão, (iii) avaliação pelo cliente, (iv) gestão operacional, (v) evolução do desempenho e (vi) gestão econômico-financeira.

As iniciativas destinadas à melhoria da qualidade dos serviços ocorreram em sintonia com os esforços de valorização do relacionamento com clientes, acionistas, investidores, comunidade e, principalmente, com os colaboradores, permanentemente estimulados a prosseguir em seu processo de crescimento pessoal e profissional.

O Programa de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento atende às determinações do Contrato de Concessão, estabelecendo que a concessionária deve destinar 1,0% de sua receita operacional líquida em projetos de incremento à eficiência no uso final de energia elétrica e de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

### **Investimentos e Desinvestimentos Realizados**

A Companhia tem como política realizar investimentos destinados à adequação de sua infra-estrutura às necessidades de seus clientes, mantendo os níveis de qualidade do serviço prestado. Em 2008, o total de investimentos realizados foi de aproximadamente R\$279.000 mil, dos quais aproximadamente R\$166.000 mil foram destinados para a expansão do sistema elétrico, a fim de atender o crescimento do mercado, significando a ligação de 86.206 novos clientes; e aproximadamente R\$113.000 mil destinados à manutenção e melhoramento do sistema elétrico, infra-estrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e para programas de pesquisa e desenvolvimento. No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, o volume total de investimentos foi de aproximadamente R\$50,0 milhões.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se:

- obras de construção e recondutoramento de linhas de transmissão, que visam garantir o transporte da energia comprada até as suas subestações distribuidoras, englobando também as obras de construção e ampliação dessas subestações, que visam garantir a transformação da energia de alta tensão (138kV) para média tensão (15 kV);
- empreendimentos de redes de distribuição de energia elétrica, que englobam as obras de construção e recondutoramento de circuitos primário (15 kV) e circuitos secundários (127 / 220 V), visando a garantir a distribuição da energia transformada nas subestações para atender os clientes em baixa tensão (consumidores do Grupo B); e
- modernização do sistema, que envolve a automatização das redes elétricas de distribuição, visando a agilizar o restabelecimento da energia em caso de interrupções, a transferência de cargas para continuidade do fornecimento de energia nas situações de obras programadas e a manutenção dos índices de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Adicionalmente, foram realizados investimentos em empreendimentos que suportam a expansão do sistema elétrico, entre os quais merecem destaque projetos de infra-estrutura operacional; a aquisição de veículos operacionais necessários à realização de obras e todas as demais atividades realizadas em campo nas redes elétricas; a expansão e modernização das instalações prediais da Companhia e a atualização de programas de informática, tendo como objetivo a agilidade, confiabilidade e modernização da gestão dos processos inerentes à atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia acredita que a aquisição de veículos operacionais melhoram as condições de atendimento das demandas das áreas operacionais da distribuição e que, as benfeitorias nas instalações prediais reforçam a identidade visual, além de promover a satisfação do cliente interno e externo, contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade.

A Companhia não realizou qualquer desinvestimento relevante nos últimos três anos.

## **Tarifas**

Com base no nível de tensão no qual a energia elétrica é fornecida, a Companhia classifica seus consumidores em dois grupos distintos: consumidores do Grupo A e consumidores do Grupo B. Cada consumidor se enquadra em certo nível tarifário definido por lei e com base no seu nível de tensão. Descontos com base no horário e no período de utilização estão disponíveis no Grupo A e com base no volume para o Grupo B.

As tarifas que a Companhia cobra pela venda de energia elétrica a consumidores finais são determinadas de acordo com seu Contrato de Concessão e regras estabelecidas pela ANEEL. O Contrato de Concessão e a regulamentação estabelecem um mecanismo tarifário de preços máximos que prevê reajustes anuais, periódicos e extraordinários. Para uma explanação do regime regulatório aplicável às tarifas da Companhia e respectivos reajustes, vide "Visão Geral do Setor Elétrico Brasileiro – tarifas de Fornecimento" na página 127 deste Prospecto.

Os consumidores do Grupo A pagam tarifas menores, decrescendo de A4 até A1, pois consomem energia elétrica em níveis de tensão mais altos, evitando, assim, os custos do rebaixamento da tensão elétrica necessário para o atendimento aos consumidores do Grupo B refletidos na TUSD. Os consumidores do Grupo A são aqueles que com maior probabilidade se qualificarão como Consumidores Livres, nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico.

Os consumidores do Grupo A recebem energia elétrica em tensões a 2,3kV ou a tensões superiores. As tarifas dos consumidores do Grupo A tomam por base o nível de tensão de fornecimento da energia elétrica e a época do ano e horário do dia em que a energia elétrica é fornecida, embora consumidores possam optar por uma tarifa diferenciada em períodos de pico. As tarifas aplicáveis aos consumidores do Grupo A contêm dois componentes: cobrança pela demanda de potência e cobrança pelo consumo de energia. A cobrança pela demanda de potência, expressa em reais por KW, tem por base (1) a potência firme contratada e (2) o consumo de energia, expresso em reais por MWh, tem por base o valor efetivamente consumido.

Os consumidores do Grupo B pagam tarifas maiores, fazendo frente aos custos totais em todos os subsistemas pelos quais a energia elétrica passa para chegar até eles. Há tarifas diferenciadas no Grupo B por tipos de consumidor (tais como residencial, comercial, rural e industrial).

Os consumidores do Grupo B recebem energia a tensão inferior a 2,3 kV (220V e 127V). As tarifas para os consumidores do Grupo B consistem exclusivamente na cobrança pelo consumo de energia e tomam por base a classificação do consumidor (residencial, rural, industrial, poder público, etc.).

As tabelas a seguir apresentam informações sobre as tarifas de varejo e receitas líquidas nos períodos indicados.

Período de três meses encerrados em 31 de março de 2008						Período de três meses encerrados em 31 de março de 2009			
		Tarifa Media	Volume	Receita Líquida	Consumidores	Tarifa Media	Volume	Receita Líquida	Consumidores
		(R\$/MWh*)	(GWh**)	(R\$ milhões*)	Ativos ***	(R\$/MWh*)	(GWh**)	(R\$ milhões*)	Ativos ***
<b>Grupo A:</b>									
A2	138 kV	200,33	149	30	46	167,59	171	29	54
A3	69kV	275,43	3	1	5	211,58	3	1	5
A3a30a44kV		215,27	0	0	2	173,86	0	0	2
A4	13,8a22kV	225,44	1.895	427	12.740	196,80	1.855	365	13.175
<b>Total Grupo A</b>		<b>916,47</b>	<b>2.047</b>	<b>458</b>	<b>12.793</b>	<b>749,83</b>	<b>2.029</b>	<b>395</b>	<b>13.236</b>
<b>Grupo B:</b>									
B1	Residencial	314,18	1.600	503	2.954.060	258,49	1.742	450	3.042.924
B2	Rural	176,67	162	29	68.143	144,74	139	20	63.596
B3	Outros	280,85	733	206	315.758	229,80	769	177	322.269
B4	Ilum Publica	156,61	190	30	3.418	128,23	198	25	5.345
<b>Total Grupo B</b>		<b>928,31</b>	<b>2.685</b>	<b>768</b>	<b>3.341.379</b>	<b>761,26</b>	<b>2.848</b>	<b>672</b>	<b>3.434.134</b>
<b>Total</b>		<b>1844,78</b>	<b>4.732</b>	<b>1.226</b>	<b>3.354.172</b>	<b>1511,09</b>	<b>4.877</b>	<b>1.067</b>	<b>3.447.370</b>

\*Exclui ICMS, RTE, CVA e Efeitos Financeiros

\*\*Exclui Energia Especial

\*\*\*Refere-se a Consumidores Faturados

		Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2007				Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008			
		Tarifa Media	Volume	Receita Liquida	Consumidores	Tarifa Media	Volume	Receita Liquida	Consumidores
		(R\$/MWh*)	(GWh**)	(R\$ milhões*)	Ativos ***	(R\$/MWh*)	(GWh**)	(R\$ milhões*)	Ativos ***
Grupo A:									
A2	138 kV	196,34	630	124	46	176,07	674	119	52
A3	69 kV	361,94	8	3	5	269,32	10	3	5
A3a	30 a 44 kV	203,66	0	0	2	210,41	0	0	2
A4	13,8 a 22 kV	214,10	7.654	1.639	12.667	198,97	7.970	1.586	13.080
Total Grupo A		976,04	8.292	1.766	12.720	854,77	8.654	1.708	13.139
Grupo B:									
B1	Residencial	295,93	6.102	1.806	2.914.846	262,75	6.550	1.721	3.026.202
B2	Rural	166,37	715	119	88.705	148,37	592	88	62.208
B3	Outros	265,08	2.807	744	315.259	235,30	2.952	695	321.449
B4	Ilum Publica	147,94	735	109	3.359	131,27	768	101	4.767
Total Grupo B		875,32	10.359	2.778	3.322.169	777,69	10.862	2.605	3.414.626
Total		1851,36	18.651	4.544	3.334.889	1632,46	19.516	4.313	3.427.765

\* Exclui ICMS, RTE, CVA e Efeitos Financeiros.

\*\* Exclui energia especial.

\*\*\* Refere-se a Consumidores Faturados.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória n.º 313, de 06 de abril de 2006, homologou o reajuste das tarifas de fornecimento de energia elétrica pela Companhia em 10,8%.

Por meio da Resolução Homologatória n.º 627, de 07 de abril de 2008, a ANEEL estabeleceu, em caráter provisório, o reajuste das tarifas da Companhia em um percentual de -13,6%. Esta resolução dispõe o reajuste de -13,7% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,1% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Em decorrência da retirada da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionados no reajuste anual de 2007, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de -17,2%. Adicionalmente, foi estabelecido provisoriamente o Fator Xe de 0,8% que será aplicado como redutor da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Por meio da Resolução Homologatória n.º 786, de 24 de março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da 2ª revisão tarifária da Companhia, com o reposicionamento tarifário de -14,1% e o Fator Xe de 1,0%.

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória n.º 795, de 07 de abril de 2009, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual em um percentual médio de 21,2, composto como segue: 13,6% relativo ao reajuste tarifário anual e 7,6% relativo a componentes financeiros externos ao reajuste anual. No reajuste tarifário de 2009 foi aplicado o Fator X de 1,2%.

### **Concorrência**

Nos termos da regulamentação em vigor, a Companhia detém exclusividade para a distribuição/transporte de energia elétrica aos consumidores de pequeno, médio e grande porte (consumidores cativos e livres) dentro de sua área de concessão.

No que diz respeito a venda de energia, não lhe é assegurado fornecer aos Consumidores Livres, ou seja aqueles cuja demanda excede 3000 kW na tensão de 69 KV e em qualquer outra tensão com início de fornecimento/operação a partir de 1995 que têm opção de escolher seu fornecedor e/ou aqueles com demanda contratada entre 500 kW e 3000 kW que podem optar pelo fornecimento por meio de fontes alternativas (PCH, eólica, solar).

Os consumidores podem também optar pelo investimento em geração, dentro ou fora de sua propriedade, para seu consumo próprio, sendo que no caso de geração fora a distribuidora fará a distribuição/transporte desta energia.

Assim, embora a Companhia ainda não enfrente concorrência em sua área de concessão, outros agentes do setor elétrico, como as comercializadoras e os produtores independentes de energia elétrica, poderão vir a atuar em sua área de atuação por meio do fornecimento de energia a seus Consumidores Livres, especialmente em face da atratividade de seu mercado de atuação da Companhia.

A fim de se preparar para enfrentar eventuais concorrentes, a Companhia busca ampliar sua comunicação com o cliente desenvolvendo mecanismos de atendimento e fidelização dos clientes já existentes.

A Companhia acredita que suas principais vantagens competitivas são (i) os seus elevados índices de qualidade na distribuição de energia elétrica, os quais apresentaram melhora em relação aos índices observados antes da cisão da Companhia do seu grupo controlador anterior e (ii) seu vínculo histórico com o desenvolvimento industrial e político das comunidades onde atua.

Vale ressaltar que embora de acordo com a legislação brasileira as empresas de distribuição e transmissão de energia permite que terceiros utilizem suas linhas e instalações para a transmissão e a distribuição de eletricidade, os mesmos estão sujeitos, bem como os Consumidores Livres ao pagamento de tarifas fixadas pelo Governo Federal pelo uso dos sistemas de distribuição e transmissão de energia.

Assim a principal função da distribuidora que é distribuir/transportar energia é ser ressarcida por este serviço e remuneração dos seus ativos de distribuição, mesmo com atuação de venda de energia por terceiros em sua área de concessão e dos consumidores que tenham optado por serem Livres.

### Gerenciamento de Perdas de Energia

As perdas de energia da Companhia decorrem de diversos fatores, quais sejam: (i) transmissão, distribuição e transformação da energia elétrica (as chamadas perdas técnicas) e (ii) medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes (denominadas perdas comerciais).

As perdas técnicas ocorrem no transporte e na transformação da energia. Suas principais causas são o aquecimento dos condutores e conexões, transformações de níveis de tensão, fugas em isoladores, equipamentos reguladores, capacitores e medidores de energia.

As perdas comerciais são causadas por medições defeituosas, fraudes, furtos de energia e causas semelhantes. Trata-se de uma energia efetivamente entregue ao consumidor, mas não computada nas vendas.

A Companhia destaca equipes técnicas qualificadas para realizar inspeções, incrementar o monitoramento do consumo irregular e aumentar as reposições de equipamentos de medição obsoletos, bem como desenvolve um programa computacional para analisar e descobrir fraudes.

Para diminuir suas perdas comerciais, a Companhia investiu R\$10 milhões no ano de 2008. Para o exercício de 2009, a Companhia planeja investir aproximadamente R\$11 milhões na troca de equipamentos defeituosos e na regularização de fraudes e furtos de energia.

A tabela abaixo indica a evolução dos índices de perdas nos últimos três exercícios sociais e nos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2008 e 2009:

	Período de Três Meses Encerrado em		Exercício Social Encerrado em 31 de		
	31 de Março de		Dezembro de		
	2008	2009	2006	2007	2008
<b>Companhia</b>					
Perdas técnicas.....	6,6%	6,8%	5,9%	6,6%	6,8%
Perdas comerciais.....	2,3%	1,8%	2,5%	3,0%	1,9%
Total de perdas de energia elétrica .....	8,9%	8,6%	8,5%	9,6%	8,6%

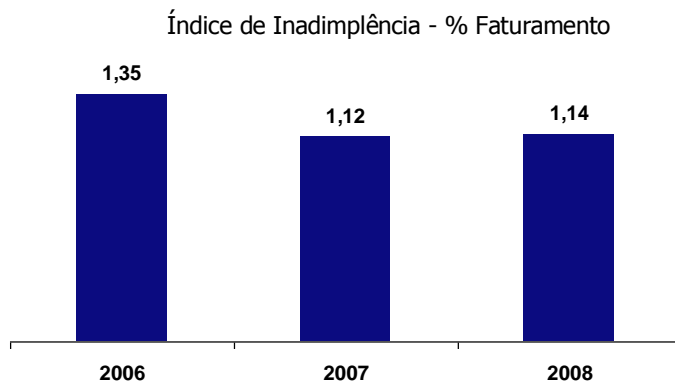
Os valores referentes às perdas técnicas não apresentam grandes variações, pois dependem da mudança significativa da topologia ou do carregamento das redes elétricas. Por essa razão, as perdas técnicas têm variado na mesma proporção da energia requerida.

### Cobrança e Inadimplência

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, a inadimplência, calculada sobre as contas de energia vencidas a mais de 30 dias, atingiu o índice de 1,3% sobre o faturamento anualizado da Companhia.

Dentre as medidas tomadas visando a diminuir ainda mais esse índice destacam-se a intensificação e eficácia dos cortes, que atingiram 126 mil clientes inadimplentes no período, bem como avanços nos processos de negociação, cobrança e inclusão de débitos nos serviços de proteção de créditos.

O gráfico abaixo demonstra o índice de inadimplência da Companhia em relação ao faturamento nos últimos 3 anos.



A tabela a seguir mostra a composição das contas referentes ao fornecimento faturado de energia elétrica da Companhia por categoria de consumidores em 31 de março de 2009:

Classes de Consumidores	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
(Em R\$ milhares)				
Residencial	143.665	92.752	8.574	244.991
Industrial	85.115	30.974	16.518	132.607
Comercial	55.860	25.401	8.841	90.102
Rural	9.557	2.093	358	12.008
Poder Público	12.661	1.866	259	14.786
Iluminação Pública	11.501	812	107	12.420
Serviço Público	14.767	3.192	5.277	23.236
<b>Faturado</b>	<b>333.126</b>	<b>157.090</b>	<b>39.934</b>	<b>530.150</b>

A Companhia oferece uma série de facilidades a fim de reduzir o grau de inadimplência de seus clientes, tais como o débito automático em conta corrente e pagamento de conta em agentes arrecadadores conveniados como farmácias, papelarias e lotéricas.

#### *Procedimentos de Cobrança*

Em relação aos clientes de Baixa Tensão (consumidores do Grupo B), a Companhia realiza cobrança interna por meio dos seus canais de atendimento. Após 30 dias de vencimento da fatura, os maiores débitos são enviados aos Serviços de Proteção de Créditos - SPCs. Após 90 dias, a Companhia efetua a cobrança extrajudicial por meio de empresas de cobrança terceirizadas sob a responsabilidade do seu Departamento de Tesouraria.

No ano de 2008, conseguimos recuperar R\$184 mil em contas enviadas ao SPC, enquanto que as empresas terceirizadas conseguiram recuperar aproximadamente R\$27 mil.

Com relação aos clientes corporativos, as cobranças internas e extrajudiciais são realizadas por intermédio de célula de cobrança, e têm início um dia após o respectivo vencimento da conta de energia elétrica. Para clientes do setor público, as negociações são feitas por gerentes de contas.

## **Tecnologia e Informática**

Em 2003 ocorreu a principal reestruturação da área de tecnologia da informação da Companhia, quando unificou a infra-estrutura tecnológica da Companhia, obtendo, entre outros benefícios, a atualização tecnológica com significativa melhora de performance dos principais sistemas de informação e decréscimo dos custos operacionais.

Os principais sistemas disponíveis na Companhia são:

- SAP R/3: relaciona os principais processos da organização de forma estruturada, integrada e sistematizada, visando melhoria e modernidade na gestão empresarial, suportado por meio dos seguintes módulos:
  - - FI – Gestão Financeira, Contabilidade e Ativos;
  - - LP – Gestão de Caixa;
  - - TR – Gestão de Tesouraria;
  - - TRM – Gestão de Aplicações Financeiras;
  - - LOANS – Gestão da Dívida;
  - - CO – Controladoria;
  - - FM – Administração de Orçamento;
  - - IM – Gestão de Investimentos;
  - - MM – Gestão de Materiais;
  - - WM – Gestão de Depósitos;
  - - QM – Gestão da Qualidade de Materiais/Fornecedores;
  - - PM – Gestão da Manutenção, Execução de Obras e Serviços;
  - - PS – Gestão de Projetos;
  - - SD – Gestão de Vendas;
  - - EC – Consolidação Empresarial;
  - - WF – Workflow.
- BW – Business Information Warehouse: extrai dados do processo de toda a empresa de acordo com os critérios dirigidos aos negócios e converte informações significativas para o planejamento, controle e tomada de decisão;
- SEM– Strategic Enterprise Management – é uma aplicação analítica baseada no BW. Suporta gerenciamento dos processos de forma integrada. Seus diversos componentes permitem, além do gerenciamento estratégico, consolidação legal e gerencial, cenários de planejamento, gerenciamento de performance do negócio,

- CRM – Gestão de Relacionamento com o Cliente: opera de forma integrada com os demais sistemas, visando identificar, diferenciar, interagir e personalizar o relacionamento com os clientes do grupo A , Comercial, Poder Público; clientes livres e de serviços;
- E-Procurement – Sistema de Compras: que integra a área de suprimentos e fornecedores mediante uso intensivo da Internet, com o objetivo de otimizar processos e custos, criando valor na cadeia de suprimentos;
- SICON (B/F/FH) - Sistema de Informações de Consumidores: executa todos os processos comerciais da empresa, desde o cadastramento, faturamento, arrecadação e informações gerenciais;
- Sistema de Indicadores Comerciais: demonstra os indicadores relacionados ao atendimento ao cliente;
- Unificação/Modernização do Call Center: agilidade no atendimento, unificação dos sistemas e banco de dados, no processo de atendimento;
- GIS-D - Sistema Gerência de Rede: gerenciar a rede e equipamento de distribuição;
- SAIGON - Sistema de Índices Gerenciais de Ocorrências: gerenciar os indicadores técnicos: DEC, FEC, DIC, FIC, TMA, FMA, T90;
- SAT/S - Sistema de Solicitação de Atendimento Técnico de Serviços: emissão e gerenciamento das ordens de serviços dos consumidores do grupo B;
- SAT/R - Sistema de Solicitação de Atendimento Técnico da Rede: envia solicitações para análise e/ou execuções dos serviços;
- GOD – Gerência de Ocorrências da Rede de Distribuição: demonstra as ocorrências da rede de distribuição;
- OS – Gerência de Ocorrência da Subtransmissão: gerencia ocorrências da subtransmissão;
- Datasul HCM - Sistema de Folha de Pagamento: processa a folha de pagamento de todas as empresas do grupo CPFL Energia; e
- GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos: sistema/tecnologia que permite a conversão e processamento de documentos em papel para a informação eletrônica digital. Disponível para consulta a todos os colaboradores por meio da Intranet.

A Companhia desenvolve atualmente 3 grandes projetos para 2009, que são:

- SPED (Sistema Público de Escrituração digital), utilizamos a Solução Fiscal Mastersaf, que em sua última versão trás o módulo SPED para geração dos arquivos magnéticos que serão enviados para Receita Federal. Esse sistema será implantado em todas as empresas do grupo;
- Paradigma – Gestão de Portfólios de Contratos; e
- CCS – Novo Sistema Comercial.

## **Meio Ambiente**

Além do cumprimento da legislação e normas ambientais vigentes, a Companhia passou a adotar uma política ambiental que, de forma consistente, considera as questões ambientais nas fases de projeto, construção e operação dos seus empreendimentos.



A Companhia investe no desenvolvimento de tecnologias mais limpas e ambientalmente adequadas, por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Por esse programa, estão sendo desenvolvidos os projetos: (i) "Gaseificador para a geração de energia elétrica de até 12 kVA", com a utilização de biomassa, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (Unifei); (ii) "Redes de Energia e Vegetação", em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, e (iii) o Jardim Botânico de Paulínia, para identificação de espécies adequadas para arborização urbana e re-vegetação sob linhas de transmissão.

Reforçando seus valores de respeito ao meio ambiente a empresa desenvolveu projeto de construção de um sistema de captação e aproveitamento de água pluvial na sede, em Campinas, com capacidade de armazenar 196.900 litros.

Desde 2000, com vistas ao atendimento dos preceitos estabelecidos em sua política ambiental, a Companhia firmou Termo de Ajuste de Conduta – TAC junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, com o objetivo de proceder à regularização ambiental das atividades de roçadas e aceiros sob linhas de distribuição e transmissão de energia elétrica. A construção de novas linhas de transmissão, distribuição e subestações, vem sendo licenciada em conformidade com a legislação vigente.

#### *Programa de Arborização Urbana*

Em 2008, a CPFL Energia, a CPFL Paulista e a Piratininga deram continuidade a seu programa de arborização urbana, tendo atingido 24,0% dos municípios da sua área de concessão, por meio da doação de aproximadamente 90 mil mudas de árvores adequadas à convivência harmoniosa com as redes elétricas. No período de quatro meses encerrado em 30 de abril de 2009, a Companhia atingiu 23,0% dos municípios da área de sua concessão com a doação de aproximadamente 183.055 mudas de árvores. Desde o Lançamento do programa em 1996 a Companhia já doou aproximadamente 1.600.000 mudas aos municípios por ela atendidos.

Para suporte a esse programa, a Companhia utiliza-se das instalações dos viveiros de produção de mudas situados nos municípios de São Joaquim da Barra e Pedreira, no ano 2009 concluiu a construção de seu terceiro viveiro no município de Macatuba, também, no Estado de São Paulo, com capacidade total de produção de 180.000 mudas por ano. O objetivo maior deste programa é manter disponível, para todos os municípios da área de concessão, doações de mudas destinadas à coexistência com o sistema elétrico e demais equipamentos urbanos.

Em 2008 foi revisado e atualizado o manual: "Arborização Urbana Viária: Aspectos de planejamento, implantação e manejo", editado em 2005. Esse manual apresenta conceitos para planejamento, plantio, poda e condução da arborização viária. Além disso, o manual aborda aspectos de segurança no trabalho, dos instrumentais para corte e da legislação pertinente, ressaltando a importância das árvores para o ambiente urbano.

#### *Programa de Gerenciamento e Destinação Final de Resíduos*

A Companhia mantém um programa de gerenciamento e destino final para os resíduos considerados perigosos, sendo que, em 2004, a destinação dos resíduos foi realizada em conjunto com a CPFL Piratininga.

Esse programa identifica e classifica os principais resíduos gerados nos diferentes processos desenvolvidos pela Companhia. Para cada um dos diferentes resíduos são estabelecidas as normas de armazenamento, transporte e as melhores formas de destinação, sempre em atendimento à legislação vigente.

As áreas de armazenamento de resíduos são vistoriadas frequentemente e os processos de destinação são sempre acompanhados por colaboradores da Companhia. A cada ano, os colaboradores das áreas de operação têm oportunidade de revisar conceitos e normas que tratam do armazenamento e destinação dos resíduos nos treinamentos do Sistema de Gestão Ambiental.

Os principais processos que envolvem este programa são:

- a) armazenamento e destinação de lâmpadas de iluminação pública, de resíduos contaminados com óleo (óleo isolante) e de sucatas;
- b) substituição, armazenamento e destinação de equipamentos com PCB (Bifenilas Policloradas); e
- c) coleta seletiva – segregação, armazenamento e destinação de resíduos recicláveis.

Neste programa há, ainda, o Processo de Cadeia Reversa, que consiste na triagem de materiais retirados da rede de distribuição e/ou linhas de transmissão, de forma a possibilitar a recuperação de parte dos materiais avaliados, reduzindo custos e consumo de recursos naturais.

A Companhia investiu o valor de R\$24,7 milhões no ano de 2008 em programas ambientais relacionados com as suas atividades.

#### *Certificações*

No ano de 2002, a Companhia concluiu as etapas necessárias visando a Certificação Ambiental ISO 14.001, para o processo “Convivência da Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana com o Meio Ambiente”, tendo sido certificada para todos os municípios da sua área de concessão. Em 2005, ocorreu a primeira re-certificação e em 2008 a segunda, na versão ISO 14001:2004. Ainda no ano de 2008 a empresa ganhou o Prêmio Nacional de Qualidade® – PNQ, pela Fundação Nacional de Qualidade. A Companhia adere a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

#### **Responsabilidade Social**

Além de estimular continuamente seus colaboradores a se conscientizarem sobre responsabilidade social, o Grupo CPFL está engajado na formulação de políticas que buscam melhorar as condições sociais, ambientais e econômicas do país.

As atividades atinentes às políticas de Responsabilidade Social do Grupo CPFL estão concentradas na *holding* CPFL Energia. Para mais informações acerca do assunto, vide item “Responsabilidade Social” da Seção “Informações Relativas à Garantidora” na página 223 deste Prospecto.

#### **Recursos Humanos**

A política de recursos humanos da Companhia busca atrair, reter e desenvolver profissionais qualificados, estimulando seu desenvolvimento pessoal por meio de programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional. Assim, a Companhia busca manter um quadro de colaboradores alinhados com seus valores e estratégias de negócio, visando seu crescimento contínuo.

Os empregados possuem vínculo empregatício pelo regime da CLT e os estagiários e aprendizes são contratados nos termos legais.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia possuía 3008 empregados, passando para 3.028 em 2007 e encerrou o exercício de 2008 com 3.127 empregados. Além disso, foram contratados temporariamente 113 trabalhadores em 2006, 1664 em 2007 e 111 em 2008. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 14 anos e a idade média do quadro é de 40 anos.

A tabela a seguir apresenta o número de empregados, bem como a classificação dos empregados segundo a categoria de atividade, nas datas indicadas, em cada uma das áreas de atuação nos períodos indicados:

Áreas de Atuação	Em 31 de dezembro de			Em 31 de março de
	2006	2007	2008	2009
Distribuição	2.693	2.685	2686	2682
Comercialização	75	76	82	84
Administração	240	267	359	365
<b>Total</b>	<b>3.008</b>	<b>3.028</b>	<b>3.127</b>	<b>3.131</b>

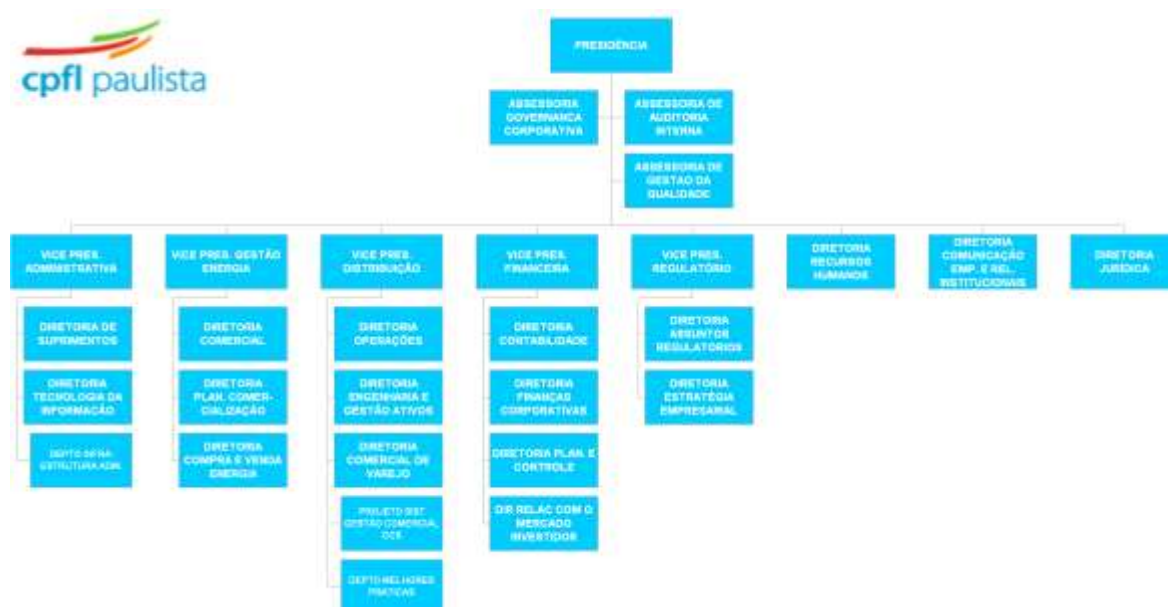
A rotatividade de pessoal para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um índice de 0,8%, sendo que a média histórica dos últimos três exercícios sociais foi de 5,6%. Em 2008, esse índice foi de 7,6%.

A Companhia apresentava, em 31 de março de 2009, passivo composto de aproximadamente 2.568 processos trabalhistas em curso, em toda a área de concessão, envolvendo o valor aproximado de R\$ 134,1 milhões.

Para mais informações acerca das contingências trabalhistas relevantes da Companhia, vide Seção “Pendências Judiciais e Administrativas – Processos Trabalhistas” na página 190 deste Prospecto.

#### *Estrutura organizacional interna*

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía a seguinte estrutura organizacional interna:



#### *Treinamento e Desenvolvimento*

Em 2008, a Companhia investiu na capacitação e aprimoramento profissionais dos seus colaboradores, por meio de cursos técnicos, seminários, *workshops* e atividades de especialização. Ao todo foram mais de 93,3 horas de treinamento por colaborador, índice 12,4% superior ao benchmarking da Pesquisa Sextante-2008 (83,0 horas por colaborador).

Em 2008, o principal destaque foi o lançamento da Universidade Corporativa CPFL, um importante passo em direção ao alinhamento dos programas de desenvolvimento de recursos humanos à gestão do conhecimento e à consolidação de cultura organizacional sólida, orientada pelos critérios de excelência empresarial, de eficiência operacional e da criação de valor para os públicos de relacionamento da Companhia. A Universidade Corporativa permitirá maior acesso dos colaboradores ao desenvolvimento de suas competências essenciais ao aprimoramento dos serviços oferecidos.

Além disso, ao longo dos últimos anos a Companhia implantou uma série de programas de treinamento e desenvolvimento, entre os quais se destacam:

- CPFL Padrão: é um programa de padronização (Operacional e de Segurança) de procedimentos e ferramental para o trabalho dos eletricitistas;
- Corrente Contínua: é um programa de desenvolvimento das lideranças que visa fortalecer as competências fundamentais de gestão de pessoas; e
- E-learning: com foco no autodesenvolvimento, a Companhia disponibiliza 15 cursos aos seus colaboradores, por meio da metodologia de educação à distância, utilizando-se da Intranet e da Internet.

A Companhia aplica a todos os colaboradores, anualmente, sistema de avaliação do desempenho em 360 graus, baseado nas competências organizacionais requeridas, como ferramenta de gestão da performance na busca permanente da excelência operacional e qualidade dos serviços.

Os resultados das ações de Segurança do Trabalho estão refletidos no equilíbrio da taxa de frequência de acidentes com afastamento ao longo dos anos, que, em 2006 e 2007 foi de 1,5 e em 2008 foi de 1,9. Outras relevantes iniciativas neste campo foram:

- Certificação do Sistema de Gestão de Riscos Ocupacionais e Controle de Perdas com base na OHSAS 18001; e
- Celebração da Convenção Coletiva de Segurança e Saúde no Trabalho do Setor Elétrico no Estado de São Paulo.

A Companhia vem investindo em ações de promoção à saúde, tais como: exames médicos periódicos, *fitness center*, oficinas de esportes, campanhas de prevenção de doenças e vacinação, ginástica laboral. Os resultados foram significativos no quadro de saúde geral dos funcionários, em especial na redução do sedentarismo e distúrbios osteomusculares.

#### *Empregados e Sindicatos*

Os colaboradores da Companhia são filiados aos seguintes sindicatos da sua área de concessão, com os quais são negociados acordos coletivos:

- a) Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo - SEESP;
- b) Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo - SINTEC;
- c) Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas - STIEEC;
- d) Sindicato dos Trabalhadores na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Bauru - Sindluz Bauru;
- e) Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços de Fiação, Tração, Luz e Força de Araraquara – Sindluz Araraquara;

- f) Sindicato dos Trabalhadores na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de Ribeirão Preto – Sindluz Ribeirão Preto; e
- g) Sindicato dos Trabalhadores na Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade no Município de São José do Rio Preto – Sindluz Rio Preto.

A Companhia acredita manter um bom relacionamento com os referidos sindicatos, não tendo sido registrado até o momento qualquer movimento de greve.

Os colaboradores da Companhia possuem um representante no Conselho de Administração da Companhia, eleito pelos próprios colaboradores.

Em 2003, a Companhia recebeu a Certificação SA 8000, que consiste em um “selo de qualidade social” no compromisso com melhores condições de trabalho. A SA 8000 é uma norma internacional baseada nos princípios de onze Convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT, da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança e da Declaração Universal dos Direitos Humanos. A norma SA 8000 trata das condições no local de trabalho que compreendem desde o veto à utilização de mão-de-obra infantil, ao trabalho forçado, à discriminação, às práticas disciplinares abusivas, bem como visa à garantia da saúde e segurança, liberdade de associação e negociação coletiva, horário de trabalho adequado e remuneração justa.

Desde 2002, os colaboradores da Companhia ajudaram a situar a *holding* CPFL Energia entre as melhores empresas para se trabalhar, no Guia Exame, organizado pelas revistas Exame e Você S/A sendo reconhecida como destaque em Estratégia e Gestão no ano de 2008.

#### *Benefícios e Remuneração*

Os benefícios oferecidos pela Companhia aos seus colaboradores incluem assistência médica e odontológica (extensivos a dependentes), vale-refeição, vale-alimentação, auxílio-creche, gratificação de férias e programas de treinamento.

Outros planos de benefícios são fornecidos pela Companhia juntamente com o patrocínio da Fundação CESP que, em parceria com outras dez empresas do setor elétrico, suplementa os benefícios de aposentadoria e saúde do governo. Entre os programas patrocinados pela Fundação CESP, destacam-se:

- Plano de Previdência Complementar CPFL: concessão de benefícios aos participantes do plano, como aposentadoria normal, aposentadoria por idade, benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez e benefício de pensão por morte aos beneficiários;
- Assistência Médico-Hospitalar: concessão de benefícios que visam proporcionar a promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da saúde dos beneficiários; e
- Empréstimo Pessoal: opção de assistência financeira aos participantes, com o objetivo de atender às necessidades dos participantes dos planos previdenciários administrados pela Fundação CESP.

Em janeiro de 2006, a CPFL Energia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, que incentivou colaboradores do Grupo CPFL, inclusive os colaboradores da Companhia, a se desligarem voluntariamente dos seus empregos.

O período de adesão ao programa ocorreu entre 24 de janeiro a 10 de fevereiro de 2006, e a data desligamento, para aqueles que aderiram, ocorreu em 24 de fevereiro de 2006. Aderiram ao programa 66 colaboradores.

Em sintonia com as melhores práticas de mercado, por meio da aplicação da metodologia Hay, a Companhia tem uma estrutura de cargos e salários moderna que garante consistência e competitividade. Em conformidade com a legislação brasileira e a sua política de remuneração, a Companhia tem um programa anual de participação nos resultados técnicos e financeiros, devidamente negociado com os sindicatos, para todos os colaboradores, exceto gerentes. As metas a serem atingidas são totalmente alinhadas aos objetivos organizacionais.

Os salários e benefícios de todos os empregados da Companhia são determinados por meio dos acordos coletivos celebrados entre a Companhia, seus empregados e os respectivos sindicatos representativos. Dessa forma, todos os empregados da Companhia se beneficiam dos termos dos acordos coletivos.

O programa de participação nos lucros ou resultados da Companhia negociados com todos os Sindicatos confere a distribuição de 1,1% do Resultado do Serviço aos empregados. O valor pago a cada colaborador varia entre 1 e 4 salários base, condicionado ao atingimento do Resultado do Serviço projetado para o ano em questão. No caso de superação ou atingimento parcial das metas definidas, o pagamento será acrescido ou reduzido no mesmo percentual de atingimento.

#### *Plano de Opção de Compra de Ações*

Na data deste Prospecto, nenhum plano de opções de compra de ações havia sido aprovado pelos acionistas da Companhia e não há previsão para que um plano seja submetido para aprovação.

### **Contratos Relevantes**

#### *Contratos Relevantes Financeiros*

##### *(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES*

Em 08 de abril de 2005, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/345.606-8, por meio do qual foi disponibilizado para a Companhia uma linha de crédito no valor de R\$ 240.855,9 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico para período de 2004 a 2006.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R\$ 167.836 mil, destinado à aquisição de obra, materiais e serviços; e
- o subcrédito no valor de R\$ 73.020 mil, destinado à aquisição de equipamentos nacionais cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de até 5,4% acima de TJLP, incluído o *spread* de risco dos agentes de 1,4%. A amortização ocorrerá 48 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2010. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Paulista proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R\$ 111.294.839,39.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.157-1, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R\$ 345.990.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e noventa mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da Companhia para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R\$ 313.200.000,00 (trezentos e treze milhões e duzentos mil reais), destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e
- o subcrédito no valor de R\$ 32.790.000,00 (trinta e dois milhões e setecentos e noventa mil reais), destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a Companhia vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da Companhia.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 135.480.095,04.

Em 1 de junho de 2007, a Companhia celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00429-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R\$ 156.543.400,00 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), destinado ao investimento em expansão e modernização do sistema elétrico da Companhia, englobando obras de construção e recondutoramento de circuito primário e secundário, automatização das redes elétricas de distribuição, modernização das instalações prediais, compra de software e hardware e programa de eficiência energética. Como garantia do financiamento, a CPFL Paulista (i) vinculou parcela da receita proveniente da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, no percentual mínimo correspondente a 1,3 (um inteiro e três décimos) o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros, vencíveis em cada período; e (ii) constituiu conta reserva, mantida junto ao Banco do Brasil, no valor correspondente a 1 (um) mês do serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da Companhia. Sobre o saldo devedor do financiamento incidem juros à taxa de 3,3% ao ano, acima da TJLP. A amortização será realizada em 72 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2013.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 127.682.832,66.

#### *(ii) Banco do Brasil*

Em 07 de abril de 1994, a CPFL Paulista celebrou com o Banco do Brasil, com a interveniência - garantidora do Estado de São Paulo, um contrato de confissão de dívida, pelo qual a Companhia confessa dever à União o montante de CR\$ 20.420.782 mil referente aos encargos previstos nos contratos originais celebrados com as Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás, cujos direitos creditórios foram adquiridos pela União. Sobre o referido empréstimo incidirão juros de 7,4% ao ano, incidindo, ainda, sobre o saldo devedor corrigido mensalmente pela variação do IGP-M, a taxa de administração de 0,1% ao ano, devida e paga ao Banco do Brasil. A amortização será realizada em 240 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 01 de maio de 1994 e a última em 01 maio de 2014. O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 45.292.863,34.

Em 10 de março de 2008, a Companhia contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil proveniente de repasse interfinanceiro de recurso captado no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. O crédito é representado pela Nota de Crédito Comercial n.º 40/00516, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no valor de R\$ 79.465.875,22 (setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), correspondente naquela data a ¥ 4.889.605.908,00 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias. O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R\$ 120.545 mil.

*(iii) Banco ABN Amro Real S.A.*

Em 24 de agosto de 2007, a CPFL Paulista emitiu em favor do Banco ABN Amro Real S.A. Cédula de Crédito Bancário n.º 4927/07, no valor de ¥ 20.536.223.617,00 (vinte bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil e seiscentos e dezessete ienes), remunerada à taxa de 1,4824% ao ano, com vencimento em 13 de setembro de 2009.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R\$ 470.384 mil.

#### *Contratos Relevantes Operacionais*

##### *(i) Contrato de Concessão*

As condições para exploração, pela Companhia, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 014/97, firmado em 20 de novembro de 1997 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da Companhia, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público. O Contrato de Concessão prevê que, além de o Poder Concedente decidir sobre a prorrogação do Contrato de Concessão com base nos princípios ora citados, decidirá também com base nos relatórios técnicos sobre regularidade e qualidade dos serviços prestados pela Concessionária, preparados pelo órgão técnico de fiscalização.

Dentre as obrigações assumidas pela Companhia no Contrato de Concessão destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltado para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela Companhia, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da Companhia, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à Companhia direito de exclusividade sobre tais consumidores.



O Contrato de Concessão foi aditado em 6 de abril de 2005, com a finalidade de refletir a incorporação da DOC4 e a transferência do controle societário da Companhia à CPFL Energia. (Vide Seção “Histórico da Companhia” na página 135 deste Prospecto). O segundo aditivo ao Contrato de Concessão foi assinado em 09 de abril de 2005, e serviu para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior.

*(ii) Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica*

Para suprir as necessidades crescentes de energia a fim de atender seus consumidores finais, somado à extinção dos Contratos Iniciais, a Companhia adquire energia elétrica por meio de contratos de compra e venda de energia que são agrupados da seguinte forma: contrato de Itaipu; CCEARs (firmados com diversos fornecedores) e contratos bilaterais (contratos firmados antes da data de publicação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico) firmados com a CPFL Brasil e a CPFL Centrais Elétricas, entre outros.

Até 30 de setembro de 2006, o suprimento de energia por contratos de fornecimento de energia elétrica foi responsável por 9,8% de toda energia adquirida pela Companhia. Os CCEARs são reajustados anualmente pelo IPCA e os contratos bilaterais são reajustados anualmente pelo IGP-M, ambos na data de reajuste da tarifa da Companhia a seus consumidores finais.

*(iii) Instrumento Particular de Contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas do Plano Misto de Benefícios Previdenciários da CPFL Paulista administrado pela Fundação CESP e Outras Avenças*

Em 31 de outubro de 1997, a CPFL Paulista celebrou com a Fundação CESP um contrato de ajuste de reservas matemáticas do plano de aposentadorias e pensões na forma de benefício definido, plano de benefícios suplementar saldado – BSPS, por esta administrado, para garantir condições financeiras que preservassem os direitos adquiridos pelos funcionários da CPFL Paulista participantes do plano de aposentadorias e pensão. Nos termos do referido instrumento, a CPFL Paulista comprometeu-se a repassar à Fundação CESP o montante equivalente a R\$ 426.115 mil, necessário para o ajuste das reservas matemáticas do plano de aposentadorias e pensão. O montante será amortizado em 240 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 31 de outubro de 1997. O valor do repasse será reajustado com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e remunerado à taxa de 6,0% ao ano.

Nos exercícios subsequentes, as parcelas de benefícios excedentes aos ativos do plano de benefícios suplementar saldados – BSPS, no montante de R\$ 83.118 mil, foram equacionados mediante mecanismo estabelecido no instrumento contratual.

Em 14 de dezembro de 1998, a CPFL Paulista celebrou um novo contrato de ajuste de reservas matemáticas, desta vez para o plano de suplementação de aposentadoria e pensão do quadro próprio da Fundação CESP mantido pelas empresas patrocinadoras da Fundação CESP. Nos termos do referido instrumento, a CPFL Paulista comprometeu-se a transferir à Fundação CESP o valor de R\$ 1.206 mil, equivalente a 19,8% da participação no valor do déficit técnico total apurado segundo estudo atuarial realizado pelo atuário externo da Fundação.

O pagamento do referido valor será realizado em 05 anos, em 60 parcelas mensais no valor de 1/60 do montante devido, corrigidas mensalmente pela variação do IGP-DI, vencendo-se a primeira em 18 de dezembro de 1998. Sobre o referido montante, incidem juros à taxa de 6,0% ao ano.

O saldo devedor total em 31 de março de 2009 era de R\$ 690.738.375,79.

## Seguros

A Companhia possui cobertura securitária contra os riscos de incêndio, raio, explosão e danos elétricos, dentro da apólice da CPFL Energia, garantindo seus prédios, conteúdos, subestações fixas e móveis, bem como equipamentos portáteis/móveis (termovisor, equipamento de vídeo-conferência e notebook).

Possui ainda um seguro de responsabilidade civil, que garante o reembolso das despesas com indenizações, por danos materiais, pessoais e morais causados à terceiros, decorrentes das operações de transmissão e distribuição de energia elétrica.

O quadro a seguir indica as principais coberturas presentes no contrato de seguro, nos períodos indicados:

Exercício encerrado em 31 de dezembro de					De 31.03.09 a 31.03.10
Descrição	Ramo da Apólice	2006	2007	2008	2009
<i>Ativo Imobilizado</i>	Incêndio, Raio, Explosão, Quebra de Máquinas e Danos Elétricos	592.015	967.974	997.013	958.450
<i>Transporte</i>	Transporte Nacional	24.940	27.000	48.000	66.000
<i>Material Estocado</i>	Incêndio, Raio, Explosão e Roubo	8.000	11.000	8.600	8.492
<i>Automóveis</i>	Cobertura Compreensiva	721	1.411	1.292	1.301
<i>Responsabilidade Civil</i>	Distribuidoras de Energia Elétrica	13.280	13.112	10.246	10.538
<i>Pessoas</i>	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	27.559	27.051	28.827	34.098
Outros		20.135	15.776	20.526	-
<b>Total</b>		686.650	1.063.324	1.114.504	1.078.879

## Propriedade Intelectual

### *Marcas*

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, sendo assegurado ao seu titular o direito ao uso exclusivo em todo o território nacional por 10 anos prorrogáveis por iguais períodos sucessivos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos e serviços.

A Companhia é titular, no Brasil, de diversos registros de marcas perante o INPI, dentre os quais destacamos a marca "CPFL" como a nossa principal marca, tendo em vista que identifica a Companhia e distingue os serviços por ela prestados ao mercado consumidor. Esta marca se encontra devidamente registrada junto ao INPI em diferentes apresentações, como por exemplo, marca nominativa e marca mista, e não apresenta pendências.

A marca "CPFL Paulista" na forma mista, que vem sendo utilizada pela Companhia, não foi até o momento registrada perante o INPI.

## Patentes

Atualmente, a Companhia é titular de uma patente e de 5 pedidos de patentes perante o INPI, conforme tabela abaixo:

Número	Data depósito	Titularidade no INPI	Título
PI9400232-0	27/01/1994	CPFL Paulista	Sistema detector de ruptura de condutor em redes de energia elétrica de média e alta tensão
		USP	
		CESP	
		ELETROPAULO	
PI9902523-0	24/05/1999	CPFL Paulista	Subestação compacta de distribuição de energia
		IEE/USP	
		EPTE	
		CESP	
PI0503097-8	25/07/2005	CPFL Paulista	Processo e dispositivos de comunicação remota por meio de rede de tv a cabo para leitura de medidores de energia elétrica, água e gás
		TeleDesing	
PI0503502-3	17/08/2005	CPFL Paulista	Sistema de detecção e comunicação de rompimento de condutor elétrico em redes de distribuição de energia elétrica
		LACTEC	
PI0504175-9	11/10/2005	CPFL Paulista	Rede experimental de distribuição de energia elétrica
		LACTEC	
PI0801113 3	27/03/2008	CPFL Paulista	Dispositivo de elevação retrátil para uso em veículos em comando remoto inteligente
		USP	
<b>aguardando o n° INPI</b>	05/08/2008	CPFL Paulista	Micro dispositivo restaurador dinâmico de tensão
		USP	
		EXPERTISE	

## Domínios

Somos titulares de nove nomes de domínio, devidamente registrados perante o NIC.br, órgão responsável pelo registro de nomes de domínio no Brasil, dentre os quais destacamos o domínio cpfl.com.br, nossa principal página na internet.

## Marketing e Publicidade

A Companhia desenvolve atividades de *marketing*, incentivando, inclusive, projetos culturais, sociais e de interação com os seus clientes. Entre as principais atividades realizadas pela Companhia, destacam-se:

- (i) Seminários de Eficiência Energética (GEI) - evento que surgiu no ano de 2004, realizado em algumas cidades da área de concessão para empresas e/ou indústrias, abordando o tema eficiência energética;
- (ii) 50º Congresso Estadual de Municípios – evento que surgiu no ano de 2004, realizado com o fim de divulgar a Companhia junto a um público formador de opinião e, interagir com tomadores de decisão como prefeitos das cidades dentro da área de atuação da Companhia;

- (iii) SENDI - Seminário Nacional de Distribuição de Energia Elétrica - seminário nacional de distribuição de energia elétrica que ocorreu no ano de 2004 e 2006, dirigido ao segmento de distribuição de energia elétrica. Tem como finalidade promover o intercâmbio de informações e experiências entre empresas concessionárias do serviço público e entidades que, estejam de alguma forma, relacionadas com a distribuição de energia elétrica no país e no exterior;
- (iv) Momento CPFL – spot rádio – evento que surgiu no ano de 2005 e teve continuidade no ano de 2006, consistindo na divulgação via rádio de dicas de segurança e outras informações importantes sobre energia elétrica em várias cidades da área de concessão; e
- (v) Congresso Ibero Americano sobre Desenvolvimento Sustentável - evento que surgiu no ano de 2005 e, busca interagir com os clientes por meio da veiculação de anúncios em jornais e revistas locais.

### **Transações com Partes Relacionadas**

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia. Foram consideradas como tendo influência significativa aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle.

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras (vide nota explicativa n.º 4 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto).
- **Empréstimos e Derivativos** – Corresponde a captação de recursos contratados em condições normais de mercado, vigentes à época (vide notas explicativas n.º 14 e 29 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto).
- **Outras Operações Financeiras** – Os valores com Banco Itaú referem-se basicamente a custos associados a operações financeiras de garantias. Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação.
- **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** – Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil, consultoria em informática e arrecadação. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- **Arrendamento e Aluguel** – Correspondem a compartilhamento da infra-estrutura.
- **Custo do Uso de Sistema de Distribuição** – Refere-se ao custo de uso da rede de distribuição cobrada das concessionárias que a utilizam, por meio de tarifas definidas pelo órgão regulador.
- **Compra antecipada de Energia** - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pela Companhia à ENERCAN, os quais estão sendo liquidados com energia fornecida.
- **Modulação de Energia** – Vide nota explicativa n.º 3.c.5 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto.

As concessionárias do serviço público de distribuição cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos) mediante a celebração do Contrato de Uso de Sistema de Distribuição (CUSD) pela ONS. Os valores cobrados são definidos por meio de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas principalmente por meio de contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente por meio de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados (vide nota explicativa n.º 16 das demonstrações financeiras anexas a este Prospecto).

Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas (apresentadas em milhares de reais).

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Saldo Bancário e Aplicação Financeira</b>										
Banco do Brasil	42.617	25.949			267	118				
Banco Itaú S.A.	(161)	44.724								
<b>Empréstimos e Derivativos</b>										
Banco do Brasil			87.946	105.433			10.640	18.877		
Banco Itaú S.A.			(387)				-	2.527		
<b>Outras operações financeiras</b>										
Banco do Brasil							1.937	3.532		
Banco Itaú S.A.							74	3.285		
<b>Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço</b>										
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S.A.									20	
Cemig Distribuição S.A.								30		
Companhia Brasileira de Alumínio				197					615	3.205
Essencia Co-Processamento Ltda							21			
Essencia Soluções Ambientais S.A.							30			
Tivit Tecnologia da Informação S.A.									1.160	
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.			254	25			3.215	1.370		
<b>Alocação de Despesas entre Empresas</b>										
CPFL Geração de Energia S.A.	215	259					(2.058)	(3.045)		
Companhia Piratininga de Força e Luz	950	456	457	246			(2.089)	(2.085)		
CPFL Energia S.A.	141	3	1		1.703					
CPFL Comercialização Brasil S.A.	172	61					(890)	(950)		
CJEE - Cia Jaguari Energia							112			
CSPE - Cia Sul Paulista de Energia							161			
CPEE - Cia Paulista de Energia							155			
CLFM - Cia Luz e Força Mococa							111			
Companhia Luz e Força Santa Cruz	36						652			
<b>Arendamento e Aluguel</b>										
CPFL Geração de Energia S.A.		65			797	736			(65)	
Companhia Piratininga de Força e Luz		297			4.013	3.688			(147)	
CPFL Energia S.A.		3			76	36			(3)	
CPFL Comercialização Brasil S.A.		56			1.117	632			(56)	
<b>Custo de Uso de Sistema de Distribuição</b>										
CPFL Geração de Energia S.A.	375	244			2.628	2.966				
Companhia Piratininga de Força e Luz	518	591			6.448	3.446				
<b>Dividendos / Juros sobre o capital próprio</b>										
Rio Grande Energia S.A. - RGE	408	408								
CPFL Energia S.A.			289.654	418.555			31.085	42.565		
<b>Compra Antecipada de Energia</b>										
Campos Novos Energia S.A.	6.233	24.792			2.932	3.900				
<b>Contrato de Mútuo</b>										
Companhia Piratininga de Força e Luz							7			
<b>Modulação de energia</b>										
CPFL Comercialização Brasil S.A.	44.956				6.436					
<b>Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços</b>										
CPEQ- CPFL Serv. Equip. Ind. E Com			319						518	
CPFL Comercialização Brasil S.A.				176			1.833	1.405	5.012	

<b>Empresa</b>	<b>Ativo 2006</b>	<b>Passivo 2006</b>	<b>Receita 2006</b>	<b>Despesa 2006</b>
<b>SEMESA</b>				
Arrendamento e Aluguel	3		38	
<b>CPFL Piratininga</b>				
Arrendamento e Aluguel	290		3.802	
Contrato de Mútuo			261	
Outras	171	71		
<b>CPFL Energia</b>				
Arrendamento e Aluguel	3		38	
<b>CPFL Centrais Elétricas</b>				
Arrendamento e Aluguel	57		755	
Custo do Uso do Sistema de Distribuição	230		2.591	
PIS/COFINS – Ativo Regulatório	459			1.377
Suprimento de Energia		8.458		87.533
<b>CPFL Brasil</b>				
Arrendamento e Aluguel	51		681	
Prestação de Serviços				416
Suprimento de Energia		70.225		839.632
<b>CERAN</b>				
Suprimento de Energia		1.591		18.714
<b>BAESA</b>				
Suprimento de Energia		13.358		64.369
<b>ENERCAN</b>				
Compra Antecipada de Energia	20.891		2.497	
<b>Votorantim Celulose e Papel</b>				
Receita Operacional			16.913	
<b>S.A. Indústrias Votorantim</b>				
Receita Operacional			7.644	

## **Logística**

Em 2005, a Companhia concluiu a implantação do Projeto GISD – Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição, que consiste em uma plataforma de sistemas geo-referenciados para dar suporte a todos os processos da atividade de distribuição, incluindo o sistema de cadastro técnico dos ativos elétricos, sistema de projetos de redes elétricas, sistema de manutenção dos ativos e o sistema de despacho operacional.

## **Sazonalidade**

A Companhia possui clientes da classe industriais, residenciais, comerciais e demais classes de consumo, dentre as quais inclui-se a classe rural.

Cada consumidor apresenta características típicas de consumo, de acordo com as variações climáticas, período do ano, região geográfica e classe de consumo a que pertence, introduzindo assim, períodos de sazonalidade nas vendas de energia.

A área de concessão abrangida pela Companhia apresenta diversidade, tanto geográfica quando de classe de consumidores, que atenua a característica sazonal do consumo de energia e conseqüentemente dos negócios da Companhia.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO GRUPO CPFL

O organograma a seguir mostra a estrutura societária da Companhia e do grupo CPFL em 31 de março de 2009:



Base: 31 de março de 2009

<sup>1</sup> Inclui 0,1% de Ações da empresa Camargo Corrêa S/A

Para mais informações sobre as atividades desenvolvidas pelo Grupo CPFL, ver seção "Atividades da Garantidora" na página 199 deste Prospecto.

### Reestruturações Societárias Ocorridas nos Últimos Três Exercícios Sociais

Para informações acerca de reestruturações societárias da Companhia nos últimos três anos, vide Seção "Histórico da Companhia" na página 135 deste Prospecto. Além disso, a Companhia, como empresa do Grupo CPFL, foi parte de processo de reestruturação societária da CPFL Energia. Vide o item "Reestruturações Societárias do Grupo CPFL" abaixo.

### Reestruturações Societárias do Grupo CPFL

Em 20 de junho de 2005, a CPFL Energia e a CPFL Geração aprovaram a incorporação das ações da CPFL Geração pela CPFL Energia, com a consequente conversão da CPFL Geração em subsidiária integral da CPFL Energia.

Em 16 de setembro de 2005, a CPFL Energia, e sua controlada direta CPFL Paulista, em conformidade com o parágrafo 4º do artigo 157 da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto na Instrução CVM 358, comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral que a ANEEL aprovou em reunião de Diretoria, realizada em 05 de setembro de 2005, conforme publicado na Resolução Autorizativa n.º 305, a anuência da prorrogação de prazo para que seja implementada a estruturação societária necessária à segregação da participação acionária detida pela CPFL Paulista nas suas controladas CPFL Piratininga e RGE.

A CPFL Energia realizou em 23 de novembro de 2005, Assembléia Geral Extraordinária, na qual foi deliberada e aprovada a proposta de reorganização societária em duas etapas distintas e consecutivas, contemplando, em um primeiro momento, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Piratininga pela CPFL Paulista e, posteriormente, a incorporação das ações detidas pelos acionistas minoritários da CPFL Paulista pela CPFL Energia. Após o término deste processo de descruzamento societário, a CPFL Piratininga passou a ser controlada direta da CPFL Energia.

Em 18 de setembro de 2007 a assembléia geral da Companhia aprovou a incorporação de sua então controladora CPFL Serra (100,0% controlada pela CPFL Energia), passando a CPFL Energia a controlar a Companhia. Posteriormente, em 18 de dezembro de 2007, a assembléia geral da Companhia aprovou a incorporação de suas ações, então detidas apenas pelos acionistas minoritários, pela CPFL Energia tornando-se, portanto, sua subsidiária integral.

Em 15 de dezembro de 2006, Bradespar e VBC Energia divulgaram fatos relevantes comunicando, em síntese, que a Votorantim, a Camargo Corrêa Energia e a Bradespar, esta por intermédio de sua controlada Antares, finalizaram a reorganização societária de suas participações, envolvendo ações de emissão da CPFL Energia que detinham por intermédio de VBC Energia.

Com a conclusão da reorganização, (i) a VBC Energia permaneceu integrante do grupo de controle da CPFL Energia e passou a ser controlada em partes iguais pela Votorantim e pela Camargo Corrêa, e (ii) a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.671 ações, correspondentes a 29,0% do capital da CPFL Energia, sendo que, deste total, 122.945.367 ações são originalmente integrantes do bloco de controle, vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia, e permanecem como tal.

Com a reorganização, a Bradespar retirou-se da VBC Energia, passando a deter 43.049.000 ações de emissão da CPFL Energia, representativas de 9,0% do seu capital social, desvinculadas do Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Em 20 fevereiro de 2009, a VBC Energia e a CPFL Energia divulgaram fatos relevantes informando que a reestruturação societária acordada entre a VBC Energia, a CPFL Energia, a Camargo Corrêa S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi concluída e que a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. passou a deter, indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia.

Em 28 de fevereiro de 2007 as administrações da CPFL Energia, da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA autorizaram a celebração do "Protocolo e Justificação da Incorporação da CPFL Centrais Elétricas S.A. e da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A.", por meio do qual foram estabelecidas as justificações e condições nas quais se procederão as incorporações da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA pela CPFL Geração. As referidas incorporações não acarretarão aumento de capital social para a CPFL Geração em razão da CPFL Centrais Elétricas e SEMESA serem subsidiárias integrais da mesma. As empresas incorporadas serão extintas, passando a CPFL Geração à condição de sucessora à título universal, no que tange a todos os seus bens, direitos e obrigações.



Em 18 de fevereiro de 2009, foi efetivada a incorporação da Perácio Participações pela CPFL Jaguariúna, etapa inicial ao processo de reestruturação da CPFL Jaguariúna. Em 25 de março de 2009, as administrações das companhias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Serviços, CPFL Jaguari de Geração e CPFL Jaguariúna, firmaram o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna", operação esta que após a efetivação da cisão parcial, as sociedades anteriormente controladas pela CPFL Jaguariúna, passaram a ser controladas pela *holding* CPFL Energia, mantidas as participações detidas anteriormente pela CPFL Jaguariúna nestas sociedades.

Em 12 de maio de 2009, a ANEEL aprovou a proposta de reestruturação societária dos acionistas da Foz do Chapecó. Nesta operação, o controle direto da Foz do Chapecó passará a ser detido pela Chapecoense Geração S.A., e seu controle, por sua vez, passará a ser detido pelos acionistas CPFL Geração, FURNAS e CEEE. Esta operação deverá ser efetivada até agosto de 2009.

## PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS

As principais propriedades da Companhia consistem em subestações, redes de distribuição, linhas de transmissão e imóveis técnico-administrativos localizados no Estado de São Paulo. O valor contábil líquido do imobilizado total da Companhia, em 31 de março de 2009, era de R\$1.409.715 mil.

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía (i) 244 subestações, com capacidade instalada de 6.819 MVA em transformadores de potência e 6.064 km de linhas de transmissão; (ii) 114.040 transformadores de distribuição; (iii) 83.145 km de redes de distribuição; (iv) 1.408.570 postes instalados para sustentar sua rede de distribuição; (v) 95 imóveis em que funcionam as Estações Avançadas; e (vi) 34 Agências de Atendimento.

Ainda, em 31 de março de 2009, a Companhia era proprietária de 332 imóveis no Estado de São Paulo, dentre os quais se destacam:

Município	Endereço	Terreno (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )
Araraquara	Av. José Salles Gadelha, 100	65.000,00	6.033,00
Bauru	Rua Wenceslau Braz, 8-8	35.466,90	6.059,91
Barretos	Av. Almirante Gago Coutinho, 500	7.744,00	2.638,00
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5	81.254,15	44.809,05
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 12	92.344,00	510,00
Franca	Av. Eufrásia M. Petraglia, 340	17.515,32	3.046,46
Lins	Rua Paulo Ap. Giralddi, 710	11.605,37	3.285,00
Ribeirão Preto	Av. Cavalheiro Paschoal Innechi, 888	40.000,00	9.250,0

A Companhia é também locatária de 14 imóveis.

A Companhia com objetivo de agregar valor aos seus ativos, investiu aproximadamente R\$50,0 milhões no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, desenvolvendo um plano de investimento em infra-estrutura, reformando, construindo, modernizando e padronizando suas instalações. Em consonância com a política de expansão e manutenção das redes de distribuição do setor de distribuição de energia elétrica do grupo CPFL, que projeta investimentos de aproximadamente R\$700,0 milhões até 2010, a Companhia continuará a expandir sua rede de transmissão, entre outros ativos, ao mesmo tempo em que continuará a manter, reformar e modernizar seus atuais equipamentos e instalações.

De acordo com a lei brasileira, alguns dos imóveis e instalações essenciais que são utilizados para cumprir as obrigações da Companhia nos termos do seu Contrato de Concessão da RGE não podem ser transferidos, cedidos, onerados ou vendidos a quaisquer de seus credores sem a prévia aprovação da ANEEL, tampouco podem ser penhorados por seus credores sem a prévia aprovação da ANEEL.

Os bens caracterizados como reversíveis não podem ser onerados sob qualquer forma ou ainda ser substituídos, sem aprovação prévia da ANEEL.

A atividade de distribuição de energia elétrica exercida pela Companhia está sujeita a abrangente legislação federal e estadual e à supervisão pelas agências governamentais brasileiras responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde. As questões ambientais envolvendo a Companhia em relação aos seus ativos acima descritos concentram-se, principalmente, no corte e poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica, para os quais são necessárias autorizações especiais.

## COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Abaixo uma breve descrição da composição do capital social da Companhia, incluindo as disposições referentes ao seu Estatuto Social e à Lei das Sociedades por Ações. Para maiores detalhes, os potenciais investidores devem consultar o Estatuto Social da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações.

### Capital Social

O capital social da Companhia, na data deste Prospecto, é de R\$72.650.095,88, dividido em 72.650.095 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 26.950.934 ações ordinárias e 45.699.161 ações preferenciais sem direito de voto, divididas em 2.263.123 ações preferenciais classe "A", 17.134.453 ações preferenciais classe "B" e 26.301.585 ações preferenciais classe "C".

O quadro abaixo indica a composição acionária da Companhia na data deste Prospecto:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CPFL Energia	26.950.931	99,9	45.699.160	99,9	72.650.091	99,9
Membros do Conselho	3	-	-	-	3	-
Ações em Tesouraria	-	-	1	-	1	-
<b>Total</b>	26.950.934	100,0	45.699.161	100,0	72.650.095	100,0

Para mais informações sobre os acionistas da Companhia, vide "Organização Societária" na página 228 deste Prospecto.

### Ações em Tesouraria

A Companhia possui 1 (uma) ação preferencial em tesouraria. Para negociação valores mobiliários de sua própria emissão, a Companhia observa o disposto na Instrução CVM n.º 10, de 14 de fevereiro de 1980.

### Dividendos

Os acionistas de sociedades por ações têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social. O estatuto social estabelece o dividendo como porcentagem do lucro apurado no final do exercício social de cada ano.

Nos termos de seu Estatuto Social a Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes em balanço anual ou semestral, cujos montantes poderão integrar o cálculo do dividendo obrigatório anual.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o dividendo obrigatório é equivalente a 25,0% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ficando estabelecido que os titulares das ações preferenciais das classes A e B terão direito a um dividendo no mínimo 10,0% (dez por cento) superior ao dividendo relativo às ações ordinárias e ações preferenciais da Classe C.

### Histórico dos Pagamentos dos Dividendos

O quadro abaixo demonstra os valores pagos por ação aos acionistas da Companhia, a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, nos últimos cinco exercícios sociais:

Valor por lote de mil ações - Líquido de IRRF							
Provento	Data aprovação	Ordinária	Ordinária pro-rata	Pref "A" e "B"	Pref "C"	Valor Liq Provisionado (Reais Mil)	Início Pagto.
Dividendos – 2004	28/7/2004	1,982178481	--	2,180396329	1,982178481	68.368	4/8/2004
Juros s/ Capital – 2004	28/7/2004	1,355403714	--	1,490944086	1,355403714	46.750	4/8/2004
Juros s/ Capital – 2004	30/12/2004	1,626780181	--	1,7894582	1,626780181	56.110	12/5/2005
Dividendos – 2004	29/4/2005	3,40711334	--	3,747824674	3,40711334	117.516	12/5/2005
Juros s/ Capital – 2005	27/7/2005	2,013578848	--	2,214936733	2,214936733	71.918	9/9/2005
Dividendos – 2005	9/8/2005	6,336419099	--	6,970066607	6,970066607	226.314	9/9/2005
Juros s/ Capital – 2005	21/12/2005	2,180518834	--	2,398570718	2,398570718	78.411	31/1/2006
Dividendos – 2005	19/4/2006	7,724631352	--	8,497094487	8,497094487	277.777	20/4/2006
Juros s/ Capital – 2006	27/7/2006	1,694802356	--	1,864282592	1,864282592	60.945	29/9/2006
Dividendo 2006	9/8/2006	6,913239331	--	7,604563264	7,604563264	248.600	29/9/2006
Juros s/ Capital – 2006	29/11/2006	1,234581968	--	1,358040164	1,358040164	44.396	27/4/2007
Dividendo 2006	14/3/2007	10,97936172	--	12,07729789	12,07729789	394.817	27/4/2007
Juros s/ Capital – 2007 (*)	2/8/2007	21,38790782	--	23,5266986	23,5266986	22.733	28/9/2007
Dividendo 2007 (*)	2/8/2007	357,6091035	--	393,3700139	393,3700139	380.103	28/9/2007
Juros s/ Capital – 2007 (*)	30/11/2007	12,65104239	--	13,91614662	13,91614662	13.447	30/4/2008
Dividendo 2007 (*)	28/2/2008	381,1342455	--	419,2476701	419,2476701	405.108	30/4/2008
Dividendos – 2008 (*)	12/8/2008	7,366942135	--	8,103636445	8,103636445	284.431	28/9/2008
Juros s/ Capital – 2008 (*)	27/6/2008	0,342121081	--	0,376333193	0,376333193	13.209	28/9/2008
Dividendos – 2008 (*)	27/11/2008	7,159988194	--	7,875987107	7,875987107	276.441	30/4/2009
Juros s/ Capital – 2008 (*)	18/2/2009	0,342223989	--	0,376446393	0,376446393	13.213	30/4/2009

(\*) R\$ - Valores por ação

### Principal Acionista

#### CPFL Energia

Para maiores informações acerca da CPFL Energia, vide “Informações Relativas à Garantidora” na página 197 deste Prospecto.

### Acordo de Acionistas

Os acionistas controladores da CPFL Energia, detentora de 100,0% do capital social da Companhia, firmaram um acordo de acionista, cujas partes são VBC Energia, 521 Participações, Bonaire e na qualidade de interveniente anuente, a CPFL Energia, no qual são regulados os termos e condições do compartilhamento do controle da CPFL Energia e de suas subsidiárias, incluindo a Companhia. Nos termos do Acordo de Acionistas, determinados atos exigem a aprovação de, no mínimo, VBC Energia e 521 Participações (pelo menos 80,0% (oitenta por cento) das ações objeto do Acordo de Acionistas), incluindo, dentre outros, todas as matérias sujeitas à aprovação da Assembléia Geral eleição do Diretor Presidente e destituição de qualquer diretor (inclusive do Diretor Presidente); definição da política de dividendos; constituição e extinção de controladas;

aquisição e venda de investimentos em outras empresas; alteração de contratos de concessão de qualquer controlada, incluindo a Companhia; e aprovação do orçamento anual e do Plano Quinquenal de Negócios da CPFL Energia. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que os acionistas controladores realizarão reuniões prévias para decidir sobre todas as matérias objeto de deliberação nas reuniões do Conselho de Administração, conforme indicado no Acordo de Acionistas.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, todos os membros do Conselho de Administração que representem os acionistas do bloco de controle e todos os membros da diretoria deverão firmar um termo de adesão ao Acordo de Acionistas, por meio do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

As disposições contidas no Acordo de Acionistas da CPFL Energia referentes a direitos de voto são aplicáveis à Companhia.

Para mais informações, vide “Histórico da Companhia” na página 135 deste Prospecto.

### **Alterações Relevantes de Participações dos Membros do Grupo de Controle nos Últimos Três Exercícios Sociais**

Em 15 de dezembro de 2006, Bradespar e VBC Energia divulgaram fatos relevantes comunicando, em síntese, que a Votorantim, a Camargo Corrêa Energia e a Bradespar, esta por intermédio de sua controlada Antares, finalizaram a reorganização societária de suas participações, envolvendo ações de emissão da CPFL Energia que detinham por intermédio de VBC Energia.

Com a conclusão da reorganização, (i) a VBC Energia permaneceu integrante do grupo de controle da CPFL Energia e passou a ser controlada em partes iguais pela Votorantim e pela Camargo Corrêa, e (ii) a VBC Energia passou a ser titular de 139.002.671 ações, correspondentes a 29,0% do capital da CPFL Energia, sendo que, deste total, 122.945.367 ações são originalmente integrantes do bloco de controle, vinculadas ao Acordo de Acionistas da CPFL Energia, e permanecem como tal.

Com a reorganização, a Bradespar retirou-se da VBC Energia, passando a deter 43.049.000 ações de emissão da CPFL Energia, representativas de 9,0% do seu capital social, desvinculadas do Acordo de Acionistas da CPFL Energia.

Em 20 fevereiro de 2009, a VBC Energia e a CPFL Energia divulgaram fatos relevantes informando que a reestruturação societária acordada entre a VBC Energia, a CPFL Energia, a Camargo Corrêa S.A. e a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. no Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças foi concluída e que a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. passou a deter, indiretamente, a totalidade das ações da VBC Energia.

## **INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS**

### **Debêntures da Primeira Emissão**

Em 2001, a Companhia acessou o mercado de capitais brasileiro com o objetivo de captar recursos, por meio de distribuição pública de debêntures.

Em 30 de maio de 2001, a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures, para subscrição pública, composta por 89.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$10.000,00 totalizando R\$890,0 milhões, com data de emissão em 1º de junho de 2001. A emissão das debêntures foi dividida em duas séries, sendo 44.000 debêntures na primeira e 45.000 debêntures na segunda série. Do montante total, 75.142 debêntures foram efetivamente subscritas e integralizadas, correspondendo a R\$751,4 milhões, tendo sido canceladas 13.858 debêntures da 2ª série. As debêntures 2ª série foram integralmente amortizadas em 01 de junho de 2006 e o vencimento das Debêntures da 1ª Série ocorreu em 01 de junho de 2008.

As Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão são remuneradas com base na variação do IGP-M acrescida de taxa de juros de 11,5% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano. A remuneração é paga anualmente todo dia 1º de junho. A amortização das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão está programada para ocorrer em duas parcelas, sendo 50,0% (cinquenta por cento) do principal pago em 1º de junho de 2007 e o restante em 1º de junho de 2008. Em 30 de setembro de 2006, o saldo das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão totalizava R\$ 772.665 mil.

Em 10 de abril de 2006, em Assembléia Geral de Debenturistas, foi aprovada pelos debenturistas da 1ª emissão a redução do capital social da Companhia (evento descrito na Seção “Informações Relativas à Companhia” item “Histórico da Companhia” na página 135 deste Prospecto) e, em razão de tal redução de capital, os debenturistas aprovaram também a alteração da espécie das Debêntures da 1ª Série da 1ª Emissão e da 2ª série da 1ª emissão, de quirografária para subordinada, nos termos do § 4º do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. As aprovações mencionadas foram condicionadas a prestação de fiança por parte da CPFL Energia, que foi aprovada pelo Conselho de Administração da CPFL Energia em reunião realizada em 13 de abril de 2006. Com base nestas aprovações foi firmado em 25 de setembro de 2006, o Terceiro Aditivo ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Não conversíveis em Ações de Emissão da Companhia Paulista de Força e Luz.

### **Debêntures da Segunda Emissão**

Em 30 de abril de 2004, a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a 2ª emissão de debêntures, para subscrição pública, composta por 25.000 debêntures, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$10.000,00 totalizando R\$250,0 milhões, com data de emissão em 1º de julho de 2004. Esta emissão das debêntures foi também dividida em duas séries, sendo 11.968 debêntures na primeira e 13.032 debêntures na segunda série, ambas com vencimento em 1º de julho de 2009. As debêntures da primeira série são remuneradas à taxa de 109,0% da Taxa DI e as da segunda série, pelo IGP-M, acrescida de juros à taxa de 9,8% ao ano.

### **Debêntures da Terceira Emissão**

Em 29 de novembro de 2006, a Assembléia Geral de Acionistas da Companhia aprovou a 3ª emissão de debêntures, para subscrição pública, composta por 64.000 debêntures, em série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$10.000,00, totalizando R\$640,0 milhões, com data de emissão em 1º de dezembro de 2006 e com vencimento em 1º de dezembro de 2013. As debêntures da 3ª emissão são remuneradas à taxa de 104,4% da Taxa DI, com pagamentos semestrais.

### **Notas Promissórias da 1ª Emissão**

Em 29 de abril de 2009 a Companhia emitiu 175 notas promissórias em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 cada, resultando numa emissão de R\$175.000.000,00. Os recursos obtidos com a emissão das Notas Promissórias foram utilizados para reforçar seu capital de giro.

As Notas Promissórias da 1ª Emissão têm como garantia o aval da CPFL Energia, são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

Nos termos das respectivas cártulas, as Notas Promissórias deverão ser resgatadas a partir do 80º (octogésimo) dia contado da data de emissão: (i) obrigatoriamente, na hipótese da Companhia realizar qualquer forma de captação de recursos no mercado de capitais, no Brasil ou no exterior, com o propósito de refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissórias; ou (ii) a exclusivo critério da Companhia, de acordo com determinados procedimentos a serem observados.

Desse modo, a Companhia efetuará o resgate antecipado das Notas Promissórias com os recursos obtidos por meio da presente Oferta.

Na data deste Prospecto, o saldo a ser pago relativos a tais notas promissórias totalizava R\$ 176.670.901,04.

## **PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA**

### **Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante**

A Companhia, como uma empresa que pertence ao grupo CPFL, segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Dentre estas recomendações podem-se destacar as seguintes práticas adotada pela Companhia:

- Transparência (disclosure);
- Equidade;
- Prestação de contas (accountability); e
- Responsabilidade Corporativa.

A Companhia possui uma política interna para divulgação de ato ou fato relevante ou sobre os procedimentos relativos a manutenção de sigilo acerca de ato ou fato relevante ainda não divulgado ao mercado, em conformidade com a Instrução CVM 358.

De acordo com sua política interna, considera-se relevante qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável:

- (i) na cotação dos valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;
- (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários; ou
- (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos envirenses à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

Cumpra ao Diretor de Relações com Investidores o dever de divulgar e comunicar à CVM e a BM&FBOVESPA, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

De acordo com a política interna da Companhia, a divulgação de qualquer ato ou fato relevante, deverá ser feita por meio de publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores, onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e à BM&FBOVESPA.

Os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, têm o dever, conforme a política interna da Companhia, de comunicar expressamente, por escrito, qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que, caso seja o caso, promoverá sua divulgação.

As divulgações a serem feitas pelo Diretor de Relações com Investidores ocorrerão, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação.

A política interna da Companhia prevê a hipótese de que atos ou fatos relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se os acionistas controladores ou os administradores entenderem que sua revelação porá em risco interesse legítimo da Companhia. Neste sentido, os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas,



criados por disposição estatutária, e os empregados da Companhia devem guardar sigilo das informações relativas ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Na hipótese da informação mantida sob sigilo escapar ao controle ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Companhia ou a eles referenciados, os acionistas controladores e ou administradores deverão, diretamente ou por meio do Diretor de RI, divulgar imediatamente ao mercado tal ato ou fato relevante.

A não observância da política interna de divulgação, poderá configurar transgressão às disposições previstas na Instrução CVM 358, podendo sujeitar o infrator às penas de: (a) advertência; (b) multa; (c) suspensão do exercício do cargo; e (d) inabilitação temporária até o máximo de 20 anos, para exercício do cargo.

### **Código de Ética**

A Companhia, como parte do grupo CPFL, obriga seus empregados a observarem o Código de Ética e Conduta Empresarial criado pela CPFL Energia em 2001.

Seus preceitos orientam as ações das empresas do grupo CPFL e de seus colaboradores nos processos de decisão, que sempre devem ser precedidos de uma avaliação dos impactos dos negócios nos diferentes públicos. Para isso, o Código de Ética e Conduta Empresarial explicita os posicionamentos da empresa quanto a:

- (i) transparência e integridade das informações fornecidas pela empresa;
- (ii) práticas discriminatórias e respeito à diversidade;
- (iii) trabalho infantil;
- (iv) assédio de qualquer espécie; e
- (v) corrupção e propina.

### **Regras do Novo Mercado**

Em 2000 a BM&FBOVESPA, com o objetivo de fazer com companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa, criou o chamado Novo Mercado. O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir com práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

A CPFL Energia, de modo a manter um elevado padrão de governança corporativa, celebrou em 2004 um contrato com a BM&FBOVESPA visando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado.

Dentre os diversos requisitos a serem atendidos pela CPFL Energia encontra-se a obrigação de alinhar seu Estatuto Social às disposições do Novo Mercado. Adicionalmente, a CPFL Energia também se obrigou a alinhar o Estatuto Social de suas controladas diretas ao seu próprio Estatuto Social. Assim, o Estatuto Social da Companhia está alinhado com o Estatuto da CPFL Energia e, portanto, com as disposições das Regras do Novo Mercado neste sentido.

## **Práticas de Governança Corporativa do Grupo CPFL**

As práticas de governança corporativa descritas na presente Seção aplicam-se a todas as empresas que compõem o grupo CPFL.

### *Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética*

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética é um conjunto de dispositivos gerenciais que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos. Entre as ações desenvolvidas em 2008, destacam-se: seminários de qualificação dos membros do Comitê de Ética, seminários de qualificação da Rede Ética para colaboradores; a conclusão do Relatório de Vulnerabilidades e Forças Éticas; e o lançamento do Portal Ética em Rede ([www.cpfl.com.br/etica](http://www.cpfl.com.br/etica)).

### *Conselho de Administração*

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por determinar as diretrizes estratégicas globais, bem como pelo estabelecimento das políticas gerais de negócios, pela eleição da Diretoria e supervisão do exercício de suas funções, por definir as políticas de dividendos da Companhia, e por declarar dividendos intermediários, por deliberar sobre as condições e oportunidades de emissão de debêntures e, por fim, por autorizar a celebração de contratos relevantes pela Companhia. De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração poderá ser composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, eleitos pela Assembleia Geral. Os empregados da Companhia, quando não detenham conjuntamente ações em número suficiente para indicar mais de um membro do Conselho de Administração, terão o direito de indicar um conselheiro. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração, que substituirão os conselheiros titulares a que estiverem vinculados, no caso de ausência ou de impedimento temporário.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser necessariamente acionista da Companhia. Nos termos do Estatuto Social, os conselheiros são eleitos em assembleia geral de acionistas com mandato de um ano, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento por acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária. O Estatuto Social da Companhia não prevê idade para aposentadoria compulsória de conselheiros.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, se um conselheiro ou diretor executivo possui um conflito de interesses com a Companhia com relação a qualquer transação proposta, esse conselheiro ou diretor executivo não pode votar na reunião do Conselho de Administração ou reunião de Diretoria que tratar de tal transação e deve descrever a natureza e extensão do interesse conflitante para transcrição na ata da reunião. Um conselheiro ou diretor executivo não pode realizar qualquer negócio com a Companhia, não podendo aceitar empréstimos, exceto se em termos justos e razoáveis e condições idênticas aos termos e condições prevalecentes no mercado ou ofertados por terceiros. Qualquer contrato entre os acionistas ou partes relacionadas e a Companhia, que exceda R\$5,0 milhões, corrigido anualmente pela variação do índice IGP-M, deve ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. Nesta data, não existem contratos ou outras obrigações relevantes em que sejam parte os administradores e a Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, combinada com uma decisão recente da Comissão de Valores Mobiliários, ou CVM, os acionistas minoritários têm o direito de eleger pelo menos um membro do Conselho de Administração, desde que detenham no mínimo 10,0% das ações com direito de voto. Os acionistas minoritários que detiverem mais de 5,0% das ações com direito de voto poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo.

### *Diretoria Executiva*

A Diretoria Executiva é responsável pela administração cotidiana das operações, praticando os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. Nos termos do Estatuto Social, a Diretoria é composta por seis membros eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. A atual Diretoria foi eleita em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 30 de abril de 2009.

### *Conselho Fiscal*

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão independente da administração e da auditoria externa da empresa. O Conselho Fiscal, obedecendo as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) a 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos. As principais atribuições do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras do exercício social e reportar suas conclusões para os acionistas da Companhia. A Lei das Sociedades por Ações exige que os membros do Conselho Fiscal recebam remuneração não inferior a 10,0% do que, em média, for atribuído aos diretores da Companhia, não computados benefícios e participação nos lucros. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela assembléia geral ordinária, nos termos do Estatuto Social. De acordo com a referida Lei, os acionistas minoritários que representem, em conjunto, no mínimo 10,0% ou mais das ações com direito a voto, têm direito de eleger, separadamente, um membro do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal membros que façam parte dos órgãos de administração e empregados da Companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo e o cônjuge ou parente dos administradores.

### *Comitês de Assessoria*

O presidente de cada um dos comitês a seguir reporta suas atividades nas reuniões mensais do Conselho de Administração, no entanto, os comitês não têm autoridade para tomar decisões e suas sugestões não obrigam o Conselho de Administração.

### *Comitê de Avaliação de Processos e Controles Internos*

O Comitê de Governança Corporativa é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) avaliando a validade das informações apresentadas ao Conselho de Administração, (ii) elaborando proposta para melhorar procedimentos de administração da Companhia, (iii) avaliando o perfil de risco e (iv) coordenando auditorias internas e preparando propostas de melhoria. Os membros deste comitê são Ricardo Carvalho Giambroni e Martin Roberto Glogowsky.

### *Comitê Gestor de Recursos Humanos*

O Comitê Gestor de Recursos Humanos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) coordenando o processo de seleção de executivos, (ii) definindo critérios de remuneração do comitê executivo, incluindo planos de incentivo de curto e longo prazo, (iii) definindo as metas de performance do comitê executivo, (iv) coordenando processos de avaliação do comitê executivo, (v) preparando o plano de sucessão dos membros do comitê executivo e (vi) monitorando a execução das políticas e práticas de recursos humanos e preparando propostas de melhoria quando necessário. Os membros deste comitê são Cecília Mendes Garcez Siqueira, Francisco Caprino Neto e Carlos Alberto Cardoso Moreira.

### *Comitê de Partes Relacionadas*

O Comitê de Partes Relacionadas é responsável por auxiliar o Conselho de Administração: (i) avaliando os processos de seleção de fornecedores, construtoras subcontratadas e outros serviços de partes relacionadas, garantindo que essas contratações sejam conduzidas de forma justa e consistente com as práticas de mercado; e (ii) avaliando os contratos de aquisição e venda de energia elétrica celebrados com partes relacionadas garantindo que tais negócios são conduzidos de forma justa e consistente com as práticas de mercado. Os membros deste comitê são Daniela Corsi Cardoso, Arthur Prado Silva e Humberto Pires Gault Vianna de Lima.

Adicionalmente aos comitês de aconselhamento, o Conselho de Administração criou seis comissões de trabalho (Comissão de Governança Corporativa, Comissão de Estratégia, Comissão de Orçamento, Comissão de Serviços Financeiros, Comissão de Aquisição de Energia e Comissão de Projetos) e pode criar outras.

### *Comissão de Estratégia*

A Comissão de Estratégia é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na avaliação e melhoria de a estratégia de negócios, buscando atingir as metas de crescimento e objetivos de longo prazo.

#### *Comissão de Serviços Financeiros*

A Comissão de Serviços Financeiros é responsável por garantir o acompanhamento e eficiência das práticas financeiras atuais, assim como pela avaliação de novas oportunidades de operações financeiras que poderiam beneficiar a Companhia.

#### *Comissão de Governança Corporativa*

A Comissão de Governança Corporativa é responsável pelo monitoramento e implementação do novo modelo de governança corporativa e pela sugestão de potenciais melhorias ao Conselho de Administração.

#### *Comissão de Orçamento*

A Comissão de Orçamento tem a responsabilidade de assessorar o Conselho de Administração na análise e estabelecimento de orçamentos anuais e de longo prazo.

#### *Comissão de Aquisição de Energia*

A Comissão de Aquisição de Energia tem a responsabilidade de assessorar o Conselho de Administração na análise da aquisição de energia originada de fontes competitivas e alternativas pelas subsidiárias de comercialização.

#### *Comissão de Projetos*

A Comissão de Projetos é responsável por auxiliar o Conselho de Administração na avaliação de novas oportunidades para projetos de geração de energia.

### **Política de Dividendos**

A Companhia pretende declarar e pagar dividendos e/ou juros atribuídos ao patrimônio líquido em valores de ao menos 50,0% de seus lucros líquidos corrigidos, em parcelas semestrais. O valor de qualquer das distribuições de dividendos e/ou de juros atribuídos ao patrimônio líquido dependerá de uma série de fatores, tais como condições financeiras, prospectos, condições macroeconômicas, reajustes de tarifa, mudanças regulatórias, estratégias de crescimento e outras matérias que o Conselho de Administração e os acionistas possam considerar relevantes. Além disso, as avenças constantes dos instrumentos de dívida podem limitar o valor dos dividendos e/ou dos juros atribuíveis ao patrimônio líquido nas distribuições que a Companhia venha a fazer. No contexto do planejamento fiscal da Companhia, no futuro poderá determinar ser benéfico distribuir juros atribuíveis ao patrimônio líquido em vez de dividendos.

O Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou de juros atribuídos ao patrimônio líquido, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou em demonstrações financeiras referentes a períodos mais curtos, ou ainda com base em lucros acumulados registrados ou em lucros alocados para contas de reserva sem fins lucrativos nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dos dividendos que excedam a distribuição obrigatória, exige a aprovação por voto majoritário dos detentores de ações ordinárias.

## ADMINISTRAÇÃO

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, formado por no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros, todos acionistas, eleitos por Assembléia Geral, e por uma Diretoria composta por 6 (seis) Diretores.

### Conselho de Administração

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato de um ano, permitida a reeleição. As obrigações do Conselho de Administração incluem a fixação da política e a orientação geral dos negócios da Companhia, a eleição dos Diretores da Companhia, bem como a supervisão do exercício de suas funções e a definição das políticas de dividendos da Companhia, a declaração de dividendos intermediários, as condições e oportunidades de emissão de debêntures e, por fim, a autorização da celebração de contratos relevantes pela Companhia.

Na data deste Prospecto, o Conselho de Administração da Companhia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2010:

Nome	Posição	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente	30/04/2009
Miguel Normando Abdalla Saad	Vice-Presidente	30/04/2009
Sidney Mendes da Silva	Membro Titular	30/04/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho de Administração da Companhia é Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por seis membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão de Energia, um Diretor de Distribuição e um Diretor Administrativo. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de dois anos, permitida a reeleição.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente. Os Diretores são responsáveis pela direção dos negócios e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste Prospecto, a Diretoria da Companhia era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária de 2011:

Nome	Cargo	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Júnior	Diretor Presidente	30/04/2009
José Antonio de Almeida Filippa	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	30/04/2009
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor de Gestão de Energia	30/04/2009
Hélio Viana Pereira	Diretor de Distribuição	30/04/2009
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Administrativo	30/04/2009
Hélio Puttini Junior	Diretor de Assuntos Regulatórios	30/04/2009

O endereço comercial dos membros da Diretoria da Companhia é Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### *Informações Biográficas*

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia:

#### *Membros do Conselho de Administração*

**Wilson P. Ferreira Junior.** Nascido em 03 de maio de 1959, formado em Engenharia Elétrica em 1981, pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, e em Administração de Empresas, em 1983, pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade Mackenzie e mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo - USP. Coursou várias especializações, dentre as quais: Engenharia de Segurança do Trabalho (Mackenzie, 1982), Marketing (FGV, 1988), Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co., Suécia, 1992). Exerceu diversos cargos de confiança na CESP – Companhia Energética de São Paulo, onde foi Diretor de Distribuição no período de 1995 a 1998. No período de 1998 a 2000, foi Diretor Presidente da RGE e de 2000 a 2001 foi Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante. Foi Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDE onde teve uma destacada atuação e Vice-presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base – ABDIB. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da ONS. Em março de 2000 assumiu a posição de Diretor Presidente da CPFL Paulista e, posteriormente, da CPFL Piratininga, da CPFL Geração, da CPFL Brasil, da CPFL Centrais Elétricas e da SEMESA e Diretor Superintendente da Foz do Chapecó. Também é membro do Conselho de Administração da SEMESA e da Foz do Chapecó. O Sr. Wilson P. Ferreira Júnior é o Diretor Presidente da CPFL Energia desde 28 de agosto de 2002. Em 28 de abril de 2006, foi eleito membro titular do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista, CPFL Geração e CPFL Piratininga.

**Miguel Normando Abdalla Saad.** Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia de São Carlos – USP em 1973, no decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos de confiança na CESP no período de 1974 a 2000, dentre os quais os de Engenheiro Chefe do Setor de Concreto do Laboratório de Engenharia Civil, Gerente da Divisão de Recursos Hídricos e Térmicos, Gerente Adjunto do Departamento de Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico e Gerente do Departamento de Construção e Contratos. De 1994 a 1997 atuou como Presidente do Núcleo São Paulo do Comitê Brasileiro de Grandes Barragens. Atualmente é Diretor de Geração da CPFL Geração, Presidente do Conselho de Administração da ENERCAN, Foz do Chapecó e CERAN, Vice-Presidente do Conselho de Administração da BAESA e CPFL Jaguariúna e membro do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

**Sidney Mendes da Silva.** Nascido em 25 de setembro de 1970, formou-se em Eletrônica, Instrumentação e Controle pela Escola SENAI Roberto Mange e Técnico em Eletrotécnica pela Escola Técnica Bento Quirino de Campinas. Possui graduação em Recursos Humanos pela Universidade Paulista – UNIP. Ao longo de sua carreira profissional ocupou cargos de Técnico em Eletrônica na Strebrás Equip. Eletrônicos e American Security Alarms, ambas em Campinas. Atuou no ramo de re-refino de óleo lubrificante industrial e automotivo na Lubrificantes Fênix em Paulínia por 3 anos ocupando o cargo de Chefe de Equipe, sendo responsável pela instalação de unidades móveis de re-refino em várias empresas da Grande São Paulo, interior Paulista e Sul de Minas Gerais. Também atuou como Líder de Produção na Genus Sistemas de Segurança Eletrônica. Foi admitido no Grupo CPFL em abril/1996 por meio de Concurso Público, onde entrou ocupando o cargo de Eletricista de Subestação. Em 2001 passou a ocupar o cargo de Técnico de Telecomunicações na Divisão de Transmissão Sudeste. Em 2005 foi eleito pelos empregados do Grupo CPFL como Conselheiro do CRE (Conselho de Representantes dos Empregados). Em 2007 foi eleito como Secretário Geral do CRE e em abril de 2009 foi eleito Presidente do CRE, com mandato até abril/2011. No Grupo CPFL faz parte do Conselho de Recuperação Profissional, que delibera sobre cursos de recuperação subsidiados pela empresa para colaboradores e gestores. Bastante atuante em questões sociais, é conselheiro titular do Conselho Municipal de Saúde de Campinas, ligado a secretaria Municipal de Saúde.

**Wilson P. Ferreira Junior.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 185 deste Prospecto.

**José Antonio de Almeida Filippo.** Nascido em 27 de outubro de 1960, formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ em 1983, com pós graduação em Finanças, pelo Instituto de Administração e Gerência - IAG, em 1984, cursou o *Program for Management Development* pelo IBMEC, em 1990, e o *Program for Management Development* na Harvard Business School – Boston - EUA, em 1999. Atuou em posições executivas nas empresas Ingersoll-Rand; LATASA; GAFISA. É Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, Diretor Vice-presidente Financeiro da CPFL Brasil e CPFL Centrais Elétricas e, Diretor Administrativo-financeiro e de Relações com Investidores da SEMESA e Diretor Administrativo-financeiro da Foz do Chapecó. O Sr. José Antonio de Almeida Filippo é Diretor Vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da CPFL Energia desde 30 de junho de 2004.

**Paulo Cezar Coelho Tavares.** Nascido em 27 de outubro de 1953. Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado em Sistemas de Potência pela UNICAMP. Cursou MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1998. Atuou como Engenheiro e Gerente de Planejamento e Comercialização de Energia na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), e foi assessor da Gerência Executiva da Eletrobrás, no comando do Programa Nacional de Conservação de Energia (PROCEL) e da distribuição de áreas urbanas e rurais. Também atuou como secretário do PROCEL e coordenou diversos projetos e acordos internacionais referentes à Eficiência Energética, em instituições como o Banco Mundial, USAID, ACEEE, CIDA (Canadá), ETSU (Reino Unido) e ALURE na Comunidade Européia. Foi Presidente da Guaraniana Comércio e Serviços (GCS), comercializadora de energia e gás. Foi Vice-Presidente de Desenvolvimento Corporativo e Diretor Presidente da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE). Também foi membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Alagoas (CEAL), da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) e da CELPE. Atualmente é membro da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (ABRACEEL), Diretor de Gestão de Energia da CPFL Brasil, da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga, da RGE, da CPFL Santa Cruz, da CPFL Geração, da CPFL Bioenergia, da CPFL Jaguariúna e das demais subsidiárias da CPFL Energia. É membro do Conselho de Administração da CERAN, da ENERCAN e da Foz do Chapecó Energia. O Sr. Paulo é Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia da CPFL Energia desde 2002.

**Hélio Viana Pereira.** Nascido em 09 de fevereiro de 1954, graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, em 1976, com especialização em Engenharia da Qualidade Industrial pela Universidade Estadual de Campinas e pós-graduação em Gestão de Negócios de Energia Elétrica pela FGV e USP. Ao longo de sua vida profissional, atuou: na Eletrobrás, como Engenheiro do Departamento de Eletrificação Rural (1976/1978), na Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, como Engenheiro da Área de Estudos de Redes Subterrâneas e como Gerente da Divisão de Iluminação Pública (1978/1981), na CESP - Companhia Energética de São Paulo ocupou diversos cargos de confiança na sua área de atuação de Supervisor de Controle Operacional a Gerente de Operação (1981/1999). Na CPFL Paulista, ocupou o cargo de Gerente do Departamento de Planejamento e Modernização, no período de maio a agosto de 2000. Desde setembro de 2000 ocupa o cargo de Diretor Vice-presidente de Distribuição da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga. O Sr. Hélio Viana Pereira é Diretor Vice-presidente de Distribuição da CPFL Energia desde 28 de agosto de 2002. Em 28 de abril de 2006, foi eleito membro suplente do Conselho de Administração das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga.

**José Marcos Chaves de Melo.** Graduado em engenharia mecânica pela The University of Kansas em 1986, possui as seguintes distinções acadêmicas e profissionais: Bolsa de Estudos da *Fulbright Commission, U.S. National Engineering Honor Society* (Tau Beta Pi), *SAP's Diamond Circle Award for Outstanding Business Contributions 2005* e Prêmio Mundial de Inovação da Accenture – Projeto SIGA do ONS 2006. O Sr. Melo recebeu o título de técnico eletrônico da CEFET no Rio de Janeiro em 1980. Trabalhou na Accenture do Brasil de 1987 a 2008, tendo ocupado diversas posições, até chegar ao cargo de Diretor, posição que ocupou de

1998 a 2008. Foi responsável pela venda, atendimento ao cliente, supervisão e execução dos projetos junto a empresas, tendo atuado por 12 anos no setor elétrico, 5 anos em óleo e gás, 2 anos siderurgia e 1 em manufatura. Acumula experiência em diversas áreas funcionais, incluindo-se nessas Tecnologia da Informação, Cadeia de Suprimentos e Serviços de Campo e Gestão de Ativos. Atendeu as seguintes empresas ao longo de sua carreira: CPFL, Neoenergia, Light, CEMIG, CEMAR, Celesc, Furnas, DUKE, CCEE, ONS, Petrobras Gás e Energia, Petrobrás, Repsol-YPF e CSN. Desde abril de 2008 é Diretor Administrativo da CPFL Geração e membro do Conselho de Administração da CPFL Sul Paulista e CPFL Leste Paulista.

**Hélio Puttini Junior.** Nascido em 13 de novembro de 1958 – graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá – EFEI, em 1983, com pós-graduação (Latu Sensu) em Engenharia Econômica, pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, em 1986. No decorrer de sua experiência profissional ocupou diversos cargos na Companhia Energética de Brasília – CEB como Gerente da Seção de Desenvolvimento e Estatística – SEDE (1985–1991), Assessor do Departamento Comercial de Distribuição – DCD (1991-1994), Gerente de Planejamento Comercial (1994-1996), Gerente de Manutenção de Redes Aéreas (1996-1997). No período de 1998-2001 ocupou o cargo de Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade na ANEEL e de 2001-2003 como Assessor de Presidência da CEB. Desde janeiro de 2004 ocupa o cargo de Diretor de Assuntos Regulatórios da CPFL Paulista e CPFL Piratininga. Atualmente também é Diretor das Distribuidoras CPFL Geração, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguari, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e RGE.

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia não é de funcionamento permanente e não foi solicitada a instalação pelos acionistas até a última Assembléia Geral realizada até a data deste Prospecto.

### Relação Familiar

Na data deste Prospecto, não havia nenhuma relação familiar entre os Administradores da Companhia e seus principais acionistas.

### Ações detidas pelos Administradores

Na data deste Prospecto, os administradores da Companhia possuem as seguintes ações da Companhia e da Garantidora:

Nome	Cargo	N.º de Ações da Companhia	% de participação no capital social da Companhia	N.º de Ações da Garantidora	% de participação no capital social da Garantidora
Wilson P. Ferreira Júnior	Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria	1 (uma)	0,0000%	25.000	0,0052%
Miguel Normando Abdalla Saad	Vice-Presidente do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	2.322	0,0005%
Sidney Mendes da Silva	Membro Titular do Conselho de Administração	1 (uma)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
José Antonio de Almeida Filippo	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	0 (zero)	0,0000%	3.980	0,0008%
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor de Gestão de Energia	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Hélio Viana Pereira	Diretor de Distribuição	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Administrativo	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%
Hélio Puttini Junior	Diretor de Assuntos Regulatórios	0 (zero)	0,0000%	0 (zero)	0,0000%



## **Política de Divulgação de Informações**

A CPFL Energia estabeleceu certas Diretrizes de Governança Corporativa, aplicável a todas as empresas do Grupo CPFL, incluindo a Companhia. De acordo com as Diretrizes de Governança Corporativa, a administração e os acionistas adotam os princípios da transparência, da obediência e do cumprimento das leis na divulgação das informações ao mercado.

## **Remuneração**

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e atingimento de metas. A política de remuneração da Companhia manteve-se consistente nos últimos três exercícios sociais.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas são responsáveis pela fixação do valor total da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia. Após os acionistas fixarem o valor total da remuneração cabível, os membros do Conselho de Administração ficam, então, responsáveis pela fixação dos níveis de remuneração individuais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração total que a Companhia pagou aos seus Conselheiros e Diretores foi de aproximadamente R\$ 4.280 mil (quatro milhões duzentos e oitenta mil reais). Desse valor, foram pagos diretamente à administração R\$ 2.794 mil (dois milhões setecentos e noventa e quatro mil reais) como remuneração fixa e R\$ 1.486 mil (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil reais) a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

A Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 30 de abril de 2009 fixou a remuneração anual global dos administradores da Companhia, no limite de até R\$ 4.118 (quatro milhões, cento e dezoito mil), incluídos neste valor todos os benefícios e encargos.

Adicionalmente, os Administradores não recebem remuneração indireta.

### *Conselho de Administração*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros do Conselho de Administração da Companhia receberam remuneração total de R\$ 29 mil (vinte e nove mil reais).

Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração indireta, não recebem remuneração variável por desempenho e atingimento de metas, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

### *Diretoria*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros da Diretoria da Companhia receberam remuneração total de R\$ 4.070 mil (quatro milhões e setenta mil reais). Desse valor, foram pagos R\$ 2.584 mil (dois milhões quinhentos e oitenta e quatro mil reais) como remuneração fixa e R\$ 1.486 mil (um milhão quatrocentos e oitenta e seis mil reais) a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

Adicionalmente, os membros da Diretoria não recebem remuneração indireta, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

### *Conselho Fiscal*

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os membros do Conselho Fiscal da Companhia receberam remuneração total de R\$ 181 mil (cento e oitenta e um mil reais).

Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal não recebem remuneração indireta, não recebem remuneração variável por desempenho e atingimento de metas, não possuem opções de antecipação de aposentadoria ou resgates de benefícios.

### **Plano de Opção de Compra de Ações**

A Companhia, nos termos do seu Estatuto Social, pode conceder opções de compra de ações para seus administradores, funcionários, ou a pessoas naturais que prestem serviços para a Companhia, desde que o plano de opção seja submetido à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, respeitado o limite do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, nenhum plano de opções de compra de ações havia sido aprovado pelos acionistas da Companhia e não há previsão para que um plano seja submetido para aprovação.

### **Diretor de Relação com os Investidores**

O Diretor de Relação com os Investidores da Companhia é o Sr. José Antonio de Almeida Filippo, com endereço comercial na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, Km. 2,5, cidade de Capinas, Estado de São Paulo,, telefone (19) 3756-8704, fax (19) 3756-8777, correio eletrônico: [jfilippo@cpfl.com.br](mailto:jfilippo@cpfl.com.br). O site da Companhia é <http://www.cpfl.com.br/ri/>.

### **Condenações Judiciais e Administrativas**

Os membros da Administração da Companhia não sofreram nenhuma condenação judicial ou administrativa.

### **Contratos ou Outras Obrigações Relevantes**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não possuem contratos ou outras obrigações relevantes com a Companhia.

## **PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS**

Em 31 de março de 2009, a Companhia era parte em aproximadamente 14.784 processos judiciais e administrativos, de natureza cível, trabalhista e tributária. O valor somado dos processos com possibilidade de perda possível e provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$267,6 milhões, dos quais R\$53,6 milhões foram provisionados pela Companhia. As provisões para contingências foram constituídas, com base em avaliação dos riscos de perdas, para os processos em que a possibilidade de perda é provável na opinião da Companhia e dos seus assessores legais.

Dentre os principais litígios destacam-se:

### **Legislação do Setor – Diversos Objetos**

Os processos relacionados à legislação do setor elétrico, referem-se ao racionamento de energia elétrica, manutenção da rede, inadimplência, fraude, recuperação de créditos, questões tarifárias. Os valores relativos a esses processos não foram provisionados por terem sido as possibilidades de perda classificadas pelos assessores jurídicos da Companhia como “remotas” ou inexistentes.

### **Majoração Tarifária**

A Companhia, assim como outras distribuidoras, responde a processos movidos por consumidores industriais em decorrência do aumento ocorrido na tarifa em março de 1986, quando vigorava o “Plano Cruzado”. Apesar de se tratar de reajuste devidamente autorizado pelo Poder Concedente, o Poder Judiciário, inclusive nas altas instâncias, entendeu que a correção nas tarifas desrespeitou a lei então vigente, determinando às concessionárias de distribuição de energia elétrica, que foram as beneficiárias do recebimento, a restituírem os valores devidamente atualizados.

Vale ressaltar que o Poder Judiciário, por meio do STJ, entendeu que os efeitos do reajuste estavam limitados ao período compreendido entre março e novembro de 1986 e que não houve contaminação nas contas de energia elétrica futuras.

Em 31 de março de 2009, havia 355 processos judiciais dessa natureza em curso, cuja soma dos valores envolvidos é de aproximadamente R\$ 42,9 milhões. O valor provisionado para os processos relacionados à majoração tarifária é de R\$ 3,8 milhões, com depósitos judiciais no valor de R\$ 1,5 milhões.

### **Processos Tributários**

Em relação aos processos de natureza tributária, estão em trâmite duas execuções fiscais propostas pela União Federal referentes a supostos débitos de CSLL e IRPJ no exercício de 1997. Os supostos débitos decorrem de uma composição de dívida que a Companhia realizou com a Fundação CESP, que resultou no lançando do montante negociado como despesa operacional, consequentemente deduzindo-o da base de cálculo de CSLL e IRPJ no referido exercício. A operação de composição de dívida ocorreu em relação a um plano de complementação de aposentadorias e pensões mantidas pelo Governo Federal antes das privatizações, o qual era administrado pela Fundação CESP. Em 1997, tal plano apresentava um déficit acumulado de R\$426,0 milhões. A Companhia fez uma composição desta dívida com a Fundação CESP, que envolveu o seguinte: (i) a transformação do Plano de Benefícios em Plano Misto de Benefício; e (ii) a celebração de Instrumento Particular de Contrato de Ajuste das Reservas Matemáticas do Plano Misto de Benefícios Previdenciários, por meio do qual a dívida previdenciária foi quitada por meio de um financiamento concedido pela própria Fundação à Companhia, para pagamento em 20 anos.

O financiamento acima referido foi contabilizado nas demonstrações financeiras da Fundação CESP, como "Operações com Patrocinadoras - Contas a receber" e nas demonstrações financeiras da Companhia como "empréstimos e financiamentos". O demonstrativo atuarial da Fundação CESP datado de 31 de dezembro de 1997 deixou de refletir o montante de R\$426,0 milhões como dívida do plano previdenciário. A Companhia entende que o lançamento do respectivo montante como despesa operacional foi realizado em consonância com o disposto no Regulamento do Imposto de Renda, vigente à época. Ocorre que, a Autoridade Fiscal autuou a Companhia, exigindo IRPJ e CSLL, juros e multa. O processo já se encerrou na esfera administrativa, com resultado desfavorável para a Companhia e aguarda decisão na esfera judicial.

Em 31 de março de 2009, os valores envolvidos nas demandas totalizavam R\$ 151,7 milhões para o débito de CSLL e R\$ 425,6 milhões para o débito de IRPJ. Ressalta-se que, ambas as execuções fiscais estão devidamente garantidas por carta de fiança bancária, emitidas por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia ainda possui uma execução fiscal também proposta pela União Federal referente à diferença de alíquota no recolhimento do FINSOCIAL, referente a determinados períodos dos exercícios de 1989, 1990 e 1991. Cumpre ressaltar que, os valores questionados nos períodos dos exercícios de 1989 e 1990, encontram-se com a exigibilidade suspensa em face da realização de depósito judicial, enquanto os valores referentes aos períodos do exercício de 1991, foram objeto de pagamento por meio de parcelamento. Desta forma, a possibilidade de perda avaliada pela Companhia é remota. O valor envolvido é R\$ 71,3 milhões e, em 31 de março de 2009, dos quais R\$18,5 milhões estavam provisionados e R\$52,8 milhões estavam depositados judicialmente.

A Companhia possui uma execução fiscal referente a débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSL. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é remoto e o valor envolvido atualizado encontra-se estimado em R\$ 46,4 milhões.

Em 27 de fevereiro de 2008, a Companhia apresentou uma Manifestação de Inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal referente aos pedidos de compensação de saldo negativo de IRPJ acumulado em 1999, com valores vincendos de IRPJ, CSL, COFINS e PIS. Atualmente, o processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário interposto. De acordo com a opinião dos advogados que acompanham os casos, o prognóstico de perda do processo é remoto e o valor envolvido, em 31 de dezembro de 2008, encontra-se estimado em R\$47,4 milhões.

## **Processos Trabalhistas**

A Companhia apresentava, em 31 de março de 2009, passivo composto de aproximadamente 2.568 processos trabalhistas em curso, em toda a área de concessão, envolvendo o valor aproximado de R\$ 134,1 milhões. Em 31 de março de 2009, a CPFL Paulista tinha provisionado 779 processos com risco de perda provável, segundo avaliação da Companhia e de seus consultores jurídicos, no valor total de R\$ 26,6 milhões.

Na maior parte das reclamações trabalhistas, procuram os reclamantes obter indenizações pelos mais diversos motivos, dentre os quais adicional de periculosidade, equiparações salariais, remuneração de horas extras, benefícios decorrentes de incentivo à aposentadoria, entre outros. Também é considerável o número de ações propostas por ex-empregados de empreiteiras e outros prestadores de serviço que buscam a responsabilidade subsidiária da Companhia e também autônomos que pleiteiam o reconhecimento de vínculo empregatício.

## **Processos Cíveis**

A Companhia apresentava, em 31 de março de 2009, passivo composto de aproximadamente 2.397 processos cíveis em curso, já excluídos os casos de majoração tarifária mencionados acima e os processos que não envolvem risco de desembolso, em toda a área de concessão, envolvendo o valor aproximado de R\$ 43,5 milhões. Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha provisionado 242 processos com risco de perda provável no valor total de R\$ 2,6 milhões.

Os principais processos cíveis em que a Companhia é parte na data deste Prospecto são os seguintes:

### Ação Civil Pública n.º 2004.011923, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo

Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Companhia, em que se pretende a suspensão de termo de confissão de dívida, bem como a condenação da Companhia em Improbidade Administrativa. O processo se encontra em fase de julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia visando cassar a liminar concedida em favor do Ministério Público do Estado de São Paulo. O valor histórico da causa é de R\$ 15,5 milhões. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

### Ação Civil Pública n.º 0948/04, movida pelo Município de Colina

Trata-se de ação civil pública movida pela municipalidade de Colina em face da Companhia, em que se pretende a manutenção do fornecimento de energia elétrica a determinados pontos. O processo encontra-se em fase de instrução processual. O valor histórico da causa é de R\$ 0,5 milhão. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

### Ação Civil Pública n.º 1578/04, movida pela Promotoria da Justiça de Birigui

Trata-se de ação civil pública movida pela Promotoria de Justiça de Birigui, que visa impugnar a cobrança da Contribuição de Iluminação Pública pelo Município de Birigui. O processo encontra-se em fase recursal. Foi negado provimento ao recurso de apelação interposto pelo Ministério Público, por falta de legitimidade para a propositura da ação, tendo sido mantida a sentença que extinguiu a ação sem resolução do mérito. O valor histórico da causa é de R\$1,0 milhão. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

### Ação Popular n.º 8036/05, movida por Arnaldo Fernandes

Trata-se de ação popular movida em face da Companhia, em curso perante a Vara Única da Fazenda Pública de Bauru, pela qual o autor, pretende a revisão da forma de cobrança de taxa de Iluminação Pública. Aguarda-se julgamento de Apelação interposta pelo Autor em face da sentença que julgou a ação improcedente. O valor histórico da causa é de R\$ 0,1 milhão e, de acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Popular n.º 2006.011915-4, movida por Antonio Cláudio de Arruda Campos

Trata-se de ação popular movida em face da Companhia, perante a 3ª Vara Cível de Itu, em que o autor pretende que seja declarada a nulidade de Termo de Confissão de Dívida firmado entre a Prefeitura de Itu e a CPFL, no valor total de R\$ 4,5 milhões. Além disso, pleiteia a restituição dos valores quitados, sob a alegação de existência de lesão ao patrimônio público decorrente de seu adimplemento. O processo encontra-se em fase de recursal. Aguarda-se julgamento de Apelação interposta pelo Autor face à sentença que julgou a ação improcedente. O valor histórico da causa é de R\$ 4,5 milhões. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Cautelar Inominada n.º 2004.34.00.027945-2, movida pela Companhia

Trata-se de ação que a Companhia move em face da ANEEL, em curso perante a 17ª Vara da Justiça Federal de Brasília, pretendendo a suspensão de pagamento de parcela de faturas emitidas referentes ao uso de instalações da Região de Fronteiras pela AES Tietê, para que a requerente não incorra em mora pelo não pagamento da quantia controvertida. A ação principal objetiva obrigar a ANEEL a fixar os critérios para celebração dos Contratos de Uso de Sistema de Distribuição – CUSDs, os quais servirão de base para a cobrança das respectivas Tarifas de Uso de Sistema de Distribuição – TUSDs, fazendo com que as empresas geradoras de energia elétrica arcuem com seus respectivos custos pelo Uso de Sistema de Distribuição. O valor envolvido nesta demanda é de aproximadamente R\$29 milhões. O processo, julgado improcedente em 1ª instância, encontra-se em fase recursal, aguardando decisão da apelação interposta pela Companhia. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é remoto.

Ação Ordinária n.º 2002.34.00.039564-0, movida pela Companhia

Trata-se de ação movida pela ABRADDE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, da qual a Companhia é integrante, em curso perante a 3ª Vara Federal de Brasília. Essa demanda objetiva anular a Resolução da ANEEL de n.º 493/2002, que fixou critério de revisão tarifária com o qual a ABRADDE não concorda. A Companhia pretende não ser obrigada a assinar os CCEAR's com preços unilateralmente impostos com base em nova metodologia de cálculo de diferencial do Ubp, introduzida extemporaneamente ao Leilão 002/2005. O valor envolvido nesse processo é de, aproximadamente, R\$26,7 bilhões em favor da Companhia e das demais concessionárias de energia elétrica integrantes da ABRADDE, valor este que corresponderia à diferença do que seria arrecadado pelos consumidores de acordo com o critério fixado pela ANEEL e pelo o que a ABRADDE entende que seria devido. O processo encontra-se em fase de perícia e, de acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda dessa ação é possível.

Processo n.º 2006.34.00.011496-3, movido pela Companhia

Trata-se de ação movida pela Companhia em face da ANEEL em que se pleiteia seja declarado o direito da concessionária ao repasse integral dos custos de compra e venda de energia suportados no período anterior à Portaria Interministerial n.º 361/04 e que seja a ANEEL condenada a implementar o efetivo repasse integral desses mesmos custos incorridos na compra e venda de energia elétrica pela concessionária. O processo aguarda proferimento de sentença. Foi acolhida impugnação ao valor da causa suscitada pela ANEEL no intuito de majorar o valor histórico para R\$ 74 milhões, decisão que ainda não transitou em julgado em razão da interposição de Agravo de Instrumento pela Companhia. O valor envolvido nesse processo é de aproximadamente R\$ 74 milhões. De acordo com nossos advogados, o prognóstico de perda da ação principal é possível. Em 31 de março de 2009, tínhamos R\$ 100.000,00 contingenciados para esse processo.

## **Processos Ambientais**

A Companhia é parte passiva em certos processos administrativos ambientais, a maior parte em relação ao corte e à poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica. O valor envolvido em tais processos, individualmente ou somados, não representam risco à Companhia ou à sua capacidade financeira.

Entre o período de 2004 e 2006, houve apenas um histórico de acidente ambiental no período ocorrido na Subestação "SE Piracicaba", em um autotransformador com capacidade para 24.000 litros de óleo isolante mineral naftênico. Este ocasionou um incêndio e derramamento de 10.000 litros de óleo, que atingiu o solo do site e uma lagoa contígua à propriedade. Em relação à quantidade de óleo existente nos equipamentos operacionais da Companhia (18.428.742 litros) este derramamento representa, em volume apenas 0,1% em relação ao total de óleo contido nos equipamentos. Todas as providências de remediação da área foram tomadas e aceitas como suficientes pela CETESB. Foi interposto recurso administrativo à imposição de multa valor de aproximadamente R\$ 0,1 milhão, no âmbito do processo n.º 21000470, o qual continua em julgamento. No caso de decisão pela improcedência do recurso, as medidas de remediação da área possibilita a redução da multa em até 95,0%, conforme legislação em vigor.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



## **9. INFORMAÇÕES RELATIVAS À GARANTIDORA**

---

- Histórico da Garantidora
- Atividades da Garantidora
- Organização Societária
- Aquisições Recentes
- Propriedades, Plantas e Equipamentos
- Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora
- Práticas de Governança Corporativa
- Administração
- Pendências Judiciais e Administrativas
- Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora
- Breves Discussões das Informações Financeiras Seleccionadas
- CPFL Energia em números (R\$ milhares)

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## HISTÓRICO DA GARANTIDORA

### Introdução

A CPFL Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, registrada na CVM em 18 de maio de 2000 sob n.º 01866-0. A CPFL Energia é uma *holding* constituída em 20 de março de 1998, que tem como objeto social (i) promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e atividades correlatas; (ii) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados, bem como a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; e (iii) a participação no capital de outras sociedades que tenham atividades semelhantes às exercidas pela Companhia, notadamente sociedades cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos.

### Histórico

A CPFL Energia tem suas origens na CPFL Paulista, constituída em 1912, como resultado da fusão de quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista. Em 1997 ocorreu a privatização da CPFL Paulista, sendo as ações representativas de seu capital social adquiridas pela VBC Energia, pela 521 Participações e pela Bonaire.

A partir da aquisição da CPFL Paulista, referidas companhias iniciaram uma trajetória de expansão, adquirindo diversos ativos no setor elétrico nacional. A conclusão do processo de expansão e consequente reestruturação do Grupo CPFL, aconteceu em 06 de agosto de 2002, quando os controladores do Grupo CPFL, com o objetivo de reestruturar seus investimentos nos setores de distribuição e geração de energia elétrica, decidiram transferir suas participações diretas nas empresas CPFL Paulista e CPFL Geração, para a Draft II, resultando na consolidação dos ativos de geração e distribuição de energia elétrica e simplificação de sua organização operacional e societária. Após esse evento, a Draft II passou a se chamar CPFL Energia, na qual foram consolidadas as participações de 95,1% no capital total da CPFL Paulista e 95,7% no capital total da CPFL Geração. Esta reestruturação visou propiciar, dentre outros, os seguintes benefícios: (a) maior integração operacional das empresas do grupo; (b) racionalização do uso dos recursos financeiros; (c) viabilização de novos projetos de geração de energia elétrica.

Em 20 de outubro de 2003, os acionistas controladores da CPFL Energia, com o objetivo de alavancar recursos e dar segmento a reestruturação dos investimentos, decidiram alienar para o BNDES, 3,4% do capital total da CPFL Energia, reduzindo suas participações, proporcionalmente, às participações detidas naquela data.

Em 04 de outubro de 2004, a CPFL Energia efetivou a oferta pública de ações, ocorrida mediante a distribuição pública de aproximadamente 8,8% do capital social, por meio da emissão de novas ações e simultaneamente a distribuição de 1,7% do seu capital total por meio de venda de ações dos acionistas controladores ambas totalizando 10,5% do capital total. Esta oferta ocorreu tanto no âmbito nacional como internacional, sendo que as ações da oferta nacional foram listadas na BM&FBOVESPA, enquanto que a oferta internacional, na forma de *american depositary shares*, foi listada na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange*).

No início de novembro de 2004, a CPFL Energia emitiu lote complementar de 179.244 ações ao Coordenador Global da Oferta, conforme previa o Contrato de Distribuição (*International Purchase Agreement*).

Em 06 de maio de 2005, a CPFL Energia ratificou o aumento de capital, em virtude do exercício parcial do direito de subscrição previsto no bônus de subscrição emitido em 05 de dezembro de 2003 pela CPFL Energia em favor do International Finance Corporation – IFC. Foram emitidas 1.440.409 ações ordinárias, o que representa uma participação de 0,3% no capital total da CPFL Energia.

Em 20 de junho de 2005, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações ordinárias e preferenciais dos acionistas não controladores da CPFL Geração ao patrimônio da CPFL Energia, com o consequente aumento de capital em R\$85.577 mil, mediante a emissão de 3.665.488 ações ordinárias, passando o capital social de R\$4.107.344 mil para R\$4.192.921 mil, dividido em 456.734.666 ações ordinárias. Os acionistas não controladores da CPFL Geração receberam 1 (uma) nova ação ordinária da CPFL Energia para cada lote de 1.622 ações ordinárias ou preferenciais de emissão da CPFL Geração. Referida transação foi realizada com base em laudos de avaliação do valor econômico da CPFL Energia e da CPFL Geração.

Em 25 de julho de 2005, a CPFL Energia ratificou o aumento de capital em virtude do exercício da totalidade do bônus de subscrição emitido pela CPFL Energia em 05 de dezembro de 2003, em favor do IFC, decorrente da conversão de empréstimo no montante de R\$73.668 mil na data base de 25 de julho de 2005, ao preço de R\$17,71 por ação. Foram emitidas 4.159.647 ações ordinárias, o que representa uma participação de 0,9% no capital total da CPFL Energia.

A CPFL Energia ou terceiros não realizaram ofertas públicas de aquisição de ações de emissão da CPFL Energia.

Por fim, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a CPFL Energia realizou ofertas públicas de valores mobiliários, inclusive de debêntures e notas promissórias. Para mais informações sobre os valores mobiliários emitidos pela CPFL Energia, vide Seção "Títulos e Valores Mobiliários Emitidos", constante da página 235 deste Prospecto.

A CPFL Energia não produz nem comercializa bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio. Suas receitas são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras.

Para mais informações sobre as reestruturações societárias ocorridas no Grupo CPFL, ver Seção "Estrutura Organizacional do Grupo CPFL" na pág. 169 deste Prospecto e para mais informações sobre os investimentos em capital da CPFL Energia, ver Seção "Aquisições Recentes" na pág. 231 deste Prospecto.

## ATIVIDADES DA GARANTIDORA

### Visão Geral

A CPFL Energia é uma *holding* que, por intermédio de suas subsidiárias, distribui, gera e comercializa energia elétrica no Brasil. Foi constituída em 1998 por VBC Energia, 521 Participações e Bonaire, com o intuito de combinarem seus interesses em companhias elétricas e de distribuição de energia elétrica no Brasil. Para maiores informações sobre a história da CPFL Energia, veja a Seção “Histórico da Garantidora” na página 197 deste Prospecto.

### Principais Atividades Desenvolvidas

#### *Distribuição*

No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as empresas distribuidoras do Grupo CPFL forneceram 13,0% da energia fornecida no país. A CPFL Paulista, a CPFL Piratininga, a CPFL Santa Cruz e a Jaguariúna forneceram, nesse período, um volume de 7.516 GWh de energia elétrica, para mais de 5,0 milhões de consumidores no Estado de São Paulo, representando cerca de 34,5% da energia fornecida nesse Estado, sendo 4.877 GWh pela CPFL Paulista, 2.103 GWh pela CPFL Piratininga e 730 GWh pelas CPFL Santa Cruz e Jaguariúna. A RGE forneceu, neste mesmo período, um volume de 1.698 GWh de energia elétrica, para mais de 1 milhão de consumidores no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 31 de março de 2009, as receitas por grupo de consumidor das distribuidoras foram as seguintes: 24,0% provenientes de consumidores industriais, 16,0% provenientes de consumidores comerciais, 42,0% provenientes de consumidores residenciais, 3,0% provenientes de consumidores rurais e 14,0% provenientes de outros consumidores.

Uma breve descrição das concessionárias de distribuição de energia elétrica controladas pela CPFL Energia segue abaixo:

#### CPFL Paulista

A CPFL Paulista foi constituída em 16 de novembro de 1912, a partir da fusão de quatro pequenas sociedades prestadoras de serviços de energia elétrica que atuavam no interior paulista: Empresa Força e Luz de Botucatu, Força e Luz de Agudos/Pederneiras, Força e Luz São Manoel e Companhia Elétrica do Oeste de São Paulo. A CPFL Paulista é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista, abrangendo 234 municípios, numa área geográfica superior a 90,4 mil km<sup>2</sup>, correspondente a 37,0% do território do Estado de São Paulo. A CPFL Paulista atende a uma população superior a 9,8 milhões de habitantes, totalizando, em 31 de março de 2009, aproximadamente 3,5 milhões de consumidores. O mercado de atuação da CPFL Paulista no interior do Estado de São Paulo abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

#### CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, que atua na região do interior paulista e na baixada santista, abrangendo 27 cidades, numa área geográfica superior a 6.785 mil km<sup>2</sup>, correspondente a 2,8% do território do Estado de São Paulo. A CPFL Piratininga atende a uma população estimada acima de 3 milhões de habitantes, totalizando aproximadamente 1,2 milhões de clientes. O mercado de atuação da CPFL Piratininga no interior do Estado de São Paulo abrange uma economia baseada principalmente na indústria, em serviços e na agropecuária e na Baixada Santista abrange uma economia baseada na indústria metalúrgica, na indústria de borracha e no turismo. A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Piratininga.

## RGE

A RGE é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 262 municípios, nas regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a aproximadamente 1,2 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 30 anos. A CPFL Energia detém 100% do capital social da RGE.

## CPFL Santa Cruz

A CPFL Santa Cruz é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Média Sorocabana, e em 3 municípios ao norte do Estado do Paraná, atendendo a aproximadamente 174 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Ourinhos, Avaré e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 99,99% do capital social da CPFL Santa Cruz.

## CPFL Jaguari

A CPFL Jaguari é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguariúna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 31 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 90,15% do capital social da CPFL Jaguari.

## CPFL Sul Paulista

A CPFL Sul Paulista é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 5 municípios: Itapetininga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guareí e Alambari, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 68 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 87,80% do capital social da CPFL Sul Paulista.

## CPFL Mococa

A CPFL Mococa é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa, localizado no Estado de São Paulo, e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itamogi e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 40 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A CPFL Energia detém 89,75% do capital social da CPFL Mococa.

## CPFL Geração

A CPFL Energia atua na área de geração de energia por meio da CPFL Geração, sua subsidiária integral. A CPFL Geração é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público e com participação no capital social de outras sociedades. A concessão da CPFL Geração se encerra em 2027 e pode ser prorrogada por período adicional de 30 anos. A CPFL Geração possui 51,5% na UHE Serra da Mesa, ou seja, parte dos ativos do aproveitamento hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertence a Furnas Centrais Elétricas S.A. ("FURNAS"). Estes ativos foram arrendados à FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos que se iniciou em 1998, assegurando à controlada CPFL Geração as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,8 MW médios).

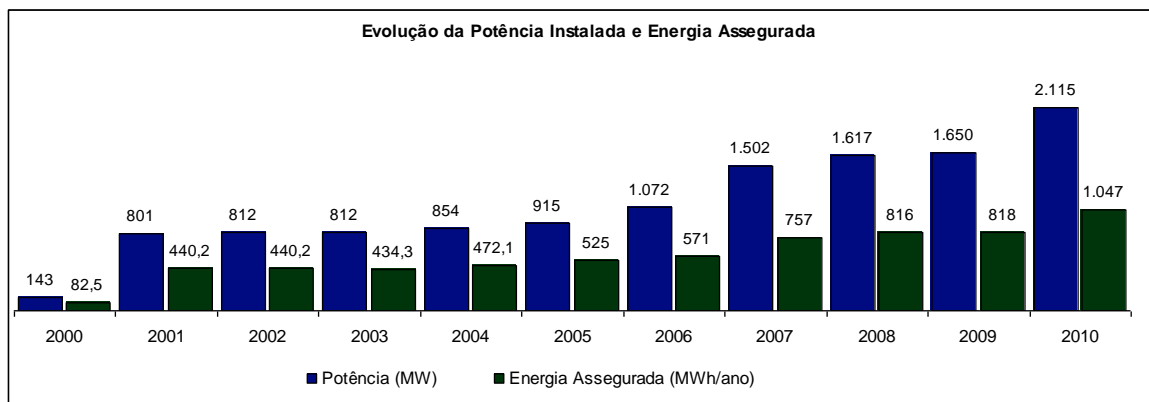
Além disso, a CPFL Geração detém 19 pequenas centrais hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 118,6 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Em 31 de março de 2009, a capacidade da CPFL Geração era de 1.649,4 MW, proveniente das PCHs e UTE da CPFL Geração, das PCHs da CPFL Sul Centrais Elétricas, da UHE Serra da Mesa, da UHE Barra Grande, da UHE Campos Novos, da UHE Monte Claro, da UHE Castro Alves, da UHE 14 de Julho. Na data deste Prospecto, a CPFL Geração, na condição de *holding*, participava do capital das empresas CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (100,0% do capital social), CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (65,0% do capital social), BAESA - Energética Barra Grande S.A. (25,0% do capital social), ENERCAN (48,7% do capital social), Foz do Chapecó Energia S.A. (51,0% do capital social) e CPFL Bioenergia (100,0% do capital social). A CPFL Energia detém 100% do capital social da CPFL Geração.

Entre os empreendimentos de geração de energia que estão em fase de desenvolvimento, destacam-se os seguintes:

- UHE Foz do Chapecó – As obras desta usina foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2010, com um investimento estimado, pela CPFL Geração, de aproximadamente R\$ 815.000 mil, de um total de aproximadamente R\$ 1.328.000 mil. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada a critério do Poder Concedente. A potência instalada prevista será de 855 MW (436 MW da CPFL Geração), sendo que a energia assegurada será de 220 MW médios. Em 31 de março de 2009, aproximadamente 67% das obras estavam concluídas. Após a conclusão das obras da UHE Foz do Chapecó, em 2010, a capacidade instalada total da CPFL Geração aumentará para 2.115 MW.

- UTE Baldin - A CPFL Bioenergia tem por objeto principal a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d'água, por meio de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar. Em 18 de agosto de 2008, a CPFL Bioenergia assinou um contrato de parceria com a Baldin Bioenergia que prevê a construção de uma UTE de 45 MW movida a bagaço de cana, localizada em Pirassununga, no Estado de São Paulo. O investimento previsto para o projeto é de aproximadamente R\$ 98 milhões e a entrada em operação está prevista para março de 2010, sendo que em abril de 2009, aproximadamente 43% da obra já estava concluída. Espera-se que esta geradora exporte 24 MW médios/safra para a CPFL Brasil.

O gráfico a seguir apresenta a evolução da Potência Instalada e da Energia Assegurada da CPFL Geração desde 2000, quando dispunha de uma Potência Instalada de 143 MW, até 2010 quando alcançará a marca de 2.115MW:



Adicionalmente, foi aprovado pelo Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, da Organização das Nações Unidas – ONU, o registro do projeto de aproveitamento de créditos de carbono da UHE 14 de Julho, pelo período de 2009 a 2016, renovável por dois períodos de 7 (sete) anos, no volume de 118 mil Certificados de Emissões Reduzidas – CER por ano, com uma receita estimada de € 1,0 milhão por ano. A UHE 14 Julho possui uma potencia instalada de 65 MW, uma Energia Assegurada de 32,5 MW médios e contou com o investimento total de R\$ 317 milhões de reais. Suas duas unidades passaram a operar respectivamente, em 25 de dezembro de 2008 e 12 de março de 2009.

### *Comercialização e Serviços Relacionados a Energia Elétrica*

A CPFL Energia atua na área de geração de energia por meio da CPFL Brasil, sua subsidiária integral. A CPFL Brasil é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, assessoramento estratégico, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A CPFL Brasil possui participações diretas nas seguintes subsidiárias operacionais: CLION Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda., CPFL Comercialização Cone Sul S.A. e Sul Geradora Participações S.A.

Em 2003 a CPFL Brasil iniciou suas operações no mercado de energia no Brasil e hoje comercializa energia elétrica a Consumidores Livres, a outras empresas de comercialização e de distribuição de energia elétrica. No 1º trimestre de 2009, a CPFL Brasil registrou queda de 17,3% nas vendas para Consumidores Livres, o que se justifica basicamente pela retração no consumo de alguns clientes neste início de ano decorrente da crise financeira internacional. Entretanto, as vendas em contratos bilaterais tiveram alta de 49,0%, fazendo com que o resultado final fosse positivo em 14,3%.

#### *Volume de Vendas*

As vendas totais de energia pela CPFL Energia tiveram um aumento de 3,6% se comparados o primeiro trimestre de 2009 com o de 2008, passando de 11.253 GWh para 11.661 GWh. Já as vendas ao mercado cativo observaram um aumento pouco menor, conforme ilustra o gráfico abaixo, se considerado o mesmo período:



As vendas no mercado livre totalizaram 2.085 GWh no primeiro trimestre de 2008 e 2.329 GWh no primeiro trimestre de 2009, apresentando variação positiva de 11,7%. Já as vendas nas áreas de concessão da CPFL Energia diminuíram 2,2% no primeiro trimestre de 2009, quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, comparado com uma diminuição de 3,1% em âmbito nacional. Especificamente em relação a região sudeste, a diminuição de vendas em sua área de concessão foi de 2,1%, enquanto, em âmbito regional, a queda foi de 5,2%. Por sua vez, as vendas na região sul sofreram uma redução de 2,4%, enquanto a área de concessão do Grupo CPFL verificou um decréscimo de 2,3% nesta região.



### Localização das Usinas e Áreas de Concessão

O mapa abaixo se refere à localização das usinas e áreas de concessão e distribuição do Grupo CPFL:



### Efeitos de Sazonalidade na Receita

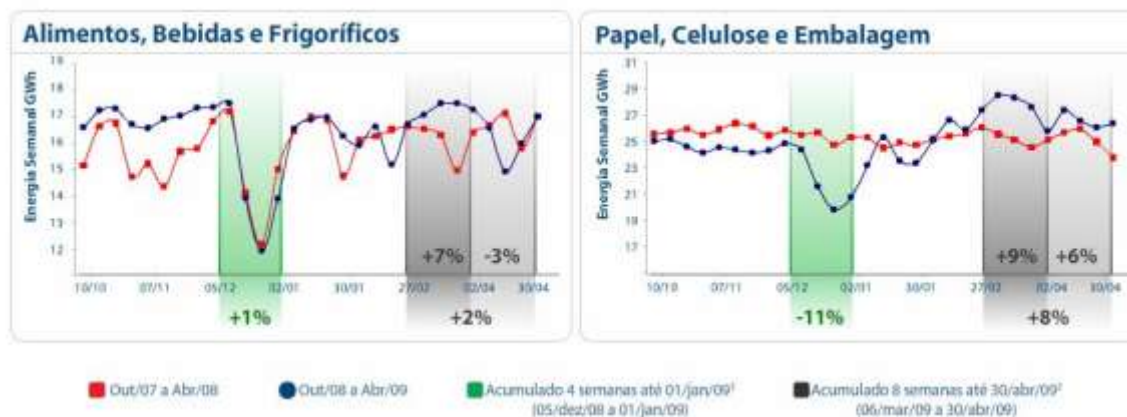
Na qualidade de empresa holding, a CPFL Energia não produz nem comercializa diretamente bens ou serviços capazes de gerar um fluxo de caixa próprio. Suas receitas são provenientes dos resultados de seus investimentos, bem como de aplicações financeiras, razão pela qual sua receita não está sujeita a variações decorrentes de sazonalidade.

## Impacto da Crise Econômica sobre o Setor de Energia

A atividade econômica do país guarda estreita relação com o consumo de energia, em razão de seu emprego no desenvolvimento das atividades produtivas, especialmente aquelas ligadas ao setor industrial. Neste contexto, a crise econômica mundial, ao interferir fortemente nos níveis de produção industrial do país, teve reflexo direto no consumo de energia elétrica, impactando nas atividades das empresas do Grupo CPFL.

Como se observa dos gráficos apresentados abaixo, que refletem o consumo industrial dos setores selecionados na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, após uma acentuada queda no final do ano de 2008, os índices de consumo vêm gradativamente aumentando ao longo do ano de 2009, apresentando desempenho superior ao verificado no mês de dezembro de 2008:





### *Demanda Contratada da Classe Industrial na CPFL Energia*

Analisando o período de 1º de outubro de 2008 a 30 de abril de 2009, o total de pedidos de redução de demanda contratada pelos clientes industriais das empresas do Grupo CPFL representou 1,28% da demanda contratada total, enquanto os pedidos de aumento da demanda contratada no mesmo período representaram 1,20%. Dessa forma, no período, considerando os aumentos e deduzindo as reduções, houve uma redução líquida de demanda contratada na classe industrial de 0,08% (5,4 MW).

### *Evolução da Carga*

Analisando o comportamento mensal da carga total de energia que transitou pelas áreas de concessão das controladas operacionais da CPFL Energia entre os meses de setembro de 2008 e março de 2009, sempre comparada ao mesmo período do ano anterior, verificou-se uma maior queda em dezembro de 2008 e janeiro de 2009, que passou a reagir a partir de fevereiro de 2009, conforme ilustra o gráfico abaixo:



A carga total das controladas operacionais CPFL Energia no período de três meses encerrado em 31 de março de 09 atingiu 6.315 MW médios, tendo sido de 6.149 MW médios em 31 de março de 08.

### **Estratégia**

Em linhas gerais, o objetivo da CPFL Energia é maximizar sua lucratividade por meio da manutenção da posição de liderança no segmento de distribuição e comercialização no Brasil e da expansão de suas atividades de geração.

Em relação à distribuição de energia elétrica, a CPFL Energia concentrará esforços na melhoria do serviço prestado e na manutenção de baixos custos operacionais, por meio do compartilhamento de despesas entre subsidiárias e de investimento em novos sistemas que monitorem os ativos da CPFL Energia de forma mais eficiente, o que a auxiliará a minimizar, ainda mais, suas perdas comerciais de energia elétrica, e a manter baixos os índices de suas perdas técnicas.

Em sua atuação como geradora de energia, a CPFL Energia pretende cumprir com todas as etapas para a conclusão das seis instalações hidroelétricas em que participa e que atualmente estão em construção, as quais, quando concluídas, aumentarão a Potência Instalada total do grupo para 2087 MW.

Consumidores Livres representam um segmento crescente do mercado de energia elétrica no Brasil. Um dos objetivos da CPFL Energia consiste em manter seu mercado cativo. No entanto, nos casos em que enfrenta competição, procura manter os consumidores que podem se tornar livres por meio de contratos firmados com a CPFL Brasil ou CPFL Cone Sul, suas subsidiárias de comercialização, além de buscar atrair novos consumidores dessa categoria fora das áreas de concessão de suas empresas de distribuição. Além disso, a CPFL Energia pretende fornecer parte da energia elétrica que compra no mercado aberto a outras distribuidoras, à medida que essas oportunidades se apresentem.

A CPFL Energia acredita na consolidação do setor elétrico brasileiro e vem realizando aquisições de empresas do setor. Se ativos interessantes estiverem disponíveis em preços atraentes, a CPFL Energia poderá fazer novas aquisições de forma a complementar suas operações.

### **Concorrência**

A CPFL Energia é controladora de concessionárias de distribuição de energia elétrica em uma grande área geográfica, compreendendo os Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. É ainda controladora de concessionárias de geração de energia elétrica nesses mesmos estados, em Santa Catarina e em Goiás. Dentro de suas áreas de concessão, as subsidiárias concessionárias de distribuição de energia elétrica da CPFL Energia não enfrentam concorrência na distribuição de energia elétrica a consumidores residenciais, comerciais e industriais supridos na baixa tensão.

No entanto, outros fornecedores de energia elétrica podem competir com as subsidiárias distribuidoras da CPFL Energia na oferta de energia elétrica a certos consumidores qualificados como consumidores potencialmente livres. A decisão dos consumidores das subsidiárias distribuidoras da CPFL Energia de se tornarem Consumidores Livres e comprarem energia elétrica de outros fornecedores pode afetar negativamente a participação de mercado da CPFL Energia, impactando seus resultados operacionais.

Segundo a lei brasileira, as concessões das controladas operacionais da CPFL Energia podem ser renovadas apenas uma vez, desde que haja aprovação do MME ou da ANEEL e que determinados parâmetros em relação à prestação do serviço público tenham sido atendidos. A CPFL Energia pretende solicitar a renovação de cada uma de suas concessões quando da sua respectiva expiração. Em virtude da discricionariedade do Poder Concedente para a renovação das concessões, as subsidiárias da CPFL Energia poderão enfrentar concorrência significativa de terceiros ao pleitear a renovação dessas concessões ou para obter quaisquer novas concessões. Uma vez que a ANEEL detenha total discricionariedade sobre a renovação das concessões já existentes, a aquisição de determinadas concessões por concorrentes poderia afetar negativamente os resultados da CPFL Energia.

### **Inadimplência**

Apesar do pequeno crescimento de 0,03% no índice de inadimplência dos consumidores, que passou de 1,46% no primeiro trimestre de 2008, para 1,49% no mesmo período de 2009, as empresas do Grupo CPFL continuam atuando fortemente junto aos seus clientes para a redução dos níveis de inadimplência, especialmente com a celebração de acordos judiciais e com o monitoramento diário dos clientes, tendo reduzido o estoque de inadimplência, no primeiro trimestre de 2009, em 4,4% em relação ao mesmo período de 2008, passando o saldo de dívidas de consumidores de R\$ 194,0 milhões para R\$ 186,0 milhões.

No primeiro trimestre de 2009 foram recuperados R\$ 101,0 milhões referentes a dívidas dos consumidores perante a CPFL Energia, apresentando um índice de recuperação de 81%.

Segue abaixo tabela contendo os índices de inadimplência observados nas sociedades recentemente adquiridas pela CPFL Energia:



*\* Houve mudança de metodologia de apuração*

## Seguro

A CPFL Energia mantém para suas subsidiárias seguros contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos em suas subestações, usinas, edificações e instalações. Nas usinas, os geradores e turbinas são segurados contra incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e quebra de máquinas. A CPFL Energia não possui cobertura de seguro contra risco de interrupção das operações comerciais, pois acredita que o risco de interrupção de grandes proporções é remoto, não justificando assim dispêndio com prêmios de seguros.

Para garantir reembolso de possíveis despesas com danos causados a terceiros, nas operações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, é contratada apólice de seguro de responsabilidade civil operações.

A CPFL Energia, além de corpo técnico próprio para gestão de seguros e riscos, conta com consultoria externa especializada, de modo a manter uma "política de seguros" adequada, e adotar as melhores práticas para administração dos seguros contratados.

Em 2008, as despesas da CPFL Energia com seguros totalizaram R\$ 2,7 milhões a título de prêmio de seguro.

## Propriedade Intelectual

As atividades da CPFL Energia não dependem de patentes. A marca mais relevante registrada em nome da CPFL Energia é sua logomarca. As demais marcas de titularidade da CPFL Energia não são relevantes para suas atividades. Em outubro de 2005, a CPFL Energia protocolou no INPI pedido de registro de sua marca "CPFL Energia", o qual foi registrado sob o n.º 827820690, em 29 de janeiro de 2008.

## Estrutura Organizacional do Grupo CPFL

Para mais informações sobre a estrutura societária do Grupo CPFL, incluindo a Garantidora, vide Seção "Estrutura Organizacional do Grupo CPFL" na página 169 deste Prospecto.

## Recursos Humanos

A política de recursos humanos da CPFL Energia busca atrair, reter e desenvolver profissionais qualificados, estimulando seu desenvolvimento pessoal por meio de programas de treinamento, desenvolvimento e reconhecimento profissional. Assim, a CPFL Energia busca manter um quadro de colaboradores alinhados com seus valores e estratégias de negócio, visando seu crescimento contínuo.

Os empregados possuem vínculo empregatício pelo regime da CLT e os estagiários e aprendizes são contratados nos termos legais.

Em 2008, o quadro de pessoal da CPFL Energia encerrou o exercício com 7.119 colaboradores, contra 7.176 em 2007. O índice de rotatividade do quadro de pessoal em 2008 foi de 13,0%, mantendo um equilíbrio entre a retenção e a renovação de profissionais. Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia possuía 7.206 colaboradores. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 11 anos e a idade média do quadro é de 38 anos. A rotatividade de pessoal para o período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 apresentou um índice de 1,66%, sendo que a média histórica dos últimos três exercícios sociais foi de 9,51%.

Área	Em 31 de março de	Em 31 de dezembro de		
	2009	2008	2007	2006
Distribuição	5779	5736	5958	4790
Geração	299	252	250	226
Comercialização	253	242	256	183
Administração	875	889	712	637
<b>Total</b>	<b>7206</b>	<b>7119</b>	<b>7176</b>	<b>5836</b>

A maior parte dos funcionários das empresas do Grupo CPFL é associada a sindicatos, com os quais foram firmados acordos coletivos. Esses acordos são negociados anualmente com os 13 (treze) principais sindicatos representantes das diversas categorias profissionais dos funcionários do Grupo CPFL. Em geral, aumentos de salário são concedidos anualmente. A CPFL Energia mantém relações cordiais com os sindicatos e reconhece a sua representatividade junto aos funcionários.

## Contratos Relevantes

### *Contratos Relevantes Financeiros*

#### CPFL Energia

Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografia, da CPFL Energia.

A CPFL Energia realizou a sua 3ª emissão de debêntures simples, cujas características encontram-se descritas na seção "Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários Emitidos pela Garantidora", constante da página 235 deste Prospecto.

#### CPFL Paulista

#### (ii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 08 de abril de 2005, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/345.606-8, por meio do qual foi disponibilizado para a CPFL Paulista uma linha de crédito no valor de R\$ 240.855,9 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico para período de 2004 a 2006.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R\$ 167.836 mil, destinado à aquisição de obra, materiais e serviços; e
- o subcrédito no valor de R\$ 73.020 mil, destinado à aquisição de equipamentos nacionais cadastrados na Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de até 5,4% acima de TJLP, incluído o *spread* de risco dos agentes de 1,4%. A amortização ocorrerá 48 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2007 e a última em 15 de dezembro de 2010. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Paulista proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R\$ 111.294.839,39.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.157-1, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R\$ 345.990.000,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e noventa mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da CPFL Paulista para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R\$ 313.200.000,00 (trezentos e treze milhões e duzentos mil reais), destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e
- o subcrédito no valor de R\$ 32.790.000,00 (trinta e dois milhões e setecentos e noventa mil reais), destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a CPFL Paulista vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Paulista.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 135.480.095,04.

Em 1 de junho de 2007, a CPFL Paulista celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00429-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R\$ 156.543.400,00 (cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quatrocentos reais), destinado ao investimento em expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Paulista, englobando obras de construção e recondutoramento de circuito primário e secundário, automatização das redes elétricas de distribuição, modernização das instalações prediais, compra de software e hardware e programa de eficiência energética. Como garantia do financiamento, a CPFL Paulista (i) vinculou parcela da receita proveniente da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, no percentual mínimo correspondente a 1,3 (um inteiro e três décimos) o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros, vencíveis em cada período; e (ii) constituiu conta reserva, mantida junto ao Banco do Brasil, no valor correspondente a 1 (um) mês do serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Paulista. Sobre o saldo devedor do financiamento incidem juros à taxa de 3,3% ao ano, acima da TJLP. A amortização será realizada em 72 parcelas mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira parcela em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2013.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 127.682.832,66.

#### (ii) Banco do Brasil

Em 10 de março de 2008, a CPFL Paulista contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil proveniente de repasse interfinanceiro de recurso captado no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. O crédito é representado pela Nota de Crédito Comercial n.º 40/00516, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, no valor de R\$ 79.465.875,22 (setenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos), correspondente naquela data a ¥ 4.889.605.908,00 (quatro bilhões, oitocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias. O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R\$ 121.224.599,46.

#### (iii) Banco ABN Amro Real S.A.

Em 24 de agosto de 2007, a CPFL Paulista emitiu em favor do Banco ABN Amro Real S.A. Cédula de Crédito Bancário n.º 4927/07, no valor de ¥ 20.536.223.617,00 (vinte bilhões, quinhentos e trinta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil e seiscentos e dezessete ienes), remunerada à taxa de 1,4824% ao ano, com vencimento em 13 de setembro de 2009.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R\$ 490.987.875,08.

#### RGE

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 13 de junho de 2008, a RGE celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.158-9, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R\$ 258.418.000,00 (duzentos e cinquenta e oito milhões e quatrocentos e dezoito mil reais) a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da RGE para o período compreendido entre setembro de 2007 e dezembro 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- um subcrédito no valor de R\$ 216.131.000,00, (duzentos e dezesseis milhões e cento e trinta e um mil reais) destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e
- um subcrédito no valor de R\$ 42.287.000,00, (quarenta e dois milhões e duzentos e oitenta e sete mil reais) destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros acima referidos.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,4%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,3%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a RGE vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da RGE.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 120.107.935,46.

(ii) Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, da Espécie Quirografária, da RGE

Em 27 de fevereiro de 2003, a RGE emitiu 5 (cinco) debêntures, em 5 (cinco) séries, perfazendo o total de R\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), objetivando adequar o perfil econômico-financeiro da RGE, bem como proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009. Sobre as debêntures incidem juros remuneratórios à taxa de 0,6% da variação da Taxa DI. As debêntures contam com garantia fidejussória da CPFL Energia. As debêntures terão os seguintes valores nominal unitários: R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para a debênture da 1ª série, R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) para a debênture da 2ª série; R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para a debênture da 3ª série; R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 4ª série; e R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) para a debênture da 5ª série. A amortização deve ocorrer de acordo com o valor nominal unitário de cada debênture, em 3 (três) parcelas de igual valor, a serem pagas em 1º de dezembro de 2011, 1º de dezembro de 2012 e 1º de dezembro de 2013.

O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R\$ 395.797.026,14.

#### CPFL Piratininga

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Em 1º de junho de 2007, a CPFL Piratininga celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 21/00430-7, por meio do qual foi disponibilizado para a CPFL Piratininga uma linha de crédito no valor de R\$ 121.575,1 mil, para implementação do programa de investimentos de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R\$ 106.618,5 mil, destinado ao programa de investimento de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga, excluindo-se subestações e linhas de transmissão; e
- o subcrédito no valor de R\$ 14.954,6 mil, destinado às subestações e linhas de transmissão, incluídas no programa de investimento de expansão e modernização do sistema elétrico da CPFL Piratininga.

Sobre o valor do empréstimo incidirão juros à taxa de 3,3% ao ano acima de TJLP, incluído o *spread* de risco do agente de 0,5% ao ano. A amortização ocorrerá 72 prestações mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2012. Este contrato é garantido por fiança da CPFL Energia e pela vinculação de uma parcela da receita CPFL Piratininga proveniente da prestação de serviços de energia elétrica, em valor equivalente a 1,3 (um inteiro e três décimo) vezes do valor corresponde ao serviço da dívida.

O saldo devedor do empréstimo em 31 de março de 2009 era de R\$ 75.848.084,87.

Em 13 de junho de 2008, a CPFL Piratininga celebrou com o BNDES Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse n.º 10/478.156-3, por meio do qual o BNDES abriu um crédito no valor de R\$ 155.178,0 mil a ser utilizado para implementação do plano de investimentos da CPFL Piratininga para os anos de 2008 e 2009.

O crédito concedido pelo BNDES foi dividido em dois subcréditos:

- o subcrédito no valor de R\$ 113.534,0 mil, destinado à implementação dos investimentos cuja utilização não necessita de apresentação prévia de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação, a saber, o Unibanco, o Itaú BBA e a CAIXA; e
- o subcrédito no valor de R\$ 41.644,0, destinado à implementação dos investimentos que necessitam de prévia apresentação de licença ambiental, distribuído entre os agentes financeiros da operação.

A taxa de juros incidente sobre o crédito varia de acordo com o agente financeiro envolvido. A taxa cobrada pelo Unibanco e pelo Itaú BBA é de 3,40%, enquanto que a taxa cobrada pela CAIXA é de 3,28%, ambas acima da TJLP. A amortização ocorrerá em 60 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2010 e a última em 15 de dezembro de 2014.

Em garantia, a CPFL Piratininga vinculou a receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade vierem a substituí-la, equivalente a, no mínimo, 1,3 (um inteiro e três décimos) vezes o valor correspondente ao serviço da dívida. Ressalte-se também que a CPFL Energia prestou fiança em favor da CPFL Piratininga.

O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 65.310.953,69.

#### CPFL Geração

##### (i) Banco Itaú BBA

Em 17 de novembro de 2008, a CPFL Geração e a RGE celebraram o Instrumento Particular de Assunção de Dívida, por meio do qual a CPFL Geração assumiu a responsabilidade pelo pagamento de dívida oriunda da Cédula de Crédito Bancário n.º QD4.01/01.

A Cédula de Crédito Bancário n.º QD4.01/01, com valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) foi emitida pela RGE em favor do Banco Itaú BBA S.A., em 28 de abril de 2004, sendo remunerada à taxa de 106,0% da variação da Taxa DI. O saldo devedor deverá ser pago em dez parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em 11 de setembro de 2006 e a última em 9 de março de 2011.

Em garantia do integral cumprimento de todas as obrigações contraídas, a CPFL Geração entregou uma nota promissória, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), devidamente avalizada pela CPFL Energia.



O saldo das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 100.728.121,16.

(ii) Banco do Brasil

Em 10 de março de 2008, a CPFL Geração contratou diversos empréstimos junto ao Banco do Brasil S.A. provenientes de repasses interfinanceiros de recursos captados no exterior, nos termos da Resolução CMN n.º 2.770, de 30 de agosto de 2000. Os créditos são representados por Notas de Créditos Comerciais, com vencimento em 10 de janeiro de 2011, conforme descritos abaixo:

- (i) R\$ 17.352.124,71, correspondente naquela data a ¥ 1.067.691.651 (um bilhão, sessenta e sete milhões, seiscentos e noventa e um mil e seiscentos e cinquenta e um ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,7182% ao ano, com base em um ano de 360 dias;
- (ii) R\$ 25.003.076,92, correspondente naquela data a ¥ 1.538.461.538 (um bilhão, quinhentos e trinta e oito milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos e trinta e oito ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,6038% ao ano, com base em um ano de 360 dias;
- (iii) R\$ 32.852.434,92, correspondente naquela data a ¥ 2.021.439.510 (dois bilhões, vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e quinhentos e dez ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7778% ao ano, com base em um ano de 360 dias;
- (iv) R\$ 40.997.218,31, correspondente naquela data a ¥ 2.522.595.269 (dois bilhões, quinhentos e vinte e dois milhões, quinhentos e noventa e cinco mil e duzentos e sessenta e nove ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7849% ao ano, com base em um ano de 360 dias;
- (v) R\$ 49.453.555,41, correspondente naquela data a ¥ 3.042.921.204 (três bilhões, quarenta e dois milhões, novecentos e vinte e um mil e duzentos e quatro ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,5938% ao ano, com base em um ano de 360 dias;
- (vi) R\$ 23.361.315,54, correspondente naquela data a ¥ 1.437.442.502 (um bilhão, quatrocentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos e dois ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,8225% ao ano, com base em um ano de 360 dias;
- (vii) R\$ 22.557.762,12, correspondente naquela data a ¥ 1.387.999.146 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil e cento e quarenta e seis ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 2,5270% ao ano, com base em um ano de 360 dias; e
- (viii) R\$ 80.000.000,00, correspondente naquela data a ¥ 4.662.819.841 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e dois milhões, oitocentos e dezenove mil e oitocentos e quarenta e um ienes). Sobre o saldo devedor diário do empréstimo, devidamente corrigido, incidem juros à taxa de 5,7801% ao ano, com base em um ano de 360 dias.

O saldo total das obrigações em 31 de março de 2009 era de R\$ 438.418.311,85.

*Contratos Relevantes Operacionais*

CPFL Paulista

Contrato de Concessão Paulista

As condições para exploração, pela CPFL Paulista, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 014/97, firmado em 20 de novembro de 1997 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão Paulista é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da CPFL Paulista, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público. O Contrato de Concessão Paulista prevê que, além de o Poder Concedente decidir sobre a prorrogação do contrato com base nos princípios ora citados, decidirá também com base nos relatórios técnicos sobre regularidade e qualidade dos serviços prestados pela concessionária, preparados pelo órgão técnico de fiscalização.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Paulista no Contrato de Concessão Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão Paulista foi aditado em 6 de abril de 2005, com a finalidade de refletir a incorporação da DOC4 e a transferência do controle societário da CPFL Paulista à CPFL Energia. O segundo aditivo ao Contrato de Concessão Paulista foi assinado em 09 de abril de 2005, e serviu para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior.

## RGE

### Contrato de Concessão RGE

Nos termos do Decreto Presidencial de 4 de novembro de 1997 e por meio do Contrato de Concessão n.º 13/97, o Poder Concedente, por intermédio do MME e do DNAEE, hoje ANEEL, concedeu à RGE o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica no território do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão RGE, todos situados nas regiões norte e nordeste do estado.

A concessão outorgada à RGE possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão RGE. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão RGE.

As instalações de transmissão relacionadas no Anexo II do Contrato de Concessão RGE são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida. Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão RGE, a concessão não confere à RGE direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão RGE, a concessão não confere exclusividade de atendimento da RGE nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada lei.

Nos termos do Contrato de Concessão RGE, a RGE deve comunicar o Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão RGE, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à RGE. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela RGE somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a RGE terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a RGE. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução n.º 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão RGE prevê que a RGE não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão RGE prevê o funcionamento do "Conselho de Consumidores". Em 2001, a ANEEL reuniu-se com o referido conselho quando do processo de fiscalização e não houve menção de nenhuma reclamação no relatório de fiscalização data-base 2001.

A RGE está sujeita a multas pecuniárias, aplicadas pelo Poder Concedente, de até 0,1% do valor total do faturamento da CPFL Paulista nos últimos 12 meses anteriores à ocorrência da infração. A RGE se comprometeu, ainda, a implementar medidas que tenham por objetivo a conservação de energia, conforme descrito na cláusula quinta, terceira subcláusula do Contrato de Concessão RGE.

Para tanto, deve elaborar e apresentar ao Poder Concedente até o dia 30 de setembro de cada ano a partir de 1998, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica para cada ano subsequente. Este programa tem como meta a redução das perdas técnicas e comerciais globais e a racionalização do uso da energia elétrica, devendo contemplar, no mínimo, 1,0% da receita anual da RGE.

#### CPFL Piratininga

##### Contrato de Concessão Piratininga

As condições para exploração, pela CPFL Piratininga, dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 009/2002, firmado em 23 de setembro de 2002 com a União, na qualidade de Poder Concedente.

O prazo do Contrato de Concessão Piratininga é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de concessão da Bandeirante que é de 23 de outubro de 1998, podendo ser prorrogado, mediante requerimento da CPFL Piratininga, a critério do Poder Concedente, que decidirá com base nos princípios de continuidade e qualidade do serviço público.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Piratininga no Contrato de Concessão Piratininga destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Piratininga, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Piratininga, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Piratininga prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Piratininga, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Piratininga direito de exclusividade sobre tais consumidores.

O Contrato de Concessão Piratininga alterado, conforme primeiro aditamento formalizado em 1º de setembro de 2005, com a finalidade de ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Já o segundo aditivo foi formalizado em 29 de maio de 2008, tendo como finalidade a segregação da participação acionária detida pela CPFL Paulista na CPFL Piratininga, bem como a transferência do respectivo controle societário à CPFL Energia.

#### CPFL Santa Cruz

##### Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz

Nos termos do Contrato de Concessão n.º 21/99, de 3 de fevereiro de 1999, o Poder Concedente, por intermédio do MME e da ANEEL, concedeu à Companhia Luz e Força Santa Cruz – CPFL Santa Cruz o direito de explorar serviços públicos de distribuição de energia elétrica para certos municípios do Estado de São Paulo e um apenas no Estado do Paraná, conforme relação constante do Anexo I do referido Contrato de Concessão.

A concessão outorgada à CPFL Santa Cruz possui prazo de 30 anos, renováveis por igual período, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária. A não manifestação do Poder Concedente no prazo mencionado implicará na prorrogação automática do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz.

As instalações de transmissão citadas na Cláusula Segunda do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz são consideradas parte integrante da concessão de distribuição de energia elétrica. Tais instalações poderão ser incluídas ou excluídas do acervo de instalações de transmissão da Rede Básica, por determinação do Poder Concedente, mediante ressarcimento, em conformidade com a regulamentação que vier a ser estabelecida.

Ressalvados os contratos de fornecimento vigentes à época da celebração do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessão não confere à CPFL Santa Cruz direito de exclusividade relativamente aos consumidores que, por força da Lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica, são livres para optar por fornecedor com quem contratarão sua compra de energia elétrica. Além disso, de acordo com o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessão não confere exclusividade de atendimento da CPFL Santa Cruz nas áreas onde foi constatado pelo Poder Concedente a atuação de fato de cooperativas de eletrificação rural como prestadoras de serviços públicos, para fins de cumprimento do artigo 23 da mencionada lei de Concessões de Serviços de Energia Elétrica.

Nos termos do Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, a concessionária deve comunicar ao Poder Concedente antes de desenvolver atividades empresariais diversas da exploração da atividade de distribuição de energia elétrica, e contabilizar as receitas assim auferidas em separado.

Segundo o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz, o serviço de distribuição de energia elétrica poderá ser interrompido em situação de emergência ou, após prévio aviso, nas seguintes hipóteses: (i) por motivos de ordem técnica, ou de segurança das instalações; e (ii) quando ocorrer inadimplemento do consumidor na contraprestação devida à CPFL Santa Cruz. Em qualquer hipótese, a suspensão da prestação dos serviços prestados pela CPFL Santa Cruz somente ocorrerá após 45 dias do inadimplemento, considerando que, verificada tal hipótese, a CPFL Santa Cruz terá prazo de 15 dias para notificar o inadimplente, conferindo-o prazo adicional de 30 dias para que regularize sua situação perante a CPFL Santa Cruz. Esse dispositivo foi parcialmente alterado pelo artigo 91 da Resolução nº. 456, de 29 de novembro de 2000, da ANEEL, que prevê 15 dias contados a partir do vencimento para a suspensão do fornecimento dos serviços.

Em relação às tarifas, o Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz prevê que a concessionária não poderá dispensar tratamento tarifário diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo, nas mesmas condições de atendimento.

O Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz prevê o funcionamento do “Conselho de Consumidores”.

O Contrato de Concessão CPFL Santa Cruz foi posteriormente alterado, conforme primeiro aditamento formalizado em 21 de dezembro de 2005, com a finalidade de ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. O segundo aditivo, celebrado em 06 de maio de 2008, teve por objeto a formalização da transferência do controle societário da CPFL Santa Cruz, anteriormente detido pela Nova 4 Participações Ltda., à CPFL Energia.

### CPFL Geração

#### Contrato de Concessão CPFL Geração

As condições para geração de energia elétrica, por parte da CPFL Paulista, nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 015/97, firmado em 20 de novembro de 1997, com o Poder Concedente. Em 19 de junho de 2001, a CPFL Geração firmou um aditamento ao Contrato de Concessão CPFL Geração, por meio do qual assumiu a concessão de geração de energia, anteriormente detida pela CPFL Paulista. Até 2006 a CPFL Geração atuou como uma sociedade de participação (*holding*) em concessionárias de geração de energia do Grupo CPFL.

A partir da anuência da ANEEL ao processo de incorporação da SEMESA e da CPFL Centrais Elétricas, esta última titular do contrato de concessão de geração n.º 015/97, por meio da resolução autorizativa n.º 766/2006, a CPFL Geração, além de continuar a participar no capital social de outras sociedades, passou a atuar como concessionária de serviço público de energia elétrica.

Em 17 de novembro de 2004, as partes celebraram o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica n.º 015/97, o qual tem por objeto formalizar a transferência para a CPFL Centrais Elétricas das concessões individualizadas de serviço público para exploração dos aproveitamentos relacionados no Anexo I do Contrato de Concessão n.º 015/97, de acordo com o disposto na Resolução n.º 365, de 29 de julho de 2003. A CPFL Geração, na qualidade de acionista controladora da CPFL Centrais Elétricas, passou a figurar no presente contrato como interveniente.

O prazo do Contrato de Concessão CPFL Geração é de 30 anos, contados a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, por no máximo igual período, mediante requerimento da CPFL Geração, a critério do Poder Concedente.

Dentre as obrigações assumidas no Contrato de Concessão CPFL Geração, destacam-se (a) operar as instalações e equipamentos correspondentes, de acordo com critérios de segurança e segundo normas técnicas específicas; (b) manter, nos termos da legislação, as reservas de água e de energia, destinadas a serviços públicos; (c) manter, nos termos da legislação, os limites das vazões de restrição, máxima e mínima; (d) observar a legislação de proteção ambiental, providenciando os licenciamentos necessários e respondendo pelas eventuais consequência do descumprimento das leis; e (e) efetuar, nos termos da legislação, a gestão dos reservatórios e respectivas áreas de proteção, manter instalações e observações hidrológicas e demais prescrições acauteladas, estabelecidas na legislação específica, mantendo o Poder Concedente informado.

Pelo Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/97, de 19 de junho de 2001, formalizou-se a transferência da concessão de geração para a empresa CPFL – Geração de Energia S.A. E ainda, pelo Quinto Termo Aditivo ao mesmo Contrato de Concessão CPFL Geração, datado de 16 de novembro de 2006, foi reconhecida a transferência do controle societário das empresas Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL e CPFL – Geração de Energia S.A. para a CPFL Geração.

Finalmente, em 16 de novembro de 2006, foi celebrado o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 015/97 cujo objeto foi formalizar a transferência da concessão para a empresa CPFL Centrais Elétricas S.A.

### CPFL Jaguari

#### Contrato de Concessão Jaguari

As condições para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 015/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999 com a União, na qualidade de Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Jaguari, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Jaguari de Energia, detido pela Companhia Sul Paulista de Energia, à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Jaguari, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., controladora direta da Companhia Jaguari de Energia, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Jaguari possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Jaguari. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Jaguari no Contrato de Concessão Jaguari destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Jaguari, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Jaguari, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Jaguari prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Jaguari, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Jaguari direito de exclusividade sobre tais consumidores.

#### CPFL Sul Paulista

##### Contrato de Concessão Sul Paulista

As condições para distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 019/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999, com o Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Sul Paulista, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Sul Paulista de Energia, detido pela Companhia Paulista de Energia Elétrica, à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Sul Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Eletric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., e esta, controladora direta da Companhia Sul Paulista de Energia, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Sul Paulista possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Sul Paulista. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Sul Paulista no Contrato de Concessão Sul Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Sul Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado “Conselho de Consumidores”, integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Sul Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Sul Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Sul Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Sul Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

## CPFL Leste Paulista

### Contrato de Concessão Leste Paulista

As condições para geração de energia elétrica nas áreas de concessão dentro do Estado de São Paulo estão previstas no Contrato de Concessão n.º 018/99, firmado em 03 de fevereiro de 1999, com o Poder Concedente. Em 18 de janeiro de 2006 foi firmado o primeiro aditamento ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com a finalidade de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Paulista de Energia Elétrica, detida pela CMS Brasil Energia Ltda., à CMS Participações Ltda. Em 18 de janeiro de 2006 foi celebrado o segundo aditamento ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da Companhia Paulista de Energia Elétrica, controlada pela CMS Participações Ltda., à CMS Distribuidora Ltda., bem como para ajustar as disposições referentes à aplicação de tarifas na prestação dos serviços de acordo com as disposições do Decreto n.º 5.163, de modo a assegurar a neutralidade no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica nos contratos de concessão realizados, utilizando o preço médio ponderado dos contratos de compra de energia elétrica e a aplicação deste preço médio ponderado ao mercado de referência como diretrizes da metodologia de cálculo e, a inclusão nos mecanismos de compensação de que trata a Medida Provisória n.º 2.227, de 4 de setembro de 2001, em relação as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não consideradas no reajuste tarifário promovido no ano anterior. Posteriormente, em 18 de dezembro de 2007 foi celebrado o terceiro aditivo ao Contrato de Concessão Leste Paulista, com o objetivo de formalizar a transferência do controle societário da CMS Elétric & Gás LLC, controladora da CMS Energy Brasil S.A., e esta, controladora direta da Companhia Paulista de Energia Elétrica, para a Perácio Participações S.A., empresa controlada pela CPFL Energia.

A concessão outorgada à CPFL Leste Paulista possui prazo de vigência até 07 de julho de 2015, renovável por um período de 20 anos, desde que requerido ao Poder Concedente com até 36 meses de antecedência do término do Contrato de Concessão Leste Paulista. O Poder Concedente manifestar-se-á sobre a prorrogação da concessão até o 18º mês que anteceder ao término contratual. O deferimento da prorrogação levará em conta os relatórios de fiscalização emitidos periodicamente pela ANEEL, nos quais há apontamentos sobre a regularidade dos serviços prestados pela concessionária.

Dentre as obrigações assumidas pela CPFL Leste Paulista no Contrato de Concessão Leste Paulista destacam-se (i) melhorar a qualidade do fornecimento de energia elétrica, de acordo com os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidos de qualidade do serviço, nos termos da legislação específica e do Contrato de Concessão Leste Paulista, (ii) implantar novas instalações e ampliar e modificar as existentes de modo a garantir o atendimento da atual e futura demanda de seu mercado de energia elétrica, observadas as normas e recomendações dos órgãos competentes, (iii) manter em permanente funcionamento o chamado "Conselho de Consumidores", integrado por representantes das diversas classes de consumidores, de caráter consultivo e voltada para orientação, análise e avaliação dos serviços e da qualidade do atendimento prestados pela CPFL Leste Paulista, bem como para a formulação de sugestões e propostas de melhoria dos serviços, (iv) manter registro das solicitações e reclamações dos consumidores de energia elétrica, (v) prestar contas aos consumidores, anualmente, da gestão de seus serviços e (vi) implementar medidas que tenham por objetivo a conservação e o combate ao desperdício de energia, devendo elaborar, para cada ano subsequente, programa de incremento à eficiência no uso e na oferta de energia elétrica, que contemple a aplicação de recursos correspondentes a, no mínimo, 1,0% da sua receita anual de fornecimento de energia elétrica.

Ainda, o Contrato de Concessão Leste Paulista prevê a liberdade de escolha do fornecedor pelos consumidores de energia elétrica na área de concessão da CPFL Leste Paulista, determinando que, ressalvados os contratos de fornecimento vigentes, a concessão da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica não conferem à CPFL Leste Paulista direito de exclusividade sobre tais consumidores.

### **Transações com Partes Relacionadas**

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a CPFL Energia. Foram consideradas como tendo influência significativa aquelas entidades em que os acionistas controladores possuem participação nos respectivos conselhos de administração, mesmo que não seja exercido o controle.



Para zelar que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As principais naturezas e transações estão descritas como segue:

- **Saldo Bancário e Aplicação Financeira** – Refere-se basicamente a saldos bancários e aplicações financeiras (vide nota explicativa n.º 4 das demonstrações financeiras da CPFL Energia, anexas a este Prospecto).
- **Empréstimos e Derivativos** – Corresponde a captação de recursos contratados em condições normais de mercado, vigentes à época (vide notas explicativas n.º 14 e 29 das demonstrações financeiras da CPFL Energia, anexas a este Prospecto).
- **Outras Operações Financeiras** – Os valores com Votorantim Energia e Banco Itaú referem-se basicamente a custos associados a operações financeiras de garantias. Os valores relacionados ao Banco do Brasil referem-se a custos bancários e despesas associadas ao processo de arrecadação. Adicionalmente, a CPFL Energia possui Fundo de Investimento Exclusivo administrado pelo Votorantim Asset Management e pelo BB DTVM, os quais cobram taxas de administração em condições normais de mercado para a respectiva gestão. O saldo registrado no passivo compreende basicamente aos direitos sobre o processamento da folha de pagamentos de algumas controladas que foram negociados com o Banco do Brasil, que serão apropriados como receita ao resultado pelo prazo do contrato.
- **Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviços** – Refere-se a aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços como construção civil, consultoria em informática e arrecadação. Estas operações foram contratadas em condições normais de mercado.
- **Venda de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente à venda de energia a Consumidores Livres, através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela Sociedade como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da Companhia.
- **Suprimento de energia no mercado livre** – Refere-se basicamente a aquisição de energia pelas comercializadoras através de contratos de curto ou longo prazo realizados em condições consideradas pela CPFL Energia como sendo as de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela administração da CPFL Energia.
- **Outras Receitas** – Refere-se basicamente à receita proveniente de aluguel pelo uso da rede de distribuição para serviços de telefonia.

As controladas, concessionárias do serviço público de distribuição, cobram tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realizam vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo órgão regulador. Estas distribuidoras também adquirem energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

Adicionalmente, algumas controladas possuem plano de suplementação de aposentadoria mantido juntos à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados.

*Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa (apresentadas em milhares de reais):*

	Consolidado									
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA		COMPRAS	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
<b>Saldo Bancário e Aplicação Financeira</b>										
Banco do Brasil	67.480	36.130	-	-	2.663	2.117	363	3.398	-	-
Banco Itaú S.A.	26.145	95.095	-	-	616	954	33	1.705	-	-
Banco Votorantim S.A.	57.390	52.970	-	-	7.227	6.948	-	-	-	-
<b>Empréstimos, Debêntures e Derivativos</b>										
Banco do Brasil	266.531	-	1.036.739	757.109	-	-	84.109	92.232	-	-
Banco Itaú S.A.	2.943	-	101.253	103.425	-	-	3.110	15.014	-	-
<b>Outras operações financeiras</b>										
Banco do Brasil S.A.	-	-	8.546	-	455	-	2.403	4.854	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	-	-	-	-	1.536	5.633	-	-
Votorantim Energia Ltda	-	-	-	-	-	-	192	117	-	-
Votorantim Asset Management	-	-	-	-	-	-	300	115	-	-
BB OFVM	-	-	-	-	-	-	5.886	6.274	-	-
<b>Venda de Energia - Mercado Livre</b>										
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	-	-	2.028	-	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	7	-	-	-	541	7.402	-	-	-	-
Citrovita Agroindustrial Ltda	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	1.024	2.891	-	-	-	-
NC Energia S.A.	2.055	530	-	-	23.652	6.699	-	-	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	5	-	-	4.996	4.120	-	-	-	-
Santista Têxtil S.A.	-	-	-	-	2.724	1.652	-	-	-	-
Siderlingua Berra Massa S.A.	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Suprimento de Energia - Mercado Livre</b>										
Celsoec - Centrais Elétricas Sta. Catarina	-	-	-	-	-	-	-	1.642	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.	-	-	-	-	-	-	905	12.933	-	-
Companhia Vale do Rio Doce	-	-	-	-	-	-	456	-	-	-
Votorantim - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	21.555	10.949	1.954	-	-	-
<b>Imobilizado, Materiais e Prestação de Serviço</b>										
Antares S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	7	13
Brasil Telecom S.A.	-	-	56	19	-	-	1.008	1.505	-	-
Camargo Correa Cimentos S.A.	-	-	3	-	-	-	222	246	-	-
Camargo Correa Equipamentos e Sistemas S.A.	-	-	346	-	-	-	-	-	4.958	5.472
Camargo Correa S/A	-	-	-	-	-	-	-	136	-	-
Cemig Distribuição S.A.	-	-	-	-	-	-	-	30	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	-	-	6	655	-	-	-	-	-	14.467
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	-	305	-	-	3.002	3.176	680	7.805
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	-	-	13	-	-	221	115	-	-
Construções e Comércio Camargo Correa S.A.	11.187	1.300	561	9.444	-	-	-	-	127.954	167.983
Essencial Co-Processamento Ltda	-	-	-	-	-	-	21	-	-	-
Essencial Remediação S.A.	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-
Essencial Soluções Ambientais S.A.	-	-	-	-	-	-	55	-	-	-
Petroflex Ind. E Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	4.316	2.263	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	47	52	-	-	-	-
Siderlingua Berra Massa S.A.	-	-	-	705	-	-	-	-	1.684	5.691
Tivt Tecnologia da Informação S.A.	-	-	-	-	-	-	-	1.595	-	-
Tivt Trazeeização de Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	348	37	-	-	4.440	1.884	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda	-	-	6	318	-	-	-	-	17.658	1.877
WEG Equipamentos Elétricos S.A.	-	-	1.391	-	-	-	2.714	4.889	1.511	-
WEG Industrial S.A.	-	-	-	-	-	-	-	916	-	-
<b>Outras receitas</b>										
Brasil Telecom S.A.	-	835	-	-	10.499	9.846	-	-	-	-

Empresas	Consolidado				
	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA	COMPRAS
	2006	2006	2006	2006	2006
<b>Banco Votorantim S.A.</b>					
Aplicações Financeiras	32.212	-	902	-	-
Operação de "Swap"	-	-	-	547	-
<b>Construções e Comércio Camargo Correa S.A.</b>					
Aquisições de Imobilizado	-	14.883	-	-	115.379
<b>Camargo Correa Equipamentos e Sistemas</b>					
Aquisições de Imobilizado	-	155	-	-	1.772
<b>Cimento Rio Branco S.A.</b>					
Aquisições de Imobilizado	-	993	-	-	9.209
TUSD	-	-	12.504	-	-
Venda de Energia	-	-	58.756	-	-
<b>Camargo Correa Cimentos S.A.</b>					
Venda de Energia	1.233	-	7.733	-	-
<b>Companhia Brasileira de Alumínio</b>					
Aquisições de Imobilizado	-	237	-	-	1.649
Compra de Material	-	3	-	4.289	-
Adiantamentos de Clientes	-	7.666	-	-	-
Venda de Energia	2.139	-	11.930	-	-
<b>Indústrias Votorantim S.A.</b>					
TUSD	-	-	17.277	-	-
Venda de Energia	-	-	48.073	-	-
<b>Votorantim Metais</b>					
Aquisições de Imobilizado	-	281	-	-	6.323
Adiantamentos de Clientes	-	6.770	-	-	-
<b>Votorantim Celulose e Papel</b>					
TUSD	-	-	16.913	-	-
Venda de Energia	-	-	54.263	-	-
<b>Votocel Filmes Flexíveis Ltda.</b>					
TUSD	-	-	7.162	-	-

*Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto (apresentadas em milhares de reais):*

Empresas	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<b>Dividendos / Juros sobre o capital próprio</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	289.654	418.555	-	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	127.922	157.521	-	-	-	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	244.332	175.228	-	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	123.918	108.678	-	-	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	22.336	37.211	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	59.110	93.672	-	-	-	-	-	-
Perácio Participações S.A.	17.660	17.498	-	-	-	-	-	-
<b>Alocação de Despesas entre Empresas</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	1	-	141	3	-	-	1.703	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	20	-	29	-	362	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	15	-	-	-	228	-
<b>Arrendamento e Aluguel</b>								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	3	-	-	76	35
<b>Mútuo</b>								
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda	1.045	-	-	-	14	-	-	-
<b>AFAC</b>								
Perácio Participações S.A.	409.310	409.310	-	-	-	-	-	-
<b>Outros</b>								
Perácio Participações S.A.	4.233	4.233	-	-	-	-	-	-

Empresas	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
	2006	2006	2006	2006
<b>Dividendos / Juros sobre o capital próprio</b>				
Companhia Paulista de Força e Luz	439.213	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	198.600	-	-	-
CPFL Geração de Energia S.A.	73.689	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	78.264	-	-	-
CPFL Comercialização Cone Sul S.A.	1.297	-	-	-
CPFL Serra Ltda.	33.179	-	-	-
<b>Arrendamento e Aluguel</b>				
Companhia Paulista de Força e Luz	-	3	-	38
<b>Mútuo</b>				
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.				
Semesa S/A	-	-	252	-
<b>AFAC</b>				
Nova 4 Participações S.A.	300	-	-	-

*Transações em que a CPFL Energia é garantidora de obrigações assumidas por suas controladas:*

#### CPFL Paulista

##### (i) Debêntures

Em 1º de dezembro de 2006, a CPFL Paulista emitiu, por meio de distribuição pública, 64.000 (sessenta e quatro mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R\$ 640,0 milhões, sendo que o vencimento das debêntures da 3ª emissão será em 1º de dezembro de 2013. As debêntures da 3ª emissão da CPFL Paulista têm como garantia a fiança da CPFL Energia e são remuneradas a uma taxa de 104,4% (cento e quarto inteiros e quatro décimos por cento) da Taxa DI, acrescida de um *spread* de 0,5% (meio por cento) ao ano.

##### (ii) Notas Promissórias

O valor total da 1ª emissão de notas promissórias da CPFL Paulista foi de R\$ 175,0 milhões, divididas em 175 (cento e setenta e cinco) notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) cada, emitidas em série única, que foram totalmente subscritas e integralizadas. As Notas Promissórias são garantidas por aval de CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 26 de abril de 2010.

## RGE

### (i) Debêntures

Em 1º de dezembro de 2007, com o objetivo de adequar o perfil econômico-financeiro, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativo imobilizado e possibilitar a liquidação de dívidas vincendas até 2009, a RGE promoveu sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, sem a emissão de cautela e sem opção de repactuação programada. Essas debêntures foram emitidas cinco séries, no valor total de R\$ 380,0 milhões, sendo cada série composta por uma única e indivisível debênture, com prazo de seis anos, contados a partir da data de emissão e vencimento em 1º de dezembro de 2013. Todas as cinco séries têm como garantia a fiança da CPFL Energia. Os valores e as datas de emissão das debêntures são, respectivamente:

- 1ª série de R\$100,0 milhões - 1º de dezembro de 2007;
- 2ª série de R\$140,0 milhões - 1º de janeiro de 2008;
- 3ª série de R\$40,0 milhões - 1º de fevereiro de 2008;
- 4ª série de R\$50,0 milhões - 1º de abril de 2008; e
- 5ª série de R\$50,0 milhões - 1º de abril de 2008.

### (ii) Notas Promissórias

Em 09 de abril de 2009 a RGE emitiu 185 notas promissórias em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 cada, resultando numa emissão de R\$ 185,0 milhões. As notas promissórias da 3ª Emissão da RGE têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas pela variação acumulada de 118,0% (cento e dezoito por cento) da Taxa DI e terão vencimento em 26 de abril de 2010.

## CPFL Geração

### (i) Debêntures

Em 01 de dezembro de 2003, a CPFL Geração emitiu, por meio de distribuição particular, 69.189 (sessenta e nove mil, cento e oitenta e nove) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R\$ 691,9 milhões, sendo que as debêntures da 1ª emissão foram integralmente pagas em 01 de junho de 2009. As debêntures da 1ª emissão da CPFL Geração têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas por uma taxa de 4% (quatro por cento) ao ano, acima da TJLP.

### (ii) Notas Promissórias

Em 2 de abril de 2009, o Conselho de Administração da CPFL Geração aprovou a 1ª emissão de notas promissórias comerciais para distribuição pública, composta por 85 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), totalizando R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais), e com data de emissão em 29 de abril de 2009. Esta emissão ocorreu em série única com vencimento em 24 de abril de 2010. As Notas Promissórias são remuneradas com base na variação acumulada de 118,0% da Taxa DI. Na data deste Prospecto, o saldo devedor das notas promissórias da primeira emissão é de R\$ 85.811.580,50. As notas promissórias da 1ª emissão da CPFL Geração vencerão em 360 dias a contar de 29 de abril de 2009.

## CPFL Piratininga

### Debêntures

Em 1º de janeiro de 2006, a CPFL Piratininga emitiu, por meio de distribuição pública, 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando R\$ 400,0 milhões, sendo que o vencimento das debêntures da 1ª emissão será em 1º de janeiro de 2011. A 1ª emissão de debêntures da CPFL Piratininga têm como garantia o aval da CPFL Energia e são remuneradas a uma taxa de 104,4% (cento e quatro inteiros e quatro décimos por cento) da Taxa DI.

*Outras garantias prestadas pela CPFL Energia em contratos financeiros relevantes de suas controladas:*

Mensuradas ao custo	Consolidado 31/03/2009	Remuneração	Condições de Amortização	Garantia
<b>Moeda Nacional</b>				
<b>BNDES - Investimento</b>				
CPFL Paulista - FINEM II	111.296	TJLP + 5,4% a.a.	48 parcelas mensais a partir de janeiro de 2007	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM III	127.683	TJLP + 3,3% a.a.	72 parcelas mensais a partir de janeiro de 2008	Aval da CPFL Energia e recebíveis
CPFL Paulista - FINEM IV	135.480	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Aval da CPFL Energia e recebíveis
RGE - FINEM IV	120.108	TJLP + 3,28% a 3,4% a.a.	60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2010	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
CERAN	288.456	TJLP + 5% a.a.	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Aval da CPFL Energia
CERAN	130.022	TJLP + 3,69% a.a. (Média dos percentuais)	168 parcelas mensais a partir de dezembro de 2008	Aval da CPFL Energia
<b>HSBC Corretora</b>				
RGE	160.000	118% da Taxa DI	Parcela única em abril de 2009	Aval da CPFL Energia
<b>Banco Itaú</b>				
CPFL Geração	100.728	106% da Taxa DI	Parcela única em abril de 2009	Aval da CPFL Energia
<b>Moeda Estrangeira</b>				
<b>Mensuradas ao valor justo</b>				
<b>Banco do Brasil</b>				
CPFL Geração	727.986	Yen + 2,5% a.a. a 5,8% a.a. <sup>1</sup>	Parcelas únicas: entre abril de 2010 e janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia

<sup>1</sup> Suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação da taxa de juros em reais correspondente a 104,2% e 104,5% da Taxa DI

## Responsabilidade Social

### *Desenvolvimento Sustentável*

A CPFL Energia prioriza a responsabilidade e a sustentabilidade na gestão de seus negócios, desenvolvendo um programa permanente de gerenciamento dos impactos das ações da empresa nos campos econômico, social e ambiental, em sintonia com os legítimos interesses da sociedade e com a legislação em vigor.

O objetivo primordial do programa é a criação de valores por meio de iniciativas e programas fundamentados em princípios éticos, de modo a assegurar a integridade, a transparência, a confiança e a credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e comunidades de sua área de atuação.

### *CPFL Cultura*

Buscando ampliar sua inserção social e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que atua, a CPFL Energia instituiu, em 2003, o CPFL Cultura: um amplo programa cultural que promove reflexões sobre os desafios e as oportunidades da contemporaneidade.

A programação do CPFL Cultura é voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais. Além disso, os conteúdos são disponibilizados para todo o país por meio da *internet* e dos programas transmitidos pela TV Cultura de São Paulo.

Até 2007, as atividades presenciais concentravam-se na sede da CPFL Energia, em Campinas. A partir de 2008, seis novos núcleos foram implementados nas cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Santos, São Paulo e Caxias do Sul.

### *Fóruns Internacionais*

A CPFL Energia visa promover debates, por meio de fóruns, objetivando sistematizar informações relevantes, transformando-as em conhecimento aplicável ao setor de energia e, também, aos demais setores do mercado.

No ano de 2008, foram realizados dois fóruns internacionais nos seguintes temas: “Crise Financeira Internacional e Crescimento da Economia Brasileira” e “Elemento-Chave para uma Economia de Baixo Carbono”.

### *Planeta Sustentável*

Desde 2007, a CPFL Energia apóia o movimento Planeta Sustentável, que tem como missão discutir, informar e produzir conhecimento sobre sustentabilidade.

Sua proposta é criar um ambiente pluralista, no qual diferentes pontos de vista contribuam para o desenvolvimento de um pensamento autônomo e criativo, capaz de despertar a consciência e qualificar as ações que levarão à construção de um mundo melhor.

### *Projeto BISC*

Em 2008, a CPFL Energia foi convidada pela Comunitas para atuar como membro fundador do projeto BISC. O objetivo do BISC é disseminar dados sobre práticas de responsabilidade social na comunidade empresarial brasileira por meio de três frentes de atuação:

- realização de fórum anual de líderes empresariais;
- assessoria e disseminação de informações por meio de reuniões setoriais e *workshops*; e
- disponibilização de ferramenta para a gestão do investimento social corporativo.

### *Café Aberje - Capítulo Campinas*

Desde 2006, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial - ABERJE e a CPFL Energia organizam as atividades do Café ABERJE - Capítulo Campinas.

O Café ABERJE – Capítulo Campinas tem como objetivo promover a reflexão, o compartilhamento e a atualização das melhores práticas de comunicação empresarial, a partir de encontros com especialistas, profissionais e estudantes de comunicação.

Em 2008, foram realizados 6 (seis) encontros com participação de um público total de, aproximadamente, 600 pessoas.

### *Seminário ABRADÉE de Melhores Práticas (SAMP)*

Em 2008, a CPFL Energia sediou o Seminário ABRADÉE de Melhores Práticas de Responsabilidade Socioambiental e Qualidade da Gestão. O evento incentivou a troca de experiência entre profissionais do setor elétrico sobre as melhores práticas adotadas pelas empresas nos segmentos de sustentabilidade e qualidade.

### *Grupo de Referência de Empresas em Sustentabilidade (GRES)*

Em 2008, a CPFL Energia aderiu ao Grupo de Referência de Empresas em Sustentabilidade (GRES), projeto-piloto do Ethos.

Os objetivos do grupo são identificar as principais críticas de cada negócio para o desenvolvimento sustentável e compartilhar conhecimentos e aprendizagens relativos às metas e aos processos de gestão da sustentabilidade.

No caso da CPFL Energia, o tema escolhido para identificar as variáveis críticas e para compartilhar e disseminar conhecimentos, foi o Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética.

### *Rede Valor*

A partir de 2002, a CPFL Energia passou a promover encontros com seus fornecedores para disseminar conceitos de responsabilidade social corporativa na cadeia de negócios.

Em 2003 a CPFL Energia criou a Rede de Valor, que consiste em um fórum de fornecedores que visa a troca de aprendizagens e a construção de uma agenda comum e colaborativa para a promoção do desenvolvimento sustentável.

#### *Programa Tear*

Em 2006, a CPFL Energia foi convidada para ser a empresa-âncora do setor de energia no Programa Tear, desenvolvido pelo Ethos, em parceria com o BID e o FUMIN.

O principal objetivo do programa é disseminar práticas de gestão da sustentabilidade para pequenas e médias empresas clientes da CPFL Energia.

Os principais resultados obtidos no programa foram: realização de planejamento estratégico, visão, missão e valores baseados em princípios de sustentabilidade, implementação de programas de coleta seletiva, desenvolvimento de código de ética e a elaboração de um relatório socioambiental.

#### *Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos*

O Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos visa elevar o desempenho administrativo e a qualidade dos serviços de saúde prestados à população nas áreas de atuação da CPFL Energia. Para tanto, a CPFL Energia conta com parceiros como o Centro de Estudos da Santa Casa de São Paulo - CEALAG, a Federação dos Hospitais Filantrópicos de São Paulo - FEHOSP, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, o Compromisso pela Qualidade Hospitalar - CQH e a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ.

Com o objetivo de profissionalizar a gestão dos hospitais formulou-se um programa inovador e pioneiro, que, considerando as especificidades do setor de saúde, aplica à gestão hospitalar os fundamentos e critérios de excelência da gestão, tal qual sistematizados e difundidos pela Fundação Nacional da Qualidade (MEG-FNQ), quais sejam:

- Perfil;
- Estratégias e Planos;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão do Conhecimento;
- Relação com a Companhia ;
- Relação com Clientes;
- Gestão por Processos; e
- Resultados.

Além de contribuir para a implementação de uma cultura de excelência da gestão, o Programa de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos fomenta a criação de redes, a mobilização social, o voluntariado e implementa os projetos de eficiência energética nas instituições participantes.

Além disso, o planejamento de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa da CPFL Energia tem como estratégia o alinhamento da ação voluntária com programas-fim da empresa. Nesse sentido, foi desenvolvido um projeto de atuação voluntária de colaboradores da CPFL Energia em hospitais filantrópicos, para que integrem o Programa de Revitalização de Hospitais Filantrópicos.

### *Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente*

Este programa apóia projetos que beneficiam crianças e adolescentes, por meio de recursos provenientes de incentivo fiscal, previsto na Lei n.º 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 2008, a CPFL Energia destinou cerca de R\$ 2,5 milhões a entidades sociais que atendem crianças e adolescentes, beneficiando 226 projetos de 126 municípios da área de atuação de suas distribuidoras e usinas.

### *Programa de Voluntariado*

Lançado em 2004, o programa tem o objetivo de engajar colaboradores em ações voluntárias realizadas pela CPFL Energia, visando potencializar as iniciativas direcionadas à sociedade.

O Programa de Voluntariado realiza também duas grandes campanhas anuais com o objetivo de arrecadar doações. Ao todo, desde 2005, a CPFL Energia arrecadou mais de 650 mil agasalhos e 16 mil brinquedos nas campanhas e beneficiou diversas instituições das comunidades onde está presente.

Em 2008, a Campanha do Agasalho arrecadou mais de 11 mil peças, as quais foram encaminhadas para diversas entidades.

### *Estímulo e Reconhecimento da Ação Voluntária*

Em parceria com importantes veículos de comunicação, a CPFL Energia promove em sua área de concessão, desde 2000, um programa de estímulo e reconhecimento da ação voluntária.

Os projetos são avaliados por uma experiente banca de jurados, de acordo com os seguintes critérios: impactos social, econômico e ambiental, capacidade de mobilização, comprometimento, inovação, replicabilidade e alinhamento aos objetivos do milênio.

### *Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética*

A CPFL Energia adotou um conjunto de dispositivos que visam o desenvolvimento contínuo de referenciais de conduta ética para nortear as ações e decisões de todos os colaboradores da empresa. Para tanto, foi implantado um Sistema de Gestão que envolve um Comitê de Ética, Canais de Acesso e uma Rede Ética formada por colaboradores.

A primeira versão do Código de Ética e Conduta Empresarial foi desenvolvida, em 2001, e, desde então, o Comitê desenvolve e aprimora continuamente o exercício e a disseminação do Código.

A ética é assumida como um programa operacional na CPFL Energia, igual a qualquer outro: são adotados dispositivos gerenciais para monitorar e ancorar, com eficácia e eficiência, preventivamente e corretivamente, os bons propósitos formulados no Código de Ética da empresa. Encontram-se entre esses dispositivos: Diagnóstico de Vulnerabilidades Éticas, Portal "Ética em Rede", Plano de Comunicação e Canais de Acesso para receber demandas, internas e externas, referentes à ética e às informações financeiras e contábeis, divulgadas pelo Grupo CPFL Energia.

Formada em 2007, por 76 colaboradores, a "Rede Ética" tem como atribuição ancorar o tema da ética em suas respectivas Unidades e Regionais. Por meio de seminários, a CPFL Energia passa a investir sistematicamente na qualificação da Rede Ética para que os colaboradores exerçam uma efetiva liderança e assumam responsabilidades crescentes na gestão e desenvolvimento da ética no grupo.

### *Pacto Global*

Em dezembro de 2003, a CPFL Energia aderiu ao Pacto Global da ONU e passou a integrar o Comitê Brasileiro, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate a corrupção.



### *Caring for Climate*

Em agosto de 2008, a CPFL Energia tornou-se signatária do *Caring for Climate* da ONU que consiste em um compromisso voluntário, de iniciativa complementar ao Pacto Global da ONU, liderada por empresas que buscam o protagonismo no tema das mudanças climáticas.

### *Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção*

É uma iniciativa do Ethos, da Patri Relações Governamentais & Políticas Públicas, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), do Fórum Econômico Mundial e do Comitê Brasileiro do Pacto Global, com o apoio da Agência Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) e da Fundação Ford.

O objetivo é promover o engajamento das empresas no combate a todas as formas de corrupção e estabelecer diretrizes para o relacionamento das organizações com o poder público.

### *Programa Empresa Amiga da Criança*

Desenvolvido pela Fundação Abrinq, o Programa Empresa Amida da Criança visa comprometer as empresas com o desenvolvimento e garantias de direitos fundamentais da criança e do adolescente, por meio da celebração de compromissos que expressam os princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

### *Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras*

É uma iniciativa da *World Childhood Foundation* - WCF que estabelece um acordo com as empresas para que elas assumam publicamente, no âmbito de suas práticas de responsabilidade social, o compromisso de se engajar em ações contrárias à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras.

### *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*

Após uma análise dos principais problemas mundiais, a ONU estabeleceu objetivos de desenvolvimento para a construção de uma sociedade melhor. A CPFL Energia participa do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, acreditando que os objetivos são um excelente referencial no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma nação sustentável.

## ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

### Capital Social

Em 31 de março de 2009, o capital social da CPFL Energia era de R\$ 4.741.175.241,82 (quatro bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e quarenta e um reais e oitenta e dois centavos) distribuído em 479.910.938 (quatrocentas e setenta e nove milhões, novecentos e dez mil, novecentos e trinta e oito) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal. Todas as ações ordinárias em circulação encontram-se totalmente integralizadas. A CPFL Energia possui capital autorizado de até 500.000.000 (quinhentas milhões) ações.

A tabela abaixo demonstra a distribuição do capital social da CPFL Energia na data deste Prospecto:

Acionista	Ações Ordinárias	
	Quantidade	% de Participação
VBC Energia S.A.	122.948.720	25,62%
521 Participações S.A.	149.233.727	31,10%
Bonaire Participações S.A.	60.713.511	12,65%
BNDES Participações S.A.	40.526.739	8,44%
Membros da Diretoria	26.152	0,01%
Membros do Conselho de Administração - Independente	100	0,00%
Membros do Conselho de Administração	3.012	0,00%
Ações em Tesouraria	-	-
Outros	106.458.977	22,18%
<b>Total</b>	<b>479.910.938</b>	<b>100,00%</b>

### Ações em Tesouraria

A CPFL Energia não possui ações ordinárias em tesouraria.

### Breve Descrição dos Principais Acionistas

#### VBC Energia S.A.

A VBC Energia foi constituída em 25 de março de 1997 com o objetivo de participar direta e indiretamente do capital social de empresas do Setor Elétrico Brasileiro, de modo a (i) participar de empresas do setor energético ou a ele vinculadas que distribuam, comercializem, gerem e operem usinas produtoras e linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; (ii) participar de empresas do setor de saneamento ou a ele vinculadas podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associação de empresas; (iii) realizar estudos, projetos de construções de usinas produtoras e de linhas de transmissão; (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior; e (v) prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

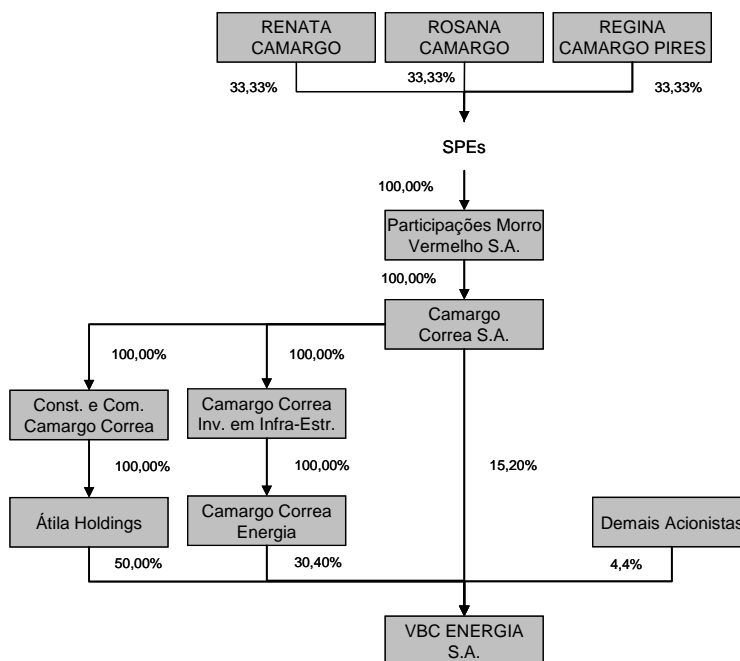
A VBC Energia é uma sociedade por ações, controlada pela Átila Holdings S/A (50,0% da participação total), pela Camargo Corrêa Energia (30,4% da participação total), pela Camargo Corrêa S.A. (15,2% da participação total) e demais acionistas (4,4% da participação total).

A Átila Holdings S/A tem como único quotista a Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., que, por sua vez, tem como controlador a Camargo Corrêa S.A.

A Camargo Corrêa Energia possui como quotista controlador a Camargo Corrêa Investimento em Infra-Estrutura S.A., esta que possui como principal acionista a Camargo Corrêa S.A., que detém 100,0% de sua participação.

A Camargo Corrêa S.A. é uma subsidiária integral da Participações Morro Vermelho S.A. Ressalte-se que a Participações Morro Vermelho S.A. é uma sociedade por ações cujos acionistas finais indiretos são as senhoras Rosana Camargo Arruda Botelho, Renata Camargo Nascimento e Regina Camargo Pires Oliveira Dias.

Segue abaixo o organograma da VBC Energia:



#### 521 Participações S.A.

A 521 Participações é uma sociedade por ações, controlada pelo Fundo Mútuo de Investimentos em Ações – BB Carteira Livre I, cuja Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI é detentora de 100% das quotas de sua emissão.

#### Bonaire Participações S.A.

A Bonaire é uma holding, constituída na forma de uma sociedade por ações em 29 de agosto de 1997 e controlada pela Energia São Paulo Fundo de Investimentos em Participações. A Bonaire tem por objeto a participação como acionista da CPFL Energia, de forma direta ou indireta, bem como em sociedades em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotistas ou acionistas.

O Energia São Paulo Fundo de Investimentos em Participações possui os seguintes quotistas: (i) Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114, detentor de 44,39% das quotas de sua emissão; (ii) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – Petros, detentora de 22,78% das quotas de sua emissão; (iii) Fundação Sabesp de Seguridade Social – Sabesprev, detentora de 0,61% das quotas de sua emissão; e (iv) Fundação Sistel de Seguridade Social, detentora de 32,22% das quotas de sua emissão.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Participações 114 é um fundo de investimento exclusivo da Fundação CESP.

#### BNDES Participações S.A.

A BNDES Participações S.A. é uma subsidiária do BNDES, um banco público federal relacionado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Mercado Externo.

#### **Alteração Recente de Participação Relevante no Capital Social da Garantidora**

A Brumado Holdings Ltda., sociedade limitada controlada pela Bradespar S.A., efetuou, em 19 de maio de 2009, a venda de 11.169.004 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, correspondentes a 2,33% do capital social da CPFL Energia, reduzindo, portanto, sua participação de 5,92% para 3,59% do capital social da CPFL Energia.

#### **Acordo de Acionistas**

Os acionistas da CPFL Energia, detentores de 100,0% do seu capital social, firmaram um acordo de acionistas, com a interveniência da CPFL Energia, o qual são regulados os termos e condições do compartilhamento do controle da CPFL Energia e de suas subsidiárias. Para mais informações sobre o acordo de acionista firmado entre os principais acionistas da Garantidora, vide Seção "Composição do Capital Social" na página 173 deste Prospecto.

#### **Política de Dividendos**

O estatuto social da CPFL Energia estabelece que seja distribuído no mínimo 25% do lucro líquido.

O valor de quaisquer distribuições dependerá de muitos fatores, tais como condição financeira da CPFL Energia, suas perspectivas futuras, as condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias, estratégia de crescimento e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas. Adicionalmente, determinadas obrigações constantes de contratos financeiros podem limitar o valor dos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que poderemos distribuir.

De acordo com o Estatuto Social da CPFL Energia, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, calculados com base nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais ou nas demonstrações financeiras relativas a períodos mais curtos, ou também com base em lucros auferidos registrados ou em lucros destinados a contas de reservas sem fins lucrativos contidas nas demonstrações financeiras anuais ou semestrais. A declaração de dividendos anuais, inclusive dividendos em valor superior à distribuição obrigatória, exige aprovação pelo voto da maioria dos detentores das ações ordinárias.

## AQUISIÇÕES RECENTES

### *Aumento de participação na RGE*

Em 10 de maio de 2006, a CPFL Energia adquiriu diretamente 100,0% da CPFL Serra, CPFL Cone Sul e CPFL Missões, anteriormente denominadas Ipê Energia, PSEG Trader S.A. e da PSEG Brasil Ltda., respectivamente, pelo valor de US\$ 185,0 milhões.

Com a aquisição, o Grupo CPFL Energia passou a deter participação de 99,8% da RGE e 99,9% da Sul Geradora. Por meio da CPFL Paulista e da CPFL Brasil, o grupo já detinha participação de 67,1% e 67,2% na RGE e na Sul Geradora, respectivamente.

Em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL n.º 305/05, foi concluído, com aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de março de 2007, o processo de reorganização societária da RGE, considerando a segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, passando a CPFL Energia a deter, por intermédio da CPFL Serra Ltda., 99,8% da RGE. A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação da CPFL Serra pela RGE, que a sucedeu em todos os seus direitos e obrigações.

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2007, foi aprovada a incorporação das ações dos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, que passou a deter 100,0% do capital da RGE.

### *Aumento de participação na UHE Foz do Chapecó*

Em agosto de 2006, a CPFL Energia adquiriu participação adicional de 11,0% na Foz do Chapecó pelo valor de R\$ 9,3 milhões. Com essa aquisição, o grupo passou a deter 51,0% da participação total na UHE Foz do Chapecó, com investimento adicional de R\$ 230,0 milhões, representando um acréscimo de 47,5 MW médios na Energia Assegurada.

### *Santa Cruz*

Em 02 de outubro de 2006, a CPFL Energia firmou contrato de compra e venda, por meio do qual adquiriu diretamente, pelo valor de R\$ 203 milhões, 99,9% do capital social da Santa Cruz. A aquisição foi aprovada pela Resolução Autorizativa da ANEEL n.º 1066/07 e pelo Despacho da ANEEL n.º 3732/07.

A Santa Cruz é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atua em 24 municípios do Estado de São Paulo e 3 municípios do Estado do Paraná. Atualmente, ocupa uma área de 11.849,5 Km<sup>2</sup>, atendendo mais de 161 mil consumidores e com participação no mercado nacional de 0,3%. Em 2005, a energia vendida pela Santa Cruz foi de 746 GWh, o qual gerou uma receita líquida de R\$ 154 milhões, EBITDA Ajustado de R\$ 30 milhões e lucro líquido de R\$ 14 milhões.

A aquisição da Santa Cruz, está alinhada à estratégia da CPFL Energia que prevê movimentos sucessivos de consolidação do segmento de distribuição de energia no país e possibilita um retorno adequado ao atual portfólio de negócios do Grupo CPFL, destacando-se os indicadores financeiros implícitos na aquisição.

### *CPFL Jaguariúna*

A CPFL Energia, em abril de 2007, adquiriu 100,0% do capital da CPFL Jaguariúna (atual razão social da CMS Energy Brasil S.A.), pelo valor de R\$ 429,3 milhões, compreendendo quatro distribuidoras (CPFL Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguar e CPFL Mococa), duas empresas que atuam no segmento de comercialização de energia e serviços (razão social atual CPFL Planalto Ltda. e CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.) além de ativos de geração, totalizando 87,0 MW, correspondentes a 9 PCHs e à participação na UHE Luiz Eduardo Magalhães (UHE Lajeado).

Em 18 de fevereiro de 2009, foi efetivada a incorporação da Perácio Participações pela CPFL Jaguariúna, etapa inicial ao processo de reestruturação da CPFL Jaguariúna. Em 25 de março de 2009, as administrações das companhias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari, CPFL Serviços, CPFL Jaguari de Geração e CPFL Jaguariúna, firmaram o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da CPFL Jaguariúna", operação esta que após a efetivação da cisão parcial, as sociedades anteriormente controladas pela CPFL Jaguariúna, passaram a ser controladas pela holding CPFL Energia, mantidas as participações detidas anteriormente pela CPFL Jaguariúna nestas sociedades. Também foram realizadas reduções de capital na CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguari no valor de R\$ 63.000 mil, com adequação de seus Estatutos Sociais e estruturas de capital.

Desta reestruturação resultou um benefício fiscal no montante de aproximadamente R\$ 48,0 milhões, sendo que, deste total, cerca de R\$ 2,0 milhões foram aproveitados exercício compreendido pelo primeiro trimestre de 2009.

## **PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS**

As principais propriedades da CPFL Energia consistem em usinas hidrelétricas, subestações e redes de distribuição localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Goiás. O valor contábil líquido do imobilizado total em 31 de março de 2009 era de R\$ 6.744,5 milhões. De modo geral, as instalações da CPFL Energia estão adequadas às suas atuais necessidades e são apropriadas aos fins a que se destinam. A CPFL Energia também tem servidões de passagem para suas linhas de distribuição, que são ativos próprios e não reverterem aos proprietários da terra quando da expiração das concessões.

Adicionalmente, a CPFL Energia está envolvida na construção de 3 novas instalações hidrelétricas (Castro Alves; 14 de Julho e Foz do Chapecó). A previsão de investimento total nestas instalações é de aproximadamente R\$ 2.991 milhões, sendo que o investimento da CPFL Energia corresponderá a R\$ 1.633 milhões. A CPFL Energia ainda possui um imóvel em Campinas, Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5, onde se localiza a sede da CPFL Paulista e CPFL Piratininga, em um terreno de 79.574,38 m<sup>2</sup>, com área construída de 46.866,18 m<sup>2</sup>.

De acordo com as leis aplicáveis, alguns dos imóveis e instalações essenciais para o cumprimento das obrigações da CPFL Energia, nos termos dos Contratos de Concessão não podem ser transferidos, cedidos, onerados ou vendidos a quaisquer credores ou por eles penhorados sem a prévia aprovação da ANEEL.

Apesar de outorgar concessões para a construção de usinas hidrelétricas, o governo federal não emite decretos de desapropriação dos respectivos imóveis. Esses decretos somente são emitidos quando a concessionária tiver demonstrado que negociou com ao menos 50% dos proprietários dos imóveis afetados. Uma vez que tenha conduzido tais negociações, a concessionária pode solicitar a emissão de um decreto de desapropriação à ANEEL. A ANEEL estuda a solicitação e verifica se todas as opções de negociação disponíveis foram esgotadas. Se a ANEEL chegar à conclusão de que essas opções foram esgotadas, a ANEEL emite um decreto de desapropriação dos imóveis afetados. Se a concessionária e os proprietários dos imóveis não puderem chegar a um acordo quanto ao preço do imóvel ou da servidão de passagem, a concessionária pode usar o decreto de desapropriação para obter em juízo a imissão provisória na posse do imóvel, o que possibilita o prosseguimento da construção enquanto um perito judicial avalia o valor justo de mercado do imóvel.

Em junho de 2009, a CPFL Energia era proprietária de 1019 imóveis nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, dentre os quais se destacam:

Município	Endereço	Terreno (m <sup>2</sup> )	Área Construída (m <sup>2</sup> )
Araraquara	Av. José Salles Gadelha, 100	65.000,00	6.033,00
Bauru	Rua Wenceslau Braz, 8-8	35.466,90	6.059,91
Barretos	Av. Almirante Gago Coutinho, 500	7.744,00	2.638,00
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 2,5	81.254,15	44.809,05
Campinas	Rod. Campinas Mogi Mirim, Km 12	92.344,00	510,00
Franca	Av. Eufrásia M. Petraglia, 340	17.515,32	3.046,46
Lins	Rua Paulo Ap. Giraldi, 710	11.605,37	3.285,00
Marília	Av. José de Grande, 332	5.800,00	2.726,50
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 124	1.200,00	412,90
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 144	400,00	149,90
Santa Cruz Rio Pardo/SP	Rua Simão Cabral, 154	414,20	86,00
Ipaussu/SP	Rua Prof. Pedro Leme B. Sobrinho, 680	880,00	452,20
Ipaussu/SP	Rua Prof. Pedro Leme B. Sobrinho, 680	738,00	363,63
Ipaussu/SP	Praça Dr. Raphael de Souza, 220	1.760,00	368,30
Piraju/SP	Praça Joaquim Antonio de Arruda, 155	2.354,40	2.692,21
Jacarezinho/PR	Rua Theofelo O. Broberg - Centro	2701,70	197,00
Avaré/SP	Rua Para,1670	1.133,00	264,30
Avaré/SP	Rua Para,1415	359,60	138,80
Avaré/SP	Estrada da Onça	76.975,00	408,60
Avaré/SP	Rua Major Mariano, 569	4.800,00	257,00
Barra de Jacaré/PR	Rua Rui Barbosa, 115	1.365,00	64,20
Chavantes/SP	Rua Antonio Fontes, 725	4.140,00	307,40
Ourinhos/SP	Rua Expedicionários, 295	608,00	404,30
Taquarituba/SP	Rua Mal. Floriano Peixoto, 858	566,00	86,00
Óleo/SP	Praça Papa Paulo VI, 282	161,70	97,50
Cerqueira César/SP	Av. Rio de Janeiro, 02	1.095,00	150,25
Ourinhos/SP	Rua Horácio Soares – Jardim Paulista	5.855,00	174,60
Ribeirão Claro/PR	Rua Mal. Theodoro da Fonseca, 615	968,00	216,10
Timburi/SP	Rua Expedicionários, 708	1.023,00	95,94
Ubirajara/SP	Rua Major Leônidas Vieira, 505	804,00	76,15
Bernardino de Campos/SP	Av. da Saudade, 200 e 296	5.320,00	307,90
Paranapanema/SP	Rua Deolindo Menck, 200	400,00	120,00
Taquarituba/SP	Av. Cel. João Quintino, 975	1.137,00	25,20
Taquaras/SP	Rua Angelo Bergamo, 1031	2.400,00	333,70
Itai/SP	Rua Nicolau Gesualdi	25.100,00	126,00
Paranapanema/SP	Rod. Raposo Tavares	6.000,00	308,80
Águas Santa Bárbara/SP	Av. José Costa, 1000	2.610,00	138,85
Ourinhos/SP	Rod. Raposo Tavares	14.290,85	152,46
Itai/SP	Rua 15 de Novembro, 1342	720,00	153,31
Jacarezinho/SP	Santos Dumont, 111	374,00	153,60
Ipaussu/SP	Rod. Raposo Tavares	3.250,00	43,20
São Pedro do Turvo/SP	Rod. Sebastião T. Coelho	4.249,99	84,00
Taguaí/SP	Rua Pedro Alcântara Ribeiro, 91	210,00	78,01
São Pedro do Turvo/SP	Rua Garcia Braga, 272	301,60	92,44
Tejupá/SP	Rua Alexandre Absy, 283	362,67	95,40
Sarutaiá/SP	Rua Catarina Milani Maluly, 46	646,00	101,06
Arandú/SP	Av. João Paulo II, 330	2.723,00	82,13
Ourinhos/SP	Rua Antonio Carlos Mori, 677	1.848,63	744,22
Taguaí/SP	Rodovia SP 249	4.000,00	98,96
Sarutaiá/SP	Rua A, 76	2.364,46	98,96
Santos	Av. Rangel Pestana, 150 a 218	106.589,69	9.296,96
Salto	Rodovia Convenção Republicana, 57	23.532,93	1.932,87
Santos	Av. Rangel Pestana, 384	15.950,00	1.416,89
Vinhedo	Rua Parsch, s/n	13.107,84	0,00
Sorocaba	Rua Ubaldino do Amaral, 202	11.596,87	1.709,89
Sorocaba	Rua Antonio R. Claro Sobrinho, 25	11.138,50	5.197,74
Jundiá	Av. Antonio Frederico Ozanan, 1.240	10.000,00	5.638,07
Santos	Rua Marquês de Herval, 116	7.902,00	1.723,03
Macatuba	Rod. Macatuba x Barra Bonita, Km 9	1.052.984,00	1.587,43
Araraquara	Rua Isidora, s/n	607.500,00	2.838,00
Americana	Estrada Americana – Cosmópolis, Km 2	444.628,81	3.697,00
São Carlos	Rod. São Carlos x R. Bonito, Km 22	440.200,00	1.809,20
Espírito Santo do Pinhal	Est. Esp. Sto. Pinhal x Jacutinga, Km 10	363.359,63	5.634,86
Guará	Est. S. J. Barra x S. J. Bela Vista, Km 9	331.900,00	2.185,00
Campinas	Rod. Joaquim Egidio x Pedreira, Km 9	303.579,97	2.750,00
Americana	Avenida São Gerônimo, 3.100	301.057,00	2.864,00
Erechim	Rua Palmiro Tossetto 89	24.373,00	990,16
Tapejara	RS 463 ( 6KM antes de Tapejara)	17.457,21	40,00
Palmeira das Missões	Rua Pinheiro Machado, 500	13.036,00	1.715,25
São Luiz Gonzaga	Local denominado Piraju	13.000,00	40,00
Antônio Prado	Rua Santo Angelo Golin, s/n	12.006,55	
Cruz Alta	Av. Presidente Vargas, 120	11.239,00	1.906,66
São Luiz Gonzaga	Rua Borges do Canto, 297	10.640,00	1.208,00
Soledade	Rua Marechal Floriano, s/n	10.334,00	20,00

A CPFL Energia é também locatária de 71 imóveis.



## INFORMAÇÕES SOBRE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA GARANTIDORA

### Ações

Em setembro de 2004, a CPFL Energia realizou a distribuição pública primária de 39.579.729 (trinta e nove milhões, quinhentas e setenta e nove mil, setecentas e vinte e nove) ações ordinárias, e a distribuição secundária de 7.915.950 (sete milhões, novecentos e quinze mil, novecentos e cinquenta) ações ordinárias da VBC Energia S.A., com a distribuição simultânea de 18.998.271 (dezoito milhões, novecentas e noventa e oito mil, duzentas e setenta e uma) ações no Brasil, e 28.497.408 (vinte e oito milhões, quatrocentas e noventa e sete mil, quatrocentos e oito) ações no exterior, sob a forma de 9.499.136 (nove milhões, quatrocentas e noventa e nove mil, cento e trinta e seis) *American Depositary Shares* representadas por *American Depositary Receipts*. Em novembro de 2004, o coordenador global da emissão adquiriu um lote adicional de ações, chegando ao total de 47.674.923 (quarenta e sete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, novecentos e vinte e três) ações, perfazendo o total de R\$ 820.962.174,06 (oitocentos e vinte milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e setenta e quatro, e seis centavos de real).

Atualmente, as ações de emissão da CPFL Energia são negociadas na BM&FBOVESPA, sob o código CPFE3.

No ano de 2008, o volume médio diário de negociação das ações da CPFL Energia foi de R\$ 36,0 milhões, sendo R\$ 17,2 milhões na BM&FBOVESPA e R\$ 18,8 milhões na NYSE. As ações encerraram o ano de 2008 cotadas<sup>1</sup> a R\$ 30,15 e US\$ 39,07, respectivamente. Até o dia 18 de junho de 2009, o volume médio diário de negociação<sup>2</sup> das ações no ano foi de R\$ 27,0 milhões, sendo R\$ 15,5 milhões na BM&FBOVESPA e R\$ 11,5 milhões na NYSE. As ações encerraram esse período cotadas a R\$ 31,86 e US\$ 48,48, respectivamente.

### Notas Promissórias

A 4ª emissão de notas promissórias da CPFL Energia foi composta por 39 notas promissórias com o valor nominal unitário de R\$ 11.250.000,00 (onze milhões duzentos e cinquenta milhões de reais), totalizando o valor de R\$ 438.750.000,00 (quatrocentos e trinta e oito milhões, setecentos e cinquenta mil reais). As notas promissórias tinham prazo de validade de 180 dias, vencendo-se em 12 de dezembro de 2007, tendo sido devidamente quitadas na data de seu vencimento. As notas promissórias tinham remuneração à taxa de 101,90% (cento e um inteiros e noventa centésimos por cento) da Taxa DI. Os recursos obtidos mediante a 4ª emissão de notas promissórias da CPFL Energia foram utilizados no pagamento da aquisição da CMS Energy.

### Debêntures

O Conselho de Administração da CPFL Energia aprovou, em 29 de agosto de 2007, a 3ª emissão de debêntures simples para subscrição pública, composta de 45.000 (quarenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o montante de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na data de 03 de setembro de 2007. Essas debêntures da CPFL Energia foram emitidas em série única, com vencimento em 03 de setembro de 2014. As debêntures da 3ª emissão da CPFL Energia têm remuneração equivalente à Taxa DI, acrescida de um *spread* de 0,45% (zero inteiro, quarenta e cinco décimos por cento) ao ano. Em 31 de março de 2009, o saldo das debêntures da 3ª emissão da CPFL Energia totalizava R\$ 454.108 mil. Os recursos decorrentes da 3ª emissão de debêntures foram destinados ao pagamento antecipado de dívida representada pelas notas promissórias de 4ª emissão da CPFL Energia.

## PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CPFL Energia segue as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Dentre estas recomendações podem-se destacar as seguintes práticas adotadas pela CPFL Energia:

- Transparência (*disclosure*);
- Equidade;
- Prestação de contas (*accountability*); e
- Responsabilidade Corporativa.

A CPFL Energia, de modo a manter um elevado padrão de governança corporativa, celebrou em 2004 um contrato com a BM&FBOVESPA visando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado.

O Novo Mercado é destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir com práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Adicionalmente, a CPFL Energia está entre as 14 empresas da América Latina que participam do Companies Circle, grupo composto pelas empresas que possuem práticas de governança corporativa diferenciadas, concebido pela Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e do International Finance Corporation (IFC).

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Grupo CPFL, vide Seção “Práticas de Governança Corporativa”, constante da página 180 deste Prospecto.

## ADMINISTRAÇÃO

### Conselho de Administração

A CPFL Energia é administrada por um Conselho de Administração, formado por no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, dos quais no mínimo 20,0% deverão ser conselheiros independentes, e por uma Diretoria composta por 7 (sete) Diretores.

O Conselho de Administração deverá reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu presidente, ou na ausência deste, por qualquer outro conselheiro. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 1 ano, permitida a reeleição. As obrigações do Conselho de Administração incluem, dentre outras, a fixação da orientação geral dos negócios da CPFL Energia, bem como a eleição dos Diretores.

Na data deste prospecto, o Conselho de Administração da CPFL Energia era formado pelos seguintes membros efetivos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2010:

Nome	Posição	Data da Posse
Luiz Anibal de Lima Fernandes	Presidente	29/04/2009
Ricardo Carvalho Giambroni	Vice Presidente	29/04/2009
José Ayres de Campos	Membro Titular	29/04/2009
Francisco Caprino Neto	Membro Titular	29/04/2009
Milton Luciano dos Santos	Membro Titular	29/04/2009
Susana Hanna Stiphan Jabra	Membro Titular	29/04/2009
Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes	Conselheira Independente	29/04/2009
Albrecht Curt Reuter-Domenech	Membro Suplente	29/04/2009
Marcelo Pires Oliveira Dias	Membro Suplente	29/04/2009
Cláudio Borin Guedes Palaia	Membro Suplente	29/04/2009
Helio Campagnucio	Membro Suplente	29/04/2009
Arthur Prado Silva	Membro Suplente	29/04/2009
Martin Roberto Glogowsky	Membro Suplente	29/04/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho de Administração da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### Diretoria

A Diretoria da CPFL Energia é composta por 7 (sete) membros, eleitos para mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição: Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia, Diretor Vice-Presidente de Distribuição, Diretor Vice-Presidente de Geração, Diretor Vice-Presidente Administrativo, e Diretor Vice-Presidente de Desenvolvimento de Negócios, observando-se que este último cargo encontra-se vago.

A Diretoria reúne-se por convocação do Diretor Presidente. Os Diretores são responsáveis pela direção dos negócios e a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Garantidora.

O Estatuto Social da CPFL Energia estabelece as atribuições e poderes dos Diretores. Na data deste prospecto, a Diretoria da CPFL Energia era formada pelos seguintes Diretores, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2011:

Nome	Cargo	Data da Posse
Wilson P. Ferreira Junior	Diretor Presidente	04/05/2009
Miguel Normando Abdalla Saad	Diretor Vice-Presidente de Geração	04/05/2009
Hélio Viana Pereira	Diretor Vice-Presidente de Distribuição	04/05/2009
Paulo Cezar Coelho Tavares	Diretor Vice-Presidente Gestão de Energia	04/05/2009
José Antonio de Almeida Filippo	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores	04/05/2009
José Marcos Chaves de Melo	Diretor Vice-Presidente Administrativo	04/05/2009

O endereço comercial dos membros da Diretoria da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. O Conselho Fiscal é eleito pela Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição.

Na data deste prospecto, o Conselho Fiscal da CPFL Energia era formada pelos seguintes membros, com mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2010:

Nome	Cargo	Data da Posse
Daniela Corci Cardoso	Membro Titular	08/05/2009
José Reinaldo Magalhães	Membro Titular	08/05/2009
Adalgiso Fragoso de Faria	Membro Titular	08/05/2009
Décio Magno Andrade Stochiero	Membro Titular	08/05/2009
Wilton de Medeiros Daher	Membro Titular	08/05/2009
Fernando Luiz Aguiar Filho	Membro Suplente	08/05/2009
Carlos José Cantu	Membro Suplente	08/05/2009
Claudionor Francisco Barbosa	Membro Suplente	08/05/2009
Hamilton Omar Biscalquini	Membro Suplente	08/05/2009
Gilda Maria dos Santos	Membro Suplente	08/05/2009

O endereço comercial dos membros do Conselho Fiscal da CPFL Energia é Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

### Informações Biográficas

A seguir encontram-se as informações biográficas dos atuais membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal da CPFL Energia:

#### Membros Efetivos do Conselho de Administração

**Luiz Anibal de Lima Fernandes.** Nascido em 25 de dezembro de 1942 na cidade de Belo Horizonte – MG, formado em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1965. Cursou Estudo dos Sistemas Elétricos também na UFMG em 1966, Business Policy no Arthur D Little/INDI em 1974, Estratégia de Marketing na Fundação João Pinheiro em 1977, Sistemas de Informações para Executivos na IBM em 1982, e Programa de Desenvolvimento Avançado para Executivo pela Fundação Dom Cabral/INSEAD em 2000. Atuou como Engenheiro e Diretor de Finanças e de Relações com Investidores na Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), foi Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI), Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, Diretor de Controle da Siderurgia Brasileira S.A. (SIDERBRÁS), Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores e Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), Diretor-Presidente, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor de Desenvolvimento na ACESITA S.A. (grupo Arcelor) e Diretor-Superintendente da VBC ENERGIA S.A. Atualmente, é Sócio-Diretor da L.A. & Associados Participações e Negócios Ltda. O Sr. Luiz Anibal é Presidente do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2007. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Ricardo Carvalho Giambroni.** Nascido em 27 de outubro de 1956 na cidade de São Paulo – SP, formado em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (FCPERJ) em 1984. Cursou Pós Graduação em Direito Societário e Finanças na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1999 e os MBAs Executivo em Finanças Corporativas e Governança Corporativa no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Participou do Programa de Gestão Estratégica de Dirigentes Empresariais no INSEAD em 2006. Atuou como Diretor da VALEPAR S.A. Foi membro do Conselho de Administração da PARANAPANEMA S.A., COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S.A., BRASIL FERROVIAS S.A. (FERRONORTE E FERROBAN), Novoeste, e América Latina Logística S.A. - ALL. Atualmente, é membro do Conselho de Administração do Metrô do Rio de Janeiro, da 521 Participações S.A., e Gerente Executivo da área de Participações da Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI). Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**José Ayres de Campos.** Nascido em 14 de fevereiro de 1958 na cidade de Jaboticabal – SP, formado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo (FEI-SP) em 1982. Cursou Extensão em Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia de São Paulo (FESP) em 1985 e Pós-Graduação em Economia de Empresas na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 2003. Atuou como Professor Universitário na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (UNESP) e Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). Atualmente é Diretor-Presidente da CNEC ENGENHARIA S.A. (grupo Camargo Corrêa), tendo estruturado a área de Projetos Industriais para atuação em Petróleo & Gás e Mineração, promovido a internacionalização, e iniciado os Serviços de Fornecimento de Sistemas Eletromecânicos. Também atua como Diretor da CONSTRUÇÕES & COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. (CCCC) e Membro do Comitê Brasileiro do Conselho Mundial de Energia (CME). Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Francisco Caprino Neto.** Nascido em 30 de abril de 1960 na cidade de São Caetano do Sul – SP, formado em Engenharia Metalúrgica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) em 1983, cursou Mestrado em Engenharia Metalúrgica na mesma instituição em 1992. Atuou como Chefe de Departamento de Engenharia de Processos e Assessor de Planejamento e Controle da Siderúrgica J.L. ALIPERTI S.A., e Coordenador de Processos Metalúrgicos da AÇOS VILLARES S.A. Foi membro titular do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Força e Luz, da Companhia Piratininga de Força e Luz, da CPFL Geração de Energia S.A. e da Rio Grande Energia S.A. (RGE) de 2005 a 2006. Atualmente, é Diretor Superintendente e membro do Conselho de Administração da CAMARGO CORRÊA ENERGIA S.A. e da CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII). Também atua como membro do Conselho de Administração da VBC ENERGIA S.A., da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (USIMINAS), da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), e da A-PORT S.A. O Sr. Caprino é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2000. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Milton Luciano dos Santos.** Nascido em 15 de outubro de 1956 na cidade de Paranaíba – MS, formado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALE) em 2001. Cursou MBA em Formação Geral para Altos Executivos pela Universidade de São Paulo (USP) em 1994. Atuou no Banco do Brasil de 1976 a 2009, ocupando as posições de Gerente Adjunto, Gerente Geral, Superintendente Estadual, Superintendente do Governo, Diretor de Distribuição e Vice-Presidente de Varejo e Distribuição. É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde dezembro de 2006. Foi eleito como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Susana Hanna Stiphan Jabra.** Nascida em 26 de agosto de 1957 na cidade de São Paulo – SP, formada em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1979 e Ciências Sociais (incompleto FFLCH – SP) em 1986. Cursou Especialização em Administração Financeira na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1980 e MBA em Finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1999. Atua há mais de 25 anos em empresas de grande e médio porte, tendo participado de importantes operações realizadas no mercado de capitais. Atuou como economista no BANCO ITAÚ S.A., Gerente de Planejamento e Controle na AGÊNCIA ESTADO Ltda., Gerente Executiva de Participações e membro do Comitê de Responsabilidade Social da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (PETROS). Foi membro titular do Conselho de Administração da CPFL Energia, da CPF Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Geração (2003 a 2005 e 2006 a 2007), da TELENORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES (2006 a 2008), da BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. (2002 a 2009), e membro suplente do Conselho de Administração da Telemig Celular Participações S.A. (2003 a 2005), da Perdigão S.A. (2006 a 2009) e da Newtel Participações S.A. (2004 a 2008), além de membro titular do Conselho Fiscal da CPFL Energia, da CPFL Paulista, da CPFL Piratininga e da CPFL Geração (2005 a 2006 e 2007 a 2008). Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., professora no Curso para Conselheiros de Administração e palestrante convidada do Fórum de Debates “Os Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração” do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Participou também do curso Training of Trainers, Corporate Governance Board Leadership Program promovido pelo International Finance Corporation (IFC). É membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2009. Foi eleita como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Ana Dolores Moura Carneiro de Novaes.** Nascida em 23 de janeiro de 1962 na cidade de Recife – PE, Doutora em Economia pela Universidade da Califórnia, Berkeley em 1990 e advogada formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ) em 2007. Em 1999, adquiriu o direito de usar a designação CFA - Chartered Financial Analyst outorgada pela AIMR (Association for Investment and Management Research) dos Estados Unidos. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias - CCR (desde maio 2002) e da Metalfrio (desde maio de 2009), e consultora do Comitê de Auditoria da Companhia Siderúrgica Nacional (desde agosto 2006). Anteriormente, foi Diretora de Investimentos do Pictet Modal Asset Management (1998-2003) e analista de renda variável do Banco de Investimentos Garantia (1995-1997). Trabalhou no Banco Mundial em Washington, D.C. entre 1991 e 1994, tendo ainda lecionado macroeconomia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003) e na Universidade Federal de Pernambuco (1º semestre 1991). Desde 2008, é sócia da Galanto Consultoria, do Rio de Janeiro, para serviços e aconselhamento na área de governança corporativa. A Sra. Ana Novaes é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2007. Foi eleita como membro do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

*Membros Suplentes do Conselho de Administração*

**Albrecht Curt Reuter-Domenech.** Nascido em 25 de junho de 1947 na cidade de Mayagüez – Porto Rico, formado em Engenharia Civil pela Universidade de Porto Rico em 1975. Cursou MBA na The Wharton School, University of Pennsylvania, em 1979. Foi diretor-sócio da MCKINSEY & COMPANY, Inc. Atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração da VBC ENERGIA S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração da CAMARGO CORRÊA S.A., assim como de outras empresas do Grupo Camargo Corrêa. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Marcelo Pires Oliveira Dias.** Nascido em 13 de janeiro de 1976 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela The American Intercontinental University International Business em Londres em 1998. Cursou Negociação pela Harvard School em 2005. Atuou como Gerente de Estratégia Regulatória na NOVA DUTRA, Gerente de Consistência e Garantia de Propostas. Atuou como Gerente de Consistência e Garantia de Propostas, Superintendente Comercial e Diretor de Novos Negócios na CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO CAMARGO CORRÊA S.A. Atualmente, é Diretor de Investimentos e Desenvolvimento de Infra-Estrutura na CAMARGO CORRÊA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII) e membro do Conselho de Administração da A-PORT e da PMCC PROJETOS DE TRANSPORTE DE ÁLCOOL S.A. O Sr. Marcelo é membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Cláudio Borin Guedes Palaia.** Nascido em 08 de janeiro de 1975 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV), em 1997. Cursou MBA na The Wharton School, University of Pennsylvania, em 2002. Atuou como Analista de M&A do Banco JP MORGAN em São Paulo e Nova Iorque e Diretor de Hormigón da Loma Negra C.I.A.S.A em Buenos Aires. Atuou como líder de projetos em diferentes empresas do Grupo CAMARGO CORRÊA: Camargo Corrêa Energia, Camargo Corrêa S.A. (holding) e São Paulo Alpargatas. Atualmente é Diretor da CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A., responsável pela Divisão de Concreto, e membro suplente do Conselho de Administração da SÃO PAULO ALPARGATAS. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Helio Campagnucio.** Nascido em 31 de março de 1956 na cidade de Niterói – RJ, formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense em 1978 e Direito na Universidade de Brasília (UNB) em 1997, com Pós Graduação em Finanças pelo IBMEC em 1990 e Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-DF) em 1998. Atuou como Chefe de Divisão do BANCO DO BRASIL, fundador da BB-DTVM e do BB-BI, Assessor Econômico do Ministério da Fazenda, e do Conselho - CADE. Foi Membro do Conselho Fiscal das empresas Telasa (Telecomunicações de Alagoas), Telamazon (Telecomunicações do Amazonas), Light, Lightpar, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Eletrosul, Caixa Econômica Federal, e Companhia Usinas Nacionais (CUN), foi Presidente do Conselho Fiscal da Cobra e da BASA, e membro do Conselho de Administração da Emgepron - Empresa de Engenharia e Projetos Navais. Atualmente é Professor de Economia e Finanças e Consultor de Empresas. O Sr. Helio é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Arthur Prado Silva.** Nascido em 29 de abril de 1972 na cidade do Rio de Janeiro – RJ, formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 1999. cursou Pós-Graduação em Finanças na mesma Universidade em 2001, Direito Empresarial pela Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO) em 2001, MBA em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2002, e Pós-Graduação em Direito Tributário pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) em 2008. Atuou como Analista Pleno, Analista Sênior e Gerente de Controle no BANCO DO BRASIL. Atualmente é Gerente de Núcleo na Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI). É membro do Conselho de Administração da INVITEL LEGACY S.A., GTD Participações S.A. e 521 PARTICIPAÇÕES S.A. O Sr. Arthur é membro do Conselho de Administração da CPFL Energia desde abril de 2008. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Martin Roberto Glogowsky.** Nascido em 14 de novembro de 1953 na cidade de São Paulo – SP, formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1976 e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) em 1979. Trabalhou na área de Mercado de Capitais dos bancos BBA Creditanstalt e SCHAIN CURY S.A. e foi Vice-Presidente do CITIBANK N.A. Desde maio de 2005 é Diretor Presidente da Fundação CESP, tendo antes ocupado a posição de Diretor de Investimentos e Patrimônio. É membro do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), tendo sido anteriormente integrante do Conselho Deliberativo da ABRAPP e membro de sua Comissão Técnica Nacional de Investimentos. Foi também membro do Comitê Consultivo da SELIC, do Comitê de Valores Mobiliários da ANDIMA e da Comissão de Renda Fixa Privada da BOVESPA. Foi eleito como membro suplente do Conselho de Administração da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

#### *Membros da Diretoria*

**Wilson P. Ferreira Junior.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 184 deste Prospecto.

**Miguel Normando Abdalla Saad.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 184 deste Prospecto.

**Hélio Viana Pereira.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 185 deste Prospecto.

**Paulo Cezar Coelho Tavares.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 185 deste Prospecto.

**José Antonio de Almeida Filippo.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 185 deste Prospecto.

**José Marcos Chaves de Melo.** Vide Seção “Administração – Informações Biográficas – Membros do Conselho de Administração” na página 185 deste Prospecto.

#### *Membros Efetivos do Conselho Fiscal*

**Daniela Corci Cardoso.** Nascida em 10 de outubro de 1972 na cidade de Itapetininga – SP, formada em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP) em 1994. cursou Pós Graduação em Mercado de Capitais pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras da Universidade de São Paulo (FIPCAFI – USP) em 1998, e MBA em Finanças Corporativas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2004. Atuou como Analista de Investimentos no BANCO FIBRA, Consultora de Corporate Finance na PRICE WATERHOUSECOOPERS, Gerente de Planejamento Financeiro e Diretora da VBC ENERGIA S.A. Foi membro do Conselho Fiscal da Companhia Piratininga de Força e Luz e da Rio Grande Energia S.A (RGE). Atualmente é Diretora da Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S.A. (CCII). É membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia desde abril de 2009. Foi eleita como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**José Reinaldo Magalhães.** Nascido em 06 de janeiro de 1956 na cidade de Bambui – MG, formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1983. Coursou MBA em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 1992, e MBA em Finanças Corporativas e Direito Societário na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2000. Atuou como Gerente-adjunto do BANCO DO BRASIL em Londres, em 1995, Chicago e Nova Iorque, de 2002 a 2005. Foi Diretor de Investimentos da Caixa de Previdência do Banco do Brasil (PREVI) de janeiro/2006 a maio/2008. Foi membro do Conselho de Administração da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), e Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER). Foi eleito como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Adalgiso Fragoso de Faria.** Nascido em 14 de junho de 1960 na cidade de Raul Soares – MG, formado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Coursou MBA Executivo em Finanças Corporativas no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) e Política Econômica e Finanças de Empresas pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Foi eleito como membro do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

#### *Membros Suplentes do Conselho Fiscal*

**Fernando Luiz Aguiar Filho.** Nascido em 13 de junho de 1979 na cidade de São Paulo – SP, formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), em 2001. Concluiu Mestrado em Engenharia na mesma instituição no ano de 2007. Atualmente é Gerente de Participações da CAMARGO CORREA INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA S.A. (CCII). Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Carlos José Cantu.** Nascido em 31 de janeiro de 1966 na cidade de São Paulo – SP, formado pela Faculdade São Judas Tadeu (USJT) em 1987. Coursou MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC) em 2003. Atualmente é Superintendente de Controladoria da CAMARGO CORRÊA S.A. Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Claudionor Francisco Barbosa.** Nascido em 17 de maio de 1946 na cidade de Quatá – SP, formado em Ciências Econômicas em 1977 e Ciências Contábeis em 1976 pelas Faculdades Integradas de Marília. Coursou Pós-Graduação em Contabilidade, Auditoria e Controladoria pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP) em 1997 e Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégia pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP), em 2003. Atuou como Gerente Geral de Agência no BANCO DO BRASIL, Consultor da ATLÂNTICA CONSULTORIA E SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA e como professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP). Foi membro do Conselho Fiscal da Associação Vinhedense de Educação dos Homens (AVEHA). Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Hamilton Omar Biscalquini.** Nascido em 16 de fevereiro de 1948 na cidade de Ribeirão Preto – SP, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Riopretense (FADIR), em 1982. Coursou pós-graduação de Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ) em 1999 e MBA Altos Executivos pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP) em 1995. Exerceu, junto ao BANCO DO BRASIL, os cargos de Gerente-Adjunto e Gerente-Geral de agências (de 1975 a 1983), Auditor (de 1983 a 1991) e Gerente de Auditoria (de 1991 a 1996). Atuou como Gerente Administrativo da MONALISA JÓIAS E PRESENTES LTDA. e Gerente Administrativo-financeiro da SARDINHA TRUCK CENTER LTDA. Foi membro do conselho Fiscal da ARACRUZ CELULOSE S.A., Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA), e FRAS-LE S.A. Foi eleito como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.

**Gilda Maria dos Santos.** Nascida em 13 de abril de 1958 na cidade de São Gonçalo do Rio Abaixo – MG, formada em Economia pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB-DF) em 1988. Coursou Pós-Graduação em Administração Financeira na Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2004. Foi membro do Conselho Fiscal da CARAÍBA METAIS S.A., empresa do Grupo PARANAPANEMA S.A. Atualmente é Analista de Investimentos Sênior na Fundação SISTEL de Seguridade Social. Foi eleita como membro suplente do Conselho Fiscal da CPFL Energia em 23 de abril de 2009, com mandato até abril de 2010.



## **Relação Familiar**

Na data deste Prospecto, não havia nenhuma relação familiar entre os membros do Conselho de Administração da CPFL Energia e seus principais acionistas.

## **Ações detidas pelos Administradores**

Conforme evidenciado na tabela constante do item “Capital Social” acima, os membros da Administração da CPFL Energia detêm participação direta no capital social da CPFL Energia. Os membros do Conselho de Administração detêm participações mínimas necessárias para ocuparem tal cargo, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, na data deste Prospecto, o Sr. Wilson Pinto Ferreira Júnior possui 25.000 (vinte e cinco mil) ações da CPFL Energia.

## **Contratos ou obrigações relevantes existentes entre os Administradores e a CPFL Energia**

Na data deste Prospecto, não havia nenhum contrato ou obrigação relevante existente entre os Administradores e a CPFL Energia.

## **Condenações Judiciais e Administrativas**

Os membros da Administração da Companhia não sofreram nenhuma condenação judicial ou administrativa.

## **Remuneração**

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas, em Assembléia Geral Ordinária, são responsáveis pela fixação do valor total da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da CPFL Energia. Após os acionistas fixarem o valor total da remuneração cabível, os membros do Conselho de Administração ficam, então, responsáveis pela fixação dos níveis de remuneração individuais.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a remuneração total que a CPFL Energia pagou aos seus Conselheiros e Diretores foi de aproximadamente R\$ 12,1 milhões. Desse valor, foram pagos diretamente à administração R\$ 7,5 milhão como remuneração fixa e R\$ 4,6 milhão a título de remuneração variável por desempenho e atingimento de metas.

## **Plano de Opção de Compra de Ações**

A CPFL Energia, nos termos do seu estatuto social, pode conceder opções de compra de ações para seus administradores, funcionários, ou a pessoas naturais que prestem serviços para a CPFL Energia, desde que o plano de opção seja submetido à Assembléia Geral pelo Conselho de Administração, respeitado o limite do capital autorizado.

Na data deste Prospecto, não havia qualquer plano de opções de compra de ações da CPFL Energia ou intenção de fazê-lo pela CPFL Energia.

## **Diretor de Relações com Investidores**

Sr. José Antonio de Almeida Filippo  
Rodovia Campinas Mogi-Mirim, N.º 1.755, km 2,5 - parte  
Campinas – SP – Brasil  
Telefone: (19) 3756-8704  
Fac-símile: (19) 3756-8777  
Correio Eletrônico: [jfilippo@cpfl.com.br](mailto:jfilippo@cpfl.com.br)  
Website: <http://www.cpfl.com.br>

## **PENDÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS**

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia era parte em aproximadamente 35.984 mil processos de natureza cível, trabalhista e tributária. Desses processos, aproximadamente 36,24% envolvem a CPFL Paulista, 12,98% envolvem a CPFL Piratininga, 48,60% envolvem a RGE. Ações cíveis constituem aproximadamente 76,59% do total de processos da CPFL Paulista e CPFL Piratininga e 94,73% do total dos processos da RGE. Os demais processos envolvem ações de natureza regulatória, trabalhista, fiscal e administrativa.

### **Processos Trabalhistas**

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 5242 processos, sendo que para 1177 desses processos são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R\$ 51.066 mil.

### **Processos Cíveis**

Em 31 março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 30.004 processos, sendo que para 6299 desses processos são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R\$ 34.070 mil, representados basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e majoração tarifária.

### **Processos Tributários**

Em 31 de março de 2009, a CPFL Energia e suas controladas eram parte em 699 processos, sendo que para 421 desses são estimadas perdas prováveis no valor aproximado de R\$ 162.052 mil, relacionados basicamente a imposto de renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS.

### **Processos Administrativos**

A CPFL Paulista é parte em um processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, no qual está sendo investigada uma suposta conduta anti-concorrencial relacionada à instalação de sua rede elétrica. Este processo havia sido suspenso por decisão judicial, visto que a CPFL Paulista apresentara uma proposta para celebrar Termo de Compromisso de Cessação. Entretanto, com o trânsito em julgado da decisão judicial, o processo voltou a correr e encontra-se atualmente sob a análise do CADE. Uma decisão adversa poderá resultar na imposição de prestação pecuniária, com base em um percentual do faturamento da CPFL Paulista.

### **Processos Ambientais**

A SEMESA, incorporada em 1º de abril de 2007 pela CPFL Geração, em conjunto com Furnas, foi citada como ré em processo que solicita que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à controlada indireta SEMESA é estimado em R\$ 74,2 milhões, já contemplado nas provisões dos processos da esfera civil. O risco desta ação é qualificado por seus assessores jurídicos como possível, não sendo necessário o seu reconhecimento contábil. Em caso de condenação no processo a obrigação da SEMESA refere-se essencialmente à aquisição de terras e formação de uma área de preservação permanente em torno do reservatório. Referidos custos, se e quando executados, serão incorporados ao ativo imobilizado.

As empresas CPFL Paulista e Piratininga são partes passivas em certos processos administrativos ambientais, a maior parte em relação ao corte e à poda de árvores localizadas próximas a sua rede de distribuição de energia elétrica. O valor envolvido em tais processos, individualmente ou somados, não representam risco à CPFL Energia ou à sua capacidade financeira.

No período entre 2004 e 2008, houve apenas um histórico de acidente ambiental no período ocorrido na Subestação “SE Piracicaba”, em um auto-transformador com capacidade para 24.000 litros de óleo isolante mineral naftênico. Este ocasionou um incêndio e derramamento de 10.000 litros de óleo, que atingiu o solo do site e uma lagoa contígua à propriedade. Em relação à quantidade de óleo existente nos equipamentos operacionais da CPFL Paulista (18.428.742 litros) este derramamento representa, em volume apenas 0,05% em relação ao total de óleo contido nos equipamentos. O recurso do processo nº. 21000470 referente ao vazamento de óleo está em julgamento, com valor previsto de aproximadamente R\$ 104 mil, já contemplado nas provisões dos processos da esfera civil.

Contudo, independentemente do resultado do litígio, foram tomadas as providências necessárias para conter o vazamento e recuperar o solo e a água contaminados.

A CPFL Energia também está sujeita a processos relacionados ao licenciamento ambiental de algumas de suas usinas hidrelétricas, incluindo uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público no município de Caxias do Sul, requerendo uma liminar para impedir a construção do complexo hidroelétrico Rio das Antas. O pedido liminar do Ministério Público foi negado em primeira instância. O Ministério Público interpôs então agravo de instrumento com pedido de antecipação de tutela, o qual foi negado pelo tribunal de segunda instância. Não há decisão sobre o mérito desta ação nem em primeira, nem em segunda instância. Com base no parecer dos advogados contratados que cuidam desta ação, a CPFL Energia julga que a possibilidade de perda é remota. Não é possível prever os efeitos de uma decisão contrária nesta ação.

### Provisões para Contingências

A CPFL Energia estabeleceu reservas em seu balanço patrimonial com base na probabilidade de perda relativa às contingências judiciais e administrativas. Para este propósito, a CPFL Energia classifica tais perdas como remotas, possíveis ou prováveis. Os Princípios Contábeis Brasileiros e a lei brasileira obrigam a CPFL Energia a estabelecer reservas relacionadas apenas a perdas prováveis e, por conseguinte, é política da CPFL Energia realizar reservas apenas em relação a tais processos.

Segue abaixo quadro indicando as reservas para contingência da CPFL Energia em 31 de março de 2009:

	Consolidado							
	31.03.2009				31.12.2008			
	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)	Provisão para Contingência - Bruta	Depósitos Judiciais Relacionados a Contingência (1)	Provisão para Contingência - Líquida	Outros Depósitos e Bloqueios Judiciais (2)
<b>Trabalhistas</b>								
Diversos	51.066	45.762	4.304	64.234	55.105	49.363	5.742	59.288
<b>Cíveis</b>								
Danos Pessoais	12.082	11.907	175	47.635	14.450	14.450	-	48.957
Majoração Tarifária	12.185	3.185	9.000	15.545	10.635	3.157	7.478	15.341
Energia Comprada	-	-	-	-	13.014	13.238	(214)	-
Outras	9.803	8.574	1.229	10.283	6.695	5.451	1.244	10.138
	34.070	23.666	10.404	73.463	44.794	36.296	8.508	75.436
<b>Fiscais</b>								
FIRSOCIAL	18.548	18.548	-	34.299	18.478	18.478	-	34.171
PIR e COFINS - Ampliação de Base	1.297	675	622	301	1.276	710	566	301
PIR e COFINS - JCP	72.114	-	72.114	-	70.301	-	70.301	-
Imposto de Renda	61.925	42.122	19.803	427.125	59.708	40.013	19.695	416.506
Outras	8.168	5.304	2.864	13.875	7.993	5.148	2.845	14.271
	162.052	66.649	95.403	475.602	157.756	64.349	93.407	465.249
<b>Total</b>	<b>247.188</b>	<b>137.077</b>	<b>110.111</b>	<b>613.299</b>	<b>257.655</b>	<b>149.998</b>	<b>107.657</b>	<b>599.973</b>

## INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA

O quadro a seguir exhibe as informações financeiras selecionadas da Garantidora. Exceto por certas reclassificações requeridas pela ANEEL efetuadas nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, conforme descrito nesta Seção, no item "Reclassificações Requeridas pela ANEEL" desta Seção na página 250 deste Prospecto, as informações financeiras selecionadas originaram-se das Demonstrações Financeiras consolidadas auditadas da Garantidora para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e das Informações Financeiras objeto de revisão especial para os trimestres e períodos de três meses encerrados em 31 de março dos anos de 2008 e 2009, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2008 e 2007 apresentados abaixo foram auditadas e revisadas pela KPMG Auditores Independentes e para o período de 2006 foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

O parecer de auditoria das demonstrações financeiras referente ao período de 2006, também encontra-se anexo a este Prospecto e conteve ênfase relacionada ao registro pela controlada Companhia Piratininga de Força e Luz, de ativo regulatório que se encontrava pendente de homologação pela ANEEL. Tendo em vista o caráter provisório dessa revisão tarifária, a mesma está sujeita a eventuais alterações, quando de sua homologação definitiva.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (em milhares de reais)	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>					
Fornecimento de Energia Elétrica	12.294.614	12.355.216	10.899.280	3.041.323	3.222.830
Suprimento de Energia Elétrica	948.339	682.942	500.529	284.545	215.531
Outras Receitas Operacionais	1.128.960	1.169.226	827.243	261.887	243.522
	14.371.913	14.207.384	12.227.052	3.587.755	3.681.883
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>					
ICMS	(2.440.661)	(2.477.084)	(2.165.696)	(610.623)	(634.190)
PIS	(233.273)	(242.315)	(195.694)	(57.117)	(60.383)
COFINS	(1.074.319)	(1.105.550)	(904.484)	(263.097)	(277.469)
ISS	(2.971)	(1.749)	(1.209)	(902)	(726)
Reserva Global de Reversão	(48.446)	(52.250)	(42.904)	(12.671)	(11.347)
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(365.447)	(425.860)	(554.275)	(130.165)	(90.688)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(408.979)	(398.427)	(370.182)	(98.779)	(98.676)
Programa de P & D e Eficiência Energética	(92.008)	(94.565)	(77.605)	(22.705)	(24.036)
Encargos Emergenciais (ECE/EAAE)	(1)	(49)	(3.053)	-	(4)
	(4.666.105)	(4.797.849)	(4.315.102)	(1.196.059)	(1.197.519)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>9.705.808</b>	<b>9.409.535</b>	<b>7.911.950</b>	<b>2.391.696</b>	<b>2.484.364</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>					
<b>Custo com Energia Elétrica</b>					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.787.672)	(4.052.280)	(3.419.197)	(1.211.346)	(1.350.539)
Encargo do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	(903.788)	(702.781)	(774.077)	(236.970)	(202.126)
	(5.691.460)	(4.755.061)	(4.193.274)	(1.448.316)	(1.552.665)
<b>Custo de Operação</b>					
Pessoal	(298.725)	(263.169)	(242.678)	(75.895)	(66.823)
Entidade de Previdência Privada	84.151	46.887	7.470	(919)	21.039
Material	(51.660)	(49.664)	(39.189)	(12.071)	(11.728)
Serviços de Terceiros	(135.121)	(134.045)	(111.177)	(33.626)	(37.483)
Depreciação e Amortização	(339.809)	(341.492)	(297.482)	(87.352)	(88.329)
Outros Custos de Operação	(53.028)	(35.961)	(12.638)	(12.170)	(8.630)
	(794.192)	(777.444)	(695.694)	(222.033)	(191.954)
<b>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</b>	<b>(7.457)</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(21.394)</b>	<b>(1.347)</b>	<b>(1.967)</b>

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b> (em milhares de reais)	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>3.212.699</b>	<b>3.870.589</b>	<b>3.001.588</b>	<b>720.000</b>	<b>737.778</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Despesas com Vendas	(246.461)	(428.053)	(244.231)	(47.692)	(56.269)
Despesas Gerais e Administrativas	(385.172)	(353.904)	(314.409)	(97.941)	(96.654)
Outras Despesas Operacionais	(53.017)	(65.070)	(19.387)	(10.965)	(13.096)
Amortização de Intangível de Concessão	(192.029)	(176.306)	-	(46.724)	(48.006)
Amortização de Ágio por Incorporação	-	-	(12.962)	-	-
	(876.679)	(1.023.333)	(590.989)	(203.322)	(214.025)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>2.336.020</b>	<b>2.847.256</b>	<b>2.410.599</b>	<b>516.678</b>	<b>523.753</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas Financeiras	462.534	380.013	637.635	115.941	109.065
Despesas Financeiras	(876.855)	(754.719)	(788.098)	(178.901)	(200.134)
Despesa Juros sobre o Capital Próprio	-	(141)	-	-	-
Amortização de Ágio	-	-	(138.882)	-	-
	(414.321)	(374.847)	(289.345)	(62.960)	(91.069)
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>					
<b>Receitas</b>	-	-	73.877	-	-
<b>Despesas</b>	-	-	(24.040)	-	-
	-	-	49.837	-	-
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>1.921.699</b>	<b>2.472.409</b>	<b>2.171.091</b>	<b>453.718</b>	<b>432.684</b>
Contribuição Social	(177.629)	(202.083)	(172.998)	(36.831)	(60.742)
Contribuição Social Diferida	8.672	(30.021)	(14.820)	(8.344)	18.608
Imposto de Renda	(488.671)	(560.363)	(477.036)	(99.509)	(165.676)
Imposto de Renda Diferido	21.390	(34.162)	(69.409)	(24.245)	42.086
	(636.238)	(826.629)	(734.263)	(168.929)	(165.724)
<b>LUCRO ANTES DO ITEM EXTRAORDINÁRIO E PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>1.285.461</b>	<b>1.645.780</b>	<b>1.436.828</b>	<b>284.789</b>	<b>266.960</b>
item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários	-	-	(32.559)		
<b>LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	<b>1.285.461</b>	<b>1.645.780</b>	<b>1.404.269</b>	<b>284.789</b>	266.960
Participação de Acionistas Não Controladores	(9.769)	(5.194)	(173)	(2.086)	(1.628)
<b>LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>1.275.692</b>	<b>1.640.586</b>	<b>1.404.096</b>	<b>282.703</b>	<b>265.332</b>
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	-	141	-	-	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.275.692</b>	<b>1.640.727</b>	<b>1.404.096</b>	<b>282.703</b>	<b>265.332</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO – R\$</b>	<b>2,66</b>	<b>3,42</b>	<b>2,93</b>	<b>0,59</b>	<b>0,55</b>

	Em 31 de dezembro de			Período de Três meses Encerrados em 31 de março de	
<b>BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO</b> <b>(em milhares de reais)</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Disponibilidades	737.847	1.106.308	630.250	868.890	1.147.248
Consumidores, Concessionárias e				1.815.709	
Permissionárias	1.721.028	1.817.788	2.124.968		1.880.053
Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	16.755	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	38.249	35.039	28.615	38.907	37.246
Tributos a Compensar	174.294	181.754	170.953	176.369	170.725
Provisão para Créditos de Liquidação				(71.281)	
Duvidosa	(82.462)	(95.639)	(99.609)		(90.996)
Despesas Pagas Antecipadamente	101.882	202.721	191.239	134.330	69.383
Créditos Fiscais Diferidos	220.144	168.485	188.942	213.378	254.059
Estoques	15.594	14.812	16.008	15.986	14.817
Diferimento de Custos Tarifários	638.229	532.449	334.353	761.990	619.477
Derivativos	36.520	995	-	16.448	5.609
Outros Créditos	110.793	111.352	93.254	136.200	106.099
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>3.712.118</b>	<b>4.076.064</b>	<b>3.695.728</b>	<b>4.106.926</b>	<b>4.213.720</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Consumidores, Concessionárias e					
Permissionárias	286.144	215.014	165.183	261.587	191.975
Depósitos Judiciais	599.973	498.044	81.846	613.299	517.103
Títulos e Valores Mobiliários	96.786	97.521	103.901	102.416	102.493
Tributos a Compensar	101.948	99.947	103.049	101.735	99.281
Despesas Pagas Antecipadamente	99.210	43.111	28.769	75.688	13.969
Créditos Fiscais Diferidos	1.132.736	1.166.208	908.605	1.144.843	1.148.252
Adiantamento para Futuro Aumento de				-	
Capital	-	-	-		
Diferimento de Custos Tarifários	157.435	205.894	512.678	116.817	173.802
Derivativos	396.875	-	-	277.808	61.783
Outros Créditos	221.330	231.820	142.057	170.302	244.837
	<b>3.092.437</b>	<b>2.557.559</b>	<b>2.046.088</b>	<b>2.864.495</b>	<b>2.553.495</b>
<b>Investimentos</b>	103.598	102.144	3.092.648	104.632	2.661.497
<b>Imobilizado</b>	6.614.347	5.983.806	5.953.930	6.774.499	7.240.127
<b>Intangível</b>	2.700.136	2.855.925		2.613.410	
<b>Obrigações Especiais Vinculadas à</b>					
<b>Concessão</b>	-	-	(791.387)	-	(943.140)
<b>Diferido</b>	20.536	22.503	51.774	19.528	66.425
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>12.531.054</b>	<b>11.521.937</b>	<b>10.353.053</b>	<b>12.376.564</b>	<b>11.578.404</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>16.243.172</b>	<b>15.598.001</b>	<b>14.048.781</b>	<b>16.483.490</b>	<b>15.792.124</b>

<b>BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>			<b>Período de Três meses Encerrados em 31 de março de</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	982.344	867.954	854.161	998.205	912.442
Encargos de Dívidas	29.081	59.135	29.859	25.752	10.417
Encargos de Debêntures	102.112	71.524	66.178	101.260	85.074
Empréstimos e Financiamentos	523.167	862.156	658.116	637.334	639.001
Debêntures	580.076	154.617	159.252	778.359	153.669
Entidade de Previdência Privada	44.088	64.484	86.676	49.769	56.084
Taxas Regulamentares	94.054	68.696	105.013	77.268	73.454
Tributos e Contribuições Sociais	464.339	604.102	522.758	440.954	527.061
Provisões para Contingências	15	765	-	38	780
Dividendo e Juros sobre Capital Próprio	632.087	743.628	732.518	632.058	743.572
Obrigações Estimadas	46.244	43.987	53.998	50.152	39.608
Diferimento de Ganhos Tarifários	165.871	230.038	162.350	189.767	310.602
Derivativos	53.443	18.541	50.664	54.136	5
Outras Contas a Pagar	524.898	427.723	303.732	544.419	438.556
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>	<b>4.241.819</b>	<b>4.217.350</b>	<b>3.785.275</b>	<b>4.579.471</b>	<b>3.990.325</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	85.311	223	-	74.646	-
Encargos de Dívidas	74.104	26.057	2.550	54.661	14.570
Empréstimos e Financiamentos	3.836.882	2.859.379	2.472.998	3.731.690	3.010.693
Debêntures	2.026.890	2.208.472	1.779.445	1.826.099	2.392.539
Entidade de Previdência Privada	508.194	656.040	773.644	479.360	611.158
Tributos e Contribuições Sociais	6.445	16.529	39.741	4.174	14.393
Provisões para Contingências	107.642	116.412	103.711	110.073	115.447
Diferimento de Ganhos Tarifários	40.779	68.389	71.069	22.485	32.166
Derivativos	961	171.013	24.094	544	45.146
Outras Contas a Pagar	207.194	219.492	127.943	213.581	248.171
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.894.402</b>	<b>6.342.006</b>	<b>5.395.195</b>	<b>6.517.313</b>	<b>6.484.283</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES</b>	88.332	88.129	2.034	85.384	89.615
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital Social	4.741.175	4.741.175	4.734.790	4.741.175	4.741.175
Reservas de Capital	16	16	16	16	16
Reservas de Lucros	277.428	213.643	131.471	277.428	213.643
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	-	(4.318)	-	282.703	273.067
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.018.619</b>	<b>4.950.516</b>	<b>4.866.277</b>	<b>5.301.322</b>	<b>5.227.901</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16.243.172</b>	<b>15.598.001</b>	<b>14.048.781</b>	<b>16.483.490</b>	<b>15.792.124</b>

## Outras informações financeiras

Conciliação do EBITDA Ajustado	Em 31 de dezembro de			No período de Três meses encerrado em 31 de março de	
	2008	2007	2006	2009	2008
<i>(em milhares de reais)</i>					
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>1.275.692</b>	<b>1.640.727</b>	<b>1.404.096</b>	<b>282.703</b>	<b>265.332</b>
Entidade de Previdência Privada	(84.151)	(45.973)	(7.710)	919	(21.039)
Depreciação e Amortização	565.665	548.798	323.338	143.018	144.555
Amortização de Ágio Incorporado	-	-	12.962	-	-
Resultado Financeiro	414.321	374.847	289.345	62.960	91.069
Contribuição Social	168.957	232.104	187.818	45.175	42.134
Imposto de Renda	467.281	594.525	546.445	123.754	123.590
Item Extraordinário	-	-	32.559	-	-
Reversão Juros Capital Próprio	-	(141)	-	-	-
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>2.807.765</b>	<b>3.344.887</b>	<b>2.788.853</b>	<b>658.529</b>	<b>645.641</b>

*Nota: O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e a contribuição social, das despesas financeiras líquidas, e das despesas de depreciação e amortização e entidade de previdência privada e de item extraordinário. O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou USGAAP, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA ajustado de maneira diversa da Companhia. O EBITDA ajustado apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade da Companhia, em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, sendo que estes poderiam afetar de maneira significativa, os lucros de companhia, tais como as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização.*

## Reclassificações

As demonstrações financeiras da Garantidora sofreram alterações em decorrência da Lei n.º 11.638/07. Para maiores informações sobre esta reclassificação, vide Seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07" na página 76 deste Prospecto.

## Reclassificações Requeridas pela ANEEL

A Companhia efetuou reclassificações requeridas pela ANEEL por meio do Despacho n.º 3.073 nas demonstrações do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 para deixá-las em base comparativa. As informações financeiras da "Conta de Consumo de Combustível – CCC", da "Conta de Desenvolvimento Energético – CDE" e do "Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética" tiveram suas respectivas linhas alteradas de "Custo de Operação" e "Despesas Operacionais" para "Deduções da Receita Operacional".



## **BREVES DISCUSSÕES DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS DA GARANTIDORA**

A breve análise e discussão da administração sobre as informações financeiras selecionadas da CPFL Energia a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas disponibilizadas ao público conforme a regulamentação em vigor, onde poderão ser obtidos maiores detalhes sobre as informações financeiras da Garantidora.

*Breves Discussões das Informações Financeiras Selecionadas relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2009 em comparação ao período de três meses findo em 31 de março de 2008*

### *Receita Operacional*

A receita operacional bruta em 31 de março de 2009 atingiu R\$ 3.587.755 mil, representando uma redução de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita operacional líquida acumulada até 31 de março de 2009 totalizou R\$ 2.391.696 mil, apresentando uma redução de 3,7% em comparação a 31 de março de 2008.

Entre os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita líquida destaca-se a redução de 5,6% no fornecimento de energia elétrica, justificado pela redução de 5,2% nas tarifas médias praticadas principalmente em função da revisão tarifária da (a) CPFL Paulista de -13,69% para -17,21% a partir de abril de 2008, que teve um impacto positivo de 0,5% na Parcela A que passou de aproximadamente R\$ 3.314.100 mil para R\$ 3.314.600 mil, e um impacto negativo na Parcela B que passou de aproximadamente R\$ 1.180.400 mil para R\$ 1.179.400 mil; e (b) RGE de -5,37% para -8,11% a partir de abril de 2008, que teve um impacto negativo na Parcela A que passou de aproximadamente R\$ 1.324.700 mil para R\$ 1.311.600 mil, e um impacto negativo na Parcela B que passou de aproximadamente R\$ 1.180.400 mil para R\$ 1.179.400 mil. Além disso verificou-se uma redução de 0,4% na quantidade de energia faturada e um aumento de 32,0% no suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 25,2% na quantidade vendida, basicamente em função do bom desempenho no segmento de comercialização.

### *Custo com Energia Elétrica*

O custo com energia elétrica, composto pela compra de energia e encargos do uso do sistema, totalizou R\$ 1.448.316 mil em 31 de março de 2009, representando uma redução de 6,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente de redução de 0,1% na quantidade de energia comprada, aliada à redução de custo da energia comprada da CPFL Brasil.

### *Custos de Operação*

Os custos de operação atingiram R\$ 222.033 mil em 31 de março de 2009, registrando um aumento de 15,7% em relação ao mesmo período de 2008. Os principais responsáveis por esse crescimento são os custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros, que totalizaram R\$ 133.762 mil neste trimestre, representando um aumento de 7,3% (R\$ 9.098 mil) em relação ao mesmo período do ano anterior.

### *Resultado Financeiro*

Em 31 de março de 2009, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 62.960 mil, uma despesa 30,9% menor do que no mesmo período de 2008, em razão, principalmente, de redução nas despesas com atualizações monetárias e cambiais referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, bem como da recuperação de crédito vencidos há longa data na controlada RGE.

### Lucro Líquido do Exercício

O Lucro líquido em 31 de março de 2009, foi de R\$ 282.703 mil, representando um aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente devido aos fatores expostos acima.

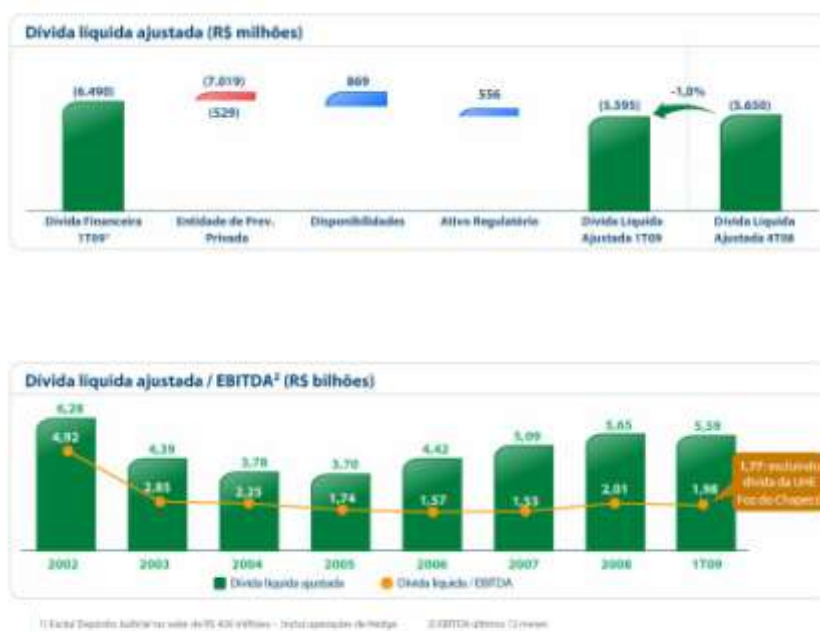
### EBITDA Ajustado

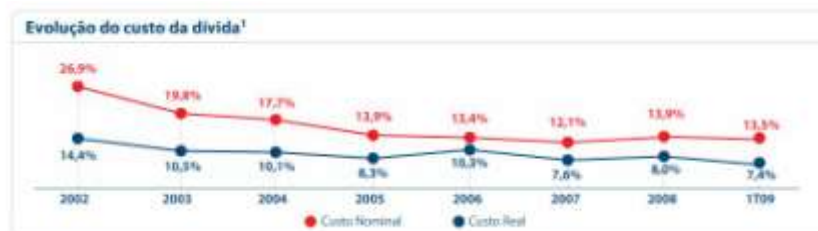
Com base nos fatores expostos acima, o EBITDA Ajustado da CPFL Energia, em 31 de março de 2009, foi de R\$ 658.529 mil registrando um aumento 2,0% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 645.641 mil).

### Endividamento

O Endividamento da CPFL Energia totalizou R\$ 6.915.579 mil em 31 de março de 2009, aumento de 1,8%, em comparação com 31 de dezembro de 2008 (R\$ 6.793.321 mil). Essa variação do endividamento é decorrente principalmente da emissão de notas promissórias pela RGE, no montante de R\$ 160.000 mil.

Os gráficos a seguir ilustram a evolução da dívida, entre outras informações, sobre o endividamento da CPFL Energia:





### *Investimentos*

No período de três meses findo em 31 de março de 2009 foram realizados investimentos de R\$ 272.657 mil para manutenção e expansão do negócio, dos quais R\$ 139.481 mil foram direcionados à distribuição, R\$ 125.394 mil à geração e R\$ 7.782 mil à comercialização.

Entre os investimentos da CPFL Energia no período, podemos destacar os realizados nos seguintes segmentos:

- Distribuição: foram feitos investimentos na ampliação e no reforço do sistema elétrico para atender ao crescimento de mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes. Também foram feitos investimentos em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infra-estrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros;
- Geração: foram destinados principalmente à UHE Foz do Chapecó (empreendimento em construção).

*Breves Discussões das Informações Financeiras Seleccionadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007*

### *Receita Operacional*

A Receita Operacional consolidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 14.371.913 mil, com crescimento de 1,2% em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 14.207.384 mil). Esse resultado foi motivado, principalmente, pelo (i) crescimento de 5,5% nas vendas de energia elétrica na área de concessão; (ii) índice provisório da segunda revisão tarifária periódica da RGE (+4,77%), vigente a partir de abril de 2008, conforme comentado anteriormente no item Tarifas e Preços de Energia Elétrica; (iii) pela realização da RTE e Energia Livre, no valor de R\$ 295.000 mil, em 2007, e que, a partir de janeiro de 2008, passou a ser registrado em Deduções da Receita Operacional, Custo com Energia Elétrica e Custo e Despesas Operacionais, por se tratar de amortização de Parcela A; e (iv) aumento de R\$ 265.397 mil em Suprimento de Energia, devido principalmente ao desempenho das comercializadoras.

O aumento da receita operacional foi parcialmente compensado pelo índice provisório da segunda revisão tarifária das distribuidoras:

- CPFL Piratininga (-10,11%), com vigência a partir de outubro de 2007;
- CPFL Santa Cruz (-7,13%), CPFL Leste Paulista (-1,65%), CPFL Jaguari (-1,58%), CPFL Sul Paulista (-3,57%) e CPFL Mococa (-5,65%), com vigência a partir de fevereiro de 2008;
- CPFL Paulista (-13,61%), com vigência a partir de abril de 2008; e
- Redução de R\$ 189.000 mil em outras receitas, devido principalmente à baixa de Energia livre, em 2007.

#### *Custo com Energia Elétrica*

O custo com energia elétrica, composto pela compra de energia e encargos do uso do sistema, totalizou R\$ 5.691.460 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 19,7% em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre principalmente de reajuste tarifário de geradores e aumento de 18,1% na quantidade de energia elétrica comprada no período, além de aumento de 28,6% nos encargos de uso do sistema de distribuição.

#### *Custos Operacionais*

Os Custos e Despesas Operacionais atingiram R\$ 1.678.328 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, registrando uma redução de 7,1% em relação ao exercício anterior.

#### *Resultado Financeiro*

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o resultado financeiro foi uma despesa de R\$ 414.321 mil, um aumento de 10,5% em relação ao exercício anterior, em razão, principalmente, de aumento dos encargos de dívida em função do maior endividamento das controladas RGE, CPFL Geração e CPFL Piratininga, bem como aumento dos índices das dívidas atreladas à Taxa DI.

#### *Lucro Líquido do Exercício*

Em 31 de dezembro de 2008, a CPFL Energia alcançou Lucro Líquido Consolidado de R\$ 1.275.692 mil, com redução de 22,2% em relação aos R\$ 1.640.727 mil obtidos em 2007. Esse resultado é decorrente principalmente de redução de 16,1% no EBITDA Ajustado e do aumento das despesas financeiras no período.

#### *EBITDA Ajustado*

O resultado operacional medido pelo EBITDA Ajustado alcançou R\$ 2.807.765 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, com redução de 16,1%, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 3.344.887 mil). Esse resultado deveu-se principalmente ao aumento de 19,7% no custo com energia elétrica.

#### *Endividamento*

O endividamento da CPFL Energia em 31 de dezembro de 2008 apresentou aumento de 5,8% em comparação ao mesmo período do exercício anterior e atingiu R\$ 6.793.321 mil.

Os principais fatores que contribuíram para a variação do endividamento foram:

- CPFL Geração e Projetos de Geração: captações líquidas de amortizações (BNDES e outras instituições financeiras) totalizando R\$ 189.000 mil, com destaque para:
  - (i) captações líquidas de amortizações de Foz do Chapecó (R\$ 113.000 mil) e CERAN (R\$ 55.000 mil);

- (ii) captações líquidas de amortizações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN n.º 2770, realizadas pela CPFL Geração, totalizando R\$ 276.000 mil; e
  - (iii) amortização de principal das debêntures da CPFL Geração e da BAESA (R\$ 154.000 mil).
- CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: amortizações líquidas de captações (BNDES e outras instituições financeiras) totalizando R\$ 41.000 mil, com destaque para:
  - (i) emissões de debêntures pela RGE, no montante de R\$ 380.000 mil, e pela CPFL Piratininga, no montante de R\$ 100.000 mil, para rolagem de dívidas;
  - (ii) amortizações líquidas de captações de dívidas na modalidade suportada pela Resolução BACEN n.º 2770, realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R\$ 199.000 mil;
  - (iii) amortização de linhas de capital de giro pela RGE, no montante de R\$ 175.000 mil; e
  - (iv) amortizações líquidas de captações de financiamentos junto ao BNDES da CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE, totalizando R\$ 29.000 mil.
- variação cambial das dívidas em moeda estrangeira, líquida da variação no saldo de derivativos, no montante de R\$ 45.000 mil.

#### *Investimentos*

Em 2008, o Grupo CPFL investiu R\$ 1.178.000 mil. Em linha com a estratégia de ampliação e fortalecimento da participação do grupo no mercado brasileiro de energia elétrica, foram aplicados R\$ 875.000 mil na expansão dos negócios, abrangendo a construção de UHEs, a repotenciação de PCHs e a ampliação e reforço do sistema elétrico, para atender ao expressivo crescimento de mercado das distribuidoras. Foram, ainda, aplicados recursos de R\$ 292.000 mil em melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas e na infraestrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócio. O segmento de comercialização e serviços de valor agregado do grupo respondeu por investimentos de R\$ 11.000 mil.

#### Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R\$ 665.000 mil. Desse montante, R\$ 373.000 mil foram destinados à ampliação e ao reforço do sistema elétrico para atender o mercado, tanto nas vendas de energia quanto no número de clientes, registrado pelas oito distribuidoras no exercício. Foram, ainda, destinados R\$ 292.000 mil em melhorias e na manutenção do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

#### Geração de Energia

Os recursos, no total de R\$ 502.000 mil, concentraram-se nos empreendimentos em construção: Complexo CERAN (UHEs Castro Alves e 14 de Julho), UHE Foz do Chapecó e nos projetos de repotenciação das PCHs Capão Preto e Chibarro.

#### *Comercialização*

A carteira de Consumidores Livres em 31 de dezembro de 2008 totalizou 157 clientes, que responderam por aproximadamente 7,3% da Receita Operacional Líquida da CPFL Energia e por aproximadamente 8,4% do volume total de energia elétrica vendida pelas distribuidoras em 2008.

As vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais atingiram 8.565 GWh, o que representou uma redução de 4,1%, devido a: (i) retração natural do mercado livre frente à volatilidade dos preços da energia nesse mercado e (ii) atuação da CPFL Brasil junto aos consumidores atendidos em tensão abaixo de 138Kv, que, em geral, apresentam menor consumo de energia do que os consumidores atendidos em tensões mais elevadas.

## Geração

A capacidade instalada de geração, que em 31 de dezembro de 2007 era de 1.588 MW, atingiu 1.704 MW em 31 de dezembro de 2008, tendo alcançado o montante de 1.737 MW no primeiro semestre de 2009 com a entrada em operação da 2ª unidade geradora da Usina 14 de Julho no mês de março, representando um crescimento de 9,4%, em relação a 2007.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o segmento de geração, fundamental na estratégia de diversificação dos negócios da CPFL Energia, destacou-se pela conclusão das obras de construção da UHE Castro Alves (130 MW) e ocorreu o início de operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho (responsável por 50% dos 100 MW do empreendimento). Com isso, a Potência Instalada do Grupo alcançou 1.704 MW e a Energia Assegurada alcançou 862 MW médios, destacando-se que as obras da hidrelétrica Foz do Chapecó (855 MW) mantiveram-se de acordo com o cronograma definido. A entrada em operação dessa usina está prevista para o último trimestre de 2010, quando a Potência Instalada de geração deverá alcançar 2.202 MW e a Energia Assegurada 1.092 MW médios. Também foram concluídas as repotenciações das PCHs Capão Preto e Chibarro. No primeiro trimestre de 2009 entrou em operação a 2ª unidade geradora da UHE 14 de Julho, tendo a Potência Instalada alcançado o patamar de 1.737 MW.

Os Índices de Disponibilidade de Máquinas das usinas, em 2008, foram de: 95% na UHE Serra da Mesa, 96% nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 92% na UHE Monte Claro, 96% na UHE Barra Grande, 95% UHE Campos Novos e 91% na UHE Castro Alves. A entrada em operação da primeira unidade geradora da UHE 14 de Julho aconteceu no mês de dezembro de 2008.

### CPFL Energia em números (R\$ milhares)

	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros (*)	Eliminações	Total
<b>2008</b>						
Vendas	12.778.694	385.651	1.207.557	11	-	14.371.913
(-) Vendas entre sociedades parceiras	51.804	546.318	882.352	-	(1.480.474)	-
Resultado do Serviço	1.525.173	546.986	301.966	(38.106)	-	2.336.020
Lucro antes dos impostos	1.395.575	321.521	314.219	(109.616)	-	1.921.699
Lucro Líquido	916.868	241.936	217.501	(100.613)	-	1.275.692
Total do Ativo (**)	9.389.542	4.507.553	387.570	1.958.508	-	16.243.172
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	664.602	501.709	11.277	316	-	1.177.904
Depreciação e Amortização	473.836	88.023	2.965	100	-	564.924
<b>2007</b>						
Vendas	12.985.618	329.227	892.539	-	-	14.207.384
(-) Vendas entre sociedades parceiras	11.557	371.990	985.397	-	(1.368.944)	-
Resultado do Serviço	2.055.374	465.041	352.211	(25.370)	-	2.847.256
Lucro antes dos impostos	1.890.828	319.751	358.106	(96.276)	-	2.472.409
Lucro Líquido	1.235.771	281.853	239.292	(116.189)	-	1.640.727
Total do Ativo (**)	11.068.728	3.851.905	255.772	421.596	-	15.598.001
Aquisições do Imobilizado e Outros Intangíveis	700.728	445.334	1.113	6.210	-	1.153.385
Depreciação e Amortização	469.888	76.785	1.388	100	-	548.161

(\*) Outros - Refere-se basicamente a CPFL Energia após as devidas eliminações dos saldos com partes relacionadas.

(\*\*) Os ágios de aquisições líquidos de amortização, registrados na CPFL Energia foram alocados nos respectivos segmentos.

## **10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

---

- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SOM CON SEAS DE VALORES MOBILIARIOS  
 DE OROBOND FACOLIS FINANCIARIAS PROGRAMADAS  
 EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E INGENIERIA  
 CREDITO Y VALORES MOBILIARIOS

[illegible][illegible]

\_\_\_\_\_

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1027-1031.

[illegible]

\_\_\_\_\_

1. The first part of the document is a title page. It contains the title of the report, the author's name, and the date of the report. The title is "The Impact of Climate Change on the Environment". The author is "John Doe". The date is "January 1, 2023".

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2686-2692.

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1036.

\_\_\_\_\_

1. The first step in the process is to identify the problem or issue that needs to be addressed. This involves gathering information and understanding the context of the problem.

\_\_\_\_\_

**Table 1**

Variable	Mean	SD	Range
Age	60.7	8.9	45-78
Gender			
Male	10		
Female	10		
Marital status			
Married	10		
Single	10		
Divorced	10		
Widowed	10		
Educational level			
High school or less	10		
College	10		
Postgraduate	10		
Occupation			
Unemployed	10		
Retired	10		
Other	10		
Health status			
Good	10		
Fair	10		
Poor	10		
Depression			
No	10		
Yes	10		
Medication			
None	10		
Antidepressant	10		
Anxiolytic	10		
Sedative	10		
Painkiller	10		
Other	10		

• VOM COFFINER DE FALCONE WURDE ER  
JUN FERNANDO FALCONE INGEFÜHRT WURDE  
• KAM DA QUANTO, EMPRESARIO E FISCAL  
RECONHECIDO, E SEU NOME

1051 p. 25. 2000.

[illegible]

<p>1. <b>Project Name:</b> _____</p> <p>2. <b>Project Manager:</b> _____</p> <p>3. <b>Project Sponsor:</b> _____</p> <p>4. <b>Project Start Date:</b> _____</p> <p>5. <b>Project End Date:</b> _____</p> <p>6. <b>Project Budget:</b> _____</p> <p>7. <b>Project Status:</b> _____</p> <p>8. <b>Project Description:</b> _____</p> <p>9. <b>Project Objectives:</b> _____</p> <p>10. <b>Project Risks:</b> _____</p> <p>11. <b>Project Deliverables:</b> _____</p> <p>12. <b>Project Milestones:</b> _____</p> <p>13. <b>Project Stakeholders:</b> _____</p> <p>14. <b>Project Communication Plan:</b> _____</p> <p>15. <b>Project Change Management Plan:</b> _____</p> <p>16. <b>Project Risk Management Plan:</b> _____</p> <p>17. <b>Project Quality Management Plan:</b> _____</p> <p>18. <b>Project Resource Management Plan:</b> _____</p> <p>19. <b>Project Procurement Management Plan:</b> _____</p> <p>20. <b>Project Stakeholder Management Plan:</b> _____</p>	<p>1. <b>Project Name:</b> _____</p> <p>2. <b>Project Manager:</b> _____</p> <p>3. <b>Project Sponsor:</b> _____</p> <p>4. <b>Project Start Date:</b> _____</p> <p>5. <b>Project End Date:</b> _____</p> <p>6. <b>Project Budget:</b> _____</p> <p>7. <b>Project Status:</b> _____</p> <p>8. <b>Project Description:</b> _____</p> <p>9. <b>Project Objectives:</b> _____</p> <p>10. <b>Project Risks:</b> _____</p> <p>11. <b>Project Deliverables:</b> _____</p> <p>12. <b>Project Milestones:</b> _____</p> <p>13. <b>Project Stakeholders:</b> _____</p> <p>14. <b>Project Communication Plan:</b> _____</p> <p>15. <b>Project Change Management Plan:</b> _____</p> <p>16. <b>Project Risk Management Plan:</b> _____</p> <p>17. <b>Project Quality Management Plan:</b> _____</p> <p>18. <b>Project Resource Management Plan:</b> _____</p> <p>19. <b>Project Procurement Management Plan:</b> _____</p> <p>20. <b>Project Stakeholder Management Plan:</b> _____</p>
---	---

[illegible]

Circumstance	All respondents (%)	Men (%)	Women (%)
If someone is attacking you	~85	~85	~85
If someone is threatening you	~75	~75	~75
If someone is harassing you	~65	~65	~65
If someone is insulting you	~45	~45	~45
If someone is annoying you	~25	~25	~25

[illegible]

1. VET. SUPRESSÃO DE VALORES MOBIL. ANTER.  
2. 10% DE MONTO PARCELS FINANÇ. PAROQUIAIS  
3. 10% DE MONTO PARCELS FINANÇ. PAROQUIAIS  
4. 10% DE MONTO PARCELS FINANÇ. PAROQUIAIS  
5. 10% DE MONTO PARCELS FINANÇ. PAROQUIAIS

—500—

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 278: 1039-1044.

[illegible]

**THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS**

---

Submitted: 21/12/2020      Registered: 30/01/2021

1. q. r. v. 4. 30. 1. 1. 1. 1.

1. q. r. v. 4. 30. 1. 1. 1. 1.

[illegible]

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	52
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	----



[illegible]

Годы жизни 17 7000

10910300 2551210 0

... 100% 100% 100%

[illegible][illegible]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

GRUPO FINANCEIRO - FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Data Base: 31/12/2008

Unidade de Referência

RENTES DA CONDIÇÃO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

RENTES DE INVESTIMENTO

2.1. - DISTRIBUIÇÃO

2.1.1. - DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

2.1.2. - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO LÍQUO

Descrição	Valor	Porcentagem
Dividendos	1.000.000,00	100,00%
Resultado Líquido	1.000.000,00	100,00%
Total	2.000.000,00	200,00%

2009-2010 157

**Keywords:** child sexual abuse; disclosure; social support

... ... .. ... ..

[illegible]

2013-2014

:Pq dlc:ao \$-vrlA'v

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*) is the primary photosynthetic pigment in most plants and algae. It is a green pigment that absorbs light energy in the blue and red regions of the visible spectrum.

A blank sheet of white paper featuring a light gray grid pattern. The grid consists of small squares, approximately 10 units wide by 10 units high. There are several larger, fainter rectangular outlines overlaid on the grid, possibly indicating margins or specific sections for writing. The overall appearance is that of a standard piece of graph paper used for technical drawing or mathematics.

# STATE OF TEXAS

COUNTY OF DALLAS  
 DISTRICT COURT, 12th JUDICIAL DISTRICT  
 vs.  
 THE STATE OF TEXAS

vs. THE STATE OF TEXAS

vs. THE STATE OF TEXAS

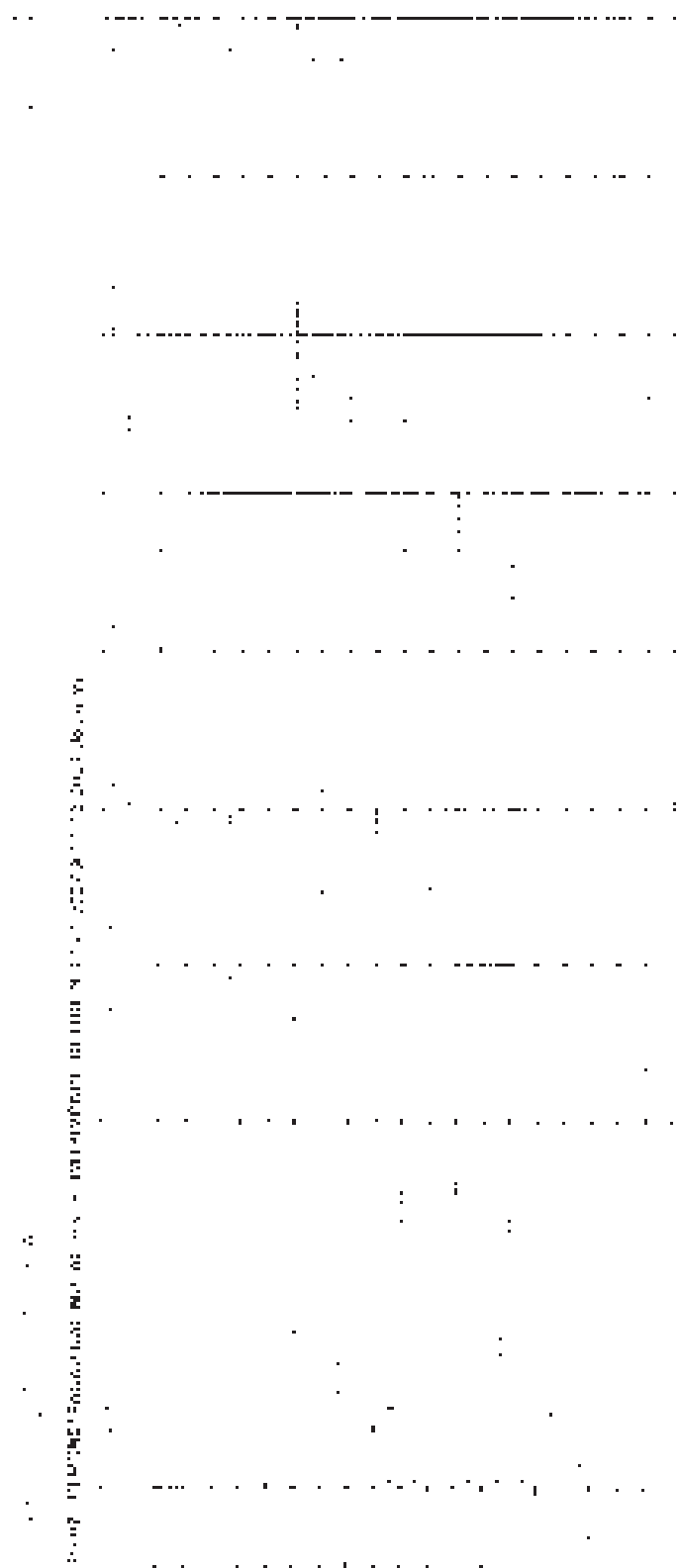
vs. THE STATE OF TEXAS

vs. THE STATE OF TEXAS

vs. THE STATE OF TEXAS

vs. THE STATE OF TEXAS

FIGURE 1  
 THE EFFECT OF THE  
 INTRODUCTION OF THE  
 NEW TAX ON THE  
 TAXATION OF THE  
 TAXPAYER'S  
 INCOME



THE EFFECT OF THE INTRODUCTION OF THE NEW TAX ON THE TAXATION OF THE TAXPAYER'S INCOME

Date of birth	Sex	Age	Height	Weight	Blood pressure	Heart rate	Respiratory rate	Temperature	Pulse
1900	M	25	175	75	120/80	72	18	37.5	72
1901	F	26	165	65	110/70	68	16	37.2	68
1902	M	27	180	80	130/90	75	20	37.8	75
1903	F	28	170	70	120/80	70	18	37.4	70
1904	M	29	185	85	140/100	80	22	38.0	80
1905	F	30	175	75	130/90	75	20	37.6	75
1906	M	31	190	90	150/110	85	24	38.2	85
1907	F	32	180	80	140/100	80	22	37.8	80
1908	M	33	195	95	160/120	90	26	38.4	90
1909	F	34	185	85	150/110	85	24	38.0	85







4445 THE PUBLIC WORKS  
FOR THE MODERNIZATION OF THE  
CITY OF THE MODERNIZATION OF THE  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

## MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

## MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION

MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION  
MODERNIZATION OF THE MODERNIZATION







## 15.1. DETERMINAÇÕES ADMINISTRATIVAS

# 3. Desempenho Operacional

## Clientes

A ENEC, S.A. possui um total de aproximadamente 5 mil 500 de clientes, com uma taxa de 85% de crescimento, apresentando um crescimento de 2,5% em 2008, com o crescimento de 1,5% em 2007, um aumento de 1,5% em 2006 e 1,5% em 2005.

## Vendas de Energia

Em 2008, a ENEC, S.A. conseguiu manter o mercado sob o mesmo desempenho de 2007, com uma taxa de 12,144. O crescimento de 2008 para o crescimento de 2007 foi de 1,5% em 2008, com o crescimento de 1,5% em 2007, um aumento de 1,5% em 2006 e 1,5% em 2005.

- **Classes Residencial e Comercial:** crescimento de 2,3% em 2008, com o crescimento de 2,3% em 2007, um aumento de 2,3% em 2006 e 2,3% em 2005. A ENEC, S.A. conseguiu manter o mercado sob o mesmo desempenho de 2007, com uma taxa de 12,144. O crescimento de 2008 para o crescimento de 2007 foi de 1,5% em 2008, com o crescimento de 1,5% em 2007, um aumento de 1,5% em 2006 e 1,5% em 2005.
- **Classe Industrial:** aumento de 1,95%, devido a forte expansão e crescimento de 1,95% em 2008, com o crescimento de 1,95% em 2007, um aumento de 1,95% em 2006 e 1,95% em 2005.

A ENEC, S.A. conseguiu manter o mercado sob o mesmo desempenho de 2007, com uma taxa de 12,144. O crescimento de 2008 para o crescimento de 2007 foi de 1,5% em 2008, com o crescimento de 1,5% em 2007, um aumento de 1,5% em 2006 e 1,5% em 2005.

A ENEC, S.A. conseguiu manter o mercado sob o mesmo desempenho de 2007, com uma taxa de 12,144. O crescimento de 2008 para o crescimento de 2007 foi de 1,5% em 2008, com o crescimento de 1,5% em 2007, um aumento de 1,5% em 2006 e 1,5% em 2005.

Para mais detalhes referentes à energia elétrica faturada (venda em R\$, em GWh e por classe de consumo), vejam a Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras.

## Perdas Comerciais

A ENEC, S.A. conseguiu manter o mercado sob o mesmo desempenho de 2007, com uma taxa de 12,144. O crescimento de 2008 para o crescimento de 2007 foi de 1,5% em 2008, com o crescimento de 1,5% em 2007, um aumento de 1,5% em 2006 e 1,5% em 2005.











01/10/2024 - PTA PRELIMINAR FORÇA LIT - CPFL

01/10/2024 - 0001-02

PLANO DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

## 6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A PLPA tem o objetivo de integrar a sustentabilidade ao planejamento estratégico, promovendo práticas responsáveis nas atividades operacionais, ambientais, sociais e econômicas, visando a longo prazo a sustentabilidade da empresa e a satisfação dos stakeholders. A PLPA também busca promover a sustentabilidade por meio de ações que promovam a melhoria contínua, a inovação e a transparência, contribuindo para a sustentabilidade da empresa e da sociedade.

### Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

O Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE) é um conjunto de procedimentos, normas e políticas que orientam a conduta dos colaboradores, visando a promoção de uma cultura ética e transparente. O SGDE é baseado no Código de Ética e no Regulamento Interno, que estabelecem as regras de conduta para todos os colaboradores. O SGDE também inclui a implementação de programas de treinamento e desenvolvimento, visando a capacitação dos colaboradores em temas relacionados à ética e à responsabilidade corporativa. O SGDE é avaliado regularmente, visando a melhoria contínua do sistema.

### Gestão da Excelência Empresarial

A PLPA adota o modelo de Sistema de Gestão Integrado (SGI) baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Este modelo é baseado nos princípios de melhoria contínua e na integração dos processos de trabalho, visando a excelência operacional, financeira, social e ambiental. O SGI é baseado no Modelo de Excelência da Qualidade (MEQ) da FNQ, que estabelece os requisitos para a excelência operacional, financeira, social e ambiental. O SGI é avaliado regularmente, visando a melhoria contínua do sistema.

A PLPA também possui o Modelo de Gestão Integrado (MGI) baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da FNQ, que estabelece os requisitos para a excelência operacional, financeira, social e ambiental. O MGI é baseado no Modelo de Excelência da Qualidade (MEQ) da FNQ, que estabelece os requisitos para a excelência operacional, financeira, social e ambiental. O MGI é avaliado regularmente, visando a melhoria contínua do sistema.

A PLPA também possui o Modelo de Gestão Integrado (MGI) baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da FNQ, que estabelece os requisitos para a excelência operacional, financeira, social e ambiental. O MGI é baseado no Modelo de Excelência da Qualidade (MEQ) da FNQ, que estabelece os requisitos para a excelência operacional, financeira, social e ambiental. O MGI é avaliado regularmente, visando a melhoria contínua do sistema.

SECRETARIA DE ESTADO DO MINISTÉRIO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÍDA DE SAÚDE

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA E PREVENÇÃO

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA, INDUSTRIAL E OUTRAS

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

## Satisfação dos Clientes

A pesquisa de satisfação com o público foi realizada em 2018, com o objetivo de avaliar a percepção dos clientes sobre a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública. Os resultados da pesquisa foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

## Programas de Eficiência Energética e P&D

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

## Gestão de Recursos Humanos

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

Os resultados da pesquisa de satisfação com o público foram os seguintes: a) a maioria dos clientes (70%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como boa; b) a maioria dos clientes (60%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como muito boa; c) a maioria dos clientes (50%) considerou a qualidade dos serviços oferecidos pela Secretaria de Saúde Pública como excelente.

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

SECRETARIA

70082-4 CUA PAULISTA FORÇA DUE - CNPJ

11-050-1961001-00

## 1.1.1. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório Anual da Gestão da Administração Federal - Consolidação do Relatório Anual da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública. O relatório anual da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública, é o documento que apresenta a gestão da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública.

### Relacionamento com as Comunidades

Em 2008, a Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública, é o documento que apresenta a gestão da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública.

- **CNPJ Cultural:** O CNPJ Cultural, por meio da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública, é o documento que apresenta a gestão da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública.
- **Programa CNPJ de Revitalização dos Hospitais Filantropicos:** O CNPJ Cultural, por meio da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública, é o documento que apresenta a gestão da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública.
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** O CNPJ Cultural, por meio da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública, é o documento que apresenta a gestão da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública.
- **Prêmio Cidadão RAC e CNPJ:** O CNPJ Cultural, por meio da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública, é o documento que apresenta a gestão da Administração Federal em 2008, elaborado em conformidade com o Plano de Trabalho da Secretaria Municipal Federal de Apoio às Ações Educacionais, Pedagógicas e Civis, e a Lei nº 12.527/2008, que dispõe sobre o acesso à informação pública.

00001 - C/DA FACILISTA TORCA LUG - CPFL

31.155.136-0001-02

EDU-REF. VIGORIOSA ADMINISTRATIVA

## Influência e Liderança na Cadeia de Valor

No ano 2001, a CPFL Paulista apresenta o Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver de forma integrada projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2006, a CPFL lançou o VII Encontro de Executivos sobre o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de fortalecer os projetos e parcerias formados pela CPFL em parceria com diferentes setores da sociedade brasileira.

No ano 2007, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2008, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira.

No ano 2008, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2009, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira.

## Gestão Ambiental

A CPFL Paulista apresenta o desenvolvimento do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2006, a CPFL lançou o VII Encontro de Executivos sobre o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de fortalecer os projetos e parcerias formados pela CPFL em parceria com diferentes setores da sociedade brasileira.

No ano 2008, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2009, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira.

No ano 2009, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira. Em 2010, a CPFL lançou o primeiro ano do Programa Rede de Valor, com o objetivo de desenvolver projetos e estratégias de desenvolvimento sustentável em diferentes setores da sociedade brasileira.

2025/2026 - 100% - 100% - 100%  
100% - 100% - 100% - 100%  
100% - 100% - 100% - 100%  
100% - 100% - 100% - 100%  
100% - 100% - 100% - 100%

Regulamento Geral da  
Regulamentação da

100% - 100% - 100% - 100%

100% - 100% - 100% - 100%

100% - 100% - 100% - 100%

## Reconhecimentos e Premiações

**Prêmio Nacional da Qualidade® - PNQ 2008**, da Fundação Nacional da Qualidade-FNQ

**Prêmios Abradee 2008** - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica:

- Melhor Qualidade de Energia do Brasil;
- Qualidade da Gestão - Nacional;
- Gestão Financeira - Nacional;
- Gestão Operacional - Nacional;
- Melhor Serviço ao Cliente - Nacional;

**Prêmio IASC 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEL**

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Região Sudeste - 2008;  
- Melhor Qualidade de Serviço - 2008.

**Prêmio "Medalha Eloy Chaves"** - Secretaria de Energia - 2008. Prêmio atribuído às Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica que obtiveram o melhor desempenho na Avaliação da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica-ABDE.

**XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial** - Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - 2008.

**Prêmio Eletricidade 2008 - Revista Eletricidade Moderna:**

- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Região Sudeste - 2008;
- Melhor Qualidade de Serviço;
- Melhor Distribuição de Energia Elétrica - Região Sudeste;
- Melhor Distribuição de Energia Elétrica - Região Sudeste;

## 7. Auditores Independentes

A CPFL Energia contratou a auditoria independente da CPFL Energia para a auditoria independente da CPFL Energia, a fim de verificar a conformidade da CPFL Energia com as normas contábeis e fiscais aplicáveis. A auditoria independente foi realizada em 2008, e a CPFL Energia recebeu o parecer da auditoria independente de "sem ressalvas" em relação à conformidade da CPFL Energia com as normas contábeis e fiscais aplicáveis.

CPFL Energia S.A.

CPFL Energia

CPFL ENERGIA S.A. - CREDITO FEDERAL  
FONTE: CONTAS DE VALORES HABILITADOS  
DEB - CATEGORIAÇÃO FUNDAMENTAL DE CREDITADIA  
PROPOSTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRA  
Representação: Representação

Legislação: Normativa  
Data-Base: 11/12/2008

03332-4 CTA PROPOSTA POROS LUG - CPFL

11.030.116/0001-03

[14] REP VIGIAR DA ADMINISTRAÇÃO

## 8. Agradecimentos

A CPFL Energia do CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e ao conjunto de colaboradores da região, pela confiança depositada na CPFL Energia e o apoio e a colaboração, a nível de fomento, apoio e a colaboração em todo o processo de produção e distribuição de energia elétrica, com o objetivo de garantir a qualidade e a segurança.

### *A Administração*

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, acesse o endereço [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br).



















MEMO TO CIA FACULTISTA FORCA INS - 23/01

SL-050 116 7071-00

4.111 = 71.91 0.28 4.111 11 1.111 4.4

1. *Journal of the Philosophy of Education Society of Great Britain*, 35 (2004), 1, 1–16.

• 2% | **Exercícios 1450 e 1460**

As a result, the use of a non-reflective surface is a more suitable option for the design of the LED lighting system. The use of a non-reflective surface is a more suitable option for the design of the LED lighting system.

A partir da Resolução de Junho 2009 a ANLL (Associação Nacional de Lojas de Livros) passou a oferecer descontos especiais para a compra de livros e jornais. A intenção é estimular a leitura e a circulação de livros e jornais no Brasil. A ANLL também oferece descontos para a compra de livros e jornais em formato eletrônico.

в 1994

Este trabalho é resultado de uma pesquisa em algumas escolas, nas quais se utilizaram métodos para a implementação de distribuição de renda e de programas de melhoria da qualidade da educação em parceria com os pais e a comunidade. Os dados foram analisados através de técnicas estatísticas e de análise de conteúdo.

© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 391–397

[illegible]

#### 4. Mapeamento de PIS e CPMF

El uso de un subconjunto de los datos reducidos al 50% ( $\mathcal{D}_{\text{red}} = 0.5 \times \mathcal{D}$ ) para el entrenamiento de los modelos de ML produjo mejores resultados que el uso de los datos completos ( $\mathcal{D}_{\text{red}} = \mathcal{D}$ ).

<sup>1</sup> <http://www.fishbase.org>, accessed 24 May 2010. <sup>2</sup> <http://www.fishbase.org>, accessed 24 May 2010.

Abstracts are prepared for inclusion in annual or other major periodicals selected for further review. Abstracts include the journal title, volume, page, and year of publication.

© 2009 Pearson Education, Inc.

As principais variáveis independentes consideradas a seguir são: a) a natureza da atividade econômica, b) o tamanho da empresa, c) o grau de inovação tecnológica, d) o grau de internacionalização, e) o grau de concentração da atividade econômica.



REPUBLICA FEDERALE  
DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
SECRETARIA DE ECONOMIA  
FISCAL  
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

SECRETARIA DE ECONOMIA  
FISCAL

ANEXO 4 - CDA PAUDIMENTA RENDA LUX - CRTL

03.036.196/2001-00

#### 4.0 - ANEXOS EPIRES CILVAS

Os anexos EPIRES CILVAS (EPIRES) referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

#### 4.1 - Anexos EPIRES CILVAS

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.

Os anexos EPIRES CILVAS da Base da Tarifa da Sociedade e ANFF, a serem acrescentados aos anexos EPIRES CILVAS, referem-se ao custo ou valor agregado, como bem ou serviço, em virtude da metodologia de repasse da supercontribuição.





















SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 LPP - Bureau de Valores Mobiliários do Brasil e das  
 Américas Comercial, Industrial e Outras  
 Responsabilidade: Representante

Regulação e Monitoria  
 Data Base 31.12.2006

02742-4 CIA SANEITA FORÇA LUZ - 2770

21.050.196-2011-02

OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS

(13) FORNECEDORES

	2006	2007
<u>Circulante</u>		
Fornecedores de Energia Elétrica	40.81	1.215
Commodities de Energia Elétrica	207.471	201.846
Fornecedores de Energia Elétrica	78.807	35.505
Commodities de Energia Elétrica	47.133	34.475
Fornecedores de Energia Elétrica	19.112	31.065
Outros	1.113	689
Total	446.851	382.394
<u>Map Circulante</u>		
Empresas de Energia Elétrica	207.471	201.846

Os dados de 2007 da Força Elétrica e das Commodities de Energia Elétrica foram obtidos a partir da publicação da Resolução da ANEEL nº 1.000/2007, de 12 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a metodologia de cálculo.









SERVICÓ DE ALUGAR E MONTAR  
 DE MÓVEIS E OUTROS MOBILIÁRIOS  
 EPP - Empreendedoras Individuais e Paróquias  
 EPP - Comércio, Industrial e Outros  
 Representação Representativa

Engenharia de Software  
 Data-base 2012/2013

2018-2019 - 100% - 100% - 100%

2018-2019 - 100% - 100% - 100%

#### 14.1.1. SÍNTESE DA PRÁTICA

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a prática de ensino de Matemática, com foco na resolução de problemas, a partir da compreensão dos conceitos matemáticos e da aplicação dos mesmos em situações reais.

Os dados foram coletados a partir de 10 de dezembro de 2018, com duração de 10 minutos.

Os dados foram coletados a partir de 10 de dezembro de 2018, com duração de 10 minutos.

A prática de ensino de Matemática, com foco na resolução de problemas, é uma prática que visa desenvolver a capacidade de raciocínio lógico-matemático dos alunos, a partir da compreensão dos conceitos matemáticos e da aplicação dos mesmos em situações reais.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a prática de ensino de Matemática, com foco na resolução de problemas, a partir da compreensão dos conceitos matemáticos e da aplicação dos mesmos em situações reais.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a prática de ensino de Matemática, com foco na resolução de problemas, a partir da compreensão dos conceitos matemáticos e da aplicação dos mesmos em situações reais.

	2018	2019
Quantidade de alunos matriculados	100	100
Quantidade de aulas ministradas	100	100
Quantidade de horas ministradas	100	100

	2018	2019
Quantidade de alunos matriculados	100	100
Quantidade de aulas ministradas	100	100
Quantidade de horas ministradas	100	100

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a prática de ensino de Matemática, com foco na resolução de problemas, a partir da compreensão dos conceitos matemáticos e da aplicação dos mesmos em situações reais.





AGÊNCIA FOMENTO REGIONAL  
 S/A - IMPLANTAÇÃO DE VALORES ADICIONAIS  
 DE IMPOSTOS SOBRE Produtos e Serviços  
 INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E OUTROS  
 Responsabilidade Limitada

Implicação Social  
 Data base - 1.1.2007

DATA DE CRIAÇÃO DA EMPRESA POR CDA - 00/01

Nº 020.110/20.11-00

# 110 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações contidas nestas notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2009	2008
Ativo		
Ativo Circulante	1.211.400	1.211.400
Ativo Não Circulante	1.211.400	1.211.400
Ativo Total	2.422.800	2.422.800
Passivo		
Passivo Circulante	1.211.400	1.211.400
Passivo Não Circulante	1.211.400	1.211.400
Passivo Total	2.422.800	2.422.800
Resultado	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	0,00	0,00
Patrimônio Total	0,00	0,00

## 117 - TAXAS REGULAMENTARES

	2009	2008
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRRPJ	1.000	1.000
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF	500	500
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF - CDD	20.000	20.000
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF - CDD	15.000	15.000
Total	21.500	21.500

## 118 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2009	2008	2009	2008
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRRPJ	1.000	1.000	1,00	1,00
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF	500	500	0,50	0,50
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF - CDD	20.000	20.000	20,00	20,00
Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF - CDD	15.000	15.000	15,00	15,00
Total	21.500	21.500	36,50	36,50



SERVICO PUBLICO FEDERAL  
C/C - OS SAO DE VALORES MOBILIZADOS  
DE - Desembolsar para as Federações  
União - FEDERAL, INDUSTRIA E OUTRAS  
Desembolsar Desembolsar

041216, R2 522-0647-4  
[REDACTED] 11/11/17

17162 4 CIA PAULISTA EMBOS DEF - CRF

12.253.129:0301.04

1111. 701451 4P11C 514 45

[illegible]

DI FINSOCIAL 15-6-1991 e per conoscenza all'Ufficio di Amministrazione di Genova, dove si trova il fascicolo, per gli atti relativi al 1981.

**Imposto de Renda** refere-se ao imposto da renda de pessoas físicas e jurídicas. Foi criado em 1964, substituindo o imposto de renda de 1954 referente a renda pessoal e o imposto de renda de 1950 referente à sociedade por uma única taxa. O IR é o imposto de renda pago sobre a renda bruta de cada pessoa ou entidade. A Receita Federal brasileira é responsável pela arrecadação do IR e pela fiscalização. O IR é dividido em duas partes: o IR de Pessoa Física (IRPF) e o IR de Pessoa Jurídica (IRPJ). O IRPF é o imposto de renda pago pelas pessoas físicas sobre a renda bruta. O IRPJ é o imposto de renda pago pelas pessoas jurídicas sobre a renda bruta. O IR é um imposto de renda direto, ou seja, é pago diretamente pelo contribuinte ao Fisco. O IR é um imposto de renda progressivo, ou seja, a alíquota aumenta com o aumento da renda. O IR é um imposto de renda anual, ou seja, é pago uma vez por ano. O IR é um imposto de renda sobre a renda bruta, ou seja, sobre a renda antes de deduzir os gastos. O IR é um imposto de renda sobre a renda de todas as fontes, ou seja, sobre a renda de salários, proventos de aposentadoria, lucros, dividendos, etc. O IR é um imposto de renda sobre a renda de todas as pessoas físicas e jurídicas, ou seja, sobre a renda de todos os contribuintes. O IR é um imposto de renda sobre a renda de todas as fontes, ou seja, sobre a renda de todas as fontes de renda. O IR é um imposto de renda sobre a renda de todas as pessoas físicas e jurídicas, ou seja, sobre a renda de todos os contribuintes. O IR é um imposto de renda sobre a renda de todas as fontes, ou seja, sobre a renda de todas as fontes de renda.

[illegible][illegible]

1. *Estudo de caso* – Situação concreta e análise de seus aspectos legais, onde se pode avaliar a atuação dos sujeitos, de modo a encontrar pontos para melhorar a prática e a atuação profissional, visando a melhoria da qualidade da educação.











EXERCÍCIO FISCAL 2008  
 CNPJ - 06.940.000/0001-90  
 Rua - Avenida das Indústrias e Comércio  
 1000 - JARDIM INDUSTRIAL - LUCAS RIBEIRO S. LUIZ  
 Fone/Fax - (11) 4700-1111

Registração Recolhida  
 Data - 08/01/2008

ENTRADA VIA ELECTRA FORCA LUIZ - 0272

31.058 1561001-00

11-11-2008 14:00:00

## [ 24 ] DESPESAS OPERACIONAIS

	2008	2007
<b><u>Despesas com Vendas</u></b>		
Salários	11.134	11.134
Comissão	00	00
Despesas com Transportes	10.951	10.951
Despesas com Frete e Corresponsabilização	15.12	15.12
Despesas com Impostos	1.00	1,00
Despesas com Aluguel	24.00	24.000
Outras	1.00	1,00
<b>Total</b>	<b>102.803</b>	<b>239.239</b>
<b><u>Despesas Gerais e Administrativas</u></b>		
Salários	11.740	11.740
Comissão	0,00	0,00
Despesas com Transportes	60.000	60.000
Despesas com Frete e Corresponsabilização	0,00	0,00
Despesas com Impostos	5.000	5.000
Despesas com Aluguel	1.000	1.000
Despesas com Energia Elétrica	1.000	1.000
Despesas com Manutenção e Reparações	2.000	2.000
Outras	1.000	1.000
<b>Total</b>	<b>147.400</b>	<b>136.880</b>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>		
Despesas com Impostos	11.100	11.100
Despesas com Aluguel e Despesas da Associação	1.500	1,500
Despesas com Manutenção e Reparações	0,00	0,00
Despesas com Energia Elétrica	1.000	1.000
Outras	1,00	1,00
<b>Total</b>	<b>13.600</b>	<b>21.600</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>258.803</b>	<b>397.720</b>

Observação: A diferença entre 12 meses na Despesa com vendas deve-se a diferença entre o período de 12 meses 2007 e o período de 12 meses 2008.



DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

GOVERNAMENTO FEDERAL  
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO  
192 - ADMINISTRAÇÃO FISCAL E PATRIMÔNIO  
PRÓPRIA (COMERCIAL, INDUSTRIA E OUTRAS)  
Representação Especializada

Carta de Registro  
Data Base - 10/01/2003

AVISO 4 CTA PAULISTA FORÇA LUZ - CFTL

33.050 176-0451 8=

14 - CUSTAS JUDICIAIS

14.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ. Para as custas processuais, ver o item 14.1.1.1.

14.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

14.1 - Custas de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CNJ.

33.050 176-0451 8=















REPÚBLICA FEDERAL  
 do BRASIL  
 Ministério de Valores Mobiliários  
 Departamento de Estatísticas Financeiras e Monetárias  
 Divisão de Contabilidade Industrial e Outros  
 Departamento de Estatísticas

Relatório Especial  
 Data-base 12/12/64

Unidade: MILHÕES DE REAIS - CÉL

12.010.196/1031-RR

## INDICADORES ECONÔMICOS

### Variação Anual

Este relatório indica a evolução da despesa com o capital fixo em 1964, em termos percentuais, em relação à despesa com o mesmo fim de 1963, das principais companhias industriais, classificadas por setores econômicos, e das principais empresas comerciais.

Setor Econômico	Despesa em 1964		Despesa em 1963		Variação em 1964
	em milhões de R\$	em %	em milhões de R\$	em %	em %
Indústria	1.100	100,0	1.000	100,0	10,0
Comércio	1.000	100,0	900	100,0	11,1
Indústria e Comércio	2.100	100,0	1.900	100,0	10,5
Indústria	1.100	100,0	1.000	100,0	10,0
Comércio	1.000	100,0	900	100,0	11,1
Indústria e Comércio	2.100	100,0	1.900	100,0	10,5

### Variação das taxas de juros

Este relatório indica a evolução das despesas dos estabelecimentos comerciais e industriais, em termos percentuais, em relação às despesas com o mesmo fim de 1963, das principais companhias industriais, classificadas por setores econômicos, e das principais empresas comerciais.

Setor Econômico	Despesa em 1964		Despesa em 1963		Variação em 1964
	em milhões de R\$	em %	em milhões de R\$	em %	em %
Indústria	1.100	100,0	1.000	100,0	10,0
Comércio	1.000	100,0	900	100,0	11,1
Indústria e Comércio	2.100	100,0	1.900	100,0	10,5
Indústria	1.100	100,0	1.000	100,0	10,0
Comércio	1.000	100,0	900	100,0	11,1
Indústria e Comércio	2.100	100,0	1.900	100,0	10,5





WILSON P. FERREIRA JUNIOR  
Diretor Geral de Valores Mobiliários  
Rua - Independência, 1000 - 13.º andar - São Paulo - SP  
Telefone - (011) 308.1000 - 1.000 linhas  
Telex - 510.000 - 510.000

Registração Societária  
Data Recb. - 10/10/1996

DESCRIÇÃO DA EMPRESA FORÇA LUM - S/A

51.056.116/0001-85

CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON P. FERREIRA JUNIOR  
Presidente

MIGUEL NORMANDO ABDALLA SAAD  
Vice-Presidente

LEONIR PINHEIRO DE GÓES  
Diretor

## DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR  
Diretor Presidente

WILSON P. FERREIRA JUNIOR  
Diretor de Administração

JOSE ANTONIO DE ALMEIDA LOPES  
Diretor de Administração  
Relações com Investidores

PAULO CÉSAR GOMES TAVARES  
Diretor de Administração

HELIO VIANA PEREIRA  
Diretor de Administração

JOSE MARCOS CHAVES DE MELO  
Diretor Administrativo

## DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTONIO CARLOS BASSALO  
Diretor de Contabilidade  
CPF - 058.200.111-11

SÉRGIO LUIZ FELIC  
Diretor de Contabilidade  
CPF - 058.200.111-11

1. 02.02.2019 10:00:00  
 2. 02.02.2019 10:00:00

33 APR 1963 PCH - PCH

PARECER DO CONSELHO DISCA,

Campinas, 18 de fevereiro de 2009

**FERRENCOLIS GÖRÖS**

1. *Acetabularia* (Rhodophyta)  $\alpha = 2\%$

Case 4: Multiple Defendants/Offenses

GOV. DO PARANÁ FEDERAL  
 DEPARTAMENTO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO  
 CONSUMIDOR  
 DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO  
 CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO  
 CONSUMIDOR

GOV. DO PARANÁ FEDERAL DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

GOV. DO PARANÁ FEDERAL DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Reapresentação em 26/06/2009

Atualização de informações em função da preparação do Prospecto de emissão de Debênturas no item abaixo relacionado:

Grupo 15 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ano 2006 e 2007 (Lucros e Prejuízos Acumulados)



1998-1999: 100% OF THE VALUES REGISTERED  
 FOR THE INVESTMENT FINANCING, MAINLY DUE TO  
 THE INVESTMENT IN THE INDUSTRIAL SECTOR.  
 (Source: *Informe de Inversión*)

Судья: **И. В. Зыкин**      Секретарь: **С. В. Сидорова**

0.01 2147 20.21

[illegible]

## INDEX

[illegible]

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

Identificação	Informações Gerais	Valor
01.31.1	Outros Dados	25.000.000,00

01.36 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Descrição	1 31.12.2007	2 31.12.2006	3 31.12.2005
De Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	50%	50.000.000	50.000.000
2 - Preferenciais	0%	0	0
3 - Total	100%	50.000.000	50.000.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0%	0	0
5 - Preferenciais	0%	0	0
6 - Total	0%	0	0

01.36 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

01.36.1 - Natureza da Empresa	Empresa Comercial - Indústria e Comércio
01.36.2 - Segmento de Atividade	Operacional
01.36.3 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.4 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.5 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.6 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.7 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.8 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.9 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos
01.36.10 - Descrição da Atividade	Atividade de Comércio de Produtos

01.37 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Nome	Valor	Porcentagem
------	-------	-------------

01.38 - PROVENTOS EM DINHEIRO

Valor em Dinheiro	Valor em Dinheiro	Valor em Dinheiro	Valor em Dinheiro	Valor em Dinheiro	Valor em Dinheiro
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6
01.38.1	01.38.2	01.38.3	01.38.4	01.38.5	01.38.6

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

Identificação da Empresa		Identificação da Pessoa Jurídica				Identificação da Pessoa Física	
CNPJ		CNPJ				CPF	
0026244		014 - SUJOSIA DOCSA LTDA - CPMI				22.050.16.000/000	
01	ACSA	20/11/2007	Josely Soares Colares Pinheiro		Pqm	16/11/1971-2149	
01	PCSA	01/11/2007	Josely Soares Colares Pinheiro		PMH	10/01/1977-7540	
02	ACSA	20/11/2007	Josely Soares Colares Pinheiro		PMH	16/11/1971-2149	
03	PCSA	20/11/2005	Exonerado		PMH	26/04/1965-7940	
04	ACSA	10/12/2007	Exonerado		PMH	412/24/6706500	
05	PCSA	20/11/2005	Exonerado		PMH	412/24/6706500	
06	PCSA	10/12/2006	Exonerado		PMH	412/24/6706500	

01.02 - DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Nome	CPF	Assinatura
28/11/2005		

11.01 - IDENTIFICAÇÃO

11.01.01 - CNPJ	00.000.000/0000-00	11.01.02 - Razão Social
11.01.03 - Nome Fantasia	20.000.000/0000-00	11.01.04 - Data de Emissão

12.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (R\$ mil. Mil)

12.01.01 - Ativo Circulante	12.01.02 - Ativo Não Circulante	12.01.03 - Total do Ativo
12.01.01.01 - Caixa e equivalentes	12.01.02.01 - Imobilizado	12.01.03.01 - Total do Ativo
12.01.01.02 - Contas a receber	12.01.02.02 - Intangível	12.01.03.02 - Total do Ativo
12.01.01.03 - Estoques	12.01.02.03 - Diferimento	12.01.03.03 - Total do Ativo
12.01.01.04 - Prepagos	12.01.02.04 - Outros	12.01.03.04 - Total do Ativo
12.01.01.05 - Outros	12.01.02.05 - Outros	12.01.03.05 - Total do Ativo
12.01.01.06 - Provisões	12.01.02.06 - Outros	12.01.03.06 - Total do Ativo
12.01.01.07 - Outros	12.01.02.07 - Outros	12.01.03.07 - Total do Ativo
12.01.01.08 - Outros	12.01.02.08 - Outros	12.01.03.08 - Total do Ativo
12.01.01.09 - Outros	12.01.02.09 - Outros	12.01.03.09 - Total do Ativo
12.01.01.10 - Outros	12.01.02.10 - Outros	12.01.03.10 - Total do Ativo
12.01.01.11 - Outros	12.01.02.11 - Outros	12.01.03.11 - Total do Ativo
12.01.01.12 - Outros	12.01.02.12 - Outros	12.01.03.12 - Total do Ativo
12.01.01.13 - Outros	12.01.02.13 - Outros	12.01.03.13 - Total do Ativo
12.01.01.14 - Outros	12.01.02.14 - Outros	12.01.03.14 - Total do Ativo
12.01.01.15 - Outros	12.01.02.15 - Outros	12.01.03.15 - Total do Ativo
12.01.01.16 - Outros	12.01.02.16 - Outros	12.01.03.16 - Total do Ativo
12.01.01.17 - Outros	12.01.02.17 - Outros	12.01.03.17 - Total do Ativo
12.01.01.18 - Outros	12.01.02.18 - Outros	12.01.03.18 - Total do Ativo
12.01.01.19 - Outros	12.01.02.19 - Outros	12.01.03.19 - Total do Ativo
12.01.01.20 - Outros	12.01.02.20 - Outros	12.01.03.20 - Total do Ativo
12.01.01.21 - Outros	12.01.02.21 - Outros	12.01.03.21 - Total do Ativo
12.01.01.22 - Outros	12.01.02.22 - Outros	12.01.03.22 - Total do Ativo
12.01.01.23 - Outros	12.01.02.23 - Outros	12.01.03.23 - Total do Ativo
12.01.01.24 - Outros	12.01.02.24 - Outros	12.01.03.24 - Total do Ativo
12.01.01.25 - Outros	12.01.02.25 - Outros	12.01.03.25 - Total do Ativo
12.01.01.26 - Outros	12.01.02.26 - Outros	12.01.03.26 - Total do Ativo
12.01.01.27 - Outros	12.01.02.27 - Outros	12.01.03.27 - Total do Ativo
12.01.01.28 - Outros	12.01.02.28 - Outros	12.01.03.28 - Total do Ativo
12.01.01.29 - Outros	12.01.02.29 - Outros	12.01.03.29 - Total do Ativo
12.01.01.30 - Outros	12.01.02.30 - Outros	12.01.03.30 - Total do Ativo
12.01.01.31 - Outros	12.01.02.31 - Outros	12.01.03.31 - Total do Ativo
12.01.01.32 - Outros	12.01.02.32 - Outros	12.01.03.32 - Total do Ativo
12.01.01.33 - Outros	12.01.02.33 - Outros	12.01.03.33 - Total do Ativo
12.01.01.34 - Outros	12.01.02.34 - Outros	12.01.03.34 - Total do Ativo
12.01.01.35 - Outros	12.01.02.35 - Outros	12.01.03.35 - Total do Ativo
12.01.01.36 - Outros	12.01.02.36 - Outros	12.01.03.36 - Total do Ativo
12.01.01.37 - Outros	12.01.02.37 - Outros	12.01.03.37 - Total do Ativo
12.01.01.38 - Outros	12.01.02.38 - Outros	12.01.03.38 - Total do Ativo
12.01.01.39 - Outros	12.01.02.39 - Outros	12.01.03.39 - Total do Ativo
12.01.01.40 - Outros	12.01.02.40 - Outros	12.01.03.40 - Total do Ativo
12.01.01.41 - Outros	12.01.02.41 - Outros	12.01.03.41 - Total do Ativo
12.01.01.42 - Outros	12.01.02.42 - Outros	12.01.03.42 - Total do Ativo
12.01.01.43 - Outros	12.01.02.43 - Outros	12.01.03.43 - Total do Ativo
12.01.01.44 - Outros	12.01.02.44 - Outros	12.01.03.44 - Total do Ativo
12.01.01.45 - Outros	12.01.02.45 - Outros	12.01.03.45 - Total do Ativo
12.01.01.46 - Outros	12.01.02.46 - Outros	12.01.03.46 - Total do Ativo
12.01.01.47 - Outros	12.01.02.47 - Outros	12.01.03.47 - Total do Ativo
12.01.01.48 - Outros	12.01.02.48 - Outros	12.01.03.48 - Total do Ativo
12.01.01.49 - Outros	12.01.02.49 - Outros	12.01.03.49 - Total do Ativo
12.01.01.50 - Outros	12.01.02.50 - Outros	12.01.03.50 - Total do Ativo
12.01.01.51 - Outros	12.01.02.51 - Outros	12.01.03.51 - Total do Ativo
12.01.01.52 - Outros	12.01.02.52 - Outros	12.01.03.52 - Total do Ativo
12.01.01.53 - Outros	12.01.02.53 - Outros	12.01.03.53 - Total do Ativo
12.01.01.54 - Outros	12.01.02.54 - Outros	12.01.03.54 - Total do Ativo
12.01.01.55 - Outros	12.01.02.55 - Outros	12.01.03.55 - Total do Ativo
12.01.01.56 - Outros	12.01.02.56 - Outros	12.01.03.56 - Total do Ativo
12.01.01.57 - Outros	12.01.02.57 - Outros	12.01.03.57 - Total do Ativo
12.01.01.58 - Outros	12.01.02.58 - Outros	12.01.03.58 - Total do Ativo
12.01.01.59 - Outros	12.01.02.59 - Outros	12.01.03.59 - Total do Ativo
12.01.01.60 - Outros	12.01.02.60 - Outros	12.01.03.60 - Total do Ativo
12.01.01.61 - Outros	12.01.02.61 - Outros	12.01.03.61 - Total do Ativo
12.01.01.62 - Outros	12.01.02.62 - Outros	12.01.03.62 - Total do Ativo
12.01.01.63 - Outros	12.01.02.63 - Outros	12.01.03.63 - Total do Ativo
12.01.01.64 - Outros	12.01.02.64 - Outros	12.01.03.64 - Total do Ativo
12.01.01.65 - Outros	12.01.02.65 - Outros	12.01.03.65 - Total do Ativo
12.01.01.66 - Outros	12.01.02.66 - Outros	12.01.03.66 - Total do Ativo
12.01.01.67 - Outros	12.01.02.67 - Outros	12.01.03.67 - Total do Ativo
12.01.01.68 - Outros	12.01.02.68 - Outros	12.01.03.68 - Total do Ativo
12.01.01.69 - Outros	12.01.02.69 - Outros	12.01.03.69 - Total do Ativo
12.01.01.70 - Outros	12.01.02.70 - Outros	12.01.03.70 - Total do Ativo
12.01.01.71 - Outros	12.01.02.71 - Outros	12.01.03.71 - Total do Ativo
12.01.01.72 - Outros	12.01.02.72 - Outros	12.01.03.72 - Total do Ativo
12.01.01.73 - Outros	12.01.02.73 - Outros	12.01.03.73 - Total do Ativo
12.01.01.74 - Outros	12.01.02.74 - Outros	12.01.03.74 - Total do Ativo
12.01.01.75 - Outros	12.01.02.75 - Outros	12.01.03.75 - Total do Ativo
12.01.01.76 - Outros	12.01.02.76 - Outros	12.01.03.76 - Total do Ativo
12.01.01.77 - Outros	12.01.02.77 - Outros	12.01.03.77 - Total do Ativo
12.01.01.78 - Outros	12.01.02.78 - Outros	12.01.03.78 - Total do Ativo
12.01.01.79 - Outros	12.01.02.79 - Outros	12.01.03.79 - Total do Ativo
12.01.01.80 - Outros	12.01.02.80 - Outros	12.01.03.80 - Total do Ativo
12.01.01.81 - Outros	12.01.02.81 - Outros	12.01.03.81 - Total do Ativo
12.01.01.82 - Outros	12.01.02.82 - Outros	12.01.03.82 - Total do Ativo
12.01.01.83 - Outros	12.01.02.83 - Outros	12.01.03.83 - Total do Ativo
12.01.01.84 - Outros	12.01.02.84 - Outros	12.01.03.84 - Total do Ativo
12.01.01.85 - Outros	12.01.02.85 - Outros	12.01.03.85 - Total do Ativo
12.01.01.86 - Outros	12.01.02.86 - Outros	12.01.03.86 - Total do Ativo
12.01.01.87 - Outros	12.01.02.87 - Outros	12.01.03.87 - Total do Ativo
12.01.01.88 - Outros	12.01.02.88 - Outros	12.01.03.88 - Total do Ativo
12.01.01.89 - Outros	12.01.02.89 - Outros	12.01.03.89 - Total do Ativo
12.01.01.90 - Outros	12.01.02.90 - Outros	12.01.03.90 - Total do Ativo
12.01.01.91 - Outros	12.01.02.91 - Outros	12.01.03.91 - Total do Ativo
12.01.01.92 - Outros	12.01.02.92 - Outros	12.01.03.92 - Total do Ativo
12.01.01.93 - Outros	12.01.02.93 - Outros	12.01.03.93 - Total do Ativo
12.01.01.94 - Outros	12.01.02.94 - Outros	12.01.03.94 - Total do Ativo
12.01.01.95 - Outros	12.01.02.95 - Outros	12.01.03.95 - Total do Ativo
12.01.01.96 - Outros	12.01.02.96 - Outros	12.01.03.96 - Total do Ativo
12.01.01.97 - Outros	12.01.02.97 - Outros	12.01.03.97 - Total do Ativo
12.01.01.98 - Outros	12.01.02.98 - Outros	12.01.03.98 - Total do Ativo
12.01.01.99 - Outros	12.01.02.99 - Outros	12.01.03.99 - Total do Ativo
12.01.01.100 - Outros	12.01.02.100 - Outros	12.01.03.100 - Total do Ativo





D1.01 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	Razão Social - Completa	Código de Registro
0035244	GEOLGACAO PETROL S.A. - EPP	00350125000100

D2.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ mil R\$)

Item	Descrição	31/03/07	31/03/06
1.1.1	Reserva de Integridade	-	-
1.1.2	Reserva Legal	-	-
1.1.3	Reserva de Retenção de Dividendos	-	-
1.1.4	Reserva de Lucros	250	1.750
1.1.5	Impostos	-	-
1.1.6	Exercícios Anteriores	-	-
1.1.7	Outros Reservas	-	-
1.1.8	Reserva de Renda	-	-
1.1.9	Reserva de Renda	-	-
1.1.10	Reserva de Renda	-	-
1.1.11	Reserva de Renda	-	-
1.1.12	Reserva de Renda	-	-
1.1.13	Reserva de Renda	-	-
1.1.14	Reserva de Renda	-	-
1.1.15	Reserva de Renda	-	-
1.1.16	Reserva de Renda	-	-
1.1.17	Reserva de Renda	-	-
1.1.18	Reserva de Renda	-	-
1.1.19	Reserva de Renda	-	-
1.1.20	Reserva de Renda	-	-
1.1.21	Reserva de Renda	-	-
1.1.22	Reserva de Renda	-	-
1.1.23	Reserva de Renda	-	-
1.1.24	Reserva de Renda	-	-
1.1.25	Reserva de Renda	-	-
1.1.26	Reserva de Renda	-	-
1.1.27	Reserva de Renda	-	-
1.1.28	Reserva de Renda	-	-
1.1.29	Reserva de Renda	-	-
1.1.30	Reserva de Renda	-	-
1.1.31	Reserva de Renda	-	-
1.1.32	Reserva de Renda	-	-
1.1.33	Reserva de Renda	-	-
1.1.34	Reserva de Renda	-	-
1.1.35	Reserva de Renda	-	-
1.1.36	Reserva de Renda	-	-
1.1.37	Reserva de Renda	-	-
1.1.38	Reserva de Renda	-	-
1.1.39	Reserva de Renda	-	-
1.1.40	Reserva de Renda	-	-
1.1.41	Reserva de Renda	-	-
1.1.42	Reserva de Renda	-	-
1.1.43	Reserva de Renda	-	-
1.1.44	Reserva de Renda	-	-
1.1.45	Reserva de Renda	-	-
1.1.46	Reserva de Renda	-	-
1.1.47	Reserva de Renda	-	-
1.1.48	Reserva de Renda	-	-
1.1.49	Reserva de Renda	-	-
1.1.50	Reserva de Renda	-	-
1.1.51	Reserva de Renda	-	-
1.1.52	Reserva de Renda	-	-
1.1.53	Reserva de Renda	-	-
1.1.54	Reserva de Renda	-	-
1.1.55	Reserva de Renda	-	-
1.1.56	Reserva de Renda	-	-
1.1.57	Reserva de Renda	-	-
1.1.58	Reserva de Renda	-	-
1.1.59	Reserva de Renda	-	-
1.1.60	Reserva de Renda	-	-
1.1.61	Reserva de Renda	-	-
1.1.62	Reserva de Renda	-	-
1.1.63	Reserva de Renda	-	-
1.1.64	Reserva de Renda	-	-
1.1.65	Reserva de Renda	-	-
1.1.66	Reserva de Renda	-	-
1.1.67	Reserva de Renda	-	-
1.1.68	Reserva de Renda	-	-
1.1.69	Reserva de Renda	-	-
1.1.70	Reserva de Renda	-	-
1.1.71	Reserva de Renda	-	-
1.1.72	Reserva de Renda	-	-
1.1.73	Reserva de Renda	-	-
1.1.74	Reserva de Renda	-	-
1.1.75	Reserva de Renda	-	-
1.1.76	Reserva de Renda	-	-
1.1.77	Reserva de Renda	-	-
1.1.78	Reserva de Renda	-	-
1.1.79	Reserva de Renda	-	-
1.1.80	Reserva de Renda	-	-
1.1.81	Reserva de Renda	-	-
1.1.82	Reserva de Renda	-	-
1.1.83	Reserva de Renda	-	-
1.1.84	Reserva de Renda	-	-
1.1.85	Reserva de Renda	-	-
1.1.86	Reserva de Renda	-	-
1.1.87	Reserva de Renda	-	-
1.1.88	Reserva de Renda	-	-
1.1.89	Reserva de Renda	-	-
1.1.90	Reserva de Renda	-	-
1.1.91	Reserva de Renda	-	-
1.1.92	Reserva de Renda	-	-
1.1.93	Reserva de Renda	-	-
1.1.94	Reserva de Renda	-	-
1.1.95	Reserva de Renda	-	-
1.1.96	Reserva de Renda	-	-
1.1.97	Reserva de Renda	-	-
1.1.98	Reserva de Renda	-	-
1.1.99	Reserva de Renda	-	-
1.1.100	Reserva de Renda	-	-

DI 01 - IDENTIFICAÇÃO

Identificação	Identificação	Identificação
001524	216 - 0015 - 216 - 0015 - 216 - 0015	216 - 0015 - 216 - 0015 - 216 - 0015

DE 01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R/L e R/L)

Item	Descrição	2013	2012	2011
1.1	Receita de vendas de produtos	1.100.000	1.100.000	1.100.000
1.2	Receita de serviços prestados	1.200.000	1.200.000	1.200.000
1.3	Receita de aluguel	1.300.000	1.300.000	1.300.000
1.4	Receita de juros	1.400.000	1.400.000	1.400.000
1.5	Receita de dividendos	1.500.000	1.500.000	1.500.000
1.6	Receita de outros	1.600.000	1.600.000	1.600.000
1.7	Receita de venda de ativos não circulantes	1.700.000	1.700.000	1.700.000
1.8	Receita de venda de ativos financeiros	1.800.000	1.800.000	1.800.000
1.9	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.900.000	1.900.000	1.900.000
1.10	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.100.000	1.100.000	1.100.000
1.11	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.110.000	1.110.000	1.110.000
1.12	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.120.000	1.120.000	1.120.000
1.13	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.130.000	1.130.000	1.130.000
1.14	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.140.000	1.140.000	1.140.000
1.15	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.150.000	1.150.000	1.150.000
1.16	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.160.000	1.160.000	1.160.000
1.17	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.170.000	1.170.000	1.170.000
1.18	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.180.000	1.180.000	1.180.000
1.19	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.190.000	1.190.000	1.190.000
1.20	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.200.000	1.200.000	1.200.000
1.21	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.210.000	1.210.000	1.210.000
1.22	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.220.000	1.220.000	1.220.000
1.23	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.230.000	1.230.000	1.230.000
1.24	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.240.000	1.240.000	1.240.000
1.25	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.250.000	1.250.000	1.250.000
1.26	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.260.000	1.260.000	1.260.000
1.27	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.270.000	1.270.000	1.270.000
1.28	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.280.000	1.280.000	1.280.000
1.29	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.290.000	1.290.000	1.290.000
1.30	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.300.000	1.300.000	1.300.000
1.31	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.310.000	1.310.000	1.310.000
1.32	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.320.000	1.320.000	1.320.000
1.33	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.330.000	1.330.000	1.330.000
1.34	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.340.000	1.340.000	1.340.000
1.35	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.350.000	1.350.000	1.350.000
1.36	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.360.000	1.360.000	1.360.000
1.37	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.370.000	1.370.000	1.370.000
1.38	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.380.000	1.380.000	1.380.000
1.39	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.390.000	1.390.000	1.390.000
1.40	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.400.000	1.400.000	1.400.000
1.41	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.410.000	1.410.000	1.410.000
1.42	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.420.000	1.420.000	1.420.000
1.43	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.430.000	1.430.000	1.430.000
1.44	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.440.000	1.440.000	1.440.000
1.45	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.450.000	1.450.000	1.450.000
1.46	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.460.000	1.460.000	1.460.000
1.47	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.470.000	1.470.000	1.470.000
1.48	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.480.000	1.480.000	1.480.000
1.49	Receita de venda de ativos de longo prazo	1.490.000	1.490.000	1.490.000
1.50	Receita de venda de ativos de curto prazo	1.500.000	1.500.000	1.500.000

11.01 - IDENTIFICAÇÃO

11.01.01 - Nome	11.01.02 - Razão Social	11.01.03 - CNPJ
00000000	20110015-0 - 20110015-02-0001-01	22.020.175/0001-82

12.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (RRENI - RDI)

12.01.01 - Descrição	12.01.02 - Valor	12.01.03 - Valor	12.01.04 - Valor
12.01.01.01 - Receita	10000000	10000000	10000000
12.01.01.02 - Despesa	10000000	10000000	10000000
12.01.01.03 - Resultado antes do Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.04 - Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.05 - Resultado líquido	10000000	10000000	10000000
12.01.01.06 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.07 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.08 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.09 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.10 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.11 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.12 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.13 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.14 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.15 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.16 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.17 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.18 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.19 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000
12.01.01.20 - Resultado líquido após Imposto de Renda	10000000	10000000	10000000

DI 01 - IDENTIFICAÇÃO

Identificação	Nome da Empresa	CNPJ
001524	216 - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	01.156.115/0001-85

DI 01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (R\$ Milhões)

Origem	Aplicação	2007	2006	2005
1.1.1.1	Receitas	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.2	Receitas de vendas	2.270,7	1.114,1	4.000,0
1.1.1.3	Receitas de serviços prestados	4.000,0	1.114,1	1.114,1
1.1.1.4	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.5	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.6	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.7	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.8	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.9	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.10	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.11	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.12	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.13	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.14	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.15	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.16	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.17	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.18	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.19	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.20	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.21	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.22	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.23	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.24	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.25	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.26	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.27	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.28	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.29	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.30	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.31	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.32	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.33	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.34	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.35	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.36	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.37	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.38	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.39	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.40	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.41	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.42	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.43	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.44	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.45	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.46	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.47	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.48	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.49	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1
1.1.1.50	Receitas de aluguel de bens móveis e imóveis	1.114,1	1.114,1	1.114,1

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.01.01 - Razão Social	PRATIM S/A	01.01.02 - CNPJ
01.01.03 - Nome Fantasia	PRATIM S/A	01.01.04 - CNAE Principal

01.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS (em mil R\$)

Item	Descrição	2007	2006	2005
01.02.01	Receita Operacional	2.500,00	2.500,00	2.500,00
01.02.02	Despesa Operacional	(1.000,00)	(1.000,00)	(1.000,00)
01.02.03	Resultado Operacional	1.500,00	1.500,00	1.500,00
01.02.04	Despesa Financeira	(500,00)	(500,00)	(500,00)
01.02.05	Receita Financeira	500,00	500,00	500,00
01.02.06	Resultado Financeiro	0,00	0,00	0,00
01.02.07	Resultado antes do Imposto de Renda	1.500,00	1.500,00	1.500,00
01.02.08	Imposto de Renda	(300,00)	(300,00)	(300,00)
01.02.09	Resultado Líquido	1.200,00	1.200,00	1.200,00









43.050.194/0001 68

Associação de Advogados e Advogadas do  
Estado de São Paulo  
Associação Paulista de Direito e de  
Ciências Jurídicas - SP

- 2008-09-10 11:41:56

RENDIMENTO FISCAL FOMENTO  
C/M - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
RPP - REGISTRAÇÃO, PUBLICIDADE E REGISTRO  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Registração e Publicidade  
Data Base 20/12/2009

C0232 & CIA PRODUTOS SÓLIDA LUM - SPED

33.050.196/0001-68

---

0001 - PARCELARIZAÇÃO DE LÍDERES INDEPENDENTES - S/A MÉRITO S/A

8 - As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008  
apresentam parâmetros contábeis adotados para a elaboração das demonstrações independentes que  
são diferentes dos adotados para a elaboração das demonstrações consolidadas de 2007.

Empresas: 31 de janeiro de 2009

KPMG Auditoria Independente  
CNPJ 06.904.428/0001-68

Endereço: Rua da Lapa, 100  
Cidade: São Paulo - SP - 05066-000

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUZ - SP/LZ

23.650.196/0001-B8

1344 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) submete à apreciação dos Senhores a Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da Companhia em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

## 1. Considerações Iniciais

A CPFL Paulista alcançou os objetivos estabelecidos em seu plano estratégico para 2007. A empresa atendeu à demanda de crescimento do seu mercado consumidor, ampliou seu nível de eficiência operacional, com serviços de qualidade, e encerrou o ano com uma carteira de 34,5 mil clientes.

A empresa, que atua em um dos mais expressivos mercados brasileiros, registrou energia bruta de 18.868 GWh, com crescimento de 3,1%, destacando-se os classes residencial e comercial, que tiveram taxas de expansão de 7,0% e 6,8%, respectivamente. No ano, foi registrado também um aumento de 10,6% na quantidade de energia lançada pelo uso do sistema de distribuição (TUSD).

Em reconhecimento a seus esforços, a CPFL Paulista conquistou o Prêmio Abradee 2007 (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), de Melhor Gestão Operacional, ao preservar os bons níveis dos indicadores técnicos de qualidade de fornecimento de energia, resultado da continuidade do programa de investimentos na expansão e manutenção do sistema elétrico, do aprimoramento contínuo na gestão operacional e da capacitação de seu quadro de profissionais.

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - SP-01

23.650.196/0001-B8

1341 - RUA VITÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, 141

## 2. Comentário sobre a Conjuntura

### Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira mostrou maior dinamismo em 2007. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno Bruto (PIB) superou a média de crescimento dos últimos anos. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela queda nos índices de desemprego, pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela expansão do crédito, embora a taxa de juros ainda se mantenha em patamares elevados. O Brasil demonstrou maior resistência às ameaças de crise na economia internacional, ocorridas no último trimestre do ano, analisando uma perspectiva otimista para a economia nacional em 2008, com expansão da atividade econômica e novos investimentos do setor público.

### Ambiente Regulatório

O aspecto regulatório foi marcado pela consolidação que vem sendo implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEE), com destaque para a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras (Resolução Normativa ANEE nº 234 e Audiência Pública nº 052/2007 de aprimoramento dessa resolução). Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para a incorporação das redes particulares (Resolução ANEE nº 273/06) permitirá a regulamentação dos ativos dos clientes envolvidos, além de propiciar um serviço com melhores padrões de qualidade e eficiência.

Com a revogação da Portaria DNARE nº 05/1990, que estabeleceu a participação financeira do consumidor para novas ligações, substituída pela Resolução ANEE nº 273/06 em decorrência da Lei nº 10.438/2002, foi definida uma nova sistemática que implicará na devolução das participações dos consumidores ligadas a partir de novembro de 2001. A regra dessas devoluções foi estabelecida na Resolução nº 250/07, com prazo de um ano para a sua efetivação.

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CPFL

23.650.196/0001-B8

1344 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Tarifas de Energia Elétrica

Em abr. de 2007, no Ajuste Tarifário Anual (ATA), as tarifas tiveram reajuste médio de 7,06%. A CPFL Paulista passou pelo 2º ciclo de revisão tarifária periódica em abr. de 2008.

## 3. Desempenho Operacional

A CPFL Paulista distribui energia para 234 municípios em uma das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, que registra taxas históricas de crescimento do mercado, superiores à média nacional.

### Clientes

A CPFL Paulista encerrou o ano com 3,412 mil clientes (acréscimo de 8,1 m consumidores), o que representa crescimento de 7,5%. O segmento residencial, que responde por 97,0% do total de clientes, cresceu 2,7% no exercício.

### Vendas de Energia

Em 2007, as vendas de energia tiveram expansão de 3,1% e alcançaram 18.668 GWh, com destaque para o crescimento das classes residencial e comercial, que apresentaram variações positivas de 7,0% e 6,8%, respectivamente. No segmento industrial, foi mantida a tendência de migração de clientes para o ambiente de contratação livre, o que levou ao aumento de 16,6% na quantidade de energia (medida por meio de contratos de uso do sistema de distribuição (UDS)), que alcançou 4.665 GWh.

O crescimento das vendas de energia para os segmentos residencial e comercial refletiu, principalmente, a aceleração da atividade econômica no País e o aumento real de rendimentos da massa salarial, estimulado pela baixa da inflação, pela elevação do salário mínimo e pela aceleração da venda de eletrodomésticos, em função do aumento do volume de crédito ao consumidor.

C0382-4 VIA PAULO STA FORTA LUIZ - CPLP

23.650.196/0001-B8

1349 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O comportamento do mercado consumidor na área de atuação da CPLP Pau d'Alho provocou alteração da participação das diversas classes na portfólio de vendas de energia da empresa. Com a saída de consumidores para o mercado livre de energia, houve expansão relativa da participação das demais classes nas vendas da distribuidora:

- **Classe Residencial** passou a representar 32,4% das vendas (31,2% em 2006);
- **Classe Comercial** subiu para 21,6% (19,3% em 2006);
- **Demais Classes** mantiveram-se estáveis (de 16,1% para 16,2%);
- **Classe Industrial**: representava 31,3% das vendas em 2006 e teve sua participação reduzida para 29,5% em 2007.

Embora o fluxo de clientes para o mercado livre tenha desacelerado em 2007, a migração ocorreu com maior intensidade entre os chamados "clientes especiais", que têm demanda contratada acima de 500 kW e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs. Em geral, essas fontes alternativas recebem incentivos, tais como um desconto no pagamento de TLSD, tornando-se atrativas para essa faixa de clientes. Portanto, a migração de "clientes especiais" para o mercado de fontes incentivadas não representa aumento de consumo no mercado livre, uma vez que esses clientes não são considerados propriamente livres, e geram impacto financeiro nas distribuidoras, pelo custo de TLSD, compensado nas revisões e repasses tarifários da distribuidora.

Para mais detalhes referentes à energia elétrica faturada (venda em R\$, em GWh e por classe de consumo), veja a Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

#### **Perdas Comerciais**

A CPLP Pau d'Alho continua atuando nas ações para o combate as perdas comerciais. Entre outras iniciativas, a empresa realizou 301 mil inspeções de unidades consumidoras, o que proporcionou a recuperação de 219 GWh, correspondentes a R\$ 7,1 milhões em receita.

C0382-4 VIA PAULISTA, 2000A LUX - SP/SP

23.050.196/0001-B8

1340 - 11.ª Edição DA ADMINISTRAÇÃO

## Qualidade dos Serviços Prestados

### Atendimento ao Cliente

A CFE, Paulista disponibiliza canais ágeis e confiáveis de atendimento, para assegurar facilidade de acesso e conforto aos seus clientes. Para isso, mantém uma estrutura diversificada composta por um moderno Call Center, de Agências de Atendimento e de uma Agência Virtual (Internet), entre outros, por meio dos quais, em 2007, foram realizados 10,2 milhões de atendimentos. Os clientes do Grupo A (alta tensão) contam, ainda, com um Contact Center e uma equipe de Gerentes de Negócios capacitada para oferecer orientações, informações e soluções em gestão de energia, adequadas às necessidades de cada cliente.

É importante ressaltar, ainda, o desempenho do indicador de qualidade do atendimento da CFE, Paulista, que atinge 1,9 (número de cartas rejeitadas a cada 10 mil emitidas), um dos melhores do País.

### Fornecimento de Energia

A CFE, Paulista busca permanentemente fornecer energia elétrica com elevada padrão de qualidade e eficiência a seus clientes. Para isso, desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e aumentar a eficiência da logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos e investe na automação e modernização do sistema elétrico, com o objetivo de assegurar sua confiabilidade e flexibilidade operacional.

Os resultados dessas ações podem ser medidos pelos indicadores de qualidade do fornecimento de energia, considerados os melhores entre as distribuidoras de energia elétrica do País. Em 2007, o FIC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, no ano, alcançou 0,88 vezes o IEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, no ano, foi de 5,95 horas. Destaca-se a preservação desses níveis de qualidade de serviço em um ano especialmente importante do ponto de vista de execução de obras, dentro do plano de expansão do sistema elétrico.



C0382-4 VIA PAULISTA, 1000A LUX - SP/L

23.650.196/0001-B8

1340 - RUA VITÓRIO DA ALMEIDA, 140

## 4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

### Receita Operacional

Em 2007, a CPFL Paulista acumula Receita Bruta de R\$ 6.688 milhões, com aumento de 5,1%. Os principais fatores para esse crescimento foram os efeitos do reajuste tarifário anual (RT), de 7,06%, ocorrido em abril de 2007, o aumento das vendas de energia para as classes residencial e comercial e o crescimento de 11,9% na receita pela uso do sistema de contribuição (TUSD).

A Receita Bruta contou, ainda, com o impacto positivo que resultaram das baixas no Passivo de Energia Livre, no montante de R\$ 136 milhões. Em 2007, em função do término do prazo estipulado para a recuperação de RTE e para o repasse aos geradores de energia livre, foi efetuada a baixa do passivo contra a receita operacional, conforme orientação da ANEEL. O mesmo montante foi registrado no item Custo/Despesa Operacional, com a baixa do Ativo da mesma natureza.

### Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A análise a seguir exclui o ajuste citado no item anterior, relacionado a Energia Livre, e que não provoca impacto na lucratividade e na EBITDA da Companhia.

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 1.418 milhões, com crescimento de 21,3% (R\$ 240 milhões), refletindo, principalmente, o aumento de 7,6% na Receita Líquida (R\$ 304 milhões) e a redução de 3,2% no Custo/Despesa Operacional (R\$ 15 milhões), da qual excluem-se as gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização. Esse resultado foi parcialmente compensado pelo aumento de 3,1% no Custo com Energia Elétrica (R\$ 74 milhões).

2006/2007 11 de 05

pg. 21

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX – CPFL

23.650.196/0001-B8

1349 - RUI VITORIO DA SILVA (VIT)

O EBITDA é calculado a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e resultado de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

### Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Paulista obteve Lucro Líquido de R\$ 619 milhões, com crescimento de 6,2%, devido, principalmente, ao aumento de 20,2% (R\$ 240 milhões) na EBITDA e ao efeito positivo na Item Entidade de Previdência Privada, que registrou aumento de receita de R\$ 30 milhões. Esse resultado foi parcialmente compensado pela elevação de 65,0% nas despesas financeiras líquidas (R\$ 39 milhões) e pela não ocorrência, em 2007, de Resultado de Equivalência Patrimonial ocorrido em 2006 (R\$ 97 milhões), em função da transferência do investimento da Rio Grande Energia (RGE) para a CPFL Energia, no início do exercício de 2007.

### Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívidas financeiras e derivativos), no final de 2007, atingiu R\$ 2.001 milhões, com aumento de 5,2%.

Mais informações sobre o endividamento encontram-se nas Notas Explicativas nº 14 e 15.

### Inadimplência

O índice de inadimplência foi reduzido para 1,17% da sua Receita Bruta. Um dos maiores bancos do setor elétrico brasileiro, resultado da eficácia dos cortes de fornecimento realizados (619 mil) e do esforço de negociação e cobrança de débitos, com destaque para os resultados obtidos na classe "Poder Público" que apresentou expressiva redução dos débitos anteriormente existentes.

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CPEL

23.650.196/0001-B8

1349 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 5. Investimentos

Desde a inauguração à noção de expansão do sistema elétrico, diante do expressivo crescimento da demanda, a CPFL Paulista efetivou um plano abrangente de investimentos no sistema elétrico e implementou melhorias no atendimento ao cliente e em sistemas de suporte à gestão.

No ano, foram investidos R\$ 311 milhões, dos quais R\$ 212 milhões destinados à expansão do sistema elétrico, para atender ao crescimento do mercado (82 mil clientes em 2007) e R\$ 99 milhões aplicados em obras de melhoramento e manutenção do sistema elétrico, infraestrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e cooperação e em programas de pesquisa e desenvolvimento.

### **Aquisição de ativos da Cooperativa de Eletrificação Rural**

A CPFL Paulista adquiriu, por R\$ 4,2 milhões, os ativos elétricos da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Franca (CERFR), e que abrangeu 410 km de redes do seu sistema elétrico e 1.094 novos clientes em oito municípios da região de Franca.

### **Sistema de Gestão Comercial**

Encontra-se em fase final de implantação o novo Sistema de Gestão Comercial (SGC), que permitirá a unificação dos processos e modernização dos sistemas de atendimento, faturamento, arrecadação, cobrança, contabilidade, gestão de perdas, serviços ao cliente e informações gerenciais. O programa irá proporcionar melhorias nos processos com reflexos na qualidade dos serviços prestados aos clientes.

### **Incorporação de Redes Particulares**

A CPFL Paulista deu início ao processo de incorporação de redes particulares. O trabalho consistirá na aquisição dos referidos ativos, segundo as condições da Resolução Normativa ANEEL nº 729/06, e consistirá a realização de investimentos nos 21.251 km de redes de distribuição que a Companhia planeja incorporar aos seus ativos elétricos nos próximos 5 anos.

C0382-4 VIA PAULISTA, 1000A LUX - SP/SP

23.650.196/0001-88

1340 - RUA VITÓRIO DA ALMEIDA, 141

## Suprimento de Materiais e Serviços

Em 2007, a Companhia registrou substanciais avanços com o sistema "fe-manish" de suporte ao processo de aquisição de materiais e equipamentos e de contratação de serviços e com a implantação do módulo Warehouse Management (WM), que permite a automação, a melhoria do controle e a maior rastreabilidade nos processos, ampliando a eficiência no gerenciamento de estoques.

## 6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A FPF - Paulista desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da constante gestão dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentável para os diferentes públicos com os quais a empresa se relaciona, por meio de ações e programas fundamentados em princípios éticos sólidos, que assegurem integridade, transparência, confiança e credibilidade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores e com as comunidades de sua área de atuação.

### Gestão da Ética e da Responsabilidade Empresarial

Foi implementado, em 2007, o novo Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética, um conjunto de disposições gerenciais, que tem o objetivo de diagnosticar, prevenir, monitorar, avaliar, reformular e aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética em todas as ações da empresa com seus públicos.

C0382-4 VIA PAULISTA, 2000A LUX - SP/SP

23.650.196/0001-B8

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O ano também marcou a realização de um novo ciclo de seminários de Reflexão sobre Ética, baseado no Código de Ética e no Código Empresarial<sup>1</sup> implantado no final de 2005. O Código de Desenvolvimento da Ética foi reestruturado, passando a atuar de forma mais acentuada na afirmação, disseminação e no controle do cumprimento dos direcionadores de ação empresarial, dos princípios organizacionais e das diretrizes de conduta empresarial estabelecidos pelo Código de Ética.

Também foi criada a Rede Ética, formada por colaboradores de diversas áreas, sensibilizados e capacitados para atuarem como multiplicadores dos valores éticos em suas unidades organizacionais.

### **Gestão da Excelência Empresarial**

A CPFL Paulista, alinhada com uma visão orientada para a criação de valor, incorpora critérios de excelência em seu modelo de gestão. Para isso, desenvolveu um Sistema de Gestão Integrado-SGI, que contempla a padronização e a certificação dos principais processos de trabalho, em quatro dimensões: Gestão da Qualidade (ISO 9001:00), Gestão Ambiental (ISO 14001:04), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18001:99) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000:01). A aderência ao sistema é monitorada permanentemente, inclusive por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas.

Destacou-se, ainda, no exercício, a aplicação da Estratégia Seis Sigma, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias e redução de perdas nos processos de trabalho.

### **Gestão da Satisfação dos Clientes**

A CPFL Paulista monitora permanentemente os índices de satisfação dos clientes com a qualidade dos serviços prestados pela empresa. As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comitês e em comissões temáticas.

CPFL-PAULISTA FORÇA LUX - CPFL

23.650.196/0001-B8

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Os insights coletados por meio dessas iniciativas orientam o planejamento estratégico da empresa.

Como resultado dessas ações, a satisfação dos clientes, medida pela Pesquisa de Satisfação do Consumidor Residência realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, registrou índice de 86,55%, superior à média nacional de 80,49% e ao percentual obtido no ano anterior. Na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abradeo, o resultado alcançado pela CPFL Paulista foi ainda melhor, com índice de 82,05%, medido pelo ISQP-Índice de Satisfação da Qualidade Percebida, fato que posicionou a Companhia como uma das melhores do País, no segmento que reúne as grandes distribuidoras.

#### Programas de Eficiência Energética e P&D

Em 2007, os Programas de Eficiência Energética promoveram ações de conservação e combate ao desperdício de energia elétrica em serviços de abastecimento de água, hospitais, escolas, delegacias e toruns. No ano, foram concluídos 128 projetos, entre eles o programa de eficiência de sistemas de iluminação pública e de praças, que beneficiou 116 municípios.

Com o Projeto CPFL nas Escolas, receberam treinamento 1.269 professores, em 152 escolas.

No Projeto de Atendimento a Comunidades de Baixo Poder Aquisitivo foram regularizadas 4.417 pontas de ligação dos clientes em situação irregular de consumo. Nestas comunidades, a Campanha substituiu 338.003 lâmpadas incandescentes por econômicas.

Na área de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a CPFL Paulista desenvolveu 41 projetos, com investimento de R\$ 5,5 milhões.

COBRO-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CPFL

23.650.196/0001-B8

1341 - RELEVÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

## Gestão de Recursos Humanos

A empresa encontra-se exercendo com 3.028 colaboradores (3.306 em 2006) e rotatividade de 7,16%. O tempo médio de atividade de cada profissional na empresa é de 14 anos e a idade média do quadro, de 34,38 anos.

Até junho de 2007, a CPFL Paulista desenvolveu programas inovadores para apoiar a gestão de seus recursos humanos:

- **CPFL Management** - Programa de Desenvolvimento gerencial, delineado em três eixos de atuação: Desenvolvimento de Competências, Ciclo Desenvolvimento Individual e Desenvolvimento de Liderança, com ações específicas de planejamento de carreira. Participaram do programa todas as gestões da empresa, com carga horária média de 150 horas de treinamento.
- **Disseminação de Competências** - Em 2007, foi realizado o processo de revisão das competências organizacionais, para alinhamento com o Planejamento Estratégico da CPFL Paulista. As competências definidas foram: Foco em Resultados, Excelência nos Processos, Visão Sistêmica, Foco pelo Cliente, Foco do Cliente, Empreendedorismo, Capacidade de Criar, Transformar e Inovar, Sustentabilidade, Visão Estratégica e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas.
- **Treinamento segundo a Norma Regulamentadora-NR 10** - Todos os eletricitas da empresa participaram de treinamento sobre riscos elétricos, organizada em 7 módulos, para atuar com segurança em instalações e serviços de eletricidade.
- **Portal de Qualidade de Vida** - Criado em outubro, disponibiliza informações, dicas e orientações sobre os principais pilares que constituem o programa de qualidade de vida da CPFL: segurança, saúde, físico, ambiental, social, emocional e financeiro.
- **Programa de Valorização da Diversidade** - que tem o objetivo de valorizar e promover a diversidade no quadro de colaboradores, ampliando a inclusão social, por meio de metas específicas, que objetivam aumentar a representatividade de

00882-4 VIA PAULISTA, 2000A LUX - SP/SP

25.650.196/0001-88

#### 13.3 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

- regras, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais;
- **Programa Fale Comigo** - destinado ao apoio e orientação aos colaboradores e familiares em aspectos sociais;
- **Programa Novo Tempo** - voltado para a preparação de colaboradores em condições de aposentadoria;
- **Programa Voluntariado Cidadão CPFL** - que tem o objetivo de criar oportunidades de ação conjunta da empresa com seus colaboradores, para atuar nas comunidades, potencializando a força e dando os investimentos sociais nas áreas de educação, mobilização social e cultural, e, ainda, fortalecendo a integração entre as empresas e as comunidades em que atua.

#### Relacionamento com as Comunidades

Entre as ações desenvolvidas pela empresa em 2007 para contribuir com o desenvolvimento das comunidades em que atua, destacamos:

**Programas do Espaço Cultural CPFL** - programação voltada para a disseminação de conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades de atuação da empresa, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais.

O acesso à programação é franqueado para a população e os conteúdos são disponibilizados para todo o País por meio da Internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo.

**Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** em 2007 a CPFL Paulista realizou doações de aproximadamente R\$ 1,5 milhão para entidades que atendem crianças e adolescentes em diversos municípios do Estado de São Paulo. As doações foram feitas com base no Artigo nº 266 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Programa CPFL de Revitalização de Hospitais Filantrópicos:** por meio do qual a CPFL, em parceria com o Centro de Estudos Leopoldo Ayrosa Salvão - CEALAS,



00382-4 VIA PAULISTA, 2000A LUX - SP/SP

25.650.196/0001-88

1340 - RUA VITÓRIO DA ALMEIDA, 141

desenvolve ações de capacitação visando a disseminação dos critérios de excelência na gestão hospitalar, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados gratuitamente à população dos respectivos municípios.

#### **Relacionamento com Fornecedores**

A CPFL Paulista desenvolve um programa permanente de desenvolvimento de fornecedores, com o objetivo de disseminar critérios de excelência e princípios de responsabilidade e sustentabilidade corporativa em sua cadeia de valor.

Nesse sentido, mantém, entre outras iniciativas, o programa Rede de Valor, de sua parte para 27 fornecedores, que desenvolvem um trabalho permanente de alinhamento de seus Princípios Éticos e práticas de sustentabilidade com aqueles propostos pela CPFL Paulista.

#### **Gestão Ambiental**

A CPFL Paulista vem investindo no desenvolvimento de tecnologias mais limpas e ambientalmente adequadas, por meio do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Por esse programa, estão sendo desenvolvidos os projetos: "Desenvolvimento de novas tecnologias em madeiras aplicadas à fabricação de cruzetas para a utilização em rede de distribuição de energia", em parceria com a USP de São Carlos; "Gaseificador para a geração de energia elétrica de até 12 MW", com a utilização de biomassa, em parceria com a Universidade Federal de Itajubá (Unifei); "Redes de Energia e Vegetação", em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da USP, e o Jardim Botânico de Paulínia, para identificação de espécies adequadas para arborização urbana e de vegetação sob linhas de Transmissão. Em 2007, foi concluído o projeto "Implantação de Sistemas de Geração Distribuída (junta à Rede de Distribuição)", para avaliar a geração distribuída de energia elétrica, por meio de três alternativas tecnológicas: célula de combustível alimentada com hidrogênio, a partir da reforma de gás natural; micro turbina a gás natural; e painéis fotovoltaicos.

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CPFL

23.650.196/0001-88

1340 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Paulista também deu continuidade aos programas de Arborização Urbana, Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos e Cadeia Reversa de Materiais.

### Reconhecimentos e Premiações

Como resultado dos critérios de excelência adotados em seu modelo de gestão, a CPFL Paulista conquistou expressivos reconhecimentos e premiações em 2007. Entre eles, o prêmio de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, da revista *Eletridade Moderna*, conquistado pela sétima vez consecutiva, e o prêmio de Melhor do Brasil, na categoria Gestão Operacional, concedido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica-Abraees.

## 7. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade a partir do segundo trimestre de 2007, em atendimento ao rolamim de auditores previsto no artigo 31 da Lei nº 9.432/96 (Lei 306/96). Em atendimento à Instrução CVM nº 361/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2007, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

## 8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2007. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, acesse o endereço [www.cpfl.com.br/rj](http://www.cpfl.com.br/rj).

1. **ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ**  
 ԲԱԵՑ ՈՒՅՄԱՆ ՎԵՐԵՐՈՒՄ

23.050.194/C001-BE

11:56

WEEK 10: **REVIEW** | **REVIEW** | **REVIEW**

2019-2020			2018-2019			2017-2018		
Particulars	Amount	% to Gross	Particulars	Amount	% to Gross	Particulars	Amount	% to Gross
1. Salaries and Wages	1,00,00,000	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00
2. Gratuity	10,00,000	10.00	10,00,000	10.00	10.00	10,00,000	10.00	10.00
3. Provident Fund	5,00,000	5.00	5,00,000	5.00	5.00	5,00,000	5.00	5.00
4. Pension	2,00,000	2.00	2,00,000	2.00	2.00	2,00,000	2.00	2.00
5. Bonus	1,00,000	1.00	1,00,000	1.00	1.00	1,00,000	1.00	1.00
6. Other benefits	50,000	0.50	50,000	0.50	0.50	50,000	0.50	0.50
7. Total	1,18,50,000	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50
8. Salaries and Wages	1,00,00,000	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00
9. Gratuity	10,00,000	10.00	10,00,000	10.00	10.00	10,00,000	10.00	10.00
10. Provident Fund	5,00,000	5.00	5,00,000	5.00	5.00	5,00,000	5.00	5.00
11. Pension	2,00,000	2.00	2,00,000	2.00	2.00	2,00,000	2.00	2.00
12. Bonus	1,00,000	1.00	1,00,000	1.00	1.00	1,00,000	1.00	1.00
13. Other benefits	50,000	0.50	50,000	0.50	0.50	50,000	0.50	0.50
14. Total	1,18,50,000	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50
15. Salaries and Wages	1,00,00,000	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00
16. Gratuity	10,00,000	10.00	10,00,000	10.00	10.00	10,00,000	10.00	10.00
17. Provident Fund	5,00,000	5.00	5,00,000	5.00	5.00	5,00,000	5.00	5.00
18. Pension	2,00,000	2.00	2,00,000	2.00	2.00	2,00,000	2.00	2.00
19. Bonus	1,00,000	1.00	1,00,000	1.00	1.00	1,00,000	1.00	1.00
20. Other benefits	50,000	0.50	50,000	0.50	0.50	50,000	0.50	0.50
21. Total	1,18,50,000	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50
22. Salaries and Wages	1,00,00,000	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00
23. Gratuity	10,00,000	10.00	10,00,000	10.00	10.00	10,00,000	10.00	10.00
24. Provident Fund	5,00,000	5.00	5,00,000	5.00	5.00	5,00,000	5.00	5.00
25. Pension	2,00,000	2.00	2,00,000	2.00	2.00	2,00,000	2.00	2.00
26. Bonus	1,00,000	1.00	1,00,000	1.00	1.00	1,00,000	1.00	1.00
27. Other benefits	50,000	0.50	50,000	0.50	0.50	50,000	0.50	0.50
28. Total	1,18,50,000	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50	1,18,50,000	118.50	118.50
29. Salaries and Wages	1,00,00,000	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00	1,00,00,000	100.00	100.00
30. Gratuity	10,00,000	10.00	10,00,000	10.00	10.00	10,00,000	10.00	10.00
31. Provident Fund	5,00,000	5.00	5,00,000	5.00	5.00	5,00,000	5.00	5.00
32. Pension	2,00,000	2.00	2,00,000	2.00	2.00	2,00,000	2.00	2.00
33. Bonus	1,00,000	1.00	1,00,000	1.00	1.00	1,00,000	1.00	1.00
34. Other benefits	50,000	0.50	50,000	0.50	0.50	50,000	0.50	0.50
35. Total	1,18,50							

9.146.7110

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

**Figure 1**

1. **Background:** The study was conducted in a rural area of a developing country, where access to healthcare is limited. The researchers aimed to understand the prevalence of various infectious diseases and their impact on the community's health.

00802-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CVEL

23.650.196/0001-B8

1401 - MUITAS EXPLICATIVAS

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) (a Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar de empreendimentos que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de abundantes recursos direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade detém a concessão por prazo determinado de 20 anos, até 10 de novembro de 2027, podendo ser prorrogada por no máximo igual tempo.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios da interior do Estado de São Paulo. Entre as principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauri, e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 3,6 milhões de consumidores. Informações mais detalhadas pelos municípios independentes.

### (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas ditadas pela ANEEL e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 14 de março de 2007, a Sociedade seguiu as participações societárias mantidas pela Sociedade na Rio Grande Energia S.A. (RGE); e, adicionalmente, ao disposto na Lei nº 10.849/2004, na Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/2005 e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 660 de 14 de março de 2007. Essa segregação consistiu na redução de capital da Sociedade, sem o cancelamento de ações e mediante a restituição à controladora CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) o valor integral da Sociedade, que atuará apenas no investimento na RGE, o valor total de R\$ 1.050,4 mil.

Como essas ações foram avaliadas a valores contábeis, conforme Tabela de Avaliação elaborada por empresa especializada na data-base de 31 de dezembro de 2006, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando os efeitos da transição da depreciação entre a partir de 1º de janeiro de 2007.

Para melhor análise dos efeitos nas alterações acima citadas, estamos apresentando, em forma suplementar na nota 30, a demonstração do resultado econômico líquido em 31 de dezembro de 2006 da Sociedade, em forma, sem os efeitos das respectivas investimentos.

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações das Fluxos de Caixa e da Valor Adicionado para os exercícios de 2007 e de 2006, respectivamente Anexos I e II.

C0382-4 VIA DAULSTAS FORÇA LUX - CVM

23.650.196/C001-B8

## 14.9 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 98 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação em conexão ao da empresa holding do Grupo CPFL Energia no contexto de registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (SEC).

### 2.1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

- a) **Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas ao custo bruto de custo líquido entre outros atípicos de valores dos balanços.
- b) **Consumidores, Concessionárias e Permissões** - Incluem o fornecimento de energia elétrica fornecida e a energia consumida por consumidores finais, e outras concessões e permissões de energia elétrica conforme contratos disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e saldos relacionados a ativos regulatórios e negócios futuros.
- c) **Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes na classe residencial vencidos há mais de 90 dias na classe comercial vencidos há mais de 120 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 360 dias, incluindo clientes da classe poder público. Considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débitos, observando a formação de um pagamento aos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas elétricas.
- d) **Intobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quando aplicável juros, encargos financeiros e gastos administrativos. Depreciado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, a menos que o valor seja de 2% a 20%.
- e) **Atualizações de Dívidas e Obrigações** - Os débitos e obrigações sujeitos a reajustes pelas alterações de inflação ou variação cambial, por força contratual ou dispositivos legais, estão atualizados até as datas dos balanços.  
  
Imposto de Renda e Contribuição Social - Calculados e registrados conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, passivos negativos da contribuição social e diferenças temporariamente não tributáveis, suportados por previsão de geração futura de lucros tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. Registrou também créditos fiscais referentes ao benefício do Agendamento Ant. de sua antiga controladora BOC 4 Participações S.A. (BOC 4).
- f) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - Inclui os benefícios pós-emprego e os planos de pensão, registrados pelo regime de competência e em conformidade com a Lei 9.609/98 (CVM 34/00).
- g) **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências constituídas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou civis, cuja probabilidade de partir em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável na opinião da administração e de seus assessores legais, sendo sendo apresentadas nesta rubrica as provisões para contingências quando dos depósitos em bancos, juros e de outras despesas.
- h) **Empréstimos e Financiamentos** - Avaliados com base nas condições monetárias e como as condições dos respectivos.

C0382-4 VIA LUIZ LUIS FORÇA LUI - CVM

23.650.196/0001-BE

#### 1.1.1 - MÓDULO EXERCÍCIO

- i) Derivados - Relativa a contratos de derivado com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros de determinados países. Referidos contratos são contabilizados pelo regime de competência e as ganhos e perdas auferidos no exercício são reconhecidos em despesas financeiras.
- ii) Resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada relativa ao ciclo de faturamento mensal é provisionada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda autorizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é relacionado no mês subsequente não tem sido relevante. Não há uma provisão que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na operação de F&S e COHINS são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.
- iii) Estimativas - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados nas suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir das estimativas.
- iv) Lucro Líquido por Ação - É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas-limite acima.

A Sociedade efetuou certas reclassificações nas demonstrações do resultado divulgadas em 31 de dezembro de 2006, na data-limite em base contábil, em função de novas classificações requeridas pela ANEEL, conforme Despacho nº 3.079 que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estando resumidas a seguir:

Item	De	Para
Despesa com energia elétrica (11.1.1)	Despesa com energia elétrica	Despesa com energia elétrica
Despesa com energia elétrica (11.1.2)	Despesa com energia elétrica	Despesa com energia elétrica
Despesa com energia elétrica (11.1.3)	Despesa com energia elétrica	Despesa com energia elétrica

0382-4 VIA PAUL ST. SCHUA BOX - 2/1

23.050.194/C001-BE

14:01 - 3411 42 F3/1 14 30/15 42

### 4.3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

[illegible]

al Bachmannorden:

No final de 2007, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2007 e fevereiro de 2008, foi celebrado acordo entre os geradores e os distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal, denominada Acordo Geral do Setor Elétrico. Este inclui, como mecanismo de repouso de preços, redução pelas empresas de setor elétrico, um requisito tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais e aqueles que operam como de baixa renda; e redução de iluminação pública de 4,5% para todos os demais consumidores.

O referido crédito está sendo utilizado para compensação das seguintes dívidas registradas pela Sociedade:

- **Recomposição Tarifária Extraordinária ("RTE")** – Corresponde à soma do montante atualizado partir da compensação da redução de custos de energia efetivamente verificados no período de funcionamento e a retorta proposta para esse período desconsiderando a ocorrência de

23.050.194/C001-B8

leaves of *Acacia greggii*

- 2023 20 PER3CO C305JT

© 2005 by Blackwell Publishing Ltd

- החלטת הוועדה: **להעביר את ההחלטה למועצה להחלטתה.**

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

916-7      1036-5



00882-4 VIA CAVALISTA FORÇA LUX – SP/SP

33.650.196/0001-BE

#### 4.30 – MÓDULO EXERCÍCIOS

	ATE	Energia Livre		Parcela 14ª
		Ativo	Passivo	Líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2005	349.273	231.689	117.585	353.356
Reversão	46.147	11.443	347.634	11.357
Provisão – Pro Fidei		-47.763	95.745	
Amortização	150.574	55.554	67.151	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	304.787	40.242	169.985	407.322
Reversão 2006	16.111	24.519	122.620	42.101
Provisão para Fidei	16.921	25.190	31.150	-
Amortização	213.647	70.611	60.873	
Ativos Determinados – Fidei – Parcela 14ª 2007	-	15.544	112.250	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	-	-	123.126	459.359

#### b) Revisão e Reajuste Tarifário:

##### b.1) Revisão Tarifária de 2007

Em julho de 2007 a ANPEL, através da Resolução Homologatória nº 443, alterou o resultado final da primeira revisão tarifária per capita da Sociedade, homologada em abril de 2005, considerando as tarifas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da redução no cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2002 da Sociedade. A diferença entre a reposicionamento tarifário de 20,25% para 20,66% e o componente fixo da Fatur X, de 1,1352% para 1,2550%, corresponde a um ajuste financeiro no valor de R\$ 44.000, que está sendo compensado financeiramente na Revisão Tarifária da Sociedade de 2007. Esse ajuste regulatório está registrado na conta “Consumidores – Concessionárias e Permissonárias – Revisão Tarifária – Depreciação”, e considerando os efeitos de PIS e COFINS, que a partir do momento passam a ser simplificados.

##### b.2) Reajuste Tarifário de 2007

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 445, de 03 de abril de 2007, estabeleceu o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRA) da Sociedade em um percentual médio de 7,30%, sendo 2,60% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 4,66% relativo aos componentes financeiros adicionais. Entre os componentes financeiros adicionais destacamos a Parcela de Compensação de Valores da linha da Parcela A (CVA), ajustes financeiros relativos aos IRFs de 2004 a 2006, sobre as tarifas de energia, majoração de PIS e COFINS, descontos aplicados para redução cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e os efeitos da revisão tarifária comentados no item anterior.

A ANPEL, com o objetivo de avaliar as variações de PIS e COFINS das Condições Reais, recalculou o custo de energia elétrica de contratos antigos do IRA de 2006. Como o custo de energia elétrica impacta no reajuste da tarifa a consumidores e no cálculo do CVA, a resultando que produz uma redução no preço médio de energia, gerou um passivo a ser devolvido aos consumidores e um ativo adicional do CVA. Adicionalmente, os valores homologados pela ANPEL no IRA de 2007 alteraram a CVA, reduziram as tarifas dos contratos de Energia e Fica conforme item 6.1 da Nota Técnica nº 059/ANEEL de 22 de março de 2007. Desta forma, esses ajustes baseados nos apurados ajustes efetuados em 2007 de R\$ 98.635 registrados em:

COBRO-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - 2012

23.650.196/COOL-BE

#### 11.1 - MUITAS EXPLICAÇÕES

Quais Cotas a Paga - a de R\$ 177.710 efetuada em pagamento da Cota Tâncas  
 antes com contraponto em "Custo com Energia Elétrica" (nota 23)

Antes da aplicação das regras de amortização sobre a Sociedade registada em 2007 um  
 esboço no novo regulamento de PIS e COFINS de Cidadãos no montante de R\$ 10.910 e um  
 esboço de R\$ 15.804 no caso de Sobras e Falhas de Energia a valores estimados com base na  
 metodologia proposta na Nota Técnica da ANEEL nº 15/2006.

Foram ainda registradas no em 2007 atas de R\$ 14.854 referente a outros componentes  
 Incidência constante no IRT de 2007, essencialmente relacionados a PIS e COFINS sobre componentes  
 financeiros do IRT de 2004 a 2005. Programa Luz para Todos e outros.

#### b.3) Majoração de PIS e COFINS

Referir-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS sobre os valores de  
 aplicação da legislação atual e aqueles não pagos a partir de abril de 2005.

Conforme Resolução Homologatória nº 445 de 03 de abril de 2007 a ANEEL homologou em  
 caráter definitivo o repasse à conta no montante nominal de R\$ 57.377 a título de repasse  
 futuro com os custos de PIS e COFINS, expostos os valores já considerados no relatório  
 final de 2005. Em março de 2007 a registou complementar de saldo remanescente  
 atualizado de R\$ 12.980 na conta de "Despesas Pagas Antecipadamente" (nota 8).

Considerando as despesas que envolvem a manutenção do referido crédito, a Sociedade  
 conservadamente aplicou por conta de um passivo no mesmo montante registrado na conta  
 "Cotas (Cotas a Pagar) maio 2011" que está sendo atualizado com base na variação da IGP-M.

#### b.4) Sobras e Falhas de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% de seu mercado de energia  
 a potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL. Inclui  
 também a garantia de repasse de tarifas de custos de energia de elementos das sobras e  
 falhas de energia elétrica limitados em 5% do requisito de carga.

As sobras ou falhas liquadas de energia referentes aos exercícios de 2007 e 2006 foram  
 adquiridas ou colocadas à disposição da ANEEL para venda de curto prazo, as quais  
 consequentemente foram liquadas ao preço de mercado de curto prazo.

As contribuições à realização das sobras e falhas liquadas de energia estão sendo  
 contabilizadas em "Despesas Pagas Antecipadamente" (nota 8) em contraponto a um crédito  
 em "Custo com Energia Elétrica" (nota 23).

#### b.5) Descontos na TUSD e na Irrigação

A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referentes aos descontos especiais  
 outorgados sobre a TUSD relacionada ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas  
 e sobre atividades de irrigação e aquicultura. Estes ativos estão registrados em  
 "Concedidos, Concessões Ativas e Permissões Ativas" (nota 8) em contraponto à conta de  
 Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 22).



00382-4 VIA PAULISTA RUA LUIZ - SP/SP

23.650.196/0001-B8

1401 - MUITAS FACILIDADES

#### d) Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.056 de 15 de agosto de 2001 estabeleceram novas condições e critérios para o atendimento de unidades consumidoras na subseção residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadraram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por produto monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 30kWh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 30 e 220kWh desde que atendidas alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deviam ser compensados no âmbito da própria concessionária através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido e que a introdução desse novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de manutenção tarifária ao restante do mercado, a ANEEL adotou uma nova metodologia de aplicação para a tarifa de energia que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apontados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que foram aplicadas tarifas para a concessão das tarifas deviam ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Eletropaul, com recursos provenientes da CDE;
- Para os meses em que foram auferidos ganhos para a concessionária, os valores deverão ser resarcidos ao consumidor através da redução das requisições futuras.

A movimentação dos saldos ao longo das execuções finais em 31 de dezembro de 2007 e 2006 é como segue:

	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>28.176</b>	<b>(5.274)</b>
Ganho (Perda) de Recada	-	(1.316)
Amenização Requisita Tarifária	-	4.134
Amenização Monetária	-	(213)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>28.176</b>	<b>(2.669)</b>
Ganho (Perda) de Recada	(7.226)	(5.117)
Amenização Requisita Tarifária	-	1.830
Resarcimentos Haveresquisitas pela ANEEL	(250)	-
Amenização Monetária	-	(400)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>20.622</b>	<b>(7.037)</b>

C0382-4 VIA DAUSLUS FORÇA LUX - CPEL

23.650.196/0001-B8

440 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

#### (4) DISPONIBILIDADES

	2007	2006
Saldo Bancários	219.791	119.267
Aplicações Financeiras	121.888	134.883
<b>Total</b>	<b>340.796</b>	<b>245.240</b>

As aplicações financeiras representam as aplicações realizadas junto a instituições financeiras nacionais remuneradas em sua maior parte, conforme variação do CDI, correlacionadas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade.

#### (5) CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSIONARIAS

	Saldo Vencidas	Vencidos até 30 dias 31 a 90 dias		Total 2007 2006	
<b>Consumidores</b>					
<b>Classe de Consumidores</b>					
Residência	1.124.494	4.127	1.128	1.128	1.128
Comércio	1.82	1.124.494	1.128	1.128	1.124.494
Indústria	1.128	1.128	1.128	1.128	1.128
Outros	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
Subtotal	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
Concessionárias	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
Permissãoárias	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
<b>Total</b>	<b>340.796</b>	<b>173.901</b>	<b>40.490</b>	<b>372.896</b>	<b>1.124.494</b>
<b>Microfinanciamento</b>					
Microfinanciamento	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
Microfinanciamento	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
Microfinanciamento	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
Microfinanciamento	1.124.494	1.128	1.128	1.128	1.124.494
<b>Total</b>	<b>340.796</b>	<b>173.901</b>	<b>40.490</b>	<b>372.896</b>	<b>1.124.494</b>

#### Parcelamento do Débito de Consumidores

Relativa à negociação de créditos vendidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Hanno estes créditos desde de garantia de pagamento pelos devedores anualmente através da apólice de arrecadação de CMS com fiança bancária. Com base na melhor estimativa da Administração para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento foram criadas provisões para devedores duvidosos (nota 7).

RENDIMENTO FISCAL FOMENTO - 11.ª Região - Reforma  
 CM - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
 DPF - DEDUÇÕES FISCALIZADAS PARA SOCIEDADES  
 EMPRESAS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E OUTRAS

Legislação: Resolução  
 Data Base: 31/12/2007

00802-4 VIA DAULSTAS FORÇA LUX - CRLV

23.650.196/0001-BE

1401 - MUITAS EXERCÍTIAS

#### (6) TRIBUTOS A COMPENSAR

	2007	2006
<u>Circulante</u>		
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	4.938	2.645
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.355	7.540
CMS a Compensar	22.421	15.113
Programa de Integração Social - PIS	750	1.135
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.425	4.577
Instituição Nacional da Seguridade Social - INSS	570	307
Outros	287	238
<b>Total</b>	<b>40.386</b>	<b>31.577</b>
<u>Não Circulante</u>		
Contribuição Social a Compensar - CS...	24.307	22.845
CMS a Compensar	27.050	25.503
<b>Total</b>	<b>52.857</b>	<b>48.848</b>

No longo prazo, o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se a decisão favorável em ação judicial movida pela Sociedade, já transitada em julgado. A Sociedade está aguardando o fim dos procedimentos administrativos junto à Receita Federal para realizar a compensação de crédito.

#### (7) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de dezembro de 2005	19.732
Provisão constituída	177.021
Recuperação de Receita	16.696
Baixa de Contas a Receber Provisoriamente	22.155
Saldo em 31 de dezembro de 2006	147.303
- Provisão constituída	143.961
- Recuperação de Receita	30.168
Baixa de Contas a Receber Provisoriamente	22.910
Saldo em 31 de dezembro de 2007	141.101

#### (8) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	2007	2006	2007	2006
Antes Regime de Precat.	156.210	11.835	16.076	12.075
Outros	6.197	4.613	1.607	2.410
<b>Total</b>	<b>162.407</b>	<b>16.442</b>	<b>17.683</b>	<b>14.485</b>

C0382-4 VIA RAULISTA FORÇA LUX - CRLV

23.650.196/0001-B8

1491 - MUITAS FACILIDADES

#### 1.9 CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

##### 9.1 - Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	2007	2006
<b><u>Crédito de Contribuição Social sobre:</u></b>		
Bases Negativas		2.003
Benefício Fiscal do Ajo Incorporado	123.167	122.527
Diferenças Temporariamente Inadmissíveis	20.193	21.220
Subtotal	143.360	143.747
<b><u>Crédito de Imposto de Renda sobre:</u></b>		
Benefícios Fiscais	-	7.274
Benefício Fiscal do Ajo Incorporado	342.196	358.150
Diferenças Temporariamente Inadmissíveis	60.747	84.433
Subtotal	402.943	449.857
Total	546.303	593.604
Circulante	62.803	52.709
Não Circulante	405.105	534.751
	546.303	593.604

O benefício fiscal do ajo incorporado é cruceiro da incorporação da antiga controladora UOC 4, e esta sendo realizado da forma proporcional à amortização do Ajo incorporado nos 5 anos da acordo com o plano líquido projetado da Sociedade durante o prazo remanescente da concessão. No exercício de 2007, a taxa anual de amortização aplicada foi de 0,95%.

##### Provisão de Recuperação

A provisão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante decorrente da diferenças temporariamente inadmissíveis a benefícios fiscais do Ajo incorporado está baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelo Conselho Fiscal, como segue:

2009	53.258
2010	50.575
2011	38.587
2012	38.111
2013 a 2015	37.439
2016 a 2018	75.141
2019 a 2021	55.048
2022 a 2024	45.405
2025 a 2027	38.320
Total	495.105

O montante a realizar de 2017 a 2027 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ajos incorporados registrados pela Sociedade, que estão sendo amortizados pela percentagem convencionada.

00802-4 VIA DA DOUTORA RORCA LUIZ - SP/SP

23.650.196/0001-BE

## 9.1 - MONTES EXERCÍCIOS

### 9.2 - Saldo acumulado de diferenças temporariamente indenificáveis:

	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisão para contingências	5.035	12.325	6.124	14.747
Provisão de Provisão de Provisão	42	15	42	115
Provisão de Provisão de Provisão	1.010	11.377	1.101	11.020
Provisão de Provisão de Provisão	-	-	6.871	15.110
Provisão de Provisão de Provisão	2.415	21.321	2.225	5.118
Provisão de Provisão de Provisão	1.115	2.651	2.425	1.559
Provisão de Provisão de Provisão	5.035	14.124	-	-
Outros	2.115	2.205	7.864	21.716
Total	25.755	63.942	37.225	84.432

### 9.3 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2007 e de 2006:

	2007		2006	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes da CSLL e IRPJ	1.177.113	1.177.113	826.440	826.440
Ajustes Para Reconciliação				
Provisão de Provisão			67.245	17.065
Provisão de Provisão			24.111	24.111
Provisão de Provisão	12.111		10.471	
Provisão de Provisão			175	17
Provisão de Provisão	2.115	11.115	6.115	2.115
Provisão de Provisão	1.115	1.115	111	111
Provisão de Provisão	11	11	11	11
Provisão de Provisão	111	111	111	111
Diferença Fiscal Ajustada	(107.243)	(107.243)	(29.222)	(29.222)

a) Amortização de Ágio - Refere-se a ágio amortizado originado na aquisição de investidas não relacionadas por a alíquota de imposto de Renda.

b) Realização GNC - Refere-se a depreciação da parcela da base incremental da concessão monetária complementar realizada pela Lei 8.200/90 não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.

## 10 - OUTROS CRÉDITOS

	Créditos		Não Créditos	
	2007	2006	2007	2006
Créditos a Receber - GE&P	14.277	22.121	27.205	14.127
Créditos a Receber - GE&P	4.258	2.522	-	-
Créditos a Receber - GE&P	99	1.234	13.251	25.127
Créditos a Receber - GE&P	25	500	-	-
Créditos a Receber - GE&P	27	1.126	-	-
Créditos a Receber - GE&P	1.254	150	-	-
Créditos a Receber - GE&P	2.27	22.251	2.251	-
Créditos a Receber - GE&P	1.163	4.111	1.251	2.111
Total	61.809	51.710	44.207	51.566

a) Créditos a Receber - GE&P - Refere-se a créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo ; GE&P - descontos de saldos da Conta de Resultados a Compensar transferida



COBES-4 CIA. PARULISTA FORÇA LUX - CVEL

23.650.196/COBL-B8

#### 14.1 - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

supõe empresa em 1993. O saldo é ajustado conforme a variação do custo médio ponderado acrescido de juros calculados sobre 50% da taxa Libor trimestral e do spread anual de 0,40625% a.a. com vencimento final em dezembro de 2003.

- b) Adiantamentos - Fundação CPSP - refere-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais e empregos e manutenção operacional da entidade.
- c) Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados - São garantias bloqueadas quando da negociação ou renegociação de empréstimos e para garantia de entrega na CCEE.
- d) Ordens em Curso - Compreendem ordens e cartas relacionadas à desativação ou alteração em andamento de bens de mobilização e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.
- e) Serviços Prestados a Terceiros - Compreendem basicamente contas a receber referentes a serviços prestados a outras empresas relacionadas à distribuição da energia elétrica.
- f) Reembolso RGR - Refere-se a valores a compensar, relativos a diferença existente entre o RGR - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida de acordo com base no ativo imobilizado em serviço.
- g) Contratos de Pré-Compra de Energia - Refere-se a pagamentos antecipados realizados pela Sociedade a ENERGIAS, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

#### { 11 } INVESTIMENTOS

##### Transferência da Participação Societária

Foi ACFE de 14 de março de 2007, foi aprovada a transferência da participação da RGE, que consistiu em redução do capital da Sociedade, sem cancelamento de ações, mediante a restituição para a CPFL Energia, única acionista da Sociedade, das 67,0685% do capital social da RGE no valor total de R\$ 1.050.411. Na mesma data, a controladora CPFL Energia realizou o aporte deste investimento para a empresa CPFL Santa Lúcia (CPFL Santa). A transferência também aprovada na mesma ACFE, deu-se em atendimento da Resolução Administrativa nº 305/ANEEL de 5 de setembro de 2005 e do Despacho ANEL, nº 638 de 14 de março de 2007, relacionada à necessidade de segregação societária prevista na Lei nº 9.548, de 15 de março de 2004. Esses atos foram avaliados a valores contábeis, conforme Laudo de Avaliação elaborado por especialistas na data base de 31 de dezembro de 2006. Todos os impactos relacionados aos saldos e transferências da RGE a partir de 01 de janeiro de 2007, estão refletidos nas demonstrações financeiras da CPFL Energia.

No exercício de 2007, a Sociedade recebeu da RGE o montante de R\$ 86.651 referente dividendos de 2006.

00382-4 VIA DA DOUTORA RORCA LUI - 01010

23.650.196/0001-BE

140 - MUITAS EXERCÍCIOS

## { 12 } IMOBILIZADO

		2007		2006
	Conto II número	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>				
<b>Distribuição</b>	<b>2.955.331</b>	<b>12.697.221</b>	<b>1.848.326</b>	<b>1.705.332</b>
Imóveis	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Imóveis em construção	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Imóveis em construção	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Imóveis em construção	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Imóveis em construção	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
Imóveis em construção	1.000.000	2.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Em Construção</b>	<b>0.531</b>	<b>0.000</b>	<b>0.531</b>	<b>0.000</b>
Imóveis	0.531	0.000	0.531	0.000
Imóveis em construção	0.531	0.000	0.531	0.000
Imóveis em construção	0.531	0.000	0.531	0.000
Imóveis em construção	0.531	0.000	0.531	0.000
Imóveis em construção	0.531	0.000	0.531	0.000
<b>Administrativos</b>	<b>122.813</b>	<b>180.000</b>	<b>42.187</b>	<b>20.211</b>
Imóveis	122.813	180.000	42.187	20.211
Imóveis em construção	122.813	180.000	42.187	20.211
Imóveis em construção	122.813	180.000	42.187	20.211
Imóveis em construção	122.813	180.000	42.187	20.211
Imóveis em construção	122.813	180.000	42.187	20.211
Imóveis em construção	122.813	180.000	42.187	20.211
<b>Em Caixa</b>	<b>2.000.000</b>	<b>0.000</b>	<b>2.000.000</b>	<b>2.000.000</b>
Imóveis	2.000.000	0.000	2.000.000	2.000.000
Imóveis em construção	2.000.000	0.000	2.000.000	2.000.000
Imóveis em construção	2.000.000	0.000	2.000.000	2.000.000
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>4.201.394</b>	<b>12.697.221</b>	<b>2.000.000</b>	<b>1.865.332</b>
<b>Depreciação acumulada</b>	<b>12.697.221</b>	<b>12.697.221</b>	<b>12.697.221</b>	<b>12.697.221</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>2.934.173</b>	<b>0.000</b>	<b>732.779</b>	<b>638.111</b>

Os bens e instalações utilizadas na distribuição e comercialização são vinculados a esses serviços, não podendo ser vendidos, alienados, cedidos ou dados em garantia, hipóteses em que precisa a expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamentará a desvinculação de bens das concessões da Região Pública de Energia Elétrica, mediante autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis e concedidos quando destinados a alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,21% a.a.

**Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão** - Representam os valores recebidos dos consumidores (preços não incorporados a qualquer retorno e subvenções destinadas ao custo de investimento) para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na abastecimento de distribuição. A partir do segundo ciclo de Revisão Tarifária, as quotas de amortização dos valores dos bens construídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente de sua data de formação, deverão ter seus efeitos anuais no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações.

RENDIMENTO FUNDADO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 COM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BPF - BANCOS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 EMISSÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamento e Estatuto  
 Data Base 31/12/2007

00802-4 VIA DA DOUTORA RORCA LUIZ - SP/SP

23.650.196/0001-B8

140 - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

#### (13) FORNECEDORES

	2007	2006
<b>Circulante</b>		
Encargos de Serviço de Sistema	1.201	3.230
Suprimento de Energia Elétrica	275.000	255.217
Encargos de Uso da Rede Elétrica	39.000	35.703
Materiais e Serviços	29.400	35.320
Passivo (Requisição nº 3)	25.108	30.995
Outros	000	5.329
<b>Total</b>	<b>369.709</b>	<b>405.505</b>

#### (14) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2007	2006	2007	2006
<b>Encargos de Dívidas</b>				
Encargos de Dívidas	000	000	000	000
Encargos de Dívidas	000	000	000	000
Encargos de Dívidas	000	000	000	000
<b>Empréstimos e Financiamentos</b>				
Empréstimos e Financiamentos	000	000	000	000
Empréstimos e Financiamentos	000	000	000	000
Empréstimos e Financiamentos	000	000	000	000
<b>Total</b>	<b>000</b>	<b>000</b>	<b>000</b>	<b>000</b>

140 - MÚLTIPLO EXERCÍCIO  
 140 - MÚLTIPLO EXERCÍCIO  
 140 - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

2007-2006-14-14-14

Pág. 47

COBES-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CREF

23.650.196/0001-B8

## RENTAL - MUITAS EXERCÍCIOS

### Principais Captações:

**BNDÉS – Investimento (FINEM IM)** - A Sociedade recebeu a aprovação de financiamento junto ao BNDÉS em 2007 no montante de R\$ 106.543, que faz parte de uma linha de crédito da FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Flémus. Durante o ano, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 125.011 e o saldo remanescente de R\$ 31.532 com previsão de utilização para a execução da 2008. Os juros são sendo pagos trimestralmente a partir de 15 de janeiro de 2008 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**Instituição Financeira** - A Sociedade contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco ABN AMRO REAL em agosto de 2007 no montante de R\$ 333.300, com finalidade de realizar deslize judicializada na nota 10.

Saldo do principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim distribuídos:

Vencimento	
2009	500.052
2010	27.078
2011	34.304
2012	23.149
Após 2012	70.510
Total	740.991

Os principais índices utilizados para aferição dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional estão assim demonstrados:

Indicador	Variação acumulada em %		% da dívida	
	2007	2006	2007	2006
ISPM	1,75	3,81	9,45	7,72
IGLP	5,30	7,57	60,32	37,27
SELIC	11,85	15,07	78,56	55,01
Juros			1,59	2,10
			100,00	100,00

### OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas líquidos relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade incluindo as contabilizações sobre operações de curto prazo são contabilizados, todos, na rubrica Derivativos, sendo como contrapartida as despesas financeiras. O resultado dessas operações em 31 de dezembro de 2007 resultou em um prejuízo de R\$ 58.865 (R\$ 3.475 em 31 de dezembro de 2006).

### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os financiamentos junto ao BNDÉS restringem a Sociedade a somente realizar pagamento de Dividendo e juros sobre Capital Próprio cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após a aprovação do BNDÉS e do banco líder da operação, no atendimento integral das obrigações estruturais estabelecidas no contrato, a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré estabelecidos, como segue:

RENDIMENTO FUNDADO EM RECURSOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E FOMENTO  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamento da Comissão  
 Data Base 31/12/2007

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - CRED

23.650.196/0001-B8

Rede - Múltiplas Explicativas

a) **BADES - FINEM I** - (Banco líder: BRADESCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela FRITDA = valor máximo de 3,0 de 2007 a 2008
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido = valor máximo 3,50 em 2007 e 2008

a) **BADES - FINEM II** - (Banco líder: UNIBANCO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela FRITDA = valor máximo de 3,0 de 2007 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido = valor máximo de 0,80 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2010

a) **UNILUX - FINEM III** - (Banco líder: Banco do Brasil)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela FRITDA = valor máximo de 3,0 de 2007 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido = valor máximo de 0,80 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2010

Diversos empréstimos e financiamentos estão sujeitos à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade por parte dos atuais acionistas da Sociedade, de acordo com o que se encontra no contrato sobre a gestão da Sociedade.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou rescisões mencionadas pode ocasionar a não realização em eleição e outras obrigações contratuais por parte da

A Sociedade encontra-se adimplente em relação ao atendimento de todas as cláusulas resolutivas relacionadas aos contratos de empréstimos e financiamentos realizados por ela em instituições financeiras.

C0382-4 VIA DA DOUTORA FORTA LUIZ - C/PA

23.650.196/0001-B8

440 - MUITAS FACILIDADES

## ( 15 ) DEBÊNTURES

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Emissão											
Resgate											
Saldo											
Emissão											
Resgate											
Saldo											

O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados

Vencimento	
2008	274.887
2011	273.333
2012	273.333
Após 2012	273.334
<b>TOTAL</b>	<b>914.887</b>

## CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, referentes ao cálculo que rege a da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pre estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

a) Segunda emissão e Terceira emissão

- a, a relação entre a dívida total e EBITDA maior ou igual a 2,5 vezes a
- a, a relação entre EBITDA e recurso financeiro maior ou igual a 2,25 vezes

No entendimento da Administração da Sociedade tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas

## ( 16 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade, através da Fundação CCEP, mantém um Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados

Atualmente vigora para os funcionários da Sociedade um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido - BD, vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício definido que concede um Benefício Suplementar Programado, fixado em R\$150 na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado, somado até a data de data, e do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura aos participantes atuais desse Plano é da Sociedade

C0382-4 VIA PAULISTA FUNDOS - CVEL

23.650.196/0001-B8

#### 14.1 - MÉRITOS FUNDAMENTAIS

5) Adoção de um modelo misto a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- as apresentadoras de renda integral e moderada conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuflências atuariais desse Plano é da Sociedade;
- as apresentadoras programáveis no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que atale a concessão da renda integral, reversível ou não em pensão, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Sociedade. Somente após a concessão da renda integral reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Sociedade.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos atenuos existentes da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizadas mensalmente, acrescida do juros de 6% a.a. e corrigida pela IGP-PI (FGV). Anuário do Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de julho de 2006, os preços de pagamento sofreram alteração para 175 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2005, com vencimento da linha em 31 de julho de 2020. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 569.130 (R\$ 543.775 em 31 de dezembro 2006).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e 2006, conforme Anuário preparado por Amaro Antunes, incluem as premissas caídas pela Administração, segundo critérios de Conservação (CVM nº 67/00) estão assim apresentadas:

	2007	2006
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	2.740.230	2.354.542
Valor presente do excesso do plano	<u>(2.591.144)</u>	<u>(1.918.458)</u>
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	349.086	436.084
<b>Ativos por diferimentos periclitados</b>		
Deficit atuarial por amortização	<u>150.482</u>	<u>140.242</u>
<b>Prejuízo atuarial líquido a ser reconhecido</b>	<u>639.648</u>	<u>613.436</u>

Os ganhos atuariais não reconhecidos em 31 de dezembro de 2007, que não excedem a 10% das obrigações em todas as Planas, não havendo recassulada de reconhecimento futuro atenuos de amortização durante o período de vida útil remanescente dos participantes do plano.

RESCUE FUNDATION PRIVATE, Inc. (Rescue Foundation)  
 CN - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CNPJ - 06.908.742/0001-90, inscrita no CNPJ nº 06.908.742/0001-90  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação: Resolução  
 Data Base: 31/12/2007

C0382-4 VIA SAULISTA RORUA LUI - C/PL

23.650.196/0001-B8

#### RECEITAS EXERCÍCIO 2007

As movimentações ocorridas no período da liquidação são as seguintes:

	2007	2006
Receita Ativa - Imposto de Renda	535.435	701.521
Despesas e Receitas Reconhecidas no Exercício de 2007	(136.123)	10.434
Contribuições da Administração e Outras no Exercício	(65.465)	(36.579)
Receita Ativa Líquida no Exercício	<u>533.848</u>	<u>654.376</u>
Outras Contribuições	8.336	8.336
Total	<u>542.184</u>	<u>662.712</u>
Circulante	45.734	59.330
Não Circulante	<u>496.450</u>	<u>603.382</u>
	<u>542.184</u>	<u>662.712</u>

A estimativa do ativo líquido para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2006 e as receitas reconhecidas em 2006 são como seguem:

	2006 Estimadas	2007 Realizadas
Custo do Serviço	1.539	1.540
Lucro sobre Administração	268.186	268.511
Rendimento esperado dos títulos de longo prazo	(235.558)	(235.545)
Subtotal	<u>(68.911)</u>	<u>(68.574)</u>
Contribuições esperadas dos patrocinadores	(11)	(15)
Total	<u>(68.922)</u>	<u>(68.589)</u>

Na demonstração do resultado as despesas (receitas) foram registradas nas seguintes rubricas:

	2007	2006
Custo do Serviço	(136.123)	(5.549)
Item Extraordinário Lucro das Leis dos Impostos	-	10.337
Tributação sobre Benefícios em 2006	-	5.501
Total	<u>(136.123)</u>	<u>10.334</u>

O item Extraordinário registrado em 2006 refere-se à redução de plano aplicada em 31 de Janeiro de 2006, quando da adoção da OVM nº 361, o qual foi cetero e amortizado nos anos subsequentes, sendo que sua amortização foi finalizada em 31 de dezembro de 2006.



RENDIMENTO FUNDOS IMOBILIÁRIOS - RFI  
 CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CNF - CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA  
 EMISSORA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2007

COB82-4 CIA. PAULISTA FUNDOS LUI - CFILO

23.650.196/CO01-B8

#### RENT - MUITAS EXPLICAÇÕES

As principais promessas contempladas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	2008	2007
Taxa de desvalorização sobre a distribuição futura	10,24 % a.a.	11,10 % a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	14,82 % a.a.	13,96 % a.a.
Índice estatístico de aumento nominal da pensão	5,45 % a.a.	7,10 % a.a.
Taxa esperada de inflação no longo prazo, baseada no desenvolvimento das expectativas de longo prazo	4,00 % a.a.	5,00 % a.a.
Taxa de crescimento de renda esperada	21,80	36,96
Tabela Demográfica utilizada no cálculo	TABUA MORTALIDADE - TOMPSON	ADIA MORTALIDADE - TOMPSON
Taxa de mortalidade esperada	0,2 % (Tabela)	0,2 % (Tabela)
Expectativa de aumento em aposentadoria	100 % (esperada)	100 % (esperada)

#### { 17 } TAXAS REGULAMENTARES

	2007	2006
Reserva Global de Reserva - GGR	1.034	1.397
Taxa de Frete/Receita da ANFF	834	895
Contribuição para o Fundo de Reserva - CRR	14.150	98.681
Contribuição para o Fundo de Reserva - CRR	15.495	15.464
<b>Total</b>	<b>31.513</b>	<b>56.517</b>

#### { 18 } TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Contribuintes		Rendimentos	
	2007	2006	2007	2006
Imposto sobre o lucro (IRPJ) - 15% sobre o lucro	1.000,00	1.000,00		
Imposto sobre o lucro (IRPJ) - 15% sobre o lucro	1.000,00	1.000,00		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - 9% sobre o lucro	2.000,00	2.000,00		
Imposto de Renda sobre o Lucro (IRPJ) - 15% sobre o lucro	1.000,00	1.000,00		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - 9% sobre o lucro	2.000,00	2.000,00		
<b>Total</b>	<b>6.000,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



COBRO-4 VIA PAULISTA FORÇA LUI - CUBA

23.650.196/0001-BE

#### REF - MUITAS EXERCÍCIOS

e) FINSOCIAL: Refere-se a questionamento judicial quanto a majoração do alíquota e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1997 a outubro de 1997.

f) Fiscais - Outras: Refere-se a outras empresas existentes nas esferas judicial, administrativa e de natureza regulatória decorrente da operação dos negócios da Sociedade relacionados a assuntos locais envolvendo NSS, FGTS e SIA.

g) Perdas possíveis: A Sociedade é parte em processos e riscos nos quais a Administração suportada por seus consultores jurídicos acredita que as chances de lucro são preservadas devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Esses questionamentos não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares ou similares como prováveis ou eventuais e por este motivo nenhuma posição sobre os mesmos foi consultada. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2007 estavam assim representadas: i) transmissões de R\$ 94.954 (R\$ 70.588 em 31 de dezembro de 2006); ii) dívidas representadas por dívidas pessoais e majoração lançada de R\$ 57.820 (R\$ 38.397 em 31 de dezembro de 2006) e iii) locais, principalmente referente a imposto de Renda FINSOCIAL e PIS e COFINS de R\$ 10.908 (R\$ 18.662 em 31 de dezembro de 2006).

h) Depósito Judicial - Imposto de Renda: refere-se a discussão da dedutibilidade para fins do Imposto de Renda de despesas reconhecidas no exercício de 1997 referente a deficiências previdenciárias do plano de pensão dos funcionários da Sociedade perante a Fundação CESP, em razão de ter sido objeto de reintegração e novação da dívida naquela entidade. A Sociedade, baseada em consulta à Secretaria da Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável constante na Nota MI-SRF/COFINS/0148 nº 157 de 15 de abril de 1998, o tornou a dedutibilidade fiscal da despesa gerando consequentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2000, a Sociedade foi autuada pelas Autoridades Fiscais relativamente ao uso do prejuízo fiscal nos exercícios de 1997 a 1998. Em 2007, em consequência de decisões judiciais, a empresa foi obrigada a depositar para garantir a continuidade das discussões, a Sociedade efetuou o depósito judicial no valor de R\$ 330.256 (R\$ 373.115 atualizado para 31 de dezembro de 2007) como depósito para garantia de juízo. Baseada na posição autorizada dos advogados que conduzem essa ação, o risco de perda continua classificado como remota.

A Administração da Sociedade reconhece a importância de seus ativos e passivos legais, entendendo que haverá riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.



RENDIMENTO FUNDADO: RENDIMENTO  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BPF - BANCOS PARANAENSES, BRASILEIROS E FIAT  
 EMPRESAS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E OUTRAS

Regulamentação: Resolução  
 Data: 08/08/2007

00382-4 VIA BRASILEIRA, 1000 - SÃO PAULO

23.050.196/0001-88

1491 - MUITAS FACILIDADES

## 21) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição das contas do Patrimônio da Sociedade em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 está assim distribuída:

Composição Atividade - 2007 - Des. de Ativos						
Atividade	Quantidade	%	Preço Médio de Aquisição	%	Total	%
Atividade	1.000.000	100,00	1,00	100,00	1.000.000	100,00
Atividade	1.000.000	100,00	1,00	100,00	1.000.000	100,00
Total	1.000.000	100,00	1,00	100,00	1.000.000	100,00

Composição Atividade - 2006 - Des. de Ativos						
Atividade	Quantidade	%	Preço Médio de Aquisição	%	Total	%
Atividade	1.000.000	100,00	1,00	100,00	1.000.000	100,00
Atividade	1.000.000	100,00	1,00	100,00	1.000.000	100,00
Total	1.000.000	100,00	1,00	100,00	1.000.000	100,00

### 21.1 - Aumento de Capital

Até a AGF de 14 de março de 2007 foram aprovados os aumentos de Capital da Sociedade no montante total de R\$ 130.884, sendo:

- R\$ 30.022 referente ao aumento de Capital sobre Ação incorporada, conforme previsto nas Instruções da CVM nº 319/99 e 346/01, sem emissão de novas ações, registrado na conta de Reserva de Capital, e realizado durante o exercício de 2005;
- R\$ 100.862 referente à Remissão da Dividenda da Companhia CPFL Energia, sem emissão de novas ações, com finalidade de realizar a segregação da participação societária;

Em 2003 ocorreu o cancelamento de 1.000.000 ações e a consequente redução do patrimônio líquido em 2003 no montante de R\$ 30.224.

### 21.2 - Redução de Capital

Até a AGF de 14 de março de 2007 não foram aprovados a redução de Capital onde os investimentos da Sociedade na RGL no montante de R\$ 1.052.411 foram restituídos à Companhia CPFL Energia.

### 21.3 - Grupamento das Ações

Em decorrência da redução de capital, também foi aprovada na AGF de 14 de março de 2007 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais da Sociedade na seguinte proporção: cada 33.931.050.326 ações ordinárias ou preferenciais de emissão da Sociedade corresponde a 1 ação ordinária e preferencial, conforme a base.

### 21.4 - Juros sobre Capital Próprio e Dividendo

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em junho de 2007, a declaração de juros sobre capital próprio intermediário no montante de R\$ 23.745 (R\$ 22.729,00 do IAPF), sendo anuidade para cada ação o valor de R\$ 25.167.744.497 (R\$ 21.387.937.927 líquido do IRPF), para

C0382-4 VIA PAULO STAS FORÇA LUI - C/PL

23.650.196/0001-B8

#### 14.0 - MÚLTIPLOS VALORES

ações ordinárias a R\$ 27.370468940 (R\$ 27.328658004 líquido de IRPJ) para ações preferenciais a dividendos intermediários de R\$ 380.103 que equivale a R\$ 357.638103636 por cada ação ordinária e R\$ 352.370013893 por cada ação preferencial referente aos resultados do primeiro semestre de 2007.

Adicionalmente, em novembro de 2007, ocorreu nova aprovação por parte do mesmo Conselho sobre a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 18.820 (R\$ 13.497 líquido de IRPJ) sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 14.886579276 (R\$ 12.557.04285 líquido de IRPJ) para ações ordinárias e R\$ 13.377.537204 (R\$ 13.377.5146673 líquido de IRPJ) para ações preferenciais referente aos resultados do segundo semestre de 2007.

A Sociedade efetuou pagamentos nos montantes de R\$ 338.590 e de R\$ 402.532 referentes, respectivamente, a dividendos e juros sobre capital próprio líquido de IRPJ, declarados em 31 de dezembro de 2006 e em 30 de junho de 2007 respectivamente.

#### 21.5 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição de dividendos de no máximo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações.

A base de cálculo e as destinações são demonstradas a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	R\$ 5.880
Reserva da Reserva Legal	5.880
Lucro Líquido Base para Distribuição	827.776
Dividendos intermediários	(340.103)
Juros sobre Capital Próprio	(42.405)
Dividendos Finais	(405.103)

A Sociedade efetua a apuração da Reserva Legal visando adequação ao limite de 20% sobre o Capital Social, conforme previsto na legislação societária.

Para este exercício a Administração da Sociedade está a operar a distribuição de 25% do lucro líquido e a reversão da Reserva Legal através da declaração e provisionamento de R\$ 405.103 na forma do no decorer, sendo atribuído para cada ação o valor de R\$ 381.154345503 para ações ordinárias e R\$ 419.247670030 para ações preferenciais.



23.050.194/C00L-BE

123) GUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

2. 2000 年 10 月 1 日起实施的《中华人民共和国招标投标法》



C0382-4 CIA PAULISTA FORÇA LUM - CFE

23.650.196/0001-B8

1491 - MUIS EXERCÍCIOS

( 24 ) DESPESAS OPERACIONAIS

	2007	2006
<b><u>Despesas com Vendas</u></b>		
Pessoal	13.010	12.557
Matéria	824	1.054
Serviços de Terceiros	30.335	18.757
Provisão para Devedores Duvidosos	12.814	40.524
Depreciação e Amortização	727	950
Taxa de Arrendação	20.154	31.778
Outros	121.545	113
<b>Total</b>	<b>239.279</b>	<b>130.873</b>
<b><u>Despesas Gerais e Administrativas</u></b>		
Pessoal	42.002	41.728
Matéria	3.064	3.156
Serviços de Terceiros	57.017	62.924
Arrendamento Alugueis	716	744
Depreciação e Amortização	4.926	4.752
Publicidade e Propaganda	3.881	3.476
Legais, Judiciais e Intermediações	11.016	4.044
Doações, Contribuições e Subvenções	2.887	1.003
Outros	4.445	2.541
<b>Total</b>	<b>126.063</b>	<b>125.427</b>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>		
Taxa de Instalação	10.134	9.554
Provisão de Força com RTE e Energia Livre (nota 3.1a)	8.001	-
Outros	1.834	-
<b>Total</b>	<b>20.640</b>	<b>9.554</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>386.782</b>	<b>275.856</b>

Os registros efetuados em outras despesas com vendas relacionados à taxa de corte a receber da energia livre estão apresentados na nota 3.1a;

RENDIMENTO FISCAL FAVORÁVEL - 100% (Aplicação Reforço  
C/F - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
REF - Reconhecimento, Reconhecimento, Reconhecimento  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação: Resolução  
Data: 08/08/2007

C0382-4 VIA LAULUSTAS FORÇA LUX - C/F

23.650.196/0001-BE

1401 - MUITAS EXERCÍCIOS

## (25) RESULTADO FINANCEIRO

	2007	2006
<b>Receitas</b>		
Renda de Aplicações Financeiras	32.307	28.116
Acrescimos e Multas Moratórias	20.978	47.741
Amortização de Créditos Fiscais	15.291	5.016
Amortização Monetárias e Câmbios	(4.577)	(4.041)
Remuneração CVA e Parceria 131	52.450	50.771
Geração de Aplicações de Crédito de ICMS	7.295	9.269
Remuneração Reconhecimento Tarifário Extracurricular para J. J.	16.711	45.146
Quanto recebido de J. J. controladas	-	77
PIS e COFINS - Ampliação da Base	-	91.280
Outras	24.905	49.006
<b>Total</b>	<b>203.201</b>	<b>336.379</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de J. J. J.	(152.360)	(248.773)
Despesas Bancárias	(14.355)	(25.061)
Amortização Monetárias e Câmbios	(44.335)	(58.076)
Outras	(16.559)	(10.996)
<b>Subtotal</b>	<b>(127.609)</b>	<b>(342.906)</b>
Amortização de J. J.	-	(29.233)
Juros Sobre o Capital Próprio	(42.505)	(29.930)
<b>Total</b>	<b>(170.114)</b>	<b>(399.939)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>133.087</b>	<b>(63.560)</b>

PIS e COFINS - Ampliação da Base - A Receita Reconhecida em 2006 no montante de R\$ 91.280 refere-se à reversão de passivo contingente e constituição de créditos fiscais a compensar devido ao julgamento favorável do recurso interposto pela Sociedade que questionou a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS.

## (26) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Atto do Conselho de Trabalho, a Sociedade implementou o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados baseado em acerto de metas operacionais e financeiras previamente estabelecido com as mesmas. O montante dessa participação para o exercício de 2007 foi de R\$ 14.919 e em 2006 foi de R\$ 17.357. Após a antecipação paga no exercício de 2007, o saldo remanescente provisorio é de R\$ 10.427 (nota 20).



C0382-4 VIA DA JARDIM DA FLORESTA LUX - 0712

23.650.196/0001-B8

## 4.4.1 - MÉRITOS EXERCÍCIO 2007

### ( 28 ) SEGUROS

A Sociedade mantém contratos de seguros com cobertura determinada por avaliação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por incidentes considerados suficientes para contrariar as perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

DESCRIÇÃO	RAMO DA APÓLICE	2007	2006
Ativo Imobilizado	Incêndio, Roubo, Explosão, Queda de Objeto e Danos por Furtos	367.674	362.613
Transporte	Transporte Nacional	27.000	24.967
Matutal Excluído	Incêndio, Roubo, Explosão e Queda	17.000	14.000
Autotransporte	Cobertura Excluído	1.400	120
Responsabilidade Civil	Dano Material da Empresa e Danos	17.112	13.267
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	27.000	27.000
Outros	Outros	11.278	26.000
<b>TOTAL (R\$)</b>		<b>1.061.324</b>	<b>688.650</b>

As informações não contemplam as perdas potenciais inesperadas.

### ( 29 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

#### 29.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade compreendem principalmente o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tarifas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando as custos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de hedge, a qual permite à Sociedade reduzir os riscos anuais da operação para o custo relativo à cotação do CO (nota 14). Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de longo. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas, conforme comentado na nota 5. As referidas operações são realizadas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é devido à possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional, a Sociedade tem como contrapartida cláusulas reguladoras atualizadas pelo variação da taxa BB-C. Adicionalmente, a Sociedade tem buscado aumentar a participação de investimentos atrelados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

23.050.194/C001-BE

00882-4 VIA DA DOUTORA FORTA LUIZ - C/12

23.650.196/0001-88

#### 4.4.1 - VALORES EXERCÍCIO 2007

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade, comparados aos valores de cotação de mercado conforme definido acima, na data base em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são como segue:

	2007		2006	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Investimentos em ações e títulos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Investimentos em títulos	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Investimentos em outros	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Total</b>	<b>3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>

A esmaltiva do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade foi elaborada com base em análises de mercado de fluxos futuros. A valor presente, comparação com transações semelhantes concluídas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2007 e de 2006, bem como comparação com parâmetros medidos do mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de fornecimento de energia elétrica, aspectos requeridos e créditos a receber da GLSP, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

#### ( 30 ) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA"

A demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006 sem os efeitos da consolidação RGE, está assim demonstrada:

	2007	2006 (*)
Receita Líquida de Vendas	4.460.536	4.021.065
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(2.903.672)	(2.722.442)
Lucro Operacional Bruto	1.556.864	1.298.623
Despesas Operacionais	(201.238)	(275.862)
Resultado do Serviço	1.295.626	1.022.761
Resultado Financeiro	(117.628)	(130.623)
Resultado Não Operacional	(1.008)	5.755
Provisão para R e CSLL	(400.795)	(302.362)
Item Extraordinário Líquido dos Efeitos Tributários		(10.677)
Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	42.550	123.630
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>816.889</b>	<b>689.511</b>

(\*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO: 10% (dez por cento) Reforço  
CIN - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
DPP - DEMONSTRAÇÕES PRELIMINARES DE PREVISÃO  
ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamento CONEXÃO  
Data Base: 31/12/2007

C0382-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - SPFL

23.650.196/0001-B8

440 - MUITAS FACILIDADES

#### (31) UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, lançado pelo Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia, é criada destinada ao atendimento de novas ligações a iluminação – Programa Lume para Todos – sem ônus aos clientes.

Foram ligadas 4.133 novas consumidoras com o custo total estimado em R\$ 14.999, no qual a Sociedade concluiu em junho de 2006 todas as instalações previstas para o programa. Mesmo após o cumprimento das metas de universalização apresentadas para a ANEEL, a Sociedade de Energia Elétrica ligou 4.133 consumidores, após concessões enquadradas no Programa de Universalização.

Nas montantes pagas pela Filial SPFL, no valor de R\$ 10.786, foram abatidos 44% final do exercício de 2007, o montante de R\$ 4.736, encerrando-se as obrigações deste contrato, junto à Filial SPFL. A amortização da Concessão é de R\$ 3.857.





COBEC-4 VIA PAULO STA FORTA LUI - CVEL

23.650.196/0001-B8

1401 - MUDANÇAS EXERCÍCIOS

### ( 33 ) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 – LEI 11.033/07

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.033/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relativo à divulgação e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas modificações entrarão em vigor a partir da 1ª de Janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- a) ativos e passivos financeiros prefixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- b) derivativos instrumentos financeiros e derivativos deveão ser contabilizados a valores justos;
- c) contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de liquidação, Fusão ou Cisão entre partes não relacionadas;
- d) substituição da DCMR pela Demonstração do Fluxo de Caixa e segregação da demonstração da Demonstração do Valor Adicionado;
- e) inclusão de novos subgrupos de contas como: Intangíveis no ativo e a Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Adicionalmente, a Lei requer que as normas expedidas pelo CVM sejam elaboradas em consonância com as práticas internacionais de contabilidade, tendo como base as normas emitidas pelo IASB.

A Sociedade já adotou algumas práticas recomendadas pela nova Lei, como a divulgação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Anexo II) e da Demonstração do Valor Adicionado (Anexo II), e está analisando os impactos para as demais alterações propostas em lei, que deverão ser adotadas em sua totalidade ao longo do exercício de 2008, conforme as regras forem disponibilizadas pelos órgãos reguladores.

RENDIMENTO FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BPF - BOLSAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 BPF - BOLSAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 BPF - BOLSAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO

Regulamento BPF  
 Data Base 31/12/2007

00382-4 VIA DA DOUTORA RÔMULO LUIZ - SP/L

23.650.196/0001-B8

440 - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

# ANEXO I

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA E  
 PARA OS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2006  
 e De Moçambique, S.A.

	2011	2006
<b>Fluxos de Atividades Operacionais</b>		
Receitas de vendas de produtos e serviços	1.111.111	1.111.111
Receitas de aluguel de imóveis	1.111.111	1.111.111
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111
Receitas de outros	1.111.111	1.111.111
Despesas com vendas de produtos e serviços	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com aluguel de imóveis	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com outros	(1.111.111)	(1.111.111)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxos de Atividades de Investimento</b>		
Receitas de vendas de ativos não correntes	1.111.111	1.111.111
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111
Receitas de outros	1.111.111	1.111.111
Despesas com aquisição de ativos não correntes	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com outros	(1.111.111)	(1.111.111)
<b>Resultado de Investimento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxos de Atividades de Financiamento</b>		
Receitas de empréstimos e financiamentos	1.111.111	1.111.111
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111
Receitas de outros	1.111.111	1.111.111
Despesas com pagamento de empréstimos e financiamentos	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com outros	(1.111.111)	(1.111.111)
<b>Resultado de Financiamento</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fluxos de Atividades de Transição</b>		
Receitas de vendas de ativos não correntes	1.111.111	1.111.111
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111
Receitas de outros	1.111.111	1.111.111
Despesas com aquisição de ativos não correntes	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)
Despesas com outros	(1.111.111)	(1.111.111)
<b>Resultado de Transição</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

C0382-4 VIA DA DOUTORA RORCA LUIZ - SP/LU

23.650.196/0001-B8

1401 - MUITAS EXERCÍCIOS

## ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006		
(Em Milhares de Reais)		
	2007	2006
1 - Receitas	8.625.638	8.243.178
1.1 Receita de Compra e Venda de Valores Mobiliários	8.625.638	8.243.178
1.2 Receita de Compra e Venda de Derivados de Valores Mobiliários	0	0
1.3 Receita de Compra e Venda de Derivados de Câmbio e Taxas	0	0
1.4 Receita de Administração	0	0
2 - Despesas	12.839.744	12.839.395
2.1 Despesa de Compra e Venda	12.839.744	12.839.395
2.2 Despesa de Administração	0	0
2.3 Despesa de Câmbio e Taxas	0	0
2.4 Despesa de Derivados	0	0
2.5 Despesa de Derivados de Câmbio e Taxas	0	0
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	3.745.923	3.383.883
4 - Retenções	1.170.436	1.170.462
4.1 Imposto de Renda sobre Lucros	1.170.436	1.170.462
4.2 Imposto de Renda sobre Dividendos	0	0
5 - Valor Adicionado Líquido (3-4)	2.575.487	2.213.421
6 - Valor Adicionado Reservas de Retenções (5-4)	201.201	143.667
6.1 Reserva de Imposto de Renda	201.201	143.667
6.2 Reserva de Imposto de Renda sobre Dividendos	0	0
6.3 Reserva de Imposto de Renda sobre Lucros	0	0
7 - Valor Adicionado Líquido (5-6)	2.374.286	2.069.754
8 - Resultado Líquido (7-8)	2.374.286	2.069.754
8.1 Resultado Líquido	2.374.286	2.069.754
8.2 Resultado Líquido sobre Dividendos	0	0
8.3 Resultado Líquido sobre Lucros	0	0
8.4 Resultado Líquido sobre Câmbio e Taxas	0	0
8.5 Resultado Líquido sobre Derivados	0	0

RENDIMENTO FISCAL FOMENTO - 11.ª Região - Região  
C-11 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CNPJ - 00.000.000/0000-00 - 00.000.000/0000-00  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamento - 00.000.000/0000-00  
Data Base - 31/12/2007

00882-4 VIA PAULISTA FORÇA LUX - SP/LUX

23.650.196/0001-88

1401 - MUITAS FACILIDADES

## PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz, no desempenho de suas atribuições, tendo examinado o Relatório Anual de Administração, as demonstrações financeiras de Exercício Social de 2007, bem como os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e ainda, com base no parecer da CFMC Auditores Independentes, datado de 27 de janeiro de 2008, e concluiu que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

*Campinas, 27 de fevereiro de 2008.*

Paulo Mazon

Fernando Lias Gomes

Suzana Hanna Siqueira Lúcia

Franzisco Djalma de Oliveira

Ennio de Assis Rosa Ferreira

REGIÃO NOROCCIDENTAL  
 CN - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CNF - COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO  
 ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamentação: Resolução  
 Data: 06/06/2007

00382-4 VIA LAUDÍSIA FORÇA LUIZ - SP/SP

23.650.196/0001-88

1401 - MUIAS EXPEDIENTES

#### DIRETORIA

Wilson P. Ferreira Junior  
 Diretor Presidente

Reni Antonio da Silva  
 Diretor Vice presidente de Estrategia e  
 Regulação

Jose Antonio de Almeida Felipe  
 Diretor Vice presidente - financeiro e de  
 Relação com Investidores

Paulo Cesar Chelhn Tavares  
 Diretor Vice presidente de Gestão de  
 Energia

Hélia Viana Pereira  
 Diretor Vice presidente de Distribuição

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson P. Ferreira Junior  
 Presidente

Sergio de Brito Pereira Figueira  
 Vice-presidente

Edmar Pinheiro de Góes  
 Conselheiro

#### DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassolo  
 Diretor de Contabilidade  
 CRC 13P0851310-6

Sergio Luiz Felice  
 Gerente de Contabilidade  
 CRC 13P19236710-6

31 DE IDENTIFICAÇÃO

Nome	EMPRESA S.A.	CNPJ	00.000.000/0001-00
Código	00000000	CPF	00.000.000/0001-00

ÍNDICE

GRUPO	SUBGRUPO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	BALANÇO GERAL	1
01	02	RECEITA	1
01	03	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	1
01	04	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	1
01	05	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	06	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	07	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	08	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	09	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	10	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	11	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	12	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	13	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	14	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	15	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	16	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	17	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	18	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	19	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	20	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	21	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	22	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	23	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	24	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	25	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	26	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	27	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	28	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	29	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	30	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	31	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	32	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	33	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	34	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	35	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	36	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	37	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	38	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	39	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	40	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	41	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	42	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	43	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	44	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	45	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	46	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	47	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	48	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	49	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	50	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	51	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	52	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	53	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	54	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	55	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	56	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	57	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	58	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	59	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	60	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	61	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	62	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	63	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	64	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	65	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	66	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	67	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	68	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	69	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	70	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	71	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	72	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	73	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	74	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	75	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	76	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	77	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	78	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	79	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	80	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	81	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	82	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	83	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	84	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	85	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	86	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	87	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	88	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	89	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	90	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	91	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	92	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	93	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	94	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	95	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	96	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	97	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	98	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	99	BALANÇO GERAL - EXERCÍCIO ANTERIOR	2
01	100	RECEITA - EXERCÍCIO ANTERIOR	2

- 
- Demonstrações Financeiras da Companhia Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER AVALIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SEUS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.21 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Companhia	CAIXA DE AQUISIÇÃO DE VALORES	CNPJ
033824-4	CAIXA PAULISTA FORÇA LUZ - CPTL	33.052.196/0001-05
Atividade		

01.22 - SEDE

Endereço da Sede				CEP
Rua da Consolação, 1000 - 10º andar				01302-900
Bairro				Consolação
Cidade				São Paulo
UF	SP	CEP	01302-900	
Telefone	(11) 3075-3075	Telefone	(11) 3075-3075	
Fax	(11) 3075-3075	Fax	(11) 3075-3075	
E-mail				
www.cptl.com.br				

01.23 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome				
José Antonio de Almeida Filho				
Cargo				CEP
Diretor de Relações com Investidores				01302-900
Endereço				
Rua da Consolação, 1000 - 10º andar				
Bairro				
Consolação				
Cidade				
São Paulo				
UF				
SP				
Telefone				
(11) 3075-3075				
Fax				
(11) 3075-3075				
E-mail				
www.cptl.com.br				

01.24 - REFERÊNCIA ALDO FOR

Nome	Endereço	Telefone
1. Ulysses	01.01.2005	31.12.2005
2. Fátima	01.01.2007	31.12.2007
3. Antenor	01.01.2008	31.12.2008
Endereço para correspondência		CEP
Rua da Consolação, 1000 - 10º andar		01302-900
Bairro		Consolação
Cidade		São Paulo
UF		SP



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 OFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Extraordinária  
 27/03/2006 17:11:21:006 Logotipo do Setor Jurídico

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	0131 - IDENTIFICAÇÃO	0131 - IDENTIFICAÇÃO
	0131 - IDENTIFICAÇÃO	0131 - IDENTIFICAÇÃO

01.35 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

0135 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	0135 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
0135 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	0135 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

Código	Descrição	Valor
0038204	DIÁ PATRIMONIAL (PASSIVO) - OFP	23.050.106.000,00

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (R\$ Mil.)

Código	Descrição	2005	2004	2003
0038201	Capital Social	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
0038202	Reserva Legal	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
0038203	Reserva de Retenções	90.000,00	200.000,00	100.000,00
0038204	Reserva de Avaliação	-	-	100.000,00
0038205	Reserva de Imprevisíveis	900.000,00	200.000,00	100.000,00
0038206	Reserva de Depreciação	-	-	100.000,00
0038207	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038208	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038209	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038210	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038211	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038212	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038213	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038214	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038215	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038216	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038217	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038218	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038219	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038220	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038221	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038222	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038223	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038224	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038225	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038226	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038227	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038228	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038229	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038230	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038231	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038232	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038233	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038234	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038235	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038236	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038237	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038238	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038239	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038240	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038241	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038242	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038243	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038244	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038245	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038246	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038247	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038248	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038249	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038250	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038251	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038252	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038253	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038254	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038255	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038256	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038257	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038258	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038259	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038260	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038261	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038262	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038263	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038264	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038265	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038266	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038267	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038268	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038269	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038270	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038271	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038272	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038273	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038274	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038275	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038276	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038277	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038278	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038279	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038280	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038281	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038282	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038283	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038284	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038285	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038286	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038287	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038288	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038289	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038290	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038291	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038292	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038293	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038294	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038295	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038296	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038297	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038298	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038299	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00
0038300	Reserva de Provisão	-	-	100.000,00

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

Código	Descrição	Valor
003804	DIÁ PATRIMONIAL ORÇAMENTAL - OFP L	33-050-106-0001-25

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (R\$ Mil M)

Código	Descrição	2005	2004
01.32.1	Capital Social		
01.32.1.1	Capital Social		
01.32.1.2	Reserva de Capitalização		
01.32.2	Reserva de Retenções		
01.32.2.1	Reserva de Retenções		
01.32.2.2	Reserva de Retenções		
01.32.2.3	Reserva de Retenções		
01.32.2.4	Reserva de Retenções		
01.32.2.5	Reserva de Retenções		
01.32.2.6	Reserva de Retenções		
01.32.2.7	Reserva de Retenções		
01.32.2.8	Reserva de Retenções		
01.32.2.9	Reserva de Retenções		
01.32.3	Reserva de Retenções		
01.32.4	Reserva de Retenções		
01.32.5	Reserva de Retenções		
01.32.6	Reserva de Retenções		
01.32.7	Reserva de Retenções		
01.32.8	Reserva de Retenções		
01.32.9	Reserva de Retenções		

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	ORIZIFICACAO EXTERIOR - OFP L	23-050-106-0007-25
---------	-------------------------------	--------------------

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)

Conta	Descrição	1º Trimestre - 2006	2º Trimestre - 2006	3º Trimestre - 2006
100	Vendas de Produtos e Serviços	1.021.121	1.014.767	1.011.111
110	Descontos sobre vendas	(1.000.000)	(1.000.000)	(1.000.000)
120	Descontos sobre compras	1.000.000	1.000.000	1.000.000
130	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
140	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
150	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
160	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
170	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
180	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
190	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
200	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
210	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
220	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
230	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
240	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
250	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
260	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
270	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
280	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
290	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
300	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
310	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
320	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
330	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
340	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
350	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
360	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
370	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
380	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
390	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
400	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
410	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
420	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
430	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
440	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
450	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
460	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
470	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
480	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
490	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
500	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
510	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
520	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
530	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
540	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
550	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
560	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
570	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
580	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
590	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
600	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
610	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
620	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
630	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
640	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
650	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
660	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
670	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
680	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
690	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
700	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
710	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
720	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
730	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
740	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
750	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
760	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
770	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
780	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
790	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
800	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
810	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
820	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
830	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
840	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
850	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
860	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
870	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
880	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
890	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
900	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
910	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
920	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
930	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
940	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
950	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
960	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
970	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
980	Descontos sobre receitas	1.000.000	1.000.000	1.000.000
990	Descontos sobre despesas	1.000.000	1.000.000	1.000.000

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	0038204	EMPRESA PARANATIA FOMENTO - S/A	33-050-106-0001-25
------	---------	---------------------------------	--------------------

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ MIL)

Conta	Descrição	12 meses terminando em 31/12/06	12 meses terminando em 31/12/05	12 meses terminando em 31/12/04
110	Receita Operacional	1.000.000	1.200.000	1.000.000
120	Receita Extraordinária	100.000	100.000	100.000
130	Receita Financeira	100.000	100.000	100.000
140	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
150	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
160	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
170	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
180	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
190	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
200	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
210	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
220	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
230	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
240	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
250	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
260	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
270	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
280	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
290	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
300	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
310	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
320	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
330	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
340	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
350	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
360	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
370	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
380	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
390	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
400	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
410	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
420	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
430	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
440	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
450	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
460	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
470	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
480	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
490	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
500	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
510	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
520	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
530	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
540	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
550	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
560	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
570	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
580	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
590	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
600	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
610	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
620	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
630	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
640	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
650	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
660	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
670	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
680	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
690	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
700	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
710	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
720	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
730	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
740	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
750	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
760	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
770	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
780	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
790	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
800	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
810	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
820	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
830	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
840	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
850	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
860	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
870	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
880	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
890	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
900	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
910	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
920	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
930	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
940	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
950	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
960	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
970	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
980	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
990	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000
1000	Receita de Imobilizado	100.000	100.000	100.000



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	0038204	01.31.31.01 - Razão Social	SIA SANEAMENTO S.A. - SANE	01.31.31.02 - CVM	23-050-106-0001-25
------	---------	----------------------------	----------------------------	-------------------	--------------------

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Base MJ)

Conta Contábil	Descrição	1º Trimestre - 2019	1º Trimestre - 2020	Variação - 2019/2020
01.31.31.01	Ativos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.02	Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.03	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.04	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.05	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.06	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.07	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.08	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.09	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.10	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.11	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.12	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.13	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.14	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.15	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.16	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.17	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.18	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.19	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.20	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.21	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.22	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.23	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.24	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.25	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.26	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.27	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.28	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.29	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.30	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.31	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.32	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.33	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.34	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.35	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.36	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.37	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.38	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.39	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.40	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.41	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.42	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.43	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.44	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.45	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.46	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.47	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.48	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.49	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%
01.31.31.50	Ativos e Passivos	1.000.000	1.000.000	0,00%

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	ALFA INSTITUTOS CAVALOS - S/A	23-05-1980/07-05
---------	-------------------------------	------------------

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Base III)

Conta	Descrição	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
01.31.01	Operações de capitalização	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.02	Operações de aplicação	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.03	Operações de financiamento	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.04	Operações de distribuição	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.05	Operações de administração	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.06	Operações de manutenção	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.07	Operações de pesquisa e desenvolvimento	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.08	Operações de outros recursos	1.000.000	1.000.000	1.000.000

2428744201.1618

[illegible]







## 01 31 - RF4T F50660

00380-4	LA PAULUS TAI CHANG LOU - CHINESE	33-Dec-1967-000-00
---------	-----------------------------------	--------------------

## 02.12 - DALANED BATHING 245502 ECH591PABQ7124 MID

[illegible]

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	0038204/0001-00	CNPJ
0038204	SIA PAULISTA FOMENTO - S/A	23-050-106-0001-00

02.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ MIL)

2015	2014	2013	2012	2011
3.1.1	Capital Social	1.000.000	1.000.000	1.000.000
3.1.2	Reserva de Capital			
3.1.3	Reserva Legal			
3.1.4	Reserva de Retenções e Lucros			
3.1.5	Reserva de Avaliação			
3.1.6	Reserva de Contingências			
3.1.7	Reserva de Provisões			
3.1.8	Reserva de Impostos			
3.1.9	Reserva de Depreciação			
3.1.10	Reserva de Amortização			
3.1.11	Reserva de Provisões			
3.1.12	Reserva de Provisões			
3.1.13	Reserva de Provisões			
3.1.14	Reserva de Provisões			
3.1.15	Reserva de Provisões			
3.1.16	Reserva de Provisões			
3.1.17	Reserva de Provisões			
3.1.18	Reserva de Provisões			
3.1.19	Reserva de Provisões			
3.1.20	Reserva de Provisões			



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	ORIZIFICACAO EXTREMA - S/A	23-050-106-0001-25
---------	----------------------------	--------------------

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ MIL)

Conta	Descrição	1º Trimestre - 2007	1º Trimestre - 2006	1º Trimestre - 2005
01.31.01	Vendas de Produtos e Serviços	4.990.407	3.930.000	3.000.000
01.31.02	Descontos em vendas	(100.000)	(200.000)	(100.000)
01.31.03	Descontos em compras	(200.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.04	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.05	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.06	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.07	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.08	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.09	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.10	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.11	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.12	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.13	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.14	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.15	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.16	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.17	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.18	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.19	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.20	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.21	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.22	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.23	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.24	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.25	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.26	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.27	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.28	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.29	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.30	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.31	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.32	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.33	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.34	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.35	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.36	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.37	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.38	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.39	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.40	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.41	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.42	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.43	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.44	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.45	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.46	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.47	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.48	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.49	Descontos em compras	(100.000)	(100.000)	(100.000)
01.31.50	Descontos em vendas	(100.000)	(100.000)	(100.000)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Demonstração Escrita

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data-Data - 31/12/2006

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

# 31.01 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa	GRUPPO VIGOR	Identificação
CNPJ	04.940.574/0001-00 (CPF)	33.050.09-1/001-68

## 31.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ em Mil)

Conta	Descrição	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2004
1.000.00	Receita	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.01	Receita de Venda de Produtos	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.02	Receita de Venda de Serviços	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.03	Receita de Dividendos	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.04	Receita de Juros	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.05	Receita de Taxas	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.06	Receita de Comissões	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.07	Receita de Outros Rendimentos	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.08	Receita de Diferença de Câmbio	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.09	Receita de Diferença de Avaliação	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.10	Receita de Diferença de Transação	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.11	Receita de Diferença de Avaliação de Ativos	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.12	Receita de Diferença de Avaliação de Passivos	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.13	Receita de Diferença de Avaliação de Patrimônio Líquido	1.000.00	1.000.00	1.000.00
1.000.14	Receita de Diferença de Avaliação de Reservas	1.000.00	1.000.00	1.000.00

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	LOGÍSTICA SOCIAL S/A - OFP L	23-050-106-0007-25
---------	------------------------------	--------------------

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Ramo III)

Conta	Descrição	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
01.31.01	Capital	1.000.000	1.000.000	25
01.31.02	Reserva Legal	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.03	Reserva de Superávit	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.04	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.06	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.07	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.08	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.09	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.10	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.11	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.12	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.13	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.14	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.15	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.16	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.17	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.18	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.19	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.20	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.21	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.22	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.23	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.24	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.25	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.26	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.27	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.28	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.29	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.30	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.31	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.32	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.33	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.34	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.35	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.36	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.37	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.38	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.39	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.40	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.41	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.42	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.43	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.44	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.45	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.46	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.47	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.48	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.49	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000
01.31.50	Reserva de Retenção de Lucros	1.000.000	1.000.000	1.000.000

31 DE IDENTIFICAÇÃO

Identificação	Nome da Empresa	CNPJ
00000000	COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA	000000000000000000

32 DE DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (R\$ MIL)

Origem	Descrição	2016	2015	2014
1.1	Recursos gerados nas operações	1000	1000	1000
1.2	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000
1.3	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000
1.4	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000
1.5	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000
1.6	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000
1.7	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000
1.8	Recursos gerados em operações	1000	1000	1000

## PARCELOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ass. Acquisições e Administração da  
 Companhia Paulista de Força e Luz  
 Campinas - SP

1. Examinamos as balanças patrimoniais da Companhia Paulista de Força e Luz e controlada (entidade aduana controladora), datadas em 31 de dezembro de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações de patrimônio líquido controladora e das origens e aplicações de recursos compreendentes ao exercício findo no que a éna, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras da controlada, Kua Grande e Energia S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, cujo ativo e resultado proporcionalis representam, respectivamente, 29,0% e 12,6% do ativo total consolidado e do lucro líquido da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, emitido em 30 de janeiro de 2007, não contém ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores dessa controlada incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e consolidadas, este baseia exclusivamente no parecer desses auditores independentes.
2. Nossas exames foram realizados de acordo com a normas brasileiras de auditoria e controle financeiro, por meio de procedimentos dos trabalhos, e nos determinam a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controlada, em a constatação, com base em testes, das existências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis envolvidas, e a avaliação das práticas e das estimativas contábeis, mas a representação adotada pela Administração da Companhia e controlada, bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer e outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paulista de Força e Luz e controlada (controladora e consolidada), em 31 de dezembro de 2006, e resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio

12.11 - PREVENÇÃO DOS ALÍBIOS INDEPENDENTES - SEM RESSALVA

relativo (controlador) e as origens e aplicações de seus recursos referenciados no exercício financeiro a data de arquivamento das práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Nessa exame foi constatado o não objetivo de obter parecer sobre as demonstrações financeiras, as quais referidas no parágrafo 1, limitadas em conjunto. As demonstrações em fluxo de caixa e do valor adicional (controlador e consolidação) em todas respectivamente nos Anexos I e II, que estão sendo apresentadas para parecer e informações suplementares sobre a Sociedade e controlada, não são necessárias como parte integrante das demonstrações financeiras, mas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações em fluxo de caixa e do valor adicional foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estas demonstrações suplementares (controlador e consolidação) não adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referenciadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2006, tomadas em conjunto.
5. As demonstrações financeiras e as informações suplementares contidas nos Anexos I e II em 31 de dezembro de 2006 (quanto a forma e consistência), apresentadas para fins contábeis, foram por nós examinadas e, em nosso parecer, sobre os, base, emitido em 14 de fevereiro de 2007, contém os seguintes conteúdos: (a) que nossa opinião se refere que se refere aos valores de consolidação (por Grande Empresa 8.4), incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas e os respectivos investimentos registrados pela consolidação a partir das demonstrações financeiras consolidadas da entidade, base, base, se exclusivamente na opinião de outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalvas, foi emitido em 14 de fevereiro de 2007, e, em parágrafo de ênfase, referenciado no registro pela Companhia de ativos regulatório que se encontra pendente de homologação pela ANS, a qual foi concedida em 5 de setembro de 2006, conforme mencionado na Nota Explicativa 3. (b) que as demonstrações financeiras.

Uapim, 26 de janeiro de 2007

DEBILIDADE TOU CHE TOU MATE

Auditor Independente

CRCP - SP/00000000-00

W. Albert Arnaldo dos Santos

Controlador

CRCP - SP/00000000-00

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006. Todas as comunicações realizadas neste Relatório levam em consideração dados da controladora em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

### 1. Considerações Iniciais

A CPFL Paulista atingiu plenamente os objetivos estabelecidos em seu plano estratégico. A empresa atendeu a demanda de crescimento do seu mercado consumidor, atuando com elevado nível de eficiência operacional, e a cargo e objetivo de prestar serviços de qualidade para 3,332 milhões de clientes.

Com atuação em um dos mais expansivos mercados brasileiros, a energia gerada pela empresa foi de 18.280 GWh e apresentou crescimento significativo nas classes residencial e comercial, com taxas de 4,9% e 5,1%, respectivamente.

Adicionalmente, a CPFL Paulista foi eleita a melhor distribuidora de energia elétrica do País conquistando o Prêmio Abradee 2006 – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, abrangindo os melhores indicadores técnicos de qualidade de fornecimento de energia, resultado dos investimentos realizados na expansão e manutenção do sistema elétrico, no aprimoramento contínuo da gestão operacional e na capacitação do seu quadro de profissionais.

Informações a respeito dos investimentos em sociedades controladas estão na Nota Explicativa nº 11 das Demonstrações Financeiras.





RENDIMENTO PERIÓDICO PERMANENTE

Revelação: Retorno

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

REF - REORGANIZAÇÃO, REANÚNCIO, REINSCRIÇÃO

DATA BASE 30/12/2005

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIA E OUTRAS

00002-4

CIA PAULISTA FORÇA LUZ

CPL

33.050.196/0001-93

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

( ) a totalidade das ações da Companhia de São de São Paulo - Campos, equivalente a 3,38% do capital social da Campos, no montante de R\$ 27,2 milhões; e

( ) a totalidade das ações da Energias do Brasil S.A., equivalente a 0,05% do capital social da Energias do Brasil, no montante de R\$ 772,3 mil.

Com a implementação dessa primeira etapa da Reorganização Societária, o controle acionário

da CPFL Parahyba deixou de ser controlado pela CPFL Paulista. Cabe ressaltar que essa reorganização societária foi contabilizada a partir de 1º de janeiro de 2005, com base no laudo de avaliação elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu, na data-base de 31 de dezembro de 2005.

A segunda e última etapa, referente a segregação da participação societária da CPFL Paulista na

FGE, deverá ocorrer até março de 2007 (Resolução Autorizativa Aneel nº 305/06).

Todo esse processo atende plenamente a regulamentação vigente, mantendo as mais elevadas padrões de transparência e respeito aos acionistas.

## 3. Desempenho Operacional

A CPFL Paulista atua em uma das regiões mais desenvolvidas do Estado de São Paulo, com taxas históricas de crescimento de mercado superiores à média nacional.

### Clientes

A CPFL Paulista, que distribui energia em 234 municípios, registrou o ano com 3.332 mil clientes, um acréscimo de 82 mil consumidores, o que representa crescimento de 2,5%. O segmento residencial representa 87,1% do total de clientes e cresceu 2,6% no exercício.

### Vendas de Energia

A CPFL Paulista faturou um total de 18.290 GWh de energia elétrica, quantificado 1,0% inferior àquela verificada em 2005. Essa queda deveu-se, principalmente, à migração de clientes para o mercado livre. A quantidade de energia consumida na área de concessão da Companhia apresentou crescimento de 4,1%. A energia faturada por contratos de uso do sistema de distribuição cresceu 35,7%, passando para 4.770 GWh (3.514 GWh em 2005).

As vendas de energia para as classes residencial e comercial aumentaram 4,0% e 5,1%, respectivamente. Tal crescimento deve-se ao aumento real de rendimentos da massa salarial, estimulado pela baixa da inflação e ao aumento do salário mínimo, bem como pela aceleração da venda de eletrodomésticos em função do aumento do crédito disponível. Já o aumento de 5,1% da classe rural deve-se ao menor índice pluviométrico no período (abaixo da média histórica), que levou ao maior uso da irrigação.

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Revisão/Atualização Relatório

CPFL - COMISSÃO DE VALORES REDEEMTÓRIOS

Legislação Societária

CPFL - Demonstrações Financeiras Consolidadas

DATA BASE 30/12/2005

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4

CPFL PAULISTA FORÇA LÚZ

CPFL

33.050.196/0001-93

## 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

A classe Industrial representou 31,4% do total de energia fornecida pela distribuidora, reduzindo sua participação 18,6% em 2005. Com a saída de consumidores para o mercado livre de energia, principalmente os clientes da classe industrial, houve uma expansão relativa da participação das demais classes na energia faturada pela empresa.

A classe residencial passou a 31,3% (29,2% em 2005); enquanto a participação da classe comercial passou para 13,7% (18,3% em 2005). As demais evoluíram de 13,2% para 18,1%.

Mais dados referentes à energia elétrica faturada (venda em R\$, em GWh e por classe de consumo) estão na Nota explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras.

### Perdas Comerciais

A CPFL Paulista continua intensificando as ações para o combate as perdas comerciais, que, entre outras ações, na 201, 306 mil inspeções de unidades consumidoras, e substituiu 77 mil medidores obsoletos por outros avançados.

Com essas medidas, o Índice de Perdas Comerciais caiu para 2,5% (2,5% em 2005), resultando na recuperação de receita de R\$ 72 milhões.

### Qualidade dos Serviços Prestados

**Atendimento ao Cliente** – A CPFL Paulista tem trabalhado com o objetivo de melhorar e elevar a qualidade dos serviços de atendimento aos seus clientes. Foram realizadas 9,7 milhões de atendimentos a clientes, dos quais 7 milhões por meio do Call Center e 286 mil mediante as Agências.

É grande destaque tal o expressivo aumento dos atendimentos realizados por meio do portal na internet, que totalaram 2,4 milhões – 25% do volume total. Isso representa melhores condições de acessibilidade e comodidade para os clientes, além da rapidez e confiabilidade na prestação de serviços e uma expressiva diminuição nos custos da empresa.

Para atender atendidos em alta tensão, no Grupo A, a CPFL Paulista disponibiliza uma estrutura diferenciada e especializada de atendimento. Uma equipe de gerentes de negócios é responsável pelo contato direto com o cliente, buscando soluções e atendendo produtos e serviços.

## 1.1 - DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO

**Fornecimento de Energia** – A CPFL Paulista investe permanentemente na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica aos seus clientes. Para isso, desenvolve ações e iniciativas visando a melhoria da gestão operacional, a organização da logística de serviços de atendimento e emergências, a realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações e das redes e linhas de distribuição, além de investir na flexibilidade operacional do sistema elétrico.

Os resultados dessas ações podem ser medidos pelos indicadores de qualidade de fornecimento de energia, regulados pela Anel. O DFC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,58 horas. O FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,49 vezes. Com efeito, esses resultados novamente conferiram à CPFL Paulista uma posição de liderança entre as distribuidoras brasileiras de energia elétrica, em qualidade de fornecimento.

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006
DFC	5,36*	5,35	5,34	6,11	6,58
FEC	5,26*	5,18	5,17	5,47	5,49

\* Não considerado

## 4. Desempenho Financeiro

## Econômico-

A CPFL Paulista apresenta o Comentário de Desempenho das operações de controladora, em função das reestruturações societárias ocorridas no início do exercício de 2006 (que impactam as informações consolidadas e impossibilitam a comparabilidade entre os exercícios de 2006 e 2005).

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

### Receita Operacional

A CPFL Paulista alcançou Receita Bruta de R\$ 5.298 milhões, com aumento de 5,8%. Os principais fatores para esse crescimento foram os efeitos da reajuste Tarifário anual (RT), de 10,60%, ocorrido em abril de 2006, o aumento da receita com vendas de energia para as classes residencial e comercial e o crescimento de 42,7% na receita pelo uso do sistema de distribuição – TUCD (R\$ 97 milhões).

SEMPRE POR UM MUNDO MELHOR.

CNP - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CPL - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ECONOMIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Relatores

Legislação Societária  
DATA BASE 30/12/2005

00002-4 CNA PAULISTA FORÇA LÚZ CPFL 11.050.196/0001-93

13.11 - DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO

### Geração Operacional de Caixa (EBITDA)

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA ajustado, foi de R\$ 1.176 milhões, com crescimento de 17,4% (R\$ 175 milhões). Esse resultado deveu-se, principalmente, ao aumento de 6,1% na Receita Líquida (R\$ 140 milhões), compensado, parcialmente, pela elevação de 1,3% nos custos com energia (R\$ 30 milhões) e pela alta de 14,7% nos custos e despesas operacionais (R\$ 19,1 milhões), excluindo-se os gastos com a Provisão Privada, a Depreciação e Amortização.

O EBITDA ajustado é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidades de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

### Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Paulista teve Lucro Líquido de R\$ 767 milhões – crescimento de 6,0% –, resultado, primeiramente, do aumento de 17,4% (R\$ 175 milhões) no EBITDA ajustado, da redução de 67,8% nas despesas financeiras líquidas (R\$ 92 milhões), da redução nos gastos com entidade de previdência privada, que registrou reversão de despesa para receita (R\$ 72 milhões), e da diminuição de 63% (R\$ 155 milhões) de perdas por operações em resultados de controladas, em função da transferência de investimento da CPFL Piratininga para a CPFL Energia, no início do exercício de 2006.

Excluindo-se os efeitos da controlada CPFL Piratininga no resultado da Sociedade, no montante de R\$ 155 milhões, o aumento no Lucro Líquido seria de 45,4%.

No exercício o Lucro Líquido por lote de mil ações foi de R\$ 21,68 (R\$ 21,55 em 2005).

### Endividamento

O endividamento da Companhia ao final de 2005 foi 12,7% inferior ao verificado no exercício anterior, atingindo R\$ 1.690 milhões.

Em dezembro de 2005, a CPFL Paulista liquidou as debêntures da 1ª emissão com recursos da 3ª emissão de R\$ 640 milhões em debêntures, da espécie subordinada, com prazo de 7 anos. A remuneração do papel é de 104,4% do CDI e deverá ser amortizado em três parcelas – a primeira em 15 de dezembro de 2011, a segunda em 15 de dezembro de 2012 e a terceira em 15 de dezembro de 2013.

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

##### Inadimplência

O índice de inadimplência foi reduzido para 1,35%, um dos mais baixos do setor elétrico brasileiro, resultado do esforço de negociação e cobrança de débitos e da intensificação e melhoria da eficácia dos cortes de fornecimento, que atingiram 741 milhões inadimplentes.

## 5. Investimentos

Mantendo a continuidade da política de expansão da sistema elétrica, devido aos expressivos crescimentos na demanda verificada, a CPFL Paulista efetivou um ambicioso plano de investimentos no sistema elétrico, além de implementar melhorias no atendimento ao cliente e em sistemas de suporte à gestão.

Do total de R\$ 241 milhões investidos, R\$ 174 milhões foram destinados à expansão do sistema elétrico, de forma a atender o crescimento do mercado, representada pelo acréscimo de mais de 81 mil novos clientes; os demais R\$ 67 milhões foram utilizados na manutenção e melhoramento do sistema elétrico, infraestrutura operacional, sistemas de suporte à gestão e operação e em programas de pesquisa e desenvolvimento.

Merceo destaque o início da implantação do novo Sistema de Gestão Comercial, que leva à unificação e modernização dos sistemas de atendimento ao cliente nas empresas CPFL Paulista e Piratininga, trazendo benefícios ao atendimento de grandes clientes e clientes de varejo, visando a melhoria dos processos de faturamento e cadastro das unidades consumidoras e gerando maximização de receitas e redução de custos operacionais.

Outro avanço importante foi a implantação do sistema e mais, evolução no gerenciamento do processo de suprimentos, gerando benefícios com a automação dos processos de compra e contratações, reduzindo o tempo de resposta e agregando mais controle, transparência e segurança às contratações.

## 6. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

As melhores práticas em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa realizaram-se nos seguintes campos:

### Ética e Excelência: Cumprimento dos Valores CPFL

Em 2005 foi lançada nova edição do **Código de Ética e Conduta Empresarial**, alinhada aos preceitos da Lei Sarbanes-Oxley.

Para manter a excelência, o **Sistema de Gestão Integrado – SGI** é formado por processos de trabalho certificados conforme as seguintes normas internacionais: ISO 9001:20, de Qualidade; ISO 14001:04, de Gestão Ambiental; OHSAS 18001:99, de Saúde e Segurança no Trabalho e SA 8000:01, de Responsabilidade Social.

Destacou-se ainda a introdução da Estratégia Seis Sigma, com capacitação de profissionais para conduzir projetos orientados à redução de perdas.

### Gestão do Relacionamento com os Consumidores

A identificação das necessidades dos consumidores é feita por meio de pesquisas, participação em comitês, conselho de consumidores e em comissões locais. Com base nessas informações são realizados investimentos em melhorias no atendimento.

Como resultado dessa gestão, a CPFL Paulista foi a 2ª colocada da região Sudeste no IASG 2005 – Índice Anual de Satisfação do Consumidor, na categoria com mais de 400 mil clientes, com 65,35%, superior à média brasileira de 61,33%.

### Relacionamento com as Comunidades

Entre várias atividades desenvolvidas no grupo CPFL destaca-se:

- No Espaço Cultural CPFL, 24.400 na sede, mais de 130 mil pessoas participaram da programação desde o início das atividades, em 2002.
- O Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP).
- O Programa de Eficiência Energética promove o uso racional de energia e ética na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, entre outros. O Programa CPFL nas Escolas, deu treinamento a: 3.323 professores, 84.510 alunos, 151 escolas.

### Gestão dos Recursos Humanos

A CPFL Paulista encerrou o exercício com 3.008 colaboradores, contra 2.993 em 2004. A rotatividade ficou em 4,66%. O tempo médio de atividade na empresa é de 12,6 anos e a idade média, 38,4 anos.

A empresa manteve os níveis meros em programas de desenvolvimento de seus profissionais, que proporcionaram mais de 15 mil participações e aproximadamente 405 mil horas de treinamento.

Entre outras realizações, destacam-se: o Programa de Valorização da Diversidade, para aumentar a representatividade de negros, mulheres e pessoas portadoras de deficiência entre os profissionais da empresa; o Programa Fale Conigo, confidencial,



### Developmental Kallman's

1400 5147 40 8002 001 001 001

7174 P25F 4721322504

7174 P25F 4721322504

11.050.196:333: 11

1147

1147

1147

[illegible]



## 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

### (1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) ou Sociedade, é uma sociedade por ações de capital aberto que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de geração de energia elétrica em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEE) vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar de empreendimentos que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas diretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade possui a concessão por prazo determinado de 50 anos, até 30 de novembro de 2027, podendo ser prorrogada por um máximo igual período.

A Área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios da Grande São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Uberlândia e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 30 milhões de consumidores (informações não examinadas pelos auditores independentes).

### (2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade da Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela ANEE e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em 2006, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de Reorganização Societária, que segregará as participações societárias mantidas pela Sociedade em atendimento ao disposto na Lei nº 10.948/2004, na Resolução Administrativa ANEE nº 355/2005 e em conformidade com o Despacho ANEE nº 454/2005, que consistiu na redução de capital da Sociedade, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de abril de 2006, com o cancelamento de ações e mediante a restituição à controladora CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), único acionista da Sociedade, dos ativos de investimento abaixo mencionados, no valor total de R\$ 413.288.

Esses ativos foram avaliados a valores contábeis, conforme Livro de Avaliação elaborado por empresa especializada, na data-base de 31 de dezembro de 2005. Portanto, as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2005 devem ser analisadas considerando os efeitos da extinção destes investimentos a partir de 1º de janeiro de 2006.

A composição dos ativos detidos diretamente pela Sociedade em 31 de dezembro de 2005 e transferidos para o controle direto da CPFL Energia, conforme segue:

	Valores contábeis em:
Descrição	31/12/2005
Investimento CPFL Engenharia	230.508
Ação CPFL Engenharia	154.825
Investimento COMGÁS	27.152
Investimento Energias do Brasil	752
Total	413.288

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para melhor análise dos efeitos das alterações acima citadas, estamos apresentando na nota 10, o balanço patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício da 2005 consolidados e consolidado, profôrma e sintética, sem os efeitos dos respectivos investimentos.

Com o objetivo de fornecer as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e da Valor Adicionado da controladora e consolidadas para os exercícios de 2006 e de 2005, respectivamente Áreas I e II.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela IAS 32 - Statement of Cash Flows no que se refere ao formato de apresentação em conexão ao da empresa holding do Grupo CPFL Energia no contexto de registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (SEC).

#### 2.1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

- a) **Disponibilidades:** Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo, que estão registradas ao custo, acrescidas do rendimento até as datas dos balanços.
- b) **Consumidores, Concessionárias e Permissonárias:** Incluem o faturamento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais e outras concessões e permissões de energia elétrica conforme contratos disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e saldos relacionados a anos regulatórios de diversas naturezas.
- c) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** Constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vendidos há mais de 90 dias, da classe comercial vendidos há mais de 180 dias e das vendas a prazo para os valores vencidos há mais de 360 dias, inclusive clientes da classe poder público. Com o objetivo de formar um julgamento das contas pendentes de cobrança, a empresa também faz uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de crédito.
- d) **Investimentos:** Inclui as participações em controladas avaliadas pelo método de equificação patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, deduzidas de ajustes para redução ao valor de mercado quando aplicável. Inclui também as ações registradas na aquisição de subsidiárias, decorrentes da diferença entre o preço de aquisição pago e o valor do patrimônio líquido da empresa adquirida, amortizados proporcionalmente às ações de liquidação projetada para o período remanescente do contrato de concessão de obra, investida, conforme determinação da ANEEL. Para o exercício de 2006, foi utilizada a taxa anual de 5,15% estando supra a avaliação praticada pela ANEEL.
- e) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quando aplicável, juros e encargos financeiros e gastos de instalação. Corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação calculada pelo método linear a taxas anuais que variam de 2% a 23%.
- f) **Atualizações de Direitos e Obrigações:** Os direitos e obrigações sujeitos a reajustes pelas alterações na inflação ou na cotação cambial, de força contratual ou disposições legais, estão avaliados até as datas dos balanços.

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

- q) **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Cálculos e registros conforme legislação vigente nas datas dos balanços. A Sociedade e sua controlada RCF registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente relativas à suspensão da produção da geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em período não superior a 10 anos. Registro também créditos fiscais relativos ao benefício de águas mineralizadas, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos juros incidentes projetados para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida. Para o exercício de 2000 foi utilizada a taxa anual de 5,15% aplicada à quota à medida definida pela ANFFI.
- r) **Planos de Aposentadoria e Pensão:** Inclui os benefícios pós-emprego e os planos de pensão reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 374/00.
- s) **Provisão para Contingências:** As provisões para contingências comestíveis nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a eventos incertos, trabalhistas, tributários, cuja probabilidade de ocorrência em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Não são reconhecidas provisões para contingências para contingências decorrentes dos depósitos em bloqueio judiciais e eles reconhecidos.
- t) **Derivativos:** Referência a contratos de derivativos com o objetivo de Administração de Riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros de determinados passivos. Referidos contratos são contabilizados pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos e reconhecidos em despesas financeiras.
- u) **Regulatório:** As receitas a receber são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de produção de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada relativa ao ciclo de faturamento mensal é provisionada considerando-se como base o preço real de energia disponibilizado no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, o qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe o argumento que represente 10% ou mais do total do faturamento. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do P&L e EOPINB são apresentados líquidos nas respectivas contas de custos e despesas.
- v) **Estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de sua controlada se baseie em estimativas para a registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas. Tem lugar a quantificação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações alancas de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir das estimativas.
- w) **Lucro Líquido por Lote de Mil Ações:** É determinado considerando-se a quantidade total de ações nas datas dos balanços e dividindo as ações em lotes de mil.

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Sociedade e sua controlada elevaram pelas reclassificações nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2005 para data-as em base contábil, basicamente em função de novas classificações recebidas pelo ANEEL conforme Resolução Autorizativa nº 470/2005 que promoveu alterações no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Ativo	Passivo
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Ativo Total	Passivo Total

Adm. das ações acima houve reclassificações em acordo com as Orientações CVM nº 488 (apresentação e divulgação das demonstrações contábeis) e nº 489 (contingências ativas e passivas).

#### 2.2 - Critério de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da 31 de dezembro de 2005 abrangem as transações do exercício de 2005 da Sociedade, da controlada RGL e a energia controlada CPFL Paulista.

Para o exercício do exercício de 2005, a Sociedade consolidou as receitas e despesas da controlada RGL até 31 de maio de 2006 na proporção de 87,07%, tendo em vista a aquisição em junho de 2005 pela controlada CPFL Energia de 100% das ações da CPFL Santa Rita (parceira da Energia Ltda) detentora da participação de 33,69% da RGL. Foi realizado o ajuste das despesas do Acordo de Acionistas entre a Sociedade e a CPFL Energia Ltda, incluindo assim o controle em conjunto. Desta forma, as receitas e despesas a partir do mês de junho de 2005 e os saldos de ativos e passivos foram consolidados integralmente.

Todos os saldos e transações significativas com partes relacionadas foram eliminados.

As principais contas da contabilidade são consistentes com aquelas adotadas pela Sociedade exceto pela reavaliação de ativo mobiliário registrada pela controlada RGL, que é eliminada do patrimônio líquido, base para cálculo da equivalência patrimonial e consequentemente na consolidação.

A reconciliação do resultado entre a controladora e o consolidado em 31 de dezembro de 2005 é como segue:

	2005
Resultado da Controladora	724.101
Provisão para obrigações com os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética referente a exercícios anteriores acrescidos ao resultado da equivalência patrimonial na consolidação e ao patrimônio líquido no consolidado líquido do efeito do imposto de renda e contribuição social	31.719
<b>Resultado Consolidado</b>	<b>755.819</b>

Não há diferença de saldos de patrimônio líquido entre a controladora e o consolidado em 31 de dezembro de 2005, visto que a soma da reconciliação iniciada acima se anula no patrimônio líquido.





RENDIMENTO ECONÔMICO PRELIMINAR

Revisão/ajuste Tarifário

CMH - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS

Legislação: 800/2000/11

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO DO ANEXO 2 DA RESOLUÇÃO

DATA BASE: 30/12/2001

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4

CPFL PAULISTA FORÇA LUZ

CPFL

13.050.196/0001-93

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos saldos relacionados à HIL Energia Livre e Parcela A desde suas respectivas homologações até 31 de dezembro de 2006 e a movimentação para os exercícios de 2005 e 2006 é como segue:

Descrição	RTE	Contas de Energia Livre		Parcela A captação
		Ativo	Passivo	
Valor Homologado	426.488	326.741	226.741	155.551
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	2.367	2.367	2.367	0,00
Revisão Tarifária	427.855	329.108	229.108	155.551
Saldo Anterior em 31/12/2005	204.787	57.242	45.935	437.321

Descrição	RTE	Contas de Energia Livre		Parcela A captação
		Ativo	Passivo	
Valor Homologado	426.488	326.741	226.741	155.551
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	2.367	2.367	2.367	0,00
Revisão Tarifária	427.855	329.108	229.108	155.551
Saldo Anterior em 31/12/2006	204.787	70.031	58.935	437.321

CPFL PAULISTA FORÇA LUZ  
CPFL  
CPFL PAULISTA FORÇA LUZ  
CPFL

Descrição	Energia Livre				Energia Livre			
	RTE	Ativo	Passivo	Parcela A captação	RTE	Ativo	Passivo	Parcela A captação
Valor Homologado em 31/12/2004	426.488	326.741	226.741	155.551	426.488	326.741	226.741	155.551
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	2.367	2.367	2.367	0,00	2.367	2.367	2.367	0,00
Valor Homologado em 31/12/2005	427.855	329.108	229.108	155.551	427.855	329.108	229.108	155.551
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	2.367	2.367	2.367	0,00	2.367	2.367	2.367	0,00
Valor Homologado em 31/12/2006	427.855	329.108	229.108	155.551	427.855	329.108	229.108	155.551

#### b) Revisão e Reajuste Tarifário:

##### b.1) Revisão Tarifária de 2003

###### • CPFL Paulista

Em abril de 2003 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica de abril de 2003 para 2003/2004 e determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reajustadas em 20,29% (vinte e dois por cento e vinte e nove milésimos) e provisoriamente a percentual de 21,10%. Adicionalmente determinou o fator X<sub>EL</sub>, que reflete os ganhos de produtividade em 1,1352%, a ser aplicado sobre o custo dos custos de geração.







00002-4 CEA PAULESTA FORÇA LÚZ CPT 13.050.196/0001-93

14.11 - ÍNDICE EXPLICATIVAS

Descrição	Energia Luz									
	Energia Luz							Energia Luz		
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
<b>Consumo Luz</b>										
Consumo Luz										
Consumo Luz										
Consumo Luz										
<b>Consumo Luz</b>										
Consumo Luz										
Consumo Luz										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										

14.12 - ÍNDICE EXPLICATIVAS

Descrição	Energia Luz									
	Energia Luz							Energia Luz		
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
<b>Consumo Luz</b>										
Consumo Luz										
Consumo Luz										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										
<b>Consumo Luz</b>										

14.13 - ÍNDICE EXPLICATIVAS

c) Diferimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Relatório de mecanismo de compensação das variações decorrentes da CVA não se encerra, ocorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da contratação da tarifa nos regimes tarifários atuais.

Atualmente são considerados custos não geradores, principalmente as seguintes despesas: (i) tarifa de energia elétrica comprada; (ii) tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de fora do Brasil; (iii) encargos do Serviço do Sistema; (iv) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (v) quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC; (vi) quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; (vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA. Os valores considerados na CVA são autorizados monetariamente com base na taxa SELIC.

A Sociedade procedeu no exercício alterações nas classificações da CVA representadas pelas transferências demonstradas no quadro abaixo, objetivando a melhoria dos controles e forma de

# RENDIMENTO FINANCEIRO PRELIMINAR

COM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Divulgação: Relatório

Legislação: 808/2000  
 DATA BASE: 30/12/2001

00002-4 00002-4 00002-4 00002-4 00002-4 00002-4 00002-4

## 14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS

apresentação. Tais transferências não fazem qualquer impacto no resultado patrimonial líquido e capital circulante da Sociedade.

DRE (Rendimentos)	Subsídios 11/01/2002	Contribuições			Transferências 11/01/2002	Subsídios 11/01/2002
		11/01/2002	11/01/2002	11/01/2002		
Ativo						
Ativo não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Ativo financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Ativo financeiro não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Ativo financeiro financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Passivo						
Passivo não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Passivo financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Passivo financeiro não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000

DRE (Rendimentos)	Subsídios 11/01/2002	Contribuições			Transferências 11/01/2002	Subsídios 11/01/2002
		11/01/2002	11/01/2002	11/01/2002		
Ativo						
Ativo não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Ativo financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Ativo financeiro não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Ativo financeiro financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Passivo						
Passivo não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Passivo financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Passivo financeiro não financeiro	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000

## d) Subvenção - Banca Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.330 de 15 de agosto de 2002 estabelecem novas condições e critérios para a concessão de unidades consumidoras na subsídio residencial básica. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por projeto monofásico e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 30kWh. As unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 30 e 250kWh desde que atendidas alguns requisitos específicos, tais como a ligação em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deviam ser compensados no âmbito da própria concessionária, através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, e que a introdução desse novo critério impedia os níveis tarifários em vigor, além do princípio de igualdade tarifária ao restante do mercado, a ANEEL determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios para a liquidação:

- Para as meses em que foram apurados prejuízos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de vantagem econômica pela Distribuidora, com recursos provenientes da CDB;
- Para as meses em que foram apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser

RENDIMENTO FUNDOS DE INVESTIMENTO

Desenvolvimento Relatário

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

IRPF - Imposto de Renda Pessoa Física

DATA BASE 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4 CCA PAULESTA FORÇA L02 C02 33.050.196/0001-93

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

ressarcidas ao consumidor através da redução dos reajustes salariais.

A movimentação dos saldos ao longo do exercício de 2005 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2004</b>	<b>28.171</b>	<b>(4.437)</b>	<b>41.930</b>	<b>(6.175)</b>
Reajuste Contingente Recargo	-	1.576	11.739	11.739
Amortização Resgates Tabela 2007	-	1.571	-	5.76
Reembolsos Honorários pelo ANEEL	-	-	11.541	-
Amortização Mercadorias	-	1.020	-	1.525
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>28.171</b>	<b>(3.274)</b>	<b>47.183</b>	<b>(5.400)</b>
Reajuste Contingente Recargo Acumulado Indefinido	-	-	15.004	120
Amortização Resgates Tabela 2007 em Forças do Utilidade	-	-	1.549	-
Reajuste Contingente Recargo	-	1.576	21.405	11.739
Amortização Resgates Tabela 2007	-	1.571	-	5.76
Reembolsos Honorários pelo ANEEL	-	-	11.541	-
Amortização Mercadorias	-	1.020	-	1.525
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>28.171</b>	<b>(2.698)</b>	<b>52.636</b>	<b>(2.669)</b>

#### 14.12 - DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Saldos Bancos em	110.247	114.549	104.950	212.570
Aplicações Financeiras	134.000	310.285	103.685	357.117
<b>Total</b>	<b>244.247</b>	<b>424.835</b>	<b>208.635</b>	<b>569.687</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, sempre atrelas em sua maior parte, a prefixos variáveis (CD) ou a atrelas em condições e taxas normais de mercado, e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de sua controlada.

#### 14.13 - CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

RENDIMENTO FISCAL DO FUNDADO

Revolução, Reforma

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA APOIO ÀS PESSOAS

ENFERMIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação: 800.000.000

DATA BASE: 30/12/2003

00002-4

DOA PAULISTA FORÇA LDB

CPFL

33.050.196/0000-33

14.11 - DÍTAS EXPLICATIVAS

Conta-Pagto	Controladora				
	Saldo	Vencidas		Total	
		até 30 dias	> 30 dias	2003	2002
<b>Classes de Consumidoras</b>					
Previdência	114.525	22.010	12.557	306.540	329.527
Intervenção	10.424	10.101	11.564	167.321	146.116
Correção	34.941	24.478	12.001	50.124	60.718
Seguro	14.511	2.194	1.000	14.524	18.154
Plano Faltoso	15.428	4.019	2.125	22.111	20.207
Benefício-Função	7.722	2.379	4.557	25.655	25.555
Serviço Público	19.157	4.540	1.671	21.155	20.590
<b>Subtotal</b>	<b>231.307</b>	<b>156.741</b>	<b>68.612</b>	<b>647.135</b>	<b>520.168</b>
Não Faltoso	205.414	-	-	205.414	168.011
Parcelamento de Débito de Consumidoras - a	24.310	0.540	12.515	20.405	20.190
Conta Regatim - a	137.544	-	-	137.544	160.965
Operações Realizadas na CPFL	1.457	-	-	1.457	1.814
Operações Realizadas na CPFL	4.115	-	-	4.115	1.259
Contas	11.354	-	-	11.354	10.567
<b>Total</b>	<b>982.422</b>	<b>157.281</b>	<b>70.927</b>	<b>1.762.601</b>	<b>1.634.597</b>
<b>Conta-Pagto</b>					
Parcelamento de Débito de Consumidoras - a	60.725	-	-	60.725	61.264
Operações Realizadas na CPFL	5.027	-	-	5.027	6.212
Conta Regatim - a	16.127	-	-	16.127	224.175
<b>Total</b>	<b>81.879</b>	-	-	<b>81.879</b>	<b>491.651</b>

Conta-Pagto	Controladora				
	Saldo	Vencidas		Total	
		até 30 dias	> 30 dias	2003	2002
<b>Classes de Consumidoras</b>					
Previdência	159.540	25.154	10.255	311.555	328.401
Intervenção	121.145	16.271	16.647	215.715	225.067
Correção	72.991	11.450	21.314	125.105	140.103
Seguro	24.511	4.116	1.005	24.524	28.597
Plano Faltoso	20.240	2.551	2.457	21.542	25.271
Benefício-Função	17.751	2.544	4.557	25.521	25.555
Serviço Público	22.915	5.540	2.125	25.520	22.403
<b>Subtotal</b>	<b>482.083</b>	<b>164.632</b>	<b>112.918</b>	<b>790.853</b>	<b>802.478</b>
Não Faltoso	220.540	-	-	220.540	111.225
Parcelamento de Débito de Consumidoras - a	61.074	1.121	12.515	75.111	11.629
Conta Regatim - a	224.962	-	-	224.962	214.597
Operações Realizadas na CPFL	4.947	-	-	4.947	4.361
Operações Realizadas na CPFL	10.540	-	-	10.540	21.274
Contas	73.535	-	-	73.535	46.157
<b>Total</b>	<b>1.227.268</b>	<b>165.753</b>	<b>125.433</b>	<b>1.581.289</b>	<b>1.605.166</b>
<b>Conta-Pagto</b>					
Parcelamento de Débito de Consumidoras - a	54.660	-	-	54.660	114.155
Operações Realizadas na CPFL	5.603	-	-	5.603	14.264
Conta Regatim - a	15.540	-	-	15.540	125.117
<b>Total</b>	<b>75.803</b>	-	-	<b>75.803</b>	<b>353.536</b>

a) Parcelamento de Débito de Consumidoras

2004-2005 - 14.11.03

Pág. 45

# **RENDIMENTO FISCAL DO EXERCÍCIO**

Revelação Relativa

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPADAS

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA BASE 30/12/2003

00002-4 CIA PAULESTA FORÇA LÚZ CPFL 33.050.196/0001-93

## **14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS**

Relere-se a negociação de créditos vendidos junto a consumidores principalmente arcos  
sistêmicos. Para estas créditos dispõe da garantia de pagamento pelos devedores anualmente  
através de depósito de antecipação de ICMG com interveniência bancária. As perdas consideradas  
prováveis relativas a estes montantes estão registradas na conta de provisão para créditos de  
liquidação duvidosa (conta 71).

## **h) Concessões e Permissões**

Relere-se a saldos a receber decorrente do suprimento de energia elétrica a outras  
Concessionárias e Permissárias. Tem como por diversas transações que estão sendo  
compensadas através de encontro de contas com valores a pagar pela energia controlada CPFL  
Piracicaba registradas no exercício de 2003.

## **16) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	Contribuição		Contribuição	
	2006	2005	2005	2004
<b>Custo Fixo</b>				
Antecipações de Contribuição Social - CSLL		617		12.150
Antecipação de Imposto de Renda - IRPJ		2.625		21.115
IRPJ CSLL a Compensar	2.546	5.105	2.209	2.246
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.040	5.177	5.705	1.125
ICMS a Compensar	15.117	17.271	24.150	25.240
Provisão de Imposto Social - PS	1.105	732	1.105	1.556
Contribuição para o Fomento da Seguridade Social - COFINS	4.077	640	4.075	4.761
Contribuição para a Seguridade Social - COFINS	307	272	307	1.110
Outros	125	525	255	558
<b>Total</b>	<b>21.877</b>	<b>27.672</b>	<b>43.229</b>	<b>71.412</b>
<b>Longo Prazo</b>				
Contribuição Social a Compensar - CSLL	10.548	20.971	25.546	25.512
Provisão de Imposto Social - PS			335	
Contribuição para o Fomento da Seguridade Social - COFINS			4.127	
ICMS a Compensar	25.507	17.225	25.128	2.297
<b>Total</b>	<b>46.441</b>	<b>39.047</b>	<b>55.229</b>	<b>27.809</b>

A Sociedade e sua controlada A2B registraram no exercício de 2005 créditos de PIS e COFINS  
nos montantes de R\$ 4.667 a R\$ 4.455, respectivamente, como resultado de acordo (conta 75),  
em decorrência do litígio em julgado (suspeito das ações) que questionavam a legalidade da  
anulação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS.

No longo prazo, o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se ao ganho definitivo em  
ação judicial movida pela Sociedade e cancelado no exercício de 2004. A Sociedade está  
seguindo o trâmite dos procedimentos administrativos junto à Receita Federal para realizar a  
compensação do crédito.

## **17) PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

2004-2005 (R\$ mil)

Page 26

**RENDIMENTO FISCAL DO PERÍODO**

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CNPJ - 06.908.043/0001-90 - FINANÇAS PARA O CARIÓTIPO  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

**Exatidão Retrativa**

Legislação Societária  
DATA BASE 30/12/2005

00002-4 CDA PAULESTA PEREIRA LOPES 0271 33.050.196/0001-93

**14.11 - OUTROS EXPLICATIVAS**

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(30.366)	(50.420)
Provisão constituída	-47.788	(51.515)
Resque Ação de Receita	14.767	28.025
Banco de Contas e Receber Provisões	43.666	50.627
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	(19.722)	(54.363)
Fluxos da Transição a Controladora Autônoma e Prática	-	13.641
Provisão Inesperada de Descontos em Função do Fatores	-	(10.399)
Provisão constituída	-77.022	(87.660)
Resque Ação de Receita	16.666	30.630
Banco de Contas e Receber Provisões	33.666	38.902
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	(47.203)	(179.575)

**( 8 ) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

	Controladora				Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo		Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Despesa Antecipada	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111
Provisão	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111	1.111
Total	2.222	2.222	2.222	2.222	2.222	2.222	2.222	2.222

**( 9 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**

**9.1 - Composição dos créditos da Contribuição Social e Imposto de Renda**

Créditos Fiscais	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
<b>Crédito da Contribuição Social sobre:</b>				
Bases Negativas	3.832	26.738	6.537	31.575
Derivado da Escal. de Aquisição Incorporado	132.537	149.465	132.537	149.465
Diferenças Temporárias de 16 Contribuintes	31.280	25.470	55.213	50.306
Subtotal	167.649	201.673	294.287	331.346
<b>Crédito do Imposto de Renda sobre:</b>				
Perpetuo e Fixo	7.324	59.702	14.346	70.358
Derivado da Escal. de Aquisição Incorporado	368.160	390.235	368.160	457.211
Diferenças Temporárias de 16 Contribuintes	54.431	95.143	151.240	164.341
Subtotal	439.915	545.080	533.746	691.910
Total	607.564	746.753	828.033	1.023.256
<b>Curto Prazo</b>	31.737		125.119	
<b>Longo Prazo</b>	575.827	746.753	702.914	1.023.256
	<u>607.564</u>	<u>746.753</u>	<u>828.033</u>	<u>1.023.256</u>

# REVENHIN PUBLICOS E PRIVADOS

Revolução, Reforma

CM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica

DATA BASE 30/12/2009

EMISSA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4 CDA PAULESTA FORÇA L02 CDT 33.050.196/0001-93

## 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

### Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no longo prazo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal de Agios incorporados, está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelas Câmaras Fiscais e aprovadas pelo Conselho de Administração e como segue:

	Controladora	Consolidado
2008	48.350	59.560
2009	47.200	59.505
2010	47.612	49.544
2011	47.554	45.170
2012	38.952	74.405
2013	58.451	36.451
De 2014 a 2015	97.151	97.161
De 2016 a 2026	164.401	104.401
Total	594.761	598.471

O montante a receber de 2017 a 2026 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos Agios incorporados registrados pela Susevase, que estão sendo realizados pelo período de concessão.

### 9.2 - Saldos acumulados das diferenças temporariamente indedutíveis.

	Controladora			
	2008		2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Prejuízo para Exercícios Ant.	2.34	14.742	2.152	27.416
Benefício da Presidência Ant.	42	115	42	115
Prejuízo para Exercícios Exercidos	5.504	14.722	2.109	6.642
Prejuízo na Partilha de Despesas com Transferência de Controlada	2.517	13.970	5.557	15.407
Programa de Recuperação Descontinuado no Exercício Exercido	2.763	6.676	2.154	27.625
Contas a Receber de Exercícios Exercidos	5.546	17.774	1.460	5.126
Participação no Lucro da Partilha	2.725	7.125	511	2.415
Outras	1.416	3.345	1.265	4.241
Total	34.350	84.432	27.879	92.141

	Consolidado			
	2008		2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Prejuízo para Exercícios Ant.	1.024	17.542	1.542	21.112
Benefício da Presidência Ant.	224	4.746	2.224	26.116
Prejuízo para Exercícios Exercidos	5.210	24.425	5.555	17.426
Prejuízo na Partilha de Despesas com Transferência de Controlada	4.341	13.970	2.141	27.125
Programas de Recuperação Descontinuados e Lucros Exercidos	5.554	14.512	13.214	24.024
Contas a Receber de Exercícios Exercidos	2.208	17.775	1.200	5.126
Participação no Lucro da Partilha	2.725	7.125	507	2.416
Diferença de Lucro da Participação (2.224)	12.255	27.925	-	-
Outras	1.559	2.351	2.524	7.626
Total	56.212	161.982	53.766	164.341



RENDIMENTO FISCAL E PRECISÃO

Revelação Retrativa

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica

DATA BASE 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4 CDA PAULESTA PERDA LUI CPTL 11.050.196/0001-93

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

9.3 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados no resultado dos exercícios de 2006 e de 2005.

	Contribuição			
	2006		2005	
	C&LL	IRPJ	C&LL	IRPJ
Lucro Antes do C&LL e do IRPJ	956.466	956.466	726.436	726.696
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização Patrimonial	37.706	-37.706	1.262.104	242.676
- Amortização do Agio (a)	-	21.025	7.425	36.605
- Realização CMC (b)	16.454	-	21.551	-
- Realização da Provisão (c)	177	-77	5.230	-5.230
- Realização da Provisão para Perda de Investimento (c)	167	-167	-	-
- Outros Ajustes Remanescentes (d)	7.567	7.567	11.777	5.681
Base de Cálculo	983.811	983.810	498.990	497.022
Alíquota Efetiva	0	17	5	25
Total	129.560	129.289	149.721	128.255

	Reconciliação			
	2006		2005	
	C&LL	IRPJ	C&LL	IRPJ
Lucro Antes do C&LL e do IRPJ	1.012.454	1.012.454	876.471	876.677
Ajustes Para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Amortização do Agio (a)	-	21.025	7.425	36.605
- Realização CMC (b)	16.454	-	21.551	-
- Realização da Provisão (c)	177	-77	5.230	-5.230
- Realização da Provisão de Depreciação (d)	52.226	-52.226	-6.657	16.637
- Realização da Provisão - IRPJ (e)	-	-	167.225	167.505
- Realização da Provisão para Perda de Investimento (f)	167	-167	11.777	11.171
- Outros Ajustes Remanescentes (g)	5.596	5.596	22.000	42.600
Base de Cálculo	984.367	983.920	772.768	771.173
Alíquota Efetiva	0	25	7	25
Total	118.325	124.489	161.349	152.720

a) Amortização do Agio - Refere-se ao agio amortizado originado na aquisição de investidas não dedutível.

b) Realização CMC - Refere-se a depreciação da parcela de custo incremental da conexão monetária complementar instituída pela Lei 8.203/91 não dedutível para fins de apuração do Resultado Líquido.

c) Realização da Provisão para Perda de Investimento - Em 2006, a provisão para perda com investimento tornou-se dedutível para a controlada RGE, em função da suspensão da contribuição da Geradora.

**RENDIMENTO FUNDOS PROPRIOS**

Desenvolvimento Relatário

**CMH – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**OPF – OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO PARTICIPADAS**
**ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**

Legislação: 808/2011/CA

DATA BASE: 30/12/2005

00002-4                                      CDA PAULESTA PEREIRA LOPES                                      CPF:                                      13.050.196/0000-93

**14.11 – OUTROS EXPLICATIVOS**

d) Diferenças de Taxas de Depreciação – Trata-se da diferença de taxa de depreciação aplicada na contabilidade RGF em função da reavaliação dos ativos reais do fundo de reserva (OPF) a ser levada em equivalência patrimonial da Sociedade (nota 11.4). A depreciação da contabilidade RGF menor gera pagamento adicional de imposto de renda e contribuição social e a partir de 2006 incorre-se a análise da eficiência destas operações no consolidado.

**(10) OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber - CFSP (a)	27.121	24.239	54.727	53.522
Empregados (b)	-	15.000	-	-
Adiantamentos - Fundação CFSP (c)	3.523	5.287	-	-
Cauções - Fundos e Depósitos Vinculados (d)	2.905	2.354	29.114	29.110
Ordens em Circulação	5.006	6.171	-	-
Serviços Prestados a Terceiros (e)	9.926	10.900	-	-
Reembolsos RGF	2.474	2.572	-	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação	-	-	2.126	2.289
Contratos de Fretes - Companhia Energia (g)	20.951	885	-	20.952
Outros	7.066	6.570	5.476	14.526
<b>Total</b>	<b>67.075</b>	<b>65.112</b>	<b>67.026</b>	<b>137.379</b>

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Créditos a Receber - CFSP (a)	27.121	24.239	54.727	53.522
Empregados (b)	-	15.000	-	-
Adiantamentos - Fundação CFSP (c)	3.523	5.287	-	-
Cauções - Fundos e Depósitos Vinculados (d)	2.905	2.354	29.114	29.110
Ordens em Circulação	5.006	6.171	-	-
Serviços Prestados a Terceiros (e)	9.926	10.900	-	-
Reembolsos RGF	2.474	2.572	-	-
Bens e Direitos Destinados à Alienação	-	-	2.126	2.289
Contratos de Fretes - Companhia Energia (g)	20.951	885	-	20.952
Outros	7.066	6.570	5.476	14.526
<b>Total</b>	<b>69.005</b>	<b>68.355</b>	<b>110.443</b>	<b>153.494</b>

a) Créditos a Receber - CFSP: Refere-se a créditos a receber da Companhia Fretegens de São Paulo (CFESP) decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar (transferência líquida em 1993). O saldo é atualizado conforme a variação do dólar contra americano acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Libor Trimestral e de Spread anual a taxa de 140025%, a partir com vencimento final em dezembro de 2009.

b) Empregados: O saldo em 2005 era relativo a financiamentos concedidos a empregados para aquisição de ações da Sociedade, os quais foram quitados durante o ano 2006.

EIA BALLISTA FORA LIZ C25

## 14 - ESTAS EXPLICATIVAS

- c) **Adiantamentos - Fundação CESEP** - referem-se a adiantamentos efetuados para programas assistenciais e mantidos a disposição operacional da empresa.
- d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias pluri-valorizadas, quando da negociação ou renegociação de empréstimos e para garantia de operação na CCDE.
- e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à cessação ou alteração em andamento de bens de imobilização e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.
- f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem as camadas contas a receber referentes a serviços prestados e consumos relacionados a distribuição de energia elétrica.
- g) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados efetuados pela Sociedade à ENERCON, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

#### 4.11) INVESTITIVOS

	Consolidadora		Consolidada	
	2006	2005	2006	2005
Participações em outras sociedades	562.535	737.314		
Ativo	447.526	671.596	457.926	671.596
Ativos não pertencentes aos acionistas	2.132	29.279	2.052	29.279
Total	1.392.493	1.435.472	460.658	700.638

### 11.1 - Participações Societárias Permanentes

As principais plantas sobre as quais se realizaram os estudos foram as seguintes:

Parameter	Site 1 (1996/97) Ramsbury, NJ	Site 2 (1996/97) Cape May, NJ	Average (1996/97)			1998 Zachary, NJ 1999	2000 Zachary, NJ 2001	2002 Zachary, NJ 2003	2004 Zachary, NJ 2005
			Temperature (°C)	Depth (m)	Salinity (‰)				
1	17.0	17.0	17.0	1.0	26.0	26.0	26.0	26.0	26.0
2	17.0	17.0	17.0	1.0	26.0	26.0	26.0	26.0	26.0

## Rio Grande Energia S.A.

A Companhia RGE é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo a 1,1 milhão de consumidores. Informações não examinadas por os auditores independentes. Período prazo de concessão de 50 anos até o ano de 2027, podendo ser estendido por no máximo o mesmo período.

A Sociedade em atendimento a Lei 10.549/04 e a Resolução Autorizativa ANEEL nº 905/05, deverá ser aprovada participação accionária RGE até 14 de março de 2007.

RENDIMENTO FUNDOS IMOBILIÁRIOS

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ - CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS IMOBILIÁRIOS

ENREDA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Exercício: 2006

Legislação: 807/2000

DATA BASE: 30/12/2006

00002-4 CDA PAULISTA FORÇA LÚZ CPFL 11.050.196/0001-93

11.1 - FUNDOS IMOBILIÁRIOS

## CPFL Participações e Outros Investimentos

Ver nota 2 sobre a reavaliação e a avaliação anualizada dessas participações

## 11.2 - Água

Investida	Consolidada			
	2006			2005
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
CPFL	755.443	(286.917)	468.526	506.759
CPFL Participações	-	-	-	159.526
	755.443	(286.917)	468.526	666.285

## 11.3 - Dividendo

A Sociedade recebeu da controlada RGE o montante de R\$ 140.387 referente a dividendos declarados em períodos anteriores e registrou a declaração de dividendo referente ao exercício de 2005 no montante de R\$ 88.620

## 11.4 - Outros aspectos

Para fins de cálculo de equivalência patrimonial e de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminados ajustes nas demonstrações financeiras da controlada RGE com o objetivo de alinhar as práticas contábeis às da controladora. Estes ajustes são basicamente relacionados à reversão da reavaliação registrada pela controlada. Os efeitos dos ajustes no patrimônio líquido da controlada foram negativos em R\$ 284.684 em 31 de dezembro de 2005 (R\$ 213.547 em 31 de dezembro de 2004) e no resultado positivo em R\$ 25.640 em 31 de dezembro de 2005 (negativo de R\$ 0.000 em 31 de dezembro de 2004), na proporção da participação da CPFL Paulista na RGE.

**Бухгалтерский баланс**

1400 5147 40 8002 001 001 001

7174 P25F 4121322506

7174 P25F 4121322506

==B PALIESTA F2A2A L22 C25

## 14 - ESTAS EXPLICACIONES

## ( 12 ) INDICAZIONE

[illegible]



[illegible]

Concedido	
2004	2005
3 455	3 386
266 948	461 275
62 203	67 976
70 94	82 450
86 503	101 574
5 565	5 124
<b>365 435</b>	<b>702 858</b>
	<b>301 612</b>

[illegible]

RENDIMENTO PERIÓDICO PERMANENTE

Exercício/Ano Referência

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação: 807/2013/CA

OPF - Organização Financiadora de Investimentos

DATA BASE: 30/12/2013

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4

CSA PAULISTA FORÇA LÚZ

CPFL

13.050.196/0001-93

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Exercício/Ano						
	1999			2000			
	Empreendimento Exercício/Ano Referência	Valor Real	Valor Nominal	Valor	Valor Nominal	Valor Real	Valor
RENTAL DE IMÓVEIS							
RENTAL DE IMÓVEIS - 1999							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2000							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2001							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2002							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2003							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2004							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2005							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2006							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2007							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2008							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2009							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2010							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2011							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2012							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2013							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2014							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2015							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2016							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2017							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2018							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2019							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2020							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2021							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2022							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2023							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2024							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2025							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2026							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2027							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2028							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2029							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2030							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2031							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2032							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2033							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2034							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2035							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2036							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2037							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2038							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2039							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2040							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2041							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2042							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2043							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2044							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2045							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2046							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2047							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2048							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2049							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2050							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2051							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2052							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2053							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2054							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2055							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2056							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2057							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2058							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2059							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2060							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2061							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2062							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2063							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2064							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2065							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2066							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2067							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2068							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2069							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2070							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2071							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2072							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2073							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2074							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2075							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2076							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2077							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2078							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2079							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2080							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2081							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2082							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2083							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2084							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2085							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2086							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2087							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2088							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2089							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2090							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2091							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2092							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2093							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2094							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2095							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2096							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2097							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2098							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2099							
RENTAL DE IMÓVEIS - 2100							



**Бухгалтерский баланс**

1000 41 25 20 2000 2000 2000  
7174 225F 41/12/2000

000000 4 22A POLLESTA FORA L32 C27 11.050.196:0001 11

## 14 - ESTAS EXPLICACIONES

[illegible]

248 1. 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659 2660 2661 2662 2663 2664 2665 2666 2667 2668 2669 2670 2671 2672 2673 2674 2675 2676 2677 2678 2679 2680 2681 2682 2683 2684 2685 2686 2687 2688 2689 2690 2691 2692 2693 2694 2695 2696 2697 2698 2699 2700 2701 2702 2703 2704 2705 2706 2707 2708 2709 2710 2711 2712 2713 2714 2715 2716 2717 2718 2719 2720 2721 2722 2723 2724 2725 2726 2727 2728 2729 2730 2731 2732 2733 2734 2735 2736 2737 2738 2739 2740 2741 2742 2743 2744 2745 2746 2747 2748 2749 2750 2751 2752 2753 2754 2755 2756 2757 2758 2759 2760 2761 2762 2763 2764 2765 2766 2767 2768 2769 2770 2771 2772 2773 2774 2775 2776 2777 2778 2779 2780 2781 2782 2783 2784 2785 2786 2787 2788 2789 2790 2791 2792 2793 2794 2795 2796 2797 2798 2799 2800 2801 2802 2803 2804 2805 2806 2807 2808 2809 2810 2811 2812 2813 2814 2815 2816 28

1. *What is the purpose of the study?*  
 2. *What are the research questions?*  
 3. *What is the significance of the study?*  
 4. *What are the limitations of the study?*  
 5. *What are the conclusions of the study?*

### Principal Capabilities:

## Moeda Nacional

**BNDLS - Investimento (FINLEM III):** A Sociedade possui a liberação de R\$ 245.793 referente ao aprovação de financiamento junto ao BNDES, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A Sociedade possui ainda a liberação de totalidade dos limites de crédito.

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO:

Revolução Brasileira

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

OPF – OPERAÇÕES FINANCEIRAS PATRONADAS

DATA BASE 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00382-4 CCA PAULESTA PERDA LIZ CPTL 33.050.196/0001-93

#### 14.11 – NOTAS EXPLICATIVAS

A controlada RGL recebe a aprovação de financiamento junto ao UNIJL& em 2006 no montante de R\$ 110.453, que faz parte de uma linha de crédito do F.NFM, a ser liberada na assinatura e no devido prazo do Sistema Elétrico. Neste exercício a controlada RGL recebeu o montante de R\$ 69.492 e o saldo remanescente de R\$ 40.960 será liberado durante o período de 2007.

**Instituição Financeira** – A controlada RGC controla as seguintes empresas com instituições financeiras:

- Banco Par. BBA – Em março de 2006 foi realizada repactuação da carteira de 2004 alterando as condições para pagamento de juros semestrais e pagamento do principal redução de custos e eliminação das garantias.
- Banco Santander Il e Banco do Brasil – Captação de recursos para financiar projetos e teses de caso processos para o ano de 2006.
- Banco ABN AMRO Res – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetos para o ano de 2006.

#### Moeda Estrangeira

**Instituição Financeira** – A Sociedade controla empresa em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil em 20 de setembro de 2005 no montante de R\$ 150.000, com vencimento em setembro de 2009 para caixa de giro.

Saldo de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo tem vencimentos assim programados:

Vencimento	Controladora	Controlada
2006	20.932	40.960
2009	230.656	245.756
2010	1.881	30.863
2011	12.940	127.201
Após 2011	17.881	16.422
<b>TOTAL</b>	<b>384.111</b>	<b>561.112</b>

Os principais índices utilizados para aferização dos empréstimos e financiamentos e a composição da série do endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados:

Indicador	Variação Anualizada %		%			
			Controladora		Consolidada	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
CPM	3,40	1,21	1,2	1,07	4,47	5,31
FLUP	7,87	5,75	57,27	25,46	34,59	21,16
CFR	15,63	11,00	-	-	20,16	16,14
SELIC	9,57	13,04	53,15	69,64	37,20	51,26
Calvin	-	-	2,91	2,81	4,38	4,41
			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

## 14.11 - OUTROS EXPLICATIVAS

### OPERAÇÕES DE SWAP

Ganhos e perdas relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e sua controlada incluindo as contratações sobre operações a curto prazo são contabilizados líquidos na rubrica Derivativos, sendo como contrapartida as despesas financeiras. O resultado das operações que em 31 de dezembro de 2006 resultou em um passivo de R\$ 8.475 e R\$ 10.747 no consolidado (R\$ 35.190 e R\$ 42.290 no consolidado em 31 de dezembro de 2005).

### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm cláusulas entre outras, que requerem que a Sociedade e a controlada mantenham determinados índices financeiros certo e de pa âmetros pré-estabelecidos. Seguem as principais:

#### CPFL Paulista

- **BNDCE - FINCM II** - Restringe a Sociedade a realizar pagamento de dividendo e juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo e juros obrigatório previsto em contrato, somado aos a somação do BNDCE e do valor lido da operação - UN BANCOS e alternamente integral as obrigações restritivas estabelecidas no contrato e a manutenção de determinados índices financeiros em pa âmetros pré-estabelecidos como segue:

a. Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA = valor máximo 4,0 em 2005 e 2006 e máximo de 3,5 de 2007 a 2010

a. Endividamento financeiro líquido devido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido = valor máximo 0,65 em 2005 e 2006, valor máximo 0,50 de 2007 a 2010

#### RGE

- **BNDCE - FINCM I** - Determina a manutenção do nível de capitalização (Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total), qual ou superior a 40%. Adicionalmente, estes empréstimos possuem cláusulas em relação a distribuição de dividendo superior ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio, além da manutenção de certos índices financeiros para que atenda a distribuição deste excedente. Estes índices financeiros são:

a) Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA = menor ou igual a 3,0

a. Endividamento financeiro líquido devido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5

- **BNDCE - FINCM II** - Determina a manutenção dos seguintes indicadores financeiros:

a) Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA = menor ou igual a 3,5

a. Endividamento financeiro líquido devido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido, menor ou igual a 0,5



RENDIMENTO PERMANENTE

Resolução Retirada

CM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÕES FINANCEIRAS PARTICULARES

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA BASE 30/12/2003

00002-4

CPFL PAULISTA FORÇA LÚZ

CPFL

33.050.196/0001-93

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 01 de dezembro de 2006 a Sociedade suscreveu e integrou 54.555 debêntures não conversíveis em ações nominativas e escriturais em sete unidades da espécie subordinada. O valor nominal unitário na data da emissão foi de R\$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão. Esses recursos foram utilizados para o pagamento da segunda antecipação das debêntures da 1ª série da 1ª emissão com o objetivo de melhorar a perfil da dívida.

#### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

##### CPFL Paulista

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contendo ainda cláusulas que requerem da Sociedade a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

##### • Segunda emissão

- a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todos os anos;
- b) em relação à capitalização total o nível da capitalização será de no mínimo 35% para o ano de 2006 e 40% a partir de 2008, enquanto o nível de capital de terceiros será de no máximo 65% para o ano de 2006 e 60% a partir de 2008.

##### • Terceira emissão

- c) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,3 vezes; e
- d) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes.

##### RGE

A controlada RGE deve atender a todas as restrições e cumprir determinações constantes na Lei das debêntures, como segue:

- a) redução da Carta Social em alteração da Estatuta Social que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas em montante que possa atingir cinco ou mais por cento o aumento das obrigações pecuniárias previstas na Escrita de Emissão;
- b) transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, excetuando a hipótese de aquisição do controle direto para a CPFL Energia por parte de uma subsidiária integral da CPFL Energia;
- c) a VEC Participações S/A deixar de deter participação majoritária dentre os Controladores, ou a VEC Participações S/A, a VTI Participações S/A, ou a Benard Participações S/A deixarem de deter em conjunto o controle direto ou indireto da controlada RGE.

Os índices financeiros são:

- a) Dívida Total líquida pelo EBITDA menor ou igual a 3;
- b) EBITDA (Despesas Financeiras) maior ou igual a 2,0;
- c) Dívida Total líquida pela Capitalização Total líquida igual a 3,66.

RESCOLTO PÚBLICO PRIVADO

Rev. 1 (junho de 2004)

CM - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS

REF - RECONSTITUIÇÃO PATRIMONIAL DA FUNDADA

ENQUISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

DATA BASE 30/12/2003

00002-4

DOA PAULISTA PERDA LIZ

CPFL

33.050.196/0001-93

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações do contrato.

No entendimento da Administração da Sociedade e de sua controlada tais condições restritivas e cláusulas não serão adequadas e atendidas.

#### 118) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade através da Fundação CEEB e a controlada RGL através da Fundação CEEB de Seguridade Social - FISTRORCEFF através Planas de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

##### I - CPFL Paulista

Acumulado vigora para os funcionários da Sociedade um Plano de Benefícios Misto, com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido (BDF) - Agente do BDF do setembro de 1997 - plano de benefício definido que concede um Benefício Suplementar Privado (BSP) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos participantes inscritos em data anterior a 30 de setembro de 1997, de valor definido em função da proporção da tempo de serviço passado submetido até a referência desta a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das necessidades atuais desse Plano é da Sociedade.

a) Adoção de um modelo misto a partir da 1ª de outubro de 1997, que contempla as aposentadorias de renda vitalícia e mista no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apontado na época pelos estudos atuariais da Fundação CESP, a ser liquidada em 294 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 0,6% a.a. e correção pelo IGP-BI (IGV). O saldo desta obrigação, a custo ajustado anualmente conforme evolução do déficit atuarial, calculado pelo método da Sociedade Previdenciária Complementar em 31 de dezembro de 2006, é de R\$ 273.715 (R\$ 273.715 em 31 de dezembro 2006).

##### II - Rio Grande Energia S.A.

Para os participantes definidos a partir de 1º de janeiro de 1998, a entidade comunga de obrigações, incluindo o presunção benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETRORCEB. Esta entidade é de âmbito somente para os empregados que tiveram contratos de trabalho subscritos da CEEB para RGE.

Os valores assumidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2006, da Sociedade e de sua controlada, conforme lucro preparado por atuário externo, seguem critérios da Demarcação (VM) e 37,10% estão assim apresentadas: os valores da RGE estão proporcionais a participação da Sociedade em 2005;



RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Revisão/Atualização: Setembro

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação: Resolução CVM

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA APROVEITAMENTO DA FORÇA ELÉTRICA

DATA BASE: 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

000002-4 CEA PAULESTA FORÇA LÚZ CPFL 00.050.196/0000-93

#### 14.11 - ÍNDICES EXPLICATIVAS

A ATUALIZAÇÃO DO RENDIMENTO APRESENTADA PARA AS DESPENSAS E RECEITAS A SEGUIR, TACANHAS, DÁ-SE NO ANEXO DAS DE 2007 E AS RECEITAS RECONHECIDAS EM 2006 SÃO COMO SEGUIR:

	2007 Estimativas		2006 Reconhecidas	
	CPFL	RCP	CPFL	RCP
Contribuição Especial	0%	0%	0%	0%
Despesas com Seguros e Garantias	25.000	1.000	25.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (CPFL)	25.000	1.000	25.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (RCP)		1.000		1.000
Total	25.000	2.000	25.000	2.000
Contribuição Especial Reconhecida em 2006	0%	0%	0%	0%
Total da Despesa (Previsão)	25.000	2.000	25.000	2.000

Na demonstração de resultado as despesas reconhecidas foram registradas nas seguintes rubricas:

	2006		2005		
	CPFL	RCP	CPFL	CPFL	RCP
Despesas com Seguros e Garantias	25.000	1.000	25.000	1.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (CPFL)	25.000	1.000	25.000	1.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (RCP)		1.000		1.000	1.000
Total	25.000	2.000	25.000	2.000	2.000

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	CPFL - Rubrica		RCP	
	CPFL	RCP	CPFL	RCP
Despesas com Seguros e Garantias	25.000	1.000	25.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (CPFL)	25.000	1.000	25.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (RCP)		1.000		1.000
Total	25.000	2.000	25.000	2.000
Contribuição Especial Reconhecida em 2006	0%	0%	0%	0%
Total da Despesa (Previsão)	25.000	2.000	25.000	2.000
Despesas com Seguros e Garantias	25.000	1.000	25.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (CPFL)	25.000	1.000	25.000	1.000
Despesas com Seguros e Garantias (RCP)		1.000		1.000
Total	25.000	2.000	25.000	2.000



RENDIMENTO FISCAL E FUNDADO

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - REGISTRAÇÃO, REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Resolução Retorno

Legislação: 800.010.000  
 DATA BASE: 30/12/2005

00002-4 CDA PAULESTA FORÇA L22 C272 33.050.196/0000-33

14.11 - DADOS EXPLICATIVOS

#### (17) TAXAS REGULAMENTARES

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita Social de Reservas - 100%	1.507	2.042	1.304	4.148
Taxa de Fiscalização - ANEEL	855	524	1.143	1.547
Contribuição de Custos de Distribuição - 100%	58.441	1.104	45.902	2.060
Contribuição de Desenvolvimento Energético - CDE	15.444	2.121	20.036	21.159
<b>Total</b>	<b>68.517</b>	<b>18.781</b>	<b>71.410</b>	<b>28.315</b>

#### (18) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	165.611	133.740	-	-
Provisão de Integração Social - PIS	5.633	7.107	552	704
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.109	27.015	3.537	3.537
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	16.453	1.154	13.245	11.678
Contribuição Social sobre Lucros Líquidos - CSLL	5.450	2.333	4.507	4.504
Outros	1.065	22.227	-	-
<b>Total</b>	<b>221.368</b>	<b>228.383</b>	<b>22.343</b>	<b>19.942</b>

	Consolidado			
	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2006	2005	2006	2005
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	195.714	255.265	-	-
Provisão de Integração Social - PIS	7.100	10.174	707	979
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.540	42.672	5.535	4.145
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	2.487	2.908	14.154	19.629
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	7.230	4.667	6.923	6.875
Outros	2.581	16.404	-	-
<b>Total</b>	<b>225.656</b>	<b>324.042</b>	<b>27.627</b>	<b>31.619</b>

### Developmental Kallman's

1. 2009. 4. 1. 2009. 4. 1. 2009. 4. 1.

DATA PAGE 307127255

DATA PAGE 307127255

11.050.196:222: 11

[illegible]1495

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Contabilidade						Fluxo de Caixa	
	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999
Ativo	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127
Passivo	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127
Contingência	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127
Contingência Ativa	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127
Contingência Passiva	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127	1.114.127

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e sua controlada são parte, cuja a estabilidade da perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de sua controlada.

Segue a lista das principais causas pendentes relacionadas a litígios, processos judiciais e autos de infração e como segue:

a) **Trabalhistas:** As principais causas trabalhistas relacionam-se as reivindicações da Associação e sindicatos para o pagamento de saleres salariais e horas extras, equiparação salarial, acrescidas rescisões e outras reivindicações;

b) **Danos Pessoais:** Referem-se principalmente a perdas de indenizações. Tais processos incluem questionamentos relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Sociedade e da controlada, danos a consumidores, acidentes com veículos. Entre outros;

c) **Majoração Tarifária:** Corresponde a vários pedidos de consumidores industriais, cobrada a majoração imposta pelas Tarifas ONAEE nºs 13 e 45, de 27 de fevereiro a 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do Plano Cruzado;

d) **Energia Comprada:** Em decorrência da perda de consumidores livres, a Sociedade suspendeu redução na demanda de potência nos contratos firmes, sendo parcialmente atendida pela ANEEL. A Sociedade impetrou ação judicial, movida pela não concordância com os montantes firmes determinados pela ANEEL. Alegando divergência nos cálculos e afirmando depositar judicialmente os valores em questão. Durante 2006, a Sociedade firmou acordo com CESP e Furnas e foi determinado levantamento dos débitos a favor das geradoras extinguindo-se assim os processos. O montante levantado foi de R\$ 23.777;

e) **FINSOCIAL:** Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração de alíquota a cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991;

f) **PIS e COFINS - Ampliação da Base:** Conforme comentado na nota 11, a Sociedade obteve o Parecer Jurídico com decisão favorável do Recurso que questiona a legislação da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS instituída pelo art. 3º da Lei nº 9.190/1996. Em consequência desse decisão favorável, a Sociedade reverteu a provisão que mantinha quanto a esse assunto no montante de R\$ 98.612 (reversão na data base de 31/09/2006), com contrapartida na Receita Financeira, nota 26;





**RENDIMENTO FISCAL DO INVESTIMENTO**

Emissão: 02/07/2008

**CNPJ - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Legislação: 806/2002/CA

**CPF - REGISTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM VALORES MOBILIÁRIOS**

DATA EMISSÃO: 02/07/2008

**EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**

00382-4 CDA PAULESTA PEREIRA LOPES 0271 33.050.196/0001-93

**14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS****21.2 - Redução de Capital**

Referência à redução de capital e mudança nome para das investidoras da Sociedade foram realizadas a controladora CPFL Energia S/A e a filial.

**21.3 - Aumento de Capital – Benefício Fiscal**

Atuada da Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2006, foi aprovada o aumento de Capital da Sociedade conforme previsto nas Instruções da CVM nº 319/99 e 319/01 sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 57.372, referente ao benefício fiscal registrado na conta de "Reserva de Capital" e realizado em 2004 e 2005.

Em 2007 ocorreu um aumento da distribuição em ACÓRDEO a capitalização do benefício fiscal apurado em 2006, no montante de R\$ 30.023.

**21.4 - Juros sobre Capital Próprio e Dividendo**

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em junho de 2006, a declaração de juros sobre capital próprio intermediário no montante de R\$ 7.700 (R\$ 32.942 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 7.80366175 (R\$ 7.60430355 líquido do IRRF) para ações ordinárias e R\$ 7.19027303 (R\$ 7.08420209 líquido do IRRF) para ações preferenciais e dividendo intermediário no montante de R\$ 249.335, que equivale a R\$ 6.91323933 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 7.604563264 por lote de mil ações preferenciais referente aos resultados do primeiro semestre de 2006.

Adicionalmente, em novembro de 2006, ocorreu nova aprovação por parte do mesmo Conselho sobre a declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 52.210 (R\$ 44.388 líquido do IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 7.452449334 (R\$ 7.23650166 líquido do IRRF) para ações ordinárias e R\$ 7.097094311 (R\$ 6.98040104 líquido do IRRF) para ações preferenciais, referente aos resultados do segundo semestre de 2006.

**21.5 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício**

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo, de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício a Administração da Sociedade está preparando a distribuição do lucro líquido ajustado da declaração e provisionamento de R\$ 394.817 na forma de dividendo, sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 12.575361710 para ações ordinárias e R\$ 12.377267269 para ações preferenciais, conforme demonstrado a seguir:

<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>767.347</b>
<b>Destinação do Lucro Líquido</b>	
Dividendo intermediário	(249.300)
Juros sobre o Capital Próprio - Intermediários	(7.700)
Juros sobre o Capital Próprio	(52.210)
Dividendo Proposto	(394.817)
<b>Lucros Acumulados</b>	<b>-</b>

**Бухгалтерский баланс**

1. 2019. 4. 1. အနေအထား

DATA PAGE 0000000000

DATA PAGE 0000000000

11 050 196-777 11

to contribute a Paper to  
Canada's Canadian & 305

Year	Production	
	1990	1991
1990	100	100
1991	100	100
1992	100	100
1993	100	100
1994	100	100
1995	100	100
1996	100	100
1997	100	100
1998	100	100
1999	100	100
2000	100	100
2001	100	100
2002	100	100
2003	100	100
2004	100	100
2005	100	100
2006	100	100
2007	100	100
2008	100	100
2009	100	100
2010	100	100
2011	100	100
2012	100	100
2013	100	100
2014	100	100
2015	100	100
2016	100	100
2017	100	100
2018	100	100
2019	100	100
2020	100	100
2021	100	100
2022	100	100
2023	100	100
2024	100	100
2025	100	100
2026	100	100
2027	100	100
2028	100	100
2029	100	100
2030	100	100
2031	100	100
2032	100	100
2033	100	100
2034	100	100
2035	100	100
2036	100	100
2037	100	100
2038	100	100
2039	100	100
2040	100	100
2041	100	100
2042	100	100
2043	100	100
2044	100	100
2045	100	100
2046	100	100
2047	100	100
2048	100	100
2049	100	100
2050	100	100
2051	100	100
2052	100	100
2053	100	100
2054	100	100
2055	100	100
2056	100	100
2057	100	100
2058	100	100
2059	100	100
2060	100	100
2061	100	100
2062	100	100
2063	100	100
2064	100	100
2065	100	100
2066	100	100
2067	100	100
2068	100	100
2069	100	100
2070	100	100
2071	100	100
2072	100	100
2073	100	100
2074	100	100
2075	100	100
2076	100	100
2077	100	100
2078	100	100
2079	100	100
2080	100	100
2081	100	100
2082	100	100
2083	100	100
2084	100	100
2085	100	100
2086	100	100
2087	100	100
2088	100	100
2089	100	100
2090	100	100
2091	100	100
2092	100	100
2093	100	100
2094	100	100
2095	100	100
2096	100	100
2097	100	100
2098	100	100
2099	100	100
2100	100	100

Հովհաննես Կալան՝ 8

1. 2019. 4. 1. 2019. 4. 1. 2019. 4. 1.

DATA BASE 93/12/222

\_\_\_\_\_

11.050.196:333: 11

• [Tutoring](#) • [Writing](#) • [Reading](#) • [Math](#) • [Science](#) • [History](#) • [Social Studies](#) • [Language Arts](#) • [Art](#) • [Music](#) • [Physical Education](#) • [Health](#) • [Career](#) • [Life Skills](#) • [Technology](#) • [Sports](#) • [Games](#) • [Activities](#) • [Resources](#) • [Contact Us](#) • [About Us](#) • [Privacy Policy](#) • [Terms of Service](#) • [Feedback](#) • [Help](#) • [FAQ](#) • [Site Map](#) • [Home](#)



REVISED 2010

1209: 41 Ac An 802, 61 A, 1 A

DATA BASE 90/12/2226

DATA BASE 90/12/2226

11.050.126:333: 11

Page 33

**Бүхэлдүгээр бүлэг**

1400, 51, 30, 802, 915, 13

7174 P25F 4121322506

[illegible]

11 050 196-777 11

**Figure 1** | The effect of the different parameters on the model results.

RENDIMENTO FUNDOS EXTERNOS

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO DE FINANÇAS PARA O CREDITO

ENFERMIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Desenvolvimento Regional

Legislação Societária

DATA BASE 30/12/2008

00002-4 CDA PAULESTA FORÇA LÚZ CPFL 13.050.196/0001-93

14.11 - ÍNDICES EXPLICATIVAS

## (24) DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Variedade	
	2006	2007	2006	2007
<b>Despesas com Vendas</b>				
Despesa	12.447	12.666	8.890	9.455
Material	1.251	1.162	1.416	1.414
Despesas de Incentivos	4.254	11.111	2.450	20.441
Despesas com Representação e Propaganda	11.071	11.071	5.024	15.614
Despesas com Administração	107	107	107	107
Despesas com Logística	11.054	20.111	14.911	21.454
Outras	114	2.105	2.042	1.414
<b>Total</b>	<b>41.157</b>	<b>77.331</b>	<b>30.121</b>	<b>69.885</b>
<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>				
Despesa	41.031	33.617	40.717	40.031
Material	7.191	2.107	11.777	4.407
Despesas de Incentivos	0.954	50.000	12.107	19.154
Despesas com Representação e Propaganda	744	104	2.147	51
Despesas com Administração	1.775	14.144	15.247	22.035
Despesas com Logística	5.407	4.007	4.007	1.541
Despesas com Representação e Propaganda	4.144	2.144	12.141	16.252
Despesas com Representação e Propaganda	5.251	1.144	11.07	1.541
Outras	10	2,51	41	1.144
<b>Total</b>	<b>57.656</b>	<b>20.069</b>	<b>104</b>	<b>57.144</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>				
Despesa com Representação e Propaganda	1.541	1.144	12.141	15.144
Despesas com Representação e Propaganda	25.144	25.144	11.144	15.144
Despesas com Representação e Propaganda	1.144	1.144	1.144	1.144
<b>Total</b>	<b>27.785</b>	<b>47.432</b>	<b>24.426</b>	<b>31.432</b>
<b>Amortização de Ativos Intangíveis</b>			2107	1.144
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>126.633</b>	<b>145.244</b>	<b>147.545</b>	<b>148.455</b>

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Desenvolvimento Relatário

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE CAPITALIZADAS

Legislação Societária

ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA BASE 30/12/2005

00002-4 CCA PAULESTA FORÇA L02 CPTL 00.050.196/0000-93

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

## ( 25 ) RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Unidade	
	2004	2005	2004	2005
<b>Receitas</b>				
Receitas de Operações Financeiras	27.116	27.021	27.204	42.863
Receitas de Operações Comerciais	41.143	45.251	41.012	58.112
Amortização de Créditos Financeiros	5.016	1.942	5.012	1.642
Amortização de Despesas Financeiras	12.461	5.122	1.637	12.176
Imprevisões (Ganhos) Perdas	51.117	21.225	22.551	162.429
Despesas de Amortização de Créditos Financeiros	7.565	5.423	1.153	11.527
Receitas de Operações Comerciais (Excluído o Lucro Líquido)	45.163	124.251	45.142	150.249
Resultado Base do Lucro Consolidado	77	5.325	77	4.550
Resultado Base do Resultado Financeiro Consolidado	2.465	2.578	2.465	2.678
Lucros	41.442	22.243	41.455	58.506
RECEITA FINANCEIRA TOTAL	51.208		51.219	
<b>Total</b>	<b>328.378</b>	<b>543.043</b>	<b>361.033</b>	<b>495.349</b>
<b>Despesas</b>				
Despesas de Operações	246.716	139.123	127.771	476.466
Despesas Financeiras	125.513	25.411	125.142	164.500
Amortização de Despesas Financeiras	16.476	57.243	121.657	121.176
Lucros	10.699	2.121	12.422	121.520
<b>Subtotal</b>	<b>(165.321)</b>	<b>(423.311)</b>	<b>(453.645)</b>	<b>(436.665)</b>
Lucro Líquido de Ação	26.250	26.250	125.271	156.030
Lucro Líquido de Capital Proprietário	23.024	11.958	122.025	146.564
<b>Total</b>	<b>(653.521)</b>	<b>(655.924)</b>	<b>(663.298)</b>	<b>(181.573)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(119.156)</b>	<b>(510.311)</b>	<b>(524.143)</b>	<b>(336.229)</b>

## ( 26 ) PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho a Sociedade e sua unidade RGE implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados baseado em acordo de metas operacionais a limitadas previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2005 foi de R\$ 11.958 (R\$ 23.046 no consolidado) e em 2004 foi de R\$ 11.907 (R\$ 19.273 no consolidado). Após a antecipação paga no exercício de 2006, o saldo remanescente para o exercício de R\$ 10.202 (R\$ 14.357 no consolidado) (nota 20).

## 427 TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

[illegible]

- a) **Aplicações Financeiras**: Função de investimento associado com rentabilidade calculada pela variação do CDI e com liquidez diária
- b) **Cargos e Depósitos Vinculados**: CDIs e vinculados (Crentas) para participação em efeitos de energia elétrica, variável entre 30,0% do CDI, com vencimentos diversos
- c) **Amendamento e Aluguel**: Recibo de comprometimento da infraestrutura do edifício sede
- d) **Contrato de Mútuo**: Operação contratada a 100% do CDI, liquidada em 2006
- e) **Custo de Uso do Sistema de Distribuição**: Taxa cobrada pela uso do sistema de distribuição de energia elétrica
- f) **PiggyBank – Ativo Regulatório**: Referência a margem de segurança do PIS e COFINS e ser repassado para geradora conforme no reajuste tarifário da Sudecde
- g) **Prestação de Serviços**: Serviços de energiação e pagamento de custos de energia elétrica

## 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

### (28) SEGUROS

A Sociedade e sua controlada mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por contratação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por importantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais contratações de seguros são:

DESCRIÇÃO	NOME DA APÓLICE	Controladora		Controlada	
		2013	2012	2013	2012
Ativos Imobiliários	Imobiliária Itaú Seguros Imobiliária Votorantim Seguros Itaú Seguros	523.000	634.900	471.400	544.120
Transporte	Transporte Itaú Seguros	34.000	41.000	24.000	34.000
Incêndio Furtos	Incêndio Itaú Seguros Itaú Seguros	1.000	12.000	0,000	0,000
Autosseguros	Autosseguros Itaú Seguros	0,00	0,000	0,000	0,000
Responsabilidade Civil	Itaú Seguros Itaú Seguros Itaú Seguros	10.000	34.000	20.000	24.000
Pessoal	Itaú Seguros Itaú Seguros Itaú Seguros	22.000	40.000	12.400	14.000
Outros	Itaú Seguros	27.000	-	0,000	-
<b>TOTAL</b>		<b>686.000</b>	<b>721.900</b>	<b>507.800</b>	<b>612.120</b>

### (29) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

#### 29.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de sua controlada compreendem principalmente o fornecimento de energia a consumidores finais, como concessionárias de serviços públicos, cujas atividades e tentativas são reguladas pela ANEEL. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

**Risco da Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade e sua controlada serem afetadas por variações de taxa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os custos de passivos denominados em moeda estrangeira. A Sociedade e sua controlada se protegem desse risco mediante contratação de operações de *hedging*, para que as dívidas estejam indexadas à variação de índices nacionais. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

- **Empréstimos em Moeda Estrangeira:** A exposição relativa à colação de recursos em moeda estrangeira que foi substancialmente coberta através de operações *hedge* de *swap*, o que proporcionou à Sociedade e sua controlada reduzir os riscos relativos à flutuação sobre o custo relativo à variação do Dólar (nota 14).
- **Compra da Energia de Itaipu:** A Sociedade e sua controlada estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra da energia elétrica da Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA, protege as empresas de eventuais perdas, conforme detalhada na nota 3.

#### 14.11 - RISCOS EXPLICATIVAS

**Risco da Taxa de Juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e sua controlada serem afetadas em partes consideráveis por variações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para os empréstimos tomados em moeda estrangeira a Sociedade e sua controlada têm pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra essas oscilações e para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e sua controlada tem como contrapartida ativos regulatórios atualizados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Sociedade e sua controlada têm buscado aumentar a participação de empréstimos que estão à variação da TJLP, inibindo menos os fluxos de saídas do mercado financeiro.

**Risco de Crédito:** O risco surge na possibilidade da Sociedade e sua controlada serem afetadas em partes consideráveis na liquidez de recebimento de valores relativos a seus clientes. Este risco é atenuado pela Sociedade e sua controlada como sendo tanto em vista a polarização do número de clientes e da política de cobrança e corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à Escassez de Energia:** A energia vendida pela Sociedade e sua controlada basicamente é gerada por usinas hidroelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva aliado a um crescimento de demanda acima do planejado pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas comprometendo a recuperação do volume dos mesmos podendo ocasionar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com adoção de um novo programa de armazenamento (como o verificado em 2001). Devido ao nível atual dos reservatórios o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2007 um novo programa de armazenamento.

**Risco da Aceleração da Dívidas:** A Sociedade e sua controlada possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas garantidoras (covenants) normalmente atreladas a esses tipos de operação relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas resolutivas foram atendidas e não impedem a capacidade de conclusão do curso normal das operações.

#### 20.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e sua controlada mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando àquela segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma a Sociedade e sua controlada possuem procedimentos de controle e acompanhamento dos transações e saldos dos instrumentos financeiros com o objetivo de monitorar as taxas e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos a passivos da Sociedade e sua controlada em 31 de dezembro de 2006 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e sua ação nas demonstrações financeiras.

**Disponibilidades:** Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos é o maior-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais, nota 41.

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO:

Revolução Brasileira

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO DE FINANCIAMENTOS PARA O CREDITADO

Legislação Societária

ENREDA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA BASE: 30/12/2005

00002-4

CGA PAULISTA FORÇA L02

CGF

33.050.196/0001-93

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

**Ativos e Passivos Regulatórios:** São compostos basicamente pela decomposição tarifária Parâmetros Energia Livre. Partes A, Ativos e Passivos relacionados à Receita A, Receita Tarifária, Subvenção Base, Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de rateamento de 2001 e outros valores relacionados ao alinhamento de custos e receitas tarifárias e alteração na legislação tarifária. Estes valores são avaliados pelo valor contábil conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as características descritas na nota 3.

**Empréstimos e Financiamentos:** Estão avaliados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as características definidas na nota 14.

**Débitos:** As dívidas lançadas pela Sociedade podem ser negociadas no mercado e estão avaliadas conforme os preços estabelecidos quando de sua emissão, conforme características das notas na nota 15.

**Investimentos em controlada:** A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial na controlada RSE. Suas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas, dado o pequeno volume de negociações das mesmas no mercado.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e sua controlada são perados aos valores de negociação de mercado conforme definido aqui e na tabela base em 31 de dezembro de 2005 e 2004, são como segue:

	Controlada			
	2005		2004	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Investimentos em Imobilizamentos	95.850	97.541	1.377.584	1.115.473
Devedores	325.510	344.490	1.321.441	1.232.418
Dévedores	6.475	11.056	15.156	14.020
Total	1.388.944	1.354.487	2.586.131	2.351.950

	Controlada			
	2005		2004	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Empréstimos e Financiamentos	14.8658	1.425.751	2.062.486	2.035.019
Devedores	1.184.561	1.237.151	1.482.536	1.484.033
Dévedores	10.747	6.750	31.210	32.546
Total	2.584.260	2.649.251	3.489.118	3.492.391

A avaliação do valor de mercado de certos instrumentos financeiros da Sociedade e sua controlada foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes concluídas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2005 e de 2004, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de rateamento de energia elétrica, associados regulatórios e créditos a receber na CESP, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

#### ( 30 ) DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA" (INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS)



RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Revisão/Atualização Relatório

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPV - ORGANIZAÇÃO PARA AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

ENREGE - ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação: 800.000.000

DATA BASE: 30/12/2005

00002-4

CGA PAULISTA FORÇA LÚZ

CPFL

11.050.196/0000-93

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 controladora e consolidada, bem as contas da CPFL Paulista e consolidada a controlada REGE na proporção de 67,07% para os resultados de janeiro a maio de 2005 e de 100% para os meses a partir de junho de 2005, estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita Operacional	1.155.676	1.067.131	2.381.114	2.194.114
Receita Extra Operacional	1.114.779	1.254.948	1.439.761	1.561.144
Receita Financeira	144.346	2.311.224	1.562.194	1.967.577
Despesa Operacional	1.041.014	973.944	2.014.958	2.036.114
Despesa Extra Operacional	1.297.341	1.041.111	1.675.112	1.121.144
Despesa com Depreciação e Amortização			23.394	12.121
Total (Resultado Operacional)	1.069.467	1.258.248	1.458.549	1.495.648

	Controladora		Consolidado	
	2006	2005	2006	2005
Receita Operacional	4.952.425	4.010.661	5.512.466	5.516.191
Costo de Serviço de Energia Elétrica	(2.545.188)	(2.217.722)	(3.168.915)	(3.104.412)
Lucro Bruto	2.407.237	1.792.939	2.343.551	2.411.779
Despesa Operacional	(1.124.567)	(1.171.967)	(1.563.063)	(1.476.245)
Lucro Operacional	1.282.670	620.972	780.488	935.534
Receita de Participações Sociárias	97.069	27.661		
Despesa Financeira	(45.825)	(127.725)	(100.272)	(100.621)
Resultado Não Operacional	5.714	4.934	(12.812)	(14,2)
Resultado antes do IPI	1.334.564	598.242	667.464	834.912
Imposto de Renda sobre os Resultados	(10.627)	(10.627)	(10.627)	(10.627)
Resultado antes do Imposto sobre Lucros	1.323.937	587.615	656.837	824.285
Lucro Líquido do Exercício	157.167	67.876	167.227	68.162

#### 14.11 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Conforme Decreto n. 4.670 de 11 de novembro de 2002, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de necessidades de energia - Programa Luz para Todos, sem custos aos clientes.

Foram ligadas 4.133 novas consumidores ao sistema, estimado em R\$ 14.959, no qual a Sociedade concluiu em junho de 2006 todas as instalações previstas para o programa. Mesmo assim o cumprimento das metas de universalização anunciadas para a ANEEL, a Sociedade

RENDIMENTO PERMANENTE

Divulgação Refinada

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

OPF - OPORTUNIDADES FINANÇAS PARA O FUTURO

DATA BASE 30/12/2003

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4

CSA PAULESTA PERDA LIZ

CNPJ

13.050.196/0001-93

#### 14.11 - FORTES EXPLICATIVAS

continua efetuando ligações a consumidores, cujas características enquadram-se no Programa de Inovação.

Das montantes previstas pela Licença no valor de R\$ 10.000, foram liberados até o final de 2005 o montante de R\$ 3.236 mil ficando pendente de liberação o montante de R\$ 6.764 mil, que está previsto ocorrer até março de 2006. A participação da Concessionária foi de R\$ 1.933.

### 4.12 - FATOS RELEVANTES

#### 32.1 - SEGUNDO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

Através da Resolução nº 284 de 31/07/2005, a ANEE, estabeleceu os parâmetros gerais de metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para a realização do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária. Ferreiras das Condições de distinção da energia elétrica. Esta associação visou conseguir e controlar conceitos e utilização no Primeiro Ciclo de Revisão Tarifária, tais como a determinação do Custo de Custo, na Base de Remuneração Reguladora e da Empresa de Referência.

Em relação à implementação da Base de Remuneração Reguladora (BRR) reguladora, foi dada a necessidade de manutenção de controle suplementar em paralelo aos registros contábeis, como apoio todas as ações e baixas ocorridas no ativo reguladora em serviço.

A alteração de metodologia refere-se às Obrigações Especiais, cujos ativos vinculados não serão suas obrigações regulamentadas na receita reguladora. Essas Obrigações Especiais, a partir da Segunda Revisão Tarifária, passarão a ser amortizadas e registradas a crédito do resultado da Sociedade e sua controlada, através da aplicação de taxas de depreciação média das alíquotas de depreciação.

Quanto à metodologia de cálculo da Taxa de Remuneração do Investimento a ser considerada na revisão tarifária, foi mantida, porém com a atualização das séries históricas, a do Primeiro Ciclo, que considera a estrutura ótima de capital próprio e terceiros, o custo médio do capital ponderado (WACC) regulatório.

Na definição dos Custos Operacionais será preservada a comparação com a Empresa de Referência, embora a haja a perspectiva de melhor definição da medida pelo ANEE. Por último, a ANEE, alterou metodologia de cálculo da Valor X, excluindo o componente X<sub>2</sub>, embora tenha mantido a medida da Fluxo de Caixa Descontado para aplicação do componente X<sub>1</sub>, que procura representar os futuros ganhos de escala do negócio de distribuição.

As implicações desta nova regulação encontram-se sob análise pela Administração da Sociedade e de sua controlada.

### ANEXO I

RENDIMENTO PERMANENTE PERMANENTE

COM - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS

DEP - DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

ENGENHARIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação: Relatório

Legislação: 800.000.000

DATA: 01/12/2001

00002-4

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E FINANÇAS

11.050.196/0001-11

# 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas (em milhares de reais)			
Notas explicativas (em milhares de reais)			
	1999	2000	2001
1. Descrição da entidade			
1.1. Descrição da entidade			
1.2. Descrição da entidade			
1.3. Descrição da entidade			
1.4. Descrição da entidade			
1.5. Descrição da entidade			
1.6. Descrição da entidade			
1.7. Descrição da entidade			
1.8. Descrição da entidade			
1.9. Descrição da entidade			
1.10. Descrição da entidade			
1.11. Descrição da entidade			
1.12. Descrição da entidade			
1.13. Descrição da entidade			
1.14. Descrição da entidade			
1.15. Descrição da entidade			
1.16. Descrição da entidade			
1.17. Descrição da entidade			
1.18. Descrição da entidade			
1.19. Descrição da entidade			
1.20. Descrição da entidade			
1.21. Descrição da entidade			
1.22. Descrição da entidade			
1.23. Descrição da entidade			
1.24. Descrição da entidade			
1.25. Descrição da entidade			
1.26. Descrição da entidade			
1.27. Descrição da entidade			
1.28. Descrição da entidade			
1.29. Descrição da entidade			
1.30. Descrição da entidade			
1.31. Descrição da entidade			
1.32. Descrição da entidade			
1.33. Descrição da entidade			
1.34. Descrição da entidade			
1.35. Descrição da entidade			
1.36. Descrição da entidade			
1.37. Descrição da entidade			
1.38. Descrição da entidade			
1.39. Descrição da entidade			
1.40. Descrição da entidade			
1.41. Descrição da entidade			
1.42. Descrição da entidade			
1.43. Descrição da entidade			
1.44. Descrição da entidade			
1.45. Descrição da entidade			
1.46. Descrição da entidade			
1.47. Descrição da entidade			
1.48. Descrição da entidade			
1.49. Descrição da entidade			
1.50. Descrição da entidade			
1.51. Descrição da entidade			
1.52. Descrição da entidade			
1.53. Descrição da entidade			
1.54. Descrição da entidade			
1.55. Descrição da entidade			
1.56. Descrição da entidade			
1.57. Descrição da entidade			
1.58. Descrição da entidade			
1.59. Descrição da entidade			
1.60. Descrição da entidade			
1.61. Descrição da entidade			
1.62. Descrição da entidade			
1.63. Descrição da entidade			
1.64. Descrição da entidade			
1.65. Descrição da entidade			
1.66. Descrição da entidade			
1.67. Descrição da entidade			
1.68. Descrição da entidade			
1.69. Descrição da entidade			
1.70. Descrição da entidade			
1.71. Descrição da entidade			
1.72. Descrição da entidade			
1.73. Descrição da entidade			
1.74. Descrição da entidade			
1.75. Descrição da entidade			
1.76. Descrição da entidade			
1.77. Descrição da entidade			
1.78. Descrição da entidade			
1.79. Descrição da entidade			
1.80. Descrição da entidade			
1.81. Descrição da entidade			
1.82. Descrição da entidade			
1.83. Descrição da entidade			
1.84. Descrição da entidade			
1.85. Descrição da entidade			
1.86. Descrição da entidade			
1.87. Descrição da entidade			
1.88. Descrição da entidade			
1.89. Descrição da entidade			
1.90. Descrição da entidade			
1.91. Descrição da entidade			
1.92. Descrição da entidade			
1.93. Descrição da entidade			
1.94. Descrição da entidade			
1.95. Descrição da entidade			
1.96. Descrição da entidade			
1.97. Descrição da entidade			
1.98. Descrição da entidade			
1.99. Descrição da entidade			
1.100. Descrição da entidade			

## ANEXO II

RENDIMENTO FISCAL FUNDADO

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA APROVEITAMENTO FUNDADO

ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Desenvolvimento Relativo

Legislação: 800.000.000

DATA BASE: 30/12/2005

00002-4

DOA PALESTRA FORÇA L22

CPFL

13.050.196/0000-93

14-11 - NOTAS EXPLICATIVAS

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005**

	Exercício 2006		Exercício 2005	
	2006	2005	2006	2005
<b>1. Receita</b>	<b>4.243.275</b>	<b>3.892.066</b>	<b>3.381.211</b>	<b>3.948.719</b>
1.1 Receita de vendas de bens e serviços	3.743.139	3.379.111	3.147.747	3.100.090
1.2 Receita de prestação de serviços de manutenção e reparação		48.890		48.100
1.3 Receita de prestação de serviços de manutenção e reparação	499.906	463.064	233.424	800.519
1.4 Receita de manutenção e reparação	0	0	4.040	0
<b>2. (-) Custos</b>	<b>(2.857.396)</b>	<b>(3.828.888)</b>	<b>(3.885.337)</b>	<b>(3.741.261)</b>
2.1 Custos de materiais consumidos	2.567.986	2.773.448	3.148.129	3.100.000
2.2 Custos de mão de obra	100.000	487.000	100.000	100.000
2.3 Materiais	180.000	120.000	60.000	20.000
2.4 Outros	100.000	148.440	100.000	100.000
2.5 Custos de serviços terceirizados	0	0	10.000	10.000
<b>3. Valor adicionado Bruto (4-2)</b>	<b>1.385.879</b>	<b>663.178</b>	<b>(504.126)</b>	<b>2.007.458</b>
<b>4. Retenções</b>	<b>(100.000)</b>	<b>(100.000)</b>	<b>(200.000)</b>	<b>(300.000)</b>
4.1 Imposto de Renda	100.000	100.000	200.000	300.000
4.2 Contribuição de Imposto	0	0	0	0
<b>5. Valor adicionado Líquido (3-4)</b>	<b>1.285.879</b>	<b>563.178</b>	<b>(704.126)</b>	<b>1.707.458</b>
<b>6. Valor Adicionado Recebido em Transferências</b>	<b>342.867</b>	<b>864.831</b>	<b>242.252</b>	<b>400.000</b>
6.1 Prestação de serviços	342.867	864.831	242.252	400.000
6.2 Prestação de serviços	0	0	0	0
6.3 Prestação de serviços	0	0	0	0
<b>7. Valor adicionado e Benefícios (5+6)</b>	<b>1.628.746</b>	<b>1.428.009</b>	<b>(461.874)</b>	<b>2.107.458</b>
<b>8. Distribuição do Valor Adicionado</b>				
8.1 Salários e encargos	1.000.000	1.000.000	800.000	800.000
8.2 Impostos e encargos	200.000	200.000	100.000	100.000
8.3 Impostos	100.000	100.000	50.000	50.000
8.4 Impostos e encargos	100.000	100.000	50.000	50.000
8.5 Impostos e encargos	0	0	0	0
<b>9. Valor adicionado e Benefícios (7-8)</b>	<b>1.628.746</b>	<b>1.428.009</b>	<b>(461.874)</b>	<b>2.107.458</b>

**PARCEIRO DO CONSELHO FISCAL**

2006-2007-10-10-10

1000-10

RENDIMENTO FISCAL FOMENTO

Revolução, Reforma

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

OPF - OPORTUNIDADES FINANÇAS PARA O FUTURO

DATA BASE - 30/12/2006

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00002-4

CGA PAULESTA FORÇA LÚZ

CGFL

11.050.196/0001-93

14-11 - NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho Fiscal da Companhia Paulista de Força e Luz, no desempenho de suas atribuições, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras de Exercício Social de 2006, bem os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e ainda com base no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 26 de janeiro de 2007, e de acordo que os referidos documentos estão em condições de serem aprovados e enviados pela Assembleia Geral Ordinária de Ações.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

FRANCISCO GALVÃO DE OLIVEIRA

ELIANE CORRÊA AQUINO

IVAN MENDES DO CARMO

ENEAS DE ASSIS ROSA FERREIRA

REGULAMENTO INTERNO

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

BRF - BOLSAS DE VALORES, FUNDOS DE INVESTIMENTO E DERIVADOS

EMISSORA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Resolução: Resolução

Legislação: Resolução

DATA ERSB: 30/12/2003

00002-4

DEA PAULISTA FORÇA LDB

CPFL

13.050.196/0001-93

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

## DIRETORIA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR

Imper Presidente

ROBERTO ANTONIO DA SILVA

Imper Vice-presidente de

Exatidão e Regulação

JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA FILHO

Imper Vice-presidente - Finanças

e de Relações com Investidores

PAULO CEFAS CORREIO TAVARES

Imper Vice-presidente de

Contas de Entrega

FELICIANA FERREIRA

Imper Vice-presidente de

Operações

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

WILSON P. FERREIRA JUNIOR

Presidente

DANIELA CORREIA CARDOSO

Vice-presidente

## CONSELHEIROS

PAULO LUCAS TAVARES

MARTIN ROBERTO GLOZOWSKY

EDUARDO PINHEIRO DE SOUZA

FELICIANA FERREIRA

JOSÉ AUGUSTO DE ALMEIDA FILHO

JOÃO CARLOS DE ALMEIDA FILHO

RENDIMENTO FUNDOS FIXOS

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

REF - RESOLUTÃO Nº 400/2008 - RDC/ANACON

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Resolução Relatoria

Legislação Societária

DATA ERSB - 30/12/2008

00002-4

DOA PAULISTA PERDA LIZ

CPFL

13.050.196/0001-93

14-11 - FOLHAS EXPLICATIVAS

## DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANEXO 01-01-01-01-01-01

Departamento de Contabilidade

Centro de Contabilidade

SEÇÃO 01-01-01-01-01-01

Centro de Contabilidade

Centro de Contabilidade

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

01.01.01 - Nome da Empresa	01
01.01.02 - Razão Social	02

INDICE

NUMERO	SEÇÃO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
02	02	ESTADO	2
03	03	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3
04	04	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4
05	05	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
06	06	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
07	07	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
08	08	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
09	09	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
10	10	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
11	11	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
12	12	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
13	13	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13
14	14	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
15	15	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
16	16	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
17	17	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17
18	18	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
19	19	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
20	20	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
21	21	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
22	22	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
23	23	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
24	24	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
25	25	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
26	26	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26
27	27	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27
28	28	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
29	29	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
30	30	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
31	31	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31
32	32	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
33	33	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	33
34	34	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34
35	35	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
36	36	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	36
37	37	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
38	38	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38
39	39	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39
40	40	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40
41	41	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	41
42	42	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
43	43	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43
44	44	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
45	45	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	45
46	46	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
47	47	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47
48	48	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	48
49	49	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49
50	50	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	50
51	51	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	51
52	52	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	52
53	53	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	53
54	54	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	54
55	55	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	55
56	56	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	56
57	57	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
58	58	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58
59	59	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59
60	60	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60
61	61	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
62	62	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	62
63	63	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63
64	64	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	64
65	65	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
66	66	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	66
67	67	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
68	68	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68
69	69	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
70	70	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70
71	71	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	71
72	72	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	72
73	73	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	73
74	74	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74
75	75	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	75
76	76	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	76
77	77	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77
78	78	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	78
79	79	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	79
80	80	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	80
81	81	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	81
82	82	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82
83	83	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	83
84	84	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	84
85	85	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	85
86	86	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	86
87	87	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	87
88	88	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88
89	89	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	89
90	90	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90
91	91	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	91
92	92	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	92
93	93	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93
94	94	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	94
95	95	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	95
96	96	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	96
97	97	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97
98	98	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	98
99	99	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99
100	100	DESCRIÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	100



- 
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

C. REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROPRIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SEQUENDO DE SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VIOLAR DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

## 01 31 - DEYTEREACHO

00362-4	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - S/A	33.063.796/0001-38
FAX		
05500640781		

## 01 13 - SEDE

[illegible]

1000

01.13 - LINEA DE RELACIONES CON INVERSIDORES *Indicador para Campañas de venta de Cerveza*

■ ■ ■

[illegible]

$\frac{1}{2}$        $\frac{1}{2}$        $\frac{1}{2}$        $\frac{1}{2}$

91.34 - HET EHEHJ A1.560 104

[illegible]

## 01 31 - RF4T F50660

00380-4	COMPANHIA PALESTINA DE COMERCIO E INDUSTRIA	23-06-1960-00-00
---------	---	------------------

## 01.15. SUBMITTED BY CAPITAL SURVEIL

Item	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009
<b>Os Capita Integrado</b>			
1 - Contratos	20.351	10.475	341
2 - Provisions	42.659	24.500	5.09
3 - Total	63.010	34.974	1.050
<b>Em Transito</b>			
4 - Contratos	0	0	0
5 - Provisions	0	0	0
6 - Total	0	0	0

0116. 220407ENHIS 055 10 ENHHE3A

[illegible]

## 01.17 - SOCIEDADES NAZIONALE E SUEZ E SUEZ FINANZIARIA CONSOLIDADAS

• **How to find the value of  $\lambda$  for a given  $\mu$**

## 01.01 - PRODUZIONE ED IMPIANTO DEL PRIMO PAGAMENTO DURANTE I PRIMI 3 TRIMESTRI

Order Number	Order Date	Order Description	Order Status	Order Type	Order Amount
01	2020-01-01	Order 001: Initial Setup	Open	Initial	1000.00
02	2020-01-05	Order 002: Equipment Purchase	Open	Equipment	500.00
03	2020-01-10	Order 003: Material Purchase	Open	Material	200.00
04	2020-01-15	Order 004: Labor Cost	Open	Labor	150.00
05	2020-01-20	Order 005: Overhead Cost	Open	Overhead	100.00
06	2020-01-25	Order 006: Final Delivery	Open	Final	100.00
07	2020-01-30	Order 007: Total Cost	Open	Total	1950.00

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base: 31/03/2003  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Externa

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ		Razão Social				Tipo	
0033274		COMISSÃO VALORES MOBILIÁRIOS CVM				33.000.000.000.000	
00	00000000	00000000	00000000	00000000	00000000	00000000	00000000



---

INITIAL ATTEMPT: 3000000

[illegible]

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	Nome da Empresa	CNPJ
0038204	COMPANHIA PARCELARIA DE CRÉDITO S.A.	33.050.196/0001-85

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ Mil.)

Conta	Descrição	31/03/2019	31/03/2018
2000	Capital Social	1.000.000	200.000
2001	Reserva Legal	1.000.000	1.000.000
2002	Reserva de Retenções	1.000.000	1.000.000
2003	Reserva de Lucros	1.000.000	1.000.000
2004	Reserva de Avaliação	1.000.000	1.000.000
2005	Reserva de Depreciação	1.000.000	1.000.000
2006	Reserva de Provisão	1.000.000	1.000.000
2007	Reserva de Contingência	1.000.000	1.000.000
2008	Reserva de Imprevisíveis	1.000.000	1.000.000
2009	Reserva de Risco	1.000.000	1.000.000
2010	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2011	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2012	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2013	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2014	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2015	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2016	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2017	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2018	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2019	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2020	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2021	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2022	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2023	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2024	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2025	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2026	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2027	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2028	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2029	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2030	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2031	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2032	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2033	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2034	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2035	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2036	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2037	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2038	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2039	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2040	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2041	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2042	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2043	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2044	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2045	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2046	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2047	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2048	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2049	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2050	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2051	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2052	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2053	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2054	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2055	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2056	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2057	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2058	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2059	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2060	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2061	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2062	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2063	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2064	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2065	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2066	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2067	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2068	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2069	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2070	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2071	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2072	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2073	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2074	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2075	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2076	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2077	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2078	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2079	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2080	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2081	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2082	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2083	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2084	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2085	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2086	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2087	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2088	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2089	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2090	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2091	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2092	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2093	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000
2094	Reserva de Risco de Crédito	1.000.000	1.000.000
2095	Reserva de Risco de Mercado	1.000.000	1.000.000
2096	Reserva de Risco de Liquidez	1.000.000	1.000.000
2097	Reserva de Risco de Reputação	1.000.000	1.000.000
2098	Reserva de Risco de Operações	1.000.000	1.000.000
2099	Reserva de Risco de Contraparte	1.000.000	1.000.000



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	Nome da Empresa	Endereço
0038204	COMPANHIA PALL S/A DE CAPITAL ABERTO	25-050-106-0001-25

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ Mil.)

Conta	Descrição	31/03/2019	31/03/2018
1100	Capital Social	-	-
1100.01	Capital Social	-	-
1100.02	Reserva Legal (Art. 170, III, Lei 6.406/76)	-	-
1100.03	Reserva de Lucros	-	-
1100.04	Reserva de Retenções	-	-
1100.05	Reserva de Avaliação	-	-
1100.06	Reserva de Contingências	-	-
1100.07	Reserva de Imprevisões	-	-
1100.08	Reserva de Resultados	-	-
1100.09	Reserva de Ações em Tesouraria	-	-
1100.10	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.11	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.12	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.13	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.14	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.15	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.16	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.17	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.18	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.19	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.20	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.21	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.22	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.23	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.24	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.25	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.26	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.27	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.28	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.29	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.30	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.31	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.32	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.33	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.34	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.35	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.36	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.37	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.38	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.39	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.40	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.41	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.42	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.43	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.44	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.45	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.46	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.47	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.48	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.49	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.50	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.51	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.52	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.53	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.54	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.55	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.56	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.57	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.58	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.59	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.60	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.61	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.62	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.63	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.64	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.65	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.66	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.67	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.68	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.69	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.70	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.71	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.72	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.73	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.74	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.75	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.76	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.77	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.78	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.79	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.80	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.81	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.82	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.83	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.84	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.85	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.86	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.87	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.88	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.89	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.90	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.91	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.92	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.93	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.94	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.95	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.96	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.97	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.98	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.99	Reserva de Ações em Participações	-	-
1100.100	Reserva de Ações em Participações	-	-

DEBONO PUBLISHING FEDERAL  
 WWW.COM.SGAS DE VALORES WORLD WIDE  
 IN - INFORMATION INVESTIGOS      WWW.COM - LINGUAGE  
 EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIA, FORTYING

DATE RECEIVED

[illegible][illegible]

Sl. No.	Particulars	Amount	Amount	Amount	Amount
1	Balance b/d	10000	10000	10000	10000
2	Transfer from P/B	5000	5000	5000	5000
3	Transfer to P/B	2000	2000	2000	2000
4	Transfer to P/B	1000	1000	1000	1000
5	Transfer to P/B	500	500	500	500
6	Transfer to P/B	200	200	200	200
7	Transfer to P/B	100	100	100	100
8	Transfer to P/B	50	50	50	50
9	Transfer to P/B	20	20	20	20
10	Transfer to P/B	10	10	10	10
11	Transfer to P/B	5	5	5	5
12	Transfer to P/B	2	2	2	2
13	Transfer to P/B	1	1	1	1
14	Transfer to P/B	0.50	0.50	0.50	0.50
15	Transfer to P/B	0.20	0.20	0.20	0.20
16	Transfer to P/B	0.10	0.10	0.10	0.10
17	Transfer to P/B	0.05	0.05	0.05	0.05
18	Transfer to P/B	0.02	0.02	0.02	0.02
19	Transfer to P/B	0.01	0.01	0.01	0.01
20	Transfer to P/B	0.005	0.005	0.005	0.005
21	Transfer to P/B	0.002	0.002	0.002	0.002
22	Transfer to P/B	0.001	0.001	0.001	0.001
23	Transfer to P/B	0.0005	0.0005	0.0005	0.0005
24	Transfer to P/B	0.0002	0.0002	0.0002	0.0002
25	Transfer to P/B	0.0001	0.0001	0.0001	0.0001
26	Transfer to P/B	0.00005	0.00005	0.00005	0.00005
27	Transfer to P/B	0.00002	0.00002	0.00002	0.00002
28	Transfer to P/B	0.00001	0.00001	0.00001	0.00001
29	Transfer to P/B	0.000005	0.000005	0.000005	0.000005
30	Transfer to P/B	0.000002	0.000002	0.000002	0.000002
31	Transfer to P/B	0.000001	0.000001	0.000001	0.000001
32	Transfer to P/B	0.0000005	0.0000005	0.0000005	0.0000005
33	Transfer to P/B	0.0000002	0.0000002	0.0000002	0.0000002
34	Transfer to P/B	0.0000001	0.0000001	0.0000001	0.0000001
35	Transfer to P/B	0.00000005	0.00000005	0.00000005	0.00000005
36	Transfer to P/B	0.00000002	0.00000002	0.00000002	0.00000002
37	Transfer to P/B	0.00000001	0.00000001	0.00000001	0.00000001
38	Transfer to P/B	0.000000005	0.000000005	0.000000005	0.000000005
39	Transfer to P/B	0.000000002	0.000000002	0.000000002	0.000000002
40	Transfer to P/B	0.000000001	0.000000001	0.000000001	0.000000001
41	Transfer to P/B	0.0000000005	0.0000000005	0.0000000005	0.0000000005
42	Transfer to P/B	0.0000000002	0.0000000002	0.0000000002	0.0000000002
43	Transfer to P/B	0.0000000001	0.0000000001	0.0000000001	0.0000000001
44	Transfer to P/B	0.00000000005	0.00000000005	0.00000000005	0.00000000005
45	Transfer to P/B	0.00000000002	0.00000000002	0.00000000002	0.00000000002
46	Transfer to P/B	0.00000000001	0.00000000001	0.00000000001	0.00000000001
47	Transfer to P/B	0.000000000005	0.000000000005	0.000000000005	0.000000000005
48	Transfer to P/B	0.000000000002	0.000000000002	0.000000000002	0.000000000002
49	Transfer to P/B	0.000000000001	0.000000000001	0.000000000001	0.000000000001
50	Transfer to P/B	0.0000000000005	0.0000000000005	0.0000000000005	0.0000000000005
51	Transfer to P/B	0.0000000000002	0.0000000000002	0.0000000000002	0.0000000000002
52	Transfer to P/B	0.0000000000001	0.0000000000001	0.0000000000001	0.0000000000001
53	Transfer to P/B	0.00000000000005	0.00000000000005	0.00000000000005	0.00000000000005
54	Transfer to P/B	0.00000000000002	0.00000000000002	0.00000000000002	0.00000000000002
55	Transfer to P/B	0.00000000000001	0.00000000000001	0.00000000000001	0.000000

**LETT. 2020**

7

FORM 341 (Rev. 1-81)

[illegible]

**CTD - CF4068-Region NO GFS.1.TA.201304.mda**

Sl. No.	Particulars	2019-20	2020-21	2021-22	2022-23	2023-24	2024-25	2025-26	2026-27	2027-28	2028-29	2029-30	2030-31	2031-32	2032-33	2033-34	2034-35	2035-36	2036-37	2037-38	2038-39	2039-40	2040-41	2041-42	2042-43	2043-44	2044-45	2045-46	2046-47	2047-48	2048-49	2049-50	2050-51	2051-52	2052-53	2053-54	2054-55	2055-56	2056-57	2057-58	2058-59	2059-60	2060-61	2061-62	2062-63	2063-64	2064-65	2065-66	2066-67	2067-68	2068-69	2069-70	2070-71	2071-72	2072-73	2073-74	2074-75	2075-76	2076-77	2077-78	2078-79	2079-80	2080-81	2081-82	2082-83	2083-84	2084-85	2085-86	2086-87	2087-88	2088-89	2089-90	2090-91	2091-92	2092-93	2093-94	2094-95	2095-96	2096-97	2097-98	2098-99	2099-00	2100-01	2101-02	2102-03	2103-04	2104-05	2105-06	2106-07	2107-08	2108-09	2109-10	2110-11	2111-12	2112-13	2113-14	2114-15	2115-16	2116-17	2117-18	2118-19	2119-20	2120-21	2121-22	2122-23	2123-24	2124-25	2125-26	2126-27	2127-28	2128-29	2129-30	2130-31	2131-32	2132-33	2133-34	2134-35	2135-36	2136-37	2137-38	2138-39	2139-40	2140-41	2141-42	2142-43	2143-44	2144-45	2145-46	2146-47	2147-48	2148-49	2149-50	2150-51	2151-52	2152-53	2153-54	2154-55	2155-56	2156-57	2157-58	2158-59	2159-60	2160-61	2161-62	2162-63	2163-64	2164-65	2165-66	2166-67	2167-68	2168-69	2169-70	2170-71	2171-72	2172-73	2173-74	2174-75	2175-76	2176-77	2177-78	2178-79	2179-80	2180-81	2181-82	2182-83	2183-84	2184-85	2185-86	2186-87	2187-88	2188-89	2189-90	2190-91	2191-92	2192-93	2193-94	2194-95	2195-96	2196-97	2197-98	2198-99	2199-00	2200-01	2201-02	2202-03	2203-04	2204-05	2205-06	2206-07	2207-08	2208-09	2209-10	2210-11	2211-12	2212-13	2213-14	2214-15	2215-16	2216-17	2217-18	2218-19	2219-20	2220-21	2221-22	2222-23	2223-24	2224-25	2225-26	2226-27	2227-28	2228-29	2229-30	2230-31	2231-32	2232-33	2233-34	2234-35	2235-36	2236-37	2237-38	2238-39	2239-40	2240-41	2241-42	2242-43	2243-44	2244-45	2245-46	2246-47	2247-48	2248-49	2249-50	2250-51	2251-52	2252-53	2253-54	2254-55	2255-56	2256-57	2257-58	2258-59	2259-60	2260-61	2261-62	2262-63	2263-64	2264-65	2265-66	2266-67	2267-68	2268-69	2269-70	2270-71	2271-72	2272-73	2273-74	2274-75	2275-76	2276-77	2277-78	2278-79	2279-80	2280-81	2281-82	2282-83	2283-84	2284-85	2285-86	2286-87	2287-88	2288-89	2289-90	2290-91	2291-92	2292-93	2293-94	2294-95	2295-96	2296-97	2297-98	2298-99	2299-00	2300-01	2301-02	2302-03	2303-04	2304-05	2305-06	2306-07	2307-08	2308-09	2309-10	2310-11	2311-12	2312-13	2313-14	2314-15	2315-16	2316-17	2317-18	2318-19	2319-20	2320-21	2321-22	2322-23	2323-24	2324-25	2325-26	2326-27	2327-28	2328-29	2329-30	2330-31	2331-32	2332-33	2333-34	2334-35	2335-36	2336-37	2337-38	2338-39	2339-40	2340-41	2341-42	2342-43	2343-44	2344-45	2345-46	2346-47	2347-48	2348-49	2349-50	2350-51	2351-52	2352-53	2353-54	2354-55	2355-56	2356-57	2357-58
---------	-------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------

00 - IDENTIFICAÇÃO

01 - CNPJ	00.000.000/0001-90	02 - Nome da Empresa	03 - Razão Social
04 - Nome da Empresa	05 - Endereço	06 - Cidade	07 - Estado
08 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (Renda VII)			
09 - Renda Líquida	10 - Renda Líquida	11 - Renda Líquida	12 - Renda Líquida



INFORMAÇÕES		PERÍODO DE REFERÊNCIA		VALORES EM REAIS		VALORES EM DÓLARES	
CÓDIGO		NOME		VALOR		VALOR	
DUA1 - DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (R\$ MIL)							
1		Atividade Operacional					
2		Atividade de Investimento					
3		Atividade de Financiamento					
4		Atividade de Distribuição					
5		Atividade de Administração					
6		Atividade de Outras					
7		Atividade de Outras					
8		Atividade de Outras					
9		Atividade de Outras					
10		Atividade de Outras					
11		Atividade de Outras					
12		Atividade de Outras					
13		Atividade de Outras					
14		Atividade de Outras					
15		Atividade de Outras					
16		Atividade de Outras					
17		Atividade de Outras					
18		Atividade de Outras					
19		Atividade de Outras					
20		Atividade de Outras					
21		Atividade de Outras					
22		Atividade de Outras					
23		Atividade de Outras					
24		Atividade de Outras					
25		Atividade de Outras					
26		Atividade de Outras					
27		Atividade de Outras					
28		Atividade de Outras					
29		Atividade de Outras					
30		Atividade de Outras					
31		Atividade de Outras					
32		Atividade de Outras					
33		Atividade de Outras					
34		Atividade de Outras					
35		Atividade de Outras					
36		Atividade de Outras					
37		Atividade de Outras					
38		Atividade de Outras					
39		Atividade de Outras					
40		Atividade de Outras					
41		Atividade de Outras					
42		Atividade de Outras					
43		Atividade de Outras					
44		Atividade de Outras					
45		Atividade de Outras					
46		Atividade de Outras					
47		Atividade de Outras					
48		Atividade de Outras					
49		Atividade de Outras					
50		Atividade de Outras					
51		Atividade de Outras					
52		Atividade de Outras					
53		Atividade de Outras					
54		Atividade de Outras					
55		Atividade de Outras					
56		Atividade de Outras					
57		Atividade de Outras					
58		Atividade de Outras					
59		Atividade de Outras					
60		Atividade de Outras					
61		Atividade de Outras					
62		Atividade de Outras					
63		Atividade de Outras					
64		Atividade de Outras					
65		Atividade de Outras					
66		Atividade de Outras					
67		Atividade de Outras					
68		Atividade de Outras					
69		Atividade de Outras					
70		Atividade de Outras					
71		Atividade de Outras					
72		Atividade de Outras					
73		Atividade de Outras					
74		Atividade de Outras					
75		Atividade de Outras					
76		Atividade de Outras					
77		Atividade de Outras					
78		Atividade de Outras					
79		Atividade de Outras					
80		Atividade de Outras					
81		Atividade de Outras					
82		Atividade de Outras					
83		Atividade de Outras					
84		Atividade de Outras					
85		Atividade de Outras					
86		Atividade de Outras					
87		Atividade de Outras					
88		Atividade de Outras					
89		Atividade de Outras					
90		Atividade de Outras					
91		Atividade de Outras					
92		Atividade de Outras					
93		Atividade de Outras					
94		Atividade de Outras					
95		Atividade de Outras					
96		Atividade de Outras					
97		Atividade de Outras					
98		Atividade de Outras					
99		Atividade de Outras					
100		Atividade de Outras					







C0382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL Paulista - SP - Cnpj 03.050.196/0001-88

Qual - Múltipla EXERCÍCIO 2009

## 1.1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista - ou Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a desenvolver empreendimentos que explorem outras formas de energia, de tecnologia e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade possui a concessão por prazo determinado de 30 anos, até 20 de novembro de 2037, visando ao fornecimento de energia elétrica em São Paulo.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios da interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauri e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 3,5 milhões de consumidores (informações não revisadas pelas auditorias independentes).

## 1.2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais (ITRs) da Sociedade foram elaboradas, de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil, sendo atendido de forma íntegra todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, em seguida o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, em conformidade com as normas definidas pela ANEEL, e foi tomada como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e estão consistentes com aquelas adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras (DFs) do último exercício social, e deverão ser analisadas em conjunto.

### 2.1 - Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, e alterou, resogeu e introduziu novos dispositivos a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/66), relacionados a preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2008, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, entre outras providências.

As ITRs de 31 de março de 2009 e as DFs de 31 de dezembro de 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com o CPC 13 - Apresentação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade mudou as informações trimestrais referente ao período de 1.ª de março de 2006, de modo a contemplar as modificações propostas acima.

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido
	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008	31.03.2009
Resultado antes da adoção da Lei nº 11.639/07	56.657	17.563	517.474
Ativos			
Diversos	20.254	114.394	127.152
Provisões para a perda esperada sobre o Valor Justo	19.486	1.104	21.585
Imposto de Renda sobre ajustes de valor	1.251	1.156	1.967
Suprécia	562	17.409	1.867
Resultado após a adoção da Lei nº 11.639/07	88.970	135.633	513.867
Despesa com a divulgação da Lei nº 11.639/07	112	1.181	

### 4.3. LATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Category	Fiscal Year 2019			Fiscal Year 2020		
	Actual	Budget	Variance	Actual	Budget	Variance
Operating Expenses - General Fund	1,234,567	1,200,000	34,567	1,250,000	1,220,000	30,000
Operating Expenses - Capital Projects	500,000	500,000	0	500,000	500,000	0
Operating Expenses - Debt Service	100,000	100,000	0	100,000	100,000	0
Operating Expenses - Other	75,000	75,000	0	75,000	75,000	0
<b>Total Operating Expenses</b>	<b>1,809,567</b>	<b>1,875,000</b>	<b>(65,433)</b>	<b>1,925,000</b>	<b>1,895,000</b>	<b>30,000</b>
Operating Income	1,200,000	1,200,000	0	1,200,000	1,200,000	0
Operating Loss	(609,567)	(675,000)	65,433	(725,000)	(695,000)	30,000
Operating Profit	590,433	525,000	65,433	475,000	505,000	(30,000)

00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

valor - MUITAS EXPLICAÇÕES

**a) Redimensionamento (RTE, Energia Livre e Parcela "A").**

No final de 2007, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2007 e fevereiro de 2008, foi celebrado acordo entre os geradores, distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral de São Paulo. Este acordo instituiu como medida para a reposição das perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico um reajuste tarifário extraordinário de 2,5% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (exceto aquelas consideradas como de "baixa renda"), tarifas de iluminação pública e de 7,5% para todos os demais consumidores.

O referido reajuste foi utilizado para compensação das ativas regulatórias registradas pela Sociedade referentes à Reconposição Tarifária Extraordinária - RTE e Energia Livre pelo prazo de 12 meses. Em função do término do prazo, a Sociedade reconheceu em 31 de dezembro de 2007 perdas de RTE no montante de R\$ 11.5263 e perdas de Energia Livre no montante de R\$ 120.545.

A partir de janeiro de 2008, a Parcela "A" começou a ser compensada mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE, pelo prazo necessário para atingir o montante contabilizado.

**b) Revisão e Reajuste Tarifário**

**b.1) 2º Ciclo da Revisão Tarifária:**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 127, de 07 de abril de 2008, estabeleceu, em caráter provisório, o reajuste das tarifas da Sociedade em um percentual de 12,01%, sendo 10,00% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,00% relativos aos componentes financeiros relativos às tarifas padrão. Em razão disso, a entrada na base tarifária de componentes financeiros que haviam sido autorizados no reajuste anual de 2007, e este mesmo a ser acrescentado aos consumidores tarificados 12,21%.

Adicionalmente, foi estabelecida provisoriamente o fator XE de 0,02% que será aplicado como redutor da Parcela B nas seguintes tarifas subsequentes (a 2008, 2009, 2010 e 2011).

0080-4 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

unidade: MILHÕES DE REAIS

O resumo é formado pela ANEEL e composto pelas seguintes itens:

Receita Verificada	5.175.546
Encargos Salariais	540.872
Custos de Energia Elétrica	2.354.482
Transporte da Energia	378.751
Parcela A	3.314.145
Remuneração Bruta da Capital	351.310
Custos Operacionais	252.111
Emprego da Referência	542.368
Impostos	31.602
Parcela B	1.180.382
Receita Requerida (Parcela A + B)	4.494.527
(-) Outras Receitas	227.276
Receita Requerida Líquida	4.467.251
Componentes Financeiros	3.338
ICMS	103.512
Sobreavaliação	27.524
Subsídio para Renda	30.534
Descontos da TJCD Irregular	60.117
Encargos de Conexão e Fronteira	9.666
Programa Luz para Todos	3.401
Outros componentes	1.064
Reposicionamento Econômico	-10.69%
Componentes Financeiros	0,00%
Reposicionamento Total	10,69%

Ataves da Resolução Homologadora nº 400 de 24 de março de 2009, a ANEEL homologou o resultado definitivo da 7ª revisão tarifária da Sociedade Luz e Energia, com o reposicionamento tarifário de 14,07% e o fator XE de 0,96%.

Devido ao reposicionamento da revisão tarifária da Sociedade, nesse trimestre foi registrado o valor de R\$ 11.575, relacionados as devoluções que serão efetuadas aos consumidores referente a tarifas P&D a empresa da referência.

C0382-4 - COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPEL 23.650.196/0001-88

valor - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

## b.2) Reajuste Tarifário - 2009

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 496, de 07 de abril de 2009, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual em um percentual médio de 21,22%, composta como segue: 13,58% relativo ao reajuste tarifário anual e 7,64% relativo a componentes financeiros externos ao reajuste anual.

O percentual médio de reajuste a ser percebido pelos consumidores ativos é de 21,56%.

Diante a proposta da ANEEL, a composição das seguintes dados:

Receita Verificada	4.640.667
Encargos Selenciais	890.811
Compra de Energia Elétrica	2.761.363
Transporte de Energia	428.092
Parcela A	3.909.326
Parcela B	1.361.616
Receita Requerida (Parcela A + B)	5.270.941
Componentes Financeiros	402.812
CVA	237.828
Sobrecompensação	78.126
Adiantamentos	117.053
Subsídio da Baixa Renda	33.647
Desconto da TUSD e Injeção	6.122
Encargos de Conexão e Fomento	3.632
Reajuste Reajuste Tarifário 2009	111.676
Exposição CCFAR	16.634
Outros componentes	1672
Reajuste Tarifário	13,58%
Componentes Financeiros	7,64%
Reajuste Total	21,22%

Na requisição tarifária de 2009 foi aplicado o fator X de 1,19%.

Os principais itens dos componentes financeiros registrados neste trimestre foram: passivo de CVA de R\$ 24.118 relativo ao reajuste tarifário K (preço de compra regulatório da energia elétrica de sobrecompensação de energia de R\$ 14.293) e outros passivos regulatórios de R\$ 9.122 relativo às camadas a exposição CCFAR, desconto da TUSD e injeção.



00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

#### Qual - Múltipla Função Utiliz

A ANEEL, no processo de revisão tarifária de 2009 revisou a metodologia e os valores de tarifação da Sociedade, levando em consideração as alterações de sazonalização e modulação de energia adquirida. Para manter a coerência das informações, a Sociedade revisou também os procedimentos envolvendo os contratos firmados com a CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL Brasil), procedendo aos ajustes contábeis previstos em lei.

Como resultado, a Sociedade alcançou no ano-base financeiro de 2008 um aumento da Receita - Suprimento de Energia Elétrica e Custos - Custo com Energia Elétrica totalizando R\$ 17.740 e R\$ 88.826, respectivamente.

Para a Resposta Tarifária decorrente em 2008, a ANEEL aplicou a metodologia revisada para a modulação tarifária para os períodos de 2005 e 2006, resultando em um alívio positivo, totalizando R\$ 4.686. Em linha com o procedimento adotado em 2006, tal revisão resultou na análise do contrato de aquisição de energia firmado com a CPFL Brasil, de modo que estes efeitos de compensação não impactaram o resultado da Sociedade neste trimestre.

Adicionalmente, nas respostas foram registradas outras efeitos da Resposta Tarifária 2008, conforme item 3.3.2.

#### 3.5) Subvenção - Risco Regula

A Lei nº 10.436 de 26 de abril de 2002 e a Decreto nº 4.336 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram regras específicas e padrões para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades de baixa renda atendidas por sistema monofásico e com consumo médio nos últimos 12 meses inferior a 100kWh, e as unidades consumidoras com consumo médio nos últimos 12 meses entre R\$ 270 e 770 kWh, desde que atendidas alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados a partir da Revisão Tarifária de 2008, definiu-se que parte desta subclasse seria contabilizada e paga no âmbito da própria concessionária - enquadramento por parte da Portão DNACEI e o restante - enquadramento por parte da Lei nº 10.429 - via recebimento de recursos da UDE. Entretanto, dada a impossibilidade de ressarcimento via recursos da CDF, dada a maior ausência de recursos para tal fim, os valores a receber registrados foram considerados na resposta tarifária anual de 2009, como componente financeiro.

A partir da Resposta Tarifária de 2009, a ANEEL escalonou uma nova sistemática concedendo subsídios tarifários para cobertura integral dos subsídios concedidos aos consumidores. Assim, a diferença entre o subsídio anteriormente realizado e o adicionalmente recebido será apurada mensalmente para fins de inclusão no próximo response tarifário.

#### 3.6) Revisão Tarifária

A diferença entre a revisão tarifária provisória e a definitiva gerou um passivo a ser cobrado do consumidor, que foi atado com o passivo financeiro na resposta tarifária subsequentemente, conforme descrito no item 3.3.1.

00882-4 COMPANHIA PARCELADA DE ELOÇA E LUZ - CPEL 23.050.196/0001-88

valor - MILHÕES DE REAIS

#### 6.7) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente exposição UCBAH, garantias financeiras subsídios a cooperativas e penhoras e outras e garantias de companhias de seguros e avaliação da Rece. Remuneração.

O quadro abaixo demonstra as movimentações dos ativos e passivos regulares ocorridas durante os trimestres finais em 31 de março de 2009

	31/03/2009		31/12/2008		31/09/2008		30/06/2008		31/03/2008		31/12/2007	
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo	1.000		1.000		1.000		1.000		1.000		1.000	
Passivo		1.000		1.000		1.000		1.000		1.000		1.000
Total	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000

#### 14) DISPONIBILIDADES

	31/03/2009	31/12/2008
Saldo Bancário	12.006	28.730
Aplicações Financeiras	102.023	37.551
Total	114.831	66.281

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na medida, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).



00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

valor = 500.000.000,00

#### (5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldo Vencendo	Resolvido		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2009	31/12/2008
<b>Circulante</b>					
<b>Clientes de Consumo</b>					
Industria	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Comércio	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Residência	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Outros	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Clientes de Serviço</b>					
Industria	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Comércio	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Residência	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Outros	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Clientes de Energia</b>					
Industria	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Comércio	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Residência	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Outros	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Total</b>	<b>14.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>
<b>Não Circulante</b>					
Clientes de Serviço	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Clientes de Energia	14.000	1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Total</b>	<b>14.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>	<b>1.000</b>

#### (6) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/03/2009	31/12/2008
<b>Circulante</b>		
Aprovações de Contribuição Social - CSLL	10.000	10.000
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	10.000	10.000
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000	10.000
ICMS a Compensar	10.000	10.000
Programa de Incentivo Social - PIS	10.000	10.000
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.000	10.000
Imposto Nacional de Seguridade Social - INSS	10.000	10.000
Outros	10.000	10.000
<b>Total</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contribuição Social a Compensar - CSLL	10.000	10.000
ICMS a Compensar	10.000	10.000
<b>Total</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>

0382-4 COMPANHIA PARCELADA DE EOGÇA E LUZ - CPED 23.650.196/0001-B8

valor - MILHES DE REAIS

#### (7) PROVISÃO PARA CREDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(27.363)
Provisão da entidade	(12.009)
Reajuste sobre o Receito	5.394
Reajuste sobre a Reserva Patrimonial	4.083
Saldo em 31 de Março de 2009	<u>(29.895)</u>

A Provisão para Creditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado pela Administração da Sociedade como suficiente para fazer frente a eventuais perdas com valores a receber.

#### (8) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Ativo Regulatório Imposto de	72.709	65.204	20.022	34.147
Custos	8.689	675	1.320	1.415
Total	<u>81.398</u>	<u>65.879</u>	<u>21.342</u>	<u>35.562</u>

#### (9) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

##### 9.1 - Composição dos créditos fiscais

	31/03/2009	31/12/2008
<u>Credito de Contribuição Social sobre:</u>		
Benefício Fiscal do Aq. Incorporado	111.112	111.511
Diferenças temporariamente inaplicáveis	28.070	20.402
Subtotal	<u>140.182</u>	<u>141.913</u>
<u>Credito de Imposto de Renda sobre:</u>		
Benefício Fiscal do Aq. Incorporado	200.645	212.478
Diferenças temporariamente inaplicáveis	0.546	0.424
Subtotal	<u>201.191</u>	<u>212.902</u>
<u>Credito de PIS e COFINS sobre:</u>		
Diferenças temporariamente inaplicáveis	2.091	4.515
Total	<u>636.466</u>	<u>647.392</u>
Circulante	78.287	81.080
Não Circulante	<u>457.779</u>	<u>466.312</u>
	<u>636.466</u>	<u>647.392</u>

0080-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

unidade - MILHARES DE REAIS

O benefício fiscal da Ação incorporadora oriundo da incorporação da antiga controladora EOC 4 Participações S.A. (EOC 4) está sendo realizado de forma proporcional à amortização de cujo incorporado que a empresa dispõe de acordo com o lucro líquido projetado da Sociedade durante o prazo remanescente da concessão. No trimestre findo em 31 de março de 2009, a taxa anual de amortização aplicada sobre o lucro é 38%.

As projeções de resultados futuras que orientaram e suportam a amortização dos benefícios fiscais ditados da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelo Conselho Fiscal e são revisadas anualmente. Para o trimestre findo em 31 de março de 2009 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008.

## 9.2 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis:

	2009	31/12/2008	31/12/2007	2009	31/12/2008	31/12/2007
Imposto de Renda sobre Lucros	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Dividendos	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Juros	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Outras Diferenças	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000

## 9.3 - Reconciliação dos montantes da Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008:

	31/03/2009		31/03/2008	
	CSL	IRPJ	CSL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	124.906	124.906	124.906	124.906
Quilte Para Retido e Quilte Geração	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Lucros	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Dividendos	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Juros	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	127.906	127.906	127.906	127.906

## ( 10 ) OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2009		31/03/2008	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
Imposto de Renda sobre Lucros	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Dividendos	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Juros	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital	1.000	1.000	1.000	1.000
Imposto de Renda sobre Outras Diferenças	1.000	1.000	1.000	1.000
Total	5.000	5.000	5.000	5.000

COB20-4 COMPANHIA PARANAENSE DE ENEA E LUZ - CPMO 23.650.196/0001-B8

valor - MILHÕES EM REAIS

#### { 11 ) IMOBILIZADO

	31/03/2008		31/03/2009	
	Característica	Depreciação Acumulada	Valor Liquidado	Valor Liquidado
Imobilizado				
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(1.000.000)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
Imobilizado				
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(1.000.000)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
Imobilizado				
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Imobilizado	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
<b>Total</b>	<b>1.000.000</b>	<b>(1.000.000)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>

A taxa de depreciação média dos ativos é de 3,21 % a.a

#### { 12 ) INTANGÍVEL

O saldo é composto basicamente por softwares de venda de energia e cuja amortização é de 20% ao ano e por direitos de concessão de passagem, cuja amortização é de 10% ao ano e tem sua recuperação analisada de acordo com o CPC 01 Recuperação do Valor Recuperável dos Ativos.

	31/03/2008		31/03/2009	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível	254.791	122.127	132.664	132.664

A amortização do intangível pelo período findo em 31 de março de 2009 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	162.648
Adição	5.664
Amortização	(35.648)
Saldo em 31 de Março de 2009	<u>132.664</u>

49491 - 3411 42 F311 14 3113 42

4.13) ENCARGOS DE DIVIDAS, EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

[illegible]

100

<sup>1</sup> "The 1990s: A Decade of Change," *U.S. Census Bureau*, <http://www.census.gov/hhes/90s.html>.

Conforme registrado nos autos acerca da Sociedade em controvérsia com a CRC, "4 instrumentos financeiros classificados suas dívidas como 00 passivos financeiros não mensurados ao valor justo ou mensurados ao custo e 01 passivos financeiros mensurados ao valor justo com resultado".

00802-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-B8

#### valor - MÚLTIPLOS EXPLICATIVOS

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção oriundas das respectivas dívidas de modo a ocorrer uma informação contábil mais relevante e consistente. Fz2do demonstrações a seguir informações adicionais sobre o valor a justo das respectivas dívidas e a comparação para os respectivos valores justos:

	31/03/2009			
	Valor a custo		Total	Valor justo (contábil)
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Principal		
Moeda estrangeira				
Mensuradas ao valor justo				
Bônus do Brasil	7.071	114.150	121.224	120.542
Reserva ARN AMR0 (Real)	11.520	476.406	487.927	470.314
Total Moeda Estrangeira	18.591	590.556	609.147	590.856

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Sociedade. Os ganhos líquidos na marcação a mercado das rendas líquidas (R\$ 21.283) estão sendo compensados pelos efeitos de R\$ 67.076 obtidos com a marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos contabilizados para proteção da variação cambial e preço, totalizando uma perda líquida por cada de R\$ 5.793.

#### Captação no período

**BNDES - Investimento (FINEM IV)** - A Sociedade obteve a aprovação do financiamento junto ao BNDES em 2003 no montante de R\$ 345.000, que faz parte de um termo de referência FINEM, a ser do todo na expansão e modernização do Sistema Ulaingo. Neste trimestre a Sociedade recebeu o montante de R\$ 34.800 e o saldo remanescente estimado de R\$ 211.181 está disponível para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

#### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm cláusulas, entre outras, que requerem que a Sociedade mantenha determinados níveis financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. A Administração da Sociedade monitora essas condições de forma sistemática e constante de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo adequadamente atendidas.



C0382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

moed - MUIAS EXERCÍCIOS

#### ( 16 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2008/2009		2007/2008	
	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2008	31/03/2007
Imposto sobre o Lucro da Pessoa Jurídica - IRLPJ	154.110	154.000		
Imposto sobre Propriedade Predial - IPTU	1.110	1.110		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - 11% - 12%	1.110	1.240		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.447	1.470		
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - 9%	110		110	147
Taxas	10.151	7.361	117	111
Total	191.518	210.550	1.157	3,358

#### ( 17 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade adota a Fundação CESP mantendo um Plano de Suplementação da Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

Atualmente vigora para os empregados da Sociedade um Plano de Renda e Suplemento Proporcional Se deduz a um Plano de Benefício Misto.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos autos e exames da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas e a ser sendo amortizada mensalmente através de juros de 0% a.a. e correção pelo IGP-DI (IGV). Através do Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento foram alterados para 236 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a taxa base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. Conforme acordado em contrato, a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) realizado de acordo com as regras da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aflição das médias de registros contados adotado pela Sociedade em conformância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R\$ 590.738 (R\$ 702.690 em 31 de dezembro de 2008).

As movimentações ocorridas nos trimestres finais em 31 de março de 2009, no passivo atuário, ou de conforme Deliberação CVM nº 371/00 são as seguintes:

	31/03/2009
Passivo atuário líquido no início do exercício	410.726
Despesas reconhecidas na demonstração do resultado	19
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	176.639
Passivo atuário líquido no final do período	595.066
Outras Contribuições	15.622
Total	408.688
Circulante	31.751
Não Circulante	376.937
	408.688



0080-4 COMPANHIA PARANENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

Qual - Múltipla EXPLORATIVAS

As despesas e receitas detalhadas estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
Custo de energia	361	271
Juros sobre empréstimos e financiamentos	75.754	67.046
Rendimentos e despesas com o plano de saúde	(176.068)	83.889
Subtotal	27	(16.572)
Contribuições separadas das participações	181	181
Total	19	(16.580)

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica "Custo de Operação".

#### (10) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2009	31/12/2008
Reserva Global de Reserva - RGR	1.873	1.873
Taxa de Fiscalização da ANEP	663	663
Conta de Consumo de Combustível - CCC	14.246	26.206
Conta de Despesa com o Fornecedor - CDF	16.777	16.916
Total	23.559	45.658

C0382-4 COMPANHIA SUCULÍFICA DE FÓSCA E LTA - CEP: 33.050-156/0001-BE

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

#### 1.19 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	Year 2004				Year 2005			
	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14	Percentage of children aged 0-14
Immigrants								
Total								
Non-Hispanic								
Hispanic								
Black								
Asian								
Other								
White								
Other								
Total								
Non-Hispanic								
Hispanic								
Black								
Asian								
Other								
White								
Other								

A movimentação das provisões para contingências e dos depósitos, locais e esta demonstrada a 360 e 0

	2017 (RMB)	2016 (RMB)	2015 (RMB)	2014 (RMB)	# of units Manufactured	2013 (RMB)
1. Total revenue	1,000,000	1,000,000	1,000,000	1,000,000		1,000,000
2. Total cost	(400,000)	(400,000)	(400,000)	(400,000)		(400,000)
3. Variable production overheads	(100,000)	(100,000)	(100,000)	(100,000)	10	(100,000)
4. Total	400,000	400,000	400,000	400,000	10	400,000

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade é parte, cuja probabilidade da perda é passível de ser avaliada pelos assessores legais e da Administração da Sociedade. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e das estimativas de tais estimativas apresentamos nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2006.

**Perdas passivas:** A Sociedade é parte em outros processos e causas nas quais a Administração Superada foi sancionada por decisões judiciais. Adicionalmente as chances da Ação são passivas devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estes quesitos não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares semelhantes como prevêem os templates e por este motivo nenhuma previsão sobre os mesmos foi constituída. As reclamações relacionadas a perdas passivas em 31 de março de 2009 estavam assim representadas: o passivo de R\$ 107.401 (R\$ 102.833 em 31 de dezembro de 2008) e o passivo representado basicamente por danos pessoais e mapação lunar de R\$ 9.110 (R\$ 84.151 em 31 de dezembro de 2008) e por locas principalmente referente a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS de R\$ 26.406 (R\$ 15.043 em 31 de dezembro de 2008).

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

A Administração da Faculdade baseou-se no número de vagas oferecidas legais e onde não houve excessos consideráveis significativos e que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços da instituição, resultando em uma média anual de 88,11% de vagas.

[illegible]

A participação dos associados no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2005 a 31 de dezembro de 2006 está assim distribuída:

31/03/2003 - Quantidade de Ações				
Ações em	Destinação	Exercício 2003 (B) = (C)	Total	
CPFL Energia S.A.	26.943.951	40.794.110	32.638.061	100,00
Membros do Conselho de Administração	1	-	1	-
Ações em Tesouro	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>26.943.952</b>	<b>40.794.110</b>	<b>32.638.062</b>	<b>100,00</b>

31/03/2003 - Quantidade de Ações				
Ações em	Destinação	Exercício 2003 (B) = (C)	Total	
CPFL Energia S.A.	12.475.161	22.642.256	35.117.417	100,00
Membros do Conselho de Administração	1	-	1	-
Ações em Tesouro	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12.475.162</b>	<b>22.642.256</b>	<b>35.117.418</b>	<b>100,00</b>

Arcadis ACXOF de 26 de março de 2008 foi aprovada o aumento da Taxa Social da Sociedade no montante de R\$ 36.325 referente a capitalização do benefício fiscal de 8% aprovada em 2005 com emissão de 26.325.804 ações sendo 15.475.700 ações ordinárias e 22.950.104 ações preferenciais.

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

Na AGDE de 28 de março de 2009 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2008 através de: 1) declaração de dividendos no montante de R\$ 550.872, sendo R\$ 284.431 de dividendos intermediários declarados em junho de 2008 e R\$ 266.441 de dividendos complementares; 11) declaração de lucros sobre a Capital Pátrio no montante de R\$ 31.085, sendo R\$ 16.640,10 intermediários declarados em junho de 2008 e R\$ 14.445 de JCP complementares.

Information on the project and the project manager	2016 (USD million)		2017 (USD million)		2018 (USD million)	
	2016	2017	2016	2017	2018	2019
1. Project name						
2. Project manager						
3. Project description						
4. Project objectives						
5. Project results						
6. Project impact						
7. Project budget						
8. Project timeline						
9. Project risks						
10. Project evaluation						
11. Project conclusion						
12. Project annexes						
13. Project references						
14. Project contact information						
15. Project approval						
16. Project signature						
17. Project stamp						
18. Project date						
19. Project location						
20. Project status						
21. Project version						
22. Project history						
23. Project future						
24. Project notes						
25. Project comments						
26. Project suggestions						
27. Project recommendations						
28. Project conclusions						
29. Project annexes						
30. Project references						
31. Project contact information						
32. Project approval						
33. Project signature						
34. Project stamp						
35. Project date						
36. Project location						
37. Project status						
38. Project version						
39. Project history						
40. Project future						
41. Project notes						
42. Project comments						
43. Project suggestions						
44. Project recommendations						
45. Project conclusions						
46. Project annexes						
47. Project references						
48. Project contact information						
49. Project approval						
50. Project signature						
51. Project stamp						
52. Project date						
53. Project location						
54. Project status						
55. Project version						
56. Project history						
57. Project future						
58. Project notes						
59. Project comments						
60. Project suggestions						
61. Project recommendations						
62. Project conclusions						
63. Project annexes						
64. Project references						
65. Project contact information						
66. Project approval						
67. Project signature						
68. Project stamp						
69. Project date						
70. Project location						
71. Project status						
72. Project version						
73. Project history						
74. Project future						
75. Project notes						
76. Project comments						
77. Project suggestions						
78. Project recommendations						
79. Project conclusions						
80. Project annexes						
81. Project references						
82. Project contact information						



C0382-4 COMPANHIA PARAGUAIENSE DE ENERGIA E LUZ - CPED 23.650.196/0001-B8

unid - MILHÕES PARAGUAIENSES

(24) DESPESAS OPERACIONAIS

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
<b><u>Despesas com Vendas</u></b>		
Pessoal	4.610	5.147
Material	101	150
Serviços de Terceiros	3.617	5.026
Provisão para Custos de Inspecção Financeira	5.014	1.744
Depreciação e Amortização	212	223
Taxa de Intermediação	9.572	9.638
Outros	105	115
<b>Total</b>	<b>27.117</b>	<b>20.825</b>
<b><u>Despesas Gerais e Administrativas</u></b>		
Pessoal	12.077	12.086
Material	543	620
Serviços de Terceiros	15.423	15.280
Arrendamento e aluguel	197	202
Depreciação e Amortização	2.462	2.151
Indenização e Resseguro	134	1.114
Legislação, judicial e indenizações	2.264	2.044
Unidades, Contribuições e Subvenções	661	670
Outros	2.953	3.151
<b>Total</b>	<b>39.991</b>	<b>36.581</b>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>		
Taxa de Intermediação	2.481	2.021
Perda (Ganho) por Avaliação e Desativação de Ativo não Circulante	17	1.267
<b>Total</b>	<b>2.498</b>	<b>1.431</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>70.206</b>	<b>58.837</b>

00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-88

valor - MILHÕES EM REAIS

#### { 25 } RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	1º Trimestre 2009	1º Trimestre 2008
<b>Receitas</b>		
Receita de Aplicações Financeiras	3.215	10.600
Aproprações e Multas Moratórias	13.355	14.909
Atualização de Créditos Fiscais		347
Atualização de Depósitos Locais	12.114	10.322
Atualizações Monetárias e Cambiais	2.442	3.046
Remuneração CVA e Força a 100 Anos 01	12.652	6.051
Desajustes na Atualização do Crédito do KMS	884	1.757
Outros	1.888	5.745
<b>Total</b>	<b>47.679</b>	<b>55.635</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de Dividas	(43.125)	(40.750)
Despesas Bancárias	(1.101)	(3.091)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(11.754)	(23.752)
Outros	(3.225)	(1.293)
<b>Total</b>	<b>(59.880)</b>	<b>(68.143)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(12.201)</b>	<b>(12.508)</b>

#### { 26 } INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

##### Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, sendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mantidos ao valor justo contra resultado; (iii) mantidos até o vencimento; (iv) disponíveis para venda;

A classificação é baseada primariamente nas seguintes definições:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. Taxas ativas financeiras são registradas a custo líquido pela menos de custos amortizados.

A Sociedade tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionários e permitidos nas malhas; (ii) dividendos e (iii) outros créditos (item 16).

(ii) Mantidos ao valor justo contra resultado

São os ativos financeiros que seguem: (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) destinados ao valor justo como o objetivo de proporcionar o efeito de reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes ativos

C0382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-88

valor - MUITAS EXPLICAÇÕES

São registrados pelos respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

Os principais ativos financeiros que a Sociedade tem classificados nesta categoria são: (i) disponibilidades e aplicações financeiras (incluindo derivativos

(ii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não vinculados com pagamentos futuros determinados com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Sociedade classificou nesta categoria os créditos a receber, junto a OFSP (nota 16)

(iii) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima e que sejam designados como disponíveis para venda. O agente destas ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Sociedade não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo contra resultado e (ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) dos quais ao valor justo com o objetivo de contrariar os efeitos do reconhecimento da receita e despesa e (iii) se obter informação contábil mais relevante e consistente que (iv) de outros. Estes passivos são registrados aos respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Sociedade classificou nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) empréstimos em moedas estrangeiras (nota 13) e (ii) derivativos.

(ii) Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados segundo essência, sendo o método de custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 15); (ii) empréstimos e financiamentos (nota 13); (iii) encargos de dívidas (nota 13); (iv) encargos de depósitos (nota 14); (v) debêntures (nota 14) e (vi) outras contas a pagar (nota 20).



C0382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

Qual - MUITO EXPLICATIVAS

#### Considerações sobre Riscos:

Os negócios da Sociedade compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como atividade essencial de serviço público, as atividades essenciais da Sociedade são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco da mercado que afetam os negócios são como segue:

**Risco da Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Sociedade vir a sofrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentando as despesas de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa a exposição de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap e que permitem a Sociedade transferir os riscos originados da operação para a flutuação da variação do CDI. Adicionalmente a Sociedade está exposta em suas atividades operacionais a variação cambial na compra de energia elétrica da rede. O mecanismo de compensação - CVA, protege as empresas de eventuais perdas.

**Risco da Taxa de Juros:** Essa leva a aumento da possibilidade da Sociedade vir a sofrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e depósitos. Para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade tem como contrapartida ativos regulatórios ajustados pela variação da taxa SELIC. Adicionalmente a Sociedade tem a possibilidade de aumentar a participação de empréstimos ajustados à variação da TJLP, índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro.

**Risco de Crédito:** O risco surge da possibilidade da Sociedade vir a sofrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores facturados a seus clientes. Este risco é mitigado pela Sociedade como tendo em vista a política de cobrança da cobrança de clientes e da política de cobrança e de controle de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à Disponibilidade de Energia:** A energia gerada pela Sociedade principalmente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva aliado a um crescimento da demanda acima do planejado, pode resultar na redução da volume de água das reservações das usinas comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na geração de energia ou redução de receitas com redução de um novo programa de gerenciamento, como ocorreu em 2007.

**Risco da Aceleração da Dívida:** A Sociedade possui contratos de empréstimos, financiamentos e depósitos, com cláusulas restritivas, podendo normalmente aplicar-se a esses tipos de operação, relacionados ao atendimento de índices econômico financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são cumpridas adequadamente e não afetam a capacidade de condução do curso normal das operações.

#### Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando garantir segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e riscos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e tomar medidas em relação às práticas no mercado.

Exatidão para gerenciamento dos riscos. Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração a Sociedade utiliza-se do sistema de controle (MIS), sendo correções de segurança.

00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-B8

#### VALOR DE MERCADO DE TÍTULOS

A VAR - Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Simulações dos Instrumentos, a avaliar os riscos aos quais a Sociedade está exposta historicamente, os instrumentos financeiros contabilizados pela Sociedade suportada por estas ferramentas, com o consequente resultado adequado para mitigação dos riscos. Ressalte-se que a Sociedade tem a prática de contratação de instrumentos derivativos sempre com as devidas aprovações de órgãos, somente quando há uma exposição a eles. A administração considera como zero A Sociedade não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, em função da controladora CPFL Energia estar sujeita aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a Sociedade possui políticas internas de controles que permitem um ambiente seguro de controle para a minimização da exposição dos riscos.

#### Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado de instrumentos financeiros é realizada através de modelo de precificação aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, relacionadas a valor presente, por taxas obtidas através da curva de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da EM&F, Bloomberg e Andima.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pela taxa de desconto interna à data de vencimento do título, obtido da taxa de juros de mercado em vigor.

Para operações associadas ao setor elétrico, sem uma no mercado e sem dados, qualquer principalmente relacionadas com o programa emergencial de racionamento de energia e sob os aspectos regulatórios e créditos a receber da FENEP, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, fato que, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deverão ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra risco, a Sociedade possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os valores de mercado de tais instrumentos financeiros obtidos através da metodologia descrita acima, são como segue:

	31/03/2009		31/12/2008	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Emprestimos e financiamentos - long. PT	669.490	575.097	1.405.379	1.479.550
Devedores financeiros - PJ	321.671	376.763	1.551.066	1.574.570
Total	1.431.525	1.433.883	2.956.445	3.054.120

#### Instrumentos Derivativos

Conforme contemplado na estratégia, a Sociedade possui, por política, utilizar derivativos, com o propósito de proteção (hedge) dos riscos de variação cambial, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade possui hedge cambial, em volume compatível com a exposição cambial, quando há risco e pressão significativos a variação cambial.

00382-4 COMPANHIA PARAGUAIENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-88

#### swaps - MUDANÇAS EXERCÍTIAS

Os instrumentos de proteção contratados pela Sociedade são swaps de moeda sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de chamada de margem, apostas, câmbio ou, apertar períodos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados da Sociedade possui prazos periodicamente

alinhados com as respectivas dívidas protegidas, o de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do cancelamento de receitas e despesas. As respectivas dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo. Apesar a Sociedade não aplicar a capitalização de hedge, a hedge permanece para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2009, a Sociedade detinha operações de swap

	31/03/2009	31/03/2008
Derivativos	127.875	127.875
Dívidas	21.263	21.263
Líquido	106.612	106.612

Apesar das perdas líquidas apontadas na marcação a mercado dos instrumentos de valores demonstrados acima, tais efeitos foram minimizados pela opção exercida pela Sociedade por também marcar a mercado as dívidas que possuem instrumentos de hedge alinhados. Demonstramos a seguir os efeitos da marcação a mercado das dívidas compensando as perdas apontadas somente para os respectivos derivativos alinhados.

Derivativos	Dívidas	Líquido
127.875	21.263	106.612

Referente período somente aos resultados de derivativos gerados a marcação a mercado.

A Sociedade tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, não se trataram de derivativos de proteção, as perdas e ganhos, no momento, impacta de variação cambial incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. No 1.º trimestre de 2009 e 2008, as movimentações derivadas geraram os seguintes impactos no resultado:

Risco protegido / operação	Ganho / perda	31/03/2009	31/03/2008
		Ganho / perda	Ganho / perda
Variação cambial	Despesa financeira / operação de swap	117.196	1.107
Despesa financeira / operação de swap	Despesa financeira / operação de swap	30.752	112.226
		147.948	113.333

00882-4 COMPANHIA PARANENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-88

## Outros dados EXPLORATIVOS

### Outras exposições cambiais

A Sociedade possui um envolvimento total em moeda estrangeira de R\$ 665,784. Para se proteger da exposição cambial, contratou instrumentos derivativos de proteção diretamente atrelados ao endividamento no montante de R\$ 590.929. Para minimizar a exposição cambial, a Sociedade contratou ainda um instrumento derivativo não vinculado no montante de R\$ 27.621, além de possuir ativos financeiros em dólares (presta a receita da CFSP e limão, vinculada à empresas ME - nota 10) em montante suficiente para evitar um eventual impacto cambial.

### Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 476/06, a Sociedade realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, estão expostos nas camadas representadas por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

### Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial existente em 31 de março de 2008 fosse mantida, a simulação das flutuações consolidadas por tipo de instrumento financeiro para três cenários possíveis seriam:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Moeda	Exposição nominal em R\$	Exposição em R\$ (taxa 25/02/07)	Exposição em R\$ (taxa 25/02/07)
Ativos em moeda estrangeira	665.784	USD	4.121.4	4.121.4	4.121.4
Ativos em moeda estrangeira	665.784	USD	4.121.4	4.121.4	4.121.4
Ativos em moeda estrangeira	665.784	USD	4.121.4	4.121.4	4.121.4
	<b>665.784</b>		<b>4.121.4</b>	<b>4.121.4</b>	<b>4.121.4</b>
Ativos em moeda estrangeira	665.784	USD	4.121.4	4.121.4	4.121.4
Ativos em moeda estrangeira	665.784	USD	4.121.4	4.121.4	4.121.4
	<b>665.784</b>		<b>4.121.4</b>	<b>4.121.4</b>	<b>4.121.4</b>

Fonte: Departamento de Contabilidade e Finanças, 31 de março de 2008.

**C0382-4 - COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88**

valor = **MILLAS EXPLORATION**

#### Variação das taxas de juros

Supondo, por que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2008 seja mantido, o que que os respectivos indexadores anuais sejam para esta data base permaneçam estáveis (ICD = 11,10% a.a., IGP-M = 6,07% a.a., IULP = 6,25% a.a.), os efeitos que serão registrados nas demonstrações financeiras para o próximo 12 meses para uma despesa financeira líquida de R\$ 165.711. Essa mesma exposição nos índices de acordo com os três cenários delimitados, o valor da despesa financeira líquida será impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Índice	Sensitividade	Cenário de taxa de referência	Exposição líquida em 30/09/09
ICD - 11,10% a.a.	10.177	ICD - 11,10%	1,1%	11,10%	10.177
IGP-M - 6,07% a.a.	10.172	IGP-M - 6,07%	0,6%	6,07%	10.172
IULP - 6,25% a.a.	10.170	IULP - 6,25%	0,6%	6,25%	10.170
	(10.174.000)		(10.174)	(6,07%)	(10.174%)
IGP-M - 6,07% a.a.	10.172	IGP-M - 6,07%	0,6%	6,07%	10.172
IULP - 6,25% a.a.	10.170	IULP - 6,25%	0,6%	6,25%	10.170
<b>Impacto líquido</b>	<b>(1.014.260)</b>		<b>(10.164)</b>	<b>(6,07%)</b>	<b>(10.164%)</b>

CPFL Energia S.A. e suas subsidiárias não possuem exposição a instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis, portanto, não há impacto líquido para o próximo 12 meses.

#### ( 27 ) EVENTOS SUBSEQUENTES

Com a obtenção da obter recursos para adequar a perfil econômico-financeiro da Sociedade recompondo seu fundo de caixa para obter liquidez suficiente para suportar seus investimentos, o Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de abril de 2008, aprovou a 1ª emissão de Notas Promissoras (G1) com data de maturação próxima. A obrigação em valores chegou em 28 de abril de 2008 e as Notas tem as seguintes características e condições:

- Valor total da emissão será de R\$ 175.000 em série única;
- Serão emitidas 175 Notas Promissoras pelo valor nominal unitário de R\$ 1.000;
- Terão como garantia o aval da UPL - Energia;
- Terão prazo de vencimento de 360 dias corridos a contar da data de sua emissão;
- Terão juros a uma rentabilidade equivalente a variação acumulada de 110% do ITCMD over extra ganho.

00802-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-B8

0301 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

### Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário do desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações (R\$ Mil)	1º Trimestre		
	2009	2008	Variação
RECEITA BRUTA	1.574.916	1.796.985	-12,31%
Fornecimento de Energia Elétrica	1.440.750	1.568.346	-13,10%
Suprimento de Energia Térmica	13.642	17.349	-21,32%
Outras Receitas Operacionais	11.524	11.290	2,07%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(353.600)	(329.041)	7,46%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.021.016	1.167.914	-12,51%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	(717.286)	(738.974)	2,93%
Energia Elétrica Consumida para a Receita	(622.040)	(570.125)	9,10%
Desperdício Técnico Serviço Transmissão e Distribuição	(95.246)	(68.850)	38,63%
CUSTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	(188.623)	(141.040)	33,73%
Desvalor	(62.104)	(56.941)	9,08%
Emissão de Provisões Provisas	(13)	10.520	-100,11%
Material	(5.414)	(7.334)	25,64%
Serviços de Terceiros	(18.243)	(16.268)	12,13%
Despesas com Administração	(35.664)	(41.143)	13,14%
Outros	(23.373)	(17.122)	36,50%
RESULTADO DO SERVIÇO	197.107	268.892	-26,69%
RESULTADO FINANCEIRO	(7.201)	(10.508)	31,47%
Receita	47.679	59.325	-19,29%
Despesa	(54.880)	(69.833)	-21,56%
Despesa com a Banca	(1.201)	(10.508)	88,47%
RESULTADO OPERACIONAL	129.906	256.384	-49,33%
LOGRO ANTES DOS IMPOSTOS	129.906	256.384	-49,33%
Contribuição Social	(12.044)	(10.574)	13,48%
Imposto de Renda	(32.505)	(14.177)	56,03%
LOGRO LÍQUIDO DO PERÍODO	85.279	168.633	-49,43%
EBITDA	173.680	231.805	-25,11%

### Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R\$ 1.574.916, sendo 12,31% (R\$ 221.117), menor que a receita bruta no mesmo período do exercício anterior.

C0382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-B8

#### 03.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

1. Redução de 14,61% (R\$ 248.489), no fornecimento faturado devido aos efeitos da redução na força de -17,21% aplicada a partir de abril de 2008, compensados pelo aumento de 2,05% no volume de energia faturado;
2. Aumento de R\$ 75.112 no fornecimento não faturado;

##### • Quantidade de Energia Vendida

A quantidade de energia faturada para consumidores finais no período foi 2,8% maior quando comparada com o trimestre do ano anterior.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 8,9% e 6,0% respectivamente, basicamente em função das temperaturas mais elevadas registradas no período, o aumento do volume de vendas no comércio varejista e pela migração de clientes da rede para a residencial ao longo de 2008. A classe industrial apresentou redução de 5,6% impactada pelos efeitos da crise internacional.

O crescimento do consumo na área de concessão, ou seja, considerando também a energia transportada aos clientes, foi de 11,1%.

#### Dedução da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R\$ 550.900 apresentando um acréscimo de 12% (R\$ 74.141) em relação ao mesmo trimestre de 2008. Esta redução deve-se essencialmente à variação da Receita Fixa.

#### Gusto do Serviço de Energia Elétrica

No trimestre o Custo com a Energia Elétrica foi de R\$ 717.288 apresentando uma redução de 5,5% (R\$ 41.786) em relação ao trimestre do período anterior.

Apesar dos efeitos da redução de preços das geradoras e do aumento de 4,3% na quantidade de energia comprada, o custo com energia elétrica teve os impactos dos ajustes negativos de sobrecontratação de energia (R\$ 14.203), e da CVA (R\$ 24.118) no requisito laranja de 2009 (pela 3ª 2ª). Adicionalmente, no 1º trimestre de 2008, foi registrada um aumento de valor de R\$ 65.626 referente à sobrecontratação (pela 3ª e 4ª).

#### Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 189.922 no 1º trimestre de 2009, apresentando um aumento de 18,1% (R\$ 28.575) quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Os principais efeitos nesse grupo devem-se principalmente a:

##### • Despesa operacionals gerenciais

São reconhecidas as os custos com prestação de serviços de advocacia privada, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 130.053 neste trimestre, com aumento de 22,1% (R\$ 26.204) em relação ao mesmo período de 2008. Esta variação deve-se principalmente às seguintes razões:

00382-4 COMPANHIA PARANENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

#### COM - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- i) Aumento em Juros de R\$ 6,5 (R\$ 5,10) motivado principalmente pela revisão no trimestre de 2008 da Provisão de Créditos de Liquidação Cuidosa (R\$ 4,531).
- ii) Aumento nos custos com Pessoal de \$ 6% (R\$ 5,462) motivado principalmente pelo acréscimo salarial referente ao Acordo Coletivo de 2009 e aumento no quadro de colaboradores.
- iii) Reversão da receita de Entidade de Previdência Privada do trimestre de 2008 no valor de R\$ 10.500 para uma despesa neste trimestre de 2009 no valor de R\$ 13, reflexo do rendimento normal esperado sobre os ativos do plano, conforme estimada pelo Laudo Atuarial.

#### - Depreciações e Amortizações

Neste trimestre o montante da Depreciação e Amortização foi de R\$ 30.504, apresentando um crescimento de 14,2% (R\$ 4.620) em comparação com o trimestre do período anterior. Devido principalmente à amortização das Obrigações Especiais relacionadas à participação do consumidor na constituição de bens da concessão via. Este procedimento ocorreu ao lado da não aplicação do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária da Sociedade em 2008, a ANEEL decidiu não conceder na tarifa o custo de depreciação relativa à perda dos bens constituídos com essa amortização.

#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro, que neste trimestre apresentou uma despesa menor de R\$ 2.207 (21,6%) em relação ao mesmo trimestre do período anterior.

- a) Redução da receita financeira em R\$ 7.958, principalmente em rendas de aplicação financeira devido à queda das ações e debêntures.
- b) Redução da despesa financeira de R\$ 11.230, principalmente em atualização monetária cambial referente aos ganhos com as negociações dos instrumentos financeiros e derivativos ao valor de mercado (R\$ 6.169) e com a variação negativa do GP-M no período.

#### Lucro Líquido e EBITDA

Com base nos dados expostos acima, o Lucro líquido apurado neste trimestre foi de R\$ 95.275, totalizando uma redução de 43,4%, em relação ao lucro verificado no mesmo período de 2008.

O EBITDA apurado antes da despesa financeira, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e entidade de previdência para o 1º trimestre de 2009 foi de R\$ 172.890, sendo 49,4% inferior ao EBITDA apurado para o mesmo período de 2008 (Informações não revisadas pelos Auditores Independentes).









00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

2009 - OUTRAS INFORMAÇÕES (DE ACORDO COM A ENTENDIDA RELATANTES)

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM  
 31 DE MARÇO DE 2009 E DE 2008**  
 (Em milhares de Reais)

	31/03/2009	31/03/2008
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>1.823.218</b>	<b>1.850.158</b>
1.1 - Receitas de Exploração de Energia e Serviços	1.572.416	1.546.899
1.2 - Receitas Financeiras e Contribuições de Terceiros	24.379	52.847
1.3 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.015	17.412
<b>2 - INJÚRIOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(904.116)</b>	<b>(911.113)</b>
2.1 - Custo com a Integridade da	1.192.694	938.129
2.2 - Material	125.241	36.542
2.3 - Serviços e Tributos	155.159	21.690
2.4 - Outros	121.769	107.539
2.5 - Custo do Seguro-Frustação de Lucro	16.153	17.993
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>719.102</b>	<b>939.045</b>
<b>4 - DEDUÇÕES</b>	<b>(40.027)</b>	<b>(44.531)</b>
4.1 - Depreciação e Amortização	142.677	14.513
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO (3-4)</b>	<b>679.075</b>	<b>894.514</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>47.679</b>	<b>58.815</b>
6.1 - Receitas Financeiras	47.679	58.815
<b>7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>726.754</b>	<b>953.329</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
8.1 - Provisão de Impostos	46.789	41.101
8.1.1 - Retenção de Imposto	43.317	38.697
8.1.2 - Benefícios	12.974	17.979
8.1.3 - Outros	2.498	2.325
8.2 - Provisão de Impostos e Contribuições	547.171	246.370
8.2.1 - Federal	363.374	148.667
8.2.2 - Estadual	181.217	128.547
8.2.3 - Municipal	2.580	2.156
8.3 - Retenção de Impostos de Lucros	54.617	56.061
8.3.1 - Lucro	54.617	56.061
8.3.2 - Outros	377	239
8.4 - Retenção de Impostos de Capitalização	85.271	158.537
8.4.2 - Lucro - Provisão - Outros	85.271	158.537
	<b>726.754</b>	<b>953.329</b>



C0362-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPLE 33.050.196/0001-86

## 11.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECÍFICA - SEM RESSALVA

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Aos Acionistas e Administradores da  
Companhia Paulista de Força e Luz  
Campinas - SP

Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - IT, da Companhia Paulista de Força e Luz - Companhia, referentes ao trimestre finalizado em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, a relação de desempenho e as notas explicativas elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração.

1. Nessa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRA/ICG, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu principalmente em investigação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos procedimentos adotados na elaboração das informações trimestrais, a fim de revisar as informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
2. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais relatadas no primeiro parágrafo, para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
3. Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as informações contábeis referentes ao trimestre finalizado em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de consolidação, foram ajustadas e estão sendo representadas como previsto na NPM 12 - Práticas Contábeis Mudanças nas Estruturas Contábeis e Correção de Erros, emitida pela Demonstração das Oportunidades e Aplicações de Recursos que foi substituída conforme a Lei 11.638/07 pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Campinas, 30 de Abril de 2009

CPMG Auditores Independentes  
CRC 2890/44280-0

Jair Brás da Cunha Fogaça  
CPF nº 15.717.569/0-0

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	COMPANHIA PARCELARIA DE CRÉDITO S.A. - CREDICORP	23-050-106-0007-25
---------	--	--------------------

ÍNDICE

NUMERO	SUBITEM	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	Identificação	
01	02	Endereço	1
01	03	Atividade principal exercida e demais atividades exercidas	1
01	04	Atividade econômica	1
01	05	Emprego efetivo em 31/03/2013	2
01	06	Capital social autorizado	2
01	07	Capital social subscrito e integralizado	2
01	08	Reserva estatutária	2
01	09	Ativos não classificados em ativos de liquidez imediata e em ativos de liquidez intermediária	2
01	10	Ativos de liquidez imediata e intermediária	3
02	01	Ativos de liquidez intermediária	3
02	02	Ativos de liquidez imediata	3
03	01	Ativos de liquidez intermediária	3
04	01	Ativos de liquidez intermediária	10
05	01	Ativos de liquidez intermediária	10
06	01	Ativos de liquidez intermediária	10
07	01	Ativos de liquidez intermediária	10
08	01	Ativos de liquidez intermediária	10
09	01	Ativos de liquidez intermediária	10
10	01	Ativos de liquidez intermediária	10
11	01	Ativos de liquidez intermediária	10
12	01	Ativos de liquidez intermediária	10
13	01	Ativos de liquidez intermediária	10
14	01	Ativos de liquidez intermediária	10
15	01	Ativos de liquidez intermediária	10
16	01	Ativos de liquidez intermediária	10
17	01	Ativos de liquidez intermediária	10
18	01	Ativos de liquidez intermediária	10
19	01	Ativos de liquidez intermediária	10
20	01	Ativos de liquidez intermediária	10
21	01	Ativos de liquidez intermediária	10

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- Informações Financeiras da Companhia Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER AVALIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

01.21 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	0030824	Nome da Companhia	COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL	CNPJ	03.052.196/0001-08
Nome					
CEP	13176				

01.22 - SEDE

Endereço - Rua				Endereço - Complemento	
Endereço - Número				Endereço - Bairro	
Endereço - Cidade				Endereço - Estado	
CEP				CEP	
Telefone	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone
016	0759-8076	0759-8077	0759-8078	0759-8079	0759-8080
017	0759-8074	0759-8075	0759-8076	0759-8077	0759-8078
018	0759-8079	0759-8080	0759-8081	0759-8082	0759-8083
Fax					
Fax					

01.23 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

Nome					
José Antonio de Almeida Filho					
Endereço - Rua				Endereço - Complemento	
Endereço - Número				Endereço - Bairro	
Endereço - Cidade				Endereço - Estado	
CEP				CEP	
Telefone	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone	Telefone
016	0759-8076	0759-8077	0759-8078	0759-8079	0759-8080
017	0759-8074	0759-8075	0759-8076	0759-8077	0759-8078
018	0759-8079	0759-8080	0759-8081	0759-8082	0759-8083
Fax					
Fax					

01.24 - REFERÊNCIA AUDITOR

Nome	CV	Nome	CV	Nome	CV	Nome	CV
01.01.2008	07.12.2007	01.02.2008	07.12.2007	01.03.2008	07.12.2007	01.04.2008	07.12.2007
Nome do Auditor Independente						CV do Auditor Independente	
José Roberto de Almeida Filho						07.12.2007	
Nome do Auditor Externo Regular						CV do Auditor Externo Regular	
						07.12.2007	

## 01 31 - 0F4T F676 60

00380-4	COMPANHIA PALESTINISTA DE COMERCIO E INDUSTRIA	33-060-106-000-00
---------	--	-------------------

## 01.15. SUBMITTED BY CAPITAL SURVEIL

Item	2016/2015	2016/2015	2016/2015
<b>Os Capita Integrado</b>			
1 - Contratos	291	291	291
2 - Provisões	609	609	609
3 - Total	899	1.000	1.000
<b>Em Transição</b>			
4 - Contratos	0	0	0
5 - Provisões	0	0	0
6 - Total	0	0	0

0116. 220407EHSI 055 10 EMI'HE3A

**■ ■ ■ ■ ■**

Empirical Comparison of the C-Test

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

04-150-21

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthaler and Sponholz (1980).

1144: 1144: 1144:

100

• 120. Frege's Philosophy

1. The first part of the document is a title page. It contains the title "THE HISTORY OF THE UNITED STATES OF AMERICA" and the author's name "BY JAMES MADISON".

2014 年 12 月 31 日 星期三

**Table 1**

49: ÷ 44601016

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1033-1036.

5.0  $\bar{P}$ -35.121

## 01.17 - SOCIEDADES HAO INCLUIDAS NAS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

• **How to find the value of  $\lambda$  for a given  $\mu$**

## 01.01 - PRODUZINDO EM DINHEIRO ELO DE SACOS EMU SACOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

Order Number	Order Date	Order Description	Order Amount	Order Status	Order Type
01	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017
02	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017
03	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017
04	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017
05	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017
06	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017
07	10/10/2017	Order Status: Capital Expense	10/10/2017	OK	10/10/2017

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	Razão Social				CNPJ
0038204	COMPANHIA PARCELARIA DE CAPITAL E LOGÍSTICA				23.050.106/0001-26
02 - CATEG	04/04/2008	0 - Continua	00/04/2008	0000	000000000000000000



---

INITIAL ATTEMPT: 3000000

[illegible]

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	Nome da Empresa	Setor
0038204	COMPANHIA PARCELARIA DE CREDITO E COMERCIO	25 - Setor Bancário

02.31 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (R\$ mil)

Ativo	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante
Ativo Total	Ativo Total	Ativo Total



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	0038204	EMPRESA REGISTRADA
Nome da Empresa	COMPANHIA PARCELARIA DE CRÉDITO S.A.	03-050-106-0001-25

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ Mil.)

Conta	Descrição	31/03/2015	31/03/2014
2000	Capital Social	24.000.000	24.000.000
2001	Reserva Legal	1.750.000	1.750.000
2002	Reserva de Retenções	2.000.000	2.000.000
2003	Reserva de Lucros	1.000.000	1.000.000
2004	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2005	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2006	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2007	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2008	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2009	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2010	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2011	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2012	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2013	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2014	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2015	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2016	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2017	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2018	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2019	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2020	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2021	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2022	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2023	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2024	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2025	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2026	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2027	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2028	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2029	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2030	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2031	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2032	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2033	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2034	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2035	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2036	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2037	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2038	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2039	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2040	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2041	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2042	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2043	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2044	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2045	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2046	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2047	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2048	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2049	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2050	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2051	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2052	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2053	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2054	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2055	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2056	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2057	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2058	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2059	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2060	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2061	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2062	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2063	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2064	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2065	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2066	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2067	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2068	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2069	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2070	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2071	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2072	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2073	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2074	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2075	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2076	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2077	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2078	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2079	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2080	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2081	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2082	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2083	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2084	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2085	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2086	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2087	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2088	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2089	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2090	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2091	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2092	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2093	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2094	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2095	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2096	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2097	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2098	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000
2099	Reserva de Ações Ordinárias	1.000.000	1.000.000
2100	Reserva de Ações Preferenciais	1.000.000	1.000.000

01.11 - IDENTIFICAÇÃO

CNPJ	Nome da Empresa	Endereço
0038204	COMPANHIA PARCELADA DE CAPITAL E LOGÍSTICA	25-050-106-0007-25

01.12 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ mil M)

Conta	Descrição	31/03/2015	31/03/2014
1.1.1.1	Capital Social	-	-
1.1.1.2	Reserva de Capital	-	-
1.1.1.3	Reserva de Lucros	-	-
1.1.1.4	Reserva de Retenções	-	-
1.1.1.5	Reserva de Avaliação	-	-
1.1.1.6	Reserva de Contingências	-	-
1.1.1.7	Reserva de Provisões	-	-
1.1.1.8	Reserva de Impostos	-	-
1.1.1.9	Reserva de Depreciação	-	-
1.1.1.10	Reserva de Amortização	-	-
1.1.1.11	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.12	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.13	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.14	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.15	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.16	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.17	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.18	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.19	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.20	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.21	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.22	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.23	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.24	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.25	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.26	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.27	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.28	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.29	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.30	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.31	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.32	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.33	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.34	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.35	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.36	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.37	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.38	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.39	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.40	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.41	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.42	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.43	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.44	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.45	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.46	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.47	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.48	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.49	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.50	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.51	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.52	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.53	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.54	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.55	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.56	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.57	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.58	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.59	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.60	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.61	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.62	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.63	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.64	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.65	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.66	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.67	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.68	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.69	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.70	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.71	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.72	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.73	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.74	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.75	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.76	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.77	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.78	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.79	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.80	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.81	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.82	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.83	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.84	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.85	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.86	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.87	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.88	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.89	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.90	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.91	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.92	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.93	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.94	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.95	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.96	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.97	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.98	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.99	Reserva de Provisões para Contingências	-	-
1.1.1.100	Reserva de Provisões para Contingências	-	-

01.3 - IDENTIFICAÇÃO

Item	Descrição	Valor	Unidade
1.1	Identificação da Empresa	1.1.1	Unidade

02.3 - INFORMAÇÕES GERAIS (OBRIGATORIO) (Preencher)

Item	Descrição	Valor	Unidade	Valor	Unidade
2.1	Nome da Empresa	1.1.1	Unidade	1.1.2	Unidade
2.2	Endereço da Empresa	1.1.3	Unidade	1.1.4	Unidade
2.3	CNPJ	1.1.5	Unidade	1.1.6	Unidade
2.4	Capital Social	1.1.7	Unidade	1.1.8	Unidade
2.5	Capital de Trabalho	1.1.9	Unidade	1.1.10	Unidade
2.6	Capital de Risco	1.1.11	Unidade	1.1.12	Unidade
2.7	Capital de Risco	1.1.13	Unidade	1.1.14	Unidade
2.8	Capital de Risco	1.1.15	Unidade	1.1.16	Unidade
2.9	Capital de Risco	1.1.17	Unidade	1.1.18	Unidade
2.10	Capital de Risco	1.1.19	Unidade	1.1.20	Unidade
2.11	Capital de Risco	1.1.21	Unidade	1.1.22	Unidade
2.12	Capital de Risco	1.1.23	Unidade	1.1.24	Unidade
2.13	Capital de Risco	1.1.25	Unidade	1.1.26	Unidade
2.14	Capital de Risco	1.1.27	Unidade	1.1.28	Unidade
2.15	Capital de Risco	1.1.29	Unidade	1.1.30	Unidade
2.16	Capital de Risco	1.1.31	Unidade	1.1.32	Unidade
2.17	Capital de Risco	1.1.33	Unidade	1.1.34	Unidade
2.18	Capital de Risco	1.1.35	Unidade	1.1.36	Unidade
2.19	Capital de Risco	1.1.37	Unidade	1.1.38	Unidade
2.20	Capital de Risco	1.1.39	Unidade	1.1.40	Unidade
2.21	Capital de Risco	1.1.41	Unidade	1.1.42	Unidade
2.22	Capital de Risco	1.1.43	Unidade	1.1.44	Unidade
2.23	Capital de Risco	1.1.45	Unidade	1.1.46	Unidade
2.24	Capital de Risco	1.1.47	Unidade	1.1.48	Unidade
2.25	Capital de Risco	1.1.49	Unidade	1.1.50	Unidade
2.26	Capital de Risco	1.1.51	Unidade	1.1.52	Unidade
2.27	Capital de Risco	1.1.53	Unidade	1.1.54	Unidade
2.28	Capital de Risco	1.1.55	Unidade	1.1.56	Unidade
2.29	Capital de Risco	1.1.57	Unidade	1.1.58	Unidade
2.30	Capital de Risco	1.1.59	Unidade	1.1.60	Unidade
2.31	Capital de Risco	1.1.61	Unidade	1.1.62	Unidade
2.32	Capital de Risco	1.1.63	Unidade	1.1.64	Unidade
2.33	Capital de Risco	1.1.65	Unidade	1.1.66	Unidade
2.34	Capital de Risco	1.1.67	Unidade	1.1.68	Unidade
2.35	Capital de Risco	1.1.69	Unidade	1.1.70	Unidade
2.36	Capital de Risco	1.1.71	Unidade	1.1.72	Unidade
2.37	Capital de Risco	1.1.73	Unidade	1.1.74	Unidade
2.38	Capital de Risco	1.1.75	Unidade	1.1.76	Unidade
2.39	Capital de Risco	1.1.77	Unidade	1.1.78	Unidade
2.40	Capital de Risco	1.1.79	Unidade	1.1.80	Unidade
2.41	Capital de Risco	1.1.81	Unidade	1.1.82	Unidade
2.42	Capital de Risco	1.1.83	Unidade	1.1.84	Unidade
2.43	Capital de Risco	1.1.85	Unidade	1.1.86	Unidade
2.44	Capital de Risco	1.1.87	Unidade	1.1.88	Unidade
2.45	Capital de Risco	1.1.89	Unidade	1.1.90	Unidade
2.46	Capital de Risco	1.1.91	Unidade	1.1.92	Unidade
2.47	Capital de Risco	1.1.93	Unidade	1.1.94	Unidade
2.48	Capital de Risco	1.1.95	Unidade	1.1.96	Unidade
2.49	Capital de Risco	1.1.97	Unidade	1.1.98	Unidade
2.50	Capital de Risco	1.1.99	Unidade	1.1.100	Unidade



01.3 - IDENTIFICAÇÃO

1.1 - 01	01.3.1 - Identificação	1.1 - 01	01.3.2 - Identificação
1.1.1 - 01	01.3.1.1 - Identificação	1.1.1 - 01	01.3.1.2 - Identificação

02.3 - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (Página 1)

1	02.3.1 - Identificação	02.3.2 - Identificação	02.3.3 - Identificação	02.3.4 - Identificação	02.3.5 - Identificação	02.3.6 - Identificação
02.3.1.1 - Identificação	02.3.1.2 - Identificação	02.3.1.3 - Identificação	02.3.1.4 - Identificação	02.3.1.5 - Identificação	02.3.1.6 - Identificação	02.3.1.7 - Identificação
02.3.2.1 - Identificação	02.3.2.2 - Identificação	02.3.2.3 - Identificação	02.3.2.4 - Identificação	02.3.2.5 - Identificação	02.3.2.6 - Identificação	02.3.2.7 - Identificação

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPEL 23.050.196/0001-88

valor - MILHÕES EM REAIS

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**  
**EM 31 DE MARÇO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007**

[Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) (a Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, cujo fim por objeto social é prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Sociedade está autorizada a participar do comércio interno que visam outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de abundantes demandas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A Sociedade detém a concessão por prazo determinado de 20 anos, até 10 de novembro de 2027, podendo ser prorrogada por no máximo igual tempo.

A área de concessão da Sociedade contempla 234 municípios da interior do Estado de São Paulo. Entre as principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauri, e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 3,4 milhões de consumidores. Informações não reunidas pelos usuários independentes.

**(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

As informações trimestrais (ITR) foram elaboradas segundo princípios, práticas e normas consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras do último exercício social e devem ser analisadas em conjunto. Essas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas definidas pela ANEEL, e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Tamém objetivo de aprofundar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado para os trimestres findos em 31 de março de 2008 e de 2007 (anexos I e II, respectivamente).

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os princípios estabelecidos pela FAS 95 – Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão com as empresas holding do Grupo CPFL Energia, no contexto de registro das suas demonstrações financeiras na Securities and Exchange Commission (SEC).

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

[illegible]

Na final de 2001, em decorrência da Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os geradores e os distribuidores de energia elétrica e o Governo Federal, denominada Acordo Geral do Setor Elétrico, que institui como mecanismo de regulação de preços a incidência pelas empresas do setor elétrico, em resposta ao preço estratégico de 2,9% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais (excluído aqueles considerados como de "baixa renda"); tarifas – iluminação pública a de 7,5% para todos os demais consumidores.

A partir de janeiro de 2008 a Renda A começou a ser compensada mediante a alíquota de 250% sobre a alíquota de 31% pela parte necessária para alinhar o montante corrigido.

00802-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

valor - MÚLTIPLO DE VALORES

A movimentação dos saldos relacionados à Energia Livre e Parcela "A" para o trimestre final em 31 de março de 2008 é como segue:

	Energia Livre	Parcela "A"
	Passivo	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2007	[25.105]	455.359
Remuneração		11.190
Amortização	3.754	(72.489)
Saldos em 31 de março de 2008	<u>[19.352]</u>	<u>394.060</u>

A amortização da Parcela "A" neste trimestre está detalhada abaixo:

	31/03/2008
Energia Contratada	52.101
Encargos de Uso do Sistema	5.235
Conta de Consumo de Combustível - CCC	15.351
RGR	1.712
Taxa de Fiscalização	561
Total	<u>74.989</u>

#### b) Revisão e Reajuste Tarifário:

##### b.1) 1º Ciclo de Revisão Tarifária

Em abril de 2007, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 443, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária per capita da Sociedade, homologada em abril de 2005, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da revisão de alguns dos percentuais máximos de depreciação, elevando a Revisão Tarifária de 2005 da Sociedade. A diferença de receita entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,66%, e o componente X do Fator X, de 1,1357% para 1,7533%, corresponde a um ajuste financeiro no valor de R\$ 44.858, que está sendo compensado financeiramente no Reajuste Tarifário da Sociedade de 2007. Esse ajuste regulatório está registrado na conta Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Revisão Tarifária - Depreciação, já considerando os efeitos de PIS e COFINS e a partir do reposicionamento passou a ser aumentada.

##### b.2) Reajuste Tarifário de 2007

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 446, de 02 de abril de 2007, estabeleceu o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRTA) da Sociedade em um percentual médio de 7,00%, sendo 2,60% relativo ao reajuste tarifário anual estabelecido a 4,45%, e 4,40% relativos aos encargos financeiros adicionais. Entre as componentes financeiras adicionais destacam-se a Conta de Compensação de Valores de Usos da Parcela "A" (CVA), ajustes financeiros relativos aos IRTs de 2004 e 2006, sobrecontrole da margem de PIS e COFINS, descontos e provisões para criação de reserva de fundo de uso do Sistema de Distribuição (FUSD) e os efeitos do reajuste tarifário anteriormente mencionado.



00882-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-88

unidade - MILHÕES DE REAIS

A ANEEL, com o objetivo de rever os valores de PIS e COFINS dos Geradores, realizou o cálculo da custo da energia elétrica da Companhia em 2005. Como o custo de energia elétrica impacta no preço da tarifa a consumidores e no cálculo de CVA, o reajuste que produz a uma redução no preço médio de energia, gerou um passivo a ser elevado aos consumidores e um ativo adicional de CVA. Adequadamente, os valores homologados pela ANEEL no RFI de 2007 referente a CVA exauriram as sobras dos contratos de energia elétrica do Grupo em 2007. A Nota Técnica nº 0620/ANEEL, de 27 de março de 2007, desta forma, assessoria tecnicamente, explicam os ajustes efetuados em 2007 de R\$ 28.535 registrados em Outras Contas a Pagar e de R\$ 177.713 creditado em Diferimento de Custos Tarifários, ambos gerados inicialmente em Custo com Energia Elétrica (nota 22).

Além da relação aos eventos relacionados acima, a Sociedade registrou em 2007 um estorno no ativo regulatório de PIS e COFINS de Geradores no montante de R\$ 10.910 e um estorno de R\$ 15.924 no ativo de sobrecontratação, valores estimados com base na metodologia proposta na Nota Técnica da ANEEL nº 15/2006.

Foram ainda no ano de 2007 ativos de R\$ 14.854 referentes a outros componentes (despesas constantes do RFI de 2007, tecnicamente relacionados a P & D sobre componentes financeiros de 1-1 de 2004 a 2005 - Programa Luz para Todos e outros).

### 1.3) 2º Ciclo de Renova Tarifária

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 627, de 27 de abril de 2008, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas da Sociedade foram reajustadas em um percentual de +13,61%, sendo +13,61% relativas ao reequilíbrio tarifário e 0,00% relativas aos componentes financeiros. Além da renovação tarifária período 2008-2010, a Agência reguladora da base tarifária de componentes financeiros que haviam sido adicionadas no reajuste anual de 2007, o efetivo médio a ser percebido pelos consumidores será de +17,21%.

O reajuste autorizado pela ANEEL é composto de os seguintes itens:

00382-4 - COMPANHIA PARAGUAIENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

**valor - MÚLTIPLO EXERCÍCIO**

Recolla Verificada	5.175.546
Parcela A	3.314.145
Remuneração Bruta do Capta	351.310
Quota Descontação	252.111
Empreza da Referência	542.358
Indempência	34.503
Parcela B	1.182.352
Recolla Reducente (Parcela A + B)	4.496.527
+ Outras Recollas	+27.275
Recolla Requerida Líquida	4.467.261
Componentes Financeiros	3.336
Recolha Remuneração Escondida	-13,60%
Componentes Financeiros	0,00%
Reposicionamento Total	-13,61%

**Apreço da Parcela A é composto por:**

- Encargos Gerais no montante de R\$ 340.872 (das quais CGL e CUL representam cerca de 75%);
- Compra de Energia Elétrica no montante de R\$ 2.394.492;
- Transporte de Energia no montante de R\$ 278.791;

**Os componentes financeiros exigidos a revisão tarifária são compostos por:**

- Conta de Compensação de Valores da conta da Parcela A - CVA no montante de R\$ 74.512;
- Sub-contratação no montante de R\$ 27.534;
- Subsídio Baixa Renda no montante de R\$ 33.534;
- Retorno das economias aplicadas na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e de subsídios para indústrias no montante de R\$ 60.717;
- Encargos de Conexão à Fronteira no montante de R\$ 5.666;
- Déficit relativo ao Programa Luz para Todos no montante de R\$ 3.431;
- Outras componentes no total de R\$ 1.354;

Adicionalmente, foi estabelecido provisoriamente o Fator X de 0,93%, que será aplicado como percentual da Parcela B nas revisões tarifárias subsequentes de 2009, 2010, 2011 e 2012.

No processo de revisão tarifária da Sociedade, a ANEEL procedeu em caráter provisório à recálculo da repasse tarifário e acordou à sobre-contratação efetuada para a data base de 31 de dezembro de 2007. O órgão regulador incluiu na revisão tarifária evolução de consumo de R\$ 27.534, enquanto que a tarifa registrada é de R\$ 75.733 na base da data.

A administração da Sociedade, em análise de processo, teve seus procedimentos e solicitação de regularização junto à CCEE de parte das licenças envolvendo o custo de

#### COBES-4 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 33.650.196/0001-B8

##### Qual - Múltipla Explicativa

Aplicamento de energia entre a Sociedade e a CPFL Comercialização Brasil S.A. - CPFL Brasil

Nesse contexto e de forma conservadora, enquanto não se finaliza o processo definitivo da revisão tarifária, a Sociedade reconheceu em março de 2008 a provisão de contas a receber referente à etapa reconstrução da COEE no montante de R\$ 39.853 para a período de março de 2008 a fevereiro de 2009, em contrapartida reconheceu contabilizando aumento de receita e redução de custo COFF de R\$ 17.740 e R\$ 27.104, respectivamente. Como consequência da reconstrução foi efetuada também uma provisão para refinação do ativo de saneamento de R\$ 25.769 e provisão de um passivo de R\$ 14.664 a devolver aos consumidores no próximo período tarifário, tendo como contrapartida custo para energia elétrica. Estes registros não produziram nenhum efeito no resultado da Sociedade.

De forma conservadora e visando aderência para aos valores homologados pela Agência Reguladora, a Sociedade efetuou na primeira metade de 2008 provisão para realização de ativo e provisão de passivo no montante de R\$ 51.029 e R\$ 27.534, respectivamente, em contrapartida ao custo com energia elétrica - saneamento - referente a sazonalização e alancas de pe-das, conforme definido provisoriamente pela ANFF.

A provisão por conta de sazonalização por outro lado gerou um crédito de CVA no montante de R\$ 5.487. Essas provisões serão mantidas até que a ANFF finalize suas análises e homologue o resultado final desta revisão.

A Sociedade reconheceu inicialmente tanto as diferenças e glaciamentos a curto prazo nos primeiros da Segunda Revisão Tarifária constituindo complementar de passivos regulatórios, queira no montante de R\$ 4.708, cujas efeitos foram registrados nas páginas seguintes.

- **Custos com Regulação Tarifária e Descontos** – refere-se ao ativo de alguns dos Descontos na USU e na ligação de R\$ 11.003 e na reposição de custos incorridos com o Programa Luz para Todos no valor de R\$ 3.743. Ambos reconhecidos em contrapartida à Receita Operacional.
- **Despesas Pagas Antecipadamente** – (i) reembolso de custos com custos de avaliação incorridos no processo de Revisão Tarifária no valor de R\$ 1.062 em contrapartida (Despesa Operacional) e (ii) atualização do ativo de PIS e COFINS de geradores no montante de R\$ 33 em contrapartida à Receita Financeira.
- **Utiização de Custos e Ganhos Tarifários** – complemento de CVA referente a aplicação de energia no montante de R\$ 4.534.
- **Outras Contas a Pagar** – (i) constituição de um passivo regulatório de devolução ao consumidor – diferenças no montante de R\$ 2.670 e (ii) estorno de passivo regulatório das diferenças de Preços entre Subscritores – UCEAH no montante de R\$ 268 em contrapartida à Receita Operacional.

##### b.4) Majoração de PIS e COFINS

Referência à diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS, ambas as taxas são aplicadas da legislação atual e aquelas incorporadas a tarifa até abril de 2007.

00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

#### VALORES EXERCÍCIO 2008

Conforme Resolução Homologação nº 445 de 03 de jun de 2007, a ANEEL homologou em caráter definitivo e repasse a tarifa no montante nominal de R\$ 57,30, a título de reposição tarifária com os efeitos da PIS e COFINS. Excluiu-se os valores já considerados no reajuste tarifário de 2005, sendo efetuado em março de 2007 o registro complementar do valor remanescente atualizado de R\$ 72,063 no boletim Despesas Pagas Antecipadamente.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, a Sociedade conservadamente optou por caratê-lo como passivo no mesmo montante registrado na conta "Outras Contas a Pagar" que está sendo atualizado com base na variação do IGP-M.

#### b.5) Sobrecontrole

As concessionárias de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% ao seu mercado de energia a potência por hora e por mês aprovadas, registradas e homologadas pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse as tarifas dos custos ou receitas decorrentes da sobrecontrole de energia elétrica, limitadas em 32% ao aumento da carga. O detalhamento das movimentações ocorridas no período estão apresentadas no item b.3.

As restrições e recuperações da sobrecontroleção vem sendo realizadas em Despesas Pagas Antecipadamente, tendo sido contabilizada a Custo com Energia Elétrica (conta 22).

#### b.6) Descontos na TUSD e na Irrigação

A Sociedade vem reconhecendo ativos regulatórios referente aos descontos especiais aplicados sob a TUSD relacionado as fornecimento de energia elétrica de fontes abençoadas e sobre abastecimento de irrigação e extração.

As constituições e recuperações dos descontos na TUSD e irrigação vem sendo registradas em Consumidores, Concessionárias e Permissões (conta 3) em contrapartida a conta de Receita da Fornecimento de Energia Elétrica (conta 24).

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente, relacionados a Receita e Receita Tarifária ocorrida durante o período findo em 31 de março de 2008.

	Receita Elétrica 2007	Receita Elétrica 2008	Receita Elétrica 2009	Receita Elétrica 2010	Receita Elétrica 2011	Receita Elétrica 2012	Receita Elétrica 2013	Receita Elétrica 2014	Receita Elétrica 2015
Receita Elétrica	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita Tarifária	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Irrigação	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Extração	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Abastecimento	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Fornecimento	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Distribuição	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Transmissão	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Geração	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Comercialização	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Receita de Outros	100	100	100	100	100	100	100	100	100

#### c) Deflatores da Contas e Ganhos Tarifários ("CVA")

Relativo ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis e à tarifa de energia elétrica, a ANEEL aprovou as seguintes variações de ajuste:

**COSECO-4 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E LUZ - CPEL 23.650.196/0001-88**

**VALOR - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS**

através da diferença entre os gastos efetivamente suportados e os gastos estimados no momento da constituição da conta nos reajustes tarifários anuais.

Adicionalmente, os principais gastos considerados como custos não gerenciáveis são:

- Energia Comprada (tarifa de energia elétrica comprada e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas da Energia Elétrica - PROINFA);
- Energia de Uso do Sistema de Transmissão (tarifa de transmissão da energia elétrica proveniente de longo alcance); Encargos de Serviço do Sistema - CSS e tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Quota de recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Ativo	31/12/2007	Atualização			31/03/2008
		Diferecimento	Amortização	Atualização	
Energia Comprada	103.512	24.810	15.044	2.751	125.036
Energia de Uso do Sistema	507		161	8	641
CCC	4.565	1.061	425	176	5.844
<b>Total</b>	<b>108.584</b>	<b>26.871</b>	<b>(14.629)</b>	<b>2.935</b>	<b>123.661</b>
Passivo					
Energia Comprada	137.404	47.262	4.860	16.072	150.907
Energia de Uso do Sistema	112.145	810	11.874	1.080	114.910
CCC	114.575	4.525	167	127	115.825
<b>Total</b>	<b>364.124</b>	<b>(52.282)</b>	<b>(17.975)</b>	<b>(16.020)</b>	<b>327.847</b>

**d) Subvenção - Renda Fixa**

A Lei nº 10.408 de 06 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.556 de 15 de agosto de 2003 estabeleceram novas condições e critérios para a enquadramento de unidades consumidoras na sub-classe residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se nesta nova categoria as unidades consumidoras atendidas por rede de distribuição e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 30kWh, e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 30 e 220kWh desde que atendidas alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deviam ser compensados no âmbito da própria concessionária através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, e que a implantação deste novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além do princípio de igualdade tarifária ao restante do mercado, a AELSA determinou uma nova

**COBES-4 COMPANHIA COOPERATIVA DE ENERGIA E LUZ - COTA 23.650.196/0001-B8**

**Qual - Múltipla EXPLICAÇÃO**

metodologia de apuração para o período superior que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2002.

Os valores apurados através desta nova metodologia após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios para a liquidação:

- Para os meses em que foi ampliado para a concessionária os valores devido aos ressarcidos através de concessão de subsídio econômica pela Distribuidora com recursos provenientes da CDE;
- Para os meses em que foram obtidos ganhos para a concessionária, os valores deverão ser resgatados em sua integralidade através da redução das despesas de férias.

A movimentação dos saldos ao longo do trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2007	20.937	(7.037)
Contribuição (Despesa) de Férias	-	(736)
Amortização Frequente Tarifária	-	(32)
Ajuste de Mercados	-	(64)
Saldo em 31 de março de 2008	<u>20.937</u>	<u>(7.537)</u>

**(4) DISPONIBILIDADES**

	31/03/2008	31/03/2007
Saldo Bancários	26.274	219.731
Aplicações Financeiras	358.644	121.555
Total	<u>424.918</u>	<u>341.286</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, em operações em sua maioria conforme variação do CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade.

**(5) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS**

09/10 - Will go back to LA next day

	2020 Actuals	2019 Actuals	2018 Actuals	2018/2019 %	2019/2020 %
<b>Operating</b>					
General and Corporate Costs					
Depreciation	1,000	900	1,000	100.0	100.0
Rent	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Travel	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Food	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Utilities	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Insurance	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Professional Fees	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Other	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
<b>Operating</b>	<b>6,000</b>	<b>6,000</b>	<b>6,000</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
Non-Operating					
Interest Income	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Interest Expense	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Dividend Income	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Capital Gains	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
Other	1,000	1,000	1,000	100.0	100.0
<b>Non-Operating</b>	<b>5,000</b>	<b>5,000</b>	<b>5,000</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
<b>Total</b>	<b>11,000</b>	<b>11,000</b>	<b>11,000</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
<b>Key Ratios</b>					
Operating Margin	60.0%	60.0%	60.0%	100.0%	100.0%
Net Income	6,000	6,000	6,000	100.0%	100.0%
EPS	6.00	6.00	6.00	100.0%	100.0%
<b>Total</b>	<b>11,000</b>	<b>11,000</b>	<b>11,000</b>	<b>100.0%</b>	<b>100.0%</b>

**Operações Realizadas na CCEE** - No mês de 10, registrada produção de R\$ 17.743, atendida a regulamentação emitida pelo CCEE, conforme apresentado na nota 3.6.3.

40) TRIBUTOS A COMPLETAR

**0080-4 COMPANHIA PARAGUAIENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88**

**util - MUITAS EXPENSA**

	31/03/2008	31/12/2007
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda a Contribuição Social a Compensar	7.164	4.068
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	0,48	0,889
CMV a Compensar	22.904	22.421
Programa de Integração Social - PIS	832	780
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.627	1.499
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	401	170
Outros	309	297
<b>Total</b>	<b>39.901</b>	<b>40.386</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contribuição Social a Compensar - C.S.L.	29.246	24.902
CMV a Compensar	27.376	27.966
<b>Total</b>	<b>52.421</b>	<b>52.868</b>

**{ 7 } PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

Saldo em 31 de dezembro de 2007	(41.106)
Provisão constituída	10.970
Recuperação de Receita	4.232
Cancelamento de Contas a Receber Provisionadas	7.916
Saldo em 31 de março de 2008	<b>(34.934)</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado pela Administração da Sociedade como suficiente para fazer frente a eventuais perdas com créditos a receber.

**{ 8 } DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Ant. Seguridade Social	24.777	19.219		0,00
Outros	5.041	8.255	1.488	1.562
<b>Total</b>	<b>29.818</b>	<b>27.474</b>	<b>1.488</b>	<b>1.562</b>

**{ 9 } CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**



00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPEL 23.050.196/0001-88

valor - MILHÕES EXATOS MILHÕES

#### 9.1 - Composição dos créditos fiscais

	31/03/2008	31/12/2007
<b>Crédito de Contribuição Social sobre:</b>		
Benefício Fiscal do Agio Incorporado	129.799	129.197
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	24.949	25.193
<b>Subtotal</b>	<b>154.748</b>	<b>154.390</b>
<b>Crédito de Imposto de Renda sobre:</b>		
Benefício Fiscal do Agio Incorporado	335.508	342.186
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	94.730	67.342
<b>Subtotal</b>	<b>430.238</b>	<b>409.528</b>
<b>Crédito do PIS e COFINS sobre:</b>		
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	8.685	-
<b>Subtotal</b>	<b>8.685</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>594.715</b>	<b>563.918</b>
<b>Circulante</b>	<b>100.000</b>	<b>62.000</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>494.715</b>	<b>495.918</b>
	<b>594.715</b>	<b>563.918</b>

O benefício fiscal do agio incorporado é oriundo da incorporação da antiga controladora DCO 4 Participações S.A. (DCC 4), e está sendo realizado de forma proporcional à amortização do agio incorporado e, a princípio, de acordo com o prazo de prazo previsto na Sociedade. Durante o prazo remanescente da concessão, no trimestre findo em 31 de março de 2008 a taxa anual de amortização aplicada foi de 6,73%.

As projeções de resultados futuros que orientaram a estruturação dos créditos foram defendidas da Sociedade foram aprovadas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelo Conselho Fiscal e são revisadas anualmente. Para o trimestre findo em 31 de março de 2008 a Administração não observou variações significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

#### 9.2 - Saldos acumulados de diferenças temporariamente indedutíveis:

	2008	2007	2006	2005	2004
Benefício Fiscal do Agio Incorporado	129.799	129.197	129.197	129.197	129.197
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	24.949	25.193	25.193	25.193	25.193
Benefício Fiscal do Agio Incorporado	335.508	342.186	342.186	342.186	342.186
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	94.730	67.342	67.342	67.342	67.342
Benefício Fiscal do Agio Incorporado	129.799	129.197	129.197	129.197	129.197
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	24.949	25.193	25.193	25.193	25.193
<b>Total</b>	<b>594.715</b>	<b>563.918</b>	<b>563.918</b>	<b>563.918</b>	<b>563.918</b>

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

	2009-2010		2010-2011	
	USDL (per \$10)	IMU (per \$10)	USDL (per \$10)	IMU (per \$10)
Estimated 2009 USDL (60%)				
Adjusted Base Rate (including Electric Industry, Year 12)	1,271		1,245	
Electric Industry (including Electric Industry, Year 12)	1,261	171	1,244	164
Estimated 2010 USDL	1,261.125	1,261.125	1,244.125	1,244.125
Electric Industry (Year 12)	0	0	0	0
2010 USDL (including Electric Industry, Year 12)	1,261.125	1,261.125	1,244.125	1,244.125

	In thousands		In thousands	
	2016/2015	2015/2014	2016/2015	2015/2014
Financial services revenue	10,567	10,507	10,567	10,507
Acquisition fees - Technology and IT	4,875	4,752		
Copyrights, trademarks & services/fees/licenses	1,000	92	557	557,661
Interest income	184	62		
Nonrecurring benefits	1,074	97		
Other income	1,618	1,664		
Goodwill impairment charge	(1,106)	(1,117)		Goodwill
Other	14,714	14,282	14,714	14,282
Total	33,838	33,333	364,939	364,939

[illegible]

2016-01-19 15:13



591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

Outros contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições resritivas e exigências, cláusulas, entre outras, que requerem que a Sociedade mantenha determinados índices financeiros com base de parâmetros pre estabelecidos. Os detalhes das referidas condições resritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. A Administração da Sociedade monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Sociedade tais condições resritivas e exigências são sendo adequadamente atendidas.

	1999-2000	2000-2001	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2005-2006	2006-2007	2007-2008	2008-2009	2009-2010	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024	2024-2025	2025-2026	2026-2027	2027-2028	2028-2029	2029-2030	2030-2031	2031-2032	2032-2033	2033-2034	2034-2035	2035-2036	2036-2037	2037-2038	2038-2039	2039-2040	2040-2041	2041-2042	2042-2043	2043-2044	2044-2045	2045-2046	2046-2047	2047-2048	2048-2049	2049-2050	2050-2051	2051-2052	2052-2053	2053-2054	2054-2055	2055-2056	2056-2057	2057-2058	2058-2059	2059-2060	2060-2061	2061-2062	2062-2063	2063-2064	2064-2065	2065-2066	2066-2067	2067-2068	2068-2069	2069-2070	2070-2071	2071-2072	2072-2073	2073-2074	2074-2075	2075-2076	2076-2077	2077-2078	2078-2079	2079-2080	2080-2081	2081-2082	2082-2083	2083-2084	2084-2085	2085-2086	2086-2087	2087-2088	2088-2089	2089-2090	2090-2091	2091-2092	2092-2093	2093-2094	2094-2095	2095-2096	2096-2097	2097-2098	2098-2099	2099-2100	2100-2101	2101-2102	2102-2103	2103-2104	2104-2105	2105-2106	2106-2107	2107-2108	2108-2109	2109-2110	2110-2111	2111-2112	2112-2113	2113-2114	2114-2115	2115-2116	2116-2117	2117-2118	2118-2119	2119-2120	2120-2121	2121-2122	2122-2123	2123-2124	2124-2125	2125-2126	2126-2127	2127-2128	2128-2129	2129-2130	2130-2131	2131-2132	2132-2133	2133-2134	2134-2135	2135-2136	2136-2137	2137-2138	2138-2139	2139-2140	2140-2141	2141-2142	2142-2143	2143-2144	2144-2145	2145-2146	2146-2147	2147-2148	2148-2149	2149-2150	2150-2151	2151-2152	2152-2153	2153-2154	2154-2155	2155-2156	2156-2157	2157-2158	2158-2159	2159-2160	2160-2161	2161-2162	2162-2163	2163-2164	2164-2165	2165-2166	2166-2167	2167-2168	2168-2169	2169-2170	2170-2171	2171-2172	2172-2173	2173-2174	2174-2175	2175-2176	2176-2177	2177-2178	2178-2179	2179-2180	2180-2181	2181-2182	2182-2183	2183-2184	2184-2185	2185-2186	2186-2187	2187-2188	2188-2189	2189-2190	2190-2191	2191-2192	2192-2193	2193-2194	2194-2195	2195-2196	2196-2197	2197-2198	2198-2199	2199-2200	2200-2201	2201-2202	2202-2203	2203-2204	2204-2205	2205-2206	2206-2207	2207-2208	2208-2209	2209-2210	2210-2211	2211-2212	2212-2213	2213-2214	2214-2215	2215-2216	2216-2217	2217-2218	2218-2219	2219-2220	2220-2221	2221-2222	2222-2223	2223-2224	2224-2225	2225-2226	2226-2227	2227-2228	2228-2229	2229-2230	2230-2231	2231-2232	2232-2233	2233-2234	2234-2235	2235-2236	2236-2237	2237-2238	2238-2239	2239-2240	2240-2241	2241-2242	2242-2243	2243-2244	2244-2245	2245-2246	2246-2247	2247-2248	2248-2249	2249-2250	2250-2251	2251-2252	2252-2253	2253-2254	2254-2255	2255-2256	2256-2257	2257-2258	2258-2259	2259-2260	2260-2261	2261-2262	2262-2263	2263-2264	2264-2265	2265-2266	2266-2267	2267-2268	2268-2269	2269-2270	2270-2271	2271-2272	2272-2273	2273-2274	2274-2275	2275-2276	2276-2277	2277-2278	2278-2279	2279-2280	2280-2281	2281-2282	2282-2283	2283-2284	2284-2285	2285-2286	2286-2287	2287-2288	2288-2289	2289-2290	2290
--	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	------

As demonstrações estão sujeitas a certas conclusões restritivas, que tendem a não assegurar que os resultados da Sociedade e manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pre-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017. No entendimento da Administração da Sociedade, tais condições restritivas a conclusões vêm sendo adequadamente atendidas.

	31/12/2008	31/12/2007
<b>Circulante</b>		
Financiada pelo Sistema	266	1.275
Superávit do Exercício Financeiro	290.310	275.989
Financiada pelo Uso da Caixa Financeira	43.284	32.939
Matutação de Serviços	25.510	32.429
Passiva Regulatória - taxa 2	19.352	25.106
Outros	962	969
<b>Total</b>	<b>366.673</b>	<b>382.354</b>

00802-4 COMPANHIA PARCELADA DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-B8

valor - MILHARES DE REAIS

#### ( 15 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	CREDITOR		DÉBITO	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Imposto de Renda sobre Lucros e Juros	1.000	1.000		
Imposto de Renda sobre Dividendos	1.000	1.000		
Imposto de Renda sobre Lucros e Juros	1.000	1.000		
Imposto de Renda sobre Dividendos	1.000	1.000		
Imposto de Renda sobre Lucros e Juros	1.000	1.000		
Imposto de Renda sobre Dividendos	1.000	1.000		
Total	5.000	5.000		
Total	5.000	5.000		

#### ( 16 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade adota a Fundação CFSP (anexo ao Plano de Suplementação da Aposentadoria e Pensões para seus empregados)

Atualmente adota para os empregados da Sociedade um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Seccao e um Plano de Benefícios Misto

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela Sociedade referente ao déficit do plano apurado na época pelos estudos externos da Fundação CFSP, a ser liquidada em 240 parcelas (trezentas e quarenta) mensais, mais juros de 6% a.a. e correção pelo IGP DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CFSP em 17 de janeiro de 2008, as parcelas de pagamento sofreram alteração para 108 parcelas mensais e 12 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2021. O saldo da obrigação em 31 de março de 2008 é de R\$ 568.143 (R\$ 550.180 em 31 de março de 2007).

As movimentações ocorridas neste trimestre no passivo atuaria líquido conforme Determinação CMH nº 371/2008 são as seguintes:

	31/03/2008
Reserva Ativa e Passiva de Benefícios	550.180
Reservas reconhecidas na demonstração de resultados	10.000
Cont. Inicial da parcela 0400 a ser paga no 2º semestre	10.000
Projeção atuária líquida no final do período	560.180
Outras Contribuições	12.000
Total	572.180
Exigível	40.000
Não Circulante	532.180
Total	572.180

0080-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

Qual - Múltiplos EXPLORATIVAS

As receitas reconhecidas são como seguem:

	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
Receita de serviço	571	572
Receita sobre encargos provisionais	67.016	61.676
Receita sobre estelionato dos ativos do grupo	23.959	174.177
Subtotal	91.546	136.825
Despesas sobre estelionato dos participantes	0	0
Total	91.546	136.825

Na demonstração do resultado as receitas foram registradas na rubrica "Custo de Operação"

#### ( 17 ) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2008	31/12/2007
Reserva Global de Recuperação - RGR	1.740	1.735
Taxa de Fiscalização da ANEEL	208	625
Conta de Consumo de Combustível - CCC	15.489	14.150
Conta de Desembolso Energético - CDE	18.219	16.466
Total	35.656	32.976

#### ( 18 ) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

	2008				2007			
	Provisão para Contingência Total	Provisão para Contingência - Litigiosos	Provisão para Contingência - Outros	Provisão para Contingência - Litigiosos	Provisão para Contingência Total	Provisão para Contingência - Litigiosos	Provisão para Contingência - Outros	Provisão para Contingência - Litigiosos
Ativo								
Passivo								
Ativo								
Passivo								
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

00802-4 COMPANHIA SUCULISTA DE FORÇA E LUZ - CPEL 03.050.196/0001-B8

Qual - Múltiplas Exatidão Múltiplas

A movimentação dos saldos no trimestre findo em 31 de março de 2008 é como segue:

	31/12/2007	Receitas	Despesas	Transferência	Saldo em 31/12/2007	31/03/2008
Saldo Inicial	4.212.000				4.212.000	4.212.000
Receitas	5.111.000	5.111.000			5.111.000	9.323.000
Despesas	(4.212.000)		(4.212.000)		(4.212.000)	5.111.000
Saldo em 31/03/2008						5.111.000

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação das chances de perdas em processos em que a Sociedade é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e depósitos judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

**Perdas possíveis:** A Sociedade é parte em outros processos e litígios nos quais a Administração suportada por seus consultores jurídicos acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Essas questões não apresentam ainda pendências nos decretos por parte dos tribunais ou qualquer outra geração de processos similares consideradas como prováveis ou temíveis e por este motivo nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As perdas possíveis relacionadas a perdas possíveis em 31 de março de 2008 estavam assim representadas: (i) trabalhistas no montante de R\$ 52.276 (R\$ 54.954 em 31 de dezembro de 2007); (ii) cíveis relacionadas basicamente por danos pessoais a morte de uma filha no montante de R\$ 63.179 (R\$ 57.823 em 31 de dezembro de 2007); e (iii) fiscais, principalmente relacionados ao imposto de Renda, FNSOC/AL e PIS e COFINS no montante de R\$ 14.975 (R\$ 14.949 em 31 de dezembro de 2007).

A Administração da Sociedade baseada na opinião de seus assessores legais acredita não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões existentes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

#### (19) OUTRAS CONTAS A PAGAR

00882-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

**Ativo - MÓVEIS EXERCÍCIOS 2007**

	2007 (R\$ Milhões)		2006 (R\$ Milhões)	
	31/03/07	31/03/07	31/03/06	31/03/06
Imóvel	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em construção	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em locação	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em manutenção	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em reforma	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em venda	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em arrendamento	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em locação	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em manutenção	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em reforma	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em venda	1.000	1.000	1.000	1.000
Imóvel em arrendamento	1.000	1.000	1.000	1.000
<b>Total</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>

**( 20 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A participação das acionistas no Patrimônio Líquido da Sociedade em 31 de março de 2008 está assim distribuída:

CPFL 23.050.196/0001-88 - Composição de Ativos				
Ações	Ordem	Preferência (%)	Total	Total
CPFL Energia S.A.	100.000	100.000	100.000	100.000
Membros do Conselho de Administração	0	0	0	0
Ações em Trânsito	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000</b>

**( 21 ) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS**





00382-4 COMPANHIA SUCULÍFICA DE FÓSCA E LTA - Cnpj 33.050.156/0001-88

591.31 - 341.11 42 F3/P/14 30/13 42

[illegible][illegible]

## 423 DESPESAS OPERACIONAIS

**0080-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88**

**Outros - Outras Despesas Operacionais**

	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
<b><u>Despesas com Vendas</u></b>		
Pessoal	5.147	3.195
Material	166	153
Serviços de Terceiros	9.120	0.112
Provisão para Provisões Fiscais	1.544	5.521
Depreciação e Amortização	223	170
Taxas de Arrecadação	5.558	5.418
Outros	112	-
<b>Total</b>	<b>20.675</b>	<b>24.569</b>
<b><u>Despesas Gerais e Administrativas</u></b>		
Pessoal	12.342	9.246
Material	526	506
Serviços de Terceiros	15.240	15.311
Arrendamento e Aluguéis	202	173
Depreciação e Amortização	2.161	1.621
Publicidade e Propaganda	1.118	452
Legais, Judiciais e Intermediações	2.044	631
Empreiteiras, Consultorias e Subvênções	566	752
Outros	3.356	4.120
<b>Total</b>	<b>36.581</b>	<b>31.704</b>
<b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>		
Taxa de Fundação	2.720	2.436
<b>Total</b>	<b>2.720</b>	<b>2.436</b>
<b>Total Despesas Operacionais</b>	<b>59.926</b>	<b>58.742</b>

**(24) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.650.196/0001-88

unidade: MILHÕES EM REAIS

	1º Trimestre 2008	1º Trimestre 2007
<b>Receitas</b>		
Receita de Atividade Financeira	10.805	8.020
Acrescimos e Reduções Monetárias	14.979	13.330
Atualização de Créditos Financeiros	347	774
Atualização de Despesas Financeiras	10.322	-
Atualizações Monetárias e Cambiais	1.640	74
Honorários CVM e Receita Tax	2.051	12.747
Despesa de Amortização de Crédito de ICMS	1.707	1.680
Remuneração Recompensação Tarifária Financeira de Investimentos	-	8.200
Outras	6.745	6.090
<b>Somatório</b>	<b>55.635</b>	<b>57.014</b>
Juros Sobre o Capital Próprio		
<b>Total</b>	<b>55.635</b>	<b>57.014</b>
<b>Despesas</b>		
Encargos de Juros	(40.759)	(52.742)
Despesas Bancárias	(209)	(5.684)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(18.565)	(8.962)
Outras	(1.783)	(2.678)
<b>Somatório</b>	<b>(60.947)</b>	<b>(70.066)</b>
<b>Total</b>	<b>(60.947)</b>	<b>(70.066)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(5.312)</b>	<b>(13.052)</b>

## 25) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

### 25.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade compreendem, principalmente, a distribuição de energia a consumidores finais. Como concessionária de serviços públicos as atividades e tarifas da Sociedade são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios estão ligados nas alterações nos preços de formação das tarifas de câmbio e nos créditos, despesas de energia e aceleração de dívidas. A Sociedade gerencia estes riscos de modo a poder minimizar os efeitos do mecanismo de compensação (CVM) da contabilidade das operações de compra e venda de papéis de cobrança, obtenção de garantias e de correção de fornecimento para consumidores inadimplentes e monitoramento de obrigações contratuais.

**COBES-4 COMPANHIA SUCULÊDA DE FORÇA E LUZ - CVM 23.650.196/0001-B8**

**valor - Múltiplos EXPLICAÇÕES**

**25.2 Valoração dos Instrumentos Financeiros**

A Sociedade mantém políticas e estratégias contábeis e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e valores dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar as riscos e tomar decisões em relação às práticas no mercado.

Em 31 de março de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade estão assim valorizados:

- Disponibilidades – os valores demonstrados nos balanços patrimoniais estão próximos aos valores de mercado (nota 4);
- Ativos e Passivos Regulatórios – os valores estão registrados conforme critérios definidos por regras ou orientações da ANEEL (nota 1);
- Empréstimos e Financiamentos – registrados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as características definidas na nota 13;
- Obrigações – podem ser negociadas no mercado e estão registradas conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, de acordo com as características definidas na nota 14.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade, comparados aos valores de captação de mercado conforme definido acima, nas datas base em 31 março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, são como seguem:

	31-03-2008		31-12-2007	
	Saldo Contábil	Valor de Mercado	Saldo Contábil	Valor de Mercado
Exposições de curto prazo (nota 13)	1.041.000	1.041.000	1.041.000	1.041.000
Exposições de longo prazo	1.041.000	1.041.000	1.041.000	1.041.000
Exposições de curto prazo	1.041.000	1.041.000	1.041.000	1.041.000
Total	2.082.000	2.082.000	2.082.000	2.082.000

A avaliação do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros. O valor presente comparado com as análises semelhantes conduzidas em datas próximas ao encerramento do trimestre, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado principalmente relacionadas com o programa Antecipação de recebimento de energia – AER – A aspectos regulatórios e credores a respeito do USP, a Sociedade assumiu que o valor de mercado é representado pelo rescaldo da conta contábil.

**( 26 ) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 - LEI 11.638/07**

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novas disposições à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) relacionadas à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

00382-4 COMPANHIA PARANENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

**QUAL - MÉRITO EXPLORATÓRIO**

A Sociedade exclusivamente para atendimento das disposições contidas na Instrução CVM nº 485 de 7 de maio de 2006, realizou análise dos impactos causados pela Lei nº 6.386/2007 em suas demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2006. Essas análises não podem ser utilizadas como indicativo definitivo sobre qual seriam os impactos nestas Demonstrações, caso fossem aplicadas em sua integralidade os pronunciamentos do IASB.

As principais modificações previstas na Lei, com vigência a partir de 2007, e os impactos para a Sociedade estão descritos a seguir:

- Derivados financeiros financeiros e derivativos classificados como derivativos a valor de mercado

Em 31 de março de 2006, o impacto do registro de instrumentos derivativos, líquido dos impostos, na Balança Líquida e Lucro Líquido do período seria uma redução de R\$ 4.050 e R\$ 330, respectivamente. A diferença existente entre o valor acumulado registrado no Patrimônio Líquido e o valor registrado no Lucro Líquido do período refere-se ao ajuste acumulado dos períodos anteriores na data base 31 de dezembro de 2007. Os efeitos da valorização e mercado dos derivativos anteriormente divulgados na nota explicativa nº 25.

- Obrigação de registro na ativa mobilizada das dívidas que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Sociedade, inclusive as operações de operações que transfiram a e os benefícios, os riscos e o controle dos bens, como por exemplo o Leasing Financeiro.

A Sociedade estima não haver impactos relacionados ao registro de Leasing em suas demonstrações financeiras.

- Ativos e passivos financeiros de longo prazo e os de curto prazo quando reavaliados, devem ser ajustados a valor presente quando os ativos forem reavaliados.

A administração da Sociedade baseada nos pronunciamentos emitidos pela CVM, acredita não haver ajustes significativos a serem adotados as Demonstrações Financeiras Trimestrais divulgadas.

- Restrição de uso da ativo atende as despesas de operacionais e aos gastos na amortização da restrição.

A administração da Sociedade acredita não haver ajustes significativos relacionados à seção deste tópico.

- Reconhecimento de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de incorporação, fusão ou divisão entre partes não relacionadas e unificadas à mesma transação de controle.

A Sociedade não realizou transações desta natureza neste trimestre.

C0382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

Qual - Múltiplas Empresas

Adicionalmente, a Sociedade pl não possui investimentos em coligadas e controladas, não realiza operações que envolvam prêmio e penalidades ou ações de incentivos, bonificações ou subvenções para investimento, não adota como prática contábil a reavaliação de ativos e iv, não possui remuneração baseada em ações.

Conforme comunicado ao mercado, a CVM pretende concluir ainda em 2008 o seu processo normativo para as disposições da Lei Securities que tratam de aspectos e que representam de regulação e reoverá todas os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, com o objetivo de eliminar possíveis divergências em relação às práticas contábeis adotadas pela nova lei.

Os efeitos da aplicação da nova Lei sobre as Informações Imediatas da Sociedade foram adotados com base na legislação e normas regulamentares existentes nesta data e podem ainda ser alteradas em função da regulação a ser emitida pelas órgãos competentes.

#### ( 27 ) EVENTOS SUBSEQUENTES

---

##### 27.1 - Aumento de Capital Social

Através AGOPE de 04 de abril de 2009 foi aprovado o aumento de Capital Social da Sociedade no montante total de R\$ 35.374 (trinta e cinco milhões e trezentos e setenta e quatro mil reais) através da emissão de 22.220.000 ações sendo 13.104.165 ações ordinárias e 9.115.835 ações preferenciais.

##### 27.2 - Distribuição de Dividendo e Juros sobre o Capital Próprio

Na AGOPE de 04 de abril de 2008 foi aprovada a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 420.829 referente ao lucro líquido do exercício de 2007.

RENDIMENTO FINANCEIRO PERMANENTE. (1) e (2) Agência Reguladora

CMH - COMISSÃO DE VALORES REGULADOS

ITA - Informações Transacionais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Reguladora

Data Base 20/01/2008

COBES-4 COMPANHIA PARANENSE DE FORÇA E LUZ - CPEL 23.050.196/0001-88

out - Múltiplas Experiências



00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

ANEXO - NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO I				
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008 E DE 2007				
(em milhares de reais)				
	12/03/2008	12/03/2007		
<b>FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL</b>				
Receitas de vendas de energia elétrica	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de gás natural	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de água	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de serviços	1.111.111	1.111.111		
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com vendas de energia elétrica	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de gás natural	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de água	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com serviços	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
<b>FLUXO DE CAIXA INVESTIMENTOS</b>				
Receitas de vendas de ativos operacionais	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com vendas de ativos operacionais	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
<b>FLUXO DE CAIXA FINANCIAMENTO</b>				
Receitas de empréstimos e financiamentos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com empréstimos e financiamentos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
<b>FLUXO DE CAIXA TOTAL</b>				
Receitas de vendas de energia elétrica	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de gás natural	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de água	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de serviços	1.111.111	1.111.111		
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com vendas de energia elétrica	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de gás natural	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de água	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com serviços	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Receitas de empréstimos e financiamentos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com empréstimos e financiamentos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
<b>FLUXO DE CAIXA TOTAL</b>				
Receitas de vendas de energia elétrica	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de gás natural	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de água	1.111.111	1.111.111		
Receitas de vendas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de serviços	1.111.111	1.111.111		
Receitas de juros e dividendos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com vendas de energia elétrica	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de gás natural	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de água	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com vendas de outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com serviços	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com juros e dividendos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Receitas de empréstimos e financiamentos	1.111.111	1.111.111		
Receitas de outros produtos	1.111.111	1.111.111		
Despesas com empréstimos e financiamentos	(1.111.111)	(1.111.111)		
Despesas com outros produtos	(1.111.111)	(1.111.111)		

0382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

unid - MILHÕES EM REAIS

ANEXO II		
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINANCEIROS EM 31 MARÇO DE 2008 E DE 2007		
(Em Milhares de Reais)		
	31.03.2008	31.03.2007
1 - Receitas	1.795.598	1.617.070
1.1 Receita de Venda de Energia e Luz	1.706.322	1.527.576
1.2 Provisão para Impostos de Lucro e Imposto de Renda	1.421	1.011
1.3 Provisão para Depreciação	1.797	1.353
2 - Custos	(893.646)	(871.839)
2.1 Custo de Energia e Luz	(629.129)	(615.131)
2.2 Depreciação e Amortização	(133.319)	(133.373)
2.3 Manutenção	(21.175)	(5.257)
2.4 Outros	(10.023)	(18.128)
2.5 Custo de Energia e Luz para outros usos	(10.000)	(10.000)
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)	901.952	745.231
4 - Retenções	(44.531)	(41.486)
4.1 Imposto sobre o Lucro e Imposto de Renda	(44.531)	(41.486)
5 - Valor Adicionado Líquido Bruto (3+4)	857.419	703.745
6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência	45.635	57.011
6.1 Provisão para Impostos	45.635	57.011
7 - Valor Adicionado a Distribuir (5+6)	903.054	760.756
8 - Distribuição do Valor Adicionado		
8.1 Provisão para Impostos	33.126	33.126
8.2 Provisão para Tributos e Contribuições	253.385	253.385
8.3 Provisão para Impostos	53.650	53.650
8.4 Provisão para Imposto de Renda	132.467	132.467
	903.054	760.756

00382-4 COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

0301 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

### Análise de Resultados – CPFL Paulista

Este comentário do desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

Informações	1º Trimestre		
	2008	2007	Variação
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.726.036</b>	<b>1.522.578</b>	<b>13,33</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	1.552.740	1.522.702	9,91
Suprimento de Energia Elétrica	17.745	7.230	145,52
Custos Recargas Operacionais	155.550	92.646	67,98
<b>PRODUÇÃO DA RECEITA CPL PAULISTA</b>	<b>1.625.935</b>	<b>1.547.505</b>	<b>5,03</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.167.014</b>	<b>1.058.895</b>	<b>10,21</b>
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(759.074)</b>	<b>(548.185)</b>	<b>38,29</b>
Energia Elétrica comprada para revenda	(690.174)	(495.503)	39,58
Energia Elétrica fornecida de Terceiros e Substâncias	(68.900)	(52.682)	30,80
<b>CUSTO DESPESA OPERACIONAL</b>	<b>(142.325)</b>	<b>(140.534)</b>	<b>1,24</b>
Desvalor	56.541	45.125	25,32
Desvalor da Despesa com Energia	16.540	6.346	84,12
Materiais	17.324	16.341	6,03
Serviços de Terceiros	33.388	33.364	0,07
Despesas e Amortizações	41.150	36.387	13,10
Outras	18.426	20.780	11,18
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>265.606</b>	<b>319.600</b>	<b>-16,91</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(5.312)</b>	<b>(16.852)</b>	<b>68,48</b>
Receita	56.515	56.314	0,35
Despesa	(61.827)	(73.166)	16,42
Resultado Despesa Líquida	(5.312)	(16.852)	68,48
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>260.293</b>	<b>302.748</b>	<b>-14,02</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.287</b>	<b>1.063</b>	<b>21,07</b>
Receita	1.680	569	294,38
Despesa	(387)	(506)	23,53
<b>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>261.580</b>	<b>303.811</b>	<b>-13,91</b>
Contribuição Social	24.942	28.569	13,98
Imposto de Renda	31.476	31.371	0,32
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>205.162</b>	<b>243.871</b>	<b>-15,84</b>
<b>EBITDA</b>	<b>251.505</b>	<b>371.250</b>	<b>-32,24</b>

**00382-4 - COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88**

**CMH – COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**

### **Receita Operacional Bruta**

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 1.796.055, sendo 10,7% (R\$ 170.477) maior que a receita bruta no mesmo período do exercício anterior. Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i) O Reajuste Tarifário médio de 7,00% aplicado a partir de abril de 2007;
- ii) Aumento de 0,1% no fornecimento de energia elétrica;
- iii) Registro de R\$ 17.749 na venda de energia na COCC, relacionada a revisão tarifária;

#### **Quantidade de Energia Vendida**

A quantidade de energia vendida para consumidores ativos no período foi 0,1% maior quando comparada com o trimestre do ano anterior.

As classes residencial e comercial apresentaram crescimento de 4,9% e 4,1%, respectivamente, enquanto a classe indústria manteve-se praticamente estável.

Cabe ressaltar o crescimento do consumo na área de concessão da UEE ocorrido de 4,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### **Dedução da Receita Operacional**

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2008 foram de R\$ 829.541, apresentando um acréscimo de R\$ 8.135.458 em relação ao mesmo trimestre de 2007. O aumento deve-se à redução da Receita Bruta compensado parcialmente pela redução dos encargos COCC.

### **Custo do Serviço de Energia Elétrica**

No 1º trimestre de 2008 o Custo do Serviço de Energia Elétrica foi de R\$ 759.374 apresentando um aumento de 35,2% (R\$ 209.919) em relação ao ano anterior.

Além dos efeitos da redução da quantidade de energia adquirida de 5,28% e em consequência disso, o custo com energia elétrica teve os seguintes impactos:

- i) Acréscimo da carga de R\$ 86.825 relacionada ao atendimento regulatório de sobrecontratação, basicamente explicado pelos ajustes efetuados em função da revisão tarifária (ver nota 3b.3i);
- ii) Amortização da Parcela A relacionada a energia comercial e encargos, iniciada neste trimestre, a partir de R\$ 59.335 (ver nota 3a);
- iii) Os efeitos da redução de R\$ 14 de 2007 e 2008 efetuados no ano anterior quando do reajuste tarifário de 2007, que gerou um ativo regulatório de QvA de R\$ 177.710 e um passivo regulatório – devolução ao consumidor de R\$ 59.033 (redução do custo líquido de R\$ 70.075 naquele ano – ver nota 3b.7).

C0382-4 - COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-B8

CVM - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

### **Custos e Despesas Operacionais**

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$ 142.335 no 1º trimestre de 2008, apresentando um acréscimo de 1,84% (R\$ 2.201) quando comparado com o mesmo período no ano anterior. Os principais efeitos nesse grupo dever-se-ão principalmente a:

#### **- Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, material, serviços de terceiros e outros, que totalizaram o montante de R\$ 117.722 no 1º trimestre de 2008, com aumento de 7,43% (R\$ 8.068) em relação ao mesmo período de 2007. Esta variação deve-se principalmente à despesa com pessoal, bas calendar em função da provisão de despesas com PIS e COFINS da Função CESP, custadas pelas mantenedoras (R\$ 3.570). As demais despesas, relativas à atividade de distribuição de energia elétrica, são coerentes com a inflação do período.

#### **- Entidade de Previdência Privada**

O Plano de previdência apasentou receita no valor de R\$ 16.530, acréscimo de R\$ 7.574 quando comparado com o mesmo período do ano anterior, principalmente em função da remuneração nominal esperada sobre os ativos do plano, conforme definido no Plano Anual.

### **Resultado Financeiro**

O resultado financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa (R\$ 11.540), inferior à apresentada no mesmo período no exercício anterior.

Este efeito no resultado financeiro decorre principalmente da redução dos encargos de dívidas, sendo como fator mais pal a redução na taxa de dívidas, pela redução das primárias mantenedoras, adicionalmente, a descontinuação da aplicação da CPMF, ocorreu a redução nas despesas bancárias da Sociedade.

### **Lucro Líquido e EBITDA**

Com base nos valores expostos acima, com efeito do R\$ 89.616 (R\$ 41.313) líquido dos impostos, referente aos efeitos da sobrecaptação de energia, o lucro líquido auçado no 1º trimestre de 2008 apresentou redução de 19,4%.

O EBITDA ajustado (lucro líquido antes da assuração financeira, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização e entidade de previdência) para o 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 281.603, sendo 21,2% inferior ao EBITDA ajustado para o mesmo período de 2007 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).





## 01.11.01E4TFKdC60

00000	CONCRETE FALLS STATE FOREST	71,692,140,000-48
-------	-----------------------------	-------------------

## 14.01 - CARATTERISTICHE DELLA EMISSIONE PUBBLICA DEI PARTICELLARE DECENTRATI

1.00	0.00
2.00	2.00
3.00	3.00
4.00	4.00
5.00	5.00
6.00	6.00
7.00	7.00
8.00	8.00
9.00	9.00
10.00	10.00
11.00	11.00
12.00	12.00
13.00	13.00
14.00	14.00
15.00	15.00
16.00	16.00
17.00	17.00
18.00	18.00
19.00	19.00
20.00	20.00
21.00	21.00
22.00	22.00
23.00	23.00
24.00	24.00
25.00	25.00
26.00	26.00
27.00	27.00
28.00	28.00
29.00	29.00
30.00	30.00
31.00	31.00
32.00	32.00
33.00	33.00
34.00	34.00
35.00	35.00
36.00	36.00
37.00	37.00
38.00	38.00
39.00	39.00
40.00	40.00
41.00	41.00
42.00	42.00
43.00	43.00
44.00	44.00
45.00	45.00
46.00	46.00
47.00	47.00
48.00	48.00
49.00	49.00
50.00	50.00
51.00	51.00
52.00	52.00
53.00	53.00
54.00	54.00
55.00	55.00
56.00	56.00
57.00	57.00
58.00	58.00
59.00	59.00
60.00	60.00
61.00	61.00
62.00	62.00
63.00	63.00
64.00	64.00
65.00	65.00
66.00	66.00
67.00	67.00
68.00	68.00
69.00	69.00
70.00	70.00
71.00	71.00
72.00	72.00
73.00	73.00
74.00	74.00
75.00	75.00
76.00	76.00
77.00	77.00
78.00	78.00
79.00	79.00
80.00	80.00
81.00	81.00
82.00	82.00
83.00	83.00
84.00	84.00
85.00	85.00
86.00	86.00
87.00	87.00
88.00	88.00
89.00	89.00
90.00	90.00
91.00	91.00
92.00	92.00
93.00	93.00
94.00	94.00
95.00	95.00
96.00	96.00
97.00	97.00
98.00	98.00
99.00	99.00
100.00	100.00





[illegible]

Departamento de Administração  
Companhia Brasileira de Energia Elétrica  
Rio de Janeiro - RJ

- [illegible]

00382-4 COMPANHIA PARANAENSE DE FORÇA E LUZ - CPFL 23.050.196/0001-88

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEMI-ANUAL Y Y

- a) Os termos mencionados em Nota Explicativa 3 sobre o 3.º item das informações financeiras - F.R. em decorrência de ajustes contábeis realizados por esta prestadora de serviço e exigidos por CVM e FMI, foram adotados em caráter provisório, e não se constituem em ajuste contábil da Companhia em 2007 ou a ser aplicado para o período a partir de 8 de abril de 2008. Os ajustes contábeis decorrentes da revisão definitiva serão considerados apenas na revisão patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.
- b) A demonstração sobre a base dos dados de controle de valor adotado data de 1.º trimestre anterior, em Março/maio de 2007, apresentada para fins de controle, foram revisadas por auditores independentes que emitiram o relatório de revisão especial sem ressalvas, datado de 20 de abril de 2007.

Companhia - 19 de março de 2008

KPMG Auditores Independentes  
CNPJ 08.041.442/0001-06

Paulo Roberto de Souza Lagoa  
Controlador - CNPJ 18.912.649/0001-00

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

0038204	COMPANHIA PARCELADA DE CIPOLARI (CIPOLAR)	23-050-106-0007-25
---------	---	--------------------

ÍNDICE

NUMERO	SUBITEM	DESCRIÇÃO	PAGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
02	02	FINANÇAS	2
03	03	ADMINISTRAÇÃO GERAL E CONTABILIDADE GERAL E CONTABILIDADE ESPECIAL - CONTABILIDADE DE CUSTO	3
04	04	RECURSOS HUMANOS	4
05	05	RELAÇÕES COM O PÚBLICO E COM A COMUNIDADE	5
06	06	PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	6
07	07	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	7
08	08	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE	8
09	09	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	9
10	10	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	10
11	11	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	11
12	12	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	12
13	13	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	13
14	14	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	14
15	15	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	15
16	16	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	16
17	17	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	17
18	18	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	18
19	19	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	19
20	20	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	20
21	21	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	21
22	22	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	22
23	23	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	23
24	24	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	24
25	25	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	25
26	26	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	26
27	27	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	27
28	28	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	28
29	29	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	29
30	30	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	30
31	31	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	31
32	32	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	32
33	33	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	33
34	34	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	34
35	35	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	35
36	36	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	36
37	37	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	37
38	38	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	38
39	39	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	39
40	40	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	40
41	41	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	41
42	42	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	42
43	43	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	43
44	44	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	44
45	45	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	45
46	46	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	46
47	47	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	47
48	48	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	48
49	49	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	49
50	50	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	50
51	51	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	51
52	52	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	52
53	53	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	53
54	54	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	54
55	55	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	55
56	56	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	56
57	57	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	57
58	58	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	58
59	59	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	59
60	60	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	60
61	61	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	61
62	62	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	62
63	63	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	63
64	64	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	64
65	65	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	65
66	66	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	66
67	67	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	67
68	68	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	68
69	69	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	69
70	70	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	70
71	71	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	71
72	72	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	72
73	73	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	73
74	74	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	74
75	75	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	75
76	76	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	76
77	77	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	77
78	78	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	78
79	79	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	79
80	80	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	80
81	81	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	81
82	82	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	82
83	83	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	83
84	84	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	84
85	85	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	85
86	86	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	86
87	87	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	87
88	88	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	88
89	89	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	89
90	90	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	90
91	91	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	91
92	92	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	92
93	93	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	93
94	94	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	94
95	95	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	95
96	96	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	96
97	97	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	97
98	98	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	98
99	99	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	99
100	100	RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE E COM A SOCIEDADE	100

- 
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2008 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

IL DO EMPRESA P-SAMPLES CONTINING

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DPM - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data Base: 31.12.2000

Empresário: J. S. Sampaio

EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E FÁBRICA

Indústria e Comércio

O EXISTENTE NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, NEM DE SUAS ADMINISTRAÇÕES, RESPONSABILIDADE PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESENTES.

1. IDENTIFICAÇÃO

EMPRESA: CPIL ENERGIA S.A. Nº 128.141.070-93

2. OBJETIVO

3.1. OBJETIVO: A CPIL ENERGIA S.A. é uma empresa de capital aberto, com sede em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 07.091.248/0001-00, com endereço comercial em São Paulo, SP, Rua da Consolação, nº 1.234, 1º andar, CEP 01302-000. A empresa é controlada pelo Sr. J. S. Sampaio, que também é o único acionista. A empresa atua no setor de energia elétrica, com foco em projetos de infraestrutura e distribuição de energia para indústrias e comércio.

3.2. OBJETIVO DE CRIAÇÃO DE INVESTIDORES: Endereços para Correspondência com a Companhia

3.3. OBJETIVO DE CRIAÇÃO DE INVESTIDORES: Endereços para Correspondência com a Companhia

3.4. OBJETIVO DE CRIAÇÃO DE INVESTIDORES

3.5. OBJETIVO DE CRIAÇÃO DE INVESTIDORES: Endereços para Correspondência com a Companhia

SEPS DO PULCOO FERRAGE  
 COM CONSTAT DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RACIONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, LIMITADA, E OUTRAS  
 Responsabilidade Ilimitada

USO INTERNO E SIMPLES CONFERÊNCIA

Data Base: 31.12.2006

Assinatura: Secretária

## 01.01 IDENTIFICAÇÃO

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_  
 CNPJ: 00.000.000/0001-00 Data Base: 31.12.2006

## 01.02 COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Capital Social		Capital Social	
R\$		R\$	
Capital Integralizado		Capital Integralizado	
Integralizado	2.500.000	Integralizado	2.500.000
Reserva de Capital	2.500.000	Reserva de Capital	2.500.000
Total		Total	
5.000.000		5.000.000	

## 01.03 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Atividade Principal: \_\_\_\_\_  
 Atividade Secundária: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_  
 E-mail: \_\_\_\_\_  
 Site: \_\_\_\_\_  
 Data de Fundação: \_\_\_\_\_  
 Data de Início das Atividades: \_\_\_\_\_  
 Data de Encerramento das Atividades: \_\_\_\_\_  
 Data de Encerramento das Atividades: \_\_\_\_\_  
 Data de Encerramento das Atividades: \_\_\_\_\_  
 Data de Encerramento das Atividades: \_\_\_\_\_

## 01.04 OUTROS ITENS NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Outros Itens Não Incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas: \_\_\_\_\_

## 01.05 PROJEÇÕES DE EMPREGO

Projeções de Emprego		Projeções de Emprego	
R\$		R\$	
Projeções de Emprego	2.500.000	Projeções de Emprego	2.500.000
Projeções de Emprego	2.500.000	Projeções de Emprego	2.500.000
Projeções de Emprego	2.500.000	Projeções de Emprego	2.500.000

## 01.06 DISTRIBUIÇÃO DE RELACIONES COM INVESTIDORES

Distribuição de Relações com Investidores: \_\_\_\_\_  
 Distribuição de Relações com Investidores: \_\_\_\_\_





... 3141 5040

Country	Year	Population (millions)	Urban population (millions)	Urban population (%)
China	1990	1,133	310	27.4
China	2000	1,242	459	37.0
China	2010	1,371	659	48.1
China	2020	1,426	819	57.4
China	2030	1,453	959	66.0
China	2040	1,463	1,059	72.4
China	2050	1,463	1,159	79.2
China	2060	1,463	1,259	86.0
China	2070	1,463	1,359	92.9
China	2080	1,463	1,459	99.7
China	2090	1,463	1,559	106.6
China	2100	1,463	1,659	113.4
India	1990	853	150	17.6
India	2000	1,027	250	24.3
India	2010	1,193	350	29.3
India	2020	1,359	450	33.1
India	2030	1,525	550	36.1
India	2040	1,691	650	38.4
India	2050	1,857	750	40.4
India	2060	2,023	850	42.0
India	2070	2,189	950	43.4
India	2080	2,355	1,050	44.6
India	2090	2,521	1,150	45.6
India	2100	2,687	1,250	46.5

02 00 45.1.34.01 PATRIMONIO PASSIVO 2.277,50

A blank sheet of graph paper with a grid of squares. The grid consists of horizontal and vertical lines forming small squares across the entire page. There are no margins or additional markings on the paper.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 DEB - DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Demonstrações Padronizadas

US\$ EMPRESA E SAMPLE CONSOLIDADA

Data Base: 31/12/2008 Legislação: Sistema

1.01 IDENTIFICAÇÃO

1.01.01	Nome da Empresa	_____
1.01.02	Endereço da Empresa	_____

1.02 BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ Milhões)

1.02.01	Capital de Trabalho	_____
1.02.02	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.03	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.04	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.05	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.06	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.07	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.08	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.09	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.10	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.11	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.12	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.13	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.14	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.15	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.16	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.17	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.18	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.19	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.20	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.21	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.22	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.23	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.24	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.25	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.26	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.27	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.28	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.29	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.30	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.31	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.32	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.33	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.34	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.35	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.36	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.37	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.38	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.39	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.40	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.41	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.42	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.43	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.44	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.45	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.46	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.47	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.48	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.49	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.50	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.51	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.52	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.53	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.54	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.55	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.56	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.57	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.58	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.59	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.60	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.61	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.62	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.63	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.64	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.65	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.66	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.67	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.68	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.69	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.70	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.71	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.72	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.73	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.74	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.75	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.76	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.77	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.78	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.79	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.80	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.81	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.82	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.83	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.84	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.85	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.86	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.87	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.88	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.89	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.90	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.91	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.92	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.93	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.94	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.95	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.96	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.97	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.98	Capital de Longo Prazo	_____
1.02.99	Capital de Curto Prazo	_____
1.02.100	Capital de Longo Prazo	_____

**USD MPAREDA - SIMPLES UNIFICADO**

Digitized by Google

[illegible]

A blank sheet of graph paper with a grid pattern. The grid consists of horizontal and vertical lines forming small squares. There are approximately 20 columns and 20 rows of squares. The lines are thin and black.

SEPO - SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 COM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 LEX - DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS TAMBÉM CHAMADOS  
 FOLHETO DE INFORMAÇÃO FUNDAMENTAL E OUTRAS  
 INFORMAÇÕES DE INTERESSE

ISO 15925-1:2006-06 COORDINATION

UPP - Ex. 71 12 2022

10/10/2015 11:56:00 AM

• 01 176410020.00

\_\_\_\_\_

[illegible]

© 2011 WILEY-BLANKENHORN LTD. J. CLIMATE 24: 1220–1230

[illegible]

:- -P...P 411 1: FFFFE

• 2011年7月24日 星期日 11:18:56

DOI: 10.1002/for

DOI: 10.1002/for

387 6466 1 1 01:00

DATE: \_\_\_\_\_

[illegible]

• <http://www.burton.com>

14716-100

[illegible][illegible]

No.	Name of the person	Address	Remarks
1	Mr. A. B. Smith	123 Main St., New York	...
2	Mr. J. D. Jones	456 Elm St., Chicago	...
3	Mr. C. E. Brown	789 Oak St., Boston	...
4	Mr. F. G. White	101 Pine St., Philadelphia	...
5	Mr. H. I. Black	202 Cedar St., St. Louis	...
6	Mr. K. L. Green	303 Maple St., San Francisco	...
7	Mr. M. N. Gray	404 Birch St., Portland	...
8	Mr. P. Q. Red	505 Spruce St., Seattle	...
9	Mr. R. S. Blue	606 Fir St., Denver	...
10	Mr. T. U. Yellow	707 Ash St., Salt Lake City	...
11	Mr. V. W. Purple	808 Hickory St., Omaha	...
12	Mr. X. Y. Pink	909 Walnut St., Kansas City	...
13	Mr. Z. A. Brown	1010 Chestnut St., St. Paul	...
14	Mr. B. C. Green	1111 Elm St., Minneapolis	...
15	Mr. D. E. White	1212 Oak St., Des Moines	...
16	Mr. F. G. Black	1313 Pine St., Omaha	...
17	Mr. H. I. Gray	1414 Cedar St., Lincoln	...
18	Mr. J. K. Red	1515 Maple St., Omaha	...
19	Mr. L. M. Blue	1616 Birch St., Omaha	...
20	Mr. N. O. Yellow	1717 Spruce St., Omaha	...
21	Mr. P. Q. Purple	1818 Fir St., Omaha	...
22	Mr. R. S. Pink	1919 Ash St., Omaha	...
23	Mr. T. U. Brown	2020 Walnut St., Omaha	...
24	Mr. V. W. Green	2121 Chestnut St., Omaha	...
25	Mr. X. Y. White	2222 Elm St., Omaha	...
26	Mr. Z. A. Black	2323 Oak St., Omaha	...
27	Mr. B. C. Gray	2424 Pine St., Omaha	...
28	Mr. D. E. Red	2525 Cedar St., Omaha	...
29	Mr. F. G. Blue	2626 Maple St., Omaha	...
30	Mr. H. I. Yellow	2727 Birch St., Omaha	...
31	Mr. J. K. Purple	2828 Spruce St., Omaha	...
32	Mr. L. M. Pink	2929 Fir St., Omaha	...
33	Mr. N. O. Brown	3030 Ash St., Omaha	...
34	Mr. P. Q. Green	3131 Walnut St., Omaha	...
35	Mr. R. S. White	3232 Chestnut St., Omaha	...
36	Mr. T. U. Black	3333 Elm St., Omaha	...
37	Mr. V. W. Gray	3434 Oak St., Omaha	...
38	Mr. X. Y. Red	3535 Pine St., Omaha	...
39	Mr. Z. A. Blue	3636 Cedar St., Omaha	...
40	Mr. B. C. Yellow	3737 Maple St., Omaha	...
41	Mr. D. E. Purple	3838 Birch St., Omaha	...
42	Mr. F. G. Pink	3939 Spruce St., Omaha	...
43	Mr. H. I. Brown	4040 Fir St., Omaha	...
44	Mr. J. K. Green	4141 Ash St., Omaha	...
45	Mr. L. M. White	4242 Walnut St., Omaha	...
46	Mr. N. O. Black	4343 Chestnut St., Omaha	...
47	Mr. P. Q. Gray	4444 Elm St., Omaha	...
48	Mr. R. S. Red	4545 Oak St., Omaha	...
49	Mr. T. U. Blue	4646 Pine St., Omaha	...
50	Mr. V. W. Yellow	4747 Cedar St., Omaha	...
51	Mr. X. Y. Purple	4848 Maple St., Omaha	...
52	Mr. Z. A. Pink	4949 Birch St., Omaha	...
53	Mr. B. C. Brown	5050 Spruce St., Omaha	...
54	Mr. D. E. Green	5151 Fir St., Omaha	...
55	Mr. F. G. White	5252 Ash St., Omaha	...
56	Mr. H. I. Black	5353 Walnut St., Omaha	...
57	Mr. J. K. Gray	5454 Chestnut St., Omaha	...
58	Mr. L. M. Red	5555 Elm St., Omaha	...
59	Mr. N. O. Blue	5656 Oak St., Omaha	...
60	Mr. P. Q. Yellow	5757 Pine St., Omaha	...
61	Mr. R. S. Purple	5858 Cedar St., Omaha	...
62	Mr. T. U. Pink	5959 Maple St., Omaha	...
63	Mr. V. W. Brown	6060 Birch St., Omaha	...
64	Mr. X. Y. Green	6161 Spruce St., Omaha	...
65	Mr. Z. A. White	6262 Fir St., Omaha	...
66	Mr. B. C. Black	6363 Ash St., Omaha	...
67	Mr. D. E. Gray	6464 Walnut St., Omaha	...
68	Mr. F. G. Red	6565 Chestnut St., Omaha	...
69	Mr. H. I. Blue	6666 Elm St., Omaha	...
70	Mr. J. K. Yellow	6767 Oak St., Omaha	...
71	Mr. L. M. Purple	6868 Pine St., Omaha	...
72	Mr. N. O. Pink	6969 Cedar St., Omaha	...
73	Mr. P. Q. Brown	7070 Maple St., Omaha	...
74	Mr. R. S. Green	7171 Birch St., Omaha	...
75	Mr. T. U. White	7272 Spruce St., Omaha	...
76	Mr. V. W. Black	7373 Fir St., Omaha	...
77	Mr. X. Y. Gray	7474 Ash St., Omaha	...
78	Mr. Z. A. Red	7575 Walnut St., Omaha	...
79	Mr. B. C. Blue	7676 Chestnut St., Omaha	...
80	Mr. D. E. Yellow	7777 Elm St., Omaha	...
81	Mr. F. G. Purple	7878 Oak St., Omaha	...
82	Mr. H. I. Pink	7979 Pine St., Omaha	...
83	Mr. J. K. Brown	8080 Cedar St., Omaha	...
84	Mr. L. M. Green	8181 Maple St., Omaha	...
85	Mr. N. O. White	8282 Birch St., Omaha	...
86	Mr. P. Q. Black	8383 Spruce St., Omaha	...
87	Mr. R. S. Gray	8484 Fir St., Omaha	...
88	Mr. T. U. Red	8585 Ash St., Omaha	...
89	Mr. V. W. Blue	8686 Walnut St., Omaha	...
90	Mr. X. Y. Yellow	8787 Chestnut St., Omaha	...
91	Mr. Z. A. Purple	8888 Elm St., Omaha	...
92	Mr. B. C. Pink	8989 Oak St., Omaha	...</

1. The first part of the report is a general introduction to the project. It describes the purpose of the study, the objectives, and the scope of the work. It also mentions the date of the report and the name of the author.

2. The second part of the report is a detailed description of the methodology used in the study. It explains the data collection methods, the sample size, and the statistical tests used to analyze the data.

3. The third part of the report is a discussion of the results of the study. It compares the findings with the previous research and discusses the implications of the results.

4. The fourth part of the report is a conclusion. It summarizes the main findings of the study and provides recommendations for future research.

5. The fifth part of the report is a list of references. It includes all the sources used in the study, such as books, articles, and websites.

6. The sixth part of the report is an appendix. It contains additional information that is not included in the main text, such as raw data, detailed calculations, and additional figures.

7. The seventh part of the report is a glossary. It defines the key terms and concepts used in the study.

8. The eighth part of the report is a bibliography. It lists all the sources used in the study, including books, articles, and websites.

9. The ninth part of the report is a list of figures. It includes all the figures used in the study, such as graphs, tables, and charts.

10. The tenth part of the report is a list of tables. It includes all the tables used in the study, such as data tables and summary tables.

11. The eleventh part of the report is a list of abbreviations. It defines the abbreviations used in the study.

12. The twelfth part of the report is a list of acronyms. It defines the acronyms used in the study.

13. The thirteenth part of the report is a list of symbols. It defines the symbols used in the study.

14. The fourteenth part of the report is a list of units. It defines the units used in the study.

15. The fifteenth part of the report is a list of variables. It defines the variables used in the study.

16. The sixteenth part of the report is a list of parameters. It defines the parameters used in the study.

17. The seventeenth part of the report is a list of constants. It defines the constants used in the study.

18. The eighteenth part of the report is a list of functions. It defines the functions used in the study.

19. The nineteenth part of the report is a list of operators. It defines the operators used in the study.

20. The twentieth part of the report is a list of keywords. It defines the keywords used in the study.

21. The twenty-first part of the report is a list of terms. It defines the terms used in the study.

22. The twenty-second part of the report is a list of concepts. It defines the concepts used in the study.

23. The twenty-third part of the report is a list of ideas. It defines the ideas used in the study.

24. The twenty-fourth part of the report is a list of theories. It defines the theories used in the study.

25. The twenty-fifth part of the report is a list of models. It defines the models used in the study.





1. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation  $f(x) = \int_0^x f(t) dt$ . It is shown that  $f(x)$  is a constant function, and its value is determined by the initial condition  $f(0)$ .

2. In the second part, we consider the problem of finding the maximum value of the function  $f(x)$  on the interval  $[0, 1]$ . It is shown that the maximum value is attained at  $x = 0$  and is equal to  $f(0)$ .

3. The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation  $f(x) = \int_0^x f(t) dt$ . It is shown that  $f(x)$  is a constant function, and its value is determined by the initial condition  $f(0)$ .

4. In the fourth part, we consider the problem of finding the maximum value of the function  $f(x)$  on the interval  $[0, 1]$ . It is shown that the maximum value is attained at  $x = 0$  and is equal to  $f(0)$ .

5. The fifth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation  $f(x) = \int_0^x f(t) dt$ . It is shown that  $f(x)$  is a constant function, and its value is determined by the initial condition  $f(0)$ .

6. In the sixth part, we consider the problem of finding the maximum value of the function  $f(x)$  on the interval  $[0, 1]$ . It is shown that the maximum value is attained at  $x = 0$  and is equal to  $f(0)$ .

7. The seventh part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation  $f(x) = \int_0^x f(t) dt$ . It is shown that  $f(x)$  is a constant function, and its value is determined by the initial condition  $f(0)$ .

8. In the eighth part, we consider the problem of finding the maximum value of the function  $f(x)$  on the interval  $[0, 1]$ . It is shown that the maximum value is attained at  $x = 0$  and is equal to  $f(0)$ .

9. The ninth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation  $f(x) = \int_0^x f(t) dt$ . It is shown that  $f(x)$  is a constant function, and its value is determined by the initial condition  $f(0)$ .

10. In the tenth part, we consider the problem of finding the maximum value of the function  $f(x)$  on the interval  $[0, 1]$ . It is shown that the maximum value is attained at  $x = 0$  and is equal to  $f(0)$ .



1.50 EMPRESA E SIMPLIS CONSTRUÇÃO

1. The first part of the document is a header section containing the following information:
 

- Page number: 1
- Page title: 1
- Page subtitle: 1
- Page footer: 1

[illegible]

USE EMPLOYER'S SAMPLES CONSERVATION

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00

2013-2014: 31.12.2013 16:00:00



DATE: 01/10/2008

[illegible]







ДБЗ ЕМРН[а] : СИМР.ГБ ГЗНЗГРГ 4С10

U.S. Case 51-12-13-02 U.S. Ct. Southern

10/11 10:00 AM

$\frac{1}{2} \times 100 = 50$

04 01 DEMONSTRATION TO FLUXUS LE CHAPLAIN CONSOLIDATES METROPC AND PFTC HUMAN RESOURCES

[illegible]

Don Hiller 2012-2014      1047-88-57 © 2012-2014

2011 年 9 月 21 日 星期四 09:00 10.10.10.10





1. The first step in the process of creating a new product is to identify a market need. This involves conducting market research to determine what consumers want and need. Once a need is identified, the next step is to develop a concept for a product that meets that need. This is often done through brainstorming and sketching.

2. The second step is to create a prototype. This is a physical model of the product that can be used to test the concept and gather feedback from potential customers. Prototypes can be made using a variety of materials and techniques, depending on the product.

3. The third step is to conduct a feasibility study. This involves evaluating the technical, financial, and market viability of the product. It is important to determine if the product can be manufactured at a reasonable cost and if there is a sufficient market for it.

4. The fourth step is to develop a business plan. This document outlines the company's goals, strategies, and financial projections. It is used to attract investors and secure financing for the product. A business plan should include information about the market, the competition, and the company's marketing and sales strategy.

5. The fifth step is to manufacture the product. This involves setting up a production line and sourcing the necessary materials and components. It is important to ensure that the manufacturing process is efficient and cost-effective.

6. The sixth step is to distribute the product. This involves finding a distribution channel and getting the product into the hands of customers. This can be done through retail stores, online sales, or direct sales.

7. The seventh step is to monitor the product's performance in the market. This involves tracking sales, customer feedback, and market trends. It is important to be able to make adjustments to the product or marketing strategy as needed.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA DE MISC. E INDUSTRIAIS LTDA  
 Balanço em 31/12/2006

USO EMPRESA DE BALANÇO CONSOLIDADO

Data-Bal: 31/12/2006 Período: 365 dias

1. CONTABILIZAÇÃO

1.1. CONTABILIZAÇÃO DE CONTAS DE BALANÇO CONSOLIDADO

1.1.1. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR DE APLACAMENTO CONSOLIDADO Balanço

1.1.1.1. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR DE APLACAMENTO CONSOLIDADO Balanço





01/10/68 - 2575. THURSDAY 6-8.

02-426-144:02:03 51

17. \* PRACTICE DOES NOT BUILD PERFECT SKILL. PRACTICE DOES BUILD SKILL.

- [illegible]

1. *Journal of the American Medical Association*, 277, 1996, 1033-1037.

1.1.1.  $\text{var}(X) = 0$  independent  
 $Z = \text{var}(X) = 0$

1. 11. 12. 2016  
 1. 11. 2016

— *Journal of the American Medical Association*, 1997

1. **Introduction**

SCHLACK CPFL ENERGIA S.A.

07.421.144/0001-50

OUTUBRO DE 2018 (ADMINISTRATIVO)

## Relatório da Administração

### 1. Perfil da Empresa

Atendendo às solicitações legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete a aprovação dos Senhores e Patrões da Administração suas demonstrações financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e da Comissão Fiscal, referentes ao exercício social final de 2017, no exercício de 2018. Todas as comparações realizadas neste Relatório foram efetuadas com base nos dados e informações em relação ao mesmo período de 2017, exceto quando especificado em contrário.

## 1. Considerações Iniciais

Em 2008, a CPFL Energia alcançou êxito na aquisição de todo o patrimônio de sua principal subsidiária no Brasil, a partir da universalização da controladora de negócios e da realização de operações de consolidação. Concluídas a construção do novo empreendimento UTE Castro Alves (1,2 MW) e a primeira unidade geradora de UTE São João, responsáveis por 50% das 100 MW de potência instalada no empreendimento, a CPFL Energia, atraindo a potência instalada de geração de 1.004 MW, alcançou a construção da UTE São João (1.004 MW), que entrou em operação em 2017 quando a capacidade de geração do grupo passou a atingir 1.207 MW.

Além dos investimentos na construção das distribuidoras adquiridas em 2008, a CPFL Energia tem uma importante participação na distribuição de energia elétrica no Brasil, a CPFL Distribuição, uma das quais, a CPFL Distribuição, em agosto de 2017, optou por uma estratégia de investimento direto em uma planta de geração de energia elétrica, a UTE São João, com capacidade total de 1.004 MW, cuja energia existente corresponde a 7% MW, sendo integralmente disponibilizada para o mercado, a partir de abril de 2019. Consideramos, portanto, a CPFL Energia, para a atual situação de controle, a CPFL Energia e a CPFL Distribuição.

As vendas de energia elétrica, na área de concessão, apresentaram crescimento de 10% em 2017, em relação aos investimentos na área, totalizando 49,03 GWh, com crescimento de 15% (49,47 GWh em 2016), dos quais 1.710 GWh foram adquiridos por meio da compra de energia do sistema de distribuição (TUBS). As vendas para o mercado livre totalizaram 11,22 GWh, registrando crescimento de 5%, com destaque para o crescimento do consumo das classes residenciais (1,1% em 2017 e 1,2% em 2016), tendo-se mantido a liderança do mercado brasileiro, com participação de mercado de 13% e ultrapassando a marca de 6,4 milhões de clientes, com a inclusão de 169 mil novas unidades consumidoras.

CPFL Energia S.A.

Pág. 28

AGÊNCIA PÚBLICA FEDERAL

AGÊNCIA PÚBLICA DE ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

POC – CONTABILIZAÇÃO DE VALORES MONETÁRIOS

DTF – DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA TRILINGUE

DMF – DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA TRILINGUE

DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA TRILINGUE

Equipe de Trabalho

Data: 2008 - 01 - 22 - 10h

01/06/08 - CPFL ENERGIA S.A.

02.429 - 144/2001-90

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Integrou toda a gestão e a missão operacional da empresa para o período de 2007, com o intuito de garantir a transparência e a credibilidade da informação, bem como a participação dos stakeholders. A empresa adotou uma estratégia consistente de gestão de negócios, de acordo com a visão, missão e valores, visando a obtenção de resultados, com foco no crescimento sustentável e na inovação.

Essa demonstração, juntamente com a gestão permanente dos riscos e as ações operacionais, tem como objetivo demonstrar a transparência e a credibilidade da informação, bem como a participação dos stakeholders. A empresa adotou uma estratégia consistente de gestão de negócios, de acordo com a visão, missão e valores, visando a obtenção de resultados, com foco no crescimento sustentável e na inovação.

Integrou toda a gestão e a missão operacional da empresa para o período de 2007, com o intuito de garantir a transparência e a credibilidade da informação, bem como a participação dos stakeholders. A empresa adotou uma estratégia consistente de gestão de negócios, de acordo com a visão, missão e valores, visando a obtenção de resultados, com foco no crescimento sustentável e na inovação.

Integrou toda a gestão e a missão operacional da empresa para o período de 2007, com o intuito de garantir a transparência e a credibilidade da informação, bem como a participação dos stakeholders. A empresa adotou uma estratégia consistente de gestão de negócios, de acordo com a visão, missão e valores, visando a obtenção de resultados, com foco no crescimento sustentável e na inovação.

Integrou toda a gestão e a missão operacional da empresa para o período de 2007, com o intuito de garantir a transparência e a credibilidade da informação, bem como a participação dos stakeholders. A empresa adotou uma estratégia consistente de gestão de negócios, de acordo com a visão, missão e valores, visando a obtenção de resultados, com foco no crescimento sustentável e na inovação.





01-000000 TEL KKKKKKK 5.1

02-124-144-0301-91

DOI: 10.1002/eqe.235

overt supervision. Mas os princípios, nos dois de se cingir de economia com o que a própria parte por conta do exposto colchão de reservas internacionais, e com o entendimento de que a política econômica aliou pela primeira vez em 1997, a política monetária, com redução de juros, com o corte de gastos, com o aumento dos gastos públicos e corte de impostos, dentre outras. De modo que a primeira coisa doméstica tem grandes chances de ser menor e sua superação mais rápida que nos países desenvolvidos.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

Para o levantamento pelo processo de Pesquisa Científica das Distribuições do Grupo para o ano 2007. A esta classe econômica destina-se, na pesquisa, o esforço de estabelecer o do arcabouço teórico sobre em vigor, representado pelo conjunto de leis e decretos da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL. Neste contexto, foi consultada a Resolução RNEEL nº 052/07, que colimou, com a participação do Conselho Nacional de RNEEL nº 338/06, o tratamento dos contornos dentro da metodologia, e das atualizações de dados de 2007 pelo levantamento das distribuições, base de dados para o ano 2007, com o intuito de estabelecer a metodologia ANEEL nº 23/06. A metodologia aqui apresentada, em um levantamento necessário à implementação das ações articuladas no âmbito do Plano de distribuição, assim a pesquisa científica requerida para a implementação das ações. No âmbito da CPE, Europa, uma pesquisa para a obtenção de resultados mais relevantes, dentro das distribuições, em especial, da CPE, Europa.

Para mais detalhes sobre a aprovação da Resolução Normativa nº 342/05, da ANEEL, sobre a dos Pre-Entendidos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional (PRE-DEEN), está chegando o relacionamento entre os dois segmentos de energia elétrica e os seus aspectos jurídicos, contábeis e fiscais, gerenciais, associados ao sistema de distribuição, bem como, entre as contribuições à ANEEL, no que se refere a investimentos de transmissão.

Em 1990, a ANEEL, o Conselho Nacional nº 633/90, por sua vez, atribuiu a Companhia de Energia Elétrica de Curitiba, através da Resolução 168/90, a tarefa de regulamentação de energia elétrica, criando as condições para que a ANEEL estabeleça a remuneração de repasse dessas custos às tarifas dos consumidores.

## TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

### Segmento de Distribuição

### Segunda Revisão Tarifária Periódica

\* En 1 abril de 2018

A ANOVA de dois fatores (o resultado proveniente da segunda regressão linear) revelou que a interação entre CxH e Profundidade Rót com aplicação a partir de 08 de zero a 19 de zero, afetou significativamente a forma demonstrada na tabela 3 segue:

# **STATUS: PROCESSO ZERADO**

## **USO EMPRESA DE SIMPLES COMPLEMENTAR**

CPFL - COMPANHIA DE UTILIDADES PÚBLICAS

CPFL - TRANSMISSÃO, TRANSMISSÃO, TRANSMISSÃO

CPFL - TRANSMISSÃO, TRANSMISSÃO, TRANSMISSÃO

CPFL - TRANSMISSÃO, TRANSMISSÃO, TRANSMISSÃO

Legislação Societária

Data Base: 21/07/2014

00000 - CPFL SANTA CRUZ S.A.

00.000.000/0000-00

## **EMPRESA DE UTILIDADES PÚBLICAS**

### **Em outubro de 2008**

A CPFL aprovou o resultado provisório da segunda revisão tarifária, consolidada 2008/2009, da CPFL Transmissão, Transmissão, Transmissão, a partir de 23 de outubro de 2008, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

### **Em fevereiro de 2009**

A CPFL aprovou o resultado definitivo da segunda revisão tarifária, consolidada 2008/2009, das empresas CPFL Santa Cruz, CPFL Transmissão, CPFL Transmissão, CPFL Transmissão e CPFL Transmissão, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Índice Divulgado pelo Conselho de Administração	CPFL Transmissão	CPFL Santa Cruz	CPFL Transmissão				CPFL Transmissão	CPFL Transmissão
			CPFL Transmissão	CPFL Transmissão	CPFL Transmissão	CPFL Transmissão		
<b>Índice Base</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Reajuste Tarifário</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>
<b>Reajuste Tarifário com Componentes Financeiros</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>

Índice Divulgado pelo Conselho de Administração	CPFL Transmissão	CPFL Santa Cruz	CPFL Transmissão			
			CPFL Transmissão	CPFL Transmissão	CPFL Transmissão	CPFL Transmissão
<b>Índice Base</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Reajuste Tarifário</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>

## **Reajuste Tarifário Anual**

### **Em outubro de 2008**

A CPFL aprovou o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRTA) para a CPFL Transmissão, Transmissão, Transmissão, a partir de 23 de outubro de 2008, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

### **Em fevereiro de 2009**

A CPFL aprovou o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRTA) para as empresas CPFL Santa Cruz, CPFL Transmissão, CPFL Transmissão, CPFL Transmissão e CPFL Transmissão, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

Índice de Reajuste Tarifário (IRTA)	CPFL Transmissão	CPFL Santa Cruz	CPFL Transmissão			
			CPFL Transmissão	CPFL Transmissão	CPFL Transmissão	CPFL Transmissão
<b>Índice Base</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>
<b>IRTA Escondido</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>
<b>Componentes Financeiros</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>
<b>IRTA Total</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>

## **Segmento de Geração**

A CPFL aprovou a variação de energia relativa às geradoras, conforme demonstrado nas tabelas a seguir.

SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA – DISTRIBUIÇÃO E, ADICIONALMENTE, COMERCIALIZAÇÃO  
 DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE UM SISTEMA DE VENDA  
 DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE UM SISTEMA DE VENDA  
 DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE UM SISTEMA DE VENDA  
 DE ENERGIA ELÉTRICA POR MEIO DE UM SISTEMA DE VENDA

Logradouro: Sociedade  
 Rua: Rua: 11.12.1718

01.856-1-0000-0000-0000-0000

02.423.141-0001-00

1000-0000-0000-0000-0000-0000

## 3. Desempenho Operacional

### VENDAS DE ENERGIA

A venda de energia elétrica no mercado de concessão, realizada através do segmento de distribuição, cresceu em 5,5% totalizando 40.033 GWh (46.475 GWh em 2007). As vendas para o mercado livre totalizaram 37.023 GWh sendo vendidas através de 11.12.141 por meio da tarifa de uso do Sistema de Distribuição (TUSD). A venda de energia elétrica para o setor livre e por meio de contratos bilaterais totalizou 4.000 GWh.

No mercado livre, destaca-se o crescimento das vendas no segmento industrial (1,1%) e comercial (2,2%), que juntas representaram 81,9% da venda comercial para os clientes livres das distribuidoras do grupo. Devido à demanda no setor de aquisição de energia da LPE Energy Brasil em 2007, o crescimento total foi inferior ao do LPE Energy Brasil, o desempenho das vendas foi:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumento de 0,9% e 0,1%, respectivamente. O crescimento da classe comercial foi favorecido pela mudança da massa salarial e da tarifa de crédito em patamares elevados. Isso refletiu, entre outras coisas, a redução dos preços de eletrodomésticos, permitindo a expansão do consumo da classe residencial. As temperaturas registradas durante o período de verão de 2008, que tiveram uma das temperaturas mais altas do ano anterior, e o crescimento de clientes da classe rural para a classe residencial também contribuíram para o crescimento do consumo dessa classe;
- **Classe Industrial:** aumento de 2,1%, devido à forte expansão do setor de construção civil, compensada pela migração de clientes comerciais para o mercado livre, e devido ao crescimento dos chamados clientes especiais, que têm demanda contratada acima de 500 Mw e estão qualificados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassas e Eólicas. A partir de novembro de 2008, a classe foi também afetada pela crise financeira internacional.

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R\$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), veja a Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Financeiras.

### DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

A LPE Energy atua permanentemente com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e melhorar a qualidade dos serviços prestados aos distribuidores do grupo. Para isso, tem estimulado a incorporação das melhores práticas de operação, monitoramento, manutenção e modernização do sistema elétrico em programas de manutenção preventiva e corretiva, na melhoria de atendimento às solicitações dos clientes e de serviços de emergência e na melhoria da infraestrutura de suporte às operações.

Essas atividades refletem-se nos dados dos indicadores que medem a eficiência operacional das distribuidoras, na qualidade dos serviços prestados e nos índices de











01966 0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-91

## 15 - RELEVÂNCIA ADMINISTRATIVA

- a) - Representação da principal das debêntures da CPFL Energia e da Roraima (R\$ 154 milhões);
- b) - CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Pernambuco e RCP - garantidores, no âmbito das operações CREDES e outras instituições financeiras, totalizando R\$ 11 milhões com seguinte perfil:
  - i) - Emissões de debêntures pela RCP - no montante de R\$ 30 milhões; e pela CPFL Pernambuco - no montante de R\$ 100 milhões, para cobertura de Juros;
  - ii) - Amortizações baseadas no pagamento de dívidas em moeda estrangeira suportadas pela Resolução BACEN nº 27/90, realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Pernambuco e RCP - totalizando R\$ 199 milhões;
  - iii) - Amortização de linhas de capital de giro pela RCP - no montante de R\$ 170 milhões;
  - iv) - Amortizações líquidas de captações de financiamento junto às BACENS da CPFL Paulista, CPFL Pernambuco e RCP, totalizando R\$ 28 milhões;
- c) - Garantia eventual das dívidas em moeda estrangeira, líquida da valorização no saldo de reservas, no montante de R\$ 45 milhões;

Para mais detalhes referentes ao endividamento ver Notas Explicativas nº 16 e 17 das Demonstrações Financeiras.

## 5. Investimentos

Em 1990 o grupo CPFL Energia investiu R\$ 1.144 milhões em obras para a expansão da captação e fortalecimento da participação do grupo na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Foram desbolsados R\$ 570 milhões na expansão dos projetos, abrangendo a construção de usinas hidrelétricas, a reposição após o período construtivo indutor, e a ampliação e reforma do sistema elétrico, para atender ao crescimento decorrente da expansão das distribuidoras. Foram ainda, empregados recursos de R\$ 574 milhões nos melhoramentos no sistema elétrico, na logística de operações, nos sistemas de infraestrutura de suporte às operações, nos diversos segmentos de negócios, na segurança, na racionalização e serviços de valor agregado do grupo, totalizando investimentos de R\$ 11 milhões.

### Distribuição de Energia

Os investimentos totalizaram R\$ 505 milhões. Desse montante, R\$ 473 milhões foram destinados ao planejamento e ao reforço do sistema elétrico para atender a demandas futuras de consumo de energia, quanto ao número de linhas, regeneração pela vida útil das linhas no exterior. Foram ainda, destinados R\$ 302 milhões em melhoramentos na infraestrutura do sistema elétrico, em infraestrutura operacional, na modernização dos sistemas de suporte à gestão e operação, nos serviços de atendimento aos clientes,





13.  $12\text{H}^+ + 10\text{Br}^- + 2\text{IO}_3^- \rightarrow 5\text{I}_2 + 6\text{H}_2\text{O} + 10\text{Br}_2$

Em 2006, a adesão ao CBR, energia representaram desvalorizações de 14 e 16,4%, respectivamente de 25,6%, no mesmo período, o ano anterior a 7% 30,1% por ação e 10,3% 30,1% por CBR, respectivamente.

As vendas regionais da cerveja brasileira atingiram 42,36 milhões de galões, dos quais R\$ 17,4 milhões na cervejaBrewersp e R\$ 13,6 milhões na Bevco, representando um aumento de 11,4% no número de negócios realizados na SNA-Beverage do Interior. São 135 estabelecimentos em 2007, contra 124 em 2006, para 918 negócios em 2007, contra 804 em 2006.

## 8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A 1996, a Fundação Nacional de Desenvolvimento (FND) lançou o primeiro plano de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Brasil, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1996-2000. O plano estabeleceu como prioridade a melhoria da infraestrutura, a promoção da competitividade e a sustentabilidade ambiental. O plano também estabeleceu a criação de uma Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CNDS) para avaliar o progresso da implementação do plano e a promoção da sustentabilidade.

### Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética

[illegible]

## Gestão da Excelência Empresarial

A INQI também estuda a cooperação, por seus empresas controladas, de um sistema de Gestão Integrado-QCI, baseado no Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional do Desenvolvimento (FND) para sistema de participação e melhoria da produtividade, processos de trabalho, em caráter de empresas, escolas, hospitais, etc. INQI, QCI, Gestão Ambiental (GSA), QCI, Gestão da Qualidade da Informação (GQI), Gestão da Qualidade (GSA), QCI e Gestão da Responsabilidade Social (RS), a adicionalidade do sistema é monitorada permanentemente por meio de indicadores primários de desempenho em áreas por organizações externas, a nível nacional, gerenciadas pelo CEN, Reclamação, CEN, Reclamação, CEN, Gerenciamento, RS.



DOI: 10.1002/ps.1853

Atualmente, no Brasil, no exercício da simplificação do Estruturação, são 8 grupos no CPEL: Instituto CPEL Pernambuco, CPEL Bahia, CPEL Ceará, e o grupo de sua implantação nos Estados do RJ, CE, Santa Cruz e CPEL Jaguar. Essa metodologia permite identificar oportunidades de melhoria e de redução das perdas nos processos e trabalho.

Foram fundadas sob diferentes esponsos, mantendo o nome pelo CNPI Paulista e pelo CNPI Grande Teresopolis. A CNPI Paulista que em 2006 foi a única participante no 1º Encontro Nacional da Qualidade e RBQ, em 2008, recentemente foi vencedora do Prêmio Nacional de Qualidade e seguiu no sistema método orientado. Esse selo ganha notoriedade com os prêmios recebidos pelo diferenciador de Associação Brasileira de Distribuidores de Energia e Eletro-Áreas, em 2008 (grau 1) e mais tarde pelo selo de excelência em 2010 e 2011. A RBQ Grande Teresopolis conquistou o Prêmio RBQ 2008, Troféu Ouro, no 1º Encontro Nacional da Qualidade e Eletroenergia RBQ.

### Gestão de Relacionamento com os Clientes

A maior mudança do grupo CPLP é a adoção de estratégias específicas para assegurar a credibilidade, tanto no processo de confiança e credibilidade com seus clientes, quanto com o público em geral. A primeira no atendimento às solicitações e no envio de mensagens que envolvem ações de comunicação direta com o público de oferta. No entanto, os seus dados, a nível nacional, a favor da credibilidade, da confiança e da credibilidade, a empresa além de participar de campanhas de divulgação, através dos meios de divulgação de mensagens em canais de sucesso. As atividades de marketing também incluem o Conselho de Consumidores, para avaliar a qualidade dos serviços prestados, e com pesquisas periódicas com os clientes para identificar os pontos de melhoria dos serviços.

Na cidade de 2009 a CPEL recebeu reconhecimento do Prêmio ABEL Brasil, que atende o melhor índice de satisfação de clientes entre todas as distribuidoras brasileiras, na categoria avaliada pela ABEL, referente a 2007. Em sequência, a CPEL conquistou o destaque na pesquisa realizada na AQUEL, referente a 2008, conquistando o Prêmio ABEL - Selo de Qualidade 2008, com sua categoria, tendo recebido a CPEL Pontuação máxima índice de satisfação de 79,76%. Destacando, ainda, para os serviços de telefonia móvel, o 66,92%, e 64,1% para a CPEL Lacombe, 74,41% da CPEL Costa e Silva e 74,11% da CPEL Maracá (ANEXO 1) - todos superiores a média nacional de 52,61%.

## Gestão de Recursos Humanos

43,8% da população em idade de votar (71,9% da população em idade de votar) de 12,98% o tempo médio de duração de cada manifestação (11,7% da população em idade de votar) de 38 anos.

A fim de obter dados das empresas do Grupo resultantes das pesquisas e levantamentos de realidade e caracterização de relações humanas, com base no conhecimento teórico de conhecimentos construídos para os negócios, sucesso de liderança, liderança da unidade, liderança em saúde e segurança ocupacional nas organizações.

## 1. OBJETIVO DA AVALIAÇÃO DE RISCO

O CPFL Energia tem como objetivo avaliar os riscos de transição associados às atividades de negócio, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos, bem como os impactos de transição associados às atividades de negócio, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos.

A avaliação de risco e de impacto foi o instrumento utilizado para a identificação dos riscos de transição associados às atividades de negócio, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos, bem como os impactos de transição associados às atividades de negócio, considerando os impactos ambientais, sociais e econômicos.

## Relacionamento com a Comunidade

Em 2023, foram realizadas ações que visaram contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Energia atua, considerando:

- **CPFL Cultura:** promoção e valorização do patrimônio cultural e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades, considerando as atividades de promoção de apresentações artísticas, culturais, esportivas e desportivas, bem como a promoção e valorização da população e da comunidade, bem como a promoção e valorização da população e da comunidade.
- **Programa CPFL de Revitalização dos Hospitais Filantrópicos:** projeto que visa promover o desenvolvimento dos hospitais filantrópicos, considerando as atividades de promoção de apresentações artísticas, culturais, esportivas e desportivas, bem como a promoção e valorização da população e da comunidade.
- **Programa de Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA):** as empresas do Grupo CPFL Energia destinaram em 2023 cerca de R\$ 2,5 milhões para 226 projetos mantidos por entidades que promovem atividades e ações em favor das crianças e adolescentes, bem como a promoção e valorização da população e da comunidade.

CPFL ENERGIA S.A.

CP-429-144/2008-L-93

1506 - REGISTRO DA ADMINISTRAÇÃO

## Influência e Liderança na Cadeia de Valor

Desde 2003, a CPFL desenvolve o Programa Cadeia de Valor, um fórum constituído por líderes de empresas do setor, com o objetivo de estimular a sustentabilidade e a inovação, melhorando a sustentabilidade da cadeia de suprimento da empresa. Em 2005, a CPFL aderiu ao Fórum de Sustentabilidade das Empresas e, desde então, as empresas participantes - sendo que importantes fornecedores da CPFL - têm vindo a desenvolver projetos conjuntos com a CPFL, visando a sustentabilidade dos seus fornecedores.

Em 2008, também foi realizada a segunda edição do Fórum CPFL. No entanto, que tem o objetivo de estimular a sustentabilidade dos membros da cadeia de suprimento da CPFL, através da identificação de empresas que se destacam, avaliadas entre outros, nos indicadores das empresas do Grupo. Desde então, foi incluída a categoria de fornecedores de serviços, os quais são avaliados mensalmente pelas áreas operacionais.

No âmbito da companhia também deu continuidade ao Programa de Desenvolvimento Sustentável com o Fund. Multilateral de Investimentos (FMI) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto Ethos, com o objetivo de promover práticas de sustentabilidade na cadeia de negócios, envolvendo clientes e fornecedores. A CPFL é uma "empresa-âncora" do Programa, no setor de energia. Em 2008, foram realizadas o 1.º Seminário Nacional e o 2.º Seminário Regional e o 3.º Encontro Global do Programa, com 700 participantes, entre fornecedores e clientes.

## Compromissos Empresariais

A CPFL - Energia é signatária dos seguintes compromissos: Global Compact (Empresa comprometida pela Integridade e Combate à Corrupção); Objetivos de Desenvolvimento do Plano GRI; Política Zero Tolerância Contra a Exploração Sexual de Menores e Adolescentes nas Relações de Trabalho; Acordo da Cadeia de Fornecedores.

Em 2008, a CPFL - Energia aderiu ao Código For Climate, um compromisso a nível de Estado-Membro da Organização das Nações Unidas (ONU), que visa estimular o melhoramento das mudanças climáticas.

Por sua vez, a CPFL - Energia apresenta ainda como uma das suas prioridades e iniciativas que contribuem para a mitigação dos impactos do aquecimento global, no âmbito da sua estratégia signatária do Código For Climate, realizada pela CPFL - Energia.

Por outro lado, a CPFL - Energia assumiu a coordenação da Comissão de Gestão das Mudanças e promoveu o 1.º Encontro de Empresas de São Paulo, a nível do Estado de São Paulo.

## Gestão dos Impactos Ambientais - Projetos sustentáveis de energia elétrica

A CPFL - Energia desenvolve projetos que buscam maximizar os benefícios ambientais, ambientais e mitigar os impactos socioambientais de suas

CLASSE 3.0701 ENERGIA E A.

02.425.144-0701-91

# 1.1.1. RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Empreendimentos contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução do consumo das águas contaminadas do plano estadual.

## Gerção de Energia:

### Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCMs

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL/ Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs** com o objetivo de aumentar a potencialidade e o aumento da área inundada. A UPE Energia desenvolveu um projeto estruturado nos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo MDL, com a venda dos CRMs, que permitiu a comercialização de Certificados de Redução de Emissões de CO<sub>2</sub> (CERs). Em 2008, foram comercializados 37.583 CRMs referentes ao período de 2008 a 2012, com a venda de 307 milhões.
- **Controle de Plantas Aquáticas:** desenvolvida no reservatório da UPE Americana com a coleta e remoção de 17.860 m<sup>3</sup> de material (correspondentes a 44 toneladas).
- **Educação Ambiental:** o Projeto da Associação Barra Escola da Natureza, desenvolvido pela UPE, atendeu mais de 48 mil pessoas no ano.
- **Programa de Conservação da Ictiofauna:** coleta de 270 mil alevinos de 13 espécies e 1 milhão e nos nos 4 criatórios das nascentes micropeixes das áreas de proteção da Companhia.

### Cia Energética Rio das Antas-Ceran (UHE Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho)

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo MDL/ Cia. Energetica Rio das Antas-Ceran:** com o primeiro registro no mercado envolvendo a venda de CRMs de uma usina hidroelétrica hidroelétrica, foi obtido o crédito de 254 mil CRMs relativos à geração hidroelétrica da UHE Monte Claro no período de 2005 a 2012, com o investimento bruto de 5,7 milhões de reais. A Ceran ainda possui as Usinas de Itaipu e da UPE Castro Alves e 14 de Julho.

### Bacia - Energetica Barra Grande (UHE Barra Grande)

- **Programas Socioambientais:** A Bacia deu continuidade ao projeto do Monitoramento da Infraestrutura por 10 anos da área de influência da UHE Barra Grande, com a implementação de Benefícios Comunitários. A empresa ainda realizou a compra de 1.500 m<sup>2</sup> de terras na Reserva Nacional São Joaquim, no Estado de Pernambuco Ambiental.

### Enercan - Campos Novos Energia (UHE Campos Novos)

- **Programas Socioambientais:** A Enercan manteve em 2008, as ações do Fundo de Desenvolvimento Social, repassando recursos para o desenvolvimento de ações sociais em favor de quatro municípios situados na região de influência da

02-429-11464241-41

El Club de Músicos Forajidos recibió las primeras becas del programa de becas pido Fondo de Desarrollo Rural, para luego a financiarlos de becas del club.

• **Projeto Chapelão Energia** do Plano de Programa Ação Povo, um programa de geração de emprego e renda voltado às famílias que não se enquadraram nos benefícios de reassentamento oferecidos pela empresa, mas possuem condições para produzir atividades agrícolas pelo empreendimento. Para manter uma relação próxima com a população foram instalados núcleos locais de Referência para fortalecimento da produção. Além das visitas ocasionais, as famílias foram envolvidas em atividades sobre o empreendimento e também podem registar suas reivindicações e dúvidas sobre suas condições habitacionais.

Este Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste do Ceará, criada em 1979, tem o objetivo de EID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e FME (Fundo de Investimentos e Estudos) para o Nordeste. Ele é o primeiro fundo de desenvolvimento criado no Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região.

## CPFL Paulista e CPFL Paulista Energia

- **Projetos de P&D** que geram benefícios ambientais, por eliminar, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.
  - A CIEL, Parlistra e a CIEL Distribuição deram prioridade aos projetos orientados para geração de energia elétrica a partir de resíduos sólidos, uso de montanhas Rotes de Energia e Vegetação.
  - A CIEL Distribuição aderiu mais de 250 mil adesivos de transferência de energia para beneficiar em sua rede de distribuição. As vantagens do adesivo é a utilização do óleo transformador não é tóxico, agressivo ao ambiente, não é inflamável e a manutenção do equipamento.
- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente 80 mil mudas, e plantio nos 16 seus áreas de atuação.
- **Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14001:04.** A certificação é validada anualmente, Conselho de Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica, Conselho Ambiental e Planos de distribuição.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CEO EMPRESA Nº SUPLENTE COMPLEMENTAR****TCM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****TCM - Conselho Regulador Econômico e Financeiro do CVM****EMPRESA (EMPRESAS), INDUSTRIAS E OUTRAS****Suplementação Reportagem****Regulação e Interação****Deliberação - 13/12/2009****00000 0 CPFL ENERGIA S.A.****02-429-144.0501-91****LISTA DE DESTAQUES ADMINISTRATIVOS**

- **Carta Capital 2008/TNS InterScience** - Empresa mais sustentável do Brasil (Categoria Fornecedores de Energia)
- **Guia Exame de Sustentabilidade 2008** - Empresa modelo pelo ano 2008
- **Guia Exame/Você SA - Melhores Empresas para Você Trabalhar** - Melhor empregadora em Energia e Gestão pelo ano 2008
- **Balanco Anual 2008 - Gazeta Mercantil** - Melhor empresa em setores 2008
- **Prêmio Expa Money 2008** - Resposta do Investidor Ideal do Mercado Regulado Financeiro
- **Gestão & RH Editora** - Entre as 100 Melhores Empresas de Qualidade de Recursos Humanos Organizacionais (ORGO), e Destaque pelas Práticas de Sustentabilidade e Governança Corporativa
- **Prêmio Intangíveis do Brasil - Revista Presença Internacional do Brasil - PIB 2008** - Categoria: Área Governança Corporativa
- **Prêmio Master Card Brasil - 2008 - Grupo Procan** - Categoria: Melhor Marca Brasileira 2008 | Categoria Administração e Comercialização de Serviços
- **XIII Prêmio Nacional da Qualidade de Vida (PNQV) - Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV)** - Categoria Inovação - Qualidade de Vida

**DISTRIBUIDORAS****• CPFL Paulista****Prêmio Nacional da Qualidade\* - PNQ 2008, da Fundação Nacional da Qualidade-FNQ****Prêmios Abradae 2008 - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica:****- Melhor Distribuidora de Energia do Brasil****- Qualidade da Gestão - Nacional****- Gestão Econômico-Financeira - Nacional****- Gestão Operacional - Nacional****- Responsabilidade Nacional - Nacional****Prêmio IASC 2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)****- Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Região Sudeste - Acima de 400 mil unidades consumidoras****Prêmio "Medalha Eloy Chaves" - Regulação de Energia - Fundação Procan - Categoria Empresas Predominantemente Distribuidoras de Energia****CPFL - 02/09/2010****02/09/2010**

CPFL E CPFL ENERGIA S.A.

02 409 144/0001-91

#### CPFL – CPFL ENERGIA S.A.

em 2009, empreendedores – em avaliação da Associação Brasileira das Empresas de Energia Elétrica (ABEE).

**XVIII Prêmio FGV em Excelência Empresarial** – Melhor Perfil sobre o Patrimônio líquido em 2008.

**Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:**

• Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Nacional – Empresas Locadoras

• Melhor Abrangência Estadual

• Melhor Desempenho em Operação – Nacional

• Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Região Sudeste

#### • RGE

**Prêmio Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade-2008** – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP) – Troféu Ouro

**Prêmio Expressão Ecologia** – Revista Expressão – Categoria Recuperação de Áreas Degradadas e Categoria Controle da Poluição Atmosférica

**Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:**

• Melhor Desempenho Comercial – Nacional

• Melhor Evolução – Região Sul

#### • CPFL Santa Cruz

**Prêmio “Medalha Eloy Chaves”** – Segurança do Trabalho – Prêmio Ouro – Categoria Empresas Produtoras e Distribuidoras de Energia Elétrica em avaliação da ABEE

**Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS)** – Segurança e Saúde no Trabalho e Prêmio Topom Gestão na categoria Elétrica

#### • CPFL Jaguaré

**Prêmio “Medalha Eloy Chaves”** – Segurança do Trabalho – Prêmio Bronze – Categoria Empresas Produtoras e Distribuidoras de Energia Elétrica em avaliação da ABEE

**Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS)** – Segurança e Saúde no Trabalho

**Prêmio Eletricidade 2008 – Revista Eletricidade Moderna:**

• Melhor Distribuidora de Energia Elétrica – Nacional – Empresas Locadoras com menos de 40 mil consumidores



EMPRESA PÚBLICA FEDERAL – 2008 EMPRESA DO SISTEMA COMPREENSIVO  
 COM – CONCESSÃO DE VALORES HUPFIDÁRIOS  
 CPFL – Participações e Finanças das Indústrias e  
 EMPRESAS INDUSTRIAIS, INDUSTRIAIS E OUTRAS  
 Empreendimentos Seguros

Localização: São Paulo  
 Data Base: 12/12/2008

0.866-1-CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-13

### 3.01- RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### • CPFL Leste Paulista

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho

Prêmio Eletricidade 2008 - Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Desempenho em Engenharia - Empresas Menor de 10 mil consumidores

#### • CPFL Sul Paulista

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho.

#### • CPFL Mococa

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho.

Prêmio Eletricidade 2008 - Revista Eletricidade Moderna:

- Melhor Desempenho em Engenharia - Nacional - Empresas Menor de 10 mil consumidores.

### GERADORAS

#### • CPFL Geração

Prêmio Agência Brasil de Segurança (ABS) - Segurança e Saúde no Trabalho - Primeira Temporada Grande Barragem Prata.

Prêmio Fundação Coge - Categoria Águas Ambientais - Melhor Avaliação de Recuperação de Áreas.

#### • Enercan (Campos Novos Energia)

Prêmio Fundação Coge

- Categoria Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho - Prata e Bronze

- Categoria Águas do Meio Ambiente - Prata - Programa Fundação Coge

#### • Balsa (Energética Barra Grande)

Prêmio Empresa Amiga da Criança 2008 - Resposta à Criança - no Atendimento.

Excelência em Gestão Sustentável 2008 - Gestão Corporativa e Sustentabilidade

Prêmio Fritz Müller 2008 - Fundação de Meio Ambiente - SC

- Programa de Sustentabilidade Balsa



GRUPO CPFL ENERGIA S.A. 1957 EMPRESA 27 SEMPRE CONFERÊNCIA,  
 COM ANÁLISE DE VALORES ADICIONAIS  
 DIFERENÇAS FINANCEIRAS E DIFERENÇAS  
 EMPRESAS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E OUTRAS  
 EMPRESAS, EMPRESAS, EMPRESAS

01000 - CPFL ENERGIA S.A.

22 429.110/1001-93

1957 RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

## 10. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2008. Agradecemos, ainda, de forma especial, aos funcionários pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço [www.cpfl.com.br/en](http://www.cpfl.com.br/en).



31676 0 CUBA ENERGY S.A.

52.430 114.0501.91

11 3611 441 3/4 0 1/12 25

## CPFL ENERGY S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 [ 1<sup>o</sup> DE 2007

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## : : ICDN\*EXID OPERACIONAL

[illegible]

• **Exatidão** refere-se aos resultados obtidos e comparados aos seguintes critérios: especificação, normas técnicas, normas de segurança, normas de diversos departamentos de graduação de materiais, normas técnicas, normas técnicas, normas técnicas, normas técnicas.

1 - Atividades de distribuição

*Parrioglossus aeneus*.

Antes da Paulista de Força e Luz

A Companhia de Recuperação Econômica do Ceará (CEREC) foi criada em 1995 para executar, por meio de convênios, o saneamento básico das áreas urbanas e rurais, com o objetivo de melhorar a qualidade ambiental e a saúde da população. A CEREC atua em 11 municípios: Aracati, Araripe, Caracara, Cariri, Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracá, Maranguape e São João do Rio Preto. Para a execução dos projetos, a CEREC recebe recursos do Estado do Ceará, do Município de São João do Rio Preto e do Poder Judiciário, além de recursos próprios. A CEREC também recebe recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

**Companhia Paratiinga de Força e Luz**

A Companhia Energética de São Paulo (CESP) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, SP, e é a principal concessionária do serviço público de energia elétrica no Estado de São Paulo, detendo a transmissão de energia para 70 municípios do interior e para o Estado de São Paulo, detendo a distribuição de energia para 2 milhões de consumidores. Entre as principais companhias do setor energético do Brasil, possui o prazo de concessão mais longo, em 2020, podendo ser prorrogado por mais de 40 anos de forma automática. A Companhia possui 101 mil empregados e uma receita de R\$ 16,4 bilhões.

## Compania a Luján Ferra Santa Cruz

O município de São Paulo possui duas COPEL (Sociedade Civil de Economia Local) e uma Associação de Desenvolvimento do Município, ambas sob o nome de Associação de Desenvolvimento do Município de São Paulo, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município. A Associação de Desenvolvimento do Município de São Paulo é uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município. A Associação de Desenvolvimento do Município de São Paulo é uma entidade sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do município.



91956 G CPFL ENERGIA S.A.

021449.1442/0001-95

## 111 - SOCIEDADES EXPLICATIVAS

### Participações diretas

#### CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede social no Capital Social das outras sociedades. Detém 49,99% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, com poder de voto limitado de 118,6 milhões de votos, representando de fato a totalidade no Estado de São Paulo, a concessão de energia elétrica de 22,72% da capacidade instalada por uma rede nominal de 30.000 MW, com uma capacidade instalada de 10.000 MW, sob o contrato de concessão de energia elétrica celebrado no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1989, com o Estado do Rio de Janeiro. A concessão de energia elétrica foi aprovada pelo Conselho de Administração da CPFL Geração em 24 de novembro de 1989, com o voto de 100% dos acionistas. A CPFL Geração é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede social no Capital Social das outras sociedades. Detém 49,99% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, com poder de voto limitado de 118,6 milhões de votos, representando de fato a totalidade no Estado de São Paulo, a concessão de energia elétrica de 22,72% da capacidade instalada por uma rede nominal de 30.000 MW, com uma capacidade instalada de 10.000 MW, sob o contrato de concessão de energia elétrica celebrado no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1989, com o Estado do Rio de Janeiro. A concessão de energia elétrica foi aprovada pelo Conselho de Administração da CPFL Geração em 24 de novembro de 1989, com o voto de 100% dos acionistas.

### Participações indiretas:

#### CPFL São Centrais Elétricas Ltda.

A CPFL São Centrais Elétricas Ltda. (CPFL São Centrais Elétricas) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede social no Capital Social das outras sociedades. Detém 49,99% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, com poder de voto limitado de 118,6 milhões de votos, representando de fato a totalidade no Estado de São Paulo, a concessão de energia elétrica de 22,72% da capacidade instalada por uma rede nominal de 30.000 MW, com uma capacidade instalada de 10.000 MW, sob o contrato de concessão de energia elétrica celebrado no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1989, com o Estado do Rio de Janeiro. A concessão de energia elétrica foi aprovada pelo Conselho de Administração da CPFL São Centrais Elétricas em 24 de novembro de 1989, com o voto de 100% dos acionistas.

#### ENEL SA - Energética Santa Grande S.A. (controlada em conjunto)

A ENEL SA - Energética Santa Grande S.A. (ENEL SA) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede social no Capital Social das outras sociedades. Detém 49,99% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, com poder de voto limitado de 118,6 milhões de votos, representando de fato a totalidade no Estado de São Paulo, a concessão de energia elétrica de 22,72% da capacidade instalada por uma rede nominal de 30.000 MW, com uma capacidade instalada de 10.000 MW, sob o contrato de concessão de energia elétrica celebrado no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1989, com o Estado do Rio de Janeiro. A concessão de energia elétrica foi aprovada pelo Conselho de Administração da ENEL SA em 24 de novembro de 1989, com o voto de 100% dos acionistas.

#### Sempas Nova Energia S.A. (controlada em conjunto)

A Sempas Nova Energia S.A. (SEMPAS) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede social no Capital Social das outras sociedades. Detém 49,99% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, com poder de voto limitado de 118,6 milhões de votos, representando de fato a totalidade no Estado de São Paulo, a concessão de energia elétrica de 22,72% da capacidade instalada por uma rede nominal de 30.000 MW, com uma capacidade instalada de 10.000 MW, sob o contrato de concessão de energia elétrica celebrado no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1989, com o Estado do Rio de Janeiro. A concessão de energia elétrica foi aprovada pelo Conselho de Administração da SEMPAS em 24 de novembro de 1989, com o voto de 100% dos acionistas.

#### CPRAV - Companhia Energética Rio das Antas (controlada em conjunto)

A CPRAV - Companhia Energética Rio das Antas (CPRAV) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede no Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-00, com sede social no Capital Social das outras sociedades. Detém 49,99% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, com poder de voto limitado de 118,6 milhões de votos, representando de fato a totalidade no Estado de São Paulo, a concessão de energia elétrica de 22,72% da capacidade instalada por uma rede nominal de 30.000 MW, com uma capacidade instalada de 10.000 MW, sob o contrato de concessão de energia elétrica celebrado no Rio de Janeiro em 24 de novembro de 1989, com o Estado do Rio de Janeiro. A concessão de energia elétrica foi aprovada pelo Conselho de Administração da CPRAV em 24 de novembro de 1989, com o voto de 100% dos acionistas.





00000000000000000000000000000000

00.429.144/0001-93

## TRF - VOLTAS EXPERIÊNCIAS

Participação direta.

### CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL Brasil) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a comercialização de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A CPFL Brasil é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Brasil. A CPFL Brasil é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Brasil. A CPFL Brasil é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Brasil. A CPFL Brasil é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Brasil.

Participações indiretas:

### Chon As - Comercialização de Energia Elétrica Ltda

A Chon As - Comercialização de Energia Elétrica Ltda (Chon As) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a comercialização de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Chon As é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da Chon As. A Chon As é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da Chon As. A Chon As é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da Chon As.

### CPFL Comercialização Cene Sul S.A.

A CPFL Comercialização Cene Sul S.A. (CPFL Cene Sul) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a comercialização de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A CPFL Cene Sul é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Cene Sul. A CPFL Cene Sul é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Cene Sul.

### Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. (Sul Geradora) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a geração de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Sul Geradora é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da Sul Geradora. A Sul Geradora é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da Sul Geradora.

### CPFL Planalto Ltda

A CPFL Planalto Ltda (CPFL Planalto) é uma sociedade de pessoas com personalidade jurídica própria, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a comercialização de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A CPFL Planalto é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Planalto. A CPFL Planalto é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Planalto.

### CPFL Serviços Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.

A CPFL Serviços Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Serviços) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a comercialização de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A CPFL Serviços é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Serviços. A CPFL Serviços é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Serviços.

### CPFL Agência Centro de Contatos e Atendimento Ltda

A CPFL Agência Centro de Contatos e Atendimento Ltda (CPFL Agência) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, cuja finalidade é a comercialização de energia elétrica e prestação de serviços relacionados à produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. A CPFL Agência é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Agência. A CPFL Agência é controlada pela CPFL Energia S.A. (CPFL Energia), que é a controladora de fato e de direito da CPFL Agência.



ATUAL S. CPPE ENERGIA S.A.

02.429.114/2011.02

## 11 - NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO

O NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO foi criado em 01 de dezembro de 2008 e tem como objetivo, em todas as situações referentes às modificações patrimoniais previstas no Decreto nº 4.174/2002, analisar as alterações patrimoniais e emitir parecer sobre a legalidade das mesmas, bem como a observância da Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

As alterações patrimoniais previstas na Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• O NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO foi criado em 01 de dezembro de 2008 e tem como objetivo, em todas as situações referentes às modificações patrimoniais previstas no Decreto nº 4.174/2002, analisar as alterações patrimoniais e emitir parecer sobre a legalidade das mesmas, bem como a observância da Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• O NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO foi criado em 01 de dezembro de 2008 e tem como objetivo, em todas as situações referentes às modificações patrimoniais previstas no Decreto nº 4.174/2002, analisar as alterações patrimoniais e emitir parecer sobre a legalidade das mesmas, bem como a observância da Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• A Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• O NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO foi criado em 01 de dezembro de 2008 e tem como objetivo, em todas as situações referentes às modificações patrimoniais previstas no Decreto nº 4.174/2002, analisar as alterações patrimoniais e emitir parecer sobre a legalidade das mesmas, bem como a observância da Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• A Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• A Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

• A Lei nº 11.898/2008, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e as alterações previstas na Lei nº 12.465/2012, que dispõe sobre a transparência das informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

Os dados e informações de natureza financeira e econômica, bem como as informações de natureza jurídica, que forem necessárias para a realização das atividades do NÚCLEO DE INVESTIGAÇÃO, serão fornecidas pelo órgão ou entidade responsável por elas.

U. BLZ. = CFP. ZHBRDIA S.A.

22.454.144/5031 33

1-01 2011 25 2011 2011 2011

	Tubo 100,00		Estimativa
	2009	2007	2007
Respostas antes de adição da Luta = 4143000	1.273.697	1.624.321	1.624.321
Adição:			
- 1000	1.000	1.000	1.000
- 10000	10.000	10.000	10.000
- 100000	100.000	100.000	100.000
- 1000000	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Subtotal:	1.011.000	1.111.000	1.111.000
Total de respostas antes da Luta = 1.635000	1.273.697	1.635.321	1.635.321

For the purpose of this study, the data were collected from the first 1000 respondents who completed the survey. The data were analysed using SPSS 20.0 for Windows.

	2020	2019
Net loss of cash and cash equivalents		
Operating activities	1,000,000	1,000,000
Investing activities	(1,000,000)	(1,000,000)
Financing activities	2,000,000	2,000,000
Net change in cash and cash equivalents	2,000,000	2,000,000
Free cash flow (Free cash flow) - Disposal	(1,000,000)	(1,000,000)
Free cash flow (Free cash flow) - Disposal	(1,000,000)	(1,000,000)

## 2.2 Sumário das Principais Práticas Contábeis

- **Unidades de apoyo** = partes de salida de cada equipo, en forma de unidades de apoyo, que sirven de apoyo a las unidades de salida de cada equipo, con una sola vez, en la salida de cada equipo.

- **Consumidores, Concessionarias e Permissoárias** - Incluem a categoria de pessoas físicas e jurídicas que adquiriram o produto e os direitos sobre a mesma, bem como as concessionárias e permissórias de venda, com prazo estabelecido pelo CCEI, e suas respectivas filiais e sucursais.

[illegible]

1. **Aumento de Mercado** – Ocorre quando há aumento da oferta de um bem ou serviço, o que pode ser motivado por fatores como tecnologia, mudanças de preferências, aumento da renda dos consumidores, entre outros. Isso geralmente resulta em uma curva de oferta deslocada para a direita, levando a um aumento da quantidade produzida e vendida.

VALOR DO PAGAMENTO: **R\$ 1.479.144,00**

#### 1.1.1. NOME DO DEBITADO:

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.

O DEBITADO, no presente, é o titular das operações de financiamento imobiliário, em nome do qual, para a obtenção do crédito, foram realizados os pagamentos em nome do DEBITADO.























11624-0 OPTI ENERGETA S.A. 02.425.241220\_13

Em 1990, a Fundação de Estudos de Economia da Universidade de São Paulo (FEESP) lançou o livro "A Economia da Indústria Brasileira 1980-1990", no qual, pela primeira vez, se reuniu o setor privado e a academia para uma consideração abrangente do estado da Indústria Brasileira. O livro foi organizado e editado por Roberto da Rocha (FEESP) e desenvolvido com a colaboração da FINEP e da FAPESP. O livro contém estudos realizados com a ajuda da FINEP (1980-1989) e estudos produzidos por pesquisadores de universidades e empresas da indústria brasileira. O livro contém estudos realizados com a ajuda da FINEP (1980-1989) e estudos produzidos por pesquisadores de universidades e empresas da indústria brasileira. O livro contém estudos realizados com a ajuda da FINEP (1980-1989) e estudos produzidos por pesquisadores de universidades e empresas da indústria brasileira.

Após a realização do trabalho de campo, foi realizada a análise de dados com o auxílio do SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 20.07, através do Respostas Non-responding (14,4%) e com a análise de variância de um fator de dois níveis (ANOVA) para variáveis dependentes (variáveis de interesse) e com o auxílio do teste de Tukey para o teste  $\alpha = 0,05$  de 2005 e 2006. Como o teste de normalidade não foi aceito, utilizamos o teste de Mann-Whitney e o teste de Kruskal-Wallis para verificar a hipótese de que não houve diferença entre os grupos de interesse e os grupos de controle em relação ao uso de produtos e serviços ambientais, bem como a percepção de risco. A análise estatística dos dados foi realizada com o auxílio do SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 20.07, utilizando o teste de variância de um fator de dois níveis (ANOVA) para variáveis dependentes (variáveis de interesse) e com o auxílio do teste de Tukey para o teste  $\alpha = 0,05$  de 2005 e 2006. Como o teste de normalidade não foi aceito, utilizamos o teste de Mann-Whitney e o teste de Kruskal-Wallis para verificar a hipótese de que não houve diferença entre os grupos de interesse e os grupos de controle em relação ao uso de produtos e serviços ambientais, bem como a percepção de risco.

Figure 1. The effect of the number of trials on the number of correct responses. The number of correct responses was significantly higher for the 10-trial condition than for the 5-trial condition. Error bars represent the standard error of the mean.

1. The first group of people who are not in the labor force are those who are not in the labor force for any reason. This group is the largest and is made up of people who are not in the labor force for any reason. This group is the largest and is made up of people who are not in the labor force for any reason.





- JUNE: PREPARED BY: BENZETS CONFERENCE (A)

COOPER, J. A.

See also: [Language](#) [Technology](#) [Writing](#)

1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 26

12/1/92

45.429.144.00501-97

**Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se a operações realizadas em suporte de papel, com base em uma ordem de compra de 100 ações de valor nominal de R\$ 100,00, emitida em 01/01/2007, com prazo de vencimento principalmente a expirar por 12 meses, com vencimento em 31/12/2008. Os dados são referentes ao período de ações para 2007 e 2008, e estão sujeitos a auditoria. Os dados relativos ao período de 2009 a 2010 são de 2010. Os valores operados em nome das comunidades pela CCEE, e por demais entidades, não foram considerados para fins de cálculo da remuneração efetuada por qualquer das entidades, e os valores operados em nome das comunidades foram considerados para fins de remuneração efetuada.

1. O Brasil tem uma das maiores reservas de petróleo do mundo na ANP. Todavia, a petroquímica brasileira não consegue aproveitar essa riqueza de hidrocarbonetos de origem fóssil para a produção de bens de consumo e bens de capital. Isso ocorre devido ao fato de que a indústria brasileira não consegue aproveitar a riqueza de hidrocarbonetos de origem fóssil para a produção de bens de consumo e bens de capital. Isso ocorre devido ao fato de que a indústria brasileira não consegue aproveitar a riqueza de hidrocarbonetos de origem fóssil para a produção de bens de consumo e bens de capital.

[illegible]

Apesar de não ter sido parte do Plano de Aceleração da Crescimento (PAC), a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, em parceria com a Companhia de Planejamento do Estado de Pernambuco (COPPEL), desenvolveu o PPAE. Este tem objetivos semelhantes aos estabelecidos no PAC, de estimular o crescimento econômico através do investimento em infraestrutura, de promover o desenvolvimento de recursos humanos e proporcionar a CBB para a melhoria da qualidade de vida da população, em especial, para a melhoria da infraestrutura urbana.

1. *Journal of Management Studies*, 1990, 27, 1, 1-14.

**Fig.**



EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ S.A. - ELETROPARANÁ S.A. - C.P.A. 00000000-00  
 C.P.A. 00000000-00 - C.P.A. 00000000-00  
 C.P.A. 00000000-00 - C.P.A. 00000000-00  
 C.P.A. 00000000-00 - C.P.A. 00000000-00  
 C.P.A. 00000000-00 - C.P.A. 00000000-00  
 C.P.A. 00000000-00 - C.P.A. 00000000-00

EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ S.A. - ELETROPARANÁ S.A. - C.P.A. 00000000-00

EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ S.A. - ELETROPARANÁ S.A. - C.P.A. 00000000-00

## 9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Contabilidade			
	2008	2007	2008	2007
Despesas Antecipadas	50.000	100.000	50.000	100.000
Total	101.882	202.721	101.882	202.721

## 10. CREDITOS FISCAIS DIFERIDOS

### 10.1 - Composição dos créditos de Contribuição Social e Imposto de Renda

	Contribuição Social		Imposto de Renda	
	2008	2007	2008	2007
<b>Créditos de Contribuição Social sobre:</b>				
Imposto de Renda	24.121	10.121	24.121	10.121
Imposto de Renda sobre Imposto de Renda	10.121	10.121	10.121	10.121
Subtotal	34.242	20.242	34.242	20.242
<b>Créditos de Imposto de Renda sobre:</b>				
Imposto de Renda	10.121	10.121	10.121	10.121
Imposto de Renda sobre Imposto de Renda	10.121	10.121	10.121	10.121
Subtotal	20.242	20.242	20.242	20.242
<b>Créditos PIS e COFINS sobre:</b>				
Imposto de Renda	10.121	10.121	10.121	10.121
Subtotal	10.121	10.121	10.121	10.121
<b>Total</b>	<b>124.555</b>	<b>80.713</b>	<b>124.555</b>	<b>80.713</b>
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>124.555</b>	<b>80.713</b>	<b>124.555</b>	<b>80.713</b>
<b>Total</b>	<b>124.555</b>	<b>80.713</b>	<b>124.555</b>	<b>80.713</b>

## Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no balanço patrimonial da Companhia é baseada nos projetos de recuperação fiscal apresentados pela Companhia e aprovados pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia.

EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ S.A. - ELETROPARANÁ S.A. - C.P.A. 00000000-00

EMPRESA DE ENERGIA ELÉTRICA DO PARANÁ S.A. - ELETROPARANÁ S.A. - C.P.A. 00000000-00



Sociedade Anônima de Capital Fechado

GRUPO EMPRESARIAL DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

COM O OBJETIVO DE CRIAÇÃO DE VALORES SUSTENTÁVEIS

EMPRESA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

EMPRESA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Relatório Anual de Sustentabilidade

Legislação: Brasil/Lei nº 12.527/2011

Data-base: 31/12/2014

61967-0 - GRUPO EMPRESARIAL S.A.

02.429.144/0001-97

#### 10.1 - SALDOS EXPERIMENTAIS

10.1.1 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indutivas.

	2008			2007	
	Diferença			Diferença	
	CSL	IRPJ	IR-EF/IRME	CSL	IRPJ
Saldo em 01/01/2008	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2008	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2009	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2010	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2011	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2012	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2013	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2014	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

10.1.2 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2008 e 2007:

	2008		2007	
	Contribuição		Contribuição	
	CSL	IRPJ	CSL	IRPJ
Saldo em 01/01/2008	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2008	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2009	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2010	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2011	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2012	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2013	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Saldo em 31/12/2014	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099
Total	1.422.099	1.422.099	1.422.099	1.422.099

Amortização de Intangível (regim) - Refere-se ao valor amortizado correspondente ao registro de direitos de propriedade intelectual, de natureza não física.

**SERVÍCIO PÚBLICO FISCAL****USO EMPRESA E SIMPLES (CONTABILIDADE)****ITEM 1 - DEMONSTRAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Inscrição no Registro Social nº 10000000000000000000

EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Data base: 31/12/2007

Demonstração de Resultados

EMPRESA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

R\$ 100.000.000,00

**1.1.1 - VALORES MOBILIÁRIOS**

**Realização CMC** - Refere-se à realização da parte do lucro líquido pelo acionista, em virtude da compra e venda de ações de preço de R\$ 100,00 por ação, para o exercício de 2007.

**Receita Fiscal Constituída** - Refere-se ao lucro líquido da empresa, após a dedução das despesas de natureza fiscal, de acordo com a legislação em vigor, e a realização das provisões de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor, e a realização das provisões de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor.

**1.1.2 - OUTROS CRÉDITOS**

	Simplificado			
	Exercício		Exercício	
	2006	2007	2006	2007
Receita de vendas	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de serviços	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de aluguel	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de juros	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de dividendos	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de outros	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de impostos	100.000	100.000	100.000	100.000
Receita de outros	100.000	100.000	100.000	100.000
Total	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000

**Créditos a Receber - CESP** - Refere-se ao crédito a receber da CESP pela realização de R\$ 100.000,00 de juros da Conta de Resultados a Compensar, conforme a legislação em vigor, e a realização das provisões de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor.

**Créditos a Receber - Acionistas BAESA** - Refere-se ao crédito a receber da BAESA pela realização de R\$ 100.000,00 de juros da Conta de Resultados a Compensar, conforme a legislação em vigor, e a realização das provisões de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor.

A empresa, em 2007, a seguinte situação financeira: R\$ 100.000,00 de juros da Conta de Resultados a Compensar, conforme a legislação em vigor, e a realização das provisões de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor.





D.1118.2 CFEZ INTEGRATA S.A.

U2-325-164:DCPU2-51

1101 744 26 511 103 15 36

[illegible]

1.  $\mathcal{C} = \{C_1, \dots, C_n\}$  is a family of  $n$  subsets of  $\mathcal{A}$  such that  $C_i \cap C_j = \emptyset$  for  $i \neq j$ .

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 277: 1039-1043.

0.5

Fonte: *Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (ABRACON) e Associação Brasileira de Defesa do Provedor de Internet (ABRAPIV).* Os dados foram coletados no período de 2000 a 2009, com exceção do ano de 2008, quando não houve coleta de dados. Os dados de 2009 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009. Os dados de 2000 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2000. Os dados de 2001 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2001. Os dados de 2002 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2002. Os dados de 2003 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2003. Os dados de 2004 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2004. Os dados de 2005 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2005. Os dados de 2006 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2006. Os dados de 2007 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2007. Os dados de 2008 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2008. Os dados de 2009 foram coletados no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2009.

Este trabalho tem como objetivo principal avaliar a eficácia da intervenção de um programa de treinamento em habilidades de comunicação para profissionais de saúde pública, com foco na melhoria da qualidade do atendimento ao paciente. A metodologia utilizada foi a de pesquisa-ação, envolvendo a participação ativa dos profissionais envolvidos no processo de intervenção. Os dados foram coletados através de questionários e observações diretas, e analisados utilizando técnicas estatísticas descritivas e inferenciais. Os resultados indicam que a intervenção teve um impacto positivo na melhoria das habilidades de comunicação dos participantes, refletindo-se na maior satisfação dos pacientes e na redução de erros de comunicação. As limitações do estudo incluem a amostra limitada e a falta de controle rigoroso, sugerindo a necessidade de pesquisas futuras para validar os resultados em contextos mais amplos.

## CPFI Supply Chain

1. A 12 de outubro de 2008, foi promulgado o novo texto da Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada pelo Conselho da República e do Conselho da Assembleia da República em 26 de setembro de 2008. Este novo texto da CRP introduziu alterações fundamentais no sistema de governo português, nomeadamente no que se refere à organização do poder executivo e legislativo, bem como no sistema de justiça.

De la part CPE: détermination et justification des

[illegible][illegible]

ИДЛЛ : СТР. ВНЕШНЯЯ Б.А.

05-429-134:0-01.23

1101 301 551 371 11 3111 53

21. J. L. J. van den Broek, *Math. Ann.* **265** (1984), 109–120.

1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 2680, 26

## 12.2 - Lucros sobre o Capital Próprio ("CP") e Dividendos:

	Controladora					
	Desdoblado		JCP		Total	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Controladora	215.000	400.000	12.000	10.000	227.000	410.000
- Inmuebles	100.000	50.000	5.000	5.000	105.000	55.000
- Vehículos	50.000	40.000	3.000	3.000	53.000	43.000
- Equipos electrónicos	10.000	10.000	1.000	1.000	11.000	11.000
- Mobiliario	100.000	100.000	3.000	1.000	103.000	101.000
- Otros	55.000	100.000	3.000	0	58.000	100.000
Total	371.000	600.000	21.000	19.000	392.000	619.000

de acordo com o IBGE, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 1.554.614,10 em 1997, para a construção de pequenos abastecedores de água de 200 l e 1 m³, de acordo com o plano de expansão da rede de distribuição de água potável, em parcelas referentes ao período semestral de 1997. As contribuições sociais de 1997 foram de R\$ 1.403.000,00, sendo de RRF o valor de 10 unidades e sendo sobre o Capital Fixo.

12.3 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

These results suggest that the 40–60% increase in mortality seen in ESRD patients with a history of myocardial infarction is not due to a higher prevalence of cardiovascular risk factors.

#### 2.4 Participações Societárias pelo Custo

[illegible]

## 12.5 - Active

[illegible]









11. 2014年4月25日

Item	Unit	Quantity	Unit Price	Total Price
1. Labor	Hour	100	1.50	150.00
2. Material	kg	50	2.00	100.00
3. Transport	km	20	0.50	10.00
4. Fuel	L	10	0.80	8.00
5. Maintenance	Day	5	0.20	1.00
6. Insurance	Year	1	0.10	0.10
7. Depreciation	Year	1	0.05	0.05
8. Profit	Year	1	0.05	0.05
<b>Total</b>				<b>279.15</b>

#### 14.2 Análise do V<sub>g</sub> or de Regeneração

Die Ergebnisse der GPC-3-Bildung als Folge der Polymerisation des AIBN und des Polymerisationsfortschritts, die durch die Polymerisation des AIBN in Gegenwart von  $\text{Cu}^{2+}$  und  $\text{Cu}^{+}$  beobachtet werden, sind in Abbildung 1 dargestellt. Die Polymerisation des AIBN in Gegenwart von  $\text{Cu}^{2+}$  verlief ohne Katalyse, während die Polymerisation in Gegenwart von  $\text{Cu}^{+}$  katalysiert wurde. Die Polymerisation des AIBN in Gegenwart von  $\text{Cu}^{2+}$  verlief ohne Katalyse, während die Polymerisation in Gegenwart von  $\text{Cu}^{+}$  katalysiert wurde.

The authors declare that they have no competing financial interests. The authors have nothing to disclose.

1. *Qual a importância da análise de tendências futuras do setor elétrico e do mercado de energia elétrica no Brasil?*

It is important to point out that the procedures described here are not intended to be used as a replacement for the standard procedures for the analysis of variance. The procedures described here are intended to be used as a supplement to the standard procedures.

- **Princípio da universalidade:** todos os cidadãos brasileiros são considerados brasileiros para fins de tributação.
- **Princípio da territorialidade:** a tributação incide sobre os fatos geradores ocorridos no território nacional.
- **Princípio da capacidade contributiva:** a tributação deve ser baseada na capacidade econômica do contribuinte.
- **Princípio da isonomia:** todos os contribuintes devem ser tratados de forma igualitária perante o Fisco.
- **Princípio da não confusão:** a tributação não pode ser confundida com outras obrigações legais.







61464.2 MPZ. BK86-750 8 6.

02-129-144:6361-95

1300 7401 251 5P1K 4113 25

[illegible]

El primer grupo de investigadores (Segundo y sus colaboradores) considera que el aprendizaje de los estudiantes en los cursos de matemáticas debe ser un proceso activo, en el que los estudiantes se cuestionan y se cuestionan entre ellos, y que el profesor debe ser un facilitador de este proceso, más que un transmisor de conocimientos.

As a consequence, a more complete understanding of the mechanisms underlying the effects of a stimulus on the motor system requires the consideration of the influence of the properties of the response on the characteristics of the stimulus. In this paper, we have shown that the effects of a stimulus on the motor system are not only determined by the properties of the stimulus, but also by the properties of the response. The results of this study suggest that the effects of a stimulus on the motor system are determined by the properties of the stimulus and the properties of the response. This finding has important implications for the study of the motor system and for the development of motor control systems.

Description	2008				Page 10 of 10	
	Actual		Budget			
	Principal	Interest	Principal	Interest		
2008-2009	100.00	0.00	100.00	0.00		
2009-2010	100.00	0.00	100.00	0.00		
2010-2011	100.00	0.00	100.00	0.00		
2011-2012	100.00	0.00	100.00	0.00		
2012-2013	100.00	0.00	100.00	0.00		
2013-2014	100.00	0.00	100.00	0.00		
2014-2015	100.00	0.00	100.00	0.00		
2015-2016	100.00	0.00	100.00	0.00		
2016-2017	100.00	0.00	100.00	0.00		
2017-2018	100.00	0.00	100.00	0.00		
2018-2019	100.00	0.00	100.00	0.00		
2019-2020	100.00	0.00	100.00	0.00		
2020-2021	100.00	0.00	100.00	0.00		
2021-2022	100.00	0.00	100.00	0.00		
2022-2023	100.00	0.00	100.00	0.00		
2023-2024	100.00	0.00	100.00	0.00		
2024-2025	100.00	0.00	100.00	0.00		
2025-2026	100.00	0.00	100.00	0.00		
2026-2027	100.00	0.00	100.00	0.00		
2027-2028	100.00	0.00	100.00	0.00		
2028-2029	100.00	0.00	100.00	0.00		
2029-2030	100.00	0.00	100.00	0.00		
2030-2031	100.00	0.00	100.00	0.00		
2031-2032	100.00	0.00	100.00	0.00		
2032-2033	100.00	0.00	100.00	0.00		
2033-2034	100.00	0.00	100.00	0.00		
2034-2035	100.00	0.00	100.00	0.00		
2035-2036	100.00	0.00	100.00	0.00		
2036-2037	100.00	0.00	100.00	0.00		
2037-2038	100.00	0.00	100.00	0.00		
2038-2039	100.00	0.00	100.00	0.00		
2039-2040	100.00	0.00	100.00	0.00		
2040-2041	100.00	0.00	100.00	0.00		
2041-2042	100.00	0.00	100.00	0.00		
2042-2043	100.00	0.00	100.00	0.00		
2043-2044	100.00	0.00	100.00	0.00		
2044-2045	100.00	0.00	100.00	0.00		
2045-2046	100.00	0.00	100.00	0.00		
2046-2047	100.00	0.00	100.00	0.00		
2047-2048	100.00	0.00	100.00	0.00		
2048-2049	100.00	0.00	100.00	0.00		
2049-2050	100.00	0.00	100.00	0.00		
2050-2051	100.00	0.00	100.00	0.00		
2051-2052	100.00	0.00	100.00	0.00		
2052-2053	100.00	0.00	100.00	0.00		
2053-2054	100.00	0.00	100.00	0.00		
2054-2055	100.00	0.00	100.00	0.00		
2055-2056	100.00	0.00	100.00	0.00		
2056-2057	100.00	0.00	100.00	0.00		
2057-2058	100.00	0.00	100.00	0.00		
2058-2059	100.00	0.00	100.00	0.00		
2059-2060	100.00	0.00	100.00	0.00		
2060-2061	100.00	0.00	100.00	0.00		
2061-2062	100.00	0.00	100.00	0.00		
2062-2063	100.00	0.00	100.00	0.00		
2063-2064	100.00	0.00	100.00	0.00		
2064-2065	100.00	0.00	100.00	0.00		
2065-2066	100.00	0.00	100.00	0.00		
2066-2067	100.00	0.00	100.00	0.00		
2067-2068	100.00	0.00	100.00	0.00		
2068-2069	100.00	0.00				

As a first step, we investigated the effect of the different dosages of the treatment on the resolution of the symptoms of the patients. The patients were divided into two groups: a group that received 10 mg of the treatment and a group that received 20 mg. The results showed that the patients who received 20 mg of the treatment had a faster resolution of the symptoms compared to the patients who received 10 mg. The results also showed that the patients who received 20 mg of the treatment had a higher percentage of patients who were cured compared to the patients who received 10 mg. The results of the study are summarized in the following table:

Principal suprasegment:

## Moda Nacional

[illegible]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - USO EMPRESA P. SÔNDA - INTERPRETAÇÃO  
 CTR - CIRCULAR DE SERVIÇOS HABILITANTES  
 CTR - CIRCULAR DE SERVIÇOS HABILITANTES  
 CTR - CIRCULAR DE SERVIÇOS HABILITANTES  
 CTR - CIRCULAR DE SERVIÇOS HABILITANTES  
 CTR - CIRCULAR DE SERVIÇOS HABILITANTES  
 CTR - CIRCULAR DE SERVIÇOS HABILITANTES

CIRCUITO DE SERVIÇOS HABILITANTES

02.429.144/2001-43

#### QUILAS INVESTIMENTOS

Empresa do CTR, localizada na cidade de São Paulo, SP, com capital social de R\$ 1.000.000,00, inscrita no CNPJ nº 06.908.111/0001-00, com endereço na Rua da Consolação, nº 1.000, São Paulo, SP.

**Instituições Financeiras (CERAN)** - É a controlada controlada pela CTR, com capital social de R\$ 1.000.000,00, inscrita no CNPJ nº 06.908.111/0001-00, com endereço na Rua da Consolação, nº 1.000, São Paulo, SP.

#### Mercado Estrangeiro

**Instituições Financeiras (CERAN - Rating)** - É a controlada controlada pela CTR, com capital social de R\$ 1.000.000,00, inscrita no CNPJ nº 06.908.111/0001-00, com endereço na Rua da Consolação, nº 1.000, São Paulo, SP.

**Instituições Financeiras (CERAN - Rating)** - É a controlada controlada pela CTR, com capital social de R\$ 1.000.000,00, inscrita no CNPJ nº 06.908.111/0001-00, com endereço na Rua da Consolação, nº 1.000, São Paulo, SP.

As informações contidas neste documento são de caráter informativo e não devem ser utilizadas para fins de investimento ou para qualquer outro fim.

Variável	Valor
Capital Social	R\$ 1.000.000,00
Reserva Legal	R\$ 1.000.000,00
Reserva de Lucros	R\$ 1.000.000,00
Reserva de Depreciação	R\$ 1.000.000,00
Total	R\$ 4.000.000,00

As informações contidas neste documento são de caráter informativo e não devem ser utilizadas para fins de investimento ou para qualquer outro fim.

Indicador	Variação acumulada em %		% da dívida	
	2008	2007	2008	2007
Capital Social	100,00	100,00	100,00	100,00
Reserva Legal	100,00	100,00	100,00	100,00
Reserva de Lucros	100,00	100,00	100,00	100,00
Reserva de Depreciação	100,00	100,00	100,00	100,00
Total	400,00	400,00	400,00	400,00

- - 846 C UTPL ENERGIA S.A.

92-431-144 (507)-93

### CONCLUSIONS AND FUTURE RESEARCH

## HB 1769

Este trabalho apresenta o uso do BRICS no gerenciamento de recursos. OBRICS é uma ferramenta de planejamento sustentável, desenvolvida no Brasil para apoiar o planejamento estratégico de organizações, permitindo analisar e priorizar investimentos, considerando o BRICS em suas decisões. OBRICS é um instrumento integral das organizações, permitindo a integração de informações e a identificação de oportunidades de desenvolvimento sustentável, de acordo com o BRICS 2030.

CP4 1 2541 5 05

1. Se o preço de venda for 1,005 e o preço de custo for 0,944, então a margem percentual é de 6,25%.
2. Se o preço de venda for 1,005 e o preço de custo for 0,944, então a margem percentual é de 6,25%.

674 **Wang et al.**

- [illegible]

१५८

BRUNNEN FINEMIL

- The use of a language to quantify concepts: EGTDA =  $\frac{1}{2} \log_{10} \frac{1 + \text{number of hits}}{1 + \text{number of queries}}$
- The use of a language to quantify concepts:  $\text{EGTDA} = \frac{1}{2} \log_{10} \frac{1 + \text{number of hits}}{1 + \text{number of queries}}$

ENDS - F YFM W

- The first model of the world's first computer was developed in 1842 – the Analytical Engine
- The second model of the world's first computer was developed in 1942 – the ENIAC computer

CPEL Group:

La existencia de un solo punto de equilibrio para cada una de las matrices de pagos indica que el juego tiene un único equilibrio en estrategias puras. En consecuencia, el jugador 1 debe elegir la estrategia de no pagar y el jugador 2 debe elegir la estrategia de no pagar.

Os pesquisadores que utilizam o teste LK-RC em pesquisas com as escalas de avaliação SMILES e LK-RC são convidados a preencher o formulário que encontra-se no anexo e enviar para o endereço eletrônico [lkrc@fapesp.br](mailto:lkrc@fapesp.br) para serem avaliados. Em decorrência da ausência de envio e/ou falta de documentação, não serão feitas análises de validade e confiabilidade. Os pesquisadores também poderão ser contatados para esclarecer dúvidas e/ou para serem avaliados pessoalmente em relação ao uso das escalas. Para maiores informações, consulte o LK-RC em [www.fapesp.br/lkrc](http://www.fapesp.br/lkrc) ou através de referências bibliográficas.





FILE NO. 237L ENECCEA 8-4

02 459 144:0021-99

NAME \_\_\_\_\_

- © 2004 by The McGraw-Hill Companies, Inc. All rights reserved. Printed in the United States of America. This book is printed on acid-free paper.

FILE

- <http://www.cadmus.org/250704.html> (original at 16)
- <http://www.cadmus.org/250704.html> (original at 16)
- <http://www.cadmus.org/250704.html> (original at 16)

Figure 1

Na programação de programação de marketing da empresa BAPSA prevendo o aumento de vendas para o ano de 2005, a empresa está utilizando a abordagem mais adequada para isso, pois ela está utilizando a abordagem mais adequada para isso, pois ela está utilizando a abordagem mais adequada para isso.

Il fatto che i concorrenti del subentro siano in numero ridotto, e che la concorrenza sia scarsa, non può essere considerata una circostanza che giustifichi la mancanza dell'obbligo di partecipazione al mercato. Il fatto che il subentro sia stato effettuato da un unico concorrente non può essere considerato una circostanza che giustifichi la mancanza dell'obbligo di partecipazione al mercato. Il fatto che il subentro sia stato effettuato da un unico concorrente non può essere considerato una circostanza che giustifichi la mancanza dell'obbligo di partecipazione al mercato.

Se a função  $f$  for de grau  $n$  e  $n$  for ímpar, então  $f$  é estritamente crescente ou estritamente decrescente em  $\mathbb{R}$ . Se  $n$  for par, então  $f$  é estritamente crescente ou estritamente decrescente em  $\mathbb{R}$  dependendo do sinal de  $a_n$ .

© 2006 The Authors  
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd

**UNIVERSIDADE DE PREVIDENCIA PRIVADA**[illegible]

1 ::PFI פרו.1151א

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 109–116

[illegible]

1. A la hora de la publicación de este artículo, el autor de la obra no se encontraba en posesión de la obra.

- O Poder Judiciário não pode interferir no trabalho do Congresso Nacional, ou seja, não pode impedir ou impedir a atuação dos membros do Poder Executivo e do Poder Legislativo.
- A Constituição prevê que os membros do Poder Judiciário não podem exercer qualquer outro cargo, emprego ou função pública, o que garante a sua independência e a sua imparcialidade.



3.846 C CUPIL ENERGIA S.A.

02.021.44/2902.1.1

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

biochemical and clinical data (type B) when Ochratoxin production was observed in the absence of visible mold.

[illegible]

II. CPFL 2 rd/ 50000

Os pontos do PF são representados graficamente no plano de Sintonia. Uma linha de contorno representa os pontos onde os atributos de desempenho possuem o mesmo valor. Os pontos de maior desempenho estão localizados no interior dos pontos de menor desempenho, e os pontos de melhor desempenho estão nos pontos externos correspondentes aos de menor desempenho.

1. În baza Legii nr. 195 din 1996, a Guvernului de Presedinta Comandamentului SUPT, la data 15.04.2001, a fost aprobată lista persoanelor care au primit distincții onorifice pentru contribuții deosebite din punct de vedere științific în domeniul fizicii teoretice, în cadrul Institutului de Fizică Teoretică al Academiei Române (IFAT-AR) și în cadrul Institutului de Fizică Teoretică al Academiei Chineze de Științe (IFTC-ACS).

[illegible]

2. O primeiro Relatório da Comissão foi publicado no dia 28 de maio de 1968. O primeiro tipo de Relatório produzido foi o Relatório referente ao primeiro período de trabalho, relacionado ao tempo da chegada dos refugiados até o mês de maio de 1968. Na base de dados da comissão, existem 17 relatórios produzidos nesse período. Os relatórios da comissão são produzidos em português, espanhol e inglês, com o objetivo de proporcionar uma visão do trabalho da comissão passada, que serve à análise crítica do trabalho da comissão. A comissão também pode e também na das instituições que produzem relatórios, bem como a comissão, para que possa ser produzida.

[illegible]









SECRETARIA GERAL

GOV. DO ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

|                           | Comunidade |           |           |           |           |           |
|---------------------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|                           | 2007       | 2008      | 2009      | 2010      | 2011      | 2012      |
| Receita com Contingências | 1.122.111  | 1.122.111 | 1.122.111 | 1.122.111 | 1.122.111 | 1.122.111 |
| Despesa com Contingências | 254.000    | 254.000   | 254.000   | 254.000   | 254.000   | 254.000   |
| Saldo em 31/12/2011       | 868.111    | 868.111   | 868.111   | 868.111   | 868.111   | 868.111   |

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS







ANEXO 4 - DADOS FINANCEIROS (USO EMPRESA E FOLHETO REFERENCIAL)  
 1996 - 2007 (DADOS DE VALORES NUMÉRICOS)  
 1997 - Demonstrações Financeiras e Patrimoniais  
 EMPRESA REFERENCIAL: INDÚSTRIA DE CEMENTO  
 República do Brasil, República

01567-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/2000-93

#### 20.1 - AÇÕES EM PLACAR

| Ações                 | Quantidade de Ações |                |             |                |
|-----------------------|---------------------|----------------|-------------|----------------|
|                       | 2006                |                | 2007        |                |
|                       | Ordinária           | Participação % | Ordinária   | Participação % |
| CPFL Energia S.A.     | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - A | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - B | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - C | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - D | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - E | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - F | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - G | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - H | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - I | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - J | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - K | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - L | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - M | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - N | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - O | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - P | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - Q | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - R | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - S | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - T | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - U | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - V | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - W | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - X | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - Y | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| CPFL Energia S.A. - Z | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000   | 100,00         |
| Total                 | 475.510.938         | 100,00         | 475.510.938 | 100,00         |

#### 20.2 - Dividendo e Juros sobre Capital Próprio

|                               | Contabilidade |         |
|-------------------------------|---------------|---------|
|                               | 2006          | 2007    |
| Dividendo                     |               |         |
| CPFL Energia S.A.             | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - A         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - B         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - C         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - D         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - E         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - F         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - G         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - H         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - I         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - J         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - K         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - L         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - M         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - N         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - O         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - P         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - Q         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - R         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - S         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - T         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - U         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - V         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - W         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - X         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - Y         | 100.000       | 200.000 |
| CPFL Energia S.A. - Z         | 100.000       | 200.000 |
| Total                         | 622.842       | 730.188 |
| Juros sobre o Capital Próprio | 421           | 445     |
| Total                         | 623.263       | 730.633 |

CPFL Energia S.A. e as demais empresas do Grupo, em junho de 2006, acordaram a distribuição de dividendos de R\$ 0,20 por ação ordinária, com base no lucro líquido de 2005, em junho de 2006, no valor de R\$ 124.570.938,00, correspondente a R\$ 0,20 por ação ordinária.

De acordo com o Acordo de Intelecto, acordado na Assembleia de R\$ 1.110.000,00, em junho de 2006, em favor dos acionistas que 31 de dezembro de 2007 e 30 de junho de 2008.

#### 21.2 - Destinação do Lucro Líquido de Exercício

CPFL Energia S.A. e as demais empresas do Grupo destinam o lucro líquido de cada exercício de R\$ 0,20 por ação ordinária, em favor dos acionistas que 31 de dezembro de 2007 e 30 de junho de 2008.

CPFL Energia S.A. e as demais empresas do Grupo destinam o lucro líquido de cada exercício de R\$ 0,20 por ação ordinária, em favor dos acionistas que 31 de dezembro de 2007 e 30 de junho de 2008.





00065-0 - PETRO ENERGIA S.A.

02 429 144-0000 91

## 1.401 - VALORES EXISTENTES EM

## 1.46 - DESPESAS OPERACIONAIS

|                              | Contadores    |               | Demonstrado   |               |
|------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
|                              | 2008          | 2007          | 2008          | 2007          |
| Despesa com vendas           |               |               |               |               |
| Despesa com comissão         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com frete            |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com publicidade      |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com transporte       |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com energia elétrica |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com água             |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com gás              |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com telefone         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com internet         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com outros           |               |               | 1.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                 | <b>0</b>      | <b>0</b>      | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> |
| Despesa com administração    |               |               |               |               |
| Despesa com comissão         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com frete            |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com publicidade      |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com transporte       |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com energia elétrica |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com água             |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com gás              |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com telefone         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com internet         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com outros           |               |               | 1.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                 | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> |
| Despesa com manutenção       |               |               |               |               |
| Despesa com comissão         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com frete            |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com publicidade      |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com transporte       |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com energia elétrica |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com água             |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com gás              |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com telefone         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com internet         |               |               | 1.000         | 1.000         |
| Despesa com outros           |               |               | 1.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                 | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> |
| <b>Total</b>                 | <b>20.000</b> | <b>20.000</b> | <b>20.000</b> | <b>20.000</b> |

A demonstração de Despesa com Vendas deve ser balanceada e o total deve coincidir com o R\$ 10.000,00 em 2007 e R\$ 10.000,00 em 2008.

**EXATIM DO RESULTADO GERAL****EMPRESA DE CAPITAL ABERTO**

CNPJ - 00.000.000/0000-00

NOME - INSTITUICAO FINANCEIRA PARANAPAN

CNPJ - 00.000.000/0000-00

NOME - INSTITUICAO FINANCEIRA PARANAPAN

CNPJ - 00.000.000/0000-00

NOME - INSTITUICAO FINANCEIRA PARANAPAN

02.429.044/0001-90

**EXATIM DO RESULTADO GERAL****(27) RESULTADO FINANCEIRO**

|   | Exatim       |              | Resultado    |              |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
|   | 2016         | 2017         | 2018         | 2019         |
| <b>Receitas</b>                         |              |              |              |              |
| Receita de juros e dividendos           | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Receita de comissao e honorarios        | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Receita de aluguel e locacao            | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Receita de venda de produtos e servicos | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Receita de outros                       | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| <b>Subtotal</b>                         | <b>5.000</b> | <b>5.000</b> | <b>5.000</b> | <b>5.000</b> |
| <b>Despesas</b>                         |              |              |              |              |
| Despesa com pessoal                     | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Despesa com material                    | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Despesa com aluguel e locacao           | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| Despesa com outros                      | 1.000        | 1.000        | 1.000        | 1.000        |
| <b>Subtotal</b>                         | <b>4.000</b> | <b>4.000</b> | <b>4.000</b> | <b>4.000</b> |
| <b>Resultado</b>                        | <b>1.000</b> | <b>1.000</b> | <b>1.000</b> | <b>1.000</b> |

**(28) PARTICIPACAO NOS LUCROS E RESULTADOS**

Em conformidade com o Artigo 206 do Regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a participacao dos contribuintes nos lucros e resultados da entidade deve ser calculada e distribuida de acordo com o que for especificado no estatuto social da entidade. O presente documento tem como objetivo apresentar a participacao dos contribuintes nos lucros e resultados da entidade para o exercicio de 2018, de acordo com o que foi especificado no estatuto social da entidade. O presente documento tem como objetivo apresentar a participacao dos contribuintes nos lucros e resultados da entidade para o exercicio de 2018, de acordo com o que foi especificado no estatuto social da entidade.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO      GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
 DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - FISCALIDADE  
 EMPRESA ORÇAMENTAL: INDUSTRIAIS E OBRAS  
 EMPREENDEDOR: Eapim Ltda.  
 Registro nº 91.800-14714      Data-base: 01/10/2008

CONTINUAÇÃO DO RLA EMPRESA S.A.

CL. 429.19470501 97

100 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 123 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

|         | Partidas | Grupo | Compartos | Soma | Empres. S.A. | Outros |
|---------|----------|-------|-----------|------|--------------|--------|
| 123.1   |          |       |           |      |              |        |
| 123.2   |          |       |           |      |              |        |
| 123.3   |          |       |           |      |              |        |
| 123.4   |          |       |           |      |              |        |
| 123.5   |          |       |           |      |              |        |
| 123.6   |          |       |           |      |              |        |
| 123.7   |          |       |           |      |              |        |
| 123.8   |          |       |           |      |              |        |
| 123.9   |          |       |           |      |              |        |
| 123.10  |          |       |           |      |              |        |
| 123.11  |          |       |           |      |              |        |
| 123.12  |          |       |           |      |              |        |
| 123.13  |          |       |           |      |              |        |
| 123.14  |          |       |           |      |              |        |
| 123.15  |          |       |           |      |              |        |
| 123.16  |          |       |           |      |              |        |
| 123.17  |          |       |           |      |              |        |
| 123.18  |          |       |           |      |              |        |
| 123.19  |          |       |           |      |              |        |
| 123.20  |          |       |           |      |              |        |
| 123.21  |          |       |           |      |              |        |
| 123.22  |          |       |           |      |              |        |
| 123.23  |          |       |           |      |              |        |
| 123.24  |          |       |           |      |              |        |
| 123.25  |          |       |           |      |              |        |
| 123.26  |          |       |           |      |              |        |
| 123.27  |          |       |           |      |              |        |
| 123.28  |          |       |           |      |              |        |
| 123.29  |          |       |           |      |              |        |
| 123.30  |          |       |           |      |              |        |
| 123.31  |          |       |           |      |              |        |
| 123.32  |          |       |           |      |              |        |
| 123.33  |          |       |           |      |              |        |
| 123.34  |          |       |           |      |              |        |
| 123.35  |          |       |           |      |              |        |
| 123.36  |          |       |           |      |              |        |
| 123.37  |          |       |           |      |              |        |
| 123.38  |          |       |           |      |              |        |
| 123.39  |          |       |           |      |              |        |
| 123.40  |          |       |           |      |              |        |
| 123.41  |          |       |           |      |              |        |
| 123.42  |          |       |           |      |              |        |
| 123.43  |          |       |           |      |              |        |
| 123.44  |          |       |           |      |              |        |
| 123.45  |          |       |           |      |              |        |
| 123.46  |          |       |           |      |              |        |
| 123.47  |          |       |           |      |              |        |
| 123.48  |          |       |           |      |              |        |
| 123.49  |          |       |           |      |              |        |
| 123.50  |          |       |           |      |              |        |
| 123.51  |          |       |           |      |              |        |
| 123.52  |          |       |           |      |              |        |
| 123.53  |          |       |           |      |              |        |
| 123.54  |          |       |           |      |              |        |
| 123.55  |          |       |           |      |              |        |
| 123.56  |          |       |           |      |              |        |
| 123.57  |          |       |           |      |              |        |
| 123.58  |          |       |           |      |              |        |
| 123.59  |          |       |           |      |              |        |
| 123.60  |          |       |           |      |              |        |
| 123.61  |          |       |           |      |              |        |
| 123.62  |          |       |           |      |              |        |
| 123.63  |          |       |           |      |              |        |
| 123.64  |          |       |           |      |              |        |
| 123.65  |          |       |           |      |              |        |
| 123.66  |          |       |           |      |              |        |
| 123.67  |          |       |           |      |              |        |
| 123.68  |          |       |           |      |              |        |
| 123.69  |          |       |           |      |              |        |
| 123.70  |          |       |           |      |              |        |
| 123.71  |          |       |           |      |              |        |
| 123.72  |          |       |           |      |              |        |
| 123.73  |          |       |           |      |              |        |
| 123.74  |          |       |           |      |              |        |
| 123.75  |          |       |           |      |              |        |
| 123.76  |          |       |           |      |              |        |
| 123.77  |          |       |           |      |              |        |
| 123.78  |          |       |           |      |              |        |
| 123.79  |          |       |           |      |              |        |
| 123.80  |          |       |           |      |              |        |
| 123.81  |          |       |           |      |              |        |
| 123.82  |          |       |           |      |              |        |
| 123.83  |          |       |           |      |              |        |
| 123.84  |          |       |           |      |              |        |
| 123.85  |          |       |           |      |              |        |
| 123.86  |          |       |           |      |              |        |
| 123.87  |          |       |           |      |              |        |
| 123.88  |          |       |           |      |              |        |
| 123.89  |          |       |           |      |              |        |
| 123.90  |          |       |           |      |              |        |
| 123.91  |          |       |           |      |              |        |
| 123.92  |          |       |           |      |              |        |
| 123.93  |          |       |           |      |              |        |
| 123.94  |          |       |           |      |              |        |
| 123.95  |          |       |           |      |              |        |
| 123.96  |          |       |           |      |              |        |
| 123.97  |          |       |           |      |              |        |
| 123.98  |          |       |           |      |              |        |
| 123.99  |          |       |           |      |              |        |
| 123.100 |          |       |           |      |              |        |

### 130 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

130.1 - Descrição das principais transações do grupo nos períodos:

#### 130.1.1 - Eapim Ltda.

Transações realizadas com a Eapim Ltda. grupo industrial brasileiro, controlado por Eapim Ltda. e Eapim S.A. no período de 01/01/2007 a 31/12/2007, incluindo: pagamento de aluguel de espaço físico, fornecimento de serviços de consultoria, fornecimento de serviços de engenharia e serviços de manutenção de equipamentos, fornecimento de serviços de transporte e fornecimento de serviços de segurança.

#### 130.1.2 - Eapim Participações S.A.

Transações realizadas pela Eapim S.A. com o Fundo de Investimento em Participações, constituído e controlado pelas seguintes entidades do grupo: a) Fundação CEFAP, b) Fundação SIFAP, c) Fundação SIFAP, d) Fundação SIFAP, e) Fundação SIFAP, f) Fundação SIFAP, g) Fundação SIFAP, h) Fundação SIFAP, i) Fundação SIFAP, j) Fundação SIFAP, k) Fundação SIFAP, l) Fundação SIFAP, m) Fundação SIFAP, n) Fundação SIFAP, o) Fundação SIFAP, p) Fundação SIFAP, q) Fundação SIFAP, r) Fundação SIFAP, s) Fundação SIFAP, t) Fundação SIFAP, u) Fundação SIFAP, v) Fundação SIFAP, w) Fundação SIFAP, x) Fundação SIFAP, y) Fundação SIFAP, z) Fundação SIFAP.

#### 130.1.3 - Eapim S.A.

Transações realizadas pela Eapim S.A. com a Eapim S.A. no período de 01/01/2007 a 31/12/2007.

130.2 - Descrição das transações:

130.2.1 - 130.2.2







212720 - FOLHA Nº 000001 - 1000 KWH/KVA E. SIMPLES COMPLETADA -  
 CM - CONTABILIDADE E VALORES MOBILIÁRIOS  
 PL - PATRONATO DE FUNDOS E PATRONATO DE  
 EMPRESA MONETÁRIA, TRIBUTÁRIA E OUTRAS  
 Representação Espontânea

01064-0 - CPEL ENERGIA S.A.

12.449.149/001-95

## 1101 - NOTAS EXPLICATIVAS

30.2) Transações entre partes relacionadas, incluindo controle comum e controladas, no caso, não

| Descrição da Transação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------------------|------|------|------|------|
| Saldo em 01/01/2007    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2007    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2008    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2009    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2010    | 0    | 0    | 0    | 0    |

Saldo em 01/01/2007

Saldo em 31/12/2010

Saldo em 01/01/2007

Saldo em 31/12/2007

Saldo em 31/12/2008

Saldo em 31/12/2009

Saldo em 31/12/2010

## 31) SEGUROS (\*)

Os dados relativos à administração de seguros foram coletados diretamente por uma filial da  
 Companhia, a Companhia de Seguros e Reaseguros do Brasil, S.A. (CSOB), por meio de procedimentos  
 internos, para os períodos compreendidos entre os meses de janeiro e dezembro de 2010.  
 Os dados são os dados contábeis de seguros.

| Descrição da Transação | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|------------------------|------|------|------|------|
| Saldo em 01/01/2007    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2007    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2008    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2009    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2010    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 01/01/2007    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2007    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2008    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2009    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Saldo em 31/12/2010    | 0    | 0    | 0    | 0    |

Saldo em 01/01/2007 - Saldo em 31/12/2010 - Saldo em 31/12/2007 - Saldo em 31/12/2008 - Saldo em 31/12/2009 - Saldo em 31/12/2010



El presente artículo tiene como objetivo analizar los factores que influyen en la decisión de migrar por razones económicas de los jóvenes de la zona de estudio, así como la necesidad de fortalecer las políticas de empleo en esta zona, para mejorar la calidad de vida de los jóvenes, considerando la necesidad de fortalecer las políticas de empleo en esta zona.

Elaborado por el autor a partir de los datos de la encuesta.

*Corbiculacoides senioi* Ris. 1914

12. (a)  $\frac{1}{2} \times 100$  gives the percentage of networked computers recorded as follows:

Rio de Janeiro, 14 de Junho. - A Secretaria de Estado da Saúde, através da Superintendência de Saúde, está realizando uma campanha de orientação por meio de folhetos e panfletos nas lojas de produtos alimentícios, visando a prevenção da dengue. Para tanto, os estabelecimentos comerciais são solicitados a disponibilizar e colocar à disposição dos clientes, gratuitamente, os folhetos de orientação. A campanha é coordenada pelo Centro de Prevenção e Controle de Doenças Transmissíveis da Secretaria de Estado da Saúde (CPCDT). Para uma pressão maior sobre as unidades de comércio, os folhetos visando a prevenção da dengue estão sendo distribuídos em conjunto com o material de orientação para prevenção da dengue, produzido pelo Estado de São Paulo, e encaminhado para as lojas de produtos alimentícios.

— 49 —

12. 4011 456 3176 10 1112 15

[illegible]

**Risco de Aquecimento do Divisor:** A Sotocor e a sua correlada possuem instalações elétricas, transformadores e cabeduras com cláusulas restritivas para a utilização de energia elétrica para fins de aquecimento de ambientes, de acordo com as especificações de projeto e projeto elétrico aprovado pelo órgão competente. Excessos de energia elétrica, sob tensão e/ou sob carga, interferência e/ou sobrecarga de consumo de energia elétrica, sobrecargas.

Gerente general de R. L. de los Instrumentos Financieros

A fim de obter dados mais precisos sobre o tempo e o espaço, os pesquisadores utilizaram um computador para controlar a duração de cada estímulo. Dessa forma, poderiam garantir que os participantes não tinham conhecimento das respostas e saídas dos experimentos. Também foram utilizados computadores para controlar a duração de cada estímulo e a duração de cada resposta.

[illegible]

### Valuaciones de Instrumentos Financieros

Asimismo, la venta comercial de los instrumentos financieros fue asociada al uso de dinero en efectivo, lo que se reflejó en un alto porcentaje para cada transacción, cuando se comparó con el uso de los instrumentos financieros en las transacciones comerciales. Se observó un alto porcentaje de uso de los instrumentos financieros en las transacciones comerciales, lo que se reflejó en un alto porcentaje de uso de los instrumentos financieros en las transacciones comerciales.

Os dados foram analisados por meio de um teste de correlação de Spearman, com o intuito de verificar a existência de uma associação entre a ocorrência de desastres naturais e a ocorrência de acidentes de trânsito. A análise estatística foi realizada por meio do software SPSS 19.0.

As atividades desenvolvidas no setor cultural, em 1997, foram planejadas e conduzidas de acordo com o Plano Cultural 1997-2000, um programa abrangente de racionalização da gestão cultural, com o propósito de melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços da CFSF. As atividades do setor cultural foram de acordo com o planejamento para o período 1997-2000, tendo em vista a melhoria da qualidade dos serviços e a racionalização da gestão cultural, de acordo com o Plano Cultural 1997-2000.





U-H<sup>2</sup> : 75% ENERGY S

LA 429 104:0251-41

doi:10.1371/journal.pone.0141115.g001

| TABLE 1                       |              | TABLE 2      |              |
|-------------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Socioeconomic Characteristics |              | Demographics |              |
| Age                           | Mean (SD)    | Age          | Mean (SD)    |
| 18-24                         | 22.5 (2.5)   | 18-24        | 22.5 (2.5)   |
| 25-34                         | 29.5 (4.5)   | 25-34        | 29.5 (4.5)   |
| 35-44                         | 39.5 (5.5)   | 35-44        | 39.5 (5.5)   |
| 45-54                         | 49.5 (6.5)   | 45-54        | 49.5 (6.5)   |
| 55-64                         | 59.5 (7.5)   | 55-64        | 59.5 (7.5)   |
| 65-74                         | 69.5 (8.5)   | 65-74        | 69.5 (8.5)   |
| 75-84                         | 79.5 (9.5)   | 75-84        | 79.5 (9.5)   |
| 85-94                         | 89.5 (10.5)  | 85-94        | 89.5 (10.5)  |
| 95-104                        | 99.5 (11.5)  | 95-104       | 99.5 (11.5)  |
| 105-114                       | 109.5 (12.5) | 105-114      | 109.5 (12.5) |
| 115-124                       | 119.5 (13.5) | 115-124      | 119.5 (13.5) |
| 125-134                       | 129.5 (14.5) | 125-134      | 129.5 (14.5) |
| 135-144                       | 139.5 (15.5) | 135-144      | 139.5 (15.5) |
| 145-154                       | 149.5 (16.5) | 145-154      | 149.5 (16.5) |
| 155-164                       | 159.5 (17.5) | 155-164      | 159.5 (17.5) |
| 165-174                       | 169.5 (18.5) | 165-174      | 169.5 (18.5) |
| 175-184                       | 179.5 (19.5) | 175-184      | 179.5 (19.5) |
| 185-194                       | 189.5 (20.5) | 185-194      | 189.5 (20.5) |
| 195-204                       | 199.5 (21.5) | 195-204      | 199.5 (21.5) |
| 205-214                       | 209.5 (22.5) | 205-214      | 209.5 (22.5) |
| 215-224                       | 219.5 (23.5) | 215-224      | 219.5 (23.5) |
| 225-234                       | 229.5 (24.5) | 225-234      | 229.5 (24.5) |
| 235-244                       | 239.5 (25.5) | 235-244      | 239.5 (25.5) |
| 245-254                       | 249.5 (26.5) | 245-254      | 249.5 (26.5) |
| 255-264                       | 259.5 (27.5) | 255-264      | 259.5 (27.5) |
| 265-274                       | 269.5 (28.5) | 265-274      | 269.5 (28.5) |
| 275-284                       | 279.5 (29.5) | 275-284      | 279.5 (29.5) |
| 285-294                       | 289.5 (30.5) | 285-294      | 289.5 (30.5) |
| 295-304                       | 299.5 (31.5) | 295-304      | 299.5 (31.5) |
| 305-314                       | 309.5 (32.5) | 305-314      | 309.5 (32.5) |
| 315-324                       | 319.5 (33.5) | 315-324      | 319.5 (33.5) |
| 325-334                       | 329.5 (34.5) | 325-334      | 329.5 (34.5) |
| 335-344                       | 339.5 (35.5) | 335-344      | 339.5 (35.5) |
| 345-354                       | 349.5 (36.5) | 345-354      | 349.5 (36.5) |
| 355-364                       | 359.5 (37.5) | 355-364      | 359.5 (37.5) |
| 365-374                       | 369.5 (38.5) | 365-374      | 369.5 (38.5) |
| 375-384                       | 379.5 (39.5) | 375-384      | 379.5 (39.5) |
| 385-394                       | 389.5 (40.5) | 385-394      | 389.5 (40.5) |
| 395-404                       | 399.5 (41.5) | 395-404      | 399.5 (41.5) |
| 405-414                       | 409.5 (42.5) | 405-414      | 409.5 (42.5) |
| 415-424                       | 419.5 (43.5) | 415-424      | 419.5 (43.5) |
| 425-434                       | 429.5 (44.5) | 425-434      | 429.5 (44.5) |
| 435-444                       | 439.5 (45.5) | 435-444      | 439.5 (45.5) |
| 445-454                       | 449.5 (46.5) | 445-454      | 449.5 (46.5) |
| 455-464                       | 459.5 (47.5) | 455-464      | 459.5 (47.5) |
| 465-474                       | 469.5 (48.5) | 465-474      | 469.5 (48.5) |
| 475-484                       | 479.5 (49.5) | 475-484      | 479.5 (49.5) |
| 485-494                       | 489.5 (50.5) | 485-494      | 489.5 (50.5) |
| 495-504                       | 499.5 (51.5) | 495-504      | 499.5 (51.5) |
| 505-514                       | 509.5 (52.5) | 505-514      | 509.5 (52.5) |
| 515-524                       | 519.5 (53.5) | 515-524      | 519.5 (53.5) |
| 525-534                       | 529.5 (54.5) | 525-534      | 529.5 (54.5) |
| 535-544                       | 539.5 (55.5) | 535-544      | 539.5 (55.5) |
| 545-554                       | 549.5 (56.5) | 545-554      | 549.5 (56.5) |
| 555-564                       | 559.5 (57.5) | 555-564      | 559.5 (57.5) |
| 565-574                       | 569.5 (58.5) | 565-574      | 569.5 (58.5) |
| 575-584                       | 579.5 (59.5) | 575-584      | 579.5 (59.5) |
| 585-594                       | 589.5 (60.5) | 585-594      | 589.5 (60.5) |
| 595-604                       | 599.5 (61.5) | 595-604      | 599.5 (61.5) |
| 605-614                       | 609.5 (62.5) | 605-614      | 609.5 (62.5) |
| 615-624                       | 619.5 (63.5) | 615-624      | 619.5 (63.5) |
| 625-634                       | 629.5 (64.5) | 625-634      | 629.5 (64.5) |
| 635-644                       |              |              |              |

## Líderes da indústria nacional de CPC 14 Instrumentos Financeiros

[illegible]

|              | 2016          |               | 2015          |               | Total gross investment<br>percentage |               |
|--------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------------------------------|---------------|
| Company      | Investment    | Assets        | Investment    | Assets        | Investment                           | % of Assets   |
| Aluminum     | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| Chemicals    | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| Food         | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| Healthcare   | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| Technology   | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| Utilities    | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| Other        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00        | 100.00                               | 100.00        |
| <b>Total</b> | <b>55.46%</b> | <b>45.05%</b> | <b>41.54%</b> | <b>34.49%</b> | <b>11.25%</b>                        | <b>11.54%</b> |

**Օսկար Բրոնզեման** : ամբողջ ուղի

Uma pesquisa da EBC concluiu, baseada em 1.000 entrevistas, que 60% dos brasileiros acreditam que a reforma da Previdência Social seja necessária para garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário. Entretanto, 58% dos entrevistados afirmam que a reforma não deve ser feita sem a melhoria das condições de trabalho e a criação de empregos.

de acordo com o LEI Patrocinadora, um grande número de municípios não pagou o R\$ 800,00 da taxa de matrícula. Em consequência, houve o cancelamento das matrículas, assim como a suspensão de alguns alunos que não pagaram a taxa. Segundo informações do R\$ 800,00, foram 100 alunos que não pagaram a taxa de matrícula, sendo que os pagamentos começaram a ser realizados em maio de 2013 e foram de pouco mais de 10 alunos por escola, sendo a maioria de 5 a 8 alunos por escola. Os questionários MP-100 não foram enviados e houve pagamento de um valor de multa de R\$ 100,00.

### Aplicação Sensibilidade

El presente estudio se fundamenta en el grupo C-11-479-08 a 500 centesimas de la moneda nacional, el cual se divide en los productos básicos, los cuales se han dividido a su vez en los productos básicos específicos, cuantitativamente representados por código, los cuales se han dividido en los productos básicos C-11-479-08.

EMPRESA: EMPRESA DE GESTÃO DE COMPROVANTES

DATA-PRÉVIA 31.12.2019

## CONTAS DE RESULTADO

## Variação cambial

As variações cambiais decorrentes da exposição cambial decorrentes da aquisição de bens e serviços em moeda estrangeira, bem como das operações de câmbio, são reconhecidas no momento da aquisição dos produtos nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme as variações cambiais decorrentes de operações de câmbio.

| Descrição  | Variação cambial |                  | Variação cambial |                  | Variação cambial |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | Receitas         | Despesas         | Receitas         | Despesas         |                  |
| Variação cambial decorrente da aquisição de bens e serviços em moeda estrangeira | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 0                |
| Variação cambial decorrente das operações de câmbio                              | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 0                |
| <b>Total</b>   | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>0</b>         |

## Variação das taxas de juros

As variações das taxas de juros decorrentes da exposição cambial decorrentes da aquisição de bens e serviços em moeda estrangeira, bem como das operações de câmbio, são reconhecidas no momento da aquisição dos produtos nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme as variações cambiais decorrentes de operações de câmbio.

| Descrição   | Variação das taxas de juros |                  | Variação das taxas de juros |                  | Variação das taxas de juros |
|---|-----------------------------|------------------|-----------------------------|------------------|-----------------------------|
|   | Receitas                    | Despesas         | Receitas                    | Despesas         |                             |
| Variação das taxas de juros decorrente da aquisição de bens e serviços em moeda estrangeira | 1.000.000                   | 1.000.000        | 1.000.000                   | 1.000.000        | 0                           |
| Variação das taxas de juros decorrente das operações de câmbio                              | 1.000.000                   | 1.000.000        | 1.000.000                   | 1.000.000        | 0                           |
| <b>Total</b>  | <b>2.000.000</b>            | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b>            | <b>2.000.000</b> | <b>0</b>                    |







AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA

1950 EMPRESA DE ENERGIA E SERVIÇOS COMERCIAIS

SA - COMPLEXO DE VALORES MOBILIÁRIOS

III - Investimentos Financeiros Patrimoniais

EMPRESA COMERCIAL INDUSTRIAL E OUTRAS

Empreendimento Anônimo

Legislação Secundária

Data-Zona 01/10/2004

C1566 0 (PTE) ENERGIA S.A.

01.429 14400001-91

14-01-2004 14:01:11.111

#### CONSTITUIÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ANBAL DE M. FERNANDES

Presidente

CRISTINA WENDT S. RIBEIRO SOUTHA

Vice-Presidente

ANA SOARES MOURA CAMARGO DE MOURA

CARLOS ALBERTO CARDOSO MULLER SA

FRANCISCO CAMINO NETO

OTAVIO CARNEIRO DE REZENDE

WILTON LUCIANO DOS SANTOS

#### DIRETORA

WILSON P. FERREIRA JUNIOR

Presidente

WILSON P. FERREIRA JUNIOR

Presidente

JOSE ANTONIO DE A. MOURA LOPES

Vice-Presidente

DEBORA L. M. MOURA

JOSE MARCOS CHAVES DE MELLO

Vice-Presidente

HELIO MANA PEREIRA

Vice-Presidente

PAULO FLAVIO OLIVEIRO TAVARES

Vice-Presidente

MIGUEL NORMANDO ABUALA AGUIAR

Vice-Presidente

#### DIRETORIA DE CONTABILIDADE

ANTONIO CARLOS BASSALO

Vice-Presidente

DEBORA L. MOURA

SERGIO LUIZ FELICI

Vice-Presidente

DEBORA L. MOURA



ANEXO 01 - BALANÇO PATRIMONIAL - 2006 EMPRESA 2ª EMPRESA CONSTITUÍDA  
 2006 - COMPANHIA DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 (R\$) - DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS PRESENTADAS  
 - EMPRESA CONSTITUÍDA, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 - Apresentação Tabular

GRUPO 01 - 2006 EMPRESA S.A.

R\$ 325.144.000,00

15 - 1 - DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRAS APLICADAS

Temp. Especificação em 20/06/2009

Esta página de informações, em função da preparação do Prospecto de emissão  
 no subgrupo de empresas do Grupo, possui os itens abaixo relacionados:

Grupo 02 - Balanço Patrimonial - ano 2006

Grupo 03 - Demonstração do Resultado - ano 2006

Grupo 04 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - ano 2006 e 2007

Grupo 05 - Balanço Patrimonial Consolidado - ano 2006

Grupo 06 - Demonstração do Resultado Consolidado - ano 2006

Grupo 07 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Consolidado - ano  
 2006 e 2007



- 
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2007 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SEQUER DA SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVELS RELATIVAS DADO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

## 01 34 0F4TFK6C60

|         |                |                    |
|---------|----------------|--------------------|
| 01066-0 | CPFL ENERG S.A | 32 420.144/0201-03 |
|---------|----------------|--------------------|

## 01 28 SEDE

|                                   |              |           |            |
|-----------------------------------|--------------|-----------|------------|
| Contract No. W-111                |              | 2750-8010 |            |
| Contract Description Contract for |              | Contract  |            |
| Contractor                        | W. W. Jones  |           |            |
| Contract Value                    | \$100,000.00 |           | \$0        |
| Item                              | Description  | Quantity  | Unit Price |
| 001                               | 2750-8010    |           |            |
| Contract                          | Contract     | Contract  |            |
| 002                               | 2750-8012    |           |            |

Contract

Contract

## 01.12 - DIRECTOR DE RELACIÓES COM INVESTIDORES: Endorseo para Correspondência com a Compa-hial

[illegible]

## 01.34 - REFERENCE MATERIAL FOR

|                            |            |            |
|----------------------------|------------|------------|
| 1. Title                   | 01/01/2007 | 01/12/2007 |
| 2. Features                | 01/01/2007 | 01/12/2007 |
| 3. Appendices              | 01/01/2007 | 01/12/2007 |
| 4. Summary of the project  |            | 01/12/2007 |
| 5. Appendix 1 - appendices |            | (6/1/07)   |
| 6. Appendix 2 - appendices |            | (6/1/07)   |
| 7. Appendix 3 - appendices |            | 01/12/2007 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Obrigação Externa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data Base 31/12/2007

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Ratificação da Especialização

#### 01.11 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                       |      |                    |
|-----------------|-----------------------|------|--------------------|
| Nome da Empresa | GRUPPO ELETRICITA S/A | CNPJ | 03.420.144/0001-23 |
|-----------------|-----------------------|------|--------------------|

#### 01.12 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Descrição                   | 1<br>31.12.2006 | 2<br>31.12.2007 | 3<br>31.12.2008 |
|-----------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>Os Capital Integrado</b> |                 |                 |                 |
| 1 - Capital Social          | 470.367         | 470.367         | 470.367         |
| 2 - Reservas de Capital     | 0               | 0               | 0               |
| 3 - Total                   | 470.367         | 470.367         | 470.367         |
| <b>Em Despesa</b>           |                 |                 |                 |
| 4 - Capital Social          | 0               | 0               | 0               |
| 5 - Reservas de Capital     | 0               | 0               | 0               |
| 6 - Total                   | 0               | 0               | 0               |

#### 01.13 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

Forma Jurídica

Sociedade Comercial Industrial e Outras

Atividade Principal

Operacional

Localização da Sede Social

Brasil Nacional

Estado do Rio de Janeiro

Município Empressa - Barra - Barra Paulista

Endereço Completo

Cidade de Participações Societárias - Itaboraí

Forma de Capitalização

Ordem

#### 01.14 - SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

| Nº | Nome | Atividade Principal |
|----|------|---------------------|
|----|------|---------------------|

#### 01.15 - PROVENTOS EM DINHEIRO

| Nº | Descrição | Período de Referência | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ |
|----|-----------|-----------------------|--------------|--------------|--------------|
| 01 | PROVA     | 31.12.2007            | Quilombo     | 31.12.2007   | 0,00         |
| 02 | PROVA     | 31.12.2008            | Quilombo     | 31.12.2008   | 0,00         |

#### 01.16 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

|                  |                    |
|------------------|--------------------|
| Nome             | Roberto de Almeida |
| Data de Nomeação | 21.12.2008         |



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - CVM | 01.31.03 - CVM |
| 01.31.04 - CVM | 01.31.05 - CVM | 01.31.06 - CVM |

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (R\$ MIL)

| 01.32.01  | 01.32.02  | 01.32.03  | 01.32.04  |
|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 01.32.05  | 01.32.06  | 01.32.07  | 01.32.08  |
| 01.32.09  | 01.32.10  | 01.32.11  | 01.32.12  |
| 01.32.13  | 01.32.14  | 01.32.15  | 01.32.16  |
| 01.32.17  | 01.32.18  | 01.32.19  | 01.32.20  |
| 01.32.21  | 01.32.22  | 01.32.23  | 01.32.24  |
| 01.32.25  | 01.32.26  | 01.32.27  | 01.32.28  |
| 01.32.29  | 01.32.30  | 01.32.31  | 01.32.32  |
| 01.32.33  | 01.32.34  | 01.32.35  | 01.32.36  |
| 01.32.37  | 01.32.38  | 01.32.39  | 01.32.40  |
| 01.32.41  | 01.32.42  | 01.32.43  | 01.32.44  |
| 01.32.45  | 01.32.46  | 01.32.47  | 01.32.48  |
| 01.32.49  | 01.32.50  | 01.32.51  | 01.32.52  |
| 01.32.53  | 01.32.54  | 01.32.55  | 01.32.56  |
| 01.32.57  | 01.32.58  | 01.32.59  | 01.32.60  |
| 01.32.61  | 01.32.62  | 01.32.63  | 01.32.64  |
| 01.32.65  | 01.32.66  | 01.32.67  | 01.32.68  |
| 01.32.69  | 01.32.70  | 01.32.71  | 01.32.72  |
| 01.32.73  | 01.32.74  | 01.32.75  | 01.32.76  |
| 01.32.77  | 01.32.78  | 01.32.79  | 01.32.80  |
| 01.32.81  | 01.32.82  | 01.32.83  | 01.32.84  |
| 01.32.85  | 01.32.86  | 01.32.87  | 01.32.88  |
| 01.32.89  | 01.32.90  | 01.32.91  | 01.32.92  |
| 01.32.93  | 01.32.94  | 01.32.95  | 01.32.96  |
| 01.32.97  | 01.32.98  | 01.32.99  | 01.32.100 |
| 01.32.101 | 01.32.102 | 01.32.103 | 01.32.104 |
| 01.32.105 | 01.32.106 | 01.32.107 | 01.32.108 |
| 01.32.109 | 01.32.110 | 01.32.111 | 01.32.112 |
| 01.32.113 | 01.32.114 | 01.32.115 | 01.32.116 |
| 01.32.117 | 01.32.118 | 01.32.119 | 01.32.120 |
| 01.32.121 | 01.32.122 | 01.32.123 | 01.32.124 |
| 01.32.125 | 01.32.126 | 01.32.127 | 01.32.128 |
| 01.32.129 | 01.32.130 | 01.32.131 | 01.32.132 |
| 01.32.133 | 01.32.134 | 01.32.135 | 01.32.136 |
| 01.32.137 | 01.32.138 | 01.32.139 | 01.32.140 |
| 01.32.141 | 01.32.142 | 01.32.143 | 01.32.144 |
| 01.32.145 | 01.32.146 | 01.32.147 | 01.32.148 |
| 01.32.149 | 01.32.150 | 01.32.151 | 01.32.152 |
| 01.32.153 | 01.32.154 | 01.32.155 | 01.32.156 |
| 01.32.157 | 01.32.158 | 01.32.159 | 01.32.160 |
| 01.32.161 | 01.32.162 | 01.32.163 | 01.32.164 |
| 01.32.165 | 01.32.166 | 01.32.167 | 01.32.168 |
| 01.32.169 | 01.32.170 | 01.32.171 | 01.32.172 |
| 01.32.173 | 01.32.174 | 01.32.175 | 01.32.176 |
| 01.32.177 | 01.32.178 | 01.32.179 | 01.32.180 |
| 01.32.181 | 01.32.182 | 01.32.183 | 01.32.184 |
| 01.32.185 | 01.32.186 | 01.32.187 | 01.32.188 |
| 01.32.189 | 01.32.190 | 01.32.191 | 01.32.192 |
| 01.32.193 | 01.32.194 | 01.32.195 | 01.32.196 |
| 01.32.197 | 01.32.198 | 01.32.199 | 01.32.200 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 OFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Redução de Preço Especializada

Divulgação Extraordinária  
 Data: 29/03/2007 11:21:00  
 Logotipo: 353620140

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|      |                         |      |                    |
|------|-------------------------|------|--------------------|
| Nome | GRUPPO EMPRESARIAL S.A. | CNPJ | 07.420.144/0001-23 |
|------|-------------------------|------|--------------------|

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (R\$ mil M)

| Conta   | Descrição                | 2006/2007 | 2005/2006 |
|---------|--------------------------|-----------|-----------|
| 1.1.1.1 | Capital Social           |           |           |
| 1.1.1.2 | Reserva de Capital       |           |           |
| 1.1.1.3 | Reserva de Lucros        |           |           |
| 1.1.1.4 | Reserva de Retenções     |           |           |
| 1.1.1.5 | Reserva de Avaliação     |           |           |
| 1.1.1.6 | Reserva de Provisões     |           |           |
| 1.1.1.7 | Reserva de Impostos      |           |           |
| 1.1.1.8 | Reserva de Contingências |           |           |
| 1.1.1.9 | Reserva de Outros        |           |           |

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                         |                    |
|----------------|-------------------------|--------------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - Razão Social | 01.31.03 - CNPJ    |
| 018630         | CELULOSECELPA S.A.      | 03.420.144/0001-23 |

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (R\$ Mil M)

| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - Razão Social | 01.31.03 - CNPJ | 01.31.04 - Receita Bruta | 01.31.05 - Receita Líquida | 01.31.06 - Lucro Líquido |
|----------------|-------------------------|-----------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|
| 01             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 02             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 03             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 04             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 05             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 06             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 07             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 08             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 09             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 10             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 11             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 12             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 13             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 14             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 15             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 16             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 17             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 18             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 19             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 20             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 21             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 22             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 23             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 24             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 25             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 26             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 27             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 28             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 29             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 30             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 31             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 32             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 33             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 34             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 35             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 36             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 37             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 38             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 39             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 40             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 41             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 42             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 43             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 44             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 45             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 46             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 47             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 48             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 49             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 50             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 51             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 52             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 53             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 54             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 55             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 56             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 57             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 58             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 59             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 60             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 61             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 62             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 63             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 64             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 65             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 66             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 67             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 68             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 69             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 70             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 71             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 72             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 73             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 74             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 75             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 76             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 77             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 78             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 79             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 80             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 81             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 82             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 83             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 84             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 85             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 86             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 87             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 88             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 89             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 90             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 91             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 92             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 93             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 94             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 95             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 96             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 97             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 98             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 99             | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |
| 100            | Receita Bruta           |                 |                          |                            |                          |

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|          |   |  |
|----------|---|--|
| 01.31.01 | 01.31.31.01.01 - Identificação da Empresa | 01.31.31.01.01.01 - Identificação da Empresa |
| 01.31.02 | 01.31.31.01.02 - Identificação da Empresa | 01.31.31.01.02.01 - Identificação da Empresa |

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Base MJ)

| Conta    | Descrição               | 31/12/2006 | 31/12/2007 | 31/12/2008 |
|----------|-------------------------|------------|------------|------------|
| 01.31.01 | 01.31.01.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.02 | 01.31.02.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.03 | 01.31.03.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.04 | 01.31.04.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.05 | 01.31.05.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.06 | 01.31.06.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.07 | 01.31.07.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.08 | 01.31.08.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.09 | 01.31.09.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.10 | 01.31.10.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.11 | 01.31.11.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.12 | 01.31.12.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.13 | 01.31.13.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.14 | 01.31.14.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.15 | 01.31.15.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.16 | 01.31.16.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.17 | 01.31.17.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.18 | 01.31.18.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.19 | 01.31.19.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.20 | 01.31.20.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.21 | 01.31.21.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.22 | 01.31.22.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.23 | 01.31.23.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.24 | 01.31.24.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.25 | 01.31.25.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.26 | 01.31.26.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.27 | 01.31.27.01 - Resultado |            |            |            |
| 01.31.28 | 01.31.28.01 - Ativo     |            |            |            |
| 01.31.29 | 01.31.29.01 - Passivo   |            |            |            |
| 01.31.30 | 01.31.30.01 - Resultado |            |            |            |

01.11.10

| Year | Number of cases | Percentage of cases |
|------|-----------------|---------------------|
| 1990 | 10              | 10.0                |
| 1991 | 15              | 15.0                |
| 1992 | 20              | 20.0                |
| 1993 | 25              | 25.0                |
| 1994 | 30              | 30.0                |
| 1995 | 35              | 35.0                |
| 1996 | 40              | 40.0                |
| 1997 | 45              | 45.0                |
| 1998 | 50              | 50.0                |
| 1999 | 55              | 55.0                |
| 2000 | 60              | 60.0                |
| 2001 | 65              | 65.0                |
| 2002 | 70              | 70.0                |
| 2003 | 75              | 75.0                |
| 2004 | 80              | 80.0                |
| 2005 | 85              | 85.0                |
| 2006 | 90              | 90.0                |
| 2007 | 95              | 95.0                |
| 2008 | 100             | 100.0               |
| 2009 | 105             | 105.0               |
| 2010 | 110             | 110.0               |
| 2011 | 115             | 115.0               |
| 2012 | 120             | 120.0               |
| 2013 | 125             | 125.0               |
| 2014 | 130             | 130.0               |
| 2015 | 135             | 135.0               |
| 2016 | 140             | 140.0               |
| 2017 | 145             | 145.0               |
| 2018 | 150             | 150.0               |
| 2019 | 155             | 155.0               |
| 2020 | 160             | 160.0               |
| 2021 | 165             | 165.0               |
| 2022 | 170             | 170.0               |
| 2023 | 175             | 175.0               |
| 2024 | 180             | 180.0               |
| 2025 | 185             | 185.0               |
| 2026 | 190             | 190.0               |
| 2027 | 195             | 195.0               |
| 2028 | 200             | 200.0               |
| 2029 | 205             | 205.0               |
| 2030 | 210             | 210.0               |
| 2031 | 215             | 215.0               |
| 2032 | 220             | 220.0               |
| 2033 | 225             | 225.0               |
| 2034 | 230             | 230.0               |
| 2035 | 235             | 235.0               |
| 2036 | 240             | 240.0               |
| 2037 | 245             | 245.0               |
| 2038 | 250             | 250.0               |
| 2039 | 255             | 255.0               |
| 2040 | 260             | 260.0               |
| 2041 | 265             | 265.0               |
| 2042 | 270             | 270.0               |
| 2043 | 275             | 275.0               |
| 2044 | 280             | 280.0               |
| 2045 | 285             | 285.0               |
| 2046 | 290             | 290.0               |
| 2047 | 295             | 295.0               |
| 2048 | 300             | 300.0               |
| 2049 | 305             | 305.0               |
| 2050 | 310             | 310.0               |
| 2051 | 315             | 315.0               |
| 2052 | 320             | 320.0               |
| 2053 | 325             | 325.0               |
| 2054 | 330             | 330.0               |
| 2055 | 335             | 335.0               |
| 2056 | 340             | 340.0               |
| 2057 | 345             | 345.0               |
| 2058 | 350             | 350.0               |
| 2059 | 355             | 355.0               |
| 2060 | 360             | 360.0               |
| 2061 | 365             | 365.0               |
| 2062 | 370             | 370.0               |
| 2063 | 375             | 375.0               |
| 2064 | 380             | 380.0               |
| 2065 | 385             | 385.0               |
| 2066 | 390             | 390.0               |
| 2067 | 395             | 395.0               |
| 2068 | 400             | 400.0               |
| 2069 | 405             | 405.0               |
| 2070 | 410             | 410.0               |
| 2071 | 415             | 415.0               |
| 2072 | 420             | 420.0               |
| 2073 | 425             | 425.0               |
| 2074 | 430             | 430.0               |
| 2075 | 435             | 435.0               |
| 2076 | 440             | 440.0               |
| 2077 | 445             | 445.0               |
| 2078 | 450             | 450.0               |
| 2079 | 455             | 455.0               |
| 2080 | 460             | 460.0               |
| 2081 | 465             | 465.0               |
| 2082 | 470             | 470.0               |
| 2083 | 475             | 475.0               |
| 2084 | 480             | 480.0               |
| 2085 | 485             | 485.0               |
| 2086 | 490             | 490.0               |
| 2087 | 495             | 495.0               |
| 2088 | 500             | 500.0               |
| 2089 | 505             | 505.0               |
| 2090 | 510             | 510.0               |
| 2091 | 515             | 515.0               |
| 2092 | 520             | 520.0               |
| 2093 | 525             | 525.0               |
| 2094 | 530             | 530.0               |
| 2095 | 535             | 535.0               |
| 2096 | 540             | 540.0               |
| 2097 | 545             | 545.0               |
| 2098 | 550             | 550.0               |
| 2099 | 555             | 555.0               |
| 2100 | 560             | 560.0               |

14741 - FERNANDEZ, CARLOS ALFONSO / 1957-01-20 / 1974-01-20 / 1974-01-20

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |     |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 | 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 | 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 | 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 | 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 | 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|





1. **Author(s)**      **Journal**  
 2. **Title**              **Volume**  
 3. **Issue**           **Page(s)**  
 4. **Year**             **Month**  
 5. **City**              **State**  
 6. **Country**         **Postcode**  
 7. **Phone**           **Fax**  
 8. **E-mail**           **Web**  
 9. **Notes**           **Comments**  
 10. **Keywords**     **Abstract**  
 11. **References**    **Indexing**  
 12. **Subject**        **Classification**  
 13. **Language**      **Script**  
 14. **Publication**    **Frequency**  
 15. **Subscription**   **Access**  
 16. **Availability**    **Cost**  
 17. **Ordering**       **Supplier**  
 18. **Comments**      **Remarks**  
 19. **Notes**           **Comments**  
 20. **Keywords**     **Abstract**  
 21. **References**    **Indexing**  
 22. **Subject**        **Classification**  
 23. **Language**      **Script**  
 24. **Publication**    **Frequency**  
 25. **Subscription**   **Access**  
 26. **Availability**    **Cost**  
 27. **Ordering**       **Supplier**  
 28. **Comments**      **Remarks**  
 29. **Notes**           **Comments**  
 30. **Keywords**     **Abstract**  
 31. **References**    **Indexing**  
 32. **Subject**        **Classification**  
 33. **Language**      **Script**  
 34. **Publication**    **Frequency**  
 35. **Subscription**   **Access**  
 36. **Availability**    **Cost**  
 37. **Ordering**       **Supplier**  
 38. **Comments**      **Remarks**  
 39. **Notes**           **Comments**  
 40. **Keywords**     **Abstract**  
 41. **References**    **Indexing**  
 42. **Subject**        **Classification**  
 43. **Language**      **Script**  
 44. **Publication**    **Frequency**  
 45. **Subscription**   **Access**  
 46. **Availability**    **Cost**  
 47. **Ordering**       **Supplier**  
 48. **Comments**      **Remarks**  
 49. **Notes**           **Comments**  
 50. **Keywords**     **Abstract**  
 51. **References**    **Indexing**  
 52. **Subject**        **Classification**  
 53. **Language**      **Script**  
 54. **Publication**    **Frequency**  
 55. **Subscription**   **Access**  
 56. **Availability**    **Cost**  
 57. **Ordering**       **Supplier**  
 58. **Comments**      **Remarks**  
 59. **Notes**           **Comments**  
 60. **Keywords**     **Abstract**  
 61. **References**    **Indexing**  
 62. **Subject**        **Classification**  
 63. **Language**      **Script**  
 64. **Publication**    **Frequency**  
 65. **Subscription**   **Access**  
 66. **Availability**    **Cost**  
 67. **Ordering**       **Supplier**  
 68. **Comments**      **Remarks**  
 69. **Notes**           **Comments**  
 70. **Keywords**     **Abstract**  
 71. **References**    **Indexing**  
 72. **Subject**        **Classification**  
 73. **Language**      **Script**  
 74. **Publication**    **Frequency**  
 75. **Subscription**   **Access**  
 76. **Availability**    **Cost**  
 77. **Ordering**       **Supplier**  
 78. **Comments**      **Remarks**  
 79. **Notes**           **Comments**  
 80. **Keywords**     **Abstract**  
 81. **References**    **Indexing**  
 82. **Subject**        **Classification**  
 83. **Language**      **Script**  
 84. **Publication**    **Frequency**  
 85. **Subscription**   **Access**  
 86. **Availability**    **Cost**  
 87. **Ordering**       **Supplier**  
 88. **Comments**      **Remarks**  
 89. **Notes**           **Comments**  
 90. **Keywords**     **Abstract**  
 91. **References**    **Indexing**  
 92. **Subject**        **Classification**  
 93. **Language**      **Script**  
 94. **Publication**    **Frequency**  
 95. **Subscription**   **Access**  
 96. **Availability**    **Cost**  
 97. **Ordering**       **Supplier**  
 98. **Comments**      **Remarks**  
 99. **Notes**           **Comments**  
 100. **Keywords**    **Abstract**  
 101. **References**    **Indexing**  
 102. **Subject**        **Classification**  
 103. **Language**      **Script**  
 104. **Publication**    **Frequency**  
 105. **Subscription**   **Access**  
 106. **Availability**    **Cost**  
 107. **Ordering**       **Supplier**  
 108. **Comments**      **Remarks**  
 109. **Notes**           **Comments**  
 110. **Keywords**     **Abstract**  
 111. **References**    **Indexing**  
 112. **Subject**        **Classification**  
 113. **Language**      **Script**  
 114. **Publication**    **Frequency**  
 115. **Subscription**   **Access**  
 116. **Availability**    **Cost**  
 117. **Ordering**       **Supplier**  
 118. **Comments**      **Remarks**  
 119. **Notes**           **Comments**  
 120. **Keywords**     **Abstract**  
 121. **References**    **Indexing**  
 122. **Subject**        **Classification**  
 123. **Language**      **Script**  
 124. **Publication**    **Frequency**  
 125. **Subscription**   **Access**  
 126. **Availability**    **Cost**  
 127. **Ordering**       **Supplier**  
 128. **Comments**      **Remarks**  
 129. **Notes**           **Comments**  
 130. **Keywords**     **Abstract**  
 131. **References**    **Indexing**  
 132. **Subject**        **Classification**  
 133. **Language**      **Script**  
 134. **Publication**    **Frequency**  
 135. **Subscription**   **Access**  
 136. **Availability**    **Cost**  
 137. **Ordering**       **Supplier**  
 138. **Comments**      **Remarks**  
 139. **Notes**           **Comments**  
 140. **Keywords**     **Abstract**  
 141. **References**    **Indexing**  
 142. **Subject**        **Classification**  
 143. **Language**      **Script**  
 144. **Publication**    **Frequency**  
 145. **Subscription**   **Access**  
 146. **Availability**    **Cost**  
 147. **Ordering**       **Supplier**  
 148. **Comments**      **Remarks**  
 149. **Notes**           **Comments**  
 150. **Keywords**     **Abstract**  
 151. **References**    **Indexing**  
 152. **Subject**        **Classification**  
 153. **Language**      **Script**  
 154. **Publication**    **Frequency**  
 155. **Subscription**   **Access**  
 156. **Availability**    **Cost**  
 157. **Ordering**       **Supplier**  
 158. **Comments**      **Remarks**  
 159. **Notes**           **Comments**  
 160. **Keywords**     **Abstract**  
 161. **References**    **Indexing**  
 162. **Subject**        **Classification**  
 163. **Language**      **Script**  
 164. **Publication**    **Frequency**  
 165. **Subscription**   **Access**  
 166. **Availability**    **Cost**  
 167. **Ordering**

8476241144111 .E III

[illegible]

14th & 22nd Streets, New York, N.Y. 10011-1001

[illegible]

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                         |                          |                 |
|-------------------------|--------------------------|-----------------|
| 01.31.01 - Razão Social | 01.31.02 - Nome Fantasia | 01.31.03 - CNPJ |
| 01310101                | 01310102                 | 01310103        |

02.31 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (R\$ Mil)

| 02.31.01    | 02.31.02                       | 02.31.03  | 02.31.04  |
|-------------|--------------------------------|-----------|-----------|
| 02.31.01.01 | Ativo Circulante               | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.02 | Ativo Não Circulante           | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.03 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.04 | Ativo Intangível               | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.05 | Ativo Financeiro               | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.06 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.07 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.08 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.09 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.10 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.11 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.12 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.13 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.14 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.15 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.16 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.17 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.18 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.19 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.20 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.21 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.22 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.23 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.24 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.25 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.26 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.27 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.28 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.29 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.30 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.31 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.32 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.33 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.34 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.35 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.36 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.37 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.38 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.39 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.40 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.41 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.42 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.43 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.44 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.45 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.46 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.47 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.48 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.49 | Ativo de Exercício Atual       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02.31.01.50 | Ativo de Exercício Anterior    | 1.000.000 | 1.000.000 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Oryjapac Externu

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

2013 2014 31/12/2013

Logística Social/Arq

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Redução de Valor Específica

# 01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                        |      |                    |
|-----------------|------------------------|------|--------------------|
| Nome da Empresa | GRUPPO ELETRICITA S.A. | CNPJ | 03.420.144/0001-23 |
|-----------------|------------------------|------|--------------------|

## 02.31 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (R\$ mil)

| Ativo                  | Descrição              | 2013      | 2014      |
|------------------------|------------------------|-----------|-----------|
| Ativo Circulante       | Ativo circulante       | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Ativo Não Circulante   | Ativo não circulante   | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Ativo Total            | Ativo total            | 2.000.000 | 2.000.000 |
| Passivo                | Passivo                |           |           |
| Passivo Circulante     | Passivo circulante     | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Passivo Não Circulante | Passivo não circulante | 1.000.000 | 1.000.000 |
| Passivo Total          | Passivo total          | 2.000.000 | 2.000.000 |

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                         |                          |                 |
|-------------------------|--------------------------|-----------------|
| 01.31.01 - Razão Social | 01.31.02 - Nome Fantasia | 01.31.03 - CNPJ |
| 01310100                | 01310200                 | 01310300        |

02.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ em Mil)

| 02.32.01 - Código | 02.32.02 - Descrição        | 2006      | 2007      | 2008      |
|-------------------|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 02320101          | Capital Social              | 1.000.000 | 1.000.000 | 1.000.000 |
| 02320102          | Reserva Legal               | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320103          | Reserva de Lucros Acumulada | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320104          | Reserva de Avaliação        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320105          | Reserva de Imprevisíveis    | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320106          | Reserva de Contingência     | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320107          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320108          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320109          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320110          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320111          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320112          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320113          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320114          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320115          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320116          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320117          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320118          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320119          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320120          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320121          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320122          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320123          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320124          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320125          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320126          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320127          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320128          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320129          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320130          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320131          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320132          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320133          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320134          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320135          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320136          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320137          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320138          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320139          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320140          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320141          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320142          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320143          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320144          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320145          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320146          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320147          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320148          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320149          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320150          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320151          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320152          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320153          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320154          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320155          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320156          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320157          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320158          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320159          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320160          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320161          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320162          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320163          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320164          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320165          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320166          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320167          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320168          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320169          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320170          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320171          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320172          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320173          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320174          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320175          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320176          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320177          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320178          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320179          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320180          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320181          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320182          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320183          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320184          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320185          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320186          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320187          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320188          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320189          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320190          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320191          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320192          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320193          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320194          | Reserva de Resultado        | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320195          | Reserva de Dividendos       | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320196          | Reserva de Impostos         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320197          | Reserva de Provisão         | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320198          | Reserva de Depreciação      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |
| 02320199          | Reserva de Amortização      | 100.000   | 100.000   | 100.000   |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 OFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Balanço Patrimonial Consolidado

Divulgação Extraordinária  
 Data: 29/06/2017 11:21:00  
 Logotipo: SCS

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                               |                               |                               |
|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 01.31.01 - Razão Social       | 01.31.02 - Nome Fantasia      | 01.31.03 - CNPJ               |
| 01.31.01 - 000000000000000000 | 01.31.02 - 000000000000000000 | 01.31.03 - 00.000.000/0000-00 |

02.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ Mil)

| 02.32.01 - Código | 02.32.02 - Descrição   | 02.32.03 - 31/12/2016 | 02.32.04 - 31/12/2015 |
|-------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| 02.32.01.01       | Capital Social         | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 02.32.01.02       | Reserva de Capital     | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 02.32.01.03       | Reserva de Lucros      |                       | 0                     |
| 02.32.01.04       | Reserva de Retenções   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.05       | Reserva de Avaliação   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.06       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.07       | Reserva de Impostos    | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.08       | Reserva de Dividendos  | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.09       | Reserva de Depreciação | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.10       | Reserva de Amortização | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.11       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.12       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.13       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.14       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.15       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.16       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.17       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.18       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.19       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |
| 02.32.01.20       | Reserva de Provisões   | 0                     | 0                     |

Data Base: 31/12/2007

Legislação Societária

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                         |                       |                    |
|-------------------------|-----------------------|--------------------|
| 01.31.01 - Razão Social | CELULOSECELULOSE S.A. | 03.420.144/0001-23 |
|-------------------------|-----------------------|--------------------|

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ Mil)

| 01.31.02 - Descrição                            | 01.31.03 - Exercício Anterior | 01.31.04 - Exercício Anterior | 01.31.05 - Exercício Atual |
|---|-------------------------------|-------------------------------|----------------------------|
| 01.31.02.01 - Receita Total (Vendas e Serviços) | 10.000,00                     | 0,00                          | 10.000,00                  |
| 01.31.02.02 - Receita Total (Outras)            | 4.000,00                      | 4.000,00                      | 4.000,00                   |
| 01.31.02.03 - IMEX                              | 2.000,00                      | 2.000,00                      | 2.000,00                   |
| 01.31.02.04 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.05 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.06 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.07 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.08 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.09 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.10 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.11 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.12 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.13 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.14 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.15 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.16 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.17 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.18 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.19 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.20 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.21 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.22 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.23 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.24 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.25 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.26 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.27 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.28 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.29 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.30 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.31 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.32 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.33 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.34 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.35 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.36 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.37 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.38 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.39 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.40 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.41 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.42 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.43 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.44 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.45 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.46 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.47 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.48 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.49 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.50 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.51 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.52 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.53 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.54 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.55 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.56 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.57 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.58 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.59 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.60 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.61 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.62 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.63 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.64 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.65 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.66 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.67 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.68 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.69 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.70 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.71 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.72 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.73 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.74 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.75 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.76 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.77 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.78 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.79 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.80 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.81 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.82 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.83 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.84 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.85 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.86 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.87 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.88 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.89 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.90 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.91 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.92 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.93 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.94 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.95 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.96 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.97 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.98 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.99 - IMEX                              | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |
| 01.31.02.100 - IMEX                             | 0,00                          | 0,00                          | 0,00                       |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 OFP - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Relatores e/ou Responsáveis

Divulgação Extraordinária  
 Data Base: 31/12/2007  
 Logotipo Socializado

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                        |                            |
|-----------------|------------------------|----------------------------|
| Nome da Empresa | GRUPPO ELETRICITA S.A. | CNPJ nº 04.400.007/0001-23 |
|-----------------|------------------------|----------------------------|

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ mil)

| Conta Contábil | Descrição                                       | 31/12/2007 | 31/12/2006 | 31/12/2005 |
|----------------|---|------------|------------|------------|
| 100            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 101            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 102            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 103            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 104            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 105            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 106            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 107            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 108            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 109            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 110            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 111            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 112            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 113            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 114            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 115            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 116            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 117            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 118            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 119            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |
| 120            | Receita Operacional - Venda de Energia Elétrica | 10.100,00  | 10.100,00  | 10.100,00  |



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|      |               |      |                    |
|------|---------------|------|--------------------|
| Nome | TELEFONIA S/A | CNPJ | 03.420.144/0001-23 |
|------|---------------|------|--------------------|

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Ramo III)

| Conta    | Descrição         | 1º Trimestre - 2007 | 2º Trimestre - 2007 | 3º Trimestre - 2007 |
|----------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 01.31.01 | Receitas          | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.02 | Despesas          | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.03 | Resultado líquido | 0.000.000           | 0.000.000           | 0.000.000           |
| 01.31.04 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.05 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.06 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.07 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.08 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.09 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.10 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.11 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.12 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.13 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.14 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.15 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.16 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.17 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.18 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.19 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.20 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.21 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.22 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.23 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.24 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.25 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.26 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.27 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.28 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.29 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.30 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.31 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.32 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.33 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.34 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.35 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.36 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.37 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.38 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.39 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.40 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.41 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.42 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.43 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.44 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.45 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.46 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.47 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.48 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.49 | Passivo líquido   | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |
| 01.31.50 | Ativo líquido     | 1.000.000           | 1.000.000           | 2.000.000           |

01.31 - DEMONSTRAÇÃO

|          |                            |             |
|----------|----------------------------|-------------|
| 01.31.01 | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 01.31.01.01 |
|----------|----------------------------|-------------|

01.31.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Ramo III)

| Descrição      | Valor                                      | Valor  | Valor  |
|----------------|--|--------|--------|
| 01.31.01.01.01 | Receita de vendas de produtos              | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.02 | Receita de serviços prestados              | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.03 | Receita de juros                           | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.04 | Receita de dividendos                      | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.05 | Receita de outros rendimentos              | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.06 | Receita de venda de ativos não circulantes | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.07 | Receita de venda de ativos circulantes     | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.08 | Receita de venda de ativos não circulantes | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.09 | Receita de venda de ativos circulantes     | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.10 | Receita de venda de ativos não circulantes | 100,00 | 100,00 |
| 01.31.01.01.11 | Receita de venda de ativos circulantes     | 100,00 | 100,00 |

C1856-D CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1260 - PARCELOS DE VALORES INDEPENDENTES - SIMULSSALVA

## Parceer dos auditores independentes

Ass. Adm. S. e Adm. Strat. de  
CPFL Energia S.A.  
Campinas - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da CPFL Energia S.A. e o balanço patrimonial consolidado, e o balanço e suas demonstrações anexadas em 31 de dezembro de 2007, em respeito às demonstrações contábeis, das margens de lucro, da liquidez e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício 2007, tendo em vista a responsabilidade da sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. As demonstrações financeiras da controlada indireta, em regime PJV S/A - Interpública Santa Catarina S/A, datadas de 31 de dezembro de 2007, foram examinadas. Os outros auditores independentes que examinaram as demonstrações financeiras de 2006, sem resultados e outros pontos independentes, examinaram os dados originais transmitidos PJV S/A - Interpública Santa Catarina S/A, em 31 de dezembro de 2006, tendo em vista seu relatório sem reservas, em 12 de janeiro de 2007. A CPFL Energia S/A anexa, em sua parte anexa, o relatório PJV S/A - Interpública Santa Catarina S/A pela análise de equivalência patrimonial, segundo a qual esse investimento, por medida de segurança, em 31 de dezembro de 2007, o valor desse investimento é de R\$ 131.330 mil, e o resultado de equivalência patrimonial desse investimento no exercício do exercício é de R\$ 38.8 mil de lucro. As demonstrações financeiras desse investimento, dadas em outras demonstrações, têm valores semelhantes e representam ativos propostos em R\$ 584.904 e 1.204.311 de dezembro de 2007. Nesse relatório, não que se refere aos valores e a representação desse investimento, esta mudança pode ser feita, mesmo no parecer dos auditores independentes de PJV S/A - Interpública Santa Catarina S/A.

C1856-0 UFPE ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.01 - PARCELOS E DEDUTÍBILS INDEPENDENTES - SIMULSSALVA

2. As demonstrações financeiras da controlada indireta UFPE Energia S.A. foram auditadas e aprovadas pela UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram submetidas por estes sujeitos independentes, cujo relatório, que tem por finalidade, de acordo com o Decreto nº 2008, sem prejuízo, das conclusões auditadas emitidas pelas demonstrações financeiras UFPE Energia S.A. e, portanto, denominada UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2007, tendo em vista o relatório de auditoria, em 31 de dezembro de 2007, UFPE Energia S.A. não participou no relatório UFPE Energia S.A. no método de equivalência patrimonial. Por conseguinte, de acordo com o método integral, em 31 de dezembro de 2007 o saldo de investimento de R\$ 397.059,41 em resultado de equivalência patrimonial desse investimento, resultante da aquisição de R\$ 7.117,96 de lucro. As demonstrações financeiras da controlada indireta incluem as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de R\$ 288.003,41 em 31 de dezembro de 2007. No entanto, no caso de referidas demonstrações e valores relacionados a esse investimento, os dados apresentados são os dados reais independentes da UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas.
3. As demonstrações financeiras da controlada indireta UFPE Energia S.A. foram auditadas e aprovadas pela UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tendo em vista o relatório de auditoria, em 31 de dezembro de 2007, UFPE Energia S.A. não participou no relatório UFPE Energia S.A. no método de equivalência patrimonial. Por conseguinte, de acordo com o método integral, em 31 de dezembro de 2007 o saldo de investimento de R\$ 397.059,41 em resultado de equivalência patrimonial desse investimento, resultante da aquisição de R\$ 7.117,96 de lucro. As demonstrações financeiras da controlada indireta incluem as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de R\$ 288.003,41 em 31 de dezembro de 2007. No entanto, no caso de referidas demonstrações e valores relacionados a esse investimento, os dados apresentados são os dados reais independentes da UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas.
4. As demonstrações financeiras da controlada indireta UFPE Energia S.A. foram auditadas e aprovadas pela UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, tendo em vista o relatório de auditoria, em 31 de dezembro de 2007, UFPE Energia S.A. não participou no relatório UFPE Energia S.A. no método de equivalência patrimonial. Por conseguinte, de acordo com o método integral, em 31 de dezembro de 2007 o saldo de investimento de R\$ 397.059,41 em resultado de equivalência patrimonial desse investimento, resultante da aquisição de R\$ 7.117,96 de lucro. As demonstrações financeiras da controlada indireta incluem as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas de R\$ 288.003,41 em 31 de dezembro de 2007. No entanto, no caso de referidas demonstrações e valores relacionados a esse investimento, os dados apresentados são os dados reais independentes da UFPE Energia Industrial S.A. e suas controladas.

07-429-1941001-53

[illegible]

Ex. 21

C1856-0 CNP ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CNP Energia S.A. (CNP Energia) submete a aprovação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2007. Todas as comparações realizadas neste Relatório levam em consideração dados comparados em relação ao mesmo período de 2006, exceto quando especificado em contrário.

### 1. Considerações Iniciais

O ano de 2007 foi especial na história do grupo CNP Energia. Na realidade, a CNP Energia, empresa que deu origem ao grupo, completou 95 anos de fundação e 10 anos desde a sua privatização, em 1997. A holding CNP Energia, que completou 5 anos de atuação e três desde a abertura de capital no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) (NYSE: NYE11), alcançou avanços importantes no exercício, reafirmando sua competência para implementar o plano de negócios definido, que tem como objetivo principal criar valor de forma consistente e sustentada para seus acionistas. Os resultados foram expressivos: a Receita Bruta alcançou R\$ 14,207 milhões com crescimento de 16,2%, o que reflete, principalmente, a expansão de 12,4% nas vendas de energia elétrica na área de concessão das distribuidoras e o aumento, no período, de 48,1% na potência instalada de geração de energia do grupo. O EBITDA de R\$ 3.345 milhões foi 13,9% superior ao de 2006. O Lucro Líquido foi recorde, alcançando R\$ 1.643 milhões, 17,0% acima do valor registrado em 2006.

13067249-13-00-00

pg. 22

C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

**13.01 - ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

Um dos resultados se devem principalmente à disciplina demonstrada na implementação de cada etapa da estratégia de crescimento a seletividade nos investimentos realizados, à busca permanente por padrões de excelência na gestão dos processos corporativos e operacionais nas empresas controladas, ao compromisso com a qualidade dos serviços prestados, à satisfação das expectativas de seus clientes e aos diferenciais demonstrados em áreas de negócio expostas a livre competição.

Com esses diferenciais, o grupo avançou, em 2007, de forma consistente na estratégia de ampliação dos negócios. Foram adquiridos os ativos da CMS Energy Brasil (cuja razão social foi alterada para CPEL Jaquerinha S.A.), que compreende quatro distribuidoras, duas empresas que atuam no segmento de comercialização de energia e serviços, além de ativos de geração totalizando 57,0 MW (correspondentes a 9 FCHs e à participação na UHE LULA Eduardo Magalhães (UHE Lajeada). A controlada CPEL Paulista ampliou seu portfólio de clientes por meio da aquisição dos ativos da Cereja, cooperativa de distribuição rural da região do Franco Centro de sua área de concessão.

As aquisições reforçaram o posicionamento estratégico da CPEL Energia no mercado. No segmento de distribuição, com vendas de 35.245 GWh e crescimento de 10,9% sobre 2006, o grupo atingiu a liderança no mercado, com 6,3 milhões de clientes e participação de 33,8% de faturamento do mercado brasileiro de distribuição. Nesse segmento, a área de atuação passou para 566 municípios, em quatro dos mais importantes Estados brasileiros: São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

No competitivo segmento de comercialização, as vendas de energia para clientes livres e por meio de contratos bilaterais alcançaram 15.951 GWh, com market share nacional de 23%, além de uma participação crescente nas vendas de serviços de valor agregados para grandes clientes.

No segmento de geração, além das aquisições relacionadas, a CPEL Geração concluiu a construção da UHE Campos Novos, a terceira grande usina a entrar em operação, das seis hidroelétricas previstas até 2010. Com isso, a CPEL Geração atingiu 1.501 MW de potência instalada, que, somada aos 87 MW correspondentes a CPEL Jaquerinha, totalizaram 1.588 MW de potência instalada de geração no grupo, o que representa crescimento de 46% em relação à 2006. Em 2008, está previsto o início de operação

representada no CNPJ

página 23

C1856-0 CFF ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RELEVÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO  
comercial das UHEs Castro Alves (130 MW) e Lajeado (100 MW). Em 2013, entrará em operação a UHE Foz do Chapeco (555 MW) em construção no Sul do País, totalizando 2.174 MW de capacidade instalada. Destaca-se a aprovação de financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, no valor total de R\$ 1,7 bilhão, para a UHE Foz do Chapeco, com enquadramento nos novos critérios de financiamento estabelecidos pela Banco.

No ano, as diretrizes adotadas na gestão econômica financeira do grupo CFF, mostraram resultados efetivos, o que permitiu a melhoria do perfil de endividamento, com redução do custo da dívida de 13,4% a.a. (em 2006) para 12,1% a.a. (em 2007), mesmo considerando o aumento da dívida financeira, ocorrido em razão do investimento em aquisições e da captação de financiamento para a construção da UHE Foz do Chapeco.

As estratégias de negócios diferenciadas e o desempenho da Companhia em 2007, podem ser medidos pela valorização e demanda por suas ações nas Bolsas de Valores de São Paulo e da Nova York, refletindo a confiança e a credibilidade conquistadas no mercado. O aumento do volume diário de negociação das ações da CFF, Energia na Bovespa, em 2006 e 2007, resultou em sua inclusão no Índice Brasil 50 (IBX50) e no Índice Bovespa (Ibovespa), respectivamente, em janeiro e maio de 2007.

Com atuação fundamentada em diretrizes sólidas de Governança Corporativa e gestão orientada aos princípios da excelência e da responsabilidade na condução dos negócios, a CFF Energia também a cargo das importantes reconhecimentos. Pelo terceiro ano consecutivo, suas ações foram incluídas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, da Bovespa, que destaca empresas que incorporam a gestão permanente e integrada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais em seus processos de negócios.

Este terceiro reconhecimento foi confirmado com a inclusão da CFF Energia, pela quinta ano, como "Empresa Modelo", no Guia Exame de Sustentabilidade 2007, e como destaque, pela sexto ano, no Guia Exame/Você S.A. "Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil". O grupo também obteve destaque em pesquisa realizada pela revista Carta Capital, como uma das empresas mais admiradas do Brasil.



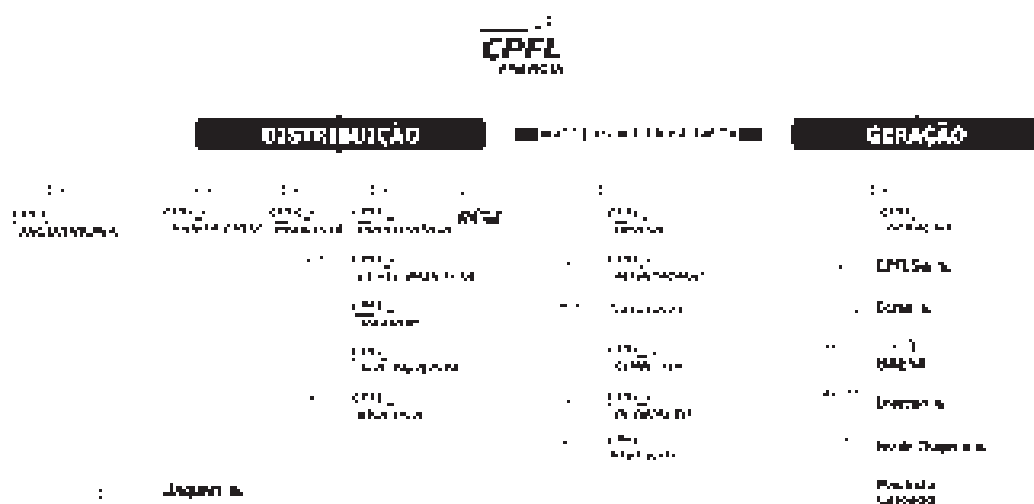
C1256-3 UPEL EMERGIA S.A.

13.41 - 14.11.5161010123.4124151617181920

As ações preservam valor e os resultados obtidos em 2007 reafirmam a comprometimento do grupo OFF. Energia com a criação de valor para os seus acionistas, por meio do crescimento sustentável dos negócios.

**ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO (Simplificado)**

A CPEI, Energía agua saneamiento, participando en la compra de aguas residuales:



Para mais informações sobre investimentos em sociedades controladas, veja a Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras.

C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - REVISÃO DA ADMINISTRAÇÃO

## 2. Comentário sobre a Conjuntura

### AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia brasileira mostrou maior dinamismo em 2007. A taxa de investimento no setor produtivo apresentou saldo positivo e o Produto Interno Bruto (PIB) superou a média de crescimento dos últimos anos. A demanda interna ganhou novo impulso, favorecida pela queda nos índices de desemprego, pelo aumento da renda dos trabalhadores e pela expansão do crédito. Embora a taxa de juros ainda se mantenha em patamares elevados, o Brasil demonstrou maior resistência às ameaças de crise na economia internacional, ocorridas no último trimestre do ano, sinalizando uma perspectiva otimista para a economia nacional em 2008, com expansão da atividade econômica e novos investimentos no setor público.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano foi marcado pela consolidação do ambiente regulatório, representada pelo conjunto de atos normativos da ANEEL. Nesse contexto, merece destaque a metodologia que vigorará no 2º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, definida por meio da publicação da Resolução Normativa ANEEL nº 234/06. Essa resolução será aprimorada a partir das contrapropostas recebidas via AP nº 052/07, com previsão de conclusão em 2008. Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para a incorporação das redes particulares (Resolução ANEEL nº 229) permitirá a regulamentação dos ativos dos clientes envolvidos, a fim de propiciar um serviço com melhores padrões de qualidade e eficiência.

Com a revogação da Portaria DNARE nº 05/1996, que estabelecia a participação financeira do consumidor para novas ligações, substituída pela Resolução ANEEL nº 223/04, em decorrência da Lei nº 10.438/2002, foi definida uma nova sistemática, que implicará na devolução das participações dos consumidores ligadas a partir de

C1856-D CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

novembro de 2007. A regra dessas divulgações foi estabelecida na Resolução R nº 250/2007, com prazo de um ano para a sua efetivação.

Finalmente, com a Resolução Normativa ANEEL nº 285/07, foram aprovadas as regras de comercialização de energia elétrica oriunda de fontes incentivadas para consumidores com cargas superiores a 500 KW, previstas na Resolução Normativa ANEEL nº 247/06. Com isso, surgiram novas oportunidades para atuar no segmento de comercialização, cujos resultados serão observados no mercado livre de energia nos próximos anos.

## ALTERAÇÕES DE NATUREZA SOCIETÁRIA

### Reorganização Societária da Rio Grande Energia-RGE

- **Descruzamento Societária da RGE:** em atendimento à Resolução Autorizativa ANEEL nº 305/05, foi concluído, com aprovação em Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 01 de março de 2007, o processo de reorganização societária, considerando a segregação da participação societária da CPFL Paulista na RGE, passando a CPFL Energia a deter, de forma indireta, por intermédio da CPFL Serra Ltda. (CPFL Serra), 89,76% da RGE.
- **Incorporação da CPFL Serra pela RGE:** a Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação da CPFL Serra pela RGE, que sucedeu em todas as suas direções e operações.
- **Migração dos acionistas minoritários da RGE para a CPFL Energia:** a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de setembro de 2007, aprovou a incorporação das ações dos acionistas minoritários da RGE pela CPFL Energia, que passou a deter 100% do capital da RGE.

### Outras Reorganizações Societárias realizadas em 2007

- Incorporação da Semisa S.A. e da CPFL Centrais Elétricas S.A. pela CPFL Energia;

RESCOLTO PÚBLICO Nº 100.000.000,00 - 02/12/2007  
 CPM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Regulamento Representação  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

- Incorporação da Nova 4 Participações Ltda. pela CPFL Santa Cruz, que resultou na incorporação direta da CPFL Energia no capital da CPFL Santa Cruz

### Alienação de Participação na empresa Energias do Brasil

Em janeiro de 2007, a CPFL Energia vendeu a participação que detinha no capital da Energias do Brasil (ENBR3). O valor líquido da venda foi de R\$ 2,6 milhões.

Para mais detalhes sobre as reorganizações societárias, veja a Nota Explicativa nº 12 das Demonstrações Financeiras.

## TARIFAS E PREÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

### Segmento de Distribuição

#### Reajuste Tarifário Anual-IRT 2007

Foram aprovados os seguintes percentuais de Reajuste Tarifário Anual (IRT) para as empresas do grupo CPFL:

- Em fevereiro de 2007 - CPFL Santa Cruz (5,71%); CPFL Jaguar (1,66%); CPFL São Paulo (5,52%); CPFL Leste Paulista (1,31%) e CPFL Mococa (9,51%);
- Em abril de 2007 - CPFL Paulista (7,06%) e RGE (6,05%);

Em 2007, a CPFL Pratinha passou pelo segundo ciclo de revisão tarifária, conforme detalhado a seguir:

#### Segundo Ciclo de Revisão Tarifária

- Em 22 de outubro de 2007, por meio da Resolução Homologatória nº 553, a ANEEL estabeleceu o resultado provisório da segunda revisão tarifária da CPFL Pratinha, com vigência a partir de 23 de outubro de 2007. As tarifas de energia da CPFL Pratinha foram reajustadas em +5,14%, dos quais +3,54% relativos ao reposicionamento tarifário e +1,60% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

CPFL Energia S.A.

pág. 28

C1856-0 CPL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - ROL VIGÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

• Em 29 de janeiro de 2008, a ANEL, na âmbito da segunda revisão tarifária, estabeleceu, em caráter provisório, as tarifas das controladas CPL Santa Cruz, CPL Jacuani, CPL Sul Paulista, CPL Leste Paulista e CPL Mococa, relativas ao reposicionamento tarifário e aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

CPL Santa Cruz: reajustes de +1,12%, dos quais +9,73% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,60% relativos aos componentes financeiros;

CPL Jacuani: reajustes de +1,58%, dos quais +0,05% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,23% relativos aos componentes financeiros;

CPL Sul Paulista: reajustes de +1,07%, dos quais +1,98% relativos ao reposicionamento tarifário e 0,58% relativos aos componentes financeiros;

CPL Leste Paulista: reajustes de +1,02%, dos quais +2,55% relativos ao reposicionamento tarifário e 1,04% relativos aos componentes financeiros;

CPL Mococa: reajustes de +3,05%, dos quais +8,40% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,75% relativos aos componentes financeiros.

A CPL Paulista e a ROL passarão pelo segundo ciclo de revisão tarifária em abril de 2008.

Para mais detalhes sobre o 2º Ciclo de Revisão Tarifária, veja a Nota Explicativa nº 34 das Demonstrações Financeiras.

### Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, tendo como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 3. Desempenho Operacional

#### VENDAS DE ENERGIA

##### Vendas na Área de Concessão das Distribuidoras

Em 2007, as vendas na área de concessão, realizadas através do segmento de distribuição, totalizaram 46.475 GWh, um

| Vendas na Área de Concessão - GWh |               |               |              |
|-----------------------------------|---------------|---------------|--------------|
|                                   | 2007          | 2006          | Var.         |
| Mercado Cative                    | 35.245        | 31.778        | 10,9%        |
| TUSD                              | 11.230        | 9.585         | 17,2%        |
| <b>Total</b>                      | <b>46.475</b> | <b>41.363</b> | <b>12,4%</b> |

aumento de 12,4% se comparado a 2006, devido principalmente às aquisições de 12,7% da RGE da CPFL Santa Cruz e das distribuidoras controladas pela CPFL Jaquariúna. Desconsiderando o efeito dessas aquisições, o aumento seria de 0,0%.

As vendas para o mercado cative totalizaram 35.245 GWh, com aumento de 10,9%, devido ao crescimento orgânico na área de concessão das distribuidoras, bem como às aquisições no período. Com a exclusão desse efeito, o crescimento ficaria em 3,5%.

A quantificação de energia, em GWh, correspondente ao consumo dos clientes dentro da área de abitação das distribuidoras, baseado por meio da Tabela de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), atingiu 11.230 GWh, com aumento de 17,2%.

##### Vendas no Mercado Cative

No mercado cative, destaca-se o crescimento das classes residencial (13,5%), indústria (11,9%) e comercial (12,5%), que juntas, representam 81,2% do total consumido pelos clientes

| Mercado Cative - GWh |               |               |              |
|----------------------|---------------|---------------|--------------|
|                      | 2007          | 2006          | Var.         |
| Residencial          | 10.700        | 9.439         | 13,5%        |
| Industrial           | 11.401        | 10.182        | 11,9%        |
| Comercial            | 6.437         | 5.724         | 12,5%        |
| Rural                | 2.511         | 1.000         | 25,7%        |
| Outros               | 4.130         | 3.717         | 11,1%        |
| <b>Total Cative</b>  | <b>35.245</b> | <b>31.778</b> | <b>10,9%</b> |

C1856-D CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ativos das distribuidoras do grupo. Desconsiderando-se o efeito das aquisições no período, o desempenho das vendas será:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumento de 6,9% em ambas as classes. O desempenho da classe comercial foi favorável pela expansão da massa salarial e pelo aumento da oferta de crédito, com a redução da taxa de juros e o alongamento dos prazos dos financiamentos. Livres efetivos, combinados com a redução dos preços de contratação nos, permitiram a expansão do consumo da classe residencial. As altas temperaturas registradas nas áreas de concessão das distribuidoras do grupo também contribuíram para o desempenho dessas classes.
- **Classe Industrial:** redução de 2,0%, devido, principalmente, à migração de clientes cativos para o mercado livre. Embora o fluxo de clientes para o mercado livre tenha desacelerado em 2007, a migração ocorreu com maior intensidade entre os chamados "clientes especiais" que tem demanda contratada acima de 500 kW e estão cada vez mais ligados para adquirir energia elétrica de fontes alternativas de geração, como biomassa e PCHs. Em geral, essas fontes alternativas recebem incentivos, como descontos no pagamento de TUSD, e tornam-se atrativas para essa faixa de clientes. Portanto, a migração de "clientes especiais" para o mercado de fontes renováveis não representa aumento de consumo no mercado livre, uma vez que esses clientes não são considerados propriamente livres, e geram impacto financeiro nas distribuidoras, pelo desconto de TUSD, compensado nas revisões e reajustes tarifários das distribuidoras.

## Vendas no Mercado Livre

As vendas no mercado livre, realizadas através do pagamento de contraprestação, alcançaram

| Vendas Mercado Livre - GWh |       |       |        |
|----------------------------|-------|-------|--------|
|                            | 2007  | 2006  | Var.   |
| Mercado Livre              | 3.051 | 3.135 | - 2,7% |

6.951 GWh, com redução de 4,1%. Essa queda deve-se ao fato de que deixou de ser considerada a venda de energia da CPEL Brasil para a RGL, incorporada em sua totalidade ao grupo CPEL Energia em junho de 2006, e à redução das vendas em contratos de curto prazo.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - RUA VITÓRIO DA ALMEIDA, 141

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em R\$, em GWh, por classe de consumo e número de consumidores), veja a Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

## DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

As distribuidoras do grupo CPFL Energia atuam com o objetivo de aumentar a eficiência de suas operações e de prestar serviços de qualidade diferenciada para satisfazer às expectativas de seus clientes. Para isso, investem permanentemente em seu sistema elétrico e nos sistemas que lhes dão suporte, de forma a colaborar das condições necessárias a preservação de padrões elevados de qualidade e continuidade de fornecimento de energia, mesmo em situações adversas de operação.

### Qualidade do Fornecimento de Energia

Para o aprimoramento permanente da qualidade do fornecimento, as distribuidoras do grupo CPFL Energia desenvolvem iniciativas e ações que buscam ampliar e automatizar o sistema elétrico e aumentar a eficiência na logística dos serviços de rede, para assegurar qualidade, confiabilidade e flexibilidade operacional. As distribuidoras disponibilizam canais diversificados de atendimento aos clientes e realizam intensos programas de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Também mantêm programas de capacitação e desenvolvimento profissional e investem na modernização dos sistemas e da infraestrutura de suporte às operações.

Os resultados dessas ações estão refletidos nos indicadores de qualidade de fornecimento (IFI), que mede a frequência equivalente de interrupções por cliente, no ano, e EFC, que mede a duração equivalente de interrupções por cliente, no ano, registrados pelas distribuidoras do grupo CPFL Energia, em 2007, conforme tabela a seguir:

| INDICADOR      | CPFL Paulista | CPFL Afluente | RGE   | CPFL Santa Cruz | CPFL Ilhéus | CPFL SJ Paulo | CPFL Lins Paulo | CPFL Niterói |
|----------------|---------------|---------------|-------|-----------------|-------------|---------------|-----------------|--------------|
| IFI 2007 (ano) | 4,88          | 4,74          | 10,40 | 8,33            | 4,88        | 4,04          | 7,93            | 4,88         |
| IFI 2006 (ano) | 4,88          | 4,83          | 11,44 | 8,84            | 4,37        | 11,84         | 8,92            | 4,34         |



C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 13.01 - ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO Perdas Comerciais

As atividades distribuidoras do grupo desenvolvem um trabalho permanente de combate às perdas comerciais em suas respectivas áreas de atuação, que abrange, principalmente, a inspeção de unidades consumidoras e a verificação e substituição de medidores abastecidos ou avariados. Em 2007, as distribuidoras realizaram 650 mil inspeções, que resultaram na recuperação de 41,6 GWh, correspondente à receita de R\$ 145 milhões.

## Universalização dos Serviços

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Paraná, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguaré, CPFL São Paulo, CPFL Leste Paulista e CPFL Mococa possuem seus mercados integralmente universalizados.

Na RGE foram ligados 6.943 novos clientes em 2007. Para 2008, estão previstos investimentos que permitirão a ligação de aproximadamente 5 mil novos clientes, atingindo 100% da meta de universalização do mercado da distribuidora.

## Integração das Distribuidoras

A CPFL Energia também obteve avanços expressivos na implementação dos Planos de Integração das empresas adquiridas entre 2006 e 2007, que têm o objetivo de assegurar a criação de valor ao acionista e a sustentabilidade das negócios, por meio da implantação de princípios de governança corporativa e da adoção de gestão orientada pelos critérios de excelência e de responsabilidade empresarial, adotados pelas empresas do grupo.

## DESEMPENHO OPERACIONAL NO SEGMENTO DE GERAÇÃO

A energia disponibilizada para comercialização pela CPFL Geração corresponde à Energia Assegurada de cada Usina Hidroelétrica, considerando a proporção da participação acionária detida pela empresa. Em 2007, a Energia Assegurada, proveniente das usinas hidroelétricas do grupo CPFL Energia e chegou 600 MW/mês os,

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - 401.4 VARIÁVEL DA ADMINISTRAÇÃO, 141 com aumento de 40,1% sobre os 57,1 MW médios do exercício anterior. Esse crescimento é decorrente da entrada em operação da UHE Campos Novos, da aquisição de ativos de geração que fazem parte da CPFL Itaquaruna e da conclusão do projeto de reconstrução da Pequena Central Hidroelétrica-PCII Gavião Peixoto.

No exercício, o índice consolidado de disponibilidade de máquinas das Usinas do Grupo foi de 90%, superior aos 85% de 2006.

Em 2006, com a entrada em operação das Hidrelétricas Castro Alves e 14 de Julho e das PCII's Lapão Preto e Limbaro, a Energia Assegurada pelas usinas do grupo deverá alcançar 852 MW médios. Em 2010, quando está prevista a conclusão da construção da UHE Foz de Chapéu, a Energia Assegurada das usinas do grupo já alcançará 1.082 MW médios.

## 4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas.

### Receita Operacional

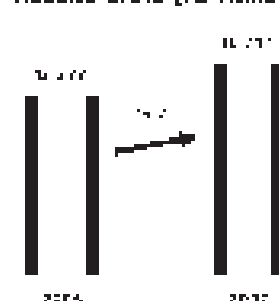
A receita operacional bruta atingiu R\$ 14.207 milhões, o que significou crescimento de 10,2% (R\$ 1.385 milhões).

Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita bruta foram:

- i) Crescimento de 12,4% nas vendas de energia elétrica na área de concessão; e
- ii) Reajuste das tarifas das distribuidoras.

conforme comentado anteriormente no item Tarifas e Preços da Energia Elétrica.

Receita Bruta (R\$ Milhões)



C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 13.41 - RENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A receita bruta foi, ainda, impactada positivamente, no montante de R\$ 11,9 milhões, pelas baixas do Passivo de Energia Livre. Em 2007, em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE e do repasse aos geradores de energia livre, foi efetuada a baixa do passivo contra a receita operacional, conforme orientação da ANEEL. É importante ressaltar que o mesmo montante foi registrada no Custo/Despesa Operacional, em função da baixa do Ativo da mesma natureza.

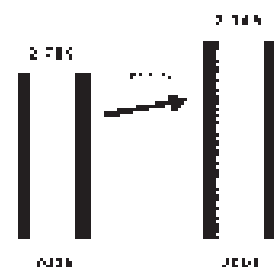
#### Geração Operacional de Caixa — EBITDA

A análise a seguir exclui o ajuste citado no item anterior, relacionado à Energia Livre, o qual não impacta o lucro líquido e o EBITDA da Companhia.

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 2.345 milhões em 2007, com crescimento de 19,9% em relação a 2006 (R\$ 550 milhões). Esse resultado reflete, principalmente, o aumento de 16,5% na Receita Líquida (R\$ 1.309 milhões), que compensou os aumentos de 13,4% no Custo com Energia Elétrica (R\$ 562 milhões) e de 10,8% no Custo/Despesa Operacional (R\$ 106 milhões), excluindo-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização.

O EBITDA é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e cotidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

EBITDA (R\$ Milhões)



01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

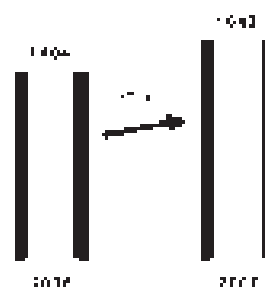
1301 - RUA VITÓRIO DA ALMEIDA, 161

## Lucro Líquido do Exercício

A CPFL Energia alcançou, em 2007, Lucro Líquido de R\$ 1.643 milhões, com crescimento de 17,0% (R\$ 239 milhões). Esse resultado é decorrente, em especial, dos seguintes fatores:

- i) Aumento de 19,9% (R\$ 356 milhões) no LBITDA;
  - ii) Aumento de 77,6% (R\$ 225 milhões) nas despesas financeiras líquidas, com duas R\$ 122 milhões decorrentes da ganho não recorrente em 2006, no processo julgado a favor das controladas, referente ao R\$ e Cufins pagos sobre a ampliação na base de cálculo;
  - iii) Aumento de 12,6% (R\$ 94 milhões) no Imposto de Renda e na Contribuição Social.
- No exercício, o lucro líquido por ação foi de R\$ 3,40.

Lucro Líquido (R\$ Milhões)



## Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R\$ 1.561 milhões em dividendos, o que equivale a 95% do Lucro Líquido do Exercício, de R\$ 3,25 por ação. Com isso, a Companhia mantém a distribuição mínima de 50% do lucro líquido, previsto em sua política de dividendos.

## Endividamento

O endividamento da Companhia (considerando dívida financeira e derivativos), na final de 2007, atingiu R\$ 6.423 milhões, com aumento de 22,5%. Apesar da elevação da dívida financeira em valores nominais, seu custo médio teve redução de 13,4% a.a., em 2006, para 11,1% a.a., em 2007, em função da redução da taxa de juros (de 11,00% a.a. para 11,8% a.a.) e da TLP (de 7,87% a.a. para 8,38% a.a.), acumuladas no ano.

000000000000000000

000000000000000000

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

13.01 - RPT VARIÁVEL DA ADMINISTRAÇÃO

O aumento do endividamento decorre, principalmente, de captações para apoiar os investimentos na expansão dos negócios de geração e distribuição e para aquisições. As principais movimentações no período foram:

- Captações (BNDES e outras instituições financeiras) para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Brasil, CPFL Geração e Projetos de Geração, totalizando R\$ 1.447 milhões;
- Emissão de debêntures pela CPFL Energia, no montante de R\$ 450 milhões, para aquisição da CMS Energy Brasil S.A. (CPFL Jaguarúna);
- Emissão de debêntures da RGE (R\$ 390 milhões), com entrada efetiva de recursos no montante de R\$ 190 milhões;
- Amortizações (BNDES e outras instituições financeiras) realizadas pela CPFL Energia, CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Geração e Projetos de Geração, totalizando R\$ 543 milhões.

Para mais detalhes referentes ao endividamento ver Notas Explicativas nº 15 e 16 das Demonstrações Financeiras.

### Inadimplência

No segmento de distribuição de energia elétrica, as distribuidoras do grupo mantiveram as ações de cobrança dos débitos de clientes inadimplentes e obteve redução dos índices de inadimplência. O índice médio ponderado de inadimplência das sete distribuidoras do grupo é de 1,49%, sobre sua Receita Bruta.

Vale ressaltar que nos segmentos de geração e comercialização de energia, no exercício, a inadimplência foi praticamente nula.



01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Desenvolvendo os novos sistemas em implantação nas duas buíldoras do grupo:

- **Sistema de Gestão Comercial - CGS:** em implantação na CPFL Paulista e CPFL Piratininga, permitirá a aprimoramento da base de clientes e dos processos de atendimento, latencia, automação, cobrança, contabilidade, gestão de perdas e informações gerenciais, e proporcionará reflexos positivos na qualidade dos serviços prestados aos clientes e na eficiência das operações. A conclusão está prevista para 2008.
- **Gerenciamento Integrado do Sistema de Distribuição - GISD** já implantado na CPFL Paulista e em implantação na CPFL Piratininga e na RGE. O sistema, a partir de uma plataforma de dados georreferenciada, permite a racionalização dos trabalhos de campo nos circuitos elétricos e ganhos de eficiência na gestão dos processos de engenharia e operação de rede, com reflexo na qualidade do planejamento da expansão do sistema e do atendimento às demandas dos clientes das distribuidoras. Na CPFL Piratininga, foi concluída a primeira das três etapas de implantação do projeto, que compreende a construção da base georreferenciada e a capacitação dos usuários do sistema – as demais etapas serão concluídas até 2008. Na RGE, em 2007, foram iniciados os trabalhos de modelagem e preparação para a implantação, que deverá ser concluída em 2009.

## Geração de Energia

As concessões, no total de R\$ 445 milhões, concentraram-se nas empreendimentos em construção: Complexo Ceram (UNEs Castro Alves e 14 de Julho), UHE Foz do Chapele e UHE Campos Novos (concluída em maio de 2007) e nas repotenciações das PCHs Gavida Privada, Chibarro e Capão Preto.

A seguir, o estágio das Usinas das Usinas Hidrelétricas em construção, em 31 de dezembro de 2007:

- **UNEs Castro Alves (130 MW) e 14 de Julho (100 MW):** Obras Civis, 95,4%; Fornecimento de Equipamentos, 89,6%; Montagem Eléctromecânica, 75,1%; Ações Ambientais, 91,8%. A entrada em operação comercial da UHE Castro Alves está

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 13.4.1 - RENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

prevista para o primeiro trimestre de 2008 e, da U-IL 14 de julho para o quarto trimestre de 2008. As parcelas de energia das usinas correspondentes à participação de 65% cota pela CPFL Geração possuem contratos de compra e venda de energia, com as empresas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil, aprovados pela ANEEL.

- **UHE Foz de Chapecó (855 MW):** Concluídos 21,0% do total do empreendimento, sendo: Obras Civis 27,4%; Equipamentos 18,0%; Montagem Eletromecânica 4,4%; Ações Ambientais 29,9%. As obras da Usina Foz de Chapecó foram iniciadas em dezembro de 2006 e a entrada em operação comercial está prevista para o terceiro trimestre de 2012.
- **PCH Chibarro:** Lançadas as obras de repotenciação da hidrelétrica, que passou a ter Potência Instalada e Energia Assegurada total de, respectivamente, 2,0 MW e 1,69 MWmédios. As obras foram iniciadas em outubro de 2006 e concluídas em dezembro de 2007.
- **PCH Capão Preto:** As obras de repotenciação, que elevarão a Potência Instalada e a Energia Assegurada para, respectivamente, 4,0 MW e 2,32 MWmédios, foram iniciadas em outubro de 2006, devendo ser concluídas no início de 2008.

#### Aquisições no Exercício

A CPFL Energia vem desenvolvendo uma estratégia consistente de ampliação de sua participação no mercado de energia elétrica do País, atuando como consolidadora de valor, por meio do aproveitamento de oportunidades de negócios que assegurem ganhos de eficiência e taxas de retorno compatíveis com as premissas que orientam os investimentos do grupo.

- **Aquisição da CMS Energy Brasil S.A. (razão social alterada para CPFL Jaguariúna S.A.):** A CPFL Energia, por meio da controlada Perpetuo Participações S.A., adquiriu, em junho de 2007, por R\$ 41,1 milhões, 100% do capital da CMS Energy Brasil S.A., holding que atua, por meio de suas controladas, nos segmentos



C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

de distribuição, geração, comercialização e de prestação de serviços especializados de energia elétrica.

- **Aquisição dos Ativos Elétricos da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Franca (Cedra)** - Em agosto de 2007, a controlada CPFL Paulista adquiriu por R\$ 4,2 milhões os ativos e estudos da Cedra, o que agregou 443 km de redes ao seu sistema elétrico e 1.094 novos clientes, em oito municípios da região de Franca.

## 6. Governança Corporativa

A CPFL Energia é reconhecida como uma das empresas com melhores práticas de governança corporativa da América Latina. Desde a sua constituição, a empresa vem aperfeiçoando as políticas, os processos de gestão e os sistemas de controle adotados. Em 2007, houve a consolidação do Novo Modelo de Governança Corporativa, implementado em outubro de 2006, com o objetivo de adequar os processos de governança à atual estrutura da Companhia e das sociedades controladas. Destacam-se no exercício, os avanços nos mecanismos de diálogo e interação entre os Acionistas e a Administração, com o objetivo de assegurar a eficácia do processo decisório na Companhia.

O Conselho de Administração é o fórum central de decisão e definição da orientação geral das negócios da empresa, com foco na criação de valor para os acionistas. É constituído por sete membros, entre os quais um conselheiro independente, e conta com três comitês para auxiliá-lo. Os Comitês de Gestão de Pessoas e de Processos de Gestão são compostos por conselheiros filiares e atuam na definição das metas e na avaliação da Diretoria Executiva, na monitoramento das informações gerenciais e dos riscos corporativos, e no acompanhamento do plano anual da Auditoria Interna. O Comitê de Partes Relacionadas analisa previamente todas as transações que envolvem partes relacionadas, a fim de assegurar o atendimento a condições usuais de mercado.

C1856-O CPL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho conta, ainda, com o apoio de Comissões Temporárias para acompanhar a condução de questões relevantes ou de temas específicos que não sejam da competência dos Comitês. Os Comitês e as Comissões atuam também no âmbito das sociedades controladas e co-geridas.

O Conselho Fiscal, por delegação do Conselho de Administração, exerce as atribuições do Comitê de Auditoria, de acordo com as regras da Securities and Exchange Commission (SEC), aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos.

A Diretoria da CPL Energia é composta por um Diretor Presidente, que é a principal executivo e Presidente do Conselho de Administração das sociedades controladas, de forma que todas as atividades de governança são alinhadas à holding, proporcionando uma estrutura integrada e otimizada. Os cinco diretores e co-presidentes (de distribuição, de geração, de gestão de energia, financeiro e de relações com investidores, e de estratégia e regulação) são responsáveis, em suas respectivas áreas, pela condução dos negócios das controladas.

A CPL Energia possui um sistema de gerenciamento de controles internos e certificação e certificação independente dos principais processos de negócios pelos gestores, que permite o mapeamento, o monitoramento e a avaliação da eficácia dos controles com respeito à preparação e à divulgação das informações financeiras, além da racionalização destes processos, conforme o significado da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley (provisória). No exercício de 2006, a eficácia dos controles internos da Companhia foram certificados pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Vice-presidente Financeiro e atestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A CPL Energia integra um seleto grupo de quatorze empresas latino-americanas reconhecidas por adotar práticas diferenciadas de governança corporativa - as Companies with, constituído por iniciativa da Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) e da International Finance Corporation (IFC), com a finalidade de promover e incentivar o aprimoramento das boas práticas de governança corporativa na América Latina. Em outubro de 2007, a CPL Energia participou do Latin American Corporate Governance Roundtable, promovido pela OECD em cooperação com o IFC e o Banco Mundial.

C1856-0 CPL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

LT 2007 re implementado o novo Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética da CPL, um conjunto de dispositivos gerenciais, que tem o objetivo de aprimorar as ações individuais e institucionais, promovendo o desenvolvimento da qualidade ética nas relações com seus públicos.

Foi realizado o segundo ciclo de seminários de Reflexão sobre Ética, baseado no Código de Ética e de Conduta Empresarial; o Comitê de Desenvolvimento da Ética foi reestruturado, passando a atuar de forma mais acentuada na promoção, o seminário e no controle dos condicionadores da ação empresarial: princípios organizacionais e diretrizes de conduta empresarial e foi criada a Rede Ética, formada por colaboradores de diversas áreas, para atuarem como multiplicadores dos valores éticos em suas unidades organizacionais.

#### **Compromisso de Arbitragem**

A CPL Energia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado da Bovespa, conforme Cláusula Compromissória constante no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

## **7. Mercado de Capitais**

A CPL Energia, atualmente com 27,0% de suas ações em circulação no mercado (Free Float), tem títulos negociadas na Brasil (Bovespa) e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE).

Em 2007, as ações da CPL Energia acumularam valorização de 21,6% na Bovespa e de 52,6% na NYSE, encerrando o ano cotadas a R\$ 33,67 por ação e US\$ 56,66 por ADR, respectivamente.

O volume médio diário de negociação atingiu R\$ 42,6 milhões, dos quais R\$ 19,8 milhões na Bovespa e R\$ 22,8 milhões na NYSE, o que representou aumento de 69,5%. O número de negócios realizados na Bovespa teve expansão de 114,1%, ao passar da média diária de 345 negócios, em 2006, para 748 negócios, em 2007.

C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O desempenho das ações da CPEL Energia na Bovespa possibilitou sua inclusão, a partir de maio de 2007, no Ibovespa, índice que mede o retorno total de uma carteira teórica integrada pelas ações que, em conjunto, representariam 10% do volume transacionado a vista nos 12 meses anteriores à formação da carteira.

## 8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

A CPEL Energia desenvolve um programa permanente de gerenciamento dos impactos de suas operações nas comunidades em que atua, por meio da gestão permanente dos riscos econômicos, ambientais e sociais associados aos negócios que desenvolve. O objetivo é criar valor de forma equilibrada e sustentada para os stakeholders públicos com os quais a empresa se relaciona, por meio de ações e programas fundamentados em princípios éticos sólidos, que assegurem integridade, transparência, confiança e sinceridade nos relacionamentos da empresa com seus clientes, acionistas, colaboradores, fornecedores, organizações da sociedade civil e com as comunidades de sua área de atuação.

### Gestão da Excelência Empresarial

A CPEL Energia, alinhada com uma visão orientada para a criação de valor, estimula a incorporação, por suas empresas controladas, dos critérios de excelência em seu modelo de gestão. Para isso, desenvolveu um Sistema de Gestão Integrado SGi, que contempla a padronização e a certificação dos principais processos de trabalho em quatro dimensões: Gestão da Qualidade - (ISO 9001:00), Gestão Ambiental - (ISO 14001:04), Gestão da Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (OHSAS 18301:09) e Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000:01). A aderência do sistema é monitorada permanentemente, inclusive por meio de auditorias periódicas realizadas por organizações externas.

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 13.01 - METODOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO

A SAI encontra-se implantada na CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Itaipava. Em 2007, também foi implantada na RGE que, no mês de dezembro, após auditoria realizada por organização externa, teve seu Sistema de Gestão Integrado certificado segundo as normas internacionais aplicadas para o processo de "Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica", válida para todas as áreas da empresa. Em 2017, a RGE também participou pela primeira vez do Prêmio Nacional da Qualidade, promovido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), habilitando-se para a segunda etapa da avaliação.

Destacou-se, ainda, no exercício, a ampliação da Estratégia Sete Sigma, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, e sua introdução na CPFL Brasil e na CPFL Itaipava, metodologia que permite identificar oportunidades de melhorias e de redução das perdas nos processos de trabalho.

### Gestão do Relacionamento com os Clientes

As distribuidoras do grupo CPFL Energia mantêm programas específicos para assegurar o estabelecimento de relações de confiança e credibilidade com seus clientes. Para isso, além da qualidade e eficiência no atendimento às solicitações e reclamações, as empresas desenvolvem ações de comunicação direta, com o objetivo de orientá-los quanto aos seus direitos, uso racional e seguro da energia elétrica, canais de atendimento e acesso às empresas, além de participar de campanhas de interesse público por meio de divulgação de mensagens em contas de energia. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores para avaliar a qualidade dos serviços e realizam pesquisas periódicas com os clientes para identificar oportunidades de melhoria nos serviços prestados.

Em 2006, duas distribuidoras do grupo se destacaram na pesquisa realizada com os consumidores residenciais de todo o País, conquistando o Prêmio IASG - Índice ANEL de Satisfação do Consumidor, como resultado da qualidade dos serviços prestados aos clientes. A CPFL Itaipava foi a melhor distribuidora do Brasil entre todas as empresas avaliadas, conquistando, ainda, o prêmio referente às regiões Sul/Sudeste/Centro-Oeste, na categoria até 30 mil consumidores, e a CPFL Estado Paulista foi a melhor das

C1856-D CPLH ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RUA VITÓRIO DA ALMEIDA, 141  
região sul e sudeste acima de 10.000 até 400.000 mil consumidores. Além disso, os índices da CPFL Paulista (56,55%), CPFL Piratininga (53,51%), RGE (56,74%), CPFL Sul Paul. (61,56%) e CPFL Flocosa (65,76%), apurados nesta pesquisa, alcançaram resultados superiores à média nacional, que foi de 60,49%.

### Gestão dos Recursos Humanos

O grupo CPFL Energia encerra o exercício com um quadro de 7.176 colaboradores (5.835 profissionais, em 2006). O crescimento verificado no quadro de profissionais decorre, principalmente, da integração de novas empresas ao grupo empresarial. O índice de rotatividade ficou em 9,12%. O tempo médio de atividade na empresa é de 11,2 anos e a idade média de 37,16 anos.

Em 2007, as ações de capacitação e desenvolvimento de pessoal alcançaram, em média, 97,97 horas por colaborador, refletindo os esforços de integração e aprimoramento dos processos nas empresas incorporadas ao grupo.

Até o fim de 2007, as empresas do grupo desenvolveram programas inovadores, para apoiar a gestão de seus recursos humanos, com destaque para:

- **CPFL Management** - Programa de Desenvolvimento gerencial, delineado em três eixos de atuação: Desenvolvimento de Competências, Foco Desenvolvimento Individual e Desenvolvimento de Carreira, com ações específicas de planejamento de carreira;
- **Disseminação de Competências** - Em 2007, foi realizado o processo de revisão das competências organizacionais, para alinhamento com o Planejamento Empresarial da CPFL Energia. As competências definidas foram: Foco em Resultados, Excelência nos Processos, Visão Sistêmica, Paixão pelo que faz, Foco do Cliente, Empreendedorismo, Capacidade de Criar, Transformar e Inovar, Sustentabilidade, Visão Estratégica e Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;
- **Treinamento segundo a Norma Regulamentadora-NR 10** - Todos os eletricitas das empresas do grupo participaram de treinamento sobre riscos elétricos,

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

Objeto: ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

organizado em 2 módulos, para atuar com segurança em instalações e serviços de eletricidade

- **Portal de Qualidade de Vida:** lançado em outubro, disponibiliza informações, dicas e orientações sobre os principais pilares que constituem o programa de qualidade de vida da CPFL: segurança, saúde, físico, ambiental, social, emocional e financeiro.
- **Programa de Valorização da Diversidade:** que tem o objetivo de valorizar e promover a diversidade no quadro de colaboradores, privilegiando a inclusão social, por meio de metas específicas, que objetivam aumentar a representatividade de negros, mulheres e de pessoas portadoras de deficiência no quadro de profissionais.
- **Programa Fale Comigo** - destinado ao apoio e orientação aos colaboradores e familiares em aspectos sociais.
- **Programa Novo Tempo:** voltado para a preparação de colaboradores em condições de aposentadoria.
- **Programa Voluntariado Cidadão CPFL:** que tem o objetivo de criar oportunidades de ação conjunta na empresa com seus colaboradores, para atuar nas comunidades.

## Relacionamento com as Comunidades

Entre as ações desenvolvidas pelas empresas do grupo em 2007, para contribuir com o desenvolvimento das comunidades em que atuam, destacamos:

- **Programas do Espaço Cultural CPFL** - programação voltada para a disseminação do conhecimento e da cultura como forma de contribuição para o desenvolvimento das comunidades de atuação da Companhia, por meio de palestras, debates e manifestações artístico-culturais. O acesso à programação é franqueado para a população e os conteúdos são disponibilizados para toda a Rede por meio da Internet e de programas veiculados pela TV Cultura de São Paulo. Em 2006, está previsto o início de atuação do Espaço Cultural RGE, em Canoas do Sul.
- **Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Benéficas** - abrange 19 hospitais das regiões de Franco e Pinacoba (SP).

C1856-D CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - RPT VOTO DA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Aprender** - criado pela CPFL Energia, apoia adolescentes de famílias de baixa renda e orienta seus primeiros passos no ambiente corporativo. Foram beneficiados 119 jovens em 2007.
- **Programa de Eficiência Energética da CPFL** - promove ações pelo uso racional de energia elétrica na iluminação pública, em serviços, praças e prédios públicos, além de desenvolver programas como CPFL nas Escolas, Educativo junto a Clientes de Baixa Renda, Gestão Energética Municipal e Doação de Lâmpadas Fluorescentes.
- **CMDCA (Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente)** - A CPFL Energia doou mais de R\$ 2 milhões a entidades, beneficiando 31 cidades de sua área de atuação. Ao todo, foram apoiados 73 projetos, de um total de 274 inscritos.
- **Semana do Meio Ambiente** - promovida pela CPFL Energia, em Campinas, contou com diversas atividades técnicas e culturais para os públicos interno e externo.

### **Influência e Liderança na Cadeia de Negócios**

A CPFL Energia adere ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Empresa também mantém adesão ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ambos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), e criou o **Fórum pelos Objetivos do Milênio** para a disseminação dos ODMs.

No Programa CPFL Conhecer e Crescer - Excelência em Gestão, iniciativa da CPFL Energia para disseminar conceitos de qualidade de gestão e de responsabilidade social para empresas de micro, pequena e médio portes, foram realizados 14 encontros, com 654 participantes.

No programa Rede de Valor, criado pela CPFL Energia para disseminar a gestão de responsabilidade social, foi realizado o 1º Encontro de Fornecedores, com 90 participantes.



C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - 11.ª Edição DA ADMINISTRAÇÃO

A CPEL Energia participa do Programa Tear - Tecendo Redes Sustentáveis de Responsabilidade Social nas Micros, Pequenas e Médias Empresas, desenvolvido pelo BID, Instituto Ethos e Fundo Multilateral de Investimentos (Fundi), e assumiu o compromisso de disseminar boas práticas junto a 15 micros, pequenas e médias empresas de sua cadeia de negócios.

Além dessas iniciativas, desde 2003 a CPEL Energia é associada à Fundação Abrinq e a diversas organizações que atuam na disseminação dos princípios da excelência e da sustentabilidade no Brasil.

## **Gestão dos Impactos Ambientais - Projetos sustentáveis de energia elétrica**

As empresas do grupo CPEL Energia desenvolvem projetos que buscam maximizar o aproveitamento energético e causar os menores impactos socioambientais possíveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a redução da emissão dos gases causadores do efeito estufa. Nessa área, destacam-se:

### **Na Geração de Energia:**

#### **Pequenas Centrais Hidrelétricas**

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL / Programa de Repotenciação das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs:** por meio desse Programa, que privilegia o aumento da potência instalada sem aumento da área inundada, foi possível à Companhia desenvolver um Projeto de MDL e comercializar os Certificados de Redução de Emissões do MDL, e CERs, referentes ao período 2003 a 2012, numa quantidade prevista de 120 mil toneladas, com faturamento previsto de 1,4 milhão de euros.
- **Controle de Plantas Aquáticas:** ação desenvolvida no reservatório da UHE Arariçana, com a coleta e remoção de 31.976 m³ de material (correspondentes a 50,70 ha). Foram desenvolvidos estudos para aproveitamento das plantas colhidas como fonte de ração animal, com resultados promissores.

REGRAS GERAIS DE APLICAÇÃO DO REGIME DE LICENCIAMENTO  
 C-11 - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
 DPE - REPRESENTAÇÃO DO ANCIÃO DA COMUNIDADE  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Regulamento Representação  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 UHE ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

- **Educação Ambiental:** o Projeto da Associação Barra Linda da Natureza, patrocinado pela CPFL, recebeu mais de 22 mil visitantes no ano.
- **Programa de Conservação da Ictiofauna:** satura de 390 mil alevins de Cumbiabas e Tamboril nos anos e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.

**Cia Energética Rio das Antas-Ceran (UHEs Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho)**

- **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL / Cia Energética Rio das Antas-Ceran:** em dezembro de 2007, foi concluído o processo de venda, na modalidade de arção, dos CERs referentes à geração hidroelétrica da UHE Monte Claro. No total, foram negociados 731.501 CERs, somando 9,6 milhões de euros. Esse foi a primeira negociação no mundo envolvendo a venda de CER de uma grande usina hidrelétrica a fio d'água. Também em 2007, foi emitida pela Comissão Interministerial de Mudança Climática, Carta de Aprovação do Projeto "Atividade de Projeto do MDL da UHE Castro Alves", com 2 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>e em quantidade de CERs aprovados, até 2014 (período de 7 anos de geração).

**BAESA – Energética Barra Grande (UHE Barra Grande)**

- **Programas Sócio-ambientais:** após visita da IBAMA para verificação do cumprimento dos programas ambientais previstos, foi aprovada a renovação de sua Licença de Operação LO, por um período de mais 5 anos. A renovação demonstra o compromisso da empresa para com as questões sócio-ambientais, como o projeto de restauração florestal na área de influência da empreendimento, com o plantio de 81.251 mudas de espécies florestais nativas, totalizando 434.875 mudas plantadas de 2004 a 2007.
- **Programas Sociais:** deu-se continuidade às obras de melhoria e adequação da infraestrutura dos municípios da área de influência da hidrelétrica. Em 2007, foi iniciada a construção e a pavimentação da estrada que intergará os municípios de Bonhal da Serra RS a Anta Garibaldi SC, contribuindo para a desenvolvimento da região.

1340/2009-01-00-00

pg. 36

C1856-0 UHE ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - RELEVÂNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

#### **Energisa – Campos Novos Energia (UHE Campos Novos)**

- **Programas Sócio-ambientais:** a Usina teve renovada sua Licença de Operação LO, a partir de 20/04/2007, por mais 2 anos, também evidenciando a adoção das melhores práticas de gestão socio-ambiental.
- **Programas Sociais:** em 2007, deu-se continuidade ao Fundo de Desenvolvimento Rural, repassando recursos da ordem de R\$ 1,2 milhões para financiar agromercado coletivos em quatro municípios situados na região de influência da Fdetrinca.

#### **Foz do Chapecó Energia (UHE Foz do Chapecó)**

- **Programas Sócio-ambientais:** Com a construção da UHE Foz do Chapecó, foi iniciada, em 2007, a implementação dos programas socio-ambientais constantes do Projeto Básico Ambiental – PBA.

#### **UHE Serra da Mesa**

- **Programas Sociais:** tornou-se sua participação no Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás, iniciativa conjunta envolvendo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Ministério de Minas e Energia (MME), Furnas Centrais Elétricas, Tractebel Energia e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Goiás-SEBRAERGO. Esse Fundo tem o objetivo de implantar projetos de geração de renda para famílias carentes situadas nos municípios abrangidos pelos empreendimentos Serra da Mesa e Jana Brava. Com um plano de trabalho de 42 meses e destinação de cerca de R\$ 5 milhões para o desenvolvimento das ações previstas, o Fundo iniciou suas atividades com a constituição do seu Conselho Deliberativo e divulgação, junto aos municípios, dos objetivos e das etapas de desenvolvimento dos trabalhos.

C1856-D CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - RUA VÍTORIO DA ADMINISTRAÇÃO

Na Distribuição de Energia:

**CPFL Paulista e CPFL Piratininga**

- **Projetos de P&D que geram benefícios ambientais, por eliminar, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.**
  - A CPFL Paulista e a CPFL Piratininga geram prosseguimento aos projetos relacionados a: Novas Tecnologias em Madernas aplicadas a fabricações de cruzetas; Laveificador para geração de energia elétrica a partir de resíduos de vários tipos de biomassa; Redes de Energia e Vegetação (em parceria com CPFL Piratininga); e Implantação de Sistemas de Geração Distribuída
  - A CPFL Piratininga adquiriu mais 250 unidades da Transformador Verde+ para instalação em sua rede de distribuição. Trata-se de transformador desenvolvido com os objetivos de ser menos agressivo ambientalmente e de possuir maior vida útil. O equipamento foi apresentado no IV Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica, recebendo Menção Honrosa - Informe Técnico - Primeiro Lugar. A empresa também deu andamento ao projeto "Sistema de Geração Distribuída Residencial", a partir de um reformador de gás natural e uma célula a combustível de 2 kW
  - A empresa do grupo ainda adquiriu 4 motocicletas elétricas, com custo de R\$ 6.001 por quilômetro percorrido e autonomia de 50 km por carga de e elétrica
- **Programa de Arborização Urbana:** doação de aproximadamente 82 mil mudas, aos municípios de suas áreas de atuação
- **Programa de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos.**
- **Programa de Coleta Seletiva:** separação de papel branco, papelão e plásticos
- **Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14.001:04:** a certificação é válida para o escopo "Convivência da Rede de Distribuição Urbana de Energia Elétrica com o Meio Ambiente", nas duas distribuidoras.
- **Cadeia Reversa:** processo que permite reaproveitamento de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1340 - RUI VITORIO DA SILVA, VCI

### Rio Grande Energia

- **Certificação ISO 14001:** em setembro de 2007, a RGE recebeu do RVC (Bureau Veritas Certification do Brasil) a recomendação para a certificação ISO 14001:2004 dos seguintes escopos: "Manutenção da Rede de Distribuição de Energia Elétrica Urbana com o Meio Ambiente" e "Serviços de Transmissão de Energia Elétrica na Subestação Antônio Prado e na Linha de Transmissão 69 kv Nova Prata 1 - Antônio Prado".
- **Projeto Logística Reversa:** é destinado para a reciclagem e a recuperação de equipamentos e materiais avançados, retirados do sistema elétrico.
- **5ª Etapa da Campanha Árvores Nobres:** por meio desta campanha, em 2007, a RGE distribuiu 15 mil mudas de árvores, com diversas nobres e raras, das espécies guajuba, angico, cerejeira, roseira e ipê amarelo. Também foram distribuídas cartilhas com informações sobre as árvores. A campanha foi iniciada no ano de 2000 e, desde então, já foram distribuídas aproximadamente 149 mil mudas.
- **6ª Etapa da Campanha de Repovoamento da Araucária:** estimula o plantio da árvore Araucária, espécie considerada em extinção e essencial na alimentação da fauna nativa da região. Em 2007, foram distribuídas 5 mil mudas e 7 mil caixas com sementes para plantio. Estima-se que, neste ano, a campanha proporcionou o acréscimo de 20 mil araucárias na área de concessão da RGE.
- **Projeto Matas Ciliares:** realizado em parceria com outras organizações, a RGE doou material para a construção de cercas de isolamento para recuperação ambiental de 1.318.000 m² de áreas situadas nas margens de rios.
- **Projeto Arborização Urbana:** a RGE realizou o plantio de 1,3 mil árvores em ruas e parques de 20 municípios. Os projetos foram executados com alto padrão de qualidade, possibilitando excelentes resultados sob os aspectos ambientais e estéticos, alcançando grande reconhecimento pelas comunidades beneficiadas.

REPRESENTAÇÃO PERMANENTE  
C/M - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
BVP - REPRESENTAÇÃO PERMANENTE NAS MERCADORIAS  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Permanente

Regulamento Representação  
Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RUA VÍTORIO DA SILVA, 461

Programas Corporativos:

- **Programa de Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa:** as empresas do grupo CPFL Energia vêm realizando um amplo diagnóstico das gases geradores de efeito estufa resultantes de suas atividades secundárias, em curso na edificação sede da empresa, em Campinas. A meta é dimensionar as emissões decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de buscar alternativas de minimização e compensação desses impactos.

### Reconhecimentos

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços, entre eles:

### CPFL ENERGIA

- **Revista Carta Capital** - Empresas Mais Admiradas do Brasil - "A mais Admirada do Setor de Energia"
- **Prêmio Balanço Anual 2007** - Jornal Gazeta Mercantil: Melhor empresa de energia
- **Prêmio DFI Empresas 2007** - Melhor Empresa do Setor de Energia Elétrica
- **Guia Exame de Sustentabilidade 2007** - Empresa Modelo, pelo quinto ano.
- **Guia Exame/Você S/A** - Melhores Empresas para Você Trabalhar, pelo sexto ano.
- **Prêmio Apimex Qualidade 2007** - Melhor Apresentação do Ano.
- **Prêmios Expo Money 2007** - Menção Especial - Respeito ao Investidor Individual.
- **Prêmio Aberje Brasil 2007:**
  - Empresa do Ano em Comunicação Empresarial - Destaque Brasil - CPFL Energia
  - Personalidade do Ano em Comunicação Empresarial

CPFL/2008-01-01-02

pg. 54

REPRESENTAÇÃO REGIONAL – Região Sudeste  
 CPM – COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
 RPP – REPRESENTAÇÃO REGIONAL PARA REGIÃO  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Região Sudeste  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1341 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Gestão de Mídia Audiovisual - Região São Paulo - Sul.

- **JR Magazine Awards Brasil 2007** - Menções Honrosas: Melhor Governança Corporativa, Melhor Conferência Call, Melhor Programa de Relações com Investidores de empresas do grupo.
- **Prêmio USP de Comunicação Corporativa 2007** - Comunicação do Espaço Cultural CPFL.

## DISTRIBUIDORAS

- **Prêmio Eletricidade 2007 - Revista Eletricidade Moderna:**
  - CPFL Paulista - Melhor Empresa do Brasil, Melhor Empresa da Região Sudeste, Melhor Desempenho em Operação
  - RGE - Melhor Empresa do Brasil em Desempenho Comercial, Melhor Empresa da Região Sul
  - CPFL Jaguar - Melhor Evolução Nacional.
  - CPFL Leste Paulista - Melhor Desempenho em Engenharia.
- **Prêmio Abradee 2007:**
  - CPFL Paulista - Melhor Gestão Operacional.
  - CPFL Piratininga - Melhor Gestão Econômico-Financeira.
- **Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor:**
  - CPFL Jaguar - Melhor Concessionária do Brasil e Melhor Distribuidora de Energia Elétrica - Reg. Sudeste, Sudeste e Centro-Oeste - (Até 30 mil unidades consumidoras)
  - CPFL Leste Paulista - Melhor Distribuidora de Energia Elétrica Regiões Sul/Sudeste, para concessionárias acima de 30 mil até 400 mil unidades consumidoras)

REGRAS GERAIS DE ATRIBUIÇÃO DE PRÊMIOS  
 C.M. – COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
 D.P. – REPRESENTAÇÃO DE PARTICIPANTES EM EMPRESAS  
 D.P. – REPRESENTAÇÃO DE PARTICIPANTES EM EMPRESAS  
 D.P. – REPRESENTAÇÃO DE PARTICIPANTES EM EMPRESAS

Regulamento de Atribuição  
 Data Base: 31/12/2007

C1856-D CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - ATIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

• Prêmio "Medalha Eloy Chaves" de Saúde e Segurança do Trabalho:

CPFL Santa Cruz - Desempenho em Prevenção de Acidentes.

• RGE - Desempenho em Prevenção de Acidentes.

## GERADORAS

• Prêmio Mário Henrique Simonsen 2007

• BAFSA - Energética Barra Grande - Excelência em Baixo.

• Prêmio Fritz Müller 2007 - Fundação de Meio Ambiente-SC

• Bafsa (Energética Barra Grande) - Execução de relevantes ações ambientais.

• Prêmio Fritz Müller 2007 - Fundação de Meio Ambiente-SC Prêmio Empresa

Enxerba (Campos Novos Energia) - União do Parque Rio Canoas.

• Empresa Cidadã AOV 2007

• Bafsa (Energética Barra Grande) - Categoria Preservação Ambiental

## COMERCIALIZADORAS

• Prêmio Excelência Empresarial - FGV/Revista Conjuntura Econômica:

• CPFL Brasil - Maior rentabilidade sobre o Ativo e Patrimônio entre todas as Empresas de Capital Aberto, de todos os setores acompanhados pela FGV.

Destaque na avaliação referente realizada pela Prêmio Valor 1000, como a maior rentabilidade - Retorno aos Acionistas em relação ao Capital Próprio da instituição.



C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1301 - RUA VÍTORIO DA ALMEIDA, 361

## 9. Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade a partir do segundo trimestre de 2007, em atendimento ao inciso de auditores previsto no artigo 31 da Instrução CVM 306/1998. Em atendimento à Instrução CVM nº 481/22, informamos que esta empresa de auditoria não prestou, em 2007, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

## 10. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2007. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

### *A Administração*

**Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras  
empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço  
[www.cpfl.com.br/ri](http://www.cpfl.com.br/ri).**

1. **ՀԱՅԱՍՏԱՆԻ ՀԱՆՐԱՊԵՏՈՒԹՅԱՆ**  
 ԲԱԵԹ ՈՐՈՇՈՒՄ 5/22/2009

07-429-1941001-53

1144

• 2013 71 | 2014 71

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1401 - MÚLTIPLO EXPLICATIVAS

**CPFL ENERGIA S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como controladora participando do capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas operacionais: plantelões sobre área de concessão, número de clientes, capacidade de produção de energia e dados correlatos não são examinados pelos auditores independentes.

**1.1 – Atividades de distribuição**

**Participações diretas:**

**Companhia Paulista de Força e Luz**

A Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 234 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 3.414,3 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Campinas, Ribeirão Preto, Baurista e São José do Rio Preto. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 20 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Paulista.

**Companhia Paratininga de Força e Luz**

A Companhia Paratininga de Força e Luz (CPFL Paratininga) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 27 municípios do interior do Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 1.329,7 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí. Possui prazo de concessão que se encerra em 2028, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 20 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Paratininga.

**Rio Grande Energia S.A.**

A Rio Grande Energia S.A. (RGE) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia elétrica para 262 municípios nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1.150,4 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Passo Fundo e Caxias do Sul. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo este ser prorrogado por período adicional de no máximo 20 anos. Além de possuir participações acionárias na RGE, a Sociedade possui a detém diretamente 100% do capital social da RGE (para maiores detalhes ver nota 12).

RESCOLTO PÚBLICO PRIVADO – RPP – Agência Reguladora  
CPL – COMISSÃO DE VALORES REGULATÓRIOS  
CPL – REGULAÇÃO DE PREÇOS E DE QUALIDADE  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Regulatória

Regulação Regulatória  
Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1801 - MÚLTIPLOS MÚLTIPLOS

#### **Companhia Luz e Força Santa Cruz**

A Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPL Santa Cruz) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Mata Sertanejana e em 5 municípios ao norte do Estado do Paraná. Atendendo a aproximadamente 163,3 mil consumidores. Entre os principais municípios estão Curitiba, Azara e Santa Cruz do Rio Pardo. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos.

#### **Participações Indiretas:**

##### **Companhia Paulista da Energia Elétrica**

A Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEL Oeste Paulista) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 7 municípios: São José do Rio Preto, Casa Branca, Caranda, Doramiã e Itatuba, São Sebastião do Gramma e Tapiratiba, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 47,8 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2016, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPEL Jaguaruna detém 55,58% da capital social da CPEL Oeste Paulista.

##### **Companhia Sul Paulista de Energia**

A Companhia Sul Paulista de Energia (CPEL Sul Paulista) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 3 municípios: Capatzinga, São Miguel Arcanjo, Sarapuí, Guarani e Alamar, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 66,4 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPEL Jaguaruna detém 57,80% da capital social da CPEL Sul Paulista.

##### **Companhia Jaguaruna de Energia**

A Companhia Jaguaruna de Energia (CPEL Jaguar) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua na distribuição de energia para 2 municípios: Jaguaruna e Pedreira, localizados no Estado de São Paulo, atendendo a aproximadamente 26,6 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2016, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPEL Jaguaruna detém 50,11% da capital social da CPEL Jaguar.

##### **Companhia Luz e Força Mococa**

A Companhia Luz e Força Mococa (CPL Mococa) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para o município de Mococa, localizada no Estado de São Paulo e 3 municípios localizados no Estado de Minas Gerais: Arceburgo, Itaipaci e Monte Santo de Minas, atendendo a aproximadamente 37,8 mil consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2015, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos. A controlada CPEL Jaguaruna detém 55,75% da capital social da CPL Mococa.

C1856-D CFP ENERGIAS S.A.

02.429.144/0001-93

## 1.1 – MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

### 1.2 – Atividades da geração

#### Participações diretas:

##### CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) é uma sociedade por ações de capital aberto que atuava até 2003 como holding da rede de geração de energia da Sociedade. A partir de 2007, com as incorporações da CPFL Centrais Elétricas S.A. (CPFL Centrais Elétricas) e SEMESA S.A. (SEMESA) – vide nota 12 – a controlada CPFL Geração além da participação no capital social de outras sociedades passou a atuar como concessionária do serviço público de geração de energia elétrica. Detém 13 pequenas centrais hidroelétricas e 1 central termelétrica, com potência total instalada de 120 MW e 38 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão de energia em 2007 poderá ser prorrogada por período adicional de 30 anos. Possui ainda parte dos ativos do Aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizada no Rio Tocantins no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS). Estes ativos foram adquiridos a FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos iniciado em 1998, que assegurou a SEMESA as participações de 51,54% na potência instalada de 1.275 MW (657 MW) de energia assegurada de 671 MW médios (345,9 MW médios). A CPFL Geração, através da incorporada SEMESA, também detém a concessão e as respectivas atividades da PCH Paulo de Silva, com potência total de 125 MW, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em outubro de 1989 pelo prazo de 30 anos. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

#### Participações indiretas:

##### CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (CPFL Sul Centrais Elétricas) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, controlada e 4 PCHs localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCHs é de 2,65 MW e a energia assegurada é de 2,45 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

##### BAESA - Energetica Barra Grande S.A.

A BAESA – Energetica Barra Grande S.A. (BAESA) é uma sociedade por ações de capital aberto que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, levando a maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que a Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

##### Campos Novos Energia S.A

A Campos Novos Energia S.A. (ENERCAN) é uma sociedade por ações de capital fechado, com a objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos, localizada no Rio Campos, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 680 MW. O início das operações comerciais ocorreu em 2007, sendo que 2

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO: 11,4% (Anuidade Realizada)  
C/H – COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
CPL – CONCESSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA USUÁRIOS  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Representada

Reguladora Reguladora  
Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### **Had - Múltipla FAPRCH MUYAS**

Unidade geradora em operação em fevereiro e a única unidade em teste. A concessão se encerra em 2005, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital social da FAPRCH.

#### **Paulista Lajeado Energia S.A.**

A Paulista Lajeado Energia S.A. (Paulista Lajeado) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo a geração e comercialização de energia elétrica. A Paulista Lajeado possui 6,93% da concessão compartilhada da UHE Itaipu Binacional – Apaxo, cuja potência instalada é de 302,5 MW. A Paulista Lajeado possui ainda 1,04% de participação no capital social da Invasor S.A., sociedade que detém os direitos referentes à UHE Aracá. De acordo com o contrato de arrendamento, esses ativos foram arrendados aos acionistas controladores e a parcela referente à participação da Paulista Lajeado (3,32%) na energia assegurada da usina é negociada com as subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguaré e CPFL Moraca. A concessão se encerra em 2032, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada Jaguar Geração detém 66,57% do capital social da Paulista Lajeado.

#### **Controladas em desenvolvimento**

A controlada CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração, cuja capacidade de energia estará disponível até 2010, aumentando a sua capacidade instalada proporcionalmente à sua participação, para 2.007 MW. Esta capacidade somada à capacidade instalada nas subsidiárias da CPFL Jaguaré, assegurará uma capacidade instalada total de 2.174 MW no consolidado. Esses empreendimentos são controlados em conjunto com:

#### **CBRAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.**

A CBRAN - Companhia Energética Rio das Antas (CBRAN) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Junho localizada no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 360 MW. A UHE de Monte Claro (130 MW) iniciou suas operações em dezembro de 2004. Está previsto para 2008 a entrada em operação da UHE Castro Alves e UHE 14 de Junho. A concessão se encerra em 2030, podendo ser prorrogada por mais 25 anos. A controlada CPFL Geração detém 65,00% do capital social da CBRAN.

#### **Foz do Chapecó Energia S.A.**

A Foz do Chapecó Energia S.A. (Foz do Chapecó) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidroelétrico Foz do Chapecó localizada no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista no contrato de concessão, será de 855 MW. As obras foram iniciadas em 2006 e a entrada em operação comercial é prevista para 2010. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer. A controlada CPFL Geração detém 51,00% do capital social da Foz do Chapecó.

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

HAB - MUITAS EXPLICAÇÕES

### 1.3 - Atividades de comercialização

#### Participação direta:

##### CPFL Comercialização Brasil S.A.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (CPFL Brasil) é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, a aquisição de tecnologia para a comercialização de energia, o desenvolvimento estratégico institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPFL Brasil está autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Brasil.

#### Participações indiretas:

##### Clitem Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda

A Clitem Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (CPFL Mercantil) é uma sociedade de pessoas de responsabilidade limitada, com o propósito de comercializar energia elétrica e de prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controladora CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Mercantil.

##### Sul Geradora Participações S.A.

A Sul Geradora Participações S.A. (Sul Geradora) é uma sociedade por ações de capital fechado com propósito principal de participar no capital de outras sociedades como acionista, quotista ou sob qualquer forma de participação. A controladora CPFL Brasil detém 99,99% do capital social da Sul Geradora.

##### CPFL Comercialização Conex Sul S.A.

A CPFL Comercialização Conex Sul S.A. (CPFL Conex Sul) é uma sociedade por ações de capital fechado com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controladora CPFL Brasil detém 100% do capital social da CPFL Conex Sul.

##### CPFL Planalto Ltda

A CPFL Planalto Ltda (CPFL Planalto) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controladora CPFL Jaguaruna detém 100% do capital social da CPFL Planalto.

RENDIMENTO PÚBLICO PRIVADO, 11 de Agosto, Reforma  
 CPM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CPE - Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Legislação Representada  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1401 - MÚLTIPLO EMPREENHOS

#### **CPFL Serviços Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.**

A CPFL Serviços Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (CPFL Services) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a atividade de prestação de serviços em duas áreas de negócios: a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e a transmissão, distribuição e armazenamento de gás natural. A controlada CPFL Jaguaruna detém 59,91% do capital social da CPFL Services.

#### **1.4 – Outras Empresas da Participação**

##### **Perato Participações S.A.**

A Perato Participações S.A. (Perato) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente possui 100% do capital social da CPFL Jaguaruna. A Sociedade detém 100% do capital social da Perato.

##### **CPFL Jaguaruna S.A.**

A CPFL Jaguaruna S.A. (CPFL Jaguaruna) é uma sociedade constituída com o objetivo principal de atuar como holding, possuindo participações societárias diretas e indiretas em empresas que prestam serviço público de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Perato detém 100% do capital da CPFL Jaguaruna.

##### **Makelê Participações S.A.**

A Makelê Participações S.A. (Makelê) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente a Makelê não possui participação em outras sociedades. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da Makelê.

#### **Companhia Jaguaruna Geração de Energia**

A Companhia Jaguaruna Geração de Energia (Jaguar Geração) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com a aprovação de exploração da geração, distribuição e comércio de energia elétrica. Atualmente a Jaguar Geração possui 59,93% do capital social da Paulista Energia. A controlada CPFL Jaguaruna detém 99,15% do capital social da Jaguar Geração.

##### **Chumplaz Participações S.A.**

A Chumplaz Participações S.A. (Chumplaz) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades. Atualmente não possui participação. A Sociedade detém 100% do capital social da Chumplaz.



01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1401 - MÚLTIPLO MÚLTIPLO

## 12) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público da Energia Elétrica, normas técnicas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEE) e as normas contábeis internacionais emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o objetivo de ampliar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e da Valor Adicionado da controladora e consolidadas para os exercícios de 2007 e de 2008, respectivamente nos anexos 14.1.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com as normas estabelecidas pela FAS 95 – Statement of Cash Flows – que se refere ao formato de apresentação em conexão ao conteúdo do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission (SEC).

### 2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis

- Disponibilidades** - Incluem os saldos de caixa dependentes em bancos, cambiais de depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo que estão registradas ao custo acrescidas do rendimento autêntico até as datas dos balanços.
  - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias** - Incluem o fornecimento de energia elétrica lançada e a faturar a consumidores finais, a outras concessionárias do sistema de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e saldos relacionados a ativos requeridos de diversas naturezas.
  - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base em análise dos dias a receber dos clientes da classe residencial vendidas há mais de 50 dias, da classe comercial vendidas há mais de 180 dias e das demais classes para os valores vencidos há mais de 180 dias inclusive clientes da classe poder público. Considera também uma análise sobre a situação das máximas dívidas, incluindo atualizações de débitos, aplicando a formação de um pagamento dos créditos considerados de difícil recebimento, de acordo com a experiência da Administração em relação às perdas atuais.
  - Investimentos** - Inclui as participações em controladas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As demais participações estão registradas ao custo de aquisição, dado nas datas provisórias para redução ao valor de mercado, quando aplicável. Inclui também as ações registradas na aquisição de subsidiárias, decorrentes da diferença entre o preço de aquisição pago e o valor do patrimônio líquido das empresas adquiridas, amortizados proporcionalmente às curvas de lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida, conforme determinações da ANEP.
- Inclui ainda os bens relacionados ao empreendimento da UTE Serra da Mesa, os quais, por estarem amparados a FURHAs, são apresentados no grupo Investimentos – Bens de Renda. Este investimento está registrado pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada calculada pelo método linear a taxas anuais variáveis de 2% a 20%.
- Imobilizado** - Registrado ao custo de aquisição, construção ou formação, incluindo quaisquer adições, para ampliações, melhorias e gastos de manutenção e de melhorias em bens de

C1856-0 CVM ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 11.4 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

31 de dezembro de 1995 - dedução da depreciação calculada pelo método linear e taxas anuais variáveis de 2% a 25%.

- h) **Atualizações de Direitos e Obrigações** - Incluem os créditos e obrigações sujeitos a reajustes anuais e/ou variações de valor ou variação cambial por força contratual ou disposições legais e estão atualizados até as datas dos balanços.
- i) **Imposto de Renda e Contribuição Social** - Calculadas e registradas conforme legislação vigente nos balanços. A Sociedade e controladas registraram em seus demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, losses negativos de contribuição social e diferenças temporariamente inadmissíveis suportados por provisão da geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, em períodos não superior a 10 anos. As controladas registraram também créditos fiscais referente ao benefício de ágio incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros totais dos projetos para o período remanescente do contrato de concessão de cada investida.
- j) **Planos de Aposentadoria e Pensão** - As controladas incluem os benefícios pós-emprego e os planos de pensão reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a Deliberação CVM nº 271-20.
- k) **Provisão para Contingências** - As provisões para contingências decorrentes nas datas dos balanços são calculadas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a eventos futuros, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão cível é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores legais. Não sendo apasentadas nesta rubrica as provisões para contingências decorrentes dos depósitos em bancos, juizados e as relacionadas.
- l) **Empréstimos e Financiamentos** - Atualizados com base nas condições monetárias e cambiais acordadas dos respectivos.
- m) **Derivativos** - Referem-se a contratos de derivativo com o objetivo de administrar os riscos associados às variações nas taxas cambiais e no preço de determinação passivos. Derivados contratuais são contabilizados pelo regime de competência e os ganhos e perdas auferidos ou incorridos são reconhecidos em receitas ou despesas financeiras.
- n) **Resultado** - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. A receita de geração de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é produzida. A receita não faturada relativa ao custo de latuamente mensal é provisionada com base auditee como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos das condições de fornecimento ou compra de energia com energia variável e fixa. Não existe consumidor que represente 10% ou mais de toda a latuamente. Os créditos sobre custos e despesas operacionais compensados na apuração do PIS e COFINS, são apresentados líquidos nas respectivas contas de créditos e despesas.
- o) **Finalidades** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre valores das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua relativa imutação em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

REPRESENTAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL - OEA Agência Reguladora  
 CPM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CPE - Representações Permanentes das Empresas  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Representada  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

144 - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

1) **Lucro Líquido por Ação** - É determinado considerando-se a quantidade de ações nas datas dos balanços

A Sociedade e suas controladas apresentaram certas reclassificações nas demonstrações de resultados divulgadas em 31 de dezembro de 2006 para de acordo com base comparativa em função de novas classificações requeridas pela ANELL, conforme Despacho nº 116/2 que promoveu as ações na Marca da Capitalidade da Empresa Pública de Energia Elétrica Estado, Assumidas a seguir:

| Item  | De                | Para                     |
|---|-------------------|--------------------------|
| Despesa com juros de títulos de curto prazo | Despesa com juros | Despesa de financiamento |
| Despesa com juros de títulos de longo prazo | Despesa com juros | Despesa de financiamento |
| Despesa com juros de títulos de longo prazo | Despesa com juros | Despesa de financiamento |

## 2.2 Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas: CPEL Paulista, CPEL Fortaleza, CPEL Santa (até 30 de junho de 2007), RGE (a partir de 1º de julho de 2007), Nova Amarelo (a partir de outubro de 2007), CPEL Santa Cruz (a partir de 1º novembro de 2007), CPEL, Geração, CPEL Brasil, Chumacera e Fátima, todas as reclassificações societárias na nota 12). Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Anteriormente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPEL Geração, CPEL Brasil e Fátima são consolidadas com as de suas controladas, integral ou proporcionalmente, para as controladas em conjunto, de acordo com as regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 247/06.

Respeito todas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está refletida nos resultados e no patrimônio líquido em cada ano apresentado.

Todas as saldos e transações significativas com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de consolidação mencionadas é a avaliação do imobilizado registrada pela controlada RGE, que é eliminada ao determinar o valor base para cálculo de equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

[illegible]

02.429.14:0001-53

RENDIMENTO FISCAL FAVORÁVEL – 100% (vigência: 10/01/2004)  
 CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BPF – BANCOS PARANAENSES, BRASILEIROS E FIAT PARANÁENSES  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação: Representada

Legislação: Resolução  
 Data Base: 31/12/2003

C1856-0 UEPB ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

UBI – UNIASSEGURADORAS

### (3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

| Conta   | Consolidado |          |         |         |
|---|-------------|----------|---------|---------|
|   | 2002        | 2003     | 2002    | 2003    |
| <b>Consumos, Concessões e Permissões (nota 3)</b>                 |             |          |         |         |
| Regulamento Tarifário Energético (RTE)                            | 3.423       | 210.517  | 431     |         |
| Unidade Tarifária   | 1.524       | 14.540   | 440     | 791     |
| Regulamento Tarifário de Energia Elétrica (RTEEE)                 | 1.443       | 29.434   |         |         |
| Regulamento Tarifário de Distribuição de Energia Elétrica (RTDEE) | 11.147      | 24.754   |         | 12.604  |
| Regulamento Tarifário de Transmissão de Energia Elétrica (RTTEE)  | 76          | 76       | 45      |         |
| Regulamento Tarifário de Energia Elétrica (RTTEE)                 | 64.205      | 31.071   | 14.437  | 7.470   |
|   | 81.666      | 278.424  | 20.664  | 21.265  |
| <b>Diferenças de Custos Tarifários</b>                            |             |          |         |         |
| Força de Trabalho   | 241.201     | 102.490  | 102.711 | 466.721 |
| Outros  | 104.215     | 201.691  | 30.171  | 51.967  |
|   | 345.416     | 304.181  | 203.884 | 518.688 |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente (nota 9)</b>                    |             |          |         |         |
| Regulamento Tarifário Energético (RTE)                            | 20.007      | 31.014   | 42      | 6.904   |
| Regulamento Tarifário de Energia Elétrica (RTTEE)                 | 1.210       | 22.447   |         | 3.472   |
| Regulamento Tarifário de Distribuição de Energia Elétrica (RTDEE) | 27.067      | 47.100   |         | 3.564   |
| Regulamento Tarifário de Transmissão de Energia Elétrica (RTTEE)  | 61.004      | 50.103   | 28.605  | 5.467   |
| Subsídios para Força de Trabalho                                  | 56.867      | 40.742   |         |         |
|   | 165.955     | 171.316  | 29.047  | 19.947  |
| <b>Receitas</b>   |             |          |         |         |
| <b>Remessas (nota 10)</b>   |             |          |         |         |
| Unidade Tarifária   | 151.604     | 102.581  | 122     |         |
| <b>Diferenças de Custos Tarifários</b>                            |             |          |         |         |
| Regulamento Tarifário Energético (RTE)                            | 10.666      |          | 4.875   | 117.320 |
| Outros  | 1.265.500   | 1162.580 | 167.299 | 158.134 |
|   | 1.276.166   | 1162.580 | 172.174 | 170.060 |
| <b>Custos de Energia Pagos (nota 11)</b>                          |             |          |         |         |
| Regulamento Tarifário Energético (RTE)                            | 10          | 115.014  |         |         |
| Regulamento Tarifário de Energia Elétrica (RTTEE)                 | 1.265.500   |          |         |         |
| Regulamento Tarifário de Distribuição de Energia Elétrica (RTDEE) | 11.490      |          | 34      |         |
| Regulamento Tarifário de Transmissão de Energia Elétrica (RTTEE)  | 117.164     | 100.820  |         |         |
| Subsídios para Força de Trabalho                                  | 1.000       |          | 10      |         |
| Subsídios para Força de Trabalho                                  | 18.550      | 17.564   | 71      | 1.331   |
|   | 129.364     | 117.598  | 115     | 1.365   |
| Total Ativos  | 206.307     | 575.601  | 406.463 | 481.829 |

#### a) Racionamento

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre as geradoras e distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Esse mesmo acordo prevê o mecanismo de reposição de perdas incursas pelas empresas do setor elétrico, um resgate biliano extraordinário no ZUS, nas linhas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais, exceto aqueles contemplados

Լուսինյան Կառավարություն  
 Էթեր Օրման 2022/2023

07-429-1941/C001-53

tempo de tempo, sendo 1,35% a homologação pública e de 1,9% para todos os demais construtores.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 1.4.1 - MÓDULO EXERCÍCIO 2007

Em 2007, geração e preço espolado para a recuperação da RTE para as empresas de CPFL Paulista e CPFL Piratunga, sendo realizadas perdas devido a não realização deste ajuste nos montantes de R\$ 115.863 e R\$ 36.727, respectivamente. As controladas CPFL, Leão Paulista, CPFL Jaguar e CPFL Mococa realizaram a RTE em sua totalidade em junho de 2008, dezembro de 2004 e dezembro de 2008, respectivamente.

- **Energia Livre** – Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de funcionamento.

As concessionárias de distribuição antecederam os recursos cobrados do consumidor através de reajuste tarifário extraordinário e as repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Esses valores estão atualizados com base em contratos da ANEEL.

Em função do término da cobrança da RTE em 2007, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piratunga tiveram em perdas de Energia Livre no montante de R\$ 135.545 e R\$ 53.210, respectivamente. A taxa do ativo foi registrada em contrapartida de conta Outras Despesas Operacionais com Vendas e a taxa do passivo em conta de Outras Receitas Operacionais sem impactos nos resultados das controladas. Adicionalmente, a controlada CPFL Jaguar realizou em 2007 perdas de energia livre no montante de R\$ 225. A controlada CPFL São Paulo possui provisiona a perdas de avaliação da energia livre no montante de R\$ 1.735.

No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre na cessão pela distribuidora de sua quota parte de fato para o sistema de regulação. Assim como para a RIL, a controlada RGE e a controlada CPFL Sorocaba possuem em 31 de dezembro de 2007 provisão para o ativo de regulação de Energia Livre totalizando o montante de R\$ 12.824.

- **Parcela "A"** – Corresponde a variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" dos contratos de concessão, acordos entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2007. Esses valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para a controlada CPFL Piratunga, a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de fevereiro de 2007 mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE. Para as controladas CPFL Paulista e CPFL São Paulo, a Parcela "A" começou a ser amortizada a partir de janeiro de 2008 e fevereiro de 2006, respectivamente, pelo prazo necessário para atingir a montante registrada. Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leão Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguar, os saldos da Parcela "A" foram amortizados em novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

As controladas CPFL Piratunga e CPFL Santa Cruz amortizaram saldos da Parcela "A" conforme compensação demonstrada anexo.

|                               | Consolidado<br>2007 |
|-------------------------------|---------------------|
| Energia Gerada                | 34.120              |
| Energia do Uso do Sistema     | 5.41                |
| Custo de Consumo Gerado (CCG) | 24.740              |
| RGE                           | 1.551               |
| Taxa de Faturação             | 110                 |
| Total                         | 417.458             |

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 1.1.1 - MÚLTIPLOS FUNDAMENTOS

b) Revisão e Reajuste Tarifário

b.1) 1º Ciclo da Revisão Tarifária (2003/2004)

a) CPFL Paulista – Diferença de Depreciação

Em 2007, a ANEEL, através da Resolução Homologadora nº 441, alterou o resultado lra da primeira Revisão Tarifária periódica de controlada CPFL Paulista, homologando em 2006, reconhecendo as tarifas de lambedimento de energia em 2006%, em função da revisão de cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença de tarifa entre o reposicionamento tarifário de 20,29% para 20,56%, e de componente Xa de Valor X, de 11,35% para 11,53%, correspondendo a um ajuste financeiro no valor de R\$ 44.858, que está sendo compensado financeiramente na Revisão Tarifária de 2007. Esse ajuste regulatório está registrado na conta Consumidores Concessionárias e Permissonárias – Revisão Tarifária – Degradação, já considerando os efeitos de PIS e COFINS, e a partir de reposicionamento passa a ser simplificado.

b) CPFL Pratinha – Base Remuneração

Em 2006, a ANEEL, através da Resolução Homologadora nº 385, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária iniciada pela Bandeirantes Energia S.A. (Bandeirantes), alterou os valores da base de remuneração de controlada CPFL Pratinha.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reajustadas em 10,14%. Dessa forma, para refletir o novo percentual previsto e definido pela ANEEL, a controlada CPFL Pratinha corrigiu, em 2006, um ajuste regulatório e em contrapartida da Revisão de Fomento de Energia Elétrica, no montante de R\$ 26.373 mil, incluiu os efeitos de PIS e COFINS.

A Resolução ANEEL nº 338 de 2001, que trata da atuação do pedido de ajuste da Bandeira, de a transferência de valor da respectiva área de concessão à controlada CPFL Pratinha, estabeleceu que, na primeira revisão tarifária periódica prevista e mencionada também em a as duas concessionárias. Como a Bandeirantes possui um índice de 10,14% e a controlada CPFL Pratinha de 11,52%, previu-se o índice de 10,14%.

Atuando no Resolutor nº 326, de 22 de outubro de 2007, a ANEEL ratificou o resultado da primeira revisão tarifária da Sociedade, tornando-o definitivo.

c) CPFL Santa Cruz, CPFL Mossoró e CPFL Leste Paulista – Base Remuneração

Em 2005, a ANEEL homologou em caráter definitivo os resultados da primeira revisão tarifária periódica de fevereiro de 2004 para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Laguna e CPFL Mossoró. A diferença existente entre os percentuais previstos e as definições para as concessionárias CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista e CPFL Mossoró foram incluídas para os próximos reajustes tarifários seguintes e estão sendo recuperados com previsão para término em Janeiro de 2008.



01856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 14.0 - MÚLTIPLOS VALORES

##### b.2) 2º Ciclo da Revisão Tarifária (2007/2008)

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 553 de 2007, estabeleceu em caráter provisório que as tarifas da concessionária UPEL - Paracatinga fossem reajustadas com um percentual negativo de 10,11%, sendo +0,54% relativos ao reposicionamento tarifário e -0,55% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica. Em decorrência da redução da base tarifária dos componentes financeiros que haviam sido incorporados no reajuste anual de 2006, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de +16,20%.

O reajuste autorizado pela ANEEL à concessionária os seguintes itens:

|                                       |           |
|---------------------------------------|-----------|
| Receita Verificada                    | 2.195.914 |
| Parcela A                             | 1.425.075 |
| Remuneração Bruta do Capital          | 154.530   |
| Outra Despesa                         | 61.695    |
| Imposto de Renda - Pessoa Jurídica    | 244.731   |
| Imposto de Renda - Pessoa Física      | 12.619    |
| Parcela B                             | 492.479   |
| Receita Bruta Líquida (Parcela A - B) | 1.015.394 |
| Outras Despesas                       | 116.151   |
| Receita Reajustada Líquida            | 1.903.202 |
| Componentes Financeiros               | 15.767    |
| Reposicionamento Tarifário            | +0,54%    |
| Componentes Financeiros               | -0,55%    |
| Reposicionamento Total                | +0,11%    |

A apuração da Parcela A é composta por:

- Encargos Gerais no montante de R\$ 257.173 (dos quais CCG e CUL representam cerca de 78%);
- Compra de Energia Elétrica no montante de R\$ 954.779;
- Transporte de Energia no montante de R\$ 211.020;

Os componentes financeiros externos à revisão tarifária são compostos por:

- Conta de Compensação de Valores de Conta da Parcela A - CVA - no montante de R\$ 3.918;
- Substituição de Energia Elétrica no montante de R\$ 3.304 (valor negativo);
- Diferença Aplicada na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD - no montante de R\$ 0.342;
- Ajustes de Encargos de Comércio, Recuperação e CUSD no montante de R\$ 5.744;
- Outros componentes no total de R\$ 1.357;

Adicionalmente, há existência provisoriamente a Parcela B de 0,73% que será aplicada como redução da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes de 2008, 2009 e 2010.

C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

HAB - MUITAS EXPLICAÇÕES

### B.3) Respostas Tarifárias de 2007

O Reajuste Tarifário Anual – IRT das distribuidoras de energia elétrica é a somatória do reajuste tarifário decorrente de dois componentes financeiros adicionais. As Respostas Homologadas e a composição do reajuste tarifário anual para as distribuidoras de energia elétrica controladas direta e indiretamente pela Companhia estão demonstradas na tabela a seguir:

| Distribuidora       | Respostas Homologadas                  | %<br>Reajuste<br>Anual | %<br>Componentes<br>Financieiros | %<br>Reajuste<br>Total |
|---------------------|--|------------------------|----------------------------------|------------------------|
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |
| CPFL Santa Catarina | Resolução 424 de 30 de janeiro de 2007 | 4,75                   | 1,13                             | 5,88                   |

Além do CVA (vide Anexo 1), destacamos como componentes financeiros adicionais:

#### + Majoração de PIS e COFINS

Diferença a diferença entre os custos recuperados em PIS e o COFINS, somados através da aplicação da incidência atual e aqueles incorporados à conta de abate de juros.

Os valores homologados e as complementares registradas em 2007 e 2008 estão demonstrados na tabela a seguir:

| Distribuidora       | Valor Total<br>Homologado | Constituição Majoração de PIS e<br>Cofins - Anual |        |
|---------------------|---------------------------|---|--------|
|                     |                           | 2007  | 2008   |
| CPFL Santa Catarina | 33.333                    | 72.883  | -      |
| CPFL Santa Catarina | 34.263                    | -   | 39.842 |
| RGE                 | 10.402                    | 559   | -      |
|                     |                           | 73.442  | 39.842 |

Estas variáveis foram registradas na conta de Despesas Pagas Antecipadas (conta 91).

Considerando as classificações que envolvem a natureza do elemento, o custo conservadoramente adotou-se por considerar passivos registrados na conta Outras Contas a Pagar (conta 71) que é atualizado com base na variação do IGP-M.

01856-0 CEM ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 14.1 - MÓDULO EXERCÍCIO

##### • Sobras e Falta de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse de tarifas dos custos de recursos econômicos das sobras de falta de energia elétrica limitadas em 3% da receita de energia.

As sobras e falta líquidas de energia referentes aos exercícios de 2007 e 2008 foram adquiridas ou colocadas à disposição da COEL para venda de curto prazo, as quais consequentemente foram fixadas ao preço de mercado de curto prazo.

As constituições e realizações das sobras e falta líquidas de energia estão sendo contabilizadas em Despesas Pagas Antecipadamente, porém em contramão a um crédito em Custo com Energia Elétrica (Nota 24).

##### • Descontos na TUSD e na Irrigação

As controladas reconhecem novas regulamentações referentes a 11 descontos especiais aplicados sobre a TUSD no mercado de irrigação e de energia elétrica de 61% alternativas e 11% atividades de irrigação e aquicultura. Estes novos estão registrados em Consumidores, Concessionárias e Formas de Pagamento (Nota 5), tendo sua contrapartida à conta de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 23).

Além dos efeitos descritos acima, outros impactos oriundos do regime contábil da controlada CEM - Parana foram:

- A ANEEL, com o objetivo de reduzir as variações da PIS e COFINS, das geradoras, realizou recálculo do custo de energia elétrica baseado no reajuste da tarifa a consumidores e no cálculo da CVA, o recálculo que produziu uma redução no preço médio de energia gerada, um passivo a ser devido aos consumidores e um ativo adicional da CVA. Adicionalmente, as empresas homologadas pela ANEEL, a IRT de 2007 referente à CVA excluíram as sobras dos contratos de energia elétrica, conforme item 61 da Nota Técnica nº 000/ANEEL de 22 de março de 2007. Dessa forma, os valores historicamente expressos os ajustes efetuados em 2007 de R\$ 96.633 registrados em Dúvidas Contas a Pagar, e de R\$ 177.110 creditado em Incremento de Custos Tarifários, estão sem contrapartida em Custo com Energia Elétrica (Nota 24).
- Ainda relacionados aos eventos acima, a controlada CPFL Paulista registrou em 2007 um estorno no ativo regulatório de PIS e COFINS de geradores no montante de R\$ 10.310 e um estorno de R\$ 15.334 no Ativo da Sobras e Falta de Energia, valores estimados com base no método aqui proposto na Nota Técnica da ANEEL nº 151/2006.
- Foram ainda registradas em 2007 alíquotas de R\$ 14.954 referentes a custos componentes financeiros constantes da IRT de 2007, passivamente relacionadas à P&D sobre componentes financeiros do IRT de 2004 a 2006, Programa Luz para Todos e custos.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos itens descritos anteriormente, relacionados à Revisão e Reajuste Tarifário, ocorrida durante os exercícios finais em 31 de dezembro de 2007 e 2008.

C1856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 14.01 - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

|  | 2019 | 2018 | 2017 | 2016 | 2015 | 2014 | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 | 2007 | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 | 2002 | 2001 | 2000 | 1999 | 1998 | 1997 | 1996 | 1995 | 1994 | 1993 | 1992 | 1991 | 1990 | 1989 | 1988 | 1987 | 1986 | 1985 | 1984 | 1983 | 1982 | 1981 | 1980 | 1979 | 1978 | 1977 | 1976 | 1975 | 1974 | 1973 | 1972 | 1971 | 1970 | 1969 | 1968 | 1967 | 1966 | 1965 | 1964 | 1963 | 1962 | 1961 | 1960 | 1959 | 1958 | 1957 | 1956 | 1955 | 1954 | 1953 | 1952 | 1951 | 1950 | 1949 | 1948 | 1947 | 1946 | 1945 | 1944 | 1943 | 1942 | 1941 | 1940 | 1939 | 1938 | 1937 | 1936 | 1935 | 1934 | 1933 | 1932 | 1931 | 1930 | 1929 | 1928 | 1927 | 1926 | 1925 | 1924 | 1923 | 1922 | 1921 | 1920 | 1919 | 1918 | 1917 | 1916 | 1915 | 1914 | 1913 | 1912 | 1911 | 1910 | 1909 | 1908 | 1907 | 1906 | 1905 | 1904 | 1903 | 1902 | 1901 | 1900 | 1899 | 1898 | 1897 | 1896 | 1895 | 1894 | 1893 | 1892 | 1891 | 1890 | 1889 | 1888 | 1887 | 1886 | 1885 | 1884 | 1883 | 1882 | 1881 | 1880 | 1879 | 1878 | 1877 | 1876 | 1875 | 1874 | 1873 | 1872 | 1871 | 1870 | 1869 | 1868 | 1867 | 1866 | 1865 | 1864 | 1863 | 1862 | 1861 | 1860 | 1859 | 1858 | 1857 | 1856 | 1855 | 1854 | 1853 | 1852 | 1851 | 1850 | 1849 | 1848 | 1847 | 1846 | 1845 | 1844 | 1843 | 1842 | 1841 | 1840 | 1839 | 1838 | 1837 | 1836 | 1835 | 1834 | 1833 | 1832 | 1831 | 1830 | 1829 | 1828 | 1827 | 1826 | 1825 | 1824 | 1823 | 1822 | 1821 | 1820 | 1819 | 1818 | 1817 | 1816 | 1815 | 1814 | 1813 | 1812 | 1811 | 1810 | 1809 | 1808 | 1807 | 1806 | 1805 | 1804 | 1803 | 1802 | 1801 | 1800 | 1799 | 1798 | 1797 | 1796 | 1795 | 1794 | 1793 | 1792 | 1791 | 1790 | 1789 | 1788 | 1787 | 1786 | 1785 | 1784 | 1783 | 1782 | 1781 | 1780 | 1779 | 1778 | 1777 | 1776 | 1775 | 1774 | 1773 | 1772 | 1771 | 1770 | 1769 | 1768 | 1767 | 1766 | 1765 | 1764 | 1763 | 1762 | 1761 | 1760 | 1759 | 1758 | 1757 | 1756 | 1755 | 1754 | 1753 | 1752 | 1751 | 1750 | 1749 | 1748 | 1747 | 1746 | 1745 | 1744 | 1743 | 1742 | 1741 | 1740 | 1739 | 1738 | 1737 | 1736 | 1735 | 1734 | 1733 | 1732 | 1731 | 1730 | 1729 | 1728 | 1727 | 1726 | 1725 | 1724 | 1723 | 1722 | 1721 | 1720 | 1719 | 1718 | 1717 | 1716 | 1715 | 1714 | 1713 | 1712 | 1711 | 1710 | 1709 | 1708 | 1707 | 1706 | 1705 | 1704 | 1703 | 1702 | 1701 | 1700 | 1699 | 1698 | 1697 | 1696 | 1695 | 1694 | 1693 | 1692 | 1691 | 1690 | 1689 | 1688 | 1687 | 1686 | 1685 | 1684 | 1683 | 1682 | 1681 | 1680 | 1679 | 1678 | 1677 | 1676 | 1675 | 1674 | 1673 | 1672 | 1671 | 1670 | 1669 | 1668 | 1667 | 1666 | 1665 | 1664 | 1663 | 1662 | 1661 | 1660 | 1659 | 1658 | 1657 | 1656 | 1655 | 1654 | 1653 | 1652 | 1651 | 1650 | 1649 | 1648 | 1647 | 1646 | 1645 | 1644 | 1643 | 1642 | 1641 | 1640 | 1639 | 1638 | 1637 | 1636 | 1635 | 1634 | 1633 | 1632 | 1631 | 1630 | 1629 | 1628 | 1627 | 1626 | 1625 | 1624 | 1623 | 1622 | 1621 | 1620 | 1619 | 1618 | 1617 | 1616 | 1615 | 1614 | 1613 | 1612 | 1611 | 1610 | 1609 | 1608 | 1607 | 1606 | 1605 | 1604 | 1603 | 1602 | 1601 | 1600 | 1599 | 1598 | 1597 | 1596 | 1595 | 1594 | 1593 | 1592 | 1591 | 1590 | 1589 | 1588 | 1587 | 1586 | 1585 | 1584 | 1583 | 1582 | 1581 | 1580 | 1579 | 1578 | 1577 | 1576 | 1575 | 1574 | 1573 | 1572 | 1571 | 1570 | 1569 | 1568 | 1567 | 1566 | 1565 | 1564 | 1563 | 1562 | 1561 | 1560 | 1559 | 1558 | 1557 | 1556 | 1555 | 1554 | 1553 | 1552 | 1551 | 1550 | 1549 | 1548 | 1547 | 1546 | 1545 | 1544 | 1543 | 1542 | 1541 | 1540 | 1539 | 1538 | 1537 | 1536 | 1535 | 1534 | 1533 | 1532 | 1531 | 1530 | 1529 | 1528 | 1527 | 1526 | 1525 | 1524 | 1523 | 1522 | 1521 | 1520 | 1519 | 1518 | 1517 | 1516 | 1515 | 1514 | 1513 | 1512 | 1511 | 1510 | 1509 | 1508 | 1507 | 1506 | 1505 | 1504 | 1503 | 1502 | 1501 | 1500 | 1499 | 1498 | 1497 | 1496 | 1495 | 1494 | 1493 | 1492 | 1491 | 1490 | 1489 | 1488 | 1487 | 1486 | 1485 | 1484 | 1483 | 1482 | 1481 | 1480 | 1479 | 1478 | 1477 | 1476 | 1475 | 1474 | 1473 | 1472 | 1471 | 1470 | 1469 | 1468 | 1467 | 1466 | 1465 | 1464 | 1463 | 1462 | 1461 | 1460 | 1459 | 1458 | 1457 | 1456 | 1455 | 1454 | 1453 | 1452 | 1451 | 1450 | 1449 | 1448 | 1447 | 1446 | 1445 | 1444 | 1443 | 1442 | 1441 | 1440 | 1439 | 1438 | 1437 | 1436 | 1435 | 1434 | 1433 | 1432 | 1431 | 1430 | 1429 | 1428 | 1427 | 1426 | 1425 | 1424 | 1423 | 1422 | 1421 | 1420 | 1419 | 1418 | 1417 | 1416 | 1415 | 1414 | 1413 | 1412 | 1411 | 1410 | 1409 | 1408 | 1407 | 1406 | 1405 | 1404 | 1403 | 1402 | 1401 | 1400 | 1399 | 1398 | 1397 | 1396 | 1395 | 1394 | 1393 | 1392 | 1391 | 1390 | 1389 | 1388 | 1387 | 1386 | 1385 | 1384 | 1383 | 1382 | 1381 | 1380 | 1379 | 1378 | 1377 | 1376 | 1375 | 1374 | 1373 | 1372 | 1371 | 1370 | 1369 | 1368 | 1367 | 1366 | 1365 | 1364 | 1363 | 1362 | 1361 | 1360 | 1359 | 1358 | 1357 | 1356 | 1355 | 1354 | 1353 | 1352 | 1351 | 1350 | 1349 | 1348 | 1347 | 1346 | 1345 | 1344 | 1343 | 1342 | 1341 | 1340 | 1339 | 1338 | 1337 | 1336 | 1335 | 1334 | 1333 | 1332 | 1331 | 1330 | 1329 | 1328 | 1327 | 1326 | 1325 | 1324 | 1323 | 1322 | 1321 | 1320 | 1319 | 1318 | 1317 | 1316 | 1315 | 1314 | 1313 | 1312 | 1311 | 1310 | 1309 | 1308 | 1307 | 1306 | 1305 | 1304 | 1303 | 1302 | 1301 | 1300 | 1299 | 1298 | 1297 | 1296 | 1295 | 1294 | 1293 | 1292 | 1291 | 1290 | 1289 | 1288 | 1287 | 1286 | 1285 | 1284 | 1283 | 1282 | 1281 | 1280 | 1279 | 1278 | 1277 | 1276 | 1275 | 1274 | 1273 | 1272 | 1271 | 1270 | 1269 | 1268 | 1267 | 1266 | 1265 | 1264 | 1263 | 1262 | 1261 | 1260 | 1259 | 1258 | 1257 | 1256 | 1255 | 1254 | 1253 | 1252 | 1251 | 1250 | 1249 | 1248 | 1247 | 1246 | 1245 | 1244 | 1243 | 1242 | 1241 | 1240 | 1239 | 1238 | 1237 | 1236 | 1235 | 1234 | 1233 | 1232 | 1231 | 1230 | 1229 | 1228 | 1227 | 1226 | 1225 | 1224 | 1223 | 1222 | 1221 | 1220 | 1219 | 1218 | 1217 | 1216 | 1215 | 1214 | 1213 | 1212 | 1211 | 1210 | 1209 | 1208 | 1207 | 1206 | 1205 | 1204 | 1203 | 1202 | 1201 | 1200 | 1199 | 1198 | 1197 | 1196 | 1195 | 1194 | 1193 | 1192 | 1191 | 1190 | 1189 | 1188 | 1187 | 1186 | 1185 | 1184 | 1183 | 1182 | 1181 | 1180 | 1179 | 1178 | 1177 | 1176 | 1175 | 1174 | 1173 | 1172 | 1171 | 1170 | 1169 | 1168 | 1167 | 1166 | 1165 | 1164 | 1163 | 1162 | 1161 | 1160 | 1159 | 1158 | 1157 | 1156 | 1155 | 1154 | 1153 | 1152 | 1151 | 1150 | 1149 | 1148 | 1147 | 1146 | 1145 | 1144 | 1143 | 1142 | 1141 | 1140 | 1139 | 1138 | 1137 | 1136 | 1135 | 1134 | 1133 | 1132 | 1131 | 1130 | 1129 | 1128 | 1127 | 1126 | 1125 | 1124 | 1123 | 1122 | 1121 | 1120 | 1119 | 1118 | 1117 | 1116 | 1115 | 1114 | 1113 | 1112 | 1111 | 1110 | 1109 | 1108 | 1107 | 1106 | 1105 | 1104 | 1103 | 1102 | 1101 | 1100 | 1099 | 1098 | 1097 | 1096 | 1095 | 1094 | 1093 | 1092 | 1091 | 1090 | 1089 | 1088 | 1087 | 1086 | 1085 | 1084 | 1083 | 1082 | 1081 | 1080 | 1079 | 1078 | 1077 | 1076 | 1075 | 1074 | 1073 | 1072 | 1071 | 1070 | 1069 | 1068 | 1067 | 1066 | 1065 | 1064 | 1063 | 1062 | 1061 | 1060 | 1059 | 1058 | 1057 | 1056 | 1055 | 1054 | 1053 | 1052 | 1051 | 1050 | 1049 | 1048 | 1047 | 1046 | 1045 | 1044 | 1043 | 1042 | 1041 | 1040 | 1039 | 1038 | 1037 | 1036 | 1035 | 1034 | 1033 | 1032 | 1031 | 1030 | 1029 | 1028 | 1027 | 1026 | 1025 | 1024 | 1023 | 1022 | 1021 | 1020 | 1019 | 1018 | 1017 | 1016 | 1015 | 1014 | 1013 | 1012 | 1011 | 1010 | 1009 | 1008 | 1007 | 1006 | 1005 | 1004 | 1003 | 1002 | 1001 | 1000 | 999 | 998 | 997 | 996 | 995 | 994 | 993 | 992 | 991 | 990 | 989 | 988 | 987 | 986 | 985 | 984 | 983 | 982 | 981 | 980 | 979 | 978 | 977 | 976 | 975 | 974 | 973 | 972 | 971 | 970 | 969 | 968 | 967 | 966 | 965 | 964 | 963 | 962 | 961 | 960 | 959 | 958 | 957 | 956 | 955 | 954 | 953 | 952 | 951 | 950 | 949 | 948 | 947 | 946 | 945 | 944 | 943 | 942 | 941 | 940 | 939 | 938 | 937 | 936 | 935 | 934 | 933 | 932 | 931 | 930 | 929 | 928 | 927 | 926 | 925 | 924 | 923 | 922 | 921 | 920 | 919 | 918 | 917 | 916 | 915 | 914 | 913 | 912 | 911 | 910 | 909 | 908 | 907 | 906 | 905 | 904 | 903 | 902 | 901 | 900 | 899 | 898 | 897 | 896 | 895 | 894 | 893 | 892 | 891 | 890 | 889 | 888 | 887 | 886 | 885 | 884 | 883 | 882 | 881 | 880 | 879 | 878 | 877 | 876 | 875 | 874 | 873 | 872 | 871 | 870 | 869 | 868 | 867 | 866 | 865 | 864 | 863 | 862 | 861 | 860 | 859 | 858 | 857 | 856 | 855 | 854 | 853 | 852 | 851 | 850 | 849 | 848 | 847 | 846 | 845 | 844 | 843 | 842 | 841 | 840 | 839 | 838 | 837 | 836 | 835 | 834 | 833 | 832 | 831 | 830 | 829 | 828 | 827 | 826 | 825 | 824 | 823 | 822 | 821 | 820 | 819 | 818 | 817 | 816 | 815 | 814 | 813 | 812 | 811 | 810 | 809 | 808 | 807 | 806 | 805 | 804 | 803 | 802 | 801 | 800 | 799 | 798 | 797 | 796 | 795 | 794 | 793 | 792 | 791 | 790 | 789 | 788 | 787 | 786 | 785 | 784 | 783 | 782 | 781 | 780 | 779 | 778 | 777 | 776 | 775 | 774 | 773 | 772 | 771 | 770 | 769 | 768 | 767 | 766 | 765 | 764 | 763 | 762 | 761 | 760 | 759 | 758 | 757 | 756 | 755 | 754 | 753 | 752 | 751 | 750 | 749 | 748 | 747 | 746 | 745 | 744 | 743 | 742 | 741 | 740 | 739 | 738 | 737 | 736 | 735 | 734 | 733 | 732 | 731 | 730 | 729 | 728 | 727 | 726 | 725 | 724 | 723 | 722 | 721 | 720 | 719 | 718 | 717 | 716 | 715 | 714 | 713 | 712 | 711 | 710 | 709 | 708 | 707 | 706 | 705 | 704 | 703 | 702 | 701 | 700 | 699 | 698 | 697 | 696 | 695 | 694 | 693 | 692 | 691 | 690 | 689 | 688 | 687 | 686 | 685 | 684 | 683 | 682 | 681 | 680 | 679 | 678 | 677 | 676 | 675 | 674 | 673 | 672 | 671 | 670 | 669 | 668 | 667 | 666 | 665 | 664 | 663 | 662 | 661 | 660 | 659 | 658 | 657 | 656 | 655 | 654 | 653 | 652 | 651 | 650 | 649 | 648 | 647 |
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
|--|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 1401 - SUBSIDIOS FISCALIS

##### 11 Subvenção - Baixa Renda

A Lei nº 10.428 de 28 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 19 de agosto de 2002 estabeleceram regras de preços e custos para o enquadramento de imóveis consumidores na subclasse residencial - baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por rede normalizada e com consumo mensal médio nos últimos 12 meses inferior a 80kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 220kWh desde que atendidas a alguns requisitos específicos, tais como a regularização Programada Sobre o Consumo Fictício.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deviam ser remunerados no âmbito da própria concessionária, alíquotas de tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, o que a introdução deste novo critério impacta os níveis tarifários em vigor, além da principal de modalidade tarifária existente no mercado a ANEEL, determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2007.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEEL, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que foram autorizadas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através de concessão de subvenção econômica pela Enebras, com recursos provenientes da CUF.
- Para os meses em que foram apuradas ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução dos respectivos tarifários.

A movimentação dos saldos ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2007 é a que segue:

|                                     | Consolidado |          |
|-------------------------------------|-------------|----------|
|                                     | Ativo       | Passivo  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2005     | 87.182      | (5.406)  |
| Adição em função de aquecimento     | 1.380       | (1.840)  |
| Crédito - Fonte de Receita          | 21.056      | (1.352)  |
| Amortização Resgates Anteriores     | -           | 1.174    |
| Recebimentos Homologados pela ANEEL | 122.271     | -        |
| Atualização Monetária               | -           | (231)    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006     | 87.393      | (4.686)  |
| Adição em função de aquecimento     | 469         | 12       |
| Crédito - Fonte de Receita          | 17.413      | (5.820)  |
| Amortização Resgates Anteriores     | -           | 1.130    |
| Recebimentos Homologados pela ANEEL | 31.991      | -        |
| Atualização Monetária               | (63)        | (465)    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007     | 85.987      | (11.824) |

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO - 11.º Congresso Nacional  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BRF - Representação, Financiadora e Intermediária  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

440 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

#### (4) DISPONIBILIDADES

|                          | Controladora  |               | Consolidado      |                |
|--------------------------|---------------|---------------|------------------|----------------|
|                          | 2007          | 2006          | 2007             | 2006           |
| Saldo Bancário           | 216           | 23.667        | 671.937          | 269.391        |
| Antecipações financeiras | 1.652         | 2.125         | 426.011          | 170.691        |
| Total                    | <u>17.801</u> | <u>26.393</u> | <u>1.097.948</u> | <u>530.082</u> |

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, mantidas em sua maior parte, conforme legislação CD, com taxas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

#### (6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Na consolidação, o saldo e o prazo, principalmente, dos contratos de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

|  | Saldo<br>Ativo   | Condição       |               | Total            |                  |
|--|------------------|----------------|---------------|------------------|------------------|
|  |                  | até 30 dias    | + 30 dias     | 2007             | 2006             |
| <b>Exercícios</b>                        |                  |                |               |                  |                  |
| <b>Clientes de Consumidores</b>          |                  |                |               |                  |                  |
| Paranápolis                              | 2.011,1          | 1.471,05       | 2.400         | 4.912,15         | 5.171,05         |
| Itapetininga                             | 10.056,9         | 57.962         | 1.670         | 68.689           | 70.803           |
| Campos do Jordão                         | 100.000          | 10.000         | 21.962        | 131.962          | 121.962          |
| Itaboraí                                 | 21.537           | 2.537          | 0,00          | 24.074           | 24.074           |
| Itaperiú                                 | 40.000           | 0,00           | 3.400         | 43.400           | 43.400           |
| Itapetininga (Indústria)                 | 1.552,1          | 2.000          | 25.760        | 29.313           | 30.762           |
| Itapetininga (Indústria)                 | 20.994           | 2.000          | 4,000         | 23.000           | 23,000           |
| <b>Itapetininga</b>                      | <b>167.122</b>   | <b>299.457</b> | <b>29.832</b> | <b>496.411</b>   | <b>518.139</b>   |
| <b>Paranápolis</b>                       | <b>671.937</b>   |                |               | <b>671.937</b>   | <b>671.937</b>   |
| <b>Clientes de Indústrias e Comércio</b> |                  |                |               |                  |                  |
| Indústria de Cimento                     | 10.000           | 1.000          | 1,200         | 11,200           | 11,200           |
| Indústria de Cimento                     | 10.000           |                |               | 10,000           | 10,000           |
| Indústria de Cimento                     | 10.000           |                |               | 10,000           | 10,000           |
| Indústria de Cimento                     | 10.000           | 1.000          | 1,200         | 11,200           | 11,200           |
| Indústria de Cimento                     | 10.000           | 1,000          | 1,200         | 11,200           | 11,200           |
| <b>Indústria</b>                         | <b>50.000</b>    | <b>2,000</b>   | <b>2,400</b>  | <b>54,400</b>    | <b>54,400</b>    |
| <b>Total</b>                             | <b>1.097.948</b> | <b>301.457</b> | <b>32,232</b> | <b>1.431.637</b> | <b>1.244.476</b> |
| <b>Outros Exercícios</b>                 |                  |                |               |                  |                  |
| Paranápolis (Indústria e Comércio)       | 100.000          |                |               | 100.000          | 100.000          |
| Campos do Jordão (Indústria)             | 21.537           |                |               | 21.537           | 21.537           |
| Itapetininga (Indústria)                 | 20.994           |                |               | 20.994           | 20.994           |
| <b>Total</b>                             | <b>216.531</b>   |                |               | <b>216.531</b>   | <b>216.531</b>   |

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 14.1 - MÚLTIPLOS VÍCIOS

- a) **Parcelamento de Débitos de Consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores principalmente através judiciais. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelas devedoras, principalmente através da apólice de encadernação de CCMs com intervenção bancária. Com base na melhor estimativa de Administração das controladas para as montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento foram consultados as provisões para créditos de liquidação duvidosa (item 5);
- b) **Operações Realizadas na CCEE** - Os contratos referiram-se a compra de energia no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2006 a dezembro de 2007. Os valores de longo prazo comprometem principalmente as quotas futuras determinadas em função de processos movidos por agentes do setor. O acréscimo a que constitui a contabilização da CCEL para o período de setembro de 2006 a dezembro de 2007, e as reservas escriturais provisórias determinadas pela CCEE, por valores negociados bilateralmente pendentes de liquidação. As controladas entendem não haver risco significativo na realização desses ativos e consequentemente nenhuma provisão foi contabilizada para este fim;
- c) **Concessionárias e Permissonárias** - Refere-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissonárias, criadas principalmente pelas controladas CPFL Geracao e CPFL Brasil, bem como por operações nas seções relacionadas a cada uma na Rede de transmissão CPFL Paulista, que estão sendo compensados através do encoberto de contas com valores a pagar.

#### 14.2 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em abril de 2006, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Paragense de Energia (a São Paulo - CPESP), parcedeira e CPFL Brasil (controlada), por assinatura de fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CPESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil.

O saldo no instrumento de R\$ 74.555 (R\$ 78.516 em 2006) a longo prazo, a de R\$ 37.521 (R\$ 103.901 em 2006). Esta operação é remunerada com juros anuais de 14,5% e a mais variação anual do IGP-M, o qual sendo amortizado através de parcelas mensais no valor correspondente a consumo de potência de energia.

RESCUE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. - Relat. Anual - Reforma  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - Representações, Procurações e Autorizações  
 ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Legislação Representada  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

440 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

#### (7) - TRIBUTOS A COMPENSAR

|   | Consolidada |             | Consolidada |             |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
|   | 2007        | 2006        | 2007        | 2006        |
| <b>Créditos</b>                         |             |             |             |             |
| Imposto de Renda sobre Lucros - IRL     | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Dividendos - IRD | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Lucros - IRL     | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Dividendos - IRD | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Lucros - IRL     | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Dividendos - IRD | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Lucros - IRL     | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Dividendos - IRD | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>                            | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |
| <b>Debitos</b>                          |             |             |             |             |
| Imposto de Renda sobre Lucros - IRL     | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Dividendos - IRD | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Lucros - IRL     | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| Imposto de Renda sobre Dividendos - IRD | 0,00        | 0,00        | 0,00        | 0,00        |
| <b>Total</b>                            | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> | <b>0,00</b> |

No longo prazo, o saldo de Contribuição Social a Compensar refere-se a decisão favorável em ação judicial movida pela controlada CPEL Paulista, transitada em julgado. A controlada CPEL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos junto à Receita Federal para realizar a compensação da dívida.

#### (8) - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

|  | Consolidado |
|--|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2005        | (54.181)    |
| Ação em face de aquisição de empresa-s | (12.761)    |
| Provisão consolidada                   | (111.494)   |
| Recuperação de Receita                 | 20.70       |
| Saldo de Contas a Receber Provisão de  | 50.843      |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006        | (95.609)    |
| Ação em face de aquisição de empresa-s | (1.941)     |
| Provisão consolidada                   | (93.401)    |
| Recuperação de Receita                 | 32.548      |
| Saldo de Contas a Receber Provisão de  | 50.843      |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007        | (95.629)    |



RENDIMENTO FISCAL PREVISÃO - 11.ª Edição - Reforma  
 CM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 DPE - DEMONSTRAÇÕES PRELIMINARES DE INFORMAÇÕES  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Regulamentação Representada  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1401 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

#### 19) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

|                      | Consolidado |         |             |       |
|----------------------|-------------|---------|-------------|-------|
|                      | Girante     |         | Rde Girante |       |
|                      | 2007        | 2006    | 2007        | 2006  |
| Antecipação - Item 2 | 193.519     | 175.052 | 25.047      | 2.354 |
| Outros               | 14.242      | 10.075  | 1.194       | 4.071 |
| Total                | 207.761     | 185.127 | 26.241      | 6.425 |

#### 10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

##### 10.1- Composição dos créditos da Contribuição Social e Imposto de Renda

|   | Contribuição  |               | Contribuição   |                |
|---|---------------|---------------|----------------|----------------|
|   | 2007          | 2006          | 2007           | 2006           |
| <b><u>Crédito da Contribuição Social sobre:</u></b> |               |               |                |                |
| Itens Expostos                                      | 5.07          | 17.195        | 34.627         | 45.257         |
| Diferença entre as informações                      |               |               | 211.114        | 155.699        |
| Exercícios temporariamente indenizados              | 2.1           | 25            | 85.211         | 24.162         |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>7.18</b>   | <b>17.220</b> | <b>120.852</b> | <b>225.118</b> |
| <b><u>Crédito do Imposto de Renda sobre:</u></b>    |               |               |                |                |
| Exercícios Expostos                                 | 6.051         | 50.374        | 20.342         | 1.114.00       |
| Diferença entre as informações                      |               |               | 114.241        | 455.127        |
| Exercícios temporariamente indenizados              | 11.184        | 6.075         | 105.575        | 212.186        |
| <b>Subtotal</b>                                     | <b>17.235</b> | <b>56.449</b> | <b>135.758</b> | <b>572.313</b> |
| Outros  | -             | -             | -              | 2.150          |
| <b>Total</b>  | <b>24.413</b> | <b>73.669</b> | <b>256.610</b> | <b>799.641</b> |
| <b>Exercícios</b>                                   | <b>6.051</b>  | <b>50.374</b> | <b>105.485</b> | <b>51.242</b>  |
| <b>Rde Girante</b>                                  | <b>11.184</b> | <b>6.075</b>  | <b>114.241</b> | <b>455.699</b> |
| <b>Total</b>  | <b>17.235</b> | <b>56.449</b> | <b>219.726</b> | <b>966.941</b> |

##### Previsão de Recuperação

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante decorre das prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indenizáveis e a diferença fiscal do ativo incorporado, esta baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelo Conselho Fiscal, sendo segue:

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 10.1 - MONTES EXERCÍCIOS

|             | Controladora | Consolidado |
|-------------|--------------|-------------|
| 2009        | 0,00         | 124,154     |
| 2010        | 0,265        | 100,508     |
| 2011        | 0,063        | 50,335      |
| 2012        | 0,000        | 35,094      |
| 2013 a 2015 | 20,527       | 235,111     |
| 2016 a 2018 | 14,173       | 109,101     |
| 2019 a 2021 | .            | 127,126     |
| 2022 a 2024 | .            | 117,046     |
| 2025 a 2027 | .            | 96,735      |
| 2028        | .            | 14,703      |
| Total       | 79,038       | 1.163,974   |

O montante a realizar de 2017 a 2028 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos ágio incorporados registrados pela controladora que estão sendo realizados pela parceira - as concessionárias.

#### 10.2 - Orlaria Fiscal sobre Benefício Fiscal do Agio Incorporado.

O benefício fiscal do Agio incorporado refere-se ao montante fiscal calculado sobre o Agio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1995 e nº 345/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágio incorporados que a concessionária conforme o valor líquido propulso das controladoras durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na tabela 12.2.

|                     | Consolidado |           |         |         |
|---------------------|-------------|-----------|---------|---------|
|                     | 2007        |           | 2006    |         |
|                     | CSLL        | IRPJ      | CSLL    | IRPJ    |
| CPFL Energia        | 129,147     | 940,194   | 112,537 | 490,140 |
| CPFL Franchising    | 27,377      | 93,893    | 26,330  | 100,525 |
| CPFL Santa          | .           | .         | 7,330   | 22,034  |
| RGE                 | 60,534      | 190,202   | .       | .       |
| CPFL Santa Cruz     | 8,465       | 26,916    | .       | .       |
| CPFL Leste Paulista | 1,944       | 5,555     | .       | .       |
| CPFL São Paulo      | 1,324       | 3,344     | .       | .       |
| CPFL Jaguar         | 1,107       | 5,101     | .       | .       |
| CPFL Verde          | 778         | 2,157     | .       | .       |
| CPFL São João       | .           | 35,116    | .       | .       |
| Total               | 224,114     | 1.214,041 | 146,604 | 490,792 |



01856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 14.1 - MÚLTIPLOS FUNDOS

- a) **Crédito Fiscal Constituído** - Referência ao benefício fiscal no agro referente à mais-valia da SLM&A pela CPEL Gestão (na nota 12) o crédito constituído na consolidadora sobre o prazo 70% taxa e taxa negativa. Os créditos registrados estão limitados a 10 anos de projeção e o complemento de 300% refere-se basicamente ao ano adicional na projeção e sua respectiva taxa.

#### 14.1.1 - OUTROS CRÉDITOS

|   | Composição |        |                |         |
|---|------------|--------|----------------|---------|
|   | Circulante |        | Non Circulante |         |
|   | 2007       | 2006   | 2007           | 2006    |
| Créditos a Receber - CESP   | 19.211     | 21.127 | 22.224         | 24.127  |
| Créditos a Receber - Anistia da CPEL S.A. do Acionistas - Fundação CESP | -          | -      | 3.724          | -       |
| Adiantamentos - Fundação CESP   | 5.112      | 4.326  | -              | -       |
| Cações, Fundos e Depósitos Vinculados                                   | 2.111      | 5.109  | 122.121        | 15.400  |
| Ordens em Curso   | 12.016     | 1.106  | -              | -       |
| Serviços Prestados a Terceiros  | 14.406     | 22.121 | -              | 10      |
| Reembolso RGR   | 1.100      | 5.127  | 11             | 543     |
| Contratos de Pré-Compra de Energia                                      | 5.119      | 5.114  | 23.445         | 1.100   |
| Gross   | 55.040     | 22.066 | 1.059          | 1.173   |
| Total   | 111.952    | 33.564 | 22.930         | 142.167 |

- a) **Créditos a Receber - CESP** - Referência a créditos a receber da Companhia Energética de São Paulo - CESP - pela consolidadora CPEL Paulista decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Crédito - Transfêrencia apurada em 1993. O saldo é atualizado conforme a variação do dólar norte-americano, acrescido de juros calculados sobre 10% da Taxa Livre Trimestral - Taxa Livre Anual de 3,45525% com vencimento final em dezembro de 2009.
- b) **Créditos a Receber - Acionistas da RAESA** - Fundações a natureza da RAESA - variável 12.5 (Resultado diferido) - RAESA.
- c) **Adiantamentos** - Fundação CESP - Referência a adiantamentos efetuados para programas assistenciais a empregados e manutenção operacional da unidade.
- d) **Cações, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas durante da negociação ou não-negociação de empréstimos e para garantia da operação da CPEL.
- e) **Ordens em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à desativação ou ativação em andamento de bens de imobilizado e os custos das serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.
- f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem terceiros - contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados a distribuição de energia elétrica.
- g) **Reembolso RGR** - Referência a valores a compensar relativos a diferença apurada entre a RAESA - Reserva Global de Reversão homologada pela ANEEL e a efetivamente incorrida calculada com base no atendimento de serviços.
- h) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referência a pagamentos antecipados realizados pelas companhias CPEL Paulista, CPEL Paulista e CPEL Buzios, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Լուսինյան Կառավարություն  
 Էթեր Թյում 2022/2023

07-429-1941/C001-53

## 1.2 INVESTIMENTOS

|  | Contributors     |                  | Communities      |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 2007             | 2008             | 2007             | 2008             |
| Philanthropic Foundations/ Foundations | \$ 200,514       | \$ 180,500       | -                | -                |
| Agave Company                          | 1,050,714        | 1,020,411        | 1,007,116        | 2,040,474        |
| Bank of America                        | -                | -                | 250,746          | 240,100          |
| Corpus                                 | -                | 172              | 110,462          | 18,334           |
| <b>Total</b>                           | <b>4,251,247</b> | <b>4,571,504</b> | <b>1,368,324</b> | <b>2,299,008</b> |

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes detidas são como segue:

[illegible][illegible]

## Romanization Society

Em Assembleia Geral Extraordinária a AGE, de 14 de março de 2007, foi aprovada a transferência e do controle acionário da RGE, que consistiu em redução do capital da controlada CPHL Paulista mediante a extinção a Sociedade de R\$ 355.574,34, a capta pela RGE no valor total da ativos de R\$ 1.050.411. Na mesma data, a Sociedade realizou o aporte destes ativos para a controlada CPHL Serra. A transferência deu-se em atendimento da Resolução Autárquica nº 335/ANHEP, de 5 de setembro de 2005 e do Despacho ANHEP nº 558 de 14 de março de 2007, requeirada a necessidade de segregação societária prevista na Lei 10.248, de 10 de março de 2004. Esses ativos foram avaliados a valores contábeis conforme Laudo de Avaliação elaborado por especialistas na data base de 31 de dezembro de 2006 e são compostos pelos registros de investimentos e ações próprias totais de R\$ 594.880 e R\$ 455.531, respectivamente. Todos os

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### RECEITAS FINANCEIRAS

Saldos e transações da RGE a partir de 01 de janeiro de 2007 até 30 de junho de 2007, referentes à segur, foram refletidos nas demonstrações financeiras da controlada CPFL Serra.

#### Reinversão de Dividendos

A Sociedade controlada, R\$ 100.647 na controlada CPFL Paulista, através da Reinversão de Dividendos, sem emissão de novas ações, com a finalidade de realizar a segregação da participação societária da controlada RGE.

#### b) CPFL Serra e RGE

##### Incorporação da controlada indireta CPFL Serra pela RGE

Com base na aprovação da ANEEL através do Despacho nº 555 de 14 de março de 2007, foi aprovada em AGE de 18 de setembro de 2007 a incorporação da CPFL Serra pela controlada RGE. A incorporada, por consequência, foi extinta, passando a controlada RGE a detenção de 100% das ações e bens direitos e obrigações. A incorporação teve como principal objetivo a simplificação das estruturas societária e administrativa do grupo. Como a perda contábil para incorporação foi absorvida por capitalistas na data base de 30 de junho de 2007, todos os saldos e transações da RGE, a partir de 1º de julho de 2007, estão refletidos integralmente nas demonstrações financeiras da Sociedade.

##### Incorporação de ações da controlada RGE

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de dezembro de 2007, a Sociedade aprovou a incorporação de ações da controlada RGE detidas pelos acionistas não controladores, considerando em subordinação integral a relação de troca, com base nos laudos de valor econômico, fixa para cada lote de 15.512.626.000 ações emitidas em preferência às RGE, a emissão de 21.100.000 ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esta incorporação resultou em um aumento no capital social da Sociedade de montante de R\$ 6.387 mediante a emissão de 154.738 ações ordinárias, tendo como contrapartida um ativo composto de R\$ 2.755 referente à aquisição de investimento na RGE e R\$ 2.130 referente ao agio gerado na operação.

#### c) Nova 4 e CPFL Santa Cruz

##### Aumento do Capital

A Sociedade elevou em outubro de 2007, capitalização de AFAC, na Nova 4, resultando em um aumento de capital no montante de R\$ 205.842.

##### Incorporação da controlada indireta Nova 4 pela CPFL Santa Cruz

Autorizada pela ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 1.388 de 31 de outubro de 2007, foi aprovada em AGE realizada em 14 de novembro de 2007 a incorporação da controlada Nova 4 pela controlada CPFL Santa Cruz. A incorporada, por consequência, foi extinta, passando a controlada CPFL Santa Cruz a detenção de 100% das ações e bens direitos e obrigações. Como o lucro contábil foi absorvido na data base de 31 de outubro de 2007, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando as ações da controlada Nova 4 participadas data.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1401 - MÚLTIPLO MÚLTIPLO

#### d) CPFL Geração

Incorporação das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA pela controlada CPFL Geração

Autorizada pela ANLL e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - UNULS, foram aprovadas em AGF de Ações realizada em 30 de março de 2007 as incorporações das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA à incorporadora CPFL Geração. As incorporadas, por consequência, foram extintas, passando a controlada CPFL Geração a condição de sucessora dos seus bens, direitos e obrigações.

Tanto as demonstrações líquidas das incorporadas foram avaliadas pela suas respectivas últimas contas e na data base de 31 de dezembro de 2006, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 devem ser analisadas considerando as datas das incorporações destes investimentos a partir de 1º de janeiro de 2007.

#### e) Foz do Chapéu – Reorganização Societária

Autorizada pela ANEEL, foi aprovada em AGF realizada em 16 de julho de 2007 a reorganização societária na Foz do Chapéu, que consistiu na extinção do Consórcio Foz do Chapéu (CFC) e na criação da Chapéuenergia Geração S.A. Chapéuenergia, como sucessora da Foz do Chapéu. Essa reorganização, no entanto, manteve a participação dos sócios no empreendimento (51% da controlada CPFL Geração agora diretamente na Foz do Chapéu).

A reorganização societária aprovada foi implementada mediante (i) um aumento de capital no montante de R\$ 184.352, sendo R\$ 74.975 com ações da Chapéuenergia representada pela preferência dos ativos detidos no CFC e recursos em espécie e R\$ 109.377 pela capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital efetuado pela controlada C-F-L Geração e pela Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEET (R\$ 93.031 e R\$ 16.346, respectivamente) e (ii) a extinção do Consórcio Foz do Chapéu, passando a Foz do Chapéu a deter a concessão do Aproveitamento Hidroelétrico da Foz do Chapéu.

#### f) Gene Sul e CPFL Brasil

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária e dar maior transparência aos resultados de negócio da comercialização da energia, a Sociedade realizou a venda de capital na controlada CPFL Brasil mediante preferência da localidade das ações que compõe o capital social da controlada CPFL Gene Sul no montante de R\$ 2.540, passando a CPFL Gene Sul a partir de maio de 2007, ser controlada integralmente pela CPFL Brasil.

#### g) Peróia

A Sociedade adquiriu 100% do capital social da Peróia em 2007. A Peróia possui a ver em 18 de junho de 2007, adquiriu 34.910.080 ações ordinárias e 34.910.080 ações preferenciais da CPFL Itaquaruna, representando 100% de seu capital. A operação foi aprovada pela ANLL em junho de 2007 e o valor de aquisição foi de R\$ 407.710, gerando um ganho no montante de R\$ 139.560, que adicionado aos gastos de consultoria e auditoria totalizaram R\$ 411.945 e R\$ 142.762, respectivamente. Ver nota 1.1. Controle Operacional as demonstrações anuais pela CPFL Itaquaruna. A Sociedade possui um AFAC na Peróia no montante de R\$ 428.210 em 31 de dezembro de 2007.

RENDIMENTO FUNDOS IMOBILIÁRIOS - RFI  
 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM  
 RFP - Representações Financeiras Publicadas  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

14.0 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

## 12.2 - Agios e Derivado

| Instituições            | Consolidado       |                       |                   |                   | Variação acumulada em 2007 |
|-------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|----------------------------|
|                         | Curva Linear      | Amortização Acumulada | Valor Líquido     | Valor Líquido     |                            |
| Agios de compra e venda |                   |                       |                   |                   |                            |
| Contratos ativos        |                   |                       |                   |                   |                            |
| CPFL Paulista           | 2.000.000         | 11.700.000            | 25.000.000        | 25.000.000        | 0,00%                      |
| CPFL Paulista II        | 1.000.000         | 4.000.000             | 4.000.000         | 4.000.000         | 0,00%                      |
| CPFL Paulista III       | 1.000.000         | 4.000.000             | 4.000.000         | 4.000.000         | 0,00%                      |
| Total                   | 4.000.000         | 19.700.000            | 33.000.000        | 33.000.000        | 0,00%                      |
| Derivados               | 0,00              | 0,00                  | 0,00              | 0,00              |                            |
| <b>Total</b>            | <b>4.000.000</b>  | <b>19.700.000</b>     | <b>33.000.000</b> | <b>33.000.000</b> |                            |
| Contratos de derivado   |                   |                       |                   |                   |                            |
| CPFL Paulista           | 1.000.000         | 0,00                  | 1.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| CPFL Paulista II        | 1.000.000         | 0,00                  | 1.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| CPFL Paulista III       | 1.000.000         | 0,00                  | 1.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| Total                   | 3.000.000         | 0,00                  | 3.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| CPFL Paulista IV        | 0,00              | 0,00                  | 0,00              | 0,00              |                            |
| Derivados de outros     | 0,00              | 0,00                  | 0,00              | 0,00              |                            |
| <b>Total</b>            | <b>3.000.000</b>  | <b>0,00</b>           | <b>3.000.000</b>  | <b>0,00</b>       | <b>0,00%</b>               |
| <b>Subtotal</b>         | <b>7.000.000</b>  | <b>19.700.000</b>     | <b>36.000.000</b> | <b>33.000.000</b> | <b>0,00%</b>               |
| Reserva de Avaliação    |                   |                       |                   |                   |                            |
| Contratos ativos        |                   |                       |                   |                   |                            |
| CPFL Paulista           | 1.000.000         | 11.700.000            | 25.000.000        | 25.000.000        | 0,00%                      |
| CPFL Paulista II        | 1.000.000         | 4.000.000             | 4.000.000         | 4.000.000         | 0,00%                      |
| Total                   | 2.000.000         | 15.700.000            | 29.000.000        | 29.000.000        | 0,00%                      |
| CPFL Paulista III       | 1.000.000         | 4.000.000             | 4.000.000         | 4.000.000         | 0,00%                      |
| <b>Total</b>            | <b>3.000.000</b>  | <b>19.700.000</b>     | <b>33.000.000</b> | <b>33.000.000</b> | <b>0,00%</b>               |
| <b>Subtotal</b>         | <b>7.000.000</b>  | <b>19.700.000</b>     | <b>36.000.000</b> | <b>33.000.000</b> |                            |
| Reserva de Avaliação    |                   |                       |                   |                   |                            |
| Contratos de derivado   |                   |                       |                   |                   |                            |
| CPFL Paulista           | 1.000.000         | 0,00                  | 1.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| CPFL Paulista II        | 1.000.000         | 0,00                  | 1.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| CPFL Paulista III       | 1.000.000         | 0,00                  | 1.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| Total                   | 3.000.000         | 0,00                  | 3.000.000         | 0,00              | 0,00%                      |
| CPFL Paulista IV        | 0,00              | 0,00                  | 0,00              | 0,00              |                            |
| Derivados de outros     | 0,00              | 0,00                  | 0,00              | 0,00              |                            |
| <b>Total</b>            | <b>3.000.000</b>  | <b>0,00</b>           | <b>3.000.000</b>  | <b>0,00</b>       | <b>0,00%</b>               |
| <b>Subtotal</b>         | <b>6.000.000</b>  | <b>19.700.000</b>     | <b>36.000.000</b> | <b>33.000.000</b> |                            |
| <b>Total</b>            | <b>13.000.000</b> | <b>39.400.000</b>     | <b>72.000.000</b> | <b>66.000.000</b> |                            |

Os agios decorrentes da aquisição de participações societárias são amortizados proporcionalmente às curvas do lucro líquido projetado para o período remanescente da concessão, sendo essas taxas sujeitas à revisão periódica.



C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 12.1 - MÓDULO EXERCÍCIO

### Ágio de Aquisição:

Controladora: Referem-se basicamente a aquisição da totalidade das ações detidas pelas empresas sob o controle da CPEL Gerção em junho de 2005, CPEL Paulista e CPEL Paulista em novembro de 2005, e RGE em dezembro de 2007.

CPEL Jaguaruarã: Em junho de 2006, a controlada Peract adquiriu 54.610.000 ações ordinárias e 34.810.000 ações preferenciais da CPEL, representando 100% de seu capital total. O valor da aquisição foi de R\$ 407.710, que antecedeu as despesas de consultoria e auditoria totalizaram R\$ 411.943, gerando um ágio superado pela expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 142.490.

### Recomposição de Ágio

Com a intenção de atender as determinações da ANEEL, o evitar que a amortização do ágio afetasse a incorporação de controladas e cause impacto negativo no fluxo de caixa, as empresas sob o controle da CPEL aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 215/1999 e nº 349/2007 sobre o Ágio de Aquisição. Dessa forma, foi realizada uma provisão realizada a do ágio em contrapartida a reserva do patrimônio líquido das controladas, de forma que o efeito da amortização no patrimônio reflete a benefício fiscal do ágio incorporado. Essas alterações alteraram o investimento da Sociedade nas controladas, sendo necessária a constituição de um ágio de modo a recompor o custo do ágio está sendo amortizado pela Sociedade proporcionalmente as curvas de custo, cujo objetivo para o período remanescente do contrato de concessão de suas unidades. As operações de reestruturação societária realizadas em 2007 estão descritas na nota 12.1.

### 12.3 - Bens de Renda

No consolidado, o saldo está relacionado a ativos integrantes da Usina de Serra da Mesa que estão amortizados e depreciados pela concessão (Furnas) por um prazo de 33 anos a partir de 2029 (ver detalhes na nota 1 Contexto Operacional).

Os bens de renda são depreciados de acordo com sua vida útil, estimada conforme taxas anuais definidas pela ANEEL, e conforme condições gerais do contrato de concessão emitido por FURNAS. Exerce a concessão para prestação a reversão desses bens a concessionária, ao Poder Concedente, mediante indenização pelo valor controlado.

A composição dos valores bens é como segue:

|                                | Valor Médio Bens de Depreciação | Saldo em 31/12/2007 |                         | Saldo em 31/12/2008 |                         |
|--------------------------------|---------------------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|-------------------------|
|                                |                                 | Costo de Aquisição  | Valor Médio Depreciação | Costo de Aquisição  | Valor Médio Depreciação |
| Ativos de Renda de Longo Prazo | 1.000                           | 1.000               | 1.000                   | 1.000               | 1.000                   |
| Ativos de Renda de Curto Prazo | 1.000                           | 1.000               | 1.000                   | 1.000               | 1.000                   |
| Ativos de Renda de Médio Prazo | 1.000                           | 1.000               | 1.000                   | 1.000               | 1.000                   |
| Total                          | 3.000                           | 3.000               | 3.000                   | 3.000               | 3.000                   |

RENDIMENTO FUNDOS FUNDOS, 11 de Março de 2007  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CFP - CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO FUNDOS  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Legislação Representada  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 CFP ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

12.1 - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

12.4 - Outras

Relato se baseia sobre a participação de 0,84% que a controlada incide Paulista Energia S.A. detém na capital total da empresa S.A. sendo 25.800 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais (ver nota 1 - Conselho Operacional para maiores detalhes do investimento). Este investimento está registrado pelo método da custo. Em função da participação devida aos acionistas não controladores através de 40 ações preferenciais representando 40,00% do capital total da Paulista Energia S.A. os poderes deliberativos que concedem o direito a 10% do lucro líquido antes da distribuição das participações, estes efeitos foram registrados no passivo na linha de Participação de Acionistas não Controladores no passivo total sendo R\$ 72.908.

12.5 - Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos:

| Contratante     | Dividendos |         | Geração |        | Total     |         |
|-----------------|------------|---------|---------|--------|-----------|---------|
|                 | 2007       | 2006    | 2007    | 2006   | 2007      | 2006    |
| CFPL Paulista   | 405.104    | 304.511 | 13.44   | 44.235 | 418.548   | 348.746 |
| CFPL Paulista   | 151.107    | 101.571 | 6.114   | 1.008  | 157.221   | 102.579 |
| RGE             | 48.172     | -       | 48.172  | -      | 96.344    | -       |
| CFPL Santa Cruz | 37.541     | -       | 4.500   | -      | 42.041    | -       |
| CFPL Geração    | 145.671    | 10.569  | 25.505  | -      | 171.176   | 10.569  |
| CFPL B. A. L.   | 105.614    | 14.264  | -       | -      | 119.878   | 14.264  |
| CFPL Geração    | -          | 1.241   | -       | -      | -         | 1.241   |
| CFPL Santa Cruz | -          | 23.179  | -       | -      | -         | 23.179  |
| Outras          | 1.004      | -       | -       | -      | 1.004     | -       |
| Total           | 905.167    | 573.875 | 103.136 | 51.435 | 1.008.303 | 625.310 |

No exercício de 2007 a Sociedade recebeu o montante de R\$ 1.538.354 referente ao total do saldo de dividendos a receber de 2006 e o dividendo e Juros sobre o Capital Próprio intermediários que foram declarados e provisionados em 2007.

Conforme mencionado na nota 12.1 a Sociedade recebeu capitalização de R\$ 100.647 na CFPL Paulista através de reversão de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2006, conforme acordo de acionistas da BRS&F, foram reconhecidos como a parcela a patrimônio líquido diferenciado no resultado da BRS&F em percentual referente da participação da C&F L Geração no empreendimento. Dessa forma encontrava-se registrado em 2006 na capitalização o montante de R\$ 16.735 como dividendos a receber. Portanto, em 2007, com base em negociação entre os acionistas, ficou estabelecido que o lucro da C&F L Geração referente ao Resultado Diferenciado seria realizado mediante compensação financeira entre os acionistas. Dessa forma os valores registrados em 2006 foram estornados e o montante relativo ao período de novembro de 2006 a dezembro de 2007 de R\$ 21.750 foi reconhecido no resultado da C&F L Geração como "Outras Receitas Operacionais" em contrapartida em contas a receber Outros Créditos no Não Circulante.

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

440 - MÚLTIPLO VALORES

(10) IMOBILIZADO

|                     | Conveniente      |                      | 2006             |
|---------------------|------------------|----------------------|------------------|
|                     | 2007             | 2006                 |                  |
|                     | Saldo Inicial    | Despesa<br>Exercício | Saldo Final      |
| <b>Em Curso</b>     |                  |                      |                  |
| Construção          | 1.446.708        | 1.300.846            | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| <b>Construção</b>   | <b>1.446.708</b> | <b>1.300.846</b>     | <b>2.747.554</b> |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| <b>Construção</b>   | <b>1.446.708</b> | <b>1.300.846</b>     | <b>2.747.554</b> |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| <b>Adiantamento</b> | <b>231.476</b>   | <b>140.464</b>       | <b>371.940</b>   |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| Imóvel              | 231.476          | -                    | 371.940          |
| <b>Em Curso</b>     | <b>1.446.708</b> | <b>1.300.846</b>     | <b>2.747.554</b> |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| <b>Saldo</b>        | <b>1.446.708</b> | <b>1.300.846</b>     | <b>2.747.554</b> |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |
| Imóvel              | 1.446.708        | -                    | 2.747.554        |

Os bens e instalações utilizadas na geração, distribuição e comercialização são vinculados a essas atividades, não podendo ser vendidos, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização específica para desvinculação de bens necessários à concessão quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

REPRESENTAÇÃO PERMANENTE - Rua Alameda Reforma  
 011 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CEP - Representações Permanentes das Instituições  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 14.1 - MÓDULO EXERCÍCIOS

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% e a taxa de amortização é 2,5% a.a. nos geradores.

**Imobilizado em Curso:** O saldo de imobilizado em curso no balanço refere-se principalmente a obras em andamento das centrais das operadoras e em desenvolvimento desenhos na obra 1 por forma vinculada a seguir:

|   | CEMAN   | ENERSCAN | BAESA | FOZ DO CHAPÉU (FCHPCC) | TOTAL  |
|---|---------|----------|-------|------------------------|--------|
| Imobilizado em curso - Fim da construção (R\$ mil)                      | 1.117,2 | 30.036   | 2.115 | 17.331                 | 50.600 |
| Provisões provisionadas em relação ao CPFL Geradores em curso (R\$ mil) | 40.484  | 1.034    | 50    | 27.238                 | 68.806 |

Os juros relativos aos empréstimos tomados por estas empresas para o financiamento das obras estão sendo os foram capitalizados e somam no consolidado o montante de R\$ 28.976 (R\$ 50.000 em 2006).

**Outros Ativos não Vinculados à Concessão:** Refere-se a ativos de concessões incorporados nas controladas RGE e CPFL Geração. Na RGE está relacionado a aquisição da própria controlada e a amortização já é sendo remanescente da sua concessão, proporcionalmente à curva de amortização para o período taxa anual de 3,0% em 2007. Na CPFL Geração está relacionado à aquisição na SEMESA (pela nota 17) e sua amortização é proporcional à curva de amortização projetada da controlada pelo prazo remanescente do contrato de fornecimento com a detentora da concessão (JUNIFÁS), sendo utilizado para o exercício de 2007 a taxa anual de 5,25% aplicada sobre o saldo da dívida nesta taxa de 31 de dezembro de 2006, montante de R\$ 269.056. Estas taxas estão sujeitas a revisão periódica.

**Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão:** Representam as obrigações decorrentes das concessões, concessões não contratadas a curto prazo e subvenções destinadas ao custeio dos investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na ausência de distribuição. A soma do seg. ativo da RGE e Terâmia e as quotas de participação nos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação, estão sendo seus efeitos anulados no resultado contábil através da amortização das referidas obrigações tendo a controlada CPFL Paulista registrado em 2007 o montante de R\$ 1.262.

As controladas em conjunto CEMAN, ENERSCAN, BAESA e Foz do Chapéu e a controladora RGE Paulista, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão assumiram perante a União obrigações relativas à entrega da concessão a título de Uso do Bem Público. As obrigações são analisadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP/M, que na data base de 31 de dezembro de 2007 apresentavam os seguintes valores:

RENDIMENTO FUNDADO: Renda Fixação Rendimento  
 CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BRF - BOLSAS DE VALORES DE SÃO PAULO  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Legislação: Resolução  
 Data Base: 31/12/2007

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 140 - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

| Exercício        | Período de Referência: Período em 12/1/07 |                          |           |                          |              |          |
|------------------|---|--------------------------|-----------|--------------------------|--------------|----------|
|                  | 2007/07                                   |                          | 2007/08   |                          | 2007/09      |          |
|                  | Total                                     | Carregado de DRE-Líquida | Total     | Carregado de DRE-Líquida | Emp. Empreg. | Total    |
| CEPEL            | 5.150                                     | 5.150                    | 107.500   | 108.500                  | 345          | Mar 2007 |
| ENELCOPI         | 1.511                                     | 156                      | 42.508    | 20.500                   | 34           | Jun 2006 |
| BAESA            | 18.517                                    | 4.129                    | 4.128.19  | 119.721                  | 345          | Jun 2007 |
| Forças Armadas   | 35.344                                    | 17.066                   | 200.002   | 4.00.102                 | 310          | Dez 2006 |
| Paulista Energia | 2.229                                     | 229                      | 100.102   | 0.200                    | 345          | Jun 2006 |
| TOTAL            | 60.350                                    | 26.870                   | 1.000.101 | 110.317                  |              |          |

As controladas CERAN, ENELCOPI, BAESA e Paulista Energia registram em despesa os valores de energia da forma a seguir:

#### (14) FORNECEDORES

|                                  | Consolidada    |                |
|----------------------------------|----------------|----------------|
|                                  | 2007           | 2006           |
| <b>Circulante</b>                |                |                |
| Energia de Serviço da Rede       | 5.126          | 14.120         |
| Suprimento de Energia Elétrica   | 372.408        | 215.107        |
| Energia de Serviço Rede Elétrica | 94.707         | 75.107         |
| Materiais e Serviços             | 49.104         | 32.004         |
| Carga Adida                      | 5.569          | 4.224          |
| Passivo Regulatório (item 3)     | 35.005         | 103.507        |
| Outros                           | 5.057          | 5.235          |
| <b>Total</b>                     | <b>567.954</b> | <b>354.161</b> |
| <b>Não Circulante</b>            |                |                |
| Passivo Regulatório (item 3)     | <b>223</b>     | <b>-</b>       |

#### (15) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

| Exercício        | Exercício<br>Trimestre<br>2006 | 2006<br>Trimestre              |                    | Total | Exercício<br>Trimestre<br>2006 | 2006<br>Trimestre              |                    | Total |
|------------------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------|-------|--------------------------------|--------------------------------|--------------------|-------|
|                  |                                | Exercício<br>Trimestre<br>2006 | Total<br>Trimestre |       |                                | Exercício<br>Trimestre<br>2006 | Total<br>Trimestre |       |
|                  |                                |                                |                    |       |                                |                                |                    |       |
| Forças Armadas   | 35.344                         | 17.066                         | 200.002            | 310   | Dez 2006                       |                                |                    |       |
| CEPEL            | 5.150                          | 5.150                          | 107.500            | 345   | Mar 2007                       |                                |                    |       |
| ENELCOPI         | 1.511                          | 156                            | 42.508             | 34    | Jun 2006                       |                                |                    |       |
| BAESA            | 18.517                         | 4.129                          | 4.128.19           | 345   | Jun 2007                       |                                |                    |       |
| Paulista Energia | 2.229                          | 229                            | 100.102            | 345   | Jun 2006                       |                                |                    |       |
| <b>TOTAL</b>     | <b>60.350</b>                  | <b>26.870</b>                  | <b>1.000.101</b>   |       |                                |                                |                    |       |

RENDIMENTO FÍSICO E FÍSICO-QUÍMICO  
 COM - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
 DE - DETERMINAÇÃO DE VALORES MEDIANOS  
 EN - ENQUADRAMENTO DE VALORES MEDIANOS  
 RE - REPRESENTAÇÃO DE VALORES MEDIANOS

Legislação Rodoviária  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

# RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO  
 RE - VALORES FÍSICO-QUÍMICO

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO: 0,00% (aprox.) Reforço  
 CPM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CPM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Legislação Representada  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### RENTAL - MUITAS EXPLICAÇÕES

##### Principais captações:

###### Moeda Nacional

**BNDÉS - Investimento (CPFL Paulista - FINEM III)** - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 2007 no montante de R\$ 158.541, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Durante o ano, a controlada recebeu o montante de R\$ 125.011 e o saldo em antecipação de R\$ 33.532 tem previsão de liberação para o exercício de 2008. Os juros vêm sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2009 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**BNDÉS - Investimento (CPFL Piratininga - FINEM III)** - A controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2007 no montante de R\$ 121.674, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Até a data de 31 de dezembro de 2007 a controlada recebeu o montante de R\$ 97.510 e o saldo remanescente de R\$ 24.164 tem previsão de liberação para 2008. Os juros vêm sendo pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2009 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**BNDÉS - Investimento (CERAN)** - No exercício de 2007 foram liberados para a controlada novos parcelas dos empréstimos contratados em fevereiro de 2004 junto ao BNDÉS destinados ao financiamento dos empreendimentos Castro Alves e 14 de Julho no montante de R\$ 161.602 (R\$ 104.076 proporcional à participação da controlada CPFL Geradora).

**BNDÉS - Investimento (Foz de Chapadão)** - A Diretoria do BNDÉS autorizou em 2007 a concessão de crédito para a controlada Foz de Chapadão no montante de R\$ 1.666.838, para serem alocados nas obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz de Chapadão, tendo sido liberado em 2007 o montante de R\$ 480.000 (R\$ 244.000 proporcional à participação da CPFL Geradora). Para honrar compromissos assumidos anteriormente a liberação dos recursos do BNDÉS foram realizadas empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras no montante de R\$ 286.230 (R\$ 151.077 proporcional à participação da CPFL Geradora).

###### Moeda Estrangeira

**Instituições Financeiras (CPFL Paulista)** - A controlada contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco ABN AMRO REAL em agosto de 2007 no montante de R\$ 380.000, com finalidade de realizar despesas judiciais litigiosas na moeda US\$.

**Instituição Financeira (BGF)** - No exercício de 2007 a controlada contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 27.050, com finalidade de financiar as necessidades de caixa da ger.

**Instituições Financeiras (CPFL Geradora)** - A controlada contratou linhas de crédito junto ao Banco do Brasil destinadas a honrar compromissos de curto prazo no montante de R\$ 1.177.000, com vencimentos entre fevereiro de 2008 e abril de 2010. Os juros serão amortizados juntamente com o principal entre fevereiro de 2008 e abril de 2010.

**Instituições Financeiras (Controladora)** - Referência ao empréstimo contratado em 2006 pela Controladora junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 200.000 para aquisição de participação societária na controlada CPFL Santa Cruz, com vencimento do principal e juros em setembro de 2009. Em

RESCISÃO DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE CRÉDITO  
 COM A COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 CIPRI ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 1401 - MÚLTIPLOS VALORES

2007 a empresa foi assumida pela Suzoeste no processo de extinção de dívida es convertida

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo são convertidos para programados

| Vencimento | Convertido       |
|------------|------------------|
| 2006       | 1.971.405        |
| 2007       | 387.245          |
| 2008       | 270.210          |
| 2009       | 132.124          |
| Até 2012   | 1.019.517        |
| Total      | <u>2.860.501</u> |

Os principais índices utilizados para avaliação dos empréstimos e financiamentos e a composição do índice de endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados

| Índice/Item | variação acumulada em % |       | % da dívida   |               |
|-------------|-------------------------|-------|---------------|---------------|
|             | 2007                    | 2006  | 2007          | 2006          |
| ISPM        | 1,75                    | 2,13  | 1,75          | 2,13          |
| IPUMC       | 16,71                   | 1,52  | 5,11          | 4,95          |
| TELP        | 6,36                    | 1,67  | 17,75         | 57,15         |
| CDI         | 11,32                   | 11,54 | 10,32         | 11,42         |
| SELIC       | 11,45                   | 11,37 | 9,39          | 12,73         |
| Cinco       |                         |       | 2,01          | 2,27          |
|             |                         |       | <u>100,00</u> | <u>100,00</u> |

#### OPERAÇÕES DE SWAP

Os ganhos e perdas líquidos resultantes das operações de swap são lidos pela Suzoeste e suas controladas, incluindo as correlações sobre operações de curto prazo, são contabilizados no balanço da Suzoeste, sendo como contra-entrada as receitas ou despesas financeiras. O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2007 resultou em um ativo de R\$ 995 e um passivo de R\$ 176 (passivo de R\$ 14758 em 31 de dezembro de 2006)

#### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os financiamentos junto ao BNDES possuem as condições CFF, Paulista CFF, Franquia e RGE. ii) a somente realizarem o pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio, cujo montante exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, após a aprovação do BNDES e do Banco Federal de operações, iii) o atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato e iv) a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros previamente estabelecidos, como segue:



RENDIMENTO FUNDOS FUNDOS - Renda Fixa - Renda Fixa  
 CRI - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representação

Regulamento Regulamento  
 Data Data 20/12/2007

01856-0 CREF ENEXGIA S.A.

02.429.144/0001-93

HAB - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

CREF Período

BNDXS - FINEM I - (Renda Fixa - RENDIXO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela EBITDA - valor máximo de 3,0 de 2007 a 2008
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,80 em 2007 e 2008

BNDXS - FINEM II - (Renda Fixa - RENDIXO)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela EBITDA - valor máximo de 3,0 de 2007 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo de 0,80 em 2007 e 2009 e valor máximo de 0,75 de 2008 a 2010

BNDXS - FINEM III - (Renda Fixa - BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela EBITDA - valor máximo de 3,0 de 2007 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo de 0,80 em 2007 e 2008 e valor máximo de 0,75 de 2009 a 2010

CREF Período

BNDXS - FINEM I - (Renda Fixa - BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela EBITDA - valor máximo 2,5 em 2007 e valor máximo 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 em 2009 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,80 de 2007 a 2010

BNDXS - FINEM II - (Renda Fixa - BANCO DO BRASIL)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela EBITDA - valor máximo de 2,5 em 2007, valor máximo de 3,0 em 2008 e valor máximo de 2,5 de 2009 a 2010
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo de 0,8 de 2007 a 2010

RGE

BNDXS - FINEM I - (Renda Fixa - Caixa Econômica Federal)

- Endividamento financeiro líquido dividido pela EBITDA - menor ou igual a 3,0
- Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - menor ou igual a 0,5

REGRAS GERAIS DE GESTÃO – 11.ª Edição – Reforma  
CM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CMV – Representações, Representações e Representações  
ENREJA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Representação

Regulamento Representação  
Data Base 31/12/2007

C1856-0 CMV ENREJA S.A.

02.429.144/0001-93

REGRAS GERAIS DE GESTÃO

REGRAS GERAIS DE GESTÃO – 11.ª Edição – Reforma

- Encargamento financeiro líquido devido pelo EBITDA – menor ou igual a 2,5
- Encargamento financeiro líquido devido pelo endividamento financeiro líquido selecionado de remuneração líquida menor ou igual a 2,5

Banco Itaú BBA – Controla as regras relativas quanto a alteração ou modificação do Capital Social quando a qualquer mudança transitoriedade ou cessação direta ou indireta do controle societário na qual a participação líquida ou líquida sem a prova a empresa emenda do qual a Administração os seguintes índices financeiros devem ser observados:

- EBITDA devido pelas Despesas financeiras líquidas maior ou igual a 1,6
- encargamento líquido devido pelo EBITDA menor ou igual a 2,7

Banco AON AMRO Real – Exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

- encargamento total devido pelo EBITDA menor ou igual a 3,2
- índice de cobertura de juros maior ou igual a 2,3
- encargamento total máximo devido pelo Capitalização menor ou igual a 0,11

CPFL Energia

Os empréstimos emitidos de RH 255 e as contradições relativas em conjunto ENREJA, RAFAEL, CERAN e Foz do Chupeco, determinam restrições ao pagamento de dividendos a controlada CPFL Energia assim como o mínimo obrigatório de 25% sobre a prova a ausência do BNDPS.

De acordo com a ENREJA, para as restrições BNDPS e BNDPS, a administração da qual a administração da administração a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros preestabelecidos.

Em decorrência dos ajustes acordados em novembro de 2005 nos termos de desfecho da UFR, Campos, Viana, que ocasionaram a dissolução do grupo da administração comercial das 3 unidades geradoras, a gestão de cada uma delas ao atendimento de algumas das obrigações contratuais no prazo originalmente previsto, logo postergada. A administração da ENREJA, já salientou as referidas restrições financeiras e a relação com a ausência de efetivos, tendo optado por confirmar a decisão não condicionar a decretação de vencimento antecipado da contrato de financiamento.

Portanto, em relação ao cumprimento das contradições diretas e indiretas, estão sujeitos a antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VSC Energia S.A. sobre o capital da controlada CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a não implência e em relação a outras obrigações contratuais por parte da empresa.

07-429-1941001-53

A Administração da Sociedade e de suas controladas mantêm essas relações de forma sistemática e constante garantindo que as concepções sejam aderentes ao entendimento da Administração da Sociedade e de suas controladas, exceto pelo comentário relacionado da controlada no item ENERCON, tais condições resultam e cláusulas bem sendo adequadamente atendidas.

1. **Introduction**  
 2. **Background**  
 3. **Methodology**  
 4. **Results**  
 5. **Discussion**  
 6. **Conclusion**  
 7. **References**  
 8. **Appendix**  
 9. **Figure 1**  
 10. **Figure 2**  
 11. **Figure 3**  
 12. **Figure 4**  
 13. **Figure 5**  
 14. **Figure 6**  
 15. **Figure 7**  
 16. **Figure 8**  
 17. **Figure 9**  
 18. **Figure 10**  
 19. **Figure 11**  
 20. **Figure 12**  
 21. **Figure 13**  
 22. **Figure 14**  
 23. **Figure 15**  
 24. **Figure 16**  
 25. **Figure 17**  
 26. **Figure 18**  
 27. **Figure 19**  
 28. **Figure 20**  
 29. **Figure 21**  
 30. **Figure 22**  
 31. **Figure 23**  
 32. **Figure 24**  
 33. **Figure 25**  
 34. **Figure 26**  
 35. **Figure 27**  
 36. **Figure 28**  
 37. **Figure 29**  
 38. **Figure 30**  
 39. **Figure 31**  
 40. **Figure 32**  
 41. **Figure 33**  
 42. **Figure 34**  
 43. **Figure 35**  
 44. **Figure 36**  
 45. **Figure 37**  
 46. **Figure 38**  
 47. **Figure 39**  
 48. **Figure 40**  
 49. **Figure 41**  
 50. **Figure 42**  
 51. **Figure 43**  
 52. **Figure 44**  
 53. **Figure 45**  
 54. **Figure 46**  
 55. **Figure 47**  
 56. **Figure 48**  
 57. **Figure 49**  
 58. **Figure 50**  
 59. **Figure 51**  
 60. **Figure 52**  
 61. **Figure 53**  
 62. **Figure 54**  
 63. **Figure 55**  
 64. **Figure 56**  
 65. **Figure 57**  
 66. **Figure 58**  
 67. **Figure 59**  
 68. **Figure 60**  
 69. **Figure 61**  
 70. **Figure 62**  
 71. **Figure 63**  
 72. **Figure 64**  
 73. **Figure 65**  
 74. **Figure 66**  
 75. **Figure 67**  
 76. **Figure 68**  
 77. **Figure 69**  
 78. **Figure 70**  
 79. **Figure 71**  
 80. **Figure 72**  
 81. **Figure 73**  
 82. **Figure 74**  
 83. **Figure 75**  
 84. **Figure 76**  
 85. **Figure 77**  
 86. **Figure 78**  
 87. **Figure 79**  
 88. **Figure 80**  
 89. **Figure 81**  
 90. **Figure 82**  
 91. **Figure 83**  
 92. **Figure 84**  
 93. **Figure 85**  
 94. **Figure 86**  
 95. **Figure 87**  
 96. **Figure 88**  
 97. **Figure 89**  
 98. **Figure 90**  
 99. **Figure 91**  
 100. **Figure 92**  
 101. **Figure 93**  
 102. **Figure 94**  
 103. **Figure 95**  
 104. **Figure 96**  
 105. **Figure 97**  
 106. **Figure 98**  
 107. **Figure 99**  
 108. **Figure 100**  
 109. **Figure 101**  
 110. **Figure 102**  
 111. **Figure 103**  
 112. **Figure 104**  
 113. **Figure 105**  
 114. **Figure 106**  
 115. **Figure 107**  
 116. **Figure 108**  
 117. **Figure 109**  
 118. **Figure 110**  
 119. **Figure 111**  
 120. **Figure 112**  
 121. **Figure 113**  
 122. **Figure 114**  
 123. **Figure 115**  
 124. **Figure 116**  
 125. **Figure 117**  
 126. **Figure 118**  
 127. **Figure 119**  
 128. **Figure 120**  
 129. **Figure 121**  
 130. **Figure 122**  
 131. **Figure 123**  
 132. **Figure 124**  
 133. **Figure 125**  
 134. **Figure 126**  
 135. **Figure 127**  
 136. **Figure 128**  
 137. **Figure 129**  
 138. **Figure 130**  
 139. **Figure 131**  
 140. **Figure 132**  
 141. **Figure 133**  
 142. **Figure 134**  
 143. **Figure 135**  
 144. **Figure 136**  
 145. **Figure 137**  
 146. **Figure 138**  
 147. **Figure 139**  
 148. **Figure 140**  
 149. **Figure 141**  
 150. **Figure 142**  
 151. **Figure 143**  
 152. **Figure 144**  
 153. **Figure 145**  
 154. **Figure 146**  
 155. **Figure 147**  
 156. **Figure 148**  
 157. **Figure 149**  
 158. **Figure 150**  
 159. **Figure 151**  
 160. **Figure 152**  
 161. **Figure 153**  
 162. **Figure 154**  
 163. **Figure 155**  
 164. **Figure 156**  
 165. **Figure 157**  
 166. **Figure 158**  
 167. **Figure 159**  
 168. **Figure 160**  
 169. **Figure 161**  
 170. **Figure 162**  
 171. **Figure 163**  
 172. **Figure 164**  
 173. **Figure 165**  
 174. **Figure 166**  
 175. **Figure 167**  
 176. **Figure 168**  
 177. **Figure 169**  
 178. **Figure 170**  
 179. **Figure 171**  
 180. **Figure 172**  
 181. **Figure 173**  
 182. **Figure 174**  
 183. **Figure 175**  
 184. **Figure 176**  
 185. **Figure 177**  
 186. **Figure 178**  
 187. **Figure 179**  
 188. **Figure 180**  
 189. **Figure 181**  
 190. **Figure 182**  
 191. **Figure 183**  
 192. **Figure 184**  
 193. **Figure 185**  
 194. **Figure 186**  
 195. **Figure 187**  
 196. **Figure 188**  
 197. **Figure 189**  
 198. **Figure 190**  
 199. **Figure 191**  
 200. **Figure 192**  
 201. **Figure 193**  
 202. **Figure 194**  
 203. **Figure 195**  
 204. **Figure 196**  
 205. **Figure 197**  
 206. **Figure 198**  
 207. **Figure 199**  
 208. **Figure 200**  
 209. **Figure 201**  
 210. **Figure 202**  
 211. **Figure 203**  
 212. **Figure 204**  
 213. **Figure 205**  
 214. **Figure 206**  
 215. **Figure 207**  
 216. **Figure 208**  
 217. **Figure 209**

| Venimencos | Consolidada |
|------------|-------------|
| 2009       | 750.577     |
| 2010       | 224.101     |
| 2011       | 417.967     |
| 2012       | 106.705     |
| Año 2012   | 756.511     |
| TOTAL      | 2.209.479   |

Em 15 de outubro de 2007 foram suscitadas e integradas 65.000 dependentes não converteveram em ações nominativas e escrituras em sendo única da espécie subordinada. O valor nominal anterior a data da emissão foi de R\$ 10. A remuneração será paga semestralmente por primeiro vencimento em março de 2008. A presente emissão integra a estrutura de captação de recursos da Saneidade para financiamento da aquisição da CPFL Jaguaruna. A aquisição da titularidade do capital CPFL Jaguaruna foi realizada em 18 de junho de 2007 por meio da utilização da controlada Peract, tendo sido aprovada pela ANEEL em junho de 2007. Os recursos obtidos com a emissão das debêntures pretando foram destinados ao pagamento antecipado da dívida representada pelas notas promissórias de 2ª emissão da emissora, cujos recursos foram utilizados

REGRAS GERAIS DE REGISTRO – 11ª Edição – Reformas  
CMV – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
BPF – BANCARIZAÇÕES, FINANCIAMENTOS E BOLSAS DE  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Representada

Regulação Representada  
Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

HAB – MÚLTIPLO EXERCÍCIO

no pagamento de aquisição de CPFL Jazouby

#### RGE

Em 1º de dezembro de 2007 a controlada RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples, de espécie subgradável, estrutural e nominal, sem a emissão de certificados convertíveis em ações e sem opção de rescaluação programada. A emissão será realizada em duas séries, sendo cada uma delas para um montante igual a R\$ 300 milhões. Os objetivos da emissão foram adequar o perfil econômico-financeiro da controlada RGE, proporcionar liquidez suficiente para suportar os investimentos em ativos mobilizados e assegurar a liquidação da dívida que vencerá até 2009. O valor total da emissão será de R\$ 300.000. A 1ª série foi suscitada e integralizada em dezembro de 2007 no montante de R\$ 100.000, com prazo de 6 anos e com vencimento final em 1º de dezembro de 2013. Os valores relativos à remuneração das debêntures são pagos semestralmente, sempre no dia 1 dos meses de junho e dezembro de cada ano.

#### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As condições estão sujeitas a todas condições restritivas contemplando cláusulas que regerem a Sociedade e suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pre estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

##### CPFL Energia

- a) Terceira emissão
  - a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes e
  - a) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes

##### CPFL Paulista

- a) Segunda emissão e Terceira emissão
  - a) a relação entre EBITDA e despesas financeiras maior ou igual a 1,5 para todos os anos
  - b) em relação a capitalização total, o nível de capital próprio deve ser no mínimo 40%, enquanto o nível de dívida da empresa deve ser no máximo 60%.
- a) Terceira emissão
  - a) a relação entre dívida líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0 vezes e
  - a) a relação entre EBITDA e resultado financeiro maior ou igual a 2,25 vezes

##### CPFL Piratunga

- a) Primeira emissão
  - a) Relação entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3 vezes e
  - a) Relação entre EBITDA e Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25 vezes

07-429-1947-0001-53

a) Dívida Total dividida pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0  
b) EBITDA dividido pelas Despesas Financeiras, maior ou igual a 2,0  
c) Dívida Total dividida pela Capitalização Total, menor ou igual a 0,55

a) Plano da Benefício Definido : EDO - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício baseado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldo (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos empregados insanos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de acordo definido em função da propensão do tempo de serviço passado acumulado ao a referência data, a partir da cumprimento das requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura das prestações atuais desse Plano é da controlada.

b) Adoção de um modelo misto a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:

- \* os representantes de administração e controladora no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das indenizações atuais desse Plano é da controlada;

C1856-0 CPM ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### II.1 – MÚLTIPLOS PLANOS

- Os planos de previdência programados, no conceito de previdência definida que consiste em um plano de previdência que não a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão, e do tipo previdência definida, não gerando qualquer responsabilidade atuária para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuária para a controlada.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos arquivos contábeis da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 0% a.a. e corrigida pelo IGP-DI (FGV). Através do Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 25 de julho de 2008, os prazos de pagamento aderiram este plano para 175 parcelas mensais e 14 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2005, com vencimento final em 21 de julho de 2020. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 560.190 (R\$ 573.715 em 31 de dezembro de 2008).

#### II – CPFL Piratininga

Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar – SPDC, aprovou a regulamentação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Banderante, dando origem a um Plano de Benefício Suplementar Previdenciário Saúde – BPSPS e um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (BD) – vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício definido que concede um Benefício Suplementar Previdenciário Saúde (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão aos empregados inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a data da data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuárias desse Plano é da controlada.
- b) Plano de Benefício Definido – vigente após 31 de março de 1998 – plano do tipo BD que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real referente aos últimos 24 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado incluindo o acumulado até 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuárias desse Plano é partilhada entre a controlada e os participantes.
- c) Plano de Contribuição Definida – implementado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998. A este plano a renda vitalícia reversível ou não em pensão, e do tipo previdência definida, não gerando qualquer responsabilidade atuária para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível ou não em pensão é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuária para a controlada.

Em setembro de 1997, através do Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Planquia de Manoboliana FI 531 Paulo S.A. (empresa controladora da Banderante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos arquivos contábeis da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada

REPRESENTAÇÃO PERMANENTE – Rua Alameda Raimundo  
CIN – COMISSÃO DE VALORES MEDIANTE  
OPF – ORGANIZAÇÃO FUNDADAÇÃO PATRIMONIAL  
ENGEISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Representada

Legislação Representada  
Data Base 31/12/2007

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### IIII – MÚLTIPLO FUNDOS

mensalmente, no estado de juros de 6% a.a. e amortização pelo GDP-D (FGV). Anúncio de Ação Contratada celebrada com a Fundação CLSP em 26 de julho de 2006, os prazos de pagamento sofreram alteração para 180 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2005, com vencimento final em 1º de março de 2021. O saldo da amortização em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 145 R\$ 1, R\$ 160 258 em 31 de dezembro de 2006.

#### III – RGE

Piano de benefícios definido por nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, incluindo o presunção benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela FIFROXIFFF. Para benefício A de duração somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho subscritos da CEE para RGE.

#### IV – CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, inicialmente administrado pela FUNSECUM, passou a partir de 31 de novembro de 2007 a ser administrado pela SB Previdência – Fundo de Pensão da Santa Cruz Brasil. O plano da controlada CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

#### V – CPFL Geração

Atualmente vigora para as funcionárias da controlada CPFL Geração um Plano de Benefício Suplementar Proporcional Salário e um Plano de Rendimentos Misto, executando nas moldes da CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos autos externos da Fundação CLSP, a qual vem sendo amortizada em 160 parcelas mensais, no estado de juros de 6% a.a. e amortização pelo GDP-D (FGV). Anúncio de Ação Contratada celebrada com a Fundação CLSP em 26 de julho de 2006, os prazos de pagamento sofreram alteração para 180 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2005, com vencimento final em 31 de outubro de 2021. O saldo da amortização a qual é ajustada anualmente conforme avaliação de consultoria, sob o sigilo pelo então da Secretaria da Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2007 é de R\$ 11 116 R\$ 11 570 em 31 de dezembro de 2006.

#### VI – CPFL Jaguaré

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado OMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, de seus controladas, conforme laudo preparado por autarquia externa, inclusive com premissas validadas pela Administração, seguem em anexo. Da amortização CVM 371-96 e estão assim apresentadas.







RENDIMENTO FUNDADO: RENDABILIDADE  
 CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ANEP - Associação Nacional das Empresas de  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação: Representada

Legislação: Resolução  
 Data Base: 31/12/2007

01856-0 UPPB ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 140 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

As principais premissas consideradas no cálculo atinam à data do balanço base:

|   | CMH: Perfil da CMH, Mudanças<br>(R\$ em milhões) |           | Rat.: |       |
|---|--|-----------|-------|-------|
|   | 2007   | 2006      | 2007  | 2006  |
| 1. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240.000  | 1.240.000 | 1.240 | 1.240 |
| 2. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240.000  | 1.240.000 | 1.240 | 1.240 |
| 3. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 4. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 5. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 6. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 7. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 8. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 9. Valor da dívida líquida no balanço base  | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |
| 10. Valor da dívida líquida no balanço base | 1.240  | 1.240     | 1.240 | 1.240 |

1. CMH: Perfil da CMH, Mudanças (R\$ em milhões)

#### ( 18 ) TAXAS REGULAMENTARES

|   | Consolidado |        |
|---|-------------|--------|
|   | 2007        | 2006   |
| Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos | 7.327       | -      |
| Reserva Global de Reversão - RGR                            | 5.741       | 5.752  |
| Taxa de Fiscalização de ANEP                                | 1.670       | 1.725  |
| Conta de Consumo de Combustível - CCC                       | 27.455      | 20.802 |
| Conta de Desenvolvimento Energético - CDE                   | 31.585      | 28.015 |
| Total   | 63.678      | 55.294 |

#### ( 19 ) TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

|  | Consolidado |       |               |      |
|--|-------------|-------|---------------|------|
|  | Impostos    |       | Contribuições |      |
|  | 2007        | 2006  | 2007          | 2006 |
| 1. Imposto de Renda sobre Lucros             | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 2. Imposto de Renda sobre Dividendos         | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 3. Imposto de Renda sobre Juros              | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 4. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital  | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 5. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital  | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 6. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital  | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 7. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital  | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 8. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital  | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 9. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital  | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| 10. Imposto de Renda sobre Ganhos de Capital | 1.111       | 1.111 | -             | -    |
| Total  | 5.555       | 5.555 | 0             | 0    |



C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 1.4.1 - MÉRITOS FUNDAMENTAIS

1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços da Paro Cruzada.

- 3) **Energia Comercial** - Em decorrência da perda de consumidores finais, as controladas CPEL Paulista e CPEL Piratunga solicitaram redução na demanda de potência nos contratos antigos, sendo parcialmente atendida pela ANPEL. As controladas ingressaram ação judicial movida pela não concordância com os montantes fixados determinados pela ANPEL, alegando divergência nos cálculos e elevando depósitos judiciais mensais dos valores em questão.
- 4) **FINSOCIAL** - Refere-se a questionamento judicial quanto à majoração do autor da cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1989 a outubro de 1991.
- 5) **PIS e COFINS - JCP** - A Sociedade anela no final de 2005 limitar o valor a não recolhimento do PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.
- 6) **Imposto de Renda** - Na controlada CPEL Piratunga o registro refere-se a alguns objetos visando a dedutibilidade fiscal da C&U no cálculo do IRPJ. Na controlada C&U, refere-se basicamente a pedido da suspensão da dedução da Sanebra na Receita Federal visando considerar a dedutibilidade de valores referentes à complementação de aposentadoria de beneficiários da Fundação ELETRONIC.
- 7) **Fiscais Outras** - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e da natureza regulatória decorrente da atuação nos negócios das controladas relacionadas a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e CAT.
- 8) **Perdas possíveis** - A Sociedade e suas controladas são passíveis em 14 dos anos 1996 a 2006 nos quais a Administração suportada por seus consultores jurídicos acredita que as chances de sucesso são baixas devido a uma base sólida da defesa para as mesmas. Fatos que estão não apresentando, ainda, tendências nas decisões em parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas e, por este motivo, nem há previsão sobre as mesmas fiscais e jurídicas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2006 estavam assim representadas: no R\$ 211.422, nas ativas (R\$ 189.847 em 31 de dezembro de 2006); no R\$ 158.730 passivas representadas basicamente por danos pessoais, impostos aumentados e majoração (ativas) R\$ 421.474 em 31 de dezembro de 2006; e no R\$ 400.439 fiscais relacionadas basicamente a imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 327.475 em 31 de dezembro de 2006).
- 9) **Outros - Depósitos Judiciais - Imposto de Renda** - refere-se a discussão da dedutibilidade para fins de Imposto de Renda de despesas geradas pela no exercício de 1997 referente a concessão previdenciária do plano de pensão dos funcionários da controlada CPEL Paulista perante a Fundação CEFAP, em razão de ter sido objeto de renegociação e renovação da dívida naquele exercício. A controlada CPEL Paulista, baseada em consulta à Secretaria de Receita Federal do Brasil, obteve resposta favorável contida na Nota MANSR/0003133/02 em 157 de 09 de abril de 1998, e tomou a dedutibilidade fiscal da despesa, gerando consequentemente prejuízo fiscal naquele exercício. Em março de 2006, a controlada CPEL Paulista foi autuada por autoridades locais, relacionadas ao uso do prazo legal nos exercícios de 1997 e 1998. Em 2007, em consequência de decisão judicial exigindo o depósito para permitir a continuidade das discussões, a controlada CPEL Paulista efetuou o depósito judicial no valor de R\$ 350.255 (R\$ 372.116 atenuado para 31 de dezembro de 2007) como depósito para garantia do juízo. Baseada na pesquisa atualizada dos advogados que conduzem essa ação, o uso da perda continua classificado como remoto.

01856-0 CPM ENERGIAS S.A.

02.429.144/0001-93

# 1.1 - MUITAS EXPLICAÇÕES

A Administração da Sociedade e de suas controladas baseadas na qualificação de seus ativos e passivos entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes, as quais não afetam a sua situação financeira e operacional no futuro.

## 1.2 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

|   | Contas a Pagar |           |         |         |
|---|----------------|-----------|---------|---------|
|   | 2007           | 2006      | 2007    | 2006    |
| Contas a Pagar - Fornecedores             | 4.257.721      | 2.113.732 | 215.406 | 427.345 |
| Contas a Pagar - Impostos e Contribuições | 4.257.721      | 2.113.732 | 215.406 | 427.345 |
| Contas a Pagar - Salários e Benefícios    | 4.257.721      | 2.113.732 | 215.406 | 427.345 |
| Contas a Pagar - Provisões                | 4.257.721      | 2.113.732 | 215.406 | 427.345 |
| Contas a Pagar - Outros                   | 4.257.721      | 2.113.732 | 215.406 | 427.345 |
| Total                                     | 4.257.721      | 2.113.732 | 215.406 | 427.345 |

- Contas a Pagar - Fornecedores - As obrigações com fornecedores referem-se a contas pagas em duplicidade e a custos de fabricação a serem compensados ou restituídos e em de participações de consumidores na Programa de Universalização. Valores com concessão referem-se basicamente a transações relacionadas a preço pago de Banco de Crédito do Brasil S.A. - BCB.
- Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética - As controladas possuem passivos relacionados a custos de fabricação em plantas em fase de Operação. Valores com concessão referem-se basicamente a transações relacionadas a preço pago de Banco de Crédito do Brasil S.A. - BCB.
- Adiantamentos - No curto prazo referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços. No Passivo Não Longo Prazo refere-se a aporte financeiro realizado exclusivamente pelo acionista Chapcoense na Foz de Chapéu. A concessão está relacionada à futura geração de energia elétrica. A sua participação mediante a necessidade de fluxo de recursos no empreendimento de Foz de Chapéu.
- Juros sobre Empréstimo Compulsório - Referem-se a repasse de recursos oriundos da Flaminha de concessão de energia elétrica.
- Encargos de Capacidade Emergencial ("LCL") e Encargos de Aquisição de Energia Emergencial ("EAE") - Referem-se aos encargos tarifários relacionados à contratação de capacidade e energia emergencial cobrados do consumidor a partir de 2006 e serão repassados para a Companhia Brasileira de Energia Emergencial (CBEE).

07-429-1941/C001-53

**122 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

| Atividade    | Quantidade de ações |                  | Valor            |                  |
|--------------|---------------------|------------------|------------------|------------------|
|              | 01/01/2014          | Participação (%) | 01/01/2014       | Participação (%) |
| Atividade 1  | 100.000             | 100,00           | 100.000          | 100,00           |
| Atividade 2  | 200.000             | 200,00           | 200.000          | 200,00           |
| Atividade 3  | 300.000             | 300,00           | 300.000          | 300,00           |
| Atividade 4  | 400.000             | 400,00           | 400.000          | 400,00           |
| Atividade 5  | 500.000             | 500,00           | 500.000          | 500,00           |
| Atividade 6  | 600.000             | 600,00           | 600.000          | 600,00           |
| Atividade 7  | 700.000             | 700,00           | 700.000          | 700,00           |
| Atividade 8  | 800.000             | 800,00           | 800.000          | 800,00           |
| Atividade 9  | 900.000             | 900,00           | 900.000          | 900,00           |
| Atividade 10 | 1.000.000           | 1.000,00         | 1.000.000        | 1.000,00         |
| <b>Total</b> | <b>5.900.000</b>    | <b>5.900,00</b>  | <b>5.900.000</b> | <b>5.900,00</b>  |

### 22.2 Juega sobre Gerdel Pnoria a Dmsleuso

|                               | Controladora |         |
|-------------------------------|--------------|---------|
|                               | 2007         | 2006    |
| Juros sobre o Capital Próprio | 445          | 457     |
| Dividendos a Pagar            |              |         |
| WEG Energia S.A.              | 204.217      | 209.190 |
| CEL Participações S.A.        | 223.547      | 274.553 |
| Comarcas Participações S.A.   | 59.447       | 41.055  |
| WNEB Participações S.A.       | 41.142       | 37.392  |
| Comarcas Assistência          | 179.135      | 154.664 |
| Subtotal                      | 700.188      | 726.344 |
| Total                         | 730.638      | 726.788 |

O Conselho de Administração da Sociedade aprovou, em julho de 2007, a distribuição de lucros, tendo aprovado na data base de 30 de junho de 2007, na forma de dividendos intermediários, no montante de R\$ 842.376, correspondente a R\$ 1,783837558 por ação.

RENDIMENTO FUNDOS DE INVESTIMENTO - Fundo de Ações - Rendimento  
 CM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Regulatório - Representação  
 Data Base - 31/12/2007

C1856-O CVM ENEXGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 140 - MÚLTIPLOS VALORES

### 22.3 - Destinação do Lucro Líquido do Exercício

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei - nas liquações de suas ações.

Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saque do lucro líquido através da declaração de R\$ 719.886 na forma da declaração correspondente a R\$ 1.697.964.520 por ação conforme demonstrado a seguir:

|   |           |
|---|-----------|
| Lucro Líquido do Exercício - Controladora | 1.643.436 |
| Constituição da Reserva Legal             | 192.172   |
| Lucro Líquido Base para Destinação        | 1.551.264 |
| Dividendo Intermediário                   | 1942.273  |
| Dividendo Proposto                        | 1.719.886 |

### 22.4 - Reserva de Capital

Relaciona-se a ganho com alienação de ações em tesouraria. Essas ações eram documentos de direito da entidade das sociedades quando da incorporação das ações das sociedades não controladoras. As ações foram alienadas com ganho de R\$ 16 registrado como Reserva de Capital.

RENDIMENTO FINANCEIRO PERMANENTE - 100% (Cinco por cento) Reforço  
 CM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Representada  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

440 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

### (22) RECEITA OPERACIONAL

| Descrição da Receita Operacional<br>em R\$ (milhões) | 2007             |                  | 2006             |                  | 2005             |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 2007             | 2006             | 2007             | 2006             | 2007             | 2006             |
| Receita de venda de energia elétrica                 | 1.234.567        | 1.123.456        | 1.123.456        | 1.012.345        | 901.234          | 890.123          |
| Receita de venda de gás natural                      | 123.456          | 112.345          | 112.345          | 101.234          | 90.123           | 89.012           |
| Receita de venda de outros produtos                  | 12.345           | 11.234           | 11.234           | 10.123           | 9.012            | 8.901            |
| Receita de serviços                                  | 12.345           | 11.234           | 11.234           | 10.123           | 9.012            | 8.901            |
| Receita de aluguel                                   | 12.345           | 11.234           | 11.234           | 10.123           | 9.012            | 8.901            |
| Receita de outros                                    | 12.345           | 11.234           | 11.234           | 10.123           | 9.012            | 8.901            |
| <b>Receita Operacional</b>                           | <b>1.405.058</b> | <b>1.369.599</b> | <b>1.369.599</b> | <b>1.244.938</b> | <b>1.018.271</b> | <b>1.005.828</b> |
| Receita de venda de ativos                           | 12.345           | 11.234           | 11.234           | 10.123           | 9.012            | 8.901            |
| Receita de venda de outros                           | 12.345           | 11.234           | 11.234           | 10.123           | 9.012            | 8.901            |
| <b>Receita Operacional</b>                           | <b>1.429.748</b> | <b>1.392.067</b> | <b>1.392.067</b> | <b>1.265.184</b> | <b>1.036.295</b> | <b>1.023.630</b> |
| <b>Receita Operacional</b>                           | <b>1.405.058</b> | <b>1.369.599</b> | <b>1.369.599</b> | <b>1.244.938</b> | <b>1.018.271</b> | <b>1.005.828</b> |
| <b>Receita Operacional</b>                           | <b>1.429.748</b> | <b>1.392.067</b> | <b>1.392.067</b> | <b>1.265.184</b> | <b>1.036.295</b> | <b>1.023.630</b> |

As contabilizações que envolvem outras receitas e rendas estão apresentadas na nota 5 (a)  
 (Linha de Venda e nota 12.5) Resultado e Rendimentos - UALSA





RESCOLTO PÚBLICO PRIVADO, Rua Alameda Ratuana,  
 011 COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - Representações, Procurações e Intercessões  
 ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2007

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

440 - Múltiplas Funções

#### (25) DESPESAS OPERACIONAIS

|   | Contabilidade |               | Contabilidade |                |
|---|---------------|---------------|---------------|----------------|
|   | 2007          | 2006          | 2007          | 2006           |
| <b><u>Despesas com Vendas</u></b>               |               |               |               |                |
| Provisão  |               |               | 944           | 1.000          |
| Diárias   |               |               | 1.466         | 1.000          |
| Despesas com viagens                            |               |               | 1.000         | 1.000          |
| Despesas com Material Promocional               |               |               | 11.700        | 11.700         |
| Propaganda e Comunicação                        |               |               | 1.000         | 1.000          |
| Despesas com aluguel                            |               |               | 1.000         | 1.000          |
| Outros  |               |               | 21            | 10.000         |
| <b>Total</b>                                    |               |               | <b>28.031</b> | <b>36.700</b>  |
| <b><u>Despesas Gerais e Administrativas</u></b> |               |               |               |                |
| Provisão  | 1.000         | 1.000         | 11.700        | 11.700         |
| Diárias   | 1.000         | 1.000         | 1.000         | 1.000          |
| Despesas com viagens                            | 1.000         | 1.000         | 11.700        | 11.700         |
| Despesas com aluguel                            | 1.000         | 1.000         | 1.000         | 1.000          |
| Despesas com Material Promocional               | 1.000         | 1.000         | 11.700        | 11.700         |
| Propaganda e Comunicação                        | 1.000         | 1.000         | 11.700        | 11.700         |
| Despesas com aluguel                            | 1.000         | 1.000         | 11.700        | 11.700         |
| Outros  | 1.000         | 1.000         | 11.700        | 11.700         |
| <b>Total</b>                                    | <b>24.422</b> | <b>18.500</b> | <b>75,304</b> | <b>514,400</b> |
| <b><u>Outras Despesas Operacionais</u></b>      |               |               |               |                |
| Despesas com viagens                            |               |               | 1.000         | 1.000          |
| Despesas com aluguel                            |               |               | 11.700        | 11.700         |
| Outros  |               |               | 1.000         | 1.000          |
| <b>Total</b>                                    | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>24.423</b> | <b>15,387</b>  |
| <b>Despesas Operacionais</b>                    |               |               | <b>944</b>    | <b>1.000</b>   |
| <b>Total Despesas Operacionais</b>              | <b>24.422</b> | <b>18.500</b> | <b>28,031</b> | <b>481,944</b> |

Os negativos referidos em outras despesas com vendas, relacionados a vendas de contas a receber de energia livre, estão apresentados na nota 21a;

07-429-1941001-53

Լուսինյան Կառավարություն  
 Էթեր Օրման 2022/2023

07-429-1941/C001-53

Em 04 de setembro de 2006, a Sociedade alienou a totalidade das ações detidas na COMGAS. O investimento estava registrado ao custo de aquisição no montante de R\$ 27.152, e foi vendido por R\$ 85.800, resultando em um ganho da capital registrada como resultado na demonstração de R\$ 58.648.

Foi concluído com o Acordo Celenso de Trabalho a Sociedade e suas controladas implementaram programas de capacitação dos empregados nos setores e resultados baseados em acordo de metas estabelecidas e anteriores previamente estabelecido com os mesmos. O montante dessa participação por a empresa da 2007 foi de R\$ 28.800 no consolidado R\$ 33.302 em 2008. Após a antecipação paga no exercício de 2007, o saldo remanescente provisionado no consolidado é de R\$ 21.803, nota 21.

|                          | Barrelles  | Grains  | Centrifugals | Barrel (t) | Tons        |
|--------------------------|------------|---------|--------------|------------|-------------|
| <b>2000</b>              |            |         |              |            |             |
| Grain                    | 1 136 117  | 400 217 | 1 411 135    |            | 150 113 124 |
| Wheat and wheat semolina | 557        | 471 250 | 1 015 217    |            | 170 144     |
| Sorghum (durum)          | 1 221 179  | 428 915 | 1 011 117    | 11 424     | 132 113 124 |
| Sorghum (soft)           | 111 719    | 114 117 | 1 111        | 11 111     | 144 113     |
| Barley                   |            |         |              |            | 114 113     |
| Sorghum (other)          | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Other grains             | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Wheat (durum)            | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Sorghum (durum)          | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Barley                   | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Other grains             | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| <b>2001</b>              |            |         |              |            |             |
| Grain                    | 11 211 117 | 411 117 | 1 411 117    |            | 150 113 124 |
| Wheat and wheat semolina | 1 111      | 471 117 | 1 111 117    |            | 170 144     |
| Sorghum (durum)          | 1 111 117  | 428 117 | 1 111 117    | 11 111     | 132 113 124 |
| Sorghum (soft)           | 111 117    | 114 117 | 1 111        | 11 111     | 144 113     |
| Barley                   |            |         |              |            | 114 113     |
| Sorghum (other)          | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Other grains             | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Wheat (durum)            | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Sorghum (durum)          | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Barley                   | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |
| Other grains             | 1 111 117  | 111 117 | 1 111 117    | 11 111     | 114 113     |

\*The input is a pair of strings  $(x, y)$  and the output is a pair of strings  $(x', y')$  such that  $|x'| \leq |x| + 1$  and  $|y'| \leq |y| + 1$ .

01856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

1491 - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

### 4.30) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam os seguintes principais saldos e movimentações acumuladas em 2007 e 2006:

| Transações                     | 2007         | 2006         | 2007         | 2006         | 2007         | 2006         | 2007         | 2006         |
|--------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Recebimentos de:               |              |              |              |              |              |              |              |              |
| - Aplicações Financeiras       | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - Empréstimos e Financiamentos | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - Venda de Energia             | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - Compra de Material           | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - TUSD                         | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| Pagamentos para:               |              |              |              |              |              |              |              |              |
| - Aplicações Financeiras       | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - Empréstimos e Financiamentos | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - Venda de Energia             | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - Compra de Material           | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |
| - TUSD                         | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 |

- a) Aplicações Financeiras - Fundo de Investimento exclusivo com rentabilidade calculada pela variação do CDI e sem liquidez diária
- b) Empréstimos e Financiamentos - Empréstimos contratados em condições normais de mercado
- c) Aquisição de Imobilizado - Aquisição de equipamentos sobre para aplicação nos serviços de distribuição e operação
- d) Venda de Energia - Receita pelo fornecimento de energia elétrica
- e) Compra de Material - Materiais para manutenção
- f) TUSD - Receita pela taxa de Serviço de Distribuição

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

TRF - TUBAS EXPLORATÓRIAS

### (31) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por apólice de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No anexo 26 estão listados os principais contratos de seguros.

| DESCRIÇÃO              | RAMO DA APÓLICE  | Cobertura        |                  |
|------------------------|--|------------------|------------------|
|                        |  | 2007             | 2006             |
| Ativo mobilizado       | Incendio, Ruptura, Queda de Massa, Furto, Danos e Perdas | 1.531.452        | 1.531.541        |
| Transporte             | Transporte Nacional                                      | 43.000           | 43.000           |
| Material Estocado      | Incendio, Ruptura, Queda de Massa                        | 25.000           | 12.000           |
| Automovels             | Cobertura Comprehensive                                  | 91.458           | 3.701            |
| Responsabilidade Civil | Cobertura de Emissão Eletrônica                          | 32.950           | 30.000           |
| Pessoas                | Viagem Grupo Adultos Passagem                            | 167.717          | 14.777           |
| Outros                 | Coorte   | 25.208           | 42.532           |
| <b>TOTAL (*)</b>       |  | <b>2.273.053</b> | <b>1.656.402</b> |

(\*) - Os valores são estimados de forma independente.

### (32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

#### 32.1 Considerações sobre Risco

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas terem a incursão em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os custos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap e que permitem à Sociedade e suas controladas limitar os riscos originais da variação para o custo relativo à variação do CDI ( taxa fixa). Atualmente as suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica da Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas conforme mencionado na nota 3. As referidas operações são registradas de acordo com regime de compensação e conforme as condições do instrumento contratado.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas serem afetadas por aumento das taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debentures. Para parte dos empréstimos contratados em moeda nacional a Sociedade e suas controladas têm como contrapartida ativos

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 14.1 - MUITAS EXPECTATIVAS

regulador as expectativas pela redução da taxa SELIC. Ao mesmo tempo as controladas têm buscado aumentar a participação de empresários atrelados à variação da SELIC, indo mais voar as associações do mercado financeiro.

**Risco de Crédito:** O risco surge da possibilidade das suas controladas terem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores leturais a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a convergência do número de clientes e da qualidade da cobrança e da rede de atendimento para consumidores residenciais.

**Risco quanto à Escassez da Energia:** A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento da demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água das reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume das mesmas, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com alocção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001-02. Que ader Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2008 um novo programa de racionamento.

**Risco de Aceleração de Dívidas:** A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e depósitos, com cláusulas rescatórias potestativas, normalmente atreladas a índices (i.e. de inflação) relacionadas ao crescimento de índices econômicos, financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas rescatórias são monitoradas adequadamente e não influem a capacidade de condução ao curso normal das operações.

#### 32.2 Valoração dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma, possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2007, são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valoração e sua posição nos demonstrativos financeiros.

**Disponibilidades** - Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais (nota 4).

**Ativos e Passivos Regulatórios** - São gerados diretamente pela Reguladora Tarifária e Tarifas, Energia Livre, Parte A, Ativos e Passivos relacionados à Revisão e Reajuste Tarifário, Subvenção para Renda e Juros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de racionamento de 2001 e outros valores relacionados ao planejamento de custos e receitas tarifárias e alteração da legislação tarifária. Esses valores são avaliados pelo valor contábil, conforme critérios definidos pela ANEEL, de acordo com as demonstrações financeiras (nota 5).

**Empréstimos e Financiamentos** - São avaliados conforme os critérios estipulados em contratos de acordo com as demonstrações financeiras (nota 15).

**Depósitos** - Os depósitos realizados pela Sociedade e por suas controladas podem ser negociados no mercado e estão avaliados conforme os critérios estipulados quando de sua emissão, conforme características definidas na nota 11.

**Investimentos em controladas** - A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de

RENDIMENTO FUNDOS FUNDOS, Rua Alameda, 1400, 14º andar  
 CPM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ENECISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Representada

Legislação Regulatória  
 Data Base 31/12/2007

C1856-0 UNEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### VALORES EXERCÍCIOS

mercado das respectivas empresas, sendo o primeiro volume de transações das mesmas no mercado.

Os valores contidos nos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, comparados aos valores de cotação de mercado, conforme definido acima, na data base em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, são como se segue:

|                                       | Comparados     |                  |                |                  |
|---------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|                                       | 2007           | 2006             | 2007           | 2006             |
|                                       | Saldo Contábil | Valor de Mercado | Saldo Contábil | Valor de Mercado |
| Impostos a pagar (receitas a receber) | 100.000        | 100.000          | 100.000        | 100.000          |
| Previdência (receitas a receber)      | 100.000        | 100.000          | 100.000        | 100.000          |
| Impostos a pagar (receitas a receber) | 100.000        | 100.000          | 100.000        | 100.000          |
| Total                                 | 300.000        | 300.000          | 300.000        | 300.000          |

|                                       | Comparados     |                  |                |                  |
|---------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|                                       | 2007           | 2006             | 2007           | 2006             |
|                                       | Saldo Contábil | Valor de Mercado | Saldo Contábil | Valor de Mercado |
| Impostos a pagar (receitas a receber) | 100.000        | 100.000          | 100.000        | 100.000          |
| Previdência (receitas a receber)      | 100.000        | 100.000          | 100.000        | 100.000          |
| Impostos a pagar (receitas a receber) | 100.000        | 100.000          | 100.000        | 100.000          |
| Total                                 | 300.000        | 300.000          | 300.000        | 300.000          |

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, em comparação com transações semelhantes concluídas em datas próximas ao encerramento dos exercícios de 2007 e de 2006, bem como comparamos com parâmetros médias de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de fornecimento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da OCESP, as controladas assumiram o valor de mercado e representado pelo respectivo valor contábil.

#### ( 33 ) MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO – ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 – LEI 11.639/07

Em 20 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei 11.639/07, que altera, revoga e introduz novas disposições à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), relativa à divulgação e preparação das Demonstrações Financeiras. Estas modificações entraram em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2008 e podem ser substancialmente resumidas como segue:

- ativos e passivos financeiros prefixados devem ser ajustados a valor presente quando os efeitos forem relevantes;
- determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valores justos;
- contabilização de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de incorporação, fusão ou cisão entre partes não relacionadas;
- substituição da DOAR pela Demonstração da Fluxo de Caixa e segregação da divulgação da Demonstração do Valor Adicionado;
- inclusão de novos subgrupos de contas como intangíveis no ativo e a Conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.



07-429-1941/C001-53

Adicionalmente, a Lei requer que os nomes expedidos pelo CVM sejam elaborados em conformância com as práticas internacionais de contabilidade, tendo como base as normas adotadas pela IASB.

#### 4.34) EVENTOS SUBSECUENTES

A ANEEL, em 29 de janeiro de 2018, estabeleceu, em caráter provisório, que as tarifas das concessionárias OPFL Santa Cruz, OPFL Laguna, OPFL Mossaço, OPFL Leslie Paulista e OPFL São Paulista sejam reajustadas conforme quadro abaixo, relativas ao reajestoramento tarifário e relativas aos reajestamentos tarifários especiais à reestruturação tarifária.

|                                    | CPFL Saneamento | CPFL Energia  | CPFL Financeira | CPFL Logística | CPFL Soluções |
|------------------------------------|-----------------|---------------|-----------------|----------------|---------------|
| <b>Receita Operacional</b>         | <b>243.311</b>  | <b>87.999</b> | <b>94.446</b>   | <b>17.145</b>  | <b>92.090</b> |
| Receita de vendas                  | 199.317         | 74.141        | 83.137          | 14.714         | 77.414        |
| Receita de prestação de serviços   | 2.497           | 2.497         | 111             | 1.111          | 1.111         |
| Receita de aluguel                 | 1.111           | 1.111         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| Receita de outros serviços         | 2.386           | 2.386         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| Receita de juros                   | 1.111           | 1.111         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| Receita de dividendos              | 1.111           | 1.111         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| Receita de outros                  | 1.111           | 1.111         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| <b>Receita Operacional Líquida</b> | <b>192.546</b>  | <b>87.999</b> | <b>40.597</b>   | <b>15.621</b>  | <b>90.592</b> |
| <b>Componentes Financeiros</b>     | <b>5.213</b>    | <b>1.111</b>  | <b>1.111</b>    | <b>1.111</b>   | <b>1.111</b>  |
| Receita de juros                   | 1.111           | 1.111         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| Receita de dividendos              | 1.111           | 1.111         | 1.111           | 1.111          | 1.111         |
| <b>Reposicionamento Total</b>      | <b>-0.10%</b>   | <b>-0.10%</b> | <b>-0.10%</b>   | <b>-0.10%</b>  | <b>-0.10%</b> |
| <b>Fim da</b>                      | <b>1.111</b>    | <b>1.111</b>  | <b>1.111</b>    | <b>1.111</b>   | <b>1.111</b>  |

© 2004 Blackwell Publishing Ltd *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

[illegible]

07-429-1941001-53

FILED

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840.

| 2019年12月31日   |           | 2019年12月31日 | 2019年12月31日 |
|---------------|-----------|-------------|-------------|
| 1. 流动资产       | 1,000,000 | 1,000,000   | 1,000,000   |
| 2. 非流动资产      | 2,000,000 | 2,000,000   | 2,000,000   |
| 3. 资产总计       | 3,000,000 | 3,000,000   | 3,000,000   |
| 4. 流动负债       | 1,000,000 | 1,000,000   | 1,000,000   |
| 5. 非流动负债      | 1,000,000 | 1,000,000   | 1,000,000   |
| 6. 负债总计       | 2,000,000 | 2,000,000   | 2,000,000   |
| 7. 所有者权益      | 1,000,000 | 1,000,000   | 1,000,000   |
| 8. 负债和所有者权益总计 | 3,000,000 | 3,000,000   | 3,000,000   |

01856-0 UFPE ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

# RENTAL - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS

UNITS  
 (quantidade de ações negociadas)  
 Valor da Ação (valor em reais) (R\$) (valor em R\$)

|  | Valor da Ação |         | Quantidade |         |
|--|---------------|---------|------------|---------|
|  | 2007          | 2006/07 | 2007       | 2006/07 |
| 1. Receita   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 1.1 Receita de vendas  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 1.2 Receita de serviços  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 1.3 Receita de outros  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 2. Custo de vendas   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 2.1 Custo de vendas  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 2.2 Custo de serviços  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 2.3 Custo de outros  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 3. Valor Adicionado (Receita - Custo)  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 4. Receita Operacional   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 4.1 Receita Operacional  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 4.2 Receita Operacional  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 4.3 Receita Operacional  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 5. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional)  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 6. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação)  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 7. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização)  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 8. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 9. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos)  | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 10. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 11. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 12. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 13. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 14. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 15. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 16. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 17. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 18. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)   | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 19. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos)                               | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |
| 20. Valor Adicionado (Receita Operacional - Custo Operacional - Depreciação - Amortização - Imposto de Renda - Provisão para Impostos - Provisão para Contingências - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos - Provisão para Outros Riscos) | 100%          | 100%    | 100%       | 100%    |

Fonte: Relatório de Gestão 2007 da UFPE ENERGIA S.A.

REGULIN PÚBLICA FEDERAL - Diretoria Regulatória  
 C-11 - COMISSÃO DE VALORES REGULADOS  
 D-11 - REGULAÇÃO, LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Representação Reguladora

Regulatório - Representação  
 Data Base - 31/12/2007

C1856-D UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

REG - MUDAS EXERCÍTIAS

**Willson P. Ferreira Junior**  
 Diretor Presidente

**Reni Antonio da Silva**  
 Diretor Vice-presidente de Logística e  
 Regulação

**José Antonio de Almeida Filippa**  
 Diretor Vice-presidente Financeiro  
 e de Relação com Investidores

**Paulo César Coelho Teixeira**  
 Diretor de Representação Social  
 e Legal

**Rafael Viana Pereira**  
 Diretor Vice-presidente de Engenharia

**Miguel Normando Abdalla Saad**  
 Diretor Vice-presidente de Operação

#### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Luiz Antônio de Lima Fernandes**  
 Presidente

**Cecília Mendes Garcez Siqueira**  
 Vice-presidente

**Conselheiros**

**Ana Belores M. O. de Moraes**

**Francisco Capelina Neto**

**Osvaldo Carneiro de Rezende**

**Milton Luciano dos Santos**

**Martin Roberto Slogowitky**

#### **DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

**Antônio Carlos Bassaio**  
 Diretor de Contabilidade  
 CRC 18705313/O-8

**Sérgio Luiz Felice**  
 Gerente de Contabilidade  
 CRC 13F-92757/O-6

RENDIMENTO FISCAL FOMENTO - 11.ª Região - Reforma  
C-11 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CPL - Companhia de Planejamento e Administração  
ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Representada

Regulatório - Representação  
Data Base - 31/12/2007

C1856-0 CPL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

RAI - Múltiplas Explicativas

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CPL Energia S.A. no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado a Relatório Anual da Administração, as demonstrações financeiras do Exercício Social de 2007, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e ainda, com base no parecer da KPMG Auditores Independentes, datado da UL da base ano de 2008, à os opinou que os referidos documentos estão em condições de serem aceitos e votados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

*São Paulo, 27 de fevereiro de 2008.*

Paulo Vicens

Fernanda Dias Gomes

\_\_\_\_\_  
Susana Hanna Siqueira Labra

\_\_\_\_\_  
Fernando Djalma da Oliveira

\_\_\_\_\_  
Fátima de Assis Rosa Ferreira

REGRAS PROPOSTAS PARA O REGIME DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
C-11 - COMISSÃO DE VALORES MEDIANOS  
C-12 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
Representação Representada

Regulamentação Representada  
Data Data 20/12/2007

01856-0 CUBA ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-53

#### 1541 - INSCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERNATIVAS

Comunicamos que na publicação das Demonstrações Financeiras relativas a 2007, realizada em 29 de fevereiro de 2008, no grupo II-31, informamos os membros do Conselho de Administração da CUBA, de constar o nome da conselheira independente Sra. Ana Belariza M. C. de Moraes.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- Demonstrações Financeiras da Garantidora Relativas ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2006 e Respectivo Parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DI 01 - IDENTIFICAÇÃO

|              |                   |                    |
|--------------|-------------------|--------------------|
| CNPJ         | EMPRESA           | CNPJ               |
| 09366-9      | OPFL ENERGIA S.A. | 02.429.144/0001-91 |
| Razão Social |                   |                    |

DI 02 - SEDE

|                                  |  |           |  |        |  |
|----------------------------------|--|-----------|--|--------|--|
| Endereço                         |  | Cidade    |  | Estado |  |
| Praça da República, 100 - Centro |  | São Paulo |  | SP     |  |
| CEP                              |  | Cidade    |  | Estado |  |
| 01305-900                        |  | São Paulo |  | SP     |  |
| Telefone                         |  | Fax       |  | E-mail |  |
| 011-3063-5075                    |  |           |  |        |  |
| Site                             |  | E-mail    |  | E-mail |  |
| www.opfl.com.br                  |  |           |  |        |  |

DI 03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

|                               |  |           |  |                                  |  |
|-------------------------------|--|-----------|--|----------------------------------|--|
| Nome                          |  | Cargo     |  | Endereço                         |  |
| José Roberto de Almeida Filho |  | Diretor   |  | Praça da República, 100 - Centro |  |
| CNPJ                          |  | Cidade    |  | Estado                           |  |
| 03.58.930                     |  | São Paulo |  | SP                               |  |
| Telefone                      |  | Fax       |  | E-mail                           |  |
| 011-3063-5075                 |  |           |  |                                  |  |
| Site                          |  | E-mail    |  | E-mail                           |  |
| www.opfl.com.br               |  |           |  |                                  |  |

DI 04 - REFERÊNCIA AJUSTOS

|                                    |            |            |            |
|------------------------------------|------------|------------|------------|
| Item                               | Descrição  | Valor      | Valor      |
| 1 - Juros                          | 21.00.0000 | 11.12.2006 | 11.12.2006 |
| 2 - Acordos                        | 21.00.0000 | 21.12.2006 | 21.12.2006 |
| 3 - Ajustamentos                   | 21.00.0000 | 21.12.2006 | 21.12.2006 |
| Despesa com Auditoria Independente |            | 00385-0    |            |
| Despesa com Auditoria Independente |            | 00385-0    |            |
| Despesa com Auditoria Independente |            | 00385-0    |            |



## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                              |                              |
|----------------|------------------------------|------------------------------|
| 01.01.01 - CVM | 01.01.01.01 - CVM            | 01.01.01.02 - CVM            |
| 01.01.02 - DPF | 01.01.02.01 - DPF - ENERGISA | 01.01.02.02 - DPF - ENERGISA |

## 02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (R\$ em Mil)

|                   | Ativo | Ativo | Ativo |
|-------------------|-------|-------|-------|
|                   | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.01 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.02 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.03 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.04 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.05 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.06 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.07 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.08 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.09 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.10 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.11 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.12 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.13 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.14 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.15 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.16 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.17 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.18 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.19 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.20 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.21 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.22 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.23 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.24 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.25 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.26 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.27 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.28 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.29 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.30 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.31 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.32 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.33 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.34 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.35 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.36 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.37 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.38 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.39 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.40 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.41 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.42 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.43 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.44 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.45 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.46 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.47 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.48 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.49 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.50 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.51 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.52 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.53 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.54 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.55 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.56 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.57 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.58 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.59 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.60 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.61 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.62 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.63 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.64 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.65 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.66 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.67 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.68 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.69 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.70 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.71 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.72 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.73 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.74 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.75 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.76 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.77 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.78 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.79 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.80 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.81 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.82 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.83 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.84 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.85 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.86 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.87 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.88 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.89 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.90 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.91 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.92 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.93 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.94 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.95 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.96 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.97 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.98 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.99 - Ativo  | Ativo | Ativo | Ativo |
| 02.01.100 - Ativo | Ativo | Ativo | Ativo |



01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|          |                |                   |
|----------|----------------|-------------------|
| 01.31.01 | 01.31.01.01    | 01.31.01.01.01    |
| 01.31.01 | 01.31.01.01.01 | 01.31.01.01.01.01 |

02.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Ramo III)

| 02.32.01 | 02.32.01.01 | 02.32.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01.01 |
|----------|-------------|----------------|-------------------|----------------------|
| 02.32.01 | 02.32.01.01 | 02.32.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01.01 |
| 02.32.01 | 02.32.01.01 | 02.32.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01.01 |
| 02.32.01 | 02.32.01.01 | 02.32.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01 | 02.32.01.01.01.01.01 |

01.31 - VENTILIAÇÃO

|          |                              |                                 |
|----------|------------------------------|---------------------------------|
| 01.31.01 | 01.31.01.01 - VENTILIAÇÃO    | 01.31.01.01.01 - VENTILIAÇÃO    |
| 01.31.01 | 01.31.01.01.01 - VENTILIAÇÃO | 01.31.01.01.01.01 - VENTILIAÇÃO |

01.31 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (RPM 401)

| Item | Descrição                  | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ |
|------|----------------------------|--------------|--------------|--------------|
| 1    | Receita Operacional        |              |              |              |
| 2    | Receita Financeira         |              |              |              |
| 3    | Receita Extraordinária     |              |              |              |
| 4    | Receita Total              |              |              |              |
| 5    | Despesa Operacional        |              |              |              |
| 6    | Despesa Financeira         |              |              |              |
| 7    | Despesa Extraordinária     |              |              |              |
| 8    | Despesa Total              |              |              |              |
| 9    | Resultado Operacional      |              |              |              |
| 10   | Resultado Financeiro       |              |              |              |
| 11   | Resultado Extraordinário   |              |              |              |
| 12   | Resultado Total            |              |              |              |
| 13   | Resultado Líquido          |              |              |              |
| 14   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 15   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 16   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 17   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 18   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 19   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 20   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 21   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 22   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 23   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 24   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 25   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 26   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 27   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 28   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 29   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 30   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 31   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 32   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 33   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 34   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 35   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 36   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 37   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 38   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 39   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 40   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 41   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 42   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 43   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 44   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 45   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 46   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 47   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 48   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 49   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 50   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 51   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 52   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 53   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 54   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 55   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 56   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 57   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 58   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 59   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 60   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 61   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 62   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 63   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 64   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 65   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 66   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 67   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 68   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 69   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 70   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 71   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 72   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 73   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 74   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 75   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 76   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 77   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 78   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 79   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 80   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 81   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 82   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 83   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 84   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 85   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 86   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 87   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 88   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 89   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 90   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 91   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 92   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 93   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 94   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 95   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 96   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 97   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 98   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 99   | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |
| 100  | Resultado Líquido por Ação |              |              |              |





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 COM COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 BPF - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Planilha Esquema

Data Base: 31/12/2016

Legislação: SPC 02/03/09

31.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                          |                   |                       |
|--------------------------|-------------------|-----------------------|
| 1 - Cód. do Contribuinte | 2 - Razão Social  | 3 - Natureza Jurídica |
| 01234567                 | EMP. GENE. FISCAL | 02 - SOC. EM COM.     |

34.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Res. 1.111)

| 1 - Descrição | 2 - Origem                    | 3 - Aplicação - 1.1.1.1 | 4 - Aplicação - 1.1.1.2 | 5 - Aplicação - 1.1.1.3 |
|---------------|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1 - 1.1.1.1   | Receita Operacional           | 1.111                   | 1.111                   | 1.111                   |
| 1 - 1.1.1.2   | Receita Operacional - 1.1.1.1 | 1.111                   | 1.111                   | 1.111                   |
| 1 - 1.1.1.3   | Receita Operacional - 1.1.1.2 | 1.111                   | 1.111                   | 1.111                   |

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100





Data Base: 31/12/2016

Logradouro Social:

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                    |
|-----------------|--------------------|
| Nome da Empresa | CNPJ               |
| 01005-0         | 07.405.144/0001-03 |

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Base Mil)

| Conta      | Descrição   | 31/12/2016 | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|------------|---|------------|------------|------------|
| 1          | Ativo Total   | 1.226.407  | 1.046.407  | 1.046.407  |
| 1.1        | Ativo Circulante                                      | 1.077      | 1.077      | 1.077      |
| 1.1.1      | Débitos em Dinheiro                                   | 1.077      | 1.077      | 40.000     |
| 1.1.2      | Outros  | 0          | 0          | 0          |
| 1.2        | Ativo Não Circulante                                  | 215.330    | 215.330    | 1.045.330  |
| 1.2.1      | Ativo Realizável a Longo Prazo                        | 1.077      | 1.077      | 1.077      |
| 1.2.2      | Ativo Não Realizável                                  | 214.253    | 214.253    | 1.044.253  |
| 1.2.2.1    | Ativo Não Realizável - Imobilizado                    | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2    | Ativo Não Realizável - Intangível                     | 214.253    | 214.253    | 1.044.253  |
| 1.2.2.2.1  | Ativo Não Realizável - Intangível - Identificável     | 214.253    | 214.253    | 1.044.253  |
| 1.2.2.2.2  | Ativo Não Realizável - Intangível - Não Identificável | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.3  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.4  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.5  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.6  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.7  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.8  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.9  | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.10 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.11 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.12 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.13 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.14 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.15 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.16 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.17 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.18 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.19 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.20 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.21 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.22 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.23 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.24 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.25 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.26 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.27 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.28 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.29 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.30 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.31 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.32 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.33 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.34 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.35 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.36 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.37 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.38 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.39 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.40 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.41 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.42 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.43 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.44 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.45 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.46 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.47 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.48 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.49 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.50 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.51 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.52 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.53 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.54 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.55 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.56 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.57 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.58 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.59 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.60 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.61 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.62 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.63 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.64 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.65 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.66 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.67 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.68 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.69 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.70 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.71 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.72 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.73 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.74 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.75 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.76 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.77 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.78 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.79 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.80 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.81 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.82 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.83 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.84 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.85 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.86 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.87 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.88 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.89 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.90 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.91 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.92 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.93 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.94 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.95 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.96 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.97 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.98 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |
| 1.2.2.2.99 | Ativo Não Realizável - Intangível - Outros            | 0          | 0          | 0          |



SERVICÇO PÚBLICO FEDERAL

Relatório Financeiro

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PADRONIZADAS

Data Base - 31/12/2016

Legislação Aplicada

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

# IDENTIFICAÇÃO

|                          |                          |                          |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Identificação da Empresa | Identificação da Empresa | Identificação da Empresa |
| 014560                   | 00000000000000000000     | 00000000000000000000     |

## IT D2 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ Mil)

| Item | Descrição                | 2016      | 2015      | 2014      |
|------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 1    | Reserva Legal            | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 2    | Reserva Estatutária      | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 3    | Reserva para Imprevisões | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 4    | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 5    | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 6    | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 7    | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 8    | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 9    | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 10   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 11   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 12   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 13   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 14   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 15   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 16   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 17   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 18   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 19   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 20   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 21   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 22   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 23   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 24   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 25   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 26   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 27   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 28   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 29   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 30   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 31   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 32   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 33   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 34   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 35   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 36   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 37   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 38   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 39   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 40   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 41   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 42   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 43   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 44   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 45   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 46   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 47   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 48   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 49   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |
| 50   | Reserva para Depreciação | 10.000,00 | 10.000,00 | 10.000,00 |





01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                   |                    |      |                    |
|-------------------|--------------------|------|--------------------|
| Nome da Empresa   | Unilever do Brasil | CNPJ | 07.425.124/0001-53 |
| Código da Empresa | UNILEVER DO BRASIL |      |                    |

01.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ em Mil)

| Item | Descrição                             | 1º Trimestre 2006 | 1º Trimestre 2005 | 1º Trimestre 2004 |
|------|---------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1    | Vendas                                | 1.111.111         | 1.111.111         | 1.111.111         |
| 2    | Despesas de Venda                     | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 3    | Despesas de Administração             | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 4    | Despesas de Desenvolvimento           | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 5    | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 6    | Despesas de Impostos e Contribuições  | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 7    | Despesas de Depreciação e Amortização | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 8    | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 9    | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 10   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 11   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 12   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 13   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 14   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 15   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 16   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 17   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 18   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 19   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 20   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 21   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 22   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 23   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 24   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 25   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 26   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 27   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 28   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 29   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 30   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 31   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 32   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 33   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 34   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 35   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 36   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 37   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 38   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 39   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 40   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 41   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 42   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 43   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 44   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 45   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 46   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 47   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 48   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 49   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |
| 50   | Despesas de Provisões e Contingências | (111.111)         | (111.111)         | (111.111)         |

11.01 IDENTIFICAÇÃO

|          |                |                   |
|----------|----------------|-------------------|
| 11.01.01 | 11.01.01.01    | 11.01.01.01.01    |
| 11.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 |

11.01 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (R\$ em Mil)

| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
|----------|-------------|----------------|-------------------|----------------------|
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |
| 11.01.01 | 11.01.01.01 | 11.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01 | 11.01.01.01.01.01.01 |



DI D1 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                   |                    |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Nome da Empresa | Nome da Companhia | CNPJ               |
| COMERCIAL       | COMERCIAL         | 02.409.144/0001-92 |

D2 D1 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (R\$ em Mil)

| Origem | Descrição                                    | 2006 (R\$ em Mil) | 2005 (R\$ em Mil) | 2004 (R\$ em Mil) |
|--------|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| 2.1.1  | Recursos gerados nas operações correntes     | 1.174             |                   |                   |
| 2.1.2  | Outros                                       | 402               | 1.174             | 1.174             |
| 2.1    | Recursos gerados nas operações correntes     | 1.576             | 1.174             | 1.174             |
| 2.2    | Recursos gerados em operações de longo prazo | 7.301             | 7.301             | 7.301             |
| 2.2.1  | Recursos gerados em operações de longo prazo | 7.301             | 7.301             | 7.301             |
| 2.2.2  | Recursos gerados em operações de longo prazo |                   |                   |                   |
| 2.2    | Recursos gerados em operações de longo prazo | 7.301             | 7.301             | 7.301             |
| 2.3    | Recursos gerados em operações de longo prazo | 1.174             | 1.174             | 1.174             |
| 2.3.1  | Recursos gerados em operações de longo prazo | 1.174             | 1.174             | 1.174             |
| 2.3.2  | Recursos gerados em operações de longo prazo |                   |                   |                   |
| 2.3    | Recursos gerados em operações de longo prazo | 1.174             | 1.174             | 1.174             |





RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO  
CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
BPP - BOLSAS DE PREÇOS E PREÇOS DE MERCADO  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00000000

COTIL ENERGIA S.A.

Investigação Retardada

Legislação Societária  
DATA BASE 31/12/2008

C2 429.144/0000 00

12.11 - PREVENIR DOS AUTORES INDEPENDENTES - SEM RESERVA

São Paulo, 25 de janeiro de 2007

DELLI ELOI TORCHETTI GEMINIS,  
Auditores Independentes  
CRC 002 SP/0130911-8

Walfson Arpoundos Santos  
Contador  
CRC 001 SP/18550711-4



# Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energia S.A. (CPFL Energia) submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016. Todas as comparações realizadas neste Relatório foram em consideração dos dados consolidados em relação ao mesmo período de 2015, exceto quando especificado em contrário.

## 1. Considerações Iniciais

A CPFL Energia alcançou um resultado operacional sem precedentes na sua história, o que ratifica o êxito e disciplina na execução de seu planejamento estratégico de longo prazo. A agenda da Companhia – ancorada no crescimento sinérgico, na eficiência operacional, na disciplina financeira, na sustentabilidade e responsabilidade corporativa e no governança corporativa diferenciada – conduziu a CPFL Energia a liderança no mercado de distribuição, com participação de 14,7%, e no de comercialização, com 27% no País. A receita bruta aumentou 12,1% e a receita operacional líquida, 15,2%. A geração operacional de caixa registrou variação ainda mais positiva: o EBITDA cresceu 31,8%. O lucro líquido do período alcançou a marca histórica de R\$ 1.404 milhões, com crescimento de 37,5%.

As aquisições da Companhia a posicionaram como um dos grupos mais poderosos do setor elétrico. Em maio de 2016, passou a deter 59,76% da R.A. Grande Energia

### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

RGE, distribuidora com mais de um milhão de clientes, que atua nas regiões norte e nordeste do Estado de Rio Grande do Sul – base operacional de importantes indústrias do Estado. Em agosto, comprou participação adicional de 11% da UHE For do Chapadão e, em outubro, 99,95% da Companhia Luz e Força Santa Cruz, que atua em 24 municípios no Estado de São Paulo, além de três municípios no Estado do Paraná. Essas aquisições estão alinhadas com a estratégia de ampliação da participação da CFE, Energia no setor elétrico brasileiro.

No exercício, as vendas totais de energia aumentaram 7,2%, sendo que no mercado livre esse incremento atingiu 41,1%. A CFE, Energia também avançou na ampliação da capacidade de geração que passou de 915 MW para 1.077 MW, devendo alcançar 2.007 MW em 2010. Foram concluídas as obras da UHE Campos Novos (coereração comercial em fevereiro de 2007), iniciadas a construção da UHE For do Chapadão e a reatenação das RCHs Capão Preto e Chibarro.

A operação da CPFL Paulista e da CPFL Piratininga expressa o compromisso estratégico da Companhia com a eficiência operacional: as empresas assumem os melhores índices de qualidade de fornecimento de energia do Brasil, medidos pelo OEC (Ouração Equivalente de Interrupção por Cliente) e pelo IEL (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente). A RGE, em apenas seis meses sob controle operacional do grupo, também apresentou melhora significativa no desempenho de seus indicadores de qualidade de fornecimento. A CPFL Brasil, comercializadora do grupo, também impulsionou os negócios, com o aumento da sua base de clientes.

O perfil de endividamento simplifica para o mercado a disciplina financeira imposta pela Companhia, visto que o custo da dívida manteve-se praticamente inalterado, mesmo com o aumento do endividamento total em 3,8% em 2006. O rigor no desempenho econômico-financeiro e o compromisso com o crescimento sustentável das operações permitem planejar, para os próximos quatro anos, investimentos superiores a R\$ 1 bilhão para intensificar os negócios de distribuição, geração e comercialização.

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

As melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade corporativa evoluíram significativamente no ano. Destaque para a publicação do novo Código de Ética, alinhado aos preceitos da Lei Sarbanes-Oxley. A revisão do Código foi precedida de um profundo processo de reflexão interna realizada nas empresas do grupo.

Em outra frente, os investimentos na repotenciação e modernização das Pequenas Centrais Hidrelétricas, sem nenhum impacto ambiental, representam avanço no uso de tecnologia limpa, ou seja, contribuem para a redução da emissão dos gases que causam o efeito estufa e facilitam a Companhia a comercialização de créditos de carbono, no âmbito do Protocolo de Kyoto. As ações ambientais da Companhia também beneficiaram a conservação da fauna aquática nas bacias hidrográficas de São Paulo e a arborização urbana. Por essas situações, e em diversas outras frentes de atividades, a CPL Energia foi destacada como "Empresa Modelo" pelo Guia Exame de Boa Cidadania 2006, em avaliação da revista Exame.

As políticas de valorização da diversidade no âmbito interno e as atividades de desenvolvimento profissional, entre outras ações, mantiveram motivados os colaboradores de toda Companhia. O resultado foi a inclusão da CPL Energia, pelo 5º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil, em avaliação organizada pelas revistas Exame e Valor S.A.

Esse conjunto de ações, desenvolvidas ao longo de 2006, indica que a Companhia continua expandindo-se organicamente, com visão estratégica e foco na sustentabilidade dos negócios no longo prazo. A CPL Energia se preparou para o momento de consolidação do setor elétrico e agora colhe os resultados da sua estratégia.



## 2. Comentário sobre a Conjuntura

### AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica doméstica sentiu os efeitos da apreciação cambial e das juros reais ainda elevados, que se refletiram em um crescimento apenas modesto da produção industrial e do Produto Interno Bruto – PIB. Em contrapartida, o mercado de consumo interno mostrou dinamismo acima do previsto, sustentado pelos aumentos reais do salário mínimo e da renda média, pela concessão de benefícios sociais e pela continuidade da expansão do crédito. Setores específicos da agroindústria também apresentaram desempenho positivo, notadamente açúcar e álcool, suco de laranja e café – atividades com forte intervenção na economia paulista.

O cenário macroeconômico esperado para 2027 contempla a expectativa de aceleração da atividade econômica, detida por uma ampliação do investimento público e pela criação de mecanismos de estímulo ao investimento privado, num contexto de preservação da estabilidade macroeconômica.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano foi marcado pela consolidação do ambiente regulatório, representado pelo conjunto de atos normativos da Anel. Nesse contexto, merece destaque a metodologia que vigorará no 12º ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, definida por meio da publicação da Resolução Anel nº 224/00. Adicionalmente, a regulamentação das condições gerais para incorporação das redes particulares, por meio da Resolução Anel nº 229, terá impactos positivos na composição da base de ativos da CPFL Paulista e da RGL nos próximos anos. Por fim, a regulamentação das condições para comercialização de energia elétrica oriunda de fontes renováveis para consumidores com cargas superiores a 500 kW criará novas oportunidades para a CPFL Brasil, comercializadora do grupo, com impacto no mercado livre de energia nos próximos anos.



RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ - 06.908.734/0001-90 - RUA ANTONIO CARLOS MATEUS, 100 - JARDIM

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Retrativa

Registração Societária

DATA BASE 30/12/2005

CNPIS - C

CPEL ENERGIA S.A.

C2 429.144/0000 02

13.11 - DEBENTURDO DA ADMINISTRAÇÃO

referente ao 1º e 2º da CPEL Pratinha

No ano de 2005 foram aprovados os seguintes percentuais no processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA:

| Empresa       | Reajuste Médio | Data         |
|---------------|----------------|--------------|
| CPEL Pratinha | 13,83%         | Abril/2006   |
| RGL           | 13,19%         | Abril/2006   |
| CPEL Pratinha | 13,79%         | Outubro/2006 |

### Segmento de Geração

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contém cláusulas específicas de reajuste tendo como principal referência a variação anual med. da pelo IGP-M.

## 3. Desempenho Operacional

### VENDAS DE ENERGIA

#### Vendas Totais de Energia

| Vendas de Energia - GWh |        |        |        |
|-------------------------|--------|--------|--------|
|                         | 2006   | 2005   | Var. % |
| Mercado Livre           | 31.776 | 31.236 | +1,7%  |
| Mercado Fixo            | 9.334  | 7.121  | +31,1% |
| Total                   | 41.112 | 38.357 | +7,2%  |

As vendas totais de energia do grupo CPEL, por meio das segmentos de distribuição e comercialização, foram de 41.112 GWh, representando um aumento de 7,2% em

SEMPRE POR UM BOM PREVENIR.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
BPF - BANCOS PARANAENSES, BRASILEIROS E FIAT PARANÁ  
ENREDA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Retardada

Legislação Societária  
DATA BASE 30/12/2005

00000000

CPL ENERGIA S.A.

C2 429.14470000 00

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

relação ao mesmo período do ano anterior. Esse incremento deve-se, principalmente, à aquisição dos 32,7% de RGE. Em conjunto, o efeito, o crescimento seria de 3,9%.

As vendas para o mercado cativo totalizaram 31.778 GWh, o que significa uma expansão de 1,7% em relação a 2005. Esse aumento também deve-se à compra de RGE. Excluída tal efeito, ocorreria uma redução de 2,4%.

No mercado livre as vendas atingiram 9.334 GWh, um aumento de 71,1%. Esse crescimento deve-se à conquista, pela comercializadora do grupo, de clientes que migraram do mercado cativo para o mercado livre e também pela expansão do consumo da base de clientes livres da própria comercializadora do grupo.

#### Mercado Cativo

| Mercado Cativo - GWh |               |               |             |
|----------------------|---------------|---------------|-------------|
|                      | 2006          | 2005          | Var. %      |
| Residência           | 9.480         | 8.783         | 8,0%        |
| Industria            | 10.882        | 11.600        | -6,2%       |
| Comercial            | 8.724         | 8.301         | 5,0%        |
| Rural                | 1.066         | 1.730         | -38,4%      |
| Outros               | 3.717         | 3.467         | 7,2%        |
| <b>Total Cativo</b>  | <b>34.778</b> | <b>34.214</b> | <b>1,7%</b> |

As principais variações no mercado cativo ocorreram nas seguintes classes de consumo:

- Classe Indústria: redução de 6,2%, devido à migração de clientes para o mercado livre;
- Classes residencial e comercial: aumentos de 8,0%, devido a elevações reais de rendimentos da massa salarial, estimulada pela baixa da inflação e aumento do salário mínimo, bem como pela aceleração das vendas de eletrodomésticos impulsionadas pelo aumento do crédito consignado;
- Rural: aumento de 38,4%, devido ao menor índice pluviométrico no ano (abaixo da média histórica), que levou ao maior uso de irrigação;



RENDIMENTO POR UNIDADE DE CAPITAL

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
BPF – BANCOS PARANAENSES, BRASILEIROS E  
FRANCO-ALCANZAS PARA O COMÉRCIO DE  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

CPFL E

CPFL ENERGIA S.A.

Investigação Retorno

Regulação Setorial  
DATA BASE 30/12/2008

C2 429.144.0000 23

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

Desconsiderando o efeito da compra de 22,7% do capital da RGE, a classe industrial apresentava uma redução de 11,1% e as classes residencial, comercial e pura, um aumento de 4,7%, 4,9% e 4,1%, respectivamente.

Para mais detalhes referentes à venda de energia elétrica (venda em RS, em kWh, por classe de consumo e número de consumidores), ver Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

#### Perdas Comerciais

As distribuidoras CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE mantêm ações permanentes visando à redução de perdas comerciais, sejam de ordem técnica (reparo e substituição de medidores, por exemplo) ou de prevenção a ligações clandestinas. Foram realizadas inspeções em 557 mil unidades consumidoras, número 33% superior às 420 mil realizadas no exercício anterior, sendo substituídas 124 mil medidores baseados ou avariados.

Com isso, o índice de perdas comerciais da CPFL Paulista foi reduzido para 2,5% na CPFL Piratininga a redução foi mais expressiva, atingindo 1,8%, e na RGE o índice foi de 2,2%. Isso representou uma recuperação de receita de R\$ 136 milhões.

#### Qualidade dos Serviços Prestados

As distribuidoras da CPFL Energia investem permanentemente na melhoria na qualidade do fornecimento de energia elétrica e dos serviços prestados aos seus clientes. Para isso, desenvolvem programas contínuos de melhoria na gestão operacional, na organização da logística de serviços de atendimento a emergências, na realização permanente de inspeções e manutenções preventivas das subestações e das redes e linhas de distribuição. Investem também na qualificação dos seus profissionais, em reuniões de ponta, na padronização dos processos de trabalho e na compartilhamento das melhores práticas de gestão operacional entre as distribuidoras do grupo.

2008-2009 13.11.04

W3 - 31

#### 13.11 - DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO

Os resultados dessas ações podem ser verificados pela evolução dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica, bem como por sua comparação com os indicadores OEC e FEC divulgados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Anel. As distribuidoras analisadas registraram um médio de 16,00 horas para o OEC e de 12,30 vezes para o FEC. O OEC apresentado pela CPFL Paulista e CPFL Piratininga foi de 6,35 e 6,75 horas respectivamente, o FEC foi de 5,45 vezes na CPFL Paulista e de 5,67 na CPFL Piratininga, ambos os indicadores abaixo da média nacional. Na RGE o OEC foi 19,92 horas e o FEC 12,26 que representa uma redução de 21,6% e 24,9%, respectivamente em relação ao ano anterior.

#### Universalização dos Serviços

As distribuidoras CPFL Paulista e a CPFL Piratininga foram as primeiras a terem seus mercados 100% universalizados no Brasil. A Companhia Luz e Força Santa Cruz, adquirida em dezembro de 2006, também já possui seu mercado integralmente universalizado.

Na RGE, para cumprir a meta de universalização, ainda resta realizar 5,86% ligações de clientes urbanos e rurais. Em 2007, está previsto investimento de R\$ 35 milhões para a ligação de 4.695 clientes, sendo 2.015 através do programa "Luz para Todos". Os demais 1.170 clientes serão ligados até 2008.

## 4. Desempenho Econômico-Financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras Auditadas e Notas Explicativas.

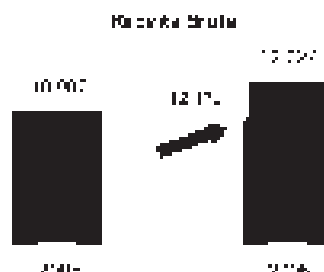
## 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

### Receita Operacional

A receita operacional bruta atingiu R\$ 12.227 milhões, representando um crescimento de 12,1%.

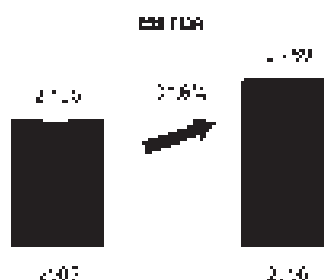
Os principais fatores que contribuíram para a evolução da receita foram:

- i) aumento das vendas totais de energia em 7,3%, conjugado com o reajuste das tarifas das distribuidoras (R\$ 1.150 milhões);
- ii) aumento de 46,4% (R\$ 210 milhões) na receita por uso do sistema de distribuição TUSD; e
- iii) encerramento da cobrança dos encargos emergenciais do Aneel (R\$ 220 milhões).



### Geração Operacional de Caixa — EBITDA

O resultado operacional medido pelo EBITDA ajustado alcançou R\$ 2.789 milhões em 2008, com crescimento de 31,6% (R\$ 609 milhões).



Esse resultado deveu-se principalmente ao aumento de 15,2% na Receita Líquida (R\$ 1.175 milhões), nome que superou o aumento de 6,6% nos custos com energia (R\$

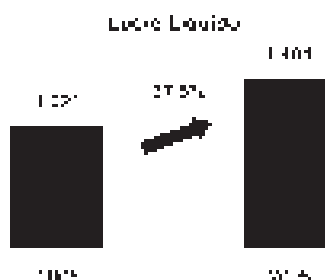
#### 13.11 - DEBITOS DA ADMINISTRAÇÃO

26,1 milhões), e de 20,4% nas despesas operacionais (R\$ 335 milhões), excluindo-se os gastos com Previdência Privada, Depreciação e Amortização.

O EBITDA ajustado é calculado a partir da soma do lucro, impostos, resultado financeiro, depreciação/amortização e entidade de previdência privada, além dos ajustes referentes ao item extraordinário.

### Lucro Líquido do Exercício

A CPL Energia alcançou, em 2005, Lucro Líquido de R\$ 1.404 milhões, com crescimento de 17,5% (R\$ 383 milhões). Esse resultado é decorrente principalmente dos seguintes fatores:



- i) aumento de 31,6% (R\$ 659 milhões) no EBITDA ajustado;
- ii) redução nas gastas com entidade de previdência privada (R\$ 97 milhões);
- iii) aumento de R\$ 50 milhões no resultado não operacional;

No exercício, o lucro líquido por ação foi de R\$ 2,93, com crescimento de 46,7% sobre o lucro de R\$ 1,97 por ação, registrada em 2004.

### Dividendo

A Administração propõe a distribuição de R\$ 1.324 milhões em dividendos, o que representa 94% do Lucro Líquido do Exercício e R\$ 2,78 por ação. Com isso a empresa supera a distribuição mínima de 50% do lucro líquido previsto em sua política de dividendos.

## 13.11 - DEBENTURSO DA ADMINISTRAÇÃO

### Endividamento

O endividamento da CPTL Energia totalizou R\$ 5.158,4 milhões, que representa um aumento de 3,8%. Embora a dívida tenha aumentado em valores nominais, o custo reduziu-se de 13,9% a a em 2005 para 13,4% a a em 2006 devido à queda do CDI e da TLP no ano, compensada parcialmente pela elevação do JGP-NYJGP-DI.

O aumento do endividamento é decorrente, principalmente, do efeito líquido da incorporação da parcela da dívida da RGE, após a aquisição da participação de 22,7%. Também contribuíram para a movimentação do saldo da dívida os seguintes fatores:

- (i) liquidação do Gostiny Sate Notes (R\$ 232 milhões) e de Debêntures da CPFL Paulista (R\$ 805 milhões);
- (ii) emissões de debêntures pela CPFL Piratininga (R\$ 450 milhões) e CPFL Paulista (R\$ 640 milhões);
- (iii) contratação de dívidas atreladas ao CDI pela RGE (R\$ 140 milhões), e liberações do UNOLS (R\$ 334 milhões) para a CPFL Paulista, CPFL Piratininga e projetos de geração.

Em relação à dívida financeira da CPFL Energia, é importante destacar que R\$ 4,3 bilhões, ou 82,3% do total, são considerados de longo prazo.

Como consequência do aumento da dívida financeira, constatou-se o aumento da dívida líquida ajustada, calculada a partir da soma total de empréstimos e financiamentos e derivativos somados à dívida com Entidade de Previdência Privada), excluindo-se o ativo regulatório/CVA e as disponibilidades de caixa, que apresentou crescimento de 19,4% atingindo o total de R\$ 4.415,9 milhões. É importante destacar que houve melhora na relação Dívida/EBITDA, que ficou em 1,5 vez.

### Inadimplência

No segmento de distribuição de energia elétrica, como resultado da estorça de negociação e cobrança de débitos, além da intensificação e da eficácia dos cortes no fornecimento de energia, o índice de inadimplência, calculado sobre as contas de

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

energia vendidas há mais de 53 dias, registrou redução na CPFL Paulista, na CPFL Piratininga e na RGE. Na CPFL Paulista o índice alcançou 1,35% (redução de 6,3%), na CPFL Piratininga o índice foi de 1,25% (redução de 1,5%); e na RGE o índice registrou 3,7% (redução de 11,8% sobre 2004).

Vale ressaltar que nos segmentos de geração e comercialização de energia elétrica no encerramento do exercício, não havia nenhum valor a receber em decorrência de inadimplência, referentes aos contratos existentes.

## 5. Investimentos

### Investimentos na Operação

Em 2006, foram realizadas investimentos de R\$ 797 milhões na expansão e na manutenção das regiões, sendo que R\$ 507 milhões foram direcionados para o segmento de distribuição, R\$ 266 milhões para o segmento de geração e R\$ 4 milhões para o segmento de comercialização.

Entre os principais investimentos da CPFL Energia destacam-se:

- Segmento de Distribuição: foram feitos investimentos na expansão do sistema elétrico para atender o crescimento do mercado consumidor. Em 2006 foram realizadas 141 mil novas ligações. Também foram destinados investimentos para manutenção e melhorias do sistema elétrico, para infra-estrutura operacional, sistemas de suporte operacional e para o programa de pesquisa e desenvolvimento;
- Segmento de Geração: foram destinados principalmente para a conclusão da UHE Barra Grande e para os empreendimentos em construção – Complexo Coran, UHE Carrões Novos e para outros investimentos, como as reabilitações das PCUs Uvaíra Fekete, Uvaíra Preto e Uvaíra Verde;
- Segmento de Comercialização: aprimoramento dos sistemas de gestão de portfólio e risco;

## 13.1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

## Aquisições e Alianças

Em 2006, a CPFL Energia também realizou investimentos em aquisições, que permitiram a ampliação de sua participação no mercado brasileiro de energia elétrica, bem como realizou a venda da participação detida na Companhia de Gás de São Paulo (Cogas).

### Aumento de participação na RGE

Em 16 de novembro de 2007, a CPTC Unesp e o município de Pôrto Alegre do Sul assinaram o acordo de cooperação, pelo qual definiu a infraestrutura básica da Pôrto Alegre Unesp, da Pôrto Alegre Unesp e do Pôrto Alegre Unesp, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social da região.

Se trata de un estudio de cohorte. El personal de enfermería participantes de 39 años en 2014 y 59,87% de edad femenina. El tiempo de la OPA fue de 4,16 años. El nivel de escolaridad fue de 10 años (67,7%), 11 años (22,3%), 12 años (8,5%), 13 años (1,4%) y 14 años (1,1%).

### Aumento de participação na UME Foz do Iguaçu

Em agosto de 2006, a CPFL Energia adquiriu da controlada CPFL Geração adquirente participação adicional de 11% na Condor Energia S/A (Foz do Chapeiro - CELC (Foz do Chapeiro)) por valor de R\$ 9 milhões. Com essa aquisição, o Grupo CPFL passou a deter 51% da participação total na usina Foz do Chapeiro, com investimento adicional de R\$ 200 milhões, representando um acréscimo de 47,5 MW à geração na Energia Asscurada.

### **Aquisição da Companhia Luz e Força Santa Cruz**

A EPF, Energia, em dezembro de 2006, possui 95,95% da capital da Companhia Luz e Força Santa Cruz, pelo valor de R\$ 203 milhões. A Santa Cruz é uma concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atua em 21 municípios do Estado de São Paulo e em 3 no Estado do Paraná. A área de concessão é de 11.594,3

#### 13.11 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

tem a área comercial compreendendo mais de 151 mil consumidores, que correspondem a 0,3% do *market share* nacional.

#### Venda de Participação na Companhia de Gás de São Paulo

Em setembro de 2006, a CPFL Energia vendeu a totalidade de sua participação no capital da Companhia de Gás de São Paulo (Gaspas). O valor líquido da venda foi de R\$ 63,9 milhões.

## 6. Governança Corporativa

Em 2006, a composição do Conselho de Administração da CPFL Energia foi alterada, passando de onze para sete membros, dentre os quais, eleito um conselheiro independente. Um novo modelo de Governança Corporativa também foi implementado, com foco no aprimoramento do processo decisório, e as atribuições delegadas pelo Conselho de Administração aos sete Comitês de Assessoramento anteriormente existentes, foram redistribuídas em três novos Comitês: Comitê de Processos de Gestão, Comitê de Partes Relacionadas e Comitê de Gestão de Pessoas.

Deve ser ressaltado que, desde o ano de 2004, o Conselho Fiscal da Companhia também exerce as atribuições de Comitê de Auditoria, de acordo com a exceção aplicável a as companhias estrangeiras listadas em bolsa de valores nos Estados Unidos, pela Securities and Exchange Commission (SEC).

Em 2006, foram intensificados os esforços de adequação dos controles e procedimentos internos (compliance) às exigências da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Foram também foram documentados 120 processos de negócio, e realizados o mapeamento e avaliação da eficácia de 855 controles relacionados. Também foi implementado um sistema de gerenciamento de controles internos, para permitir a avaliação dos controles e processos, pelos gestores, bem como, uma certificação assercente dos processos de negócio.



#### 13.11 – DEBENTURSO DA ADMINISTRAÇÃO

A CPFL Energia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado da Nova Mercado da Bovespa, conforme Cláusula Com promissória constante de seu Estatuto Social.

A Companhia integra a lista de importantes indicadores que reúnem empresas com práticas diferenciadas de Governança Sustentável e Responsabilidade Corporativa, tais como o Índice de Governança Corporativa – IGC, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado – ITAD e o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da Bovespa. Adicionalmente, como resultado do aumento volume diário de negociação de suas ações, durante o exercício de 2006, na Bovespa, a CPFL Energia, a partir de janeiro de 2007, passa a fazer parte do Índice Brasil 50 – IBX50.

A CPFL Energia foi inserida, pela segunda vez consecutiva, na publicação “Estudos de Caso de Boa Governança Corporativa”, organizada pela Organization for Economic Cooperation and Development – OCDE e pela International Finance Corporation – IFC, como uma das 100 empresas de destaque na América Latina, em práticas diferenciadas de Governança Corporativa.

## 7. Mercado de Capitais

A CPFL Energia, atualmente, com 77,08% de ações em circulação no mercado, tem suas ações negociadas no Brasil (Bovespa) e na bolsa de Nova York (NYSE).

As ações da CPFL apresentaram variação de 16,6% na Bovespa e 26,6% na NYSE, encerrando o ano encetado a R\$ 30,00 por ação e US\$ 41,48 por ADR, respectivamente. Desde o IPO a valorização foi de 99,3% na Bovespa e de 127,7% na NYSE.

O volume médio diário de negociação foi de R\$ 17,4 milhões, sendo R\$ 9,1 milhões na Bovespa e R\$ 8,1 milhões na NYSE – aumento de 145,8%. O desempenho das ações da CPFL Energia na Bovespa, em 2006, possibilitou a sua inclusão, a partir de janeiro de 2007, no IBX-50, índice que reúne as cinquenta ações mais negociadas na Bolsa

## 8. Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa

As melhores práticas da CPFL Energia e de suas subsidiárias em Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa foram reconhecidas por importantes instituições. As ações replicaram-se nos seguintes campos:

### Ética, Transparência e Excelência: Cumprimento dos Valores CPFL

For lançada a nova edição do Código de Ética e Conduta Empresarial, depois de amplo processo de reflexão interna e de alinhamento dos preceitos do Código à Lei Sarney-Quiry.

A CPFL Energia publicou, pelo quarto ano consecutivo, o Relatório Anual de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Para atender a busca permanente pela excelência e crescimento, o Sistema de Gestão Integrado – SGI é formado por processos estratégicos de trabalho nas empresas, certificados conforme as seguintes normas internacionais: ISO 9001:00, de Qualidade; ISO 14001:04, de Gestão Ambiental; OHSAS 18001:03, de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, e SA 8000:01, de Responsabilidade Social.

Destacou-se, ainda, a introdução da Estratégia Seis Sigma, na CPFL Paulista e na CPFL Piratininga, metodologia que permite identificar oportunidades de melhoria nos processos, com redução de custos. A implantação dessa iniciativa nas Distribuidoras visa à eliminação de eventuais perdas em processos operacionais, tais como deslocamentos indevidos por equipes de campo, a redução de avanços em transformadores de distribuição ou ainda de número de reclamações nos serviços de atendimento aos clientes.

## 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

### Gestão do Relacionamento com os Consumidores

As necessidades dos consumidores são identificadas por meio de pesquisas, participação em comitês e em comissões locais, entre outras atividades. As distribuidoras da CPFL Energia mantêm Conselhos de Consumidores, para avaliar a qualidade dos serviços. Com base nessas informações, investem em melhorias no atendimento.

Como resultado dessa gestão, as distribuidoras do grupo situaram-se entre as melhores do Brasil em pesquisa junto aos consumidores. A CPFL Pratinha foi a vencedora do Prêmio CASO 2003 – Índice Anual de Satisfação dos Consumidores, apoiado pela Anel – Agência Nacional de Energia Elétrica, como Melhor Distribuidora da Região Sudeste do Brasil, na categoria com mais de 400 mil clientes. O Índice de Satisfação dos Consumidores foi de 68,45% na CPFL Pratinha; 65,35% na CPFL Paulista; e de 66,75% na RGE, em todas as casos, superiores à média brasileira de 61,06%.

### Relacionamento com as Comunidades

O Espaço Cultural CPFL desenvolve atividades na sede, em Campinas, abertas ao público externo, e apresenta uma programação sobre a tema 'A Invenção do Contemporâneo: Grande Novas Formas de Vida'. No total, mais de 156 mil pessoas participaram da programação desde o início das atividades, em 2002.

O Programa CPFL de Revitalização das Santas Casas e Hospitais Beneficentes abrange 19 hospitais das regiões de Franca e Piracicaba (SP).

No Projeto Aprender, a CPFL Energia acolhe adolescentes de famílias de baixa renda e orienta seus primeiros passos no ambiente corporativo. Foram beneficiados 119 jovens em 2003.

O Programa de Eficiência Energética da CPFL promove ações pelo uso racional de energia elétrica na administração pública, em serviços, praças e prédios públicos, além de desenvolver os seguintes programas: CPFL nas Escolas; Escuridão junto a Crianças de Baixa Renda; Gestão Energética Municipal e Doação de Lâmpadas Fluorescentes.

O Programa do Voluntariado Cidadão, implantado na CPFL Energia no início de 2004, reuniu mais de 7.000 voluntários, que desenvolvem ações voluntárias nas comunidades da área de atuação das suas empresas.

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO  
CPLH – COMISSÃO DE VALORES REDEMIÇÕES  
CPLP – COMISSÃO DE VALORES REDEMIÇÕES  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Retorno  
Regulação Socialização  
DATA BASE 30/12/2008

00000000

CPLH ENERGIA S.A.

C2 429.144.0000 00

#### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

A CPLH Energia doou mais de R\$ 2 milhões para Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, beneficiando 31 cidades de sua área de atuação. Ao todo, 73 projetos foram apoiados, num total de 274 municípios.

A **Semana do Meio Ambiente**, promovida pela CPLH Energia em Campinas, contou com diversas atividades técnicas e culturais para os públicos interno e externo.

### Influência e Liderança na Cadeia de Negócios

A CPLH Energia aderiu ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e ao Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Também mantém adesão ao Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), ambos estabelecidos pela ONU – Organização das Nações Unidas. A CPLH Energia criou o Fórum pelos Objetivos do Milênio para a disseminação dos ODMs.

No Programa CPLH Conhecer e Crescer – Excelência em Gestão, iniciativa da CPLH Energia para disseminar conceitos de qualidade da gestão e de responsabilidade social para empresas de micro, pequeno e médio portes, foram realizadas 14 encontros, com 554 participantes.

No programa Rede de Valor, criado pela CPLH Energia para disseminar a gestão de responsabilidade social, foi realizado o V Encontro de Fornecedores, com 50 participantes.

A CPLH Energia foi convidada a participar do Programa Tear – Tecendo Redes Sustentáveis de Responsabilidade Social nas Micros, Pequenas e Médias Empresas, desenvolvido pelo BID, Instituto Ethos e Fundo Multilateral de Investimentos – Fumin. Assumiu, então, o compromisso de disseminar boas práticas junto a 15 micros, pequenas e médias empresas de sua cadeia de negócios.

Além dessas iniciativas, desde 2001 a CPLH Energia é associada à Fundação Abrinq.

### Gestão dos Recursos Humanos

2008-2009 13-14-04

pg. 12



#### 13.11 - DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

CO, até o ano de 2012. O Projeto de MDL UHF Monte Clara, do Complexo Gran, aprovado pela Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, contribuirá para a redução da emissão de 850 mil toneladas de CO<sub>2</sub> e de 166 t – Gases de Efeito Estufa.

- Projetos de P&D que geram benefícios ambientais, por exemplo, reduzir ou tratar resíduos, economizar energia e aumentar a eficiência energética.

A CPL Paulista desenvolveu projetos relacionados às Novas Tecnologias em Modelos aplicadas à fabricação de cruzetas, Gaseificador para geração de energia elétrica a partir de resíduos de vários tipos de biomassa, Recuperação de Energia e Vegetação (em parceria com a CPL Piratininga), e Implantação de Sistemas de Geração Distribuída.

Na CPL Piratininga, o "Transformador Verde" utiliza o cas isolante vegetal 100% biodegradável em vez do cas mineral. A empresa também desenvolve o projeto "Sistema de Geração Distribuída Residencial", a partir de um reformador de gás natural e uma célula a combustível de 2 kW.

Foi desenvolvido o projeto-piloto para aquisição de veículos a eletricidade e bateria, além de veículos híbridos, para testes na frota.

#### — Programas Ambientais na Distribuição e Transmissão de Energia:

A CPL Paulista e a CPL Piratininga contam com continuidade aos seguintes programas ambientais:

- Programa de Arborização Urbana, com doação dos municípios de mais de 61 mil mudas;
- Programa de Gerenciamento e Destino Final de Resíduos Perigosos, com novo depósito em Campinas;
- Programa de Coleta Seletiva (separação de papel branco, papelão e plástico);
- Manutenção da Certificação Ambiental ISO 14001:04 para o escopo "Conveniência da Rede de Distribuição de Energia Elétrica com o Meio Ambiente";
- Cadeia Reversa: processo que permite reaproveitamento de materiais e equipamentos obsoletos retirados das redes de distribuição e de transmissão de energia.

Na RGE – Rio Grande Energia destacam-se as seguintes ações:

### 13.11 - DESEMPENHO NA ADMINISTRAÇÃO

- **Projeto Logística Reversa**, que trabalha a reciclagem e a recuperação de cerca de 120 toneladas/mês de equipamentos e materiais avulsos, retornados do sistema elétrico.
- **4ª Etapa da Campanha Árvores Nobres**, com distribuição de 40 mil mudas.
- **5ª Etapa da Campanha de Repovoamento da *Aracária angustifolia***: foram distribuídas 5.000 mudas e 1.500 kg de sementes da árvore.
- **Projeto Matas Ciliares**: coleta de materiais para a construção de cercas de isolamento para recuperação de 1.200.000 m² de áreas situadas em margens de rios.

### — Projetos Ambientais nos Empreendimentos de Geração de Energia:

- A CPFL Centrais Elétricas tem continuado os seguintes programas ambientais:
  - Programa de Controle de Plantas Aquáticas**, com ênfase na retirada das plantas e sua utilização. Foram removidos 34.617 m³, equivalentes a uma superfície de 60,20 ha.
  - Educação Ambiental**: o Projeto da Associação Banco Escola da Natureza, patrocinado pela CPFL, recebeu 18 mil visitantes no ano. As Usinas da CPFL Centrais Elétricas receberam a visita de 2.359 alunos, interessados em informações sobre preservação ambiental.
  - Programa de Conservação da Ictiofauna**: salienta em 340 mil alevins de Cumbata nos rios e reservatórios das bacias hidrográficas das áreas de atuação da Companhia.
- Nos empreendimentos de geração de energia nos quais a CPFL tem participação acionária, foi dada continuidade aos programas ambientais previstos no Projeto Básico Ambiental e no processo de licenciamento das mesmas, com destaque para:
  - A Bacia elevou o plantio de 195.130 mudas de espécies florestais nativas na área de influência da UHE Serra Grande, totalizando 353.583 mudas plantadas de 2004 a 2009; o sucesso do projeto local de resgate e recuperação de espécie ameaçada de extinção.
  - Foram tomadas todas as medidas e precauções necessárias para evitar impactos ambientais adicionais decorrentes de problemas ocorridos noutros Linhas de

#### 13.11 - DEBENTURSO NA ADMINISTRAÇÃO

caso da UHE Campos Novos, que causaram a desvalorização total da reserva. Essas providências mostraram-se eficientes e a FATMA – Fundação do Meio Ambiente autarcu, em novembro de 2008, o fechamento da reserva.

Em 05 de dezembro, a UHE Foz do Chapeco teve sua licença de instalação prorrogada por 11 anos, após ter demonstrado ao IBAMA o cumprimento das ações socioambientais constantes do Projeto Básico Ambiental.

#### – Programas Sociais nos Empreendimentos de Geração de Energia

- Assinado acordo para indenizar famílias indiretamente atingidas pela instalação da UHE Campos Novos. Os pagamentos individualizados às famílias totalizaram R\$ 6 milhões.
- A Enrencon contribuiu ao **Fundo de Desenvolvimento Rural**, para financiar agronegócios coletivos de quatro municípios situados na região de influência da UHE Campos Novos. No final do exercício estavam em andamento 23 projetos, beneficiando cerca de 450 famílias.
- A Enrencon concluiu, ainda, a **restauração e ampliação do Museu Municipal de Campos Novos**, realizou **pavimentação da rodovia SC 455**, entre a Comunidade de Santa Catarina e a cidade de Abdon Balota, com extensão de 11,7 km; além de melhorias e **construção de edificações comunitárias** e de infra-estrutura para comunidades litorâneas não atingidas pela UHE Campos Novos.
- A Base promoveu a **adequação da infra-estrutura dos municípios da área de influência da UHE Barra Grande**, com reforma e construção de escolas, postos de saúde, estradas e instalações diversas, entre outras atividades. As ações das Assessorias Técnica e Social atenderam 100% das 430 famílias beneficiárias do Programa de Remanejamento da População Rural. Entre os resultados, 100% das crianças em idade escolar foram matriculadas e frequentam a escola, e houve acompanhamento dessas mesmas crianças pelo Programa de Saúde da Família (PSF).
- A Enrencon aderiu ao **Fundo de Desenvolvimento da Região Norte-Nordeste de Goiás**, que tem o objetivo de implantar projetos de geração de renda para famílias locais. O Fundo é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e tem a



#### 13.11 - DEBENTURSO DA ADMINISTRAÇÃO

participação da Serviço Brasileira de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Goiás – Sebrae-GO e do MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

#### Reconhecimentos

As empresas do grupo CPFL Energia receberam diversos prêmios em reconhecimento ao seu desempenho nas áreas de gestão, operação e qualidade dos serviços. Alguns destaques são:

- Empresa modelo em Responsabilidade Social (CPFL Energia – Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa);
- Prêmio “Empresa do ano em Comunicação Empresarial” e “Prêmio de Reacionamento com Investidores” (CPFL Energia – Prêmio Aberto Bras.);
- Menor distribuidora de energia elétrica do Brasil (CPFL Paulista – Abradee);
- Menor distribuidora da região sudeste na avaliação do consumidor (CPFL Pratinha – IABQ/Anel);

## 9. Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela CPFL Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Sociedade. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2008, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por este serviço.

## 10. Encerramento e Agradecimentos

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO:

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CNPJ - REGISTRAÇÃO EM ANEXO EM PALESTRADEIRA

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Investigação Retorno

Registração Societária

DATA BASE 30/12/2008

00000000

CPFL ENERGIA S.A.

C2 429.144/0000 00

13.11 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

A Administração da CPFL Energia agradece aos seus acionistas, clientes e fornecedores pela confiança que depositaram na Companhia durante o ano de 2008, aos gestores, pela motivação e envolvimento que transmitiram às suas equipes; e, especialmente, aos colaboradores, pelo empenho, dedicação e esforços para cumprir as metas estabelecidas.

### ***A Administração***

Para mais informações sobre o desempenho desta e outras empresas do grupo CPFL, por favor acesse o endereço [www.cptl.com.br](http://www.cptl.com.br) -

**Relações com Investidores**

Բնակարանային Կոմունալ

1209, 4126 and 306, 079, 124

DATE MADE 11/12/2025

\_\_\_\_\_

CS 429.144:0331 23

## 1153

## 1153

## LEARN

Вспомогательные материалы: 1. С. 171-180, 181-182, 183-184, 185-186, 187-188, 189-190, 191-192, 193-194, 195-196, 197-198, 199-200, 201-202, 203-204, 205-206, 207-208, 209-210, 211-212, 213-214, 215-216, 217-218, 219-220, 221-222, 223-224, 225-226, 227-228, 229-230, 231-232, 233-234, 235-236, 237-238, 239-240, 241-242, 243-244, 245-246, 247-248, 249-250, 251-252, 253-254, 255-256, 257-258, 259-260, 261-262, 263-264, 265-266, 267-268, 269-270, 271-272, 273-274, 275-276, 277-278, 279-280, 281-282, 283-284, 285-286, 287-288, 289-290, 291-292, 293-294, 295-296, 297-298, 299-300, 301-302, 303-304, 305-306, 307-308, 309-310, 311-312, 313-314, 315-316, 317-318, 319-320, 321-322, 323-324, 325-326, 327-328, 329-330, 331-332, 333-334, 335-336, 337-338, 339-340, 341-342, 343-344, 345-346, 347-348, 349-350, 351-352, 353-354, 355-356, 357-358, 359-360, 361-362, 363-364, 365-366, 367-368, 369-370, 371-372, 373-374, 375-376, 377-378, 379-380, 381-382, 383-384, 385-386, 387-388, 389-390, 391-392, 393-394, 395-396, 397-398, 399-400, 401-402, 403-404, 405-406, 407-408, 409-410, 411-412, 413-414, 415-416, 417-418, 419-420, 421-422, 423-424, 425-426, 427-428, 429-430, 431-432, 433-434, 435-436, 437-438, 439-440, 441-442, 443-444, 445-446, 447-448, 449-450, 451-452, 453-454, 455-456, 457-458, 459-460, 461-462, 463-464, 465-466, 467-468, 469-470, 471-472, 473-474, 475-476, 477-478, 479-480, 481-482, 483-484, 485-486, 487-488, 489-490, 491-492, 493-494, 495-496, 497-498, 499-500, 501-502, 503-504, 505-506, 507-508, 509-510, 511-512, 513-514, 515-516, 517-518, 519-520, 521-522, 523-524, 525-526, 527-528, 529-530, 531-532, 533-534, 535-536, 537-538, 539-540, 541-542, 543-544, 545-546, 547-548, 549-550, 551-552, 553-554, 555-556, 557-558, 559-560, 561-562, 563-564, 565-566, 567-568, 569-570, 571-572, 573-574, 575-576, 577-578, 579-580, 581-582, 583-584, 585-586, 587-588, 589-590, 591-592, 593-594, 595-596, 597-598, 599-600, 601-602, 603-604, 605-606, 607-608, 609-610, 611-612, 613-614, 615-616, 617-618, 619-620, 621-622, 623-624, 625-626, 627-628, 629-630, 631-632, 633-634, 635-636, 637-638, 639-640, 641-642, 643-644, 645-646, 647-648, 649-650, 651-652, 653-654, 655-656, 657-658, 659-660, 661-662, 663-664, 665-666, 667-668, 669-670, 671-672, 673-674, 675-676, 677-678, 679-680, 681-682, 683-684, 685-686, 687-688, 689-690, 691-692, 693-694, 695-696, 697-698, 699-700, 701-702, 703-704, 705-706, 707-708, 709-710, 711-712, 713-714, 715-716, 717-718, 719-720, 721-722, 723-724, 725-726, 727-728, 729-730, 731-732, 733-734, 735-736, 737-738, 739-740, 741-742, 743-744, 745-746, 747-748, 749-750, 751-752, 753-754, 755-756, 757-758, 759-760, 761-762, 763-764, 765-766, 767-768, 769-770, 771-772, 773-774, 775-776, 777-778, 779-780, 781-782, 783-784, 785-786, 787-788, 789-790, 791-792, 793-794, 795-796, 797-798, 799-800, 801-802, 803-804, 805-806, 807-808, 809-810, 811-812, 813-814, 815-816, 817-818, 819-820, 821-822, 823-824, 825-826, 827-828, 829-830, 831-832, 833-834, 835-836, 837-838, 839-840, 841-842, 843-844, 845-846, 847-848, 849-850, 851-852, 853-854, 855-856, 857-858, 859-860, 861-862, 863-864, 865-866, 867-868, 869-870, 871-872, 873-874, 875-876, 877-878, 879-880, 881-882, 883-884, 885-886, 887-888, 889-890, 891-892, 893-894, 895-896, 897-898, 899-900, 901-902, 903-904, 905-906, 907-908, 909-910, 911-912, 913-914, 915-916, 917-918, 919-920, 921-922, 923-924, 925-926, 927-928, 929-930, 931-932, 933-934, 935-936, 937-938, 939-940, 941-942, 943-944, 945-946, 947-948, 949-950, 951-952, 953-954, 955-956, 957-958, 959-960, 961-962, 963-964, 965-966, 967-968, 969-970, 971-972, 973-974, 975-976, 977-978, 979-980, 981-982, 983-984, 985-986, 987-988, 989-990, 991-992, 993-994, 995-996, 997-998, 999-1000, 1001-1002, 1003-1004, 1005-1006, 1007-1008, 1009-1010, 1011-1012, 1013-1014, 1015-1016, 1017-1018, 1019-1020, 1021-1022, 1023-1024, 1025-1026, 1027-1028, 1029-1030, 1031-1032, 1033-1034, 1035-1036, 1037-1038, 1039-1040, 1041-1042, 1043-1044, 1045-1046, 1047-1048, 1049-1050, 1051-1052, 1053-1054, 1055-1056, 1057-1058, 1059-1060, 1061-1062, 1063-1064, 1065-1066, 1067-1068, 1069-1



RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Revisão/Atualização Relatório

CPH – COMISSÃO DE VALORES HIDRELÉTRICOS

Legislação: 8063/2014/CA

OPF – OPERAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DATA BASE: 30/12/2015

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

OBJETO

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

#### 14.11 – NOTAS EXPLICATIVAS

##### Participações indiretas:

###### Rio Grande Energia S.A.

A Rio Grande Energia S.A. (RGE) é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, atuando principalmente na distribuição de energia elétrica nas regiões norte e nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 1,1 milhão de consumidores. Possui prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo ser prorrogado por período adicional de no máximo 20 anos.

Em 23 de junho de 2006, a Sociedade adquiriu da Public Service Enterprise Group (PSEG) 100% das quotas de capital da CPFL Serra Lida (CPFL Serra), anteriormente denominada Ipe Energia Ltda.; já a empresa controladora em conjunto da RGE. Com a aquisição, a Sociedade possui a detenção indiretamente 99,76% do capital social da RGE por meio de suas controladas CPFL Paulista (57,87%) e CPFL Serra Lida (32,09%).

###### Companhia Luz e Força Santa Cruz

Em 29 de dezembro de 2005, a Sociedade através da controlada Nova 4 Participações Ltda (Nova 4), adquiriu 99,99% do capital social da Companhia Luz e Força Santa Cruz (Santa Cruz). A Santa Cruz é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária do serviço público de energia elétrica, que atua principalmente na distribuição de energia para 24 municípios localizados no Estado de São Paulo, na região da Serra da Mantiqueira, e em 3 municípios do norte do Estado do Paraná. Possui prazo de concessão que se encerra em 2016, podendo este ser prorrogado por período adicional de 20 anos.

#### 1.2 – Atividades de geração

##### Participações diretas:

###### CPFL Geração de Energia S.A.

A CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração) é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua principalmente como holding no negócio de geração de energia. A Sociedade detém 100% do capital social da CPFL Geração.

##### Participações indiretas:

###### CPFL Centrais Elétricas S.A.

A CPFL Centrais Elétricas S.A. (CPFL Centrais Elétricas) é uma sociedade por ações de capital fechado, concessionária do serviço público de geração de energia elétrica, com prazo de concessão que se encerra em 2027, podendo ser prorrogada por período adicional de 20 anos. Possui 13 potências em usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, com potência total instalada de 115,05 MW e 36 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Centrais Elétricas.

###### SEMESA S.A.

A SEMESA S.A. (SEMESA) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo participar no Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do Aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS). A SEMESA possui parte dos ativos, os quais foram arrendados à FURNAS através de um contrato com duração de 30 anos, iniciado em 1998, que assegura à SEMESA as participações de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW.

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO

Desenvolvimento Relativo

CPI - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CPFL - Companhia de Participações Finais Controladas

Legislação Societária

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DATA BASE 30/12/2005

CPFL S.A.

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

#### 14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

357 MW) e da energia assegurada de 577 MW médios (345,0 MW médios). A SEMCSA Imovel ainda mantém a concessão de apanha e distribuição de energia para FURNAS até 2014, com cláusula de reajuste de preço atrelado à variação do IGP-M. Adicionalmente, a SEMCSA detém a concessão, bem como as respectivas concessões vinculadas à Usina Hidroelétrica de Perleco Silva, localizada no Rio São Luiz, no Estado de Minas Gerais, outorgada em 1998, pela prazo de 30 anos. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da SEMCSA.

##### CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda

A CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. (CPFL Sul Centrais Elétricas) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada detentora das usinas Guapore, Andaraíbas, Prato e Sabão, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul. A potência total das quatro PCH's é de 218 MW e a energia assegurada é de 111 MW médios. Em 22 de março de 2006, através das Resoluções 33.34/05 e 06 do Ministério das Minas e Energia (MME), revalorizou um incremento na energia assegurada das PCH's para 245 MW médios. A controlada CPFL Geração detém 100% do capital social da CPFL Sul Centrais Elétricas.

##### BAESA - Energética Barra Grande S.A.

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. (BAESA) é uma sociedade por ações de capital aberto que tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista conforme contrato de concessão é de 630 MW. As duas unidades geradoras com capacidade de 200 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e abril de 2006. A controlada CPFL Geração detém 25,01% do capital social da BAESA.

#### Controladas em desenvolvimento:

A controlada CPFL Geração detém a participação em novos empreendimentos de geração, cuja potência da energia assegurada estará disponível até 2010, aumentando a sua capacidade instalada proporcionalmente à sua participação, para 2.000 MW. Estes empreendimentos com controle em conjunto são:

##### GERAN - Companhia Energética Rio das Antas S.A.

A GERAN - Companhia Energética Rio das Antas (GERAN) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos Rio das Antas, Castro Alves e Itaipu, localizada no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista é de 300 MW. A UHE do Monte Claro iniciou suas operações em dezembro de 2004, sendo que para as demais usinas também iniciou as operações previsto para 2007 na UHE de Castro Alves e 2008 na UHE Itaipu. A controlada CPFL Geração detém 55,00% do capital social da GERAN.

##### Campes Novos Energia S.A.

A Campos Novos Energia S.A. (ENERCAM) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o objetivo de construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Campos Novos (localizado no Estado do Estado de Santa Catarina), cuja potência instalada prevista conforme contrato de concessão é de 880 MW. O início das operações deve ser concluído em 3 de fevereiro de 2007. A controlada CPFL Geração detém 48,72% do capital social da ENERCAM.

**RENDIMENTO POTENCIAL FUNDADO**

Evolução da Retenção

**CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS****CPL – COMERCIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA****ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**

Legislação: 806/2014/CA

DATA BASE: 30/12/2013

**DESCRIÇÃO****CPL ENERGIA S.A.****CZ.429.144-0000-03****1.1.1 – OUTRAS EXPLICAÇÕES****Foz do Chapeço Energia S.A.**

A Foz do Chapeço Energia S.A. (Foz do Chapeço) é uma sociedade por ações de capital fechado, com participação de 50% no Consórcio Energético Foz do Chapeço, que tem como objetivo construir, operar e explorar a Aterroamento Hidroelétrico do Foz do Chapeço (Aterroamento Rio Uruguai) na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista no contrato de concessão será de 855 MW. As obras foram iniciadas no quarto trimestre de 2006 e a unidade em operação comercial, a previsão para 2010. A controlada CPL Energia adquiriu em 2000 100% da Foz do Chapeço junto à Companhia Estadual de Energia Paraná (COPEL), passando a deter 85% da capital social da Foz do Chapeço em indistintamente 51% no Consórcio.

**1.3 – Atividades da comercialização****Participação direta:****CPL Comercialização Brasil S.A.**

A CPL Comercialização Brasil S.A. (CPL Brasil) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo principal a comercialização de energia, a prestação de serviços associados, análise de viabilidade para a comercialização da energia, assessoria em estratégias, institucional e financeiro para compradores e vendedores de energia elétrica e para outras entidades atuantes no setor de energia nacional e internacional. A CPL Brasil está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Sociedade detém 100% da capital social da CPL Brasil.

**Participações indiretas:****Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda**

A Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda (Clion) é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, constituída em 2001, com o propósito de comercializar energia elétrica e de prestar serviços de consultoria na área de energia elétrica. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE. A controlada CPL Brasil detém 100% da capital social da Clion.

**Sul Geradora Participações S.A.**

A Sul Geradora Participações S.A. (Sul Geradora) é uma sociedade por quotas de capital fechado, com propósito principal de participar na capital de outras sociedades. A controlada CPL Brasil durante 2006 adquiriu da antiga CPEL Santa a participação de 37,75% da capital social da Sul Geradora, passando a deter 99,55% da capital social da Sul Geradora.

**CPL Comercialização Come Sul S.A.**

Em 23 de junho de 2006, a Sociedade adquiriu da PSEG 100% das ações da CPL Comercialização Come Sul S.A. (Come Sul). A Come Sul (anteriormente denominada PSEG Trade S/A) é uma sociedade por ações de capital fechado, com o propósito de comercializar energia. Está autorizada a atuar como agente comercializador de energia elétrica no âmbito da CCEE.

**1.4 – Outras Empresas de Participação**

RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO

Revolução Retorno

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação societária

OPF - OPERAÇÕES FINANÇAS PARTICULARES

DATA BASE 30/12/2005

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

DEBEC

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

## 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

### CPFL Serra Ltda

A CPFL Serra é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que tem como objeto participar como acionista ou sócia em empresas do setor de energia elétrica, prestar serviços de manutenção, operação, engenharia, assistência técnica e operacional, a geração, distribuição e transmissão de energia, e outras atividades relacionadas. Atualmente participa em 32,59% no capital social da RGE. A Sociedade detém 100% do capital na CPFL Serra.

### Nova 4 Participações Ltda

A Nova 4 é uma sociedade de quotas de responsabilidade limitada, com propósito de participar no capital de outras sociedades. A partir de 28 de dezembro de 2005 participa em 99,99% na caixa comum da Santa Cruz. A Sociedade detém 100% do capital social da Nova 4.

### Makelala Participações S.A.

A Makelala Participações S.A. (Makelala) é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital. A controlada indireta SEMEÇA detém 100% do capital social da Makelala. Atualmente a Makelala não possui participação em outras sociedades.

## 12) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da controladora e as consolidações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, normas técnicas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEL) e o normas contábeis brasileiras adotadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas, como informações suplementares, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado da controladora e consolidadas para os exercícios de 2004 e de 2005, respectivamente nos ANEXOS I e II.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 - Statement of Cash Flows, no que se refere ao formato de apresentação, em conformidade ao contexto do regime das demonstrações financeiras da Sociedade na Securities and Exchange Commission (SEC).

Conforme comentado na nota 1.1 e 12.1, alguns débitos originalmente pela controladora CPFL Paulista em 31 de dezembro de 2005 foram transferidos para o balanço devedor da Sociedade. Esses ativos foram avaliados a valores contábeis, conforme Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada, na data base de 31 de dezembro de 2005. Portanto, as demonstrações financeiras relativas ao 31 de dezembro de 2005 devem ser analisadas considerando o efeito da redução desses investimentos a partir de 1º de janeiro de 2006.

### 2.1 Sumário das Principais Práticas Contábeis







RENDIMENTO PERÍODICO PERMANENTE

Revisão/Atualização: Setembro

CNH – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CVF – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ENREGE – ENREGE – ENREGE – ENREGE

Legislação: 800.000.000

DATA BASE: 30/12/2005

00000000

CPL ENERGIA S.A.

02.429.144-0000-00

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas (CPL Paulista, CPL Frutimanga, CPL Garça, CPL Brasil, CPL São Paulo, CPL Sergipe, CPL Nova). Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Adicionalmente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade as demonstrações financeiras da CPL Paulista, CPL Garça, CPL Brasil, CPL Nova e São Paulo são consolidadas com as de suas controladas integral ou proporcionalmente, para as controladas em conjunto de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/04.

Respectadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no patrimônio líquido e não em cada ano apresenta-se.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas estão consistentes com aquelas aplicadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de contabilização, relacionadas à avaliação do patrimônio líquido, registrada pela controlada, nomeadamente RGE, que é eliminada no balanço líquido para cálculo de equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

Em 31 de dezembro de 2005, a Sociedade apresentou a reconciliação entre o resultado da controladora e o resultado consolidado, como segue:

|  |                  |
|--|------------------|
|  | <u>2005</u>      |
| Resultado da Controladora  | 948.407          |
| Provisão para obrigações com os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética referente a exercícios anteriores adicionados ao resultado da equivalência patrimonial na controladora e ao patrimônio líquido no consolidado, líquido da esfera do imposto de renda e contribuição social | (4.077)          |
| Resultado Consolidado  | <u>1.021.278</u> |

Não há diferença de saldos de patrimônio líquido entre a controladora e a consolidada em 31 de dezembro de 2005, visto que o item de reconciliação referido acima se anula no patrimônio líquido.

Com a aquisição da CPL Sergipe em junho de 2005, as controladas nomeadas RGE e São Gerador dearam de ser consolidadas proporcionalmente e passaram a ser consolidadas integralmente, tendo seus impactos nos saldos de ativos e passivos e no resultado a partir do mês de junho de 2005.

Para melhor análise das operações efetuadas no exercício de 2006, nota 12.1, que a nota 03 apresenta os principais grupos do balanço patrimonial e a demonstração do resultado, considerando o período e o método de avaliação, apresentando a seguinte como se a mesma tivesse ocorrido no exercício de 2005.

Para a controlada mineira em conjunto OAES, no exercício de 2006, foi reconhecido o efeito da controlada CPL Garça de aplicar um percentual de participação sobre os resultados (efeito minoritário) que a participação que a CPL Garça detém do capital social (Oeste Unificado) em função de acordo firmado entre os acionistas da OAES. O reconhecimento deste efeito não altera esta previsão de OAES-Enrege (CVM/ENREGE nº 31/2006).

No processo de consolidação das demonstrações financeiras da CPL Energia de 31 de dezembro de 2006, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2006.





#### 14.11 – OUTRAS EXPLICAÇÕES

durante o período de racionamento, este valor foi determinado a partir da comparação da redução da venda de energia efetivamente verificada no período do racionamento e a parcela projetada para esse período, considerando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia. Este valor está sendo realizado através da recorta oriunda do reajuste tarifário em benefício das concessionárias para o período de 2007 para a controlada CPFL Paulista e até dezembro de 2006 para a controlada CPFL Paulista, deduzido da parcela de Energia Livre repassada aos geradores. As concessionárias também reconhecem contabilmente a atualização monetária da RTE conforme orientações da ANEEL, a qual determina que sobre o montante financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) que corresponde a 30% dos valores homologados, deve incidir a SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente acrescida de 1% a.a. e sobre os 70% não financiados, incide apenas a atualização pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 31 de dezembro de 2005 as controladas possuem provisão para perdas na realização da RTE no montante de R\$ 142.913, registrada como redução das saldas a receber, calculada com base nas projeções de receitas esperadas pelas controladas, considerando o crescimento do seu mercado, as expectativas de inflação, e nos aspectos regulatórios.

- **Energia Livre** – Corresponde à energia produzida e disponibilizada para o sistema por produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento. As concessionárias de distribuição arrecadam os recursos oriundos do consumo através do reajuste tarifário extraordinário e os repassam aos geradores, resultando na constituição de um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL, sendo o montante com incremento junto ao BNDES, atualizado conforme a SELIC pela taxa simples capitalizada mensalmente e acrescida de 1% a.a. e para o montante sem esse financiamento, atualizado somente a taxa SELIC divulgada pelo BACEN.

A ANEEL, fixou para as controladas CPFL Paulista e CPFL Paulista e Distribuição os percentuais de 24,96% e 22,63%, respectivamente, a serem aplicados sobre o montante arrecadado mensalmente a título de Racionamento Tarifário Extraordinário para repasse às empresas geradoras.

Em função da previsão para o término da cobrança da RTE, janeiro de 2007 para a controlada CPFL Paulista e dezembro de 2006 para a controlada CPFL Paulista, foi constituída provisão para perdas de Energia Livre no montante de R\$ 145.559, situando o registro a crédito da conta "Consumidores em Carteira" e a conta "Perdas e Ganhos".

No caso da controlada indutora RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessão pela distribuidora de sua quota parte de faturamento para o programa de racionamento. Assim como na RTE, a controlada indutora RGE e a controlada CPFL Distribuição possuem em 31 de dezembro de 2005 provisão para perdas na realização de Energia Livre no montante de R\$ 12.980 registrado na conta "Outras Despesas Operacionais" (nota 25).

- **Parcela "A"** – Corresponde à variação dos custos não geradores representados na Parcela "A" das controladas de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2006. Esses custos são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

RENDIMENTO PERIÓDICO PERMANENTE

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CPL - CONTRATAÇÃO DE PRESTADORAS DE SERVIÇOS  
Energia Comercial, Industrial e Outras

Revisão/Atualização Relatório

Legislação: 806/2014/CA  
DATA BASE: 30/12/2005

DESCRIÇÃO: CPFL ENERGIA S.A. C2.429.144-0000-03

#### 14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS

A parcela "A" começará a ser amortizada a partir de fevereiro de 2007 e janeiro de 2008 para as contratas CPFL Piratunga e CPFL Paulista, respectivamente, mediante a amortização de mecanismos análogas de Recuperação Tarifária Extraordinária, de o prazo necessário para atingir o montante requerido.

O CM5 incidente sobre o mecanismo de Recuperação Tarifária, correspondente às receitas a serem faturadas, somente será devido por ocasião da emissão da respectiva fatura de energia elétrica aos consumidores. As controladas CPFL Paulista e CPFL Piratunga, nesse sentido, atuam como meras repassadoras do referido tributo entre os consumidores e a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e portanto, não efetuaram o registro antecipo do referido obrigação.

A movimentação dos saldos relacionados a RLT Energia Livre e Parcela "A" desde suas respectivas homologações em 31 de dezembro de 2005 e a movimentação para a exercício de 2005 e 2006 é como segue:

| Descrição                        | Compendio |               |         |                        |
|----------------------------------|-----------|---------------|---------|------------------------|
|                                  | RTE       | Energia Livre |         | Parcela "A"<br>Liquida |
|                                  |           | Ativo         | Passivo |                        |
| Saldos em 01 de dezembro de 2004 | 684.531   | 255.213       | 429.320 | 262.214                |
| Homologação                      |           | 0             | 0       | 0                      |
| Receitas para Parcela "A"        | 1.400     | 0             | 1.400   | 1.400                  |
| Provisão para Parcela "A"        | 14.000    | 14.000        | 14.000  | 14.000                 |
| Amortização                      | 26.000    | 26.000        | 26.000  | 26.000                 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2005 | 275.931   | 195.213       | 83.717  | 290.214                |

CPFL Energia S.A. e suas controladas  
CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 06.908.110/0001-90  
CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 06.908.110/0001-90

| Descrição  | Compendio |               |         | Parcela "A"<br>Liquida |
|--|-----------|---------------|---------|------------------------|
|  | RTE       | Energia Livre |         |                        |
|  |           | Ativo         | Passivo |                        |
| Saldos em 01 de dezembro de 2004   | 599.711   | 291.129       | 308.582 | 399.762                |
| Homologação  | 100.000   | 100.000       | 100.000 | 100.000                |
| Receitas para Parcela "A"  | 14.000    | 0             | 14.000  | 14.000                 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2005   | 413.711   | 391.129       | 22.582  | 413.762                |
| Amortização de capitalizado em 1 ano de suspensão de pagamentos (acumulada em 1 ano) | 413.711   | 413.711       | 413.711 | 413.711                |
| Saldos em 31 de dezembro de 2006   | 0         | 0             | 0       | 0                      |

CPFL Energia S.A. e suas controladas  
CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 06.908.110/0001-90  
CPFL Energia S.A. - CNPJ nº 06.908.110/0001-90

#### b) Revisão e Reajuste Tarifário

##### b.1) Revisão Tarifária de 2003

- CPFL Paulista

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em abril de 2005 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica de abril de 2003 para a controlada CPFL Paulista, a determinando que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem repositcionadas em 20,25%, repositivando-se em caráter provisório a percentagem de 21,10%. Adicionalmente, determinou a later "X" que reflete as ganhos da produtividade em 1,352% a ser aplicado como aditivo das custos geradores "Parcela B" para os reajustes tarifários anuais subsequentes até a próxima revisão tarifária em abril de 2008.

Dessa forma, para refletir a percentagem definitiva a controlada CPFL Paulista reconheceu no primeiro trimestre de 2005 um passivo regulatório de R\$ 43.888 em contrapartida a um aumento de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (módulo 23) e amortizou a totalidade deste passivo nas mesmas contas contábeis até abril de 2006.

Adicionalmente, a controlada CPFL Paulista vem reconhecendo desde o primeiro trimestre de 2005 um ativo regulatório em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (módulo 23), decorrente da diferença verificada na homologação da tarifa relativa a revisão da taxa de depreciação regulatória de 4,04% ao ano, utilizada pela ANEEL para cálculo da quota de reatuação e a percentagem de 4,65% ao ano, aplicada pela controlada CPFL Paulista, com base nas informações disponibilizadas ao poder concedente. Esse ativo aumentou em 31 de dezembro de 2006 de R\$ 46.045 (R\$ 33.100 em 31 de dezembro de 2005). Em 2006, a ANEEL reconheceu a existência da diferença em favor da controlada e determinou que este ativo regulatório seria considerado no próximo reajuste tarifário de 2007.

##### CPFL Piratininga

Em 22 de outubro de 2003 a ANEEL determinou, em caráter provisório, que a revisão tarifária periódica de outubro de 2003 para a controlada CPFL Piratininga seria de 18,03%. Para manter o equilíbrio da modalidade tarifária e a condição de equilíbrio econômico-financeiro da concessão, o aumento balanceado na tarifa foi de 14,03%.

Em 16 de outubro de 2004 a ANEEL alterou ainda em caráter provisório a revisão tarifária para um percentual de 10,51%.

Em 18 de outubro de 2005 a ANEEL homologou em caráter definitivo o resultado da primeira revisão tarifária periódica da controlada CPFL Piratininga de outubro de 2003, determinando a percentagem de 9,57%. Dessa forma, para refletir a percentagem homologada no exercício de 2005 a controlada CPFL Piratininga complementou o passivo regulatório no valor de R\$ 31.739, em contrapartida à Receita de Fornecimento de Energia Elétrica, para refletir a nova percentagem de revisão tarifária de 10,51% para 9,57%.

Em 14 de outubro de 2006 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 365 e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária Interposto pela Banderante Energia S.A., Banderante e a terceiros, alterou os valores da base de remuneração da controlada CPFL Piratininga que tinha sido homologada em outubro de 2003 e, consequentemente, o resultado da primeira revisão tarifária de outubro de 2003 que era de caráter definitivo, voltou a ter caráter provisório. Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica da controlada CPFL Piratininga fossem repositcionadas em 10,14%. Adicionalmente, o determinou a later "aditivo da later "X" que reflete as ganhos da produtividade em 0,8011% a ser aplicado como aditivo dos custos geradores "Parcela B" para os reajustes tarifários anuais subsequentes, devendo o percentual "na" ser estabelecido quando da definição da percentagem definitiva decorrente da próxima revisão tarifária.



#### 14.11 – OUTRAS EXPLICAÇÕES

Dessa forma, para refletir o novo percentual previsto definido pela ANEEL, a controlada CPFL Pratinha continuou alijada regulatória e a controladora da Receita de Fornas marco da Energia Elétrica no montante de R\$ 25.370 mil, inclusive os efeitos de PIS e COFINS.

A Resolução ANEEL nº 376, de 15 de agosto de 2001, que trata da atuação da perda de usas da Onerante e a transferência para a respectiva área de concessão a controlada CPFL Pratinha estabeleceu que, na primeira reunião tarifária periódica prevaleceria o maior índice aplicado entre as duas concessões. Como a Bandeira elctrica teve um índice de 10,14% e a controlada CPFL Pratinha de 11,52%, prevaleceu o índice de 11,14%.

#### b.2) Respostas Tarifárias de 2005

##### • CPFL Paulista

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 313, de 08 de abril de 2005, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada em um percentual médio de 10,63%, sendo 7,12% relativo ao reajuste tarifário anual e 3,51% relativo a componentes financeiros. Os componentes financeiros são representados basicamente pela Conta de Compensação de Salários de Pessoal Parcela A (CVA), sobras e folgas de energia, correção dos custos de aquisição de energia de Itaipu e descontos aplicados na cobrança da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUSD).

Das componentes financeiras repassadas à tarifa, foram consideradas no Anuário de 2005 alguns regulamentos referentes aos custos de aquisição de energia de Itaipu não contemplados no reajuste de 2005 no montante de R\$ 15.162 (R\$ 33.238 em 31 de dezembro de 2005) e os custos alguns regulamentos no montante de R\$ 1.863. Em relação a sobras e folgas de energia e TUSD vide item b.4 e b.5.

Adicionalmente, a ANEEL verificou e complementou, através do Ofício nº 332/ANEEL, de 29 de dezembro de 2005, o valor da CVA contemplada no reajuste tarifário de 2005. Desta forma a controlada CPFL Paulista reconheceu em 31 de dezembro de 2005 um ativo precatória de R\$ 10.270 registrada em Despesas Pagas Antecipadamente, tendo como contrapartida a conta da Receita Operacional.

A ANEEL também considerou a aplicação no disposto da art. 118 da Lei nº 11.181/2005, que determinou a devolução por parte das geradoras do montante de R\$ 32.660 acumulada em função dos efeitos da majoração da alíquota de PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Essa devolução está ocorrendo em 12 parcelas mensais a partir de maio de 2005. Dessa forma a controlada CPFL Paulista registrou um ativo em contrapartida ao custo com energia elétrica (incluindo 24) no mesmo valor a resgatar aos consumidores, registrando no passivo custo 24) que representa a energia com energia elétrica (incluindo 24). Adicionalmente em 01 de junho de 2005 a ANEEL reafirmou o valor da devolução dos geradoras para R\$ 15.537, mantendo-se porém o valor de R\$ 32.660 a ser devolvido aos consumidores. A preferência será reservada pela ANEEL no próximo reajuste tarifário em 2007.

##### • CPFL Pratinha

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 385, de 19 de outubro de 2005, estabeleceu o Reajuste Tarifário Anual da controlada em um percentual médio de 10,45%, composta como segue: 4,40% relativo ao reajuste tarifário anual e 6,05% relativo a componentes financeiros. Entre as componentes financeiras destacam-se a CVA, sobras e folgas de energia, majoração de PIS e COFINS, descontos aplicados na cobrança da TUSD e as metas da Resolução Tarifária contemplada no item anterior.

#### 14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

A ANEEL também considerou a aplicação do disposto da art. 109 da Lei nº 11.195/2005, que determinou a redução, por parte dos geradores, da montante de R\$ 7.764 em 12 parcelas mensais a partir de novembro de 2005, recebida em função dos efeitos da elevação de PIS e COFINS repassados aos consumidores durante o período tarifário anterior. Dessa forma a companhia CPFL Piratininga registrou uma taxa de antecipação de custos com energia elétrica (incluindo 24%) no mesmo valor e resíduo aos consumidores registrada no passivo em contrapartida à receita com energia elétrica (para 23%).

##### • RGF

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 320 de 18 de abril de 2006, estabeleceu o Regime Tarifário Anual, os custos são indiretos, aumentando as tarifas de energia elétrica em percentual médio de 10,19% composto por 5,07% relativo ao reajuste tarifário anual e 5,12% relativo aos componentes tarifários financeiros, entre eles, ao ajuste anual. Entre os componentes destacam-se a CVA e o desconto aplicado na TJSU.

Adicionalmente a ANEEL informou, através do Ofício nº 177/ANEEL de 25 de julho de 2006 que o Índice do Reajuste Tarifário Anual de 2006 foi concluída com o RGF de 10,19%, apresentando variações na base de dados de cálculo de reajuste. A companhia, por meio RGF reconheceu, até 31 de dezembro de 2006, um ativo provisório de R\$ 5.400 registrado em Despesas Pagas Antecipadamente, sendo como contrapartida a conta de Receita Operacional.

##### b.3) Majoração de PIS e COFINS

Retorna-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e a COFINS, apurados através da aplicação da legislação e, por consequência, majoração da tarifa.

Embora as reajustes tarifários de 2005 já contemplam grande parte desses custos, esse assunto deverá ser motivo de regulamentação definitiva após a conclusão de auditoria pública realizada pela ANEEL em 20 de julho de 2005 (convocação ANEEL nº 014/2005), tendo em vista o caráter provisório, estes valores estão sujeitos a eventuais alterações quanto de sua homologação definitiva pelo Órgão Regulador.

##### CPFL Piratininga

Com a Resolução Homologatória nº 366 de 10 de outubro de 2006, a ANEEL homologou o repasse a tarifa no montante de R\$ 34.283 a título de repassos tarifários com os custos de PIS e COFINS, incluindo os valores já considerados na reajuste tarifário de 2005, sendo alinhado neste exercício o registro complementar de R\$ 30.842 na conta de Despesas Pagas Antecipadamente.

Foi de caráter provisório destes valores e considerando as discussões que envolvem a natureza do relatório, a companhia CPFL Piratininga conservadamente optou por constar um passivo no mesmo montante (para 21).

##### b.4) Sobras e Falhas de Energia

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse as tarifas dos custos e, inclusive decorrentes das sobras e falhas de energia elétrica. Em face de 2% do custo de carga.

#### 14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS

As sobras líquidas de energia referentes ao exercício de 2005 foram colocadas a disposição da CCEE para venda da curta prazo. As sobras consequentemente foram liquidadas ao preço do mercado de curta prazo, inferior ao preço médio definido no Índice de Preço de Tarifa.

As contribuições e realizações das vendas e tarifas líquidas de energia das concessionárias estão sendo contabilizadas como "Despesas Regas Antecipadamente" incluídas em contrapartida a um crédito em "Custo com Energia Elétrica" (linha 24).

#### b.3) Descontos na TUSD e na Imposição

As concessionárias vem reconhecendo alíquotas reg. ativas referente aos descontos esperados aplicados na TUSD referente ao fornecimento de energia elétrica de fontes alternativas conforme disposto na Resolução ANEEL nº 77 de 18 de agosto de 2004 e sobre anuidades de imposição e estrutura conforme disposto na Resolução ANEEL nº 207 de 9 de janeiro de 2006. Esses alíquotas foram registrados em "Consumidores" em contrapartida a conta da "Racola Operacional" que será lançada no mês de agosto/2006.

O quadro abaixo demonstra a movimentação das contas descritas anteriormente relacionadas ao Regime de Regulação Tarifária.

| Descrição                      | 2005          |             |               |             |               |             |               |             |               |             |
|--------------------------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
|                                | Saldo Inicial | Saldo Final | Saldo Inicial | Saldo Final | Saldo Inicial | Saldo Final | Saldo Inicial | Saldo Final | Saldo Inicial | Saldo Final |
| Despesas Regas Antecipadamente | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        |
| Consumidores                   | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        |
| Racola Operacional             | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        |
| Saldo Inicial                  | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        |
| Saldo Final                    | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        | 0,00          | 0,00        |

#### c) Ocorrimento de Custos e Ganhos Tarifários ("CVA")

Referente ao mecanismo de compensação das variações tarifárias, os custos e não os ganhos incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os ganhos estimados no momento da condução do contrato nos regimes tarifários atuais.

Atualmente, são considerados custos não gerenciáveis principalmente as seguintes despesas: (i) tarifa de energia elétrica comprada; (ii) tarifa de transmissão de energia elétrica proveniente do Tapir Brasileiro; (iii) Encargos de Serviço do Sistema; (iv) tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; (v) quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis; (vi) quota de recolhimento à Conta de Desembolso de Energia; (vii) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA. Os valores considerados no CVA são atualizados mensalmente com base na taxa SELIC.

tes da CVA, representada  
para as curvas e para  
exatidão, pelo modo c. 10

[illegible]

de 15 de agosto de 2002  
unidades consumidoras na  
área de saúde para análise  
consumo mensal médio nos  
consumo mensal médio nos  
área específica da área

...com os consumidores do mercado  
...forças e, assim, além de  
...LL, conseguiu uma nova  
...cidade mais ampla desde

2000 年 4 月 15 日

- As principais fontes de financiamento para a Diáspora são recursos

**Journal of Management Inquiry** 18(4)

RENDIMENTO FUNDOS EXTERNOS

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ANPP - ANIMAÇÕES, PARTICIPAÇÕES, PARTICIPAÇÕES

ENREDA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Desenvolvimento Relatário

Legislação: 800.000.000

DATA BASE: 30/12/2005

00000000

CPL ENERGIA S.A.

02.429.144/0000-00

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

|   | Consolidado |         |
|---|-------------|---------|
|   | Ativo       | Passivo |
| Saldo em 31 de dezembro de 2004                 | 43.996      | [5.175] |
| Perda (Ganho) de Reseta                         | 20.729      | [2.731] |
| Amortização Reseta (Término)                    | -           | 0.000   |
| Perda (Ganho) de Reseta (Término)               | [17.941]    | -       |
| Amortização Monetária                           | -           | [322]   |
| Saldo em 31 de dezembro de 2005                 | 47.183      | [5.458] |
| Ativo incorporado ao Consolidado em função da   |             |         |
| Adquisição de Participação Societária (Término) | 1.105       | [1.540] |
| Perda (Ganho) de Reseta                         | 21.058      | [1.357] |
| Amortização Reseta (Término)                    | -           | 4.134   |
| Perda (Ganho) de Reseta (Término)               | [21.210]    | -       |
| Amortização Monetária                           | -           | [232]   |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006                 | 47.893      | [4.896] |

#### (4) - DISPONIBILIDADES

|                           | Consolidado |         | Consolidado |         |
|---------------------------|-------------|---------|-------------|---------|
|                           | 2006        | 2005    | 2006        | 2005    |
| Saldo Bancários           | 23.067      | 591     | 269.369     | 216.368 |
| Adiantamentos Financeiros | 7.729       | 248.861 | 379.861     | 506.752 |
| Total                     | 30.796      | 249.452 | 649.230     | 723.120 |

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maior parte, conforme variação da CDI, contratadas em condições e taxas normais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

#### (5) - CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSIONÁRIAS

Na consolidação o grupo é formado principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica cuja abrangência em 31 de dezembro de 2005 e de 2006 é como segue:

14.11 - DÍTOS EXPLICATIVAS

| Díto/Passivo                | Saldo<br>anterior | Movimentos     |                | Total            |                  |
|-----------------------------|-------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
|                             |                   | 2003           | 2004           | 2003             | 2004             |
| <b>Díto/Passivo</b>         |                   |                |                |                  |                  |
| <b>Díto de Consumidores</b> |                   |                |                |                  |                  |
| Operacional                 | 271.334           | 121.420        | 11.415         | 271.445          | 282.849          |
| Industria                   | 1.127.613         | 47.431         | 12.440         | 1.185.084        | 1.247.724        |
| Comercial                   | 12.415            | 44.444         | 27.127         | 12.589           | 74.011           |
| Outro                       | 27.547            | 5.725          | 1.122          | 28.394           | 33.347           |
| Díto/Passivo                | 38.544            | 1.725          | 4.684          | 38.544           | 45.171           |
| Operacional                 | 21.547            | 2.111          | 4.284          | 21.547           | 25.122           |
| Outro                       | 16.997            | 1.614          | 700            | 16.997           | 19.049           |
| <b>Passivo</b>              | <b>517.875</b>    | <b>275.435</b> | <b>135.442</b> | <b>1.152.755</b> | <b>1.247.175</b> |
| <b>Díto/Passivo</b>         | <b>664.564</b>    |                |                | <b>664.564</b>   | <b>1.247.175</b> |
| Operacional                 | 30.544            | 5.440          | 12.440         | 38.024           | 25.122           |
| Operacional                 | 121.420           |                |                | 121.420          | 121.420          |
| Operacional                 | 1.127.613         |                |                | 1.127.613        | 1.127.613        |
| Operacional                 | 38.544            | 41.994         |                | 78.538           | 78.538           |
| Outro                       | 41.420            |                |                | 41.420           | 41.420           |
| <b>Total</b>                | <b>1.185.209</b>  | <b>293.183</b> | <b>151.551</b> | <b>2.124.953</b> | <b>1.900.556</b> |
| <b>Díto/Passivo</b>         |                   |                |                |                  |                  |
| Operacional                 | 1.127.613         |                |                | 1.127.613        | 1.127.613        |
| Operacional                 | 41.420            |                |                | 41.420           | 41.420           |
| Operacional                 | 21.544            |                |                | 21.544           | 21.544           |
| Outro                       | 21.420            |                |                | 21.420           | 21.420           |
| <b>Total</b>                | <b>152.137</b>    | <b>0</b>       | <b>0</b>       | <b>152.137</b>   | <b>152.137</b>   |

- 4) **Parcelamento de Díto de Consumidores** - Refere-se à negociação de díto de consumidores junto a consumidores principalmente créditos públicos. Parte destes dítos dispõe de garantia de pagamento pelas concessionárias principalmente através de garantias de liquidação de CPFL com intermediação bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas para as montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento foram constituídas provisões para a redução da liquidação futura (para R\$).
- 5) **Operações Realizadas na OCEE** - Os valores relativos à contabilização da OCEE relativos ao período de setembro de 2003 a dezembro de 2003. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2003 decorrente da venda de energia compreende principalmente: (i) R\$ 157 referente a ajustes relativos determinados em função de processos iniciados por Agência de setembro de 2003 referente a ações judiciais que contestam a contabilização da OCEE para o período de setembro de 2003 a dezembro de 2003; (ii) R\$ 35.795 referente a registros contábeis provisórios determinados pela OCEE; (iii) R\$ 4.266 referente a valores negociados bilateralmente pendentes de liquidação; (iv) R\$ 12.254 referente a esmaltes das controladas para ser pagos a CPFL. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses dítos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.
- 6) **Concessionárias e Permissonárias** - Refere-se basicamente a dítos a receber decorrente do fornecimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissonárias efetuados principalmente pelas controladas Semosa e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à criação parcial da Banderante por controlada CPFL. Praticamente todo o valor é recebido através de emissão de notas com valores a pagar.

14.12 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a Sociedade adquiriu o  
a firma a Companhia  
nos correspondente ao  
recursos entregue por  
a acusação da anagra

Preço de R\$ 100,00  
com 1/5% de mais  
das marcas de valor

[illegible]

ycia do UFRJ, pedimos  
 que você envie para  
 o e-mail das ações que  
 quiser para a P&A.

USA, com o apoio de pre-determinados, que de energia no regime para a CLPINS, com que intularam os liberos e mentos a maior que a queda de 2007.

exercício de 2004. A

RENDIMENTO FISCAL FUNDADO

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 EMISSÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamentação: Resolução

Regulamentação: Resolução  
 DATA BASE: 30/12/2005

CÓDIGO: C CVM: ENERGIA S.A. CVM: 02.429.144/0000-03

14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS

controlada C.H. L. Paulista está assegurando o limite dos procedimentos administrativos junto a Receita Federal para fins de a concessão do crédito.

#### (8) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

|  | Comunidade |
|--|------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2004                  | (60.420)   |
| Provisão constante                               | (91.516)   |
| Recuperação de Receitas                          | 25.025     |
| Saldo de Contas a Receber Provisórias            | 50.932     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2005                  | (96.989)   |
| Atenuação provisória de Contas a Receber em 2006 |            |
| Aquisição de Participação Societária (incluindo) | (12.767)   |
| Transferência de Contas a Receber                | (11.494)   |
| Recuperação de Receitas                          | 28.179     |
| Saldo de Contas a Receber Provisórias            | 50.932     |
| Saldo em 31 de dezembro de 2006                  | (96.609)   |

#### (9) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

|                               | Comunidade  |         |             |        |
|-------------------------------|-------------|---------|-------------|--------|
|                               | Curto Prazo |         | Longo Prazo |        |
|                               | 2006        | 2005    | 2006        | 2005   |
| Ativo Regulatório (incluindo) | 177.057     | 142.721 | 19.385      | 24.890 |
| Outros                        | 17.152      | 5.611   | 5.521       | 7.394  |
| Total                         | 194.209     | 148.332 | 24.906      | 32.284 |

#### (10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos créditos da Contribuição Social e Imposto de Renda.



**RENDIMENTO FISCAL PREVISÃO**

Divulgação Restrita

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO PARTICIPATIVAS

ENREDA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação: 807/2011/CA

DATA BASE: 30/12/2023

CÓDIGO:

CNPJ: 08.000.000/0001-91

CNPJ: 02.429.144/0001-93

**14.11 - DÍZIMOS EXPLICATIVAS**

|  | Controladora  |               | Consolidado      |                  |
|--|---------------|---------------|------------------|------------------|
|  | 2008          | 2009          | 2008             | 2009             |
| <b><u>Quilts de Contribuição Social sobre:</u></b> |               |               |                  |                  |
| Bases Negativas                                    | 17.108        | 18.300        | 49.937           | 55.408           |
| Benefício Fiscal em Ação Incorporada               |               |               | 179.007          | 21.774           |
| Diferenças Temporariamente Indeclináveis           | 47            | -             | 24.343           | 51.548           |
| <b>Subtotal</b>                                    | <b>1.205</b>  | <b>18.300</b> | <b>190.341</b>   | <b>228.730</b>   |
| <b><u>Crédito de Imposto de Renda sobre:</u></b>   |               |               |                  |                  |
| Imposto Fixado                                     | 5.1578        | 50.000        | 107.303          | 168.798          |
| Benefício Fiscal em Ação Incorporada               |               |               | 490.726          | 477.211          |
| Diferenças Temporariamente Indeclináveis           | 6.001         |               | 212.680          | 159.204          |
| <b>Subtotal</b>                                    | <b>11.159</b> | <b>50.000</b> | <b>710.689</b>   | <b>705.213</b>   |
| <b>Outras</b>                                      | <b>-</b>      | <b>-</b>      | <b>2.190</b>     | <b>-</b>         |
| <b>Total</b>                                       | <b>12.364</b> | <b>68.300</b> | <b>1.097.547</b> | <b>1.116.441</b> |
| <b>Curto Prazo</b>                                 | <b>9.921</b>  | <b>-</b>      | <b>198.341</b>   | <b>-</b>         |
| <b>Longo Prazo</b>                                 | <b>2.443</b>  | <b>68.300</b> | <b>899.206</b>   | <b>1.116.441</b> |
|  | <b>12.364</b> | <b>68.300</b> | <b>1.097.547</b> | <b>1.116.441</b> |

**Previsão de Recuperação**

A previsão de recuperação com créditos fiscais diferidos registrados no Longo Prazo, decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente indeclináveis e benefício fiscal de Ação Incorporada, está baseada nas projeções de resultados futuros apresentadas pela Controladora Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração, como segue:

|                | Controladora  | Consolidado    |
|----------------|---------------|----------------|
| 2008           | 9.591         | 134.379        |
| 2009           | 10.591        | 99.921         |
| 2010           | 9.591         | 11.956         |
| 2011           | 9.591         | 73.737         |
| 2012           | 9.591         | 95.381         |
| 2013           | 1.591         | 56.433         |
| De 2014 a 2019 | 18.512        | 140.158        |
| De 2017 a 2020 |               | 255.197        |
| <b>Total</b>   | <b>76.997</b> | <b>908.605</b> |

O montante a realizar de 2017 a 2020 refere-se exclusivamente ao benefício fiscal dos juros incorporados registrados pelas controladas, que estão sendo tratados sob o efeito das apuração.

**10.2 - Saldo acumulados de diferenças temporariamente indeclináveis:**

### Developmental Kallman's

1400 5147 40 8002 001 001 001

7174 P25F 4121322506

[illegible]

CZ.432.144:333: 51

## 14 - NOTES EXPLICATIVES

|   | Comunidade |         |        |         |
|---|------------|---------|--------|---------|
|   | 2006       |         | 2005   |         |
|   | CSLL       | IRPJ    | CSLL   | IRPJ    |
| Projetos para Odebrecht                                       | 10.404     | 4.126,9 | 1.147  | 53.512  |
| Projetos de Engenharia e Projeto                              | 1.796      | 20.711  | 5.405  | 20.157  |
| Projetos para Empreendimentos Diversos                        | 1.289      | 21.558  | 1.772  | 15.421  |
| Projetos de Engenharia de Infraestrutura: Tabela de Descontos | 1.795      | 26.211  | 7.952  | 22.287  |
| Projetos de Engenharia de Infraestrutura: Tabela de Descontos | 5.457      | 27.451  | 13.650 | 26.024  |
| Projetos de Engenharia de Infraestrutura: Tabela de Descontos | 1.281      | 17.277  | 990    | 5.027   |
| Projetos de Engenharia de Infraestrutura: Tabela de Descontos | 1.250      | 9.521   | 607    | 3.287   |
| Projetos de Engenharia de Infraestrutura: Tabela de Descontos | 10.050     | 5.115   | -      | -       |
| Projetos  | 1.797      | 9.551   | 7.951  | 7.026   |
| Total   | 74.981     | 212.886 | 51.068 | 185.294 |

10.3 - Reconciliação dos montantes da Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos exercícios de 2006 e de 2005

[illegible]

- a) **Amortização do Ativo -** Refere-se ao valor amortizado originado na aquisição de investimentos não dedutíveis.
- b) **Realização GNC -** Refere-se a depreciação da parcela do custo incremental da concessão financeira controlada realizada pela Lei 9.706/98. Não dedutível para fins de apuração da Contribuição Social.
- c) **Diferença de Taxas de Depreciação -** Trata-se da diferença da taxa de depreciação aplicada pela controlada menor RGE, em função da reavaliação dos ativos (taxa do laudo de reavaliação) e aquela aplicada na empresa via lei nº 11.637/08 (controlada GPF, Paulista). A depreciação a menor da controlada no RGE gera pagamento adicional de imposto de renda e contribuição social. A partir de 2009 iniciou-se a prática de diferimento desses impostos na controlada.
- d) **Realização da Provisão para Perda de Investimento -** Em 2005 a provisão para perda com investimento temporário decorreu para a controlada RGE, em função da alienação de sua controlada Sul Geradora.
- e) **Credito Fiscal Construído -** Refere-se ao crédito construído na controlada sobre o prejuízo fiscal e base negativa. Os créditos registrados estão limitados a 10 anos de projeção e o comprometimento de 2006 refere-se ao ano de construção da projeção e sua respectiva reversão.

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Desenvolvimento Relatário

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação - 800-041414

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

DATA BASE - 30/12/2005

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

CPFL E

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

14.11 - OUTROS EXPLICACIONES

#### (11) OUTROS CRÉDITOS

|  | Quantidade  |         |             |         |
|--|-------------|---------|-------------|---------|
|  | Curto Prazo |         | Longo Prazo |         |
|  | 2006        | 2005    | 2006        | 2005    |
| Créditos a Receber - CESP (a)              | 22.151      | 26.335  | 54.527      | 63.352  |
| Empregados (b)                             | -           | 15.067  | -           | -       |
| Adiantamentos - Fundação CESP (c)          | 5.045       | 8.210   | -           | -       |
| Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados (d) | 5.205       | 18.861  | 21.115      | 31.858  |
| Ondas em Curso (e)                         | 8.405       | 5.111   | 2.258       | -       |
| Serviços Prestados a Terceiros (f)         | 23.120      | 17.547  | 10          | 11.113  |
| Receitas RPPR (g)                          | 3.267       | 3.723   | 345         | 477     |
| Contratos de Pré-Compra de Energia (h)     | 2.911       | 7.247   | 1.670       | 3.749   |
| Outros                                     | 22.162      | 25.470  | 4.458       | 15.010  |
| Total                                      | 28.254      | 104.673 | 142.057     | 137.992 |

- a) **Créditos a Receber CESP** - Referem-se a créditos a receber da CESP pela companhia CPFL Paulista, decorrentes de saldos da Conta de Resultados a Compensar transferida para a empresa em 1997. O saldo é atualizado anualmente de acordo com a variação do deflacionador americano acrescido de juros calculados sobre 50% da Taxa Livre Trimestral e de Spread anual de 0,40625% com vencimento final em dezembro de 2007.
- b) **Empregados** - O saldo em 2005 era relativo a financiamentos concedidos a empregados para aquisição de ações da companhia CPFL Paulista durante 2006.
- c) **Adiantamentos - Fundação CESP** - Referem-se a adiantamentos efetuados para programas aos membros e empregados e manutenção operacional da entidade.
- d) **Cauções, Fundos e Depósitos Vinculados** - São garantias oferecidas visando a negociação ou renegociação de empréstimos e para garantia de operação na CCEE.
- e) **Ondas em Curso** - Compreendem custos e receitas relacionados à desativação ou alienação em andamento de bens de mobilidade e os custos dos serviços em curso relacionados à distribuição de energia elétrica.
- f) **Serviços Prestados a Terceiros** - Compreendem basicamente contas a receber referente a serviços prestados a consumidores relacionados à distribuição de energia elétrica.
- g) **Contratos de Pré-Compra de Energia** - Referem-se a pagamentos antecipados realizados pela companhia CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Orlândia, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

#### (12) INVESTIMENTOS

3:155 c

C2T-EMBASSY 5 A

CZ.432.144:333: 51

## 14 - ESTAS EXPLICATIVAS

|   | Contractual data |           | Contract data |           |
|---|------------------|-----------|---------------|-----------|
|   | 2006             | 2005      | 2006          | 2005      |
| Mark-to-market derivatives (Net amount) | 1,156,177        | 7,996,708 | -             | -         |
| Capital contracts                       | 487,410          | 1,521,901 | 2,341,414     | 2,259,540 |
| Net cash flows                          | -                | -         | 244,770       | 706,442   |
| Others                                  | 779              | -         | 3,054         | 24,273    |
| Total                                   | 4,535,504        | 4,258,133 | 3,092,544     | 3,090,152 |

### 12.1 - Participações Sociárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas são apresentadas:

[illegible]

— *Journal of the American Medical Association*, 1997

As principais fontes de dados para a análise de participação social foram:

[illegible]

at CPFL Paulista

### Выявление и устранение

Em reunião do Conselho de Administração em 28 de março de 2019, foi aprovada a implementação da primeira etapa do processo de Reorganização Societária, que assegura as participações societárias mantidas pela controlada UPL – Paulista, nas empresas UPL – Praxina, Companhia de Gás de São Paulo – COMGAS e Energias do Brasil S.A. – Energias do Brasil, em atendimento ao disposto na Lei nº 10.643/04 e Resolução Autorizadora ANEEL nº 335/05, e em conformidade com o Despacho ANEEL nº 464/06, conforme mencionado na nota 1.1.

Esta etapa de Reconstrução Societária aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da CPLP Paulista realizada em 13 de abril de 2006 consistiu na redução do capital social sem o cancelamento de ações e mediante a restituição à CPLP Energia, detentora de 100% do capital da CPLP Paulista, das ações representadas pelos investimentos nas empresas acima mencionadas no valor total total de R\$ 113.268, com o seguinte:

CÓDIGO CFP CPFL ENERGIA S.A. C2.429.144-0000-03

#### 14.11 - DÍTAS EXPLICATIVAS

| Descrição  | Valores<br>contábeis em<br>31/12/2005 |
|--|---------------------------------------|
| Investimento CPFL Piratininga                        | 230.536                               |
| Agr CPFL Piratininga                                 | 154.827                               |
| Investimento Compartilhado Cade São Paulo - COINCEAS | 27.157                                |
| Investimento Energias do Brasil S.A.                 | 772                                   |
|  | <b>413.292</b>                        |

Adicionalmente, a controlada CPFL Paulista, em atendimento à Lei 10.549/04 e à Resolução Autorizativa ANEEL nº 335/05, deverá segregar a participação acionária que detém na RGE até 1º de março de 2007.

#### b) CPFL Piratininga

Conforme comentado no item (a) acima, a partir do 1º de janeiro de 2006 a CPFL Piratininga passou a ser registrada como controlada direta pela Sociedade. A transferência do investimento na CPFL Piratininga envolveu ainda o agio no valor de R\$ 154.827.

#### c) CPFL Geração

##### Foz do Iguaçu

Em 1º de dezembro de 2005, a controlada CPFL Geração concluiu a aquisição de 55% da participação detida pela ULL na Foz do Iguaçu, pelo montante de R\$ 9.275, sendo aplicado um ágio de R\$ 5.545. Com esta aquisição a controlada CPFL Geração passou a deter 85% da participação no capital social da Foz do Iguaçu, que equivale a 51% da participação no total do Consórcio Energético Foz do Iguaçu.

##### LINLECAN

A operação comercial desta usina, que estava prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2006, teve seu cronograma de entrada em operação comprometido em razão de problemas ocorridos nas obras de descom. Esses problemas foram amplamente divulgados em junho de 2006 e culminaram na necessidade do esvaziamento do reservatório para a solução dos problemas. Assim sendo, em novembro de 2006 foi iniciada a enchimento do reservatório, o que atingiu o Nível Mínimo Operacional no dia de janeiro de 2007. A usina entrou em Operação Comercial em 3 de fevereiro de 2007 (informações não examinadas pelos auditores independentes).

#### Incorporação das controladas indiretas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA

Com base na aprovação da ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 766 de 19 de dezembro de 2006, a controlada CPFL Geração submeterá em Assembleia Geral de Açõesistas, proposta de incorporação pela controlada CPFL Geração de suas controladas CPFL Centrais Elétricas e SEMESA, sucedendo-as para todos os fins de direitos e obrigações. A incorporação tem como principais objetivos a montagem de novas operações administrativas a longo prazo e a simplificação da estrutura societária.

#### 14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

Como consequência da proposta de incorporação, a controlada CPFL Geração passará a ser uma concessionária de serviço público de energia elétrica, submetendo-se às regras regulamentares estabelecidas pela ANEEL.

#### d) CPFL Serra, CPFL Cane Sul e CPFL Missões

Conforme previsto na nota 1, a CPFL Energia adquiriu da PSEG, em 23 de junho de 2006, 100% das quotas de capital da CPFL Serra, das ações da Cane Sul S.A. e das quotas de capital da CPFL Missões Ltda. anteriormente denominadas, por Energia Ltda., PSEF Tracer S.A. e PSEF Brasil Ltda., respectivamente.

Esta operação foi aprovada pela ANEEL, em maio de 2006, sendo o valor da aquisição de R\$ 411.000 e o preço pago de R\$ 591.222.

Adicionalmente, foi constituído o apó no montante de R\$ 8.919 referente a aquisição de parte das ações da RIEB que encontrava-se registrada na CPFL Serra.

Em 20 de dezembro de 2006, visando a racionalização financeira e administrativa desses empreendimentos, ocorreu a seguinte reorganização societária: a controlada CPFL Santa Helena, redução de capital no montante de R\$ 20.629, restituiu integralmente a Sociedade LT e a Sociedade regularizou capital na controlada CPFL Missões, mediante conferência de ativos representados pelo montante e, após restituição a participação que a Sociedade detém na controlada CPFL Serra, no montante de R\$ 410.127,00, a controlada CPFL Serra realizou a incorporação da controlada CPFL Missões através do aumento de capital no montante de R\$ 558.

Como resultado da reorganização, a CPFL Serra registrou a perda R\$ 20.049 referente a credores locais, relacionadas ao apó da sua própria ação, conforme anexos das instruções CVM nº 319 de 1999 e nº 349 de 2001.

Esta reorganização teve impacto no valor do investimento da Sociedade na controlada CPFL Serra, sendo necessário a constituição de um apó reflexo na CPFL Energia no montante de R\$ 68.120.

#### e) Nova 4

Em 31 de maio de 2006, a Sociedade adquiriu da controlada CPFL Brasil 1.000 quotas representativas de 100% do capital social da Nova 4.

#### Santa Cruz

Adicionalmente, em 28 de dezembro de 2006, a controlada Nova 4 adquiriu da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA L 344.360.211 ações ordinárias e 27.702.470 ações preferenciais representando 99,99% do capital social da Santa Cruz. A operação foi aprovada pela ANEEL, em dezembro de 2005 e o valor da aquisição foi de R\$ 206.170, gerando um apó no montante de R\$ 111.194. O valor final da aquisição e respectivo apó depende ainda de valores a serem apurados com base nas demonstrações financeiras da Santa Cruz de 31 de dezembro de 2006. As quantias ainda estão depreciáveis. Na aprovação da administração da Sociedade, os ajustes eventualmente concluídos destas demonstrações financeiras não serão materiais.

#### 12.2 - Ativo e Passivo

Uitgeverij

Os ágrafs descontinuos de aquisição da partição são aceitos na CPFL Paulista, RGE, CPFL Sergipe, CPFL Piratunga e Hama Grande, são autorizados, proporcionalmente às curvas de luz, o cancelamento da parcela para o período remanescente da concessão e pela prazo remanescente do contrato de fornecimento para a SLMUSO.

Os atos decorrentes das aquisições de participações - as do Chapco e L&L&MAN - controladas em conjunto da CFCI Genérica estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura decorrente de seus contratos de produção e serão amortizados no prazo destes contratos, a partir do início das operações comerciais dessas empresas.

Na Associação da ZOF, a arrecadação da água está sendo cobrada com taxa de 1 taxa anual de 5,15% na OPL Paulista 5,16%, na RGE 2,08% na OPL Serra 5,45%, na OPL Piratunga 5,22%, na OPL - Geração 5,04% na SUEMISA e 7,00% na Barragem Grande, sendo essas taxas menores a revisão de preços.

Com a anulação de algumas das determinações da ANFF, o risco que a amortização do agio sobre o incorporação de controladora pela CPFL Serra cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, a CPFL Serra aplicou os conceitos das Instruções CVM nº 21/91999 e nº 343/2001 sobre referido Agio. Desta forma, foi constituída e, na prestação da contabilidade, de forma que o efeito da operação resulte o benefício fiscal do agio incorporado. Este procedimento teve impacto no saldo do investimento na sociedade na controlada CPFL Serra, sendo necessária a constituição de uma reserva equivalente de R\$ 58.529, de modo a equalizá-la.

2016-2017 15-16

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Divulgação: Relatório

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação: Resolução

CNP - CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO E INSCRIÇÃO

DATA BASE: 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

00000000

CPEL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000 03

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na consolidação os saldos referem-se principalmente a ativos integrais da Usina de Serra da Mesa pertencentes à controlada SEMESA, arrendadas à FURNAS (par nota 1). Esses ativos são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme bases anuais definidas pela ANEEL e conforme condições gerais do contrato de concessão delido por FURNAS.

A composição dos referidos bens é como segue:

|                       | Concedido                    |                     |                       |               |
|-----------------------|------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
|                       | 2006                         | 2005                | 2006                  | 2005          |
|                       | Valor em Real de Depreciação | Saldo em Acumulação | Depreciação Acumulada | Valor líquido |
| Imóveis               |                              |                     |                       |               |
| Imóveis em construção | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Imóveis em uso        | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Imóveis em manutenção | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Imóveis em estoque    | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Imóveis em processo   | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Imóveis em uso        | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Imóveis em estoque    | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |
| Total                 | 0,00                         | 0,00                | 0,00                  | 0,00          |

#### 12.4 - Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.

|   | Controladora |         |
|---|--------------|---------|
|   | 2006         | 2005    |
| Dividendos Receber                      |              |         |
| 1211 Partida                            | 100.000      | 100.000 |
| CPFL Energia                            | 100.000      | -       |
| CPFL Geração                            | 1.500        | 20.000  |
| CPFL Brasil                             | 10.000       | 10.000  |
| CPFL São Paulo                          | 10.000       | -       |
| CPFL Comercial                          | 10.000       | -       |
| Subtotal                                | 131.500      | 130.000 |
| Juros sobre o Capital Próprio a Receber |              |         |
| 1211 Partida                            | 100.000      | 100.000 |
| 1211 Energia                            | 100.000      | -       |
| Subtotal                                | 100.000      | 100.000 |
| Total                                   | 231.500      | 230.000 |

No exercício de 2006, a Sociedade recebeu o montante de R\$ 1.122.000 referente ao total do saldo de dividendos a receber de 2005 e dividendos referentes ao Juros sobre o Capital Próprio que foram declarados e provisionados em 2005.

Em 26 de dezembro de 2005, os acionistas da controlada adquirente BAFSA, por meio de acordo de acionistas, deliberaram de forma unânime que cada acionista tem direito diferenciado no resultado da BAFSA, independentemente das participações, de atas que cada acionista possui no patrimônio da BAFSA. O valor de R\$ 18.795, registrado no consolidado, refere-se ao resultado diferenciado de direito da CPFL - Geração, não eliminado no processo de consolidação.

#### 12.5 - Outras

Em 04 de setembro de 2006, a Sociedade alienou a totalidade das ações detidas da COMSAS. O construtor desta empresa registrou o custo da alienação no montante de R\$ 27.152 e foi vendido por R\$ 25.000, resultando em um ganho de capital registrado como resultado não operacional de R\$ 22.747.

#### 13.1 - IMOBILIZADO

2006-2005-10-01-10

Pág. 78



RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Desenvolvimento Relatário

Relatório Anual - 2006/2007

DATA BASE 30/12/2006

DESCRIÇÃO

CPL ENERGIA S.A.

CZ.429.144/0000-03

#### 14.11 - ÍNDICES EXPLICATIVOS

|   | Série Anual       |                       |                    |                  |
|---|-------------------|-----------------------|--------------------|------------------|
|   | 2006              | 2005                  | 2006               | 2005             |
|   | Custo Histórico   | Depreciação Acumulada | Valor Líquido      | Valor Líquido    |
| <b>Em 60x100</b>                                    |                   |                       |                    |                  |
| - <b>Infraestrutura</b>                             | <b>8.734.756</b>  | <b>(3.566.471)</b>    | <b>5.168.285</b>   | <b>2.888.977</b> |
| - Transmissão                                       | 7.151.117         | (3.011,22)            | 7.151.104          | 7.151.104        |
| - Distribuição                                      | 1.583.639         | (355.259,78)          | 1.228.379          | 676.722,28       |
| - Transmissão e Distribuição e Distribuição         | 8.734.756         | (3.366.470,99)        | 5.168.285          | 7.827.826,28     |
| - Depreciação acumulada                             | (1.111.322)       | (3.366.470,99)        | 1.556.822,28       | 7.151.104        |
| - Valor líquido                                     | 7.623.434         | (3.366.470,99)        | 6.061.462,28       | 7.151.104        |
| - Depreciação acumulada                             | 22.016            | (3.366.470,99)        | 11.111             | 10.211           |
| <b>Somatório</b>                                    | <b>893.191</b>    | <b>(3.366.470,99)</b> | <b>566.644</b>     | <b>556.135</b>   |
| - Transmissão                                       | 724               | (355,25978)           | 1.228,379          | 676,72228        |
| - Distribuição                                      | 1.583,639         | (355,25978)           | 1.228,379          | 676,72228        |
| - Transmissão e Distribuição e Distribuição         | 224.128           | (3.366,47099)         | 224.128            | 224.128          |
| - Depreciação acumulada                             | 30.810            | (3.366,47099)         | 30.810             | 30.810           |
| - Depreciação acumulada                             | 10.525            | (3.366,47099)         | 10.525             | 10.525           |
| - Valor líquido                                     | 1.228,379         | (3.366,47099)         | 1.228,379          | 1.228,379        |
| - Depreciação acumulada                             | 10,2              | (3.366,47099)         | 10,2               | 10,2             |
| <b>- <u>Operação</u></b>                            | <b>174.030</b>    | <b>(90.243)</b>       | <b>83.787</b>      | <b>83.839</b>    |
| - Transmissão                                       | 2.450             | (333)                 | 2.117              | 2.117            |
| - Distribuição                                      | 1.400             | (333)                 | 1.067              | 1.067            |
| - Transmissão e Distribuição e Distribuição         | 3.850             | (333)                 | 3.184              | 3.184            |
| - Depreciação acumulada                             | 42.210            | (90.243)              | 48.027             | 50.655           |
| - Valor líquido                                     | 1.210             | (90,243)              | 1.210              | 1.210            |
| - Depreciação acumulada                             | 4.040             | (90,243)              | 2.874              | 1.210            |
| <b>- <u>Ativos</u></b>                              | <b>143.220</b>    | <b>(129.366)</b>      | <b>13.854</b>      | <b>13.854</b>    |
| - Transmissão                                       | 2.117             | (333)                 | 1.784              | 1.784            |
| - Distribuição                                      | 2.117             | (333)                 | 1.784              | 1.784            |
| - Transmissão e Distribuição e Distribuição         | 4.234             | (333)                 | 3.568              | 3.568            |
| - Depreciação acumulada                             | 1.111             | (333)                 | 778                | 778              |
| - Valor líquido                                     | 3.123             | (333)                 | 2.790              | 2.790            |
| - Depreciação acumulada                             | 10.111            | (333)                 | 10.111             | 10.111           |
| <b>- <u>Ativos</u></b>                              | <b>7.253.642</b>  | <b>(3.822.733)</b>    | <b>3.430.909</b>   | <b>3.430.909</b> |
| <b>Por Categoria</b>                                |                   |                       |                    |                  |
| - Transmissão                                       | 250.836           |                       | 250.836            | 250.836          |
| - Distribuição                                      | 1.228,379         |                       | 1.228,379          | 1.228,379        |
| - Transmissão e Distribuição                        | 1.228,379         |                       | 1.228,379          | 1.228,379        |
| - Ativos  | 2.400             |                       | 2.400              | 2.400            |
| <b>Somatório</b>                                    | <b>4.341.641</b>  |                       | <b>4.341.641</b>   | <b>4.341.641</b> |
| <b>Outros Ativos e Passivos (Ativos e Passivos)</b> | <b>1.111.111</b>  | <b>(1.111,111)</b>    | <b>0,000</b>       | <b>(1,111)</b>   |
| <b>Total do Imobilizado</b>                         | <b>10.433.760</b> | <b>(4.935.466)</b>    | <b>5.498.294</b>   | <b>4.871.758</b> |
| <b>Depreciação acumulada (Ativos e Passivos)</b>    |                   |                       | <b>(1.111,111)</b> | <b>(1,111)</b>   |
| <b>Imobilizado Líquido</b>                          |                   |                       | <b>4.387.183</b>   | <b>4.870.647</b> |

Os bens e instalações utilizadas na geração, transmissão, distribuição e comercialização são arrendados a esses serviços, não podendo ser retrocedidos, alienados, perdidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL, a qual regulamenta a desvinculação de bens nas concessões do Setor Público de Energia Elétrica, exigindo a autorização prévia

**RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO**

Revisão/Atualização: Setembro

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA APROVEITAMENTO E Fomento das

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação: 806/2002

DATA BASE: 30/12/2006

OPFES C

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

**14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS**

para desvinculação de bens inservíveis a concessão, quando destinados à alienação e de forma que o produto da alienação seja destinado em favor da entidade vinculada para aplicação na concessão.

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. para distritamentos e 7,5% a.a. para geradoras.

**Imobilizado em Curso:** O saldo consolidado em 31 de dezembro de 2006, o montante de R\$ 1.040.110 refere-se a obras em andamento dos empreendimentos em fase de implantação, conforme demonstrado a seguir:

|   | CPFLAN  | ENERCAB   | RAEPA | FORÇA CHAPÉU | TOTAL     |
|---|---------|-----------|-------|--------------|-----------|
| Imobilizado em andamento em 31 de Dezembro de 2006    | 654.452 | 1.471.136 | 2.051 | 16.310       | 1.063.949 |
| Participações proporcionais em 31 de Dezembro de 2006 | 385.694 | 7.771.176 | 711   | 57.741       | 1.045.282 |

Os juros referentes aos empréstimos tomados por estes empreendimentos para o financiamento das obras estão sendo integralmente capitalizados e somam no consolidado o montante de R\$ 52.630 (R\$ 53.757 em 2005).

- a) **Obrigações Adicionalmente Vinculadas à Concessão** - Referem-se à ação de incorporação na contrapartida integral RGF emitida pelo governo remanescente da concessão, exceto a empresa, proporcionalmente a curva de lucro líquido projetado para o período (taxa anual de 7,0% em 2006). Esta ação está sujeita à revisão periódica.
- b) **Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão** - Representam os valores recebidos dos consumidores e créditos não exigíveis à luz de qualquer tarifa e subvenções destinadas ao custeio de investimentos para atendimento a pedidos de fornecimento de energia elétrica na ausência da distribuição. Conforme Resolução ANEEL nº 234 de 31 de outubro de 2006 que estabelece os conceitos para a realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica para a controlada CPFL Paulista em outubro de 2007 e para as controladas CPFL Paulista e RGF em abril de 2008, as obrigações especiais passarão a ser amortizadas a partir desta revisão utilizando as mesmas taxas de depreciação do ativo imobilizado.

As controladas em conjunto CPFLAN, ENERCAB, RAEPA e Força do Chapéu à qual pertencem a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas à outorga da concessão, devida ao 1º ano de concessão (1º ano) para a Força do Chapéu e 1º ano de Uso do Bem Público. As obrigações são atualizadas anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, que na data base de 31 de dezembro de 2006 representavam os seguintes valores:

|                 | 1º Ano Anual |                                | Valor Total |                                | Taxa de Juros | Pagamento |           |
|-----------------|--------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|---------------|-----------|-----------|
|                 | Total        | Participação da CPFL Concedida | Total       | Participação da CPFL Concedida |               | Atual     | Total     |
| ENERCAB         | 1.422        | 7.106                          | 159.566     | 141.460                        | 34%           | Mar/2007  | 159.7236  |
| ENERCAB         | 1.422        | 7.106                          | 41.632      | 33.509                         | 34%           | Jun/2008  | 41.621,4  |
| RAEPA           | 12.445       | 2.482                          | 26.594      | 9.948                          | 34%           | Jun/2007  | 26.57336  |
| FORÇA DO CHAPÉU | 3.045        | 17.120                         | 535.543     | 456.582                        | 34%           | Set/2008  | 535.521,6 |
| TOTAL           | 31.937       | 26.816                         | 1.424.835   | 880.699                        |               |           |           |

**RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO**

 Desenvolvida por: **Relatório**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**OPF - OPERACIONALIZAÇÃO DE FINANÇAS PARA O MERCADO**
**EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS**

 Legislação: **800.010.000**

 DATA BASE: **30/12/2003**
**OPFES - C**
**OPF - ENERGIA S.A.**
**CZ.429.144/0000 03**
**14.11 - OUTROS EXPLICATIVAS**

As controladas registrando em despesa, quando da início dos pagamentos os valores da outorga conforme a realização

**( 14 ) FORNECEDORES**

|                                      | Consolidado    |                |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
|                                      | 2003           | 2002           |
| <b>Curto Prazo</b>                   |                |                |
| Preço x de Segurança Sistema         | 14.784         | 4.088          |
| Suprimento de Energia Elétrica       | 515.103        | 478.222        |
| Preço x de Energia Resol. F. Energia | 25.101         | 54.129         |
| Materiais e Serviços                 | 132.004        | 15.219         |
| Operacionais                         | 4224           | 4.981          |
| Passivos Regulatórios - incl. Di     | 101.501        | 31.374         |
| Outros                               | 9.235          | 5.340          |
| <b>Total</b>                         | <b>854.181</b> | <b>787.233</b> |
| <b>Longo Prazo</b>                   |                |                |
| Passivos Regulatórios - incl. Di     |                | 201.982        |

**( 15 ) ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|   | Passivos<br>Curto/Longo<br>Prazo | OPF                  |                  | OPF                  |                | OPF                  |                  | Total            |
|---|----------------------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------|----------------------|------------------|------------------|
|   |                                  | Curto/Longo<br>Prazo | Longo<br>Prazo   | Curto/Longo<br>Prazo | Longo<br>Prazo | Curto/Longo<br>Prazo | Longo<br>Prazo   |                  |
| <b>Encargos Operacionais</b>                        |                                  |                      |                  |                      |                |                      |                  |                  |
| OPF - Encargos Operacionais                         | 11                               | 4.104                | 1.127            | 2.818                | 1.127          | 1.127                | 4.104            | 1.127            |
| OPF - Encargos Operacionais                         | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Operacionais - Encargos Operacionais |                                  | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Operacionais                         | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| <b>OPF</b>  |                                  |                      |                  |                      |                |                      |                  |                  |
| OPF - Encargos Operacionais                         | 11                               | 4.104                | 1.127            | 2.818                | 1.127          | 1.127                | 4.104            | 1.127            |
| OPF - Encargos Operacionais                         | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Operacionais - Encargos Operacionais |                                  | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Operacionais                         | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| <b>Total</b>  | <b>14.889</b>                    | <b>58.858</b>        | <b>1.958.112</b> | <b>240.148</b>       | <b>4.452</b>   | <b>288.148</b>       | <b>1.488.889</b> | <b>7.217.754</b> |
| <b>Encargos Financeiros</b>                         |                                  |                      |                  |                      |                |                      |                  |                  |
| OPF - Encargos Financeiros                          | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Financeiros                          | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Financeiros - Encargos Financeiros   |                                  | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| OPF - Encargos Financeiros                          | 24                               | 1.127                | 1.127            | 1.127                | 1.127          | 1.127                | 1.127            | 1.127            |
| <b>Total</b>  | <b>14.889</b>                    | <b>58.858</b>        | <b>1.958.112</b> | <b>240.148</b>       | <b>4.452</b>   | <b>288.148</b>       | <b>1.488.889</b> | <b>7.217.754</b> |



**RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO**

Evolução da Referência

**CNH – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Legislação: Resolução

**CPL – COMISSÃO DE FINANÇAS E PARTICIPAÇÕES**

DATA BASE: 30/12/2005

**ENREJA – COMISSÃO DE ENREJA – COMISSÃO DE ENREJA****DEBES – C****CPL ENERGIA S.A.****CZ.429.144-0000-03****14.11 – NOTAS EXPLICATIVAS****Principais captações:****Moeda Nacional**

**BNDES – Repactuação:** A controlada indutora CPEL, Centrais Elétricas, obteve liberação de parcelas do empréstimo no exercício de 2006 destinada a reestruturação da Usina de Gavão. Período no montante de R\$ 10.609. A previsão é que em 2007 sejam liberados mais R\$ 15.970.

**BNDES – Investimento (FINEM III):** A controlada CPEL, Paulista obteve a liberação de R\$ 746.700 referente ao financiamento junto ao BNDES a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A controlada observou a liberação da totalidade desta linha de crédito.

A controlada indutora RGE obteve a renovação do financiamento junto ao BNDES em 2006 no montante de R\$ 110.450, que faz parte de uma linha de crédito da FINEM a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste exercício a controlada RGE recebeu o montante de R\$ 65.450 e o saldo remanescente de R\$ 40.960 será liberado durante o período de 2007.

**BNDES – Investimento – foram liberadas em 2006 novas parcelas do empréstimo junto ao BNDES destinadas ao financiamento dos empreendimentos Castro Alves e 14 de Julho, na Usina Hidrelétrica de Castro Alves no montante de R\$ 7.15.179 (R\$ 130.865 proporcional à participação da CPEL). Liberação:** A expectativa é que em 2007 sejam liberadas mais parcelas no montante de R\$ 7.220 (R\$ 4.721 proporcional à participação da CPEL). Liberação referente ao contrato atual é R\$ 164.851 (R\$ 107.150 proporcional à participação da CPEL). Liberação referente ao pedido de crédito suplementar junto ao BNDES, aprovado através da Resolução da Diretoria do BNDES nº 45/2007, BNDES de 18 de janeiro de 2007.

**Instituição Financeira – A controlada RGE contratou as seguintes empresas com instituições financeiras:**

- Banco Itaú, BBA – Em março de 2006 foi realizada repactuação do contrato de 2004 alterando as condições para pagamento de juros semestrais e pagamento do principal, redução de custos e eliminação das penalidades.
- Banco Santander e Banco do Brasil – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.
- Banco ABN AMRO Real – Captação de recursos para financiar necessidades de caixa projetadas para o ano de 2006.

**Moeda Estrangeira****Instituições Financeiras**

A controlada CPEL Paulista contratou empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil em 25 de setembro de 2004, no montante de R\$ 180.000, com vencimento em setembro de 2009 para capital de giro.

A controlada indutora ENERPLAN obteve a liberação da última parcela do empréstimo contratado em abril de 2005 junto ao BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinada ao

**RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO**

Evolução (em R\$ mil) a

CPH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação societária a

CPL - CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DATA BASE 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

CÓDIGO C

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

**14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES**

Tratamento da e na aquisição: Usina Hidrelétrica Campos Novos - no montante de R\$ 16.410 (R\$ 7.995 proporcional a participação da CPFL Geradora).

A controlada Nova 4 controlou a maioria, junto ao Banco do Brasil, em 02 de outubro de 2006, no montante de R\$ 200.000 para aquisição de participação societária na controlada, namely Santa Cruz, com vencimento em setembro de 2009.

A controlada indireta SFMPESA controlou todas as dívidas junto ao Banco do Brasil, destinadas a honrar compromissos de curto prazo no montante de R\$ 145.000.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

| Vencimento   | Consolidado      |
|--------------|------------------|
| 2006         | 684.128          |
| 2009         | 111.500          |
| 2010         | 238.548          |
| 2011         | 111.480          |
| Após 2011    | 900.122          |
| <b>Total</b> | <b>2.472.938</b> |

Os principais índices utilizados para aferição dos empréstimos a longo prazo e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional estão abaixo demonstrados:

| Índice/variável | Variação acumulada em % |        | %             |               |
|-----------------|-------------------------|--------|---------------|---------------|
|                 | 2004                    | 2005   | 2004          | 2005          |
| CPV             | 1,53                    | 1,21   | 3,15          | 7,47          |
| LCRIMC          | 18,54                   | 114,65 | 4,85          | 5,24          |
| TJLP            | 7,57                    | 9,75   | 65,15         | 43,04         |
| CPII            | 16,31                   | 10,00  | 11,45         | 16,10         |
| SELIC           | 17,07                   | 19,04  | 15,73         | 31,65         |
| Outros          | -                       | -      | 1,31          | 7,30          |
|                 |                         |        | <b>100,00</b> | <b>100,00</b> |

**OPERAÇÕES DE SWAP**

Os ganhos e perdas relacionados às operações de swap contratadas pela Companhia e suas controladas, incluindo as contrações sobre operações a curto prazo, são contabilizados, líquidos na carteira Derivativos, tendo como contrapartida receitas ou despesas financeiras. O resultado destas operações que em 31 de dezembro de 2005 resultou em um passivo de R\$ 74.752 (ativo de R\$ 3.644 e e um passivo de R\$ 55.963 em 31 de dezembro de 2004).

**CONDIÇÕES RESTRIATIVAS**

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm em cláusulas, entre outras, que a Companhia e as controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pre-estabelecidos. Seguem as principais:

## 14.11 - REGRAS EXPLICATIVAS

### OPFL Paulista

- **BNDES - FINEM II** - Restringe a controlada OPFL Paulista de realizar pagamento de dividendo a juros sobre o capital próprio, cujo montante exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do Banco Ideal da operação UNIBANCOI e de atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pre-estabelecidos, como segue:

a) Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA – valor máximo 4,0 em 2005 e 2006 e máximo de 3,5 de 2007 a 2010;

b) Endividamento financeiro líquido devido pela soma da dívida com o passivo líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,65 em 2005 e 2006, valor máximo 0,50 de 2007 a 2010;

### OPFL Parafinanga

- **BNDES - FINEM I** - Restringe a controlada OPFL Parafinanga de realizar pagamento de dividendo e de juros sobre o capital próprio, cujo montante exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei, somente após a aprovação do BNDES e do Banco Ideal da operação UNIBANCOI e de atendimento integral às obrigações restritivas estabelecidas no contrato e a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pre-estabelecidos, como segue:

a) Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA – valor máximo 2,0 em 2005 e valor máximo 2,5 de 2006 a 2010;

b) Endividamento financeiro líquido devido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido – valor máximo 0,60 em 2005, 0,70 em 2006, 0,65 em 2007 e 2008 e 0,60 em 2009 e 2010;

### OPF

- **BNDES - FINEM I** - Determina a manutenção do nível de capitalização (Patrimônio Líquido devido ao Acreto Total, qual ou superior a 40%). Adicionalmente, estas empresas possuem qualidade e a relação de distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio, além do cumprimento dos índices financeiros para que ocorra a distribuição classe acionária. Estes índices financeiros são:

a) Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA – menor ou igual a 3,0;

b) Endividamento financeiro líquido devido pela soma do endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido – menor ou igual a 0,5;

- **BNDES - FINEM II** - Determina a manutenção das seguintes indicadores financeiros:

a) Endividamento financeiro líquido devido pelo FRITDA – menor ou igual a 2,5;

b) Endividamento financeiro líquido devido pelo endividamento financeiro líquido adicionado ao Patrimônio Líquido – menor ou igual a 0,5;

**REGRAS GERAIS DE FIDELIDADE:**

CNH – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
BPF – BANCARIZAÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPADA  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

**Revolução Retorno**

Legislação: 800.014.014  
DATA BASE: 30/12/2003

CDRIS C

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000 03

**14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES**

- Banco Itaú BSA - Contém cláusulas restritivas quanto a alienação ou modificação da Capta Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta do controle societário ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do poder. Além dos limites os seguintes índices financeiros devem ser observados:

a) o EBITDA e vede pelas Despesas Financeiras Líquidas, maior ou igual a 1 %  
b) o Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 2,7

- Banco ABN AMRO Real - Exige o cumprimento dos seguintes índices financeiros:

a) Crescimento líquido v/d pelo EBITDA, menor ou igual a 0 %

a) o c/c de despesas de prov. maior ou igual a 2,0

a) Endividamento total máximo dividido pela Capitalização, menor ou igual a 0,55

**CPFL - Geração**

Os empréstimos captações no BNDES pelas controladas, nomeadas em conjunto ENERCAN, BAFSA e CEFAN, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada CPFL Geração como do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

O empréstimo da ENERCAN junto ao BID contém cláusulas que requerem da controlada a manutenção de determinações técnicas financeiras em parâmetros pre-estabelecidos a são resumidas como segue:

- Coeficiente de Cobertura do Serviço de Dívida Histórica e o Coeficiente de Cobertura do Serviço de Dívida Pré-jurada, na data do pagamento, sejam no mínimo, de 1,30. O coeficiente é calculado dividindo-se o fluxo de caixa líquido das operações pelo serviço de dívida.
- Coeficiente de Endividamento deve ser no proporcão de no máximo 75% da dívida para 25% da capital própria.

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estão sujeitos a antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da Sociedade ou na estrutura societária das controladas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da Sociedade, do controle acionário ou da controladora a gestão da Sociedade, ou ainda na diminuição da participação direta ou indireta da VDC Energia S.A. sobre o capital da controlada CPFL Paulista para um percentual abaixo de 25%.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a não implanta em relação a outras obrigações contratuais com o devedor.

A Sociedade e suas controladas encontram-se adimplentes em relação ao atendimento de cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e financiamentos mantidos junto a instituições financeiras.

**( 46 ) DEBÊNTURES**



**Бухгалтерский баланс**

1400 5147 40 8002 001 001 001

7174 P25F 4121322506

[illegible]

07 479 144-777 51

## 14 - ESTAS EXPLICACIONES

| STATION    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| NAME       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| NO.        |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| LATITUDE   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| LONGITUDE  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| ELEVATION  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| DATE       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TIME       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| WIND       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TEMP       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| HUMIDITY   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| PRESSURE   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| VISIBILITY |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CLOUDS     |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| SEA        |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| CURRENT    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| TIDE       |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| REMARKS    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 1. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 6. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 7. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 8. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 9. 1000    |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 10. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 11. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 12. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 13. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 14. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 15. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 16. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 17. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 18. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 19. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 20. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 21. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 22. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 23. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 24. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 25. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 26. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 27. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 28. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 29. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 30. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 31. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 32. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 33. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 34. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 35. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 36. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 37. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 38. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 39. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 40. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 41. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 42. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 43. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 44. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 45. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 46. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 47. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 48. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 49. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 50. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 51. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 52. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 53. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 54. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 55. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 56. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 57. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 58. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 59. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 60. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 61. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 62. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 63. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 64. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 65. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 66. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 67. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 68. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 69. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 70. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 71. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 72. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 73. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 74. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 75. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 76. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 77. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 78. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 79. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 80. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 81. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 82. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 83. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 84. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 85. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 86. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 87. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 88. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 89. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 90. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 91. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 92. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 93. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 94. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 95. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 96. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 97. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 98. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 99. 1000   |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 100. 1000  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

Desalga de Laboradores de longa prazo tem seus vencimentos assim programados:

| Vencimento   | Consolidado      |
|--------------|------------------|
| 2006         | 158.708          |
| 2009         | 524.925          |
| 2010         | 203.825          |
| 2011         | 445.060          |
| Atos 2011    | 449.627          |
| <b>TOTAL</b> | <b>1.778.445</b> |

СНБ Республіки

Em 22 de fevereiro de 2008 foram subscritas e integradas 43 RREs cadastradas não convertevas em ações da 1ª Emissão nominalizadas e escrituras em seu único do espécie subordinação. O valor nominal integral na data da emissão foi de R\$ 10. A remuneração será paga semestralmente a partir da data da emissão.

CPFL Paulista

Em 1.º de dezembro de 2006 foram subscritas e integralizadas 60.000 debêntures não conversíveis em ações com índice de ajuste fixo em 50% (cinco por cento) da espécie Aquisição. O valor nominal anterior na data da emissão foi de R\$ 12. A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão. Esses recursos foram utilizados para o pagamento do resgate antecipado das debêntures da 1.ª emissão com o objetivo de melhorar o perfil de dívida.

### CONDIÇÕES RESTRIATIVAS



RENDIMENTO FISCAL FAVORÁVEL

Revolução Brasileira

CNPJ – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

REF – REGISTRAÇÃO DE TRANSAÇÕES FISCALIZADAS

DATA BASE – 30/12/2005

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

CÓDIGO C

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144/0000 03

#### 14.11 – NOTAS EXPLICATIVAS

As deliberações de emissão da controlada indireta BVLISA preveem o vencimento antecipado quando o índice de produtividade total superar a taxa de 75% das suas ações totais.

Na entendimento da Administração das controladas, tais condições restritivas e cláusulas vem sendo integralmente atendidas.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais.

#### 14.17 – ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Goiás, através da Fundação CESP, e a controlada indireta RGE através da Fundação ELET de Seguridade Social – ELETRCOSSES mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

##### I – CPFL Paulista

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (PBD) – vigente até 30 de setembro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Salgado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em período aos participantes inscritos em data anterior a 30 de setembro de 1997, de valor definido em função da probabilidade de tempo restante passando acumulado até a referência data a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada CPFL Paulista;
- b) Adoção de um modelo misto a partir de 1º de outubro de 1997, que consolida as aposentadorias de renda vitalícia e mista no conceito de benefício definido e as aposentadorias programáveis no conceito de contribuição definida.

Com a modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pelos estudos econômicos da Fundação CESP, a ser liquidada em 764 parcelas, a serem sendo amortizadas mensalmente acrescidas de juros de 6% a.a. e corrigida pelo IGP-DI (FGV). O saldo desta obrigação a data e quitada anualmente conforme evolução do déficit atuarial, calculado pelo a Sactatária Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2006, e de R\$ 573.715 (R\$ 716.231 em 31 de dezembro 2005).

##### II – CPFL Piratininga

Em 02 de abril de 1998, a Secretária da Previdência Complementar – SPC, aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Beneficiária, dando origem a um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Salgado – BSPS e um Plano de Benefícios Misto com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (PBD) – vigente até 31 de março de 1998 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Salgado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em período aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de

#### 14.11 - OUTROS EXPLICACIONES

valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares da concessão. A responsabilidade total pela cobertura dos insuflências atuais desse Plano é da controlada CPEL Piratininga.

- Pano de Benefício Definido - agente após 31 de março de 1998 - plano de tipo BD que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e antes em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado inclusive o acumulado até 31 de março de 1998 e a pensão não inclui apenas a renda de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura dos insuflências atuais desse Plano é partilhada entre a controlada CPEL Piratininga e os participantes.
- Pano de Contribuição Definida - imo a modo, junto com o Pano BD agente após 31 de março de 1998. A fim plano prevê vitalícia de vida a concessão da renda vitalícia reversível em pensão, e do tipo contribuição definida não gerando qualquer responsabilidade atual para a controlada CPEL Piratininga. Somente após a concessão da renda vitalícia reversível em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada CPEL Piratininga.

Em setembro de 1997, através do Instrumento Contratual de apuração das reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropar e Metrogottara FI São Paulo S.A. empresa antecessora da Uanderlaner, referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação, a qual é apresentada anualmente conforme evolução do déficit atuarial calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2005, é de R\$ 160.253 (R\$ 159.575 em 31 de dezembro de 2005).

#### III - RGE

Pano de tipo contribuição definida com a qual da beneficiária a 100% da renda vitalícia reversível e salariais, incluindo o presumido benefício da Previdência Social, com um Ativo Líquido segregado administrado pela ELETROBRAS. Este benefício é de dívida somente para as obrigações atuais (benefícios contratuais de trabalho subordinados da CCEC para RGE).

#### IV - CPEL Geração

Atualmente, vigora com as funções da controlada CPEL, Geração um Pano de Benefício Suplementar, Proprietário, Salarial e um Pano de Benefício Vitalícia, com as seguintes características do Pano da CPEL - Geração:

Com esta modificação do Plano Previdenciário em setembro de 1997, na época mantido pela CPEL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPEL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 294 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). O saldo da obrigação, a qual é apresentada anualmente conforme evolução do déficit atuarial calculado pelo critério da Secretaria Previdência Complementar em 31 de dezembro de 2005, é de R\$ 11.675 (R\$ 14.072 em 31 de dezembro de 2005).

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2005, de suas controladas, conforme ainda preparado por atuários externos, seguem cláusulas da Deliberação CVM



RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Revelação: Retorno

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação: 806/2013/Art. 1

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA APROVEITAMENTO DA FORÇA

DATA BASE: 30/12/2006

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

000000

CPL ENERGIA S.A.

CZ.429.144/0000 03

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos contábeis no consolidado em 31 de dezembro de 2006, relacionados à Previdência Privada, no valor de R\$ 43.650 (R\$ 40.137 em 31 de dezembro de 2005) referentes a outras contribuições.

A Actuária da Atuária Assinô para as despesas a serem feitas a partir de 2007 e as receitas reconhecidas em 2006, são como segue:

|                               | 2006 - Estimativa |                    |               |                    |               |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
|                               | CPL<br>R\$ em mil | CPL<br>Porcentagem | OPF           | CPL<br>Porcentagem | Consolidado   |
| Despesas a serem feitas       | 43.650            | 100,00%            | 43.650        | 100,00%            | 43.650        |
| Receitas reconhecidas em 2006 | (18.400)          | (42,15%)           | (18.400)      | (42,15%)           | (18.400)      |
| <b>Total da previdência</b>   | <b>25.250</b>     | <b>57,85%</b>      | <b>25.250</b> | <b>57,85%</b>      | <b>25.250</b> |

|                               | 2005 - Realizado  |                    |               |                    |               |
|-------------------------------|-------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
|                               | CPL<br>R\$ em mil | CPL<br>Porcentagem | OPF           | CPL<br>Porcentagem | Consolidado   |
| Despesas a serem feitas       | 40.137            | 100,00%            | 40.137        | 100,00%            | 40.137        |
| Receitas reconhecidas em 2005 | (17.500)          | (43,60%)           | (17.500)      | (43,60%)           | (17.500)      |
| <b>Total da previdência</b>   | <b>22.637</b>     | <b>56,40%</b>      | <b>22.637</b> | <b>56,40%</b>      | <b>22.637</b> |

Na demonstração do resultado, as despesas e receitas foram registradas nas seguintes rubricas:

|                               | 2006                |                      | 2005                |                      |
|-------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
|                               | 124-1<br>R\$ em mil | 124-1<br>Porcentagem | 124-1<br>R\$ em mil | 124-1<br>Porcentagem |
| Despesas a serem feitas       | 43.650              | 100,00%              | 40.137              | 100,00%              |
| Receitas reconhecidas em 2006 | (18.400)            | (42,15%)             | (17.500)            | (43,60%)             |
| <b>Total da previdência</b>   | <b>25.250</b>       | <b>57,85%</b>        | <b>22.637</b>       | <b>56,40%</b>        |

|                               | 2006                |                      | 2005                |                      |
|-------------------------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
|                               | 124-1<br>R\$ em mil | 124-1<br>Porcentagem | 124-1<br>R\$ em mil | 124-1<br>Porcentagem |
| Despesas a serem feitas       | 43.650              | 100,00%              | 40.137              | 100,00%              |
| Receitas reconhecidas em 2006 | (18.400)            | (42,15%)             | (17.500)            | (43,60%)             |
| <b>Total da previdência</b>   | <b>25.250</b>       | <b>57,85%</b>        | <b>22.637</b>       | <b>56,40%</b>        |

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial no data do balanço foram:

REF ID: A61131 PAGE 41

C-H CONTEÚDO DE VALORES MEDICINAIS

REF = 6060007-646306, EN 30001-600, P41, 15-60000

ENTER 54 ON CARD 161

### Reynolds's Kappa

1400, 51, 40, 802, 91, 51, 1, 8

7174 E25F 472122256

31. E5 C

C2T-EMBASSY 5 A

CZ.432.144:333: 51

## 14 - ESTAS EXPLICACIONES

[illegible]

• **Stressors** are the environmental factors that cause stress. They can be physical, chemical, or biological in nature. Examples include noise, pollution, and overcrowding.

#### 4.18.1 TASAS REGULAMENTARIES

|   | Consolidado    |               |
|---|----------------|---------------|
|   | 2008           | 2009          |
| Fresaca Glacia do Rio Grande - RGR            | 3.793          | 5.672         |
| Projeto de Reabilitação da ANLU               | 1.459          | 1.454         |
| Centro de Conservação da Biodiversidade - CCB | 70.802         | 2.060         |
| Centro de Desenvolvimento Energético - CDE    | 29.659         | 21.759        |
|   | <u>105.013</u> | <u>30.945</u> |

## | 19 | TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

|   | Cronograma     |                |                 |               |
|---|----------------|----------------|-----------------|---------------|
|   | Custo Previsto |                | Custo Realizado |               |
|   | 2004           | 2005           | 2004            | 2005          |
| Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS       | 267.512        | 261.525        | -               | -             |
| Programa de Integração Social - PIS                             | 11.747         | 11.497         | 495             | 574           |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS | 49.255         | 49.171         | 9.664           | 4.767         |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ                         | 127.575        | 126.180        | 15.735          | 19.757        |
| Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL                  | 24.554         | 23.474         | 5.772           | 5.164         |
| Outros  | 17.457         | 47.471         | -               | -             |
| <b>Total</b>  | <b>522.053</b> | <b>478.248</b> | <b>26.766</b>   | <b>30.562</b> |

**{ 20 } PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**





14.11 - OUTRAS EXPLICAÇÕES

iniciais, sendo parcialmente atendida pela ANLLL. As controladas melhoraram ação judicial movida pela não concordância com as montantes fixadas determinadas pela ANEEL alegando divergência nos cálculos e efetuação depósitos judiciais mensais dos valores em questão. Durante 2006 a controlada CPFL Pratinha obteve avaria para levantamento dos depósitos em favor das geradoras FURNAS, CESP e Empresa Maranhense de Águas e Energia S.A. (EMAE) tendo a controlada CPFL Pratinha firmado acordo com as partes extinguindo-se assim os processos com relação às mencionadas geradoras. O montante liquidado foi de R\$ 48.307.

Durante 2006 a controlada CPFL Paulista firmou acordo com CESP e Furnas a fim de determinar levantamento dos depósitos a favor daquelas geradoras extinguindo-se assim os processos. O montante liquidado foi de R\$ 23.777.

- o) FINSOCIAL - Refere-se a questionamento judicial quanto a majoração de juros e cobrança do FINSOCIAL no período de junho de 1990 a outubro de 1991.
- n) PIS e COFINS - Ampliação da Base - Conforme comentado na nota 9 as controladas CPFL Pratinha e CPFL Paulista obtiveram o trânsito em julgado com decisão favorável do recurso que questionou a legalidade da ampliação da base de cálculo das contribuições para o PIS e COFINS instituída pelo art. 3º da Lei nº 07.800/98. Em consequência dessa decisão favorável as controladas CPFL Pratinha e CPFL Paulista reverteram as provisões que mantinham quanto a esse assunto no montante de R\$ 18.194 (provisão na data base de 31/03/2005) e R\$ 36.613 (provisão na data base de 31/03/2006) respectivamente, com correspondência na Receita Financeira (nota 29).
- o) PIS E COFINS - JCP - A Sociedade obteve no final de 2005 liminar visando o não recolhimento do PIS e COFINS incidentes sobre a receita de juros sobre o capital próprio.
- n) Imposto de Renda - Na controlada CPFL Pratinha o registro refere-se a liminar obtida visando a dedutibilidade da despesa de cálculo do IRPJ. Na controlada indutrial RCP refere-se basicamente a pedido de suspensão de decisão da Secretaria da Receita Federal, visando considerar a dedutibilidade de valores referentes a compensação de Aquecimento da Saniferação da Estação E. ETROCEFF.
- i) Fiscais Outras - Refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial, administrativa e tributária decorrentes da operação de negócios das controladas relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS e SAT.
- j) Perdas possíveis - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e recursos que a Administração suportada por seus consultores jurídicos acredita que as chances de extinção ou reversão devida a uma decisão judicial favorável às mesmas. Estas questões não apresentam ainda incidência nas despesas por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão da processos similares consideradas como prováveis ou remotas. A partir desta data, nenhuma provisão sobre as mesmas foi constituída. As recuperações relacionadas a perdas possíveis em 31 de dezembro de 2005 estavam assim representadas: no R\$ 154.847 (passivas) (R\$ 127.848 em 31 de dezembro de 2005); no R\$ 421.474 (ativos) representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e indenização trabalhista (R\$ 115.914 em 31 de dezembro de 2005); e por R\$ 305.475 (passivas) relacionadas nas camadas a Imposto de Renda, ICMS, FINSOCIAL e PIS e COFINS (R\$ 150.917 em 31 de dezembro de 2005).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por





RENDIMENTO POTENCIAL PROMÉDIO:

CPH – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF – OPERACIONALIZAÇÃO DE FINANÇAS PARA O MERCADO

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação: Referência

Legislação: 800.014.000

DATA BASE: 30/12/2005

00000000

CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0000-00

#### 14.11 – NOTAS EXPLICATIVAS

O Estatuto Social da Sociedade prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 20% do lucro líquido ajustado na forma da lei às acionistas de suas ações.

Para este exercício a Administração da Sociedade está propondo a distribuição do saldo do lucro líquido através da distribuição de R\$ 771.010 na forma de dividendo correspondente a R\$ 1,50 (150 mil reais) por ação, conforme demonstrado a seguir:

|   |           |
|---|-----------|
| Lucro Líquido do Exercício - Controladora | 1.404.096 |
| Constituição de Reserva Legal             | (633.086) |
| Lucro Líquido Ajustado                    | 1.300.091 |
| Dividendo Intermediário                   | (529.081) |
| Dividendo Proposto                        | (771.010) |
| Lucro Acumulado                           | -         |

#### 22.2 – Ações em Tesouraria

As ações em tesouraria são decorrentes do exercício do direito de retirada dos acionistas quando da incorporação das ações das sociedades não controladoras da CPH. Prorrateia pela CPH, Párisa e as CPFL Geração e CPFL Párisa pela CPFL Energia em novembro de 2005. Em 8 de fevereiro de 2006 as ações foram alienadas com ganho de R\$ 133 registrado como Reserva de Capital.

RENDIMENTO PERIÓDICO PERMANENTE

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO PÚBLICO

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Restrita

Legislação: 807/2013

DATA BASE: 30/12/2013

00000000

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144/0000 03

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

## (23) RECEITA OPERACIONAL

| Descrição da Receita Operacional     | 12 meses em 2013      |                       | 12 meses em 2012      |                       | 12 meses em 2011      |                       |
|--------------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
|                                      | Valor                 | Valor                 | Valor                 | Valor                 | Valor                 | Valor                 |
| Receita de venda de energia elétrica | 1.234.567.890         | 1.234.567.890         | 1.234.567.890         | 1.234.567.890         | 1.234.567.890         | 1.234.567.890         |
| Receita de venda de gás natural      | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           |
| Receita de venda de água             | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            |
| Receita de venda de outros produtos  | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            |
| Receita de serviços                  | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         |
| Receita de aluguel                   | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           | 123.456.789           |
| Receita de juros                     | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            | 98.765.432            |
| Receita de dividendos                | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            | 54.321.098            |
| Receita de outros                    | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         | 1.098.765.432         |
| <b>Total</b>                         | <b>12.345.678.901</b> | <b>12.345.678.901</b> | <b>12.345.678.901</b> | <b>12.345.678.901</b> | <b>12.345.678.901</b> | <b>12.345.678.901</b> |



RENDIMENTO PERÍODO PERMANENTE

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPACIONES

ENFERMIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Restrita

Legislação: SPC/ANIMA

DATA BASE: 30/12/2009

00000000

OPF ENERGIA S.A.

CZ.429.144/0000 00

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

## (25) DESPESAS OPERACIONAIS

|  | Contabilidade |              | Contabilidade |               |
|--|---------------|--------------|---------------|---------------|
|  | 2009          | 2008         | 2009          | 2008          |
| <b><u>Despesas com vendas</u></b>        |               |              |               |               |
| Salário                                  |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Aluguel                                  |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com vendas                      |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com vendas - 2009               |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com vendas - 2008               |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com vendas - 2007               |               |              | 1.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                             |               |              | <b>3.000</b>  | <b>3.000</b>  |
| <b><u>Despesas com administração</u></b> |               |              |               |               |
| Salário                                  | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Aluguel                                  | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração               | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2009        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2008        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2007        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2006        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2005        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2004        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2003        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2002        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com administração - 2001        | 1             | 0            | 1.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                             | <b>10.000</b> | <b>0.000</b> | <b>10.000</b> | <b>10.000</b> |
| <b><u>Despesas com despesas</u></b>      |               |              |               |               |
| Despesas com despesas                    |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com despesas - 2009             |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com despesas - 2008             |               |              | 1.000         | 1.000         |
| Despesas com despesas - 2007             |               |              | 1.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                             |               |              | <b>3.000</b>  | <b>3.000</b>  |
| <b>Total das despesas operacionais</b>   | <b>10.000</b> | <b>0.000</b> | <b>13.000</b> | <b>13.000</b> |

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

Desenvolvimento Relatário

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO DE FUNDOS DE

INVESTIMENTO EM VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação - 800-010-111

DATA BASE - 30/12/2003

000000

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

## (26) RESULTADO FINANCEIRO

|   | Continuado    |                  | Descontado       |                  |
|---|---------------|------------------|------------------|------------------|
|   | 2003          | 2002             | 2003             | 2002             |
| <b>Receitas</b>   |               |                  |                  |                  |
| Receita de exploração financeira  | 44.423        | 71.379           | 173.247          | 176.771          |
| Receita de alienação de ativos financeiros  | -             | -                | 53.000           | 26.471           |
| Receita de juros sobre empréstimos  | 1.176         | 1.176            | 17.106           | 4.321            |
| Receita de juros sobre depósitos bancários  | 4.337         | 103              | 15.341           | 3.444            |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa   | -             | -                | 1,681            | 12.447           |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros  | -             | -                | 12.505           | 11.521           |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros em nome de terceiros                       | -             | -                | 51.466           | 160.345          |
| Juros sobre depósitos em caixa  | 252           | 3.284            | -                | -                |
| Despesa com juros sobre depósitos em caixa  | 4.540         | -                | 4.427            | 4.332            |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros  | -             | -                | 4.752            | 4.332            |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros em nome de terceiros                       | -             | -                | 123.140          | -                |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros em nome de terceiros em nome de terceiros  | 117.175       | 17.959           | 11.300           | 12.515           |
| Receita de juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros em nome de terceiros em nome de terceiros  | 2.059         | 2.003            | 40.111           | 37.114           |
| Subtotal  | 58.135        | 4.315            | 321.632          | 339.935          |
| Juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros   | 142.000       | 1.252            | -                | -                |
| Total   | 200.135       | 5.567            | 321.632          | 339.935          |
| <b>Despesas</b>   |               |                  |                  |                  |
| Despesa com juros sobre depósitos em caixa  | 682           | 25.166           | 515.012          | 1.350.000        |
| Despesa com juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros   | 4.000         | 4.000            | 53.500           | 26.471           |
| Despesa com juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros em nome de terceiros                      | 12.505        | 12.505           | 1,681            | 12.447           |
| Despesa com juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros em nome de terceiros em nome de terceiros | 11,670        | 1,670            | 48.065           | 12.447           |
| Subtotal  | 18.262        | 42.751           | 618.258          | 1.391.365        |
| Amortização de juros  | 150.433       | 150.174          | 138.000          | 112.500          |
| Juros sobre depósitos em caixa em nome de terceiros   | -             | -                | 1,681            | 12.447           |
| Total   | 168.695       | 292.925          | 757.939          | 1.516.312        |
| <b>Resultado Financeiro Líquido</b>   | <b>31.440</b> | <b>(247.608)</b> | <b>(336.307)</b> | <b>(176.377)</b> |

## (27) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

|  | Continuado |      | Descontado |          |
|--|------------|------|------------|----------|
|  | 2003       | 2002 | 2003       | 2002     |
| <b>Receita Não Operacional</b>   |            |      |            |          |
| Receita de exploração financeira   | -          | 9    | 15         | 177      |
| Receita de exploração financeira em nome de terceiros  | -          | -    | 1.176      | 4.321    |
| Receita de exploração financeira em nome de terceiros em nome de terceiros                       | -          | -    | 53.000     | 26.471   |
| Receita de exploração financeira em nome de terceiros em nome de terceiros em nome de terceiros  | -          | -    | 1,681      | 12.447   |
| Subtotal   | -          | 9    | 55.872     | 33.115   |
| <b>Despesa Não Operacional</b>   |            |      |            |          |
| Despesa com exploração financeira  | -          | -    | 1,681      | 12.447   |
| Despesa com exploração financeira em nome de terceiros   | -          | -    | 1,681      | 12.447   |
| Despesa com exploração financeira em nome de terceiros em nome de terceiros                      | -          | -    | 1,681      | 12.447   |
| Despesa com exploração financeira em nome de terceiros em nome de terceiros em nome de terceiros | -          | -    | 1,681      | 12.447   |
| Subtotal   | -          | -    | 5,044      | 49,788   |
| Total  | -          | 9    | 50,828     | (16,673) |

2003-2002-10-01-10

Page 117



RENDIMENTO FUNDOS DE INVESTIMENTO

COM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA PARA O CREDITADO

ENREGE - COMISSÃO DE ENREGE - INDUSTRIAIS E OUTRAS

Revelação: Relatário

Legislação: SPC/ANACRA

DATA BASE: 30/12/2003

00000000

CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0000-03

#### 14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

Conforme comentado na nota 12, o resultado não operacional refere-se principalmente às operações das ações da COMGAS detidas pela Sociedade.

#### 12 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Sociedade e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados baseado em ações de ações ordinárias e lucros previamente estabelecidos para os meses. O montante dessa participação para o exercício de 2000 foi de R\$ 11.392 no consolidado (R\$ 20.202 em 2001). Após a antecipação paga no exercício de 2000, o saldo remanescente provisionado no consolidado é de R\$ 20.832 (nota 31).

#### 12 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

|              | Receita   | Despesa   | Resultado | Saldo | Participação | Saldo |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-------|--------------|-------|
| 2000         |           |           |           |       |              |       |
| Receita      | 1.000.000 | 1.000.000 | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Despesa      | 1.000.000 | 1.000.000 | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Resultado    | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Saldo        | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Participação | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Saldo        | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| 2001         |           |           |           |       |              |       |
| Receita      | 1.000.000 | 1.000.000 | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Despesa      | 1.000.000 | 1.000.000 | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Resultado    | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Saldo        | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Participação | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |
| Saldo        | 0.000     | 0.000     | 0.000     | 0.000 | 0.000        | 0.000 |

1. Os dados referentes ao exercício de 2000 foram baseados no balanço consolidado da Companhia.  
2. Os dados referentes ao exercício de 2001 foram baseados no balanço consolidado da Companhia.

#### 4.20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentaram as seguintes principais salidas e movimentações acumuladas em 2008 e 2009:

[illegible]

- a) Aplicações Financeiras - Lucro de Investimento exclusiva com rentabilidade calculada pela variação da CDI e rentabilidade clara.
- b) Caução e Dep. Vinculados - CDS e vinculados (Garantia, para participação em editais de energia elétrica) rentabilidade de 96,6% do CDI com investimentos diversos.
- c) Prestação de Serviço - Prestação de serviços de administração de debêntures e ações esotéricas.
- d) Empréstimos e Financiamentos - Empréstimos contratados em condições normais de mercado.
- e) Aquisição de Imobilizado - Aquisição de equipamentos cabos para aplicação nos sistemas de transmissão e geração.
- f) Venda de Energia - Receita pelo fornecimento de energia elétrica.
- g) Compra de Material - Materiais para uso e consumo.
- h) TUSD - Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição.

## 1 31 1 9EGUARDOS

RENDIMENTO FUNDOS FUNDOS

Exatidão Relativa

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Legislação Societária

REF - RESOLUÇÃO FUNDAMENTAL REGULADA

DATA BASE 30/12/2005

ENFERMIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

000000

CPL ENERGIA S.A.

02.429.144-0000 03

#### 14.11 - RISCO EXPLICACIONAS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por avaliação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes consideráveis suficientes para cumprir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

| DESCRIÇÃO              | RAMO DA APÓLICE   | Cobertura        |                  |
|------------------------|---|------------------|------------------|
|                        |   | 2006             | 2005             |
| Ativo Imobilizado      | Incêndio, Ruptura, Explosão, Queda de Objeto e Furto Furtivos | 1.161.041        | 1.115.554        |
| Transporte             | Transporte Nacional   | 43.000           | 39.000           |
| Material Estocado      | Incêndio, Ruptura, Explosão e Queda                           | 13.000           | 15.000           |
| Automoveis             | Cobertura Comprehensive                                       | 1.000            | 5.000            |
| Responsabilidade Civil | Cobertura de Energia Elétrica                                 | 37.000           | 35.250           |
| Passagem               | Vida em tempo Acidentes Pessoais                              | 114.078          | 64.364           |
| Outras                 | Outras  | 47.500           | -                |
| <b>TOTAL</b>           |   | <b>1.406.619</b> | <b>1.294.634</b> |

#### ( 12 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

##### 12.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e rendas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais fatores de risco da atividade que afetam seus negócios são como segue:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco ocorre da possibilidade de suas controladas terem a incorrer em perdas a em rescrições de taxa por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os custos de passivo denominados em moeda estrangeira. A Sociedade e suas controladas se protegem desse risco mediante contratação de contratos de *hedge* para que as flutuações estejam necessariamente vinculadas a variação de índices nacionais. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as concepções do instrumento contábil.

• **Empréstimos em Moeda Estrangeira:** A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira é o substancialmente coberta através de operações financeiras de swap e que proporcionam à Sociedade e suas controladas pagar os custos originais da operação para o custo proporcional ao CDI ( taxa fixa ).

• **Compra de Energia do Itaipu:** As suas controladas estão expostas em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica da Itaipu. O mecanismo de compensação - CVR - protege as empresas de eventuais perdas, conforme comentado na nota 3.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é devido da possibilidade de Sociedade e suas controladas terem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas

#### 14.11 - RISCO EXPLICATIVAS

**Riscos relativos a empréstimos, financiamentos e depósitos:** Para os empréstimos tomados em moeda estrangeira a Sociedade e suas controladas têm padmado normais de despesas para fazer hedge contra esse risco e, para parte dos empréstimos tomados em moeda nacional, as controladas tem como contrapartida ativos regulares atualizados pela variação da taxa BB-C. Adicionalmente as controladas tem capacidade aumentada a participação da administração atreladas a variação da TJLP, índice menos volátil as oscilações do mercado financeiro.

**Risco de Crédito:** O risco surge da possibilidade das suas controladas serem a sofrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores facturados a seus clientes. Este risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a austerização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes.

**Risco quanto à Escassez da Energia:** A energia vemida pelas suas controladas essencialmente é gerada por usinas hidroelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento da demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume da água das reservatórios das usinas comprometendo a recuperação do volume dos mesmos, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição da energia ou redução de receitas com redução de um novo programa de investimento, como o verificado em 2007. Devido ao nível atual dos reservatórios, a Operação Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não prevê para 2007 um novo programa de armazenamento.

**Risco de Aceleração da Dívida:** As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e depósitos, os quais possuem restrições preventivas, principalmente a respeito a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e custos. Essas cláusulas restritivas foram acordadas e não limitam a capacidade de condução no curso normal das operações.

#### 32.2 Valorização dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma são mantidos procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de manter as contas e balanços em conformidade com as práticas do mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas em 31 de dezembro de 2008 são detalhados a seguir, bem como os critérios para sua avaliação e avaliação nas demonstrações financeiras.

**Disponibilidades:** Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos aproxima-se dos valores demonstrados nos balanços patrimoniais, nota 4.

**Ativos e Passivos Regulatórios:** São compostos basicamente pela Recomendação Tarifária (Tarifa Regulada - Energia Livre - Parcial - A), Ativos e Passivos relacionados à Regulação Tarifária, Subvenção Dáta, Renda e outros. Esses créditos e débitos decorrem dos efeitos do plano de rateio de custos de 2001 e outros valores relacionados ao atendimento de custos e receitas tarifárias e alterações de legislação tributária. Esses valores são avaliados pelo valor contábil conforme critérios definidos pela ANEEL de acordo com as características descritas na nota 9.

**Empréstimos e Financiamentos:** Estes são avaliados conforme os critérios estipulados em parágrafos de acordo com as características definidas na nota 15.

**Debêntures:** As debêntures emitidas por suas controladas podem ser negociadas no mercado e são avaliadas conforme os critérios estipulados quando da sua emissão, conforme características definidas na nota 16.

RENDIMENTO FINANCEIRO PREVISÃO

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - OPERACIONALIZAÇÃO FINANCEIRA PARA O MERCADO

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Relativa a

Legislação: 806/2014/CA

DATA BASE: 30/12/2005

DESCRIÇÃO

CPFL ENERGIA S.A.

CZ.429.144-0000-03

#### 14.11 - OUTROS EXPLICATIVAS

**Investimentos em controladas** - A Sociedade possui investimentos avaliados pela equivalência patrimonial em empresas cujas ações são negociadas no mercado de capitais. A Administração da Sociedade entende que o valor de negociação dessas ações não é representativo do valor de mercado das respectivas empresas dado o pequeno volume de transações das mesmas no mercado.

Os valores contidos nos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas, comparados aos valores de cotação de mercado conforme definido acima, na data base em 31 de dezembro de 2005 e da 2005, são como seguem:

|                              | Controladas    |                  |                |                  |
|------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|                              | 2005           | 2004             | 2005           | 2004             |
|                              | Valor Contábil | Valor de Mercado | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Investimentos em controladas | 1.124          | 4                |                |                  |
| Imobilizantes                | 1.124          | 1.351            | 1.414          | 1.414            |
| Total                        | 2.248          | 1.355            | 1.414          | 1.414            |

|                              | Controladas    |                  |                |                  |
|------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|                              | 2005           | 2004             | 2005           | 2004             |
|                              | Valor Contábil | Valor de Mercado | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Investimentos em controladas | 1.124          | 1.355            | 1.414          | 1.414            |
| Imobilizantes                | 1.124          | 1.355            | 1.414          | 1.414            |
| Total                        | 2.248          | 2.710            | 2.828          | 2.828            |

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, comparação com transações semelhantes concluídas em datas próximas ao englobamento dos exercícios de 2005 e 2004, bem como comparações com parâmetros médios de mercado. Para operações sem similar no mercado, principalmente relacionadas com o programa emergencial de fornecimento de energia e fluxo de perdas reguladas e créditos e recebíveis da CESP, as controladas assumiram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

#### 14.12 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS "PRÓ-FORMA" (INFORMAÇÕES NÃO AUDITADAS)

Conforme exigido na nota 12 a Sociedade em junho de 2005 aumentou sua periodicidade na consolidação RGL, passando a consolidar integralmente as demonstrações financeiras do RGL nesta forma, considerando que a compra atendida ante as demonstrações financeiras consolidadas nos exercícios de 2006 e de 2005, estão previstas apresentarmos e seguir as demonstrações financeiras consolidada da CPFL Energia de 31 de dezembro de 2005 comparativamente as demonstrações financeiras pró-forma de 31 de dezembro de 2005 consolidando em 2005 100% do ativo e passivo e o resultado 100% a partir de junho de 2005. Uma vez que não há demonstrações financeiras da Santa Cruz de 2005 (anulação de distribuição), os valores das mesmas não foram considerados no cálculo.

**RENDIMENTO FUNDADO EM FUNDOS**

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CNF - CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 ENEGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação: Relatório

Legislação: 800-010-111  
 DATA BASE: 30/12/2005

CÓDIGO: CPTL ENERGIA S.A. C2.429.144-0000 03

**14.11 - DADOS EXPLICATIVOS**

|                                | 2006             | 2005             |
|--------------------------------|------------------|------------------|
| Ativo Circulante               | 3.554.207        | 3.555.113        |
| Ativo Realizável a Longo Prazo | 2.000.706        | 2.543.473        |
| Ativo Permanente               | 0.002.000        | 7.741.831        |
| Passivo Circulante             | (1.494.000)      | (4.221.713)      |
| Passivo Não Circulante         | (5.007.220)      | (4.922.459)      |
| Total dos Ativos Líquidos      | <u>4.055.707</u> | <u>4.796.046</u> |

|                                 | 2006        | 2005        |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| Reserva - Lucro Líquido         | 4.055.707   | 0.000.000   |
| Reserva - Reserva de Imparidade | 4.055.707   | 4.922.459   |
| Lucro Líquido                   | 1.079.163   | 2.438.939   |
| Imparidade de Imparidade        | (1.079.163) | (2.438.939) |
| Lucro Distribuído               | 1.410.555   | 1.734.051   |
| Imparidade de Imparidade        | (1.410.555) | (1.734.051) |
| Reserva - Reserva de Imparidade | 4.055.707   | 0.000.000   |
| Reserva - Reserva de Imparidade | 4.055.707   | 4.922.459   |
| Reserva - Reserva de Imparidade | 4.055.707   | 4.922.459   |
| Reserva - Reserva de Imparidade | 4.055.707   | 4.922.459   |

**14.12 - FATO RELEVANTE**

**14.12.1 Cisão Parcial BAFSA**

Conforme fato relevante publicado em 25 de setembro de 2005, as assembleias da controlada em conjunto BAFSA, sem a intenção de realizar uma reestruturação societária atípica da criação de uma nova entidade empresarial, passaram a BAFSA a ter como únicas acionistas a CPTL de ação e a CNF Energia Ltda. A gestão da CNF Energia Ltda. na qual a BAFSA investiu, será feita mediante a formação de um consórcio composto pela sociedade resultante da cisão da BAFSA e pelos acionistas que deixaram de participar do seu capital social a Alcoa Alumina S.A. Companhia Brasileira de Alumínio e Companhia Cimento Portland S.A.

O Consórcio a ser formado detém a concessão compartilhada dos ativos e da produção da CNF Energia Ltda. nas mesmas proporções atuais a saber:

|                                  | Porcentual     |
|----------------------------------|----------------|
| Alcoa Alumina S.A.               | 47,19%         |
| Companhia Brasileira de Alumínio | 15,00%         |
| Companhia Cimento Portland S.A.  | 3,00%          |
| BAFSA (após cisão)               | <u>34,81%</u>  |
| Total                            | <u>100,00%</u> |

Referido processo de reestruturação societária será objeto de análise pelo DNDEB, mediante BAFSA e obedecendo aos procedimentos legais e regulamentares sendo submetido previamente ao

#### 14.11 - OUTROS EXPLICATIVOS

autoridades governamentais, em especial a ANLLL

#### 34.2 Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica

Ata da Reunião nº 234 de 31 de outubro de 2008, a ANFFI estabeleceu os critérios gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos técnicos para a realização do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica. Essa resolução visa, sobretudo, a aprimorar conceitos já utilizados no Primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias, tais como a determinação do Custo de Capital, da Base de Remuneração Regulatória e da Fmessa da Fmessa Anual.

Em relação à implementação da Base de Remuneração Regulatória, tal como mencionado, foi definida a necessidade de manutenção do controle supracitado, em paralelo aos registros contábeis, considerando todas as ações e fluxos ocorridos na área regulada em serviço.

A alteração de metodologia refere-se às Obrigações Especiais, cujos ativos vinculados não terão suas reintegrações reconhecidas na revisão. Essas Obrigações Especiais, a partir do Segundo Revisão Tarifária, passarão a ser amortizadas e registradas a crédito do resultado das concessionárias, através da aplicação da taxa de depreciação média dos ativos a que se referam.

Quanto à metodologia de cálculo da Taxa de Remuneração do Investimento, a ser considerada na revisão tarifária, a metodologia, apenas com a atualização das séries históricas, e no Primeiro Ciclo, que considera a estrutura como de capital próprio e terceiros, e custo médio de capital ponderado (WACC regulatório).

Na distribuição dos Custos Operacionais, será preservada a comparação com a Empresa de Referência, embora haja a possibilidade de maior distribuição de energia para a ANFFI. Por último, a ANLLL alterou metodologia de cálculo de Valor X, excluindo o componente X<sub>0</sub>, embora tenha mantido o método do Fluxo de Caixa Descontado para apuração do componente X<sub>0</sub>, que procura capturar os futuros ganhos de escala do negócio de distribuição.

As implicações desta nova regulação e implementação são analisadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas.







RENDIMENTO FISCAL FOMENTO

CNPJ - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

CNP - REGISTRAÇÃO DE EMPRESAS E VALORES MOBILIÁRIOS

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

CNPIS - C

CNPIS - ENERGIA S.A.

Revisão: 01/2007

Legislação: 000000000000

DATA BASE: 01/12/2006

CNPIS - 000000000000

14.11 - FOMENTO FISCAL

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da CNPIS - Energia S.A., no desempenho de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório Anual de Administração, as demonstrações financeiras de Exercício Social de 2006, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria da Companhia, pelo representante da Auditoria Externa e a Assessoria Legal, no parecer da Balança Técnica Tripartite, Assessoria Independente, datado de 26 de janeiro de 2007, e de acordo com os referidos documentos estão em condições de serem aprovadas e votadas pela Assembleia Geral Ordinária do Exercício.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2007.

Paulo Medina

Fernando Dias Gomes

Jose Ricardo Fagundes Horni

Luiz Augusto Okessa Silva

Ivan Mendes de Carmo

RENDIMENTO FUNDOS FUNDOS

CNH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

OPF - ORGANIZAÇÃO PARA APROVEITAMENTO DA ENERGIA

ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Divulgação Relativa a

Legislação Societária

DATA BASE 30/12/2008

DESCRIÇÃO

CPEL ENERGIA S.A.

CZ.429.144/0001-63

14.11 - NOTAS EXPLICATIVAS

#### DIRETORIA

Wilson P. Ferreira Junior  
Diretor Presidente

Reni Antonio de Sáles  
Diretor Vice-presidente de Estrutura e  
Regulação

Jose Antonio de Almeida Filho  
Diretor Vice-presidente Finanças e  
de Relação com Investidores

Paulo Cesar Cavilha Teixeira  
Diretor Vice-presidente de Gestão  
de Energia

Helio Viana Pereira  
Diretor Vice-presidente de Distribuição

Miguel Normando Antella Sassi  
Diretor Vice-presidente de Gestão

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Ernesto de Moraes  
Presidente

Cecília Mendes Garcez Siqueira  
Vice-presidente

Conselheiros

Francisco Caprinho Neto

Roberto Faldini

Milene Luciano dos Santos

Rosana Helena Stephen Jatta

#### DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Antônio Carlos Bassola  
Diretor de Contabilidade  
CRC 1SP087/11P-6

Sergio Luiz Felício  
Diretor de Contabilidade  
CRC 1SP192767-0-6



- 
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APROVAÇÃO SOBRE A COMPANHIA SEQUER DA SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVELS RELATIVAS DADO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

## 01 21 0E4T F06C60

|             |                |                    |
|-------------|----------------|--------------------|
| 01066-0     | CPFL ENERG S.A | 32 420.144/0201-03 |
| 76300789753 |                |                    |

## 01 28 SEDE

|  |  |  |  |
|--|--|--|--|
| 1. Estimated Gross Profit<br>Estimated Gross Profit = 1000000<br>1000000 |  | 2. Estimated Net Profit<br>Estimated Net Profit = 200000<br>200000 |  |
| 3. Estimated Gross Profit Margin<br>1000000                              | 4. Estimated Net Profit Margin<br>200000 | 5. Estimated Gross Profit Margin<br>1000000                        | 6. Estimated Net Profit Margin<br>200000 |

## 01.12 - DIRECTOR DE RELACIÓES COM INVESTIDORES: Endorseo para Correspondência com a Compa-hial

[illegible]

## 01.14 - REFERENCE MATERIAL FOR

| Cuentas                         |                      | 31 de diciembre de 2020 |                      | 31 de diciembre de 2019 |                      |
|---------------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| En miles de euros               | En millones de euros | En miles de euros       | En millones de euros | En miles de euros       | En millones de euros |
| 01.21.2020                      | 51.72.200            | 1                       | 51.01.200            | 11.20.2020              | 4                    |
| El Valor Ajustado Independiente |                      |                         |                      | 204.250                 |                      |
| El Valor Ajustado Independiente |                      |                         |                      | 204.250                 |                      |
| El Valor Ajustado Independiente |                      |                         |                      | 204.250                 |                      |

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                   |      |                    |
|-----------------|-------------------|------|--------------------|
| Nome da Empresa | OTIL LUBRILIA S/A | CNPJ | 03.420.144/0001-23 |
|-----------------|-------------------|------|--------------------|

01.02 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

| Descrição da Participação    | Valor Nominal (R\$) | Valor em Dólar (US\$) | Valor em Euro (€) |
|------------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| <b>Capital Integralizado</b> |                     |                       |                   |
| 1 - Ordinária                | 470.010.938         | 470.010.938           | 470.010.938       |
| 2 - Preferencial             | 0                   | 0                     | 0                 |
| 3 - Total                    | 470.010.938         | 470.010.938           | 470.010.938       |
| <b>Em Descumpra</b>          |                     |                       |                   |
| 4 - Ordinária                | 0                   | 0                     | 0                 |
| 5 - Preferencial             | 0                   | 0                     | 0                 |
| 6 - Total                    | 0                   | 0                     | 0                 |

01.03 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

|                      |  |
|----------------------|--|
| Atividade Principal  | Empresa Comercial, Industrial e Outras       |
| Atividade Secundária |  |
| Operacional          |  |
| Administrativa       |  |
| Financeira           |  |
| Logística            |  |
| Outras               |  |
| Setor                | 1120 - Emp. com Part. - Renda Fixa           |
| Subsetor             |  |
| Outros               | Outros Participações Sociais - Indus. e Com. |
| Setor                |  |
| Subsetor             |  |
| Outros               |  |
| Setor                |  |
| Subsetor             |  |
| Outros               |  |

01.04 - SOCIEDADES NAS INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

|                   |          |                      |
|-------------------|----------|----------------------|
| Nome da Sociedade | Endereço | Capital Social (R\$) |
|-------------------|----------|----------------------|

01.05 - PROVENTOS EM DINHEIRO DE DEVEDORES EXC. PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

| Nome da Sociedade | Endereço              | Capital Social (R\$) | Valor em Dólar (US\$) | Valor em Euro (€) |
|-------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-------------------|
| 01 - 00001        | 21 - 00000 - 00000000 | 10.000.000           | 10.000.000            | 10.000.000        |



| RESEARCH AND DEVELOPMENT - IN-PROCESS |   |            |            |             |                       |
|---------------------------------------|---|------------|------------|-------------|-----------------------|
| PROJECT                               | DESCRIPTION                             | START DATE | END DATE   | STATUS      | REMARKS               |
| 1                                     | Development of a new product line       | 2010-01-01 | 2010-12-31 | In Progress | On Track              |
| 2                                     | Research on new materials               | 2011-01-01 | 2011-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 3                                     | Development of a new software platform  | 2012-01-01 | 2012-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 4                                     | Research on new manufacturing processes | 2013-01-01 | 2013-12-31 | Completed   | On Track              |
| 5                                     | Development of a new service line       | 2014-01-01 | 2014-12-31 | In Progress | On Track              |
| 6                                     | Research on new technologies            | 2015-01-01 | 2015-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 7                                     | Development of a new product line       | 2016-01-01 | 2016-12-31 | In Progress | On Track              |
| 8                                     | Research on new materials               | 2017-01-01 | 2017-12-31 | Completed   | On Track              |
| 9                                     | Development of a new software platform  | 2018-01-01 | 2018-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 10                                    | Research on new manufacturing processes | 2019-01-01 | 2019-12-31 | Completed   | On Track              |
| 11                                    | Development of a new service line       | 2020-01-01 | 2020-12-31 | In Progress | On Track              |
| 12                                    | Research on new technologies            | 2021-01-01 | 2021-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 13                                    | Development of a new product line       | 2022-01-01 | 2022-12-31 | In Progress | On Track              |
| 14                                    | Research on new materials               | 2023-01-01 | 2023-12-31 | Completed   | On Track              |
| 15                                    | Development of a new software platform  | 2024-01-01 | 2024-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 16                                    | Research on new manufacturing processes | 2025-01-01 | 2025-12-31 | Completed   | On Track              |
| 17                                    | Development of a new service line       | 2026-01-01 | 2026-12-31 | In Progress | On Track              |
| 18                                    | Research on new technologies            | 2027-01-01 | 2027-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 19                                    | Development of a new product line       | 2028-01-01 | 2028-12-31 | In Progress | On Track              |
| 20                                    | Research on new materials               | 2029-01-01 | 2029-12-31 | Completed   | On Track              |
| 21                                    | Development of a new software platform  | 2030-01-01 | 2030-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 22                                    | Research on new manufacturing processes | 2031-01-01 | 2031-12-31 | Completed   | On Track              |
| 23                                    | Development of a new service line       | 2032-01-01 | 2032-12-31 | In Progress | On Track              |
| 24                                    | Research on new technologies            | 2033-01-01 | 2033-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 25                                    | Development of a new product line       | 2034-01-01 | 2034-12-31 | In Progress | On Track              |
| 26                                    | Research on new materials               | 2035-01-01 | 2035-12-31 | Completed   | On Track              |
| 27                                    | Development of a new software platform  | 2036-01-01 | 2036-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 28                                    | Research on new manufacturing processes | 2037-01-01 | 2037-12-31 | Completed   | On Track              |
| 29                                    | Development of a new service line       | 2038-01-01 | 2038-12-31 | In Progress | On Track              |
| 30                                    | Research on new technologies            | 2039-01-01 | 2039-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 31                                    | Development of a new product line       | 2040-01-01 | 2040-12-31 | In Progress | On Track              |
| 32                                    | Research on new materials               | 2041-01-01 | 2041-12-31 | Completed   | On Track              |
| 33                                    | Development of a new software platform  | 2042-01-01 | 2042-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 34                                    | Research on new manufacturing processes | 2043-01-01 | 2043-12-31 | Completed   | On Track              |
| 35                                    | Development of a new service line       | 2044-01-01 | 2044-12-31 | In Progress | On Track              |
| 36                                    | Research on new technologies            | 2045-01-01 | 2045-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 37                                    | Development of a new product line       | 2046-01-01 | 2046-12-31 | In Progress | On Track              |
| 38                                    | Research on new materials               | 2047-01-01 | 2047-12-31 | Completed   | On Track              |
| 39                                    | Development of a new software platform  | 2048-01-01 | 2048-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 40                                    | Research on new manufacturing processes | 2049-01-01 | 2049-12-31 | Completed   | On Track              |
| 41                                    | Development of a new service line       | 2050-01-01 | 2050-12-31 | In Progress | On Track              |
| 42                                    | Research on new technologies            | 2051-01-01 | 2051-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 43                                    | Development of a new product line       | 2052-01-01 | 2052-12-31 | In Progress | On Track              |
| 44                                    | Research on new materials               | 2053-01-01 | 2053-12-31 | Completed   | On Track              |
| 45                                    | Development of a new software platform  | 2054-01-01 | 2054-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 46                                    | Research on new manufacturing processes | 2055-01-01 | 2055-12-31 | Completed   | On Track              |
| 47                                    | Development of a new service line       | 2056-01-01 | 2056-12-31 | In Progress | On Track              |
| 48                                    | Research on new technologies            | 2057-01-01 | 2057-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 49                                    | Development of a new product line       | 2058-01-01 | 2058-12-31 | In Progress | On Track              |
| 50                                    | Research on new materials               | 2059-01-01 | 2059-12-31 | Completed   | On Track              |
| 51                                    | Development of a new software platform  | 2060-01-01 | 2060-12-31 | On Hold     | Resource Allocation   |
| 52                                    | Research on new manufacturing processes | 2061-01-01 | 2061-12-31 | Completed   | On Track              |
| 53                                    | Development of a new service line       | 2062-01-01 | 2062-12-31 | In Progress | On Track              |
| 54                                    | Research on new technologies            | 2063-01-01 | 2063-12-31 | Completed   | Exceeded Expectations |
| 55                                    | Development of a new product line       | 2064-01-01 | 2064-12-31 | In Progress | On Track              |

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                         |                          |                 |
|-------------------------|--------------------------|-----------------|
| 01.31.01 - Razão Social | 01.31.02 - Nome Fantasia | 01.31.03 - CNPJ |
| 0131010                 | 0131020                  | 0131030         |

01.31 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (R\$ mil)

| 01.31.01 - Ativo                     | 01.31.02 - Ativo Circulante          | 01.31.03 - Ativo Não Circulante |
|--------------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|
| 0131010                              | 0131020                              | 0131030                         |
| 01310101 - Caixa                     | 01310201 - Caixa                     | 01310301 - Imobilizado          |
| 01310102 - Bancos                    | 01310202 - Bancos                    | 01310302 - Intangível           |
| 01310103 - Aplicações Financeiras    | 01310203 - Aplicações Financeiras    | 01310303 - Diferido             |
| 01310104 - Estoques                  | 01310204 - Estoques                  | 01310304 - Diferido             |
| 01310105 - Prepagos                  | 01310205 - Prepagos                  | 01310305 - Diferido             |
| 01310106 - Outros Ativos Circulantes | 01310206 - Outros Ativos Circulantes | 01310306 - Diferido             |
| 01310107 - Duplicatas a Receber      | 01310207 - Duplicatas a Receber      | 01310307 - Diferido             |
| 01310108 - Contas a Receber          | 01310208 - Contas a Receber          | 01310308 - Diferido             |
| 01310109 - Outros Ativos Circulantes | 01310209 - Outros Ativos Circulantes | 01310309 - Diferido             |
| 01310110 - Duplicatas a Pagar        | 01310210 - Duplicatas a Pagar        | 01310310 - Diferido             |
| 01310111 - Contas a Pagar            | 01310211 - Contas a Pagar            | 01310311 - Diferido             |
| 01310112 - Outros Ativos Circulantes | 01310212 - Outros Ativos Circulantes | 01310312 - Diferido             |
| 01310113 - Duplicatas a Receber      | 01310213 - Duplicatas a Receber      | 01310313 - Diferido             |
| 01310114 - Contas a Receber          | 01310214 - Contas a Receber          | 01310314 - Diferido             |
| 01310115 - Outros Ativos Circulantes | 01310215 - Outros Ativos Circulantes | 01310315 - Diferido             |
| 01310116 - Duplicatas a Pagar        | 01310216 - Duplicatas a Pagar        | 01310316 - Diferido             |
| 01310117 - Contas a Pagar            | 01310217 - Contas a Pagar            | 01310317 - Diferido             |
| 01310118 - Outros Ativos Circulantes | 01310218 - Outros Ativos Circulantes | 01310318 - Diferido             |
| 01310119 - Duplicatas a Receber      | 01310219 - Duplicatas a Receber      | 01310319 - Diferido             |
| 01310120 - Contas a Receber          | 01310220 - Contas a Receber          | 01310320 - Diferido             |
| 01310121 - Outros Ativos Circulantes | 01310221 - Outros Ativos Circulantes | 01310321 - Diferido             |
| 01310122 - Duplicatas a Pagar        | 01310222 - Duplicatas a Pagar        | 01310322 - Diferido             |
| 01310123 - Contas a Pagar            | 01310223 - Contas a Pagar            | 01310323 - Diferido             |
| 01310124 - Outros Ativos Circulantes | 01310224 - Outros Ativos Circulantes | 01310324 - Diferido             |
| 01310125 - Duplicatas a Receber      | 01310225 - Duplicatas a Receber      | 01310325 - Diferido             |
| 01310126 - Contas a Receber          | 01310226 - Contas a Receber          | 01310326 - Diferido             |
| 01310127 - Outros Ativos Circulantes | 01310227 - Outros Ativos Circulantes | 01310327 - Diferido             |
| 01310128 - Duplicatas a Pagar        | 01310228 - Duplicatas a Pagar        | 01310328 - Diferido             |
| 01310129 - Contas a Pagar            | 01310229 - Contas a Pagar            | 01310329 - Diferido             |
| 01310130 - Outros Ativos Circulantes | 01310230 - Outros Ativos Circulantes | 01310330 - Diferido             |
| 01310131 - Duplicatas a Receber      | 01310231 - Duplicatas a Receber      | 01310331 - Diferido             |
| 01310132 - Contas a Receber          | 01310232 - Contas a Receber          | 01310332 - Diferido             |
| 01310133 - Outros Ativos Circulantes | 01310233 - Outros Ativos Circulantes | 01310333 - Diferido             |
| 01310134 - Duplicatas a Pagar        | 01310234 - Duplicatas a Pagar        | 01310334 - Diferido             |
| 01310135 - Contas a Pagar            | 01310235 - Contas a Pagar            | 01310335 - Diferido             |
| 01310136 - Outros Ativos Circulantes | 01310236 - Outros Ativos Circulantes | 01310336 - Diferido             |
| 01310137 - Duplicatas a Receber      | 01310237 - Duplicatas a Receber      | 01310337 - Diferido             |
| 01310138 - Contas a Receber          | 01310238 - Contas a Receber          | 01310338 - Diferido             |
| 01310139 - Outros Ativos Circulantes | 01310239 - Outros Ativos Circulantes | 01310339 - Diferido             |
| 01310140 - Duplicatas a Pagar        | 01310240 - Duplicatas a Pagar        | 01310340 - Diferido             |
| 01310141 - Contas a Pagar            | 01310241 - Contas a Pagar            | 01310341 - Diferido             |
| 01310142 - Outros Ativos Circulantes | 01310242 - Outros Ativos Circulantes | 01310342 - Diferido             |
| 01310143 - Duplicatas a Receber      | 01310243 - Duplicatas a Receber      | 01310343 - Diferido             |
| 01310144 - Contas a Receber          | 01310244 - Contas a Receber          | 01310344 - Diferido             |
| 01310145 - Outros Ativos Circulantes | 01310245 - Outros Ativos Circulantes | 01310345 - Diferido             |
| 01310146 - Duplicatas a Pagar        | 01310246 - Duplicatas a Pagar        | 01310346 - Diferido             |
| 01310147 - Contas a Pagar            | 01310247 - Contas a Pagar            | 01310347 - Diferido             |
| 01310148 - Outros Ativos Circulantes | 01310248 - Outros Ativos Circulantes | 01310348 - Diferido             |
| 01310149 - Duplicatas a Receber      | 01310249 - Duplicatas a Receber      | 01310349 - Diferido             |
| 01310150 - Contas a Receber          | 01310250 - Contas a Receber          | 01310350 - Diferido             |
| 01310151 - Outros Ativos Circulantes | 01310251 - Outros Ativos Circulantes | 01310351 - Diferido             |
| 01310152 - Duplicatas a Pagar        | 01310252 - Duplicatas a Pagar        | 01310352 - Diferido             |
| 01310153 - Contas a Pagar            | 01310253 - Contas a Pagar            | 01310353 - Diferido             |
| 01310154 - Outros Ativos Circulantes | 01310254 - Outros Ativos Circulantes | 01310354 - Diferido             |
| 01310155 - Duplicatas a Receber      | 01310255 - Duplicatas a Receber      | 01310355 - Diferido             |
| 01310156 - Contas a Receber          | 01310256 - Contas a Receber          | 01310356 - Diferido             |
| 01310157 - Outros Ativos Circulantes | 01310257 - Outros Ativos Circulantes | 01310357 - Diferido             |
| 01310158 - Duplicatas a Pagar        | 01310258 - Duplicatas a Pagar        | 01310358 - Diferido             |
| 01310159 - Contas a Pagar            | 01310259 - Contas a Pagar            | 01310359 - Diferido             |
| 01310160 - Outros Ativos Circulantes | 01310260 - Outros Ativos Circulantes | 01310360 - Diferido             |
| 01310161 - Duplicatas a Receber      | 01310261 - Duplicatas a Receber      | 01310361 - Diferido             |
| 01310162 - Contas a Receber          | 01310262 - Contas a Receber          | 01310362 - Diferido             |
| 01310163 - Outros Ativos Circulantes | 01310263 - Outros Ativos Circulantes | 01310363 - Diferido             |
| 01310164 - Duplicatas a Pagar        | 01310264 - Duplicatas a Pagar        | 01310364 - Diferido             |
| 01310165 - Contas a Pagar            | 01310265 - Contas a Pagar            | 01310365 - Diferido             |
| 01310166 - Outros Ativos Circulantes | 01310266 - Outros Ativos Circulantes | 01310366 - Diferido             |
| 01310167 - Duplicatas a Receber      | 01310267 - Duplicatas a Receber      | 01310367 - Diferido             |
| 01310168 - Contas a Receber          | 01310268 - Contas a Receber          | 01310368 - Diferido             |
| 01310169 - Outros Ativos Circulantes | 01310269 - Outros Ativos Circulantes | 01310369 - Diferido             |
| 01310170 - Duplicatas a Pagar        | 01310270 - Duplicatas a Pagar        | 01310370 - Diferido             |
| 01310171 - Contas a Pagar            | 01310271 - Contas a Pagar            | 01310371 - Diferido             |
| 01310172 - Outros Ativos Circulantes | 01310272 - Outros Ativos Circulantes | 01310372 - Diferido             |
| 01310173 - Duplicatas a Receber      | 01310273 - Duplicatas a Receber      | 01310373 - Diferido             |
| 01310174 - Contas a Receber          | 01310274 - Contas a Receber          | 01310374 - Diferido             |
| 01310175 - Outros Ativos Circulantes | 01310275 - Outros Ativos Circulantes | 01310375 - Diferido             |
| 01310176 - Duplicatas a Pagar        | 01310276 - Duplicatas a Pagar        | 01310376 - Diferido             |
| 01310177 - Contas a Pagar            | 01310277 - Contas a Pagar            | 01310377 - Diferido             |
| 01310178 - Outros Ativos Circulantes | 01310278 - Outros Ativos Circulantes | 01310378 - Diferido             |
| 01310179 - Duplicatas a Receber      | 01310279 - Duplicatas a Receber      | 01310379 - Diferido             |
| 01310180 - Contas a Receber          | 01310280 - Contas a Receber          | 01310380 - Diferido             |
| 01310181 - Outros Ativos Circulantes | 01310281 - Outros Ativos Circulantes | 01310381 - Diferido             |
| 01310182 - Duplicatas a Pagar        | 01310282 - Duplicatas a Pagar        | 01310382 - Diferido             |
| 01310183 - Contas a Pagar            | 01310283 - Contas a Pagar            | 01310383 - Diferido             |
| 01310184 - Outros Ativos Circulantes | 01310284 - Outros Ativos Circulantes | 01310384 - Diferido             |
| 01310185 - Duplicatas a Receber      | 01310285 - Duplicatas a Receber      | 01310385 - Diferido             |
| 01310186 - Contas a Receber          | 01310286 - Contas a Receber          | 01310386 - Diferido             |
| 01310187 - Outros Ativos Circulantes | 01310287 - Outros Ativos Circulantes | 01310387 - Diferido             |
| 01310188 - Duplicatas a Pagar        | 01310288 - Duplicatas a Pagar        | 01310388 - Diferido             |
| 01310189 - Contas a Pagar            | 01310289 - Contas a Pagar            | 01310389 - Diferido             |
| 01310190 - Outros Ativos Circulantes | 01310290 - Outros Ativos Circulantes | 01310390 - Diferido             |
| 01310191 - Duplicatas a Receber      | 01310291 - Duplicatas a Receber      | 01310391 - Diferido             |
| 01310192 - Contas a Receber          | 01310292 - Contas a Receber          | 01310392 - Diferido             |
| 01310193 - Outros Ativos Circulantes | 01310293 - Outros Ativos Circulantes | 01310393 - Diferido             |
| 01310194 - Duplicatas a Pagar        | 01310294 - Duplicatas a Pagar        | 01310394 - Diferido             |
| 01310195 - Contas a Pagar            | 01310295 - Contas a Pagar            | 01310395 - Diferido             |
| 01310196 - Outros Ativos Circulantes | 01310296 - Outros Ativos Circulantes | 01310396 - Diferido             |
| 01310197 - Duplicatas a Receber      | 01310297 - Duplicatas a Receber      | 01310397 - Diferido             |
| 01310198 - Contas a Receber          | 01310298 - Contas a Receber          | 01310398 - Diferido             |
| 01310199 - Outros Ativos Circulantes | 01310299 - Outros Ativos Circulantes | 01310399 - Diferido             |
| 01310200 - Duplicatas a Pagar        | 01310300 - Diferido                  | 01310400 - Diferido             |

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                           |                    |
|----------------|---------------------------|--------------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - RAZÃO SOCIAL   | 01.31.03 - CNPJ    |
| 018630         | ORYZIFICACAO EXTERIOR S/A | 03.420.144/0001-23 |

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO (R\$ Mil M)

| 01.32.01 - CVM | 01.32.02 - Descrição | 01.32.03 - 31/03/2019 | 01.32.04 - 31/03/2018 |
|----------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01.32.01.01    | Capital de Terceiros | 1.314.465             | 1.314.465             |
| 01.32.01.02    | Capital Próprio      | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.03    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.04    | Reservas             | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.05    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.06    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.07    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.08    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.09    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.10    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.11    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.12    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.13    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.14    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.15    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.16    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.17    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.18    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.19    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.20    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.21    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.22    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.23    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.24    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.25    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.26    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.27    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.28    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.29    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.30    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.31    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.32    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.33    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.34    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.35    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.36    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.37    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.38    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.39    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.40    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.41    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.42    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.43    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.44    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.45    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.46    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.47    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.48    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |
| 01.32.01.49    | Reserva de Retenções | -                     | -                     |
| 01.32.01.50    | Reserva de Retenções | 1.000.000             | 1.000.000             |





[illegible]

Large, low, dry, open  
Grassland, dry, open

၁၄၂၇-၁၁၁၆၂၀၀၂ : ၁၆

[illegible]

OL 2 - Oshkosh Area Community Development (R13, W1)

013 - IDENTIFICAÇÃO

| Item |  | Descrição | Valor Unit | Valor Total |
|------|--|-----------|------------|-------------|
|      |  |           | R\$        | R\$         |

043 - DEMONSTRATIVO PREÇO DE VALORES COMO INCLUSIVE 10 (dez) ME

| Item | Descrição       | Valor Unit | Valor Total | Valor Unit | Valor Total |
|------|-----------------|------------|-------------|------------|-------------|
| 001  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 002  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 003  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 004  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 005  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 006  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 007  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 008  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 009  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 010  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 011  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 012  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 013  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 014  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 015  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 016  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 017  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 018  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 019  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 020  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 021  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 022  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 023  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 024  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 025  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 026  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 027  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 028  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 029  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 030  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 031  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 032  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 033  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 034  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 035  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 036  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 037  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 038  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 039  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 040  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 041  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 042  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 043  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 044  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 045  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 046  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 047  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 048  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 049  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 050  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 051  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 052  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 053  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 054  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 055  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 056  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 057  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 058  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 059  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 060  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 061  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 062  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 063  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 064  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 065  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 066  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 067  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 068  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 069  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 070  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 071  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 072  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 073  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 074  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 075  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 076  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 077  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 078  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 079  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 080  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 081  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 082  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 083  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 084  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 085  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 086  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 087  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 088  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 089  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 090  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 091  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 092  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 093  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 094  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 095  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 096  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 097  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 098  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 099  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |
| 100  | CONCRETO ARMADO |            |             |            |             |

01.3 - IDENTIFICAÇÃO

| EMPRESA | Setor | Setor | Setor |
|---------|-------|-------|-------|
| 00000   | 00000 | 00000 | 00000 |

TABLE 1 - INFORMATION ON THE COMPANY - INFORMATION ON THE COMPANY

| EMPRESA | Setor | Setor | Setor | Setor | Setor | Setor | Setor |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 00000   | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 |
| 00000   | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 |
| 00000   | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 | 00000 |









01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|      |                           |      |                    |
|------|---------------------------|------|--------------------|
| Nome | ORYZIFICACAO EXTREMA S.A. | CNPJ | 03.420.144/0001-23 |
|------|---------------------------|------|--------------------|

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ mil)

| Conta | Descrição               | 31/03/09  | 31/03/08  |
|-------|-------------------------|-----------|-----------|
| 2000  | Capital de Terceiros    | 10.344,34 | 10.344,34 |
| 2001  | Capital Social          | 2.131,44  | 2.131,44  |
| 2002  | Reserva de Imp. Perman. | 1.076,70  | 1.076,70  |
| 2003  | Reserva de Div.         | 1.174,70  | 1.174,70  |
| 2004  | Reserva de Imp. Perman. | 10.752,27 | 10.752,27 |
| 2005  | Reservas                | 14.378,45 | 14.378,45 |
| 2006  | Reserva de Contribuinte | 1.174,70  | 1.174,70  |
| 2007  | Reservas                | 4,00      | 4,00      |
| 2008  | Reservas                | 10.131,27 | 10.131,27 |
| 2009  | Reserva de Imp. Perman. | 10.752,27 | 10.752,27 |
| 2010  | Reserva de Imp.         | 10.752,27 | 10.752,27 |
| 2011  | Reservas                | 76,70     | 76,70     |
| 2012  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2013  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2014  | Reserva                 | 10,00     | 10,00     |
| 2015  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2016  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2017  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2018  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2019  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2020  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2021  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2022  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2023  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2024  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2025  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2026  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2027  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2028  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2029  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2030  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2031  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2032  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2033  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2034  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2035  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2036  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2037  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2038  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2039  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2040  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2041  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2042  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2043  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2044  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2045  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2046  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2047  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2048  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2049  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2050  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2051  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2052  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2053  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2054  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2055  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2056  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2057  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2058  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2059  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2060  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2061  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2062  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2063  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2064  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2065  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2066  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2067  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2068  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2069  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2070  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2071  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2072  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2073  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2074  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2075  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2076  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2077  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2078  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2079  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2080  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2081  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2082  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2083  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2084  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2085  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2086  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2087  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2088  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2089  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2090  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2091  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2092  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2093  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2094  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2095  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2096  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2097  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2098  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2099  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |
| 2100  | Reserva de Imp. Perman. | 10,00     | 10,00     |

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - CVM | 01.31.03 - CVM |
| 01.31.04 - CVM | 01.31.05 - CVM | 01.31.06 - CVM |

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ mil)

| 01.32.01    | 01.32.02    | 01.32.03    | 01.32.04     |
|-------------|-------------|-------------|--------------|
| 01.32.01.01 | 01.32.01.02 | 01.32.01.03 | 01.32.01.04  |
| 01.32.01.05 | 01.32.01.06 | 01.32.01.07 | 01.32.01.08  |
| 01.32.01.09 | 01.32.01.10 | 01.32.01.11 | 01.32.01.12  |
| 01.32.01.13 | 01.32.01.14 | 01.32.01.15 | 01.32.01.16  |
| 01.32.01.17 | 01.32.01.18 | 01.32.01.19 | 01.32.01.20  |
| 01.32.01.21 | 01.32.01.22 | 01.32.01.23 | 01.32.01.24  |
| 01.32.01.25 | 01.32.01.26 | 01.32.01.27 | 01.32.01.28  |
| 01.32.01.29 | 01.32.01.30 | 01.32.01.31 | 01.32.01.32  |
| 01.32.01.33 | 01.32.01.34 | 01.32.01.35 | 01.32.01.36  |
| 01.32.01.37 | 01.32.01.38 | 01.32.01.39 | 01.32.01.40  |
| 01.32.01.41 | 01.32.01.42 | 01.32.01.43 | 01.32.01.44  |
| 01.32.01.45 | 01.32.01.46 | 01.32.01.47 | 01.32.01.48  |
| 01.32.01.49 | 01.32.01.50 | 01.32.01.51 | 01.32.01.52  |
| 01.32.01.53 | 01.32.01.54 | 01.32.01.55 | 01.32.01.56  |
| 01.32.01.57 | 01.32.01.58 | 01.32.01.59 | 01.32.01.60  |
| 01.32.01.61 | 01.32.01.62 | 01.32.01.63 | 01.32.01.64  |
| 01.32.01.65 | 01.32.01.66 | 01.32.01.67 | 01.32.01.68  |
| 01.32.01.69 | 01.32.01.70 | 01.32.01.71 | 01.32.01.72  |
| 01.32.01.73 | 01.32.01.74 | 01.32.01.75 | 01.32.01.76  |
| 01.32.01.77 | 01.32.01.78 | 01.32.01.79 | 01.32.01.80  |
| 01.32.01.81 | 01.32.01.82 | 01.32.01.83 | 01.32.01.84  |
| 01.32.01.85 | 01.32.01.86 | 01.32.01.87 | 01.32.01.88  |
| 01.32.01.89 | 01.32.01.90 | 01.32.01.91 | 01.32.01.92  |
| 01.32.01.93 | 01.32.01.94 | 01.32.01.95 | 01.32.01.96  |
| 01.32.01.97 | 01.32.01.98 | 01.32.01.99 | 01.32.01.100 |

24767444

| UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO |       | INSTITUTO DE FÍSICA |           | CURSO DE FÍSICA |      | DISCIPLINA DE FÍSICA GERAL |       | PROVA DE FÍSICA GERAL |           |
|--|-------|---------------------|-----------|-----------------|------|----------------------------|-------|-----------------------|-----------|
| NOME DO ALUNO                          |       | Nº DE INSCRIÇÃO     |           | DATA DA PROVA   |      | LOCAL DA PROVA             |       | PROFESSOR             |           |
| 1                                      | ALUNO | 2                   | INSCRIÇÃO | 3               | DATA | 4                          | LOCAL | 5                     | PROFESSOR |
| 6                                      | 7     | 8                   | 9         | 10              | 11   | 12                         | 13    | 14                    | 15        |
| 16                                     | 17    | 18                  | 19        | 20              | 21   | 22                         | 23    | 24                    | 25        |
| 26                                     | 27    | 28                  | 29        | 30              | 31   | 32                         | 33    | 34                    | 35        |
| 36                                     | 37    | 38                  | 39        | 40              | 41   | 42                         | 43    | 44                    | 45        |
| 46                                     | 47    | 48                  | 49        | 50              | 51   | 52                         | 53    | 54                    | 55        |
| 56                                     | 57    | 58                  | 59        | 60              | 61   | 62                         | 63    | 64                    | 65        |
| 66                                     | 67    | 68                  | 69        | 70              | 71   | 72                         | 73    | 74                    | 75        |
| 76                                     | 77    | 78                  | 79        | 80              | 81   | 82                         | 83    | 84                    | 85        |
| 86                                     | 87    | 88                  | 89        | 90              | 91   | 92                         | 93    | 94                    | 95        |
| 96                                     | 97    | 98                  | 99        | 100             | 101  | 102                        | 103   | 104                   | 105       |















07-429-1941001-53

## Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

A CPEL Energia S/A ("CPEL Energia" ou "Sociedade") é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com a seguinte premissa de que a mesma detém, direta ou indiretamente, o capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de construção, operação e comercialização de energia elétrica.

| Categorías                        | Número de<br>contenedores | 01/01/2011   |        | 01/01/2012   |        |
|-----------------------------------|---------------------------|--------------|--------|--------------|--------|
|                                   |                           | Promo gratis | Normal | Promo gratis | Normal |
| <b>2.000 toneladas de cemento</b> |                           |              |        |              |        |
| Cemento Portland 42,5             | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 52,5             | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 62,5             | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 72,5             | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 82,5             | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 92,5             | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 102,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 112,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 122,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 132,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 142,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 152,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 162,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 172,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 182,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 192,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 202,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 212,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 222,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 232,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 242,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 252,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 262,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 272,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 282,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 292,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 302,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 312,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 322,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 332,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 342,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 352,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 362,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 372,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 382,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 392,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 402,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 412,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 422,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 432,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 442,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 452,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 462,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 472,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 482,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 492,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 502,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 512,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 522,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 532,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 542,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 552,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 562,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 572,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 582,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 592,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 602,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 612,5            | 100                       | 100,00       |        | 100,00       |        |
| Cemento Portland 622,5            | 100                       | 100,00       |        |              |        |

## 4.2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações fornecidas por ITR e sua Sociedade Filial consolidadas foram elaboradas por meio de uma  
com as seguintes contagens e coladas no Dossiê, tendo atendido de forma integral todos os conceitos

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### NOTA - NOTAS EXPLICATIVAS

elaboradas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, na segunda e terceira Manos de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, por em conformidade com as normas técnicas pela ANEP. A per teoria como base as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão conformes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras (DF) de alguns exercícios passados e devem ser analisados em conjunto.

#### 2.1 Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08

Em 29 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 que alterou, revogou e introduziu novas disposições à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Em 3 de dezembro de 2009, a Medida Provisória nº 449 alterou e complementou alguns aspectos da referida lei e instituiu o regime tributário de transição, entre outras providências.

As DFs de 31 de março de 2008 e DFs 31 de dezembro de 2008 refletem, em todos os aspectos materiais, as modificações propostas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. Em conformidade com o CPC 13 - Adoção, a partir da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, a Sociedade e suas controladas modificaram as informações financeiras referente ao período de 31 de março de 2008 de modo a contemplar as modificações previstas em lei.

Desta forma, os efeitos da alteração de práticas contábeis e reclassificações no resultado dos exercícios findos em 31 de março de 2008 e 2008 estão apresentados a seguir:

|   | Lucro Líquido                 |                               | Patrimônio Líquido      |
|---|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------|
|   | 1.º Período 2009<br>(2008-03) | 1.º Período 2008<br>(2007-06) | 31/03/2009<br>(2008-03) |
| <b>Período de transição (Lei nº 11.638/07)</b>                |                               |                               |                         |
| <b>Quarta</b>   |                               |                               |                         |
| Reversão  | 21.451                        | 1.947.146                     | 192.234                 |
| Reversão de demonstrações anteriores (Lei nº 6.404/76)        | 1.017.216                     | 4.991                         | 24.221                  |
| Reversão de demonstrações anteriores (Lei nº 6.404/76)        | 40                            | 171                           | 40                      |
| Reversão de demonstrações anteriores (Lei nº 6.404/76)        | 11.455                        | 2.994                         | 2.261                   |
| <b>Subtotal</b>   | <b>23.962</b>                 | <b>177.352</b>                | <b>15.756</b>           |
| <b>Período após a adoção da Lei nº 11.638/07</b>              | <b>282.733</b>                | <b>285.332</b>                | <b>5.201.322</b>        |
| <b>Reclassificações (Lei nº 11.638/07)</b>                    |                               |                               |                         |
| Reclassificação de demonstrações anteriores (Lei nº 6.404/76) | 127.520                       | 125.477                       |                         |
| Reclassificação de demonstrações anteriores (Lei nº 6.404/76) | 12.492                        | 12.492                        |                         |

#### 2.2 Critérios de consolidação

As DFs consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas. Até 31 de dezembro de 2008, as demonstrações financeiras da Período eram consolidadas pela Sociedade. Após a aprovação do reestruturamento societário (Lei nº 12.711), no qual a Período foi incorporada pela CPFL Jaguaruna, a Sociedade passou a atuar diretamente a participação nas subsidiárias CPFL Leite, Período, CPFL Jaguar, CPFL São Paulo, CPFL Matosa, CPFL Services, CPFL Planalto, CPFL Jaguar Geração e CPFL Jaguaruna.

Adicionalmente à consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Geração, CPFL Jaguar Geração e CPFL Brasil são consolidadas com as de suas controladas integral ou proporcionalmente, para as controladas em conjunto.

07-429-1941001-53

Respostas em condições desafiadoras são a parcela real da aprendizagem não apenas porque esta desafiadora no ensino é o resultado do exercício em cada ano acrescentado.

As práticas contábeis das entidades estão consistentes com aquelas exigidas pela legislação em vigor de acordo com o ZCSP em conformidade com a adoção oficial da Lei nº 11.639/07 e Medida Provisória nº 449/06 (anexo).

|   | Group 2000   |                                 |      |              | 11-12-2000        |       |
|---|--------------|---------------------------------|------|--------------|-------------------|-------|
|   | Comprometido | 11-01-2000<br>Ant. Comprometido | Exp. | Comprometido | Ant. Comprometido | Total |
| <b>Amort.</b>   |              |                                 |      |              |                   |       |
| Capitalizado - Contabilizado de la P. y M. en el rol de la D. |              |                                 |      |              |                   |       |
| - Impuesto al Consumo de la P. y M.                           |              |                                 |      |              |                   |       |
| - 1999  | 0            |                                 | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2000  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2001  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2002  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2003  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2004  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2005  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2006  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2007  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2008  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2009  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2010  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2011  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2012  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2013  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2014  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2015  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2016  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2017  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2018  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2019  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2020  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2021  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2022  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2023  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2024  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2025  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2026  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2027  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2028  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2029  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2030  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2031  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2032  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2033  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2034  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2035  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2036  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2037  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2038  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2039  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2040  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2041  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2042  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2043  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2044  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2045  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2046  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2047  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2048  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2049  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2050  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2051  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2052  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2053  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2054  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2055  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2056  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2057  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2058  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2059  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2060  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2061  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2062  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2063  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2064  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2065  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2066  | 0            | 0                               | 0%   | 0            | 0                 | 0%    |
| - 2067  | 0            | 0                               | 0%   | 0</          |                   |       |

17. The following are the steps in the process of a company's strategic planning process:

**n.13 Recompensare Tarifară Extraordinară ("RTE")**

No final de 2001, em decorrência da Fragrante Energética de Ração da Comissão de Energia Elétrica, que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrada acordo entre as entidades distribuidoras de energia elétrica e o Governo Federal, concernente

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla Explicativa

Acordo Geral do Setor Elétrico. Este acordo regula, como mecanismo de repartição de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico, um reajuste tarifário extraordinário de 2,9% nas tarifas de transmissão de energia elétrica a consumidores residenciais, pagando aqueles considerados como de baixa renda e tarifas e iluminação pública e de 1,9% para todos os demais consumidores.

Em função do término do prazo estipulado para a recuperação da RTE, as controladas CPFL Paulista e CPFL Piracicaba em 2007, redefiniram suas perdas em montantes de R\$ 115.953 e R\$ 26.527, respectivamente, registrando a baixa de perdas a receber e da provisão de perdas da RTE. O prazo estipulado para a recuperação da RTE da CPFL São Paulo terminou em janeiro de 2009 sendo que o total da perda foi de R\$ 7.655, sendo que a mesma foi absorvida por a conta a ser provisionada.

As controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguari e CPFL Mococa registraram a RTE em sua totalidade em junho de 2009, dezembro de 2009 e dezembro de 2009, respectivamente.

#### a.2) Energia Livre

Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor por produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de funcionamento.

As concessionárias de distribuição anteciparam os recursos próprios do consumidor através de reajuste tarifário extraordinário e os repassaram aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Estes valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

No caso da controlada RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da pressão pela distribuidora de sua quota parte do custo para o programa de racionalização.

Assim como para a RTE, as controladas RGE e CPFL Geração possuem em 31 de março de 2008, provisão pela perda na realização de Energia Livre, totalizando um valor de R\$ 7.756. A controlada CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R\$ 5.501 referente ao repasse de condicionantes que já encerraram os seus prazos de recebimento. Os valores registrados já estão em dia destas prováveis.

#### a.3) Parcela "A"

Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representados da Parcela "A" dos contratos de concessão ocorrida entre 1º de janeiro a 25 de outubro de 2007. Estes valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para a controlada CPFL Paulista a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de janeiro de 2008 mediante a criação de mecanismo análogo ao da RTE. Para a controlada CPFL São Paulo a Parcela "A" começou a ser amortizada em fevereiro de 2009, ao prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas CPFL Piracicaba, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguari os saldos da Parcela "A" foram amortizados em maio de 2008, novembro de 2007, setembro de 2008, março de 2007 e em agosto de 2008, respectivamente.

Para a controlada CPFL Piracicaba, dada a necessidade de se situar o faturamento pelo período completo, ocorreu o aumento superior ao saldo existente, sendo o referido valor submetido à ANEEL no processo do Reajuste Tarifário de 2008. Assim, após a sua



01856-0 UFPA ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### UFPA - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

Homologação a partir de outubro de 2009, devido estar no processo de homologação ao consumidor mediante compensação da tarifa, restando ao final desse trimestre um passivo no montante de R\$ 5.505.

#### b) Revisão e Reajuste Tarifário

##### b.1) 2º Ciclo de Revisão Tarifária

A ANEEL estabeleceu em caráter provisório a revisão tarifária de 2006 a 2007 das concessionárias conforme demonstrado abaixo:

|                  | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Valor da tarifa  | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Reajuste de 2006 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2007 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2008 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2009 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2010 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2011 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2012 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2013 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2021 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2022 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2024 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2025 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2026 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2027 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2028 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2029 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2030 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2031 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2032 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2033 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2034 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2035 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2036 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2037 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2038 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2039 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2040 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2041 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2042 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2043 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2044 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2045 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2046 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2047 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2048 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2049 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2050 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

a) Benefícios e Ações para clientes por aumento em tarifas de energia elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Para todas as empresas, o caráter provisório da revisão tarifária ocorreu em função basicamente da Empresa de Referência e da Falência. Adicionalmente, as concessionárias RGF e CPE, Santa Cruz possuem em caráter provisório as tarifas de Base de Remuneração, enquanto que a controlada UFL Paulista possui a componente financeira relacionada à concentração.

Entretanto, a homologação final ocorreu nas revisões tarifárias subsequentes, exceto para a CPE Paulista que apesar de, aparentemente, ainda não possuir homologação, conforme demonstrado abaixo:

|                  | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Valor da tarifa  | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| Reajuste de 2006 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2007 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2008 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2009 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2010 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2011 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2012 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2013 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2014 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2015 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2016 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2017 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2018 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2019 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2020 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2021 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2022 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2023 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2024 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2025 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2026 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2027 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2028 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2029 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2030 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2031 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2032 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2033 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2034 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2035 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2036 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2037 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2038 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2039 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2040 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2041 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2042 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2043 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2044 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2045 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2046 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2047 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2048 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2049 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Reajuste de 2050 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

07-429-1941001-53

Devido ao repasseamento da revisão triênica das contribuições COTEL Paulista e RCE, nesse trimestre foram reconhecidos os valores de R\$ 11.979 e R\$ 22.420 relacionados às devoluções que serão efetuadas nas circunstâncias do Anexo A anexo também respectivamente.

A ANEEL estabeleceu o Regime Tarifário Anual de 2009 e 2006 das controladas conforme demonstrada abaixo:

| Financial Metric | Revenue (M\$) | Operating Profit (M\$) | EBITDA (M\$) | Free Cash Flow (M\$) | Adjusted Earnings (M\$) | Net Income (M\$) | EPS (M\$) | Dividend (M\$) |
|------------------|---------------|------------------------|--------------|----------------------|-------------------------|------------------|-----------|----------------|
| Q1 2023          | 120.5         | 15.2                   | 22.1         | 18.9                 | 16.8                    | 14.5             | 0.45      | 0.15           |
| Q2 2023          | 125.3         | 16.8                   | 23.5         | 19.7                 | 17.9                    | 15.2             | 0.48      | 0.16           |
| Q3 2023          | 130.1         | 18.5                   | 24.8         | 20.5                 | 19.1                    | 16.0             | 0.50      | 0.17           |
| Q4 2023          | 135.8         | 20.1                   | 26.2         | 21.8                 | 20.5                    | 17.1             | 0.52      | 0.18           |
| Q1 2024          | 140.2         | 21.5                   | 27.5         | 22.9                 | 21.8                    | 18.0             | 0.55      | 0.19           |
| Q2 2024          | 145.7         | 23.2                   | 28.9         | 24.1                 | 23.1                    | 19.2             | 0.58      | 0.20           |
| Q3 2024          | 150.3         | 24.8                   | 30.1         | 25.3                 | 24.5                    | 20.1             | 0.60      | 0.21           |
| Q4 2024          | 155.9         | 26.5                   | 31.5         | 26.7                 | 25.9                    | 21.2             | 0.62      | 0.22           |
| Q1 2025          | 160.5         | 28.1                   | 32.8         | 27.9                 | 27.2                    | 22.1             | 0.65      | 0.23           |
| Q2 2025          | 165.2         | 29.8                   | 34.2         | 29.1                 | 28.5                    | 23.3             | 0.68      | 0.24           |
| Q3 2025          | 170.1         | 31.5                   | 35.5         | 30.3                 | 29.8                    | 24.2             | 0.70      | 0.25           |
| Q4 2025          | 175.8         | 33.2                   | 36.8         | 31.6                 | 31.1                    | 25.1             | 0.72      | 0.26           |
| Q1 2026          | 180.5         | 34.8                   | 38.1         | 32.9                 | 32.4                    | 26.0             | 0.75      | 0.27           |
| Q2 2026          | 185.3         | 36.5                   | 39.5         | 34.1                 | 33.7                    | 27.2             | 0.78      | 0.28           |
| Q3 2026          | 190.1         | 38.2                   | 40.8         | 35.3                 | 35.0                    | 28.1             | 0.80      | 0.29           |
| Q4 2026          | 195.9         | 40.1                   | 42.2         | 36.7                 | 36.4                    | 29.2             | 0.82      | 0.30           |
| Q1 2027          | 200.5         | 41.8                   | 43.5         | 37.9                 | 37.7                    | 30.1             | 0.85      | 0.31           |
| Q2 2027          | 205.2         | 43.5                   | 44.9         | 39.1                 | 39.0                    | 31.3             | 0.88      | 0.32           |
| Q3 2027          | 210.1         | 45.2                   | 46.2         | 40.3                 | 40.3                    | 32.2             | 0.90      | 0.33           |
| Q4 2027          | 215.8         | 47.1                   | 47.6         | 41.6                 | 41.6                    | 33.3             | 0.92      | 0.34           |
| Q1 2028          | 220.5         | 48.8                   | 48.9         | 42.9                 | 42.9                    | 34.2             | 0.95      | 0.35           |
| Q2 2028          | 225.3         | 50.5                   | 50.3         | 44.1                 | 44.2                    | 35.3             | 0.98      | 0.36           |
| Q3 2028          | 230.1         | 52.2                   | 51.6         | 45.3                 | 45.5                    | 36.1             | 1.00      | 0.37           |
| Q4 2028          | 235.9         | 54.1                   | 53.0         | 46.7                 | 46.9                    | 37.2             | 1.02      | 0.38           |
| Q1 2029          | 240.5         | 55.8                   | 54.3         | 47.9                 | 48.2                    | 38.1             | 1.05      | 0.39           |
| Q2 2029          | 245.2         | 57.5                   | 55.7         | 49.1                 | 49.5                    | 39.3             | 1.08      | 0.40           |
| Q3 2029          | 250.1         | 59.2                   | 57.0         | 50.3                 | 50.8                    | 40.2             | 1.10      | 0.41           |
| Q4 2029          | 255.9         | 61.1                   | 58.4         | 51.6                 | 52.1                    | 41.3             | 1.12      | 0.42           |
| Q1 2030          | 260.5         | 62.8                   | 59.7         | 52.9                 | 53.4                    | 42.2             | 1.15      | 0.43           |
| Q2 2030          | 265.2         | 64.5                   | 61.1         | 54.1                 | 54.7                    | 43.3             | 1.18      | 0.44           |
| Q3 2030          | 270.1         | 66.2                   | 62.4         | 55.3                 | 56.0                    | 44.2             | 1.20      | 0.45           |
| Q4 2030          | 275.9         | 68.1                   | 63.8         | 56.7                 | 57.4                    | 45.3             | 1.22      | 0.46           |
| Q1 2031          | 280.5         | 69.8                   | 65.1         | 57.9                 | 58.7                    | 46.1             | 1.25      | 0.47           |
| Q2 2031          | 285.2         | 71.5                   | 66.5         | 59.1                 | 60.0                    | 47.3             | 1.28      | 0.48           |
| Q3 2031          | 290.1         | 73.2                   | 67.8         | 60.3                 | 61.3                    | 48.2             | 1.30      | 0.49           |
| Q4 2031          | 295.9         | 75.1                   | 69.2         | 61.6                 | 62.6                    | 49.3             | 1.32      | 0.50           |
| Q1 2032          | 300.5         | 76.8                   | 70.5         | 62.9                 | 63.9                    | 50.2             | 1.35      | 0.51           |
| Q2 2032          | 305.2         | 78.5                   | 71.9         | 64.1                 | 65.2                    | 51.3             | 1.38      | 0.52           |
| Q3 2032          | 310.1         | 80.2                   | 73.2         | 65.3                 | 66.5                    | 52.2             | 1.40      | 0.53           |
| Q4 2032          | 315.9         | 82.1                   | 74.6         | 66.7                 | 67.9                    | 53.3             | 1.42      | 0.54           |
| Q1 2033          | 320.5         | 83.8                   | 75.9         | 67.9                 | 69.2                    | 54.2             | 1.45      | 0.55           |
| Q2 2033          | 325.2         | 85.5                   | 77.3         | 69.1                 | 70.5                    | 55.3             | 1.48      | 0.56           |
| Q3 2033          | 330.1         | 87.2                   | 78.6         | 70.3                 | 71.8                    | 56.2             | 1.50      | 0.57           |
| Q4 2033          | 335.9         | 89.1                   | 80.0         | 71.6                 | 73.1                    | 57.3             | 1         |                |

CPFL Paulista pagou à CUA de R\$ 24,113 milhões ao longo da última campanha eleitoral para regularizar a real situação de sobrecontrole de energia de R\$ 14,252 e outros passivos regulatórios de R\$ 9,133, alterando significativamente a associação CPFLAR, desmontando o TUSD e tornando

## 5. Composantes Financières

A diferença entre a receita tarifária prevista e a de fato gerada, em razão da não cobrança do consumidor que foi tratado como propriamente financeiro no resgate (anular a inscrição), conforme descrito no item 3b.1.

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

Qual - Múltipla Emplicabilidade

#### c.2) Descontos TUSD e Irrigação

As contas a pagar reconhecem áreas regulatórias referentes a descontos especiais aplicados sobre o TUSD para os clientes finais que fornecem de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia e sobre as tarifas de fornecimento aplicadas às atividades de irrigação e abastecimento.

A partir da Revisão Tarifária de 2008 a ANEEL estabeleceu adiantamentos tarifários relacionados à previsão desses descontos para o primeiro período tarifário. A diferença entre a previsão e o efetivamente concedido é compensado no reajuste tarifário subsequente.

#### c.3) GVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis imputados pelos concessionários de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas através da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos respectivos períodos. Os valores considerados na GVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Os saldos líquidos entre ativos e passivos de GVA, segregados por natureza e respectiva competência, estão assim demonstrados:

|                     | Ativo     |           |           |           | Passivo |      |         |      | Total     |           |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|---------|------|---------|------|-----------|-----------|
|                     | R\$ Mil   |           | R\$ Mil   |           | R\$ Mil |      | R\$ Mil |      | R\$ Mil   | R\$ Mil   |
|                     | 2008      | 2009      | 2008      | 2009      | 2008    | 2009 | 2008    | 2009 |           |           |
| Ativo               |           |           |           |           |         |      |         |      |           |           |
| Descontos TUSD      | 1.234.567 | 1.345.678 |           |           |         |      |         |      | 1.234.567 | 1.345.678 |
| Descontos Irrigação | 567.890   | 678.901   |           |           |         |      |         |      | 567.890   | 678.901   |
| Total               | 1.802.457 | 2.024.579 |           |           |         |      |         |      | 1.802.457 | 2.024.579 |
| Passivo             |           |           |           |           |         |      |         |      |           |           |
| Descontos TUSD      |           |           | 1.234.567 | 1.345.678 |         |      |         |      | 1.234.567 | 1.345.678 |
| Descontos Irrigação |           |           | 567.890   | 678.901   |         |      |         |      | 567.890   | 678.901   |
| Total               |           |           | 1.802.457 | 2.024.579 |         |      |         |      | 1.802.457 | 2.024.579 |

#### c.4) Majoração da PIS e COFINS

Refere-se a diferença entre os custos relacionados ao PIS e COFINS, apurados através da aplicação da legislação atual e aqueles incorridos e pagos.

Os valores foram gerados em 2005 e 2007 e não registrados na ativa e passiva antes de 2005.

Considerando as distorções que envolvem a natureza do referido crédito conservadamente optou-se por constituir passivos no mesmo montante dos ativos registrados na conta Outras Contas a Pagar (linha 77).

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor - Múltiplo FAPUR Múltiplo

#### c.5) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% da sua demanda de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repasse as tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica fornecidas em função da sua situação de carga.

A ANEEL, no processo de Revisão Tarifária de 2008 revisou a metodologia e os valores de sobrecontratação da controlada CPFL Paulista, alterando os processos de segurança e modulação de energia elétrica. Para manter a consistência das informações tanto a controlada CPFL Paulista como a controlada CPFL Pratinha, passaram também seus procedimentos envolvendo custos e receitas fornecidos para a controlada CPFL Brasil, procedendo nas seguintes condições devidas:

Como resultado as controladas CPFL Paulista e CPFL Pratinha reconheceram no primeiro trimestre de 2008 um aumento de Receita - Subministro de Energia Elétrica - e Custos - Custo com Energia Elétrica - totalizando R\$ 22.591 e R\$ 137.165, respectivamente.

Adicionalmente a controlada CPFL Brasil constituiu uma provisão de contas a pagar de R\$ 71.870, tendo por contrapartida a reversão da receita de subministro de energia de R\$ 66.436 e uma despesa financeira de R\$ 5.434.

#### c.6) Subvenção – Caixa Renda

A Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.336 de 16 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e critérios para o enquadramento de unidades consumidoras na subclasse residencial baixa renda. De acordo com a legislação, enquadram-se neste novo critério as unidades consumidoras atendidas por rede de distribuição e com consumo mensal médio nas últimos 12 meses inferior a 60kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 60 e 220kWh desde que atendidas alguns requisitos específicos, tais como o registro em Programas Sociais do Governo Federal.

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores devam ser recuperados na Revisão Tarifária de 2008, as controladas de distribuição com execução da CPFL Pratinha, confirmou que parte desse subsídio será reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária de enquadramento por conta da Política DNAREE e a restante reembolsamento por conta da Lei nº 10.438/02 via recebimento de recursos da ODE. Entretanto, face a impossibilidade de ressarcimento via recursos da ODE, dada a existência de recursos para tal fim, os valores a receber foram considerados no ajuste tarifário de 2009 da controlada CPFL Paulista, como componente financeiro e para as contas a serem lançadas no próximo reajuste tarifário. Relativo a controlada CPFL Pratinha definiu-se que todo o subsídio será reembolsado via tarifa no âmbito da própria concessionária.

A partir dos reajustes tarifários de 2009 e 2008 a ANEEL estabeleceu uma nova sistemática concedendo adiantamentos tarifários para cobertura integral dos subsídios

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### valor - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

comparado com os anteriores. Assim, a diferença entre o subsídio efetivamente realizado e o acionamento recebido será apurada mensalmente para fins de inclusão no próximo requerimento.

#### e.7) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à associação CCFAE, garantias financeiras subscritas a cooperativas e permissionárias e consultorias técnicas de medidas e avaliações de Base de Remuneração.

O quadro abaixo demonstra as movimentações dos ativos e passivos regulatórios ocorridos no 1 trimestre de 2009.

|                       | 31-03-2009 | 31-03-2008 | 31-03-2009 | 31-03-2008 |
|-----------------------|------------|------------|------------|------------|
| Ativos Regulatórios   | 1.000.000  | 1.000.000  | 1.000.000  | 1.000.000  |
| Passivos Regulatórios | 1.000.000  | 1.000.000  | 1.000.000  | 1.000.000  |

#### 14) DISPONIBILIDADES

|                        | Caminhões  |            | Caminhões  |            |
|------------------------|------------|------------|------------|------------|
|                        | 31-03-2009 | 31-12-2008 | 31-03-2009 | 31-12-2008 |
| Saldo Bancário         | 1.111      | 111        | 1.111      | 111        |
| Aplicações Financeiras | 10.000     | 10.000     | 10.000     | 10.000     |
| Total                  | 11.111     | 10.111     | 11.111     | 10.111     |

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características: liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).



C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor = 500,00 EXERCÍCIO

#### (7) - TRIBUTOS A COMPENSAAR

|  | Cobrança     |            | Cancelada    |               |
|--|--------------|------------|--------------|---------------|
|  | 31/12/2008   | 31/12/2008 | 31/12/2008   | 31/12/2008    |
| <b>Imposto</b>                                 |              |            |              |               |
| Imposto de Renda sobre Lucros                  |              | 44         | 44           | 1.131         |
| Imposto de Renda sobre Dividendos              |              | 11         | 11           | 4             |
| Imposto de Renda sobre Juros e Rendimentos     | 4.111        | 44         | 4.111        | 17.111        |
| Imposto de Renda sobre Proventos e Rendimentos | 1.111        | 11         | 1.111        | 11            |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Rendimentos    |              | 11         | 11           | 4.111         |
| Imposto de Renda sobre Juros e Rendimentos     |              | 11         | 11           | 11            |
| Imposto de Renda sobre Proventos e Rendimentos |              | 11         | 11           | 11            |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Rendimentos    |              | 11         | 11           | 11            |
| <b>Total</b>                                   | <b>5.222</b> | <b>98</b>  | <b>5.222</b> | <b>32.556</b> |
| <b>Outros</b>                                  |              |            |              |               |
| Outros Tributos                                |              |            | 11           | 11            |
| Outros Tributos                                |              |            | 11           | 11            |
| Outros Tributos                                |              |            | 11           | 11            |
| <b>Total</b>                                   | <b>0</b>     | <b>0</b>   | <b>22</b>    | <b>32</b>     |

#### (8) - PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

|                                 | Consolidado |
|---------------------------------|-------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | (87.482)    |
| Provisão constituída            | 13.471      |
| Recuperação de Récima           | 3.146       |
| Cancelamento de Récima          | 2.012       |
| Saldo em 31 de março de 2009    | (71.281)    |

#### (9) - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

|                      | Cargos Pagos |            |                |            |
|----------------------|--------------|------------|----------------|------------|
|                      | Circulante   |            | Não Circulante |            |
|                      | 31/12/2008   | 31/12/2008 | 31/12/2008     | 31/12/2008 |
| Despesas Antecipadas | 1.111        | 11         | 11             | 11         |
| Despesas             | 11           | 11         | 11             | 11         |
| <b>Total</b>         | <b>1.122</b> | <b>22</b>  | <b>22</b>      | <b>22</b>  |

C1856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor - MILHARES DE REAIS

#### 10 - CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

##### 10.1 - Composição dos créditos Fiscais:

|   | Controladora   |                | Controlado       |                  |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
|   | 31/12/2009     | 31/12/2008     | 31/12/2009       | 31/12/2008       |
| <b>Crédito de Contribuição Social sobre</b>   |                |                |                  |                  |
| <b>Resultados</b>                             | 24.125         | 24.127         | 30.840           | 26.126           |
| <b>Benefício Fiscal do Agio Incorporado</b>   | -              | -              | 125.321          | 109.160          |
| <b>Créditos Temporariamente Inutilizáveis</b> | 67             | 67             | 12.279           | 12.240           |
| <b>Sucesso</b>                                | 24.192         | 24.254         | 168.440          | 147.526          |
| <b>Crédito de Imposto de Renda sobre</b>      |                |                |                  |                  |
| <b>Resultado</b>                              | 62.443         | 62.443         | 54.711           | 62.396           |
| <b>Benefício Fiscal do Agio Incorporado</b>   | -              | -              | 27.462           | 57.154           |
| <b>Créditos Temporariamente Inutilizáveis</b> | 11.120         | 11.120         | 240.115          | 250.370          |
| <b>Sucesso</b>                                | 73.563         | 73.563         | 322.288          | 370.020          |
| <b>Crédito de PIS/PIS-PASEP sobre</b>         |                |                |                  |                  |
| <b>Créditos Temporariamente Inutilizáveis</b> | -              | -              | 12.741           | 13.440           |
| <b>Total</b>                                  | <b>158.257</b> | <b>157.880</b> | <b>503.529</b>   | <b>490.586</b>   |
| <b>Créditos</b>                               | <b>14.311</b>  | <b>14.311</b>  | <b>213.216</b>   | <b>230.144</b>   |
| <b>Reversíveis</b>                            | <b>111.711</b> | <b>111.544</b> | <b>1.144.543</b> | <b>1.122.776</b> |
| <b>Total</b>                                  | <b>126.022</b> | <b>125.855</b> | <b>1.357.759</b> | <b>1.352.920</b> |

A previsão de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante decorrente de prejuízos fiscais, bases negativas, diferenças temporariamente rejeitadas e benefício fiscal do agio incorporado está baseada nas projeções de resultados futuros aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Para o trimestre findo em 31 de março de 2009 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008.

##### 10.2 - Benefício Fiscal do Agio Incorporado:

O benefício fiscal do agio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o agio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 315/99 e nº 349/01. O benefício está sendo revertido de forma proporcional à amortização dos ágio incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas durante o prazo vantajoso da concessão, demonstrada na nota 14.



C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

unidade: MILHÕES DE REAIS

|                     | Consolidada |         |            |         |
|---------------------|-------------|---------|------------|---------|
|                     | 31/03/2009  |         | 31/12/2008 |         |
|                     | CSLL        | IRPJ    | CSLL       | IRPJ    |
| CPFL Paulista       | 111.112     | 838.846 | 113.631    | 816.476 |
| CPFL Pernambuco     | 24.265      | 14.978  | 25.215     | 48.280  |
| RUL                 | 46.079      | 152.775 | 43.447     | 155.240 |
| CPFL Santa Cruz     | 6.510       | 21.410  | 7.126      | 22.465  |
| CPFL Leste Paulista | 3.336       | 10.383  | 1.713      | 4.761   |
| CPFL Sul Paulista   | 5.000       | 15.008  | 1.679      | 4.863   |
| CPFL Jaguar         | 3.434       | 9.540   | 1.673      | 4.452   |
| CPFL Moçoca         | 2.202       | 6.259   | 679        | 1.520   |
| CPFL Goiás          | -           | 35.201  | -          | 35.508  |
| CPFL Serviços       | 633         | 1.776   | -          | -       |
| Total               | 205.381     | 637.842 | 199.163    | 672.154 |

Na Reestruturação da CPFL Jaguaruna (nada12) foi gerado um benefício fiscal sobre o lucro da Companhia da Pe. Acc. e da CPFL Jaguaruna no valor de R\$ 41.632, o qual foi cancelado para as subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguar, CPFL Moçoca e CPFL Serviços.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indutíveis:

|  | Consolidada |        |            |        |
|--|-------------|--------|------------|--------|
|  | 31/03/2009  |        | 31/12/2008 |        |
|  | CSLL        | IRPJ   | CSLL       | IRPJ   |
| Imposto de Renda sobre Lucros              | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Dividendos          | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.371       | 1.110  | 1.370      | 1.110  |
| Total                                      | 13.711      | 11.110 | 13.700     | 11.110 |

10.4 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008.

|  | Consolidada |         |            |         |
|--|-------------|---------|------------|---------|
|  | 31/03/2009  |         | 31/03/2008 |         |
|  | CSLL        | IRPJ    | CSLL       | IRPJ    |
| Lucro antes de Impostos                    | 205.381     | 637.842 | 205.381    | 637.842 |
| Impostos sobre Lucros e Dividendos         | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |
| Base de Cálculo                            | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |
| Total                                      | (1.371)     | (1.110) | (1.370)    | (1.110) |

07-429-1947-0001-53

[illegible][illegible]

| Disinfectants |           | Disinfectants |           |
|---------------|-----------|---------------|-----------|
| 3/19/2008     | 3/12/2008 | 3/19/2008     | 3/12/2008 |
| 100%          | 100%      | 100%          | 100%      |
| 100%          | 100%      | 100%          | 100%      |
| 100%          | 100%      | 100%          | 100%      |

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas da Sociedade são como se segue:

07-429-1941001-53

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

| Experiment | Number of Subjects | Number of Groups | Number of Trials | Within-Group     |                  | Number of Trials | Number of Trials | Number of Trials | Number of Trials | Number of Trials |
|------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|            |                    |                  |                  | Number of Trials | Number of Trials |                  |                  |                  |                  |                  |
| 1          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 2          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 3          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 4          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 5          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 6          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 7          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 8          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 9          | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 10         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 11         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 12         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 13         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 14         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 15         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 16         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 17         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 18         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 19         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 20         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 21         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 22         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 23         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 24         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 25         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 26         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 27         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 28         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 29         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 30         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 31         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 32         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 33         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 34         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 35         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 36         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 37         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 38         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 39         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 40         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 41         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 42         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 43         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 44         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 45         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 46         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 47         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 48         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 49         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 50         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 51         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 52         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 53         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |
| 54         | 10                 | 2                | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               | 10               |

| Condições          | 31/12/2008 | Reconstrução<br>Bucal | Redução de<br>Capital | Equivalência | 31/12/2009 |
|--------------------|------------|-----------------------|-----------------------|--------------|------------|
| CPL Paulista       | 49.588     | -                     | -                     | 25.479       | 241.551    |
| CPL Fomento        | 229.598    | -                     | -                     | 62.216       | 282.546    |
| PSE                | 1.762.074  | -                     | -                     | 18.728       | 1.743.346  |
| CPL Santa Cruz     | 80.121     | -                     | -                     | 5.448        | 25.579     |
| CPL Extra Paulista | -          | 28.589                | 151.562               | 1.329        | 41.580     |
| CPL Juguio         | -          | 30.066                | 14.017                | 1.421        | 31.504     |
| CPL Sul Paulista   | -          | 5.567                 | 11.562                | 1.786        | 42.255     |
| CPL Manaus         | -          | 72.725                | 12.642                | 1.451        | 75.428     |
| CPL S-Go           | 1.140.074  | -                     | -                     | 77.726       | 1.167.800  |
| CPL Brasil         | 25.75      | -                     | -                     | 45.552       | 51.300     |
| CPL Angola         | 10.12      | -                     | -                     | 2761         | 1.759      |
| CPL Rio de J.      | -          | 720                   | -                     | 1.000        | 2.762      |
| CPL Caracas        | -          | 30.431                | -                     | 1.881        | 3.551      |
| CPL Juguio-Go      | -          | 5.481                 | -                     | 731          | 7.750      |
| CPL Juguio S-Go    | -          | 37.667                | -                     | 1.769        | 35.176     |
|                    | 3.548.111  | 246.462               | (58.802)              | 331.162      | 3.655.478  |

Em 23 de dezembro de 2000 a ANEEL, por meio da Resolução Aneurzal nº 1.737, aprovou uma Reestruturação Setorial envolvendo a Paróquia CPFL Jaguaruna e sua subestação de 400kV. A reestruturação foi concluída neste mês e consistiu em:

- Visando a incorporação da Perace pela CPFL Jaguaruna em Assembleia Geral Ordinária a AGO realizada em 29 de janeiro de 2011 foi aprovado um aumento do capital pela Sociedade de Perace no montante de R\$ 413.542, através de emissãoção de certificados de AFAP no valor de R\$ 405.210 e outras portas a receber no valor de R\$ 8.332.

- Em AGO realizada em 10 de fevereiro de 2009, foi aprovada a incorporação da Horacio por a CPEL. Jágua para a incorporação, em consequência, a dívida passaria a CPEL, Jágua para a condição de sucessora dos seus bens, direitos e obrigações.

- Cisão Parcial da CFEL Jaguarôna:

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla EXPEDIENTES

Em AGE realizada em 25 de março de 2009, foi aprovada a redução de capital da CPFL Jaguariúna.

Na data da ação, a respectiva previsão de benefício fiscal sobre a ação incorporada (Pessoa) registradas conforme Instruções CVM nº 319/93 e nº 349/01, no montante líquida de R\$ 40.624 (excluindo-se incorporação nas subsidiárias CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Jaguar, CPFL Mococa e CPFL Serviços). Adicionalmente, foi realizada uma redução de capital na CPFL Jaguariúna no valor de R\$ 200.748, cuja diferença na transferência para a CPFL Energia dos investimentos nas controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguar, CPFL Planalto, CPFL Serviços e CPFL Jaguar (Geração no montante de R\$ 201.339, cujo Dividendo a Receber no montante de R\$ 66.776, de se soma de R\$ 2.000 de passivos no valor de R\$ 22.517 e do saldo líquido do ativo no valor de R\$ 44.251 (R\$ 41.514 de ação recomposta e R\$ 2.735 referente a ação de aquisição de minoritários). O Ativo de aquisição de minoritários, após a sua incorporação e aplicação da CVM nº 319/93 e nº 349/01, gerou um crédito fiscal de R\$ 806 nas controladas e ação recomposta na Sociedade de R\$ 1.578.

A ação de investimento na Sociedade demonstrada na movimentação anterior de R\$ 745.467 refere-se ao pagamento remanescente da CPFL Jaguariúna de R\$ 2.491, e redução de capital de R\$ 201.339 e a transferência e constituição do benefício fiscal de R\$ 40.624 e R\$ 800, respectivamente.

Depois da entrada a recomposição societária, a Sociedade passou a estar diretamente o controle sobre essas subsidiárias.

#### Redução de Capital Social.

Antes na AGE de 25 de março de 2009, houve a aprovação da redução de capital das controladas CPFL Leste Paulista, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa e CPFL Jaguar. Esta redução, que gerou um realinhamento financeiro para a Sociedade de R\$ 68.230, visou adequar a estrutura de capital de maneira a permitir a melhor distribuição de dividendos em grupo. Esta operação não afetou, em cancelamento de ações.

#### 12.2 - Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendo a receber.

| Controladas         | Exercício  |            | Controladora |            | Total      |            |
|---------------------|------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
|                     | 2008       |            | 2009         |            | 2009       |            |
|                     | 31/03/2008 | 31/03/2009 | 31/03/2008   | 31/03/2009 | 31/03/2008 | 31/03/2009 |
| CPFL Energia        | 2.282.441  | 2.282.441  | 1.531.175    | 1.531.175  | 3.813.616  | 3.813.616  |
| CPFL Energia (L)    | 121.196    | 121.196    | 6.152        | 6.152      | 127.348    | 127.348    |
| Total               | 2.403.637  | 2.403.637  | 1.537.327    | 1.537.327  | 3.940.964  | 3.940.964  |
| CPFL Serviços       | 16.967     | 16.967     | 7.411        | 7.411      | 24.378     | 24.378     |
| CPFL Energia        | 126.275    | 126.275    | 61.952       | 61.952     | 188.227    | 188.227    |
| CPFL Energia        | 12.194.8   | 12.194.8   |              |            | 12.194.8   | 12.194.8   |
| Total               |            |            |              |            |            |            |
| CPFL Leste Paulista | 11.421     |            |              |            | 11.421     |            |
| CPFL Sul Paulista   | 11.421     |            |              |            | 11.421     |            |
| CPFL Jaguar         | 1.154      |            |              |            | 1.154      |            |
| CPFL Mococa         | 1.154      |            |              |            | 1.154      |            |
| CPFL Serviços       | 1.154      |            |              |            | 1.154      |            |
| CPFL Planalto       | 1.154      |            |              |            | 1.154      |            |
| CPFL Energia (L)    | 1.154      |            |              |            | 1.154      |            |
| Total               | 80.631     | 80.631     | 11.421       | 11,421     | 92.052     | 92,052     |

CPFL Energia S.A. - CNPJ 02.429.144/0001-93

01856-0 CPM ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.1 - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

No 1º trimestre de 2009, a Sociedade recebeu da controlada CPFL Energia o montante de R\$ 9.000 e da controlada CPFL Santa Cruz o valor de R\$ 2.000 referente dividendos declarados em períodos anteriores.

#### 12.3 - Participações Societárias pelo Grupo

Relativo ao balanço a participação de 5,91% que a controlada no repositório Paulista Energia S.A. detém na carteira total da Investidor S.A. sendo 25.420 ações ordinárias e 16.051 ações preferenciais. Esse investimento está registrado pelo método de custo. Em função da participação dada por acionistas não controladores através de 10 ações preferenciais representando 40,92% da carteira total da Paulista Energia e de 10 partes beneficiárias que conferem o direito a 10% de lucro líquido antes da distribuição das participações, estes votos foram registrados no balanço da Paulista Energia e da Investidor S.A. não controladoras do mesmo totalizando R\$ 13.895.

#### 12.4 - Ágio

Sobre a natureza dos ágio registrado na controladora, ver nota 14.

#### (13) IMOBILIZADO

|              | Consolidado      |                  |                  |                  |
|--------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|              | Contábil         | Depreciação      | Amortização      | Valor Líquido    |
| Imóvel       | 1.000.000        | 2.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Veículo      | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Equipamento  | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Outros       | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| <b>Total</b> | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> |
| Imóvel       | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Veículo      | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Equipamento  | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Outros       | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| <b>Total</b> | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> |
| <b>Total</b> | <b>8.000.000</b> | <b>8.000.000</b> | <b>8.000.000</b> | <b>8.000.000</b> |

A taxa de depreciação média das alças é de 50% e a das distribuidoras e 20% e a das geradoras.

#### (14) INTANGÍVEL

|                            | Controladora     |                  | Consolidado      |                  |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
|                            | 31/03/2009       | 31/12/2008       | 31/03/2009       | 31/12/2008       |
| Intangível da Controladora | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Outros Intangíveis         | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| <b>Total</b>               | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> |





109114600 KANAMATAKA  
 Date Recd 21/11/2009

02,429,144/C001-53

## HT 09

HT 09



[illegible]

07-429-1941/C001-53

| Region        | Population (2000) | Population (2005) | Population (2010) | Population (2015) | Population (2020) |
|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| North America | 350,000,000       | 360,000,000       | 370,000,000       | 380,000,000       | 390,000,000       |
| Europe        | 730,000,000       | 740,000,000       | 750,000,000       | 760,000,000       | 770,000,000       |
| Asia          | 3,700,000,000     | 3,800,000,000     | 3,900,000,000     | 4,000,000,000     | 4,100,000,000     |
| Africa        | 800,000,000       | 850,000,000       | 900,000,000       | 950,000,000       | 1,000,000,000     |
| South America | 350,000,000       | 360,000,000       | 370,000,000       | 380,000,000       | 390,000,000       |
| Oceania       | 35,000,000        | 36,000,000        | 37,000,000        | 38,000,000        | 39,000,000        |
| Total         | 6,935,000,000     | 7,246,000,000     | 7,567,000,000     | 7,888,000,000     | 8,208,000,000     |

[illegible]

```

1  # Import the necessary libraries
2  import pandas as pd
3  import numpy as np
4  import matplotlib.pyplot as plt
5  import seaborn as sns
6  from sklearn.preprocessing import StandardScaler
7  from sklearn.model_selection import train_test_split
8  from sklearn.metrics import mean_squared_error, r2_score
9  from sklearn.linear_model import LinearRegression
10 from sklearn.ensemble import RandomForestRegressor
11 from sklearn.svm import SVR
12 from sklearn.neighbors import KNeighborsRegressor
13 from sklearn.tree import DecisionTreeRegressor
14 from sklearn.metrics import mean_absolute_error
15
16 # Load the dataset
17 data = pd.read_csv('data.csv')
18
19 # Display the first few rows of the dataset
20 data.head()
21
22 # Check the data types of the columns
23 data.dtypes
24
25 # Check for missing values
26 data.isnull().sum()
27
28 # Drop rows with missing values
29 data = data.dropna()
30
31 # Split the data into features (X) and target variable (y)
32 X = data[['feature1', 'feature2', 'feature3']]
33 y = data['target']
34
35 # Split the data into training and testing sets
36 X_train, X_test, y_train, y_test = train_test_split(X, y, test_size=0.2, random_state=42)
37
38 # Standardize the features
39 scaler = StandardScaler()
40 X_train = scaler.fit_transform(X_train)
41 X_test = scaler.transform(X_test)
42
43 # Train the Linear Regression model
44 lr = LinearRegression()
45 lr.fit(X_train, y_train)
46
47 # Predict the target variable using the Linear Regression model
48 y_pred_lr = lr.predict(X_test)
49
50 # Calculate the Mean Squared Error (MSE) for the Linear Regression model
51 mse_lr = mean_squared_error(y_test, y_pred_lr)
52
53 # Train the Random Forest Regressor model
54 rf = RandomForestRegressor()
55 rf.fit(X_train, y_train)
56
57 # Predict the target variable using the Random Forest Regressor model
58 y_pred_rf = rf.predict(X_test)
59
60 # Calculate the Mean Squared Error (MSE) for the Random Forest Regressor model
61 mse_rf = mean_squared_error(y_test, y_pred_rf)
62
63 # Train the Support Vector Regression (SVR) model
64 svr = SVR()
65 svr.fit(X_train, y_train)
66
67 # Predict the target variable using the SVR model
68 y_pred_svr = svr.predict(X_test)
69
70 # Calculate the Mean Squared Error (MSE) for the SVR model
71 mse_svr = mean_squared_error(y_test, y_pred_svr)
72
73 # Train the K-Nearest Neighbors (KNN) model
74 knn = KNeighborsRegressor()
75 knn.fit(X_train, y_train)
76
77 # Predict the target variable using the KNN model
78 y_pred_knn = knn.predict(X_test)
79
80 # Calculate the Mean Squared Error (MSE) for the KNN model
81 mse_knn = mean_squared_error(y_test, y_pred_knn)
82
83 # Train the Decision Tree Regressor model
84 dt = DecisionTreeRegressor()
85 dt.fit(X_train, y_train)
86
87 # Predict the target variable using the Decision Tree Regressor model
88 y_pred_dt = dt.predict(X_test)
89
90 # Calculate the Mean Squared Error (MSE) for the Decision Tree Regressor model
91 mse_dt = mean_squared_error(y_test, y_pred_dt)
92
93 # Print the MSE values for all models
94 print('MSE for Linear Regression: ', mse_lr)
95 print('MSE for Random Forest Regressor: ', mse_rf)
96 print('MSE for SVR: ', mse_svr)
97 print('MSE for KNN: ', mse_knn)
98 print('MSE for Decision Tree Regressor: ', mse_dt)
99
100 # Visualize the results
101 plt.figure(figsize=(10, 5))
102 plt.scatter(X_test, y_test, label='Actual Values')
103 plt.plot(X_test, y_pred_lr, label='Linear Regression Predictions')
104 plt.plot(X_test, y_pred_rf, label='Random Forest Predictions')
105 plt.plot(X_test, y_pred_svr, label='SVR Predictions')
106 plt.plot(X_test, y_pred_knn, label='KNN Predictions')
107 plt.plot(X_test, y_pred_dt, label='Decision Tree Predictions')
108 plt.legend()
109 plt.show()

```

| Year | Number of cases | Number of deaths | Number of cases per 100,000 population | Number of deaths per 100,000 population |
|------|-----------------|------------------|--|---|
| 1990 | 1,100           | 100              | 1.1                                    | 0.1                                     |
| 1991 | 1,200           | 110              | 1.2                                    | 0.11                                    |
| 1992 | 1,300           | 120              | 1.3                                    | 0.12                                    |
| 1993 | 1,400           | 130              | 1.4                                    | 0.13                                    |
| 1994 | 1,500           | 140              | 1.5                                    | 0.14                                    |
| 1995 | 1,600           | 150              | 1.6                                    | 0.15                                    |
| 1996 | 1,700           | 160              | 1.7                                    | 0.16                                    |
| 1997 | 1,800           | 170              | 1.8                                    | 0.17                                    |
| 1998 | 1,900           | 180              | 1.9                                    | 0.18                                    |
| 1999 | 2,000           | 190              | 2.0                                    | 0.19                                    |
| 2000 | 2,100           | 200              | 2.1                                    | 0.20                                    |
| 2001 | 2,200           | 210              | 2.2                                    | 0.21                                    |
| 2002 | 2,300           | 220              | 2.3                                    | 0.22                                    |
| 2003 | 2,400           | 230              | 2.4                                    | 0.23                                    |
| 2004 | 2,500           | 240              | 2.5                                    | 0.24                                    |
| 2005 | 2,600           | 250              | 2.6                                    | 0.25                                    |
| 2006 | 2,700           | 260              | 2.7                                    | 0.26                                    |
| 2007 | 2,800           | 270              | 2.8                                    | 0.27                                    |
| 2008 | 2,900           | 280              | 2.9                                    | 0.28                                    |
| 2009 | 3,000           | 290              | 3.0                                    | 0.29                                    |
| 2010 | 3,100           | 300              | 3.1                                    | 0.30                                    |
| 2011 | 3,200           | 310              | 3.2                                    | 0.31                                    |
| 2012 | 3,300           | 320              | 3.3                                    | 0.32                                    |
| 2013 | 3,400           | 330              | 3.4                                    | 0.33                                    |
| 2014 | 3,500           | 340              | 3.5                                    | 0.34                                    |
| 2015 | 3,600           | 350              | 3.6                                    | 0.35                                    |
| 2016 | 3,700           | 360              | 3.7                                    | 0.36                                    |
| 2017 | 3,800           | 370              | 3.8                                    | 0.37                                    |
| 2018 | 3,900           | 380              | 3.9                                    | 0.38                                    |
| 2019 | 4,000           | 390              | 4.0                                    | 0.39                                    |
| 2020 | 4,100           | 400              | 4.1                                    | 0.40                                    |
| 2021 | 4,200           | 410              | 4.2                                    | 0.41                                    |
| 2022 | 4,300           | 420              | 4.3                                    | 0.42                                    |
| 2023 | 4,400           | 430              | 4.4                                    | 0.43                                    |
| 2024 | 4,500           | 440              | 4.5                                    | 0.44                                    |
| 2025 | 4,600           | 450              | 4.6                                    | 0.45                                    |
| 2026 | 4,700           | 460              | 4.7                                    | 0.46                                    |
| 2027 | 4,800           | 470              | 4.8                                    | 0.47                                    |
| 2028 | 4,900           | 480              | 4.9                                    | 0.48                                    |
| 2029 | 5,000           | 490              | 5.0                                    | 0.49                                    |
| 2030 | 5,100           | 500              | 5.1                                    | 0.50                                    |
| 2031 | 5,200           | 510              | 5.2                                    | 0.51                                    |
| 2032 | 5,300           | 520              | 5.3                                    | 0.52                                    |
| 2033 | 5,400           | 530              | 5.4                                    | 0.53                                    |
| 2034 | 5,500           | 540              | 5.5                                    | 0.54                                    |
| 2035 | 5,600           | 550              | 5.6                                    | 0.55                                    |
| 2036 | 5,700           | 560              | 5.7                                    | 0.56                                    |
| 2037 | 5,800           | 570              | 5.8                                    | 0.57                                    |
| 2038 | 5,900           | 580              | 5.9                                    | 0.58                                    |
| 2039 | 6,000           | 590              | 6.0                                    | 0.59                                    |
| 2040 | 6,100           | 600              | 6.1                                    | 0.60                                    |
| 2041 | 6,200           | 610              | 6.2                                    | 0.61                                    |
| 2042 | 6,300           | 620              | 6.3                                    | 0.62                                    |
| 2043 | 6,400           | 630              | 6.4                                    | 0.63                                    |
| 2044 | 6,500           | 640              | 6.5                                    | 0.64                                    |
| 2045 | 6,600           | 650              | 6.6                                    | 0.65                                    |
| 2046 | 6,700           | 660              | 6.7                                    | 0.66                                    |
| 2047 | 6,800           | 670              | 6.8                                    | 0.67                                    |
| 2048 | 6,900           | 680              | 6.9                                    | 0.68                                    |
| 2049 | 7,000           | 690              | 7.0                                    | 0.69                                    |
| 2050 | 7,100           | 700              | 7.1                                    | 0.70                                    |
| 2051 | 7,200           | 710              | 7.2                                    | 0.71                                    |
| 2052 | 7,300           | 720              | 7.3                                    | 0.72                                    |
| 2053 | 7,400           | 730              | 7.4                                    | 0.73                                    |
| 2054 | 7,500           | 740              | 7.5                                    | 0.74                                    |
| 2055 | 7,600           | 750              | 7.6                                    | 0.75                                    |
| 2056 | 7,700           | 760              | 7.7                                    | 0.76                                    |
| 2057 | 7,800           | 770              | 7.8                                    | 0.77                                    |
| 2058 | 7,900           | 780              | 7.9                                    | 0.78                                    |
| 2059 | 8,000           | 790              | 8.0                                    | 0.79                                    |
| 2060 | 8,100           | 800              | 8.1                                    | 0.80                                    |
| 2061 | 8,200           | 810              |  |   |

Tratando-se de seguro nas quadras acima, a Sociedade e suas controladas, em conformidade com o CPC, os Instrumentos Financeiros, classificaram suas dívidas como passivos financeiros não

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### VALOR - MÉRITOS EXPLICATIVOS

mensurados ao valor justo (ou mensurados ao custo) e em passivos lixígença mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos da reconhecimento da receitas e despesas anuidas da marcação a mercado dos derivativos de proteção atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Talão demonstrações a seguir informações adicionais sobre o valor a custo das respectivas dívidas e a comparação para as respectivas alterações justas.

| Moedas estrangeiras        | Dívidas                                   |               |           |           | Variação (em reais) |
|----------------------------|---|---------------|-----------|-----------|---------------------|
|                            | Exercício<br>Controladora e<br>Controlada | Valor a custo |           | Total     |                     |
|                            |   | Exercício     | Anterior  |           |                     |
| <b>Mercado de Câmbio</b>   |   |               |           |           |                     |
| CPFL Paulista              |   |               |           |           |                     |
| CPFL Paulista              | 1.000.000                                 | 1.000.000     | 1.000.000 | 1.000.000 | 0,00                |
| CPFL Piratininga           | 1.000.000                                 | 1.000.000     | 1.000.000 | 1.000.000 | 0,00                |
| CPFL Energia               |   |               |           |           |                     |
| CPFL Energia               | 1.000.000                                 | 1.000.000     | 1.000.000 | 1.000.000 | 0,00                |
| CPFL Guarani               |   |               |           |           |                     |
| CPFL Guarani               | 1.000.000                                 | 1.000.000     | 1.000.000 | 1.000.000 | 0,00                |
| CPFL Energia - Controladas |   |               |           |           |                     |
| CPFL Energia - Controladas | 1.000.000                                 | 1.000.000     | 1.000.000 | 1.000.000 | 0,00                |

As mudanças dos valores justos dessas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Sociedade e suas controladas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas (R\$ 24.441) estão sendo compensados pelos efeitos do R\$ 34.341 obtidos com a marcação a mercado das remunerações fixas sobre as dívidas emitidas para proteção da operação câmbio e juros (nota 28) gerando uma perda líquida acumulada de R\$ 9.900.

#### Principais captações no período

##### Moeda Nacional

**BNDES – Investimento FINEM IV (CPFL Paulista) – A** – Controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R\$ 345.550, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste trimestre recebeu o montante de R\$ 34.800 e o saldo remanescente estimado de R\$ 271.181 está previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**BNDES – Investimento FINEM IV (autoridade "A" e "B") – (RSE) – A** – Controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R\$ 258.019 (R\$ 216.101 subordinação "A" e R\$ 42.287 subordinação "B") que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste trimestre recebeu o montante de R\$ 25.500 e o saldo remanescente estimado de R\$ 156.919 está previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2010 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

**BNDES – Investimento FINEM III (CPFL Piratininga) – A** – Controlada obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2008 no montante de R\$ 155.170, que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Neste trimestre recebeu o montante de R\$ 10.462 e o saldo remanescente estimado de R\$ 90.156 está

C1856-0 UNEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla Explicativa

previsto para ser liberado até o término do 1º trimestre de 2010. Os juros serão pagos trimestralmente ao 31 de dezembro de 2009 e a partir de 31 de janeiro de 2010 serão amortizados mensalmente.

**RNDPS - Investimento (CFRAN)** - No trimestre foi liberado o 1º trimestre parcela do empréstimo contratado em fevereiro de 2004 junto ao UNOLÉ, destinado ao financiamento do empreendimento da 1ª de Julho no valor de R\$ 4.832 (R\$ 3.141) pagos com a participação da CFFI de Ação. Os juros e principal estão sendo pagos mensalmente desde novembro de 2005.

**Instituições Financeiras (RGLI)** - A controlada contratou empréstimo junto ao HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em março de 2009, com a emissão de 15 datassestas notas promissórias, no valor nominal unitário de R\$ 10.000 perfazendo o montante total de R\$ 150.000. Os recursos captados por meio de distribuição pública das notas promissórias serão utilizados para pagamento das debêntures da 2ª série da 2ª emissão em 11 de abril de 2009. Não há condições restritivas.

#### CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm cláusulas, entre outras, que requerem que suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os dados das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2008. A Administração da Sociedade e de suas controladas monitoram esses índices de forma contínua e constante de forma que as condições sejam atendidas.

Na administração da Administração da Sociedade e de suas controladas, as condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

മുദ്രാലയം കമ്മീഷൻ  
കാലം: ൧൯൮൪

02.429.144/C001-53

**■ ■ ■**

parco clausulas que recebe  
nestas ideias. Insegureza  
e restrições estão presentes  
e facilmente as Administra-  
ções e células sem se

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

Qual - Múltipla EXPLORATIVAS

#### ( 17 ) FORNECEDORES

| <u>Circulante</u>                | <u>Consolidado</u> |                   |
|----------------------------------|--------------------|-------------------|
|                                  | <u>31/03/2009</u>  | <u>31/12/2008</u> |
| Energias de Serviço do Sistema   | 47.232             | 32.238            |
| Suprimento de Energia Elétrica   | 704.096            | 631.354           |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | 140.025            | 150.346           |
| Materiais e Serviços             | 81.038             | 114.214           |
| Prestação Regulamentada de       | 29.072             | 29.210            |
| Outros                           | 1.024              | 24.005            |
| <b>Total</b>                     | <b>982.206</b>     | <b>982.044</b>    |

#### Map Circulante

|                                  |        |        |
|----------------------------------|--------|--------|
| Energias de Uso da Rede Elétrica | 74.046 | 85.211 |
|----------------------------------|--------|--------|

#### ( 18 ) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

|  | <u>Consolidado</u> |                   |                       |                   |
|--|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|
|  | <u>Circulante</u>  |                   | <u>Não Circulante</u> |                   |
|  | <u>31/03/2009</u>  | <u>31/12/2008</u> | <u>31/12/2008</u>     | <u>31/12/2008</u> |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos     | 1.447              | 1.000             |                       |                   |
| Imposto de Renda sobre Juros e Rendimentos     | 1.415              | 1.415             |                       |                   |
| Imposto de Renda sobre Proventos e Rendimentos |                    |                   |                       |                   |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos     | 2.112              | 2.112             | 1.112                 | 1.112             |
| Imposto de Renda sobre Juros e Rendimentos     | 1.112              | 1.112             | 1.112                 | 1.112             |
| Imposto de Renda sobre Proventos e Rendimentos | 1.112              | 1.112             | 1.112                 | 1.112             |
| <b>Total</b>                                   | <b>4.086</b>       | <b>4.641</b>      | <b>3.336</b>          | <b>3.336</b>      |

#### ( 19 ) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Distribuição e CPFL Geração, através da Fundação CESP, a controlada ABE, através da Fundação CEEE de Seguridade Social - FUNDACEE, a controlada CPFL Santa Cruz através da RR Previdência - Fúndia de Pensão Rápido do Brasil e a controlada CPFL Jaguaruna através da RRPREV Fúndia de Pensão, mantem Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

##### 1 - CPFL Paulista

Atualmente vigora para os empregados da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefício Suplementar Proprietário, sancionado em 1997, com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi alterada a forma de aplicação pela qual o plano deve se defender do plano apurado na época de os estudos externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vão sendo amortizadas mensalmente, acrescida de juros de 5,5% a.a. e corrigido pelo IGP-DI (IGV). Através de Ativo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 258 parcelas mensais e 15 parcelas anuais (para o plano referência a data base de 31 de dezembro de 2007), com vencimento final em 31 de outubro de 2027. Conforme definido em contrato, a aplicação e quitação anualizada, de acordo com o déficit superávit apurado no auto anual, realizada de acordo com as regras da Secretaria de Previdência Complementar (SEPC), que define os critérios de registros

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### CPFL - MÚLTIPLO FUNDADO

CPFL Energia S.A. (CPFL) é uma empresa de capital aberto, com sede em São Paulo, SP. A CPFL é uma empresa de capital aberto, com sede em São Paulo, SP. A CPFL é uma empresa de capital aberto, com sede em São Paulo, SP.

#### II - CPFL Piratininga

A CPFL Piratininga, no âmbito do processo de fusão da Companhia de Energia S.A. (empresa adquirente da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuais e futuras decorrentes das atividades desenvolvidas e realizadas pela empresa até a data da aquisição da CPFL, assim como das obrigações decorrentes dos empregados ativos que foram transferidos.

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Salário - BPS, e um Plano de Benefícios Misto.

Em setembro de 1997, através do Instrumento Contratual de ajuste de reservas a Americano, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Companhia de Energia S.A. (empresa adquirente da Companhia de Energia S.A.) referente ao déficit do plano apurado na época pelos ativos externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 200 parcelas que vem sendo amortizada mensalmente. As parcelas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-D (FGV). Análise de Ativos Contratual celebrada com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2009, os prazos de pagamento passaram a ser de 22 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. Conforme o plano em contrato a obrigação é ajustada anualmente de acordo com o déficit superavit ou déficit líquido atualizado realizado de acordo com as regras do BPS, cuja data das contas da seguinte contabilidade aprovada pela controlada em consonância com a Deliberação CVM nº 371/00. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R\$ 183.183 (R\$ 183.507 em 31 de dezembro de 2008).

#### III - RGE

Pelo plano de benefícios definido com o valor de benefício igual a 100% da média dos últimos salários, incluindo a contribuição previdenciária da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado e Fundado pela FIEFROCEFF. Este benefício é de direito adquirido para os empregados que tiveram os contratos de trabalho suscitados da GELL para RGE.

#### IV - CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada CPFL Santa Cruz, originalmente administrado pela FUNSIFIM, passou a partir de 01 de novembro de 2007 a ser administrado pelo BPS Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil. O plano da controlada CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

#### V - CPFL Geração

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Geração um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Salário e um Plano de Benefícios Misto, existentes nos moldes da controlada CPFL Paulista.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela controlada CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada CPFL Geração referente ao déficit do plano apurado pelos ativos externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 200 parcelas mensais acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-D (FGV). Análise de Ativos Contratual celebrada com a Fundação CESP em 17 de janeiro de

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### VI - MÚLTIPLOS EXERCÍCIOS

2008 - os prazos de pagamento sofreram alteração para 36 meses mensais e 13 parcelas anuais sendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de março de 2027. Conforme definida em contrato, a obrigação A ajustada anualmente de acordo com o deflacionário IGP-MI, apurada em laudo anual realizado de acordo com as regras do SPC, ou, dentre os critérios de registros correlatos, antraco nela controlada em consonância com a Deliberação CVM nº 37.100. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R\$ 13.664 (R\$ 14.297 em 31 de dezembro de 2008).

#### VI - CPFL Jaguariuna

Em dezembro de 2005, as companhias assinaram um plano de previdência privada denominado OMSPREV administrado pela OMPREV Fundos de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

#### VII - Movimentações dos planos de benefício definido

|                                 | 31 DE 2009    |                      |          |               |             |
|---------------------------------|---------------|----------------------|----------|---------------|-------------|
|                                 | CPFL Paulista | CPFL Paulista - 2008 | CPFL     | CPFL Paulista | Consolidado |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Contribuições em 2008           | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Retornos em 2008                | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | 3.000,00      | 3.000,00             | 3.000,00 | 3.000,00      | 3.000,00    |
| Contribuições em 2009           | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Retornos em 2009                | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de março de 2009    | 5.000,00      | 5.000,00             | 5.000,00 | 5.000,00      | 5.000,00    |

As despesas e receitas reconhecidas são como seguem:

|                                 | 31 DE 2009    |                      |          |               |             |
|---------------------------------|---------------|----------------------|----------|---------------|-------------|
|                                 | CPFL Paulista | CPFL Paulista - 2008 | CPFL     | CPFL Paulista | Consolidado |
| Despesas com a operação         | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Receitas com a operação         | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de março de 2009    | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |

|                                 | 31 DE 2009    |                      |          |               |             |
|---------------------------------|---------------|----------------------|----------|---------------|-------------|
|                                 | CPFL Paulista | CPFL Paulista - 2008 | CPFL     | CPFL Paulista | Consolidado |
| Despesas com a operação         | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Receitas com a operação         | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007 | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de dezembro de 2008 | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |
| Saldo em 31 de março de 2009    | 1.000,00      | 1.000,00             | 1.000,00 | 1.000,00      | 1.000,00    |

Na demonstração do resultado as despesas e receitas foram registradas na rubrica "Custo de Operação" no valor total de despesa de R\$ 9,9 (receita de R\$ 21.000 no mesmo período de 2008).

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

unidade - Múltiplas Funções

## (20) TAXAS REGULAMENTARES

|   | Consolidado |            |
|---|-------------|------------|
|   | 31/12/2009  | 31/12/2008 |
| Contribuição Financeira para Utilização de Recursos Humanos | 1.957       | 2.329      |
| Reversão da Cota de Reserva - RCR                           | 1.641       | 2.431      |
| Taxa de Financiamento - ANEE                                | 2.134       | 2.300      |
| Contribuição Governamental Contributiva - CGC               | 21.016      | 46.114     |
| Contribuição Social sobre Lucros Financeiros - CSF          | 38.210      | 33.064     |
| Total   | 77.258      | 84.054     |

## (21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

|                                 | 31/12/2009 | 31/12/2008 | 31/12/2007 | 31/12/2006 | 31/12/2005 | 31/12/2004 | 31/12/2003 |
|---------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Provisão para Contingências     | 257.659    | 2.908      | (2.111)    | (14.518)   | 1.254      | 247.335    | 182.276    |
| Depreciação acumulada (1) - (2) | 289.917    | 2.918      | (1.273)    | (14.762)   | 1.768      | 247.335    | 182.276    |

As provisões para contingências foram constituídas para a contingência da depreciação pelas perdas - dano ambiental - 333 XC

|                                 | Consolidado |        |           |            |                              |            |
|---------------------------------|-------------|--------|-----------|------------|------------------------------|------------|
|                                 | 31/12/2009  | Perdas | Reversões | Exercícios | Reversões, e 1<br>Exercícios | 31/12/2008 |
| Provisão para Contingências     | 257.659     | 2.908  | (2.111)   | (14.518)   | 1.254                        | 247.335    |
| Depreciação acumulada (1) - (2) | 289.917     | 2.918  | (1.273)   | (14.762)   | 1.768                        | 247.335    |

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, sua provabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e de débitos pelas perdas ambientais nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009.

**Perdas possíveis:** A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e riscos nos quais a Administração, apoiada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos. Estas questões não apresentam ainda tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares com efeitos como prováveis ou remota e por este motivo nenhuma



C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - MUITO EXPLICATIVAS

previsão sobre os meios de controle. As ações ações negociadas e perdas passadas em 31 de março de 2009 estavam assim representadas: (i) R\$ 230.250 (trabalhistas) (R\$ 5.220.267 em 31 de dezembro de 2008); (ii) R\$ 437.039 (diversas representadas basicamente por danos pessoais, impactos ambientais e inspeção técnica) (R\$ 492.093 em 31 de dezembro de 2008); e (iii) R\$ 550.581 (taxas relacionadas basicamente à Imposta de Renda - CMH - MISCAL - a PIS e COFINS) (R\$ 625.216 em 31 de dezembro de 2008).

A Administração da Sociedade é de sua natureza baseada na análise de seus passivos e ativos, entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

#### ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

|  | Consolidado |            |                |            |
|--|-------------|------------|----------------|------------|
|  | Circulante  |            | Não Circulante |            |
|  | 31/03/2009  | 31/12/2008 | 31/03/2009     | 31/12/2008 |
| Consumos e Despesas em Curso                               | 49.851      | 52.944     | -              | -          |
| Impostos Recorrentes - IRRF                                | 31.301      | 245.427    | 4.727          | 1.377      |
| Programa de Incentivo Financeiro - PFI                     | 40.000      | 35.476     | 64.504         | 21.000     |
| Provisão e Despesa em Curso - P&D                          | 20.500      | 37.152     | 87.504         | 47.960     |
| Fundo Múltiplo de Descontos em Operações Financeiras - FMD | -           | -          | -              | -          |
| Tecnologias - TACOM  | 2.140       | 37.475     | -              | 221        |
| Provisão de Reserva - Provisão - PFI                       | 1.700       | 15.477     | -              | 100        |
| Fundo de Reserva   | -           | -          | 15.475         | 15.475     |
| Acumulado  | 4.051       | 6.302      | 45.611         | 4.190      |
| Ativos e Passivos em Curso                                 | 37.5        | 2.474      | -              | -          |
| Provisão para Imposto de Renda - PIR                       | 1.230       | 4.100      | 500            | 520        |
| Fundo de Reserva   | 1.047       | 2.451      | -              | -          |
| Provisão para Imposto de Renda                             | 37.465      | 23.648     | -              | -          |
| Outros   | 14.275      | 62.137     | 15.475         | 11.200     |
| Total  | 54.419      | 674.336    | 211.581        | 217.440    |

#### ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 está assim distribuída:

| Ações               | Quantidade de ações |                |            |                |
|---------------------|---------------------|----------------|------------|----------------|
|                     | 31/03/2009          |                | 31/12/2008 |                |
|                     | Quantidade          | Participação % | Quantidade | Participação % |
| Ações Ordinárias    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações Preferenciais | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Ações de Reserva    | 1.000.000           | 100,00         | 1.000.000  | 100,00         |
| Total               | 4.000.000           | 100,00         | 4.000.000  | 100,00         |

07-429-1941/C001-53

#### Dividendo a Juro sobre Capital Próprio

|                                 | Controladora   |                |
|---------------------------------|----------------|----------------|
|                                 | 31/03/2008     | 31/12/2008     |
| Dinero en caja                  |                |                |
| OTC Energía S.A.                | 100.790        | 100.790        |
| SAF Participaciones S.A.        | 188.476        | 188.476        |
| Empresa Participaciones S.A.    | 79.140         | 79.140         |
| ENDESA Participaciones S.A.     | 17.664         | 17.664         |
| En marcha (Otros) S.A.          | 35.140         | 35.140         |
| Demás Activos                   | 14.916         | 14.916         |
| <b>Subtotal</b>                 | <b>622.424</b> | <b>622.424</b> |
| Juanes en banco Capital Próprio | 421            | 421            |
| <b>Total</b>                    | <b>622.845</b> | <b>622.845</b> |

124) RECEITA BRUTA DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

[illegible]

[illegible]

07-429-1941/C001-53

( 25 ) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

[illegible]

11-11-2014 12:14:51 PM 500.5 F 8%

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

unidade: MILHÕES EM REAIS

(26) DESPESAS OPERACIONAIS

|  | Despesas             |                      | Despesas             |                      |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|  | 1º Trimestre<br>2009 | 1º Trimestre<br>2008 | 1º Trimestre<br>2009 | 1º Trimestre<br>2008 |
| <b>Despesas com Vendas</b>                           |                      |                      |                      |                      |
| Salário  |                      |                      | 14.000               | 14.000               |
| Comissão   |                      |                      | 100                  | 100                  |
| Despesas de publicidade                              |                      |                      | 14.000               | 14.000               |
| Despesas com materiais de vendas                     |                      |                      | 100                  | 100                  |
| Despesas com transporte                              |                      |                      | 100                  | 100                  |
| Despesas com alimentação                             |                      |                      | 100                  | 100                  |
| Despesas com outros                                  |                      |                      | 100                  | 100                  |
| <b>Total</b>   |                      |                      | 28.200               | 28.200               |
| <b>Despesas com a Administração</b>                  |                      |                      |                      |                      |
| Salário  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Comissão   | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas de publicidade                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com materiais de administração              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com transporte                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com alimentação                             | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com outros                                  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| <b>Total</b>   | 400                  | 400                  | 400                  | 400                  |
| <b>Despesas com a Produção</b>                       |                      |                      |                      |                      |
| Salário  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Comissão   | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas de publicidade                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com materiais de produção                   | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com transporte                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com alimentação                             | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com outros                                  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| <b>Total</b>   | 400                  | 400                  | 400                  | 400                  |
| <b>Despesas com a Pesquisa e Desenvolvimento</b>     |                      |                      |                      |                      |
| Salário  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Comissão   | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas de publicidade                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com materiais de pesquisa e desenvolvimento | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com transporte                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com alimentação                             | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com outros                                  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| <b>Total</b>   | 400                  | 400                  | 400                  | 400                  |
| <b>Despesas com a Manutenção</b>                     |                      |                      |                      |                      |
| Salário  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Comissão   | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas de publicidade                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com materiais de manutenção                 | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com transporte                              | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com alimentação                             | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| Despesas com outros                                  | 100                  | 100                  | 100                  | 100                  |
| <b>Total</b>   | 400                  | 400                  | 400                  | 400                  |

01856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

unidade - MILHARES DE REAIS

#### ( 27 ) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

|  | Despesas             |                      | Despesas             |                      |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|  | 1º Trimestre<br>2009 | 1º Trimestre<br>2008 | 1º Trimestre<br>2009 | 1º Trimestre<br>2008 |
| <b>Receitas</b>                            |                      |                      |                      |                      |
| Receitas de juros e dividendos             | 1.447                | 1.417                | 1.447                | 1.417                |
| Receitas de aluguel e de outros            | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Receitas de serviços financeiros           | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Receitas de juros de operações de crédito  | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Receitas de juros de operações de crédito  | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Receitas de juros de operações de crédito  | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Receitas de juros de operações de crédito  | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| <b>Total</b>                               | <b>4.793</b>         | <b>4.767</b>         | <b>4.793</b>         | <b>4.767</b>         |
| <b>Despesas</b>                            |                      |                      |                      |                      |
| Despesas com juros                         | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Despesas com juros                         | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| Despesas com juros de operações de crédito | 1.114                | 1.114                | 1.114                | 1.114                |
| <b>Total</b>                               | <b>(1.114)</b>       | <b>(1.114)</b>       | <b>(1.114)</b>       | <b>(1.114)</b>       |
| <b>Resultado Financeiro Líquido</b>        | <b>3.679</b>         | <b>3.653</b>         | <b>3.679</b>         | <b>3.653</b>         |

#### ( 28 ) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

##### Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

Ativos financeiros, sendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo com risco de crédito; (iii) mantidos até o vencimento e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

##### Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são vendidos em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo menos pela metade de custos amortizados.

A Sociedade e suas controladas tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionários e permissionários (nota 3); (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 12.7); e (iii) outros créditos (nota 11).

##### (i) Mensurados ao valor justo com risco de crédito

São os ativos financeiros que seguem os critérios para negociação no curto prazo, (i) designados ao valor justo com o objetivo de controlar os efeitos de reconhecimento de ganhos e despesas a fim de se obter informação rentável, mas relevante e consistente em (ii) derivativos. Estes ativos são registrados pelas respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequentemente dos valores justos, a contrapartida é o lucro líquido.

01856-0 CIPRI ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - MUITAS EXPLICAÇÕES

Os principais ativos financeiros que a Sociedade e suas controladas têm classificados nesta categoria são: i) disponibilidades e aplicações financeiras (nota 4) e ii) derivativos

##### ii) Derivativos de vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não demandados com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Sociedade tem a intenção de manter até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico e o método de custo amortizado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes ativos financeiros: i) título resgatável com a CFSF (nota 6) e ii) créditos a receber da controlada CPEL Paulista junto a CFSF (nota 11).

##### iii) Disponíveis para venda

Relacionam-se aos ativos financeiros que não se enquadram em quaisquer classificações acima e que sejam designados como disponíveis para venda. O registro destes ativos financeiros e o registro dos respectivos valores justos é para qualquer alteração no método, ação subsequentemente das valores justos a contrapartida é a patrimônio líquido.

A Sociedade e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Passivos financeiros sendo como categoria i) mensurados ao valor justo contra resultado e ii) não mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

##### Mensurados ao valor justo contra resultado

São os passivos financeiros que sejam i) mantidos para negociação no curto prazo, ii) designados ao valor justo com o objetivo de reconhecer os efeitos de variações de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e para qualquer alteração na mensuração subsequentemente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.

A Sociedade e suas controladas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: i) a guita de emissão de debêntures estrangeiras (nota 18) e ii) derivativos.

##### i) Não mensurados ao valor justo contra resultado

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados segundo casualmente os métodos de custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: i) fornecedores (nota 17); ii) empréstimos e financiamentos (nota 15); iii) antecipação de dividendos (nota 15); iv) encargos de debêntures (nota 18); v) debêntures (nota 18) e vi) outras contas a pagar (nota 22).

Destinação dos Ativos e Passivos:

C1856-0 UPPS ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - MUITAS EXPLICAÇÕES

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades essenciais das suas parcerias comerciais são reguladas pela ANEEL.

Os principais riscos do risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

**Risco de Taxa de Câmbio:** Esse risco ocorre se a possibilidade de suas controladas vierem a incorrer em perdas a em restrições de caixa decorrentes das flutuações nas taxas de câmbio aumentando os custos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa a capacidade de recursos em moeda estrangeira está substancialmente coberta por operações financeiras de swap e que permitem a Sociedade e suas controladas hedge os riscos relativos de operação para o custo relativo a variação do USD. Adicionalmente as suas controladas estão expostas em suas atividades que afetam a variação da taxa na compra de energia elétrica de longo prazo. O mecanismo de compensação - CVA protege as empresas de eventuais perdas.

**Risco de Taxa de Juros:** Esse risco é devido a possibilidade de Sociedade e suas controladas vierem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. Para todos os empréstimos tomados em moeda nacional a Sociedade e suas controladas tem como contrapartida ativos regulares ou ajustados pela variação da taxa SELIC. Para uma parcela das debêntures emitidas há que ações de swap usando a proteção a flutuação de taxas de juros. Adicionalmente as controladas tem buscado aumentar a participação de empréstimos atrelados a variação da TJLP, indexados com o CDI às oscilações do mercado financeiro.

**Risco do Crédito:** O risco surge da possibilidade das suas controladas vierem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores devidos a seus clientes. Para isso é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a diversificação do número de clientes e o histórico de cobrança e de controle de inadimplência para consumidores residenciais.

**Risco quanto a Escassez de Energia:** A energia vendida pelas controladas basicamente é gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva, aliado a um crescimento de demanda acima do planejado, pode resultar na redução do volume de água das reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume das mesmas, podendo estar refletir em perdas em função de aumento de custos de aquisição de energia em mercados futuros com adoção de um novo programa de gerenciamento, como o ocorrido em 2001.

**Risco de Aceleração de Dívidas:** A Sociedade e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas rescatórias (prepagadas), normalmente atreladas a ações (preços) de mercado, relacionadas ao desempenho de índices, ações ou financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas rescatórias são monitoradas adequadamente e não afetam a capacidade de execução no curso normal das operações.

#### Gerenciamento de Riscos dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das concessões e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas e ganhos em relação as praticadas no mercado.

**Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela administração a Sociedade e suas controladas utilizam-se de sistema de software (RAPS) tendo condições de calcular o VaR - Value at Risk, Mark to Market, Stress Testing e Duration dos instrumentos e avaliar os custos aos quais a Sociedade e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros controlados pela Sociedade e controladas suportados

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla Exatidão

por estas ferramentas, tem apresentado resultados adequados para integração dos dados. Ressalta-se que a Sociedade e suas controladas tem a prática de contabilização de instrumentos derivativos, bem como as fluxadas aprovações de lançadas, somente quando há uma avaliação a qual a administração considera como justo. A Sociedade e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos. Além disso, a Sociedade e suas controladas cumprem aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley tendo portanto políticas internas de controles que promovem um ambiente rico de controle para a minimização da exposição dos riscos.

#### Valorização dos Instrumentos Financeiros

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através do modelo de precificação lançadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelo site da BM&F, Fitch e Andima.

Nesta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento, atualizado pelo fator de desconto pelo fator de desconto referente à data de vencimento no título, dividido da curva de juros de mercado em reais.

Para operações específicas do setor elétrico, sem similar no mercado e com pouco liquidez, principalmente relacionadas com o programa amargencial de financiamento de energia elétrica, expedidos regulatórios e créditos a receber da CESP, as controladas asseguram que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil. Isso ocorre em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deverão ser consideradas na criação da instrumentação de precificação.

Além dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo, também resultado, a Sociedade e suas controladas possuem outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, os valores de mercado dos instrumentos financeiros, obtidos através da metodologia acima, são como segue:

|             | Controladora   |                  |                |                  |
|-------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
|             | 31/03/2009     |                  | 31/12/2008     |                  |
|             | Saldo Contábil | Valor de Mercado | Saldo Contábil | Valor de Mercado |
| Ativos      | 1.000.000      | 1.000.000        | 1.000.000      | 1.000.000        |
| Passivos    | 1.000.000      | 1.000.000        | 1.000.000      | 1.000.000        |
| Controladas |                |                  |                |                  |
|             | 31/03/2009     |                  | 31/12/2008     |                  |
|             | Saldo Contábil | Valor de Mercado | Saldo Contábil | Valor de Mercado |
|             | 1.000.000      | 1.000.000        | 1.000.000      | 1.000.000        |
| Total       | (1.000.000)    | (1.000.000)      | (1.000.000)    | (1.000.000)      |

#### Instrumentos Derivativos

Conforme comentado anteriormente, a Sociedade e suas controladas possuem por prática usual derivativos com o propósito de proteção (hedging) das taxas de variação cambial. A utilização das taxas de juros não possuem qualquer objetivo especulativo na utilização dos instrumentos derivativos. A Sociedade e suas controladas possuem também como a um volume considerável com a exposição cambial ligada, incluindo todos os ativos e passivos eletrônicos à variação cambial.





07-429-1941001-53

analisaram os impactos da expansão territorial e geração de taxa de juros exigidos nos diferentes endividamentos protegidos. No 1.º trimestre de 2009 e 2008, os instrumentos de derivativos geraram as seguintes alterações no resultado consolidado:

| 2015-2016                |                         | 2014-2015                       |                   |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------------|-------------------|
| Country                  | Ratio average operation | Commentary                      | Ratio (Operation) |
| Algeria                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Albania                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Andorra                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Angola                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Antigua and Barbuda      | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Argentina                | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Armenia                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Australia                | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Austria                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Azerbaijan               | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Bahamas                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Bahrain                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Barbados                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Belarus                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Belgium                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Belize                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Benin                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Bhutan                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Bolivia                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Bosnia and Herzegovina   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Brazil                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Bulgaria                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Burkina Faso             | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Burundi                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cambodia                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cameroon                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Canada                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cape Verde               | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Casakhstan               | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cayman Islands           | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Central African Republic | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Chad                     | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Chile                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| China                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Colombia                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Comoros                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Congo                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Congo (Brazzaville)      | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Congo (Kinshasa)         | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Costa Rica               | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cote d'Ivoire            | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Croatia                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cuba                     | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Cyprus                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Czechia                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Dominica                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Dominican Republic       | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| DRC                      | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Ecuador                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Egypt                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| El Salvador              | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Equatorial Guinea        | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Eritrea                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Estonia                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Ethiopia                 | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Fiji                     | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Finland                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| France                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Gabon                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Gambia                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Georgia                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Germany                  | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Ghana                    | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Greece                   | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Guatemala                | 0.000000                | The operation ratio is 0.000000 | 0.000000          |
| Guinea                   | 0.000000</              |                                 |                   |

Deve ressaltar que a controlada, por sua FHERCAN não possui acesso para proteção cambial correspondentes a soma de R\$ 103.543, junto ao BDI e BNDIS pelo fato de um percentual de seus resultados latários contemplar a proteção cambial do período latário. Embora exista a hedge natural para a exposição e efeito da variação cambial dessas montantes em 01/01/2009 a 31/12/2009, um ganho de R\$ 1.203, que somente será compensado a partir do próximo reajuste latário da controlada.

Em consonância com a Instrução CVM n.º 470/06, a Sociedade e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos impactos sobre as principais instituições financeiras potenciais demonstrando estar expostas, basicamente, representadas por variação das taxas de câmbio e de juros, conforme demonstrado:

Considerando que a taxa de juros da exposição cambial existente em 31 de março de 2006 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro para 1999 seria a seguinte:

07-429-1941001-53

| Indikator   | G. Pendidikan             |         |                                      |                                     |  |
|---|---------------------------|---------|--------------------------------------|-------------------------------------|--|
|   | Pengembangan<br>Kurikulum | Metode  | Pengembangan<br>Sarana dan Prasarana | Pengembangan<br>Kelembagaan dan SDM | Pengembangan<br>Kerjasama dan Jejaring |
| 1. Bagaimana proses pengembangan kurikulum di sekolah?              | 100,00%                   | 100,00% | 100,00%                              | 100,00%                             | 100,00%                                |
| 2. Bagaimana proses pengembangan metode pembelajaran di sekolah?    | 100,00%                   | 100,00% | 100,00%                              | 100,00%                             | 100,00%                                |
| 3. Bagaimana proses pengembangan sarana dan prasarana di sekolah?   | 100,00%                   | 100,00% | 100,00%                              | 100,00%                             | 100,00%                                |
| 4. Bagaimana proses pengembangan kelembagaan dan SDM di sekolah?    | 100,00%                   | 100,00% | 100,00%                              | 100,00%                             | 100,00%                                |
| 5. Bagaimana proses pengembangan kerjasama dan jejaring di sekolah? | 100,00%                   | 100,00% | 100,00%                              | 100,00%                             | 100,00%                                |
|   | 100,00%                   | 100,00% | 100,00%                              | 100,00%                             | 100,00%                                |

| приложение                          | Всего (млн руб.) | В том числе (млн руб.) | Средств             |                       |
|-------------------------------------|------------------|------------------------|---------------------|-----------------------|
|                                     |                  |                        | на 1 января 2012 г. | на 31 декабря 2012 г. |
| 1. Средства на капитальные вложения | 10 000           | 10 000                 | 10 000              | 10 000                |
| 2. Средства на текущие нужды        | 10 000           | 10 000                 | 10 000              | 10 000                |
| <b>Итого</b>                        | <b>20 000</b>    | <b>20 000</b>          | <b>20 000</b>       | <b>20 000</b>         |
| 3. Средства на капитальные вложения | 10 000           | 10 000                 | 10 000              | 10 000                |
| 4. Средства на текущие нужды        | 10 000           | 10 000                 | 10 000              | 10 000                |
| <b>Итого</b>                        | <b>20 000</b>    | <b>20 000</b>          | <b>20 000</b>       | <b>20 000</b>         |

## 4.29 EVENTOS SUBSECUENTES

אם תוכלו להעביר את המידע הזה למי שצריך אותו, אולי יוכלו להציל את החיים שלי.

RENDIMENTO PROMISSO PROMÉDIO: 11,5% (Anuidade Realizada)  
 CMH - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - Informações Fundamentais  
 ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Nacional de  
 Energia  
 Data Base: 31/12/2009

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

**NOTAS EXPLICATIVAS**

|                        | CPFL<br>Energia | RPA   | CPFL<br>Geração | CPFL<br>Transmissão | CPFL<br>S/A<br>Equipe | CPFL<br>Logística |
|------------------------|-----------------|-------|-----------------|---------------------|-----------------------|-------------------|
| Ativo Circulante       | 1.000           | 1.000 | 1.000           | 1.000               | 1.000                 | 1.000             |
| Ativo Não Circulante   | 1.000           | 1.000 | 1.000           | 1.000               | 1.000                 | 1.000             |
| Passivo Circulante     | 1.000           | 1.000 | 1.000           | 1.000               | 1.000                 | 1.000             |
| Passivo Não Circulante | 1.000           | 1.000 | 1.000           | 1.000               | 1.000                 | 1.000             |

As Notas Promissórias terão como garantia o aval da CPFL Energia e serão pagas a uma  
 rentabilidade fixa e pré-fixada à emissão equivalente de 115% da Taxa Diária de Selic vigente.

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### CPFL - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

##### Análise de Resultados – CPFL Energia (Controladora)

Neste trimestre, o Lucro Líquido foi de R\$ 202.703, sendo 6,5 % (R\$ 17.371) superior ao mesmo trimestre do exercício anterior, devido basicamente aos resultados das participações societárias, conforme abaixo:

|                     | 1º Trimestre 2009 | 1º Trimestre 2008 |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| CPFL Paulista       | 55.279            | 155.533           |
| CPFL Piratininga    | 55.310            | 32.598            |
| RGE                 | 45.339            | 39.779            |
| CPFL Santa Cruz     | 5.765             | 6.610             |
| CPFL Leão Paulista  | 1.929             | -                 |
| CPFL Jaguar         | 1.621             | -                 |
| CPFL Sul Paulista   | 2.665             | -                 |
| CPFL Mococa         | 1.658             | -                 |
| CPFL Geração        | 12.325            | 28.820            |
| CPFL Brasil         | 43.532            | 25.057            |
| CPFL Alameda        | 1.385             | -                 |
| CPFL Paulista       | 1.752             | -                 |
| CPFL Serviços       | 1.493             | -                 |
| CPFL Jaguariuna     | 1.231             | 1.577             |
| CPFL Jaguar Geração | 1.339             | -                 |
| <b>Total</b>        | <b>\$51.144</b>   | <b>\$14.875</b>   |

Neste trimestre, as principais ações que afetaram os resultados das subsidiárias estão apresentadas a seguir:

- Revisão tarifária periódica da CPFL Paulista negativa em 17,21% aplicada nas tarifas a partir de abril de 2008;
- Reajuste positivo de tarifas para CPFL Geração e demais distribuidoras;
- Ajustes negativos nos resultados de 2008 em função da sobrecontratação de energia envolvendo CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Brasil (Nota 3 e 5);
- Entrada em operação de usinas da CPFL Geração;
- O processo de reestruturação societária que resultou na participação direta da CPFL Energia nas seguintes subsidiárias: CPFL Leão Paulista, CPFL Jaguar, CPFL Sul Paulista, CPFL Mococa, CPFL Serviços, CPFL Paulista e CPFL Jaguar Geração e CPFL Jaguariuna.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Análise de Resultados – CPFL Energia Consolidado

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

| Informações   | Consolidado        |                    |              |
|---|--------------------|--------------------|--------------|
|   | 1Tr 09             | 1Tr 08             | Variação     |
| <b>RECEITA BRUTA</b>                                  | <b>3.587.756</b>   | <b>3.481.803</b>   | <b>3,0%</b>  |
| Concessões de Energia Elétrica                        | 3.041.053          | 3.022.500          | 5,5%         |
| Suprimento de Energia Elétrica                        | 244.445            | 213.501            | 22,0%        |
| Outras Receitas Operacionais                          | 291.857            | 245.802            | 19,5%        |
| <b>DEBITOS DO PERÍODO (CPFL, CPFL, CPFL)</b>          | <b>(1.119.009)</b> | <b>(1.197.514)</b> | <b>6,1%</b>  |
| <b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>                    | <b>2.504.696</b>   | <b>2.384.289</b>   | <b>5,1%</b>  |
| <b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>                     | <b>(1.440.016)</b> | <b>(1.352.883)</b> | <b>6,5%</b>  |
| Energia Elétrica Consumida para Reservas              | 1.211.044          | 1.352.883          | (10,3%)      |
| Energia Elétrica para Uso da Transmissão Distribuição | 228.972            | 0,00               | 100,0%       |
| <b>CUSTO EMPRESA OPERACIONAL</b>                      | <b>(426.702)</b>   | <b>(407.948)</b>   | <b>4,6%</b>  |
| Financeiro  | 312.107            | 314.410            | (0,7%)       |
| Entidade do Incumbente (CPFL, CPFL)                   | 919                | 21.070             | (97,4%)      |
| Materiais   | 14.353             | 14.439             | 0,6%         |
| Serviços de Terceiros                                 | 10.737             | 87.493             | 8,7%         |
| Despesas de Manutenção                                | 46.104             | 90.107             | 4,9%         |
| Amortização de Imobilizantes                          | 46.724             | 41.070             | 13,5%        |
| Outros  | 15.451             | 85.015             | (81,9%)      |
| <b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>                           | <b>916.678</b>     | <b>921.193</b>     | <b>-0,5%</b> |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO</b>                           | <b>(62.960)</b>    | <b>(91.565)</b>    | <b>33,3%</b> |
| Receita   | 119.941            | 85.365             | 40,5%        |
| Despesa   | (170.901)          | (176.930)          | 16,4%        |
| <b>LURO ANTES DOS TRIBUTOS</b>                        | <b>453.718</b>     | <b>432.604</b>     | <b>4,9%</b>  |
| Contribuição Social                                   | 45.115             | 47.014             | (4,2%)       |
| Imposto de Renda                                      | 113.454            | 121.590            | (6,6%)       |
| <b>LURO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>                   | <b>294.789</b>     | <b>266.560</b>     | <b>10,6%</b> |
| Participação em Lucros Não Consolidados               | 12.050             | 1.125              | 9,7%         |
| <b>LURO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                        | <b>282.739</b>     | <b>265.332</b>     | <b>6,6%</b>  |
| <b>EBITDA</b>   | <b>638.629</b>     | <b>645.641</b>     | <b>-1,1%</b> |

|   |                |                |
|---|----------------|----------------|
| Correção do Lucro Líquido a EBITDA (1)      |                |                |
| Lucro Líquido do Período                    | 282.739        | 265.332        |
| Imposto de Renda Pago                       | 919            | 121.590        |
| Despesa de Amortização                      | 143.613        | 21.590         |
| Resultado Financeiro                        | 62.960         | 91.565         |
| Contribuição Social                         | 45.115         | 47.014         |
| Imposto de Renda                            | 113.454        | 121.590        |
| <b>EBITDA</b>                               | <b>638.629</b> | <b>645.641</b> |
| (1) Informação não relevante para o período |                |                |

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

### Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2009 foi de R\$ 2.507.755, representando uma redução de 2,8% (R\$ 84.120) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores desta variação foram:

- Redução de 5,6% (R\$ 181.507) no fornecimento de energia elétrica de energia, justificado pela redução de 5,2% nas tarifas médias praticadas principalmente em função da revisão tarifária da CPFL Paulista de 17,21% a partir de abril de 2008 e da redução na quantidade de energia faturada (0,4% - 44 GWh);
- Aumento de 32,0% (R\$ 89.014) no suprimento de energia, devido principalmente ao aumento de 25,2% na quantidade vendida, basicamente em função da melhor desempenho no segmento de comercialização.

#### - Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2009, houve uma redução de 0,4% na quantidade de energia faturada a consumidores finais. As classes residencial e comercial, que representam 49,8% da quantidade de energia vendida a consumidores finais no trimestre, possuem as maiores tarifas médias, registraram um crescimento de 8,7% e 6,5%, respectivamente, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior, em função da migração de alguns consumidores rurais para a classe residencial, das temperaturas elevadas registradas no período e crescimento do volume de vendas no comércio varejista.

A quantidade vendida para a classe industrial, que representa 34,4% da quantidade de energia vendida, apresentou uma queda de 9,8%, que reflete principalmente o impacto da crise internacional sobre a indústria em nossa área de concessão.

A quantidade vendida total de energia, considerando o fornecimento a consumidores finais, o suprimento a concessionárias e permissionárias (centrais hidroelétricas) cresceu 3,63% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Em relação a quantidade de energia vendida nas áreas de concessão da CPFL Energia, que impacta tanto o fornecimento faturado como a entrada na LULSA, houve uma redução de -2,2% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

#### - Tarifas

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.01 - CUMENTÁRIO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO TRIMESTRE

No 1º trimestre de 2009, as tarifas de fornecimento de energia praticadas, sofreram uma redução média de 5,2% devido, principalmente, aos impactos dos maiores lanços das controladas.

- CPFL Paulista: redução de 17,21% e RGE: aumento de 2,52%, ambas a partir de abril de 2008;
- CPFL Santa Cruz: aumento de 24,09%; CPFL Jaguar: aumento de 11,36%; CPFL Mococa: aumento de 11,16%; CPFL Leste Paulista: aumento de 12,84% e CPFL Sul Paulista: aumento de 11,64% todas a partir de 3 de fevereiro de 2009;
- CPFL Piratininga: aumento de 16,54% em outubro de 2008.

#### Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2009 foram de R\$ 1.196.059, uma redução de 0,1% (R\$ 1.460) em relação ao mesmo trimestre de 2008, o que se refere principalmente a:

- a) redução de PIS, COFINS e CMS no montante de R\$ 41.205 (4,2%) principalmente em função da redução do fornecimento faturado;
- b) compensado pelo aumento do encargo setorial COC no montante de R\$ 39.477.

#### Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R\$ 1.448.316 representando uma redução de 6,7% (R\$ 104.349) em relação ao mesmo período do ano anterior. Apesar dos efeitos do reajuste dos preços dos geradores, a variação é explicada por:

- redução de 0,1% na quantidade de energia comprada;
- redução da amortização da Parcela 1A no montante de R\$ 31.649 quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior;
- no primeiro trimestre de 2008, houve aumento de custo referente ao custo de subcontratação de energia no valor de R\$ 137.167, sendo R\$ 85.324 na CPFL Paulista e R\$ 50.343 na CPFL Piratininga/Nota 3e 5i;
- impactos negativos da subcontratação de energia (R\$ 14.288) e do COV (R\$ 24.118) na CPFL Paulista no primeiro trimestre de 2009 em função da homologação do reajuste tardio de 2009;
- Redução de R\$ 36.595 no custo de energia comprada da CPFL Brasil, neste trimestre, principalmente em função da queda de preços.



01856-0 CIPRI ENXERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.01 - CUMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

##### Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R\$ 425.732, um aumento de 4,6% (R\$ 18.756) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Esta variação deve-se principalmente a:

##### • Despesas Operacionais Gerenciais

Representadas pelos custos com Pessoa, Materia, Serviços de Terceiros e Outros, estas despesas totalizaram R\$ 282.755 neste trimestre, uma redução de 0,1% (R\$ 1.908), que deve-se principalmente a:

- redução de 17,8% (R\$ 11.548) em Outras Despesas, devido principalmente à reversão de provisão relacionada à recuperação de Créditos de Liquidação Duvidosa na controlada RGE (R\$ 16.774), compensada pela reversão da provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa em 2008 na CPEI Paulista (R\$ 4.871);
- aumento de 4,0% (R\$ 4.727) em Pessoa, devido basicamente aos efeitos do Acordo Coletivo de 2006;
- aumento de 6,1% (R\$ 5.244) em Serviços de Terceiros.

##### • Entidade de Previdência Privada

O plano de Previdência Privada apresentou neste trimestre uma despesa de R\$ 911 contra uma receita de R\$ 21.029. Esta variação deve-se basicamente ao rendimento esperado sobre os ativos do plano, conforme definido no Plano Atual (já preparado em dezembro de 2006).

##### Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro Líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 82.563 comparada com R\$ 11.088 no mesmo período de 2008, representando uma redução de 30,8% (R\$ 28.108).

A receita financeira aumentou em R\$ 6.676, devido principalmente a:

- a) Redução de R\$ 7.505 em rendas de aplicação financeira devido à queda das disponibilidades;

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- a) Aumento da atualização monetária em R\$ 9.845, principalmente em função da remuneração de créditos vencidos há longa data na contábil R\$15, no valor de R\$ 18.226.
- b) Aumento da remuneração do CVA e parcela 1/A em R\$ 8.051 em função do aumento do saldo líquido de ativos e passivos regulatórios.

A despesa financeira reduziu em R\$ 21.233 decorrente das seguintes:

- a) Redução de R\$ 21.832 nas despesas com atualizações monetárias e câmbias referente aos ganhos com os registros dos instrumentos financeiros e derivativos, ao valor de mercado (R\$ 16.228) e a variação negativa do IGP-M no período.
- b) Aumento de R\$ 11.223 em encargos de dívidas, principalmente em função do maior endividamento das controladas CPFL Participações e RGE e devido ao aumento da variação do CDI no período.

#### Contribuição Social e Imposto de Renda

Os tributos sobre o resultado no 11.º trimestre de 2009 foram de R\$ 188.629, apresentando um aumento de 1.3% (R\$ 3.205) em relação ao mesmo trimestre de 2008, o qual reflete basicamente o aumento do Lucro Antes dos Tributos.

#### Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos fatores expostos acima, o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R\$ 232.703, sendo 6,5% (R\$ 17.371) maior que o mesmo período de 2008.

O EBITDA ajustado (lucro líquido no trimestre excluindo os efeitos da política de precificação, provisão, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social e imposto de renda) para o 11.º trimestre de 2009 foi de R\$ 656.523, sendo 2,2% (R\$ 12.606) maior que o EBITDA apurado no mesmo período de 2008.





01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

**PRD - PERFIL DOS DE INVESTIMENTOS**

Não revisto pelos auditores independentes:

Verifica-se que os investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição, ficando assim, menos produtivos de geração. A tabela a seguir apresenta os investimentos da Saneamento nos 3 meses de 2009, bem como nos últimos três anos encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006.

|                            | Empreendimento de Energia |      |      |      |
|----------------------------|---------------------------|------|------|------|
|                            | 3 meses                   | 2008 | 2007 | 2006 |
| Distribuição de Energia    |                           |      |      |      |
| UTEL Energia               | -                         | -    | -    | -    |
| UTEL Energia S.A.          | 0                         | 0    | 0    | 0    |
| UTEL Energia S.A.          | -                         | -    | -    | -    |
| UTEL Energia S.A.          | -                         | -    | -    | -    |
| Soma                       | 0                         | 0    | 0    | 0    |
| Geração de Energia         | 139                       | 502  | 446  | 288  |
| Comercialização de Energia | 0                         | 0    | 0    | 0    |
| Soma                       | -                         | 0    | 0    | 0    |
| Total                      | 139                       | 502  | 446  | 288  |

Planejamos investir aproximadamente R\$ 120 milhões em 2009 e R\$ 120 milhões em 2010. Os investimentos totais de 2009 e 2010 são de R\$ 1.450 milhões distribuídos e destinados a R\$ 120 milhões e R\$ 120 milhões, respectivamente.

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 2009 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RELEVANTES

Fonte dos dados da CVM - Empresa S/A - nominal de 5 - das ações de cada empresa e classe, em 31 de Março de 2010

| Ações                                | Quantidade         | Partic. %     |
|--------------------------------------|--------------------|---------------|
| UTEL Energia S.A.                    | 120.542.722        | 25,61         |
| UTI Participações S.A.               | 119.761.727        | 25,42         |
| Equipe Participações S.A.            | 40.112.211         | 8,65          |
| UTI de Participações S.A.            | 40.520.729         | 8,64          |
| Plumaria Participações S.A.          | 26.470.000         | 5,62          |
| Membros do Conselho de Administração | 2.116              | 0,00          |
| Membros da Diretoria Executiva       | 2.116              | 0,00          |
| Outros Acionistas                    | 16.022.565         | 3,41          |
| <b>Total</b>                         | <b>473.912.938</b> | <b>100,00</b> |

Quantidade e Valor Nominal de 100 ações de cada uma das classes de ações de cada empresa e classe, em 31 de Março de 2009 e 2008

| Ações                          | 2009               |               | 2008               |               |
|--------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
|                                | Quantidade         | Partic. %     | Quantidade         | Partic. %     |
| UTI Energia                    | 120.542.722        | 25,61         | 119.761.727        | 25,42         |
| Administrativas                |                    |               |                    |               |
| Membros do Conselho            | 2.116              | 0,00          | 1.450              | 0,00          |
| Membros da Diretoria Executiva | 2.116              | 0,00          | 2.116              | 0,00          |
| Diretoria Executiva - Outros   | 16.022.565         | 3,41          | 10.777.776         | 2,37          |
| <b>Total</b>                   | <b>479.612.938</b> | <b>100,00</b> | <b>479.612.938</b> | <b>100,00</b> |



01856-0 CIPRI ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 2009 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RELEVANTES

### 1. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     | RFI     | RFI     | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 1   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

### 2. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     | RFI     | RFI     | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 2   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

### 3. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|
| 3   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% |

### 4. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|
| 4   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% |

### 5. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|
| 5   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% |

### 6. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|
| 6   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% |

### 7. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|
| 7   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% |

### 8. FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO

| FIP | Nome                         | RF      | RFI     |
|-----|------------------------------|---------|---------|
| 8   | FIP - FUNDOS DE INVESTIMENTO | 100,00% | 100,00% |



C1256-3 UPEL EMERGIA S.A.

07-429-1947-0001-53

### 2000 • OLIGOMERIZATION OF 1,4-DIMETHYL-5-PHENYLBENZOTRIAZOLE

[illegible]

RENDIMENTO PERMANENTE, 100% (Cotação: R\$100,00)  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 CVM - Informações Fundamentais  
 ENERGISA COMERCIAL, INDÚSTRIAS E OUTRAS

Regulamento Corporativo  
 Data Base 30/03/2009

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 2009 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE FUNDAMENTAÇÃO RELEVANTES

|   |  |
|---|--|
| As informações contidas neste documento foram extraídas dos documentos disponíveis no site da empresa e não foram auditadas por uma firma independente. |  |
| Assinatura do Presidente do Conselho de Administração   | Assinatura do Diretor de Administração |

Assinatura do Presidente do Conselho de Administração

### Compromisso de arbitragem

A companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme a cláusula de arbitragem constante no artigo 144 do Estatuto Social da Companhia.

020667629-13-00-11

pg. 76

07-429-1947-0001-53

116

1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 2679, 26

1996-09-17 11:12

07-429-1941/C001-53

[illegible]

02.429.144/CDDL-93

2014 10 10 10:00  
 2014 10 10 10:00  
 2014 10 10 10:00

| Kategorie   | Kategorie: männlich |           | Kategorie: weiblich |           |
|---|---------------------|-----------|---------------------|-----------|
|   | 1995/1996           | 2000/2001 | 1995/1996           | 2000/2001 |
| <b>A. Bevölkerung</b>   |                     |           |                     |           |
| A.1. Bevölkerung unter 15 Jahren                                    | 271.300             | 271.300   | 271.300             | 271.300   |
| A.2. Bevölkerung 15 Jahre und älter                                 | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| <b>B. Beschäftigte</b>  |                     |           |                     |           |
| B.1. Beschäftigte in der Landwirtschaft                             | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.2. Beschäftigte in der Industrie                                  | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.3. Beschäftigte im Dienstleistungssektor                          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.4. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.5. Beschäftigte in der Gesundheitsversorgung                      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.6. Beschäftigte in der Bildung                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.7. Beschäftigte in der Kultur                                     | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.8. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie               | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.9. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie  | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.10. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.11. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.12. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.13. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.14. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.15. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.16. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie         | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.17. Beschäftigte in der Wissenschaft und Forschung                | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.18. Beschäftigte in der Gesundheits- und Sozialfürsorge           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.19. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.20. Beschäftigte in der Bildung                                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.21. Beschäftigte in der Kultur                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.22. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.23. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.24. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.25. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.26. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.27. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.28. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.29. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.30. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie         | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.31. Beschäftigte in der Wissenschaft und Forschung                | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.32. Beschäftigte in der Gesundheits- und Sozialfürsorge           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.33. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.34. Beschäftigte in der Bildung                                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.35. Beschäftigte in der Kultur                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.36. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.37. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.38. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.39. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.40. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.41. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.42. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.43. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.44. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie         | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.45. Beschäftigte in der Wissenschaft und Forschung                | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.46. Beschäftigte in der Gesundheits- und Sozialfürsorge           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.47. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.48. Beschäftigte in der Bildung                                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.49. Beschäftigte in der Kultur                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.50. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.51. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.52. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.53. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.54. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.55. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.56. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.57. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.58. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie         | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.59. Beschäftigte in der Wissenschaft und Forschung                | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.60. Beschäftigte in der Gesundheits- und Sozialfürsorge           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.61. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.62. Beschäftigte in der Bildung                                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.63. Beschäftigte in der Kultur                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.64. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.65. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.66. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.67. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.68. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.69. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.70. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.71. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.72. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie         | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.73. Beschäftigte in der Wissenschaft und Forschung                | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.74. Beschäftigte in der Gesundheits- und Sozialfürsorge           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.75. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.76. Beschäftigte in der Bildung                                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.77. Beschäftigte in der Kultur                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.78. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.79. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.80. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.81. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.82. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.83. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.84. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.85. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.86. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie         | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.87. Beschäftigte in der Wissenschaft und Forschung                | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.88. Beschäftigte in der Gesundheits- und Sozialfürsorge           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.89. Beschäftigte in der öffentlichen Verwaltung                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.90. Beschäftigte in der Bildung                                   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.91. Beschäftigte in der Kultur                                    | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.92. Beschäftigte in der Sport- und Freizeitindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.93. Beschäftigte in der Informations- und Kommunikationsindustrie | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.94. Beschäftigte in der Energie- und Umweltindustrie              | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.95. Beschäftigte in der Finanz- und Versicherungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.96. Beschäftigte in der Real Estate- und Immobilienindustrie      | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.97. Beschäftigte in der Transport- und Logistikindustrie          | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.98. Beschäftigte in der Einzelhandels- und Großhandelsindustrie   | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.99. Beschäftigte in der Gastronomie- und Hotelindustrie           | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |
| B.100. Beschäftigte in der Kunst- und Unterhaltungsindustrie        | 1.128.700           | 1.128.700 | 1.128.700           | 1.128.700 |

C1856-0 UPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

2160 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEMI ANUAL 2009

## Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Aos Senhores e Administradores da  
 UPEL Energia S.A.  
 São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contidas no Relatório Trimestral – TR Trimestral – consolidadas da UPEL Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, e entregamos o balanço patrimonial e as demonstrações resultantes, desdobradas em valor e em valor agregado, a relatório de descrição e comentários explicativos, elaborados sob a responsabilidade da Administração.
2. As informações contidas no Relatório Trimestral consolidado da UPEL Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009 foram revisadas por nossos auditores independentes, em caráter de revisão especial, ocorrido em 24 de abril de 2009, sem ressalva. A UPEL Energia S.A. adotou sua política própria, adotada na UPEL Energia S.A. – Unidade Base, para a medida de equivalência patrimonial, bem como consolidar os investimentos pelo método proporcional em 31 de março de 2009 e o valor desses investimentos é de R\$ 11.040 mil, o resultado da capitalização patrimonial desse investimento no resultado deste trimestre é de R\$ 2.595 mil de valor. As informações trimestrais dos investimentos consolidados nas informações trimestrais consolidadas apresentam o valor proporcional de R\$ 389,84 mil em 31 de março de 2009. Nesse relatório, nos referimos aos valores que foram gerados por esse investimento e, portanto, estão incluídos no resultado exclusivo da receita gerada pelos investidores independentes da UPEL Energia S.A. – Unidade Base.
3. As informações contidas no Relatório Trimestral consolidado da Campos Novos Energia S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009 foram revisadas por nossos auditores independentes, em caráter de revisão especial, ocorrido em 24 de abril de 2009, sem ressalva. A UPEL Energia S.A. adotou sua política própria, adotada na UPEL Energia S.A. – Unidade Base, para a medida de equivalência patrimonial, bem como consolidar os investimentos pelo método proporcional em 31 de março de 2009 e o valor desse investimento é de R\$ 186.257 mil, o resultado da capitalização patrimonial desse investimento no resultado deste trimestre é de R\$ 11.876 mil de valor. As informações trimestrais dos investimentos incluídas nas informações trimestrais consolidadas apresentam o valor proporcional de R\$ 517,88 mil em 31 de março de 2009. Nesse relatório, nos referimos aos valores que foram gerados por esse investimento e, portanto, estão incluídos no resultado da receita gerada pelos investidores independentes da Campos Novos Energia S.A.

07-429-1941001-53

1. Nossa estratégia de medição de desempenho é baseada em indicadores de desempenho pelo usuário. Analisamos os aspectos do Portal = 100% em conjunto com a Comissão Federal de Comércio (FTC) e a Comissão Nacional de Proteção ao Consumidor, em um esforço para estabelecer alguns padrões representativos de usabilidade, financeira e operacional do Computador e suas controladas quando um usuário utiliza o Portal. Os dados de usabilidade das interações foram analisados e revisados das informações e das avaliações subsequentes e também foram analisados e avaliados pelos usuários do Portal e subsequentes avaliações de usabilidade e avaliações de usabilidade.

[illegible]

Os dados são correlacionados e explicitam a influência do desenvolvimento econômico das políticas públicas adotadas no Brasil durante 2018, as interações entre as regiões e o crescimento final em 31 de março de 2020, representadas por meio de comparação formal e estatística sendo representadas como Anexo 1a, N° 12 - Planos Contábeis. Ainda assim, é importante considerar a influência da crise econômica pela denominação das Unidades Administrativas do Brasil, pois que tem sido fundamentalmente a Lei 11.083/07 pela denominação dos Estados da União.

KPDT: *Indicates independent*  
 (1) = Yes (0) = No

2025-09-17 11:10

Page 31

RENDIMENTO PERMANENTE, 100% (Regulação: RARF/0001)  
CMV – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora: RARF/0001  
Data Base: 31/03/2009

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA DE IGUAZU

Controlada/Coligada: – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual consta de suas informações Trimestrais – ITR – de 31 de março de 2009, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



RENDIMENTO PERMANENTE – RPPR – RPPR – RPPR – RPPR – RPPR  
CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR – INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Nacional  
Data Base – 20/01/2009

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADORA DE RISCO

Entidade/Controlada: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

A controlada CPFL Geração de Energia S/A é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho inscrito e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR, de 31 de março de 2009 arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.



| Wavelength (nm) | Intensity (a.u.) |
|-----------------|------------------|
| 200             | 0.00             |
| 220             | 0.00             |
| 240             | 0.00             |
| 260             | 0.00             |
| 280             | 0.00             |
| 300             | 0.00             |
| 320             | 0.00             |
| 340             | 0.00             |
| 360             | 0.00             |
| 380             | 0.00             |
| 400             | 0.00             |
| 420             | 0.00             |
| 440             | 0.00             |
| 460             | 0.00             |
| 480             | 0.00             |
| 500             | 0.00             |
| 520             | 0.00             |
| 540             | 0.00             |
| 560             | 0.00             |
| 580             | 0.00             |
| 600             | 0.00             |
| 620             | 0.00             |
| 640             | 0.00             |
| 660             | 0.00             |
| 680             | 0.00             |
| 700             | 0.00             |
| 720             | 0.00             |
| 740             | 0.00             |
| 760             | 0.00             |
| 780             | 0.00             |
| 800             | 0.00             |
| 820             | 0.00             |
| 840             | 0.00             |
| 860             | 0.00             |
| 880             | 0.00             |
| 900             | 0.00             |
| 920             | 0.00             |
| 940             | 0.00             |
| 960             | 0.00             |
| 980             | 0.00             |
| 1000            | 0.00             |

**CONCLUSIONS**

[illegible]

C1856-O CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 22.6 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA CPEL

Controlada/Controlada: CPEL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

##### Receita Bruta

A Receita Bruta do 1T09 que inclui as operações das controladas CL OH, Sul Geradora e Cano Sul foi de R\$ 410.181, demonstrando uma redução de R\$ 24.018 (-5,7%) em relação ao mesmo trimestre de 2008, não se justifica basicamente pelo volume de venda a consumidores livres que teve uma redução de 17,3% no período.

##### Lucro Líquido da Período e EBITDA

O lucro líquido apurado no 1T09 foi de R\$ 48.532, demonstrando um aumento de R\$ 21.475 (86,7%) quando comparada com o mesmo trimestre de 2008. Este incremento é justificado basicamente pelo aumento do EBITDA no período de R\$ 24.559.

O EBITDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuições social, depreciação, amortização) para o 1T09 foi de R\$ 61.713, sendo 87,0% maior que o apurado para o mes no trimestre de 2008 que foi R\$ 36.751 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).

RENDIMENTO PATRIMÔNIO PRESENCIAL: 100% (Aprovação: 100%)  
CMH – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CVM – Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora: CVM/CAPRA  
Data Base: 31/12/2009

C1856-0 CPMI ENERGIA S.A.

02.429.144/C001-93

2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADORA DE GASTOS

Controlada/Obrigada: – COMPANHIA PARATININGA DE FORÇA E LUZ

A controlada Companhia Paratininga de Força e Luz é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2008, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

RENDIMENTO FINANCEIRO E PATRIMÔNIO - Rio Grande Energia  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
FTR - Informações Trimestrais  
ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Nacional  
Data Base - 28/03/2009

C1856-D CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA RIGVIA

Controlada/Controlada: RIO GRANDE ENERGIA S/A

A controlada Rio Grande Energia S/A é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho trimestral consta de suas Informações Trimestrais - ITR, de 31 de março de 2009 arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - CVM | 01.31.03 - CVM |
| 01.31.04 - CVM | 01.31.05 - CVM | 01.31.06 - CVM |

ÍNDICE

| Item | Subitem | Descrição     | Página |
|------|---------|---------------|--------|
| 01   | 01      | Identificação |        |
| 02   | 02      | Identificação | 1      |
| 03   | 03      | Identificação | 1      |
| 04   | 04      | Identificação | 1      |
| 05   | 05      | Identificação | 2      |
| 06   | 06      | Identificação | 2      |
| 07   | 07      | Identificação | 2      |
| 08   | 08      | Identificação | 2      |
| 09   | 09      | Identificação | 2      |
| 10   | 10      | Identificação | 3      |
| 11   | 11      | Identificação | 4      |
| 12   | 12      | Identificação | 4      |
| 13   | 13      | Identificação | 7      |
| 14   | 14      | Identificação | 7      |
| 15   | 15      | Identificação | 7      |
| 16   | 16      | Identificação | 10     |
| 17   | 17      | Identificação | 10     |
| 18   | 18      | Identificação | 10     |
| 19   | 19      | Identificação | 14     |
| 20   | 20      | Identificação | 16     |
| 21   | 21      | Identificação | 19     |
| 22   | 22      | Identificação | 20     |
| 23   | 23      | Identificação | 20     |
| 24   | 24      | Identificação | 20     |
| 25   | 25      | Identificação | 20     |
| 26   | 26      | Identificação | 20     |
| 27   | 27      | Identificação | 20     |
| 28   | 28      | Identificação | 20     |
| 29   | 29      | Identificação | 20     |
| 30   | 30      | Identificação | 20     |
| 31   | 31      | Identificação | 20     |
| 32   | 32      | Identificação | 20     |
| 33   | 33      | Identificação | 20     |
| 34   | 34      | Identificação | 20     |
| 35   | 35      | Identificação | 20     |
| 36   | 36      | Identificação | 20     |
| 37   | 37      | Identificação | 20     |
| 38   | 38      | Identificação | 20     |
| 39   | 39      | Identificação | 20     |
| 40   | 40      | Identificação | 20     |
| 41   | 41      | Identificação | 20     |
| 42   | 42      | Identificação | 20     |
| 43   | 43      | Identificação | 20     |
| 44   | 44      | Identificação | 20     |
| 45   | 45      | Identificação | 20     |
| 46   | 46      | Identificação | 20     |
| 47   | 47      | Identificação | 20     |
| 48   | 48      | Identificação | 20     |
| 49   | 49      | Identificação | 20     |
| 50   | 50      | Identificação | 20     |
| 51   | 51      | Identificação | 20     |
| 52   | 52      | Identificação | 20     |
| 53   | 53      | Identificação | 20     |
| 54   | 54      | Identificação | 20     |
| 55   | 55      | Identificação | 20     |
| 56   | 56      | Identificação | 20     |
| 57   | 57      | Identificação | 20     |
| 58   | 58      | Identificação | 20     |
| 59   | 59      | Identificação | 20     |
| 60   | 60      | Identificação | 20     |
| 61   | 61      | Identificação | 20     |
| 62   | 62      | Identificação | 20     |
| 63   | 63      | Identificação | 20     |
| 64   | 64      | Identificação | 20     |
| 65   | 65      | Identificação | 20     |
| 66   | 66      | Identificação | 20     |
| 67   | 67      | Identificação | 20     |
| 68   | 68      | Identificação | 20     |
| 69   | 69      | Identificação | 20     |
| 70   | 70      | Identificação | 20     |
| 71   | 71      | Identificação | 20     |
| 72   | 72      | Identificação | 20     |
| 73   | 73      | Identificação | 20     |
| 74   | 74      | Identificação | 20     |
| 75   | 75      | Identificação | 20     |
| 76   | 76      | Identificação | 20     |
| 77   | 77      | Identificação | 20     |
| 78   | 78      | Identificação | 20     |
| 79   | 79      | Identificação | 20     |
| 80   | 80      | Identificação | 20     |
| 81   | 81      | Identificação | 20     |
| 82   | 82      | Identificação | 20     |
| 83   | 83      | Identificação | 20     |
| 84   | 84      | Identificação | 20     |
| 85   | 85      | Identificação | 20     |
| 86   | 86      | Identificação | 20     |
| 87   | 87      | Identificação | 20     |
| 88   | 88      | Identificação | 20     |
| 89   | 89      | Identificação | 20     |
| 90   | 90      | Identificação | 20     |
| 91   | 91      | Identificação | 20     |
| 92   | 92      | Identificação | 20     |
| 93   | 93      | Identificação | 20     |
| 94   | 94      | Identificação | 20     |
| 95   | 95      | Identificação | 20     |
| 96   | 96      | Identificação | 20     |
| 97   | 97      | Identificação | 20     |
| 98   | 98      | Identificação | 20     |
| 99   | 99      | Identificação | 20     |
| 100  | 100     | Identificação | 20     |

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



- 
- Informações Financeiras da Garantidora Relativas ao Trimestre e Período de Três Meses Encerrado em 31 de Março de 2008 e Relatório dos Auditores Independentes sobre Revisão Especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER AVALIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SEUS ÓRGÃOS, SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

|                   |                        |               |                    |
|-------------------|------------------------|---------------|--------------------|
| Nome da Companhia | Ovaljeção Energia S.A. | CNPJ          | 12.428.144/0001-03 |
| Código CVM        | 01066-0                | CELENERG S.A. |                    |
| Código do ITR     | 79200788173            |               |                    |

01.02 - SEDE

|                        |                             |                   |                   |                 |                     |
|------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|---------------------|
| Endereço - Logradouro  | Rua Antônio de Almeida, 100 |                   |                   | Cidade - Estado | Brasília - DF       |
| Endereço - Complemento | Sala 100                    |                   |                   | CEP             | 70150-000           |
| Telefone               | 061 3341.0000               | Fax               | 061 3341.0001     | E-mail          | ovale@ovalje.com.br |
| Site                   | www.ovalje.com.br           | Site da Companhia | www.ovalje.com.br | Site da CVM     | www.cvm.gov.br      |
| Outros sites           |                             |                   |                   |                 |                     |
| Outros e-mails         |                             |                   |                   |                 |                     |

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

|                        |                               |                   |                   |                 |                     |
|------------------------|-------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|---------------------|
| Nome                   | José Antonio de Almeida Filho |                   |                   |                 |                     |
| Endereço - Logradouro  | Rua Antônio de Almeida, 100   |                   |                   | Cidade - Estado | Brasília - DF       |
| Endereço - Complemento | Sala 100                      |                   |                   | CEP             | 70150-000           |
| Telefone               | 061 3341.0000                 | Fax               | 061 3341.0001     | E-mail          | ovale@ovalje.com.br |
| Site                   | www.ovalje.com.br             | Site da Companhia | www.ovalje.com.br | Site da CVM     | www.cvm.gov.br      |
| Outros sites           |                               |                   |                   |                 |                     |
| Outros e-mails         |                               |                   |                   |                 |                     |

01.04 - REFERÊNCIA AUDITOR

| Nome                  | CV                     | Nome do Auditor       | Nome do Auditor        | Nome do Auditor       | Nome do Auditor        |
|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|------------------------|
| Endereço - Logradouro | Endereço - Complemento | Endereço - Logradouro | Endereço - Complemento | Endereço - Logradouro | Endereço - Complemento |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |
| 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             | 01.01.0008            | 01.02.0008             |

---

APPROXIMATE

| 2019-2020   | 2018-2019   |
|-------------|-------------|
| 470 000 000 | 470 000 000 |
| 0           | 0           |
| 470 000 000 | 470 000 000 |
| 0           | 0           |
| 0           | 0           |

10. **EMPHASIS**

$\text{Fe}_2\text{O}_3 \cdot n\text{H}_2\text{O}$

---

$\text{Fe}_2(\text{SO}_4)_3$

---

$\text{Fe}_2(\text{CO}_3)_3$

---

$\text{Fe}_2(\text{C}_2\text{O}_4)_3$

---

## NELLIS NAS JENKINS INCOME FINANCIALS CONSOLIDATED

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 284: 2692-2696.

#### HIJERO DEL DESARROLLO EMPAQUES DURANTE LOS ÚLTIMOS 10 AÑOS

|      |      |      |
|------|------|------|
| 2016 | 2017 | 2018 |
| 2019 | 2020 | 2021 |

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CNPJ - CONSISSAO DE VALORES MOBILIARES  
ITR - INTERMEDIOS FISCIS TRAFS      Data-Base: 31/03/2018  
EMPRESA COVENHA INDUSTRIA L QUATRA

**1-800-BUY-A-FLEX FILE**

[illegible]

\*\*\*\*\*

| Category | Item | Value |
|----------|------|-------|
| A        | 1    | 1     |
|          | 2    | 2     |
|          | 3    | 3     |
|          | 4    | 4     |
|          | 5    | 5     |
|          | 6    | 6     |
|          | 7    | 7     |
|          | 8    | 8     |
|          | 9    | 9     |
|          | 10   | 10    |
| B        | 1    | 1     |
|          | 2    | 2     |
|          | 3    | 3     |
|          | 4    | 4     |
|          | 5    | 5     |
|          | 6    | 6     |
|          | 7    | 7     |
|          | 8    | 8     |
|          | 9    | 9     |
|          | 10   | 10    |
| C        | 1    | 1     |
|          | 2    | 2     |
|          | 3    | 3     |
|          | 4    | 4     |
|          | 5    | 5     |
|          | 6    | 6     |
|          | 7    | 7     |
|          | 8    | 8     |
|          | 9    | 9     |
|          | 10   | 10    |
| D        | 1    | 1     |
|          | 2    | 2     |
|          | 3    | 3     |
|          | 4    | 4     |
|          | 5    | 5     |
|          | 6    | 6     |
|          | 7    | 7     |
|          | 8    | 8     |
|          | 9    | 9     |
|          | 10   | 10    |
| E        | 1    | 1     |
|          | 2    | 2     |
|          | 3    | 3     |
|          | 4    | 4     |
|          | 5    | 5     |
|          | 6    | 6     |
|          | 7    | 7     |
|          | 8    | 8     |
|          | 9    | 9     |
|          | 10   | 10    |

\*\*\*\*\*

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|

---

INITIAL ATTEMPT: 8/23/2011

[illegible]

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                         |                    |
|----------------|-------------------------|--------------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - RAZÃO SOCIAL | 01.31.03 - CNPJ    |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 03.420.144/0001-33 |

01.32 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (R\$ MIL)

| 01.32.01 - CVM | 01.32.02 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.03 - DATA | 01.32.04 - PERÍODO  |
|----------------|-------------------------|-----------------|---------------------|
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.05 - CVM | 01.32.06 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.07 - DATA | 01.32.08 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.09 - CVM | 01.32.10 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.11 - DATA | 01.32.12 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.13 - CVM | 01.32.14 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.15 - DATA | 01.32.16 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.17 - CVM | 01.32.18 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.19 - DATA | 01.32.20 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.21 - CVM | 01.32.22 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.23 - DATA | 01.32.24 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.25 - CVM | 01.32.26 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.27 - DATA | 01.32.28 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.29 - CVM | 01.32.30 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.31 - DATA | 01.32.32 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.33 - CVM | 01.32.34 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.35 - DATA | 01.32.36 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.37 - CVM | 01.32.38 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.39 - DATA | 01.32.40 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.41 - CVM | 01.32.42 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.43 - DATA | 01.32.44 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.45 - CVM | 01.32.46 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.47 - DATA | 01.32.48 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.49 - CVM | 01.32.50 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.51 - DATA | 01.32.52 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.53 - CVM | 01.32.54 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.55 - DATA | 01.32.56 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.57 - CVM | 01.32.58 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.59 - DATA | 01.32.60 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.61 - CVM | 01.32.62 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.63 - DATA | 01.32.64 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.65 - CVM | 01.32.66 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.67 - DATA | 01.32.68 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.69 - CVM | 01.32.70 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.71 - DATA | 01.32.72 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.73 - CVM | 01.32.74 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.75 - DATA | 01.32.76 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.77 - CVM | 01.32.78 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.79 - DATA | 01.32.80 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.81 - CVM | 01.32.82 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.83 - DATA | 01.32.84 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.85 - CVM | 01.32.86 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.87 - DATA | 01.32.88 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.89 - CVM | 01.32.90 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.91 - DATA | 01.32.92 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.93 - CVM | 01.32.94 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.95 - DATA | 01.32.96 - PERÍODO  |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |
| 01.32.97 - CVM | 01.32.98 - RAZÃO SOCIAL | 01.32.99 - DATA | 01.32.100 - PERÍODO |
| 018630         | OTIL LUBRICIA S/A       | 31/03/2015      | 12/01/2015          |

01.11 - IDENTIFICAÇÃO

|                 |                    |                    |
|-----------------|--------------------|--------------------|
| 01.11.01 - CNPJ | 01.11.01.01 - CNPJ | 01.11.01.02 - CNAE |
| 0160100         | 0991100000000      | 2420-101000000     |

02.12 - BALANÇO PATRIMÔNIAL PASSIVO (R\$ em Mil)

|                           |                                 |                           |
|---------------------------|---------------------------------|---------------------------|
| 02.12.01 - Capital Social | 02.12.01.01 - Capital Social    | 02.12.01.02 - Reservas    |
| 02.12.01.01               | 02.12.01.01.01 - Capital Social | 02.12.01.01.02 - Reservas |
| 02.12.01.02               | 02.12.01.02.01 - Reservas       | 02.12.01.02.02 - Reservas |
| 02.12.01.03               | 02.12.01.03.01 - Reservas       | 02.12.01.03.02 - Reservas |
| 02.12.01.04               | 02.12.01.04.01 - Reservas       | 02.12.01.04.02 - Reservas |



[illegible]









## 01.17 - DE41 FZ255U

|        |                    |                         |
|--------|--------------------|-------------------------|
| 0060-0 | CPFL ELEPH 200 3.0 | 2x20 = 40 (10'0" x 10') |
|--------|--------------------|-------------------------|

## 03.12 - BALANÇO PATRIMÔNIAL PASSIVO CONSOLIDADO (R\$ mil)

| Year | Country        | Population (millions) | Urban population (millions) | Urban population (%) |
|------|----------------|-----------------------|-----------------------------|----------------------|
| 1950 | China          | 550                   | 100                         | 18                   |
| 1950 | India          | 360                   | 60                          | 17                   |
| 1950 | United States  | 150                   | 100                         | 67                   |
| 1950 | United Kingdom | 55                    | 40                          | 73                   |
| 1950 | France         | 45                    | 30                          | 67                   |
| 1950 | Germany        | 50                    | 35                          | 70                   |
| 1950 | Japan          | 90                    | 50                          | 56                   |
| 1950 | Soviet Union   | 190                   | 100                         | 53                   |
| 1950 | Italy          | 45                    | 30                          | 67                   |
| 1950 | Spain          | 25                    | 15                          | 60                   |
| 1950 | Sweden         | 8                     | 6                           | 75                   |
| 1950 | Norway         | 3                     | 2                           | 67                   |
| 1950 | Denmark        | 2                     | 1                           | 50                   |
| 1950 | Netherlands    | 16                    | 10                          | 63                   |
| 1950 | Belgium        | 9                     | 6                           | 67                   |
| 1950 | Luxembourg     | 0.5                   | 0.3                         | 60                   |
| 1950 | Switzerland    | 2.5                   | 1.5                         | 60                   |
| 1950 | Austria        | 2.5                   | 1.5                         | 60                   |
| 1950 | Poland         | 28                    | 15                          | 54                   |
| 1950 | Czech Republic | 12                    | 7                           | 58                   |
| 1950 | Slovakia       | 5                     | 3                           | 60                   |
| 1950 | Hungary        | 10                    | 6                           | 60                   |
| 1950 | Romania        | 15                    | 9                           | 60                   |
| 1950 | Bulgaria       | 8                     | 5                           | 63                   |
| 1950 | Greece         | 7                     | 4                           | 57                   |
| 1950 | Turkey         | 15                    | 8                           | 53                   |
| 1950 | Iran           | 18                    | 10                          | 56                   |
| 1950 | Pakistan       | 40                    | 20                          | 50                   |
| 1950 | India          | 360                   | 60                          | 17                   |
| 1950 | China          | 550                   | 100                         | 18                   |

| 001 - IDENTIFICAÇÃO |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|---------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| 1                   | Nome da Empresa                                  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2                   | Endereço da Empresa                              |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3                   | CNPJ   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4                   | CPF  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 5                   | Nome do Representante Legal                      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 6                   | CPF do Representante Legal                       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 7                   | Nome do Responsável Técnico                      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 8                   | CPF do Responsável Técnico                       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 9                   | Nome do Responsável Administrativo               |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 10                  | CPF do Responsável Administrativo                |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 11                  | Nome do Responsável Financeiro                   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 12                  | CPF do Responsável Financeiro                    |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 13                  | Nome do Responsável Jurídico                     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 14                  | CPF do Responsável Jurídico                      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 15                  | Nome do Responsável de Qualidade                 |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 16                  | CPF do Responsável de Qualidade                  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 17                  | Nome do Responsável de Segurança                 |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 18                  | CPF do Responsável de Segurança                  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 19                  | Nome do Responsável de Meio Ambiente             |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 20                  | CPF do Responsável de Meio Ambiente              |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 21                  | Nome do Responsável de Saúde e Segurança         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 22                  | CPF do Responsável de Saúde e Segurança          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 23                  | Nome do Responsável de Recursos Humanos          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 24                  | CPF do Responsável de Recursos Humanos           |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 25                  | Nome do Responsável de Tecnologia da Informação  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 26                  | CPF do Responsável de Tecnologia da Informação   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 27                  | Nome do Responsável de Logística                 |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 28                  | CPF do Responsável de Logística                  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 29                  | Nome do Responsável de Comunicação               |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 30                  | CPF do Responsável de Comunicação                |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 31                  | Nome do Responsável de Relações Públicas         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 32                  | CPF do Responsável de Relações Públicas          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 33                  | Nome do Responsável de Marketing                 |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 34                  | CPF do Responsável de Marketing                  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 35                  | Nome do Responsável de Atendimento ao Cliente    |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 36                  | CPF do Responsável de Atendimento ao Cliente     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 37                  | Nome do Responsável de Treinamento               |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 38                  | CPF do Responsável de Treinamento                |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 39                  | Nome do Responsável de Avaliação de Risco        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 40                  | CPF do Responsável de Avaliação de Risco         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 41                  | Nome do Responsável de Gestão de Projetos        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 42                  | CPF do Responsável de Gestão de Projetos         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 43                  | Nome do Responsável de Gestão de Qualidade       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 44                  | CPF do Responsável de Gestão de Qualidade        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 45                  | Nome do Responsável de Gestão de Recursos        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 46                  | CPF do Responsável de Gestão de Recursos         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 47                  | Nome do Responsável de Gestão de Processos       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 48                  | CPF do Responsável de Gestão de Processos        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 49                  | Nome do Responsável de Gestão de Documentos      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 50                  | CPF do Responsável de Gestão de Documentos       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 51                  | Nome do Responsável de Gestão de Informações     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 52                  | CPF do Responsável de Gestão de Informações      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 53                  | Nome do Responsável de Gestão de Ativos          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 54                  | CPF do Responsável de Gestão de Ativos           |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 55                  | Nome do Responsável de Gestão de Riscos          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 56                  | CPF do Responsável de Gestão de Riscos           |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 57                  | Nome do Responsável de Gestão de Oportunidades   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 58                  | CPF do Responsável de Gestão de Oportunidades    |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 59                  | Nome do Responsável de Gestão de Desafios        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 60                  | CPF do Responsável de Gestão de Desafios         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 61                  | Nome do Responsável de Gestão de Resultados      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 62                  | CPF do Responsável de Gestão de Resultados       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 63                  | Nome do Responsável de Gestão de Indicadores     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 64                  | CPF do Responsável de Gestão de Indicadores      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 65                  | Nome do Responsável de Gestão de Métricas        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 66                  | CPF do Responsável de Gestão de Métricas         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 67                  | Nome do Responsável de Gestão de KPIs            |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 68                  | CPF do Responsável de Gestão de KPIs             |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 69                  | Nome do Responsável de Gestão de Objetivos       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 70                  | CPF do Responsável de Gestão de Objetivos        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 71                  | Nome do Responsável de Gestão de Estratégias     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 72                  | CPF do Responsável de Gestão de Estratégias      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 73                  | Nome do Responsável de Gestão de Políticas       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 74                  | CPF do Responsável de Gestão de Políticas        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 75                  | Nome do Responsável de Gestão de Procedimentos   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 76                  | CPF do Responsável de Gestão de Procedimentos    |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 77                  | Nome do Responsável de Gestão de Normas          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 78                  | CPF do Responsável de Gestão de Normas           |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 79                  | Nome do Responsável de Gestão de Diretrizes      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 80                  | CPF do Responsável de Gestão de Diretrizes       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 81                  | Nome do Responsável de Gestão de Princípios      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 82                  | CPF do Responsável de Gestão de Princípios       |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 83                  | Nome do Responsável de Gestão de Valores         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 84                  | CPF do Responsável de Gestão de Valores          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 85                  | Nome do Responsável de Gestão de Crenças         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 86                  | CPF do Responsável de Gestão de Crenças          |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 87                  | Nome do Responsável de Gestão de Atitudes        |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 88                  | CPF do Responsável de Gestão de Atitudes         |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 89                  | Nome do Responsável de Gestão de Comportamentos  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 90                  | CPF do Responsável de Gestão de Comportamentos   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 91                  | Nome do Responsável de Gestão de Habilidades     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 92                  | CPF do Responsável de Gestão de Habilidades      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 93                  | Nome do Responsável de Gestão de Conhecimentos   |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 94                  | CPF do Responsável de Gestão de Conhecimentos    |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 95                  | Nome do Responsável de Gestão de Competências    |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 96                  | CPF do Responsável de Gestão de Competências     |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 97                  | Nome do Responsável de Gestão de Potencialidades |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 98                  | CPF do Responsável de Gestão de Potencialidades  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 99                  | Nome do Responsável de Gestão de Limitações      |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 100                 | CPF do Responsável de Gestão de Limitações       |  |  |  |  |  |  |  |  |





01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

CPFL - NOTAS EXPLICATIVAS

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS  
 DE 31 DE MARÇO DE 2008 E 31 DEZEMBRO DE 2007**

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**(1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A CPFL Energia S.A. (CPFL Energia ou Sociedade) é uma sociedade por ações de capital aberto constituída com o objetivo principal de atuar como holding participando no capital de outras sociedades, sociedades primariamente as atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica.

A Sociedade possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, segregadas por atividade de negócio:

| Controlada                                    | Porcentagem de Participação | 31 DE MARÇO<br>Porcentagem % |          | 31 DEZEMBRO<br>Porcentagem % |          |
|---|-----------------------------|------------------------------|----------|------------------------------|----------|
|   |                             | Controlada                   | Indireta | Controlada                   | Indireta |
| <b>Transmissão de Energia</b>                 |                             |                              |          |                              |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A.              | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| <b>Geração de Energia</b>                     |                             |                              |          |                              |          |
| CPFL Geração de Energia S.A.                  | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Geração de Energia S.A. - Filial         | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| <b>Comercialização de Energia</b>             |                             |                              |          |                              |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A.          | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Comercialização de Energia S.A. - Filial | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| <b>Outras</b>                                 |                             |                              |          |                              |          |
| CPFL Outras S.A.                              | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| <b>Transmissão de Energia</b>                 |                             |                              |          |                              |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A.              | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |
| CPFL Transmissão de Energia S.A. - Filial     | 100%                        | 100%                         |          | 100%                         |          |

**(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS**

As informações Trimestrais (ITEs) são controladas e consolidadas, foram elaboradas segundo princípios contábeis e critérios contábeis com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo Exercício social e devem ser analisadas em conjunto. Essas informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia e outras normas definidas pela ANEEL, e normas complementares editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### NOTA - NOTAS EXPLICATIVAS

Com o objetivo de ampliar as informações prestadas ao mercado, estão sendo apresentadas como informações suplementares as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e da Valor Adicionado para as transações todas em 31 de março de 2008 e de 2007 respectivamente nas anexo 1 e

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela FAS 95 - *Statement of Cash Flows*, no que se refere ao formato de apresentação, em conexão ao contexto do registro das demonstrações financeiras da Sociedade na *Securities and Exchange Commission (SEC)*.

#### Crítérios de consolidação

As TRs consolidadas abrangem os saldos e transações da Sociedade e de suas controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Garçaó, CPFL Brasil, CPFL Santa Cruz, RGE e Paraná. Os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente. Adicionalmente a consolidação com as demonstrações financeiras da Sociedade, as demonstrações financeiras da CPFL Paulista, CPFL Brasil e Paraná são consolidadas com as da suas controladas integral ou proporcionalmente de acordo com as regras definidas pela Instrução CVM nº 247/99.

Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no passivo e no resultado de cada período apresentada.

Todos os saldos e transações significativos com partes relacionadas foram eliminados.

As práticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela Sociedade. A principal diferença entre as práticas de consolidação relaciona-se à reavaliação da imobilizante registrada pela controlada RGE que é eliminada do patrimônio líquido base para cálculo da equivalência patrimonial e, consequentemente, na consolidação.

07-429-1941/C001-53

### 1.3) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

| Descrição   | Consolidado      |                  |                  |                  |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
|   | Exercício        |                  | Ant. Exercício   |                  |
|   | 31-12-2028       | 31-12-2007       | 31-12-2028       | 31-12-2007       |
| <b>Contribuições Constitucionais e a Permutatícias (item 5)</b> |                  |                  |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            |                  | 444              |
| Imposto sobre o lucro   | 1.000            | 1.000            | 0,0              | 444              |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   |                  |                  |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            | 0,007            | 0,007            |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            | 0,0              | 0,0              |
|   | <b>31.000</b>    | <b>31.000</b>    | <b>0,007</b>     | <b>0,007</b>     |
| <b>Obrigações de Contas Financeiras</b>                         |                  |                  |                  |                  |
| Prévia (item 1)   | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Imposto   | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
|   | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> |
| <b>Despesas Pagas do Imposto sobre o lucro (item 6)</b>         |                  |                  |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            | 0,0              | 444              |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            | 0,007            | 0,007            |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000            | 1.000            |                  |                  |
|   | <b>4.000</b>     | <b>4.000</b>     | <b>0,007</b>     | <b>0,007</b>     |
| <b>Outras Contas a Pagar (item 7)</b>                           |                  |                  |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro   | 1.000.000        | 1.000.000        |                  | 444              |
|   | <b>1.000.000</b> | <b>1.000.000</b> | <b>0,007</b>     | <b>0,007</b>     |
| <b>Obrigações de Contas Financeiras</b>                         |                  |                  |                  |                  |
| Prévia (item 1)   | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
| Imposto   | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        | 1.000.000        |
|   | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> |
| <b>Outras Contas a Pagar (item 8)</b>                           |                  |                  |                  |                  |
| Prévia (item 1)   | 1.000.000        | 1.000.000        |                  | 444              |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000.000        | 1.000.000        | 0,007            | 0,007            |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000.000        | 1.000.000        |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000.000        | 1.000.000        |                  |                  |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000.000        | 1.000.000        | 0,007            | 0,007            |
| Imposto sobre o lucro sobre o lucro (Imposto)                   | 1.000.000        | 1.000.000        |                  |                  |
|   | <b>4.000.000</b> | <b>4.000.000</b> | <b>0,007</b>     | <b>0,007</b>     |
| <b>Total Líquido</b>  | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> | <b>2.000.000</b> |

No final de 2001, em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica que vigorou entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, foi celebrado acordo entre os produtores e consumidores de energia elétrica e o Governo Federal denominado Acordo Geral do Setor Elétrico. Este acordo instituiu como mecanismo de repressão de perdas incorridas pelas empresas do setor elétrico um reajuste tarifário extraordinário de 2,5% nas tarifas de fornecimento de energia elétrica a consumidores residenciais e aqueles aqueles beneficiados

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### VALOR MÍNIMO EXERCÍCIO

Com o valor mínimo de 1,00% e 1,00% para todos os demais consumidores.

As movimentações dos saldos reconhecidos a RTE - Energia Livre e Parcela TA - para o trimestre findo em 31 de março de 2008 são como segue:

|                                  | RTE   | Consolidado   |          | Parcela TA -<br>Livre |
|----------------------------------|-------|---------------|----------|-----------------------|
|                                  |       | Energia Livre |          |                       |
|                                  |       | Ano           | Parcial  |                       |
| Saldos em 31 de dezembro de 2007 | 2.504 | 2.404         | (29.807) | 496.211               |
| Recebimentos                     | 1.17  | 250           | 1.111    | 1.000                 |
| Pagamentos                       | (111) | (125)         | (10)     |                       |
| Saldos em 31 de março de 2008    | 2.590 | 2.529         | (28.796) | 497.211               |
| Saldos em 31 de março de 2008    | 2.590 | 2.407         | (29.807) | 496.211               |

- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)** - Corresponde à perda de receita apurada a partir da criação da receita de venda de energia além da capacidade de geração no período de racionamento e à receita projetada para esse período desconsiderando a ocorrência do Programa de Racionamento de Energia.

Em função da termino do prazo das demais circunstâncias a saldo de RTE registrado refere-se à controladora CPFL São Paulo, a qual possui previsão para o ano de 2008 de R\$ 2.106, calculada com base nas projeções de receitas esperadas, considerando o crescimento do mercado, as expectativas de inflação, preços e aspectos regulatórios. O prazo final de entrega para a recuperação da RTE pela CPFL São Paulo é janeiro de 2009.

As distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Piratunga registraram em exercícios anteriores perdas de R\$ 152.060 em função do término do prazo estipulado para a realização total de RTE.

- Energia Livre** - Corresponde à energia produzida e disponibilizada ao mercado consumidor pelos produtores independentes e autoprodutores de energia durante o período de racionamento.

As concessionárias de distribuição anteciparam os recursos pagos ao consumidor através de repasse tarifário extraordinário e os repassarão aos geradores de acordo com percentuais estabelecidos para cada concessionária, motivo pelo qual foram constituídos um ativo e um passivo. Esses valores estão atualizados com base em orientações da ANEEL.

A controladora CPFL São Paulo possui previsão para perdas da realização da energia livre no montante de R\$ 1.915.

No caso da controladora RGE, o ativo regulatório de Energia Livre decorre da cessação pela distribuidora de sua quota parte de 1,00% para o programa de racionamento. Assim como para a RTE, a controladora RGE e a controladora CPFL Geração possuem em 31 de março de 2008 previsão para perda na realização da Energia Livre totalizando o montante de R\$ 5.353. A controladora CPFL Geração possui ainda o registro de perda de R\$ 1.621 referente ao repasse de distribuidoras que já encerraram o seus prazos de recebimento.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

**CPFL - MÚLTIPLOS VALORES**

- **Parcela "A"** - Corresponde à variação dos custos não gerenciáveis representativos da Parcela "A" das atividades de concessão ocorrida entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2007. Esses valores são atualizados com base na variação da taxa SELIC.

Para as controladas CPFL Pratinha e CPFL Paulista a Parcela "A" começou a ser compensada a partir de fevereiro de 2007 e janeiro de 2008, respectivamente, mediante a utilização de mecanismo análogo ao da RTE. Para a controlada CPFL Sul Paulista a Parcela "A" começou a ser amortizada a partir de fevereiro de 2008 pelo prazo necessário para atingir o montante registrado. Para as controladas CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Matox e CPFL Jaguar, os custos da Parcela "A" foram amortizados em novembro de 2007, setembro de 2005, março de 2007 e em agosto de 2005, respectivamente.

As controladas CPFL Paulista, CPFL Pratinha e CPFL Leãozinho amortizaram partes da Parcela "A" neste trimestre conforme normas de amortização acima.

|                                       | Consolidado<br>31/12/2008 |
|---------------------------------------|---------------------------|
| Energia Comercial                     | 70.140                    |
| Preço de Uso do Sistema               | 7.374                     |
| Custo de Consumo do Combustível - CCC | 21.629                    |
| ISIRI                                 | 11.045                    |
| Taxa de Fiscalização                  | 79                        |
| <b>Total</b>                          | <b>110.267</b>            |

**b) Revisão e Reajuste Tarifário**

**b.1) 1º Ciclo da Revisão Tarifária (2003/2004)**

**a) CPFL Paulista - Diferença de Depreciação**

Em 2007, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 443, alterou o resultado final da primeira Revisão Tarifária periódica da controlada CPFL Paulista, homologada em abril de 2005, reposicionando as tarifas de fornecimento de energia em 20,66%, em função da revisão do cálculo do percentual médio de depreciação utilizado na Revisão Tarifária de 2003. A diferença gerada entre o que deveria ser a tarifa de 20,20% para 20,66%, e o componente Xa do Valor X, de 11,352% para 11,250%, corresponde a um ajuste financeiro no valor de R\$ 44.958, que está sendo compensado financeiramente no Reajuste Tarifário de 2007. Esse ajuste registra-se está registrado na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias - Revisão Tarifária - Depreciação", já considerando os efeitos de PIS e COFINS, e a partir do reposicionamento passará a ser amortizado.

**b) CPFL Pratinha - Base Gerenciadora**

Em 2006, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 385, e em atendimento ao pedido de reconsideração da Revisão Tarifária, realizada pela Companhia Energia S.A. (Dandere), alterou os valores da base de remuneração da controlada CPFL Pratinha.

Com tal alteração, a ANEEL determinou que as tarifas de fornecimento de energia elétrica fossem reajustadas em 10,14%. Nesta mesma oportunidade para refletir o novo parâmetro aprovado, definido pela ANEEL, a controlada CPFL Pratinha construiu em 2006 um ativo regulatório na conta "Consumidores, Concessionárias e Permissionárias" no montante de R\$ 28.570, incluindo os efeitos de PIS e COFINS, sendo amortizado até outubro de 2007.



01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltiplas Explicativas

A administração da controlada CPFL Paulista em análise do processo reviu seus acordamentos a respeito, inclusive, a contabilização para a CCEE da parcela das transações envolvendo o contrato de fornecimento de energia entre a controlada CPFL Paulista e a controlada CPFL Brasil.

Nesse contexto e de forma conservadora, enquanto não se finaliza o processo contábil da revisão tarifária, a controlada CPFL Paulista reconheceu em março de 2008 a revisão de contas a receber referente a etapa de contabilização da CCEE no montante de R\$ 05.660 para o período de janeiro de 2008 a fevereiro de 2008. A controlada reconheceu concomitantemente o custo e a redução do custo CCEE de R\$ 17.543 e R\$ 22.104, respectivamente. Como consequência da contabilização foi efetuada também uma provisão para realização do ativo de sobrecontabilização de R\$ 25.755 e a provisão de um passivo de R\$ 14.384 a decorrer dos compromissos no próximo reajuste tarifário, sendo como contrapartida custo com energia elétrica. Tais registros não produziram nenhum efeito no resultado da controlada CPFL Paulista.

De forma conservadora e visando aderência para as valias homologadas pela Agência Reguladora a controlada CPFL Paulista efetuou no primeiro trimestre de 2008 a provisão para realização do ativo e a provisão do passivo no montante de R\$ 51.029 e R\$ 27.534, respectivamente, em contrapartida ao custo com energia elétrica - sobrecontabilização referente a sazonalização e custos de perdas, conforme definido provisoriamente pela ANEEL. A revisão por conta de sazonalização no outro lado gerou um crédito de CVA no montante de R\$ 5.467. Estas provisões serão mantidas até que a ANEEL finalize suas análises e homologue o resultado final desta revisão.

Uma vez que transações similares foram efetuadas entre a controlada CPFL Piratunga e a controlada CPFL Brasil, mesmo procedimento de ajustes foram efetuados na controlada CPFL Piratunga. Provisão na sobrecontabilização e contas a receber de R\$ 16.460 por conta de contabilização da CCEE, aumento da receita e redução do custo da CCEE de R\$ 4.945 e R\$ 5.607, respectivamente; e provisão na sobrecontabilização de R\$ 45.398 referente a perdas na CCEE e perdas.

Após em função da contabilização da CCEE foi efetuada na controlada CPFL Brasil uma provisão de contas a pagar CCEE no montante de R\$ 71.679 (incluindo como contrapartida R\$ 65.438 a decorrer da revisão da tarifa CCEE e R\$ 5.441 em despesas financeiras).

No consolidado os efeitos em resultado em função das provisões efetuadas baseados nos entendimentos da ANEEL, relacionados ao processo de sobrecontabilização na revisão tarifária provêm do de R\$ 185.352 (R\$ 11.1. R\$5 líquida das despesas).

#### b.3) Reajuste tarifário

A ANEEL, ao estabelecer o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRTA) da controlada CPFL Paulista em 3 de abril de 2007, através da Resolução Normativa nº 443, e com o objetivo de rever os valores de R\$ 5 a CCFINS da Cia. Adm. - para a transmissão de energia elétrica de contratos iniciais de IPT de 2005 da controlada CPFL Paulista. Como o custo de energia e a taxa impacta no reajuste da tarifa a consumidores e no cálculo da CVA, a revisão

C1856-0 CUPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla Exportação

que produz uma redução no preço médio de energia gerada em percentagem devolvida aos consumidores e um alívio adicional do IVA. Adicionalmente os valores homologados pela ANEEL na IRT de 2007 afiançam a CVA excluíram as sobras das contantes de energia elétrica conforme item 6.1 da Nota Técnica nº 069/ANEEL de 22 de março de 2007. Desta forma, esses alívios nas contas excluíram os custos efetuados no 1.º trimestre de 2007 em R\$ 88.836 registrado em Outras Contas a Pagar e de R\$ 177.710 efetuada em Diferimento de Custos Tarifários - ambos em contrapartida em Custo com Energia Elétrica (nota 26).

Cos alívios e passivos registrados, além da CVA (rede topológica), destacam-se como componentes financeiros adicionais:

##### • Maperação de PIS e COFINS

Referencia a diferença entre as quotas relacionadas ao PIS e a COFINS, apuradas atores da concessão de regulação atual, e aquelas incorporadas a tarifa até abril de 2005 para a concessionária CPFL Paulista e outubro de 2005 para CPFL Paulista.

Os valores homologados em 2006 e 2007 foram registrados na conta de Despesas Pagas Antecipadamente e serão amortizados ao longo de 2008.

Considerando as discussões que envolvem a natureza do referido crédito, considerando a aplicação em custos passivos na mesma montante em alívio registrado na conta Outras Contas a Pagar (nota 26) que são atualizados com base na variação do IGP-M.

##### • Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia e potência por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia de repassar as tarifas dos custos de aquisição decorrentes da sobrecontratação de energia elétrica, limitados em 2% do requisito de carga. O detalhamento das movimentações ocorridas no período estão apresentados no item 1.3.

As constituições e realizações da sobrecontratação vem sendo registradas em Despesas Pagas Antecipadamente (nota 5) em contrapartida a um crédito registrado em Custo com Energia Elétrica (nota 26).

##### • Descontos na TUSD e na Irrigação

As concessionárias reconhecem ativos regulatórios referentes a 1) descontos especiais aplicados sobre a TUSD - elevação da frequência de energia elétrica de fontes alternativas e 2) atividades de irrigação e agricultura.

As constituições e realizações dos descontos na TUSD e irrigação, vem sendo registradas em Consumidores Concessionárias e Permissionárias em contrapartida a conta de Receita de Fornecimento de Energia Elétrica (nota 26).



07-429-1947-0001-53

Os dados foram demonstrados e recomendados por duas sessões anteriormente realizadas a Póvoa e Roazela. A mesma ocorreu durante o primeiro mês em 11 de março de 2000.

Retorno ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciais imputáveis às responsabilidades da distribuição de energia elétrica. Estes valores são fontes ativas da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos regimes tarifários atuais.

|                          | Consolidated      |               |            |           |
|--------------------------|-------------------|---------------|------------|-----------|
|                          | Month ending 31st |               |            |           |
|                          | 31st 2007         | February 2008 | March 2008 | 31st 2007 |
| Allow                    |                   |               |            |           |
| Employee Pension         | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Employee Pension & Allow | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Net                      | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Total                    | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Provision                |                   |               |            |           |
| Employee Pension         | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Employee Pension & Allow | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Net                      | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |
| Total                    | 274,114           | 274,114       | 274,114    | 274,114   |

A Lei nº 10.498 de 20 de abril de 2002 e o Decreto nº 4.563 de 15 de agosto de 2002 estabeleceram novas diretrizes e normas para o enquadramento de unidades consumidoras na modalidade residencial - baixa tensão. De acordo com a legislação, enquadram-se neste tipo de unidade as unidades consumidoras atendidas por circuito monofásico e com consumo mensal médio das últimas 12 meses inferior a 800 kWh e as unidades consumidoras com consumo mensal médio nos últimos 12 meses entre 80 e 120 kWh, desde que atendidos a seguintes requisitos estabelecidos, tais como a seguir se enunciam: Preparação técnica da Companhia Federal

Considerando que os subsídios concedidos aos consumidores deveriam ser compensados no âmbito da própria concessionária através da tarifa cobrada aos demais consumidores do mercado atendido, e que a introdução deste novo preço impacta os preços também em segu-

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla EXPLICAÇÃO

Além do princípio de neutralidade tarifária ao restante do mercado, a ANEE, determinou uma nova metodologia de apuração para o referido subsídio, que está sendo aplicada mensalmente desde maio de 2007.

Os valores apurados através desta nova metodologia, após homologação da ANEE, seguem os seguintes critérios de liquidação:

- Para os meses em que foram apuradas perdas para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos através da concessão de subvenção econômica pela Fiel obras, com recibo, aos provedores de CDE.
- Para os meses em que foram apurados ganhos para a concessionária, os valores deverão ser ressarcidos ao consumidor através da redução dos requisitos tarifários.

A movimentação das contas ao longo do mês/março de 2008 é como segue:

|                                       | Consolidada |         |
|---------------------------------------|-------------|---------|
|                                       | Ativo       | Passivo |
| Saldo em 31 de dezembro de 2007       | 55.967      | (8.624) |
| Cancela (Ponto) de Recada             | 7.643       | (533)   |
| Amortização Regulação Tarifária       | (107)       | 454     |
| Recadastramento Homologação pela ANEE | (24.014)    | -       |
| Amortização Múltipla                  | -           | (105)   |
| Saldo em 31 de março de 2008          | 35.489      | (9.208) |

#### (4) DISPONIBILIDADES

|                        | Controladora |            | Consolidado |            |
|------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                        | 31/03/2008   | 31/12/2007 | 31/03/2008  | 31/12/2007 |
| Saldo Bancário         | 623          | 215        | 166.203     | 526.937    |
| Aplicações Financeiras | 4.263        | 17.587     | 957.956     | 606.331    |
| Total                  | 4.880        | 17.803     | 1.147.248   | 1.106.308  |

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas em sua maior parte, conforme variação da CDI, controladas em operações e taxas nominais de mercado e estão disponíveis para serem utilizadas nas operações da Sociedade e de suas controladas.

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor - MÚLTIPLO DE VALORES

### (5) CONSUMIDORES, CONCESSIONARIAS E PERMISSOONARIAS

Na consolidação e saneamento principalmente das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, é como segue:

| Descrição                               | Saldo Anterior   | Constituição   |                | Total            |                  |
|---|------------------|----------------|----------------|------------------|------------------|
|   |                  | Jun 2008       | > 90 dias      | 31/03/2008       | 31/12/2007       |
| <b>Clientes</b>                         |                  |                |                |                  |                  |
| <b>Classe de Consumidores</b>           |                  |                |                |                  |                  |
| Residencial                             | 237.152          | 135.542        | 27.192         | 441.212          | 425.219          |
| Industria                               | 36.290           | 19.729         | 37.197         | 262.117          | 214.661          |
| Comercial                               | 103.271          | 48.444         | 25.256         | 181.141          | 141.587          |
| Hotel                                   | 24.171           | 1.215          | 1.625          | 22.256           | 42.594           |
| Transporte                              | 29.210           | 4.412          | 2.555          | 36.358           | 35.112           |
| Luz para Iluminação                     | 5.115            | 3.220          | 37.197         | 45.712           | 22.446           |
| Geracao Potencia                        | 25.416           | 7.771          | 1.417          | 37.517           | 41.207           |
| <b>Patrimônio</b>                       | <b>657.656</b>   | <b>201.237</b> | <b>140.624</b> | <b>1.106.113</b> | <b>1.178.634</b> |
| Adiantado                               | 436.145          | -              | -              | 436.145          | 421.952          |
| Transferência de Débito de Consumidores | 24.220           | 2.140          | 4.144          | 30.504           | 42.890           |
| Para Reajustes - Nota 11                | 17.127           | -              | -              | 67.517           | 17.966           |
| Operações Realizadas na CCEE - 10       | 22.475           | -              | -              | 22.475           | 4.036            |
| Concessão e Permissão de Uso            | 28.421           | 125            | 4              | 50.765           | 55.892           |
| Outros                                  | 45.412           | -              | -              | 45.412           | 55.569           |
| <b>Total</b>                            | <b>1.419.609</b> | <b>310.972</b> | <b>148.572</b> | <b>1.880.993</b> | <b>1.817.728</b> |
| <b>Reajustes</b>                        |                  |                |                |                  |                  |
| Reajustes de Débito de Consumidores     | 123.414          | -              | -              | 123.414          | 142.320          |
| Operações Realizadas na CCEE - 10       | 41.156           | -              | -              | 41.156           | 41.156           |
| Para Reajustes - Nota 11                | 6.258            | -              | -              | 6.258            | 22.624           |
| <b>Total</b>                            | <b>170.828</b>   | <b>-</b>       | <b>-</b>       | <b>170.828</b>   | <b>206.100</b>   |

- a) **Operações Realizadas na CCEE** - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica relativos ao período de setembro de 2006 a março de 2008, em 31 de março de 2008, há R\$ 59.640 de provisão referente à reconstrução realizada pela CCEE conforme acordada na nota 3 e 7. Os valores de longo prazo compreendem principalmente as dívidas judiciais determinadas em função de processos movidos por agências do setor, litígios judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2006 a dezembro de 2007. Em relação aos litígios movidos os determinam pela CCEE, mas valores negociados bilateralmente, percentuais de liquidação. As controladas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, consequentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.
- b) **Concessionárias e Permissórias** - Refere-se basicamente a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissórias efetuadas principalmente pelas controladas CPFL Geração e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à gestão operacional da Banderante pela Controlada CPFL Finanças, que serão objeto de entrega de contas com valores a pagar.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor - VALOR EXERCÍCIO

#### (6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ativos de instrumento particular de Cessão de Crédito em abril de 2005, a Sociedade adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo (CESP) vencedora e CPFL Brasil (compradora) correspondente ao fornecimento de energia por um período de 6 anos. O montante de recursos entregue pela Sociedade à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por essa empresa pela CPFL Brasil.

Em 31 de março de 2006, o valor no curto prazo é de R\$ 37.243 (R\$ 34.555 em 31 de dezembro de 2005); e no longo prazo é de R\$ 93.525 (R\$ 97.521 em 31 de dezembro de 2005). Esta operação é remunerada com uma taxa de 17,5% a.a. mais as ações anuais do IGP-M, a esta sendo amortizada através de parcelas mensais no valor correspondente à amortização da compra de energia.

#### (7) TRIBUTOS A COMPENSAR

| Descrição   | Quantidade |            | Correspondência |            |
|---|------------|------------|-----------------|------------|
|   | 12/31/2005 | 31/12/2006 | 12/31/2005      | 31/12/2006 |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)                    |            | 50         | 2.271           | 446        |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)                    |            | 1.157      | 4.006           | 11.050     |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)                    | 2.271      |            | 94.791          | 11.394     |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)                    | 100        | 20.074     | 21.104          | 71.126     |
| CPFL Compensador  |            |            | 25.752          | 24.221     |
| Programa de Incentivo Fiscal (PIF)  |            |            | 2.610           | 2.427      |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (CPFL Compensador) |            | 0          | 2.102           | 2.102      |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (CPFL Compensador) |            |            | 2.271           | 11.050     |
| Total   | 2.271      | 21.124     | 150.006         | 116.443    |
|   |            |            |                 |            |
| Recursos a Receber  |            |            |                 |            |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)                    |            |            | 25.114          | 24.144     |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)                    |            |            | 157             | 149        |
| Programa de Incentivo Fiscal (PIF)  | 2.102      | 2.102      | 2.102           | 2.102      |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (CPFL Compensador) |            |            | 152             | 129        |
| CPFL Compensador  |            |            | 24.102          | 21.146     |
| Contribuição para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (CPFL Compensador) |            |            | 0               | 0          |
| Total   | 2.102      | 2.102      | 49.425          | 47.520     |

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

Local - MUIAS EXPEDIENTES

#### ( 8 ) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

|                                       | <u>Consolidado</u> |
|---------------------------------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2007       | (56.636)           |
| Provisão constituída                  | 214.311            |
| Recuperação da Base                   | 7.216              |
| Reajuste Contas a Receber Por receber | 11.715             |
| Saldo em 31 de março de 2008          | <u>(90.996)</u>    |

#### ( 9 ) DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

|                       | <u>Consolidado</u> |               |                       |               |
|-----------------------|--------------------|---------------|-----------------------|---------------|
|                       | <u>Circulante</u>  |               | <u>Não Circulante</u> |               |
|                       | 31/03/2008         | 31/12/2007    | 31/03/2008            | 31/12/2007    |
| Despesa Antecipada de | 49.467             | 55.978        | 1.017                 | 27.767        |
| Contas                | 1.291              | 16.145        | 12.954                | 14.404        |
| Total                 | <u>50.758</u>      | <u>72.123</u> | <u>14.071</u>         | <u>42.171</u> |

#### ( 10 ) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

##### 10.1 - Composição dos créditos fiscais

|  | <u>Controladora</u> |               | <u>Consolidado</u> |                  |
|--|---------------------|---------------|--------------------|------------------|
|  | 31/03/2008          | 31/12/2007    | 31/03/2008         | 31/12/2007       |
| <u>Crédito de Contribuição Social sobre:</u>   |                     |               |                    |                  |
| Receita Regulada                               | 16.173              | 16.173        | 58.169             | 11.677           |
| Benefícios Fiscais do Regime Especial          | -                   | -             | 139.406            | 234.114          |
| Diferenças Temporárias entre o Regime Especial | 371                 | 867           | 95.580             | 66.011           |
| Subtotal                                       | <u>16.544</u>       | <u>17.040</u> | <u>193.755</u>     | <u>411.802</u>   |
| <u>Crédito de Imposto de Renda sobre:</u>      |                     |               |                    |                  |
| Receita Regulada                               | 62.057              | 62.057        | 81.158             | 62.057           |
| Benefícios Fiscais do Regime Especial          | -                   | -             | 368.520            | 714.031          |
| Diferenças Temporárias entre o Regime Especial | 12.110              | 12.164        | 251.175            | 193.677          |
| Subtotal                                       | <u>74.167</u>       | <u>74.219</u> | <u>1.200.853</u>   | <u>969.765</u>   |
| <u>Crédito de PIS e COFINS sobre:</u>          |                     |               |                    |                  |
| Receita Regulada e Regime Especial             | -                   | -             | 19.174             | -                |
| Subtotal                                       | <u>-</u>            | <u>-</u>      | <u>19.174</u>      | <u>-</u>         |
| Total  | <u>90.711</u>       | <u>91.259</u> | <u>1.402.511</u>   | <u>1.381.567</u> |
| Circulante                                     | 20.711              | 12.167        | 154.159            | 166.465          |
| Não Circulante                                 | <u>69.999</u>       | <u>79.092</u> | <u>1.248.352</u>   | <u>1.215.102</u> |
|  | <u>90.711</u>       | <u>91.259</u> | <u>1.402.511</u>   | <u>1.381.567</u> |

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - MÉRITO FUNDADO

A previsão de recuperação dos perdas fiscais oferecida registradora no grupo dependentes de prejuízos reais e bases negativas diferenças temporariamente indutíveis e benefício fiscal de Agn incorporado está baseada nas projeções de resultados futuras aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal. Para o trimestre findo em 31 de março de 2008 a Administração não prevê mudanças significativas nas projeções divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

#### 10.2 - Crédito Fiscal sobre Benefício Fiscal do Agn Incorporado.

O benefício fiscal do Agn incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o Agn de aquisição incorporada e está registrada de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1995 e nº 346/2001. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos Agn incorporados que o originaram conforme o valor líquido previsto das contribuições durante o prazo remanescente da concessão demonstrado na nota 13.2.

|                     | Consolidado |         |            |         |
|---------------------|-------------|---------|------------|---------|
|                     | 31/03/2008  |         | 31/12/2007 |         |
|                     | CSLL        | IRPJ    | CSLL       | IRPJ    |
| CPFL Paulista       | 120.783     | 335.508 | 123.197    | 342.180 |
| CPFL Piratininga    | 20.850      | 62.087  | 27.377     | 83.803  |
| RCE                 | 68.344      | 180.843 | 59.594     | 185.202 |
| CPFL Santa Cruz     | 8.130       | 25.503  | 9.435      | 28.010  |
| CPFL Leste Paulista | 1.901       | 5.282   | 1.954      | 5.403   |
| CPFL Sul Paulista   | 1.802       | 5.174   | 1.824      | 5.344   |
| CPFL Jaguar         | 1.778       | 4.033   | 1.937      | 5.102   |
| CPFL Mococa         | 753         | 2.089   | 775        | 2.137   |
| CPFL Sorocaba       | -           | 37.533  | -          | 38.116  |
| Total               | 230.406     | 698.029 | 234.114    | 714.041 |

#### 10.3 - Saldo acumulados de diferenças temporariamente indutíveis:

|  | Consolidado |        |         |            |        |
|--|-------------|--------|---------|------------|--------|
|  | 31/03/2008  |        |         | 31/12/2007 |        |
|  | CSLL        | IRPJ   | IRSOFTS | CSLL       | IRPJ   |
| Crédito de diferenças  | 1.114       | 2.111  | -       | 1.114      | 2.111  |
| Diferença de recuperação fiscal                                | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Reserva de diferenças fiscais                                  | 4.444       | 1.114  | -       | 4.444      | 1.114  |
| Crédito de diferenças de recuperação fiscal de bens            | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Crédito de diferenças de recuperação fiscal de bens de capital | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Diferença de diferenças de recuperação                         | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Diferença de diferenças de recuperação                         | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Crédito de diferenças de recuperação fiscal de bens            | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Crédito de diferenças de recuperação fiscal de bens de capital | 1.114       | 1.114  | -       | 1.114      | 1.114  |
| Total  | 11.114      | 11.114 | 11.114  | 11.114     | 11.114 |

01856-0 UPPA ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor - MILHÕES DE REAIS

**10.4 - Reconciliação dos montantes da Contribuição Social e Imposto da Renda registrados nos resultados dos trimestres finais em 31 de março de 2008 e 2007**

|   | Consolidado |         |            |         |
|---|-------------|---------|------------|---------|
|   | 31/03/2008  |         | 31/03/2007 |         |
|   | C&L         | IRPJ    | C&L        | IRPJ    |
| Lucro Antes da C&L e IRPJ                       | 274.449     | 274.449 | 473.582    | 473.582 |
| Ajustes Para Retenções e Alíquota Especial      |             |         |            |         |
| - Imp. Retenções Patronais                      | 120.272     | 120.272 | 149.740    | 149.740 |
| - Aumento Sobre Lucro                           | 15.561      | 15.561  | 15.257     | 15.181  |
| - Outros Ajustes Excluídos - Permanentes Locais | 57          | -       | 3.258      | 127     |
| Base de Cálculo                                 | 121.655     | 115.522 | 269        | 2.510   |
| - Alíquota Especial                             | 57          | 277     | 31         | 257     |
| - (Débito) Crédito Fiscal Apurado               | 1.349       | 1.341   | 126        | 128     |
| - Crédito Fiscal Retido                         | 1.434       | 148     | -          | -       |
| - Crédito Fiscal Não Consolidado                | 17.541      | 1.651   | -          | -       |
| Total   | 1414        | 1940    | 126        | 128     |

|   | Consolidado |          |            |          |
|---|-------------|----------|------------|----------|
|   | 31/03/2008  |          | 31/03/2007 |          |
|   | C&L         | IRPJ     | C&L        | IRPJ     |
| Lucro Antes da C&L e IRPJ                       | 444.401     | 444.401  | 677.277    | 677.277  |
| Ajustes Para Retenções e Alíquota Especial      |             |          |            |          |
| - Aumento Sobre Lucro                           | 17.064      | 15.475   | 15.257     | 15.181   |
| - Retenção CMC                                  | 3.841       | -        | 4.450      | -        |
| - Outros Ajustes Excluídos - Permanentes Locais | 120.112     | 1.272    | 21.769     | 2.220    |
| Base de Cálculo                                 | 445.418     | 461.152  | 714.753    | 712.578  |
| - Alíquota Especial                             | 9           | 22       | 31         | 125      |
| - (Débito) Crédito Fiscal Apurado               | 140.427     | 1121,658 | 34.368     | 1175,121 |
| - Crédito Fiscal Retido                         | 1.434       | 148      | -          | -        |
| - Crédito Fiscal Consolidado Não Consolidado    | 12.277      | 1.771    | -          | 12,224   |
| Total   | 143.123     | 1128,315 | 34,368     | 1175,381 |

O crédito fiscal constituído no 1º trimestre de 2007, no consolidado, no montante de R\$ 40.214 refere-se ao benefício fiscal do IPI incorporado na contraprestaçao SEMESA, cuja amortização está a ser parâmetro, através da determinação para efeito de Imposto de Renda. O crédito fiscal não constituído e realizado no trimestre deve-se ao fato de a Sociedade ter apurado o imposto fiscal no 1º trimestre e a constituição de crédito está limitada a projeção de resultado nos próximos 10 anos.

01856-0 UPPA ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

unidade - MÚLTIPLO EXERCÍCIO

#### ( 11 ) OUTROS CRÉDITOS

|  | Consolidado |            |                |            |
|--|-------------|------------|----------------|------------|
|  | Circulante  |            | Não Circulante |            |
|  | 31/03/2008  | 31/12/2007 | 31/03/2008     | 31/12/2007 |
| Crédito a Receber - CESP                 | 15.000      | 15.277     | 17.500         | 27.204     |
| Crédito a Receber - Grupo da RASG        | -           | -          | 11.794         | 11.794     |
| Adiantamento - Injeção de 12%            | 1.000       | 1.000      | -              | -          |
| Crédito Financeiro - Depósito Financeiro | 4.722       | 5.151      | 107.140        | 100.181    |
| Ordem em Caixa                           | 12.020      | 13.018     | -              | -          |
| Reserva Provisória - Imposto             | 90.771      | 9.004      | -              | -          |
| Reserva de 10%                           | 4.255       | 3.249      | 214            | 417        |
| Contratos de Produção de Energia         | 1.151       | 2.120      | 29.504         | 29.504     |
| Outros                                   | 30.325      | 25.740     | 3.380          | 3.280      |
| Total                                    | 185.099     | 114.359    | 244.137        | 234.820    |

#### ( 12 ) ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

|          | Controladora |            |
|----------|--------------|------------|
|          | 31/03/2008   | 31/12/2007 |
| Perpetuo | 408.310      | 408.310    |
| Total    | 408.310      | 408.310    |

#### ( 13 ) INVESTIMENTOS

|                                     | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                     | 31/03/2008   | 31/12/2007 | 31/03/2008  | 31/12/2007 |
| Participações Sociárias Permanentes | 5.221.180    | 5.111.514  | -           | -          |
| Ativos Diferidos                    | 1.225.417    | 1.175.710  | 1.124.656   | 1.161.110  |
| Bens de Ponto                       | -            | -          | 16.580      | 12.004     |
| Outros                              | -            | -          | 115.475     | 115.475    |
| Total                               | 6.022.207    | 6.287.224  | 2.661.487   | 2.705.689  |

#### 13.1 - Participações Sociárias Permanentes:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes citadas são como segue:

| Participação                      | Porcentagem de Participação | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ | Valor em R\$ |
|-----------------------------------|-----------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
|                                   |                             |              |              |              |              |              |              |              |              |
| Participação em UPPA ENERGIA S.A. | 100%                        | 5.221.180    | 5.111.514    | -            | -            | -            | -            | -            | -            |
| Participação em UPPA ENERGIA S.A. | 100%                        | 1.225.417    | 1.175.710    | 1.124.656    | 1.161.110    | -            | -            | -            | -            |
| Participação em UPPA ENERGIA S.A. | 100%                        | -            | -            | 16.580       | 12.004       | -            | -            | -            | -            |
| Participação em UPPA ENERGIA S.A. | 100%                        | -            | -            | 115.475      | 115.475      | -            | -            | -            | -            |
| Total                             |                             | 6.022.207    | 6.287.224    | 2.661.487    | 2.705.689    | -            | -            | -            | -            |



01856-0 UHEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### Qual - Múltipla Explicativa

Aumentação exposta no site de participações societárias do período refere-se ao resultado de equidade patrimonial

#### Início das Operações Comerciais da UHL CASTRO ALVES

Em março de 2022, foi iniciada a operação comercial na duas unidades geradoras de Aquecimento de vapor de Castro Alves, cuja potência total instalada é de 130 MW. A primeira unidade desse empreendimento está prevista para entrar em operação em maio de 2022. A parcerias de energia elétrica, em correspondência a controlada CPFL Geração, já possui contratos de compra e venda de energia aprovados pela AVELL e assinados com as distribuidoras CPFL Paulista e CPFL Pratoirga e comercializadoras CPFL Brasil.

#### 13.2 - Água e Energia

|                              | Consolidado      |                                  |                  |                                  | Variação em relação 2021 |
|------------------------------|------------------|----------------------------------|------------------|----------------------------------|--------------------------|
|                              | Costo Estimado   | 31/12/2021 Autorização Anunciada | Costo Realizado  | 31/12/2020 Autorização Anunciada |                          |
| <b>Agua de abastecimento</b> |                  |                                  |                  |                                  |                          |
| Controladas                  |                  |                                  |                  |                                  |                          |
| CPFL Paulista                | 232.665          | 410.134                          | 244.119          | 235.225                          | 5,2%                     |
| CPFL Pratoirga               | 1.040            | 1.040                            | 1.040            | 1.040                            | +0,0%                    |
| CPFL Pratoirga               | 54.000           | 1.000                            | 45.000           | 45.000                           | 0,0%                     |
| CPFL Paulista                | 2.000            | 2.000                            | 2.000            | 2.000                            | 0,0%                     |
| CPFL Pratoirga               | 0                | 0                                | 0                | 0                                | 0,0%                     |
| <b>Total</b>                 | <b>289.705</b>   | <b>414.174</b>                   | <b>292.159</b>   | <b>283.265</b>                   |                          |
| Controladas                  |                  |                                  |                  |                                  |                          |
| CPFL Paulista                | 40.750           | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | 0,0%                     |
| CPFL Pratoirga               | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| CPFL Pratoirga               | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| CPFL Paulista                | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| CPFL Pratoirga               | 0                | 0                                | 0                | 0                                | +0,0%                    |
| <b>Total</b>                 | <b>43.750</b>    | <b>4.000</b>                     | <b>4.000</b>     | <b>4.000</b>                     |                          |
| <b>Subtotal</b>              | <b>333.455</b>   | <b>418.174</b>                   | <b>296.159</b>   | <b>287.265</b>                   |                          |
| <b>Recuperação de água</b>   |                  |                                  |                  |                                  |                          |
| Controladas                  |                  |                                  |                  |                                  |                          |
| CPFL Paulista                | 1.000.000        | 2.000.000                        | 900.000          | 1.000.000                        | 5,0%                     |
| CPFL Pratoirga               | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| CPFL Pratoirga               | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | 0,0%                     |
| CPFL Paulista                | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | 0,0%                     |
| <b>Total</b>                 | <b>1.003.000</b> | <b>2.003.000</b>                 | <b>903.000</b>   | <b>1.003.000</b>                 |                          |
| Controladas                  |                  |                                  |                  |                                  |                          |
| CPFL Paulista                | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| CPFL Pratoirga               | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| CPFL Pratoirga               | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | 0,0%                     |
| CPFL Paulista                | 1.000            | 1.000                            | 1.000            | 1.000                            | +0,0%                    |
| <b>Total</b>                 | <b>4.000</b>     | <b>4.000</b>                     | <b>4.000</b>     | <b>4.000</b>                     |                          |
| <b>Subtotal</b>              | <b>1.007.000</b> | <b>2.007.000</b>                 | <b>907.000</b>   | <b>1.007.000</b>                 |                          |
| <b>Total Controladas</b>     | <b>1.340.455</b> | <b>619.174</b>                   | <b>1.203.159</b> | <b>1.290.265</b>                 |                          |
| <b>Total Controladas</b>     | <b>2.211.915</b> | <b>623.174</b>                   | <b>1.310.159</b> | <b>1.294.265</b>                 |                          |

C1856-D CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 13.2 - MÚLTIPLOS PAGAMENTOS

Os juros decorrentes da aquisição de participações societárias são amortizados proporcionalmente às quotas do lucro líquido projetado para o período remanescente da concessão, sendo esses juros sujeitos à retenção periódica.

#### Ágio de Aquisição:

Controladora: Refere-se basicamente à aquisição da totalidade das ações detidas pelos acionistas não controladores (processo de incorporação de ações da CPEL Geração em junho de 2005 - CPEL - Paranaíba - CPEL - Primavera em novembro de 2005 - e RGF em dezembro de 2007).

#### Recomposição do Ágio

Com o objetivo de atender as determinações da ANEEL e evitar que a amortização do ágio advindo da incorporação da controladora cause impacto negativo ao fluxo de dividendos aos acionistas, as controladas aplicaram os conceitos das Instruções CVM nº 356/99 e nº 349/2007 sobre o ágio de aquisição. Dessa forma, foi constituída uma provisão realizadora do ágio em contrapartida à reserva do patrimônio líquido das controladas, da forma que a efetivação da operação reflita o benefício físico do ágio incorporado. Essas alterações afetarão o investimento da Sociedade nas controladas, sendo necessária a constituição de um ágio de modo a recompor o Fato Aguardado, sendo amortizado pela Sociedade proporcionalmente às quotas de lucro líquido projetado para o período remanescente do contrato de concessão de suas investidas.

#### 13.3 - Benef. de Renda

No consolidado os saldos relativos são principalmente a áreas marginais da Usina de Santa da Mesa, pertencentes à controlada CPEL Geração, que estão amortizados a FURNAS por um período de 30 anos a partir de 2020. Esses ativos são depreciados de acordo com sua vida útil estimada, conforme bases anuais definidas pela ANEEL, a contar da conclusão geral do contrato de concessão detido por FURNAS.

#### 13.4 - Outras

Refere-se basicamente à participação de 9,84% que a controlada Indreia Paulista Lajeado Energia S.A. detém na empresa total da Investida S.A., sendo 25.620 ações ordinárias e 16.412 ações preferenciais. Esse investimento está registrado pelo método do custo. Em função da participação detida por acionistas não controladores através das 11 ações preferenciais representando 40,07% do capital total da Paulista Lajeado e de 701 partes beneficiárias que concedem o direito à 10% do lucro líquido antes da distribuição das participações, estes créditos foram registrados no balanço patrimonial na linha de Participações de Acionistas Não Controladores no passivo, totalizando R\$ 73.471.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor = Múltiplo EXERCÍCIOS

13.5 - Junta sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos a receber.

|                  | Dividendo  |            | Controladora<br>JCP |            | Total      |            |
|------------------|------------|------------|---------------------|------------|------------|------------|
|                  | 31/12/2008 | 31/12/2007 | 31/12/2008          | 31/12/2007 | 31/12/2008 | 31/12/2007 |
| Controladas      |            |            |                     |            |            |            |
| CPFL Paulista    | 405.108    | 405.108    | 1.447               | 1.447      | 406.555    | 406.555    |
| CPFL Paulista    | 15.357     | 15.357     | 0.124               | 0.124      | 15.481     | 15.481     |
| RCE              | 44.322     | 44.322     | 40.350              | 40.350     | 84.672     | 84.672     |
| CPFL Santa Cruz  | 30.941     | 30.941     | 4.930               | 4.930      | 35.871     | 35.871     |
| CPFL Geracao     | 72.523     | 145.623    | 29.065              | 29.065     | 101.588    | 174.688    |
| CPFL B. S. A.    | 108.678    | 108.678    | -                   | -          | 108.678    | 108.678    |
| CPFL Cere. S. A. | -          | -          | -                   | -          | -          | -          |
| CPFL Sertão      | -          | -          | -                   | -          | -          | -          |
| Potência         | 17.488     | 17.488     | -                   | -          | 17.488     | 17.488     |
| Total            | 832.167    | 905.167    | 101.196             | 101.196    | 933.363    | 1.006.363  |

(14) IMOBILIZADO

|  | Consolidado        |                          |               | 31/12/2007    |
|--|--------------------|--------------------------|---------------|---------------|
|  | 31/12/2008         | 31/12/2007               | 31/12/2007    |               |
|  | Costo<br>Histórico | Depreciação<br>Acumulada | Valor Líquido | Valor Líquido |
| Em Serviço                                     |                    |                          |               |               |
| - Construção                                   | 2.044.000          | 2.044.000                | 0.000.000     | 0.000.000     |
| - Geracao                                      | 1.000.000          | 1.000.000                | 0.000.000     | 0.000.000     |
| - Geracao (depreciação)                        | 200.000            | 200.000                  | 0.000.000     | 0.000.000     |
| - Administração                                | 200.000            | 200.000                  | 0.000.000     | 0.000.000     |
|  | 3.444.000          | 3.444.000                | 0.000.000     | 0.000.000     |
| Em Curso                                       |                    |                          |               |               |
| - Construção                                   | 200.000            | -                        | 200.000       | 200.000       |
| - Geracao                                      | 600.000            | -                        | 600.000       | 600.000       |
| - Administração                                | 200.000            | -                        | 200.000       | 200.000       |
| - Administração                                | 200.000            | -                        | 200.000       | 200.000       |
|  | 1.200.000          | -                        | 1.200.000     | 1.200.000     |
| Subtotal                                       | 4.644.000          | 3.444.000                | 1.200.000     | 1.200.000     |
| Outros ativos não circulantes e financeiros    | 1.000.000          | 1.000.000                | 0.000.000     | 0.000.000     |
| Total do Imobilizado                           | 5.644.000          | 4.444.000                | 1.200.000     | 1.200.000     |
| Depreciação acumulada e provisões a considerar | -                  | -                        | 0.000.000     | 0.000.000     |
| Imobilizado líquido                            | -                  | -                        | 1.200.000     | 1.200.000     |

A taxa de depreciação média dos ativos é de 5,0% a.a. nas distribuidoras e 2,0% a.a. nas geradoras.

109414600 KARUNAKARAN  
 Data Date 21/01/2008

02.429.144/CDDL-93

NT09

1. **Introduction**  
 2. **Background**  
 3. **Methodology**  
 4. **Results**  
 5. **Conclusion**  
 6. **References**  
 7. **Appendix**  
 8. **Index**  
 9. **Glossary**  
 10. **Notes**  
 11. **Footnotes**  
 12. **Endnotes**  
 13. **References**  
 14. **Appendix**  
 15. **Index**  
 16. **Glossary**  
 17. **Notes**  
 18. **Footnotes**  
 19. **Endnotes**  
 20. **References**  
 21. **Appendix**  
 22. **Index**  
 23. **Glossary**  
 24. **Notes**  
 25. **Footnotes**  
 26. **Endnotes**  
 27. **References**  
 28. **Appendix**  
 29. **Index**  
 30. **Glossary**  
 31. **Notes**  
 32. **Footnotes**  
 33. **Endnotes**  
 34. **References**  
 35. **Appendix**  
 36. **Index**  
 37. **Glossary**  
 38. **Notes**  
 39. **Footnotes**  
 40. **Endnotes**  
 41. **References**  
 42. **Appendix**  
 43. **Index**  
 44. **Glossary**  
 45. **Notes**  
 46. **Footnotes**  
 47. **Endnotes**  
 48. **References**  
 49. **Appendix**  
 50. **Index**  
 51. **Glossary**  
 52. **Notes**  
 53. **Footnotes**  
 54. **Endnotes**  
 55. **References**  
 56. **Appendix**  
 57. **Index**  
 58. **Glossary**  
 59. **Notes**  
 60. **Footnotes**  
 61. **Endnotes**  
 62. **References**  
 63. **Appendix**  
 64. **Index**  
 65. **Glossary**  
 66. **Notes**  
 67. **Footnotes**  
 68. **Endnotes**  
 69. **References**  
 70. **Appendix**  
 71. **Index**  
 72. **Glossary**  
 73. **Notes**  
 74. **Footnotes**  
 75. **Endnotes**  
 76. **References**  
 77. **Appendix**  
 78. **Index**  
 79. **Glossary**  
 80. **Notes**  
 81. **Footnotes**  
 82. **Endnotes**  
 83. **References**  
 84. **Appendix**  
 85. **Index**  
 86. **Glossary**  
 87. **Notes**  
 88. **Footnotes**  
 89. **Endnotes**  
 90. **References**  
 91. **Appendix**  
 92. **Index**  
 93. **Glossary**  
 94. **Notes**  
 95. **Footnotes**  
 96. **Endnotes**  
 97. **References**  
 98. **Appendix**  
 99. **Index**  
 100. **Glossary**  
 101. **Notes**  
 102. **Footnotes**  
 103. **Endnotes**  
 104. **References**  
 105. **Appendix**  
 106. **Index**  
 107. **Glossary**  
 108. **Notes**  
 109. **Footnotes**  
 110. **Endnotes**  
 111. **References**  
 112. **Appendix**  
 113. **Index**  
 114. **Glossary**  
 115. **Notes**  
 116. **Footnotes**  
 117. **Endnotes**  
 118. **References**  
 119. **Appendix**  
 120. **Index**  
 121. **Glossary**  
 122. **Notes**  
 123. **Footnotes**  
 124. **Endnotes**  
 125. **References**  
 126. **Appendix**  
 127. **Index**  
 128. **Glossary**  
 129. **Notes**  
 130. **Footnotes**  
 131. **Endnotes**  
 132. **References**  
 133. **Appendix**  
 134. **Index**  
 135. **Glossary**  
 136. **Notes**  
 137. **Footnotes**  
 138. **Endnotes**  
 139. **References**  
 140. **Appendix**  
 141. **Index**  
 142. **Glossary**  
 143. **Notes**  
 144. **Footnotes**  
 145. **Endnotes**  
 146. **References**  
 147. **Appendix**  
 148. **Index**  
 149. **Glossary**  
 150. **Notes**  
 151. **Footnotes**  
 152. **Endnotes**  
 153. **References**  
 154. **Appendix**  
 155. **Index**  
 156. **Glossary**  
 157. **Notes**  
 158. **Footnotes**  
 159. **Endnotes**  
 160. **References**  
 161. **Appendix**  
 162. **Index**  
 163. **Glossary**  
 164. **Notes**  
 165. **Footnotes**  
 166. **Endnotes**  
 167. **References**  
 168. **Appendix**  
 169. **Index**  
 170. **Glossary**  
 171. **Notes**  
 172. **Footnotes**  
 173. **Endnotes**  
 174. **References**  
 175. **Appendix**  
 176. **Index**  
 177. **Glossary**  
 178. **Notes**  
 179. **Footnotes**  
 180. **Endnotes**  
 181. **References**  
 182. **Appendix**  
 183. **Index**  
 184. **Glossary**  
 185. **Notes**  
 186. **Footnotes**  
 187. **Endnotes**  
 188. **References**  
 189. **Appendix**  
 190. **Index**  
 191. **Glossary**  
 192. **Notes**  
 193. **Footnotes**  
 194. **Endnotes**  
 195. **References**  
 196. **Appendix**  
 197. **Index**  
 198. **Glossary**  
 199. **Notes**  
 200. **Footnotes**  
 201. **Endnotes**  
 202. **References**  
 203. **Appendix**  
 204. **Index**  
 205. **Glossary**  
 206. **Notes**  
 207. **Footnotes**  
 208. **Endnotes**  
 209. **References**  
 210. **Appendix**  
 211. **Index**  
 212. **Glossary**  
 213. **Notes**  
 214. **Footnotes**  
 215. **Endnotes**  
 216. **References**  
 217. **Appendix**  
 218. **Index**  
 219. **Glossary**  
 220. **Notes**  
 221. **Footnotes**  
 222. **Endnotes**  
 223. **References**  
 224. **Appendix**  
 225. **Index**  
 226. **Glossary**  
 227. **Notes**  
 228. **Footnotes**  
 229. **Endnotes**  
 230. **References**  
 231. **Appendix**  
 232. **Index**  
 233. **Glossary**  
 234. **Notes**  
 235. **Footnotes**  
 236. **Endnotes**  
 237. **References**  
 238. **Appendix**  
 239. **Index**  
 240. **Glossary**  
 241. **Notes**  
 242. **Footnotes**  
 243. **Endnotes**  
 244. **References**  
 245. **Appendix**  
 246. **Index**  
 247. **Glossary**  
 248. **Notes**  
 249. **Footnotes**  
 250. **Endnotes**  
 251. **References**  
 252. **Appendix**  
 253. **Index**  
 254. **Glossary**

1099114600 KANAMISTARA  
 Date Recd 21/01/2008

02,429,144/C001-53

Table 1. *Continued*

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678, 26

[illegible]

1. The first step is to identify the variables that are being measured. In this case, the variables are the number of hours spent on each activity (reading, writing, and thinking) and the total number of hours spent on all activities.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor: 100% EXERCÍCIO: 2007

As principais captações no período foram:

#### Moeda Nacional

**BNDES - Investimento (GERAN)** - Neste trimestre foram liberados para a controlada indireta BNDES - Investimento (GERAN) - em favor da CPFL Energia S.A. o valor de R\$ 3.342.000,00 (três mil e trezentos e quarenta e dois mil reais) para o financiamento do empreendimento 14 de julho no montante de R\$ 3.342.000,00 (três mil e trezentos e quarenta e dois mil reais) proporcional à participação da controlada CPFL Energia S.A.

#### Moeda Estrangeira

**Instituições Financeiras - (CPFL Piratininga)** - No trimestre a controlada capta empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco BNP Paribas em março de 2008 no montante de R\$ 42.400.000,00 (quarenta e dois milhões e quatrocentos mil reais) com finalidade de reforço de capital de giro.

**Instituições Financeiras - (CPFL Energia)** - No trimestre a Sociedade controlada emprestou em moeda estrangeira junto ao Banco Itaú no montante de R\$ 100.000.000,00 (cento milhões de reais) e junto ao Banco J.P. Morgan no montante de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) com finalidade de captar recursos para capital de giro.

**Instituições Financeiras - (CPFL Geração)** - Para honrar compromissos já assumidos a controlada indireta CPFL Geração de capitalização de capitalização das ações das controladas indiretas junto ao Banco do Brasil no montante de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) e contratou uma nova linha de crédito com a mesma instituição no montante de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) com finalidade de reforço de capital de giro.

#### Operações de SWAP

Os ganhos e perdas líquidos relacionados às operações de swap contratadas pela Sociedade e suas controladas incluindo as contrapartidas sobre operações de curto prazo são contabilizados na rubrica Derivados tendo como contrapartida receitas ou despesas financeiras. Os resultados consolidados dessas operações em 31 de março de 2008 resultaram em um ativo de R\$ 67.392 e um passivo de R\$ 46.151 (ativo de R\$ 705 e um passivo de R\$ 176.733 em 31 de dezembro de 2007).

#### CONDIÇÕES RESTRIATIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contêm cláusulas entre outras que requerem que a Sociedade e suas controladas mantenham determinados níveis financeiros certos de parâmetros pré-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007.

Os empréstimos que a controlada indireta ENERCON possui junto às instituições financeiras BNDES e BIC contêm cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Em decorrência dos sinistros ocorridos em função de decisão da LRF Camargo Nova a linha de operação comercial foi anistada comprometendo a geração de caixa no prazo originalmente previsto por reter as obrigações contratuais assumidas. A administração da ENERCON a selecionou as referidas instituições financeiras a revisão dos parâmetros contratuais tendo obtido a confirmação de que não haverá nesta revisão a decretação de vencimento antecipado do contrato de financiamento.

07-429-1941001-53

A Administração da Sociedade mantém esses índices de forma sistemática e constante de forma a que as condições sejam alteradas. No entendimento da Administração da Sociedade, tais condições estatuais e cláusulas estão pela argumentação acima não sendo alteradamente alteradas.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

2. Next, it is important to gather relevant information and data. This can be done through research, consultation with experts, or by analyzing existing data sets.

3. Once the information is gathered, the next step is to analyze it. This involves identifying patterns, trends, and relationships that can help in understanding the problem.

4. After analysis, the next step is to develop a solution or plan. This involves identifying the most effective approach to solve the problem, taking into account the available resources and constraints.

5. Finally, the solution is implemented and the results are evaluated. This involves monitoring the progress of the implementation and making adjustments as needed to ensure that the problem is solved effectively.

Em 14 de dezembro de 2007, a controlada RGE promoveu a terceira emissão de debêntures simples de crédito subscritas por natural e nominal, sem a emissão de caução, não convertíveis em ações e sem opção de resgate, programada. A 1ª série foi inscrita e integralizada em dezembro de 2007, na montante de R\$ 100.000. Asseguradoras foram subscritas e integralizadas a 2ª e a 3ª séries, na montante de R\$ 141.333 e R\$ 40.000.

As demonstrações estão sujeitas a certas condições restritivas, contendo pontos difíceis que requerem que as controladas mantenham determinados índices financeiros em parâmetros pre-estabelecidos. Os detalhes das referidas condições restritivas estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007. No entendimento da Administração das controladas, as condições impostas a Controladas não sendo aplicada nem a alegadas.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

Qual - Múltipla Emprego Múltipla

#### (17) FORNECEDORES

|                                  | Consolidado    |                |
|----------------------------------|----------------|----------------|
|                                  | 31/03/2008     | 31/12/2007     |
| <b>Circulante</b>                |                |                |
| Encargos de Saque em Sistema     | 8.217          | 6.106          |
| Suprimento da Energia Elétrica   | 673.016        | 570.438        |
| Encargos de Uso da Rede Elétrica | 54.470         | 24.331         |
| Materiais e Serviços             | 67.787         | 149.174        |
| Outros                           | 626            | 5.553          |
| Ress. de Regulatório (para R)    | 26.867         | 35.609         |
| Outros                           | 18.466         | 5.057          |
| <b>Total</b>                     | <b>912.443</b> | <b>857.954</b> |
| <b>Não Circulante</b>            |                |                |
| Ress. de Regulatório (para R)    | -              | 223            |

Em 31 de março de 2008, foi registrada provisão de R\$ 21.979 referente a reconstrução solicitada junto a CVM, conforme detalhado na nota 3.b.2.

#### (18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

|  | Consolidado   |               | Não Consolidado |               |
|--|---------------|---------------|-----------------|---------------|
|  | 31/03/2008    | 31/12/2007    | 31/03/2008      | 31/12/2007    |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Juros               | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Juros               | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Juros               | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Lucros e Dividendos | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| Imposto de Renda sobre Juros               | 1.111         | 1.111         | -               | -             |
| <b>Total</b>                               | <b>11.111</b> | <b>11.111</b> | <b>11.111</b>   | <b>11.111</b> |

#### (19) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Sorocaba, através da Fundação CPFL, a CPFL de São Paulo, através da Fundação CPFL de Seguridade Social - FIEFROCPFL, a controlada CPFL Santa Cruz, através da BB Previdência - Fundo de Pensão Banco de Brasília e a controlada CPFL Jaguaruna, através da IUPERV - Fundo de Pensão Intermunicipal Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados. As principais características desses planos são:

1 - CPFL Paulista



C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### **CPFL - PLANOS FUNDOS MISTOS**

Atualmente vigora para os empregados da controlada CPFL Paulista um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Solidário e um Plano de Benefícios Misto.

Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997 foi reconhecida uma obrigação pela controlada referente ao déficit do plano apurado na época pela atuação nos estatutos da Fundação CESP, a ser liquidada em 200 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI + FGV. Acórdão de Arbitragem Contrária celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 236 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R\$ 569.142 (R\$ 569.150 em 31 de dezembro 2007).

#### **II – CPFL Piratininga**

A controlada CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora daquela controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuárias correspondentes aos empregados apresentados e vestígados daquela empresa até a data da efetivação do cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que tenham atuado aliás.

Atualmente vigora para os funcionários da controlada CPFL Piratininga um Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Solidário - BOPS e um Plano de Benefícios Misto.

Em setembro de 1997 Acórdão da Instância Arbitral da Associação das Reservas a autorizar a reconhecida uma obrigação a pagar pela Companhia Metropolitana de São Paulo S.A. (empresa predecessora da Bandeirante) referente ao déficit do plano apurado na época pelos estatutos estatutos da Fundação CESP, a ser liquidada em 160 parcelas, que vem sendo amortizadas mensalmente acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI + FGV. Acórdão de Arbitragem Contrária celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 16 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de março de 2025. O saldo da obrigação em 31 de março de 2009 é de R\$ 147.710 (R\$ 145.810 em 31 de dezembro de 2007).

#### **III – RGF**

Para o plano benefício definido com nível de benefício igual a 100% na média corrigida dos últimos salários incluindo o pagamento benefícios Previdência Especial, com o Plano Liquidar Segurado administrado pela ELETROCELUL. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho subrogados da CPFL para RGF.

#### **IV – CPFL Santa Cruz**

O plano de previdência CPFL Santa Cruz está estruturado na modalidade de contribuição definida.

07-429-1941001-53

## Y - CPFL 09/05/20

Com a modificação do Plano Plurianual em outubro de 1997, realizada mediante pelo CNFL Paulista no reconhecimento uma obrigação a pagar pela controlada CNFL Geração referente a título de plena aplicação pela Lei de Fomento da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 200 parcelas mensais, acrescidas de juros de Us 0,1 e correção pelo IGP-D e IGPV. Através do Acordo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, as prazos de pagamento sofreram alteração para 208 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação a qual é ajustada anualmente conforme evolução do déficit atual calculado pelo critério da Secretaria da Previdência Como encerrar em 31 de março de 2008 e de R\$ 11.480.185,11, 318 em 31 de dezembro de 2007.

Discartarea este necesară în cazurile de revulsare a corpului

[illegible][illegible]

Լճի շրջանում կանգնեցին  
Բաթյա Սարգսյանը և Վահագն Բաբայանը

07-429-1941001-53

As a result, the following is a list of the most common types of errors that can occur when using the software:

Source: *Journal of the American Statistical Association*, 1997, Vol. 92, No. 439, pp. 1011-1024.

**Table 1** Demographic characteristics of study population

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2695.

07-429-1941/C001-53

#### 4.21) PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A consolidação dos dados no trimestre final em 31 de março de 2008 e zero seletos

As provisões para contingências foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Sociedade e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é elevada, na conformidade das avaliações legais e da Administração da Sociedade e de suas controladas. Os detalhes da natureza das provisões para contingências e demais judiciais estão apresentados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

**Perdas possíveis** - A Sociedade e suas controladas são parte em outros processos e ações, os quais a Administração, suportada por seus consultores próprios, acredita que as chances de êxito são baixas, devido a uma base sólida de defesa para as mesmas. Estas qualidades não apresentam, em si, tendência nas decisões por parte dos tribunais, mas, devido a natureza de processos similares considerados como breves ou remotos e por este motivo nenhuma ação, entre as mesmas foi contestada. As reclamações relacionadas a ações possíveis em 31 de março de 2008 estavam assim representadas: R\$ 21.057 trabalhistas (R\$ 21.432 em 31 de dezembro de 2007); R\$ 390.892 civis (representadas basicamente por danos pessoais injuriosos, indenizações e apropriação de bens (R\$ 308.733 em 31 de dezembro de 2007); e R\$ 421.162 fiscais relacionadas basicamente a imposto de Renda (CIS 1.990.641 e PIS e COFINS (R\$ 406.760 em 31 de dezembro de 2007).

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### NOTA FUNDADA: 10,00% (dez por cento)

A Administração da Sociedade e de suas controladas baseadas na qualificação de seus investidores e ações entende não haver riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes nos balanços ou que possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

#### ( 22 ) OUTRAS CONTAS A PAGAR

|  | Contas a pagar |            |            |            |
|--|----------------|------------|------------|------------|
|  | 31/03/2008     | 31/03/2007 | 31/03/2008 | 31/03/2007 |
| Despesas a pagar   | 12.124         | 14.124     |            |            |
| Despesas a pagar a prazo                                   | 144.664        | 17.771     | 156.788    | 17.771     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F.                  | 14.141         | 27.201     | 31.330     | 27.201     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F.                  | 21.852         | 4.312      | 26.161     | 26.161     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 24.412         | 24.412     | 24.412     | 24.412     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 10.111         | 10.111     | 10.111     | 10.111     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 12.124         | 14.124     | 12.124     | 14.124     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 14.124         | 17.771     | 156.788    | 17.771     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 21.852         | 4.312      | 26.161     | 26.161     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 24.412         | 24.412     | 24.412     | 24.412     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 10.111         | 10.111     | 10.111     | 10.111     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 12.124         | 14.124     | 12.124     | 14.124     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 14.124         | 17.771     | 156.788    | 17.771     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 21.852         | 4.312      | 26.161     | 26.161     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 24.412         | 24.412     | 24.412     | 24.412     |
| Despesas a pagar a prazo (a prazo) - P.F. (a prazo) - P.F. | 10.111         | 10.111     | 10.111     | 10.111     |
| Totais   | 438.588        | 427.722    | 248.171    | 219.405    |

#### ( 23 ) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Sociedade em 31 de março de 2008 e de 31 de dezembro de 2007 está assim distribuída:

|   | 31/03/2008   |              | 31/03/2007   |              |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|
|   | Ordinário    | Preferencial | Ordinário    | Preferencial |
| Capital ordinário                         | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F.                  | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Capital ordinário - P.F. (a prazo) - P.F. | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |
| Totais                                    | 1.000.000,00 | 25.000       | 1.000.000,00 | 25.000       |



07-429-1941001-53

4.25) GUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

|   | 2016                          |                               | 2015                          |                               |
|---|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
|   | 1 <sup>st</sup> December 2016 | 1 <sup>st</sup> December 2017 | 1 <sup>st</sup> December 2016 | 1 <sup>st</sup> December 2017 |
| <b>Group Companies (part 1)</b>                   |                               |                               |                               |                               |
| <b>Group Companies in the United Kingdom (UK)</b> |                               |                               |                               |                               |
| UK (1)  | 1                             | 1                             | 1                             | 1                             |
| UK (2)  | 2                             | 2                             | 2                             | 2                             |
| UK (3)  | 3                             | 3                             | 3                             | 3                             |
| UK (4)  | 4                             | 4                             | 4                             | 4                             |
| UK (5)  | 5                             | 5                             | 5                             | 5                             |
| UK (6)  | 6                             | 6                             | 6                             | 6                             |
| UK (7)  | 7                             | 7                             | 7                             | 7                             |
| UK (8)  | 8                             | 8                             | 8                             | 8                             |
| UK (9)  | 9                             | 9                             | 9                             | 9                             |
| UK (10)   | 10                            | 10                            | 10                            | 10                            |
| UK (11)   | 11                            | 11                            | 11                            | 11                            |
| UK (12)   | 12                            | 12                            | 12                            | 12                            |
| UK (13)   | 13                            | 13                            | 13                            | 13                            |
| UK (14)   | 14                            | 14                            | 14                            | 14                            |
| UK (15)   | 15                            | 15                            | 15                            | 15                            |
| UK (16)   | 16                            | 16                            | 16                            | 16                            |
| UK (17)   | 17                            | 17                            | 17                            | 17                            |
| UK (18)   | 18                            | 18                            | 18                            | 18                            |
| UK (19)   | 19                            | 19                            | 19                            | 19                            |
| UK (20)   | 20                            | 20                            | 20                            | 20                            |
| UK (21)   | 21                            | 21                            | 21                            | 21                            |
| UK (22)   | 22                            | 22                            | 22                            | 22                            |
| UK (23)   | 23                            | 23                            | 23                            | 23                            |
| UK (24)   | 24                            | 24                            | 24                            | 24                            |
| UK (25)   | 25                            | 25                            | 25                            | 25                            |
| UK (26)   | 26                            | 26                            | 26                            | 26                            |
| UK (27)   | 27                            | 27                            | 27                            | 27                            |
| UK (28)   | 28                            | 28                            | 28                            | 28                            |
| UK (29)   | 29                            | 29                            | 29                            | 29                            |
| UK (30)   | 30                            | 30                            | 30                            | 30                            |
| UK (31)   | 31                            | 31                            | 31                            | 31                            |
| UK (32)   | 32                            | 32                            | 32                            | 32                            |
| UK (33)   | 33                            | 33                            | 33                            | 33                            |
| UK (34)   | 34                            | 34                            | 34                            | 34                            |
| UK (35)   | 35                            | 35                            | 35                            | 35                            |
| UK (36)   | 36                            | 36                            | 36                            | 36                            |
| UK (37)   | 37                            | 37                            | 37                            | 37                            |
| UK (38)   | 38                            | 38                            | 38                            | 38                            |
| UK (39)   | 39                            | 39                            | 39                            | 39                            |
| UK (40)   | 40                            | 40                            | 40                            | 40                            |
| UK (41)   | 41                            | 41                            | 41                            | 41                            |
| UK (42)   | 42                            | 42                            | 42                            | 42                            |
| UK (43)   | 43                            | 43                            | 43                            | 43                            |
| UK (44)   | 44                            | 44                            | 44                            | 44                            |
| UK (45)   | 45                            | 45                            | 45                            | 45                            |
| UK (46)   | 46                            | 46                            | 46                            | 46                            |
| UK (47)   | 47                            | 47                            | 47                            | 47                            |
| UK (48)   | 48                            | 48                            | 48                            | 48                            |
| UK (49)   | 49                            | 49                            | 49                            | 49                            |
| UK (50)   | 50                            | 50                            | 50                            | 50                            |
| UK (51)   | 51                            | 51                            | 51                            | 51                            |
| UK (52)   | 52                            | 52                            | 52                            | 52                            |
| UK (53)   | 53                            | 53                            | 53                            | 53                            |
| UK (54)   | 54                            | 54                            | 54                            | 54                            |
| UK (55)   | 55                            | 55                            | 55                            | 55                            |
| UK (56)   | 56                            | 56                            | 56                            | 56                            |
| UK (57)   | 57                            | 57                            | 57                            | 57                            |
| UK (58)   | 58                            | 58                            | 58                            | 58                            |
| UK (59)   | 59                            | 59                            | 59                            | 59                            |
| UK (60)   | 60                            | 60                            | 60                            | 60                            |
| UK (61)   | 61                            | 61                            | 61                            | 61                            |
| UK (62)   | 62                            | 62                            | 62                            | 62                            |
| UK (63)   | 63                            | 63                            | 63                            | 63                            |
| UK (64)   | 64                            | 64                            | 64                            | 64                            |
| UK (65)   | 65                            | 65                            | 65                            | 65                            |
| UK (66)   | 66                            | 66                            | 66                            | 66                            |
| UK (67)   | 67                            | 67                            | 67                            | 67                            |
| UK (68)   | 68                            | 68                            | 68                            | 68                            |
| UK (69)   | 69                            | 69                            | 69                            | 69                            |
| UK (70)   | 70                            | 70                            | 70                            | 70                            |
| UK (71)   | 71                            | 71                            | 71                            | 71                            |
| UK (72)   | 72                            | 72                            | 72                            | 72                            |
| UK (73)   | 73                            | 73                            | 73                            | 73                            |
| UK (74)   | 74                            | 74                            | 74                            | 74                            |
| UK (75)   | 75                            | 75                            | 75                            | 75                            |
| UK (76)   | 76                            | 76                            | 76                            | 76                            |
| UK (77)   | 77                            | 77                            | 77                            | 77                            |
| UK (78)   | 78                            | 78                            | 78                            | 78                            |
| UK (79)   | 79                            | 79                            | 79                            | 79                            |
| UK (80)   | 80                            | 80                            | 80                            | 80                            |
| UK (81)   | 81                            | 81                            | 81                            | 81                            |
| UK (82)   | 82                            | 82                            | 82                            | 82                            |
| UK (83)   | 83                            | 83                            | 83                            | 83                            |
| UK (84)   | 84                            | 84                            | 84                            | 84                            |
| UK (85)   | 85                            | 85                            | 85                            | 85                            |
| UK (86)   | 86                            | 86                            | 86                            | 86                            |
| UK (87)   | 87                            | 87                            | 87                            | 87                            |
| UK (88)   | 88                            | 88                            | 88                            | 88                            |
| UK (89)   | 89                            | 89                            | 89                            | 89                            |
| UK (90)   | 90                            | 90                            | 90                            | 90                            |
| UK (91)   | 9                             |                               |                               |                               |

RENDIMENTO FUNDOS DE INVESTIMENTO  
 COM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 PRE - INFORMAÇÕES PRELIMINARES  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamento - RACIOLACIA  
 Data Base - 31/12/2008

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

util - MÚLTIPLO EXERCÍCIOS  
 (28) DESPESAS OPERACIONAIS

|   | Comunicação  |              | Consolidado   |               |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
|   | 1º Trimestre | 1º Trimestre | 1º Trimestre  | 1º Trimestre  |
|   | 2008         | 2007         | 2008          | 2007          |
| <b>Despesas com Vendas</b>                    |              |              |               |               |
| Despesa                                       |              |              | 15.000        | 7.227         |
| Material                                      |              |              | 300           | 4.100         |
| Despesas de Representação                     |              |              | 12.000        | 17.227        |
| Despesas com Anúncios e Propaganda            |              |              | 1.000         | 11.927        |
| Despesas com Transporte                       |              |              | 2.000         | 2.200         |
| Despesas com Aluguel                          |              |              | 11.000        | 11.000        |
| Outras  |              |              | 2.000         | 1.000         |
| <b>Total</b>                                  |              |              | <b>23.300</b> | <b>34.374</b> |
| <b>Despesas Gerais e Administrativas</b>      |              |              |               |               |
| Despesa                                       | 1.000        | 200          | 11.000        | 24.227        |
| Material                                      | 0            | 0            | 400           | 900           |
| Despesas de Representação                     | 20.000       | 4.000        | 10.000        | 12.000        |
| Despesas com Anúncios e Propaganda            | 0            | 0            | 5.000         | 900           |
| Despesas com Transporte                       | 0            | 0            | 5.000         | 4.200         |
| Despesas com Aluguel                          | 100          | 10           | 900           | 900           |
| Despesas com Manutenção e Reparos             | 100          | 0            | 4.100         | 100           |
| Despesas com Impostos e Contribuições         | 0            | 0            | 1.000         | 900           |
| Outras  | 100          | 10           | 2.000         | 1.100         |
| <b>Total</b>                                  | <b>4.200</b> | <b>2.310</b> | <b>35.300</b> | <b>43.927</b> |
| <b>Outras Despesas Financeiras</b>            |              |              |               |               |
| Despesa com Juros                             |              |              | 5.000         | 1.000         |
| Despesas com Juros e Taxas de Câmbio          |              |              | 0             | 0             |
| Outras  |              |              | 0             | 0             |
| <b>Total</b>                                  |              |              | <b>5.000</b>  | <b>1.000</b>  |
| <b>Despesas com Depreciação e Amortização</b> |              |              |               |               |
| <b>Total Despesas Operacionais</b>            | <b>4.200</b> | <b>2.310</b> | <b>40.300</b> | <b>45.924</b> |



01856-0 UPL ENERGY S.A.

02.429.144/0001-93

valor - MILHÕES EM REAIS

(27) RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

|   | Controladora         |                      | Consolidado          |                      |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|   | 1º Trimestre<br>2006 | 1º Trimestre<br>2007 | 1º Trimestre<br>2008 | 1º Trimestre<br>2009 |
| <b>Receitas</b>                             |                      |                      |                      |                      |
| Receitas operacionais financeiras           | 1.365                | 1.475                | 81.055               | 1.134                |
| Receitas de juros e dividendos              |                      |                      | 21.417               | 27.949               |
| Receitas de venda de ativos                 | 157                  | 138                  | 1.267                | 2.127                |
| Receitas de venda de ativos não financeiros |                      |                      | 11.552               | 12.179               |
| Receitas de venda de ativos financeiros     |                      |                      | 11.471               | 125                  |
| Receitas de venda de ativos não financeiros |                      |                      | 11.261               | 9.121                |
| Receitas de venda de ativos financeiros     |                      |                      | 13.12                | 1.255                |
| Receitas de venda de ativos não financeiros |                      |                      | 22                   | 1.442                |
| Receitas de venda de ativos não financeiros | 1.680                | 190                  | 124.155              | 59.992               |
| <b>Total</b>                                | <b>12002</b>         | <b>1803</b>          | <b>109.365</b>       | <b>102.144</b>       |
| <b>Despesas</b>                             |                      |                      |                      |                      |
| Despesas operacionais                       | 11.235               | 11                   | 112.341              | 121.462              |
| Despesas financeiras                        | 11                   | 1.140                | 1.114                | 12.189               |
| Despesas de venda de ativos não financeiros | 5.741                | 1.075                | 11.421               | 15.146               |
| Despesas de venda de ativos financeiros     |                      |                      | 11                   |                      |
| <b>Total</b>                                | <b>16.987</b>        | <b>2.126</b>         | <b>124.887</b>       | <b>148.797</b>       |
| <b>Subtotal</b>                             | <b>27.375</b>        | <b>1.687</b>         | <b>44.594</b>        | <b>1.713.525</b>     |
| Despesas de venda de ativos não financeiros | 11.411               | 1,411                | 11,411               | 11,411               |
| <b>Total</b>                                | <b>(34.376)</b>      | <b>(28.274)</b>      | <b>(28.377)</b>      | <b>(375.197)</b>     |
| <b>Resultado Financeiro Líquido</b>         | <b>(72.499)</b>      | <b>(10.133)</b>      | <b>(11.307)</b>      | <b>(102.042)</b>     |

(28) INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

28.1 Considerações sobre Riscos

Os negócios da Sociedade e de suas controladas compreendem principalmente geração, comercialização e distribuição de energia elétrica. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades e tarifas de suas principais controladas são reguladas pela ANEEL.

Os principais riscos da operação de mercado que afetam seus negócios estão ligados, basicamente, aos riscos de flutuação das taxas de câmbio e, em menor medida, escassez de energia e aceleração de dívidas. A Sociedade e suas controladas gerenciam esses riscos de modo a poder minimizá-los através do hedge, uso de compensação (CNA) e da contratação de operações de swap de adoção de políticas de coerência, obtenção de garantias e de ceno de fornecimento para comunidades indígenas e para a manutenção da obrigações contratuais.

28.2 Valoração dos Instrumentos Financeiros

A Sociedade e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Dessa forma, possuem procedimentos de avaliação e acompanhamento das transações e valores dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação as praticadas no mercado.

Em 31 de março de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade e de suas controladas estão assim valorados:

- **Repositibilização** - Os valores de mostrados nos balanços patrimoniais estão próximos das cotizações de mercado (R\$ 41).

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

**Qual - MÉRITOS FUNDAMENTAIS**

- **Investimentos** – Os investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial (nota 13).
- **Ativos e Passivos Regulatórios** – Os valores estão registrados conforme com os definidos por regras ou orientações da ANEEL (nota 3).
- **Empréstimos e Financiamentos** – Registrados conforme os critérios estabelecidos em contratos de acordo com as características definidas na nota 15.
- **Debêntures** – Podem ser negociadas no mercado e estão registradas conforme os critérios estabelecidos quando de sua emissão, de acordo com as características definidas na nota 16.

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas comparados aos valores de captação de mercado conforme definidos acima, nas datas base em 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, são como seguem:

|  | Controladas    |                  |                |                  |
|--|----------------|------------------|----------------|------------------|
|  | 31/03/2008     |                  | 31/12/2007     |                  |
|  | Saldo Contábil | Valor de Mercado | Saldo Contábil | Valor de Mercado |
| Instrumentos financeiros de renda fixa | 1.478.995      | 3.125.247        | 1.111.776      | 1.111.747        |
| Derivativos de renda fixa              | 473.717        | 411.367          | 402.914        | 404.493          |
| Derivativos de renda variável          | 14.116         | 1.094            | 47.515         | 51.754           |
| <b>Total</b>                           | <b>636.828</b> | <b>624.708</b>   | <b>662.205</b> | <b>768.094</b>   |

|  | Controladas      |                  |                  |                  |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
|  | 31/03/2008       |                  | 31/12/2007       |                  |
|  | Saldo Contábil   | Valor de Mercado | Saldo Contábil   | Valor de Mercado |
| Instrumentos financeiros de renda fixa | 1.674.311        | 3.773.437        | 1.111.776        | 1.111.747        |
| Derivativos de renda fixa              | 2.461.745        | 2.553.745        | 2.454.674        | 2.464.553        |
| Derivativos de renda variável          | 22.744           | 1.114            | 175.266          | 175.550          |
| <b>Total</b>                           | <b>6.158.800</b> | <b>6.328.296</b> | <b>3.741.716</b> | <b>3.751.850</b> |

A estimativa do valor de mercado desses instrumentos financeiros da Sociedade e suas controladas foi elaborada com base em modelos de desconto de fluxos futuros a valor presente, com parâmetros com frequência semelhantes observados em dados públicos de empresas e, em de primeira ordem, com comparações com parâmetros medidos de mercado. Para sociedades sem amparo no mercado, principalmente relacionadas com o programa energético de financiamento de energia elétrica, aspectos regulatórios e créditos a receber da ODEB, as controladas assumem que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil.

C1856-0 CVM ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

valor = Múltiplo Fx/Plc Múltiplo

#### [ 29 ] MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO - ALTERAÇÕES DA LEI 6.404/76 - LEI 11.638/07

Em 29 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novas disposições à Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) relacionados à preparação e divulgação das demonstrações financeiras. Estas mudanças de práticas contábeis entraram em vigor a partir do 1º de janeiro de 2009.

A Sociedade, exclusivamente para atendimento das disposições contidas na Instrução CVM nº 485 de 7 de maio de 2006, realizou análise dos impactos causados pela Lei nº 638/2007 em suas demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2008. Estas análises não podem ser utilizadas como indicativo definitivo sobre qual seriam os impactos nestas Demonstrações, baseadas apenas, em sua integralidade, os procedimentos do IASB.

As principais modificações trazidas na lei, com vigência a partir de 2008, e os impactos para a Sociedade estão descritos a seguir:

- Determinados instrumentos financeiros e derivativos deverão ser contabilizados a valor de mercado.

Em 31 de março de 2008, o impacto na consolidação da regulação da estrutura das derivativos, ou do dos impactos no Patrimônio Líquido e Lucro Líquido do período será uma redução de R\$ 10.604 e R\$ 7.446, respectivamente. A diferença exatidão entre o valor acumulado registrado no Patrimônio Líquido e o valor registrado no Lucro Líquido do período refere-se ao ajuste acumulado de períodos anteriores na data base 31 de dezembro de 2007. Os efeitos da regulamentação a respeito dos derivativos anteriormente divulgados na nota explicativa nº 23.

- Obrigatoriedade do registro no ativo mobilizado das direitas que tenham por objeto bens corpóreos destruídos. A manutenção das atividades da Sociedade, mantendo as decorrentes de operações que transferiram a e os benefícios, os riscos e a controle dos bens, como por exemplo o leasing financeiro.

A adoção dos requerimentos da nova lei no que tange ao tratamento das operações de leasing é considerando-se as orientações contidas no pronunciamento IAS 17 - Leasing do IASB, resultará em uma mudança na prática contábil atual atrelado a forma de reconhecimento de determinados ativos e passivos. Todavia, neste momento os valores envolvidos não são propícios a serem mensurados devido à necessidade de levantamento de informações relevantes e uma análise criteriosa na aplicação dessa regulamentação, que acarretará na necessidade de um prazo maior para sua análise conclusiva. A administração está avaliando todos os elementos necessários para se obter uma estimativa razoável dos possíveis efeitos relacionados a adoção desse requerimento.

Ativos e passivos financeiros de longo prazo e os de curto prazo quando relevantes, devem ser ajustados a valor presente quando os ativos forem relevantes.

A administração da Sociedade, baseada nos pronunciamentos emitidos pela CVM, quer fazer uma apuração significativa a seguir, anexo às Demonstrações Financeiras Trimestrais divulgadas.

01856-0 UPM ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

**Qual - Múltipla Explicativa**

- Restrição de uso da alça atende as despesas em operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação

A administração da Sociedade acredita não haver ajustes significativos relacionados à ação neste tópico

- Consolidação de ativos e passivos ao respectivo valor de mercado em operações de compra/paração, fusão ou cisão e na parte não relacionadas à mudanças à alteração transferência de controle

A Sociedade não realizou transações desta natureza neste trimestre

Adicionalmente, a Sociedade não não foi impactada pela mudança na regra de avaliação de investimentos em coligadas, ou não realizou transações que envolvessem a alteração na emissão de debêntures, doações ou subvenções para investimento, ou não atua como pratica contábil a reavaliação de ativos e ou não possui remuneração baseada em ações

Conforme comunicado ao Mercado, a UPM pretende concluir ainda em 2008 o seu processo normativo para as disposições da Lei societária que foram alteradas a que necessitam de regulação, e reverá todos os seus atos normativos que tratam de matéria contábil, a fim de verificar e eliminar possíveis divergências em relação às alterações específicas produzidas pela nova lei

Os efeitos da aplicação da nova Lei sobre as informações financeiras da Sociedade foram avaliados em relação à legislação e normas regulamentares existentes nesta data e podem não ser alterados em função da regulação a ser emitida pelos órgãos competentes

RENDIMENTO FUNDOS FIXOS - RFF - Regulação: Resolução  
 CMV - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 FIP - Informações Fundamentais  
 ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2008

C1856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

Qual - Múltiplas EXPLORATÓRIAS

#### (30) EVENTOS SUBSEQUENTES

##### 30.1 - Distribuição de Dividendos

Na ACÓRDE de 09 de abril de 2008 foi aprovada a declaração de dividendos no montante de R\$ 712.889 correspondente ao lucro remanescente do lucro líquido do exercício de 2007.

[illegible]

07-429-1941/C001-53

△|E-0|

Printed on acid-free paper by the National Printing Plant, 11 de Maio de 2008 e 2009

[illegible]

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 1.2 billion to 1.5 billion. The number of illiterate people in the world is projected to reach 1.7 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is projected to reach 1.7 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is projected to reach 1.7 billion by the year 2015.

02,429,144/C001-53

34485  
 34486  
 34487  
 34488  
 34489  
 34490  
 34491  
 34492  
 34493  
 34494  
 34495  
 34496  
 34497  
 34498  
 34499  
 34500  
 34501  
 34502  
 34503  
 34504  
 34505  
 34506  
 34507  
 34508  
 34509  
 34510  
 34511  
 34512  
 34513  
 34514  
 34515  
 34516  
 34517  
 34518  
 34519  
 34520  
 34521  
 34522  
 34523  
 34524  
 34525  
 34526  
 34527  
 34528  
 34529  
 34530  
 34531  
 34532  
 34533  
 34534  
 34535  
 34536  
 34537  
 34538  
 34539  
 34540  
 34541  
 34542  
 34543  
 34544  
 34545  
 34546  
 34547  
 34548  
 34549  
 34550  
 34551  
 34552  
 34553  
 34554  
 34555  
 34556  
 34557  
 34558  
 34559  
 34560  
 34561  
 34562  
 34563  
 34564  
 34565  
 34566  
 34567  
 34568  
 34569  
 34570  
 34571  
 34572  
 34573  
 34574  
 34575  
 34576  
 34577  
 34578  
 34579  
 34580  
 34581  
 34582  
 34583  
 34584  
 34585  
 34586  
 34587  
 34588  
 34589  
 34590  
 34591  
 34592  
 34593  
 34594  
 34595  
 34596  
 34597  
 34598  
 34599  
 34600  
 34601  
 34602  
 34603  
 34604  
 34605  
 34606  
 34607  
 34608  
 34609  
 34610  
 34611  
 34612  
 34613  
 34614  
 34615  
 34616  
 34617  
 34618  
 34619  
 34620  
 34621  
 34622  
 34623  
 34624  
 34625  
 34626  
 34627  
 34628  
 34629  
 34630  
 34631  
 34632  
 34633  
 34634  
 34635  
 34636  
 34637  
 34638  
 34639  
 34640  
 34641  
 34642  
 34643  
 34644  
 34645  
 34646  
 34647  
 34648  
 34649  
 34650  
 34651  
 34652  
 34653  
 34654  
 34655  
 34656  
 34657  
 34658  
 34659  
 34660  
 34661  
 34662  
 34663  
 34664  
 34665  
 34666  
 34667  
 34668  
 34669  
 34670  
 34671  
 34672  
 34673  
 34674  
 34675  
 34676  
 34677  
 34678  
 34679  
 34680  
 34681  
 34682  
 34683  
 34684  
 34685  
 34686  
 34687  
 34688  
 34689  
 34690  
 34691  
 34692  
 34693  
 34694  
 34695  
 34696  
 34697  
 34698  
 34699  
 34700  
 34701  
 34702  
 34703  
 34704  
 34705  
 34706  
 34707  
 34708  
 34709  
 34710  
 34711  
 34712  
 34713  
 34714  
 34715  
 34716  
 34717  
 34718  
 34719  
 34720  
 34721  
 34722  
 34723  
 34724  
 34725  
 34726  
 34727  
 34728  
 34729  
 34730  
 34731  
 34732  
 34733  
 34734  
 34735  
 34736  
 34737  
 34738  
 34739  
 34740  
 34741  
 34742  
 34743  
 34744  
 34745  
 34746  
 34747  
 34748  
 34749  
 34750  
 34751  
 34752  
 34753  
 34754  
 34755  
 34756  
 34757  
 34758  
 34759  
 34760  
 34761  
 34762  
 34763  
 34764  
 34765  
 34766  
 34767  
 34768  
 34769  
 34770  
 34771  
 34772  
 34773  
 34774  
 34775  
 34776  
 34777  
 34778  
 34779  
 34780  
 34781  
 34782  
 34783  
 34784  
 34785  
 34786  
 34787  
 34788  
 34789  
 34790  
 34791  
 34792  
 34793  
 34794  
 34795  
 34796  
 34797  
 34798  
 34799  
 34800  
 34801  
 34802  
 34803  
 34804  
 34805  
 34806  
 34807  
 34808  
 34809  
 34810  
 34811  
 34812  
 34813  
 34814  
 34815  
 34816  
 34817  
 34818  
 34819  
 34820  
 34821  
 34822  
 34823  
 34824  
 34825  
 34826  
 34827  
 34828  
 34829  
 34830  
 34831  
 34832  
 34833  
 34834  
 34835  
 34836  
 34837  
 34838  
 34839  
 34840  
 34841  
 34842  
 34843  
 34844  
 34845  
 34846  
 34847  
 34848  
 34849  
 34850  
 34851  
 34852  
 34853  
 34854  
 34855  
 34856  
 34857  
 34858  
 34859  
 34860  
 34861  
 34862  
 34863  
 34864  
 34865  
 34866  
 34867  
 34868  
 34869  
 34870  
 34871  
 34872  
 34873  
 34874  
 34875  
 34876  
 34877  
 34878  
 34879  
 34880  
 34881  
 34882  
 34883  
 34884  
 34885  
 34886  
 34887  
 34888  
 34889  
 34890  
 34891  
 34892  
 34893  
 3

|   | Cuentas de Débito |            | Cuentas de Crédito |            |
|---|-------------------|------------|--------------------|------------|
|   | 31/12/2019        | 31/12/2020 | 31/12/2019         | 31/12/2020 |
| <b>1. Hacienda</b>                        |                   |            |                    |            |
| 1.1. Hacienda General                     | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 1.2. Hacienda Local                       | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 1.3. Hacienda Regional                    | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 1.4. Hacienda Internacional               | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>2. Entes Locales</b>                   |                   |            |                    |            |
| 2.1. Entes Locales de Base                | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 2.2. Entes Locales de Intermedios         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 2.3. Entes Locales de Tercer Nivel        | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 2.4. Entes Locales de Cuarta Nivel        | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>3. Sector Privado</b>                  |                   |            |                    |            |
| 3.1. Sector Privado de Base               | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 3.2. Sector Privado de Intermedios        | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 3.3. Sector Privado de Tercer Nivel       | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 3.4. Sector Privado de Cuarta Nivel       | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>4. Sector Público</b>                  |                   |            |                    |            |
| 4.1. Sector Público de Base               | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 4.2. Sector Público de Intermedios        | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 4.3. Sector Público de Tercer Nivel       | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 4.4. Sector Público de Cuarta Nivel       | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>5. Sector Social</b>                   |                   |            |                    |            |
| 5.1. Sector Social de Base                | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 5.2. Sector Social de Intermedios         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 5.3. Sector Social de Tercer Nivel        | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 5.4. Sector Social de Cuarta Nivel        | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>6. Sector Internacional</b>            |                   |            |                    |            |
| 6.1. Sector Internacional de Base         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 6.2. Sector Internacional de Intermedios  | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 6.3. Sector Internacional de Tercer Nivel | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 6.4. Sector Internacional de Cuarta Nivel | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>7. Sector Otros</b>                    |                   |            |                    |            |
| 7.1. Sector Otros de Base                 | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 7.2. Sector Otros de Intermedios          | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 7.3. Sector Otros de Tercer Nivel         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 7.4. Sector Otros de Cuarta Nivel         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| <b>8. Sector Total</b>                    |                   |            |                    |            |
| 8.1. Sector Total de Base                 | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 8.2. Sector Total de Intermedios          | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 8.3. Sector Total de Tercer Nivel         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |
| 8.4. Sector Total de Cuarta Nivel         | 0,00              | 0,00       | 0,00               | 0,00       |

RENDIMENTO POR AÇÃO: R\$ 0,00  
 CM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 IFRS - Informações Financeiras  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora: CVM  
 Data Base: 31/03/2008

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

# COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

## Análise de Resultados

No primeiro trimestre de 2008, o Lucro Líquido foi de R\$ 273.067, sendo 42,3% (R\$ 105.861) atribuído ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo das demais ao resultado de participações societárias, relacionado às performances das controladas, conforme tabela:

|                     | 1º Trimestre/2008 | 1º Trimestre/2007 |
|---------------------|-------------------|-------------------|
| RCE                 | 40.000            |                   |
| CPFL Paulista       | 172.000           | 213.417           |
| CPFL Paulista - J   | 32.500            | 60.000            |
| CPFL Paraná         | 40.000            | 64.000            |
| CPFL Itaipu         | 25.000            | 50.000            |
| CPFL Santa          |                   | 30.000            |
| CPFL Ceará - J      |                   | 1.400             |
| Lucro Participações |                   | 1.725             |
| Outros              | 2.567             |                   |
| Total               | 320.067           | 459.542           |



07-429-1941/C001-53

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

[illegible][illegible]

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.41 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO TRIMESTRE

Para análise comparativa dos resultados dos períodos devem ser consideradas as seguintes fatores que geraram resultados neste trimestre sem correspondência com o trimestre anterior:

- i. Entrada em operação neste trimestre da 1ª turina da UHE de Castro Alves pertencente a complexo energético da CEFAN em março;
- ii. Em Fevereiro de 2007 início de operação da ENHRCAN;
- iii. Em Junho de 2007, a CPFL Energia adquiriu 100% das ações da CPFL Jaguaruna cujo resultado passou a ser integralmente consolidado a partir de julho de 2007.

#### Receita Operacional Bruta

A Receita Operacional Bruta no 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 2.002.015, representando um crescimento de 10,2% (R\$ 340.287) quando comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

- i. Aumento de R\$ 200.005 no fornecimento de energia elétrica justificado basicamente por um aumento de 4,5% na quantidade de energia vendida a consumidores finais e 2,6% nos preços médios praticados;
- ii. Aumento de R\$ 98.757 na suplemento de energia elétrica a outras Concessionárias e Promissoras representado principalmente pelas atividades de comércio zero de energia realizadas pela CPFL Brasil;
- iii. Registro de redução de R\$ 43.745 na venda de energia na CGEE relacionada aos efeitos da revisão tarifária da CPFL Paulista (ver nota 3.b.2).

#### a. Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2008, houve um aumento de 4,5% na quantidade de energia vendida a consumidores finais, tendo como destaque a parcela adicional de energia acrescentada pela aquisição da CPFL Jaguaruna e subsidiárias que foram responsáveis pelo acréscimo de 3,3% no período.

O aumento na quantidade de energia vendida a consumidores finais é verificado principalmente na energia distribuída para as classes residencial, comercial e rural, com

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.61 - CUMENT VARIÁVEL DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

acrescimento de 7,4%, 5,3% e 16,3% respectivamente. A quantidade vendida para a classe industrial apresentou uma ligeira queda de 0,7%, que se deve a redução da venda da CPFL Brasil para clientes livres, que foi compensada pela maior venda em contratos bilaterais. O crescimento nas áreas de concessão da CPFL Energia, que impacta tanto o incremento faturado como a cobrança da TUSC, foi de 8,1% no 1º trimestre de 2008 quando comparado com o mesmo período do exercício anterior. Expurgando o ganho com o compra da CPFL Jaguaruna, o crescimento se dá de 4,8%.

#### Deduções da Receita Operacional

As Deduções da Receita Operacional no 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 1.197.531, um acréscimo de 0,8% em relação ao mesmo trimestre de 2007, o qual reflete principalmente (i) redução do encargo setorial CCC no montante de R\$ 59.559 e (ii) aumento dos lucros sobre vendas consistente com o aumento da receita operacional.

#### Custo com Energia Elétrica

O Custo com Energia Elétrica neste trimestre totalizou R\$1.552.665 representando um aumento de 4,77% em relação ao mesmo período do ano anterior.

No 1º trimestre de 2008 a Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$ 1.350.559, apresentando um acréscimo de 55,0% (R\$ 479.258) quando comparada com o mesmo trimestre do exercício anterior. As principais razões são:

- Acrescimento de custo de R\$ 137.160 relacionado ao ativo/passivo regulatório de sobrecontratação, basicamente explicado pelos ajustes efetuados em função da revisão tarifária (ver nota 3 e 3);
- Amortização da Parcela A1 na CPFL Paulista relacionada a energia comprada e encargos incidida neste trimestre na ordem de R\$ 58.331 (ver nota 3a);
- Os efeitos do recalculo do RT de 2005 e 2006 da CPFL Paulista, efetuados no ano anterior quando da reajuste tarifário de 2007, que gerou um ativo adicional de CVA de R\$ 1.777.710 e um passivo regulatório – dedução ao consumidor de R\$ 88.635 (redução de custo líquido de R\$ 79.075 naquele ano – ver nota 3b2);
- Aquisição na CPFL Jaguaruna gerando um incremento no custo com energia elétrica de R\$ 34.540;
- O incremento de R\$ 26.081 no custo com energia elétrica nas geradoras quando comparado com o mesmo trimestre de 2007 decorre basicamente das aquisições efetuadas pela usina de Castro Alves no montante de R\$ 19.754, devido ao atraso na geração de energia e do compromisso assumido de entrega de energia já contratada, bem como pelo custo de aquisição de energia na ordem de R\$ 4.582 relatado pela controladora Bases e Energia em função da escassez de chuvas no período.

01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.9 - CUMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO FUNDOS DE INVESTIMENTO

- vi - Aumento de R\$ 53.548 de energia comparada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL
- vii - Reajuste de preços referente a repasse de inflação no período

Embora haja aumento na quantidade de energia vendida na ordem de 4,5%, a compra de energia manteve-se estável, isso ocorre basicamente devido à energia suprida pelas subsidiárias de geração para os distribuidores, e imputadas no processo de consolidação.

#### Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais neste trimestre foram de R\$ 363.176, um aumento de 15,3% (R\$ 48.120) quando comparada com o mesmo período do exercício anterior. Este aumento deve-se principalmente a:

##### • Despesas Operacionais Gerenciáveis

Representadas pelos custos com Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros, estas despesas totalizaram R\$ 279.153 no 1º trimestre de 2008, um aumento de 20,5% (R\$ 47.943) em relação ao mesmo trimestre de 2007. Além dos reajustes referentes à inflação do período, este aumento deve-se também a (i) os efeitos da entrada em operação de Castro Alves (complexo GERAN); e aquisição da CPFL Laguaruna (R\$ 20.194); (ii) provisão para tributos da Fundação CFSP custeadas pelas patrocinadoras (R\$ 2.949); e (iii) aumento das despesas de serviços de locação decorrente das atividades desempenhadas pelas novas comercializadoras (R\$ 6.462).

##### • Entidade de Previdência Privada

O plano de Previdência Privada apresentou, neste trimestre, uma receita de R\$ 21.039 (R\$ 3.456 maior que o mesmo período de 2007). Esta variação deve-se basicamente ao rendimento esperado sobre os ativos do plano, conforme definido no Plano Atualizado preparado em dezembro de 2007.

##### • Depreciações e Amortizações

O aumento de 6,1% (R\$ 7,9 milhões) refere-se basicamente aos efeitos da FNERCAN (R\$ 2,6 milhões) e CPFL Laguaruna (R\$ 2,7 milhões).

C1856-3 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 12.01 - CUMENTÁRIO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO TRIMESTRE

##### Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido neste trimestre apresentou uma despesa de R\$ 117.907, comparada com R\$ 107.016 no mesmo período de 2007, devido principalmente:

- i) Ao aumento de encargos monetários e cambiais referente ao trabalho vicariante devido a emissão de debêntures para a aquisição da CPFL Laguaruna no montante de R\$ 4.000.000 e a entrada em operação do Eneiran e Ceran nos montantes de R\$ 8.557 e R\$ 2.429 respectivamente;
- ii) A redução das despesas bancárias em R\$10.085, devido principalmente a descontinuidade da cobrança da CPMF;
- iii) Redução de R\$ 23.735 na receita financeira referente à remuneração de ativos reguladores, devido principalmente a realização do ativo de Recomposição Patrimônio Extraordinária (RIE) e Parcela A e da queda dos indexadores que atuam em parte dos ativos regulatórios;
- iv) Impacto favorável no resultado financeiro como consequência da queda de indexadores, entre eles CCI e IJLP.

##### Contribuição Social e Imposto de Renda

O tributo sobre o resultado no 1.º trimestre de 2008 soma de R\$ 180.708, apresentando uma redução de 15,8% (R\$ 34.348) em relação ao mesmo trimestre de 2007, o qual reflete: i) a redução no Lucro Antes dos Tributos e ii) o reconhecimento em março de 2007 do crédito fiscal de imposto de renda no montante de R\$ 40.234 decorrente da incorporação das operações da SEMEISA para CPFL Geração.

##### Lucro Líquido e EBITDA

Em função dos valores expostos acima, com ênfase ao efeito de R\$ 166.352 (R\$ 111.905 líquido dos impostos) referente aos custos de sobrecontratação de energia o lucro líquido apurado neste trimestre foi de R\$ 271.087, sendo 42,3% (R\$ 159.081) inferior ao mesmo período de 2007.

O EBITDA ajustado (lucro líquido do trimestre excluindo os efeitos de entidade de previdência privada, depreciação, amortização, resultado financeiro, equivalência patrimonial, contribuição social, imposto de renda e item extraordinário) para o 1.º trimestre de 2008 foi de R\$ 845.020, sendo 26,7% (R\$ 225.268) menor que o EBITDA apurado no mesmo período de 2007.

[illegible]

## 000001-4300-1010

| QUESTION                             | ANSWER   |
|--------------------------------------|--|
| 1. What is the purpose of the study? | To determine the effect of the use of a mobile phone on the performance of a simulated driving task.   |
| 2. What is the research hypothesis?  | It is hypothesized that the use of a mobile phone will have a negative effect on the performance of a simulated driving task.  |
| 3. What is the independent variable? | The independent variable is the use of a mobile phone, which is manipulated into two conditions: 'no mobile phone' and 'mobile phone'.   |
| 4. What is the dependent variable?   | The dependent variable is the performance of a simulated driving task, which is measured by the number of errors made and the time taken to complete the task.   |
| 5. What is the experimental design?  | The experimental design is a between-subjects design, where participants are randomly assigned to one of the two conditions: 'no mobile phone' or 'mobile phone'.  |
| 6. What are the participants?        | The participants are 20 young adults, aged between 18 and 25, who are experienced drivers and have no history of alcohol or drug use.  |
| 7. What are the procedures?          | The procedures involve a pre-test to familiarize participants with the driving task, followed by two main conditions: 'no mobile phone' and 'mobile phone'. In the 'no mobile phone' condition, participants are asked to drive without a mobile phone. In the 'mobile phone' condition, participants are asked to drive while using a mobile phone. The driving task is a simulated driving task that involves navigating through a virtual environment and avoiding obstacles. |
| 8. What are the results?             | The results show that the use of a mobile phone significantly increased the number of errors made and the time taken to complete the task, compared to the 'no mobile phone' condition.  |
| 9. What are the conclusions?         | The conclusions are that the use of a mobile phone has a negative effect on the performance of a simulated driving task, and that this effect is likely to be due to the distraction caused by the mobile phone.   |

101-PUTTING PACES ON SOCIETY'S CONTROL ON COLLEAS

|   |  |
|---|--|
| 7 | $2x^2 + 3y^2 + 4z^2 + 5w^2 + 6v^2 + 7u^2 + 8t^2 + 9s^2 + 10r^2 + 11q^2 + 12p^2 + 13o^2 + 14n^2 + 15m^2 + 16l^2 + 17k^2 + 18j^2 + 19i^2 + 20h^2 + 21g^2 + 22f^2 + 23e^2 + 24d^2 + 25c^2 + 26b^2 + 27a^2 + 28z^2 + 29y^2 + 30x^2 + 31w^2 + 32v^2 + 33u^2 + 34t^2 + 35s^2 + 36r^2 + 37q^2 + 38p^2 + 39o^2 + 40n^2 + 41m^2 + 42l^2 + 43k^2 + 44j^2 + 45i^2 + 46h^2 + 47g^2 + 48f^2 + 49e^2 + 50d^2 + 51c^2 + 52b^2 + 53a^2 + 54z^2 + 55y^2 + 56x^2 + 57w^2 + 58v^2 + 59u^2 + 60t^2 + 61s^2 + 62r^2 + 63q^2 + 64p^2 + 65o^2 + 66n^2 + 67m^2 + 68l^2 + 69k^2 + 70j^2 + 71i^2 + 72h^2 + 73g^2 + 74f^2 + 75e^2 + 76d^2 + 77c^2 + 78b^2 + 79a^2 + 80z^2 + 81y^2 + 82x^2 + 83w^2 + 84v^2 + 85u^2 + 86t^2 + 87s^2 + 88r^2 + 89q^2 + 90p^2 + 91o^2 + 92n^2 + 93m^2 + 94l^2 + 95k^2 + 96j^2 + 97i^2 + 98h^2 + 99g^2 + 100f^2 + 101e^2 + 102d^2 + 103c^2 + 104b^2 + 105a^2 + 106z^2 + 107y^2 + 108x^2 + 109w^2 + 110v^2 + 111u^2 + 112t^2 + 113s^2 + 114r^2 + 115q^2 + 116p^2 + 117o^2 + 118n^2 + 119m^2 + 120l^2 + 121k^2 + 122j^2 + 123i^2 + 124h^2 + 125g^2 + 126f^2 + 127e^2 + 128d^2 + 129c^2 + 130b^2 + 131a^2 + 132z^2 + 133y^2 + 134x^2 + 135w^2 + 136v^2 + 137u^2 + 138t^2 + 139s^2 + 140r^2 + 141q^2 + 142p^2 + 143o^2 + 144n^2 + 145m^2 + 146l^2 + 147k^2 + 148j^2 + 149i^2 + 150h^2 + 151g^2 + 152f^2 + 153e^2 + 154d^2 + 155c^2 + 156b^2 + 157a^2 + 158z^2 + 159y^2 + 160x^2 + 161w^2 + 162v^2 + 163u^2 + 164t^2 + 165s^2 + 166r^2 + 167q^2 + 168p^2 + 169o^2 + 170n^2 + 171m^2 + 172l^2 + 173k^2 + 174j^2 + 175i^2 + 176h^2 + 177g^2 + 178f^2 + 179e^2 + 180d^2 + 181c^2 + 182b^2 + 183a^2 + 184z^2 + 185y^2 + 186x^2 + 187w^2 + 188v^2 + 189u^2 + 190t^2 + 191s^2 + 192r^2 + 193q^2 + 194p^2 + 195o^2 + 196n^2 + 197m^2 + 198l^2 + 199k^2 + 200j^2 + 201i^2 + 202h^2 + 203g^2 + 204f^2 + 205e^2 + 206d^2 + 207c^2 + 208b^2 + 209a^2 + 210z^2 + 211y^2 + 212x^2 + 213w^2 + 214v^2 + 215u^2 + 216t^2 + 217s^2 + 218r^2 + 219q^2 + 220p^2 + 221o^2 + 222n^2 + 223m^2 + 224l^2 + 225k^2 + 226j^2 + 227i^2 + 228h^2 + 229g^2 + 230f^2 + 231e^2 + 232d^2 + 233c^2 + 234b^2 + 235a^2 + 236z^2 + 237y^2 + 238x^2 + 239w^2 + 240v^2 + 241u^2 + 242t^2 + 243s^2 + 244r^2 + 245q^2 + 246p^2 + 247o^2 + 248n^2 + 249m^2 + 250l^2 + 251k^2 + 252j^2 + 253i^2 + 254h^2 + 255g^2 + 256f^2 + 257e^2 + 258d^2 + 259c^2 + 260b^2 + 261a^2 + 262z^2 + 263y^2 + 264x^2 + 265w^2 + 266v^2 + 267u^2 + 268t^2 + 269s^2 + 270r^2 + 271q^2 + 272p^2 + 273o^2 + 274n^2 + 275m^2 + 276l^2 + 277k^2 + 278j^2 + 279i^2 + 280h^2 + 281g^2 + 282f^2 + 283e^2 + 284d^2 + 285c^2 + 286b^2 + 287a^2 + 288z^2 + 289y^2 + 290x^2 + 291w^2 + 292v^2 + 293u^2 + 294t^2 + 295s^2 + 296r^2 + 297q^2 + 298p^2 + 299o^2 + 300n^2 + 301m^2 + 302l^2 + 303k^2 + 304j^2 + 305i^2 + 306h^2 + 307g^2 + 308f^2 + 309e^2 + 310d^2 + 311c^2 + 312b^2 + 313a^2 + 314z^2 + 315y^2 + 316x^2 + 317w^2 + 318v^2 + 319u^2 + 320t^2 + 321s^2 + 322r^2 + 323q^2 + 324p^2 + 325o^2 + 326n^2 + 327m^2 + 328l^2 + 329k^2 + 330j^2 + 331i^2 + 332h^2 + 333g^2 + 334f^2 + 335e^2 + 336d^2 + 337c^2 + 338b^2 + 339a^2 + 340z^2 + 341y^2 + 342x^2 + 343w^2 + 344v^2 + 345u^2 + 346t^2 + 347s^2 + 348r^2 + 349q^2 + 350p^2 + 351o^2 + 352n^2 + 353m^2 + 354l^2 + 355k^2 + 356j^2 + 357i^2 + 358h^2 + 359g^2 + 360f^2 + 361e^2 + 362d^2 + 363c^2 + 364b^2 + 365a^2 + 366z^2 + 367y^2 + 368x^2 + 369w^2 + 370v^2 + 371u^2 + 372t^2 + 373s^2 + 374r^2 + 375q^2 + 376p^2 + 377o^2 + 378n^2 + 379m^2 + 380l^2 + 381k^2 + 382j^2 + 383i^2 + 384h^2 + 385g^2 + 386f^2 + 387e^2 + 388d^2 + 389c^2 + 390b^2 + 391a^2 + 392z^2 + 393y^2 + 394x^2 + 395w^2 + 396v^2 + 397u^2 + 398t^2 + 399s^2 + 400r^2 + 401q^2 + 402p^2 + 403o^2 + 404n^2 + 405m^2 + 406l^2 + 407k^2 + 408j^2 + 409i^2 + 410h^2 + 411g^2 + 412f^2 + 413e^2 + 414d^2 + 415c^2 + 416b^2 + 417a^2 + 418z^2 + 419y^2 + 420x^2 + 421w^2 + 422v^2 + 423u^2 + 424t^2 + 425s^2 + 426r^2 + 427q^2 + 428p^2 + 429o^2 + 430n^2 + 431m^2 + 432l^2 + 433k^2 + 434j^2 + 435i^2 + 436h^2 + 437g^2 + 438f^2 + 439e^2 + 440d^2 + 441c^2 + 442b^2 + 443a^2 + 444z^2 + 445y^2 + 446x^2 + 447w^2 + 448v^2 + 449u^2 + 450t^2 + 451s^2 + 452r^2 + 453q^2 + 454p^2 + 455o^2 + 456n^2 + 457m^2 + 458l^2 + 459k^2 + 460j^2 + 461i^2 + 462h^2 + 463g^2 + 464f^2 + 465e^2 + 466d^2 + 467c^2 + 468b^2 + 469a^2 + 470z^2 + 471y^2 + 472x^2 + 473w^2 + 474v^2 + 475u^2 + 476t^2 + 477s^2 + 478r^2 + 479q^2 + 480p^2 + 481o^2 + 482n^2 + 483m^2 + 484l^2 + 485k^2 + 486j^2 + 487i^2 + 488h^2 + 489g^2 + 490f^2 + 491e^2 + 492d^2 + 493c^2 + 494b^2 + 495a^2 + 496z^2 + 497y^2 + 498x^2 + 499w^2 + 500v^2 + 501u^2 + 502t^2 + 503s^2 + 504r^2 + 505q^2 + 506p^2 + 507o^2 + 508n^2 + 509m^2 + 510l^2 + 511k^2 + 512j^2 + 513i^2 + 514h^2 + 515g^2 + 516f^2 + 517e^2 + 518d^2 + 519c^2 + 520b^2 + 521a^2 + 522z^2 + 523y^2 + 524x^2$ |
|---|--|

## 01.11.01E4TFKdC60

|         |                  |                   |
|---------|------------------|-------------------|
| Product | CELESTION 1000   | Unit              |
| Amount  | 5000 FLUORIDE 50 | 2500 per 1000 = 5 |

## 14.01 - CARATTERISTICHE DELLA EMISSIONE PUBBLICA DEI PARTICELLARE DECENTRATI

|        |      |
|--------|------|
| 1.00   | 0.00 |
| 2.00   | 0.00 |
| 3.00   | 0.00 |
| 4.00   | 0.00 |
| 5.00   | 0.00 |
| 6.00   | 0.00 |
| 7.00   | 0.00 |
| 8.00   | 0.00 |
| 9.00   | 0.00 |
| 10.00  | 0.00 |
| 11.00  | 0.00 |
| 12.00  | 0.00 |
| 13.00  | 0.00 |
| 14.00  | 0.00 |
| 15.00  | 0.00 |
| 16.00  | 0.00 |
| 17.00  | 0.00 |
| 18.00  | 0.00 |
| 19.00  | 0.00 |
| 20.00  | 0.00 |
| 21.00  | 0.00 |
| 22.00  | 0.00 |
| 23.00  | 0.00 |
| 24.00  | 0.00 |
| 25.00  | 0.00 |
| 26.00  | 0.00 |
| 27.00  | 0.00 |
| 28.00  | 0.00 |
| 29.00  | 0.00 |
| 30.00  | 0.00 |
| 31.00  | 0.00 |
| 32.00  | 0.00 |
| 33.00  | 0.00 |
| 34.00  | 0.00 |
| 35.00  | 0.00 |
| 36.00  | 0.00 |
| 37.00  | 0.00 |
| 38.00  | 0.00 |
| 39.00  | 0.00 |
| 40.00  | 0.00 |
| 41.00  | 0.00 |
| 42.00  | 0.00 |
| 43.00  | 0.00 |
| 44.00  | 0.00 |
| 45.00  | 0.00 |
| 46.00  | 0.00 |
| 47.00  | 0.00 |
| 48.00  | 0.00 |
| 49.00  | 0.00 |
| 50.00  | 0.00 |
| 51.00  | 0.00 |
| 52.00  | 0.00 |
| 53.00  | 0.00 |
| 54.00  | 0.00 |
| 55.00  | 0.00 |
| 56.00  | 0.00 |
| 57.00  | 0.00 |
| 58.00  | 0.00 |
| 59.00  | 0.00 |
| 60.00  | 0.00 |
| 61.00  | 0.00 |
| 62.00  | 0.00 |
| 63.00  | 0.00 |
| 64.00  | 0.00 |
| 65.00  | 0.00 |
| 66.00  | 0.00 |
| 67.00  | 0.00 |
| 68.00  | 0.00 |
| 69.00  | 0.00 |
| 70.00  | 0.00 |
| 71.00  | 0.00 |
| 72.00  | 0.00 |
| 73.00  | 0.00 |
| 74.00  | 0.00 |
| 75.00  | 0.00 |
| 76.00  | 0.00 |
| 77.00  | 0.00 |
| 78.00  | 0.00 |
| 79.00  | 0.00 |
| 80.00  | 0.00 |
| 81.00  | 0.00 |
| 82.00  | 0.00 |
| 83.00  | 0.00 |
| 84.00  | 0.00 |
| 85.00  | 0.00 |
| 86.00  | 0.00 |
| 87.00  | 0.00 |
| 88.00  | 0.00 |
| 89.00  | 0.00 |
| 90.00  | 0.00 |
| 91.00  | 0.00 |
| 92.00  | 0.00 |
| 93.00  | 0.00 |
| 94.00  | 0.00 |
| 95.00  | 0.00 |
| 96.00  | 0.00 |
| 97.00  | 0.00 |
| 98.00  | 0.00 |
| 99.00  | 0.00 |
| 100.00 | 0.00 |

01856-0 UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

# PRÉ-PROJEITOS DE INVESTIMENTOS

Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Verossimilhanças apresentadas nos planos não são destinadas à manutenção e ao apuro apurado da  
 verossimilhança das informações apresentadas. A tabela a seguir apresenta as informações da manutenção da  
 sustentabilidade nos meses de 2008. Além disso, nos planos há informações em 31 de dezembro de 2007  
 2008 e 2009.

| Descrição de Energia    | Quantidade | Em milhões de Reais                      |      |      |
|-------------------------|------------|--|------|------|
|                         |            | Custos e Benefícios em 31 de dezembro de |      |      |
|                         |            | 2007                                     | 2008 | 2009 |
| Distribuição de Energia |            |  |      |      |
| - Distribuição          | 1          | 1  | 1    | 1    |
| - Distribuição          | 1          | 1  | 1    | 1    |
| - Distribuição          | 1          | 1  | 1    | 1    |
| - Distribuição          | 1          | 1  | 1    | 1    |
| - Distribuição          | 1          | 1  | 1    | 1    |
| Soma                    | 125        | 125                                      | 125  | 125  |
| Benefícios de Energia   | 51         | 445                                      | 264  | 255  |
| Despesas de Energia     | 1          | 1  | 1    | 1    |
| Soma                    | 1          | 1  | 1    | 1    |
| Total                   | 338        | 1.137                                    | 181  | 387  |

Planos de investimento aproximadamente R\$ 1.250 milhões em 2008 e R\$ 1.125 milhões em 2009. Os  
 investimentos totais esperados para estes períodos R\$ 1.125 milhões destinados a construção R\$ 814  
 milhões a operação de R\$ 1.4 milhões a manutenção R\$ 30 milhões a manutenção.



01856-0 CIPRI ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 2008 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RELEVANTES

Informações sobre a CIPRI Energia S.A. contidas no site da CVM e no site da empresa, em 31 de dezembro de 2008.

| Ações                                | Ações              | Partes %      |
|--------------------------------------|--------------------|---------------|
| UBS Energia S.A.                     | 125.320.505        | 28,41         |
| ATI Participações S.A.               | 149.597.777        | 34,10         |
| Banco Participações S.A.             | 60.113.871         | 12,05         |
| ENDES Participações S.A.             | 2.465.543          | 0,57          |
| Enxerto Energia S.A.                 | 25.407.052         | 5,92          |
| Membros do Conselho de Administração | 3.112              |               |
| Membros do Diretoria Executiva       | 15.584             |               |
| Demais Ações                         | 27.725.544         | 10,20         |
| <b>Total</b>                         | <b>475.915.936</b> | <b>100,00</b> |

Quantidade e características de ações emitidas dentro do prazo de administração, emitidas em 2008 e em 2007, em dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007.

| Ações                                | 2008/2008          |                | 2007/2007          |                |
|--------------------------------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|
|                                      | Ações              | Partes %       | Ações              | Partes %       |
| Controladas                          | 347.114.595        | 72,93          | 347.114.595        | 72,93          |
| Administradas                        |                    |                |                    |                |
| Membros da Diretoria                 | 15.584             | 0,003          | 15.584             | 0,003          |
| Membros do Conselho de Administração | 3.112              | 0,001          | 3.112              | 0,001          |
| Demais Ações - Total 2007            | 112.775.774        | 23,67          | 112.775.774        | 23,67          |
| <b>Total</b>                         | <b>475.915.936</b> | <b>100,00%</b> | <b>475.915.936</b> | <b>100,00%</b> |

01856-0 CREF ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

2008 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RELEVANTES

Informações sobre o fundo de investimento de renda fixa, de acordo com o Regulamento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de 15 de maio de 2004

| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |

Ativos Líquidos

| Ativos |  | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |

Ativos Líquidos

| Ativos |  | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |

Ativos Líquidos

| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos | Ativos Líquidos |

Ativos Líquidos

| Ativos |  | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |

Ativos Líquidos

| Ativos |  | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |

Ativos Líquidos

| Ativos |  | Ativos Líquidos |
|--------|--|-----------------|
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |
| Ativos |  | Ativos Líquidos |

01856-0 CVM ENERGISA S.A.

02.429.144/0001-93

2008 - OUTRAS INFORMAÇÕES DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RELEVANTES

1. Despesas com administração e distribuição

| Descrição                  | Valor (R\$ mil) |
|----------------------------|-----------------|
| Despesas com administração | 1.234.567,89    |
| Despesas com distribuição  | 1.234.567,89    |
| Total                      | 2.469.135,78    |

2. Despesas com juros e encargos

| Descrição                     | Valor (R\$ mil) |
|-------------------------------|-----------------|
| Despesas com juros e encargos | 1.234.567,89    |
| Total                         | 1.234.567,89    |

3. Despesas com impostos

| Descrição             | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) |
|-----------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Despesas com impostos | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    |
| Total                 | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    |

4. Despesas com despesas de manutenção

| Descrição                           | Valor (R\$ mil) |
|-------------------------------------|-----------------|
| Despesas com despesas de manutenção | 1.234.567,89    |
| Total                               | 1.234.567,89    |

5. Despesas com despesas de marketing

| Descrição                          | Valor (R\$ mil) |
|------------------------------------|-----------------|
| Despesas com despesas de marketing | 1.234.567,89    |
| Total                              | 1.234.567,89    |

6. Despesas com despesas de auditoria

| Descrição                          | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Despesas com despesas de auditoria | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    |
| Total                              | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    | 1.234.567,89    |



1099114600 KANAMISTARA  
 Date Recd 21/01/2008

02.429.144/CDDL-93

\*, means are not significantly different (Student's *t*-test, *p* < 0.05); numbers in parentheses are standard deviations. The means in parentheses are not significantly different (Student's *t*-test, *p* < 0.05).

PA. 45

RENDIMENTO FUNDOS INVESTIMENTAL - RFI - Agência Reguladora  
 CMV - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 FIP - Informações Fundamentais  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Brasileira  
 Data Base 31/12/2008

C1856-D UTEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 2008 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDE RELEVANTES

### a) Informações sobre o RFI

| Descrição | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) | Valor (R\$ mil) |
|-----------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Ativo     | 100.000.000,00  | 100.000.000,00  | 100.000,00      |

As informações acima são válidas para o período de 12 meses anteriores ao término do exercício social de 2008.

| Descrição | Valor (R\$ mil) |
|-----------|-----------------|
| Ativo     | 100.000,00      |

As informações acima são válidas para o período de 12 meses anteriores ao término do exercício social de 2008.

## Compromisso de arbitragem

A Companhia e esta controladora arbitram nos Câmaras de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no artigo 11.º do Estatuto Social da Companhia.

07-429-1941001-53

## Published Social Responsibility / 2008 / 2007

[illegible]





07-429-1941001-53

Relatório dos Auditores Independentes Sobre Revisão Especial

[illegible]

07-429-1947-0001-53

07-429-1941/C001-53

Osservazioni: i risultati differenziali da reddito deflato con  $w_{it}$  stanno bene riflettendo una peggior performance finanziaria di lungo periodo per le sub-sezioni.

11. As demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, muito embora consolidadas, da LPH, para o trimestre findo em 31 de março de 2007, representam apenas uma estimativa, foram revisadas por um auditório independente, por objeto das auditorias anuais de natureza especial, com relatórios datados de 23 de abril de 2007.

KPSC's Independent Investigators  
 2000-2001 and 2002-2003

1. *Not a valid filename. Lag can*  
 2. *be applied to the lagged variable*

RENDIMENTO PERMANENTE – 100% (Regulação: RARF/0004)  
CMV – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR – Informações Trimestrais  
ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAIS E OUTRAS

Reguladora Nacional  
Data Base – 31/12/2008

C1856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADORA DE GASTOS

Controlada/Oligada: – COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ – CPFL

A controlada Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2009 – arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários

RENDIMENTO FINANCEIRO PRESENCIAL – 11.ª Edição – Setembro  
CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR – Informações Trimestrais  
ENERGISA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulamento Corporativo  
Data Base – 31/12/2008

C1856-0 UFPA ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 22.61 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADORA DE GRUPO

Controlada/Controlada : UFPA GERACÃO DE ENERGIA S.A.

A controlada UFPA Geração de Energia S/A é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho individual e consolidado consta de suas Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2008, arquivadas na CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

012 - IDENTIFICAO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

CONTROLO QUALIFICAO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

CONTROLO QUALIFICAO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100



01856-0 CPFL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

## 22.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA DE GRUPO

Controlada/Oligida: CPFL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S/A

### Receita Bruta

A Receita Bruta do 1º trimestre de 2008 que inclui as operações das controladas CIGN, SC Geradora e Cene Sul (a partir de maio/2007) foi de R\$ 435,112, demonstrando uma redução de 2% em relação ao mesmo trimestre de 2007.

### Lucro Líquido do Período e LBIIDA

O lucro líquido apurado no 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 25.105, demonstrando uma redução de R\$ 49.288 (163%) quando comparado com o mesmo trimestre de 2007. Esta redução é decorrente essencialmente da solução da recontabilização das vendas de energia para a CCEE relativo ao período de abril de 2005 a fevereiro de 2008, que gerou neste trimestre uma reversão receita ajustizada pelo GP M de ordem de R\$ 71.379, sendo que líquido dos efeitos financeiros totaliza o montante de R\$ 40.004. Esta recontabilização foi proposta pela CPFL Brasil junto a CCEE, estando assentada no processo de Revisão Tarifária das empresas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, descrito pela CPFL Energia em nota explicativa 3.b.2. Os reflexos no resultado da CPFL Brasil estão demonstrados abaixo:

|                             |               |
|-----------------------------|---------------|
| Extrato de Receitas na CCEE | :             |
| Ris/Contrato                | <u>6.146</u>  |
| Efeitos na Receita Líquida  | ...           |
| Despesas Financeiras        | <u>...</u>    |
| CS&JRP                      | <u>22.349</u> |
| Efeitos no Lucro do Período | <u>...</u>    |

O LBIIDA (Lucro líquido antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação, amortização) para o 1º trimestre de 2008 foi de R\$ 36.821, sendo 87% menor que o apurado para o mesmo trimestre de 2007 que foi R\$ 111.002 (informações não revisadas pelos Auditores Independentes).



RENDIMENTO FINANCEIRO, ..... Regulação: Reforma  
C-11 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
C-12 - Informações Financeiras  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Regulação: Resolução  
Data Base 20/01/2008

C1856-D CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA DE GRUPO

Controlada/Controlada: CPEL COMERCIALIZAÇÃO BRASIL S.A.

RENDIMENTO PERMANENTE – 11.2.2.2 – Regulação: Reforma  
CM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
CMV – Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora: CVM/ANIMA  
Data Base: 31/03/2008

C1856-0 CPEL ENERGIA S.A.

02.429.144/C001-93

2261 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADA DE IGUAZU

Controlada/Oligada: - COMPANHIA PARAGUAYENSE DE FORÇA E LUZ

A controlada Companhia Paraguarina de Força e Luz é uma companhia aberta e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Trimestrais - ITR de 31 de março de 2008 - arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários

RENDIMENTO FINANCEIRO E PATRIMÔNIO - Rio Grande Energia  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
PRA - Informações Periódicas  
ENERGIA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reguladora Nacional  
Data Base - 31/03/2008

C1856-0 UDEL ENERGIA S.A.

02.429.144/0001-93

#### 2260 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA CONTROLADORA DE GRUPO

Controlada/Controlada: RIO GRANDE ENERGIA S.A.

A controlada Rio Grande Energia S.A. é uma companhia aberta, e seu comentário de desempenho consta de suas Informações Periódicas - IP - de 31 de março de 2008 arquivadas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

01.31 - IDENTIFICAÇÃO

|                |                |                |
|----------------|----------------|----------------|
| 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - CVM | 01.31.03 - CVM |
| 01.31.04 - CVM | 01.31.05 - CVM | 01.31.06 - CVM |

ÍNDICE

| Índice | Descrição      | Valor           |
|--------|----------------|-----------------|
| 01     | 01.31.01 - CVM | 01.31.02 - CVM  |
| 02     | 01.31.03 - CVM | 01.31.04 - CVM  |
| 03     | 01.31.05 - CVM | 01.31.06 - CVM  |
| 04     | 01.31.07 - CVM | 01.31.08 - CVM  |
| 05     | 01.31.09 - CVM | 01.31.10 - CVM  |
| 06     | 01.31.11 - CVM | 01.31.12 - CVM  |
| 07     | 01.31.13 - CVM | 01.31.14 - CVM  |
| 08     | 01.31.15 - CVM | 01.31.16 - CVM  |
| 09     | 01.31.17 - CVM | 01.31.18 - CVM  |
| 10     | 01.31.19 - CVM | 01.31.20 - CVM  |
| 11     | 01.31.21 - CVM | 01.31.22 - CVM  |
| 12     | 01.31.23 - CVM | 01.31.24 - CVM  |
| 13     | 01.31.25 - CVM | 01.31.26 - CVM  |
| 14     | 01.31.27 - CVM | 01.31.28 - CVM  |
| 15     | 01.31.29 - CVM | 01.31.30 - CVM  |
| 16     | 01.31.31 - CVM | 01.31.32 - CVM  |
| 17     | 01.31.33 - CVM | 01.31.34 - CVM  |
| 18     | 01.31.35 - CVM | 01.31.36 - CVM  |
| 19     | 01.31.37 - CVM | 01.31.38 - CVM  |
| 20     | 01.31.39 - CVM | 01.31.40 - CVM  |
| 21     | 01.31.41 - CVM | 01.31.42 - CVM  |
| 22     | 01.31.43 - CVM | 01.31.44 - CVM  |
| 23     | 01.31.45 - CVM | 01.31.46 - CVM  |
| 24     | 01.31.47 - CVM | 01.31.48 - CVM  |
| 25     | 01.31.49 - CVM | 01.31.50 - CVM  |
| 26     | 01.31.51 - CVM | 01.31.52 - CVM  |
| 27     | 01.31.53 - CVM | 01.31.54 - CVM  |
| 28     | 01.31.55 - CVM | 01.31.56 - CVM  |
| 29     | 01.31.57 - CVM | 01.31.58 - CVM  |
| 30     | 01.31.59 - CVM | 01.31.60 - CVM  |
| 31     | 01.31.61 - CVM | 01.31.62 - CVM  |
| 32     | 01.31.63 - CVM | 01.31.64 - CVM  |
| 33     | 01.31.65 - CVM | 01.31.66 - CVM  |
| 34     | 01.31.67 - CVM | 01.31.68 - CVM  |
| 35     | 01.31.69 - CVM | 01.31.70 - CVM  |
| 36     | 01.31.71 - CVM | 01.31.72 - CVM  |
| 37     | 01.31.73 - CVM | 01.31.74 - CVM  |
| 38     | 01.31.75 - CVM | 01.31.76 - CVM  |
| 39     | 01.31.77 - CVM | 01.31.78 - CVM  |
| 40     | 01.31.79 - CVM | 01.31.80 - CVM  |
| 41     | 01.31.81 - CVM | 01.31.82 - CVM  |
| 42     | 01.31.83 - CVM | 01.31.84 - CVM  |
| 43     | 01.31.85 - CVM | 01.31.86 - CVM  |
| 44     | 01.31.87 - CVM | 01.31.88 - CVM  |
| 45     | 01.31.89 - CVM | 01.31.90 - CVM  |
| 46     | 01.31.91 - CVM | 01.31.92 - CVM  |
| 47     | 01.31.93 - CVM | 01.31.94 - CVM  |
| 48     | 01.31.95 - CVM | 01.31.96 - CVM  |
| 49     | 01.31.97 - CVM | 01.31.98 - CVM  |
| 50     | 01.31.99 - CVM | 01.31.100 - CVM |

## **11. ANEXOS**

---

- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009
- Estatuto Social
- Escritura de Emissão das Debêntures
- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures
- 2º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures
- Súmula de *Rating*
- Declaração da Companhia nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
CNPJ/MF N.º 33 050 196/0001-88 – NIRE 353.000.437-31

**EXTRATO DA ATA DA 391ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2009**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 29 dias do mês de maio de 2009, às 09h00, na sede social da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia") situada na Rodovia Campinas Mogi Mirim n.º 1.755, km 2,5, cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

**2. CONVOCAÇÃO:** Convocada na forma do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

**3. PRESENÇAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente, e o Sr. Thiago Pédico Saragiotto – Secretário

**5. ORDEM DO DIA:** Exame, discussão e votação da proposta de emissão, para distribuição pública, de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais).

Após a leitura da Ordem do Dia, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros.

**6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Artigo 18, alínea "g", do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 4ª emissão de debêntures, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada, para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 400, de 29 de



dezembro de 2003 conforme alterada ("Instrução CVM 400"), observado o procedimento simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008, e no convênio celebrado para esse fim em 20 de agosto de 2008 entre a CVM e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID. As Debêntures terão as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais); **(b) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(c) Quantidade de Títulos:** serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures; **(d) Data de Emissão:** a data de emissão das Debêntures será 01 de julho de 2009 ("Data de Emissão"); **(e) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") na Data de Emissão será de R\$ 1.000,00 (mil reais); **(f) Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Companhia; **(g) Forma:** as Debêntures serão nominativas e escriturais; **(h) Espécie:** as Debêntures serão da espécie subordinada; **(i) Constituição de Garantia Fidejussória:** as Debêntures serão garantidas por fiança da CPFL Energia S.A., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Gomes de Carvalho, n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93 ("Garantidora") que se obrigará como fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Companhia representada pelas Debêntures; **(j) Prazo e Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos a contar da data de sua emissão ("Data de Vencimento"); **(k) Amortização:** As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 1º de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em circulação à época; **(l) Resgate Antecipado:** as Debêntures não serão objeto de resgate antecipado; **(m) Remuneração:** as Debêntures farão jus a remuneração que será definida em procedimento de *bookbuilding*, a ser realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) ("Remuneração"); **(n) Pagamento da Remuneração:** os valores relativos à Remuneração das Debêntures serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão; **(o) Prazo e Forma de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição em moeda corrente nacional; **(p) Preço de Subscrição:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização; **(q) Colocação e Negociação:** as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado

primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema BOVESPAFIX (ambiente de negociação de ativos) respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures; (r) **Vencimento Antecipado:** são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, resultando na imediata exigibilidade do pagamento do Valor Nominal Unitário de cada Debênture pela Companhia, acrescido da Remuneração e encargos, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão, até a data do seu efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Companhia que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo; (ii) pedido por parte da Companhia e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou se a Companhia e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Companhia e/ou a Garantidora formular pedido de aut falência; (iii) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Companhia e/ou da Garantidora, (iv) não pagamento, pela Companhia ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da Data de Vencimento respectiva; (v) deliberação de redução de capital social da Companhia e/ou da Garantidora, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (vi) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia caso a Companhia esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures; (vii) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures, (viii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Companhia e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos; (ix) não pagamento na data de vencimento

3

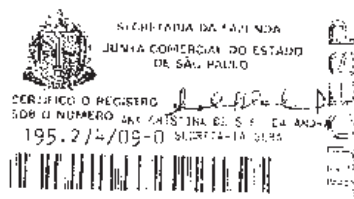
original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Companhia e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento, em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado; (x) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento; (xi) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Companhia é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n° 014/97, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação; (xii) alteração do atual controle da Companhia ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Companhia ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Garantidora e da Companhia; (xiii) transformação da Companhia em sociedade limitada; (xiv) falta de cumprimento pela Companhia de qualquer obrigação não pecuniária prevista no Contrato de Distribuição não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Companhia de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures; ou (xv) não observância pela Companhia por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Companhia dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Companhia, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures: (1) relação entre Dívida Líquida da Companhia e EBITDA da Companhia menor ou igual a 3 (três) vezes, e (2) relação entre EBITDA da Companhia e Resultado Financeiro da Companhia maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes. **(s) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia:** fica a Diretoria da Companhia autorizada a (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures, (ii) contratar o agente fiduciário, o banco mandatário e escriturador, a(s) agência(s) de classificação de risco, entre outros e (iii) celebrar

a escritura de emissão das Debêntures e o contrato de distribuição pública das Debêntures, bem como praticar todos os atos necessários a realização da Emissão

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta Ata, assinada por todos os presentes. Campinas, 29 de maio de 2009. Wilson P. Ferreira Junior, Miguel Normando Abdalla Saad, Sidney Mendes da Silva, Thiago Pédico Saragiotto

Certifico que a presente é Extrato da ata original lavrada em livro próprio.

  
Thiago Pédico Saragiotto  
Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 14 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
CNPJ/MF N.º 33.050.196/0001-88 – NIRE 353.000.437-31

**EXTRATO DA ATA DA 393ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2009**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2009, às 9h00, na sede social da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia") situada na Rodovia Campinas Mogi Mirim n.º 1.755, km 2,5, cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

**2. CONVOCAÇÃO:** Convocada na forma do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia.

**3. PRESENCAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**4. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. Wilson P. Ferreira Junior – Presidente, e o Sr. Thiago Pédico Saragiotto – Secretário.

**5. ORDEM DO DIA:** (i) exame, discussão e votação da ratificação da taxa de remuneração aplicável às debêntures não conversíveis em ações, em série única, da espécie subordinada, da 4ª emissão da Companhia ("Debêntures"); e (ii) exame, discussão e votação da proposta de resgate antecipado total ("Resgate Antecipado Total") das notas promissórias comerciais da 1ª emissão da Companhia, emitidas em 29 de abril de 2009 ("Notas Promissórias" e "Data de Emissão", respectivamente), nos termos do item "Resgate Antecipado" das Cártulas das Notas Promissórias.

Após a leitura da Ordem do Dia, foi deliberado que a ata desta reunião seria lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada a sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos Conselheiros.

**6. DELIBERAÇÕES:** Examinadas e debatidas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram deliberadas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) ratificar a remuneração das Debêntures, que será equivalente a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra grupo*", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), conforme definida em procedimento coleta de intenção de investimento (procedimento de *bookbuilding*), conduzido pelas instituições intermediárias da distribuição



pública das Debêntures, realizado em 14 de julho de 2009, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a celebrar aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures, bem como a assinar todos os documentos necessários à implementação da deliberação ora tomada; e (ii) aprovar, nos termos do título "Resgate Antecipado" da Cártula das Notas Promissórias, o Resgate Antecipado Total do saldo das Notas Promissórias em circulação, uma vez que: (a) em 18 de julho de 2009, já terão transcorridos 80 (oitenta) dias da Data de Emissão; e (b) a Companhia está captando recursos no mercado de capitais brasileiro, por meio da distribuição pública de sua 4ª Emissão de Debêntures, para refinanciamento da dívida representada pelas Notas Promissórias. As Notas Promissórias serão resgatadas pelo seu Valor Nominal Unitário, qual seja R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), acrescido da variação acumulada de 118% (cento e dezoito por cento) da "Taxa *DI over extra-grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento. O Resgate Antecipado Total está condicionado a integral colocação das Debêntures.

**7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião da qual se lavrou esta Ata, assinada por todos os presentes. Campinas, 14 de julho de 2009. Wilson P. Ferreira Junior, Miguel Normando Abdalla Saad, Sidney Mendes da Silva, Thiago Pédico Saragiotto.

Certifico que a presente é Extrato da ata original lavrada em livro próprio.

  
Thiago Pédico Saragiotto  
Secretário

- 
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP PROTOCOLO  
0.432.564/09-3



CPFL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ N.º 02.429.144/0001-93 - NIRE 353.001.861-33

**EXTRATO DA ATA DA 138ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de maio de 2009, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia" ou "Companhia"), situada na Rua Gomes de Carvalho, nº 1510, 14º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**2. CONVOCAÇÃO:** Convocada na forma do Parágrafo 2º do Art. 18 do Estatuto Social da CPFL Energia.

**3. PRESENCAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração ("Conselho") e a Diretoria Executiva. Registra-se a ausência justificada do Sr. José Ayres de Campos e a participação de seu suplente, Sr. Claudio Borin Guedes Palala.

**4. MESA:** Presidente – Luiz Anibal de Lima Fernandes, e Secretária - Gisélia Silva.

**5. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS:**

Dispensada a leitura da Ordem do Dia, por ser de conhecimento de todos os presentes, foi deliberado que a ata desta reunião será lavrada na forma de sumário, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, que ficarão arquivadas na sede da Companhia, e aprovada sua publicação, sob a forma de extrato, com a omissão das assinaturas dos conselheiros.

Feitos os esclarecimentos preliminares, o Presidente do Conselho informou aos presentes que os votos dos Conselheiros indicados pelos acionistas controladores serão computados com observância dos itens 5.1, 6.1 e 7.1 do Acordo de Acionistas depositado na Companhia, datado de 22.03.2002, conforme aditado em 27.08.2002, 05.11.2003 e 06.12.2007.

Examinadas as matérias constantes da Ordem do Dia, foram tratados os seguintes assuntos e tomadas as deliberações a seguir, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:

- (i) **Aprovaram** a divulgação, pela Companhia, de que a Sra. DANIELA CORCI CARDOSO, eleita para compor o Conselho Fiscal pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 23 de abril, se qualifica como especialista financeira, em atendimento às disposições da Seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e de acordo com as regras da *Securities and Exchange Commission* - SEC aplicáveis às empresas estrangeiras listadas em bolsa de valores americana;
- (ii) **Conheceram** do relato do Diretor Presidente (*highlights*) sobre os principais fatos relativos aos negócios da Companhia e indicadores setoriais;
- (iii) **Aprovaram** a ata da 137ª Reunião do Conselho realizada no último dia 29 de abril;
- (iv) (iv.i) **Aprovaram**, na forma prevista na alínea "u" do Art. 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos propostos na Resolução da Diretoria nº 2009031, a outorga,



**CPFL ENERGIA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ N.º 02.429.144/0001-93 - NIRE 353.001.861-33

pela CPFL Energia, de fianças em garantia do pagamento de emissões de debêntures de suas subsidiárias Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), Rio Grande Energia S.A. ("RGE"), CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração"), Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista"), Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista"), Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Jaguarí") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil" e, em conjunto com a CPFL Paulista, RGE, CPFL Geração, CPFL Sul Paulista, CPFL Leste Paulista e CPFL Jaguarí, "Subsidiárias") para distribuição pública, conforme descrito abaixo:

(a) Emissão de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da 4ª Emissão da CPFL Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", base 252 dias úteis, expressa na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("Taxa DI"), observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(b) Emissão de 185.000 (cento e oitenta e cinco mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da 4ª Emissão da RGE, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 185.000.000,00 (cento oitenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(c) Emissão de 315.000 (trezentas e quinze mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) da 2ª Emissão da CPFL Geração, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. O valor total das debêntures da 2ª Emissão da CPFL Geração poderá ser aumentado em até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o disposto no parágrafo 2º do artigo 14 e no artigo 24 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400/03;

(d) Emissão de 1.600 (mil e seiscentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Sul Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 16.000.000,00 (dezoito milhões de





**CPFL ENERGIA S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ N.º 02.429.144/0001-93 - NIRE 353.001.861-33

reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(e) Emissão de 2.400 (duas mil e quatrocentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Leste Paulista, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(f) Emissão de 1.000 (mil) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Jaguarí, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI; e

(g) Emissão de 16.500 (dezesesseis mil e quinhentas) debêntures, todas nominativas e escriturais, em série única, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) da 1ª Emissão da CPFL Brasil, totalizando, na data de emissão respectiva, R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), com prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, as quais farão jus a uma remuneração incidente sobre seu valor nominal unitário, a ser definida em procedimento de bookbuilding realizado pelas instituições intermediárias da Oferta, a qual consistirá em um percentual da Taxa DI, observada a taxa máxima de 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI;

(iv.ii) **Autorizaram** a Diretoria Executiva a celebrar os instrumentos hábeis à formalização das fianças ora aprovadas, que abrangem o valor total de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), correspondente ao somatório do valor total das emissões de debêntures das Subsidiárias, conforme descrito nos itens "a" ao "g" acima, nas datas de emissão respectivas, acrescido das respectivas remunerações e dos encargos moratórios aplicáveis, e

(iv.iii) **Recomendaram** aos representantes da Companhia nos órgãos das Subsidiárias o voto favorável às emissões das debêntures descritas nos itens "a" ao "g" acima, sob coordenação da HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e do Banco UBS Pactual S.A. (Resoluções da Diretoria nºs. 2009091, 20091809, 2009036, 2009034, 2009034, 2009032 e 2009052);

13



CPFL ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ N.º 02.429.144/0001-93 - NIRE 353.001.861-33

- (v) **Aprovaram**, na forma das alíneas "p" e "r" do Art. 18 e do inciso II do Art. 23 do Estatuto Social, na qualidade de acionista controladora da CPFL Brasil, a constituição de Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), subsidiária integral da CPFL Brasil, com a finalidade de participar de projeto de geração de energia elétrica, e a obtenção do financiamento, nos termos da Resolução da Diretoria da CPFL Brasil nº 2009050;
- (vi) **Aprovaram**, nos termos da alínea "r" do Art. 18 do Estatuto Social, na qualidade de acionista controladora da CPFL Brasil, a constituição de SPE com a finalidade de comercialização de energia elétrica; e
- (vii) **Recomendaram** aos representantes da Companhia nos órgãos de administração das sociedades controladas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Santa Cruz e RGE, o voto favorável à aprovação da estratégia de contratação de energia e da participação no Leilão de Energia Nova (A-3)

**6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada pelos Conselheiros presentes e pela Secretária. Luiz Anibal de Lima Fernandes, Ricardo Carvalho Giambroni, Francisco Caprino Neto, Milton Luciano dos Santos, Susana Hanna Stiphan Jabra, Ana Dolores M. Carneiro de Novaes, Claudio Borin Guedes Palaia, e Gisélia Silva (Secretária).

Certifico que o presente é extrato da ata original lavrada em Livro Próprio.

  
Gisélia Silva  
Secretária





- 
- Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**  
**Companhia Aberta**  
**CNPJ/MF 33.050.196/0001-88**  
**NIRE 35300043731**

**ESTATUTO SOCIAL**

**Consolidado em 30 de abril de 2009**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

## **Capítulo I**

### **Denominação, objeto, sede e duração**

**Artigo 1º - A Companhia Paulista de Força e Luz** reger-se-á pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto a prestação de serviços públicos de distribuição e comercialização de energia elétrica, podendo participar individual ou consorciadamente, de empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora, bem como participar do capital de outras sociedades.

**Artigo 3º** - A Companhia, com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, poderá abrir e extinguir filiais, sucursais, agências, escritórios ou representações em quaisquer pontos do território nacional ou no exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

**Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.**

## **Capítulo II**

### **Do capital social, das ações e dos acionistas**

**Artigo 5º** - O capital subscrito e realizado é de R\$ 72.650.095,88 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta mil, noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), dividido em 72.650.095 de ações escriturais e sem valor nominal, sendo 26.950.934 ações ordinárias e 45.699.161 ações preferenciais sem direito de voto, divididas em 2.263.123 ações preferenciais da classe "A", 17.134.453 ações preferenciais da classe "B" e 26.301.585 ações preferenciais da classe "C".

**Parágrafo 1º** - O capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei n.º 6.404/76, mediante a emissão de até novas 24.863.920.096 (vinte e quatro bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, novecentos e vinte mil e noventa e seis) ações, sendo 7.508.193.217 (sete bilhões, quinhentos e oito milhões, cento e noventa e três mil e duzentos e dezessete) ações ordinárias e 17.355.726.879 (dezessete bilhões, trezentos e cinco milhões, setecentos e vinte e seis mil e oitocentos e setenta e nove) ações.

**Parágrafo 2º** - Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Nas emissões de ações ou bônus de subscrição destinadas à subscrição pública ou particular, a Diretoria, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, o qual não poderá ser inferior, nos aumentos por subscrição particular, a 30 (trinta) dias, e nos aumentos por subscrição pública, a 10 (dez) dias.

**Parágrafo 3º** - Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembléia Geral, na forma da Lei.

**Parágrafo 4º** - Observada a restrição do parágrafo anterior, as integralizações poderão ser efetivadas em prestações, hipótese em que o valor mínimo a ser realizado, no ato da subscrição, será de 10% (dez por cento) do valor subscrito, devendo o saldo ser integralizado no prazo fixado pelo Conselho de Administração, nunca superior a 12 (doze) meses, mediante chamada da Diretoria ou nos termos do boletim de subscrição.

**Parágrafo 5º** - O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária na forma admitida em lei mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

**Parágrafo 6º** - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo 7º** - As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a 01 (um) voto nas Assembléias Gerais.

**Parágrafo 8º** - A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a manter esse serviço.

**Artigo 6º** - A Companhia, através de deliberações do Conselho de Administração, poderá emitir ações preferenciais, em uma ou mais classes, mesmo que mais favorecidas que as anteriormente existentes, resgatáveis ou não, até o limite de 2/3 (dois terços) da quantidade de ações em que se divide o Capital Social, fixando-lhes as respectivas preferências e vantagens. Respeitado o limite de 2/3 (dois terços), novas ações poderão ser emitidas, ainda que sem guardar a proporção com as demais espécies ou com as demais classes preferenciais.

**Parágrafo Único** - As ações preferenciais não terão, independentemente de suas classes, direito de voto, mas farão, todavia, jus às seguintes vantagens:

a) As ações preferenciais das classes "A", "B" e "C", gozam do direito de recebimento de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do disposto no artigo 17, § 1. inciso II, da Lei nº 6.404/76 e de prioridade no reembolso do valor que representam do Capital Social, na hipótese de dissolução da Companhia, sendo que as ações preferenciais da classe "A" preferem as da classe "B", e estas preferem as da classe "C" e

b) Depois de reembolsadas as ações ordinárias, as ações preferenciais classes "A", "B" e "C" participarão igualmente àquelas no rateio do excesso do patrimônio líquido que se verificar e a Companhia, nesse rateio, levará em conta, relativamente a eventuais lucros acumulados, o direito a dividendo majorado a que têm direito as ações preferenciais, na forma dos artigos 31 e 32 deste Estatuto.

**Artigo 7º** - A Companhia poderá emitir debêntures, conversíveis ou não em ações, que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições que, por proposta do Conselho de

Administração, forem aprovadas pela Assembléia Geral. Nas emissões de debêntures conversíveis em ações, será aplicável a regra do § 2º do artigo 5º, in fine.

**Parágrafo Único** – Nos termos do disposto no § 1º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real.

**Artigo 8º** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

### **Capítulo III**

#### **Dos órgãos da Sociedade**

**Artigo 9º** - São órgãos da Companhia:

I – a Assembléia Geral;

II – o Conselho de Administração;

III – a Diretoria Executiva;

IV – o Conselho Fiscal.

## **Seção I**

### **Da Assembléia Geral**

**Artigo 10** - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- a) tomar as contas dos administradores, relativas ao último exercício social;
- b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal;
- c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- d) eleger os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes;
- e) eleger os membros do Conselho de Administração titulares e suplentes; e
- f) fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria bem como os honorários do Conselho Fiscal.

**Artigo 11** – A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

**Artigo 12** – As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembléia Geral a escolha do Secretário.

**Parágrafo Único** - O Presidente da Assembléia deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

**Artigo 13** – Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembléias Gerais por procurador constituído na forma do § 1º do art. 126 da Lei nº 6404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembléia Geral.

## **Seção II**

### **Do Conselho de Administração**

**Artigo 14** - O Conselho de Administração será constituído de no mínimo 03 (três) e no máximo 07 (sete) membros, todos acionistas, eleitos pela Assembléia Geral.

**Parágrafo 1º** - De conformidade com o item 4.3, III do Edital AS/F/833/97, os empregados da Companhia terão o direito de indicar 1 (um) membro do Conselho de Administração da Companhia, ainda que as ações que conjuntamente detenham não sejam suficientes para assegurar a eleição. Caso os empregados da Companhia detenham conjuntamente ações em número suficiente para indicar mais de 1 (um) membro do Conselho de Administração, aludida indicação se fará de acordo com as regras aplicáveis a todos os demais acionistas da Companhia. Para os efeitos deste Parágrafo, a participação conjunta dos empregados será assim considerada inclusive por intermédio de clubes de empregados, interpretados como cada sociedade de participação, condomínio ou clube de investimento, que tenha como objetivo a participação no capital social da Companhia e que represente os empregados da Companhia.

**Parágrafo 2º** - O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.

**Parágrafo 3º** - A Assembléia Geral poderá eleger suplentes para o Conselho de Administração que substituirão o conselheiro titular (ou conselheiros titulares) a que estiver(em) vinculado(s), em sua(s) ausência(s) ou impedimento(s) temporário(s), observado o disposto no artigo 17, parágrafo 1º deste Estatuto Social.

**Artigo 15** – O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 1 (um) ano, admitida a reeleição.

**Parágrafo Único** – Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

**Artigo 16** – Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração.

**Parágrafo Único** – Os membros do Conselho de Administração que representam os acionistas do bloco de controle firmarão, ainda, termo de adesão aos dispositivos do Acordo de Acionistas, através do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

**Artigo 17** – No caso de vacância de membro do Conselho de Administração, seu substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes, e servirá até a 1ª Assembléia Geral a ser realizada após a constatação de vacância, observadas as disposições de Acordo de Acionistas arquivado na sede social.

**Parágrafo 1º** - No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

**Parágrafo 2º** - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

**Artigo 18** - Compete ao Conselho de Administração:

- a) eleger o Diretor Presidente e os demais Diretores, podendo destitui-los a qualquer tempo, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembléia Geral;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia; solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- d) convocar a Assembléia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto;
- e) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, definir a política de dividendos e propor à Assembléia Geral a destinação do lucro líquido de cada exercício;



- f) deliberar sobre aumento de capital e preço de emissão de ações da Companhia e bônus de subscrição, de conformidade com o disposto neste Estatuto Social;
- g) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures previstas nos incisos VI a VIII do Artigo 59 da Lei 6.404/76, conforme disposto no § 1º do mesmo artigo;
- h) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;
- i) deliberar sobre a seleção e/ou destituição dos auditores externos da Companhia;
- j) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;
- k) deliberar sobre a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e sobre a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- k) autorizar a aquisição de ações de emissão da própria Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria;
- l) autorizar prévia e expressamente a celebração de contratos pela Companhia com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a eles coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- m) aprovar prévia e expressamente a celebração de contratos de qualquer natureza de valor global superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ainda que se refira a despesas previstas no orçamento anual ou no plano quinquenal de negócios;
- n) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembléia Geral;
- o) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;
- p) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- q) deliberar sobre a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia; e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia;
- r) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;
- s) deliberar sobre a criação de Comitês para assessorá-lo nas deliberações de assuntos específicos de sua competência;
- t) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração e de Comitês que sejam criados;

u) aprovar e submeter à Assembléia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos administradores da Companhia ou a seus empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia .

v) aprovar previamente alteração em contrato de concessão firmado pela Companhia.

w) exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei e pelo presente Estatuto;

x) resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo 1º** - As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão ao menos uma vez a cada três meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou video-conferência.

**Parágrafo 2º** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com 10 (dez) dias de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.

**Parágrafo 3º** - Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

**Parágrafo 4º** - No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

**Parágrafo 5º** - A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

**Parágrafo 6º** - Caso não haja quorum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação -- a ser feita com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência --, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

**Parágrafo 7º** - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro Conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computandose como presentes os membros que assim votarem.

### **Seção III**

#### **Da Diretoria Executiva**

**Artigo 19** - A Diretoria compor-se-á de 6 (seis) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Assuntos Regulatórios, um Diretor Financeiro, que acumulará as funções de Diretor de Relações com Investidores, um Diretor de Gestão de Energia, um Diretor de Distribuição e um Diretor Administrativo.

**Parágrafo Único – Compete:**

**a)** Ao Diretor Presidente, dirigir todos os negócios e a administração geral da Companhia e exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas por este Estatuto, pelo Conselho de Administração e, ainda, privativamente:

- (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (ii) conceder licença aos membros da Diretoria e indicar-lhes substitutos;
- (iii) coordenar e orientar os trabalhos dos demais Diretores;
- (iv) propor ao Conselho de Administração as áreas de atuação de cada Diretor;
- (v) tomar decisões de caráter de urgência de competência da Diretoria, "ad referendum" desta;
- (vi) representar a Companhia em assembléias gerais de acionistas ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo;
- (vii) receber citação inicial e representar a Companhia em Juízo ou fora dele, ou indicar um Diretor para fazê-lo.
- (viii) dirigir e liderar o desenvolvimento da estratégia corporativa da Companhia, coordenando os processos de planejamento empresarial, bem como avaliar o potencial, planejar o desenvolvimento de novos negócios de distribuição de energia elétrica e atividades correlatas ou complementares.

**b)** Ao Diretor de Assuntos Regulatórios, dirigir e liderar a gestão regulatória, incluindo o acompanhamento das atualizações de regulamentação do setor elétrico.

**c)** Ao Diretor Financeiro, dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da companhia, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, operações de tesouraria, planejamento e controle financeiro e tributário, e a gestão das atividades inerentes à Contabilidade da companhia; competindo-lhe, ainda, desempenhar as funções de representante da companhia em suas relações com investidores e o mercado de capitais.

**d)** Ao Diretor de Gestão de Energia, dirigir as operações de comercialização de energia da companhia, planejando e realizando as atividades de compra e venda de energia, com observância de adequada gestão de risco; planejar e executar o atendimento comercial, bem como o desenvolvimento e a oferta de serviços de valor agregado para grandes clientes;

**e)** Ao Diretor de Distribuição, dirigir o negócio de distribuição de energia elétrica, aprovar a elaboração e aplicação das políticas e procedimentos de atendimento técnico e comercial aos consumidores, responder pelo planejamento, operação e manutenção do sistema elétrico, engenharia e gestão de ativos da companhia, observados os padrões adequados de rentabilidade empresarial e os padrões de qualidade definidos pelo Poder Concedente; competindo-lhe, ainda, propor e gerir os investimentos relacionados com o negócio de distribuição de energia;

**f)** Ao Diretor Administrativo, dirigir e liderar as atividades de tecnologia de informação, suprimentos, infraestrutura e logística administrativa da companhia; gerir os processos e sistemas de gestão organizacional, propor e/ou disseminar as normas internas; competindo-lhe, ainda, propor, examinar, avaliar, planejar e implantar novos projetos e investimentos pertinentes às referidas atividades, em harmonia com o planejamento estratégico da companhia.

**Artigo 20** – O mandato dos membros da Diretoria será de 02 (dois) anos, admitida a reeleição.

**Parágrafo Único** – Terminado o prazo do mandato, os membros da Diretoria permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

**Artigo 21** – Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões de Diretoria.

**Parágrafo Único:** Os membros da Diretoria firmarão, ainda, termo de adesão aos dispositivos do Acordo de Acionistas da Holding, através do qual declaram ter pleno conhecimento de seu teor.

**Artigo 22** – Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor-Presidente indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até a eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor-Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração – ou, no impedimento deste, ao Diretor Financeiro, exercer as funções até a eleição do substituto.

**Parágrafo 1º** - O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por outro diretor a ser designado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo 2º** - Em caso de ausência ou impedimento temporário, os demais Diretores serão substituídos por outro Diretor da Companhia, indicado pelo Diretor Presidente.

**Artigo 23** - Sem prejuízo das demais atribuições específicas estabelecidas no artigo 19, parágrafo único, compete à Diretoria:

- I) Praticar todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia;
- II) Submeter à aprovação do Conselho de Administração as Políticas e Estratégias da Companhia;
- III) Submeter à aprovação do Conselho de Administração proposta de aumento de capital e de reforma do Estatuto Social;
- IV) Recomendar ao Conselho de Administração
  - (i) a aquisição de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e a alienação ou oneração de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);
  - (ii) a constituição de qualquer espécie de garantia que não envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em negócios que digam respeito aos interesses e atividades da Companhia, e a constituição de qualquer espécie de garantia que envolva ativos fixos de valor igual ou superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); e
  - iii) a celebração de contratos, pela Companhia, com acionistas ou com pessoas por eles controladas ou a ele coligadas ou relacionadas, direta ou indiretamente, de valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e
- V) Submeter à aprovação do Conselho de Administração o plano quinquenal, bem como suas revisões anuais e o orçamento anual.

**Artigo 24** - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

**Parágrafo Único** – As decisões da Diretoria tomar-se-ão por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

**Artigo 25** - Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem Terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados

(i) por 2 (dois) Diretores;

(ii) por um único Diretor, desde que previamente autorizado pelo Conselho de Administração;

(iii) por um Diretor em conjunto com um procurador ou (iv) por dois procuradores.

**Parágrafo 1º** - As procurações outorgadas pela Companhia deverão

(i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores, um dos quais obrigatoriamente o Diretor Presidente;

(ii) especificar expressamente os poderes conferidos; e

(iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção das procurações "ad judícia", que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado.

**Parágrafo 2º** - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou procurador

(i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores,

(ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros,

(iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias,

(iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia e

(v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

**Parágrafo 3º** - É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias e/ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

**Artigo 26** – Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 27** – O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor-Presidente.

## **Seção IV**

### **Do Conselho Fiscal**

**Artigo 28** - O Conselho Fiscal poderá ser instalado pela Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais, e compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e respectivos suplentes.

**Parágrafo 1º** - Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembléia Geral Ordinária.

**Parágrafo 2º** - As atribuições do Conselho Fiscal são as fixadas em lei.

## **Capítulo IV**

### **Do Exercício Social**

**Artigo 29** – O exercício social terminará a 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, submetidas à Assembléia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

**Parágrafo Único** - O lucro líquido do exercício Terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;

b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto nos artigos 30 e 32 deste Estatuto;

c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito.

**Artigo 30** – A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76 e, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 7º deste Estatuto Social.

**Artigo 31** - Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembléia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante; o valor do dividendo antecipado será compensado, com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembléia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver, bem como a reversão àquela reserva do valor pago antecipadamente.

**Artigo 32** – A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.

**Parágrafo 1º** - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observadas as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo 2º** – O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do §7º do artigo 9º da Lei n.º 9.242/95 e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.



**Artigo 33** - Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

**Artigo 34** - Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, a Assembléia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do § 1º do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

**Artigo 35** - Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

## **Capítulo V**

### **Da Dissolução**

**Artigo 36** - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo ao Conselho de Administração determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

## **Capítulo VI**

### **Disposições Específicas do Edital AS/F/833/97 e Contrato de Concessão firmado com o Ministério das Minas e Energia, e Agência Nacional de Energia Elétrica**

**Artigo 37** - Deverão ser submetidas previamente à Agência Nacional de Energia Elétrica quaisquer alterações no controle, inclusive por transferência, cessão ou de qualquer forma alienação, direta ou indireta, gratuita ou onerosamente, das ações da Companhia adquiridas no âmbito do Edital AS/F/833/97, bem como quaisquer alterações do presente Estatuto que impliquem a transferência de ações ou a mudança do controle acionário da Companhia, na forma do referido Edital e dos contratos de concessão para geração e distribuição de energia elétrica firmados com a União Federal.

**Parágrafo Único** – Na hipótese de transferência, integral ou parcial, de ações que fazem parte do controle acionário, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverá(ão) assinar termo de anuência e submissão às cláusulas dos contratos de concessão para geração e distribuição de energia elétrica, nos termos do Edital AS/F/833/97, bem como às normas legais e regulamentares das concessões.

**Artigo 38** – O capital da Companhia será mantido aberto e a sede da Companhia deverá ser mantida dentro da área de concessão durante o prazo da concessão para distribuição de energia elétrica, nos termos do Edital AS/F/833/97.

**Artigo 39** – Os acionistas controladores da Companhia, nos termos do disposto na Cláusula 4ª do Contrato de Compra e Venda de Ações assinado em 12 de novembro de 1997 relativo às ações de controle e de emissão da Companhia, estarão obrigados a informar à Secretaria do Planejamento ou, em caso de inexistência, à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, mediante comunicação escrita entregue no prazo de 30 (trinta) dias a contar do evento, qualquer alienação, a qualquer título, das ações objeto de aludido Contrato de Compra e Venda de Ações, indicando, em cada caso, o nome e qualificação completa do adquirente e a quantidade de ações alienadas.

**Artigo 40** – Sem prejuízo do disposto neste capítulo, os acionistas da Companhia, em especial aqueles controladores da Companhia, deverão observar o disposto no Edital AS/F/833/97, em especial as regras do item 4.3 de aludido Edital.

## **Capítulo VII**

### **Disposições Finais**

**Artigo 41** – Os valores monetários referidos nos artigos 18 e 23 deste Estatuto são corrigidos, no início de cada exercício social, com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas ocorrida no exercício anterior; e, na falta deste, por outro índice publicado pela mesma Fundação que reflita a perda do poder de compra da moeda nacional ocorrida no período.



- 
- Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP PROTOCOLO  
0.510.180/09-7



JUCESP

300809

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE  
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E  
LUZ**

ENTRE

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

**CPFL ENERGIA S.A.**

e

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
LTDA.**

**18 DE JUNHO DE 2009**

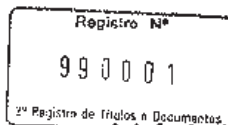
RUA DOA VISTA  
Nº 314-25 ANDAR

22 JUN 2009 1061586

IN ESCRITÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
JUCESP - JUIZ DE FORÇA

1

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.**

Pelo presente instrumento, de um lado

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13088-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 - 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"),

e, como interveniente,

**CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2009 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

22 JUN 2009  
9891901  
RUA DOA MIRA  
Nº 314-25 JARDIM  
SANTANA  
13088-900  
CAMPINAS  
SP





## CLÁUSULA 11 REQUISITOS

A 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente “Emissão” e “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) na forma da Lei no 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O registro da Oferta será requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução CVM nº 471, de 08 de agosto de 2008 (“Instrução CVM 471”), sendo a oferta previamente submetida à análise da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) e da CVM, por meio do convênio firmado entre a CVM e a ANBID.

### 2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração

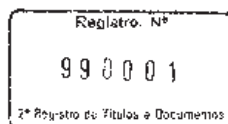
A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 04 de junho de 2009, sob o nº 195.307/09-4, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2009; e no (ii) Correio Popular de Campinas, em 1º de junho de 2009. A Remuneração a ser fixada em Procedimento de *Bookbuilding*, será ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas, posteriormente, antes da concessão do Registro da Oferta, perante a CVM, conforme o item 4.2.7 abaixo desta Escritura (em conjunto as “RCAs”).

### 2.3. Inscrição da Escritura na JUCESP

Esta Escritura e eventuais aditamentos (“Aditamentos”) serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

1061586  
22 JUN 2009  
RUA BOA VISTA  
Nº 314-28 ANDAR  
2009  
INSTRUMENTO DE CANCELAMENTO  
DE CANCELAMENTO DE CANCELAMENTO  
DE CANCELAMENTO DE CANCELAMENTO

3



#### 2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da fiança a que se refere o item 3.9 da Cláusula III abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Belo Horizonte, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais, respectivamente, em até 10 dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. Após tais registros a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

#### 2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será submetida a análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID").

#### 2.6. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário: (i) no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia das Debêntures, a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

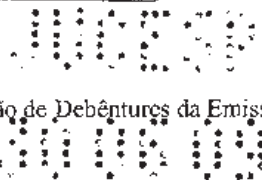
### CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

#### 3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) a comercialização de energia elétrica; (iii) participação individual ou consorciadamente, em empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora; e (iv) participação no capital de outras sociedades.

22 JUN 2009  
10061588  
RECEBIMOS  
DE  
A  
VIA  
VOS  
PUB

4  
RECEBIMOS  
DE  
A  
VIA  
VOS  
PUB



50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

50 de Debêntures da Emissã

22 JUN 2005 1061586





3.5.4 Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44, da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração.

3.5.5 O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

### 3.6. Limite da Emissão

3.6.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada.

### 3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

### 3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures são destinados obrigatoriamente para o resgate das notas promissórias comerciais da 1ª Emissão da Emissora, registradas perante a CVM em 20 de abril de 2009.

### 3.9. Garantia Fidejussória

3.9.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.9.2 A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais

9951901 22 JUN 2009  
RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 22 ANDAR

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Nº 990001





obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, ~~inclusive~~, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

- 3.9.3 O Valor Garantido será pago pela Garantidora ~~no prazo de 48 (quarenta e oito) horas~~, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.
- 3.9.4 A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 3.9.5 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 3.9.
- 3.9.6 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.
- 3.9.7 A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.
- 3.9.8 A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico em 30 de maio de 2009 e 1º de junho de 2009, respectivamente.
- 3.9.9 A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.

22 JUN 2009 10:15:58  
RUA SOA MOTA  
Nº 314-25 ALIC 43  
22 JUN 2009 10:15:58  
RUA SOA MOTA  
Nº 314-25 ALIC 43



Handwritten signature and initials.



- 3.9.10 A garantia fidejussória concedida à emissão de debêntures foi feita com base nas informações financeiras da Emissora e da Garantidora contempladas no Prospecto Preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos") divulgados ao mercado.

#### CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

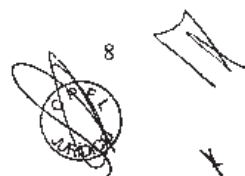
##### 4.1. Características Básicas

- 4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de julho de 2009 ("Data de Emissão").
- 4.1.2 **Convertibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.
- 4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada.
- 4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 1º de julho 2011 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5. desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.
- 4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.5.1 **Atualização:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.
- 4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures, totalizando R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

##### 4.2. Remuneração

- 4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre

22 JUN 2009  
1061586  
RUA BOA VISTA  
Nº 314-28  
25000-000  
BRASILIA - DF





seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo.

4.2.2 **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

*J* - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

*VNe* - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator DI* - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

*k* - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

*n* - Número total de Taxas DI, sendo “*n*” um número inteiro.

*p* - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.

8891901 2009  
22 JUN 2009  
RUA DOA VISIA  
Nº 314-2º ANDAR  
BRASILIA-DF  
3º OFICIA DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



$TDI_k$  - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{360}} - 1$$

onde:

$DI_k$  - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{P}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.3 Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

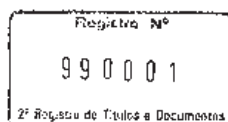
4.2.4 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 10.1 desta

1061586 22 JUN 2005  
FUA DOA VISTA  
Nº 014-23 ANUAR

RECEBUEMOS  
O VALOR DE R\$ 10.000,00  
EM 22/06/2005  
BANCO DO BRASIL S.A.



10



Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

- 4.2.5 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2. desta Escritura, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.
- 4.2.6 A Remuneração será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de *Bookbuilding*").
- 4.2.7 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo; (b) Correio Popular de Campinas; e (c) Valor Econômico (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

#### 4.3. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento.

#### 4.4. Amortização

As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 1º de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em circulação à época.

9891901 2009  
RUA DOA VISTA  
Nº 314-22 JARDIM  
22 JUN 2009  
SECRETARIA DE ECONOMIA  
FISCAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO



11







#### 4.9. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional;

#### 4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

#### 4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

#### 4.12. Publicidade

Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissora ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; (ii) Correio Popular de Campinas; e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (<http://www.epfl.com.br>). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

#### 4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

#### 4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

1061586

22 JUN 2009

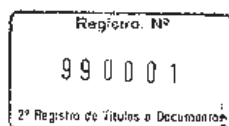
ENTRADA DE TÍTULOS  
DO BANCAL DO BRASIL  
PARA O FUNDOS DE INVESTIMENTO



13







#### 4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

### CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Belo Horizonte, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais, respectivamente, e enviados à CVM.

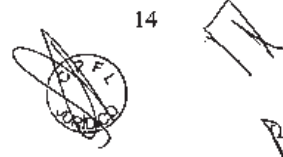
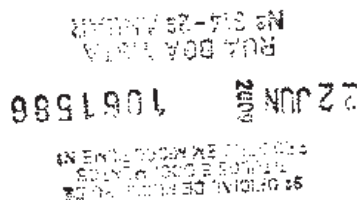
### CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

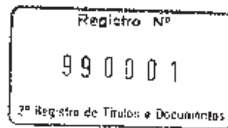
#### 6.1. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado facultativo.

#### 6.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.





**CLÁUSULA VII  
VENCIMENTO ANTECIPADO**

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.5 abaixo, os titulares das Debêntures terão o direito de declarar antecipadamente verificadas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e de exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (b) pedido por parte da Emissora e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora e/ou a Garantidora formular pedido de autotalência;
- (c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia S.A. e da Emissora;
- (d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora;
- (e) não pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

RUA BOA VISTA  
Nº 314-23 ANDAR

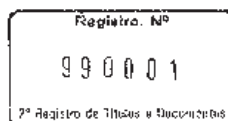
1061586

22 JUN 2005

5ª CIRCULAR DE SECURITIZAÇÃO  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Nº 314-23 ANDAR

15





UNESP

- (f) deliberação de redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora por seus respectivos acionistas, após a data do registro da Emissão, perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;
- (h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;
- (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 14/97, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;

9851901

22 JUN 2009

INSTITUTO DE ECONOMIA  
E FINANÇAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

16





JUL 2009

- (n) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Emissora de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; e
- (o) não observância pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Emissora dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
- (i) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3,0 (três inteiros ) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como "Dívida Líquida" o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Emissora. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, e considera-se como "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e
  - (ii) relação entre EBITDA da Emissora e Resultado Financeiro da Emissora maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como "Resultado Financeiro" da Emissora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil.

7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas do item 7.1, (a), (j) e (k) acima não serão reajustados ou corrigidos.

9891901

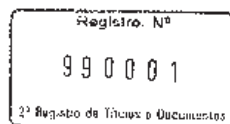
22 JUN 2009

INSTITUICAO RECURSOS HUMANOS  
CNPJ 07.093.888/0001-90  
RUA JOSE DE ALMEIDA, 100  
JARDIM JOSE ALMEIDA, 100  
JARDIM JOSE ALMEIDA, 100



17

Handwritten signature and initials



110000

- 7.1.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo devedor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação, nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k), (n) e (o) do item 7.1. acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembléia dos titulares das Debêntures, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembléia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.
- 7.1.3 Na Assembléia mencionada no item 7.1.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Décima desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.
- 7.1.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares das Debêntures mencionada no item 7.1.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.1.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.
- 7.1.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Décima Segunda desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.7. acima.

RECEBUE Nº 614-22 ALMOAR  
RUA BOA VISTA  
9851586 22 JUN 22  
INSTRUMENTO DE CANCELAMENTO  
DE CANCELAMENTO DE CANCELAMENTO



18

18



## CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, quando o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (i) após 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis no site da CVM, (ii) Demonstração Financeiras completas da Garantidora relativas ao exercício social então encerrado para fins de acompanhamento da garantia fidejussória, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
  - (ii) após 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (a) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis no site da CVM; e (b) outras informações financeiras que sejam necessárias para os cálculos a que se refere o item 7.1. (c) desta Escritura;
  - (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202, de 06 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM 202"), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
  - (iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
  - (v) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que esta adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
  - (vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula Sétima acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- (b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;

22 JUN 2009 1061586  
RUA BOA VISTA Nº 314-2º ANDAR

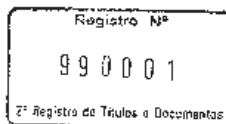
OFICIAL DE REGISTRO  
19 JUN 2009 1061586  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS



19

19





- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) convocar, nos termos do Cláusula Décima desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;
- (f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 202;
- (h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (j) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de de atuação da Emissora;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;
- (l) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.8 acima;
- (m) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

2009-07-27 15:00  
1001586  
2009-07-27 15:00

20





JUL 20 2011

- (n) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (o) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (p) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (q) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços increntes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- (r) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;
- (s) encaminhar a súmula que trata a alínea "r" acima para o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação;
- (t) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.8 acima;
- (u) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

*[Handwritten signature]*

22 JUN 2011  
1061586  
RUA BOA VISTA  
Nº 214-25  
MIRASSOL  
SP  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

21



*[Handwritten mark]*







- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a existência da garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos da Cláusula 3.9 acima, tendo analisado os documentos necessários para sua validade e eficácia;
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (m) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

### 9.3. Substituição

9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

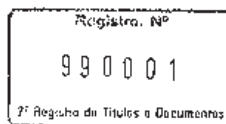
9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação

9851901

22 JUN 2008

RECEBIMOS DE  
SOLICITANTE  
Emissão de Títulos e Documentos

23



prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

- 9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.
- 9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

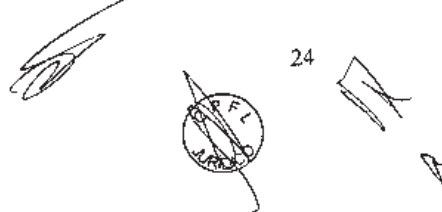
#### 9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e

9851901 2009 JUN 22

INSTRUMENTO DE CANCELAMENTO  
DE TÍTULO DE CRÉDITO  
DO TÍTULO DE CRÉDITO





irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;

9891901

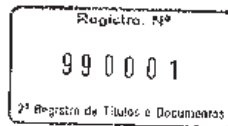
22 JUN 2008

RECEBUEIRO  
SECRETARIA DE REGISTRO  
E TÍTULOS E DOCUMENTOS



25

Handwritten signature/initials



RECEB

DEBENTURES

- 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- 1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- 1.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- 1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1;
- 1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
- 1.10) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "j" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
- m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) na BM&FBOVESPA e na CETIP; e
- m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "m";

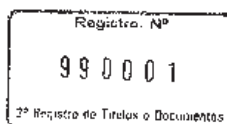
9891901 22 JUN 99  
20090103 10000000  
20090103 10000000

26



Handwritten signature.

Handwritten mark.



- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriturador, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;
- (p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) verificar a regularidade da constituição da garantia prestada pela Garantidora, nos termos da Cláusula 3.9 acima, observando a manutenção de sua suficiência e executibilidade;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
- s.1) à CVM; e
- s.2) à BM&FBOVESPA, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;
- (t) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(o) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
- (u) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento.

#### 9.5. Atribuições Específicas

- 9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

1061586  
22 JUN 2008  
RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 28º ANDAR  
BRASILIA - DF  
CEP 70040-000



27

Handwritten signature and initials



- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

#### 9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: 2 (duas) parcelas semestrais de R\$9.000,00(nove mil reais) sendo a primeira 20 (vinte) dias após a assinatura das escrituras das debêntures e as demais após 6 (seis) meses. As referidas parcelas serão atualizadas anualmente de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado IGPM, divulgado pela FGV ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, e serão acrescidas dos seguintes impostos, ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza- base Sede do Agente Fiduciário, Belo Horizonte -MG, que corresponde ao valor de 2%(dois por cento), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda.

#### 9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze)

9851901 22 JUN 2009  
RUA BOA VISTA  
Nº 314-23 ALFARR

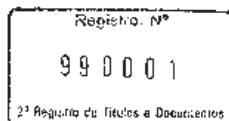
9851901 22 JUN 2009

AS ORIGINAL DE FIDUCIARIA  
SO NOTARCOB ESCRITURA  
AN ENTREGA DE TITULOS E DOCUMENTOS



28





11.11.2011

dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

- 9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (b) extração de certidões;
  - (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
  - (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
- 9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9951901 22 JUN 2011  
9951901 22 JUN 2011

11.11.2011

11.11.2011

29

11.11.2011







Escritura, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

### 10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1 Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.1 acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; c (c) da espécie das Debêntures.

10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

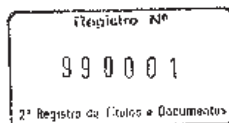
## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

22 JUN 2003  
1061586  
RUA JOAQUIM  
Nº 314-2º ANDAR  
BRUNO  
2003  
INSCRIÇÃO DE EMISSÃO  
DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Nº 990001



31



- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nela previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (e) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (f) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;
- (h) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere à garantia

9851901

22 JUN 2009

RECEBIMOS DA EMISSORA  
O VALOR DE R\$ 1.000.000,00  
EM FAVOR DO AGENTE FIDUCIÁRIO  
DE INVESTIMENTO



32





prestada pela Garantidora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes.

- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e da Garantidora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, executível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (c) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas

1061586

2009

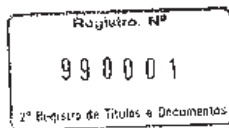
22 JUN 2009

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
2º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RUA DO ALEI 111  
CEP 01305-000  
SÃO PAULO - SP



33

Handwritten signature/initials



obrigações nos termos da presente Escritura ~~da Fiança~~ ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCESP, nos cartórios de registro de títulos e documentos ~~competentes~~, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ~~at~~ SBT, ~~do~~ SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

- (c) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.
- (g) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras

1061588

22 JUN 2009

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Nº 990001



34

17



informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e

- (j) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

### 12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

**Para a Emissora:**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 – parte - Jardim Santana

13088-900 - Campinas – São Paulo

At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo

Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (19) 3756-8704

Fac-símile: (19) 3756-8777

E-mail: jfilippo@cpfl.com.br

**Para o Agente Fiduciário:**

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar – Bairro Funcionários

30112-021 – Belo Horizonte – MG

At.: Sr. Fernando Resende

Telefone: (31) 3269-8100

Fac-símile: (31) 3269-8100

E-mail: fernando.resende@aportcbhdtvm.com.br

**Para o Banco Mandatário:**

**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

9891901

22 JUN 22

EN ENTHESOURN WS GELN 200  
CONTRACCO E GOTTILLI  
20 04 00 00 00 00 00 00

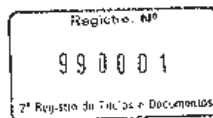


35









## 12.5. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de junho de 2009

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Nome: Paulo Cezar C. Tavares Nome: José Marcos Chaves de Melo  
Cargo: Paulo Cezar C. Tavares Cargo: José Marcos Chaves de Melo  
Diretor de Gestão de Energia RG 05.884.247-7  
CPF: 730.497.887-01

### APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Nome: Fernando de Faria Resende Nome: José Marcos Chaves de Melo  
Cargo: DIRETOR Cargo: José Marcos Chaves de Melo

### CPFL ENERGIA S.A.

Nome: Paulo Cezar C. Tavares Nome: José Marcos Chaves de Melo  
Cargo: Paulo Cezar C. Tavares Cargo: José Marcos Chaves de Melo  
Diretor Vice-Presidente RG 05.884.247-7  
de Gestão de Energia CPF: 730.497.887-01

Testemunhas:

Nome: Bravo M. Simões Toca Nome: José Moreira Batista  
CPF: 706.744.961-04 CPF: 44.537.508-7 - SSP/SP  
CPF: 311.029.798-13



2º RTD - 2º Of. de Registro de Títulos e Documentos

Rua Quaijures, 197 - (31) 3224-1788 - BH - SIG CEP 30130-190

2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade

Visite nossa site: [www.cptb.com.br](http://www.cptb.com.br)

Apresentado hoje, protocolado, registrado,

microfilmado e digitalizado sob nº 990001

Belo Horizonte, 19 de Junho de 2009

|          |          |
|----------|----------|
| ENCARGOS | 761,84   |
| REGIO    | 45,58    |
| TX FISC  | 253,90   |
| DIAL     | 1.061,35 |

1 - DETULHO SÁBIO DO AMARAL - OF. DE REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
1 - ALEXANDRE DO AMARAL - SUSST. 1 - MARCELO MONTEIRO - SUSST. 1 - HILBERTO DO AMARAL - SUSST.



2º RTD - 2º Of. de Registro de Títulos e Documentos

Rua Quaijures, 197 - (31) 3224-1788 - Belo Horizonte - MG

2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade

Visite nossa site: [www.cptb.com.br](http://www.cptb.com.br)

### CERTIDÃO

Certifico que o presente documento foi registrado neste

2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, protocolado,

microfilmado e digitalizado sob nº: 990001

O referido é verdade. Dou Fé.

Belo Horizonte: 19 de Junho de 2009

1 - JOSE FÉLIX SERGIO DO AMARAL - OFICIAL 1 - ROSELIANE DO AMARAL - OF. SUSST. 1 - HILBERTO DO AMARAL - SUSST.



37



**90 OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL**  
R.T.D.R.J.  
Rua Boa Vista, 314 - 4º andar - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Fone: (11) 3101-4101  
CNPJ 68.157.387/0001-28 Alfredo Cristiano Carvalho Henriques - Diretor de Registro

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO  
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONCORDANTES  
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO

SÃO PAULO, 22/06/2009

§ 1º do Livro de Ônices

CAMILLE C. HOMEM RUILO - RICARDO NARANJO - EDER CASTRO RESENDE - MANUELO A. PRIMEIRO

| EMOLRS:  | EST RS:  | IPE RS:  | RC RS: | TJ RS: | TOTAL RS: |
|----------|----------|----------|--------|--------|-----------|
| 6.406,30 | 1.820,75 | 1.348,69 | 337,17 | 387,17 | 10.250,08 |

SELOS E TAXAS RECIDIDAS POR VERBA

01061586

22 JUN 2009 1061586  
RUA BOA VISTA  
Nº 314 - 2º ANDAR

OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL



SECRETARIA DE FAZENDA  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO  
DEBENTURE

CERTIFICADO DE REGISTRO  
SOB O NÚMERO: ANA CRISTINA DE S.F. CALANDRA  
SECRETARIA GERAL

ED000415-7/000

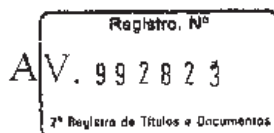


JUCESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- 1º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP PROTOCOLO  
0.553.083/09-0



JUCESP

1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM  
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

ENTRE

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL ENERGIA S.A.

E

13 JUL 2009 1063004  
RUA BOA VISTA  
Nº 316-24 ANUAR  
SERVIÇO DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Nº 1063004

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.



02 DE JULHO DE 2009



M

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**1º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

00:07:09

Pelo presente instrumento particular,

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13088-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 - 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.090.873/0001-90, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente);

e, como interveniente,

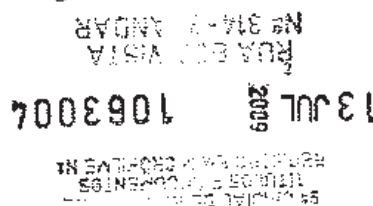
**CPFL ENERGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora").

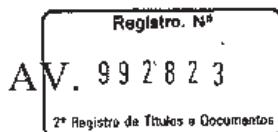
CONSIDERANDO QUE, a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de maio de 2009 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob o n.º 195.274/09-0 deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública Emissora ("RCA");

CONSIDERANDO QUE, em 18 de junho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz", a qual foi registrada perante da JUCESP, em 30 de junho de 2009, sob o n.º ED000415-7/000 ("Escritura")

as Partes vêm, por este aditamento ("Aditamento") aditar a Escritura, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.





2. Alterar o item 2.2 da Escritura, de modo a contemplar o número de registro correto da RCA, passando este a vigorar com a seguinte redação:

**“2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração**

A ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) em 04 de junho de 2009, sob o nº 195.274/09-0, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2009; e no (ii) Correio Popular de Campinas, em 1º de junho de 2009. A Remuneração será fixada em Procedimento de Bookbuilding e ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata será arquivada na JUCESP e publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas (em conjunto as “RCAs”).”

3. Alterar o item 2.5 de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento**

A Emissão das Debêntures será submetida a análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471 e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas (“Código ANBID”).”

4. Alterar o subitem 4.2.4 de modo que passa a vigorar com a seguinte redação:

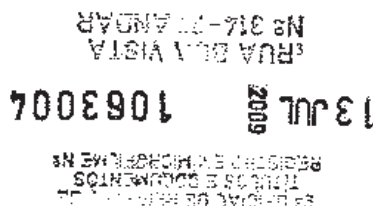
4.2.4. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

5. Alterar o subitem 10.3.2 de modo que seu inciso “II” passa a vigorar com a seguinte redação:

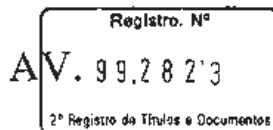
II- as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 4.2.5. acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e (c) da espécie das Debêntures.

6. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

7. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi registrada a Escritura,







de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

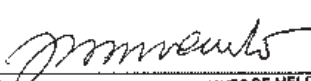
8. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas, a tudo presentes.

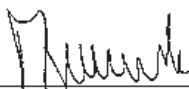
São Paulo, 02 de julho de 2009.

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

  
Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO  
Cargo: Diretor Financeiro


  
Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO  
Cargo: Diretor Administrativo  
RG 05.884.247-7  
CPF: 730.497.867-87


### APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

  
Nome: FERNANDO DE FARIA RESENDE  
Cargo: DIRETOR

Nome:  
Cargo:

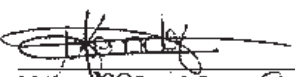
### CPFL ENERGIA S.A.

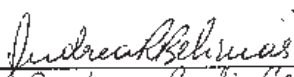
  
Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO  
Cargo: Diretor Vice-Presidente Financeiro

  
Nome: JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO  
Cargo: Diretor Vice-Presidente Administrativo  
RG 05.884.247-7  
CPF: 730.497.867-87



### Testemunhas:

  
Nome: Marciane C. Komde  
Cargo:

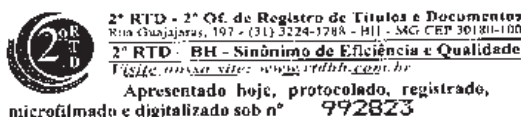
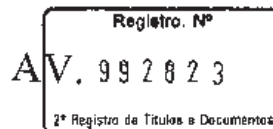
  
Nome: Andreia Ratti Belizias  
Cargo:



13 JUL 2009  
1063004  
RUA BOA VISTA  
Nº 314-29 ANDAR

INSTRUMENTO DE REGISTRO  
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
DE 02/07/2009





ENCARGAMENTOS: 32,13 Belo Horizonte, 17 de Julho de 2009  
DEFG: 1,87  
EX FISCAL: 10,45 AV. ao microf. nº 9900001  
TOTAL: 44,45

( ) GETULIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL ( ) ROSA DE LIMA DO AMARAL - OF. SUBSTITUTA  
( ) ALVARO S. DO AMARAL - SUBST. ( ) SIMONE MONTEIRO - SUBST. ( ) HUMBERTO S. DO AMARAL - SUBST.

2º RTD - BH  
2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

### CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente averbação de número 992.823, foi averbado ao(s) registro(s) de número(s) 990.001. O referido é verdade. Dou fé. Belo Horizonte, 17 de julho de 2009.

Simone Monteiro

90 OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL  
R. F. L. A. R. I. - Rua Boa Vista, 314 - 1º andar - Centro - São Paulo - SP - CEP 01011-000  
CNPJ: 06.107.387/0001-26 - Telefone: (011) 3241-1000 - Fax: (011) 3241-1001

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO  
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE  
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO  
AVERBADO A MARGEM DO REGISTRO Nº 1061565

SÃO PAULO, 13/07/2009

01063004

| EMOL R\$ | EST R\$ | IP R\$ | RC R\$ | TJ R\$ | TOTAL R\$ |
|----------|---------|--------|--------|--------|-----------|
| 35,47    | 10,42   | 7,45   | 1,86   | 1,85   | 56,76     |

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

13 JUL 2009  
RUA BOA VISTA  
Nº 314-337 - 1º ANDAR  
70063004

SE OFICIAL DE REGISTRO DE  
TÍTULOS E DOCUMENTOS  
RESOLUÇÃO Nº 1061565

- 
- 2º Aditamento à Escritura de Emissão das Debêntures

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3º ADIAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE  
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM  
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

ENTRE

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL ENERGIA S.A.

E

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

14 DE JULHO DE 2009

Handwritten signature and initials in dark ink, appearing to be 'P. W. M.' or similar, located at the bottom right of the page.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2º ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Pelo presente instrumento particular,

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, n.º 1.755, Km. 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13085-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.950.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

APOORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 - 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.090.373/0001-90, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunidade de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Agente Fiduciário" e "Debenturistas", respectivamente),

e, como interveniente,

CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho n.º 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF n.º 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora");

CONSIDERANDO QUE, a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 29 de maio de 2009 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, sob o n.º 195.274/09-0 deliberou sobre a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, para distribuição pública Emissora ("RCA");

CONSIDERANDO QUE, em 13 de junho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz" ("Escritura"), devidamente registrado na JUCESP em 30 de junho de 2009, sob o n.º ED000415-7/000;

CONSIDERANDO QUE, em 02 de julho de 2009, a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora celebraram o "1º Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz" ("1º Aditamento"), devidamente registrado na JUCESP em 08 de julho de 2009, sob o n.º ED000415-7/001;



CONSIDERANDO que, conforme previsto na Escritura e, após realização do procedimento de *bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora, em reunião realizada em 14 de julho de 2009 ("RCA de 14 de julho de 2009"), ratificou a remuneração das Debêntures, cuja ata encontra-se em fase de arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será subsequentemente publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo e no (ii) Correio Popular de Campinas;

as Partes vêm, por este 2º Aditamento aditar a Escritura, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Todos os termos iniciados em maiúscula, não expressamente definidos neste Aditamento, terão os significados atribuídos a esses termos na Escritura.
2. Alterar o item 2.2 da Escritura, de modo a contemplar a aprovação de taxa de Remuneração das Debêntures definida em Procedimento de *Bookbuilding* e ratificada pela RCA de 14 de julho de 2009, passando este a vigorar com a seguinte redação:

**"2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas de Reuniões do Conselho de Administração**

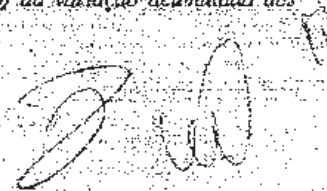
*"Ata da RCA de 29 de maio de 2009, que deliberou a Emissão, foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 04 de junho de 2009 sob o nº 193.274/09-0, e foi publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 30 de maio de 2009; e no (ii) Correio Popular de Campinas, em 1º de junho de 2009. A Remuneração foi fixada em Procedimento de *Bookbuilding* e ratificada em Reunião do Conselho de Administração, cuja ata foi encaminhada para arquivamento na JUCESP e será publicada no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas, em 16 de julho de 2009 (em conjunto as "RCAs")."*

3. Alterar o item 3.5 de modo que o subitem 3.5.4 da Escritura passa a vigorar com a seguinte redação:

*"3.5.4. Foi adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Condicionadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem limites mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração."*

4. Alterar o item 4.2, passando os subitens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.6 e 4.2.7 da Escritura a vigorar com as seguintes redações:

*"4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures serão fixa a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará jurox remuneratórias incidentes sobre seu Valor Nominal Líquido. As Debêntures renderão jurox correspondentes a 110,30% (cento e dez inteiros e trinta centésimos por cento) da variação acumulada dos*





taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, definido em Procedimento de Bookbuilding (conforme abaixo definido). A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos no final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo.

4.2.2. Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$I = VN \times (\text{Fator DI} - 1)$$

onde:

I - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VN - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal do Debênture Informacional calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produto das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, operado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k - Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até n.

n - Número total de Taxas DI, sendo "n" um número inteiro.

p - percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais, equivalente a 10,30 (dez e três inteiros e trinta centésimos).

TDI<sub>k</sub> - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{360}{DI_k}} - 1$$

onde:

DI: - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100}\right)$  é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

Faz-se o produto dos fatores diários  $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{P}{100}\right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produto "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

"Período de Capitalização": significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusiva, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade."

"4.2.6. A Remuneração foi definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de Bookbuilding")."

"4.2.7. O resultado do Procedimento de Bookbuilding foi (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (b) Correio Popular de Campinas; e (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 22 da Instrução CVM 400."

5. Todos os demais termos e condições da Escritura, não alterados expressamente por este Aditamento, são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito.

6. O presente Aditamento será registrado na JUCESP, onde foi registrada a Escritura, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

7. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Plano de Amortização de 2º Adiantamento ao Instrumento Particular de Escritura da 4ª  
 Série de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em  
 Carta Circular para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz, veiculado  
 em 18 de junho de 2009, entre a Companhia Paulista de Força e Luz, Apólice Distribuidora  
 de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e CPFL Energia S.A.)

Em duas vias em três folhas e contradas, as partes firmam a presente Escritura, em 04  
 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assinadas,  
 a todo presente.

São Paulo, 14 de julho de 2009.

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

**APÓLICE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Nome: APÓLICE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.  
Cargo: DIRETOR

Nome:  
Cargo:

**CPFL ENERGIA S.A.**

Nome:  
Cargo:

Nome:  
Cargo:

**Testemunhas:**

Nome: Roberto de Oliveira  
Cargo: Contador  
CPF: 99.999.999-99

Nome: Helena Pinheiro de Almeida  
Cargo: Contador  
CPF: 00.000.000-00

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Súmula de *Rating*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 4 de junho de 2009

Comunicado à Imprensa

## Standard & Poor's atribui rating 'brAA+' à emissão de debêntures da RGE e 'brAA' às emissões de debêntures da CPFL Paulista e CPFL Geração

Analistas: Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731, marcelo\_costa@standardandpoors.com; Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728, juliana\_gallo@standardandpoors.com

São Paulo (Standard & Poor's), 4 de junho de 2009 – A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje na Escala Nacional Brasil o rating 'brAA+' à 4ª emissão de debêntures da espécie quirografária no valor de R\$ 185 milhões da Rio Grande Energia S.A. (RGE: brAA+/Estável/–). Também atribuímos os ratings 'brAA' à 4ª emissão de debêntures da espécie subordinada no montante de R\$ 175 milhões da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista: brAA+/Estável) e à 2ª emissão de debêntures da espécie quirografária no montante de R\$ 315 milhões da CPFL Geração de Energia S.A. (CPFL Geração: sem rating da S&P). Todas as emissões acima referidas contarão com a garantia fidejussória da empresa *holding* CPFL Energia S.A. (CPFL Energia: brAA+/Estável/–) para pagamento de principal e juros durante todo seu período de vigência.

As debêntures da RGE, CPFL Paulista e CPFL Geração (subsidiárias) serão emitidas sob o regime de garantia firme de colocação, em série única e serão simples, não conversíveis em ações e da forma nominativa e escriturais com prazo de dois anos (vencimento final em 2011). Os recursos das emissões serão destinados principalmente ao pré-pagamento de notas promissórias recém emitidas pelas subsidiárias e outros pagamentos de dívidas de curto prazo.

Diferentemente dos ratings atribuídos às emissões da CPFL Paulista e RGE, que se baseiam primariamente na qualidade de crédito das próprias empresas, o rating 'brAA' atribuído à emissão da CPFL Geração fundamenta-se totalmente na garantia corporativa oferecida pela CPFL Energia. Portanto, os ratings estão na mesma categoria de risco de crédito de dívidas emitidas por essa *holding*. Se houver qualquer modificação nos ratings da CPFL Energia, o rating das debêntures da CPFL Geração poderá seguir a mesma movimentação.

A CPFL Energia é uma *holding* não operacional que controla várias empresas do setor elétrico brasileiro, entre elas: oito distribuidoras de energia: CPFL Paulista, Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga: brAA+/Estável/–), RGE, Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL Santa Cruz), CPFL Leste Paulista, CPFL Jaguarí, CPFL Sul Paulista e Companhia Luz e Força de Mococa (CPFL Mococa), estas cinco últimas sem ratings da S&P; e também uma empresa de comercialização de energia: CPFL Brasil; bem como detém participação em diversos projetos de geração, principalmente por meio da CPFL Geração. O grupo CPFL Energia está presente nos segmentos de geração, distribuição e comercialização de energia, sendo, portanto, integrado e com sinergias entre seus três segmentos. A área de distribuição de energia do grupo responde por aproximadamente 15% do volume total distribuído no País, atendendo cerca de 6,5 milhões de consumidores e forneceu 12.621 GWh no primeiro trimestre de 2009 (49.033 GWh no ano de 2008). As distribuidoras se localizam em regiões economicamente sólidas e, em geral, seus indicadores operacionais são acima da média nacional. A área de geração de energia possui atualmente uma potência instalada de quase 1.704MW e chegará a 2.202MW em 2010, quando serão concluídos três projetos de geração, ainda em fase de construção. A empresa de comercialização de energia aumenta a sinergia do grupo ao reter os clientes que se tornam consumidores livres, especialmente aqueles que deixam a base das distribuidoras do grupo.



A CPFL Geração é uma sociedade por ações de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária do serviço público. A empresa detém uma capacidade instalada própria de 154,6 MW, sendo 118,6 MW de 19 pequenas centrais hidrelétricas e 36 MW de uma usina termelétrica, todas localizadas no Estado de São Paulo. A concessão desses ativos se encerra em 2027 podendo ser prorrogada por um período adicional de 30 anos. A CPFL Geração possui ainda participação em outros seis ativos, levando a sua capacidade instalada total para 1.704MW.

Os fatores de sustentação dos ratings da CPFL Energia e de suas subsidiárias são a sinergia do grupo CPFL, resultante de sua atuação integrada no setor elétrico brasileiro nos segmentos de geração, distribuição e comercialização; a sólida e estável qualidade de crédito das empresas do grupo; o acesso favorável a linhas de crédito; e os indicadores de eficiência de suas distribuidoras que são superiores à média do mercado. Os fatores que contrapõem esses aspectos positivos são a estratégia de expansão da CPFL Energia; o seu alto nível de distribuição de dividendos; a exposição do grupo a dívidas financeiras denominadas em moeda estrangeira (cerca de 21% da dívida total no consolidado do grupo, porém cobertas por instrumentos de swap) e a exposição da CPFL e de suas subsidiárias ao ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro, com um histórico de implementação e de condução das regulamentações relativamente recente (cinco anos), mas que vem apresentando estabilidade e evolução desde então.

Por ser uma *holding* não operacional, a qualidade creditícia da CPFL Energia se ampara na geração interna de caixa e nos dividendos advindos de suas subsidiárias operacionais, que totalizaram cerca de R\$ 1,5 bilhão em 2008 e também em 2007 – principalmente as do segmento de distribuição, que respondem por quase 70% da geração operacional de caixa consolidada do grupo.

Os resultados financeiros do grupo continuam sólidos, impulsionados pela sua performance operacional e crescente demanda no consumo de energia elétrica nas áreas de concessão das distribuidoras nos primeiros três meses de 2009; pelo nível de arrecadação das empresas; e pelos seus indicadores operacionais adequados. Conforme nossas estimativas para o primeiro trimestre de 2009 houve uma redução no EBITDA consolidado do grupo em comparação ao mesmo período de 2008, decorrente do resultado negativo da revisão tarifária da CPFL Paulista. A combinação desse fator com o maior endividamento consolidado do grupo para financiar investimentos, levou a um enfraquecimento temporário no indicador de dívida bruta total sobre EBITDA para 2,9x (2,04x em março de 2008). A geração interna de caixa (*Funds From Operations - FFO*) manteve-se praticamente estável no primeiro trimestre de 2009 e as métricas financeiras medidas pelo FFO, combinadas ao maior endividamento consolidado do grupo, também tiveram um pequeno e temporário impacto em relação ao primeiro trimestre de 2008: FFO sobre juros em torno de 4,3x e FFO sobre endividamento de 26% (versus 4,5x e 29%, respectivamente em março de 2008). Para 2009, esperamos que o perfil financeiro das empresas e do grupo permaneça sólido e evolua de forma gradual, amparado também pelos reajustes tarifários médios de 21,22% e de 18,95% da CPFL Paulista e RGE, respectivamente, mesmo com a expectativa de um cenário econômico de menor crescimento no Brasil.

A estratégia de crescimento do grupo CPFL Energia visa tanto o desenvolvimento de novos projetos de geração, quanto a aquisição de empresas do setor elétrico. No entanto, ainda não sabemos o volume que será destinado às futuras aquisições. Portanto, um cenário de aquisições significativas que aumente bruscamente os índices de alavancagem e consequentemente leve à deterioração nos indicadores de proteção do fluxo de caixa do grupo não foi incorporado nos ratings.

A CPFL Energia é controlada pelos grupos VBC Energia S.A., que detém 27,85% de seu capital; pela 521 Participações S.A. (empresa que representa o fundo de pensão do Banco do Brasil, a Caixa de Previdência dos Funcionários - Previ) com 31,1% e a Bonaire Participações S.A. (12,65%), todas sem ratings da S&P.

### **Liquidez**

Em bases consolidadas, o endividamento de curto prazo do grupo CPFL Energia somava R\$ 1,6 bilhão em 31 de março de 2009. Desse montante, cerca de R\$ 1,3 bilhão foi contabilizado nos balanços das distribuidoras, dos quais R\$ 410 milhões foram refinanciados com as notas promissórias de curto prazo emitidas em abril deste ano. Tais notas serão refinanciadas,



parcialmente, pelas novas emissões de debêntures aqui mencionadas, que totalizam R\$ 360 milhões. Já o valor remanescente será amortizado com geração interna de caixa das distribuidoras. No final de março de 2009, a dívida de curto prazo do segmento de geração atingiu cerca de R\$ 320 milhões, e parte desse montante também foi refinanciada com as notas promissórias emitidas em abril, no valor de R\$ 85 milhões, valor este que será alongado com a emissão de debêntures da CPFL Geração de R\$ 315 milhões e que também será utilizada para o refinanciamento de outras dívidas de curto prazo.

Importante ressaltar que além dos alongamentos de dívidas que o grupo CPFL vem promovendo, este possui outras flexibilidades para fazer frente às suas obrigações de curto prazo, tais como: as reservas de caixa de R\$ 907 milhões em 31 de março de 2009 (cerca de R\$ 150 milhões na área de geração e cerca de R\$ 500 milhões na de distribuição), e uma geração de caixa livre de R\$ 750 milhões esperada para 2009 (mesmo volume do ano fiscal de 2008).

## Perspectiva

A perspectiva estável dos ratings de crédito corporativo da CPFL Energia e de suas subsidiárias reflete nossa expectativa de que o grupo continuará trabalhando no seu gerenciamento de passivos com o objetivo de prorrogar os prazos de vencimentos e reduzir custos. Além disso, esperamos também que o grupo continue apresentando indicadores financeiros sólidos. Para 2009, estimamos que a CPFL Energia possa registrar (em base consolidada) uma geração interna de caixa livre positiva, com índices de geração de fluxo de caixa operacional livre (FOCF) sobre dívida bruta acima de 10%, FFO sobre dívida bruta em torno de 30% e de cobertura de juros pelo FFO acima de 4x, e também um perfil de dívida com vencimentos mais suaves no horizonte de três a cinco anos.

A perspectiva poderá ser alterada para negativa caso haja um grande acúmulo de dívidas de curto prazo; ou alguma reversão de tendência na consolidação dos indicadores financeiros acima, provavelmente ocasionada por uma grande aquisição, estruturada de forma a adicionar mais risco e com elevado endividamento na sua execução; ou por riscos do setor elétrico que possam prejudicar a geração de caixa futura, principalmente a das distribuidoras de energia. Por outro lado, poderemos considerar uma perspectiva positiva caso o grupo de forma consolidada apresente um desempenho financeiro acima do esperado, tendo como premissa básica a continuidade da evolução regulatória.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Subsidiária da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7200. Copyright 2009 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de dispor os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/ratingsfees](http://www.standardandpoors.com/ratingsfees).

The McGraw-Hill Companies

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Declaração da Companhia, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)


## DECLARAÇÃO

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, sociedade anônima com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas Mogi-Mirim, n.º 1755, Km 2,5, e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.050.196/0001-88 ("Companhia"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, no âmbito da emissão de até 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 4ª emissão da Companhia, com valor nominal unitário, na data de emissão respectiva, de R\$ 1.000,00 (mil reais), perfazendo o total de até R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) ("Oferta"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declara que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações da Oferta prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Ainda, a Companhia, neste ato, declara que o Prospecto da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 05 de junho de 2009.

### COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ S.A.

  
Nome: WILSON P. FERREIRA JR.  
Cargo: Diretor - Presidente

  
Nome: JOSÉ ANTONIO DE A. FILIPPO  
Cargo: Diretor Financeiro

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- 
- Declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)





## DECLARAÇÃO

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 2º andar, inscrita no C.N.P.J./MF sob n.º 58.229.246/0001-10, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável por coordenar e proceder à distribuição pública de 175.000 (cento e setenta e cinco mil) debêntures simples da 4ª emissão da **Companhia Paulista de Força Luz** ("**Companhia**"), todas da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie subordinada com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) (as "**Debêntures**"), perfazendo o total de até R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na data de emissão das debêntures, qual seja 01 de julho de 2009 ("**Oferta**"), vem, nos termos da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar (a) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (i) as informações fornecidas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta, assim como durante o prazo de distribuição pública das Debêntures, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) que o Prospecto da Oferta ("**Prospecto**") (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foram elaborados de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 18 de junho de 2009.

HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome: Vieri Ermanno Bracco  
Cargo: Diretor Executivo

Nome: Sylvio Bittencourt Rocha Pinto Júnior  
Cargo: Diretor Executivo



MAT 018-6 - WB03/2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**Emissora**

**COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, km 2,5, parte, Campinas - SP

**Coordenadores**

**Coordenador Líder**

**HSBC CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 4º andar, São Paulo - SP

**Coordenador**

**BANCO UBS PACTUAL S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9º andar, São Paulo - SP

**Consultores Legais**

**MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E QUIROGA ADVOGADOS**

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447, São Paulo - SP

**SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESH ADVOGADOS**

Rua Funchal, nº 418, 11º andar, São Paulo - SP

**Auditores**

**KPMG AUDITORES INDEPENDENTES**

Avenida Barão de Itapura, nº 950, 6º andar, Campinas - SP

Este Prospecto está disponível no Website:

[www.luzpublicidade.com.br](http://www.luzpublicidade.com.br)



(11) 3121-5555